RELATÓRIO ANUAL

SEMAPA
MAKING IT BETTER



MAKING IT BETTER

RELATÓRIO ANUAL 2025

Índice

1 VISÃO GERAL 2025

Mensagem Conjunta 6
Principais Indicadores do Grupo 8

2 O GRUPO SEMAPA

2.1 Identidade Semapa 12
2.2 Linhas Estratégicas 17
2.3 Inovação 19
2.4 Modelo de Governo 21
2.5 Gestão de Riscos Estratégicos 26

3 DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

3.1 Síntese da atividade do Grupo Semapa 35
3.2 Desempenho das áreas de negócio do Grupo Semapa 40
3.3 Área financeira do Grupo Semapa 61
3.4 Evolução da performance bolsista 63
3.5 Perspetivas futuras 65
3.6 Eventos subsequentes à data do balanço 68

4 SUSTENTABILIDADE

4.1 Declaração de Sustentabilidade – Demonstração Não Financeira 72
4.2 Divulgação Adicional de Sustentabilidade 322

5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Proposta de Aplicação de Resultados 390

6 RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário 396

Parte II – Avaliação do Governo Societário 451

Anexo I – Informações a que se refere o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais 458

Anexo II – Política de Remuneração 459

Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29-G.º do Código dos Valores Mobiliários 464

7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações Financeiras Consolidadas 465

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 615

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 624

8 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Demonstrações Financeiras Separadas 627

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 692

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 698



1. Visão Geral 2025

Mensagem Conjunta



José Fay
Presidente do Conselho de Administração



Ricardo Pires
Administrador-Delegado (CEO)

Caros Acionistas, Colaboradores e Parceiros,

O ano de 2025 ficará marcado como um dos mais transformadores da história recente da Semapa. Num contexto internacional particularmente exigente e volátil, o Grupo voltou a demonstrar capacidade de adaptação, visão estratégica e disciplina na execução, dando passos muito relevantes na concretização da sua ambição de longo prazo. Em paralelo com a continuidade do investimento nos nossos negócios, reforçámos a nossa presença internacional, acelerámos a diversificação do portefólio e mantivemos um foco claro na criação de valor sustentável para todos os nossos *stakeholders.*

Num ano especialmente desafiante, foram as nossas pessoas que fizeram a diferença. Por isso, queremos deixar uma palavra de reconhecimento muito especial aos nossos colaboradores, cuja dedicação, competência e capacidade de execução foram determinantes para mais um ano de desenvolvimento do Grupo Semapa.

Entre os momentos mais marcantes do ano, destaca-se, em dezembro, o anúncio da venda da totalidade da participação na Secil, por um *enterprise value* de 1,4 mil milhões de euros, com conclusão efetiva já em 2026. Esta operação representa um marco histórico para a Semapa e traduz de forma clara a nossa abordagem ativa à gestão de portefólio: construir, desenvolver e valorizar negócios com uma visão de longo prazo, tomando, em cada momento, as decisões estratégicas mais adequadas. Trata-se de um movimento que reforça significativamente a capacidade financeira do Grupo, cristaliza valor para os acionistas e cria condições para uma nova fase de investimento e crescimento focada nas áreas que definimos como prioritárias para o futuro da Semapa.

2025 foi também um ano particularmente relevante na afirmação da Semapa enquanto investidor direto internacional. Em julho, concretizámos a aquisição da Imedexa, em Espanha, líder europeia no desenho e fabrico de estruturas metálicas para infraestruturas de transmissão e distribuição de eletricidade. Este investimento, a primeira aquisição direta da Semapa fora de Portugal, representa um passo muito importante na diversificação do nosso portefólio, acrescentando uma empresa com forte posicionamento industrial, exposição a tendências estruturais muito favoráveis e claras perspetivas de crescimento nos mercados europeu e internacional.

Nos Outros Negócios, a evolução foi igualmente positiva. A ETSA reforçou a sua trajetória de crescimento com a aquisição da Barna, em Espanha, expandindo a sua atividade para uma nova geografia e para um novo segmento de negócio, o *rendering* de peixe. Esta operação, a par da inauguração da unidade ETSA ProHy, em Coruche, evidencia a capacidade da empresa para crescer, inovar e reforçar o seu posicionamento em segmentos de maior valor acrescentado. Também a Triangle's prosseguiu o seu percurso de aumento de capacidade, no âmbito do projeto assumido ao abrigo do PRR, contribuindo para o reforço da base industrial do Grupo.

Se, por um lado, 2025 foi um ano de decisões estratégicas e de expansão, foi também um ano particularmente exigente em alguns dos nossos principais negócios. A Navigator enfrentou um dos contextos mais difíceis dos últimos anos na indústria de pasta e papel, marcado por uma forte pressão sobre os preços da pasta e do papel, com impacto material nos resultados. Ainda assim, a empresa voltou a demonstrar resiliência operacional, disciplina na gestão de custos e capacidade de adaptação, mantendo o foco na eficiência, na inovação e na execução da sua estratégia de diversificação. É particularmente relevante sublinhar o contributo crescente dos segmentos de *Tissue* e *Packaging*, que já representam mais de 30% do volume de negócios e do EBITDA da Navigator, reforçando a robustez e a opcionalidade do seu modelo de negócio.

Num enquadramento global desafiante, o Grupo Semapa alcançou em 2025 um resultado líquido atribuível aos acionistas de 156,6 milhões de euros. O volume de negócios consolidado atingiu 2.114,9 milhões de euros e o EBITDA consolidado totalizou 381,2 milhões de euros. Estes resultados refletem, por um lado, a eliminação do contributo da Secil e a quebra relevante registada na Navigator e, por outro, a contribuição crescente dos Outros Negócios. O ano ficou igualmente marcado pela manutenção de um nível robusto de investimento, demonstrando a nossa confiança nas oportunidades de crescimento e na capacidade da Semapa para continuar a construir novas plataformas de criação de valor e a reforçar, em termos de eficiência e impacto ambiental positivo, as plataformas já existentes.

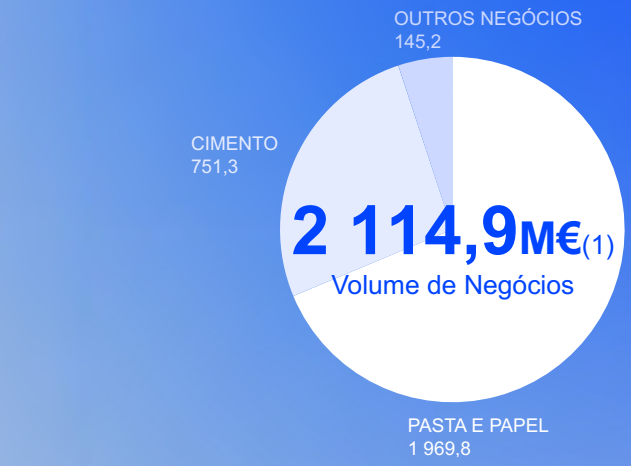
Nos pilares estratégicos de talento, inovação e sustentabilidade, assistimos em 2025 a um reforço claro do nosso compromisso. Continuámos a investir no desenvolvimento das nossas pessoas, promovendo iniciativas transversais ao Grupo e consolidando o talento como prioridade absoluta. Prosseguimos igualmente o esforço de inovação corporativa, incluindo o desenvolvimento do Corporate Venture Studio, entre outras iniciativas, e mantivemos uma forte ambição em matéria de sustentabilidade, com destaque para o reconhecimento internacional da Navigator, que voltou a alcançar a classificação máxima "A" nos questionários CDP Climate Change e CDP Forests. Estes progressos confirmam que o crescimento que procuramos para a Semapa não se mede apenas em escala ou resultados, mas também na qualidade, resiliência, responsabilidade e impacto positivo com que o construímos.

Entramos em 2026 com confiança, sentido de responsabilidade e ambição renovada, mantendo um foco muito claro na execução operacional num ambiente que continua exigente. O contexto externo permanece marcado por tensões geopolíticas, incerteza económica, crescente volatilidade e maior fragmentação do comércio internacional. Estamos convictos que a Semapa está hoje mais forte, mais focada e melhor preparada para enfrentar os desafios do futuro. Com uma base financeira sólida, equipas de grande qualidade e uma cultura de exigência e execução, continuaremos a trabalhar para otimizar e valorizar as participadas atuais e identificar novas oportunidades de desenvolvimento e crescimento, sempre com um foco claro na geração de valor sustentável e duradouro.

A todos os que contribuem para este percurso, acionistas, colaboradores, clientes, parceiros e restantes *stakeholders*, deixamos uma palavra de profundo agradecimento pela confiança, pelo compromisso e pela dedicação. É com essa confiança partilhada que continuaremos a construir o futuro da Semapa, certos de que a ambição, aliada à disciplina e à qualidade das nossas equipas, continuará a ser uma poderosa alavanca de criação de valor.

"Entre os momentos mais marcantes do ano, destaca-se, em dezembro, o anúncio da venda da totalidade da participação na Secil, por um *Enterprise Value* de 1,4 mil milhões de euros, com conclusão efetiva já em 2026. Esta operação representa um marco histórico para a Semapa e traduz de forma clara a nossa abordagem ativa à gestão de portefólio: construir, desenvolver e valorizar negócios com uma visão de longo prazo, tomando, em cada momento, as decisões estratégicas mais adequadas."

Principais Indicadores do Gr



VOLUME DE NEGÓCIOS
2 114,9M€ (1)
2024: 2 148,8 M€
-1,6%



EBITDA
381,2M€(1)
2024: 537,1 M€
-29,0%

MARGEM EBITDA(1)
18,0%
2024: 25,0%

RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A ACIONISTAS(1)
156,6M€
2024: 232,7 M€
-32,7%



INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS
228,9M€(2)
2024: 258,8 M€
-11,6%

(1) Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compra e venda de ações entre a Ser
referente à alienação da totalidade do capital social da Secil, pelo que, nos termos previstos na IFRS 5, a totalidad
encontra-se apresentada na demonstração da posição financeira consolidada em rubricas autónomas de ativos e
O resultado líquido da sua performance financeira relativa ao ano de 2025 encontra-se apresentado separadamen
consolidados como resultado líquido de operações descontinuadas, sendo que, para este efeito e conforme preco
financeira relativa ao exercício de 2024 foi reapresentada, de forma a assegurar a comparabilidade da informação
(2) Inclui 30,2 M€ de aquisições efetuadas através de concentrações de atividades empresariais

upo

ACIDENTES DE TRABALHO (POR 1 000 000 DE HORAS)

21,3

2024: 13,6

CONSUMO DE ENERGIA RENOVÁVEL (% CONSUMO TOTAL DE ENERGIA)

58%

N.º HORAS FORMAÇÃO/ COLABORADOR

50,9

2024: 54,9



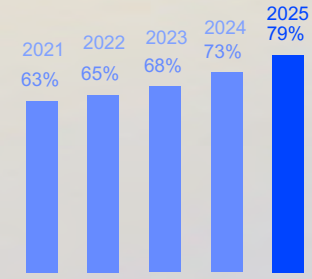
N.º DE COLABORADORES

8 277

2024: 7 173

+15,4%

Produto	Capacidade
Pasta BEKP	1,6 Mt
Papel UWF	1,6 Mt



% de madeira nacional certificada recebida nos complexos industriais da Navigator

% MADEIRA NACIONAL CERTIFICADA

79%

2024: 73%

Navigator

mapa e a Cementos Molins,
e dos ativos e passivos da Secil,
passivos detidos para venda.
te na demonstração dos resultados
nizado na IFRS 5, a informação
financeira apresentada.



DÍVIDA LÍQUIDA REMUNERADA

1 006,1 M€(1)

2024: 1 091,7 M€

-7,8%

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS

Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compra e venda de ações entre a Semapa e a Cementos Molins, referente à alienação da totalidade do capital social da Secil, e nos termos previstos na IFRS 5, a totalidade dos ativos e passivos da Secil, encontra-se apresentada na demonstração da posição financeira consolidada em rubricas autónomas de ativos e passivos detidos para venda. O resultado líquido da sua performance financeira relativa ao ano de 2025 encontra-se apresentado separadamente na demonstração dos resultados consolidados como resultado líquido de operações descontinuadas, sendo que, para este efeito e conforme preconizado na IFRS 5, a informação financeira relativa ao exercício de 2024 foi reapresentada, de forma a assegurar a comparabilidade da informação financeira apresentada.

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2021	2022	2023	2024	2024 (reapresentado)	2025
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS						
Volume de negócios	2 131,4	3 122,0	2 706,3	2 849,4	2 148,8	2 114,9
EBITDA	508,7	894,2	672,1	702,7	537,1	381,2
Margem EBITDA (%)	23,9%	28,6%	24,8%	24,7%	25,0%	18,0%
Resultados operacionais	310,1	641,8	440,1	430,9	338,5	136,7
Margem EBIT (%)	14,5%	20,6%	16,3%	15,1%	15,8%	6,5%
Resultados do exercício	250,0	422,1	335,9	310,3	310,3	203,5
Atribuível aos detentores do capital	198,1	307,1	244,5	232,7	232,7	156,6
POR AÇÃO						
Cotação de fecho, EUR/ação	11,700	12,360	13,400	14,180	14,180	20,900
Dividendos, EUR/ação (pago em n+1)	1,764	0,950	0,626	0,626	0,626	0,626
Resultados básicos, EUR/ação	2,481	3,845	3,061	2,914	2,914	1,961
CASH FLOW						
Cash flow	448,5	674,4	567,9	582,2	582,2	509,8
INVESTIMENTOS						
Dispêndios em capital fixo	120,3	168,0	285,1	353,2	353,2	228,9
BALANÇO						
Capital próprio antes INC	1 092,3	1 323,4	1 471,4	1 639,7	1 639,7	1 740,4
Total do capital próprio	1 345,4	1 633,6	1 806,5	1 978,1	1 978,1	2 097,8
Dívida líquida remunerada	1 015,6	794,2	1 012,0	1 091,7	1 091,7	1 006,1
Dívida líquida remunerada + IFRS 16	1 112,3	895,4	1 116,0	1 243,2	1 243,2	1 142,4

Nota: Dividendos por ação de 2025 a pagar em 2026 referem-se à proposta de aplicação de resultados constante deste relatório.



2. O Grupo Semapa

Índice

2.1 IDENTIDADE SEMAPA 12

Propósito e valores 12
Quem somos 14
O que fazemos 15
Onde estamos 16

2.2 LINHAS ESTRATÉGICAS 17

Estratégia de investimento 17
Critérios de investimento 18

2.3 INOVAÇÃO 19

2.4 MODELO DE GOVERNO 21

Corpos sociais 22
Conselho de administração 23
Comissão de direção executiva 25

2.5 GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS 26

2.1 Identidade Semapa

Propósito e valores

GRI 2.23

Propósito

MAKING IT BETTER

Somos uma empresa de investimento focada no crescimento sustentado e na criação de valor a longo prazo. Temos como ponto de partida o profundo respeito pelo nosso legado, mas temos sempre os olhos postos no futuro. Sabemos que só desse modo poderemos atrair o melhor talento para construir um portefólio diversificado e de excelência.

Queremos ter um impacto positivo nas pessoas, na comunidade, no ambiente e no futuro. Para isso, trabalhamos como um só, unindo forças para fazer acontecer.

Valores Semapa

A integridade, a ética e a honestidade são princípios inegociáveis na forma de ser e de estar da Semapa. Estão presentes em todas as operações e em todos os negócios do nosso Grupo, em qualquer ponto do mundo onde marcamos presença, cumprindo a legislação e os compromissos assumidos com todos os *stakeholders*.

A nossa forma de atuação caracteriza-se por:

· Simplicidade, proximidade e discrição;
· Consciência social e ambiental;
· Orientação para a ação;
· Melhoria contínua com inovação e empreendedorismo.

Quem Somos



Um dos maiores grupos industriais portugueses com presença em
4 CONTINENTES



PORTEFÓLIO
que inclui Pasta e Papel, Cimento e Outros Materiais de Construção, Transição Energética, Ambiente, Mobilidade, Venture Capital e Hidrogénio para Eficiência Energética e Descarbonização



Cotada desde 1995 na
EURONEXT LISBON
(PSI)



Família
QUEIROZ PEREIRA
investidor de referência



GESTÃO
Profissional, experiente e diversificada

O que fazemos

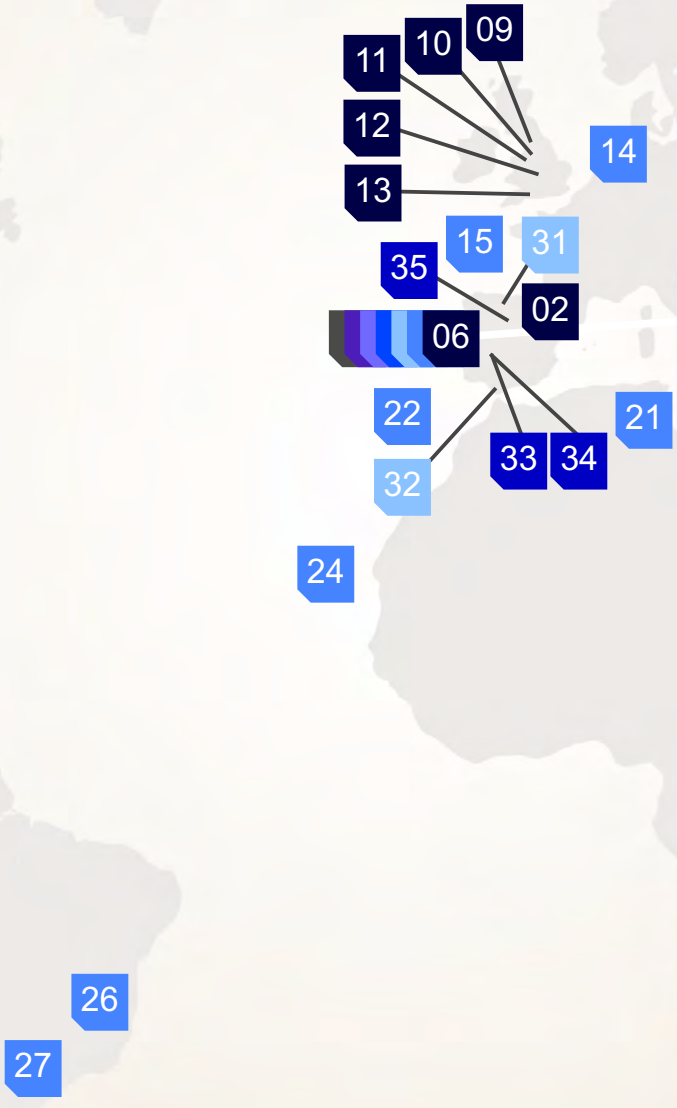
SEMAPA

% de capital

Navigator	PASTA E PAPEL 70,03%
Secil	CIMENTO E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO 100%*
Imedexa	TRANSIÇÃO ENERGÉTICA 100%
ETSA	AMBIENTE 100%*
Triangle's	MOBILIDADE 100%
Semapa Next	VENTURE CAPITAL 100%
UTIS	HIDROGÉNIO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DESCARBONIZAÇÃO 50%

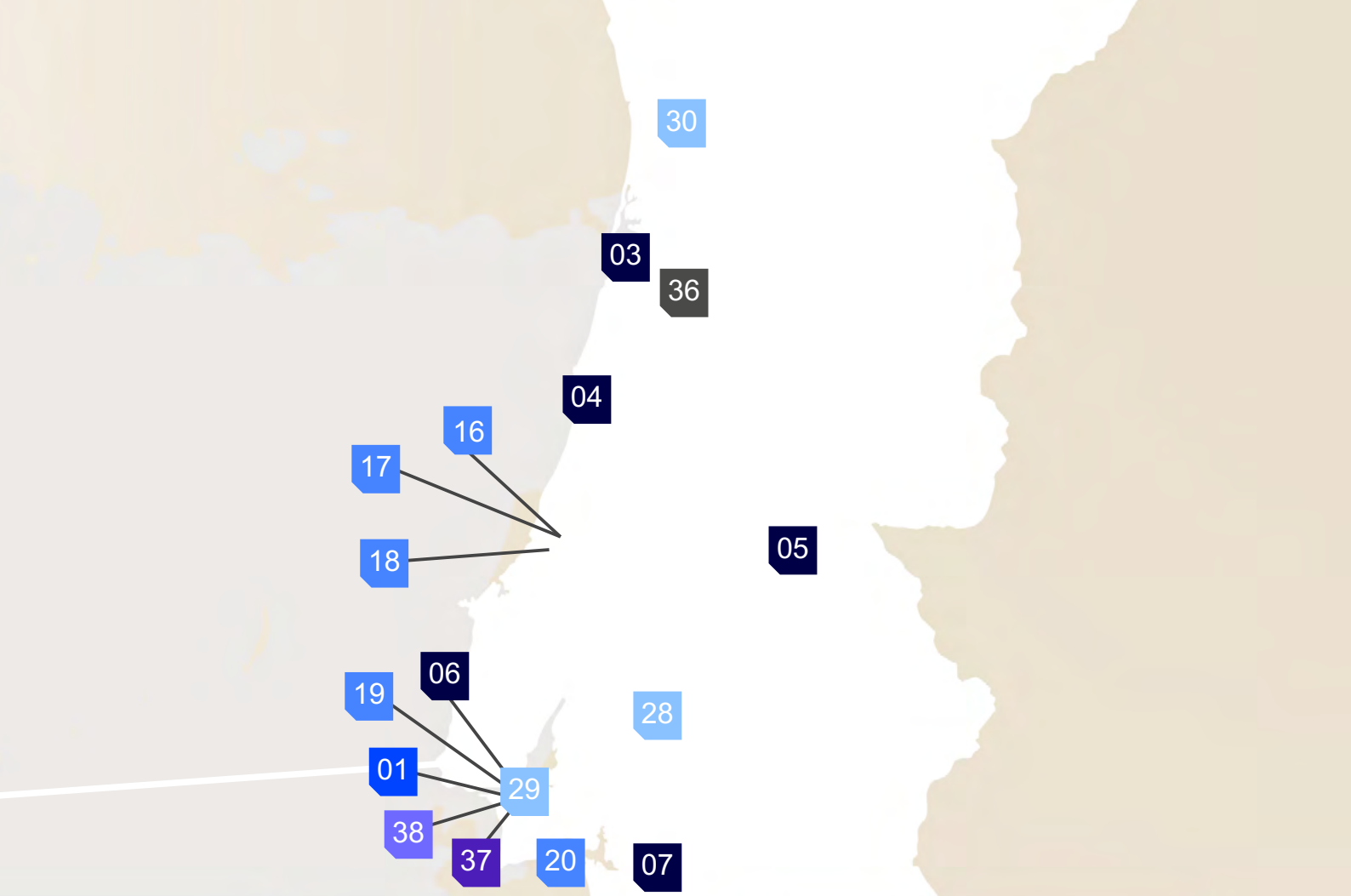
* Valor aproximado

Onde estamos



HOLDING
01 Escritóri

PASTA E NAVIGAT
02 Fábrica
de los Caba
03 Fábrica
04 Fábrica
05 Fábrica
Vila Velha
06 Escritóri
07 Fábrica
08 Escritóri
09 Fábrica
10 Fábrica
11 Fábrica
12 Fábrica
13 Fábrica



SEMAPA
o Lisboa

PAPEL
OR
Tissue Ejea
alleros
Aveiro
Figueira da Foz
Tissue
de Rodão
o Lisboa
Setúbal
o Maputo
Leyland
Blackburn
Flint
Leicester
Bridgewater

CIMENTO – SECIL
14 Terminal de Terneuzen
15 Terminal de Vigo
16 Fábrica Maceira-Liz
17 Fábrica de Cal Maceira
18 Fábrica Cibra-Pataias
19 Escritório Lisboa
20 Fábrica Secil-Outão
21 Fábrica Gabès
22 Terminal do Funchal
23 Fábrica Sibline
24 Terminal da Praia
25 Fábrica Lobito
26 Fábrica Adrianópolis PR
27 Fábrica Pomerode SC

AMBIENTE – ETSA
28 Fábrica Coruche
29 Fábrica Santo Antão do Tojal
30 Fábrica Vila Nova de Famalicão
31 Fábrica Mundaka (País Basco)
32 Fábrica Tarifa (Andaluzia)

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA IMEDEXA
33 Casar de Cáceres, Cáceres (Principal): Sede e unidade de produção
34 Santiago del Campo, Cáceres: Unidade de produção
35 Medina del Campo, Valladolid: Unidade de produção

MOBILIDADE TRIANGLE'S
36 Fábrica Águeda

VENTURE CAPITAL SEMAPA NEXT
37 Escritório Lisboa

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA UTIS
38 Fábrica São Domingos de Rana

2.2 Linhas Estratégicas

Somos uma *holding* de investimento focada na criação de valor a longo prazo, suportada no talento da sua equipa, na ambição e na inovação.

Estabelecemos parcerias de proximidade com as nossas Participadas e fomentamos a criação de valor e um crescimento sustentável.

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

A Semapa tem como objetivo a expansão e diversificação do seu portefólio de empresas. Para tal, está ativamente à procura de novas oportunidades de investimento, que permitam a criação de valor a longo prazo, combinando um forte potencial de crescimento e um contributo positivo para a sociedade.

Neste ciclo de investimento, a Semapa vai procurar reforçar o seu portefólio, executando investimentos em empresas portuguesas ou europeias, que beneficiem das competências do Grupo para acelerar o seu desenvolvimento, permitindo criação de valor para os acionistas e para a sociedade.

A Semapa vai procurar investir em posições de controlo ou controlo partilhado, não estando contemplados na estratégia investimentos de cariz meramente financeiro. Este posicionamento é consistente com a estratégia de criação de valor do Grupo Semapa e com o horizonte de longo prazo que preconiza para os seus investimentos.

As empresas-alvo deverão ter uma dimensão relevante ou um grande potencial no seu mercado e perspetivas claras de crescimento, decorrentes de uma posição competitiva privilegiada e defensável. Todos os investimentos serão em empresas com maturidade e modelos de negócio demonstrados, cujas boas perspetivas de geração de *cash flow* se traduzam num retorno atrativo para a Semapa e num impacto positivo na sociedade e no ambiente.

Alguns setores considerados na estratégia de investimento (lista não exaustiva):

– Soluções sustentáveis no setor das embalagens;

– Transição e eficiência energética;

– Química fina e de especialidades, com abordagem sustentável;

– Empresas industriais fortemente exportadoras.

CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO

Dimensão relevante no seu mercado

Vantagens competitivas robustas que se traduzam numa rentabilidade acima da média

Potencial para ganhar escala e internacionalizar

Forte capacidade exportadora

Contributo positivo para o ambiente e a sociedade

A NOSSA PROPOSTA DE VALOR

Partindo de uma posição privilegiada, com um legado e um conjunto de empresas muito forte, a Semapa alia a experiência à ambição renovada, para reforçar um portefólio vencedor, à prova do futuro e com impacto positivo para as gerações vindouras.

Queremos ajudar boas empresas a concretizar o seu potencial para se transformarem em excelentes empresas, criadoras de valor financeiro, social e humano.

A proposta de valor do Grupo Semapa passa por quatro eixos fundamentais, nos quais se envolve plenamente:

TALENTO

Seleção, valorização e recrutamento das funções-chave enquanto agentes de mudança, crescimento e criação de valor

ESTRATÉGIA

Definição, monitorização e coordenação de planos estratégicos
Gestão da implementação de iniciativas estratégicas

***KNOW-HOW* INDUSTRIAL**

Experiência operacional, experiência em relações B2B, experiência a gerir *sourcing* e mix energético, capacidade de gestão em toda a cadeia de valor com especial ênfase na gestão de commodities e no acesso a diferentes mercados

***KNOW-HOW* DE INTERNACIONALIZAÇÃO**

Identificação e penetração em mercados-chave, experiência em gestão logística e criação de rede internacional de clientes e fornecedores

2.3 Inovação

INOVAÇÃO NO GRUPO SEMAPA: ESTRATÉGIA, ORGANIZAÇÃO E RESULTADOS

A inovação desempenha um papel estratégico fundamental na visão de longo prazo do Grupo Semapa, a par com o foco na criação de valor sustentado e no talento, constituindo assim um motor essencial para o crescimento, competitividade e resiliência das empresas do Grupo.

GOVERNANCE E ORGANIZAÇÃO

A estrutura de *governance* de inovação no Grupo Semapa foi reforçada em 2025 e divide-se em duas frentes complementares: a Inovação Corporativa e o Semapa Venture Studio.

Na vertente de Inovação Corporativa, consolidou-se o Fórum de Inovação enquanto espaço estruturado de alinhamento estratégico e operacional entre as empresas do Grupo.

Durante o ano em causa, o Fórum atuou em quatro áreas prioritárias:

– Estratégia e Direção. Através do desenvolvimento de um estudo de Megatendências, que teve como objetivo a identificação das principais forças de transformação que poderão moldar os setores onde o Grupo opera, pretendeu-se dar base e suporte às decisões estratégicas de médio e longo prazo de cada uma das empresas do Grupo.

– Estrutura e *Governance*. Com a finalização do *Playbook* de Inovação, documento estruturante que estabelece uma linguagem comum e princípios orientadores para a inovação no Grupo Semapa, ancorou-se a necessidade de definição de objetivos e modelos de *governance* de inovação adaptados a cada empresa, aspetos que foram desenvolvidos e trabalhados de forma colaborativa ao longo do ano no âmbito interno das empresas em conjunto, no Fórum de Inovação.

– Ecossistema e Parcerias. Acreditamos que a dinamização de um ecossistema sólido de parcerias constitui um pilar fundamental da estratégia de inovação. Nesse sentido, assegurámos a continuidade e consolidação das parcerias em curso e estabelecemos novas parcerias de elevado valor acrescentado no ecossistema de inovação nacional e internacional, reforçando o acesso a conhecimento e oportunidades emergentes.

– Cultura e Mobilização. A cultura de inovação do Grupo reconhece, no seu ADN, a inovação, pelo que o tema tomou protagonismo no Encontro de Quadros, evento anual do Grupo, onde foi promovida a cultura de inovação de cada uma das empresas do Grupo, mobilizando equipas e evidenciando processos e iniciativas inovadoras numa mostra transversal de competências.

O principal objetivo destas iniciativas foi reforçar a capacidade de inovação do Grupo, promovendo o alinhamento estratégico entre empresas, a partilha de conhecimento e a criação de valor sustentável a longo prazo.

No segundo eixo da inovação, o Semapa Venture Studio constitui-se enquanto um novo veículo estratégico orientado para a conceção, teste e lançamento sistemático de novos negócios, com potencial para integrar o futuro portefólio do Grupo.

Durante este período, o Semapa Venture Studio atuou em duas áreas principais:

– Criação de equipa e estabelecimento de processos. Pelo desenvolvimento do ADN operacional, incluindo processos, metodologias, materiais e ferramentas estruturantes.

– Criação de novos negócios. Através da conclusão do primeiro ciclo de desenvolvimento de novas *ventures*, recorrendo a fontes de ideação internas. Como resultado, encontra-se atualmente uma *venture* em fase ativa de desenvolvimento.

DESTAQUES DE 2025

Em 2025, foram dados passos relevantes na consolidação de uma abordagem estruturada à inovação, alinhada com a visão estratégica de longo prazo do Grupo Semapa.

Ao longo do ano, a Semapa participou em conferências e eventos nacionais e internacionais, consolidando o seu posicionamento no ecossistema de inovação e fomentando colaborações com universidades, *start-ups* e centros de investigação.

Os esforços desenvolvidos reforçaram a inovação como dimensão integrada da estratégia do Grupo, preparando as empresas para responder aos desafios do mercado com maior agilidade, capacidade de adaptação e foco na criação de valor sustentável.

2.4 Modelo de Governo



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



9 membros, dos quais 3 independentes
Gere as atividades da sociedade

ADMINISTRADOR-DELEGADO



1 membro
Órgão de gestão executivo.
Prossegue as suas competências no âmbito da delegação de poderes que lhe foi confiada pelo Conselho de Administração

COMISSÃO DE DIREÇÃO EXECUTIVA



4 membros, incluindo o administrador-delegado
Coadjuva o Administrador-Delegado no exercício das suas atribuições

COMISSÃO DE CONTROLO E RISCOS



3 membros, dos quais
2 administradores independentes
Deteta e controla os riscos relevantes na atividade da Sociedade

COMISSÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO



3 membros, dos quais
1 administrador não executivo
Supervisiona o cumprimento de disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, promovendo ainda a reflexão e aperfeiçoamento do modelo de governo societário adotado

COMISSÃO DE TALENTO



6 membros, dos quais
4 administradores não executivos
Tem competências de natureza recomendatória e consultiva em matéria de nomeações e avaliações

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR / REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO



1 membro
Responde às solicitações e presta informações aos acionistas e aos diversos *stakeholders*

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE



1 membro
É designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei

Corpos Sociais

Conselho de Administração

Presidente

José Antônio do Prado Fay

Vogais

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
Paulo José Lameiras Martins
Pedro Simões de Almeida Bissaia Barreto
Carlos Filipe Pires de Gouveia Correia de Lacerda

Administrador-Delegado

CEO

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Comissão de Remunerações

Presidente

Pedro Miguel de Araújo Raposo

Vogais

João do Passo Vicente Ribeiro
Carlota Infante da Câmara Albergaria Caldeira

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Rui Manuel Pinto Duarte

Secretário

Luís Nuno Pessoa Ferreira Gaspar

Conselho Fiscal

Presidente

Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos

Vogais efetivos

José Manuel de Oliveira Vitorino
Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

Revisor Oficial de Contas

Efetivo

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Rui Filipe Dias Lopes

Suplente

Pedro Jorge Quental e Cruz

Secretário da Sociedade

Efetivo

Rui Tiago Trindade Ramos Gouveia

Suplente

Daniela Filipa Dias Romeiro

Conselho de Administração



José Fay



Ricardo Pires (CEO)



Filipa Queiroz Pereira



Mafalda Queiroz Pereira



Lua Queiroz Pereira



António Viana-Baptista



Paulo Lameiras Martins



Pedro Barreto



Carlos Lacerda

Matriz de Competências

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FORMAÇÃO ACADÉMICA	
ENGENHARIA	30%
ECONOMIA	10%
GESTÃO	30%
MATEMÁTICA	10%
OUTRAS INFORMAÇÕES	80%

COMPETÊNCIAS	
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS	100%
GOVERNANCE	100%
FUSÕES E AQUISIÇÕES	50%
INTERNACIONALIZAÇÃO	60%
EMPREENDEDORISMO/ *VENTURE* CAPITAL	60%
ACADÉMICA	20%
GESTÃO DE TALENTO	70%
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	50%
SUSTENTABILIDADE	20%
INDÚSTRIA E SERVIÇOS	100%

Comissão de Direção Executiva



Ricardo Pires (CEO)



Hugo Pinto (CFO)



Tiago de Noronha (CIO)



Joana Machado (CTO)

2.5 Gestão de Riscos Estratégicos

Enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), a Semapa encontra-se exposta à evolução das empresas em que detém participações, sendo o seu desempenho influenciado pelos riscos inerentes às atividades dessas entidades, bem como pelos riscos associados à própria *holding*. Estes fatores podem, individualmente ou de forma combinada, impactar o valor dos ativos e os resultados consolidados do Grupo.

Neste contexto, a gestão de risco assume um papel central na salvaguarda da resiliência do Grupo Semapa, na criação de valor sustentável e no suporte à execução da estratégia corporativa. O ano de 2025 foi marcado por um conjunto de iniciativas estruturantes – nomeadamente a expansão internacional, o reforço do investimento e a integração de novos negócios – que aumentaram a complexidade das operações e reforçaram a necessidade de um enquadramento robusto e integrado de gestão de risco, capaz de identificar, avaliar e monitorizar de forma proativa os fatores internos e externos com impacto relevante na performance do Grupo.

O modelo de gestão de risco do Grupo Semapa encontra-se alinhado com as melhores práticas internacionais, integrando princípios de governança sólida, avaliação sistemática de riscos emergentes, rigor na análise de investimentos e incorporação crescente das dimensões ESG na tomada de decisão. A adoção consistente destes princípios tem permitido reforçar a capacidade de antecipação, melhorar a qualidade dos processos de decisão e aumentar a proteção do Grupo perante volatilidade económica, desafios regulatórios e transição ambiental. Assim, a gestão de risco constitui não apenas um mecanismo de controlo, mas um instrumento estratégico de suporte à tomada de decisão, contribuindo para assegurar a competitividade, sustentabilidade e continuidade do Grupo no longo prazo.

Importa salientar que a gestão de risco assume particular relevância ao nível das maiores Participadas, atendendo às especificidades da natureza da sua atividade e ao respetivo perfil de risco. Em simultâneo, o modelo de governação adotado assenta na promoção da autonomia e responsabilização dessas entidades, pelo que as mesmas dispõem de sistemas próprios de gestão de risco. Desta forma, a Semapa tem vindo a reforçar de forma consistente o seu modelo de gestão e controlo de riscos, assegurando uma abordagem integrada que cobre todo o ciclo de vida do risco — desde a identificação e avaliação até ao respetivo tratamento, monitorização e reporte. Este modelo está alinhado com as melhores práticas internacionais, nomeadamente os referenciais do Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission (COSO ERM) e da ISO 31000, bem como com as recomendações do Código de Governo das Sociedades (CGS) do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) e da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), garantindo rigor e coerência na forma como o Grupo gere os seus riscos estratégicos.

O apetite ao risco definido e aprovado pelo Conselho de Administração, em política de assunção de riscos, estabelece de forma clara as métricas e o nível de risco tolerado para apoiar a execução da estratégia e dos objetivos do Grupo. Este enquadramento assegura que as decisões são tomadas de forma consistente e informada, promovendo um equilíbrio adequado entre a captação de oportunidades e a mitigação de exposições críticas. A política de assunção de riscos constitui, assim, um pilar central da robustez do sistema de gestão de risco, garantindo alinhamento com os temas materiais mais relevantes para o Grupo e reforçando a disciplina na tomada de decisão. A avaliação dos riscos, no que respeita ao seu impacto, é aferida considerando cinco dimensões:

– Económico-financeira: representa o impacto nos resultados e indicadores financeiros da Semapa (EBITDA, rácio Net Debt/ EBITDA e Resultado Líquido);

– Reputação: representa o impacto na perceção de stakeholders relevantes da Semapa e, por conseguinte, no seu capital reputacional;

– Compliance: representa o impacto de ações que apresentem um desrespeito por normas ou políticas internas, ou por regulação e legislação nacional ou internacional;

– Capital humano: representa o impacto no que respeita a danos em pessoas ou perda de conhecimento e competências relevantes para a Semapa e suas Participadas;

– Ambiental: representa o impacto resultante de danos ambientais, interno ou externo.

Importa ainda referir que a avaliação dos riscos contempla a classificação da dimensão de probabilidade de ocorrência, segundo diferentes critérios:

– Histórico – representa a perspetiva futura de ocorrência do risco com base no histórico de eventos;
– Expectativa – representa a expectativa qualitativa de ocorrência do risco; e
– Frequência – intervalo de tempo aproximado em que a ocorrência do risco é expectável.

Do ponto de vista de responsabilidades, o modelo de governo do sistema de gestão de risco define de forma clara a distribuição de responsabilidade entre os diferentes órgãos e estruturas do Grupo. A definição da estratégia global de risco compete ao Conselho de Administração, cabendo a sua supervisão ao Conselho Fiscal. A Comissão de Controlo e Riscos (CCR) assegura o acompanhamento e monitorização do sistema, promovendo a avaliação contínua do quadro de riscos e das medidas de mitigação existentes ou necessárias. Este processo é suportado pelo Fórum de Controlo e Risco, que integra representantes das diversas empresas do Grupo, promovendo a partilha de informação, a harmonização de práticas e o alinhamento metodológico.

Estas responsabilidades e acompanhamento acontecem ao longo de um ciclo anual de atividades, que compreendem as seguintes etapas:

– Avaliação de medidas de mitigação: recolha de informação detalhada sobre cada risco, e registo em fichas individuais, que incluem a identificação do risco e o acompanhamento das medidas de mitigação existentes. Neste âmbito, cada risk owner realiza o exercício de autoavaliação de eficácia das referidas medidas de mitigação;

– Discussão e revisão: as fichas de risco são discutidas e revistas, incluindo a participação dos responsáveis pela gestão de risco de cada uma das Empresas do Grupo. Esta discussão e partilha promove a partilha de conhecimento e estratégias de mitigação transversais adequadas.

– Indicadores de Risco: recolha e enquadramento de indicadores de risco face à tolerância assumida pelo Grupo, que permitem a monitorização e antecipação de impactos.

EXERCÍCIO DE 2025

O ano de 2025 foi marcado por um elevado número de iniciativas de natureza estratégica e operacional, incluindo iniciativas de expansão internacional, reforço do investimento e integração de novos negócios, num contexto macroeconómico exigente e de pressão sobre as cadeias produtivas e custos operacionais. Estes fatores tiveram impacto direto na avaliação dos riscos estratégicos, financeiros, operacionais e ESG do Grupo.

Durante o exercício, a Semapa deu continuidade ao ciclo anual de monitorização dos riscos e promoveu a reanálise dos riscos estratégicos e ajuste face aos limites de tolerância. Destaca-se ainda o reforço do alinhamento metodológico com a Triangle's.

Relativamente à Imedexa, e considerando que a sua integração no perímetro do Grupo ocorreu apenas no decurso do segundo semestre do ano, a empresa não foi incluída no processo de avaliação de riscos realizado em 2025, estando prevista a sua inclusão no plano de atividades de gestão de risco a desenvolver em 2026.

Na sequência da conclusão da análise de dupla materialidade realizada pelo Grupo no início de 2025, foram reforçados os mecanismos de monitorização dos seguintes riscos:

– Licenças CO_2;
– Disrupção de cadeias logísticas; e
– Novas tecnologias disruptivas e utilização de IA.

Em sentido inverso, os riscos de Quadro legal e regulatório em Portugal e Acesso a Financiamento foram avaliados como tendo reduzido nível de severidade no contexto atual.

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Portefólio	A Semapa é uma empresa de investimento focada no crescimento sustentado e na criação de valor a longo prazo. A manutenção de um portefólio de participações diversificado é essencial para mitigar o nível de dependência de determinados setores ou atividades, o qual, em cenários de contexto adverso, pode impactar negativamente a *performance* operacional e financeira do Grupo.	Análise contínua de oportunidades para a realização de novos Investimentos. Investimento diversificado em *venture* capital, através da Semapa Next. Potenciar e acompanhar a diversificação das atividades das próprias Participadas. Avaliação contínua do peso de cada Participada no ativo, EBITDA e Resultado Líquido do Grupo.
Mercado	O Grupo encontra-se exposto a diversos mercados que operam num ambiente competitivo. A manutenção dos níveis de consumo dos produtos do Grupo nos mercados onde este opera e a eficiência da estrutura de custos necessária à sua produção são um desafio constante e que carece de monitorização permanente. Alterações ao nível destas componentes podem resultar numa redução significativa do volume de negócios e respetivos resultados gerados, e bem assim impactar negativamente a *performance* operacional e financeira do Grupo.	Implementação de medidas com vista a tornar as empresas mais eficientes do que os concorrentes. Expansão do negócio para mercados com maior sustentação e potencial de crescimento. Diversificação da produção e comercialização para produtos derivados dos já existentes no Grupo. Diversificação geográfica da comercialização para mercados emergentes. Aposta significativa em I&D de produtos substitutos e produtos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental.
Capital Reputacional	A manutenção e reforço permanente do capital reputacional do Grupo é essencial para incrementar a perceção geral do mercado e demais *stakeholders* relativamente à sua reputação e bem assim mitigar o risco de impacto produzido por potenciais eventos negativos, tanto na sua *performance* operacional e financeira como na valorização dos seus ativos.	Reforço do posicionamento e compromisso com temas de sustentabilidade e ESG (*Environment*, *Social* and *Governance*). Promoção de um clima organizacional suportado por fortes valores e princípios éticos. Desenvolvimento de planos de comunicação próprios e conjuntos com as suas Participadas. Envolvimento com as comunidades em que as Participadas estão presentes. Existência de mecanismos de prevenção e deteção de eventos que possam deteriorar o capital reputacional.

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Tomada de Decisão de Investimento	O objetivo de geração de valor através da gestão, investimento e desinvestimento em participações em Participadas deverá ser garantido por um processo, política e governo de gestão de investimento robustos e eficientes. Uma estrutura deficitária no que respeita à tomada de decisão de investimento poderá resultar na incapacidade de maximizar o valor do portefólio existente e a criação de valor.	Análise e acompanhamento por equipa centralizada das grandes decisões de investimento do Grupo e das Participadas. Existência de modelo de governo com delegação de poderes e definição do processo de tomada de decisão de investimento. Definição de critérios genéricos, financeiros e não financeiros, de investimento orgânico e inorgânico.
Talento	A manutenção e reforço de um sistema eficaz de acompanhamento e gestão de pessoas é essencial para garantir uma adequada concretização da estratégia do Grupo. Limitações à capacidade de contratação e retenção de pessoas, bem como o reforço do conhecimento e competências dos profissionais em áreas críticas do negócio, podem colocar em causa a diferenciação face a concorrentes, e bem assim condicionar a implementação e alcance das estratégias definidas para o Grupo.	Manutenção de uma área de gestão de talento do Grupo articulada com as suas Participadas. Existência de políticas retributivas atrativas e competitivas para as funções críticas. Existência de política de desenvolvimento e gestão de talento. Identificação e mapeamento de recursos humanos críticos do Grupo. Divulgação da cultura e valores do Grupo. Aproximação ao meio académico e mundo digital. Medição regular de clima organizacional e satisfação de Colaboradores.
Choque Externo	O Grupo opera num contexto global, assumindo as exportações um peso significativo no seu volume de negócios. A ocorrência de alterações significativas ou disruptivas no contexto externo, com efeitos prejudiciais graves nos mercados (procura, preços, logística), nos fatores produtivos (energia, químicos e matérias-primas) ou pessoas, podem impactar negativamente a *performance* operacional e financeira do Grupo.	Análise e monitorização constante do contexto macroeconómico, tanto ao nível das geografias onde o Grupo opera como ao nível global. Planos de contingência. Política e contratação de seguros adequada às operações das Participadas. Infraestruturas tecnológicas e informáticas robustas e preparadas para trabalho remoto.
Cambial	O Grupo, através das suas Participadas, encontra-se exposto ao risco cambial sempre que desenvolve atividades, realiza transações ou detém ativos e passivos denominados em moedas diferentes da sua moeda funcional – o Euro. Oscilações nas taxas de câmbio podem afetar o valor dos fluxos financeiros, os resultados económico-financeiros, a valorização de ativos e passivos e, consequentemente, o desempenho global do Grupo. Este risco pode assumir particular relevância em contextos de elevada volatilidade dos mercados financeiros ou em geografias com maior instabilidade cambial.	Monitorização regular das exposições relevantes. Adoção de mecanismos de cobertura natural, através do alinhamento entre receitas e custos ou ativos e passivos na mesma moeda. Contratação de instrumentos financeiros de cobertura. Definição e acompanhamento de limites de exposição cambial.

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Fraude	Pela sua dimensão, o Grupo interage permanentemente com um conjunto alargado de entidades e pessoas, externas e internas, estando por esta via exposto a situações ou ocorrências passíveis de afetarem negativamente a sua reputação e/ou conduzirem a falhas de relato ou perdas na sua situação patrimonial.	Existência de boas práticas de *Corporate Governance*. Existência de Código de Ética e de Conduta. Existência de departamentos de auditoria interna ao nível das Participadas. Existência de políticas e manuais de procedimentos ao nível do Grupo. Existência de Canais de denúncia (w*histleblowing*).
Acesso a Matéria-Prima	O Grupo desenvolve a sua atividade em setores nos quais o acesso a matérias-primas é uma variável crítica à prossecução das suas operações. A redução da matéria-prima disponível nos mercados nacional e internacional, a sua disponibilidade a preços economicamente inviáveis face à estrutura de custos, ou restrições ao seu acesso por imposição regulamentar ou legislativa, podem impactar negativamente a *performance* operacional e financeira do Grupo.	Prospeção permanente e diversificação das geografias para aquisição de matérias-primas. Monitorização permanente das reservas próprias de matéria-prima e do nível de *stocks*. Programas de incentivo de boas práticas e apoio a fornecedores.
Cibersegurança	Os processos produtivos do Grupo encontram-se dependentes de sistemas tecnológicos de informação essenciais à manutenção das suas operações. Interrupções nos sistemas de informação, quebras de segurança ou eventos que conduzam à perda de dados podem impactar negativamente as operações do Grupo, expor informação de carácter confidencial, e bem assim conduzir a danos operacionais, patrimoniais e reputacionais.	Atribuição de responsabilidades no âmbito da segurança dos sistemas de gestão de informação. Existência de políticas e estratégias de cibersegurança implementadas ao nível do Grupo. Existência de um *software* robusto de suporte a toda a informação que é tratada ao nível do Conselho de Administração. Capacitação e sensibilização através de formações regulares aos Colaboradores do Grupo.
Catástrofes Ambientais Não Naturais	O Grupo, essencialmente de cariz industrial, tem ativos e operações que, em caso de acidente, podem causar danos significativos no meio ambiente. Incidentes de causas não naturais, independentemente de a sua origem ser interna ou externa, que ocorram e afetem os ativos sob responsabilidade das Participadas podem causar acidentes ambientais graves e com repercussões financeiras e reputacionais.	Política de cobertura de seguros adequada. Planos de emergência e proteção (interno e externo) e ação em caso de acidente. Planos de controlo operacional ambiental das fábricas. Planos de manutenção das fábricas e áreas florestais. Auditoria regular às instalações e equipamentos industriais. Exercícios periódicos de teste aos planos de emergência interno e externo. Formação obrigatória e sensibilização de Colaboradores em matérias de segurança e ambiente. Processos de identificação, monitorização e cumprimento de obrigações regulamentares e ambientais.

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Eventos Climáticos Adversos	A ocorrência de eventos climáticos adversos pode colocar em causa as operações, os ativos e as pessoas do Grupo. Estes eventos podem ser crónicos (e.g. precipitação ou seca extrema, incêndios) ou agudos (e.g. furacões, cheias) e impactam diretamente a continuidade do negócio das Participadas, tanto a curto como a médio e longo prazo. Eventos como terramotos ou sismos de grande intensidade, especialmente em localizações onde o Grupo detém as suas instalações fabris, podem igualmente impactar a continuidade dos seus negócios, tanto a curto como a médio e longo prazo.	Identificação de riscos e oportunidades em conformidade com referenciais que facilitem a definição de planos de ação e mitigação. Gestão adequada dos recursos naturais. Otimização da dependência energética. Sistemas de gestão ambiental. Seguros associados a eventos ambientais agudos. Planos de recuperação de desastres.
Desempenho ESG	Os temas da sustentabilidade e ligados aos fatores ESG (*Environment, Social and Governance*) têm vindo a ganhar uma visibilidade cada vez maior, sendo o seu escrutínio crescente por parte dos vários tipos de *stakeholders* com quem o Grupo interage. Falhas na gestão, adaptação ou mitigação do Grupo às crescentes exigências regulatórias e de mercado em matéria de ESG podem impactar significativamente relações com *stakeholders*, desvalorizar capital reputacional, deteriorar condições de acesso a capital, potenciar desvantagem competitiva ou incapacidade de captação/retenção de talento.	Divulgação e verificação externa de informação de sustentabilidade. Alinhamento da tomada de decisão de investimento e de *reporting* dos fatores ESG com os *frameworks* globais e regulatórios. Emissão de dívida associada a critérios de sustentabilidade. Melhoria contínua da robustez e qualidade dos sistemas de recolha e controlo dos dados e *performance* de sustentabilidade.
Transição Climática	Os desafios das alterações climáticas são inúmeros e complexos, pois envolvem mudanças significativas nos padrões climáticos, nos ecossistemas e na biodiversidade do planeta. As alterações climáticas de longo prazo e a transição para uma economia de baixo carbono representam um desafio adicional, mas também uma oportunidade para os Governos, empresas, organizações e pessoas contribuírem ativamente para um planeta mais sustentável. A incapacidade de o Grupo se adaptar a alterações estruturais e de longo prazo em termos de tecnologia, de políticas públicas e de preferências de clientes e consumidores, potenciam a perda de competitividade, a desvalorização de ativos, a deterioração das relações com *stakeholders* e a deterioração do capital reputacional.	Alinhamento da tomada de decisão de investimento e do *reporting* com os *frameworks* globais e regulatórios. Emissão de dívida associada a fatores de sustentabilidade. Monitorização contínua dos riscos e oportunidades relacionados com o clima ao longo das cadeias de valor. Certificações de ativos e negócios em termos de eficiência energética e impacto no meio ambiente.

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Disrupção de cadeias logísticas	A atividade do Grupo encontra-se dependente do funcionamento eficiente das cadeias de abastecimento, quer ao nível do aprovisionamento de matérias-primas e bens intermédios, quer na distribuição dos produtos finais. Eventos externos, como constrangimentos geopolíticos, disrupções nos transportes, escassez de recursos, fenómenos climáticos extremos ou falhas de fornecedores críticos, podem provocar ruturas nas cadeias logísticas, com impacto negativo nos níveis de produção, nos prazos de entrega, nos custos operacionais e, em última instância, nos resultados económico-financeiros e na reputação do Grupo.	Diversificação de fornecedores e rotas logísticas. Monitorização contínua do desempenho de fornecedores críticos. Manutenção de níveis considerados adequados de *stocks* de segurança, sempre que aplicável. Avaliação da resiliência das cadeias de abastecimento. Desenvolvimento de planos de contingência. Promoção de parcerias/serviços de proximidade.
Novas tecnologias disruptivas e utilização de IA	A rápida evolução tecnológica, incluindo o desenvolvimento e a adoção crescente de tecnologias disruptivas e de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA), podem representar simultaneamente oportunidades e riscos para o Grupo. A incapacidade de acompanhar estas evoluções, a adoção inadequada de novas tecnologias ou a utilização indevida de sistemas de IA podem resultar em perdas de competitividade, riscos operacionais, impactos ao nível da segurança da informação, da proteção de dados e do cumprimento de requisitos legais e éticos, bem como potenciais impactos reputacionais.	Monitorização contínua das tendências tecnológicas. Avaliação da adoção de novas soluções tecnológicas, incluindo sistemas de IA. Promoção de mecanismos adequados de governação, controlo interno, segurança da informação e proteção de dados. Definição de limites à utilização e homologação de ferramentas aceites. Desenvolvimento de competências internas e a sensibilização dos colaboradores para os riscos e oportunidades associados à utilização responsável de novas tecnologias.
Licenças CO_2	O Grupo encontra-se exposto ao risco associado à disponibilidade, custo e enquadramento regulatório das licenças de emissão de CO_2. Alterações no quadro regulamentar, na atribuição de licenças, na volatilidade do respetivo preço ou no nível de emissões efetivamente registado podem resultar em impactos financeiros relevantes, bem como em riscos de *compliance*, com potenciais efeitos na continuidade operacional e na reputação do Grupo.	Monitorização contínua do enquadramento regulamentar aplicável. Projeção e acompanhamento dos níveis de emissões. Gestão ativa da posição em licenças de CO_2. Investimentos na substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis. Contratação de instrumentos financeiros que mitiguem volatilidade dos preços de energia.

DESAFIOS FUTUROS

O Sistema de Gestão de Risco da Semapa tem acompanhado a evolução do Grupo, tendo permitido suportar a expansão e transformação ocorridas nos últimos anos. No entanto, o crescimento do perímetro, a maior complexidade das operações e a crescente exigência regulatória justificam uma evolução natural do modelo, com vista ao reforço do seu alinhamento estratégico, da robustez analítica e da capacidade de apoio à tomada de decisão.

Neste contexto, durante o ano de 2026 será iniciada uma revisão do Sistema de Gestão de Risco da Semapa, com o objetivo de identificar medidas de melhoria do seu alinhamento estratégico, da robustez analítica e da capacidade de apoiar de forma eficaz a tomada de decisão em todo o Grupo.

Paralelamente, será assegurada a integração da Imedexa no sistema do Grupo, bem como a adaptação do modelo ao novo enquadramento organizacional decorrente da autonomização da Secil.



3. Desempenho nos Negócios

Índice

3.1 SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO SEMAPA 35

3.2 DESEMPENHO DAS UNIDADES DE NEGÓCIO DO GRUPO SEMAPA 40

3.2.1 Contribuição por Segmento de Negócio 40

3.2.2 Desempenho das Unidades de Negócio do Grupo Semapa 41

3.2.2.1 Síntese da atividade da Navigator 41

3.2.2.2 Síntese da atividade da Secil 49

3.2.2.3 Síntese da atividade de Outros Negócios 58

3.2.2.4 Síntese da atividade da Semapa Next 60

3.3 ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA 61

3.3.1 Endividamento 61

3.3.2 Resultado Líquido 62

3.4 EVOLUÇÃO DA *PERFORMANCE* BOLSISTA 63

3.5 PERSPETIVAS FUTURAS 65

3.6 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO 68

3.1 Síntese da atividade do Grupo Semapa

Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compra e venda de ações entre a Semapa e a Cementos Molins, referente à alienação da totalidade do capital social da Secil, e nos termos previstos na IFRS 5, a totalidade dos ativos e passivos da Secil, encontra-se apresentada na demonstração da posição financeira consolidada em rubricas autónomas de ativos e passivos detidos para venda. O resultado líquido da sua performance financeira relativa ao ano de 2025 encontra-se apresentado separadamente na demonstração dos resultados consolidados como resultado líquido de operações descontinuadas, sendo que, para este efeito e conforme preconizado na IFRS 5, a informação financeira relativa ao exercício de 2024 foi reapresentada, de forma a assegurar a comparabilidade da informação financeira apresentada.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2025	2024 (reapresentado)	Var.
Volume de negócios	**2 114,9**	**2 148,8**	**-1,6%**
EBITDA	**381,2**	**537,1**	**-29,0%**
Margem EBITDA (%)	18,0%	25,0%	-7,0p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(248,5)	(198,5)	-25,2%
Provisões	4,0	—	>1000%
EBIT	**136,7**	**338,5**	**-59,6%**
Margem EBIT (%)	6,5%	15,8%	-9,3p.p.
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	3,8	1,7	124,6%
Resultados financeiros líquidos	(1,5)	(34,7)	95,7%
Resultados antes de impostos	**139,1**	**305,5**	**-54,5%**
Impostos sobre o rendimento	(24,3)	(44,8)	45,8%
Resultado líquido do exercício - operações continuadas	114,8	260,7	-56,0%
Resultado líquido do exercício - operações descontinuadas	88,7	49,6	78,9%
Resultados do exercício total	203,5	310,3	-34,4%
Atribuível a acionistas da Semapa	**156,6**	**232,7**	**-32,7%**
Atribuível a interesses não controlados (INC)	46,9	77,6	-39,5%
Cash Flow de operações continuadas	359,2	459,3	-21,8%
Cash Flow de operações descontinuadas	150,6	122,9	22,6%
Cash Flow total	**509,8**	**582,2**	**-12,4%**
Cash Flow Livre - operações continuadas	(140,7)	(20,3)	-593,8%
Cash Flow Livre - operações descontinuadas	88,4	38,2	131,0%
Cash Flow Livre total	**(52,3)**	**18,0**	**-391,3%**
	31/12/2025	**31/12/2024**	**Dez25 vs. Dez24**
Capitais próprios (antes de INC)	1 740,4	1 639,7	6,1%
Dívida líquida remunerada	**1 006,1**	**1 091,7**	**-7,8%**
Passivos de locação (IFRS 16)	136,3	151,5	-10,0%
Total	**1 142,4**	**1 243,2**	**-8,1%**
Dívida líquida remunerada / EBITDA[1,2]	**2,64x**	**2,02x**	**0,62x**

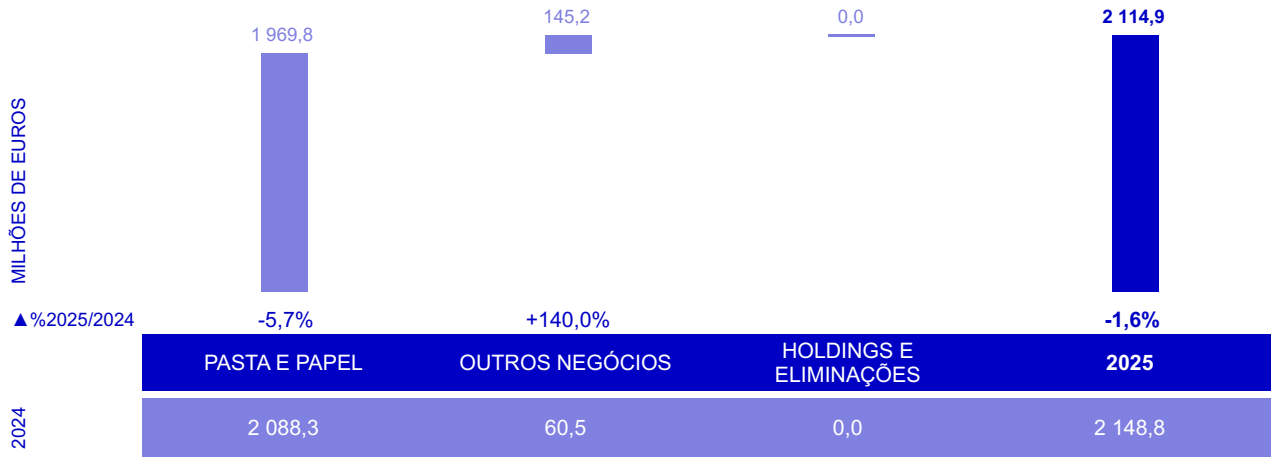
[1] Dívida líquida remunerada apresentada não inclui o impacto das operações descontinuadas em 2025. Considerando estas operações, a dívida líquida remunerada ascende a 1 266 milhões de euros em 2025 e o EBITDA a 580 milhões de euros, o que corresponde a um rácio dívida líquida / EBITDA de 2,18 x.

[2] Impacto IFRS 16 -> Dívida líquida / EBITDA 2025 de 3,00 x; Dívida líquida / EBITDA 2024 de 2,30 x.

VOLUME DE NEGÓCIOS

O **volume de negócios** consolidado do Grupo Semapa em 2025 foi de 2 114,9 milhões de euros (-1,6% *vs*. período homólogo). No período em análise, foram gerados 1 969,8 milhões de euros na Navigator (Pasta e Papel) e 145,2 milhões de euros nos Outros Negócios. As exportações e vendas no exterior no mesmo período ascenderam a 1 826,5 milhões de euros, o que representa 86,3% do volume de negócios, em linha com os objetivos estratégicos do Grupo.

Considerando o contributo da Secil a 31 de dezembro de 2025, o volume de negócios seria de 2 865,2 milhões de euros (+0,6% vs. período homólogo de 2024).



NAVIGATOR – PASTA E PAPEL: 1 970 MILHÕES DE EUROS ▼ 5,7%

Em 2025, o volume de negócios da Navigator ascendeu a 1 969,8 milhões de euros, um decréscimo de 5,7% face ao período homólogo. As vendas de papel UWF representaram cerca de 62% do volume de negócios (*vs*. 61% no ano 2024), as vendas de pasta 9% (vs. 11%), as vendas de *tissue* 25% (*vs*. 22%) e as vendas de energia 5% (*vs*. 6%), o que é demonstrativo da política de diversificação de negócios da Navigator.

O volume de negócios recuou devido à forte queda dos preços da pasta e do papel nos mercados internacionais, embora o desempenho por segmento tenha revelado uma dinâmica positiva no segmento de *tissue* – para a qual contribui a incorporação de 12 meses do negócio da Navigator Tissue UK, integrada desde 1 de maio de 2024, bem como no segmento de *packaging*.

OUTROS NEGÓCIOS[3]: 145 MILHÕES DE EUROS ▲ 140,0%

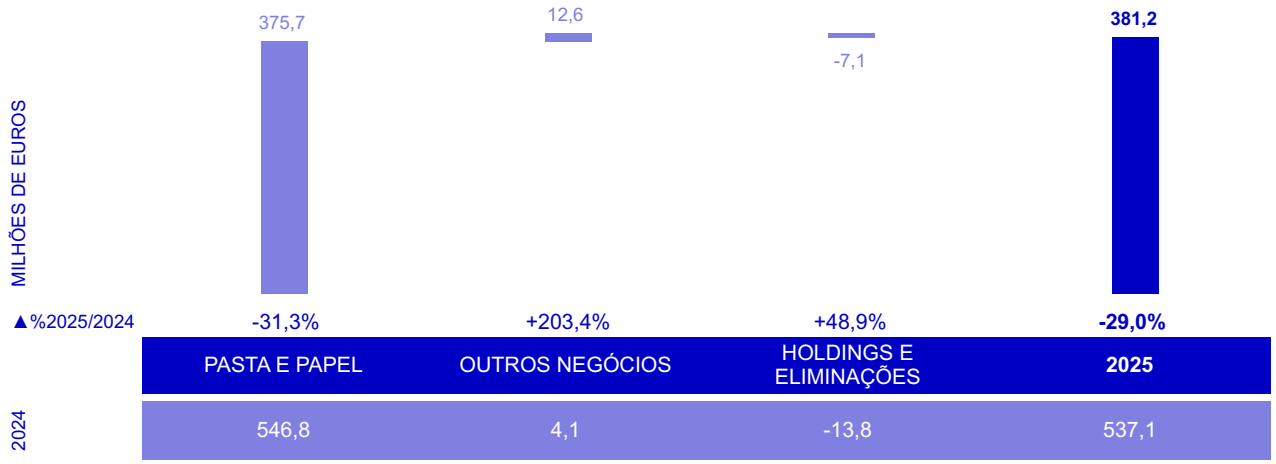
Em 2025, o volume de negócios ascendeu a cerca de 145,2 milhões de euros devido ao crescimento orgânico, à incorporação da Barna na ETSA e à consolidação da Imedexa desde agosto.

[3] A 31 de dezembro de 2025, os Outros Negócios incluem os negócios da ETSA, Triangle's e Imedexa.

EBITDA

Em 2025, o **EBITDA** totalizou 381,2 milhões de euros (-29,0% *vs*. 2024). No período em análise, 375,7 milhões de euros foram gerados na Navigator e 12,6 milhões de euros nos Outros Negócios. A margem EBITDA consolidada atingiu 18,0%, (-7,0p.p. *vs*. o ano anterior).

Considerando o contributo da Secil a 31 de dezembro de 2025, o EBITDA seria de 580,2 milhões de euros (-17,4% vs. período homólogo de 2024).



NAVIGATOR – PASTA E PAPEL: 375,7 MILHÕES DE EUROS ▼ 31,3%

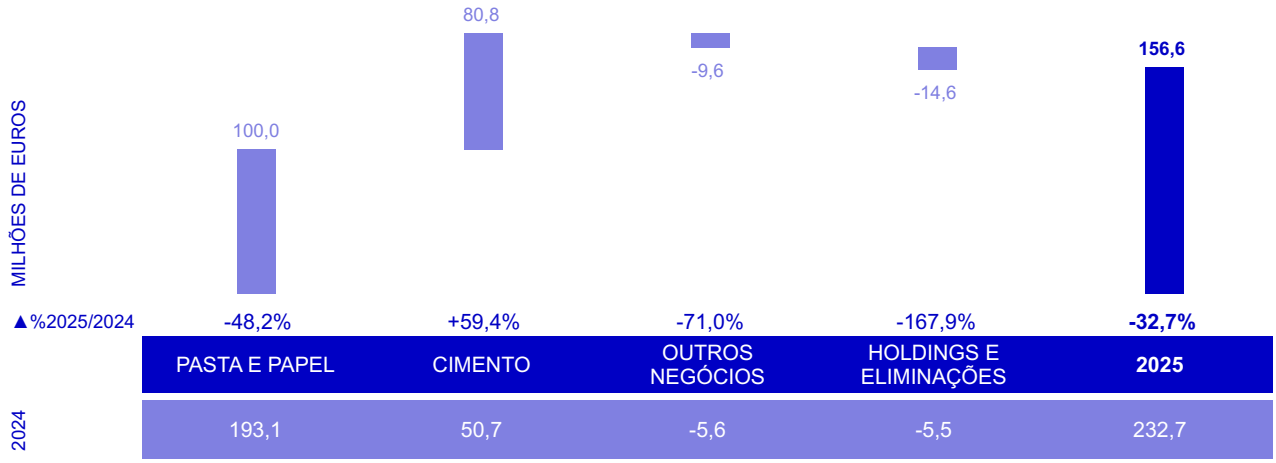
O EBITDA totalizou 375,7 milhões de euros (-31,3% face ao período homólogo). A margem EBITDA foi de 19,1% (-7,1p.p. face ao período homólogo). Embora reflita a quebra do volume de negócios face ao período homólogo derivada, essencialmente, da forte queda dos preços da pasta e do papel, agravada pelas paragens de manutenção que impactaram os *cash costs,* a Navigator continuou a demonstrar um foco na eficiência e gestão de custos bem como na implementação da política de gestão de risco financeiro. Para além disso, a estratégia de diversificação tem apresentado resultados consistentes, com os segmentos de Tissue e Packaging a representarem 32% do EBITDA.

OUTROS NEGÓCIOS: 12,6 MILHÕES DE EUROS ▲ 203,4%

O EBITDA totalizou cerca de 12,6 milhões de euros em 2025, o que representou um aumento de cerca de 8,4 milhões de euros face ao ano anterior. A margem EBITDA atingiu 8,7%, o que se traduziu numa variação positiva de cerca de 1,8p.p. face à margem registada em 2024.

RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A ACIONISTAS DA SEMAPA

O **resultado líquido** atribuível a acionistas da Semapa no final de 2025 atingiu os 156,6 milhões de euros.



NAVIGATOR – PASTA E PAPEL: 100,0 MILHÕES DE EUROS ▼ 48,2%

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa do segmento de Pasta e Papel foi de 100,0 milhões de euros, o que representou um decréscimo no ano de 48,2% (2024: 193,1 milhões de euros).

SECIL – CIMENTO: 80,8 MILHÕES DE EUROS ▲ 59,4%

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa do segmento de Cimento e Outros Materiais de Construção foi de 80,8 milhões de euros, o que representou um aumento no ano de 59,4% (2024: 50,7 milhões de euros).

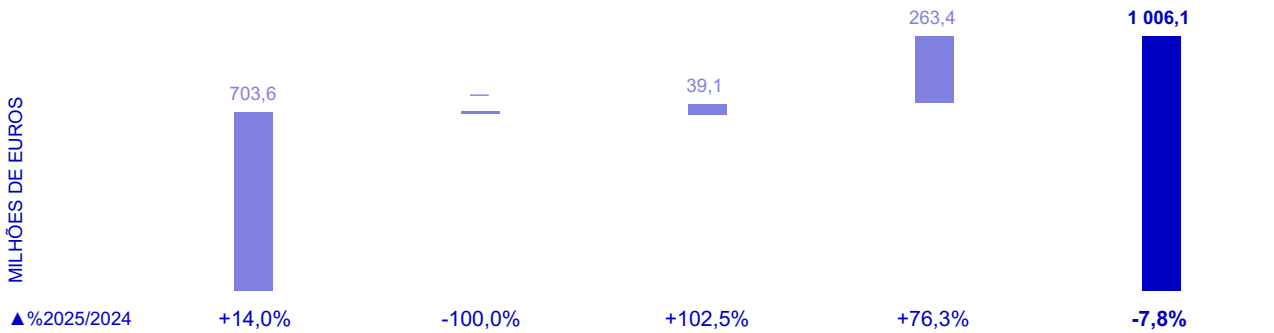
OUTROS NEGÓCIOS: -9,6 MILHÕES DE EUROS ▼ 71,0%

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa do segmento Outros Negócios totalizou cerca de -9,6 milhões de euros no ano de 2025, o que representou um decréscimo no ano de cerca de 71,0% (2024: -5,6 milhões de euros).

DÍVIDA LÍQUIDA REMUNERADA

No final de 2025, a **dívida líquida remunerada** consolidada atingiu 1 006,1 milhões de euros, inferior em 86 milhões de euros relativamente ao final de 2024, resultante do efeito de reclassificação da dívida da Secil e do aumento da dívida no segmento de Outros Negócios e *Holdings*. A 31 de dezembro de 2025, o total de disponibilidades consolidadas ascendia a 157,4 milhões de euros, tendo o Grupo, adicionalmente, um conjunto de linhas contratadas e não utilizadas, assegurando desta forma uma forte posição de liquidez.

Considerando o contributo da Secil a 31 de dezembro de 2025 e a dívida líquida remunerada seria de 1 266 milhões de euros (vs. 1 092 milhões de euros em 2024).



	PASTA E PAPEL	CIMENTO	OUTROS NEGÓCIOS	HOLDINGS E ELIMINAÇÕES	**2025**
▲%2025/2024	+14,0%	-100,0%	+102,5%	+76,3%	**-7,8%**
2024	617,3	305,7	19,3	149,4	1 091,7

3.2 Desempenho das unidades de negócios do Grupo Semapa

Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compra e venda de ações entre a Semapa e a Cementos Molins, referente à alienação da totalidade do capital social da Secil, e nos termos previstos na IFRS 5, a totalidade dos ativos e passivos da Secil, encontra-se apresentada na demonstração da posição financeira consolidada em rubricas autónomas de ativos e passivos detidos para venda. O resultado líquido da sua performance financeira relativa ao ano de 2025 encontra-se apresentado separadamente na demonstração dos resultados consolidados como resultado líquido de operações descontinuadas, sendo que, para este efeito e conforme preconizado na IFRS 5, a informação financeira relativa ao exercício de 2024 foi reapresentada, de forma a assegurar a comparabilidade da informação financeira apresentada.

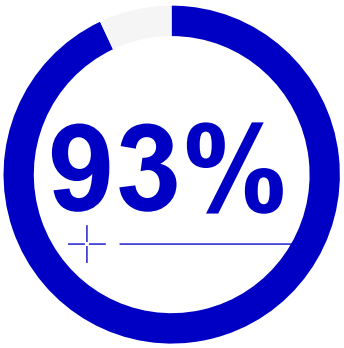
3.2.1 CONTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Pasta e Papel		Cimento		Outros negócios		Holdings e Eliminações		Consolidado
	2025	25/24	2025	25/24	2025	25/24	2025	25/24	2025
Volume de negócios	**1 969,8**	**-5,7%**	**—**	**—**	**145,2**	**140,0%**	**—**	**-100,0%**	**2 114,9**
EBITDA	**375,7**	**-31,3%**	**—**	**—**	**12,6**	**203,4%**	**(7,1)**	**48,9%**	**381,2**
Margem EBITDA (%)	**19,1%**	**-7,1p.p.**	**—**	**—**	**8,7%**	**1,8p.p.**	**—**	**0,0p.p.**	**18,0%**
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(176,1)	3,8%	—	—	(22,5)	-48,9%	(49,8)	<-1000%	(248,5)
Provisões	3,6	>1000%	—	—	0,5	—%	—	—%	4,0
EBIT	**203,1**	**-44,1%**	**—**	**—**	**(9,5)**	**13,5%**	**(56,9)**	**-303,1%**	**136,7**
Margem EBIT (%)	**10,3%**	**-7,1p.p.**	**—**	**—**	**-6,5%**	**11,6p.p.**	**—%**	**0,0p.p.**	**6,5%**
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	—	—%	—	—	—	—%	3,8	124,6%	3,8
Resultados financeiros líquidos	(31,9)	-23,6%	—	—	(1,6)	-94,4%	32,0	499,5%	(1,5)
Resultados antes de impostos	**171,2**	**-49,3%**	**—**	**—**	**(11,1)**	**6,1%**	**(21,1)**	**-3,1%**	**139,1**
Impostos sobre o rendimento	**(28,3)**	**54,2%**	**—**	**—**	**1,5**	**-74,8%**	**2,5**	**-77,1%**	**(24,3)**
Resultado líquido do exercício - operações continuadas	142,9	-48,2%	—	—	(9,5)	-68,5%	(18,6)	-94,9%	114,8
Resultado líquido do exercício - operações descontinuadas	—	—%	84,8	86,2%	—	—%	4,0	—%	88,7
Resultados do exercício total	142,9	-48,2%	84,8	86,2%	(9,5)	-68,5%	(14,6)	-167,9%	203,5
Atribuível a acionistas da Semapa	**100,0**	**-48,2%**	**80,8**	**59,4%**	**(9,6)**	**-71,0%**	**(14,6)**	**-167,9%**	**156,6**
Atribuível a interesses não controlados (INC)	42,8	-48,3%	4,0	177,2%	0,1	292,6%	—	—%	46,9
Cash Flow - operações continuadas	*315,4*	*-31,3%*	*—*	*—%*	*12,5*	*32,4%*	*31,3*	*438,1%*	*359,2*
Cash Flow - operações descontinuadas	—	—%	*146,6*	*23,4%*	—	—%	*4,0*	—%	*150,6*
Cash Flow total	***315,4***	***-31,3%***	***146,6***	***19,3%***	***12,5***	***32,4%***	***35,2***	***481,0%***	***509,8***
Cash Flow Livre - operações continuadas	*88,7*	*293,7%*	—	*—%*	*(38,5)*	*<-1000%*	*(191,0)*	*-321,8%*	*(140,7)*
Cash Flow Livre - operações descontinuadas	—	—%	*88,4*	*131,0%*	—	—%	—	—%	*88,4*
Cash Flow Livre total	***88,7***	***293,7%***	***88,4***	***131,0%***	***(38,5)***	***<-1000%***	***(191,0)***	***-321,8%***	***(52,3)***
Dívida líquida remunerada	**703,6**		**—**		**39,1**		**263,4**		**1 006,1**
Passivos de locação (IFRS 16)	132,5		—		3,3		0,5		136,3
Total	**836,2**		**—**		**42,4**		**263,9**		**1 142,4**

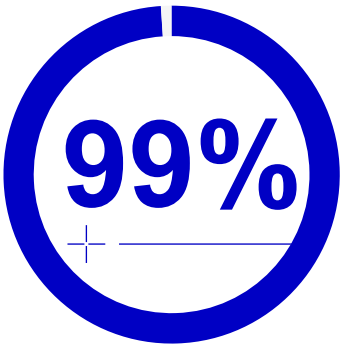
Nota: Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

3.2.2 DESEMPENHO DAS UNIDADES DE NEGÓCIO DO GRUPO SEMAPA

3.2.2.1 SÍNTESE DA ATIVIDADE DA NAVIGATOR



Volume de Negócios 2025
% do total consolidado



EBITDA 2025
% do total consolidado

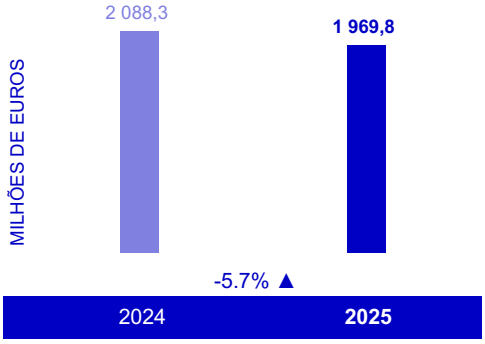
DESTAQUES DE 2025 (VS. 2024)

– O volume de negócios da Navigator em 2025 ascendeu a 1 969,8 milhões de euros, uma redução de -5,7% face ao período homólogo.

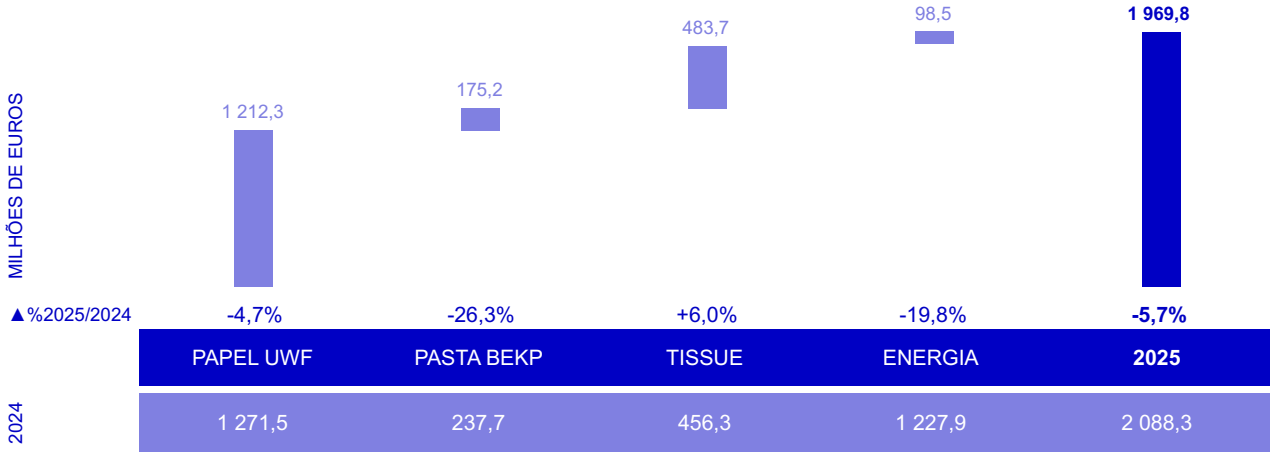
– Em 2025, a Navigator aumentou a sua quota de mercado nas entregas totais de UWF em +1,5 p.p. face ao período homólogo, alcançando cerca de 26%.

– O volume de vendas de *Tissue* foi de 231 mil toneladas (+5% face ao período homólogo). As vendas internacionais no negócio *Tissue* representaram, neste período, um peso de 80% do volume de vendas (vs. 54% em 2022, antes da integração da Tissue Ejea e Tissue UK).

VOLUME DE NEGÓCIOS



VOLUME DE NEGÓCIOS DESAGREGADO POR SEGMENTO

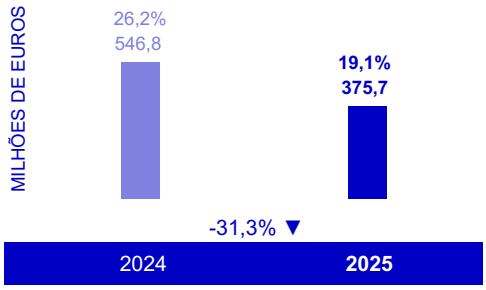


– O EBITDA totalizou 375,7 milhões de euros (-31,3% face ao período homólogo). A margem EBITDA foi de 19,1% (-7,1 p.p. face ao período homólogo).

– Estratégia de diversificação da empresa com resultados consistentes: segmentos de *Tissue* e *Packaging* representam cerca de 30% do volume de negócios e 32% do EBITDA.

– O foco na redução de custos variáveis tem sido eficaz, refletindo-se numa tendência de queda dos *cash costs* unitários.

EBITDA
MG EBITDA



PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2025	2024	Var.
Volume de negócios	**1 969,8**	**2 088,3**	**-5,7%**
EBITDA	**375,7**	**546,8**	**-31,3%**
Margem EBITDA (%)	19,1%	26,2%	-7,1p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(176,1)	(183,1)	3,8%
Provisões	3,6	—	>1000%
EBIT	**203,1**	**363,6**	**-44,1%**
Margem EBIT (%)	10,3%	17,4%	-7,1p.p.
Resultados financeiros líquidos	(31,9)	(25,8)	-23,6%
Resultados antes de impostos	**171,2**	**337,8**	**-49,3%**
Impostos sobre o rendimento	(28,3)	(61,8)	54,2%
Resultados do exercício total	142,9	275,9	-48,2%
Atribuível aos acionistas da Navigator	**142,8**	**275,9**	**-48,2%**
Cash Flow total	*315,4*	*459,1*	*-31,3%*
Cash Flow Livre total	*88,7*	*22,5*	*293,7%*
	31/12/2025	31/12/2024	
Capitais próprios (antes de INC)	1 147,3	1 092,1	
Dívida líquida remunerada	**703,6**	**617,3**	
Passivos de locação (IFRS 16)	132,5	111,7	
Total	**836,2**	**729,1**	

Nota: Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

em 1 000 t	2025	2024	Var.
Pasta BEKP			
FOEX – BHKP Usd/t	1 088	1 237	-12,1%
FOEX – BHKP Eur/t	966	1 143	-15,5%
Vendas de BEKP (pasta)	347	389	-10,9%
Papel UWF			
FOEX – A4- BCopy Eur/t	1 004	1 107	-9,3%
Vendas de Papel	1 298	1 225	6,0%
Tissue			
Vendas totais de tissue	231	220	5,0%

Em 2025, a Navigator registou um volume de negócios de 1 969,8 milhões de euros, tendo as vendas de papel UWF representado cerca de 57% do volume de negócios (vs. 57% no período homólogo), as vendas de *Packaging* 4% (vs. 4%), as vendas de Pasta 9% (vs. 11%), as vendas de *Tissue* 25% (vs. 22%) e as vendas de Energia 5% (vs. 6%).

A estratégia de diversificação continua a gerar resultados sólidos, com os segmentos de *Tissue* e *Packaging* a representar perto de 30% do volume de negócios e 32% do EBITDA, ajudando a mitigar a pressão sobre os resultados num contexto de forte queda de preços de Pasta e Papel.

PAPEL

Em 2025 (novembro), a procura aparente global de todos os papéis de Impressão e Escrita apresentou uma redução de 2,4%, com o papel UWF (*Uncoated Woodfree*) a manter-se a grade mais resiliente, com um decréscimo de 1,5% comparando com papéis revestidos (*Coated Woodfree* – CWF), que recuaram 4,8%. Por sua vez, os papéis produzidos a partir de fibra obtida por via mecânica (revestidos – *coated* e não revestidos – *uncoated*) registaram uma diminuição de 3,2%. De realçar que o papel UWF continua a manter-se como o segmento mais resiliente ao longo dos anos, dada a versatilidade de usos que apresenta.

Na Europa, a procura aparente de papel de impressão e escrita não revestido (UWF) caiu 5% face a 2024, refletindo uma contração generalizada das entregas europeias e das importações. As entregas intraeuropeias recuaram 5% e as importações europeias caíram 10%, face ao ano passado, o que confirma uma forte desaceleração da procura efetiva na região.

Nos Estados Unidos da América, o consumo registou uma diminuição mais moderada até novembro (-3,8%). O fecho da maior fábrica de um grande produtor local agravou a necessidade estrutural de importações, que aumentaram 16% face ao ano anterior, também alavancadas pela antecipação de compras previamente à aplicação de tarifas. A forte dependência de importações, agravada pelo encerramento de capacidade e a aplicação de tarifas aduaneiras, impulsionaram os preços, que se deverão manter a níveis elevados em 2026.

A *operating rate* (taxa de utilização média, medida como entregas sobre capacidade instalada) da Navigator atingiu 87% (+8p.p. face a 2024), enquanto a indústria europeia registou uma ligeira recuperação, passando de 79% para 81% (+2p.p. face a 2024).

De realçar que, em 2025, a Navigator aumentou a sua quota de mercado nas entregas totais em 1,5p.p. face ao período homólogo, alcançando cerca de 26%. Este crescimento foi impulsionado pelo forte desempenho nos mercados internacionais (+5p.p.), enquanto a quota nos mercados europeus aumentou 0,5p.p. para 19%.

A entrada de encomendas de UWF da indústria europeia caiu 1% face ao período homólogo (-5p.p. na Europa e +17p.p. nos mercados internacionais). Esta retração resulta da incerteza no mercado, que tem levado os clientes a adiar as suas decisões de compra. Em contraciclo, face a 2024, a Navigator assistiu a um aumento de 13% na entrada de encomendas de clientes (+8% na Europa e +20% nos mercados internacionais), o que permitiu reposicionar os níveis da carteira de encomendas em patamares muito confortáveis, após a contração a que assistimos em finais de 2024. Em dezembro, a Navigator reduziu o volume de *stocks* em 44% (para 15 dias), terminando assim o ano em níveis historicamente baixos.

O índice de referência para o preço do papel de Escritório na Europa – PIX A4 B-copy – registou um valor médio de 1 003 €/t em 2025, uma retração de 9% face a 2024, mais resiliente que a redução do PIX médio da pasta de fibra curta na Europa, que foi de -15% face ao período homólogo. Mesmo com ajustes significativos, os índices do mercado de UWF continuam robustos, permanecendo acima dos registos históricos (+153 €/t; +18% acima da média verificada em 2016-2020).

Na Europa, o preço médio de vendas da Navigator acompanhou a evolução dos preços de referência, mas com duas estratégias distintas. Por um lado, a Navigator penetrou mais nos produtos mais económicos, o que permitiu a captura de volume adicional, com impacto negativo no preço médio, dado o *mix* de produtos rico que a Navigator historicamente mantém no seu negócio de Papel. Por outro, aumentou os *price premium* nos produtos de maior valor acrescentado, com destaque para a marca Navigator, que beneficiou em 2025 de um aumento de *price premium* de 8p.p. Nos mercados internacionais, os preços foram penalizados pela desvalorização do dólar, e, principalmente, pelo recuo do índice PIX BHKP China.

As vendas de Papel UWF e *Packaging* da Navigator totalizaram 1 297 mil toneladas, o que representa um crescimento de 6%, face a 2024. A queda dos preços internacionais dos papéis fez com que o volume de vendas, em euros, apresentasse, contudo, uma redução de 6% (vs. 2024).

PASTA

O mercado de pasta enfrentou forte pressão este ano, evidenciada por uma queda acentuada nos preços da pasta na China após abril, com impacto na Europa.

A recuperação iniciada em agosto, com a inversão do ciclo de queda dos preços da pasta, ganhou tração no 4.º trimestre, período marcado por uma melhoria visível dos preços na China. Apesar deste final de ano mais favorável, 2025 acabou por ser, em termos nominais, o pior ano para a pasta desde 2016 (excluindo 2020): o preço médio anual na China fixou-se em 540 dólares, uma redução de 103 dólares face a 2024 (-16%). Apesar do preço em dólares em 2025 estar acima do registado em 2020 (nominalmente), na ótica de um produtor brasileiro, quando ajustado pela inflação acumulada no Brasil e pela variação cambial no período, o valor real em 2025 revela-se inferior ao de 2020.

Na Europa, 2025 começou com o índice de referência a atingir o mínimo de 1 000 $/t, recuperando até 1 218 $/t em abril (+16%), mas o movimento foi revertido nos meses seguintes, regressando aos 1 000 $/t em agosto, nível a que se manteve até ao final de setembro, tendo registado uma evolução positiva no 4.º trimestre. O índice de referência de pasta de fibra curta (*hardwood*) – PIX BHKP – em dólares terminou o ano nos 1 100 $/t, refletindo uma trajetória de recuperação. O preço bruto da fibra curta atingiu uma média anual de 1 088 dólares, menos 149 dólares em termos homólogos (-12%).

As dinâmicas que explicam este ambiente de preços deprimidos incluem: i) Excesso de capacidade global: ao aumento de capacidade ocorrido na América Latina em 2024 somou-se uma expansão muito significativa na China de fibra curta (3,4Mt em 2024 e 2,8Mt em 2025, num total de 5 e 4 novas fábricas, respetivamente), enquadrada numa estratégia de integração a montante por parte de produtores chineses de papel; ii) Aumento da integração na China de madeira local, por estas unidades de pequena e média dimensão que beneficiaram de um capex por tonelada altamente competitivo, de uma disponibilidade temporária de madeira doméstica, anteriormente direcionada para a indústria de painéis e aglomerados de madeira, mas redirecionada para o setor da pasta de celulose, fruto da crise imobiliária, e de fortes apoios estatais, nomeadamente em condições de financiamento, criação de emprego e produção de energia. Estas fábricas integradas poderão inaugurar um novo paradigma operacional na Ásia, funcionando de forma intermitente em função da disponibilidade e do preço da madeira, dos incentivos públicos e da cotação internacional da celulose; iii) O excesso de capacidade instalada na indústria papeleira, aliado à fraca procura no mercado doméstico chinês, tem exercido pressão descendente sobre os preços do papel e, por consequência, sobre os preços da pasta. As taxas de ocupação na generalidade dos segmentos situam-se entre 60% e 70%, levantando questões relevantes quanto à sustentabilidade do modelo no longo prazo; iv) Queda da procura nas economias ocidentais, sobretudo nos segmentos gráficos, contribuindo para uma contração de 1% na procura europeia de fibra curta (YTD novembro), bem como nos segmentos de *Tissue* e *Packaging*; v) Tensões no comércio internacional, com tarifas aduaneiras e incerteza geopolítica a intensificarem a volatilidade e a acelerarem a queda dos preços.

Não obstante, a procura global por pasta de fibra curta de mercado registou um crescimento homólogo de 6% (a novembro). A China continua a ser o principal motor de crescimento, com um aumento expressivo de 8%, seguida pelo Resto do Mundo (+7%). Em contraste, na Europa a procura continua a cair, alinhada com a retração do consumo de papel de impressão, registando um ligeiro decréscimo de 1%. Nos EUA, a procura registou uma queda de 3%, após um forte aumento de *stocks* em 2024.

A procura global por pasta de eucalipto (EUCA) foi a que mais cresceu em 2025, com um aumento de 8%, com a China a crescer 10% e a Europa em linha com o período homólogo. Este desempenho reforça de forma consistente o seu peso dentro do segmento de pastas químicas branqueadas de fibra curta.

É relevante sublinhar que as fibras de eucalipto continuam a reforçar a sua posição face à fibra longa, resultado da menor competitividade desta última e dos progressos tecnológicos alcançados tanto ao nível dos equipamentos como das fibras curtas de eucalipto de elevada qualidade – como as produzidas pela Navigator.

Do lado da oferta, o arranque dos projetos que entraram em mercado em 2024 aumentou a disponibilidade de pasta de mercado em 2025, exercendo alguma pressão sobre as taxas de utilização (*operating rates*), de facto, a taxa de utilização de produção de BHKP na China foi de 92% em 2024 e espera-se que fique nos 76% em 2025 (-16 p.p.).

As vendas de pasta da Navigator totalizaram 347 mil toneladas, registando uma redução de 11% face a 2024, por menor produção de pasta agravado pelo incêndio ocorrido em Setúbal no mês de julho, pelas paragens de manutenção e por uma maior integração em Papel UWF e *Packaging*. O valor das vendas reduziu 26% face ao período homólogo, resultado da quebra de preços verificada.

TISSUE

A procura europeia de papel *Tissue* apresentou um crescimento de 1,2% até novembro, com a contribuição positiva da Europa Ocidental de 0,7% e na Europa de Leste de 2,8%, após um expressivo crescimento em 2024, de 6,3%.

Durante 2025, o volume de vendas de *Tissue* da Navigator (produto acabado e bobines) atingiu 231 mil toneladas, um aumento de 5% face a 2024, com o volume de negócios a apresentar um crescimento de 6%. Para este crescimento contribuiu a integração do negócio da Navigator Tissue UK, concretizado em maio de 2024, que, para além de potenciar a extensão da gama e o crescimento de vendas, alargou também a base de clientes e gerou sinergias de integração, possibilitando o desenvolvimento de ações de venda cruzadas, com o consequente reforço da relação comercial com clientes.

O segmento *Tissue* resulta da combinação de duas operações com perfis distintos: a operação Ibéria é integrada, englobando tanto a produção de papel como a transformação em produto acabado. Por outro lado, a operação no Reino Unido dedica-se exclusivamente à transformação em produto acabado, não refletindo assim a margem proveniente da produção de papel. A margem de negócio da operação no Reino Unido, pela sua natureza, é estruturalmente mais baixa, o que dada a sua dimensão retira cerca de 1,2 p.p. à margem da Navigator.

As vendas internacionais no negócio *Tissue* representaram 80% do volume de vendas em 2025 (vs. 54% em 2022, antes da integração da Tissue Ejea e Tissue UK), sendo os mercados mais representativos, o mercado inglês, com 34% do total de vendas, o espanhol, com 30% do total de vendas, e o francês, com peso de 14% das vendas.

Nos últimos dois anos, as aquisições de novas unidades em Espanha e no Reino Unido permitiram equilibrar o *mix* geográfico, oferecendo mais resiliência ao negócio, que se foca essencialmente em produto acabado (que representou 98%, sendo as bobinas 2% das vendas totais). No que diz respeito à estratificação por segmento de clientes, o *At Home* ou *Consumer* (retalho) tem registado um peso crescente, representando atualmente cerca de 83% das vendas, sendo que o segmento *Away from Home* (grossistas – canal Horeca e escritórios) representa os restantes 17%.

PACKAGING

O mercado europeu de papéis *kraft Machine Glazed* (MG) e *Machine Finished* (MF) apresentou crescimento sólido de 2,6% em 2025.

O volume de negócios de *Packaging* da Navigator registou em 2025 um crescimento de 8%, suportado por um aumento de volume em toneladas de 11%, com um aumento de 17% em área vendida de papel, fruto da maior penetração em segmentos de baixas gramagens.

O segmento de FLEX – *Flexible Packaging* é o segmento com maior crescimento. Destacam-se sobretudo as soluções para embalagens alimentares e não alimentares, de baixas gramagens que representam áreas de prioridade estratégica para o nosso negócio, bem como os produtos *release liner* dedicados aos mercados de Higiene Feminina e *Personal Care*, produzidos exclusivamente com fibra de eucalipto. Estes segmentos beneficiam, particularmente, da utilização de papéis de baixa gramagem, nos quais o *Eucalyptus Globulus* oferece vantagens competitivas significativas, tanto do ponto de vista económico como técnico.

O desempenho do segmento de *Packaging* da Navigator foi consistente ao longo do ano, apresentando um aumento progressivo das vendas. Atualmente, 71% das vendas são efetuadas na Europa, os restantes 29% ocorrem em mercados externos – Américas e MENA (Médio Oriente e Norte de África).

A Navigator continua assim a alargar a sua base de clientes, numa operação 100% assente em marca própria – gKraft™. A oferta de papéis de embalagem tem por base três segmentos gKRAFT™: BAG, FLEX e BOX. A introdução inovadora das qualidades da fibra de eucalipto nestes produtos tem sido determinante para a sua crescente aceitação e reconhecimento no mercado.

Já em 2026, a mais recente gama de produtos de pasta moldada, gKRAFT™ Bioshield, que inclui *trays*, *bowls* e pratos concebidos como alternativas ecológicas aos plásticos descartáveis, conquistou o Prémio Cinco Estrelas 2026 na categoria Embalagens Sustentáveis.

ENERGIA

Em 2025, as vendas de energia elétrica ascenderam a cerca de € 99 milhões, uma redução de 20% face a 2024. Esta redução resultou essencialmente dos seguintes aspetos: i) A transição das unidades de cogeração renovável de Aveiro e de um turbo-gerador da Figueira da Foz a partir de maio para o regime de autoconsumo, juntamente com um turbogerador de Setúbal em novembro, em resultado da cessação da modalidade especial do regime remuneratório e ii) A paragem para manutenção da Central Termoelétrica a Biomassa de Aveiro.

O ano de 2025 fica marcado por variações significativas nos preços de energia elétrica e gás natural, nomeadamente no gás natural com os preços no 1.º trimestre a registarem valores próximos de 48€/MWh enquanto no 4.º trimestre oscilaram em torno dos 32€/MWh. Face a 2024 o TTF, índice que serve de referência ao mercado europeu de gás natural, registou um aumento de cerca de 12% e o preço *spot* de energia elétrica para o mercado ibérico (OMIE) registou um aumento de aproximadamente 5%. Durante o ano foram ainda observados picos de 143€/MWh para energia elétrica e 58€/MWh para gás natural.

As unidades industriais da Navigator continuaram a prestar ativamente o serviço de Mercado de Banda de Reserva de Restabelecimento de Frequência, com ativação manual (Banda de mFRR). Este serviço de sistema (prestado ao operador da rede de transporte de energia elétrica pelos agentes habilitados para o efeito) visa contribuir para a salvaguarda da segurança de abastecimento do Sistema Elétrico Nacional, que já provou ser fundamental para proteger consumidores domésticos e utilizadores críticos. Ao longo de 2025, a Navigator foi mobilizada 16 vezes para reduzir o seu consumo de energia elétrica, ao abrigo da prestação do serviço de Banda de mFRR.

Na sequência da decisão da Comissão Europeia, de 24 de abril de 2025, a ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos aprovou a Diretiva ERSE n.º 6/2025 que fixa os preços das Tarifas de Acesso às Redes (TAR) a aplicar às instalações de consumo de energia elétrica que obtenham o estatuto do cliente eletrointensivo. Neste quadro, as instalações de consumo em Alta Tensão da Navigator passam a beneficiar da redução nos encargos CIEG (Custos de Interesse Económicos Gerais), que incidem sobre a tarifa de uso global do sistema.

EBITDA

A estratégia de diversificação da Navigator tem apresentado resultados consistentes, com os novos segmentos de *Tissue* e *Packaging* a representarem 32% do EBITDA. Este desempenho contribuiu para atenuar o impacto da pressão sobre os resultados decorrente da forte queda dos preços na Pasta e no Papel registados no período.

A Navigator continua também focada na resiliência das suas operações, em otimizar recursos e gerar valor sustentável para a organização, garantindo maior eficiência operacional e disciplina financeira, reiterando a sua capacidade de adaptação aos desafios futuros.

No ano de 2025, os *cash costs* foram impactados pelas paragens de manutenção nas unidades da Figueira da Foz, Aveiro e Setúbal, que resultaram numa menor diluição dos custos fixos, bem como pelos encargos associados a medidas *anti-dumping* e tarifas aduaneiras. Ainda assim, os *cash costs* unitários encerraram o ano em níveis inferiores aos observados no início de 2025.

Importa destacar que o impacto no EBITDA, resultante da instabilidade de preços e custos verificada no período, foi atenuado pela política de gestão de risco financeiro da Navigator, nomeadamente através da fixação parcial de preços da energia elétrica e do gás natural, bem como das operações de cobertura cambial.

Neste enquadramento, a Navigator registou um **EBITDA** de 375,7 milhões de euros em 2025 (*vs*. 546,8 milhões de euros no período homólogo), com uma margem EBITDA de 19,1% (-7,1 p.p. face ao período homólogo).

Resultados

Os **resultados financeiros** agravaram-se 6,1 milhões de euros relativamente ao período homólogo, correspondendo a -31,9 milhões de euros em 2025 (*vs*. -25,8 milhões de euros no período homólogo). Para esta variação contribuíram essencialmente um aumento dos custos de financiamento (em 8,8 milhões de euros) atenuados por um menor custo líquido com diferenças de câmbio (-3,1 milhões de euros em 2025 *vs*. -7,2 milhões de euros em 2024).

O aumento nos custos de financiamento resultou do aumento da dívida face ao período homólogo. No final de 2025, o volume médio de dívida registou um aumento de 185 milhões de euros face ao período homólogo (872 milhões de euros *vs*. 687 milhões de euros), com um custo médio superior em 0,3%.

Apesar de contratada com custos competitivos, com *spreads* sobre a taxa de referência inferiores aos históricos, a dívida negociada a partir de junho de 2024 e em 2025 apresenta custos globais superiores à dívida que substituiu, dado que esta havia sido contratada em conjunto com instrumentos financeiros de cobertura num período de taxas de juro historicamente baixas. Por outro lado, a política de gestão prudente de risco de taxa de juro seguida pela Navigator originou a contratação de novos instrumentos de cobertura, que permitem assegurar que 70% da dívida emitida é remunerada a uma taxa fixa. De salientar ainda que a maturidade média da dívida aumentou de forma expressiva, de 3,5 anos em dezembro de 2024 para 5 anos em dezembro de 2025.

Em 2025, os **resultados líquidos atribuíveis aos acionistas** da Navigator totalizaram 142,8 milhões de euros (*vs.* 275,9 milhões de euros no período homólogo).

Cash Flow

A geração de ***cash flow livre*** em 2025 foi de 89 milhões de euros (*vs*. 23 milhões de euros no período homólogo). De referir que, embora o período homólogo reflita o investimento acima de 150 milhões de euros na aquisição da agora denominada Navigator Tissue UK, ambos os períodos são marcados por um elevado nível de Capex (210 milhões de euros em 2025 e 241 milhões de euros no período homólogo).

Este volume de investimentos incorpora os projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cuja execução decorre em linha com o planeado. Os investimentos elegíveis neste âmbito contarão com apoios ao investimento de mais de 100 milhões de euros. Até ao momento, a Navigator recebeu cerca de 78 milhões de euros destes incentivos, dos quais 31 milhões de euros em 2025.

Investimentos

Em 2025, o volume de **investimentos** ascendeu a 210 milhões de euros (*vs*. 241 milhões de euros em 2024), dos quais cerca de 127 milhões de euros respeitam a investimentos em matérias ambientais ou de cariz sustentável criadoras de valor, cerca de 60% do investimento total. Importa salientar o esforço de redução do investimento face a 2024, traduzido numa diminuição na ordem dos 31 milhões de euros, não obstante a continuidade da execução de projetos iniciados em 2023 e 2024, designadamente no âmbito do PRR.

Este valor inclui maioritariamente investimentos direcionados à descarbonização, manutenção da capacidade produtiva, modernização dos equipamentos e melhoria de eficiência, projetos estruturais e de segurança.

Entre os investimentos destacam-se a nova Caldeira de Recuperação Química de alta tecnologia no complexo industrial de Setúbal, já em funcionamento, que para além da evidente melhoria de desempenho operacional também a área ambiental terá resultados positivos, nomeadamente pela redução da emissão de gases odorosos que serão queimados neste equipamento, e, também, a Linha de Deslenhificação por Oxigénio em Setúbal, com arranque previsto para abril de 2026, que vai permitir reduzir o consumo de químicos na fase de branqueamento da pasta para além de melhorar a qualidade do efluente daquela unidade fabril.

A execução de todos os projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) decorre em linha com o planeado e de acordo com os compromissos assumidos com as autoridades nacionais.

Nas operações industriais, a implementação de soluções de Controlo Avançado incorporando modelos de IA permitiu reduzir a variabilidade de vários processos em cerca de 20% e gerar ganhos ambientais e económicos relevantes, de que é exemplo a redução de 5% no consumo de químicos no branqueamento da pasta. As soluções são extensivas a outras áreas do negócio, como por exemplo a Logística, com o Extranet Transportation Logistics Portal, proporcionando ganhos de produtividade de 20%.

A integração de IA e automação permite reinventar processos, libertar talento para tarefas de maior valor e acelerar a inovação. As pessoas estão no centro do processo de aceleração digital, pelo que a Navigator tem vindo a investir de forma continuada na sua capacitação através de programas de formação e da participação em projetos de digitalização. Tem-se ainda apostado no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas através de prototipagem (mais de 40 produtos até 2026), no reforço de parcerias com universidades e *startups*, e em programas de *upskilling* e *reskilling* em IA.

De destacar ainda o portal de *e-commerce* – NVG Hub, lançado em 2021, que iniciou no final de 2024 um modelo de negócio *online* de venda à palete, com entregas entre 24h e 72h, direcionado para clientes de menores dimensões, em regiões selecionadas na Europa. Em 2025, o NVG Hub consolidou-se como canal estratégico, atingindo cerca de 300 milhões de euros em encomendas *online*, estando agora disponível para todas as unidades de negócio: UWF, *Tissue*, Celulose Moldada, Pasta. Consolidou ainda o seu compromisso com uma comunicação mais transparente e eficiente com clientes, através do lançamento de funcionalidades estratégicas, como a nova ferramenta de alarmística e acompanhamento antecipado do estado de encomendas, estando igualmente a preparar o lançamento de uma ferramenta de leilão (ou licitações *online*) para venda de gestão de produto com formatos e características especiais.

Sustentabilidade

A Navigator foi, novamente, classificada como empresa de baixo risco para investidores pela *Sustainalytics*, mantendo a distinção como "**2025 ESG Industry Top-Rated Company**" e reafirmando a sua liderança no setor florestal e do papel. Posicionada na prestigiada lista global das "2025 ESG Top-Rated Companies", a recente avaliação consolida a sua posição como uma das empresas com melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) a nível mundial.

Em 2025, a Navigator obteve a classificação máxima de “A” relativa aos questionários CDP *Climate Change* e CDP *Forests* do último ano, garantindo um lugar na prestigiada “A List” para o Clima e para as Florestas e, consequentemente, o **nível de *leadership***. Esta avaliação pelo CDP – Disclosure Insight Action, traduz um reconhecimento internacional pelo seu compromisso e boas práticas de gestão de riscos e de desflorestação. Apenas 2% de mais de 22 mil empresas avaliadas pelo CDP em 2024 integram a “A List” (por terem atingido o nível máximo da classificação em pelo menos um dos questionários).

A Navigator foi coroada com o Prémio Forbes “**Grande Empresa do Ano**”, atribuído no âmbito da iniciativa “**Maiores Líderes do Crescimento**”, que distinguiu as maiores empresas nacionais com as melhores *performances* em seis categorias. Este reconhecimento reforça o caminho percorrido, a consistência dos resultados da empresa e o impacto positivo que esta continua a ter na economia nacional.

3.2.2.2 SÍNTESE DA ATIVIDADE DA SECIL

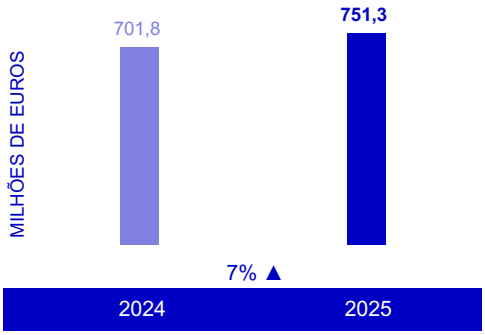
Na sequência do anúncio da operação de venda da Secil, de acordo com a IFRS 5, esta é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2025 como ativo detido para venda, sendo o seu contributo na demonstração de resultados consolidada do Grupo Semapa apresentado pelo líquido na rubrica de resultado líquido das operações descontinuadas. Assim, a análise apresentada nesta secção reflete exclusivamente o desempenho individual da Secil, incluindo indicadores operacionais e financeiros – como volume de negócios e EBITDA – que são apresentados apenas para efeitos de análise da evolução da atividade, uma vez que não contribuem para a informação financeira detalhada apresentada no âmbito do Grupo Semapa.

DESTAQUES DE 2025 (VS. 2024)

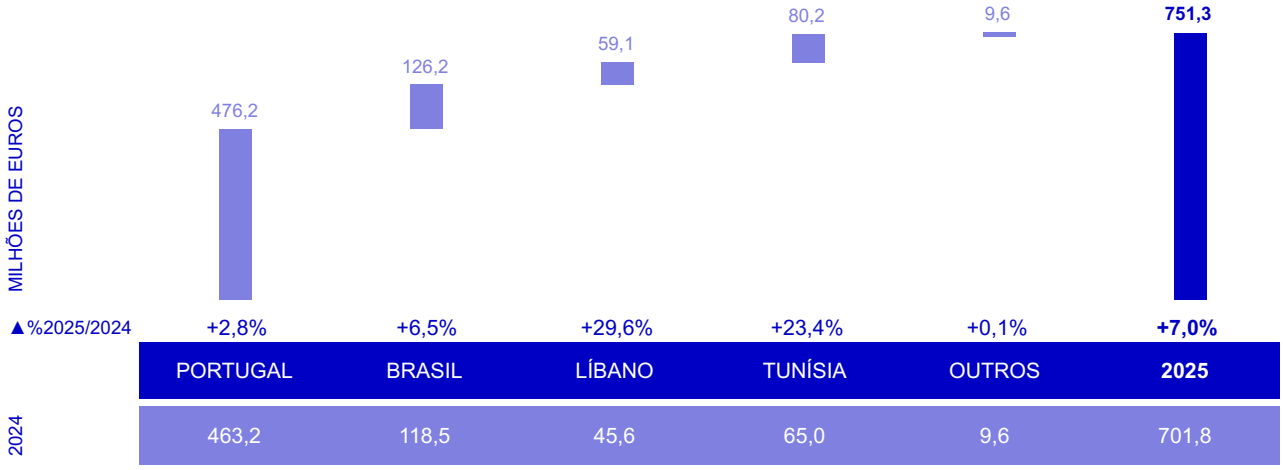
– Em 2025, o volume de negócios da Secil atingiu 751,3 milhões de euros, 7,0% acima do verificado no período homólogo, o que se traduziu num aumento de 49,5 milhões de euros.

– Este aumento resulta sobretudo da evolução positiva no mercado da Tunísia, Líbano e Portugal. A variação cambial das moedas dos diferentes países teve um impacto negativo de 14,0 milhões de euros no volume de negócios da Secil e adveio sobretudo da desvalorização do real brasileiro (10,3 milhões de euros).

VOLUME DE NEGÓCIOS



VOLUME DE NEGÓCIOS DESAGREGADO POR PAÍS

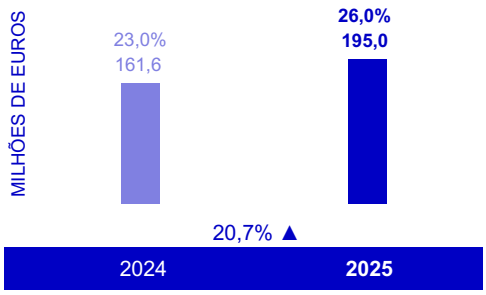


Nota: Outros inclui Angola, Trading, Outros e Eliminações

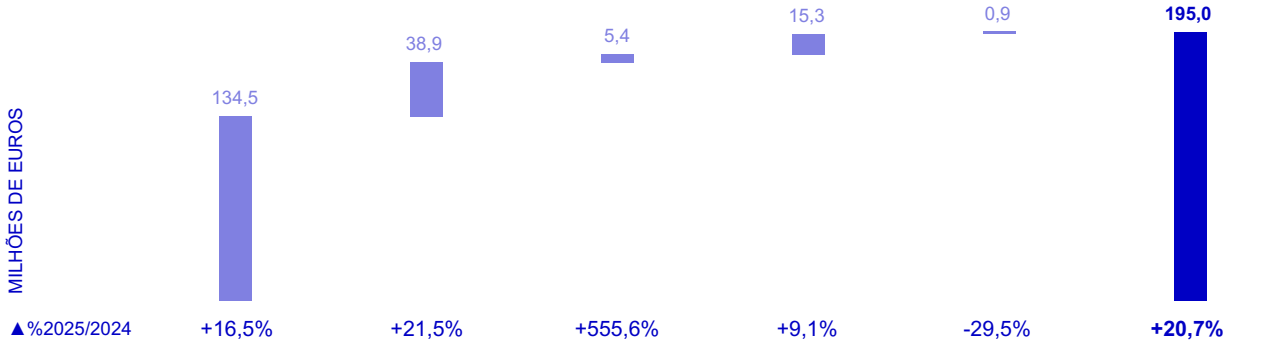
– O EBITDA consolidado atingiu 195,0 milhões de euros, ou seja, um aumento de 33,4 milhões de euros (+20,7%) face ao período homólogo.

– Esta evolução resulta da contribuição positiva de todas as principais geografias, mas sobretudo de Portugal, Brasil e Líbano.

EBITDA
MG EBITDA



EBITDA DESAGREGADO POR PAÍS



▲%2025/2024	PORTUGAL	BRASIL	LÍBANO	TUNÍSIA	OUTROS	2025
	+16,5%	+21,5%	+555,6%	+9,1%	-29,5%	**+20,7%**
2024	115,5	32,0	-1,2	14,0	1,2	161,6

Nota: Outros inclui Angola, Trading, Outros e Eliminações

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2025	2024	Var.
Volume de negócios	**751,3**	**701,8**	**7,0%**
EBITDA	**195,0**	**161,6**	**20,7%**
Margem EBITDA (%)	26,0%	23,0%	2,9p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(61,0)	(63,3)	3,7%
Provisões	(0,9)	(10,0)	91,1%
EBIT	**133,2**	**88,3**	**50,8%**
Margem EBIT (%)	17,7%	12,6%	5,1p.p.
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	(0,3)	(0,4)	35,2%
Resultados financeiros líquidos	(29,1)	(28,4)	-2,3%
Resultados antes de impostos	**103,8**	**59,5**	**74,5%**
Impostos sobre o rendimento	(19,0)	(14,0)	-36,4%
Resultados do exercício total	84,8	45,5	86,2%
Atribuível aos acionistas da Secil	**80,8**	**50,7**	**59,4%**
Atribuível a interesses não controlados (INC)	4,0	(5,2)	177,2%
Cash Flow total	146,6	118,8	23,4%
Cash Flow Livre total	88,4	38,2	131,0%
	31/12/2025	**31/12/2024**	
Capitais próprios (antes de INC)	432,9	407,1	
Dívida líquida remunerada	**260,0**	**305,7**	
Passivos de locação (IFRS 16)	38,3	38,2	
Total	**298,3**	**343,8**	

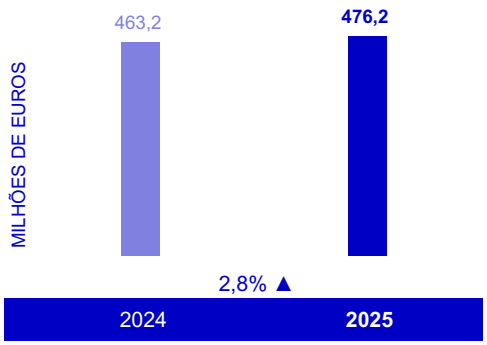
Nota: Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

em 1 000 t	2025	2024	Var.
Capacidade produtiva anual de cimento	**10 279**	**10 279**	**—%**
Produção			
Clínquer	4 310	3 857	11,7%
Cimento	5 809	5 325	9,1%
Vendas			
Cimento e Clínquer			
Cimento cinzento	5 707	5 165	10,5%
Cimento branco	63	70	-10,0%
Clínquer	22	24	-8,3%
Outros Materiais de Construção			
Agregados	5 053	4 883	3,5%
Argamassas	341	330	3,3%
em 1 000 m3			
Betão Pronto	2 115	1 957	8,1%

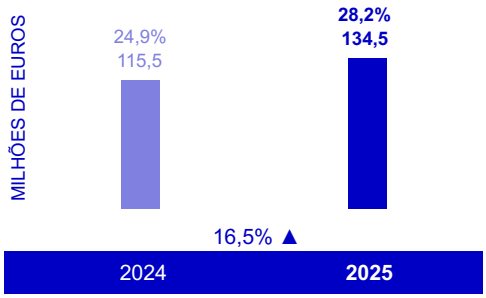
PORTUGAL

VOLUME DE NEGÓCIOS



EBITDA

MG EBITDA



PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2025	2024	Var.
Produção de Clínquer	**1 000 t**	**1 537**	**1 718**	**-10,5%**
Produção de Cimento	**1 000 t**	**2 094**	**2 181**	**-4,0%**
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1 000 t	1 702	1 686	0,9%
Mercado Externo**	1 000 t	366	426	-14,1%
Total	**1 000 t**	**2 068**	**2 113**	**-2,1%**
Vendas de Betão Pronto*	1 000 m3	1 710	1 635	4,6%
Vendas de Agregados*	1 000 t	5 053	4 883	3,5%
Vendas de Argamassas*	1 000 t	341	330	3,3%

Nota:
* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.
** Inclui as vendas do Terminal da Holanda, Cabo Verde e Espanha.

O Banco de Portugal (Boletim Económico, dezembro 2025) anunciou que a economia portuguesa deveria crescer 2,0% em 2025, uma melhoria face à última projeção, reflexo da incorporação dos dados mais recentes de contas nacionais e a projeção de maior dinamismo do consumo privado e investimento no segundo semestre.

O setor da construção mantém-se altamente ativo. De acordo com a publicação do INE "Índices de Produção, Emprego e Remunerações na Construção", o Índice de Produção na Construção aumentou 1,8% em dezembro de 2025, variação inferior em 1,1p.p. à observada no mês anterior. Os Índices de Emprego e Remunerações na Construção apresentaram variações homólogas de 2,7% e 8,2%, respetivamente.

Estima-se que o consumo de cimento em Portugal em 2025 tenha registado um valor de crescimento de 3% face ao período homólogo.

Em 2025, o **volume de negócios** do conjunto das operações desenvolvidas em Portugal atingiu 476,2 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de +2,8% comparativamente ao período homólogo de 2024, justificado sobretudo pelo aumento de atividade dos negócios dos Materiais, sobretudo do Betão.

Na unidade de negócio de Cimento, o volume de negócios registou um acréscimo de 6,3 milhões de euros (+2,4% face ao ano anterior), impulsionado pelo mercado interno, que apresentou um crescimento de 4,5%, reflexo do aumento das quantidades vendidas e da evolução favorável dos preços médios de venda.

No que respeita às exportações, incluindo para terminais da Secil, observou-se uma diminuição mais expressiva de 16%, decorrente da forte redução das quantidades vendidas (-13,9%) e pela diminuição do preço médio.

Nos restantes segmentos de negócio com atividade desenvolvida a partir de Portugal (Betão Pronto, Agregados e Argamassas), o volume de negócios apresentou um crescimento homólogo de 8,2% (+18,2 milhões de euros), explicado pelo aumento das quantidades vendidas, principalmente do Betão, conjugado com uma evolução favorável dos preços médios de todos os segmentos, com destaque para os Agregados.

O **EBITDA** do conjunto das atividades em Portugal ascendeu a 134,5 milhões de euros, representando um crescimento de +16,5%, face ao período homólogo.

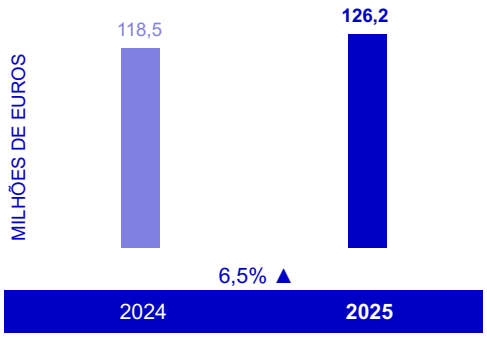
A unidade de negócio de Cimento contribuiu com um EBITDA de 139,6 milhões de euros, significativamente acima do valor registado no ano anterior (112,4 milhões de euros). Esta melhoria resulta, essencialmente, da redução dos custos de produção e da venda de licenças de CO_2 no valor de 12,8 milhões de euros, que mais do que compensaram a quebra no volume de negócios. A redução dos custos reflete já ganhos de eficiência associados ao projeto CCL – Clean Cement Line, nomeadamente através do aumento da utilização de combustíveis alternativos e da melhoria do desempenho energético da linha de produção.

As atividades dos Terminais registaram no seu conjunto um EBITDA de 14,3 milhões de euros em 2025, o que representa um crescimento de 3,3% face aos 13,8 milhões de euros obtidos no período homólogo. Esta evolução positiva foi sustentada por uma redução dos custos operacionais, uma vez que o volume de negócios apresentou um decréscimo de 4,5%.

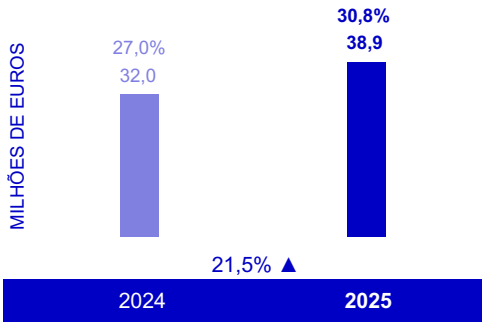
A *performance* global dos negócios de materiais de construção traduziu-se num EBITDA de 27,6 milhões de euros, ligeiramente acima do valor registado no ano anterior (27,2 milhões de euros). Esta variação resulta da menor contribuição do segmento de Betão, cujo EBITDA decresceu 56%, contrastando com o crescimento de 15% no segmento de Agregados. A intensa pressão concorrencial que se faz sentir no setor continua a condicionar a recuperação das margens operacionais.

BRASIL

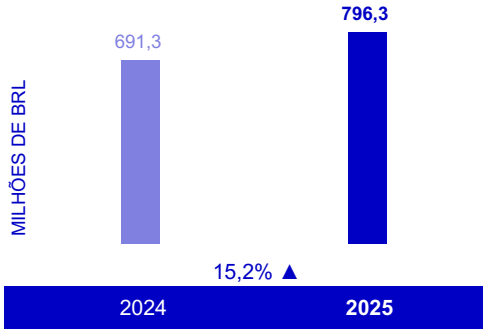
VOLUME DE NEGÓCIOS (EUR)



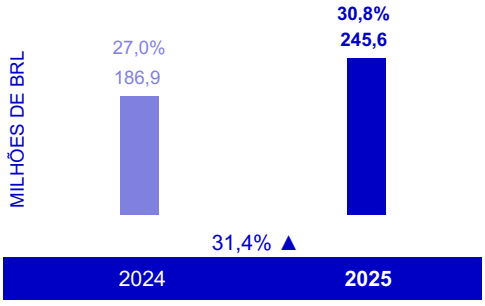
EBITDA (EUR)
MG EBITDA



VOLUME DE NEGÓCIOS (BRL)



EBITDA (BRL)
MG EBITDA



Nota: Câmbio médio EUR-BRL 2024 = 5,8331 / Câmbio médio EUR-BRL 2025 = 6,3087

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2025	2024	Var.
Produção de Clínquer	**1 000 t**	**1 232**	**1 126**	**9,4%**
Produção de Cimento	**1 000 t**	**1 718**	**1 559**	**10,2%**
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1 000 t	1 712	1 560	9,7%
Total	**1 000 t**	**1 712**	**1 560**	**9,7%**
Vendas de Betão Pronto*	1 000 m3	225	195	15,4%

Nota:
* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

De acordo com os dados mais recentes do SNIC – Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, o consumo de cimento no Brasil registou um crescimento de 3,7% em 2025 face ao período homólogo. As vendas de cimento no Brasil permanecem em alta, alcançando 67 milhões de toneladas em 2025.

A recuperação do setor continua a ser impulsionada por fatores como o aquecimento do mercado de trabalho, o aumento do rendimento disponível das famílias e, sobretudo, a dinâmica do programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”, que já representa cerca de metade dos novos lançamentos no mercado imobiliário nacional.

Apesar deste ambiente favorável, o setor do cimento ainda enfrenta vários desafios estruturais: a manutenção de taxas de juro elevadas, que encarece o crédito à habitação; a forte redução no volume de novos financiamentos; o elevado nível de endividamento e incumprimento das famílias; e incertezas jurídicas associadas às garantias de crédito imobiliário. Estes fatores impõem limitações à expansão mais acelerada da atividade no médio prazo, embora as projeções de crescimento para o ano se mantenham positivas.

O **volume de negócios** total das operações no Brasil atingiu 126,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 7,7 milhões de euros face ao período homólogo. Este valor incorpora um impacto cambial negativo significativo, de 10,3 milhões de euros, decorrente da desvalorização cambial do Real Brasileiro.

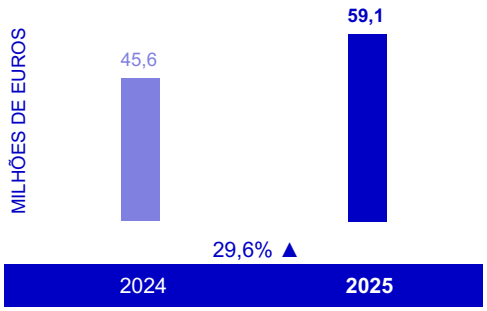
Em linha com esta evolução de mercado, o segmento “Brasil Cimento” registou um forte crescimento de 9,7% nas quantidades vendidas face ao período homólogo, que reflete a maior dinâmica da procura interna e a capacidade de resposta operacional da unidade de Adrianópolis, beneficiando já de melhorias associadas à modernização do forno, no âmbito do Projeto *Revamp*, concluído em 2024. No entanto, o preço médio em euros apresentou uma queda de 3,1%, penalizado pela forte desvalorização do Real Brasileiro.

O negócio do Betão também registou um forte crescimento nos volumes (+15,3%), embora os preços em euros tenham diminuído 7,3%, igualmente penalizados pelo efeito cambial.

Em 2025, o **EBITDA** das atividades no Brasil atingiu 38,9 milhões de euros, o que, comparado com os 32,0 milhões de euros do período homólogo, representa um crescimento de +21,5%, apesar do impacto negativo da desvalorização cambial (-3,2 milhões de euros). Este desempenho reflete, para além do maior volume de vendas de cimento e betão, o efeito positivo da redução dos custos variáveis de produção, com destaque para a energia térmica e matérias-primas, bem como os primeiros ganhos operacionais derivados da modernização da unidade industrial de Adrianópolis.

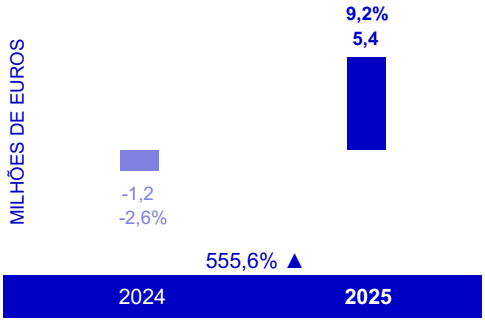
LÍBANO

VOLUME DE NEGÓCIOS (EUR)

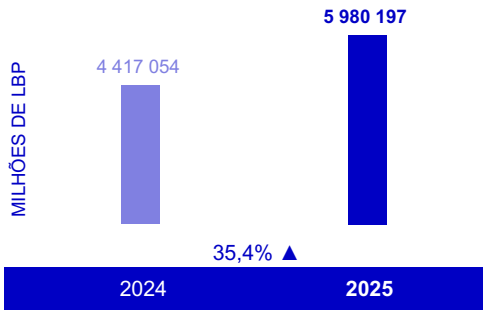


EBITDA (EUR)

MG EBITDA

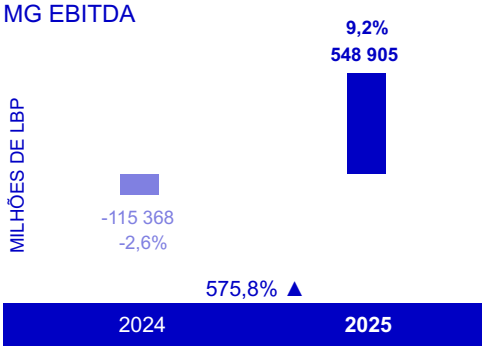


VOLUME DE NEGÓCIOS (LBP)



EBITDA (LBP)

MG EBITDA



Nota: Câmbio EUR-LBP 2024 = 96 847,0 / Câmbio EUR-LBP 2025 = 101 144,0

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2025	2024	Var.
Produção de Clínquer	**1 000 t**	**605**	**261**	**131,8%**
Produção de Cimento	**1 000 t**	**792**	**614**	**29,0%**
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1 000 t	784	592	32,4%
Total	**1 000 t**	**784**	**592**	**32,4%**
Vendas de Betão Pronto*	1 000 m3	67	32	109,4%
Vendas de Pré-fabricados*	1 000 t	25	17	47,1%

Nota:
* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

O Líbano continua a enfrentar uma grave crise económica, financeira e social, que se prolonga desde 2019. Apesar dos esforços das forças políticas para estabilizar o país, o impacto da guerra na Ucrânia e, sobretudo, o conflito na Faixa de Gaza vieram agravar ainda mais o contexto político e económico. Adicionalmente, os cortes persistentes no fornecimento de energia elétrica continuam a prejudicar de forma significativa as operações da Secil no país, condicionando a estabilidade da produção industrial.

Em 2025, o volume de negócios ascendeu a 59,1 milhões de euros, o que representou um incremento de 13,5 milhões de euros face ao período homólogo. A desvalorização cambial da libra libanesa teve um efeito negativo de 2,6 milhões de euros.

No segmento do Cimento, o volume de negócios cresceu 28,6%, refletindo o efeito de um aumento de 32,5% nas quantidades vendidas e ligeiro decréscimo nos preços médios de venda em euros.

O segmento do Betão apresentou igualmente uma evolução muito positiva, com um crescimento de 76,3% no volume de negócios. Esta variação resulta do aumento expressivo das quantidades vendidas (+108%), que compensou a quebra nos preços médios em euros (-16,6%).

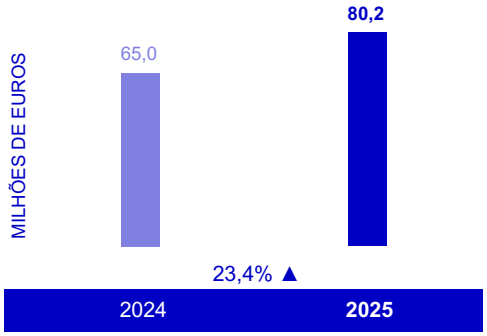
O **EBITDA** gerado pelo conjunto das operações do Líbano totalizou 5,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 6,6 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior (-1,2 milhões de euros).

Embora a atividade continue condicionada pelos constrangimentos na produção, associados aos cortes frequentes de energia elétrica, verificou-se uma melhoria face ao período homólogo de 2024, nomeadamente pela redução da necessidade de consumo de clínquer externo.

Adicionalmente, destaca-se que os investimentos para a geração de energia, implementados ao longo do segundo semestre, começaram a produzir efeitos mais significativos no último trimestre do ano, contribuindo para uma maior estabilidade da produção e perspetivando uma melhoria sustentada da *performance* industrial nos próximos períodos.

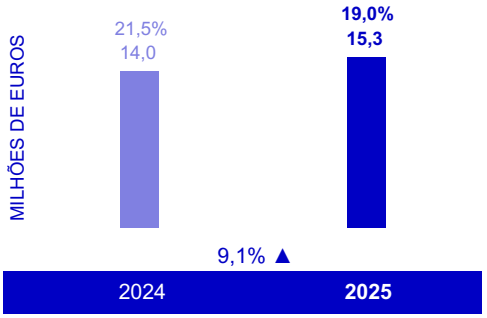
TUNÍSIA

VOLUME DE NEGÓCIOS (EUR)

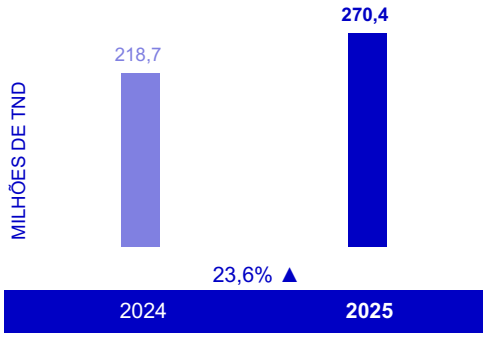


EBITDA (EUR)

MG EBITDA

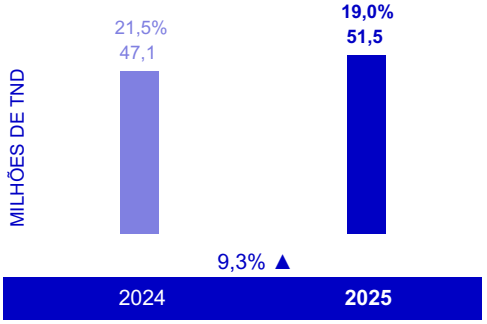


VOLUME DE NEGÓCIOS (TND)



EBITDA (TND)

MG EBITDA



Nota: Câmbio médio EUR-TND 2024 = 3,3662 / Câmbio médio EUR-TND 2025 = 3,3723

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2025	2024	Var.
Produção de Clínquer	**1 000 t**	**935**	**752**	**24,3%**
Produção de Cimento + Cal	**1 000 t**	**1 132**	**880**	**28,6%**
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1 000 t	619	582	6,4%
Mercado Externo	1 000 t	535	320	67,2%
Total	**1 000 t**	**1 154**	**902**	**27,9%**
Vendas de Betão Pronto*	1 000 m3	112	94	19,1%

Nota:
* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

A Tunísia continua a enfrentar desafios económicos estruturais, marcados por elevados défices externo e orçamental, um aumento significativo do endividamento público e um crescimento económico insuficiente para absorver os elevados níveis de desemprego, sobretudo entre os jovens. A instabilidade social permanece elevada e com risco de agravamento, impulsionada pelo descontentamento face à situação económica e pela intensificação das reivindicações sindicais.

Em 2025, este enquadramento frágil foi ainda agravado pelos efeitos colaterais da guerra na Ucrânia, pelas tensões geopolíticas no Médio Oriente e pela instabilidade política interna, fatores que pressionaram os custos das importações, aumentaram a vulnerabilidade da balança externa e mantiveram a inflação em níveis elevados.

O setor da construção tem sido particularmente afetado pela forte retração do investimento público – decorrente da situação orçamental do Estado – e pelas restrições ao crédito no setor privado, condicionadas pela fragilidade do sistema bancário. Estas dinâmicas têm limitado a atividade do setor e condicionado a procura de cimento.

Este enquadramento tem tido impacto direto na procura de cimento, que se estima tenha registado um crescimento homólogo de apenas 1%, e na dinâmica geral da atividade do setor.

Em 2025, o **volume de negócios** apresentou um aumento de +23,4% face ao período homólogo, tendo atingido 80,2 milhões de euros.

Dentro deste contexto, o volume de negócios do segmento "Tunísia Cimento" registou um aumento significativo de 24,0%, atingindo 76,7 milhões de euros em 2025, face aos 61,9 milhões de euros registados no mesmo período de 2024.

As quantidades vendidas para o mercado interno cresceram 6,3%, tendo os preços médios em euros apresentado um ligeiro aumento de 1,7%.

No mercado externo, as quantidades vendidas registaram um forte incremento de 67,2%, com o preço médio a registar uma ligeira subida (+1,2%).

A redução dos custos operacionais, em contraste com o ano anterior que foi negativamente afetado por custos excecionais resultantes dos constrangimentos de produção provocados pelo incêndio ocorrido em outubro de 2023, permitiu duplicar o EBITDA do segmento, que atingiu 20,7 milhões de euros, face aos 10,3 milhões de euros registados em 2024.

No segmento do Betão, o volume de negócios cresceu 19,7% face ao período homólogo, resultado do aumento de 20,0% nas quantidades vendidas e de uma subida de 1,5% no preço médio. O controlo eficaz dos custos de produção, aliado à evolução positiva das vendas, permitiu gerar um EBITDA positivo de 69 mil euros, em contraponto com o EBITDA negativo do ano anterior de -53,6 mil euros.

A evolução positiva do volume de negócios conjugada com a redução verificada nos custos de produção permitiu que a Tunísia gerasse um EBITDA de 15,3 milhões de euros, acima dos 14,0 milhões do período homólogo. Importa, contudo, referir que o resultado de 2024 beneficiou do reconhecimento de cerca de 7,6 milhões de euros relativos a uma indemnização de seguro associada ao sinistro.

RESULTADOS

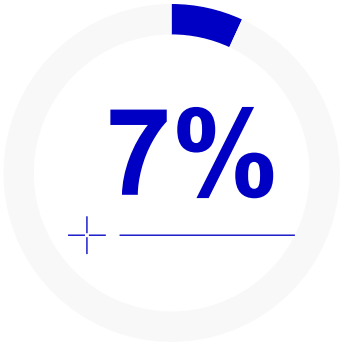
Os **resultados financeiros líquidos** da Secil apresentaram um ligeiro agravamento de 0,5 milhões de euros, face ao período homólogo, tendo passado de -28,8 milhões de euros em 2024 para -29,4 milhões de euros em 2025. Este agravamento resulta, sobretudo, de um aumento das perdas cambiais associadas a empréstimos concedidos pela Secil a empresas participadas, impactados pela desvalorização do dólar norte-americano.

Os **resultados líquidos atribuíveis aos acionistas** da Secil atingiram 80,8 milhões de euros, ou seja, 30,1 milhões de euros acima do verificado em 2024, em resultado do aumento registado no EBITDA.

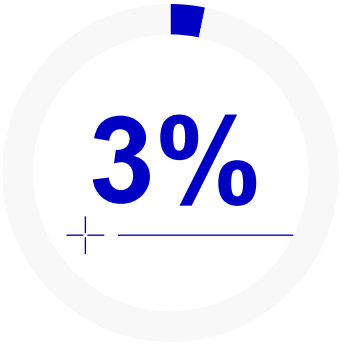
INVESTIMENTOS

Em 2025, a Secil registou um valor de **investimento** em ativos fixos de 86,4 milhões de euros (*vs*. 75,5 milhões de euros no período homólogo) dos quais se destacam os investimentos na fábrica da Maceira (ProFuture), que irá permitir aumentar a eficiência energética nas operações de cimento em Portugal, e em projetos de geração de energia no Líbano.

3.2.2.3 SÍNTESE DA ATIVIDADE DE OUTROS NEGÓCIOS[4]



Volume de Negócios 2025
% do total consolidado

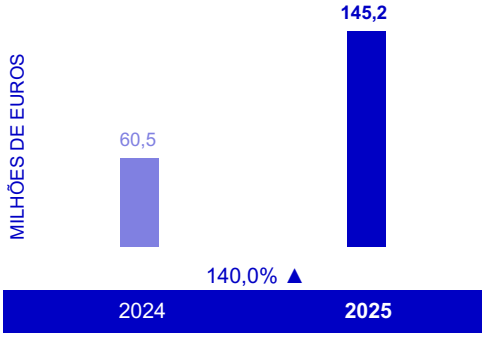


EBITDA 2025
% do total consolidado

DESTAQUES DE 2025 (*VS.* 2024)

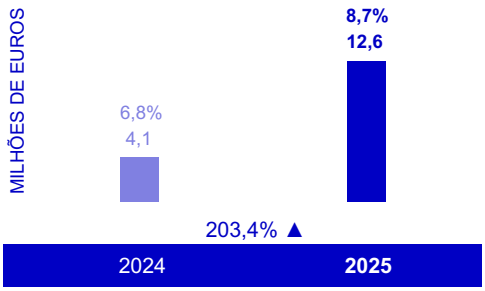
– Em 2025, o volume de negócios ascendeu a cerca de 145,2 milhões de euros, um aumento de 84,7 milhões de euros face ao período homólogo. De notar que os valores de 2025 incorporam a atividade da Barna, adquirida pela ETSA em janeiro de 2025, e a contribuição da Imedexa, desde agosto de 2025.

VOLUME DE NEGÓCIOS



– O EBITDA totalizou cerca de 12,6 milhões de euros, o que representou um incremento de cerca de 8,4 milhões de euros face ao período homólogo, explicado pela evolução positiva da performance da ETSA, tanto no negócio pré-aquisição da Barna, como pelo efeito da referida aquisição, e pela contribuição da Imedexa, desde agosto de 2025.

EBITDA
MG EBITDA



[4] Os Outros Negócios incluem os negócios Triangle's, ETSA e Imedexa.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2025	2024	Var.
Volume de negócios	**145,2**	**60,5**	**140,0%**
EBITDA	**12,6**	**4,1**	**203,4%**
Margem EBITDA (%)	8,7%	6,8%	1,8p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(22,5)	(15,1)	-48,9%
Provisões	0,5	—	—%
EBIT	**(9,5)**	**(11,0)**	**13,5%**
Margem EBIT (%)	-6,5%	-18,1%	11,6p.p.
Resultados financeiros líquidos	(1,6)	(0,8)	-94,4%
Resultados antes de impostos	**(11,1)**	**(11,8)**	**6,1%**
Impostos sobre o rendimento	1,5	6,1	-74,8%
Resultados do exercício total	(9,5)	(5,6)	-68,5%
Atribuível aos acionistas de Outros negócios	**(9,6)**	**(5,6)**	**-71,0%**
Atribuível a interesses não controlados (INC)	0,1	—	289,2%
Cash Flow total	12,5	9,5	32,4%
Cash Flow Livre total	(38,5)	2,5	<-1000%
	31/12/2025	**31/12/2024**	
Capitais próprios (antes de INC)	282,0	146,6	
Dívida líquida remunerada	**39,1**	**19,3**	
Passivos de locação (IFRS 16)	3,3	1,1	
Total	**42,4**	**20,4**	

Nota: Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

Em julho a Semapa concluiu a aquisição de 100% do capital social da Industrias Mecánicas de Extremadura S.A. (“Imedexa”), com sede em Cáceres, Espanha, líder europeia em desenho e fabrico de estruturas metálicas para infraestruturas de transmissão e distribuição de eletricidade, bem como para outras aplicações industriais, por uma contrapartida paga nesta data de 148 milhões de euros, acrescida de uma componente adicional a ser paga dependente da verificação de determinadas condições. A Imedexa contribuiu para os resultados da Semapa, no segmento reportável “Outros Negócios”, a partir de agosto de 2025.

Em 2025, o volume de negócios ascendeu a cerca de 145,2 milhões de euros, um aumento de 84,7 milhões de euros face ao período homólogo, refletindo a *performance* positiva da ETSA e da Triangle’s, bem como a contribuição da Imedexa a partir de agosto.

O aumento do volume de negócios da ETSA resulta da incorporação da Barna, adquirida pela ETSA em janeiro de 2025, assim como do crescimento do negócio da ETSA, pré-aquisição decorrente essencialmente da evolução positiva das vendas em quantidade e preço das gorduras de categoria 3 e da subida das prestações consolidadas de serviços, resultante de um aumento de recolhas assim como da atualização do preço médio de alguns tipos de serviços prestados pela ETSA.

A Triangle’s registou em 2025 um aumento do volume de negócios face ao período homólogo, destacando-se a evolução favorável do preço médio de venda, com as exportações para a Europa a representaram 99% do total.

O EBITDA do segmento totalizou cerca de 12,6 milhões de euros, o que representa um incremento de cerca de 8,4 milhões de euros face ao período homólogo, explicado essencialmente pelo aumento do volume de negócios da ETSA e da Triangle’s, mas também pela contribuição da Imedexa a partir de agosto de 2025.

A margem EBITDA atingiu 8,7%, o que se traduziu numa variação positiva de cerca de 1,8 p.p. face à margem registada no período homólogo.

Os **resultados financeiros** agravaram-se tendo atingido -1,6 milhões de euros, essencialmente em resultado do aumento da dívida resultante da incorporação da Barna na ETSA e do efeito da consolidação desde agosto da Imedexa.

O **resultado líquido atribuível** aos acionistas deste segmento de negócio atingiu em 2025 um total de -9,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 4,0 milhões de euros face ao período homólogo, explicado fundamentalmente pelo aumento das amortizações e depreciações, decorrente dos investimentos realizados, e o maior peso dos impostos sobre o rendimento.

Em 2025, o valor de **investimento** em ativos fixos foi de 18 milhões de euros, dos quais 7,5 milhões de euros da ETSA, que refletem o investimento na construção de uma nova unidade fabril em Coruche, designada ETSA ProHy, inaugurada a 19 de setembro, na qual se produzirá uma gama de produtos substancialmente mais *premium* do que a gama atual, fruto do forte investimento em inovação. Esta assenta numa tecnologia baseada num processo de hidrólise natural, sem recurso a químicos, e permite transformar subprodutos animais em ingredientes de elevado valor, como proteína hidrolisada, gordura e fração mineral. Na Triangle's registou-se um investimento de 9,8 milhões de euros destacando-se a continuidade à execução do aumento da capacidade de produção de quadros para *e-bikes*.

Em janeiro de 2025 a ETSA concluiu a aquisição da Barna, uma das líderes do mercado espanhol de recolha e valorização de subprodutos de peixe, que conta com cerca de 120 trabalhadores e processa anualmente mais de 50 000 toneladas de subprodutos de peixe nas suas duas fábricas, localizadas no País Basco e na Andaluzia. A sua aposta em produtos de elevado valor nutricional, como os hidrolisados de proteína de origem marinha, alinha-se com a estratégia da ETSA de inovar e aumentar o valor dos seus ingredientes sustentáveis, utilizados em áreas como *petfood*, fertilizantes e biocombustíveis. Esta aquisição representa um marco estratégico para a ETSA, reforçando o seu compromisso com a inovação, a qualidade e o respeito pelas comunidades locais onde opera e expandindo as suas atividades para uma nova geografia, num novo segmento de negócio, *rendering* de peixe.

3.2.2.4 SÍNTESE DA ATIVIDADE DA SEMAPA NEXT

O ano de 2025 foi marcado por uma forte atividade de acompanhamento e reforço do portfólio da Semapa Next com a realização de vários investimentos de *follow-on*. Adicionalmente, foram assinadas duas *term sheets* para a realização de dois novos investimentos, cuja execução transitou para o início do ano de 2026.

Adicionalmente, durante o ano de 2025, a Semapa Next reforçou o seu investimento na Gropyus num total de 39 milhões de euros, numa operação em que participaram outros investidores de referência, como a Vonovia e a FAM (família Wallenberg), num contexto de forte dinamismo da empresa austro-alemã, que combina tecnologia e produção industrializada de soluções modulares de construção. A Gropyus opera a partir da sua unidade fabril em Richen (Alemanha) e está numa fase de rápida expansão e consolidação do seu modelo de negócio.

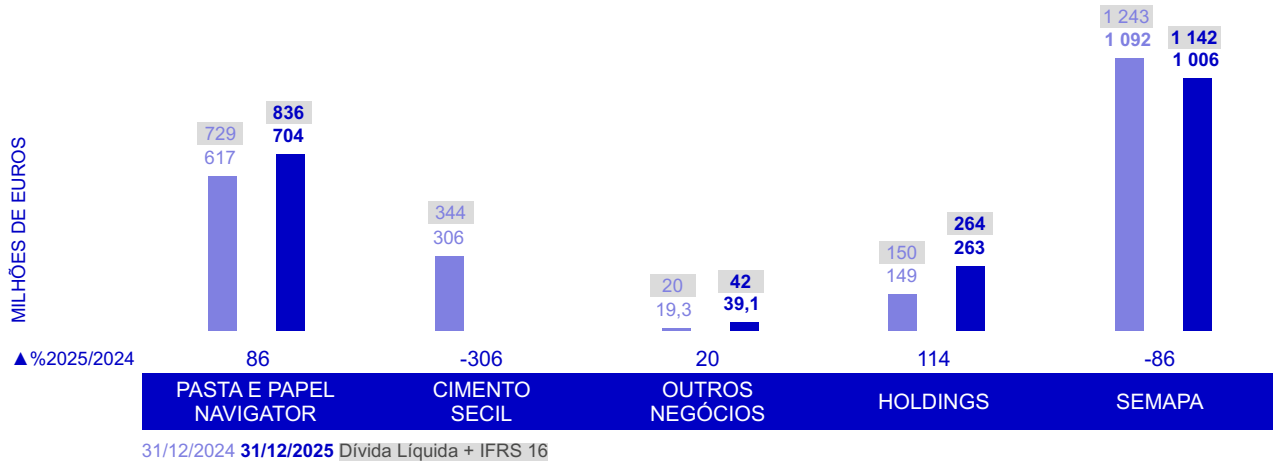
Para além da gestão ativa do portfólio, a Semapa Next manteve o seu foco na criação de valor junto das Participadas, acompanhando de perto o seu crescimento e reforçando o posicionamento estratégico nas geografias e setores prioritários.

3.3 Área financeira do Grupo Semapa

3.3.1 ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA LÍQUIDA

Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compra e venda de ações entre a Semapa e a Cementos Molins, referente à alienação da totalidade do capital social da Secil e, nos termos previstos na IFRS 5, a totalidade dos ativos e passivos da Secil, encontra-se apresentada na demonstração da posição financeira consolidada em rubricas autónomas de ativos e passivos detidos para venda. O resultado líquido da sua performance financeira relativa ao ano de 2025 encontra-se apresentado separadamente na demonstração dos resultados consolidados como resultado líquido de operações descontinuadas, sendo que, para este efeito e conforme preconizado na IFRS 5, a informação financeira relativa ao exercício de 2024 foi reapresentada, de forma a assegurar a comparabilidade da informação financeira apresentada.



Em 31 de dezembro de 2025, a **dívida líquida consolidada** totaliza 1 006,1 milhões de euros, o que representa uma diminuição de -85,6 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2024, sendo -305,7 milhões de euros resultantes da reclassificação da dívida da Secil e o remanescente do aumento da dívida nos outros segmentos. Considerando operações descontinuadas, a dívida líquida remunerada consolidada totaliza 1 266 milhões de euros em 2025 e 1 092 milhões de euros em 2024.

Incluindo o efeito da IFRS 16, a dívida líquida consolidada seria de 1 142 milhões de euros, valor inferior em 101 milhões de euros ao apresentado no final de 2024, resultado essencialmente da reclassificação da dívida do segmento Cimento.

Adicionalmente, para além do *cash flow* operacional gerado, estas variações são explicadas por:

– Pasta e Papel: +86,3 milhões de euros, incluindo a realização de investimentos em ativos fixos de cerca de 159,6 milhões de euros e a distribuição de 175 milhões de euros de dividendos (100 milhões de euros em janeiro e 75 milhões de euros em julho);

– Outros Negócios: +19,8 milhões de euros, incluindo 34 milhões de euros em investimentos financeiros e a realização de investimentos em ativos fixos de cerca de 18 milhões de euros. Esta variação incorpora a dívida líquida da Imedexa a 31 de dezembro de 2025 (cerca de 21 milhões de euros). A Semapa efetuou dois aumentos de capital em 2025 (i) 33,5 milhões de euros na ETSA e (ii) 18 milhões de euros na Triangle's; e,

– *Holdings*: +114,0 milhões de euros, incluindo o investimento financeiro realizado na aquisição da Imedexa no valor de 147,6 milhões de euros, os investimentos financeiros realizados através da Semapa Next no valor de 49 milhões de euros, a distribuição de 50 milhões de euros de dividendos em junho, o recebimento de dividendos (Navigator: 122,5 milhões de euros, Secil: 52,6 milhões de euros e ETSA: 3 milhões de euros), bem como dois aumentos de capital nas suas Participadas no valor total de 51,5 milhões de euros (ETSA: 33,5 milhões de euros e Triangle's: 18 milhões de euros).

A 31 de dezembro de 2025, o total de disponibilidades consolidadas ascendia a 157,4 milhões de euros, tendo o Grupo, adicionalmente, um conjunto de linhas contratadas e não utilizadas assegurando desta forma uma forte posição de liquidez.

Durante os últimos anos, o Grupo Semapa deu passos importantes nas finanças sustentáveis, através da procura de opções de financiamento diretamente ligados ao cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável ou a indicadores de desempenho ESG – Environmental, Social and Governance. A dívida verde do Grupo Semapa no final do mês de dezembro de 2025 representa cerca de 38% do total contratado (*vs*. 42% no final de 2024) e 32% do total utilizado (*vs*. 52% no final de 2024). Esta variação decorre da reclassificação da dívida da Secil em 2025, desconsiderando-se a sua contribuição para os indicadores apresentados a 31 de dezembro de 2025.

3.3.2 RESULTADO LÍQUIDO

O **resultado líquido atribuível a acionistas** da Semapa foi de 156,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 76 milhões de euros face ao período homólogo, explicado essencialmente pelo efeito combinado dos seguintes fatores:

Nas operações continuadas:

– Redução do EBITDA em 155,9 milhões de euros, o que reflete a redução verificada no segmento de Pasta e Papel parcialmente compensada pelo aumento do EBITDA do segmento de Outros Negócios;

– Agravamento de 50,0 milhões de euros nas depreciações, amortizações e perdas por imparidade, incluindo a imparidade de 49,5 milhões de euros associada ao investimento na Triangle's (que conjugada com o desreconhecimento do passivo financeiro relativo ao pagamento contingente abaixo referido na rubrica de resultados financeiros líquidos, no âmbito do mesmo investimento, resulta num impacto total de -3,8 milhões de euros no resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa);

– A apropriação de resultados em empresas associadas foi de 3,8 milhões de euros, superior em 2,1 milhões de euros face ao período homólogo. Esta rubrica incorpora parte dos resultados da UTIS[5], que é uma *joint-venture* 50/50[6] entre a Semapa e a Ultimate Cell;

– Melhoria dos resultados financeiros líquidos em cerca de 33,2 milhões de euros. Para esta variação contribuíram o impacto positivo de 45,7 milhões de euros decorrente do desreconhecimento do passivo financeiro relativo ao pagamento contingente (*earnout)* no âmbito da aquisição da Triangle's, o aumento dos custos de financiamento e um agravamento do custo líquido com diferenças de câmbio;

– Redução dos impostos sobre o rendimento em cerca de 20,5 milhões de euros, principalmente em consequência da redução dos resultados antes de impostos.

[5] A UTIS é uma empresa que desenvolve tecnologia disruptiva na área da otimização dos processos de combustão interna e contínua, contribuindo para a redução da pegada ecológica e dos custos energéticos das empresas.

[6] Sendo um "Empreendimento conjunto" à luz das normas IFRS (participação 50/50), o seu reflexo contabilístico nas demonstrações financeiras (consolidadas e separadas) da Semapa é pelo método da equivalência patrimonial (não estando incorporada "linha a linha") nas contas consolidadas da Semapa. Desta forma, 50% dos resultados desta JV são incorporados na Demonstração de Resultados da Semapa, na linha "Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos", estando o valor do investimento evidenciado na linha de Balanço "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos".

3.4 Evolução da *performance* bolsista

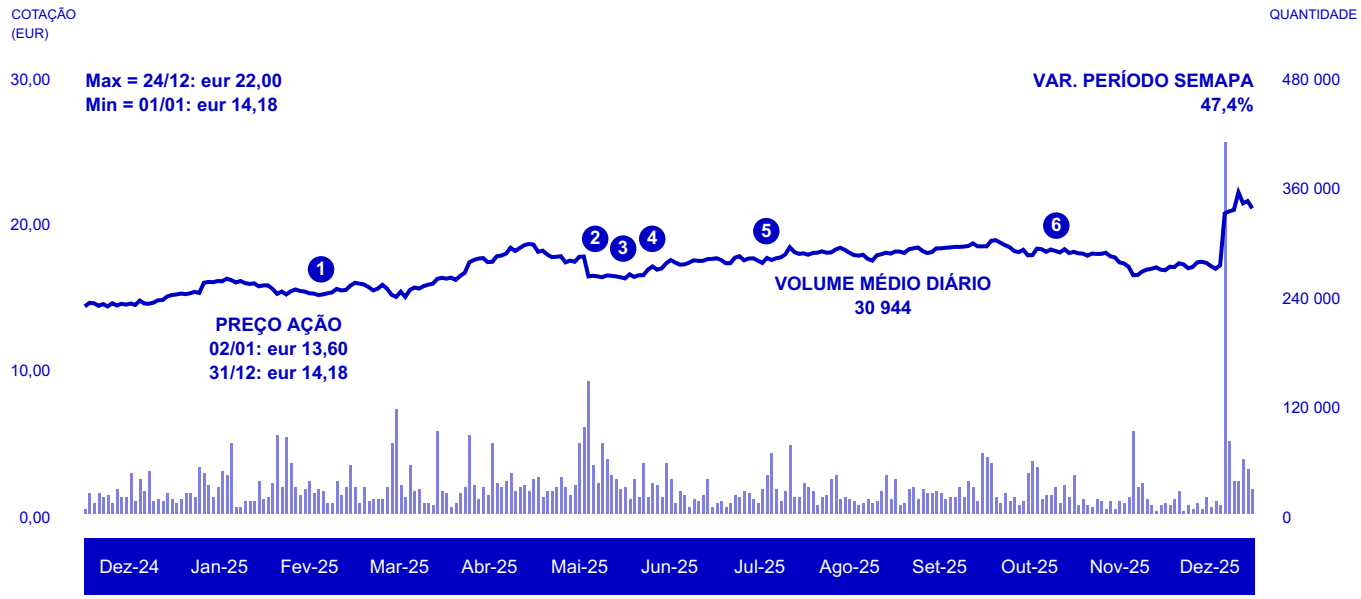
Durante o ano 2025, as tensões geopolíticas continuaram a marcar o cenário mundial, com o prolongamento da guerra na Ucrânia e a intensificação das tensões no Médio Oriente, contribuindo para um ambiente de maior incerteza económica global. A nova orientação da política comercial dos Estados Unidos, materializada no significativo aumento de tarifas decidido em 2025, introduziu novas fricções nas cadeias globais de valor, podendo traduzir-se em pressões adicionais sobre os preços das matérias-primas e num crescimento mais moderado do comércio mundial.

Ao longo de 2025, iniciou-se igualmente um ciclo de flexibilização monetária nas economias avançadas, impulsionado pela continuação do processo de desinflação e por condições financeiras mais favoráveis. Contudo, perturbações nesse processo – nomeadamente choques de preços ou eventos geopolíticos – poderiam comprometer a trajetória de diminuição das taxas de juro, exigindo que a política monetária mantivesse um equilíbrio entre o controlo da inflação e o suporte à atividade económica.

Na zona euro, o crescimento económico permaneceu moderado, ainda que com desempenhos distintos entre Estados-membros: Espanha, França e Portugal continuaram a crescer acima da média, enquanto a Alemanha e a Itália registaram um crescimento fraco ou mesmo negativo. Esta divergência refletiu a resiliência do setor dos serviços, que sustentou a atividade económica, contrastando com a persistente fragilidade do setor industrial.

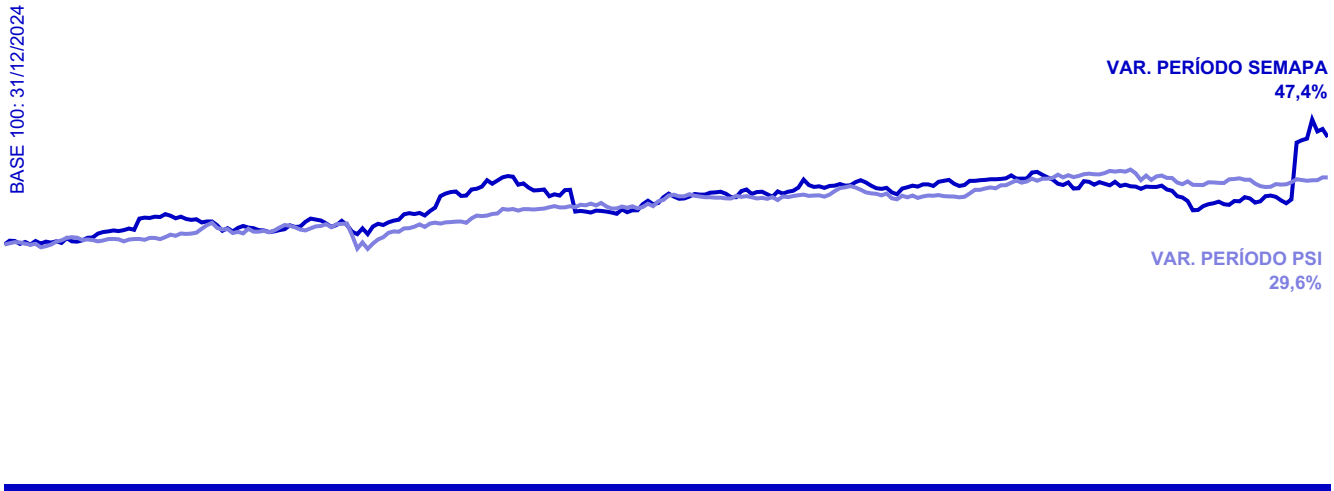
Nos mercados financeiros, 2025 foi um ano positivo para as bolsas mundiais, apoiado pela melhoria das expectativas de política económica e pela antecipação de maior estímulo monetário. As ações das economias avançadas recuperaram, acompanhando a perceção de condições mais favoráveis aos negócios, com vários índices a registarem subidas expressivas. Nos Estados Unidos, a robustez dos resultados empresariais e a expectativa de maior previsibilidade na política económica contribuíram para a valorização continuada do S&P 500, que voltou a fechar o ano em terreno positivo.

Neste contexto, durante o período em análise, as ações da Semapa valorizaram 47,4%. A cotação da Semapa registou o valor mínimo de 14,18 euros no dia 1 de janeiro, tendo alcançando o seu valor máximo de 22,00 euros no dia 24 de dezembro. O volume médio diário de ações da Semapa transacionadas foi de 30 944.



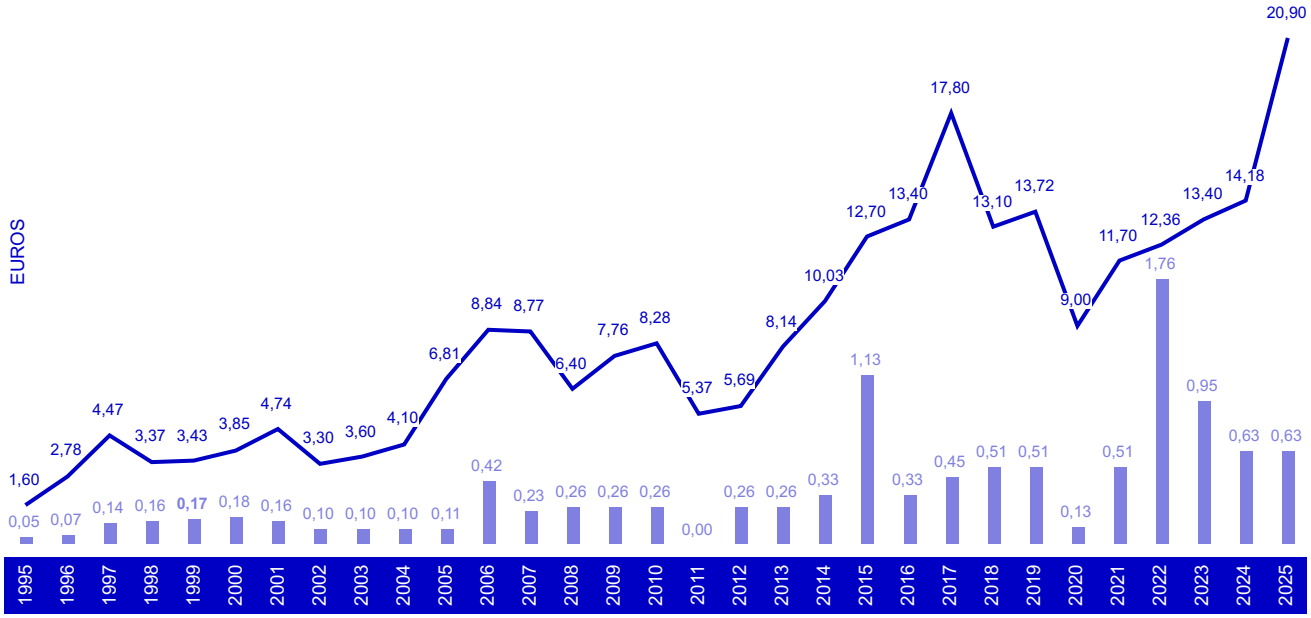
Nota: Cotações de fecho

1. Divulgação de Resultados de 2024
2. Anúncio do Pagamento de Dividendos de 2024
3. Divulgação dos Resultados do 1º Trimestre de 2025
4. *Ex-dividend date*
5. Divulgação dos Resultados do 1º Semestre de 2025
6. Divulgação dos Resultados dos Primeiros 9 Meses de 2025



Nota: cotações de fecho

RETORNO ACIONISTA ANUAL = 20,1%[7]



DIVIDENDOS POR AÇÃO (DPS) COTAÇÃO

[7] Pressuposto de investimento imediato e integral dos dividendos no próprio título

3.5 Perspetivas futuras

A economia mundial vinha a apresentar sinais de estabilização, com crescimento modesto, porém sustentável. No entanto, o ambiente externo deteriorou-se, à medida que as tensões comerciais se acentuam e a incerteza atinge níveis elevados.

De acordo com a atualização do World Economic Outlook (WEO) de janeiro de 2026, a economia mundial deverá crescer 3,3% (3,1% em outubro) em 2026 e 3,2% em 2027, após um crescimento estimado de 3,3% em 2025. A inflação global deverá continuar a decrescer, mas a um ritmo mais lento do que o anteriormente estimado, de 4,1% em 2025 para os 3,8% em 2026 e 3,4% em 2027.

Na zona euro, o FMI antecipa crescimento de 1,3% em 2026 e 1,4% em 2027, praticamente inalterado face a outubro. Para além de fatores globais como as tensões comerciais e tarifas elevadas, a situação geopolítica na Europa reduz a confiança dos consumidores e empresas, com impacto direto no investimento e consumo interno.

Em Portugal, as projeções do Banco de Portugal (dezembro de 2025) apontam para um crescimento do PIB de 2,0% em 2025, uma revisão em alta de 0,1 p.p. em comparação com as projeções de outubro (1,9%). Para 2026, o crescimento é estimado em 2,3% e em 1,7% em 2027. A inflação deverá convergir para 2,2% em 2025 e 2,1% em 2026, acompanhando a tendência da zona euro e a taxa de desemprego manter-se-á nos 6,2%. A revisão em alta assenta sobretudo na robustez do mercado de trabalho, na capacidade de adaptação e inovação das empresas e na orientação da atividade para os serviços. O investimento deverá acelerar em 2026, embora previsivelmente desacelere em 2027, com o final do PRR. Os principais riscos continuam a ser o impacto das tensões comerciais e toda incerteza global que esse fator gera.

NAVIGATOR

Em 2025, a economia global enfrentou um cenário de elevada incerteza, marcado pelo aumento das tarifas comerciais dos EUA, tensões geopolíticas persistentes e uma reconfiguração das relações internacionais.

Este novo contexto gerou um ambiente mais restritivo para 2026, com maiores barreiras ao comércio e alterações nos fluxos, nas cadeias de valor e até nas alianças globais.

No segmento de **papel** de Impressão e Escrita, o 1.º trimestre de 2026 arrancou com algum otimismo, com a Navigator a avançar com o anúncio de aumento de preços de papel, que foi acompanhado pelos principais *players* do setor. Em dezembro de 2025, a Navigator anunciou aumentos de preços na Europa (5 a 8%) e em *overseas* (5 a 11%). Os aumentos nos mercados Overseas foram logo absorvidos pelo mercado, o que permitiu avançar com um segundo incremento de 30 dólares por tonelada já em janeiro de 2026. A Navigator avançou também com um anúncio de aumento de preços para os Estados Unidos (5 a 8%) a partir de março. Os vários anúncios de aumentos de preços de papel de impressão e escrita a nível global terão impacto sobretudo na segunda metade do 1.º trimestre. Assim, perspetiva-se um preço médio no 1º trimestre de 2026 claramente superior ao do 4º trimestre de 2025, e, no 2º trimestre de 2026, acima do 1º trimestre, sempre condicionado pela evolução do preço da pasta.

O contexto global mantém-se desafiante, condicionado pela tendência estrutural de declínio do consumo e pela estagnação económica nas principais geografias, compensado em parte pelos recentes encerramentos registados nos mercados europeu e norte-americano. Nos Estados Unidos, após a redução de 350 mil toneladas de capacidade anual de um *player* relevante (8% da capacidade dos EUA), seguiu-se o anúncio de encerramento em 2026 de outra máquina de UWF, reduzindo a capacidade norte-americana de UWF em aproximadamente 320 mil toneladas adicionais. As tarifas impostas pelos EUA às importações impactam a oferta, dada a natureza importadora do consumo local. Considerando as saídas de volume descritas, estimamos que exista nos EUA um défice estrutural de 1 200 mil toneladas por ano (25% do consumo).

A necessidade de importação dos EUA terá de continuar a ser suprida pelos poucos países no mundo com capacidade para fornecer as especificações deste exigente mercado, com destaque para alguns, poucos, produtores da Europa e da América Latina. No que respeita à América Latina, os produtores estão sob ameaça de tarifas aduaneiras superiores às que vigoram na Europa. Por outro lado, um eventual maior foco dos norte-americanos no seu mercado doméstico abrirá também oportunidades nos seus atuais mercados de exportação.

O segmento da **Pasta** iniciou o ano de 2026 com uma dinâmica positiva, marcada por anúncios de aumentos de preços na China e na Europa, iniciados ainda no final de 2025 e prolongados pelos meses de janeiro e fevereiro, reforçando a perceção de um mercado mais firme. As projeções dos analistas apontam para a continuidade deste *momentum* pelo menos até ao final do 1.º semestre, seguido de, no cenário menos favorável, uma fase de estabilização ao longo do resto do ano.

A procura global mantém-se praticamente estável, com a fibra curta a registar apenas uma ligeira contração de 0,2%, enquanto a China deverá crescer 1,1% e a Europa permanecerá inalterada. Não obstante o enquadramento positivo, o impacto das tarifas nestas duas regiões poderá introduzir alguma pressão adicional sobre a dinâmica de mercado. Ainda assim, o ambiente operacional beneficia de menor pressão de capacidade. Ao contrário de 2025, não se antecipam adições significativas em 2026, tendo em conta que a maioria dos 3 Mt de capacidade nos projetos anunciados para 2026 (onde se destacam 1,3 Mt na China e 1,4 Mt na Indonésia) tem arranque previsto apenas para o último trimestre, o seu impacto será essencialmente em 2027. O projeto na Indonésia contempla duas linhas de 1,4 Mt cada, das quais cerca de metade é destinada ao mercado, mas só se prevê que arranque a primeira das duas linhas no final deste ano, arrancando a segunda cerca de 6 a 12 meses depois, com impacto essencialmente em 2028.

Paralelamente, em novembro de 2025, ocorreu uma tempestade ciclónica tropical (Senyar) no estreito de Malaca na Ásia, que devastou violentamente vastas zonas da ilha Sumatra na Indonésia. As chuvas intensas originaram inundações severas e deslizamentos de terra, resultando em mais de 1 200 vítimas mortais, cerca de 7 000 feridos, mais de 1 milhão de desalojados e elevados prejuízos materiais. As autoridades indonésias associaram a dimensão desta calamidade aos elevados níveis de desflorestação verificados nas últimas duas décadas, atribuindo responsabilidades à indústria local e procedendo à revogação de licenças florestais de aproximadamente 22 empresas fornecedoras de madeira a grandes exportadoras indonésias de pasta de celulose, papel UWF e *tissue* (abrangendo mais de 1 Mha). Esta decisão está a ter um impacto substancial nos produtores locais de celulose e papel pela limitação na disponibilidade de madeira local, com a consequente redução de produção de pasta e trajetória de subida de preços, tendo já sido anunciado por um desses produtores uma redução de 150 kt na produção de pasta para o 1.º trimestre.

No segmento ***Tissue***, a procura continua a apresentar uma boa dinâmica, estimando-se que se mantenha em níveis saudáveis, as estimativas mais recentes apontam para um crescimento estimado anual em torno de 1,1%. O Grupo tem potenciado sinergias e economias de escala associadas ao crescimento do negócio, nomeadamente com a aquisição da Navigator Tissue Ejea, em 2023, e a aquisição da Navigator Tissue UK, em 2024.

O segmento de ***Packaging*** continua a apresentar uma boa dinâmica, com crescimento de vendas e de preços, que se encontram relativamente estáveis no 1.º trimestre face ao anterior, dependendo, contudo, da evolução do *mix* de produtos e do *mix* de mercados. Também no segmento de *Packaging* a Navigator avançou com anúncio de aumento de preços, entre 5% e 10%, com efeitos a partir de abril.

No início de 2026, a passagem da **depressão Kristin** originou condições meteorológicas adversas e extremas, vento forte, precipitação intensa e ocorrência de cheias, com impactos relevantes em várias regiões do País, em particular na região centro. Face aos efeitos registados em áreas florestais, a Navigator posicionou-se como parte ativa da resposta, em estreita colaboração com os produtores florestais afetados e com as regiões atingidas, apoiando a recuperação operacional e económica do setor.

Na Navigator, a tempestade Kristin, e as que se seguiram, provocaram perturbações temporárias em algumas operações industriais, designadamente nas fábricas da Figueira da Foz e de Vila Velha de Ródão, sobretudo devido às interrupções externas no fornecimento de energia e água. Nas áreas florestais da Navigator foram igualmente registados impactos, numa área ainda em avaliação. Está em curso o inventário desses danos, processo que tem sido condicionado pela existência de múltiplas estradas e caminhos florestais bloqueados ou intransitáveis. Apesar deste contexto excecional, não foram registados impactos materiais em equipamentos essenciais e a produção foi retomada com normalidade poucos dias depois, logo que restabelecido o fornecimento de água e/ou energia elétrica, mantendo-se as restantes unidades industriais da Navigator em funcionamento regular.

A Navigator está a recuperar gradualmente dos constrangimentos logísticos decorrentes das condições meteorológicas, com as equipas operacionais e de logística a implementarem medidas para assegurar uma recuperação rápida e sustentada, garantindo o cumprimento dos compromissos comerciais e a estabilidade da operação.

Os níveis de *stock* relativamente reduzidos com que o ano foi iniciado, conjugados com os impactos das tempestades, poderão resultar num ajustamento dos volumes de vendas no 1.º trimestre, ainda em fase de avaliação.

A agilidade e flexibilidade das equipas da Navigator na gestão integrada de todas as operações, desde a floresta até aos mercados, passando pelas diversas unidades industriais do grupo, bem como a sua sólida posição financeira, reforçam a sua capacidade para enfrentar os desafios do presente e preparar o futuro com confiança.

A Navigator continua focada na eficiência das suas operações, atuando na gestão dos seus custos fixos e variáveis de forma transversal, bem como no aumento da produtividade e eficiência energética, assegurando a sustentabilidade das suas operações. Por outro lado, a diversificação de negócio e o desenvolvimento de novos produtos permanecem como prioridades principais, nomeadamente nos segmentos de *Tissue* e *Packaging*.

A Navigator avançou, em 2025, com um estudo de viabilidade para instalar uma **nova máquina de papel *Tissue*** com capacidade de 70 000 toneladas anuais, destinada a abastecer a operação adquirida no Reino Unido, cuja unidade de transformação, com capacidade de processamento de 130 000 toneladas, não possui produção própria de bobines. O projeto visa reforçar a integração vertical, equilibrando produção e transformação, reduzindo a dependência de bobines externas e aumentando a eficiência económica e a sustentabilidade. Em 2026, foi tomada a **decisão final de investimento** para instalar a nova máquina no complexo industrial de Aveiro, já preparado para receber uma segunda linha e beneficiando de sinergias com a operação existente e com a integração de pasta no próprio site. O investimento totalizará cerca de 115 milhões de euros, repartidos entre 2026 (48 milhões de euros), 2027 (53 milhões de euros) e 2028 (14 milhões de euros), com arranque previsto para março de 2028, contando com apoio do Portugal 2030.

SECIL

Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compra e venda de ações entre a Semapa e a Cementos Molins, relativo à alienação da totalidade do capital social da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., a operação foi concluída em 23 de março de 2026, data em que se concretizou o respetivo *closing* e foi recebida a correspondente contrapartida. Com esta transação, a Secil transita para uma nova estrutura acionista, passando a ser integralmente detida pela Cementos Molins. No âmbito da mesma operação, a Semapa manteve uma participação de 51% no capital social da Société des Ciments de Gabès, estando as partes a avaliar opções estratégicas para esta unidade.

OUTROS NEGÓCIOS

A ETSA encara 2026 como um ano de execução e reforço das linhas estratégicas lançadas em 2025. Por um lado a aquisição da Barna pela ETSA, em 2025, referência ibérica no setor de *rendering* de pescado. A Barna representa um marco estratégico para a ETSA, reforçando o seu compromisso com a inovação, a qualidade e o respeito pelas comunidades locais onde opera, assim como a entrada no mercado espanhol, o que transformou a ETSA num *player* ibérico.

Por outro lado, a aposta contínua em produtos de elevado valor acrescentado a serem escoados no mercado internacional, no qual se destaca a nova unidade fabril em Coruche, fruto do forte investimento em inovação, designada ETSA ProHy, tendo o início do seu funcionamento ocorrido no mês de outubro, o qual permite o reforço dessa aposta.

A **Triangle's** está a preparar a retoma do mercado, cientes dos desafios que 2026 trará. No início de 2025, conquistou dois modelos a um importante cliente para produção imediata e uma nova plataforma para 2026. Isso reflete o seu compromisso com inovação, flexibilidade e qualidade na produção de quadros mais complexos.

Em 2026, a Triangle's contará com seis novas plataformas a iniciar produção em série, marcando a renovação da sua gama de produtos, em linha com a retoma do mercado e com a estratégia de aumentar os volumes produzidos e vendidos.

A Triangle's tem vindo a consolidar as suas vantagens competitivas *vs*. a concorrência, tendo por base quatro fatores-chave: i) localização (*near-shoring*); ii) aposta na sustentabilidade; iii) inovação e qualidade destacando-se na capacidade técnica para produzir quadros mais complexos e de maior valor e margens mais elevadas (como *full suspension*), e iv) parcerias estratégicas com marcas fortes que reforçam o seu posicionamento *premium*.

A Imedexa mantém perspetivas sólidas para o futuro do negócio, em grande parte apoiada no mercado europeu derivado da forte necessidade de investimento no reforço do sistema elétrico. Em 2026, a empresa antecipa um aumento significativo na produção de estruturas metálicas para uso elétrico, sustentado pela robustez da carteira de encomendas. Esta expansão deverá refletir-se também no reforço do serviço de pintura aplicado às estruturas. Para além disso, a estratégia da Imedexa passará também por uma abordagem a novos mercados no panorama europeu, estando igualmente atenta às necessidades de aumento de capacidade no mercado americano.

SEMAPA NEXT

Em 2026, a Semapa Next iniciará um novo ciclo de investimento focada primariamente em quatro temas: Transição Energética, Tecnologia para Indústria, Cadeia de Abastecimento e Logística e *Software* Vertical.

Adicionalmente, continuará a acompanhar o seu portfólio de forma a acrescentar valor às suas Participadas, com a avaliação da realização de alguns *follow-ons* ou da possibilidade de venda de algumas participações, em função do estágio de maturidade.

3.6 Eventos subsequentes à data do balanço

Após a data do balanço, ocorreram os seguintes eventos relevantes, que não implicam ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas, mas cuja divulgação é considerada necessária para uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo Semapa.

Na sequência da ocorrência de eventos climatéricos adversos, que afetaram determinadas regiões onde operam algumas das empresas participadas do Grupo, verificaram-se impactos pontuais nas operações, materializados em interrupções temporárias de atividade e constrangimentos logísticos. À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, as operações encontram-se normalizadas ou em processo de normalização, não sendo expectável que estes acontecimentos tenham impactos materiais na situação financeira do Grupo.

O agravamento do contexto geopolítico internacional contribuiu para o aumento da volatilidade nos mercados financeiros e para pressões adicionais sobre os preços de determinadas matérias-primas e *commodities*. O Grupo acompanha de forma contínua a evolução deste enquadramento e os seus potenciais efeitos na atividade das empresas participadas.

Considerando que, à data do balanço, a alienação da Secil se encontrava altamente provável, as respetivas operações foram classificadas e apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas como ativos detidos para venda, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis. A concretização da alienação dará origem ao reconhecimento, no exercício de 2026, de uma mais-valia, cujo valor final será apurado após a conclusão dos trabalhos de auditoria.

Em 23 de março de 2026, a Semapa concluiu a alienação da totalidade do capital social da sua participada Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. à Cementos Molins, S.A., tendo recebido na referida data a respetiva contrapartida. No âmbito desta operação, a Semapa manteve uma participação de 51% no capital social da Société des Ciments de Gabès, estando as partes a avaliar opções estratégicas para esta unidade.

DEFINIÇÕES

EBITDA = EBIT + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade + Provisões

EBIT = Resultados operacionais

Resultados operacionais = Resultados antes de impostos, de resultados financeiros e de resultados de associadas e empreendimentos conjuntos tal como apresentado na Demonstração dos Resultados em formato IFRS

Cash Flow = Lucros do período + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade + Provisões

Cash Flow Livre = Variação de dívida remunerada + Variação cambial dívida em moeda estrangeira + Dividendos (pagos-recebidos) + Aquisição de ações próprias

Dívida líquida remunerada = Dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) + Dívida remunerada corrente (incluindo dívida a acionistas) – Caixa e seus equivalentes

Dívida líquida remunerada / EBITDA = Dívida líquida remunerada / EBITDA dos últimos 12 meses

ADVERTÊNCIA

O presente documento contém afirmações que dizem respeito ao futuro e estão sujeitas a riscos e incertezas que podem levar a resultados reais diferentes dos indicados nessas afirmações. Os referidos riscos e incertezas resultam de fatores alheios ao controlo e capacidade de previsão da Semapa, como, por exemplo, condições macroeconómicas, mercados de concessão de crédito, flutuações de moeda e alterações legislativas ou regulamentares. As afirmações acerca do futuro previstas neste documento referem-se apenas ao mesmo e à data da sua divulgação, pelo que a Semapa não assume qualquer obrigação de as atualizar.



4. Sustentabilidade

Índice

4.1 DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE – DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA 72

4.1.1 Informação Geral 74
4.1.1.1 Base de preparação – BP 74
4.1.1.2 Governança – GOV 80
4.1.1.3 Estratégia e modelo de negócio – SBM 80
4.1.1.4 Gestão de impactos, riscos e oportunidades – IRO 94

4.1.2 Ambiental 101
4.1.2.1 Taxonomia europeia 101
4.1.2.2 Alterações climáticas – E1 125
4.1.2.3 Água e recursos marinhos – E3 162
4.1.2.4 Biodiversidade e ecossistemas – E4 173
4.1.2.5 Economia circular – E5 190

4.1.3 Social 208
4.1.3.1 Mão de obra própria – S1 208
4.1.3.2 Trabalhadores na cadeia de valor – S2 275
4.1.3.3 Comunidades afetadas – S3 296

4.1.4 Governação 320
4.1.4.1 Conduta empresarial – G1 320

4.1.5 Anexos 360
4.1.5.1 Lista dos requisitos de divulgação incluídos na Declaração de Sustentabilidade – IRO 2 360
4.1.5.2 *Datapoints* derivados de outra legislação UE aplicável – IRO 2 362
4.1.5.3 Lista dos requisitos de divulgação / *Datapoints* incorporados por referência – BP-2 365
4.1.5.4 Declaração sobre o dever de diligência – GOV-4 367

4.1.6 Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade ##

4.2 DIVULGAÇÃO ADICIONAL DE SUSTENTABILIDADE 372

4.2.1 O nosso contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 373
4.2.2 Informação de suporte GRI 376
4.2.3 Índice GRI 378
4.2.4 Tabela de correspondência DINF (Divulgação de Informação Não Financeira) 383
4.2.5 Tabela de correspondência WEF (World Economic Forum) 388

4.1 Declaração de Sustentabilidade – Demonstração não financeira

NOTA PRÉVIA

A Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa[1] ("Corporate Sustainability Reporting Directive" ou "CSRD") impõe a divulgação de informações sobre sustentabilidade, de acordo com as normas europeias de relato, tendo por referência o exercício iniciado no dia 1 de janeiro de 2025.

A CSRD estabeleceu que os Estados-Membros procedessem à sua transposição até ao dia 6 de julho de 2024, sendo aplicável às empresas abrangidas nos termos resultantes da sua transposição para as respetivas ordens jurídicas nacionais.

O processo de transposição desta Diretiva para a nossa ordem jurídica não foi concluído até à indicada data, nem até ao final de 2025 e, tanto quanto é do nosso melhor conhecimento, continua em apreciação pelas autoridades competentes, pelo que a sua vigência não se concretizou até 14 de abril de 2026. O mesmo se aplica à reforma Omnibus I, aprovada pelo Parlamento Europeu a 16 de dezembro de 2025 e que veio alterar a CSRD, a qual apenas produzirá efeitos após a respetiva publicação no Jornal Oficial da União Europeia e subsequente entrada em vigor.

As empresas sujeitas à aplicação da CSRD, como é o caso da Semapa, estão já hoje abrangidas pela Diretiva de Relato Não Financeiro ("Non Financial Reporting Directive" ou "NFRD"), constituindo a CSRD uma evolução muito significativa quanto ao relato sobre sustentabilidade, devendo ser observados os critérios mais exigentes constantes das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade ("European Sustainability Reporting Standards" ou "ESRS")[2].

Em face da não concretização da transposição da CSRD, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), no dia 9 de dezembro de 2024, recomendou que as empresas sujeitas à sua supervisão e às quais o novo dever se aplicaria a partir de 1 de janeiro de 2025 fizessem os seus melhores esforços para observar as exigências previstas nessa Diretiva, permitindo uma maior continuidade, adaptabilidade, transparência e comparabilidade na informação divulgada sobre sustentabilidade, alinhando-se com os seus objetivos.

A CMVM comunicou, posteriormente, na respetiva circular anual de 2025, que, atento o referido contexto legal, privilegiará uma abordagem gradual, procurando sobretudo promover a adaptação progressiva das Emitentes às exigências que resultarão da transposição da CSRD.

Em conformidade, a Semapa, no âmbito da elaboração do presente Relatório e nos termos recomendados, observou, de forma voluntária, o regime previsto na CSRD, na medida em que se encontrava em condições de poder assegurar o cumprimento cabal das suas normas, considerando a referida ausência de transposição nos prazos e período acima descritos.

---

[1] Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/EU no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas.

[2] Regulamento Delegado (UE) 2023/2772

4.1.1 Informação geral

4.1.1.1 BASE DE PREPARAÇÃO – BP

BASE GERAL PARA A ELABORAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE (BP-1)

ÂMBITO DE CONSOLIDAÇÃO

A Demonstração Não Financeira foi elaborada em base consolidada [ESRS 2.5a], sendo o âmbito de consolidação o mesmo que o das demonstrações financeiras. [ESRS 2.5b i] Apesar do contrato celebrado a 19 de dezembro de 2025 para venda da Secil à Cementos Molins, e da consideração específica a nível financeiro[3], a Secil, e o respetivo impacto, foi considerada na totalidade no âmbito de reporte de 2025 na informação não financeira.

Em janeiro de 2025, a ETSA concluiu a aquisição do Grupo Barna, na sequência de um processo negocial iniciado em 2024. Os dados apresentados para a ETSA consolidam a atividade da Barna durante todo o ano de 2025, justificando, por esse motivo, os aumentos verificados para os dados da ETSA. Adicionalmente, em julho de 2025, a Semapa concluiu a aquisição da Imedexa que, desde agosto de 2025, passou a estar integrada no perímetro de consolidação financeiro e de sustentabilidade. Consequentemente, os dados apresentados refletem apenas a atividade da Imedexa desde essa data, até ao final do período de reporte, podendo, por esse motivo, não ser diretamente comparáveis com os períodos anteriores.

Salienta-se que existem Subsidiárias incluídas na consolidação que estão isentas da obrigação de apresentar relatos de sustentabilidade individuais ou consolidados[4]. [ESRS 2.5b ii]

São incluídas na Demonstração Não Financeira informações e dados alinhados com o ano civil de 2025, cobrindo o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Para as divulgações relativas às emissões de gases com efeito de estufa (E1-6) foi considerado o controlo operacional na determinação do âmbito de consolidação. [ESRS 2.5b i]

O Grupo opera em segmentos distintos e a *Holding* promove um clima de autonomia e responsabilização das suas Subsidiárias, o que se reflete nas respetivas abordagens individualizadas aos temas de sustentabilidade. Esta abordagem reflete-se ao longo do relatório, fazendo-se uma apresentação geral da abordagem e desempenho consolidado do Grupo, assim como uma apresentação mais específica por áreas de negócio – Pasta e Papel (Navigator), Cimento (Secil), Outros Negócios (divididos em ETSA, Triangle's e Imedexa) e *Holdings* (Semapa e Semapa Next). A Semapa Next, apesar de ser uma Participada da Semapa e estar incluída no seu perímetro de consolidação, apresenta baixa materialidade, estando integrada como parte da *Holding*.

A Semapa não utilizou a isenção prevista nos artigos 19.º-A, n.º 3, e no artigo 29.º-A, n.º 3, da Diretiva 2013/34/ UE relativa à divulgação de factos iminentes ou assuntos em curso de negociação para as empresas estabelecidas num Estado-Membro da EU. [ESRS 2.5e]

CADEIA DE VALOR

Seguindo o princípio da dupla materialidade, incluíram-se informações relevantes sobre a cadeia de valor a montante e a jusante, sempre que necessário, para compreender os impactos materiais, riscos e oportunidades do Grupo Semapa e para fornecer informações que cumpram as características qualitativas definidas na Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD). [ESRS 2.5c]

[3] Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compra e venda de ações entre a Semapa e a Cementos Molins, referente à alienação da totalidade do capital social da Secil, passaram a verificar-se os requisitos previstos na IFRS 5, segundo a qual a totalidade dos ativos, passivos, bem como o resultado líquido da Secil, encontram-se apresentados nas rubricas de ativos e passivos detidos para venda e de resultado líquido de operações descontinuadas das demonstrações financeiras consolidadas.

[4] A Navigator é a única Participada do Grupo obrigada à elaboração de um relatório independente. A Secil e a Triangle's, embora isentas da obrigação de elaborar um relato de sustentabilidade de acordo com a CSRD, optaram por elaborar os seus próprios relatórios.

PROPRIEDADE INTELECTUAL, SABER-FAZER OU RESULTADOS DA INOVAÇÃO

O Grupo Semapa não utilizou a opção de omitir informação correspondente à propriedade intelectual, ao saber-fazer ou aos resultados da inovação. [ESRS 2.5d]

DIVULGAÇÕES RELATIVAS A CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS (BP-2)

HORIZONTES TEMPORAIS

O Grupo Semapa selecionou os horizontes temporais consistentes com as definições das ESRS para impactos, riscos e oportunidades, com exceção dos riscos climáticos apresentados no caso da Navigator. Os horizontes temporais são: curto prazo (<1 ano), médio prazo (entre 1 e 5 anos) e longo prazo (>5 anos). No caso dos riscos climáticos, alinhado com as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD), os horizontes temporais são de médio prazo (2035) e longo prazo (2050). [ESRS 2.9a]

CADEIA DE VALOR, FONTES DAS ESTIMATIVAS E INCERTEZA DOS RESULTADOS

No relato apresentam-se os dados relativos às emissões de âmbito 3 (E1-6), recorrendo-se a estimativas com base na melhor informação disponível; embora estas sejam calculadas com base em fatores de emissão de bases de dados credíveis, poderão ser sujeitas a incerteza considerando que poderão não representar da melhor forma as especificidades da cadeia de valor [ESRS 2.10].

Na Navigator recorre-se a estimativas para as divulgações relativas a: impacto financeiro estimado das alterações climáticas (E1.SBM-3); captação de água em Moçambique (E3-4); horas trabalhadas referentes aos trabalhadores não assalariados (S1-14); e valor monetário de doações em espécie (divulgação específica da entidade).

Na Secil, recorre-se a estimativas para as divulgações relativas a: consumos de eletricidade em algumas instalações para o mês de dezembro de 2025 (E1-5); captação de água (E3-4); produção de resíduos (E5-5).

Na ETSA recorre-se a estimativas para as divulgações relativas a: componentes, produtos e materiais secundários (E5-4).

Na Triangle's recorre-se a estimativas para as divulgações relativas a: peso dos produtos utilizados (E5-4).

Na Imedexa recorre-se a estimativas para as divulgações relativas a: emissões de âmbito 1 provenientes dos fumos de soldadura e das recargas de refrigerante (E1-6).

Salvo indicação contrária, as métricas divulgadas na Demonstração Não Financeira não foram sujeitas a uma validação por uma entidade externa que não o auditor do relatório. [ESRS 2.11 | ESRS 2.77b]

Informações referentes a incerteza de dados e estimativas são apresentadas em contexto, nas respetivas secções. [ESRS 2.10 | ESRS 2.11]

INFORMAÇÃO COMPARATIVA

O Grupo Semapa apresenta informação comparativa com o ano anterior ao período de relato para as métricas divulgadas. No caso das metas definidas, quando disponível/aplicável, apresentam-se dados comparativos anteriores. Remetemos igualmente para o reporte do Âmbito de Consolidação (BP-1), onde se detalha a aquisição de duas novas Subsidiárias, com impacto na comparação entre o período de reporte e o ano anterior.

ALTERAÇÕES NA PREPARAÇÃO OU APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE

Relativamente às alterações na preparação e apresentação da informação sobre sustentabilidade em comparação com o período de referência anterior, se aplicável, estas são identificadas em contexto, juntamente com as respetivas informações. [ESRS 2.13 | ESRS 2.80i] Nos indicadores ambientais, à semelhança dos anos anteriores, foram revistas as emissões de âmbito 1, incorporando as alterações da verificação CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão) e informação não disponível aquando da publicação do Relatório Anual de 2024.

COMUNICAÇÃO DE ERROS FACE A PERÍODOS ANTERIORES

Não foram identificados erros materiais referentes à informação reportada em períodos anteriores. [ESRS 2.14]

DIVULGAÇÕES DECORRENTES DE LEGISLAÇÕES LOCAIS OU DE TOMADAS DE POSIÇÃO GERALMENTE ACEITES SOBRE O RELATO DE SUSTENTABILIDADE

A Demonstração Não Financeira da Semapa pretende consolidar e refletir a sua abordagem e compromisso com os temas de sustentabilidade. Foi elaborada de acordo com (ver "Nota prévia" no início deste capítulo): as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) e a Diretiva de Relato de Informação Não Financeira, transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho. [ESRS 2.15]

A Semapa reporta ainda com referência às Normas GRI – Global Reporting Initiative, apresentando no Cap. 4.2.3., o respetivo índice. [ESRS 2.15]

INSERÇÃO POR REMISSÃO

A Semapa adotou a abordagem de "Inserção por remissão" para melhorar a estrutura narrativa do relato e colocou determinados requisitos de divulgação ao longo do relatório anual e na própria Demonstração Não Financeira. A lista de requisitos de divulgação incorporados por remissão e a sua localização neste relatório encontram-se no Cap. 4.1.5.3. [ESRS 2.16]

4.1.1.2 GOVERNAÇÃO – GOV

PAPEL DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DIREÇÃO E SUPERVISÃO (GOV-1)

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes do Relatório Anual:

– Experiência dos membros dos órgãos de administração, de direção e de supervisão relevante para os setores, produtos e localizações geográficas da empresa (ESRS 2.21c): Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, pontos 16 e 19 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões.

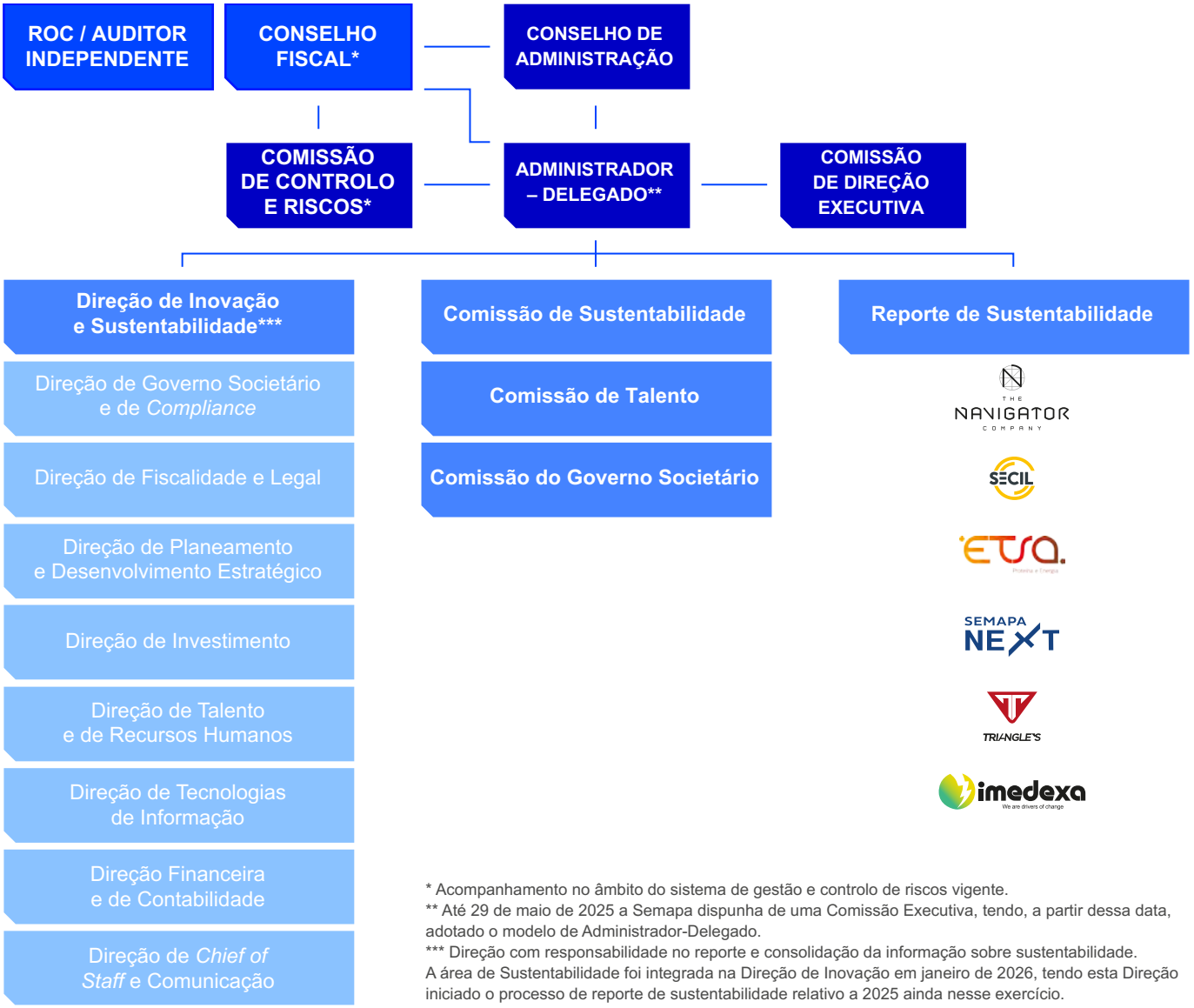
– Divulgação da identidade dos órgãos de administração, de direção e de supervisão e descrição dos órgãos/ comissões responsáveis pela implementação e acompanhamento do sistema de gestão de riscos (ESRS 2.22a/c): Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, pontos 17, 28, 29, 31 e 39 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões; Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, pontos 50 a 55 do Capítulo C. Organização Interna.

– Descrição das responsabilidades de cada órgão ou indivíduo em relação aos impactos, riscos e oportunidades (IRO) e a forma como se refletem nos termos de referência da empresa, nos mandatos do conselho de administração e noutras políticas conexas (ESRS 2.22b): Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, ponto 15 e seguintes do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões.

– Informação sobre a forma como os órgãos de administração, de direção e de supervisão determinam se estão disponíveis ou se serão desenvolvidas as competências e conhecimentos especializados adequados para fiscalizar questões de sustentabilidade (ESRS 2.23): Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, pontos 16 e 19 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões.

– Informação sobre conhecimentos especializados dos órgãos em matéria de sustentabilidade (ESRS 2.23a): Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, ponto 16 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões.

– Relação entre as competências e conhecimentos especializados dos órgãos em matéria de sustentabilidade e os IRO materiais (ESRS 2.23b): Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, ponto 21 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões.



* Acompanhamento no âmbito do sistema de gestão e controlo de riscos vigente.
** Até 29 de maio de 2025 a Semapa dispunha de uma Comissão Executiva, tendo, a partir dessa data, adotado o modelo de Administrador-Delegado.
*** Direção com responsabilidade no reporte e consolidação da informação sobre sustentabilidade. A área de Sustentabilidade foi integrada na Direção de Inovação em janeiro de 2026, tendo esta Direção iniciado o processo de reporte de sustentabilidade relativo a 2025 ainda nesse exercício.

A Semapa adota o modelo monista clássico, sendo a administração composta por um Conselho de Administração, que delegou, nos termos legais aplicáveis, em 2025, os poderes de gestão num Administrador-Delegado. A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas designados em Assembleia Geral (tal como os membros do Conselho de Administração). [ESRS 2.22b | ESRS 2.22d]

O Conselho de Administração é composto por um membro executivo e oito membros não executivos. [ESRS 2.21a] No âmbito do Conselho de Administração, 66,67% dos administradores são do sexo masculino e 33,33% dos administradores são do sexo feminino. [ESRS 2.21d] Salienta-se ainda que 0,50 é o rácio médio de mulher para homem (3:6) [ESRS 2.21d]. No que diz respeito à independência, três membros do Conselho de Administração são considerados independentes, o que corresponde a 33,33% do Conselho de Administração e a 37,50% dos administradores não executivos. [ESRS 2.21e]

O Administrador-Delegado é o Dr. Ricardo Pires, que apresenta também competências em matéria de sustentabilidade. [ESRS 2.22b | ESRS 2.23a]

O Conselho de Administração constituiu várias Comissões para o apoiar no exercício das suas funções e em diferentes áreas, estando as mesmas identificadas no site da sociedade e as respetivas competências e atribuições descritas nos respetivos regulamentos internos e de funcionamento. [ESRS 2.22b]

Assim, estão constituídas pelo Conselho de Administração e em funcionamento, na Semapa, as seguintes comissões internas de apoio à atividade do Conselho de Administração: (1) Comissão de Direção Executiva; (2) Comissão do Governo Societário; (3) Comissão de Controlo e Riscos, e (4) Comissão de Talento. [ESRS 2.22b]

O controlo interno que compreende as funções de gestão de riscos e *compliance* é efetuado pelo Conselho de Administração através de uma comissão interna com funções específicas nesta área, a Comissão de Controlo e Riscos, que integra dois membros do Conselho de Administração. [ESRS 2.23b]

Adicionalmente, no âmbito do sistema de gestão e controlo de riscos implementado, e relativamente aos riscos relacionados com a sustentabilidade, a sociedade instituiu processos para coligir e processar dados relacionados com essas matérias, tendo em vista alertar o órgão de administração para os riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação. Neste âmbito, os membros do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado e os membros da Comissão da Direção Executiva são competentes e responsáveis pelos processos decisórios relacionados com todos os temas de sustentabilidade. As direções internas reportam ao Administrador-Delegado todas as questões relacionadas com sustentabilidade do Grupo através de interações com as áreas das Subsidiárias com conhecimentos nas áreas e temas relevantes da sustentabilidade. [ESRS 2.23b]

As comissões internas integram colaboradores da Semapa, tais como as Comissões de Governo Societário, de Controlo e Riscos e Comissão de Talento. [ESRS 2.21b]

INFORMAÇÃO PRESTADA EM TEMAS DE SUSTENTABILIDADE TRATADOS PELOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE SUPERVISÃO DA EMPRESA (GOV-2)

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes do Relatório Anual:

i. Informação aos órgãos sobre os IRO (ESRS 2.26a/b/AR6): Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, ponto 21 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões.

ii. Relativamente aos temas de sustentabilidade levados, em 2025, aos órgãos de administração, direção e supervisão ou comissões e comités competentes, identificam-se os mais relevantes [ESRS 2.26c]:

– Decisão quanto à proposta de adoção de um *software* específico para reporte financeiro e de sustentabilidade numa plataforma integrada garantindo um ambiente seguro e *audit-ready*;

– Inclusão de critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ESG) na avaliação de processos de investimento em âmbito de *due diligence*;

– Conclusão da revisão anual do exercício de dupla materialidade, que abrangeu a reavaliação de áreas específicas em determinadas empresas do Grupo e inclusão no exercício da Imedexa;

– Validação de formação para membros dos Conselhos de Administração, Secretários-gerais das Sociedades, membros das Comissões Executivas e Diretores de Sustentabilidade sobre obrigações legais e tendências de temas ESG.

INTEGRAÇÃO DO DESEMPENHO EM MATÉRIA DE SUSTENTABILIDADE NOS REGIMES DE INCENTIVOS (GOV-3)

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes do Relatório Anual:

– Regimes de incentivos e políticas de remuneração ligadas à sustentabilidade [ESRS 2.29a/b/c/e]: Parte I – Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular pontos 69 e seguintes do Capítulo D. Remunerações; Anexo II – Política de Remuneração do Relatório de Governo Societário.

No que respeita à proporção da remuneração variável dependente de objetivos e/ou impactos relacionados com a sustentabilidade, a revisão da Política de Remuneração para o período 2021-2024, ocorrida na Assembleia Geral Anual da Sociedade de 2023, introduziu uma nova componente da remuneração variável, a plurianual – Incentivo de Longo Prazo (ILP) – cujo acompanhamento, cálculo dos resultados obtidos e dos montantes a pagar são assegurados por uma entidade externa independente. Este valor foi apurado em 2025 ao abrigo da Política de Remuneração aprovada. Em 2025, a sociedade aprovou a Política de Remuneração para o período 2025-2027 que prevê igualmente uma remuneração variável plurianual. [ESRS 2.29d]

Nos termos da Política de Remuneração em vigor, a remuneração variável anual inclui Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) relacionados com o desempenho do Administrador em causa (objetivos específicos, com um peso de 50% e indicadores comportamentais, também com um peso de 50%). Os objetivos específicos incluirão sempre indicadores ESG, como por exemplo o resultado do Estudo Anual de Clima na Sociedade que é realizado de dois em dois anos. Por outro lado, a remuneração variável plurianual terá em conta o indicador Emissões CO_2 ≤ KPI definido. [ESRS 2.29d]

DECLARAÇÃO SOBRE O DEVER DE DILIGÊNCIA (GOV-4)

Para informações relativas à declaração sobre a diligência devida, consultar as tabelas de correspondências ESRS (Cap. 4.1.5.4).

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLOS INTERNOS DO RELATO DE SUSTENTABILIDADE (GOV-5)

A Semapa dispõe de um modelo de acompanhamento de riscos, com atribuições de competências aos diferentes intervenientes no sistema de gestão e controlo de riscos, em especial o Conselho de Administração, a quem cabe identificar os principais riscos e definir a estratégia global de risco, o Conselho Fiscal, com competências de supervisão e fiscalização, e a Comissão de Controlo e Riscos, enquanto comissão interna responsável pela deteção, controlo e gestão de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, de entre os quais os riscos relacionados com a sustentabilidade ambiental – incluindo a análise do risco climático – e social. [ESRS 2.36a]

No que respeita à gestão dos riscos considerados estratégicos, a Semapa tem vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos compreendendo processos que contemplam a totalidade do ciclo de vida do risco, desde a sua identificação, passando pela análise e avaliação, tratamento e reporte, de acordo com as boas práticas e referenciais do COSO – Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission e da Norma ISO 31000 que dá seguimento às recomendações do Código de Governo das Sociedades emitido pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). [ESRS 2.36b]

Neste contexto, a política de assunção de riscos aprovada pelo Conselho de Administração da Semapa define qualitativamente o nível de risco que a Semapa está disposta a aceitar para alcançar os objetivos e estratégia de negócio, e encontra-se alinhada com os principais tópicos materiais para a Semapa, garantindo a consistência do sistema de gestão e controlo de riscos. [ESRS 2.36b]

A Sociedade procedeu à aprovação do sistema de gestão e controlo de riscos em reunião do Conselho de Administração realizada no início de 2019. Este sistema, que se concretiza num relatório de risco anual, fixa, nomeadamente, os objetivos e limites em matéria de assunção de riscos e identifica os índices de probabilidade e impacto relativamente aos mesmos e de onde resulta a avaliação do grau de cumprimento interno e o desempenho da função de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido, assim como os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, mais prevendo os procedimentos de monitorização, tendo em vista o seu acompanhamento. [ESRS 2.36e]

Anualmente é preparado o Relatório de Risco pela Comissão de Controlo e Riscos que, após apreciação pelo Conselho Fiscal, é aprovado pelo Conselho de Administração. É através deste relatório que a Semapa assegura a comunicação periódica dos resultados da sua avaliação de riscos, incluindo os apresentados no relato de sustentabilidade, e dos respetivos controlos internos aos órgãos de administração, direção e supervisão. [ESRS 2.36d | ESRS 2.36e]

O Grupo segue um modelo de acompanhamento anual de risco que envolve várias etapas: [ESRS 2.36b]

– Recolha e Preenchimento: São recolhidas informações detalhadas sobre cada risco. Essas informações são registadas em fichas individuais, que incluem a identificação do risco e o acompanhamento das medidas de mitigação existentes.

– Discussão e Aprovação: As fichas de risco são discutidas e revistas. A aprovação ocorre para garantir que todas as informações relevantes estão corretas e que as estratégias de mitigação são adequadas.

– Indicadores de Risco (Key Risk Indicators – KRI): Esses indicadores permitem a monitorização contínua dos riscos e a antecipação de eventos que possam causar disrupções significativas.

Em 2025, a Semapa, em conjunto com as suas Subsidiárias, avaliou e incorporou no processo de gestão de risco, os riscos estratégicos resultantes do exercício de Dupla Materialidade concluído em 2024.

Em resumo, o Grupo está comprometido com a gestão de riscos de forma proativa, garantindo que as medidas de mitigação sejam eficazes e que os eventos adversos sejam identificados e tratados atempadamente. [ESRS 2.36b]

Em 2025, foi criado um processo para a informatização e agilização do tratamento da informação ao nível do Grupo. Para isso, a Semapa implementou uma plataforma para recolha de informação e elaboração do Relatório Anual, onde se inclui o Relato de Sustentabilidade. Este *software* permite a consolidação automática da informação das Subsidiárias, trazendo mais eficiência e fiabilidade ao processo de reporte. A implementação nas Subsidiárias do mesmo sistema será feita de forma faseada, sempre que faça sentido.

4.1.1.3 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO – SBM

ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIO E CADEIA DE VALOR (SBM-1)

O Grupo Semapa é um grupo industrial (Cap. 2.1.), que inclui no seu portefólio: pasta e papel; cimento e outros materiais de construção; reciclagem alimentar; mobilidade; *venture capital*; e hidrogénio para eficiência energética e descarbonização.

Entre as empresas nas quais a Semapa detém participação maioritária, destaca-se:

a) Empresas com uma longa história e projeção internacional: [ESRS 2.40a-1]

- A **Navigator,** enquanto produtor integrado de floresta, pasta, papel, *tissue*, soluções sustentáveis de *packaging* e bioenergia;
- A **Secil,** centrada na produção e comercialização de cimento, betão, agregados, argamassas e cal hidráulica.

b) Empresas em fase de crescimento acelerado: [ESRS 2.40a-1]

- A **ETSA**, que atua no setor da reciclagem alimentar, promovendo a economia circular e o desenvolvimento de soluções de elevado valor acrescentado, como ingredientes para *pet food*, fertilizantes e biocombustíveis. Em 2025, a ETSA adquiriu 100% do capital da Barna, dedicada também à produção de proteínas e óleos de origem marinha a partir de subprodutos do setor pesqueiro, com foco no mercado de alimentação animal.
- A **Triangle's**, centrada na produção de quadros de alumínio de alta tecnologia para bicicletas elétricas.
- A **Imedexa**, adquirida em 2025, e cuja atividade principal é o *design* e fabrico de estruturas metálicas para o desenvolvimento de infraestruturas energéticas.

c) A **Semapa Next**, uma empresa de capital de risco cujo objetivo é promover investimentos em *start-ups* e fundos de *venture capital* com elevado potencial de crescimento. [ESRS 2.40a-1]

O Grupo Semapa opera em quatro continentes (Cap. 2.1), contando com 8 271 trabalhadores – 5 190 em Portugal e 3 081 noutras geografias [ESRS 2.40a-2 | ESRS 2.40a-3].

MODELO DE NEGÓCIO E CADEIAS DE VALOR

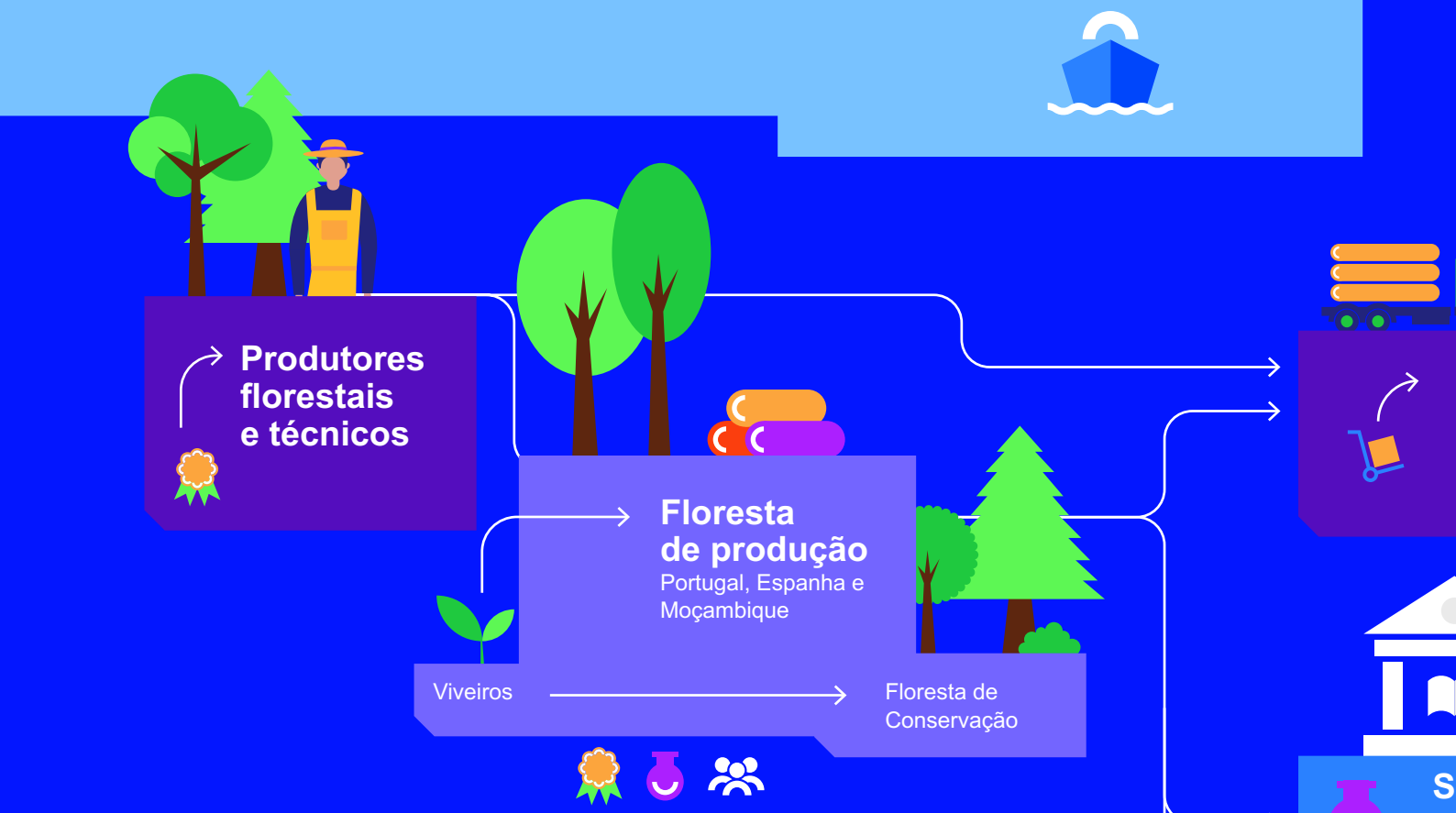
A Semapa, alinhada com o seu propósito Making it Better (Cap. 2.1), posiciona-se como uma empresa focada no crescimento sustentado, na criação de valor a longo prazo e num contributo positivo para a sociedade.

Face à sua diversidade de negócios, o Grupo Semapa opera em diversas cadeias de valor. Em 2025, o segmento de Pasta e Papel representa cerca de 93% do volume de negócios do Grupo. No caso do segmento de Cimento este totalizou 751,3 milhões de euros de volume de negócios (nota 3.8 Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação das Demonstrações Financeiras). Por estes motivos, apresentam-se as cadeias de valor relativas aos referidos segmentos.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A figura seguinte representa a cadeia de valor da Navigator apresentando as principais atividades a montante, nas operações próprias e a jusante, bem como a ligação aos principais fornecedores, canais de distribuição e clientes. [ESRS 2.42c]

CADEIA DE VALOR



Produtores florestais e técnicos

Floresta de produção
Portugal, Espanha e Moçambique

Viveiros → Floresta de Conservação

Fornecedores

- Prestadores de serviços especializados
- Fornecedores de energia
- Fornecedores de químicos e embalagem
- Fornecedores de madeira e biomassas
- Fornecedores de logística e transporte



Upstream | Operações próprias | Operaçõe



es próprias/*Downstream* | *Downstream* | Parceiros

A Navigator é responsável por desenvolver produtos e soluções de base florestal que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar da sociedade. Expandindo para além do setor tradicional de pasta e papel, a Navigator atua como motor de uma nova bioeconomia circular de base florestal em toda a cadeia de valor. [ESRS 2.42]

A Navigator gere um total de cerca de 139 000 hectares de área florestal, que incluem florestas de produção e zonas destinadas à conservação de valores naturais. Em Portugal continental, a Navigator gere cerca de 111 000 hectares, 100% certificadas pelos sistemas *Forest Stewardship Council* (FSC®) (desde 2007) e Programa para o Reconhecimento da Certificação Florestal (PEFC™) (desde 2009). Com um Plano de Gestão Florestal robusto e apoio científico do RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e do Papel, a Participada promove práticas silvícolas inovadoras, preventivas e adaptativas, reforça a resiliência dos povoamentos florestais às alterações climáticas e dinamiza programas de proximidade com Produtores e Prestadores de serviços, através de iniciativas como o Clube Produtores Florestais Navigator e de ações de capacitação técnica em gestão florestal sustentável. [ESRS 2.42]

A Participada investe na criação de produtos inovadores e diferenciadores, na promoção de uma nova geração de bioprodutos, alternativos às soluções de origem fóssil, e no desenvolvimento de potenciais novos negócios, alinhados com o desenvolvimento sustentável, pelo que a inovação e tecnologia são importantes pilares do negócio da Navigator, assegurando a sustentabilidade dos seus produtos e processos. Este esforço é alicerçado num ecossistema de Investigação e Desenvolvimento (I&D) em que se destaca o RAIZ e em parcerias com universidades, centros de investigação e outros *players* industriais, que permitem co-criar novos biomateriais, bioquímicos e biocombustíveis de base florestal e acelerar a transição para uma bioeconomia de baixo carbono fóssil. [ESRS 2.42]

A Navigator produz pasta, papéis de impressão e escrita (marcas Navigator, Pioneer ou Inacopia), e *tissue* (marca Amoos), posicionando-se igualmente na área de soluções de embalagem (marca gKraft™), acompanhando as tendências de mercado e os desafios de sustentabilidade. Com este novo segmento de *packaging*, a Navigator contribui para acelerar a transição do plástico fóssil de uso único para a utilização de fibras naturais, recicláveis e biodegradáveis. No *tissue*, opera em oito unidades fabris, em Portugal, Espanha e Reino Unido, disponibilizando um portefólio completo para clientes de marca própria e de marca de fabricante, com foco crescente nos segmentos *At Home/Consumer*. [ESRS 2.42]

A Navigator produz parte da energia que consome em centrais de cogeração renovável a biomassa, integradas nos complexos industriais de Aveiro, Figueira da Foz e Setúbal. A utilização desta tecnologia de elevada eficiência permite fornecer vapor e eletricidade renovável para a produção de pasta, papel e *tissue*, cujo excedente injeta na rede nacional. A aposta em energia renovável da Participada estende-se à tecnologia solar fotovoltaica, com 10 centrais, com uma capacidade instalada de 38 MWp, que a posiciona como o maior produtor de energia solar em autoconsumo em contexto industrial a nível nacional. [ESRS 2.42]

Os clientes são um *stakeholder* estratégico para o sucesso da Navigator, e entre as principais tipologias de clientes incluem-se fabricantes de papel e cartão (no caso da pasta), distribuidores e retalhistas de papel de impressão e escrita, cadeias de retalho e operadores HORECA que comercializam produtos *tissue* de marca própria e de marca de fabricante, bem como empresas dos setores da moda, do retalho alimentar, do *e-commerce*, da indústria e da agricultura que utilizam soluções de *packaging* gKraft™. A Participada tem forte presença na Europa e em mercados como os Estados Unidos, América Latina, Turquia e Norte de África. [ESRS 2.42]

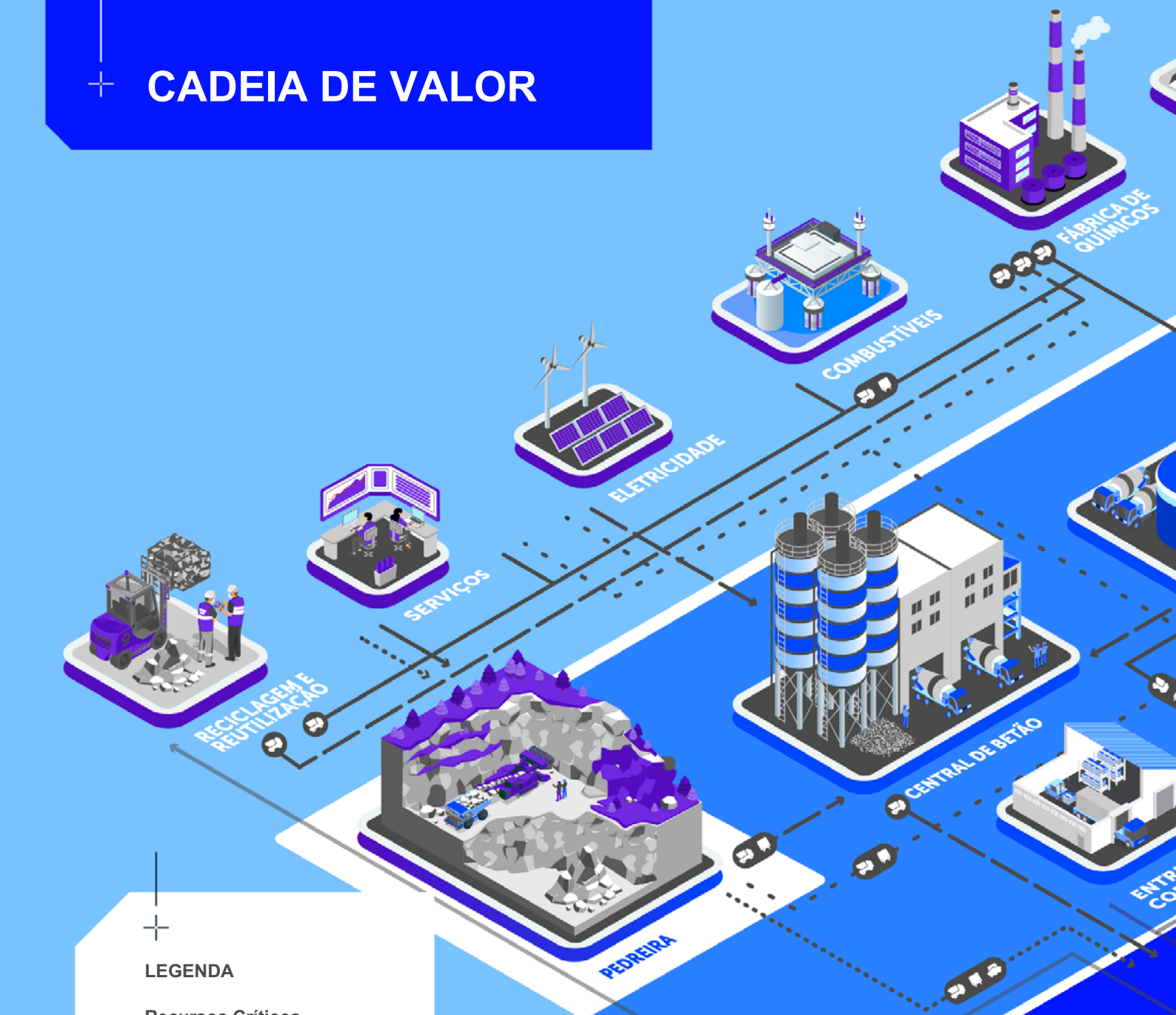
A gestão da relação com os fornecedores é um eixo estratégico fundamental para a Navigator, tendo em conta o impacto significativo das suas políticas de compras na criação e distribuição de valor e a relação de dependência que tem dos mesmos. A sua atividade envolve o abastecimento de madeira, biomassa, químicos e outros produtos essenciais ao processo industrial, além da aquisição de energia necessária para a produção e consumo. A expedição dos produtos para diversos países e pontos de entrega requer uma gestão logística complexa, recorrendo a transporte marítimo, ferroviário e rodoviário, sempre com o compromisso de minimizar a pegada ambiental e otimizar a eficiência da cadeia de abastecimento. [ESRS 2.42]

A Navigator contribui para a economia rural, através do desenvolvimento das regiões onde opera e da melhoria dos espaços florestais que gere, com impacto nas comunidades envolventes. Em particular, contribui para a valorização de toda a cadeia de valor florestal, pondo em evidência o potencial da floresta nacional para a produção de um conjunto diversificado de produtos. Por via de programas de apoio a Produtores Florestais, iniciativas de literacia ambiental e florestal, investimento em emprego local e projetos de conservação da biodiversidade, a Navigator reforça o seu contributo para a criação de valor económico, social e ambiental nas comunidades onde está presente. [ESRS 2.42]

SEGMENTO CIMENTO

A figura seguinte representa a cadeia de valor da Secil distribuindo as atividades a montante, nas operações próprias e a jusante, bem como a ligação aos principais fornecedores, canais de distribuição e clientes. [ESRS 2.42c]

CADEIA DE VALOR



LEGENDA

Recursos Críticos

- Recursos Naturais
- Recursos Fabricados
- Recursos Sociais

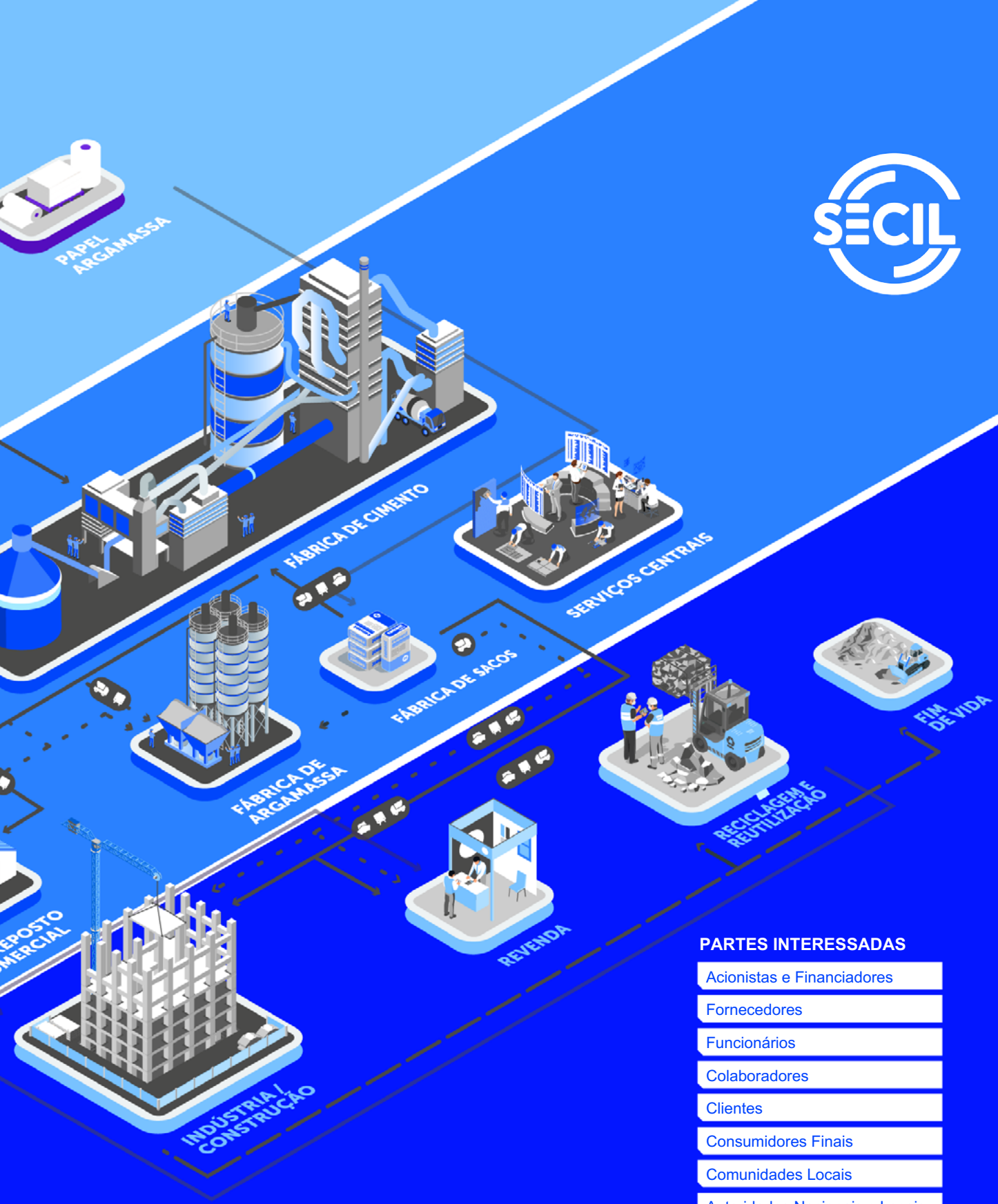
Atividades e relações comerciais Diretas e Indiretas

- Montante
  Fornecimento/Transporte
- Operações
  Próprias e Fabricos
- Jusante
  Transporte/Consumo
- Geografia/Localização

MONTANTE

CIMENTO

BETÃO



ARGAMASSA - - →

AGREGADOS ·····→

JUSANTE

PARTES INTERESSADAS

- Acionistas e Financiadores
- Fornecedores
- Funcionários
- Colaboradores
- Clientes
- Consumidores Finais
- Comunidades Locais
- Autoridades Nacionais e Locais
- Seguradoras
- Associações Empresariais
- Indústria e Parceiros (AVE, etc.)
- ONG
- Meios de Comunicação
- Organização e Representação de Trabalhadores

O **modelo de negócio** da Secil baseia-se na produção e comercialização de materiais essenciais para a construção, como cimento, betão, agregados, argamassas e cal hidráulica, complementado por serviços de apoio técnico, logística e inovação. Essa integração permite sinergias entre as diferentes operações, garantindo eficiência e uma oferta robusta de soluções inovadoras e de alta qualidade para os clientes. [ESRS 2.42]

A Secil opera também de forma integrada em várias geografias, com presença em oito países e quatro continentes, o que reflete a sua capacidade de diversificar mercados e de adaptar-se a diferentes contextos e necessidades locais. A estratégia empresarial é baseada em sete elementos: cliente, sustentabilidade, inovação, pessoas, *performance* operacional, escala e diversificação. e financeiro, apoiando objetivos de longo prazo, como a neutralidade carbónica até 2050. A combinação de governança corporativa, produção integrada e conexão entre negócios consolida a criação de valor sustentável para os acionistas, comunidades locais e outros *stakeholders*. [ESRS 2.42]

Os principais ***inputs*** da Secil incluem matérias-primas como calcário e argila, energia, mão de obra qualificada, tecnologias avançadas e recursos financeiros. Esses fatores são fundamentais para sustentar a produção integrada da Participada, que vai desde a extração até à comercialização de produtos como cimento, betão, agregados, argamassas e cal hidráulica. Adicionalmente, a Secil aposta em combustíveis alternativos e matérias-primas secundárias, alinhando-se com práticas de economia circular e reduzindo a dependência de recursos naturais não renováveis. [ESRS 2.42a]

A abordagem da Secil para recolher, desenvolver e garantir esses *inputs*, combina inovação tecnológica, digitalização e otimização operacional. Recorre a uma rede global de fornecedores e parceiros para garantir o fornecimento contínuo de matérias-primas e energia, além de investir em projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI). Paralelamente, a Participada promove a formação contínua e o envolvimento dos seus colaboradores, o que reforça a qualidade do trabalho e a capacidade de adaptação aos desafios estratégicos. [ESRS 2.42a]

Os ***outputs*** da Secil incluem uma ampla gama de produtos como cimento, betão, agregados, argamassas e cal hidráulica, todos produzidos com padrões de alta qualidade e alinhados com as exigências do mercado global. Além disso, a Participada fornece serviços complementares, como apoio técnico, serviços laboratoriais e soluções de logística avançada. Esses *outputs* garantem não apenas a funcionalidade e durabilidade das construções, mas também oferecem eficiência e inovação. [ESRS 2.42b]

Os ***outcomes*** gerados beneficiam diversas partes interessadas: [ESRS 2.42b]

– Para os **clientes**, a Secil oferece materiais e serviços que não só atendem às suas expectativas, mas proporcionam uma experiência de construção confiável e inovadora;

– Para os **investidores**, a Participada representa um investimento sólido, com resultados financeiros robustos e sustentáveis;

– Para os **colaboradores**, a Secil oferece um ambiente de trabalho motivador e condições adequadas, permitindo-lhes contribuir para a satisfação dos clientes e o sucesso da Participada;

– Para as **comunidades**, a Secil adota a abordagem "*do no harm*", minimizando impactos negativos e promovendo iniciativas locais;

– Para as **entidades reguladoras**, a Participada entrega resultados fidedignos que reforçam a confiança e a transparência no cumprimento das exigências legais.

INFORMAÇÃO RELACIONADA COM SUSTENTABILIDADE

Os modelos de negócio das Subsidiárias atuais do Grupo Semapa estão alinhados com alguns dos desafios globais de sustentabilidade, em particular com as alterações climáticas e a economia circular. São exemplos:

– No segmento da Pasta e Papel, através da Navigator: a gestão sustentável das florestas e através da produção de conhecimento e produtos promotores do crescimento de uma bioeconomia, de base florestal, circular e de baixo carbono fóssil;

– No segmento Cimento, através da Secil: a redução das incorporações de clínquer no cimento (*low carbon clinker*), betões com menos cimento, medidas de eficiência energética térmica, utilização de combustíveis alternativos e matérias-primas secundárias;

– Nos Outros Negócios: a promoção da reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar (*rendering*), através da ETSA; a participação na cadeia de valor da mobilidade sustentável, através da Triangle's; e a facilitação da transição energética no setor elétrico, através da Imedexa.

Conforme previamente referido, a *Holding* promove um clima de autonomia e responsabilização das suas Subsidiárias, o que se reflete nas respetivas abordagens aos temas da sustentabilidade. Entre as Subsidiárias, a Navigator e a Secil são as empresas com maior expressão e impacto, representando a maior parte do volume de negócios do Grupo, tendo cada uma desenvolvido abordagens específicas, considerando a sua identidade, posicionamento, setor de atividade e operações. Deste modo, a Navigator tem uma Agenda de Gestão Responsável 2030 e Roteiro 2030 próprios, com objetivos a longo prazo. A Secil alinhou a sustentabilidade como parte integrante do seu ciclo estratégico Ambition 2025 – Crescimento Sustentável, tendo definido objetivos e metas na área da sustentabilidade para 2025 e 2030, neste último caso relativos à descarbonização e à economia circular.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Agenda de Gestão Responsável 2030 da Navigator assenta no princípio de "Criar Valor com Responsabilidade" e foi desenvolvida para reforçar o impacto positivo da Participada a longo prazo, contribuindo para um crescimento sustentável e alinhado com as exigências de um mundo em constante evolução. [ESRS 2.40g]

Baseia a sua gestão em princípios de Ética, Responsabilidade e Transparência e, fiéis ao seu Propósito – centrado nas pessoas, na sua qualidade de vida e no futuro do planeta –, a Participada assume a responsabilidade de desenvolver produtos e soluções de base florestal que promovem o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social, em alinhamento com a Agenda 2030 das Nações Unidas. [ESRS 2.40g]

A Navigator adota um posicionamento focado na criação de valor de longo prazo, excelência operacional e diversificação de negócio, reforçando o desempenho, a resiliência do negócio e a reputação corporativa, assumindo a sustentabilidade como uma vantagem competitiva estratégica. A Agenda 2030 está estruturada em dois eixos estratégicos de atuação – pelo Clima e Natureza, e pela Sociedade –, cada um com uma orientação específica e todos alinhados com as duas dimensões do seu propósito, o Planeta e as Pessoas: [ESRS 2.40g]

– **Pelo Clima e Natureza** – **Atuar**: preservar e valorizar o capital natural, gerando assim valor económico, ambiental e social ao minimizar a pegada ecológica e otimizar a eficiência na utilização dos recursos; contribuir para uma economia circular e de baixo carbono baseada na inovação, tecnologia e I&D.

– **Pela Sociedade** – **Crescer**: aplicar princípios éticos, demonstrar integridade e transparência nas suas ações, gerir o risco, promover o respeito pelos direitos humanos e assumir compromissos com os seus *stakeholders*, desenvolver as suas pessoas, envolver as comunidades e partilhar o valor com a sociedade de forma justa e inclusiva.

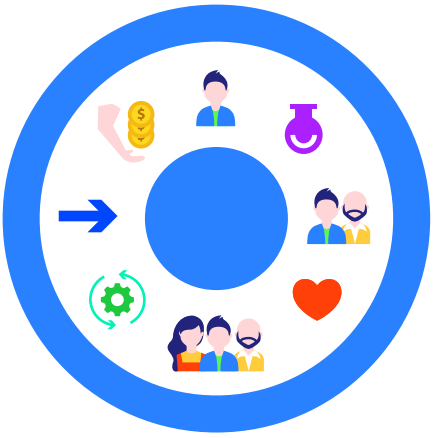
O Roteiro 2030 é composto por diversos compromissos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos em colaboração com os vários *key-users* de sustentabilidade das várias áreas de atividade da Navigator. Aos compromissos estão associados vários objetivos e metas, muitos dos quais se apresentam em cada uma das normas temáticas. [ESRS 2.40g]

AGENDA 2030

TÓPICOS MATERIAIS

PELA SOCIEDADE

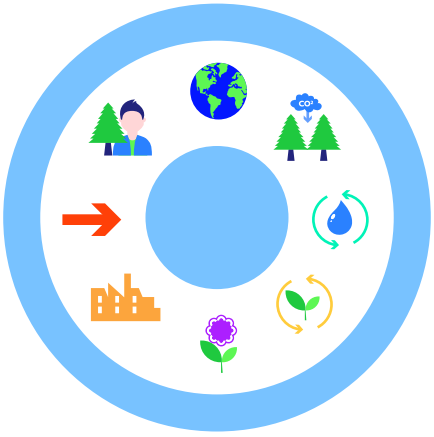
- Inovação, Tecnologia e I&D
- Pessoas, Talento e Desenvolvimento do Capital Humano
- Saúde, Segurança e Bem-estar
- Relação com as Comunidades
- Gestão da Cadela de Fornecedores
- Conduta Empresarial Responsável



UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

PELO CLIMA E NATUREZA

- Alterações Climáticas
- Gestão da Água
- Uso de Recursos e Economia Circular
- Conservação da Biodiversidade
- Gestão Sustentável da Floresta



SEGMENTO CIMENTO

A sustentabilidade é um elemento central da estratégia da Secil, Ambition 2025, que tem como objetivo crescer de forma sustentável até um valor de EBITDA acima dos 200 milhões de euros. [ESRS 2.40g]

Enquanto empresa com forte presença no setor industrial cimenteiro, a Secil tem o objetivo de ter a preferência dos clientes e oferecer produtos com menor pegada carbónica. Este objetivo é medido através do aumento da satisfação dos clientes e da melhoria do *Net Promoter Score* (NPS). Adicionalmente, a Secil atua para concretizar esse objetivo, que se reflete no seu *framework* de sustentabilidade – Ambition 2025 | *Sustainable Growth* – nos seguintes temas: [ESRS 2.40e]

1. Foco no cliente, abrangido pelo pilar económico;

2. Produtos com menor pegada carbónica, abrangidos pelo pilar ambiental, como a neutralidade carbónica e economia circular.

As restantes partes interessadas, para além dos clientes, são envolvidas através do tópico do pilar social, *stakeholder engagement*, que tem como objetivo realizar a gestão com todos os *stakeholders* envolvidos. [ESRS 2.40e]

A Secil ambiciona ser reconhecida como uma empresa responsável e sustentável, comprometida com a descarbonização até 2050. [ESRS 2.40g] Pretende ainda compatibilizar o seu desempenho económico com as dimensões do desenvolvimento sustentável, nomeadamente as dimensões ambiental, social e de *governance* (ESG).

Nesta linha, a sua estratégia de sustentabilidade inclui diversos pontos estruturantes para o seu negócio, referidos abaixo: [ESRS 2.40g]

– Alcançar a neutralidade carbónica na cadeia de valor do cimento e do betão até 2050;

– Contribuir para uma economia circular aumentando o uso de combustíveis alternativos e matérias-primas secundárias;

– Construir uma cultura de saúde e segurança que permita a redução de acidentes de trabalho e a eliminação de fatalidades;

– Apoiar a igualdade de oportunidades e promover a diversidade nas decisões de gestão;

– Apoiar as comunidades locais;

– Ser a solução preferida dos seus clientes;

– Garantir o respeito pelos Direitos Humanos e pelos trabalhadores através da ética, integridade e responsabilidade corporativa.

A gestão da sustentabilidade passa pelo foco no cliente e por um relacionamento próximo com os vários *stakeholders*, (nomeadamente as comunidades, as instituições e parceiros institucionais), e pela adoção das melhores práticas de governação corporativa, dando resposta aos desafios que a atividade da Secil gera no ambiente e na sociedade. [ESRS 2.40g]

O maior desafio identificado na Secil é a descarbonização (Cap. 4.1.2.2). [ESRS 2.40g]

CRESCER DE FORMA SUSTENTÁVEL

A Secil quer ser reconhecida como uma empresa sustentável, comprometida com a neutralidade carbónica até 2050

PROTEGER O CLIMA E O AMBIENTE

Neutralidade Carbónica

Atingir a neutralidade carbónica na cadeia de valor do cimento e do betão até 2050

Redução de 30% nas emissões de CO_2 (1)(2)

Economia Circular

Rumo a uma economia circular através do coprocessamento de combustíveis e matérias-primas alternativas

Atingir uma taxa de 49% de uso de combustíveis alternativos (3)



Comunidades Locais

Desenvolver fortes sinergias locais, retribuindo aos nossos vizinhos e partes interessadas

Duplicar os investimentos nas comunidades locais

VALORIZAR AS PESSOAS E A COMUNIDADE

Saúde e Segurança

Alcançar uma cultura de saúde e segurança que permita uma taxa de frequência abaixo de 1,5 e zero fatalidades

Redução de 75% na taxa de frequência

Diversidade, Equidade e Inclusão

Apoiar a igualdade de oportunidades e promover a diversidade nas decisões de gestão

Aumento de 20% na participação das mulheres

PRINCÍPIOS DE *GOVERNANCE*

Respeitar os Direitos Humanos e dos Trabalhadores com Ética e Responsabilidade Corporativa, criando valor para todos os *stakeholders*

(1) *Targets* 2030, *baseline* 2020
(2) *Target* aprovado pela SBTi para âmbito 1 e 2 (30,4%)
(3) *Target* 2030

RECEITAS

Em 2025, o volume de negócios do Grupo Semapa atingiu 2 115 milhões de euros[5]. A sua repartição por segmentos de negócio em que o Grupo opera encontra-se na nota 2.1 Rédito e relato por segmentos das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Grupo não está ativo na produção de produtos químicos [ESRS 2.40d ii] e não gera receitas associadas às atividades de carvão e petróleo [ESRS 2.40d i], armas controversas [ESRS 2.40d iii] ou cultivo e produção de tabaco. [ESRS 2.40d iv]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes do relatório de gestão e outros documentos:

– Descrever os mercados servidos (ESRS 2.40a ii): nota 2.1 Rédito e relato por segmentos das Demonstrações Financeiras Consolidadas;

– Isenção da divulgação das informações referidas no artigo 18.º, n.º 1, alínea a), da Diretiva 2013/34/EU (ESRS 2.41): nota 2.1 Rédito e relato por segmentos relativa aos segmentos de negócio das Demonstrações Financeiras.

INTERESSES E PONTOS DE VISTA DAS PARTES INTERESSADAS (SBM-2)

A Semapa Holding procura investir os seus recursos na criação de um futuro sustentável, preocupando-se com a sua atuação e das suas Subsidiárias e a forma como esse comportamento pode impactar as gerações presentes e futuras. Ao promover o envolvimento com os seus *stakeholders*, a Semapa pretende interiorizar as melhores práticas de sustentabilidade, as suas ideias e preocupações nas atividades diárias do Grupo e no seu processo de decisão.

A relação estabelecida entre a *Holding* e os seus sete grupos de *stakeholders* materializam a visão de longo prazo da organização na criação de valor, aumentando a transparência e assegurando as melhores soluções para os desafios e oportunidades. [ESRS 2.45a]

Por forma a estabelecer uma relação de proximidade, a *Holding* recorre a diversas formas de comunicação e envolvimento, cujos canais e frequência variam consoante o grupo de *stakeholders* e as necessidades identificadas. Apresenta como canais de comunicação transversais os *e-mails* e o *site*, assim como o canal de comunicação de irregularidades. [ESRS 2.45a]

De referir que os grupos de *stakeholders* e respetivos canais de comunicação e envolvimento foram revalidados na fase inicial do processo de dupla materialidade, em 2023, num processo de envolvimento interno que contou com a participação da Comissão Executiva da Semapa *Holding*. [ESRS 2.45a]

PRINCIPAIS MECANISMOS DE ENVOLVIMENTO COM OS *STAKEHOLDERS* [ESRS 2.45a]

Colaboradores	Instituições financeiras	Associações empresariais
– Estudo de Clima Organizacional – Encontro anual de quadros – Diálogo com chefias – Reuniões de equipa – Informação interna (ex.: Semapa Talks, Semapa News) – Intranet – Relatórios intercalares e anuais – Comunicados ao mercado – Informação, formação e promoção da partilha de melhores práticas	– Reuniões – Apresentação de resultados – Relatórios intercalares e anuais – Comunicados ao mercado	– Filiação – Participação em órgãos sociais, conselhos consultivos e/ou fóruns – Participação em consultas públicas – Reuniões regulares com principais interlocutores

Prestadores relevantes de serviços especializados	Organismos oficiais de supervisão e regulação	Comunidade	Investidores e analistas
– Reuniões regulares com os principais interlocutores	– Resposta aos requisitos legais – Reuniões regulares com os principais interlocutores	– Protocolos de colaboração – Participação em associações – Atividades da Fundação Semapa Pedro Queiroz Pereira	– Apresentações de resultados – Relatórios intercalares e anuais – Assembleias gerais – Comunicados ao mercado – Investor relations officer – Visitas a sites industriais

[5] Este valor não inclui o volume de negócios da Secil, que em 2025 atingiu 751,3 milhões de euros. Na sequência do anúncio da operação de venda da Secil, de acordo com a IFRS 5, esta é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2025 como ativo detido para venda, sendo o seu contributo na demonstração de resultados consolidada do Grupo Semapa apresentado pelo líquido na rubrica de resultado líquido das operações descontinuadas.

No âmbito do exercício de dupla materialidade do Grupo Semapa, em novembro de 2023 foi realizado um questionário *online*, entrevistas *online* e um *workshop* presencial a quatro tipologias de *stakeholders* – uma interna (seis colaboradores) e três externas (seis clientes, doze fornecedores e três elementos da comunidade), com taxas de resposta acima dos 65%. [ESRS 2.45b] Em 2025, foi realizada a revisão da análise de dupla materialidade, não tendo sido auscultados grupos diferentes de *stakeholders*.

No período de relato não foram verificadas alterações à estratégia e/ou modelo de atividade da Semapa, decorrentes das interações com os vários *stakeholders*. [ESRS 2.45c]

Cada Participada tem mapeados os seus próprios grupos de *stakeholders* e mecanismos específicos instituídos para assegurar o envolvimento com as respetivas partes interessadas. Entre os diferentes mecanismos de diálogo existentes, destaca-se as Comissões de Acompanhamento das Comunidades nos complexos industriais da Navigator e o seu Fórum de Sustentabilidade, assim como as Comissões de Acompanhamento Ambiental da Secil. A Semapa, bem como as suas Subsidiárias, participam em fóruns alargados, que integram as comunidades envolvidas na atividade das empresas, bem como especialistas dos diferentes setores onde operam, os quais contam muitas vezes com membros das Comissões Executivas e de direção das respetivas empresas. [ESRS 2.45d]

A análise de dupla materialidade realizada veio reforçar a importância da mão de obra própria (Cap. 4.1.3.1.), dos trabalhadores da cadeia de valor (Cap. 4.1.3.1.) e das comunidades afetadas (Cap. 4.1.3.3.). Os interesses e pontos de vista destes grupos de *stakeholders* informam as respetivas operações, modelo de negócio e estratégia de diferentes formas. [S1.SBM-2.12 | S2.SBM-2.9 | S3.SBM-2.7]

No que diz respeito à *Holding*, esta tem como estratégia a aposta em dois pilares – o investimento e as pessoas. Desde 2022, com uma nova equipa executiva, a Semapa tem dado ênfase ao investimento nas suas pessoas, quer seja através de formação, na garantia de uma remuneração competitiva ou mesmo nas possibilidades de evolução de carreira (Cap. 4.1.3.1.). Os colaboradores são ouvidos, não só nos momentos de avaliação de desempenho, como também na construção do seu *commitment plan*, garantindo que a opinião de cada um é considerada no que poderá ser o seu percurso na empresa. Adicionalmente, os colaboradores são auscultados através do Estudo de Clima Organizacional, que revela a opinião destes num conjunto de dimensões e os resultados dos quais consubstanciam planos de melhoria. [S1.SBM-2.12]

A Semapa tem também uma política de Direitos Humanos como um princípio estruturante da sua atividade e um compromisso com o desenvolvimento sustentável (Cap. 4.1.3.1.). A estratégia e o modelo de negócios da Semapa alicerçam-se nos seguintes compromissos e práticas: [S1.SBM-2.12]

– Cumprimento da legislação e boas práticas: a Semapa cumpre a legislação e regulamentação aplicável e implementa boas práticas de *governance*, atuando com respeito pelos direitos humanos e laborais em todas as suas atividades;

– Proibição de trabalho infantil e forçado: a empresa não recorre ao trabalho infantil, forçado ou coercivo, assegurando condições de trabalho dignas;

– Liberdade de associação e negociação coletiva: a Semapa respeita a liberdade de associação dos trabalhadores, promovendo um diálogo construtivo entre todas as partes envolvidas;

– Dignidade e respeito no ambiente de trabalho: a empresa promove a dignidade e o respeito no ambiente de trabalho, combatendo discriminações baseadas em raça, religião, sexo, orientação sexual, incapacidade, idade, nacionalidade, convicções políticas ou situação económica ou social. Valoriza a diversidade, igualdade de género e inclusão;

– Prevenção de assédio e violência: a Semapa impede todas as formas de assédio, abuso e violência no ambiente de trabalho, sancionando comportamentos que visem humilhar, ameaçar ou intimidar;

– Condições de trabalho dignas: a empresa garante um ambiente de trabalho seguro e saudável, remuneração justa, desenvolvimento pessoal e formação contínua, respeito pela privacidade dos dados pessoais, tempos de descanso, acesso a regimes de proteção social e respeito pelo direito à parentalidade, incentivando a conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal.

Estes compromissos são divulgados e incluídos nos procedimentos operacionais. [S1.SBM-2.12]

Relativamente às comunidades (Cap. 4.1.3.3.), saliente-se o trabalho da Fundação Semapa Pedro Queiroz Pereira, criada em 2024 com uma dotação inicial dada pela Semapa e que, em 2025, aprofundou e alargou o seu compromisso com a Educação e com a Proteção Social, definido o seu plano estratégico de médio prazo. Ao longo do ano a Fundação desenvolveu assim várias iniciativas, das quais se destacam:

– O Estudo "A Voz dos Professores" – A Fundação publicou um estudo aprofundado sobre as motivações, os desafios e as barreiras ao desenvolvimento da carreira docente em Portugal. Este Estudo, desenvolvido em parceria com a Nova SBE e Universidade do Minho, teve por base um inquérito que envolveu milhares de docentes (incluindo professores, diretores e coordenadores de escolas) que foi realizado entre março e junho de 2025, e que permitiu identificar algumas das necessidades reais mais prementes dos professores, como necessidades de formação contínua, bem-estar na profissão e em sala de aula, uso de tecnologia e gestão de sala de aula. Apresentado publicamente em setembro, evento que contou com a presença de vários representantes de organismos ligados à educação, foi muito bem acolhido no meio por proporcionar evidência científica a matérias que estão neste momento em reflexão, análise e discussão no espaço público e político. Com base nas conclusões do Estudo, a Fundação definiu a sua estratégia de médio prazo, a qual passará, neste eixo da Educação, pelo desenvolvimento de programas de formação nomeadamente em literacia tecnológica (com especial enfoque na Inteligência Artificial (AI)), em metodologias pedagógicas inovadoras e em área de reforço da saúde mental e emocional nas escolas;

– A formação para professores em Inteligência Artificial – Desenvolvido em parceria com a *Code for All*, a Fundação lançou um curso gratuito de "Introdução Prática à Inteligência Artificial para Professores", acreditado pelo CCPFC (Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua) e que capacitará, nesta primeira fase, 100 professores do ensino básico e secundário;

– A formação para professores em Ensino Inclusivo – Desenvolvido em parceria com a Associação Salvador, esta formação foi desenhada para professores do ensino básico e secundário que pretendem aprofundar os seus conhecimentos em estratégias e práticas de melhor integração de crianças e jovens com necessidades especiais, em sala de aula e em ambiente de sociabilização. Formação também acreditada pelo CCPFC;

– Um programa de voluntariado corporativo com a Junior Achievement Portugal (JAP) – A Fundação e a JAP uniram esforços num programa de voluntariado corporativo que envolve colaboradores das empresas do Grupo Semapa em atividades em sala de aula. Através desta parceria, os colaboradores têm a oportunidade de participar como voluntários/professores, lecionando diversos conteúdos (como literacia financeira, empreendedorismo, cidadania e sustentabilidade) desenvolvidos pela Junior Achievement, durante 5/6 sessões em turmas e para alunos do ensino básico. O contacto direto entre profissionais e estudantes promove uma aprendizagem prática e inspiradora, contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais dos voluntários e dos alunos.

Estes projetos refletem o compromisso profundo da Fundação com a qualidade da Educação e o bem-estar das comunidades, garantindo que cada ação seja relevante, e, acima de tudo, transformadora. [S3.SBM-2.7]

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO (SBM-3)

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

Os impactos, riscos e oportunidades materiais do Grupo Semapa estão diretamente relacionado com as estratégias e modelos empresariais das suas Subsidiárias [ESRS 2.48c ii], indicando-se na tabela um resumo dos temas ESRS avaliados como materiais e a sua aplicabilidade no Grupo e nas respetivas cadeias de valor.

A especificação dos IRO é apresentada em contexto, em cada norma temática.

			Semapa		
Tema	**Sub-tema**	**Sub-sub tema**	**IRO**	**Cadeia de Valor**	**Materialidade por Empresa**
E1 Alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	–	Impactos positivos, Riscos	Montante, Operações Próprias, Jusante	Navigator, Secil, Triangle's
E1 Alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas	–	Impactos negativos e positivos, Oportunidades, Riscos	Montante, Operações Próprias, Jusante	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa
E1 Alterações climáticas	Energia	–	Impactos negativos, Risco	Montante e Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa
E3 Água e recursos marinhos	Água	Consumo de água	Impacto negativo	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA
E3 Água e recursos marinhos	Água	Captação de água	Impacto negativo, Risco	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's
E4 Biodiversidade e ecossistemas	Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	Outros	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil
E4 Biodiversidade e ecossistemas	Impactos no estado das espécies	Dimensão da população das espécies	Impactos negativo e positivo	Montante e Operações Próprias	Navigator, Secil, Triangle's
E4 Biodiversidade e ecossistemas	Impactos no estado das espécies	Risco de extinção global da espécie	Impactos negativos	Montante e Operações Próprias	Navigator
E4 Biodiversidade e ecossistemas	Impactos e dependências dos serviços ecossistémicos	–	Impacto negativo	Operações Próprias	Navigator, Secil
E5 Economia circular	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	–	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's
E5 Economia circular	Saídas de recursos relacionadas com produtos e serviços	–	Oportunidade	Jusante	Navigator, ETSA
E5 Economia circular	Resíduos	–	Impacto positivo	Jusante	Navigator, ETSA, Imedexa
S1 Mão de obra própria	Condições de trabalho	Horário de trabalho	Impacto negativo	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's
S1 Mão de obra própria	Condições de trabalho	Salários adequados	Impacto positivo, Oportunidade	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's
S1 Mão de obra própria	Condições de trabalho	Diálogo social	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil, Triangle's
S1 Mão de obra própria	Condições de trabalho	Liberdade de associação, existência de conselhos de empresa e direitos de informação, consulta e participação dos trabalhadores	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil
S1 Mão de obra própria	Condições de trabalho	Negociação coletiva, incluindo a taxa de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil

			Semapa		
Tema	**Sub-tema**	**Sub-sub tema**	**IRO**	**Cadeia de Valor**	**Materialidade por Empresa**
S1 Mão de obra própria	Condições de trabalho	Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's
S1 Mão de obra própria	Condições de trabalho	Saúde e segurança	Impactos negativos	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa
S1 Mão de obra própria	Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil
S1 Mão de obra própria	Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	Formação e desenvolvimento de competências	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa
S1 Mão de obra própria	Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	Diversidade	Impactos negativo e positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA
S2 Trabalhadores na cadeia de valor	Condições de trabalho	Saúde e segurança	Impactos negativos	Montante e Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's
S2 Trabalhadores na cadeia de valor	Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	Formação e desenvolvimento de competências	Impactos positivos	Montante, Operações Próprias, Jusante	Navigator, ETSA, Triangle's
S2 Trabalhadores na cadeia de valor	Outros direitos relacionados com o trabalho	Agua e saneamento	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator
S3 Comunidades afetadas	Direitos económicos, sociais e culturais das comunidades	–	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa
G1 Conduta empresarial	Cultura empresarial	–	Impacto positivo, Risco	Operações Próprias	Navigator, Secil, ETSA
G1 Conduta empresarial	Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas	–	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, ETSA, Triangle's
G1 Conduta empresarial	Corrupção e suborno	Prevenção e deteção, incluindo formação	Impacto positivo	Operações Próprias	Navigator, Secil ETSA, Triangle's

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira, nomeadamente para os capítulos das normas temáticas, para informação detalhada sobre a:

– Descrição dos impactos materiais resultantes da avaliação de materialidade (ESRS 2.48a)

– Descrição dos riscos e oportunidades materiais resultantes da avaliação de materialidade (ESRS 2.48a)

– Descrição dos horizontes temporais (ESRS 2.48c iii)

– Especificação dos impactos, riscos e oportunidades abrangidos pelos requisitos de divulgação das ESRS (ESRS 2.48h)

EFEITOS FINANCEIROS

A Semapa irá proceder nos próximos anos a uma análise quantitativa de riscos relacionados com a sustentabilidade e à avaliação da posição financeira dos seus ativos e passivos. [ESRS 2.48d]

Em conformidade com a derrogação concedida pelo Regulamento Delegado (UE) 2025/1416 da Comissão, de 11 de julho de 2025 que altera o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 no que diz respeito ao adiamento da data de início da aplicação dos requisitos de divulgação para certas empresas, o Grupo Semapa optou por omitir a comunicação de informações sobre os efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades. [ESRS 2.48e]

RESILIÊNCIA DA ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

A Estratégia de Gestão Responsável do Grupo Semapa assenta na Ética, Responsabilidade e Transparência, tendo como compromisso a sustentabilidade. A Navigator considera essencial ter um plano de ação a longo prazo que a direcione para a concretização dos compromissos traçados no âmbito da respetiva Agenda 2030. Esta é suportada pelo Roteiro 2030, ferramenta baseada num *framework* ESG que permite à Participada materializar as suas ambições, guiar e acompanhar o seu percurso, ao longo do tempo. Atualmente, os compromissos e objetivos da Agenda e Roteiro 2030 são maioritariamente relativos às atividades da Navigator em Portugal, prevendo-se que venham a evoluir no sentido de integrar as restantes geografias nos próximos anos.

No caso da Secil, a sustentabilidade é um elemento central da estratégia Ambition 2025 que tem como objetivo crescer de forma sustentável. A Participada ambiciona ser reconhecida como uma empresa responsável e sustentável, comprometida não só com a descarbonização até 2050, mas também com as suas dimensões ambiental, social e de *governance*. [ESRS 2.48f]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira, para informação detalhada: resiliência climática da estratégia e modelo de negócio da Navigator (Cap. 4.1.2.2.). [ESRS 2.48f]

ALTERAÇÕES DOS IRO MATERIAIS EM COMPARAÇÃO COM O PERÍODO DE RELATO ANTERIOR

No seguimento da Avaliação de Dupla Materialidade realizada de acordo com a CSRD e as recomendações da EFRAG apresentada no relatório do ano passado, o Grupo Semapa e as suas Subsidiárias revisitaram este exercício em 2025. Esta análise resultou na reclassificação de um IRO relacionado com o consumo de água (a montante das operações) como não material e que anteriormente havia sido avaliado como material na perspetiva do Grupo Semapa. Deste exercício, foram ainda apurados novos IRO materiais relativos ao consumo e descarga de água para a Navigator, e de um novo impacto de deteção e prevenção de corrupção e suborno para a Secil. Os temas de consumo de água e corrupção já eram materiais para o Grupo, sendo que o de descarga de água se mantém como não material na perspetiva consolidada. [ESRS 2.48g]

4.1.1.4 GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES – IRO

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS (IRO-1)

A avaliação de materialidade foi conduzida tendo por base um processo abrangente que visa identificar, avaliar, priorizar e monitorizar impactos potenciais e reais, positivos e negativos, sobre as pessoas e o meio ambiente, no curto, médio e longo prazo (materialidade de impacto, perspetiva *inside-out*), bem como riscos e oportunidades que podem, por sua vez, ter um efeito financeiro sobre a empresa (materialidade financeira, perspetiva *outside-in*). A avaliação de acordo com estas duas perspetivas, designada de "Dupla Materialidade" foi realizada no contexto de cada uma das normas ESRS, abrangendo questões ambientais, sociais e de governação. [ESRS 2.53a]

A avaliação de dupla materialidade seguiu uma abordagem metodológica com quatro etapas. Esta estrutura do processo será revista pelo menos anualmente (ou conforme necessário), para garantir um alinhamento com as práticas mais recentes. [ESRS 2.53a]

1. Compreensão	2. Identificação	3. Avaliação	4. Determinação
Compreender o negócio, a cadeia de valor e as atividades relacionadas	Identificar impactos, riscos e oportunidades (IRO)	Avaliar os IRO	Determinar os temas materiais
– Analisar operações internas, modelo de negócio e dados disponíveis – Mapear a cadeia de valor – Identificar os temas relevantes – Envolver as partes interessadas	– Realizar pesquisas e análises para identificar IRO relevantes, utilizando referenciais do setor, documentos internos e auscultação a *stakeholders* – Validar e priorizar os IRO identificados para avaliação	– Definir o *threshold* aplicável à materialidade de impacto e financeira – Avaliar a materialidade de impacto e a materialidade financeira	– Identificar os IRO que se encontram acima do *threshold* estabelecido. – Validar a lista final de IRO e, se necessário, realizar calibração
Resultado: Mapeamento da cadeia de valor e lista de temas relevantes resultantes da auscultação a *stakeholders*	**Resultado:** Lista preliminar de IRO	**Resultado:** Resultados preliminares da avaliação dos IRO	**Resultado:** Lista final de IRO materiais

INFORMAÇÃO DE CONTEXTO E IDENTIFICAÇÃO DOS IRO

A etapa inicial teve em consideração o negócio e os processos das operações próprias da organização, onde se inclui as geografias onde o Grupo opera e os relacionamentos comerciais a montante e jusante (mapeamento da cadeia de valor). Para além disso, promoveu o envolvimento dos principais *stakeholders* do Grupo Semapa, de forma a auscultar os temas mais relevantes para estes em matéria de sustentabilidade.

Em 2023, quando o Grupo realizou uma primeira análise de dupla materialidade, foi conduzido um questionário, a quatro tipologias de *stakeholders*: uma interna (6 colaboradores) e três externas (6 clientes, 12 fornecedores e 3 elementos da comunidade), com taxas de resposta acima dos 65%. Adicionalmente, cada uma das Subsidiárias realizou a sua própria auscultação. [ESRS 2.53a | ESRS 2.53b i/ii/iii]

A etapa de identificação para listagem preliminar de impactos, riscos e oportunidades envolveu 15 fontes de informação desde recursos gerais, reportes de sustentabilidade e recursos internos do Grupo Semapa, bem como recursos externos. Com base na pesquisa efetuada foi elaborada uma listagem com um total de 322 IRO, desenvolvida ao nível do sub-subtema das ESRS, e mapeados considerando transversalmente os modelos de negócio das várias Subsidiárias do Grupo Semapa, as geografias em que as suas atividades são desenvolvidas, e a sua localização ao longo da cadeia de valor. [ESRS 2.53a | ESRS 2.53b i/ii | ESRS 2.53g]

Recursos Gerais	Reporte de Sustentabilidade	Recursos internos	Recursos externos
Numa fase antecedente à identificação de impactos, riscos e oportunidades, foram consultados os instrumentos regulatórios e guias orientadores, para a aplicação da análise de dupla materialidade. – Regulamento Delegado (UE) 2023/2772; – EFRAG IG1 Materiality Assessment; – EFRAG IG2 Value Chain; – EFRAG IG3 List of ESRS Datapoints (explanatory note + Excel).	Desenvolvimento de uma base de IRO através da revisão dos relatórios existentes dentro do Grupo Semapa. – Navigator – Relato de sustentabilidade de 2023; – Secil – Relato de sustentabilidade de 2023; – Semapa – Relato de sustentabilidade de 2023.	Revisão de recursos internos do Grupo Semapa, com relevância para a identificação de IRO e para a definição da metodologia de avaliação. – Análise de materialidade das Participadas e do Grupo Semapa 2022 e 2023; – Grupo Semapa – listagem de riscos e oportunidades apurados; – Metodologia de avaliação de risco (ERM); – Relatório TCFD Navigator.	Consulta de fontes de informação externas relevantes para os segmentos de negócio do Grupo Semapa. – TNFD. Draft Sector Guidance – Forestry and Paper; – TNFD. Additional Sector Guidance – Forestry and Paper; – TNFD. Draft Sector Guidance – Construction Materials; – Repositório de IRO da equipa consultora.

Adicionalmente aos recursos internos e externos consultados listados acima, para a realização das várias fases da análise de dupla materialidade, foram ainda considerados os contributos dos diversos especialistas internos que integraram as várias sessões de trabalho de identificação, validação e avaliação dos IRO. [ESRS 2.53a | ESRS 2.53b iii | ESRS 2.53g]

DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS PARA IDENTIFICAR E AVALIAR OS IRO TEMÁTICOS

Tal como referido, a análise de dupla materialidade contemplou todas as Normas ESRS, tendo sido usada a mesma metodologia e critérios para determinar e avaliar os IRO identificados em cada norma temática. [E1.20a | E1.20b | E1.20c | E3.8a | E4.17a | E5.11 | G1.6]

Adicionalmente, foram considerados aspetos particulares no contexto de algumas normas temáticas, em particular nas ambientais, que se apresentam de seguida.

No caso do clima, a avaliação dos impactos teve em consideração as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) determinadas com base no cálculo das pegadas de carbono das Subsidiárias. [E1.20a | AR9] A avaliação dos riscos (físicos e de transição) e oportunidades relacionados com o clima, dependendo das Subsidiárias, foi informada por diversas fontes.

Seguindo as recomendações da Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD), a Navigator identificou e avaliou os principais riscos físicos – agudos ou crónicos – e os riscos de transição. Neste âmbito, e de acordo com as boas práticas do Guia de Cenários da TCFD, para a análise de cenários foram utilizados cenários exploratórios que descrevem um conjunto diversificado de estados futuros plausíveis, sendo utilizados para avaliar potenciais riscos e incertezas relacionados com o clima, assim como testar a resiliência da estratégia da Navigator para as diferentes condições futuras adjacentes a esses mesmos cenários. Foram também identificadas oportunidades relacionadas com o clima, com potenciais impactos positivos para o negócio.

O envolvimento em Grupos de Trabalho do Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal, incluindo a participação numa *task force* dedicada à temática dos riscos e oportunidades climáticas, contribuiu igualmente para o processo de identificação de riscos e oportunidades. [E1.20b | E1.20c | E1.21] No que respeita à identificação e avaliação dos riscos e oportunidades de transição, foram identificados acontecimentos de transição a curto, médio e longo prazo e analisada a exposição dos ativos e atividades empresariais da Navigator a esses acontecimentos através da avaliação da variação dos preços de CO_2 no curto, médio e longo prazo. [AR12a]

A Secil iniciou em 2024 o processo de identificação dos riscos e oportunidades climáticas nas suas operações e ao longo da cadeia de valor, a montante e a jusante. Este exercício está a ser realizado de acordo com as recomendações da TCFD, com o objetivo de avaliar potenciais riscos físicos e riscos de transição relacionados com o clima de acordo com as recomendações e desenvolver estratégias adequadas de adaptação. A Participada encontra-se na fase 3 deste processo – Avaliação do Impacte Financeiro e Estimativa do Impacte Financeiro. [E1.20b | E1.20c]

A ETSA ainda não realizou uma análise detalhada dos seus riscos e oportunidades relacionadas com o clima. [E1.20b | E1.20c]

No caso da Triangle's, para a identificação dos riscos físicos relacionados com o clima, foram considerados cenários climáticos de emissões elevadas (como o cenário RCP 8.5 do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, IPCC, na sigla em inglês). Foi igualmente realizada uma avaliação da Exposição e Sensibilidade dos Ativos e Atividades, onde a Triangle's avaliou a sensibilidade das suas operações aos riscos identificados, com foco nos ativos físicos, infraestruturas e interrupções na cadeia de fornecimento. [E1.20b | E1.21 | AR11d] Na identificação e avaliação dos riscos físicos foram definidos horizontes temporais de curto, médio e longo prazo, alinhados com a vida útil dos principais ativos físicos da empresa, os seus horizontes de planeamento estratégico e planos de afetação de capital. [AR11a | AR11b] A Triangle's está a definir a sua estratégia face às alterações climáticas e, como parte deste processo, irá realizar uma análise de resiliência da estratégia face às alterações climáticas.

A Imedexa desenvolveu uma análise da resiliência durante o segundo semestre de 2025, considerando a avaliação dos riscos físicos e dos riscos de transição associados às alterações climáticas, num horizonte temporal até 2030, bem como variáveis de natureza regulamentar e de mercado. A análise teve por base cenários climáticos desenvolvidos a partir dos Shared Socioeconomic Pathways (SSP), definidos pelo IPCC e utilizados no *Sixth Assessment Report*, bem como cenários energéticos e de política climática definidos pela International Energy Agency (IEA). Como consequência, esta avaliação permitiu identificar riscos de transição e ainda um risco físico (Cap. 4.1.2.2.). [E1.20b | E1.20c | E1.21]

No que respeita aos recursos hídricos salienta-se que a triagem dos IRO identificados pela Navigator foi realizada com recurso a diversas ferramentas e pressupostos, entre os quais a ferramenta *Aqueduct Water Risk Atlas* do World Resources Institute (WRI), que permite mapear zonas de stress hídrico, os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH) 3.º Ciclo, os Indicadores de Pegada Hídrica, que medem o impacto hídrico dos produtos, e a Certificação ISO 14001, que garante práticas sustentáveis na gestão da água. [E3.8a]

Quanto à biodiversidade e ecossistemas, a identificação e avaliação dos IRO da Navigator foi informada pelo conhecimento da organização relativamente aos seus impactos na biodiversidade, tendo como base as suas práticas de avaliação de impactos relativos às atividades florestais da Participada e pela sua participação num projeto piloto, no âmbito do Protocolo do Capital Natural, realizado em 2018. Neste âmbito importa salientar que a conservação da biodiversidade está integrada no modelo de

gestão florestal da Navigator, aplicando uma hierarquia de mitigação de impactos e uma avaliação dos valores naturais presentes tanto nas áreas geridas como na envolvente. A partir desta informação de base, a compilação e análise de informação adicional e a cartografia das zonas com interesse para a conservação contribuem para a avaliação global dos riscos e oportunidades e a definição de medidas de conservação adequadas. Para todas as atividades potencialmente impactantes, são realizadas avaliações pré-operacionais para planear, à escala local, a execução das operações, considerando os valores naturais, os bens culturais, aspetos sociais e a consulta a partes interessadas. [E4.17a]

O projeto piloto acima referido teve como objetivo alinhar os procedimentos existentes na Navigator com uma estrutura padronizada internacionalmente acordada, publicada no *Forest Products Sector Guide to the Natural Capital Protocol*. Este exercício foi realizado com base em dados recolhidos nos dez anos anteriores e envolveu a identificação de dependências com base no ESR (*Ecosystem Services Review*). [E4.17b]

Por fim, através da sua participação no *Forest Solutions* Group do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), a Navigator colaborou na definição das diretrizes sobre gestão florestal sustentável desenvolvidas e disseminadas no documento *Forest Sector Nature-Positive Roadmap*, que serviu como referência adicional na identificação de IRO relacionados com a Gestão Sustentável da Floresta. Além disso, este documento foi também uma base relevante para a definição de outros IRO ambientais ligados à floresta noutros temas das normas, reforçando a abordagem integrada da Navigator sobre os IRO e a sua cadeia de valor. [E4.17a]

A Secil considerou para o processo de identificação e avaliação de IRO relacionados com a biodiversidade o resultado de um estudo do impacto socioeconómico na Maceira e Outão, realizado em 2024, que incluiu a componente da recuperação e biodiversidade das pedreiras. Para além disso, considerou um inquérito à população, relativo à instalação do Outão, que abordou as principais questões ambientais. [E4.17a | E4.17e]

A exploração de pedreiras associada à indústria cimenteira tem impactos negativos nos *habitats* e na fauna e flora associadas. A recuperação dessas áreas é uma obrigação legal das cimenteiras na Europa. No caso da Secil, a recuperação das áreas degradadas é tanto mais importante quanto a mesma se encontra inserida no Parque Natural da Arrábida e em área da Rede Natura 2000. O restauro de ecossistemas degradados é um desafio científico considerável, particularmente quando o nível de degradação é elevado, como é o caso de pedreiras, exigindo um vasto conhecimento ecológico de base.

A Secil procurou desde cedo desenvolver soluções apoiadas em projetos de investigação aplicada, em parceria com universidades e investigadores especialistas em restauro de ecossistemas. [E4.19a] Uma das medidas de mitigação é a recuperação das áreas exploradas. Verificando-se a existência de aves referidas no Anexo I e II da Diretiva Aves, *habitats* do anexo I e espécies do anexo II e IV da Diretiva *Habitats*, a Secil tem vindo a promover a criação de *habitats* nessas áreas, através da recuperação ecológica, mitigando os impactos e melhorando as condições para a ocorrência destas espécies. Relativamente à Diretiva 2011/92/UE, quando aplicável, ou seja, nas pedreiras sujeitas a Estudo de Impacte Ambiental, é garantido o cumprimento das medidas de mitigação da Declaração de Impacte Ambiental. [E4.19b]

Na Secil, em particular nas fábricas de cimento em Portugal que têm o seu sistema de gestão ambiental certificado pela NP EN ISO 14001:2015 e a certificação do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS), é efetuada a determinação dos aspetos e impactos ambientais e a determinação de riscos e oportunidades associados aos aspetos ambientais nas operações, de acordo com estas duas metodologias.

A Secil dispõe ainda de uma Comissão de Acompanhamento Ambiental nas instalações de cimento (Portugal e Brasil), que se reúne periodicamente para discussão dos principais aspetos ambientais bem como análise da *performance* ambiental, com os representantes das unidades fabris e comunicação institucional da Secil. É um processo regular de escuta e acolhimento de preocupações e comentários de elementos das autoridades locais e da chamada sociedade civil, que ajudam a introduzir melhorias nas fábricas e elevar o padrão de reporte e de disponibilização de informação ao público. Em Portugal, a Secil conta igualmente com a CASS – Comissão de Ambiente, Saúde e Segurança, que se reúne periodicamente, com a participação dos representantes dos trabalhadores e da empresa, para analisar e discutir as questões ambientais relevantes. O *feedback* destas comissões foi utilizado para informar a identificação e avaliação dos IRO ambientais.

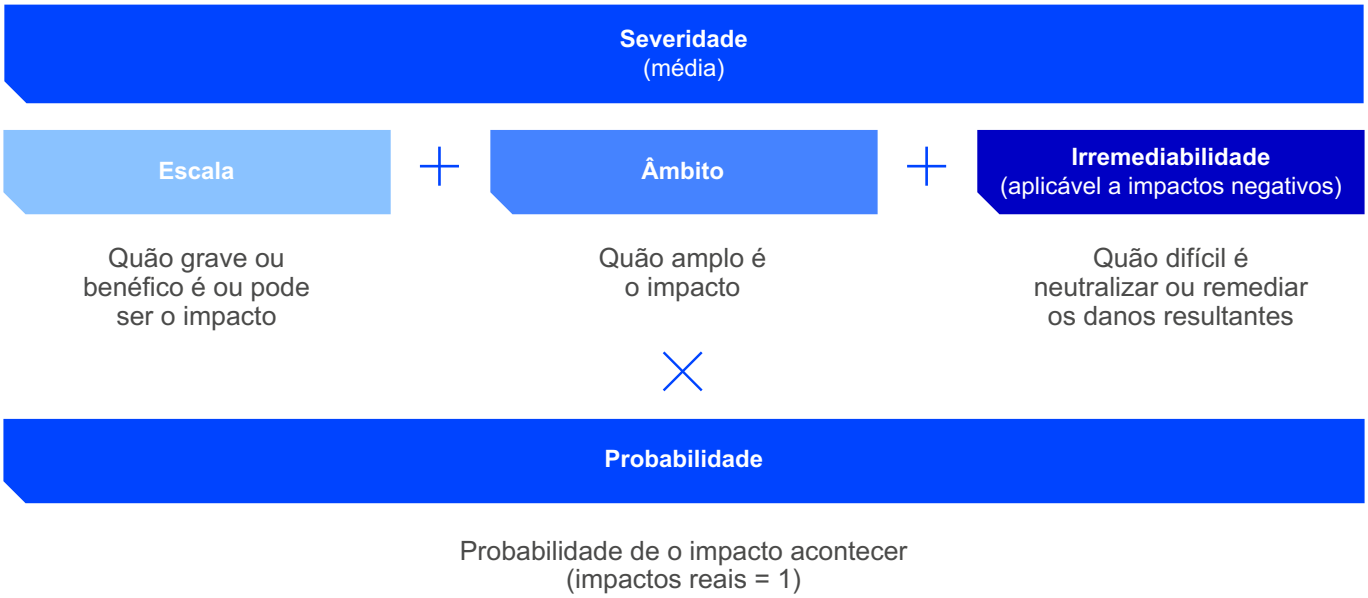
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS IRO MATERIAIS

O processo de avaliação de IRO foi executado com recurso à realização de um total de 38 reuniões, que contaram com a participação de 116 peritos internos de todas as Subsidiárias do Grupo, estando representadas 56 áreas. Durante as sessões para cada norma ESRS, cada perito deu a sua opinião em cada um dos IRO, sendo a avaliação final resultado de um consenso entre os vários intervenientes envolvidos. Posteriormente, no âmbito da revisão da dupla materialidade realizada em 2025, foi feita uma reanálise dos IRO inicialmente identificados por parte das Subsidiárias e uma primeira avaliação destes IRO por parte da Imedexa. [ESRS 2.53a | ESRS 2.53b iii]

MATERIALIDADE DE IMPACTO

Ao avaliar a materialidade dos impactos, foram abordados os impactos negativos e positivos, reais e potenciais, com base na sua severidade (uma média entre escala, âmbito e carácter irremediável, apenas aplicável a impactos negativos) e probabilidade (não é considerada para efeitos de cálculo da materialidade de impactos negativos sobre os Direitos Humanos, prevalecendo, neste caso, a pontuação da severidade face à da probabilidade). Usando limites quantitativos para cada parâmetro, foram identificados os impactos materiais do Grupo Semapa. [ESRS 2.53a | ESRS 2.53b iv]

FATORES DE AVALIAÇÃO DA MATERIALIDADE DE IMPACTO



Metodologia de avaliação aplicada			
Escala	**Âmbito**	**Carácter irremediável**	**Probabilidade**
5 = Danos ou benefícios muito altos para as pessoas ou para o meio ambiente	5 = Impacto nacional ou internacional e/ou sobre um número elevado de pessoas	5 = Difícil de remediar ou não remediável/irreversível	1 = Certa (<6 meses | A ocorrer)
4 = Danos ou benefícios altos para as pessoas ou para o meio ambiente	3 = Impacto regional e/ou sobre um número médio de pessoas	3 = Temporário ou fácil de remediar num médio prazo	0,80 = Muito provável (6 meses a 1 ano)
3 = Danos ou benefícios médios para as pessoas ou para o meio ambiente	1 = Impacto local e/ou sobre um número reduzido de pessoas	1 = Temporário ou fácil de remediar num curto prazo	0,60 = Provável (1 a 2 anos)
2 = Danos ou benefícios baixos para as pessoas ou para o meio ambiente	0 = Não aplicável*	0 = Não aplicável*	0,40 = Pouco provável (2 a 5 anos)
1 = Danos ou benefícios muito baixos para as pessoas ou para o meio ambiente			0,20 = Rara (> 5 anos)
0 = Não aplicável*			
Horizonte Temporal			
Curto prazo: ano de reporte	Médio prazo: Entre o ano de reporte e até 5 anos		Longo prazo: Mais de 5 anos

*A pontuação "0 = Não aplicável" foi atribuída aos IRO que, atendendo à atividade desenvolvida por determinada Participada, não são considerados aplicáveis. Tendo em conta a diversidade significativa dos âmbitos de atuação das várias Subsidiárias do Grupo, a inclusão desta opção metodológica revelou-se necessária para assegurar que a avaliação de dupla materialidade reflete a realidade de cada entidade, evitando distorções nos resultados agregados.

MATERIALIDADE FINANCEIRA

Paralelamente, foi estabelecido um processo em que foram tidas em consideração as potenciais ligações entre impactos, dependências de recursos e de relações, e os riscos e oportunidades que destas podem resultar. [ESRS 2.53c]

Ao avaliar a materialidade financeira, recorrendo a limites quantitativos, foi avaliada a probabilidade e a magnitude dos efeitos financeiros dos riscos e oportunidades e, consequentemente, identificados os riscos e oportunidades materiais do Grupo Semapa. [ESRS 2.53c] No caso da probabilidade, a escala utilizada e respetivos limites quantitativos foram os mesmos que para a avaliação dos impactos.

No que toca ao critério de magnitude, as escalas de pontuação definidas tiveram por base intervalos correspondentes à percentagem do EBITDA[6], tendo cada uma das Subsidiárias os seus respetivos valores de referência. [ESRS 2.53c]

Magnitude	×	**Probabilidade**
Magnitude do potencial efeito financeiro		A probabilidade do risco/oportunidade acontecer

CONCLUSÃO DO PROCESSO DE DUPLA MATERIALIDADE

Para a definição da fórmula de consolidação de resultados para o Grupo Semapa, cada Participada foi integrada de acordo com uma percentagem de ponderação atribuída. Para a ponderação, foi estabelecido como referência a percentagem que cada uma representa do total do volume de negócios do Grupo, dando uma maior visibilidade às Subsidiárias com maior impacto financeiro. Esta metodologia foi aplicada para o apuramento dos resultados consolidados tanto no âmbito da materialidade de impacto, como da materialidade financeira.

Após a conclusão das sessões de avaliação, foi definido um ***threshold* de 3**, aplicado à materialidade de impacto e financeira. A seleção deste *threshold* seguiu o mesmo limite de materialidade estabelecido pelas análises de risco internas. [ESRS 2.53d]

Adicionalmente ao *threshold* quantitativo, foi ainda definido um *threshold* qualitativo, aplicado à perspetiva de impacto. Em 2025 foi realizado um ajuste a este critério, por forma a melhor refletir a nova realidade do Grupo Semapa, com a aquisição da Imedexa. Desta forma, é considerado um impacto, positivo ou negativo para o Grupo, caso se cumpra um dos seguintes critérios [ESRS 2.53d | ESRS 2.53g]:

– é material para a Navigator e a Secil;
– é material para quatro das Subsidiárias.

Um tema de sustentabilidade é considerado “material” quando responde aos critérios definidos para a materialidade de impacto, materialidade financeira ou ambos. Após o apuramento dos resultados obtidos, foi efetuada uma revisão por parte dos especialistas internos dos impactos, riscos e oportunidades que obtiveram uma pontuação global entre 2 e 3. [ESRS 2.53d | ESRS 2.53g] Este exercício de calibração seguiu as mesmas fórmulas de cálculo descritas anteriormente.

Em 2025, foi revisto o exercício de dupla materialidade com o objetivo de analisar novamente os IRO e complementar a análise com informação adicional. Para esta revisão não foi realizada uma nova auscultação de *stakeholders*, considerando-se os *inputs* do exercício anteriormente realizado. Com a aquisição da Imedexa em 2025, esta Participada realizou também a análise e avaliação dos IRO definidos ao nível do Grupo, uma vez que numa fase inicial não foram identificados novos IRO relevantes.

[6] Muito baixa: até 1% do EBITDA; Baixa: entre >1% e 5%; Média: entre >5% e 10%; Alta: entre >10% e 20%; Crítica: >20%.

Após a revisão, a listagem final de IRO materiais apresenta **41 impactos** (23 positivos e 18 negativos) e **12 riscos e oportunidades** (8 riscos e 4 oportunidades), com a seguinte distribuição [ESRS 2.53d]:

– 4 temas ambientais, com correspondência com as ESRS E1, E3, E4 e E5;
– 3 temas sociais, com correspondência com as ESRS S1, S2 e S3;
– 1 tema de governação, com correspondência com a ESRS G1.

Estes resultados foram validados pelas comissões executivas das Subsidiárias do Grupo e pelo administrador-delegado da Semapa. [ESRS2.53d]

Em 2025, a Semapa, em conjunto com as suas Subsidiárias, avaliou e incorporou, no processo de gestão de risco, os riscos estratégicos resultantes do exercício de Dupla Materialidade concluído em 2024. [ESRS 2.53e]

O Grupo prevê revisitar anualmente o exercício, e confirmar se existe necessidade de incluir um novo IRO ou reavaliar os existentes. [ESRS 2.53h]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes do Relatório Anual:

– Informação sobre o processo decisório, bem como dos respetivos procedimentos de controlo interno [ESRS 2.53d/e]: Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório do Governo Societário, em particular, pontos 21 e 27 a 29 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões e pontos 50 a 55 do Capítulo C. Organização Interna;

– Integração do processo de identificação, avaliação e gestão dos impactos e riscos no processo global de gestão da empresa [ESRS 2.53f]: Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório do Governo Societário, em particular ponto 21 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões.

REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO CONSTANTES DE ESRS ABRANGIDAS PELA DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE (IRO-2)

A materialidade da informação foi determinada com base nos IRO materiais resultantes da avaliação de dupla materialidade do Grupo Semapa e respetiva revisão anual. Após a identificação das normas temáticas materiais, a materialidade foi avaliada ao nível dos requisitos de divulgação e dos *datapoints*. O processo de avaliação de materialidade e a utilização de limiares estão descritos na secção anterior (IRO-1). [ESRS 2.59]

Os requisitos de divulgação a que o Grupo Semapa dá resposta, através da presente Demonstração Não Financeira, bem como a lista de *datapoints* decorrentes de outra legislação da União Europeia (UE) encontram-se identificados no Cap. 4.1.5. [ESRS 2.56]

4.1.2 Ambiental

4.1.2.1 TAXONOMIA EUROPEIA

ENQUADRAMENTO DA TAXONOMIA EUROPEIA

A Taxonomia da União Europeia, introduzida pelo Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, funciona como um sistema de classificação normalizado e obrigatório para determinar quais as atividades económicas consideradas "ambientalmente sustentáveis" na União Europeia. Segundo o Regulamento da Taxonomia, para uma atividade económica ser ambientalmente sustentável deve:

Contribuir para pelo menos um dos seis objetivos ambientais identificados no regulamento

- Mitigação das alterações climáticas
- Adaptação às alterações climáticas
- Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricose marinhos
- Transição para uma economia circular
- Prevenção e controlo da poluição
- Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas

Não prejudicar significativamente nenhum dos outros cinco objetivos

Uma atividade elegível é considerada sustentável, e portanto alinhada com a taxonomia, quando cumpre os critérios de contribuição substancial para pelo menos um objetivo, ao mesmo tempo que não prejudica significativamente os restantes objetivos

Cumprir com as salvaguardas mínimas

Além disso, a organização deve cumprir um conjunto de requisitos mínimos de salvaguardas relacionadas com os Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa

Atividade alinhada com a taxonomia

Os objetivos de Mitigação e de Adaptação às alterações climáticas foram os primeiros a ser regulados através do Ato Delegado do Clima (2021). Posteriormente, foi ampliado pelo Ato Delegado Complementar, com a introdução de atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil. Em 2023 foi publicado o Ato Delegado Ambiental que introduz as atividades que podem contribuir para os restantes quatro objetivos ambientais (Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, Transição para uma economia circular, Prevenção e controlo da poluição e Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas) e atualizado o Ato Delegado do Clima.

Neste ano fiscal de 2025 o Grupo Semapa reporta as suas atividades elegíveis e alinhadas com a taxonomia relativamente às atividades listadas nos Atos Delegados acima descritos, em termos de volume de negócios (*Turnover*), despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx).

Em 2025, foi publicado o Regulamento Delegado (UE) 2026/73 de 4 de julho de 2025, decorrente das alterações introduzidas pelo pacote Omnibus na Taxonomia da UE. Em conformidade com o disposto no artigo 4.º deste Regulamento, o Grupo Semapa optou por não aplicar as alterações introduzidas por este Regulamento para o exercício de 2025.

ANÁLISE DE ELEGIBILIDADE

De acordo com a análise efetuada às atividades do Grupo Semapa, foram identificadas as seguintes atividades económicas elegíveis de acordo com o ato delegado no domínio climático, com o ato delegado complementar e com o ato delegado no domínio ambiental:

Atividades	Código *	Segmento da	Descrição
1.3 Gestão florestal	**MAC 1.3**	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator gere cerca de 139 mil hectares de floresta, incluindo floresta de produção e de conservação. Em Portugal continental, 100% da área gerida é certificada pelas normas FSC e PEFC, estando sujeitas a auditorias realizadas por entidades terceiras independentes.
3.7 Produção de cimento	**MAC 3.7**	Cimento (Secil)	A Secil detém sete fábricas de cimento cinzento: duas em Portugal, uma no Líbano, uma na Tunísia, duas no Brasil e uma em Angola. Destas sete fábricas de cimento cinzento duas não produzem clínquer (uma no Brasil e uma em Angola).
3.18 Fabrico de componentes automóveis e de mobilidade	**MAC 3.18**	Outros negócios (Triangle's)	A Triangle's desenvolve e fabrica quadros em alumínio para bicicletas. Está equipada com tecnologia inovadora orientada para a transformação de alumínio e onde se destaca o processo de soldadura completamente robotizado.
4.1 Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	**MAC 4.1**	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator dispõe de oito Centrais Fotovoltaicas em regime de autoconsumo, que contribuem para a redução de emissões de gases com efeito de estufa de âmbito 2 e também para a dependência do mercado de eletricidade.
4.8 Produção de eletricidade a partir de bioenergia	**MAC 4.8**	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator detém duas Centrais Termoelétricas a Biomassa, que utilizam biomassa residual florestal certificada pela norma SBP para a produção de eletricidade.
4.20 Cogeração de calor/ frio e de eletricidade a partir de bioenergia	**MAC 4.20**	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator detém seis Centrais de Cogeração Renovável de Elevada Eficiência, que utilizam subprodutos biomássicos decorrentes da produção de pasta, nomeadamente licor negro e casca de eucalipto. Em 2025, foi incorporada uma nova Caldeira de Recuperação na Cogeração Renovável de Setúbal, e uma nova Cogeração Renovável, associada a produção de papel, na Figueira da Foz. É ainda adquirida biomassa residual florestal, estando esta certificada pela norma SBP.
4.24 Produção de calor /frio a partir de bioenergia	**MAC 4.24**	Outros negócios (ETSA)	A ETSA detém equipamentos (caldeiras) para a produção de calor, onde se registaram investimentos e/ ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da
4.30 Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos	**MAC 4.30**	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator opera duas Centrais de Cogeração de Ciclo Combinado a Gás Natural.
5.1 Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	**MAC 5.1**	Pasta e Papel (Navigator)	A água utilizada nos processos produtivos é captada e tratada por sistemas próprios da Navigator nos complexos industriais de Aveiro, Figueira da Foz e Setúbal.
5.3 Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	**MAC 5.3**	Pasta e Papel (Navigator) e Outros negócios (ETSA)	A Navigator dispõe de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais (ETAR) em todas as suas unidades fabris em Portugal. Algumas empresas da ETSA exploram este tipo de instalações.
5.5 Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem	**MAC 5.5.**	Outros negócios (Triangle's)	A Triangle's possui sistemas para recolha e acondicionamento de resíduos não perigosos, tendo sido registados, durante o ano de 2025, investimentos e *turnover* enquadráveis na taxonomia da UE. O valor de *turnover* é relativo à venda de sucata de alumínio.
6.5 Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	**MAC 6.5**	Outros negócios (Triangle's)	A Triangle's efetuou investimentos associados à sua frota móvel, enquadráveis na taxonomia da UE.

Atividades	Código *	Segmento da	Descrição
6.6 Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	**MAC 6.6**	Outros negócios (ETSA)	A ETSA possui uma frota rodoviária de mercadorias, onde se registaram investimentos e/ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da UE.
7.3 Instalação,manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	**MAC 7.3**	Outros negócios (ETSA e Triangle's)	A ETSA efetuou intervenções em caldeiras e equipamentos elétricos de nova geração com objetivo de melhoria de eficiência energética. A Triangle's efetuou investimentos associados à instalação e manutenção de equipamentos dotados de eficiência energética.
7.5 Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	**MAC 7.5**	Outros negócios (ETSA e Triangle's)	A ETSA realizou investimentos em manutenção de instrumentos. A Triangle's efetuou investimentos associados à instalação de dispositivos de medição e monitorização do desempenho energético dos edifícios.
7.6 Instalação,manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	**MAC 7.6**	Outros negócios (Triangle's)	A Triangle's efetuou investimentos associados à produção de energia solar.
9.2 Atividades de investigação e inovação próximas do mercado	**AAC 9.2**	Pasta e Papel (Navigator)	Através do instituto RAIZ, a Navigator desenvolve atividades de investigação, incluindo a investigação aplicada, e desenvolvimento experimental de soluções, processos, tecnologias e outros produtos vocacionados para a adaptação às alterações climáticas. Dentro destas atividades, destaca-se o programa de melhoramento genético de eucalipto.
3.2 Renovação de edifícios existentes	**EC 3.2**	Outros negócios (Triangle's e Imedexa)	A Triangle's efetuou investimentos associados à construção e obras para renovação de edifícios. A Imedexa investiu na renovação de uma das fachadas das instalações de Casar de Cáceres, que consistiu na instalação de painéis translúcidos que permitem uma maior entrada de luz natural, com consequente poupança no consumo de eletricidade.
1.1 Conservação, incluindo restauro, de *habitats*, ecossistemas e espécies	**BIO 1.1**	Pasta e Papel (Navigator)	Esta atividade contribui para restabelecer ou restaurar ecossistemas, habitats ou habitats de espécies em boas condições.

Nota: MAC (Mitigação das alterações climáticas); AAC (Adaptação às alterações climáticas); EC (Economia Circular); BIO (Biodiversidade)
Atividade incluída no Ato Delegado Complementar (Regulamento 2022/1214)

Atualmente apenas um conjunto de atividades económicas se encontra prevista nos Atos Delegados (indústrias na energia verde e/ou setores considerados *enabling* ou em transição) razão pela qual uma parte relevante das atividades do Grupo não pode ser considerada elegível para com o regulamento. Desta forma, foram excluídas das atividades elegíveis, por não fazerem parte dos referidos anexos I e II as seguintes atividades:

– As atividades de produção de pasta e papel da Navigator (segmento Pasta e Papel);

– As atividades de produção e venda de cimento branco, betão pronto, agregados, argamassas, pré- fabricados de betão e cal hidráulica da Secil (segmento Cimento); e

– As atividades de recolha e valorização de subprodutos de origem animal e de óleos alimentares usados da ETSA (segmento Outros Negócios).

ANÁLISE DE ALINHAMENTO

A avaliação do alinhamento com a Taxonomia foi realizada pelas diferentes subsidiárias da Semapa com base na melhor interpretação do Regulamento da Taxonomia e dos atos delegados, bem como nas orientações disponíveis da Comissão Europeia.

CONTRIBUIÇÃO SUBSTANCIAL (CS) E "NÃO PREJUDICAR SIGNIFICATIVAMENTE" (NPS)

Cada Participada avaliou os critérios CS e NPS para determinar a percentagem de alinhamento das suas atividades económicas, bem como a satisfação dos critérios técnicos de avaliação. A análise detalhada do alinhamento para com os critérios CS e NPS da Navigator, da Secil e da Triangle's poderá ser encontrada nos relatos de taxonomia publicados por cada empresa. Destacamos que, durante os próximos anos, o Grupo Semapa e respetivas Participadas irão continuar a trabalhar no sentido de melhorar o alinhamento das suas atividades com o regulamento.

SALVAGUARDAS MÍNIMAS

O cumprimento das Salvaguardas Mínimas é um dos critérios essenciais para se considerar que uma determinada atividade elegível está alinhada com a Taxonomia. O artigo 18.º do Regulamento da Taxonomia estabelece requisitos específicos para as Salvaguardas Mínimas, que remetem para o alinhamento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Como forma de orientar as empresas na implementação do artigo 18.º do Regulamento da Taxonomia, a Plataforma de Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia publicou, em outubro de 2022, o Relatório Final sobre Salvaguardas Mínimas, onde são identificadas as quatro áreas que as empresas devem abordar para garantir o cumprimento das Salvaguardas Mínimas: Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa. Este Relatório, vem indicado pela Comissão Europeia, na sua Comunicação sobre a interpretação das Salvaguardas Mínimas, de junho de 2023, como uma boa prática a observar.

Neste sentido, o respeito pelos Direitos Humanos, incluindo os direitos laborais, a observância de práticas anticorrupção, o respeito das regras da concorrência e de uma política fiscal adequada, constituem, nos termos previstos nas respetivas políticas, princípios estruturantes da atividade do Grupo Semapa, no âmbito de uma conduta empresarial responsável. O Grupo está comprometido em assegurar que as suas atividades são desenvolvidas de acordo com elevados padrões éticos, prosseguindo um desenvolvimento sustentável, e com a observância da legislação e regulamentação que seja aplicável.

Tendo em vista orientar o comportamento dos colaboradores (incluindo órgãos sociais, membros de comissões, representantes, prestadores de serviços e trabalhadores), a Semapa aprovou um conjunto de códigos e políticas, com destaque para o **Código de Ética e de Conduta**, em vigor desde 2002, constituindo um guia para a atuação dos colaboradores e para o seu relacionamento com as partes interessadas. Estabelece que os colaboradores devem pautar-se pelo respeito dos interesses dessas entidades, com transparência e com elevado nível ético, não tolerando violações dos direitos humanos, recusando qualquer tipo de assédio, discriminação, coerção, abuso, violência ou exploração, garantindo um tratamento igualitário e não discriminatório, recusando ainda a participação direta ou indireta em qualquer forma de corrupção, fraude, branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, suborno ou extorsão, e prevendo compromissos de concorrência justa.

A Semapa tem ainda disponível, no seu *website*, o **Canal de Comunicação de Irregularidades**, gerido por uma entidade externa e independente. Este é o canal privilegiado para comunicar qualquer alegada irregularidade ocorrida no seio da empresa, por garantir, em especial, o anonimato dos autores da comunicação, a confidencialidade do processo e a segurança da informação. Complementarmente, a Semapa tem um **Regulamento de Comunicação de Irregularidades,** que enquadra e regulamenta a comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas.

No âmbito do reforço dos compromissos assumidos em matéria de conduta empresarial responsável, a Semapa promove ainda a realização de formações para os seus colaboradores, no âmbito da **Política de Direitos Humanos**, do **Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas**, da **Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo**, do **Código de Ética e de Conduta**, e demais políticas e regulamentos complementares.

DIREITOS HUMANOS

Vigora na Semapa, desde 2023, uma Política de Direitos Humanos, cujos compromissos foram estabelecidos em conformidade com as principais diretrizes internacionais, comprometendo-se a empresa designadamente, a não recorrer ao trabalho infantil, ao trabalho forçado ou coercivo, a respeitar a liberdade de associação dos trabalhadores e o direito à negociação coletiva, a promover a dignidade e o respeito pelo ser humano no contexto laboral, não permitindo atuações discriminatórias em relação aos seus trabalhadores, a impedir todas as formas de assédio, abuso e violência no ambiente de trabalho, a proporcionar o acesso a um emprego digno, garantindo aos seus trabalhadores um ambiente de trabalho seguro e saudável e a respeitar os direitos humanos junto de todas as comunidades locais nas quais a sua atividade esteja inserida.

A Semapa aborda igualmente os Direitos Humanos no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, aprovado em 2017 e aplicável a todos os trabalhadores da Semapa e às entidades que integram o Grupo (salvo se tiverem um Código específico sobre esta matéria), que proíbe o assédio no local de trabalho e estabelece as obrigações neste âmbito, bem como o procedimento a seguir em caso de práticas de assédio, e as consequências do incumprimento.

A empresa encontra-se a trabalhar no desenvolvimento de um processo de Devida Diligência de Direitos Humanos da sua cadeia de valor.

CORRUPÇÃO

No que diz respeito ao combate e à prevenção da corrupção, a Semapa aborda o tema no seu Código de Ética e de Conduta e, em dezembro de 2025, adotou, voluntariamente, o Regime Geral de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, tendo aprovado os seguintes instrumentos:

– Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;

– **Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas** (que substitui a Política de Prevenção da Corrupção);

– Manual de Procedimentos e Mecanismos de Controlo de Riscos de Corrupção.

Em conjunto com a **Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo** e o **Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas**, estes documentos definem a posição da empresa nesta área.

TRIBUTAÇÃO

A atividade desenvolvida pelas empresas que integram o Grupo Semapa, tornam-no um importante contribuinte para as receitas do Estado e, desta forma, para o cumprimento dos objetivos sociais e para o desenvolvimento sustentável e económico do país.

A **Política Fiscal** do Grupo Semapa visa assegurar o cumprimento integral das obrigações fiscais das empresas que integram o Grupo, em todas as jurisdições nas quais desenvolvem a sua atividade, sempre no sentido de respeitar o espírito e letra da legislação aplicável. A política está alinhada com os princípios subjacentes à estratégia empresarial de desenvolvimento do Grupo, pelo que é definida de acordo com a substância económica da sua atividade.

O Grupo Semapa desenvolve ainda uma abordagem organizada aos seus riscos fiscais, nomeadamente no que à sua identificação, gestão e monitorização diz respeito, interligando com a direção responsável pela identificação de riscos gerais da empresa e sua monitorização regular com a direção de fiscalidade.

CONCORRÊNCIA JUSTA

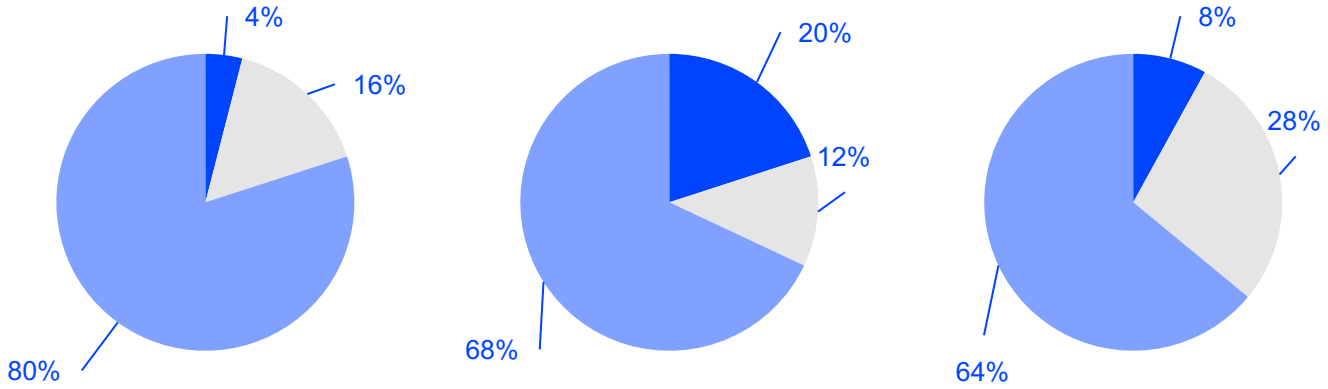
De acordo com o Código de Ética e de Conduta, os colaboradores da Semapa devem agir em conformidade com a legislação relativa à concorrência, de acordo com regras e critérios de mercado que sejam aplicáveis e com respeito por uma concorrência leal.

A Semapa não teve conhecimento de quaisquer casos de violações no Grupo, nem identificou, no ano de 2025 e no decorrer das suas atividades elegíveis para a taxonomia, qualquer condenação relevante em Direitos Humanos, Corrupção, Tributação ou Concorrência Justa.

De referir ainda que a análise das Salvaguardas Mínimas relativamente às subsidiárias **Navigator**, **Secil** e **Triangle's**, poderá ser consultada nos respetivos relatos de informação de taxonomia.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÃO DE INDICADORES

De seguida apresentam-se os indicadores-chave de desempenho (KPI) associados ao Regulamento da Taxonomia (Artigo 8.º) : a proporção do volume de negócios (KPI de Volume de Negócios), a proporção das despesas de capital (KPI de CapEx) e a proporção das despesas operacionais (KPI de OpEx). Para cada um destes indicadores são indicadas as percentagens resultantes de atividades que são elegíveis e alinhadas, elegíveis e não alinhadas, e não elegíveis:



2 865[7]

Turnover
Milhões de Euros

529[8]

CapEx
Milhões de Euros

164[8]

OpEx Taxonómico
Milhões de Euros

Elegível e alinhado Elegível e não alinhado Não elegível

Tal como definido pela Taxonomia, os valores reportados foram calculados de acordo com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Semapa, as quais foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas pela União Europeia.

A Taxonomia Europeia exige que as empresas divulguem a forma como evitaram a duplicação na consideração das atividades económicas elegíveis (numerador), ou seja, na determinação do volume de negócios, despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx). O Grupo Semapa apurou as despesas elegíveis tendo por base a sua contabilidade financeira e analítica e garantiu que os elementos de custo foram considerados uma única vez no cálculo dos indicadores.

[7] Este valor inclui o volume de negócios da Secil, que em 2025 atingiu 751,3 milhões de euros. Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compra e venda de ações entre a Semapa e a Cementos Molins, referente à alienação da totalidade do capital social da Secil e, nos termos previstos na IFRS 5, a totalidade dos ativos e passivos da Secil, encontram-se apresentados na demonstração da posição financeira consolidada em rubricas autónomas de ativos e passivos detidos para venda. O resultado líquido da sua performance financeira relativa ao ano de 2025 encontra-se apresentado separadamente na demonstração dos resultados consolidados como resultado líquido de operações descontinuadas, sendo que, para este efeito e conforme preconizado na IFRS 5, a informação financeira relativa ao exercício de 2024 foi reapresentada, de forma a assegurar a comparabilidade da informação financeira apresentada. Para efeitos de reporte da Taxonomia, foram consideradas todas as atividades de 2025.

[8] Os valores de CapEx e OpEx Taxonómico apresentados incluem a Secil, que em 2025 atingiram 100,7 milhões de euros e 76,5 milhões de euros, respetivamente.

VOLUME DE NEGÓCIOS

Exercício financeiro Atividades económicas (1)	Código (2)	2025 Volume de negócios (3)	Proporção do
		Euros	
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA A TAXONOMIA			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela Taxonomia)			
Produção de cimento	MAC 3.7	18 081 725	
Produção de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.8	15 962 600	
Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.20	78 310 913	
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela Taxonomia) (A.1)		**112 355 238**	
Das quais, capacitantes		0	
Das quais, de transição		18 081 725	
A.2. Atividades elegíveis para a Taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas p			
Produção de Cimento	MAC 3.7	445 246 409	1
Fabrico de componentes automóveis e de mobilidade	MAC 3.18	17 976 595	
Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos	MAC 4.30	4 272 801	
Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem	MAC 5.5	237 621	
Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela Taxonomia) (A.2)		**467 733 426**	1
A. Volume de negócios das atividades elegíveis para a Taxonomia (A.1+A.2)		**580 088 663**	2
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA A TAXONOMIA			
Volume de negócios das atividades não elegíveis para a Taxonomia (B)		**2 285 111 188**	8
Total (A + B)		**2 865 199 851**	1

Legenda A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela Taxonomia) – Critérios de contributo substa
S – Sim, atividade elegível para a Taxonomia e alinhada com a Taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
N – Não, atividade elegível para a Taxonomia, mas não alinhada com a Taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em caus
N/EL – Não elegível, atividade não elegível para a Taxonomia para o objetivo ambiental em causa.
Legenda A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinh
EL – Atividade elegível para taxonomia para o objetivo em causa;
N/EL – Atividade não elegível para a Taxonomia para o objetivo em causa.

volume de negócios, ano N (4)	Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)						Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do volume de negócios alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)				
%	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N;	S; N;	S; N	S; N	S; N	S; N	S; N	%	C	T
1%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%		T
1%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1%		
3%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	3%		
4%	**4%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**	**S**	**S**	**S**	**S**	**S**	**S**	**S**	**4%**		
0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
1%	1%						S	S	S	S	S	S	S	0%		T
pela Taxonomia) (g)																
16%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								15%		
1%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1%		
0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
16%	**16%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**								**16%**		
20%	**20%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**								**20%**		

30%

00%

ancial:

sa;

nadas pela taxonomia) – Critérios de contributo substancial:

O volume de negócios foi apurado tendo por base a Norma Internacional de Relato Financeiro IFR
normais do Grupo Semapa. O total do volume de negócios (denominador do cálculo do rácio de a
Consolidadas (Nota 2.1 Rédito e relato por segmentos do anexo às Demonstrações Financeiras
milhões de euros. Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compr
capital social da Secil e, nos termos previstos na IFRS 5, a totalidade dos ativos e passivos da Se
autónomas de ativos e passivos detidos para venda. O resultado líquido da sua *performance* finar
resultados consolidados como resultado líquido de operações descontinuadas. Para efeitos de rep

Da análise efetuada, concluiu-se que as atividades 4.8 (Produção de eletricidade a partir de bio
alinhadas com a Taxonomia.

A atividade 3.7 (Produção de cimento) relativa a dois produtos de clínquer produzidos nas oper
carbónica é inferior a 469 kg CO_2 por tonelada de cimento. O restante volume de negócios da a
Secil a trabalhar para implementar projetos que tornem a produção de cimento menos intensiva

No que respeita à atividade 4.30 (Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a
(Regulamento Delegado 2022/1214), até à data, devido aos critérios aplicáveis à sua classifica
kWh), a mesma foi considerada não alinhada com a Taxonomia.

A atividade 3.18 (Fabrico de componentes automóveis e de mobilidade), desenvolvida pela Tria
desenvolver ações para responder aos critérios técnicos da Taxonomia.

RS 15, ou seja, considerando as vendas e prestações de serviços no âmbito das atividades
tividades elegíveis) corresponde, assim, ao rédito reportado nas Demonstrações Financeiras
Consolidadas). Este valor inclui o volume de negócios da Secil, que, em 2025, atingiu 751,3
a e venda de ações entre a Semapa e a Cementos Molins, referente à alienação da totalidade do
cil, encontra-se apresentada na demonstração da posição financeira consolidada em rubricas
nceira relativa ao ano de 2025 encontra-se apresentado separadamente na demonstração dos
porte da Taxonomia, foram consideradas todas as atividades de 2025.

oenergia) e 4.20 (Cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia) estão

rações da Secil Brasil encontra-se alinhada com a Taxonomia, uma vez que a sua intensidade
atividade 3.7 (Produção de cimento) não se encontra alinhada com a Taxonomia, estando a
a a nível de emissões de GEE.

partir de combustíveis fósseis gasosos), incluída no ato delegado complementar
ção como atividade de transição, nomeadamente ao nível das emissões máximas (gCO_2/

angle's, ainda não se encontra alinhada com a Taxonomia Ambiental. A Triangle's continuará a

CAPEX

Exercício financeiro		2025
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	CapeEx (3)
		Euros
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA A TAXONOMIA		
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela Taxonomia)		
Produção de cimento	MAC 3.7	31 756 693
Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	MAC 4.1	3 285 993
Produção de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.8	5 032 303
Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.20	63 406 701
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.1	575 370
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	MAC 5.3	1 045 892
Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado	AAC 9.2	10 337
Conservação, incluindo restauro, de habitats, ecossistemas e espécies	BIO 1.1	97 158
CapEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela Taxonomia) (A.1)		**105 210 447**
Das quais, capacitantes		10 337
Das quais, de transição		31 756 693
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pel		
Gestão Florestal	MAC 1.3	2 240 058
Produção de Cimento	MAC 3.7	46 302 346
Fabrico de componentes automóveis e de mobilidade	MAC 3.18	7 547 032
Produção de calor / frio a partir de bioenergia	MAC 4.24	1 348 179
Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos	MAC 4.30	3 484 888
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de agua	MAC 5.1	279 679
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	MAC 5.3	346 562
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5	0
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	MAC 6.6	885 148
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	173 474
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	MAC 7.4	0
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	MAC 7.5	26 988
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6	22 800
Renovação de edifícios existentes	EC 3.2	2 227 077
CapEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela Taxonomia) (A.2)		**64 884 230**

		Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
	Proporção do CapEx, ano 2024 (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações	Adaptação às alterações	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do CapEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2024	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
s	%	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N;	S; N;	S; N	S; N	S; N	S; N	S; N	%	C	T
	6%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%		T
	1%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%		
	1%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1%		
	12%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	13%		
	0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%		
	0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1%		
	0%	N/EL	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
	0%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0%		
	20%	**20%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**	**S**	**S**	**S**	**S**	**S**	**S**	**S**	**15%**		
	0%	6%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
	6%	0%						S	S	S	S	S	S	S	0%		T
a Taxonomia) (g)																	
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1%		
	9%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								12%		
	1%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	1%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1%		
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0,004%		
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	0%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	0%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL								0%		
	12%	**12%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**								**15%**		

Exercício financeiro		2025
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	CapeEx (3)
		Euros
A. CapEx das atividades elegíveis para a Taxonomia (A.1+A.2)		**170 094 677**
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA A TAXONOMIA		
CapEx das atividades não elegíveis para a Taxonomia (B)		**358 858 618**
Total (A + B)		**528 953 294**

Legenda A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela Taxonomia) – Critérios de contributo substa
S – Sim, atividade elegível para a Taxonomia e alinhada com a Taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
N – Não, atividade elegível para a Taxonomia, mas não alinhada com a Taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em caus
N/EL – Não elegível, atividade não elegível para a Taxonomia para o objetivo ambiental em causa.
Legenda A.2. Legenda A.2. Atividades elegíveis para a Taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (ati
EL – Atividade elegível para a Taxonomia para o objetivo em causa;
N/EL– Atividade não elegível para a Taxonomia para o objetivo em causa.

O valor apresentado como total de CapEx no denominador do cálculo do rácio de atividades el
(excluindo licenças de CO_2) e ativos sob direito de uso realizadas em 2025, divulgadas nas No
incluindo a Secil. Também foram consideradas as aquisições de ativos intangíveis, ativos fixos

Os valores de CapEx classificados como elegíveis, quer sejam considerados alinhados ou não
associados às respetivas atividades, designadamente:

– Pasta e Papel: Investimentos de suporte à atividade de gestão florestal, designadamente a a
biomassa; investimentos associados às centrais de cogeração a biomassa, onde se inclui os
vapor em Aveiro e Setúbal; investimentos associados ao tratamento de efluentes dos comple
investimentos associados a projetos de I&D no âmbito do programa de melhoramento genéti
espécies relativos ao Projeto Zambujo reCover.

– Cimento: Investimentos no âmbito do projeto ProFuture Maceira, que tem como objetivo elim
significativamente as emissões de GEE; e do Projeto "Central Solar" no Líbano, que consistiu
capacidade de produção de energia renovável nas operações e reduzir as emissões de CO_2.

– Outros negócios: Investimentos em equipamentos (caldeiras) para a produção de calor, inves
investimentos em equipamentos de eficiência energética e em renovação de edifícios existen

	Proporção do CapEx, ano 2024 (4)	Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)							Proporção do CapEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2024	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
		Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações	Adaptação às alterações	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)			
s	%	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N;	S; N;	S; N	S; N	S; N	S; N	S; N	%	C	T
	32%	**32%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**								**30%**		
	68%																
	100%																

ancial:

sa;

vidades não alinhadas pela Taxonomia) – Critérios de contributo substancial:

egíveis corresponde ao somatório das aquisições de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis tas 3.2, 3.3 e 3.5 do anexo às das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Semapa, tangíveis, e ativos sob direito de uso associadas a concentrações empresariais.

alinhados com a Taxonomia, correspondem aos investimentos em ativos ou processos

quisição de terrenos florestais; investimentos associados às centrais termoelétricas a investimentos associados à nova caldeira de recuperação de Setúbal, e às novas turbinas de exos industriais, onde se inclui o investimento realizado na ETAR n.º 2 de Setúbal; co; e investimentos associados a conservação, incluindo restauro, de *habitats*, ecossistemas e

inar o uso de combustíveis fósseis e aumentar a eficiência energética, reduzindo u na instalação de uma central solar fotovoltaica de 10 MW, com o objetivo de aumentar a

stimentos em sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais, investimentos em frota, ntes.

OPEX

Exercício financeiro Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	2025 OpEx (3)	Proporção do OpEx, ano 2024 (4)	Mitigação das alterações
		Euros	%	S; N N/E (b) (c)
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA A TAXONOMIA				
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela Taxonomia)				
Produção de cimento	MAC 3.7	1 594 372	1%	S
Produção de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.8	3 459 650	2%	S
Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.20	3 443 711	2%	S
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e	MAC 5.1	969 373	1%	S
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de	MAC 5.3	2 104 229	1%	S
Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado	AAC 9.2	3 754 638	2%	N/E
Conservação, incluindo restauro, de habitats, ecossistemas e espécies	BIO 1.1	0	0%	N/E
OpEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela Taxonomia) (A.1)		**15 325 972**	**9%**	7%
Das quais, capacitantes		3 754 638	2%	2%
Das quais, de transição		1 594 372	1%	1%
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pel				
Gestão Florestal	MAC 1.3	3 364 613	2%	EL
Produção de Cimento	MAC 3.7	38 703 029	24%	EL
Fabrico de componentes automóveis e de mobilidade	MAC 3.18	1 749 373	1%	EL
Produção de calor / frio a partir de bioenergia	MAC 4.24	2 520	0%	EL
Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis	MAC 4.30	257 821	0%	EL
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e	MAC 5.1	293 985	0%	EL
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de	MAC 5.3	226 235	0%	EL
Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem	MAC 5.5	79 379	0%	EL
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais	MAC 6.5	55 537	0%	EL
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	MAC 6.6	809 178	0%	EL
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência	MAC 7.3	50 871	0%	EL
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	MAC 7.5	600	**0%**	**EL**
OpEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela Taxonomia) (A.2)		**45 593 141**	**28%**	**28%**
A. OpEx das atividades elegíveis para a Taxonomia (A.1+A.2)		**60 919 113**	**37%**	**35%**

Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)								
climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do OpEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2024	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
N; L e	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N	S; N;	S; N;	S; N;	S; N;	S; N;	S; N;	%	C	T
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%		T
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	2%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1%		
L	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	2%	C	
L	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0%		
%	2%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	7%		
%	2%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	2%	C	
%						S	S	S	S	S	S	S	0%		T
a Taxonomia) (g)															
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								2%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								31%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
L	**N/EL**	**N/EL**	**N/EL**	**N/EL**	**N/EL**								**0%**		
%	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**								**34%**		
%	**2%**	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**								**42%**		

Exercício financeiro		2025		
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	OpEx (3)	Proporção do OpEx, ano 2024 (4)	Mitigação das alterações
		Euros	%	S; N N/E (b) (c)
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA A TAXONOMIA				
OpEx das atividades não elegíveis para a Taxonomia (B)		**103 369 188**	**63%**	
Total (A + B)		**164 288 301**	**100%**	

Legenda A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela Taxonomia) – Critérios de contributo substanc
S – Sim, atividade elegível para taxonomia e alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
N – Não, atividade elegível para a Taxonomia, mas não alinhada com a Taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
N/EL – Não elegível, atividade não elegível para a Taxonomia para o objetivo ambiental em causa.
Legenda A.2. Atividades elegíveis para a Taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não al
EL – Atividade elegível para taxonomia para o objetivo em causa;
N/EL – Atividade não elegível para a Taxonomia para o objetivo em causa.

O total de OpEx apresentado no denominador do cálculo do rácio de atividades elegíveis corre
Consolidadas de 31 de dezembro de 2025, incluindo a Secil:

– Gastos com Investigação e Desenvolvimento não capitalizados;
– Gastos com limpezas industriais;
– Gastos com manutenção e reparação incluídos na Nota 2.3 do anexo das Demonstrações Fi
– Gastos com trabalhos especializados diretamente relacionados com manutenções e reparaç
– Gastos com pessoal associados a manutenção e reparação;
– Gastos com locações de curto prazo (*short term leases*) não capitalizados; e
– Outros gastos diretamente ligados à manutenção de ativos tangíveis.

Os valores de OpEx apresentados no quadro anterior (numerador do cálculo do rácio de atividad
(alinhadas ou não alinhadas com a taxonomia). Estes valores incluem OpEx tal como:

– Pasta e Papel: Custos com investigação e desenvolvimento não capitalizados; gastos com li
diretamente relacionados com manutenções e reparações; gastos com pessoal associados a
capitalizados; outros gastos diretamente ligados à manutenção de ativos fixos tangíveis.

– Cimento: Custos do Centro de Inovação e Desenvolvimento (CIND) da Secil, no qual se dese
cimento e processos industriais inovadores para a sua produção, com vista ao desenvolvime
sustentáveis, no intuito de reduzir o teor de carbono incorporado das soluções da Secil;

– Outros negócios: Gastos associados à atividade de fabrico de quadros em alumínio para bici
sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais, gastos em sistemas de recolha e tra
e gastos com equipamentos de eficiência energética.

Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do OpEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2024	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
N; L e	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N	S; N;	S; N;	S; N;	S; N;	S; N;	S; N;	%	C	T

ial:

inhadas pela taxonomia) – Critérios de contributo substancial:

sponde aos seguintes gastos determinados com base nas Demonstrações Financeiras

nanceiras Consolidadas;
ões. A análise destes custos foi efetuada rubrica a rubrica;

ades elegíveis) correspondem ao OpEx afeto às atividades classificadas como elegíveis

mpezas industriais; gastos com manutenção e reparação; gastos com trabalhos especializados
a manutenção e reparação; custos com locações de curto prazo (*short term leases*) não

envolvem atividades de investigação e desenvolvimento de novos produtos e aplicações de
nto e adoção de novas tecnologias na área de processos de produção e produtos

cletas, gastos em equipamentos (caldeiras) para a produção de calor, gastos associados a
ansporte de resíduos não perigosos, gastos associados à frota de transporte de mercadorias,

MODELOS NORMALIZADOS DE APLICAÇÃO ATO DELEGADO COMPLEMENTAR (ATIVIDADES RELACIONADAS COM A ENERGIA NUCLEAR E O GÁS FÓSSIL)

Segundo o Regulamento da Taxonomia, Artigo 8.º do Ato Delegado, é necessário a divulgação de modelos padronizados no que toca a atividades ligadas à energia nuclear e ao gás fóssil. Após análise, a Semapa concluiu que apenas a Navigator apresenta atividades relacionadas com o gás fóssil.

MODELO 1: ATIVIDADES RELACIONADAS COM A ENERGIA NUCLEAR E O GÁS FÓSSIL

Linha	Atividades Relacionadas com a energia nuclear	
1.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento,demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	NÃO
2.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	NÃO
3.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	NÃO

Linha	Atividades Relacionadas com o gás fóssil	
1.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos	NÃO
2.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	SIM
3.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	NÃO

MODELO 2: ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (DENOMINADOR) – VOLUME DE NEGÓCIOS

Montante e proporção do Volume de Negócios							
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
Linha	Atividades Económicas	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do Volume de Negócios**	**112 355 238€**	**4%**	**112 355 238€**	**4%**	**0 €**	**0%**
8.	**Volume de Negócios Total**	**112 355 238€**	**4%**	**112 355 238€**	**4%**	**0 €**	**0%**

MODELO 2: ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (DENOMINADOR) – CAPEX

Montante e proporção do Capex		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
Linha	Atividades Económicas	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do CapEx**	**105 113 288€**	**20%**	**105 102 951€**	**20%**	**10 337€**	**0%**
8.	**CapEx Total**	**105 113 288€**	**20%**	**105 102 951€**	**20%**	**10 337€**	**0%**

MODELO 2: ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (DENOMINADOR) – OPEX

Montante e proporção do OpEx							
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
Linha	Atividades Económicas	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do OpEx**	**15 325 972€**	**9%**	**11 571 335€**	**7%**	**3 754 638€**	**2%**
8.	**OpEx Total**	**15 325 972€**	**9%**	**11 571 335€**	**7%**	**3 754 638€**	**2%**

MODELO 3: ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (NUMERADOR) – VOLUME DE NEGÓCIOS

Montante e proporção do Volume de Negócios							
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
Linha	Atividades Económicas	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 Negócios**	**112 355 238€**	**100%**	**112 355 238€**	**100%**	**0 €**	**0%**
8.	**Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador do Volume de Negócios**	**112 355 238€**	**100%**	**112 355 238€**	**100%**	**0 €**	**0%**

MODELO 3: ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (NUMERADOR) – CAPEX

Montante e proporção do CapEx		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
Linha	Atividades Económicas	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 Negócios**	**105 113 288€**	**100%**	**105 102 951€**	**100%**	**10 337€**	**0%**
8.	**Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador do Volume de Negócios**	**105 113 288€**	**100%**	**105 102 951€**	**100%**	**10 337€**	**0%**

MODELO 3: ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (NUMERADOR) – OPEX

Montante e proporção do OpEx		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
Linha	Atividades Económicas	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do OpEx**	**15 325 972€**	**100%**	**11 571 335€**	**76%**	**3 754 638€**	**24%**
8.	**Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador do OpEx**	**15 325 972€**	**100%**	**11 571 335€**	**76%**	**3 754 638€**	**24%**

MODELO 4: ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA MAS NÃO ALINHADAS PELA TAXONOMIA – VOLUME DE NEGÓCIOS

Montante e proporção do Volume de Negócios							
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
Linha	Atividades económicas	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	4 272 801€	1%	4 272 801€	1%	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do Volume de Negócios**	**463 460 625€**	**99%**	**463 460 625€**	**99%**	**0 €**	**0%**
8.	**Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do Volume de Negócios**	**467 733 426€**	**100%**	**467 733 426€**	**100%**	**0 €**	**0%**

MODELO 4: ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA MAS NÃO ALINHADAS PELA TAXONOMIA – CAPEX

Montante e proporção do CapEx							
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
Linha	Atividades económicas	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica elegível parataxonomia mas não alinhadapela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	3 484 888€	6%	3 484 888€	6%	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do CapEx**	**59 172 265€**	**94%**	**59 172 265€**	**94%**	**0 €**	**0%**
8.	**Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do CapEx**	**62 657 153€**	**100%**	**62 657 153€**	**100%**	**0 €**	**0%**

MODELO 4: ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA MAS NÃO ALINHADAS PELA TAXONOMIA – OPEX

Montante e proporção do OpEx							
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
Linha	Atividades económicas	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica elegível para atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica elegível para atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica elegível para atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica elegível para atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica elegível para atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	257 821€	1%	257 821€	1%	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica elegível para atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do OpEx**	**45 335 320€**	**99%**	**45 335 320€**	**99%**	**0 €**	**0%**
8.	**Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do OpEx**	**45 593 141€**	**100%**	**45 593 141€**	**100%**	**0 €**	**0%**

MODELO 5: ATIVIDADES ECONÓMICAS NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA – VOLUME DE NEGÓCIOS

Linha	Atividades económicas	Montante	Percentagem
1.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 1 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 2 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 3 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 4 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 5 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 6 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do Volume de Negócios**	**2 285 111 188€**	**80%**
8.	**Montante e proporção total de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia no denominador do Volume de Negócios**	**2 285 111 188€**	**80%**

MODELO 5: ATIVIDADES ECONÓMICAS NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA – CAPEX

Linha	Atividades económicas	Montante	Percentagem
1.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 1 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 2 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 3 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%
4.	ontante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 4 domodelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 5 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 6 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do CapEx**	**358 858 618€**	**68%**
8.	**Montante e proporção total de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia no denominador do CapEx**	**358 858 618€**	**68%**

MODELO 5: ATIVIDADES ECONÓMICAS NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA – OPEX

Linha	Atividades económicas	Montante	Percentagem
1.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 1 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 2 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 3 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 4 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 5 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 6 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	0 €	0%
7.	**Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do OpEx**	**103 369 188€**	**63%**
8.	**Montante e proporção total de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia no denominador do OpEx**	**103 369 188€**	**63%**

PRÓXIMOS PASSOS NA APLICAÇÃO DA TAXONOMIA

Durante 2026, e no âmbito da estratégia da Semapa e dos seus objetivos de sustentabilidade, o Grupo continuará a desenvolver ações para responder à taxonomia e aplicação dos respetivos Atos Delegados. Continuará a acompanhar as atualizações por parte da Comissão Europeia ao regulamento da taxonomia decorrentes do pacote legislativo Omnibus e irá monitorizar outras propostas de simplificação por parte da Plataforma das Finanças Sustentáveis. Adicionalmente irá trabalhar no desenvolvimento progressivo do processo de Devida Diligência sobre os Direitos Humanos e robustecer as práticas aplicáveis.

4.1.2.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – E1

ESTRATÉGIA

IMPACTOS MATERIAIS, RISCOS E OPORTUNIDADES E RESPETIVA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E MODELO EMPRESARIAL (SBM-3)

O Grupo Semapa reconhece a relevância dos desafios climáticos e o impacto que as suas Participadas podem ter no meio ambiente e nas comunidades. A transição para uma economia de baixo carbono e a necessidade de adaptação às alterações climáticas exigem uma abordagem estratégica, que integre medidas de mitigação e adaptação.

No âmbito da análise de dupla materialidade, a Semapa e as suas Participadas identificaram impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com as alterações climáticas. Estes incluem tanto riscos físicos, associados a fenómenos climáticos extremos, como riscos de transição, resultantes da evolução da regulamentação e das mudanças no mercado. Adicionalmente, foram identificadas oportunidades estratégicas para acelerar a inovação e a competitividade no contexto da transição climática.

A tabela abaixo apresenta os IRO do Grupo Semapa no contexto das alterações climáticas, detalhando os respetivos horizontes temporais, localização na cadeia de valor e subtemas associados. Foram identificados como materiais dois impactos positivos, seis impactos negativos, seis riscos e duas oportunidades.

Descritivo [ESRS2.48a]	Materialidade por Empresa	Impacto, Risco ou Oportunidade [ESRS2.48a; E1.18]	Horizonte temporal [ESRS2.48cili]	Localização na cadeia de valor [ESRS2.48a]	Subtema ou sub-subtema relacionado [ESRS2.48h]
Desenvolver iniciativas junto dos nossos stakeholders para a adaptação às alterações climáticas	Navigator, Secil, Triangle's	Impacto positivo	-	Jusante	Adaptação às alterações climáticas
Emissão de gases com efeito de estufa (âmbito 3)	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa	Impacto negativo	-	Jusante	Mitigação das alterações climáticas
Emissão de gases com efeito de estufa (âmbito 3)	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa	Impacto negativo	-	Montante	Mitigação das alterações climáticas
Emissão de gases com efeito de estufa (âmbito 2)	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa	Impacto negativo	-	Montante	Mitigação das alterações climáticas
Emissão de gases com efeito de estufa (âmbito 1)	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa	Impacto negativo	-	Operações próprias	Mitigação das alterações climáticas
A energia consumida de fontes não renováveis nas operações próprias contribui para as alterações climáticas	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's	Impacto negativo	-	Montante	Energia
A energia consumida de fontes não renováveis nas operações próprias contribui para as alterações climáticas	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa	Impacto negativo	-	Operações próprias	Energia

Descritivo	Materialidade por Empresa	Impacto, Risco ou Oportunidade	Horizonte temporal	Localização na cadeia de valor	Subtema ou sub-subtema relacionado
[ESRS2.48a]		[ESRS2.48a; E1.18]	[ESRS2.48cili]	[ESRS2.48a]	[ESRS2.48h]
O desenvolvimento de bioprodutos como alternativa a outros materiais mais poluentes, contribui para o não agravamento das emissões de GEE durante o ciclo de vida de utilização destes produtos (pós-venda)	Navigator	Impacto positivo	-	Jusante	Mitigação das alterações climáticas
Impactos físicos das alterações climáticas, através de eventos climáticos extremos (ex.: ciclones, precipitação intensa)	Navigator, Triangle's	Risco Físico Agudo	Médio prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos	Operações próprias	Adaptação às alterações climáticas
Alteração nos padrões de precipitação e outros fatores climáticos levando a perda de produtividade da floresta de produção	Navigator	Risco Físico Crónico	Longo prazo - Mais de 5 anos	Montante e Operações próprias	Adaptação às alterações climáticas
Aumento da severidade e frequência de ocorrência de incêndios florestais	Navigator	Risco Físico Crónico	Curto prazo - Ano de reporte	Operações próprias	Adaptação às alterações climáticas
A transição para tecnologias mais sustentáveis pode, a longo prazo, levar a melhorias significativas de eficiência operacional e reduzir os custos operacionais globais, melhorar a lucratividade e/ou capturar participação de mercado adicional	Navigator, Secil	Oportunidade	Longo prazo - Mais de 5 anos	Operações próprias	Mitigação das alterações climáticas
Substituição dos combustíveis (ex.: biomassa, solar e hidrogénio)	Navigator, Secil	Oportunidade	Médio prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos	Operações próprias	Mitigação das alterações climáticas
Aumento do preço de carbono e redução da disponibilidade de licenças no âmbito do sistema EU-ETS (CELE)	Navigator, Secil	Risco de Transição	Médio prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos	Operações próprias	Mitigação das alterações climáticas
Aumento dos custos de energia associada a fontes não renováveis	Navigator	Risco de Transição	Médio prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos	Operações próprias	Energia

Nota: Os impactos materiais identificados são reais, pelo que não têm associado um horizonte temporal.

Entre as Participadas do Grupo Semapa, a Navigator e a Imedexa realizaram uma análise de resiliência para avaliar a robustez da sua estratégia e modelo de negócio face às alterações climáticas.

A Secil encontra-se de momento a executar um projeto piloto no sentido de quantificar o impacto que os riscos climáticos, identificados de acordo com as recomendações da TCFD, podem ter na sua atividade. Após este projeto, irá proceder à realização de uma análise de resiliência do seu negócio.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator avaliou a resiliência da sua estratégia face às alterações climáticas, quantificando o impacto financeiro de um risco de transição, três riscos físicos e uma oportunidade materiais para o negócio, considerando os horizontes temporais de 2035 e 2050. [E1.18] Estes encontram-se identificados na tabela abaixo. [E1. SBM-3 |E1.19a]

Esta análise foi desenvolvida a partir da avaliação de riscos realizada no âmbito do sistema transversal de *Enterprise Risk Management* (ERM), e seguiu as recomendações da TCFD, adotando uma abordagem estruturada para fortalecer a resiliência do modelo de negócio. A seguir, são apresentados: (a) o âmbito da análise, (b) a metodologia e o período de condução, e (c) os principais resultados, com destaque para as conclusões da análise de cenários. A análise de resiliência baseou-se na definição de cenários climáticos, utilizando os modelos do IPCC RCP 2.6, RCP 4.5 e RCP 8.5. [E1.19]

Seguindo as recomendações da TCFD, foram utilizados cenários exploratórios para testar a resiliência da estratégia da Navigator face a diferentes condições futuras. Neste sentido, foram definidos três cenários climáticos, considerando dois horizontes temporais distintos: médio prazo (2035) e longo prazo (2050). Para isso, foram considerados os cenários do IPCC – *Representative Concentration Pathways* identificados, complementados com as narrativas do Sustainable Development

Scenario*, da* Agência Internacional de Energia (IEA) e do Climate Scenario Tool do World Business Council for Sustainable Development *(*WBCSD), resultando em três cenários: verde (1,5°C), amarelo (<2°C) e vermelho (>3°C). Os riscos físicos tendem a ser mais severos no cenário vermelho, devido ao aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos. Já os riscos de transição são mais significativos nos cenários verde e amarelo. [E1.19b]

A análise de resiliência da Navigator tem sido aprimorada para integrar os riscos e oportunidades climáticas na sua estratégia. Em 2022, a Participada publicou o seu primeiro relatório alinhado com as recomendações do TCFD, e em 2023 foi realizada uma atualização da análise, incluindo uma avaliação financeira de quatro riscos e uma oportunidade. Foi também conduzida uma revisão estratégica para garantir a integração no Enterprise Risk Management da Navigator e o alinhamento com a TCFD. [E1.19b]

A tabela seguinte sistematiza os cenários considerados para analisar a resiliência da estratégia de negócio da Navigator.

Cenários	Descrição da narrativa [E1.19b | AR7a]	Horizonte temporal [E1.19b | AR7b]	Modelo base [E1.19b | AR7b]
Verde	**Ação climática rápida e ordenada**	2035-2050	IPCC SSP 1- 2.6 (RCP 2.6) WBCSD - Cenário 1,5℃ com base na inovação
	Economia cresce de forma sustentável, com forte investimento em energias renováveis e tecnologias de baixo carbono.		
	Estabilidade política e regulatória favorece uma transição equilibrada, com impactos positivos na Navigator.		
	A descarbonização industrial ocorre de forma gradual, permitindo adaptação dos modelos de negócios, assente na eletrificação dos processos e na utilização de combustíveis renováveis baseados no hidrogénio verde.		
	Adoção de modelos de economia circular, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis.		
	Preferência dos consumidores por produtos sustentáveis e certificados.		
	Uso crescente de biomassa e certificada como combustível renovável.		
	Forte investimento na I&D em novos produtos de base florestal, substituindo materiais de origem fóssil.		
Amarelo	**Ação climática súbita e descoordenada**	2035-2050	IPCC SSP 2-4.5 (RCP 4.5) WBCSD - Cenário <2℃ com base nas políticas previstas
	Potencial recessão devido a medidas abruptas para reduzir emissões.		
	Aumento dos custos industriais devido a aumentos nas taxas de carbono e regulamentação rígida.		
	Impacto negativo no crescimento económico, com maior volatilidade nos mercados.		
	Adoção de energias renováveis ocorre de forma abrupta, aumentando o custo de transição.		
	Dependência de combustíveis fósseis diminui, mas sem soluções de substituição estáveis a curto prazo.		
	Aumento dos investimentos em tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS).		
	Custos de adaptação elevados devido à pressão regulatória e necessidade de inovação acelerada.		
Vermelho	**Ação climática lenta e descoordenada (falta de mitigação)**	2035-2050	IPCC SSP 5-8.5 (RCP 8.5) WBCSD - Cenário >3℃ com base na tendência histórica
	Continuação do modelo operacional tradicional, sem políticas de descarbonização eficazes.		
	Crescimento económico desigual, com aumento de custos operacionais, devido a eventos climáticos extremos.		
	Falhas nas cadeias de abastecimento e aumento da incerteza nos mercados financeiros.		
	Padrão energético continua dominado por combustíveis fósseis, com fraca implementação de renováveis.		
	Aumento significativo nos preços da energia, prejudicando a competitividade industrial.		
	Falta de incentivos para inovação sustentável, reduzindo a adoção de tecnologias limpas.		
	Baixa adoção de tecnologias de descarbonização devido à falta de incentivos governamentais.		
	Manutenção de processos tradicionais, mas com aumento de custos energéticos e ambientais.		

Os resultados da análise de cenários climáticos sugerem que a estratégia atual da Navigator é resiliente, permitindo-lhe enfrentar riscos e aproveitar oportunidades relacionadas com o clima. No entanto, identificaram-se áreas críticas a monitorizar para implementar estratégias de mitigação e adaptação e metas que reforcem a resiliência da empresa às alterações climáticas. [E1.19] No futuro, a Navigator pretende fortalecer a sua análise de riscos e oportunidades climáticas e avançar na avaliação dos impactos financeiros das alterações climáticas, alinhando-se com a sua estratégia de negócio sustentável. [E1.AR7c]

Riscos e Oportunidades		Medidas de mitigação implementadas / planeadas	Horizonte temporal	Impacto estimado (M€/ano)	Cenário Climático		
					Verde	Amarelo	Vermelho
Riscos Físicos	Alteração nos padrões de precipitação e outros fatores climáticos, levando a perda de produtividade da Floresta gerida pela Navigator[1]	Diversificação geográfica no fornecimento de madeira. Utilização de plantas provenientes do programa de melhoramento genético. Partilha de conhecimento técnico sobre as melhores práticas de silvicultura junto dos produtores florestais. Explorar outras fontes de matéria-prima, com o objetivo de garantir a continuidade do negócio.	2035 2050	2 - 5	..	...	.....
Riscos Físicos	Escassez hídrica na localização dos complexos industriais da Navigator[2]	Implementação do Programa de Redução do Uso de Água (PRUA). Avaliação da reutilização dos efluentes industriais nos processos industriais. Avaliação de novas fontes de água fresca.	2035 2050	8 - 40	..	...	.....
Riscos Físicos	Aumento da severidade e frequência de ocorrência de incêndios florestais[3]	Diversificação geográfica no fornecimento de madeira. Implementação das melhores práticas de silvicultura para redução do risco de incêndio. Utilização das melhores tecnologias disponíveis de combate a incêndios.	2035 2050	2,5 - 4	.	...	....
Riscos de Transição	Aumento do custo das licenças de emissão no âmbito do sistema EU- ETS[4]	Definição de metas específicas para a atividade industrial baseadas na ciência climática. Implementação do Roteiro de Descarbonização Navigator.	2035 2050	3 - 12	....	...	....
Impacto financeiro potencial dos riscos relacionados com o clima				15,5 – 61 M€/ano			
Oportunidade	Investimento em I&D para Novos produtos de base florestal[5]		2035 2050	30 - 40	.....	...	.
Impacto financeiro potencial das oportunidades relacionadas com o clima				30 – 40 M€/ano			

Legenda: • Severidade mais baixa – ••••• Severidade mais alta

1 Perda de produtividade da floresta, decorrente das alterações climáticas (ex.: alteração no padrão de precipitação), baseada na análise desenvolvida internamente pelo RAIZ para os cenários RCP 4.5 e 8.5. Impacto anual calculado com base no custo de oportunidade associado à importação de madeira extraibérica, considerando igualmente o menor rendimento em pasta.

2 Redução nas licenças de captação de água, decorrente da menor disponibilidade de água nas bacias hidrográficas e aquíferos de onde a Navigator se abastece. Análise baseada na modelação hidrológica realizada pela APA para os cenários RCP 4.5 e 8.5. Impacto anual calculado com base na perda de produção, decorrente do menor volume de água autorizado a ser captado.

3 Perda de madeira em áreas geridas pela Navigator, decorrente de incêndios florestais. Impacto anual calculado com base no custo de oportunidade associado à importação de madeira extraibérica e no histórico de área ardida dos últimos 10 anos.

4 Impacto calculado com base nas emissões estimadas no Roteiro de Descarbonização da Navigator, atribuição de licenças gratuitas até 2035 e preços de CO_2 entre 4 €/tCO_2 (cenário vermelho) até 188 €/tCO_2 (cenário verde).

5 O desenvolvimento de novos produtos e soluções de base florestal que permitam a substituição de plástico fóssil é uma oportunidade que poderá representar novas áreas de negócio para a Navigator, a curto e médio prazo. No âmbito da Agenda Mobilizadora From Fossil to Forest, a Navigator estimou o Valor Acrescentado Bruto potencial a concretizar em 2027, face a 2020, decorrente destes novos produtos.

A Navigator demonstra uma capacidade de adaptação às alterações climáticas a curto, médio e longo prazo, ajustando estratégia, modelo de negócio e investimentos. A Participada reforçou o acesso a financiamento através da integração de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas decisões financeiras. Em 2025, são já seis as emissões de dívida sustentável ao abrigo do Sustainability Linked Framework. As condições do empréstimo estão indexadas a três indicadores ESG já presentes na Agenda de Sustentabilidade da Participada e, por sua vez, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. [E1.AR8b]

Adicionalmente, a gestão de risco climático está integrada nas avaliações financeiras da Navigator, assegurando maior estabilidade na valorização de ativos e na projeção de fluxos de caixa. Paralelamente, a Participada está a implementar um programa de investimentos voltado para a descarbonização, a modernização tecnológica e a eficiência energética. [E1.AR8b]

SEGMENTO CIMENTO

Relativamente à adaptação às alterações climáticas, a Secil iniciou, em 2024, o processo de identificação dos riscos e oportunidades climáticas de acordo com as recomendações da Task Force on Climate Related Financial Disclosures, com o objetivo de avaliar potenciais riscos físicos e de transição relacionados com o clima e desenvolver estratégias adequadas de adaptação. [E1.SBM-3]

Em 2025, foi dada continuidade ao projeto com avanço para a fase três (Avaliação do Impacte Financeiro e Estimativa do Impacte Financeiro), através da execução de um projeto piloto destinado à quantificação do impacto dos riscos climáticos, identificados nas fases anteriores.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA ainda não realizou a análise que diferencia, para cada risco climático relevante, se estes são um risco físico ou de transição. Além disso, a ETSA não realizou a avaliação da sua resiliência face às alterações climáticas. [E1.SBM-3]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's enfrenta riscos físicos associados às alterações climáticas, uma vez que eventos extremos como tempestades, inundações, ondas de calor e secas podem impactar significativamente toda a sua cadeia de valor. Esses fenómenos podem resultar em: [E1.18]

– **Disrupções na produção e abastecimento**, dado que os fornecedores de matérias-primas e componentes podem enfrentar dificuldades operacionais, atrasos ou interrupções devido a danos em infraestruturas ou escassez de recursos;

– **Impacto logístico**, uma vez que os sistemas de transporte e distribuição podem ser afetados por danos em vias de comunicação ou infraestruturas portuárias, prejudicando a entrega de materiais e produtos finais;

– **Riscos para as operações próprias**, com instalações potencialmente expostas a condições climáticas extremas que podem impactar a produção, como temperaturas elevadas que afetam os processos industriais ou inundações que causam danos físicos;

– **Consequências para os clientes**, já que eventos climáticos extremos podem comprometer a continuidade das suas operações, reduzindo a procura pelos produtos da Triangle's.

A Triangle's ainda se encontra a definir a sua estratégia face às alterações climáticas e, como parte deste processo, irá realizar um estudo baseado na análise de potenciais cenários e hipóteses, de forma a antecipar riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas. Este estudo irá abranger os seguintes tópicos: a) Âmbito da Análise de Resiliência; b) Metodologia e Cronograma da Análise; c) Resultados Esperados da Análise de Resiliência. [E1.19]

A análise de resiliência irá ser conduzida em parceria com especialistas externos, incluindo académicos e consultores de sustentabilidade. A metodologia adotada incluirá três pilares principais:

– **Análise de Cenários Climáticos:** serão considerados dois cenários do IPCC: Cenário de 1,5°C (ações globais eficazes para limitar as emissões), para identificar oportunidades de transição; Cenário de 3°C (aumento insuficiente de ações), para avaliar riscos físicos extremos.

– **Mapeamento da Cadeia de Valor:** identificação das áreas críticas de vulnerabilidade, abrangendo fornecedores, operações próprias e mercados.

– ***Workshops* Internos e Consultas com *Stakeholders*:** envolvimento de líderes da empresa, fornecedores e parceiros para validar os resultados.

A análise será integrada na revisão estratégica anual da Triangle's, garantindo que os riscos e oportunidades identificados sejam considerados nos planos de curto, médio e longo prazo da Participada.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A análise da resiliência da Imedexa foi conduzida durante o segundo semestre de 2025, tendo em consideração a avaliação dos riscos físicos e de transição até 2030, bem como variáveis regulamentares e de mercado. A análise baseou-se em cenários climáticos desenvolvidos a partir dos Shared Socioeconomic Pathways (SSP) e em cenários energéticos de política climática definidos pela International Energy Agency (IEA) [E1.19 | E1.AR7b]. Não foi efetuada qualquer estimativa dos custos decorrentes dos riscos identificados, tendo estes sido considerados exclusivamente para a definição das linhas estratégicas. [E1.AR7c]

Para a análise dos riscos físicos foram utilizados os seguintes cenários baseados nos SSP, desenvolvidos pelo IPCC e utilizados no *Sixth Assessment Report* (AR6): [E1.19 | E1.AR7b]

– SSP1-2.6, cenário alinhado com uma trajetória de desenvolvimento sustentável, associado a um aumento da temperatura média global estimado entre 1,3 e 2,4°C até 2050;

– SSP1-4.5, cenário intermédio, associado a um aumento da temperatura média global estimado entre 2,1 e 3,5°C até 2050;

– SSP5-8.5, cenário de elevadas emissões, associado a um aumento da temperatura média global entre 3,3 e 5,7°C até 2050.

A avaliação dos riscos de transição baseou-se nos cenários de: [E1.19]

– Emissões Líquidas Zero até 2050 (NZE, na sigla em inglês), alinhadas com o objetivo de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C em comparação com o período pré-industrial;

– Announced Pledges Scenario (APS), associados a um aumento da temperatura média global de 1,7°C até 2050 em comparação com o período pré-industrial, com 50% de probabilidade estimada.

Após a avaliação de resiliência da Participada foram identificados três riscos de transição associados às alterações climáticas. O primeiro refere-se à eventual intensificação da legislação relativa às importações, considerando que uma parte significativa do aço utilizado pela Imedexa tem origem em países fora da UE. A existência ou introdução de medidas tarifárias poderá conduzir a um aumento do custo das matérias-primas. [E1.18]

O segundo risco prende-se com o potencial aumento do custo dos combustíveis fósseis. A tendência regulamentar em vários setores aponta para a priorização de fontes de energia renovável, contudo, subsistem processos produtivos dependentes de combustíveis fósseis, nomeadamente a fundição de zinco e as atividades de transporte, o que poderá dar origem a um aumento dos custos operacionais. [E1.18]

O terceiro risco identificado corresponde à possível perda de competitividade decorrente do aumento das exigências ambientais por parte dos clientes. Alguns clientes de maior dimensão começam a integrar requisitos ambientais, incluindo emissões de GEE, nas suas condições de aquisição. Existem limitações associadas à localização geográfica das operações e a diferenças regulamentares entre mercados que poderão afetar a competitividade da Participada. [E1.18]

Adicionalmente, foi identificado um risco físico associado às alterações climáticas, decorrente da potencial perda de produtividade devido a condições meteorológicas adversas. O aumento da frequência de fenómenos climáticos extremos poderá afetar diretamente instalações mais antigas, como as localizadas em Casar de Cáceres, bem como impactar processos realizados no exterior, como nos centros de Santiago del Campo e Medina del Campo, todos em Espanha. [E1.18]

A análise permitiu identificar um conjunto de ações estratégicas ajustadas a diferentes cenários, das quais se destaca: o alinhamento da estratégia de vendas com as regulamentações de importação; a reorientação da distribuição de compras para fornecedores menos suscetíveis a regulamentações adicionais; a adoção de sistemas mistos de consumo energético nos processos de galvanização, com a integração do sistema elétrico; o reforço dos planos de manutenção preventiva, incluindo os elementos estruturais; o planeamento das atividades ao ar livre considerando potenciais interrupções; e a otimização dos fluxos de processo entre centros de trabalho, com o objetivo de minimizar as emissões de GEE. [E1.19]

Foram também analisados os pontos críticos que podem representar vulnerabilidades, destacando-se a influência nos custos das matérias-primas, a perda de poder de compra de matérias-primas em contexto de concorrência, o aumento dos custos internos no processo de galvanização, o acréscimo dos custos de transporte, a ocorrência de danos específicos nas infraestruturas, a perda de produtividade decorrente de paragens de trabalho e a limitação na melhoria de processos devido à localização geográfica, nomeadamente ao nível do transporte. [E1.AR7a]

PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (E1-1)

As alterações climáticas são um dos desafios mais relevantes da atualidade, com a indústria a desempenhar um papel determinante, uma vez que é o terceiro setor a contribuir mais para as emissões de gases com efeito de estufa na Europa, a seguir ao setor de fornecimento de energia e ao transporte[9].

Sendo um grupo com forte cariz industrial, a Semapa está ciente dos impactos ambientais associados às emissões de GEE resultantes das suas atividades. Nesse sentido, e no âmbito das iniciativas promovidas pela Comissão de Sustentabilidade da Semapa, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica do Grupo Semapa irá ser revisto nos próximos anos, de forma a contemplar as alterações ao portefólio de empresas.

Entretanto, a redução das emissões será alcançada através da implementação de um conjunto de medidas operacionais e projetos de investimento já previstos, complementados por estratégias de compensação (*offset*), incluindo a aquisição de certificados de CO_2 e soluções de captura, utilização e armazenamento de carbono (*Carbon Capture and Storage* – CCS).

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator possui um plano de transição para a mitigação das alterações climáticas a fim de alinhar a sua estratégia e modelo de negócios com a meta de 1,5°C estabelecida pelo Acordo de Paris. [E1.14 | E1.16g] O plano de transição foi aprovado pelos órgãos de administração, gestão e supervisão [E1.16i] e é constituído pelas seguintes iniciativas-chave:

– **Análise de cenários climáticos e gestão de riscos:** a análise de riscos e oportunidades climáticas considerou três cenários, incluindo o cenário de 1,5°C (RCP 2.6, comparável com o SSP1-2), avaliando a resiliência da estratégia frente a possíveis mudanças regulatórias e de mercado. A avaliação foi realizada de acordo com as recomendações da TCFD [E1.14| E1.16a];

– **Definição de um roteiro de descarbonização:** o Roteiro estabelece três metas para a redução das emissões de GEE das atividades da Navigator: -86% de emissões de âmbito CELE (EU-ETS) até 2035, face a 2018; -63% das emissões absolutas de âmbito 1+2 até 2035, face a 2020; e -37,5% das emissões absolutas de âmbito 3 até 2035, face a 2020, tendo as duas últimas sido aprovadas pela Science Based Targets initiative (SBTi) em 2022. A meta relativa aos âmbitos 1 e 2 encontra-se alinhada com a meta de 1,5ºC estabelecida pelo Acordo de Paris [E1.14];

– **Investimentos em energias renováveis:** a Navigator está a executar um programa de substituição de combustíveis fósseis por biomassa, de reforço das cogerações renováveis a biomassa e de expansão da produção solar fotovoltaica [E1.14];

– **Paragem das cogerações a gás natural:** a Navigator prevê a paragem de duas cogerações a gás natural (Figueira da Foz e Setúbal) até 2035 [E1.14];

– **Captura de carbono e gestão sustentável da floresta:** a gestão sustentável de mais de 138 mil hectares de floresta em Portugal Continental e Moçambique garante um *stock* de carbono de cerca de 11 Mt CO_2e. [E1.14]

A abordagem à análise de cenários climáticos, avaliação de risco e oportunidades e definição das metas foi alinhada com o Forest Sector Net-Zero Roadmap do World Business Council for Sustainable Development. [E1.16a] O plano de transição, assente em alavancas de descarbonização, possui ações para reduzir as emissões de GEE, alinhando-se com as metas e a estratégia de mitigação das alterações climáticas. Entre as principais alavancas de descarbonização destacam-se a transição energética e a adoção de energias renováveis, a melhoria da eficiência operacional, a adaptação do portefólio de produtos e serviços, a gestão sustentável da floresta e o sequestro de carbono, bem como a implementação de iniciativas ao longo da cadeia de valor. [E1.16b | E1.16h]

O Roteiro da Navigator envolve ações ao longo de toda a sua cadeia de valor. No que diz respeito às emissões e âmbito 1 e 2, inclui 23 iniciativas, das quais 17 são apoiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e uma pelo Innovation Fund, com foco na energia e na indústria. Até à data, a Participada concluiu 19 iniciativas propostas, estando as restantes quatro em fase de conclusão. Estima-se que o investimento total das 23 iniciativas ultrapasse os 352 milhões de euros entre 2019 e 2028. A Participada tem igualmente vindo a implementar um conjunto de medidas de eficiência energética, incluindo melhorias nos sistemas de produção de ar comprimido, a otimização de sistemas de arrefecimento, a instalação de iluminação LED e intervenções para reforço da eficiência térmica dos processos, entre outros. Essas iniciativas permitem ainda a otimização do consumo de energia de fontes primárias por tonelada de produto fabricado. [E1.16c]

[9] Fonte: Greenhouse gas emissions by country and sector (infographic) | News | European Parliament

Em 2025, foram convertidos dois fornos de cal (Aveiro e Setúbal) para substituição de combustíveis fósseis por biomassa, permitindo a utilização deste tipo de combustíveis e a valorização do serrim, um subproduto da produção de aparas de madeira, sendo possível evitar a emissão de 43 kt CO_2e/ano. [E1.16c | E1.16f] Para além desta iniciativa, na Figueira da Foz arrancou também um novo forno de cal, já desenhado para utilização de biomassa como combustível principal. A mesma abordagem aplica-se à nova caldeira de biomassa de Vila Velha de Ródão, com arranque previsto para 2026.

Simultaneamente, desde o primeiro semestre de 2025, encontra-se operacional a nova caldeira de recuperação do Complexo Industrial de Setúbal, contando com queimadores auxiliares preparados para consumir uma mistura de gás natural e hidrogénio renovável. Em Aveiro e na Figueira da Foz, a Participada converteu também queimadores auxiliares a combustíveis fósseis das caldeiras de recuperação de Aveiro para queimadores equivalentes. [E1.16e].

A Navigator aposta também na produção de energia elétrica renovável, através do reforço das cogerações existentes de elevada eficiência e da instalação de novas centrais fotovoltaicas em regime de autoconsumo, contribuindo para a redução das emissões de âmbito 2. Em 2025, entraram em operação dois novos turbo-geradores de vapor a biomassa, localizados na fábrica de papel da Figueira da Foz e na unidade de *tissue* de Aveiro. [E1.16e] Estas duas operações terão uma potência de 3,2 MW e 15,0 MW, respetivamente, e uma produção anual estimada de 61 GWh e 15,2 GWh [E1.16c]. Também em 2025, iniciou-se a operação da central fotovoltaica de Vila Velha de Ródão, que na 1.ª fase, conta com uma capacidade 5,3 MWp, prevendo-se para 2026 a conclusão da 2.ª fase e uma capacidade agregada de 9,4 MWp. Estes projetos de produção de energia elétrica renovável foram apoiados pelo Programa de Recuperação e Resiliência na componente de apoio à Descarbonização da Indústria.

A par da transição energética, a Navigator promove a implementação de projetos de eficiência operacional nos seus complexos industriais tendo como objetivo otimizar a intensidade energética de forma continuada. Os 10 projetos de eficiência energética concluídos em 2025 apresentam um potencial de redução anual de energia de 5,3 GWh, contribuindo para a otimização de recursos. [E1.16b]

No âmbito do seu Plano de Transição Climática, a Navigator tem vindo a adaptar e diversificar o seu portefólio, tendo apostado no segmento de *packaging* com o desenvolvimento de soluções gKRAFT e em *tableware* de celulose moldada, oferecendo alternativas a plásticos de origem fóssil e apoiando a substituição por materiais recicláveis e provenientes de fontes renováveis. Este tipo de solução apresenta benefícios ambientais expressivos, podendo gerar até três vezes menos emissões de GEE quando comparado com utensílios fabricados em polipropileno convencional. [E1.16b]

As iniciativas executadas em 2025, onde se incluem os investimentos em projetos de descarbonização, representaram cerca de 60% do total de CapEx, correspondendo a cerca de 126,8 milhões de euros [E1.16c].

A Navigator tem avançado na implementação do seu plano de transição, destacando-se pela redução de emissões, aumento do uso de energias renováveis e direcionamento de investimentos para iniciativas sustentáveis. Até 2025, a Participada reduziu em 37% as emissões diretas de âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) em comparação com 2018.

No entanto, o aumento de cerca de 7% nas emissões deste âmbito face a 2024, deveu-se, sobretudo, à alteração regulatória introduzida pelo Regulamento Delegado (UE) 2024/2620 da Comissão Europeia, de 30 de julho de 2024, que desclassifica a contabilização da captura de CO_2 no precipitado de carbonato de cálcio (PCC) para utilização na produção de papel. Esta contabilização correspondia, nos últimos anos, a cerca de 13 a 18 ktCO_2/ano de licenças abatidas, traduzindo-se, a partir de 2025, num aumento das emissões face à *baseline*. Adicionalmente, as dificuldades operacionais verificadas no complexo industrial de Setúbal contribuíram igualmente para o aumento das emissões face ao ano anterior.

No âmbito das metas SBTi, a redução das emissões de âmbito 1 e 2 foi de 39% em relação ao ano base e 4% em relação a 2024. Esses avanços resultaram resultante da menor aquisição de eletricidade na fábrica de pasta de Aveiro, na sequência da transição da cogeração renovável para o regime de autoconsumo. Em 2025, verificou-se ainda uma redução significativa do fator de emissão de eletricidade em Portugal, refletindo o aumento da incorporação de fontes renováveis no mix energético nacional. [ESRS 2.80j]

No âmbito 3, que abrange a cadeia de abastecimento, ao transporte, e ao ciclo de vida dos produtos, houve um aumento de 5% face ao ano base, mas uma redução de 4% face a 2024. A Navigator tem desenvolvido melhorias significativas na recolha, análise e quantificação das emissões, nomeadamente identificando fatores de emissão mais adequados, estimativas mais precisas de quilómetros percorridos, e metodologias de cálculo mais completas, relativamente às emissões de transformação de produtos e fim de vida (C10 e C12 respetivamente).[ESRS 2.80j] Com esta trajetória, a Navigator mantém-se no caminho para atingir as suas metas de descarbonização até 2035. [E1.16j | ESRS 2.80j]

No que diz respeito à transição para energias renováveis, em 2025, 79% do consumo de energia primária foi proveniente de fontes renováveis, nomeadamente biomassa e energia solar fotovoltaica. [E1.16j | ESRS 2.80j] O consumo de energia por tonelada de produto produzido em Portugal aumentou 7% face a 2024. Este resultado decorre de uma alteração na metodologia de cálculo de consumo de energia proveniente do licor negro, que passou a refletir um conteúdo energético superior, ainda que de origem renovável.Verificou-se também um nível de produção ligeiramente inferior ao registado em 2024 (-1%). [ESRS 2.80j]

As ações climáticas da Navigator foram reconhecidas em 2025 pelo Carbon Disclosure Project (CDP) com uma classificação "A", confirmando a sua liderança no desempenho climático. Adicionalmente, a Participada mantém-se alinhada com *frameworks* internacionais, como a iniciativa SBTi e a TCFD. [E1.16j]

SEGMENTO CIMENTO

A Secil definiu o seu roteiro para a descarbonização – o "Caminho Secil para a Descarbonização" – com base na metodologia da Cembureau 5Cs – Clínquer, Cimento, Betão (Concrete), Re-Carbonatação e Construção. [E1.14] Este Roteiro vem orientar a transformação das fábricas de cimento da Participada rumo a um futuro de baixas emissões, definindo metas claras para 2030 e assumindo o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica até 2050. [E1.16b|E1.16h] Este Roteiro abrange todas as geografias onde a Secil opera e foi aprovado pela Comissão Executiva. [E1.16i]

As metas definidas para 2030 estão alinhadas com a trajetória de 1,5°C e foram validadas em 2024 pela Science Based Targets initiative. [E1.14 | E1.16a | E1.16h] Para concretizar a visão descrita anteriormente, o roteiro assenta na implementação de um conjunto estruturado de ações, suportado por um plano de investimento interno até 2050. [E1.16b | E1.16e | E1.16h]

Este plano está, por sua vez, estruturado em duas etapas: uma primeira até 2030, centrada na redução de emissões e no arranque de um processo progressivo de transformação industrial, e uma segunda entre 2030 e 2050, orientada para a avaliação e implementação de novas tecnologias de descarbonização. [E1.16b | E1.16 c]

Para o período de 2030 a 2050, a Secil está a avaliar as tecnologias disponíveis e em desenvolvimento para escolher as que melhor se adaptam às suas fábricas. Entre as soluções em análise está a utilização do CO_2 capturado, seja na carbonatação forçada dos seus materiais, seja para a produção de combustíveis sintéticos (*efuels*). A Participada está também a identificar as infraestruturas necessárias para poder usar ou armazenar esse CO_2 de forma segura, incluindo o armazenamento geológico. [E1.16j]

A Secil concentra-se na modernização das suas instalações, incorporando tecnologia mais eficiente e comprovada, com a capacidade de reduzir o consumo de calor e aumentar a utilização de combustíveis alternativos com conteúdo neutro em CO_2[10], incluindo simultaneamente a integração de hidrogénio verde. O desenvolvimento do projeto CCL (Clean Cement Line) marcou o primeiro grande passo da Secil no seu percurso de descarbonização na fábrica SECIL-Outão, em Portugal, e constitui um marco estruturante da transformação industrial que a empresa está a desenvolver. [E1.16j]

Paralelamente, aposta-se na utilização de matérias-primas descarbonatadas na produção de clínquer e em matérias-primas alternativas com propriedades pozolânicas, que permitem reduzir o teor de clínquer no cimento. A diminuição do teor de clínquer contribui não só para a redução das emissões de CO_2, mas também para valorização de recursos com menor pegada de carbono.

Até 2040, a Secil planeia investir mais de 150 milhões de euros em projetos de descarbonização, com impacto nas alavancas tradicionais, nomeadamente: combustíveis e matérias-primas alternativas, clínquer de baixo carbono (*Low Carbon Clinker*), redução do fator clínquer e medidas de eficiência energética térmica. [E1.16j]

Com o objetivo de reduzir as emissões de GEE associadas ao consumo elétrico nalgumas instalações está prevista a utilização de eletricidade proveniente de fontes renováveis, nomeadamente através da instalação de sistemas de painéis solares. Adicionalmente, está contemplada a operação de uma unidade própria de produção de eletricidade tendo por base um mix de combustíveis mais favorável em termos de emissões de GEE do que a rede elétrica externa. Esta medida contribuirá para uma redução gradual das emissões relacionadas com o consumo de eletricidade da Secil.

Complementarmente, a Secil assumiu o compromisso de reduzir, até 2030, em 25,3% as emissões brutas de GEE associadas ao clínquer e cimento adquiridos, por tonelada de clínquer e cimento, respetivamente. [E1.16b] Este compromisso reforça a abordagem integrada da Participada à descarbonização da sua cadeia de valor, estendendo a sua atuação para além das operações diretas e minimizando progressivamente as emissões de âmbito 3.

[10] Combustíveis alternativos (CA) – Qualquer resíduo industrial resultante de um processo produtivo que, pelas suas características físicas, químicas e poder calorífico, pode ser utilizado como combustível, substituindo a utilização de combustíveis fósseis.

A Secil não está excluída dos indicadores de referência alinhados com o Acordo de Paris da UE, e as suas atividades económicas estão abrangidas pelo Regulamento da Taxonomia da União Europeia [E1.16g]. De acordo com o seu plano interno, a Participada prevê atingir 57% de alinhamento até 2030, reforçando a sua transição para uma economia mais sustentável. [E1.16e]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

O modelo de negócio da ETSA assenta na reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar (*rendering*), contribuindo significativamente para a redução das emissões de GEE. A não valorização destes subprodutos resultaria na sua deposição em aterro, onde a decomposição libertaria metano (CH_4), um gás com um potencial de aquecimento global superior ao do CO_2.

No início de 2025, a ETSA com a aquisição da Barna, referência em Espanha na valorização de excedentes da pesca, reforçou a sua presença na Península Ibérica e ampliou a capacidade de criar soluções circulares. A Barna complementa a atividade da ETSA, garantindo maior aproveitamento dos recursos e contribuindo para uma cadeia alimentar mais eficiente.

Os produtos resultantes da indústria alimentar são utilizados, direta e indiretamente, na produção de energia renovável (biodiesel), na formulação de alimentos para animais de criação e de companhia e na produção de fertilizantes orgânicos. As emissões de âmbito 1 e 2 do processo de *rendering* equivalem apenas a cerca 30% do que seria libertado caso toda a matéria-prima processada fosse decomposta em CO_2[11].

A ETSA Portugal dispõe de um Roteiro para a Neutralidade Carbónica, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração. [E1.16i] Este está principalmente assente em três vetores [E1.14 | E1.16b]:

Alavancas de descarbonização	
Eficiência energética Otimização do consumo de eletricidade Otimização do uso de vapor Otimização do consumo de gás natural	A redução das emissões provenientes do uso de combustíveis fósseis nas unidades industriais será alcançada através da transição para fontes de energia renováveis. Numa primeira fase, a substituição por biomassa será priorizada, seguida, numa segunda fase, pela introdução do hidrogénio como combustível. Paralelamente, serão implementadas medidas para otimizar a produção de vapor e racionalizar o consumo nos processos industriais.
Substituição do mix energético Substituição de queimadores a fuelóleo para gás natural e hidrogénio Instalação de caldeiras a hidrogénio verde Instalação de sistema solar fotovoltaico, solar térmico e bombas de calor	A redução das emissões associadas ao uso de energia elétrica resultará, em parte, do aumento significativo da participação de fontes renováveis na rede, como eólica, hídrica e hidrogénio, sobretudo por otimização do consumo energético e à instalação de centrais fotovoltaicas em todas as unidades.
Transportes low carbon Eletrificação de veículos on-site e da frota de ligeiros Substituição de mix energético utilizado na frota de pesados	A redução das emissões associadas ao uso de combustíveis fósseis na frota de veículos pesados e ligeiros será realizada em duas fases: numa primeira fase, através da adoção de viaturas movidas a gás natural liquefeito (GNL) e energia elétrica; numa segunda fase, com a transição para veículos a hidrogénio.

A ETSA tem vindo a reforçar o seu compromisso com a descarbonização das unidades industriais, investindo na redução do consumo de energias fósseis. A instalação de uma caldeira de biomassa, a estilha de madeira na unidade de Loures e de uma Instalação de Valorização Energética de Biomassa (IVEB) nas instalações fabris de Coruche permitiram reduzir em mais de 80% as emissões de origem fóssil. [E1.16b] Em 2025, foi instalada uma segunda caldeira a biomassa na nova unidade fabril em Coruche, reforçando a capacidade de utilização de fontes renováveis. Apesar destes avanços, devido a uma paragem prolongada para manutenção da IVEB, a ETSA foi forçada a recorrer a maior consumo de fuelóleo do que em anos anteriores, o que impactou temporariamente os resultados de descarbonização. [E1.16b]

O plano de ação definido pela ETSA, alinhado com os resultados do inventário da pegada de carbono, prevê um investimento de 31 milhões de euros. [E1.16c] A sua implementação permitirá uma redução das emissões de GEE (âmbitos 1 e 2) de 89% até 2035 e de 96% até 2050, sendo que as emissões remanescentes serão compensadas. [E1.16a] Este plano encontra-se em reavaliação.

Para além disso, a implementação do roteiro carbónico da ETSA sofreu algum atraso por vários motivos, incluindo a demora na transição para a frota elétrica devido à insuficiente oferta de veículos elétricos pesados e a contenção na execução de alguns projetos previstos. [E1.16j]

As atividades económicas da ETSA não estão abrangidas pelo Regulamento da Taxonomia da União Europeia (UE), e a ETSA está excluída dos critérios de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris. [E1.16e | E1.16g]

[11] Gooding, C.H. (2012). *Data for the Carbon Footprinting of Rendering Operations.* Journal of Industrial Ecology 16(2).

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

Para a definição de um plano de descarbonização, a Triangle's realizou um estudo da pegada de carbono e uma avaliação do ciclo de vida dos seus produtos. [E1.16b] [E1.16c] A Triangle's está também a realizar a avaliação qualitativa das potenciais emissões bloqueadas dos principais ativos e produtos, em paralelo com a aplicação do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (*Carbon Border Adjustment Mechanism* – CBAM) para eventual gestão de necessidades, uma vez que a importação do alumínio é atividade com maior peso nas emissões de GEE da Participada, seguido dos equipamentos e máquinas usadas no seu processo de fabrico de quadros. [E1.16d]

As atividades económicas da Triangle's não se encontram abrangidas pelo Regulamento da Taxonomia da União Europeia, sendo a respetiva resposta realizada através da *Holding*. [E1.16g] Em 2026, prevê-se a quantificação dos investimentos e financiamentos necessários para o plano de transição.

O plano encontra-se assim em fase de elaboração e será, posteriormente, submetido à aprovação pelos órgãos de administração e direção. [E1.16b | E1.16i | E1.17]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa encontra-se atualmente a desenvolver um plano de transição adaptado às recentes alterações decorrentes da incorporação das instalações de Medina del Campo. Estas alterações deverão ser refletidas no estudo da pegada de carbono e no plano de redução de emissões. Embora ainda não tenha sido definida uma data concreta para a sua conclusão, está previsto que o plano esteja finalizado em 2026. [E1.17]

As atividades económicas da Imedexa não se encontram abrangidas pelo Regulamento da Taxonomia da União Europeia, sendo a respetiva resposta realizada através da *Holding*. [E1.16g]

GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (E1-2)

As empresas Participadas do Grupo Semapa – Navigator, Secil, ETSA, Triangle's – adotam um conjunto de políticas destinadas a garantir a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Na Navigator, destacam-se a Política Ambiental e a Política de Sistemas de Gestão; na Secil, a Política de Sustentabilidade e as Políticas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde; na ETSA, o Código de Ética e de Conduta, o Código de Conduta para Fornecedores e os Critérios para uma Atuação Sustentável e, na Triangle's, o Código de Conduta de Fornecedores, a Política do Sistema de Gestão Integrada e o Código de Conduta Interno e o documento de Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais.

Estas políticas e estratégias refletem um compromisso abrangente com a sustentabilidade e a resposta às alterações climáticas, com foco na mitigação dos respetivos impactos. As medidas de mitigação visam reduzir as emissões tanto nas operações próprias como na cadeia de valor, promovendo maior eficiência, otimizando processos e incentivando o uso de matérias-primas secundárias e combustíveis alternativos. A seguir, apresentam-se em detalhe as políticas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

As políticas e estratégias da Navigator refletem um compromisso abrangente com a sustentabilidade e a resposta às alterações climáticas, destacando-se a **Política Ambiental** e a **Política de Sistemas de Gestão**.

A **Política Ambiental** e o **Roteiro de Descarbonização**, alinhados com o Propósito da Navigator, estabelecem compromissos para o clima e natureza em consonância com a Agenda 2030 da Participada e contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Focam-se na mitigação das alterações climáticas, definindo os compromissos de: [E1.25]

– **Assumir um papel ativo na economia de baixo carbono**, em linha com o conhecimento científico atual, através da gestão sustentável das suas florestas, do investimento em fontes de energia renováveis e na melhoria da eficiência dos seus processos, produtos e serviços;

– **Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa** com vista a atingir a neutralidade carbónica, em linha com os objetivos de ação climática definidos no Acordo de Paris;

– **Incorporar a avaliação do risco climático no processo de decisão**, em linha com as recomendações europeias e as principais *frameworks* internacionais;

– **Garantir a melhoria do desempenho energético** e a otimização dos processos de forma sistemática.

A **Política de Sistemas de Gestão** define os compromissos da Navigator no âmbito dos seus sistemas de gestão de qualidade, ambiente, energia e segurança, promovendo melhores técnicas para otimizar o desempenho ambiental e energético. Além disso, incentiva os fornecedores a desenvolverem produtos e serviços alinhados com os objetivos da Participada. [ESRS.265a | E1.25]

Em complemento, as **Políticas Florestais** e o **PG 80 – Gestão de Aspetos Ambientais** abordam a adaptação às alterações climáticas, assegurando a resiliência dos ecossistemas e a gestão eficaz dos impactos ambientais das atividades da Navigator. [E1.25]

Documento [E1-24 | ESRS 2.65a]	Política Ambiental
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Cumprindo com os princípios de prevenção, mitigação e remediação dos impactos atuais e potenciais das atividades, com os requisitos subscritos de forma voluntária e todas as obrigações de conformidade legal aplicáveis, define os compromissos gerais da Navigator para os temas ambientais. Inclui conteúdos específicos dedicados a: alterações climáticas e fixação de CO_2; gestão da água; economia circular; gestão de energia e matérias-primas; gestão sustentável da floresta e conservação da biodiversidade.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e tem impacto a montante e a jusante da cadeia de valor, nos fornecedores e nas comunidades locais. Cobre todas as geografias e áreas de negócio da Navigator.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Comissão Executiva.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Direito Fundamental da ONU de acesso a um ambiente limpo.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível através da Intranet e Internet.

Documento [E1-24 | ESRS 2.65a]	Roteiro de Descarbonização
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Roteiro que estabelece as metas e objetivos de mitigação das alterações climáticas das atividades industriais da Navigator.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, tem como partes interessadas os stakeholders internos e cobre Portugal e Espanha.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Administrador com pelouro de Energia.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	SBTi – Science Based Targets Initiative.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível na Intranet.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Sistemas de Gestão: Cap. 4.1.2.5.
– Apresentação da Política Florestal: Cap. 4.1.2.4.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil adota políticas relacionadas com a mitigação das alterações climáticas, como a Política de Sustentabilidade e as **Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança**[12], implementadas nas várias geografias. [E1.24] Estas políticas ambicionam a redução de emissões na operação através do aumento da eficiência, da otimização dos processos e da utilização e promoção de matérias-primas e de combustíveis alternativos. [E1.25a | E1.25e] No caso das Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança, foi considerada a participação de um conjunto de partes interessadas, incluindo colaboradores diretos e indiretos, clientes, fornecedores, parceiros comerciais e prestadores de serviços e comunidade. [ESRS 2.65e]

Documento [E1-24 | ESRS 2.65a]	Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a] [E1.25]	A Secil enquadra o Desenvolvimento Sustentável das suas atividades através desta política comprometendo-se a melhorar continuamente o seu desempenho dos seus referenciais, para responder às expectativas de todas as partes interessadas na sua atuação. A Responsabilidade e Proteção Ambiental é um dos temas desta Política, na qual a Secil se compromete a: · Mitigar os impactes da sua atuação, através da adoção das melhores tecnologias e boas práticas disponíveis e da adequada formação dos seus colaboradores; · Reduzir o impacte carbónico da sua atividade, designadamente através da promoção do uso de matérias-primas secundárias e de combustíveis alternativos.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e cadeia de valor. Cobre todas as unidades de negócio e geografias da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Administração e Coordenador de Sustentabilidade e Sistema de Gestão.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Requisitos das normas ISO 14001, ISO 9001, ISO 18001, ISO 50001* e EMAS*. *Somente em Portugal
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível na Intranet e Internet.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):
– Política de Sustentabilidade: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

As principais diretrizes da ETSA relacionadas com as alterações climáticas são: o **Código de Conduta de Fornecedores**, o **Código de Ética e de Conduta** e os **Critérios Para Uma Atuação Sustentável**.

A ETSA tem como objetivo a prossecução a longo prazo de um negócio rentável ao longo da sua cadeia de valor e operações próprias, de um modo ético e responsável, tendo em consideração fatores ambientais. De igual forma, todos os fornecedores da ETSA devem cumprir os regulamentos ambientais e os *standards* aplicáveis às suas operações e observar práticas ambientais conscientes em todos os locais em que operem. A ETSA promove assim uma política de gestão sustentável de recursos naturais e mitigação dos impactes ambientais.

[12] Política de Qualidade, Ambiente, Energia, Saúde e Segurança em Portugal.

No âmbito da estratégia de mitigação e adaptação às alterações climáticas, a ETSA, nas suas unidades em Espanha, integra sistemas de gestão certificados que asseguram práticas sustentáveis e alinhadas com os seus compromissos ambientais e energéticos.

A Barna, adquirida pela ETSA em 2025, encontra-se certificada pela norma ISO 14001, que promove a redução dos impactos ambientais, a utilização sustentável dos recursos e a conformidade legal. Já a Harinas de Andalucía é certificada de acordo com as normas ISO 14001 e ISO 50001, garantindo processos para otimização do consumo energético, melhoria da eficiência e redução das emissões de GEE.

Estas certificações constituem pilares fundamentais das políticas climáticas da ETSA, permitindo a integração sistemática de objetivos ambientais e energéticos nos processos de negócio, a redução da pegada de carbono e a conformidade com normas internacionais, reforçando a credibilidade e transparência perante *stakeholders*.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65 a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Conduta para Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Critérios Para Uma Atuação Sustentável: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação de Código de Ética e de Conduta: Cap. 4.1.4.1

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

As principais políticas da Triangle's que abrangem as alterações climáticas são o **Código de Conduta de Fornecedores**, a **Política do Sistema de Gestão Integrada**, **Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais** e o **Código de Conduta**.

Estas políticas abordam a mitigação das alterações climáticas através da promoção da redução do consumo de energia e das emissões associadas, bem como do uso eficiente dos recursos, tanto nas operações próprias como ao longo da cadeia de abastecimento. [E1.25] A sua definição teve em consideração os interesses de diversas partes interessadas, incluindo acionistas, prestadores de serviços e trabalhadores internos. [ESRS 2.65e]

Documento [E1-24 | ESRS 2.65a]	Política do Sistema de Gestão Integrada
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	A Política do Sistema de Gestão Integrada tem como objetivo adotar as melhores práticas de proteção ambiental, promovendo a prevenção da poluição e de acidentes ambientais. Para isso, foca-se na redução do consumo de energia e das emissões associadas, no uso eficiente dos recursos, na adoção de práticas de mobilidade sustentável e na gestão responsável de resíduos, minimizando assim a pegada ambiental. Além disso, visa assegurar retornos financeiros adequados para os acionistas, melhorar continuamente o desempenho ambiental, garantir o bem-estar dos colaboradores e gerar valor, mantendo um compromisso ativo com a comunidade na qual a Triangle's se insere.
Âmbito [ESRS2.65b]	Aplica-se a toda a cadeia de valor da Triangle's, abrangendo as unidades geográficas da Europa e da Ásia. Abrange acionistas, clientes, trabalhadores (internos e externos), entidades reguladoras, entidades certificadoras, organismos oficiais (Segurança Social, Autoridade Tributária), universidades, centros tecnológicos, centros de investigação, fornecedores, prestadores de serviços, governo, concorrência, comunidade envolvente e outras instituições.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Diretora Executiva de Pessoas e Sustentabilidade.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Alinhado com os requisitos da norma ISO 14001:2015, com os ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas e com os princípios do Pacto Global da ONU.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Website da Triangle's. Disponibilizada aos trabalhadores e fornecedores.

Documento [E1-24 | ESRS 2.65a]	Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	A identificação de aspetos ambientais consiste no reconhecimento de todas as atividades, produtos e serviços de uma organização que interagem com o ambiente. A avaliação de aspetos ambientais serve para determinar quais dessas interações têm impactos ambientais significativos.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias da Triangle's, em Portugal, abrangendo os seus colaboradores.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Diretora Executiva de Pessoas e Sustentabilidade.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Alinhado com os requisitos da norma ISO 14001:2015.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Através do Manual do Sistema de Gestão Integrada (SGI), partilhado com todos os colaboradores.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65 a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Conduta dos Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação de Código de Conduta: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa encontra-se em processo de definição de diversas políticas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Estão a ser desenvolvidas ações como a avaliação de riscos e a análise de resiliência, em paralelo com a definição das políticas e da estrutura organizacional associada. Prevê-se que estas políticas venham a ser definidas e implementadas ao longo de 2026. [ESRS2.62]

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (E1-3)

As Participadas do Grupo Semapa têm desenvolvido iniciativas estratégicas para garantir o cumprimento das metas estabelecidas, respondendo aos impactos, riscos e oportunidades materiais associados às alterações climáticas.

Destacam-se ações focadas na redução das emissões de GEE, através da otimização da eficiência energética, da transição para fontes de energia renováveis e da adoção de tecnologias inovadoras. Além disso, são promovidas iniciativas para a utilização de matérias-primas sustentáveis, a melhoria dos processos industriais e a implementação de soluções de economia circular.

A seguir, apresentam-se detalhadamente as ações e recursos relacionados com as alterações climáticas, evidenciando as iniciativas implementadas e planeadas para o futuro, bem como o seu contributo para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas em cada uma das Participadas do Grupo Semapa.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Para alcançar os objetivos definidos, a Navigator aloca recursos no âmbito das políticas relacionadas com as alterações climáticas, tanto para iniciativas já concretizadas como para aquelas ainda por implementar. As 10 ações que foram concluídas em 2025 representam um investimento em despesas de capital (CapEx) de 228,4 milhões de euros, ao longo dos vários anos de execução. [ESRS 2.69a]

Adicionalmente, foram desenvolvidos esforços significativos na implementação de projetos ao longo de 2025, os quais exigiram uma alocação extraordinária de recursos, tanto financeiros como humanos. Este esforço incluiu o envolvimento das equipas de operação e manutenção na entrada em serviço dos novos equipamentos, a realização de um elevado número de horas de formação para capacitar as equipas na sua operação e manutenção, bem como a adoção de tecnologias de baixo carbono e de soluções de descarbonização da indústria. [ESRS 2.69a]

As últimas quatro iniciativas que estão em implementação no âmbito do PRR serão concluídas em 2026. Em Aveiro, entrará em funcionamento um turbogerador de vapor associado à fábrica de *tissue*, com potência de 15,0 MW, representando um investimento total de 18,7 milhões de euros. Em Vila Velha de Ródão, serão finalizadas a nova caldeira de biomassa e a segunda fase da central fotovoltaica no solo, totalizando um investimento de cerca de 14 milhões de euros. Em Setúbal, será executada a conversão dos queimadores auxiliares da caldeira de biomassa, para utilização de gás natural e hidrogénio (até 20%), substituindo o combustível atual (*fuel*). Adicionalmente, as iniciativas concluídas no final de 2025 terão um período de aprendizagem e consolidação ao longo de 2026, esperando-se que se traduzam em reduções de emissões de GEE no próximo ano completo de 2026. [ESRS 2.69a]

Principais ações [E1.28; ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | E1.29b]
AÇÕES QUE VISAM A REDUÇÃO DE EMISSÕES DE ÂMBITO 1				
Nova caldeira de recuperação, Setúbal	Realizada	Operações próprias (Setúbal)	2025	101 000 tCO_2/ano
Novo sistema de recolha e incineração de gases não condensáveis, Setúbal	Realizada	Operações próprias (Setúbal)	2025	25 000 tCO_2/ano
Novo forno de cal a biomassa, Figueira da Foz	Realizada	Operações próprias (Figueira da Foz)	2025	9 000 tCO_2/ano
Adequação dos queimadores da caldeira de recuperação para H_2, Aveiro	Realizada	Operações próprias (Aveiro)	2025	2 000 tCO_2/ano
Conversão de forno de cal a biomassa, Aveiro	Realizada	Operações próprias (Aveiro)	2025	9 000 tCO_2/ano
Conversão de forno de cal a biomassa, Setúbal	Realizada	Operações próprias (Setúbal)	2025	15 000 tCO_2/ano
Instalação de reboiler para produção de vapor na PM2, Vila Velha de Ródão	Realizada	Operações próprias (Vila Velha de Ródão)	2025	600 tCO_2/ano
Nova caldeira de biomassa, Vila Velha de Ródão	Planeada	Operações próprias (Vila Velha de Ródão)	2026	11 000 tCO_2/ano
Adequação dos queimadores da caldeira de biomassa para H_2, Setúbal	Planeada	Operações próprias (Setúbal)	2026	3 000 tCO_2/ano
AÇÕES QUE VISAM A REDUÇÃO DE EMISSÕES DE ÂMBITO 2				
Nova central fotovoltaica cobertura, Vila Velha de Ródão	Realizada	Operações próprias (Vila Velha de Ródão)	2025	600 tCO_2/ano
Nova turbina de vapor para a fábrica de papel, Figueira da Foz	Realizada	Operações próprias (Figueira da Foz)	2025	2 000 tCO_2/ano
Projetos de eficiência energética	Realizada	Operações próprias	2025	2 00 tCO_2/ano
Valorização Energética das lamas biológicas na caldeira de recuperação, Aveiro	Realizada	Operações próprias (Aveiro)	2025	600 tCO_2/ano
Nova turbina de vapor para a fábrica de tissue, Aveiro	Planeada	Operações próprias (Aveiro)	2026	11 000 tCO_2/ano
Nova central fotovoltaica solo, Vila Velha de Ródão	Planeada	(Operações próprias (Vila Velha de Ródão)	2026	800 tCO_2/ano
AÇÕES QUE VISAM A REDUÇÃO DE EMISSÕES DE ÂMBITO 3				
Logística Outbound	Realizada e planeada	Operações na cadeia de valor a montante	Contínua	600 tCO_2/ano

Nota 1: Valores estimados considerando um ano completo de operação.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil tem implementado medidas para reduzir a sua pegada de carbono nas suas operações e gerar impactos positivos na cadeia de valor, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas. A decisão de implementar qualquer ação é precedida por uma avaliação rigorosa da sua viabilidade técnica e económica, bem como da disponibilidade de recursos financeiros que garantam a sua execução, considerando ainda o contexto local e a regulamentação aplicável. [AR21]

As ações realizadas e planeadas contribuem para cumprir os objetivos e metas da Secil. As metas validadas pela SBTi estão alinhadas com a trajetória para limitar o aquecimento global a 1,5°C, e refletem compromissos internacionais como o Acordo de Paris e o Pacto Ecológico Europeu. [ESRS 2.68a] Estas ações, associadas às principais alavancas da descarbonização, são parte do roteiro para a neutralidade carbónica. [E1.29a]

Principais ações [E1.28; ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | E1.29b]
Otimização energética no transporte de matérias-primas	Realizada	Operações próprias – Líbano	Curto prazo	Substituição do sistema de transporte pneumático do moinho vertical de cru para o silo de homogeneização, responsável pela alimentação do forno e dos moinhos de cimento nos silos de armazenagem, por um sistema de transporte mecânico, mais eficiente e com menor consumo de energia elétrica.
Instalação de uma central solar fotovoltaica de 10 MW	Realizada	Operações próprias – Líbano	Curto prazo	Aumentar a capacidade de produção de energia renovável nas operações e reduzir as emissões de CO_2.
Aumento da utilização de combustíveis alternativos: Expansão da Capacidade de Armazenamento e Análise de Combustíveis Alternativos	Em progresso	Operações próprias – Brasil	Curto prazo	Ampliar as infraestruturas de armazenamento, com a construção de um novo armazém para combustíveis alternativos, permitindo aumentar a taxa de substituição de combustíveis para 40%. Além disso, foi instalado um novo laboratório local, com o intuito de acelerar a análise das cargas recebidas.
Projeto Profuture Secil Maceira-Liz	Em progresso	Operações próprias – Portugal, Maceira	Médio prazo	Aumento da eficiência energética, com o objetivo de reduzir em 20% o consumo de energia (face a 2019). Eliminação do consumo de combustíveis fósseis através da utilização de até 90% de combustíveis alternativos e 10% de hidrogénio verde. Redução global de emissões de CO_2 na produção de clínquer, através da integração da utilização de energias limpas, do desenvolvimento de clínquer de baixo carbono e da digitalização do processo produtivo. O objetivo é alcançar uma redução de cerca de 30% face a 2019.
Acompanhamento dos resultados do Projeto Clean Cement Line	Em progresso	Operações próprias – Portugal, Outão	Curto prazo	A fábrica do Outão reduziu 11% das emissões específicas por toneladas de clínquer face ao baseline do projeto (Âmbito 1). O projeto CCL – a modernização do Forno 9 na fábrica do Outão – tem como principal objetivo a redução das emissões de Âmbito 1. Este projeto foi apoiado por quatro subprojetos de I&D destinados a eliminar a dependência de combustíveis fósseis, melhorar a eficiência energética, gerar eletricidade internamente, integrar a digitalização nos processos e reduzir as emissões de CO_2.
Secagem e processamento de cimentícios	Planeada	Operações próprias – Portugal, Outão e Maceira	Curto prazo	Projeto destinado a equipar as fábricas com infraestruturas adequadas para processar e secar grandes volumes de materiais cimentícios, com o objetivo de reduzir a incorporação de clínquer na produção de cimento.

Os investimentos ambientais da Secil são, em geral, financiados através de instrumentos verdes, como foi o caso do projeto CCL do Outão, e mais recentemente o projeto *Profuture* da Maceira, financiado por empréstimos obrigacionistas verdes (75 milhões de euros e até 72 milhões de euros, respetivamente). [ESRS 2.69a]

No total, as linhas de financiamento sustentável (*Green Bonds, Sustainability-Linked Bonds* e *Sustainability- Linked Loans*) representavam 74% do total das linhas contratadas pela Secil no final de 2025. A Secil possui vários financiamentos vinculados a indicadores-chave de desempenho (KPI) e metas de sustentabilidade, incluindo a redução das emissões de GEE, em Portugal, Brasil e Tunísia. [ESRS 2.69a]

O projeto que recebeu o maior investimento em CapEx e OpEx foi o Clean Cement Line (CCL) no Outão, com um montante de aproximadamente 86 milhões de euros. [ESRS 2.69b] O projeto com o maior investimento previsto é o Projeto *Profuture*, na Maceira, estimando-se um investimento total de cerca de 72 milhões de euros. [ESRS 2.69c]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Com o intuito de reduzir a sua pegada de carbono (âmbito 1 e 2), dar resposta aos impactos e riscos identificados, e cumprir as metas estabelecidas, a ETSA adotou e tem planeado diversas ações. [E1.29b | ESRS 2.68d] Estas ações estão alinhadas com os três vetores definidos no roteiro para a neutralidade carbónica da ETSA e metas. [E1.29a | E1.29b | ESRS 2.68d]

A ETSA tem apostado na descarbonização das suas unidades industriais através do investimento na redução do consumo de energias fósseis. A instalação de uma caldeira de biomassa na unidade de Loures e uma instalação de valorização energética de biomassa nas instalações fabris de Coruche permitiram à ETSA reduzir em mais de 80% as emissões de origem fóssil. [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e] Adicionalmente, está planeada a substituição de todos os queimadores de caldeiras de vapor a fuelóleo por queimadores a gás natural liquefeito (GNL), compatíveis com biogás quando este estiver disponível no futuro, reforçando a estratégia de transição para fontes de energia com menos emissões de CO_2 associadas.

A gestão de energia e a eficiência energética são igualmente uma aposta da Participada. Nesse sentido, a ETSA tem implementado um conjunto de projetos para tornar as suas instalações mais eficientes, tal como a otimização na gestão do funcionamento das caldeiras a biomassa, a substituição da iluminação por LED, a aquisição de equipamentos mais eficientes, a manutenção preventiva e a sensibilização dos colaboradores para práticas eficientes do uso de energia. [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]

As ações planeadas permitirão otimizar a eficiência energética das operações industriais, reduzindo o consumo de recursos e aumentando a sustentabilidade dos processos. A modernização da automação dos processos fabris irá melhorar o controlo dos equipamentos, reduzindo o consumo de energia elétrica e vapor. A instalação de centrais fotovoltaicas em regime de autoconsumo permitirá produzir internamente uma parte significativa da energia necessária às unidades fabris, diminuindo a dependência de fontes externas. Além disso, o *revamping* da Instalação de Valorização Energética de Biomassa (IVEB) da ITS aumentará o rendimento térmico da instalação, reduzindo o consumo de combustível e tornando o processo mais eficiente e sustentável. [ESRS 2.68a]

Entre as ações levadas a cabo pela ETSA, destacam-se as apresentadas na tabela seguinte.

Principais ações [E1.28; ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a]
Substituição da automação do processo fabril da ITS	Realizada	Processo fabril – Coruche	Curto prazo	Diminuição do consumo de vapor e energia elétrica
Revamping da IVEB da ITS	Realizada e planeada	Processo fabril – Coruche	Curto prazo	Aumento do rendimento térmico
Substituição da automação do processo fabril da Sebol Loures	Planeada	Processo fabril – Loures	Curto prazo	Diminuição do consumo de vapor e energia elétrica
Instalação de centrais fotovoltaicas nas unidades fabris	Planeada	Processo fabril – Loures e Coruche	Curto prazo	Diminuição das emissões associadas à energia elétrica

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

Considerando o estudo da pegada de carbono (tanto corporativa como de produto) e a análise realizada à Taxonomia Europeia, a Triangle's definiu ações que visam orientar as suas estratégias, promovendo a sustentabilidade e a redução das suas emissões ao longo de toda a sua cadeia de valor. [ESRS 2.62]

Principais ações [E1.28; ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | E1.29b]
Aumento do consumo de alumínio reciclado europeu – Fase 1	Realizada	Montante e operações próprias	Médio prazo	Diminuição continua da dependência de alumínio primário vindo da Ásia.
Aumento do consumo de alumínio reciclado europeu – Fase 2	Planeada	Montante e operações próprias	Médio prazo	Diminuição da pegada de carbono (transporte e extração de matéria-prima).
Arranque da segunda central fotovoltaica	Realizada	Operações próprias	Curto prazo	Aumento da produção de energia solar (cerca de 2,5 vezes mais de energia produzida por fontes renováveis).
Roteiro de descarbonização e submissão ao SBTi	Realizada	Operações próprias	Médio prazo	Estabelecimento de metas de descarbonização para 2030 e sua submissão ao SBTi.
Safe Green Team	Realizada	Operações próprias	Curto prazo	Reuniões bimestrais entre equipa multidisciplinar: sustentabilidade, infraestruturas, ambiente, qualidade, Sistema de Gestão Integrada, RH, segurança, manutenção, produção, para quick wins.
Estudo de avaliação dos sistemas de consumo energético com vista à racionalização	Realizada	Operações próprias	Médio prazo	Definição de um plano para redução e racionalização do consumo energético.
Planeamento do investimento à racionalização energética	Planeada	Operações próprias	Longo prazo	Troca de equipamentos a gás por equipamentos elétricos para a descarbonização.
STOP Energy – Fase 1	Realizada	Operações próprias	Curto prazo	Realização de uma auditoria interna ao chão de fábrica em período não produtivo para perceber o panorama dos equipamentos ligados sem necessidade.
STOP Energy – Fase 2	Planeada	Operações próprias	Curto prazo	Realização de auditorias periódicas a equipamentos que podem ser desligados em períodos não produtivos; implementação da rotina shutdown de equipamentos.
Life Cycle Assessment de 5 quadros	Realizada	Montante e operações próprias	Longo prazo	Realização de um estudo de impacto nas alterações climáticas na produção de 5 modelos de quadros (cradle-to-gate).
Avaliação da elegibilidade para um Corporate Power Purchase Agreement (PPA)	Planeada	Operações próprias	Longo prazo	Mudança para um contrato de energia a custo reduzido.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

No âmbito da mitigação das alterações climáticas e da redução das emissões associadas ao consumo de energia (âmbito 2), a Imedexa tem vindo a implementar medidas destinadas a melhorar a eficiência energética das suas operações e a aumentar a incorporação de energia proveniente de fontes renováveis.

Em 2025, a Participada realizou uma intervenção na instalação localizada em Cáceres, consistindo na melhoria das condições de iluminação natural. Esta ação teve como objetivo reduzir a necessidade de iluminação artificial e, consequentemente, diminuir o consumo de eletricidade e as emissões indiretas associadas. A medida implicou um investimento de CapEx no montante de 5 747 euros, tendo impacto direto nos colaboradores que desempenham funções nestas instalações. A eficácia desta intervenção será monitorizada ao longo de 2026. [ESRS 2.68b | ESRS 2.68c | ESRS 2.68d | ESRS 2.69b]

Para 2026, a Imedexa prevê avançar com a contratação de eletricidade com menor fator de emissão e com Garantias de Origem Renovável para as instalações de Cáceres e Valladolid. Esta medida visa reforçar a transição energética da organização, contribuindo para a redução das emissões de GEE e gerando impactos positivos nos colaboradores, fornecedores e sociedade. [ESRS 2.68b | ESRS 2.68c | ESRS 2.68d]

Principais ações [E1.28; ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | E1.29b]
Aquisição de eletricidade com Garantia de Origem Renovável	Realizada	Montante, operações próprias e jusante	Curto prazo	Mitigação dos impactos negativos da utilização de energia elétrica nas alterações climáticas.
Melhoria das condições de iluminação natural nas instalações de Cáceres diminuindo a necessidade de iluminação artificial	Realizada	Operações próprias	Curto prazo	Mitigação dos impactos negativos da utilização de energia elétrica nas alterações climáticas.

Os recursos financeiros alocados a estas iniciativas destinam-se a reduzir o consumo energético e a aumentar a proporção de eletricidade proveniente de fontes renováveis, contribuindo para o cumprimento dos objetivos ambientais definidos pela empresa no curto prazo. [ESRS 2.69a]

METAS E MÉTRICAS

METAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS (E1-4, MDR-T, MDR-M)

As Participadas do Grupo Semapa – Navigator, Secil, ESTA e Triangle's – definiram metas estratégicas para gerir impactos negativos, potenciar impactos positivos e abordar riscos e oportunidades materiais face às alterações climáticas. Estas metas refletem o compromisso do Grupo em promover a sustentabilidade e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

Para cada segmento de negócio, são detalhadas as metas estabelecidas, os respetivos objetivos, os valores de referência, o ano base, a métrica utilizada, o desempenho atual e as metas projetadas.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No seu Roteiro 2030, a Navigator definiu seis metas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas. As metas estabelecidas estão alinhadas com os impactos identificados na análise de Dupla Materialidade de 2025, garantindo uma abordagem estratégica e integrada na gestão das alterações climáticas. [E1.33]

Até 2035, a Navigator pretende reduzir em 86% as emissões diretas CELE de CO_2 nos seus complexos industriais, bem como diminuir em 63% as emissões de GEE dos âmbitos 1 e 2 e em 37,5% as emissões de GEE do âmbito 3. A otimização da intensidade energética, com esforços para melhorar a eficiência de forma continuada e assegurar que 80% do consumo total de energia primária provém de fontes renováveis, é, igualmente, uma meta proposta.

As metas estabelecidas para a redução das emissões de CO_2, estão diretamente alinhadas com o Roteiro de Descarbonização e com a Política Ambiental, refletindo o compromisso da Navigator com a sustentabilidade e a redução das emissões de GEE. Estas metas foram definidas tendo em consideração as operações próprias da Participada em Portugal e Espanha e contaram com a participação de *stakeholders* internos, do Conselho Ambiental, das Comissões de Acompanhamento das Comunidades, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e da SBTi. [ESRS 2.80 | ESRS 2.80c/g/h]

Objetivo e meta [ESRS2.80 | E1.34]	Âmbitos cobertos [E1.34b | AR24]	Baseline [E1.34c]	Métrica associada [ESRS2.75 | ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j] | E1.34b]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j] | E1.34b]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j] | E1.34b]	Resultados a alcançar [ESRS2.80b | E1.34d]
METAS RELACIONADAS COM GEE							
Reduzir em 86% as emissões diretas de CO_2 de âmbito CELE	89% âmbito 1	Valor de Referência: 774 464 t CO_2 Ano base: 2018	Emissões de CO_2 Âmbito 1 - CELE	-41% 457 990 tCO_2	-42% 452 756 tCO_2*	'-37% 485 054 tCO_2	-86% Ano: 2035

Objetivo e meta [ESRS2.80 | E1.34]	Âmbitos cobertos [E1.34b | AR24]	Baseline [E1.34c]	Métrica associada [ESRS2.75 | ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j] | E1.34b]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j] | E1.34b]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j] | E1.34b]	Resultados a alcançar [ESRS2.80b | E1.34d]
Reduzir em 63% as emissões de GEE de âmbitos 1 e 2	91% âmbito 1 e 96% âmbito 2 (abordagem de localização)**	937 710 tCO_2e Ano base: 2020	Emissões de GEE Âmbitos 1 e 2	-26% 698 715 tCO_2e	-36% 599 397tCO_2e	'-39% 572 079 tCO_2e	-63% Ano: 2035
Reduzir em 37,5% as emissões de GEE de âmbito 3	69% âmbito 3***	958 266 tCO_2e Ano base: 2020	Emissões de GEE Âmbito 3	+7% 1 142 275 tCO_2e	+10% 1 050 577tCO_2e	'+11% 1 059 752 tCO_2e	-37,5% Ano: 2035
Otimizar a intensidade energética, ano após ano	-	Ano base: 2020	Intensidade energética	12,9 GJ/t	12,7 GJ/t	13,7 GJ/t	Ano: 2030
Aumentar a utilização de energia renovável no CRD sumo total de energia primária	-	70% Ano base: 2020	-	80%	80%	79%	80% Ano: 2030
Desenvolver planta clonal e seminal geneticamente melhorada, com ganhos de produtividade e resiliente às alterações climáticas	-	-	Ganho em volume e pasta (%), Diversidade genética (n.º de cruzamentos, n.º de clones entregues ou outro indicador de diversidade).	Incorporação de 29 lotes de sementes relativos a 24 espécies por importação e colheita no arboreto português "Escaroupim", para aumento da diversidade do Programa de Melhoramento Genético a longo prazo via hibridação com E. globulus.	Entregues 3 novos clones no portfólio dos Viveiros Aliança com um ganho genético de 41% (volume e pasta), todos com resistência a Neopestalotiopsis, e dois com resistência conhecida a Ophelimus.	No pomar de sementes de E. globulus foram recolhidos 250 kg de cápsulas que produzirão cerca de 1 kg de semente melhorada, traduzindo-se em cerca de 300 000 plantas a usar em florestação operacional. Foram medidos 18 ensaios que trazem para a análise genética 146 novos clones (15 deles híbridos) e 39 novas famílias (4 delas híbridas), contribuindo para a diversidade do PMG e possibilitando recomendar a médio/ longo prazo novos e diversificados clones mais produtivos que contribuirão para a resiliência da floresta de eucalipto.	Manter ganhos de volume e pasta (30-50%) e/ou enriquecer a diversidade genética (para fatores bióticos e abióticos).

* Valor corrigido pela verificação CELE (valor anterior 454 234 tCO_2). [ESRS 2.13]

** São excluídas do âmbito 1 as seguintes fontes de emissão: i) emissões associadas aos gases fluorados; ii) frota própria; iii) CH_4 e N_2O associados à utilização dos fertilizantes, representando cerca de 4% do inventário.

*** Foram consideradas as categorias: Categoria 1, excluindo as emissões associadas à aquisição de PCC, pasta, serviços, madeira e biomassa residual florestal; e as categorias 3, 4, 9, 10 (emissões relativas à transformação de pasta em UWF e tissue) e 12 (50% das emissões associadas à deposição em aterro).

Como parte do objetivo de reduzir em 86% as emissões CELE até 2035, foi definida uma meta intermédia de redução de 31,5% até 2027. Esta meta foi ultrapassada em dois anos consecutivos, 2023 e 2024, pelo que a Navigator considera como concluída. [ESRS 2.80e]

A redução das emissões diretas CELE de CO_2 nos complexos industriais foi definida em conformidade com a Diretiva do Comércio Europeu de Licenças de Emissão. Já as duas metas de redução de emissões de GEE nos âmbitos 1, 2 e 3 foram estabelecidas com base nos princípios do GHG Protocol e alinhadas com a iniciativa SBTi. [ESRS 2.80f] As metas validadas pela SBTi abrangem toda a atividade da Navigator. [E1.34b]

A Participada definiu as suas metas de descarbonização tendo em conta fatores futuros, como mudanças nas preferências dos consumidores, evolução regulatória e novas tecnologias. [E1.34e]

Os anos-base de 2018 e 2020 foram selecionados por refletirem períodos representativos da operação da Navigator, com níveis de produção alinhados com a média dos últimos cinco anos. [E1.AR25a]

Os valores-alvo de referência alinhados com a limitação do aquecimento global a 1,5ºC para os âmbitos 1 e 2 foram calculados com base na metodologia e na ferramenta disponibilizada pela SBTi. [E1.AR26]

Face ao período de relato anterior, a meta e a metodologia de cálculo mantêm-se inalteradas [ESRS 2.80j]. Os progressos alcançados antes do ano de referência atual estão documentados no Roteiro 2030. [E1.34c]

SEGMENTO CIMENTO

A Secil tem as suas metas de descarbonização de curto prazo (*near-term*) aprovadas pela Science-Based Targets initiative (SBTi). [ESRS 2.80g| E1.34e] Para isso, o Roteiro da Participada foi verificado e alinhado com os critérios científicos da SBTi, nomeadamente com os requisitos e orientações específicos para o setor cimenteiro aplicáveis a metas de curto prazo. Neste enquadramento, as metas definidas para 2030, relativas aos âmbitos 1 e 2, foram classificadas como alinhadas com uma trajetória de 1,5°C, o limite mais ambicioso estipulado pelo Acordo de Paris. [E1.AR26 | ESRS 2.80g | E1.34e]

A Secil compromete-se a reduzir as emissões brutas de GEE de âmbito 1 e 2 em 30,4% por tonelada de cimento até 2030, face ao ano base de 2020. Compromete-se ainda a reduzir as emissões brutas de GEE de âmbito 3 dos bens e serviços adquiridos em 25,3% por tonelada de clínquer e cimento no mesmo prazo. [E1.34a | E1.34b | E1.AR23].

A Secil pretende atingir em termos específicos a emissão de 544 kg CO_2/t de cimento em 2030 em comparação com o ano de referência de 2020 de 781 kg CO_2/t de cimento, relativamente aos âmbitos 1 e 2. A meta de 2030 cobre 98,7% das emissões das operações próprias da empresa (âmbito 1 e 2). Pretende-se uma redução de 28% nas emissões de âmbito 1 e de 80% nas emissões de âmbito 2 [E1.34b | E1.AR24]. O limite da meta de redução não diverge do limite das emissões relatadas na E1-6. [E1.34b]

A formalização deste compromisso contou com o envolvimento de *stakeholders* internos, incluindo os responsáveis de cada geografia diretamente envolvidos no tópico das emissões de CO_2, a gestão de topo e os consultores que apoiaram o processo de validação das metas. [ESRS 2.80h]

A meta de redução de emissões foi definida com base no potencial de mitigação de cada ação integrada no roteiro, sendo adaptada para cada operação de cimento, em função do respetivo contexto local e dos projetos implementados ou previstos para alimentação em cada geografia [ESRS 2.80f | E1.34e]. Para a definição do objetivo, foram consideradas as projeções de produção de cimento associadas às vendas estimadas para 2030, tendo por base a evolução esperada do mercado nas diferentes regiões onde a Secil opera. Este desenvolvimento apresenta dinâmicas distintas consoante a geografia, prevendo-se estabilidade na Europa, crescimento moderado na Tunísia e no Líbano, e um crescimento mais acentuado no Brasil. [E1.34e]

Objetivo e meta [ESRS2.80 | E1.32 | E1.34]	Âmbitos Cobertos [E1.34b | AR24]	Baseline [ESRS2.80d | E1.34c]	Métrica associada [ESRS2.75 | ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80] | E1.34b]	Desempenho 2024 [ESRS2.80] | E1.34b]	Desempenho 2025 [ESRS2.80] | E1.34b]	Resultado [ESRS2.80b | ESRS2.80e | E1.34d]
METAS RELACIONADAS COM GEE							
Reduzir as emissões brutas de âmbito 1 e 2 por tonelada de cimento em 30,4%	Âmbito 1 e 2 (abordagem de mercado)	Valor de referência: 781 Ano base: 2020	Emissões brutas de GEE de âmbito 1 e 2 (kg CO_2 / t cimento)	721	693	680	544 Ano: 2025

Nota 1: A fronteira da meta inclui emissões e remoções na categoria de uso do solo associadas às matérias-primas de bioenergia.

Nota 2: A fronteira inclui as fábricas do Outão, Maceira, Adrianópolis, Pomerode, Gabès e Sibline.

Nota 3: O desempenho de 2024 e 2025 e a meta de 2030 contemplam apenas as emissões de CO_2. O baseline contempla emissões de CO_2 e de outros GEE.
Nota 4: Para os valores de âmbito 2 foi considerada a abordagem de mercado.
Nota 5: O Roteiro da Secil foi verificado e alinhado com os critérios científicos da SBTi, classificando a meta de 2030, para os âmbitos 1 e 2, como estando alinhada com uma trajetória de 1,5°C, o limite mais ambicioso estipulado pelo Acordo de Paris. [ESRS 2.80i | AR25b].

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA assume o compromisso de reduzir em 96% as suas emissões brutas de GEE dos âmbitos 1 e 2, resultantes da sua atividade em Portugal, até 2050, tendo como ano base 2020. [ESRS 2.80c] Para este objetivo foram definidas metas intermédias para 2030 de 5 425 tCO_2e (-55%) e para 2035 de 1 317 t CO_2e, o que equivale a uma redução de 89% de emissões de âmbito 1 e 2. [ESRS 2.80e] O cumprimento desta meta está alocado às ações definidas no roteiro para a neutralidade carbónica da ETSA, assente em três vetores de descarbonização. [E1.33 | E1.34f]

A ETSA não considerou cenários climáticos ou desenvolvimentos futuros na definição da sua meta de redução de emissões. [E1.34e | E1.34f | E1.AR25a] A formalização deste compromisso não envolveu a participação de *stakeholders* [ESRS 2.80h], nem se encontra validada externamente. [E1.34e] Desde a sua formalização, a meta e metodologia mantêm-se inalterados. [ESRS 2.80i | E1.AR25b] Adicionalmente, a ETSA está a considerar rever o seu plano de descarbonização.

Objetivo e meta [ESRS2.80 | E1.32 | E1.34]	Âmbitos cobertos [E1.34b | AR24]	Baseline [ESRS2.80d | E1.34c]	Métrica associada [ESRS2.75 | ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80] | E1.34b]	Desempenho 2024 [ESRS2.80] | E1.34b]	Desempenho 2025 [ESRS2.80] | E1.34b]	Resultado [ESRS2.80b | ESRS2.80e | E1.34d]
Reduzir em 96% as emissões de GEE de âmbito 1 e 2	Âmbito 1 e 2	Valor de Referência: 12 058 Ano base: 2020	Emissões de GEE de âmbito 1 e 2 (abordagem de mercado) (t CO_2e)	10 779	13 043	38 204	470 Ano: 2050

Nota: As emissões totais de 2025 aumentaram em comparação com os anos anteriores devido, maioritariamente, à aquisição da Barna em janeiro de 2025.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

Em 2025, a Triangle's definiu uma meta de redução do consumo de energia, com base nas análises realizadas e em curso, e na estratégia de descarbonização em desenvolvimento. [ESRS 2.81a]

Objetivo e meta [ESRS2.80 | E1.32 | E1.34]	Âmbitos cobertos [E1.34b | AR24]	Baseline [ESRS2.80d | E1.34c]	Métrica associada [ESRS2.75 | ESRS2.80b]	Desempenho 2025 [ESRS2.80] | E1.34b]	Resultado [ESRS2.80b | ESRS2.80e | E1.34d]
Redução da intensidade energética (energia elétrica, combustível e gás natural) por unidade produzida	Âmbito 1 e 2	Valor de Referência: 0,0054 tep/up Ano base: 2023	Consumo de energia (energia elétrica, combustíveis e gás natural) por quadros embalados (tep/up)	0,0063 tep/up	0,0054 tep/up Ano: 2030

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa encontra-se em processo de definição de metas específicas destinadas a reforçar a eficácia das suas ações de mitigação das alterações climáticas. Estas metas serão formalmente estabelecidas e monitorizadas ao longo de 2026, com o objetivo de apoiar a melhoria contínua do desempenho ambiental da organização e a redução das emissões de gases com efeito de estufa. [ESRS 2.81a]

CONSUMO DE ENERGIA E *MIX* ENERGÉTICO (E1-5)

No âmbito do compromisso do Grupo Semapa com a sustentabilidade e a eficiência energética, apresentam-se os resultados das Participadas e do próprio Grupo Semapa relativamente ao consumo de energia e ao respetivo *mix* energético. A análise inclui a distribuição do consumo entre fontes renováveis e não renováveis, bem como a produção de eletricidade, permitindo avaliar a transição para um modelo energético mais sustentável.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Em 2025, o consumo total de energia da Navigator foi de 12 649 217 MWh, distribuído por 78% de fontes renováveis, 21% de fontes fósseis e 1% de fontes nucleares [AR34 | E1.37].

No ano de relato, a Navigator produziu 1 325 440 MWh, sendo 1 028 134 MWh provenientes de fontes renováveis e 297 306 MWh de fontes fósseis. [E1.39] A produção de energia elétrica reportada inclui todas as geografias onde a Navigator dispõe de ativos de geração, nomeadamente Portugal e Espanha. Os valores apresentados incluem tanto a energia elétrica autoconsumida nas instalações da Participada como a energia excedentária injetada na rede. A produção de energia elétrica é determinada com base em medições realizadas através de contadores dedicados.

Nas três fábricas de pasta, a Navigator produz energia elétrica renovável a partir de biomassa em cogerações de elevada eficiência. Adicionalmente, dispõe de duas centrais termoelétricas a biomassa dedicadas a venda de eletricidade, localizadas em Aveiro e Setúbal, respetivamente. Produz também energia elétrica renovável em dez centrais fotovoltaicas em regime de autoconsumo, que se encontram nos complexos industriais de Aveiro, Figueira, Setúbal e Ejea (Espanha), bem como no Instituto RAIZ e na Herdade de Espirra; e, desde 2025, também no site de Vila Velha de Ródão. Adicionalmente, em Setúbal e na Figueira da Foz, é produzida energia elétrica em duas centrais de ciclo combinado a gás natural, sendo que a central da Figueira da Foz se encontra, atualmente, em regime de *backup*.

Consumo de energia nas operações próprias (MWh) **[E1.37a;b;c | E1.38a;b;c;d;e | AR33 AR34]**	**2025**	**2024**
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão	0	0
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos	240 689	240 757
Consumo de energia proveniente do gás natural	2 161 783	2 050 398
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis	37 786	39 973
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes fósseis	308 287	346 079
Total de energia consumida proveniente de fontes fósseis	**2 748 545**	**2 677 206**
Total de energia consumida proveniente de fontes nucleares	**88 558**	**123 061**
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa	8 994 991	8 943 195
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	799 219	898 251
Consumo de energia renovável não-combustível autoproduzida	17 904	10 938
Total de energia consumida proveniente de fontes renováveis	**9 812 114**	**9 852 383**
Consumo total de energia	**12 649 217**	**12 652 651**

Nota 1: O consumo de energia reportado inclui a energia primária e elétrica consumidas em todas as geografias onde a Navigator opera, sendo excluídos os consumos de eletricidade dos escritórios internacionais, dada a sua baixa materialidade. O consumo nas instalações industriais representa 99,9% do total da Navigator, sendo o restante distribuído pela atividade florestal, escritórios em Portugal, e em mobilidade de colaboradores.
Nota 2: Os consumos de eletricidade e gás natural são medidos através de contadores próprios geridos pelo operador de rede, enquanto os consumos de fuel e biomassa são medidos através de básculas existentes nos complexos industriais.
Nota 3: O poder calorífico inferior (PCI) dos combustíveis é considerado de acordo com o Regulamento CELE. O licor negro é quantificado com base em caudalímetros à entrada da caldeira de recuperação. Até 2024, foram utilizados PCIs tabelados para o licor negro, de acordo com o Regulamento CELE; em 2025, passaram a ser utilizados PCIs medidos em laboratório, refletindo uma abordagem mais rigorosa e ajustada ao perfil de produção da Navigator.
Nota 4: O consumo de energia associado à mobilidade dos colaboradores é estimado com base no registo de quilómetros em plataformas próprias ou, quando aplicável, a partir de custos faturados.
Nota 5: Em 2025, as alterações metodológicas mais relevantes incluem a revisão do apuramento do PCI do licor negro e a integração de um ano completo de atividade da Navigator Tissue UK.

A Navigator opera em Setores de Elevado Impacto Climático (HCIS, na sigla em inglês), sendo que a intensidade energética da atividade da Participada nestes setores em 2025 foi de 6 422 MWh/milhão de euros de volume de negócios, nos quais houve o consumo de 12 649 217 MWh de energia, o que corresponde ao consumo total da Navigator. [E1.38 | E1.40 | E1.41]

SEGMENTO CIMENTO

O tema da energia e eficiência energética são fundamentais na indústria cimenteira, impactando custos, competitividade, sustentabilidade ambiental, e conformidade legal e regulamentar. Apesar dos desafios, as oportunidades de minimização de custos, redução de emissões e promoção de inovação justificam os esforços.

Neste âmbito a Secil tem vindo a investir no aumento da incorporação de energia de fontes renováveis, no aumento de combustíveis alternativos, assim como no investimento da eficiência energética das fábricas.

Relativamente ao consumo de energia (térmica e elétrica), em 2025, foram consumidos 5 483 514 MWh, um aumento de 16% face a 2024, devido sobretudo ao aumento de produção de clínquer e cimento. A distribuição do consumo de energia nas operações da Secil foi composta por 85% de fontes fósseis, 14% de fontes renováveis e 0,6% de fontes nucleares. [E1.AR34 | E1.37] A área do cimento é a que ocupa a maior fatia, sendo responsável por cerca de 95% do consumo total de energia.

Em termos de produção de energia, a Secil produziu energia renovável não-combustível, totalizando 3 599 MWh em 2025 [E1.39],a qual é utilizada para consumo nas suas operações. Em termos de intensidade energética, em 2025, a Secil registou 7 299 MWh/milhão de euros de volume de negócios. [E1.41]

Apresentam-se no quadro seguinte os consumos de energia nas operações controladas pela Secil.

Consumo de energia nas operações próprias (MWh) **[E1.37a;b;c | E1.38a;b;c;d;e | AR33 AR34]**	**2025**	**2024**
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão	409 236	192 802
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos	3 233 262	2 935 174
Consumo de energia proveniente do gás natural	13 802	16 637
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis	719 205	640 425
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes fósseis	306 152	260 272
Total de energia consumida proveniente de fontes fósseis	**4 681 656**	**4 045 309**
Total de energia consumida proveniente de fontes nucleares	**33 828**	**25 654**
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa	480 011	356 437
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	284 419	288 171
Consumo de energia renovável não-combustível autoproduzida	3 599	2 522
Total de energia consumida proveniente de fontes renováveis	**768 029**	**647 130**
Consumo total de energia	**5 483 514**	**4 718 093**

Nota 1: O consumo de eletricidade nas instalações da Madeira Cimentos, Madeira Agregados e Madeira Betão (Portugal) em dezembro de 2025 foi estimado com base nos consumos registados no mesmo período de 2024.

Nota 2: O consumo de energia proveniente de fontes nucleares apenas é referente às operações em Portugal e Terneuzen (Países Baixos).

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Em 2025, o consumo total de energia da ETSA foi de 205 801 MWh. O consumo energético nas operações da ETSA foi proveniente de fontes renováveis (46%) e fontes fósseis (54%) [AR34 | E1.37]. A Participada não possui atividade de produção de energia [E1.39], nem opera em HCIS.

O aumento do consumo de energia em 44% face a 2024 deve-se, essencialmente, à aquisição da Barna em janeiro de 2025. O aumento mais significativo verificou-se no consumo de gás natural, uma vez que a Barna produz energia térmica exclusivamente através da queima deste combustível. Além disso, tem um sistema de tratamento térmico de odores com recurso a gás natural. Tanto o aumento no consumo de outros combustíveis de origem fóssil como a diminuição no consumo de outras fontes renováveis estiveram relacionados com uma paragem programada da Instalação de Valorização Energética de Biomassa (IVEB), levando a um menor consumo de farinha de carne e osso e a um aumento da utilização de *slop oil* para a produção de vapor.

Consumo de energia nas operações próprias (MWh) [E1.37a;b;c | E1.38a;b;c;d;e | AR33 AR34]	2025	2024
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão	0	0
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos	0	0
Consumo de energia proveniente do gás natural	39 485	1 071
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis	65 424	33 819
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes fósseis	5 813	2 113
Total de energia consumida proveniente de fontes fósseis	**110 722**	**37 003**
Total de energia consumida proveniente de fontes nucleares	**0**	**0**
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa	84 490	97 296
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	10 589	8 453
Consumo de energia renovável não-combustível autoproduzida	0	0
Total de energia consumida proveniente de fontes renováveis	**95 079**	**105 749**
Consumo total de energia	**205 801**	**142 752**

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

Em 2025, o consumo total de energia da Triangle's foi de 5 542 MWh, distribuído por origem em 60% de fontes fósseis, 35% de fontes renováveis e 5% de fontes nucleares. [E1.AR34 | E1.37] No mesmo ano, a Participada produziu 537 MWh de energia renovável através de painéis fotovoltaicos, dos quais 59% foram consumidos internamente [E1.39]. A Triangle's não opera em HCIS.

O consumo de gás natural aumentou 40% em 2025 face a 2024, uma vez que a pintura de quadros a pó trabalhou o ano completo de 2025.

Consumo de energia nas operações próprias (MWh) [E1.37a;b;c | E1.38a;b;c;d;e | AR33 AR34]	2025	2024
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão	0	0
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos	349	306
Consumo de energia proveniente do gás natural	2 256	1 616
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis	0	0
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes fósseis	713	1 016
Total de energia consumida proveniente de fontes fósseis	**3 318**	**2 939**
Total de energia consumida proveniente de fontes nucleares	**265**	**120**
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa	0	0
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	1 642	812
Consumo de energia renovável não-combustível autoproduzida	317	328
Total de energia consumida proveniente de fontes renováveis	**1 959**	**1 140**
Consumo total de energia	**5 542**	**4 199**

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

Em 2025, o consumo total de energia da Imedexa foi de 7 090 MWh. Deste total, 82% teve origem em fontes fósseis, 2% em fontes nucleares e 16% em fontes renováveis. [E1.AR34 | E1.37] A Imedexa produz energia através de painéis fotovoltaicos nas fábricas de Cáceres e Medina del Campo [E1.39]. Adicionalmente, a Imedexa opera em HCIS.

Consumo de energia nas operações próprias (MWh) [E1.37a;b;c | E1.38a;b;c;d;e | AR33 AR34]	2025
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão	0
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos	383
Consumo de energia proveniente do gás natural	4 359
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis	31
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes fósseis	1 180
Total de energia consumida proveniente de fontes fósseis	**5 952**
Total de energia consumida proveniente de fontes nucleares	**142**
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa	29
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	912
Consumo de energia renovável não-combustível autoproduzida	55
Total de energia consumida proveniente de fontes renováveis	**996**
Consumo total de energia	**7 090**

SEGMENTO *HOLDINGS*

Em 2025, o consumo total de energia da *Holding* foi de 563 MWh, sendo 15,6% proveniente de fontes renováveis, 80,8% de fontes fósseis e 3,6% de fontes nucleares. [E1.AR34 | E1.37] A *Holding* Semapa não possui atividade de produção de energia, [E1.39] nem opera em HCIS. O consumo de energia relativo a 2024 foi corrigido como resultado da inclusão dos consumos da frota de veículos ligeiros da Semapa.

Consumo de energia nas operações próprias (MWh) [E1.37a;b;c | E1.38a;b;c;d;e | AR33 AR34]	2025	2024
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão	0	0
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos	398	321
Consumo de energia proveniente do gás natural	0	0
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis	0	0
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes fósseis	58	69
Total de energia consumida proveniente de fontes fósseis	**455**	**390**
Total de energia consumida proveniente de fontes nucleares	**20**	**15**
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa	0	0
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	88	77
Consumo de energia renovável não-combustível autoproduzida	0	0
Total de energia consumida proveniente de fontes renováveis	**88**	**77**
Consumo total de energia	**563**	**482**

GRUPO SEMAPA

Em 2025, o consumo total de energia nas operações do Grupo Semapa foi de 18 351 729 MWh, um aumento de 5% face a 2024). [E1.AR24 | E1.37] O consumo de energia proveniente de fontes renováveis foi de 10 678 266 MWh, correspondendo a 58% do total. A principal fonte renovável utilizada foi a biomassa e outros combustíveis renováveis (52% do total), complementada pela eletricidade, calor, vapor e arrefecimento adquiridos de fontes renováveis (6%). [E1.AR24 | E1.37] O consumo de energia proveniente de fontes nucleares representou uma parcela reduzida do total (0,7%) [E1.AR24 | E1.37]

O consumo de energia proveniente de fontes fósseis totalizou 7 550 649 MWh, representando aproximadamente 41% do consumo total. Dentro deste grupo, destacam-se os combustíveis derivados do petróleo e o gás natural (19% e 12% do total de energia, respetivamente). [E1.AR34 | E1.37]

Os dados evidenciam um compromisso significativo do Grupo Semapa com a transição energética, uma vez que cerca de 59% da energia consumida provém de fontes renováveis. A predominância da biomassa reforça a importância da valorização energética de recursos naturais sustentáveis dentro das operações do Grupo. No entanto, a dependência de fontes fósseis ainda é expressiva, sobretudo nos combustíveis derivados do petróleo e no gás natural.

Quanto à distribuição do consumo de energia entre as Participadas do Grupo Semapa, a Navigator representou 69% do consumo total do grupo, a Secil 30%, e as restantes empresas (ETSA, Triangle's e *Holding* Semapa) totalizaram 1%.

Em 2025, o Grupo Semapa produziu um total de 1 329 632 MWh de energia, distribuída entre fontes renováveis e não renováveis. A produção de energia proveniente de fontes renováveis foi de 1 032 326 MWh (78% do total) e de fontes não renováveis de 297 306 MWh (22% do total). [E1.39] A Navigator foi responsável por 99,7% da energia produzida pelo Grupo.

Consumo de energia nas operações próprias (MWh) [E1.37a;b;c | E1.38a;b;c;d;e | AR33 AR34]	2025	2024
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão	409 236	192 802
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos	3 475 080	3 176 558
Consumo de energia proveniente do gás natural	2 221 684	2 069 722
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis	822 447	714 217
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes fósseis	622 202	609 549
Total de energia consumida proveniente de fontes fósseis	**7 550 649**	**6 762 847**
Total de energia consumida proveniente de fontes nucleares	**122 814**	**148 851**
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa	9 559 521	9 396 928
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	1 096 869	1 195 764
Consumo de energia renovável não-combustível autoproduzida	21 876	13 788
Total de energia consumida proveniente de fontes renováveis	**10 678 266**	**10 606 480**
Consumo total de energia	**18 351 729**	**17 518 177**

Nota 1 Navigator: O consumo de energia reportado inclui a energia primária e elétrica consumidas em todas as geografias onde a Navigator opera, sendo excluídos os consumos de eletricidade dos escritórios internacionais, dada a sua baixa materialidade. O consumo nas instalações industriais representa 99,9% do total da Navigator, sendo o restante distribuído pela atividade florestal, escritórios em Portugal, e em mobilidade de colaboradores. Os consumos de eletricidade e gás natural são medidos através de contadores próprios geridos pelo operador de rede, enquanto os consumos de fuel e biomassa são medidos através de básculas existentes nos complexos industriais. O poder calorífico inferior (PCI) dos combustíveis é considerado de acordo com o Regulamento CELE. O licor negro é quantificado com base em caudalímetros à entrada da caldeira de recuperação. Até 2024, foram utilizados PCIs tabelados para o licor negro, de acordo com o Regulamento CELE; em 2025, passaram a ser utilizados PCIs medidos em laboratório, refletindo uma abordagem mais rigorosa e ajustada ao perfil de produção da Navigator. O consumo de energia associado à mobilidade dos colaboradores é estimado com base no registo de quilómetros em plataformas próprias ou, quando aplicável, a partir de custos faturados.

Nota 2 Navigator: Em 2025, as alterações metodológicas mais relevantes incluem a revisão do apuramento do PCI do licor negro e a integração de um ano completo de atividade da Navigator Tissue UK.

Nota 3 Secil : O consumo de eletricidade nas instalações da Madeira Cimentos, Madeira Agregados e Madeira Betão (Portugal) em dezembro de 2025 foi estimado com base nos consumos registados no mesmo período de 2024.

Nota 4 Secil: O consumo de energia proveniente de fontes nucleares apenas é referente às operações em Portugal e Terneuzen (Países Baixos).

EMISSÕES BRUTAS DE GEE DE ÂMBITO 1, 2, 3 E EMISSÕES BRUTAS TOTAIS DE GEE (E1-6)

No âmbito do compromisso do Grupo Semapa com a transparência e a gestão eficaz das emissões GEE, apresentam-se os dados reportados pelas Participadas e o valor consolidado do Grupo. Este reporte abrange as emissões de GEE nos âmbitos 1, 2 e 3, refletindo o impacto das operações das Participadas e a evolução dos seus esforços para a redução da pegada de carbono.

A apresentação detalhada dos dados permite avaliar o progresso em relação às metas de descarbonização e o alinhamento com os objetivos estratégicos do Grupo Semapa, assegurando uma comunicação clara do desempenho.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

O cálculo de emissões de âmbito 1 inclui as emissões diretas associadas às atividades realizadas pela Empresa, e exclui os escritórios internacionais, devido à sua reduzida materialidade. No cálculo, contabilizam-se as emissões de CO_2 incluídas no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), que representaram, em 2025, cerca de 91% do total de âmbito 1. São contabilizadas as restantes emissões de CO_2, CH_4, N_2O e de gases fluorados, de acordo com as diretrizes do GHG Protocol. São incluídas as emissões relativas às atividades industriais, florestais e de I&D, bem como as emissões associadas às deslocações de colaboradores em frota própria. As emissões de CO_2 de origem biogénica resultam da combustão de licor negro e outros combustíveis biomássicos para a produção de energia, respeitando os critérios de sustentabilidade da Diretiva REDIII. [E1.AR39b]

Em 2025, as alterações mais relevantes incluem a contabilização das emissões associadas a um ano completo de atividade da Navigator Tissue UK e o impacto de dificuldades operacionais verificadas no complexo industrial de Setúbal, que implicaram um aumento do consumo de combustíveis fósseis, na sequência de paragens não planeadas. [E1.47]

Em 2025, verificou-se um aumento de cerca de 6% no total de emissões face a 2024 (abordagem baseada na localização), refletindo sobretudo a incorporação de um ano completo da atividade da Navigator Tissue UK e a integração das suas emissões no âmbito 3. Relativamente às emissões de âmbito 2, registou-se uma redução significativa de 42% face a 2024 (abordagem baseada na localização), motivada pela diminuição dos fatores de emissão. No que respeita às emissões

calculadas segundo a abordagem baseada na localização, o fator de emissão em Portugal fixou-se em 65,8 kg CO_2/MWh, refletindo a elevada incorporação de energia de origem renovável no *mix* elétrico nacional.

No que respeita às emissões calculadas segundo a abordagem baseada no mercado, o resultado é influenciado pelas combinações de fornecimento dos comercializadores de energia. Este indicador tem em consideração os instrumentos contratuais estabelecidos para o fornecimento de eletricidade de origem renovável, designadamente um *Power Purchase Agreement* (PPA) de 115 GWh celebrado com a Endesa, que inclui a entrega de garantias de origem renovável, bem como o fornecimento de eletricidade ao abrigo de PPAs físicos associados às centrais fotovoltaicas da Figueira da Foz e de Ejea. Destaca-se, igualmente, a Navigator Tissue UK, onde a eletricidade adquirida é proveniente, na sua totalidade, de fontes renováveis.

Para o cálculo de emissões de âmbito 3, consideram-se as diretrizes do GHG Protocol. Neste âmbito segue-se uma metodologia híbrida: *average data* e *spent data*. A combinação destas duas metodologias configura a melhor abordagem para o cálculo das emissões de âmbito 3. [E1.AR46h] Os fatores de emissão selecionados para o cálculo de emissões de âmbito 3 são provenientes de bases de dados credíveis, maioritariamente da Ecoinvent e DEFRA. Não são utilizados fatores de emissão assegurados pelos fornecedores. [E1.AR39] e [E1.AR46g] Em 2025, registou-se um aumento de 11% das emissões de âmbito 3, influenciado sobretudo pela inclusão da atividade da Navigator Tissue UK. Ao longo do ano, foram introduzidas melhorias metodológicas no cálculo destas emissões, em linha com o compromisso da Navigator de integrar progressivamente dados mais abrangentes e de maior qualidade.

No que respeita à categoria 1, foram incluídos materiais de embalagem, produtos químicos e outras matérias-primas anteriormente não quantificadas. A metodologia de cálculo das emissões associadas às categorias 4 e 9 foi igualmente aprimorada. No transporte a montante (categoria 4), foram melhorados os cálculos das distâncias percorridas entre fornecedores de químicos e embalagens e os nossos complexos industriais. No transporte a jusante (categoria 9), foram incluídos os transportes primários (entre as fábricas e as plataformas) e secundários (entre as plataformas e os clientes), tendo sido também aperfeiçoado o apuramento das distâncias percorridas.

Em termos de intensidade das emissões de GEE, em 2025, a Navigator registou 1 092 tCO_2e/milhão de euros de volume de negócios com base na abordagem de localização e 1 123 tCO_2e/milhão de euros com base na abordagem de mercado [E1.53 |E1.54].

[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	Retrospetiva				Objetivos intermédios e anos das metas		
	Ano base 2020	Comparativo 2024	2025	% N/N-1	2035	2050	% anual da meta / ano de base
ÂMBITO 1							
Emissões de GEE de âmbito 1 - fóssil	**741 188**	**508 250**	**531 204**	**5%**	*	**0**	**0**
Percentagem de emissões de GEE do âmbito 1 provenientes de regimes regulamentados de comércio de licenças de emissão	95%	89%	91%	2%	—	—	—
ÂMBITO 2							
Emissões de GEE de âmbito 2 com base na localização	**223 356**	**140 633**	**81 308**	**-42%**	*	**—**	**—**
Emissões de GEE de âmbito 2 com base no mercado	**281 701**	**126 020**	**142 753**	**13%**	**—**	**—**	**—**
ÂMBITO 3							
Categoria 1 – Bens e serviços adquiridos	934 752	856 601	961 651	12%	—	—	—
Categoria 3 – Atividades relacionadas com os combustíveis e eletricidade	125 528	90 324	92 501	2%	—	—	—
Categoria 4 – Transporte e distribuição a montante	46 513	95 383	103 934	9%	—	—	—
Categoria 9 – Transporte e distribuição a jusante	114 549	96 808	90 744	-6%	—	—	—
Categoria 10 – Transformação dos produtos vendidos	112 948	102 467	112 954	10%	—	—	—
Categoria 12 – Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	157 996	147 402	176 726	20%	**—**	**—**	**—**
Total de emissões de GEE de âmbito 3	**1 492 286**	**1 388 985**	**1 538 510**	**11%**	**—**	**0**	**2,5%**

[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	Retrospetiva				Objetivos intermédios e anos das metas		
	Ano base 2020	Comparativo 2024	2025	% N/N-1	2035	2050	% anual da meta / ano de base
EMISSÕES TOTAIS DE GEE (ÂMBITOS 1, 2 E 3)							
Emissões totais de GEE com base na localização	**2 456 830**	**2 037 868**	**2 151 022**	**6%**	**—**	**—**	**3,3%****
Emissões totais de GEE com base no mercado	**2 515 175**	**2 023 255**	**2 212 467**	**9%**	**—**	**—**	**0**

Nota 1: Foram seguidas as guidelines do GHG Protocol. [E1.AR39b/AR46d]

Nota 2: As emissões de âmbito 1,2 e 3 incluem as emissões associadas a todas as atividades da Navigator em todas as geografias, exceto as emissões associadas aos escritórios internacionais devido à sua baixa materialidade (<0,02%).

Nota 3: Outras emissões de âmbito 1 representam emissões associadas a ativos industriais fora do âmbito CELE, emissões associadas a gases fluorados, metano e óxido nitroso e emissões associadas às deslocações em frota própria. Incluem também a contabilização das emissões de CO2 capturados no PCC, que em 2025 deixaram de estarem integradas no âmbito CELE. Incluem as emissões associadas à atividade da Navigator Tissue Ejea, Navigator Tissue UK e Portucel Moçambique.

Nota 4: Os dados de 2024, incluindo as emissões de âmbito CELE, os gases fluorados, e emissões da Navigator Tissue Ejea, foram atualizados, incorporando a verificação CELE ocorrida posteriormente à publicação do Relatório de Sustentabilidade de 2023, informações não disponíveis anteriormente. A materialidade da atualização é inferior a 0,3%.

Nota 5: As emissões de âmbito 2 baseadas na localização foram calculadas com os fatores de emissão mais recentes da International Energy Agency (IEA). As emissões baseadas no mercado consideram os fatores de emissão dos comercializadores, bem como o fornecimento de energia 100% renovável no âmbito de contratos PPA - Power Purchase Agreement.

Nota 6: No âmbito 3, são excluídas as categorias 2, 5, 6 e 7, pela baixa materialidade das mesmas. A Navigator realizou uma análise de materialidade em 2022, tendo sido identificadas estas categorias como não materiais. Excluem-se as categorias 8, 11, 13, 14 e 15, pela não aplicabilidade ao negócio da Navigator. Em 2025 foram incluídas todas as emissões associadas a atividade da Navigator Tissue UK, representando cerca de 7% do total de âmbito 3. [AR46i] Na categoria 10, não foram calculadas as emissões associadas à transformação de pasta e papéis specialty, por ausência de um fator de emissão adequado.

Nota 7: Na categoria 10, não foram calculadas as emissões associadas à transformação de pasta em papéis specialty, por ausência de um fator de emissão adequado.

[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	2025	2024
ÂMBITO 1		
Emissões de GEE de âmbito 1 - biogénicas	**3 313 699**	3 551 724

SEGMENTO CIMENTO

A produção de cimento é responsável por cerca de 7% das emissões globais de CO_2, segundo a Global Cement and Concrete Association (GCCA), devido à calcinação do calcário e à combustão de combustíveis fósseis. Além do impacto no aquecimento global, este processo gera outros poluentes atmosféricos, afetando a qualidade do ar e a saúde humana.

Em 2025, foi calculada a pegada de carbono da Secil, abrangendo todas as áreas de negócio, com o principal objetivo de quantificar as emissões de GEE (CO_2, CH_4, N_2O e outros) nos âmbitos 1, 2 e 3, de acordo com a abordagem de controlo operacional.

Para a quantificação das emissões de GEE, os diferentes gases foram convertidos em dióxido de carbono equivalente (CO_2e) através da aplicação dos respetivos Potenciais de Aquecimento Global (PAG). Foram utilizados os valores de PAG definidos no Fifth Assessment Report (AR5) do IPCC, em conformidade com as recomendações do GHG Protocol. Esta abordagem assegura o alinhamento com o referencial nacional publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente no National Inventory Report (NIR). [E1.AR39b]

As emissões de âmbito 1 representaram a maior parcela, 72% do total, seguidas pelo âmbito 3, com 26%. [E1.AR39b] A Secil encontra-se abrangida pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão, nomeadamente as instalações em Portugal de cimento e cal.

Do âmbito 3, destacaram-se as categorias de compra de bens e serviços, atividades relacionadas com combustível e energia e transporte a jusante. [E1.AR46d] As categorias 8, 13 e 14 não são aplicáveis à atividade da Secil. A categoria 11 não foi incluída no cálculo devido à elevada incerteza da estimativa, no entanto, espera-se que as emissões associadas sejam residuais. [E1.AR46i]

As emissões brutas de âmbito 1 da Secil em 2025, foram de 3 661 864 tCO_2e de fontes fósseis e de 127 082 tCO_2e de fontes biogénicas [E1.44a | E1.50a]. As emissões de origem fóssil incluem 1 154 433 tCO_2e abrangidas pelo CELE, representando 32% do total em 2025. [E1.44a | E1.48b | E1.50b]

Em relação às emissões brutas de âmbito 2, a Secil, em 2025, emitiu um total de 162 204 tCO_2e considerando a abordagem baseada na localização, ou de 120 219 tCO_2e considerando a abordagem de mercado. [E1.44b | E1.49 | E1.52]

Relativamente às emissões de âmbito 3, em 2025, a Participada emitiu 1 324 053 tCO_2e. [E1.44c] Devido à dispersão geográfica, à complexidade dos negócios e ao número de instalações, o processo de cálculo tem vindo a melhorar e a ser cada vez mais estruturado, com recurso privilegiado a dados primários e menos estimativas.

Os dados reportados de 2025 de âmbito 1 e âmbito 2 apenas dizem respeito às emissões de CO_2, e consideram apenas a área de negócio do cimento e cal nas geografias de Portugal (Maceira, Outão e Pataias Branco), Angola (Lobito), Brasil (Adrianópolis e Pomerode), Líbano (Sibline) e Tunísia (Gabès). As emissões de âmbito 1, 2 e 3 referentes às outras áreas de negócio não estão ainda disponíveis pelo que não foram contempladas para fins do presente relatório.

A Secil é membro da GCCA e utiliza o respetivo *Cement CO_2 and Energy Protocol*, desenvolvido especificamente para o setor cimenteiro, para o cálculo das suas emissões de âmbito 1 e 2, que são validados anualmente por uma entidade externa e independente. Os fatores de emissão utilizados baseiam-se nas Diretrizes de 2006 do IPCC, da IEA e os disponibilizados pelos fornecedores de eletricidade contratada. [E1.AR39b | ESRS 2.77b| ESRS 2.77a | E1.AR39b | E1.AR43b | E1.AR45d] Sempre que estes fatores não se encontravam disponíveis, nomeadamente nas localizações de Sibline, Gabès e Lobito, foram utilizados, como alternativa, os fatores baseados na localização para o cálculo das emissões com base no mercado. [E1.AR39b]

Em termos de intensidade das emissões, em 2025, a Secil registou 6 852 tCO_2/milhão de euros de volume de negócios com base na abordagem de localização e 6 796 tCO_2/milhão de euros com base na abordagem de mercado. [E1.53 | E1.54]

[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	Retrospetiva				Objetivos intermédios e anos das metas		
	Ano base 2020	Comparativo 2024	2025	% N/N-1	2035	2050	% anual da meta / ano de base
ÂMBITO 1							
Emissões de GEE de âmbito 1 - fóssil	**3 642 864**	**3 299 340**	**3 661 864**	**11%**	*	—	—
Percentagem de emissões de GEE do âmbito 1 provenientes de regimes regulamentados de comércio de licenças de emissão (%)	38%	42%	32%	-10%	—	—	—
ÂMBITO 2							
Emissões de GEE de âmbito 2 com base na localização	**163 491**	**147 337**	**162 204**	**10%**	—	—	—
Emissões de GEE de âmbito 2 com base no mercado	**185 372**	**136 041**	**120 219**	**-12%**	*	—	—
ÂMBITO 3							
Categoria 1 - Bens e serviços	559 204	827 973	549 479	-34%	—	—	—
Categoria 2 - Bens de capital	10 805	21 748	22 615	4%	—	—	—
Categoria 3 – Atividades relacionadas com os combustíveis e eletricidade	408 417	410 136	440 859	7%	—	—	—
Categoria 4 - Transporte e distribuição a montante	62 051	62 002	68 393	10%	—	—	—
Categoria 5 - Resíduos gerados nas operações	1 477	546	354	-35%	—	—	—
Categoria 6 - Deslocações em serviço	200	1 392	2 654	91%	—	—	—
Categoria 7 - Deslocações pendulares	5 730	4 521	3 613	-20%	—	—	—
Categoria 9 - Transporte e distribuição a jusante	196 763	180 929	181 880	1%	—	—	—
Categoria 10 - Transformação dos produtos vendidos	27 619	17 902	21 350	19%	—	—	—
Categoria 12 - Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	19 273	13 256	12 360	-7%	—	—	—
Categoria 15 - Investimentos	10 593	17 424	20 495	18%	—	—	—
Total de emissões de GEE de âmbito 3	**1 302 129**	**1 557 829**	**1 324 053**	**-15%**	*	—	—
EMISSÕES TOTAIS DE GEE (ÂMBITOS 1, 2 E 3)							
Emissões de GEE com base na localização	**5 108 483**	**5 004 506**	**5 148 120**	**3%**	—	—	—
Emissões de GEE com base no mercado	**5 130 365**	**4 993 210**	**5 106 136**	**2%**	*	—	—

Nota 1: * Os objetivos definidos pela Secil, e de acordo com a validação da SBTi, foram estabelecidos em termos específicos (kg CO_2/t cimento), em vez de valores absolutos.

Nota 2: Para o cálculo das emissões de âmbito 2 segundo a abordagem baseada no mercado, para a instalação de Lobito foi utilizado o fator de emissão baseados na localização, uma vez que não se encontram disponíveis fatores de emissão específicos fornecidos pelos respetivos comercializadores de eletricidade.

Nota 3: A soma das emissões totais de GEE não inclui as emissões de fontes biogénicas dos âmbitos 1 e 2.

Nota 4: Não ocorreram alterações significativas na definição do que constitui a empresa declarante e a sua cadeia de valor. [E1.47]

[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	2025	2024
ÂMBITO 1		
Emissões de GEE de âmbito 1 - biogénicas	127 082	107 100

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Em 2025, a ETSA emitiu 34 599 tCO_2e de emissões brutas de âmbito 1 provenientes da combustão de gás natural e fuelóleo (fontes fósseis), e 576 tCO_2e de emissões biogénicas, associadas à queima de farinha ITS, estilha e *pellets* de madeira [E1.44a |E1.50a | E1.AR43c | E1.AR39b]. A ETSA não está abrangida pelo CELE [E1.44a | E1.48b | E1.50a].

Em relação às emissões brutas de âmbito 2, a ETSA, em 2025, emitiu um total de 1 470 tCO_2e considerando a abordagem baseada na localização, e de 3 605 tCO_2e considerando a abordagem de mercado [E1.44b | E1.49 | E1.52]. No mesmo período não foram registadas emissões de CO_2e de fontes biogénicas de âmbito 2 [E1.AR45e].

As emissões associadas ao âmbito 2 são quantificadas com base no consumo de energia elétrica, determinado a partir das faturas do fornecedor. Esse consumo é multiplicado pelo fator de emissão correspondente, considerando a abordagem de mercado (fornecedor) e a abordagem de localização (IEA, 2024). [E1.AR39b] A ETSA não possui contratos específicos que incluam instrumentos contratuais como Garantias de Origem ou Certificados de Energias Renováveis [E1.AR45d].

Em 2025, a ETSA quantificou as suas emissões de âmbito 3, representando 30% do total (considerando o método baseado na localização). Foram consideradas materiais e calculadas as emissões para as categorias 1, 2, 3 e 10, estando as principais emissões de âmbito 3 associadas à categoria de atividades relacionadas com o consumo de energia (43%) e aos bens de capital (29%). [E1.AR46d,i]

O total de emissões de GEE, em 2025, associadas à atividade da ETSA foi de 51 655 tCO_2e com base na abordagem de localização e de 53 790 tCO_2e segundo a abordagem de mercado. [E1.44b | E1.52] As emissões totais de 2025 aumentaram em comparação com 2024 devido, maioritariamente, à aquisição da Barna em janeiro de 2025.

Em termos de intensidade das emissões de GEE, em 2025, a ETSA registou 617,7 tCO_2e/milhão de euros de volume de negócios com base na abordagem de localização e 643,2 tCO_2e/milhão de euros com base na abordagem de mercado. [E1.53 | E1.54]

	Retrospetiva				Objetivos intermédios e anos das metas		
[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	**Ano base 2020**	**Comparativo 2024**	**2025**	**% N/N-1**	**2030**	**2050**	**% anual da meta / ano de base**
ÂMBITO 1							
Emissões de GEE de âmbito 1 - fóssil	9 827	10 901	34 599	217%	*	*	—
Percentagem de emissões de GEE do âmbito 1 provenientes de regimes regulamentados de comércio de licenças de emissão (%)	N/a	N/a	N/a	—	—	—	—
ÂMBITO 2							
Emissões de GEE de âmbito 2 com base na localização	1 507	1 084	1 470	36%	—	—	—
Emissões de GEE de âmbito 2 com base no mercado	2 231	2 142	3 605	68%	*	*	—
ÂMBITO 3							
Categoria 1 - Bens e serviços	—	—	2 693	—%	—	—	—
Categoria 2 - Bens de capital	—	—	4 446	—%	—	—	—
Categoria 3 – Atividades relacionadas com os combustíveis e eletricidade	—	—	6 634	—%	—	—	—
Categoria 10 - Transformação dos produtos vendidos	—	—	1 812	—%	—	—	—
Total de emissões de GEE de âmbito 3	—	—	15 586	—%	—	0	—
EMISSÕES TOTAIS DE GEE (ÂMBITOS 1, 2 E 3)							
Emissões de GEE com base na localização	**11 334**	**11 985**	**51 655**	**331%**	**—**	**—**	**—**
Emissões de GEE com base no mercado	**12 058**	**13 043**	**53 790**	**312%**	**—**	**—**	**6,4%**

Nota 1: A soma das emissões totais de GEE não inclui as emissões de fontes biogénicas dos âmbitos 1 e 2.

Nota 2: Em 2025, as emissões reportadas integram as atividades da Barna, adquirida em 2025. [E1.47]

Nota 3: * Os objetivos definidos pela ETSA para as emissões de âmbito 1 e 2 estão integrados numa meta conjunta.

[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	2025	2024
ÂMBITO 1		
Emissões de GEE de âmbito 1 - biogénicas	576	680

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's realizou, em 2024, o seu primeiro exercício de cálculo da pegada de carbono, com base na metodologia do Greenhouse Gas Protocol, abrangendo os âmbitos 1, 2 e 3. [E1.AR39b | E1.AR46h]

No ano de 2025, a Triangle's registou um total de 963 tCO_2e em emissões brutas de âmbito 1, resultantes de fontes diretas sob o seu controlo [E1.44a | E1.50a]. O consumo de gás natural foi o responsável por 89,8% das emissões deste âmbito, seguindo-se a frota automóvel com os restantes 10,2%. O aumento de 163% face a 2024 está relacionado o aumento de consumo de gás natural, devido à utilização da pintura a pó durante o ano completo de 2025. Apesar do consumo de energia, a pintura a pó traz outras vantagens face à pintura liquida convencional, sobretudo na eficiência de recursos e outros impactos ambientais. Contrariamente à pintura líquida, o excesso de pó pode ser recuperado e reutilizado, não são utilizados solventes para dissolver a tinta, e a pintura a pó confere ainda maior durabilidade ao revestimento.

No mesmo período de relato não houve registo de emissões biogénicas de âmbito 1. [E1.AR43c] O âmbito 1 corresponde a 9% das emissões totais da Triangle's (com base no método da localização). A Triangle's não está abrangida pelo CELE. [E1.44a | E1.48b | E1.50a]

A Triangle's, em 2025, emitiu 172 tCO_2e em emissões brutas de âmbito 2, considerando a abordagem baseada na localização, e 554 tCO_2e, de acordo com a abordagem de mercado. [E1.44b | E1.49 | E1.52] O âmbito 2 corresponde a 2% das emissões totais, representando o consumo de eletricidade da Triangle's. Para o cálculo das emissões deste âmbito foram utilizados os fatores de emissão mais recentes da IEA (abordagem de localização) e fatores de emissão dos comercializadores (abordagem de mercado). À semelhança do âmbito 1, não houve emissões biogénicas do âmbito 2. [E1.AR45e]

A Triangle's não possui contratos específicos que incluam instrumentos contratuais como Garantias de Origem ou Certificados de Energias Renováveis. [E1.AR45d]

As emissões de âmbito 3 refletem a atuação da cadeia de valor da Triangle's. Em 2025, o âmbito 3 revelou-se o mais representativo, correspondendo a 90% das emissões totais de GEE da empresa. Para o cálculo das emissões, não foram utilizados contributos das atividades da cadeia de valor a montante e jusante. [E1.AR46g]

As principais emissões de âmbito 3 estão associadas à categoria de aquisição de bens de produtos e serviços, seguida de bens de capital, transporte e distribuição a montante e deslocações pendulares dos colaboradores (2%) [E1.AR46d]. As categorias 8, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 foram excluídas, pois não refletem a atividade da Triangle's. [E1.AR46i]

O total de emissões de GEE da Triangle's (âmbito 1, 2 e 3) em 2025 foi de 11 072 tCO_2e com base na abordagem de localização e de 11 454 tCO_2e com base no mercado. [E1.44b | E1.52]

Em 2025, a intensidade carbónica da Triangle's foi de 588,3 t CO_2e/milhão de volume de negócios na abordagem de localização e 608,6 na abordagem de mercado. [E1.53 |E1.54]

[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	Retrospetiva			Objetivos intermédios e anos das metas		
	Comparativo 2024	2025	% N/N-1	2035	2050	% anual da meta / ano de base
ÂMBITO 1						
Emissões de GEE de âmbito 1 - fóssil	**367**	**963**	**163%**	TBD	TBD	—
Percentagem de emissões de GEE do âmbito 1 provenientes de regimes regulamentados de comércio de licenças de emissão (%)	—	N/a	—	—	—	—
ÂMBITO 2						
Emissões de GEE de âmbito 2 com base na localização	**336**	**172**	**-49%**	**TBD**	**TBD**	**—**
Emissões de GEE de âmbito 2 com base no mercado	**271**	**554**	**104%**	**TBD**	**TBD**	**—**
ÂMBITO 3						
Categoria 1 – Bens e serviços adquiridos	10 825	4 279	-60%	—	—	—
Categoria 2 – Bens de capital	2 560	4 050	58%	—	—	—
Categoria 3 – Atividades relacionadas com os combustíveis e eletricidade	67	186	178%	—	—	—
Categoria 4 – Transporte e distribuição a montante	310	725	134%	—	—	—
Categoria 5 – Resíduos gerados nas operações	89	191	114%	—	—	—
Categoria 6 – Deslocações em serviço	128	58	-55%	—	—	—
Categoria 7 – Deslocações pendulares	294	376	28%	—	—	—
Categoria 9 – Transporte e distribuição a jusante	77	73	-5%	—	—	—
Total de emissões de GEE de âmbito 3	**14 350**	**9 937**	**-31%**	**TBD**	**TBD**	**—**
EMISSÕES TOTAIS DE GEE (ÂMBITOS 1, 2 E 3)						
Emissões de GEE com base na localização	**15 053**	**11 072**	**-26%**	**TBD**	**TBD**	**—**
Emissões de GEE com base no mercado	**14 988**	**11 454**	**-24%**	**TBD**	**TBD**	**—**

Nota 1: A soma das emissões totais de GEE não inclui as emissões de fontes biogénicas dos âmbitos 1 e 2.

Nota 2: 2024 foi o primeiro exercício de cálculo da pegada de carbono da Triangle's.

Nota 3: As categorias 8, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 foram excluídas, pois não refletem a atividade da Triangle's.

Nota 4: Não ocorreram alterações significativas na definição do que constitui a empresa declarante e a sua cadeia de valor. [E1.47]

TBD: to be defined

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa realizou, em 2025, o cálculo da pegada de carbono, considerando os três centros de trabalho existentes, com base na metodologia do Greenhouse Gas Protocol, abrangendo os âmbitos 1 e 2 e encontrando-se atualmente a trabalhar no cálculo das emissões de GEE de âmbito 3 [E1.AR39b | E1.AR46h]. A Participada não está abrangida pelo CELE. [E1.44a | E1.48b | E1.50a]

A metodologia utilizada baseia-se nos procedimentos definidos no GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard (ECCR), alinhada com as diretrizes do IPCC. Para o cálculo foram considerados dados relativos ao consumo de combustíveis, gases, eletricidade e gases refrigerantes, tendo sido utilizados fatores de emissão fornecidos pelo Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico (MITECO). [E1.50a]

A Imedexa emitiu 921 tCO_2e de emissões de âmbito 1, correspondendo a 62% das emissões de GEE totais (considerando a abordagem de mercado). [E1.44a | E1.50a] Relativamente às emissões de âmbito 2, a Imedexa emitiu 236 tCO_2e, considerando a abordagem baseada na localização, e 575 tCO_2e, de acordo com a abordagem de mercado. [E1.44b | E1.49 | E1.52] As emissões de âmbito 2 correspondem a 38% das emissões totais da Imedexa (considerando a abordagem de mercado).

Uma vez que a Participada apenas foi adquirida em 2025 pelo Grupo Semapa, estando a sua consolidação a ser considerada a partir de agosto de 2025, não são reportados comparativos.

[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	2025
ÂMBITO 1	
Emissões de GEE de âmbito 1 - fóssil	**921**
Percentagem de emissões de GEE do âmbito 1 provenientes de regimes regulamentados de comércio de licenças de emissão (%)	0%
ÂMBITO 2	
Emissões de GEE de âmbito 2 com base na localização	**236**
Emissões de GEE de âmbito 2 com base no mercado	**575**
EMISSÕES TOTAIS DE GEE (ÂMBITOS 1, 2 E 3)	
Emissões de GEE com base na localização	1 157
Emissões de GEE com base no mercado	1 496

SEGMENTO *HOLDINGS*

Em 2025, a *Holding* emitiu aproximadamente 109 CO_2e em emissões brutas no âmbito 1. [E1.44a | E1.50a] O cálculo teve por base as emissões resultantes da combustão da frota, aplicando os fatores de emissão do Inventário Nacional de Emissões (NIR) de Portugal (2024). [E1.AR39b] No mesmo período não houve emissões biogénicas de âmbito 1. [E1.AR43c] A *Holding* Semapa não está abrangida pelo regime CELE. [E1.44a | E1.48b | E1.50a]

Em termos de âmbito 2, a *Holding* emitiu um total de 11 t CO_2e considerando a abordagem baseada na localização, e 30 t CO_2e de acordo com a abordagem de mercado. [E1.44b | E1.49 | E1.52] À semelhança do âmbito 1, não houve emissões biogénicas do âmbito 2. [E1.AR45e] A *Holding* não possui contratos específicos que incluam instrumentos contratuais como Garantias de Origem ou Certificados de Energias Renováveis. [E1.AR45d]

Para o cálculo, foram recolhidos os valores de energia consumida ao longo do período de relato, com base nos registos fornecidos pelo fornecedor. A partir destes dados, foi possível discriminar o consumo consoante a sua fonte. Na quantificação das emissões de GEE, foram utilizados diferentes fatores de emissão: na abordagem baseada na localização, foi aplicado o coeficiente para Portugal de 2024, disponibilizado pela IEA, enquanto na abordagem baseada no mercado foi considerado o fator de emissão do fornecedor. [E1.AR39b] A *Holding* não quantificou as emissões associadas ao âmbito 3. [E1.44c | E1.51]

Em 2025, o total de emissões de GEE da *Holding* (âmbito 1 – fósseis, e âmbito 2) foi de 120 t CO_2e com base na abordagem de localização e de 139 t CO_2e com base na abordagem de mercado. [E1.44b | E1.52]

	Retrospetiva			Objetivos intermédios e anos das metas		
[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	Ano base/ Comparativo 2024	2025	% N/N-1	2035	2050	% anual da meta / ano de base
ÂMBITO 1						
Emissões de GEE de âmbito 1 - fóssil	**86**	**109**	**27%**	**—**	**—**	**—**
Percentagem de emissões de GEE do âmbito 1 provenientes de regimes regulamentados de comércio de licenças de emissão (%)	0%	0%	—%	—	—	—
ÂMBITO 2						
Emissões de GEE de âmbito 2 com base na localização	**15**	**11**	**-28%**	**—**	**—**	**—**
Emissões de GEE de âmbito 2 com base no mercado	**25**	**30**	**23%**	**—**	**—**	**—**
EMISSÕES TOTAIS DE GEE (ÂMBITOS 1, 2 E 3)						
Emissões de GEE com base na localização	**101**	**120**	**19%**	**—**	**—**	**—**
Emissões de GEE com base no mercado	**110**	**139**	**27%**	**—**	**—**	**—**

Nota 1: A soma das emissões totais de GEE não inclui as emissões de fontes biogénicas dos âmbitos 1 e 2.

Nota 2: Não ocorreram alterações significativas na definição do que constitui a empresa declarante e a sua cadeia de valor. [E1.47]

GRUPO SEMAPA

Em 2025, as atividades do Grupo Semapa foram responsáveis pela emissão de 7 363 147 tCO_2e (segundo a abordagem de localização) ou de 7 385 483 tCO_2e (segundo a abordagem de mercado). Estes valores incluem as emissões dos âmbitos 1 e 2 de todas as Participadas do Grupo, bem como as emissões do âmbito 3 da Navigator e da Triangle's. O aumento verificado em 2025 está maioritariamente relacionado com a aquisição da Barna pela ETSA e pela aquisição da Imedexa (consolidada de agosto a dezembro de 2025).

No âmbito 1, as emissões brutas de GEE de origem fóssil aumentaram ligeiramente. Em 2025, 39% destas emissões estiveram associadas a regimes regulamentados de comércio de licenças de emissão, reforçando o compromisso do Grupo com os instrumentos de mercado para a mitigação climática.

Quanto ao âmbito 2, o Grupo apresentou uma redução de -15% nas emissões com base na localização e um aumento de 1% com base no mercado. Estas reduções estão associadas aos esforços das Participadas na implementação de iniciativas de melhoria da eficiência energética, à aquisição de eletricidade com menor intensidade carbónica ou ao aumento da incorporação de energia renovável.

Em 2025, a intensidade carbónica do Grupo Semapa foi de 2 569 tCO_2e/milhão de euros de volume de negócios na abordagem de localização e 2 577 na abordagem de mercado. [E1.53 | E1.54] Foram consideradas as emissões das várias Participadas: Navigator (âmbitos 1, 2 e 3), Secil (âmbitos 1 e 2), ETSA (âmbitos 1, 2 e 3), Triangle's (âmbitos 1, 2 e 3) e Imedexa (âmbitos 1 e 2), sendo o valor influenciado, em grande medida, pelas características da atividade da Secil, com uma maior intensidade emissiva por milhão de euros de volume de negócios.

	Retrospetiva		
[AR48] Emissões brutas de gases com efeito de estufa (GEE) (tCO_2e)	**2024**	**2025**	**% N/N-1**
ÂMBITO 1			
Emissões de GEE de âmbito 1 - fóssil	**3 818 944**	**4 229 660**	**11%**
Percentagem de emissões de GEE do âmbito 1 provenientes de regimes regulamentados de comércio de licenças de emissão (%)	48%	39%	-9%
ÂMBITO 2			
Emissões de GEE de âmbito 2 com base na localização	**289 405**	**245 400**	**-15%**
Emissões de GEE de âmbito 2 com base no mercado	**264 499**	**267 737**	**1%**
ÂMBITO 3			
Categoria 1 - Bens e serviços adquiridos	1 695 399	1 518 103	-10%
Categoria 2 - Bens de capital	24 308	31 112	28%
Categoria 3 - Atividades relacionadas com os combustíveis e eletricidade	500 526	540 179	8%
Categoria 4 - Transporte e distribuição a montante	157 695	173 051	10%
Categoria 5 - Resíduos gerados nas operações	635	545	-14%
Categoria 6 - Deslocações em serviço	1 520	2 712	78%
Categoria 7 - Deslocações pendulares	4 815	3 989	-17%
Categoria 9 - Transporte e distribuição a jusante	277 815	272 697	-2%
Categoria 10 - Transformação dos produtos vendidos	120 369	136 117	13%
Categoria 12 - Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	160 658	189 086	18%
Categoria 15 - Investimentos	17 424	20 495	18%
Total de emissões de GEE de âmbito 3	2 961 164	2 888 086	-2%
EMISSÕES TOTAIS DE GEE (ÂMBITOS 1, 2 E 3)			
Emissões de GEE com base na localização	**7 069 513**	**7 363 147**	**4%**
Emissões de GEE com base no mercado	**7 044 607**	**7 385 483**	**5%**

Nota 1: As emissões totais apresentadas nesta tabela resultam da soma das emissões reportadas pelas Participadas, assumindo-se que não existe sobreposição de atividades entre elas. Os valores incluem as emissões, conforme conhecidos e calculados por cada Subsidiária, podendo ter sido utilizadas metodologias distintas de quantificação, consoante a realidade e os dados disponíveis de cada entidade. Para mais detalhe sobre a metodologia e os dados subjacentes, consultar a divulgação E1-6 de cada Participada.

Nota 2: As emissões de âmbito 3 de 2024 representam a soma das subsidiarias Navigator, Secil e Triangle's devido à baixa materialidade das restantes componentes, nomeadamente a ETSA e a Holding.

Nota 3: A soma das emissões totais de GEE não inclui as emissões de fontes biogénicas dos âmbitos 1 e 2.

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS RISCOS MATERIAIS FÍSICOS E DE TRANSIÇÃO E POTENCIAIS OPORTUNIDADES RELACIONADAS COM O CLIMA (E1-9)

GRUPO SEMAPA

Em conformidade com a derrogação concedida pelo Regulamento Delegado (UE) 2025/1416 da Comissão, de 11 de julho de 2025 que altera o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 no que diz respeito ao adiamento da data de início da aplicação dos requisitos de divulgação para certas empresas, o Grupo Semapa optou por omitir a comunicação de informações sobre os efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades.

4.1.2.3 ÁGUA E RECURSOS MARINHOS – E3

ESTRATÉGIA

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO (SBM-3)

Na tabela seguinte são descritos os impactos identificados no Grupo Semapa, sendo de ressalvar que, no caso da Imedexa, não foram identificados quaisquer temas materiais relacionados com a norma sobre água e recursos marinhos.

Descritivo [ESRS2.48a]	Materialidade por Empresa [ESRS2.48a]	Impacto, Risco ou Oportunidade [ESRS2.48ciii]	Horizonte temporal [ESRS2.48a]	Localização na cadeia de valor [ESRS2.48h]	Subtema ou sub-subtema relacionado
A empresa contribui para um consumo significativo de água, o que pode contribuir para resultados negativos para os ecossistemas e comunidades locais	Navigator, Secil, ETSA	Impacto negativo	-	Operações próprias	Consumo de água
Captação de água em zona de escassez e/ou stress hídrico (utilização intensiva de um recurso partilhado)	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's	Impacto negativo	-	Operações próprias	Captação de água
Risco de stress hídrico	Navigator	Risco	Curto prazo - Ano de reporte	Operações próprias	Captação de água

Nota: os impactos materiais identificados são reais, pelo que não têm associado um horizonte temporal.

GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS (E3-1, MDR-P)

A água é um recurso essencial para diversas fases dos processos industriais das Participadas do Grupo Semapa. Dado o elevado volume de água utilizado, o Grupo está comprometido com uma gestão eficiente deste recurso. As captações de água e a descarga de efluentes industriais das Participadas estão sujeitas a acompanhamento rigoroso, bem como licenciamento específico.

As Participadas adotam ainda medidas para reduzir o consumo de água e melhorar a qualidade dos efluentes tratados, promovendo a otimização da circularidade deste recurso natural.

O Grupo Semapa promove e acompanha as políticas das suas Participadas, que abordam a gestão da água de diferentes formas. A Navigator integra a gestão da água na sua **Política Ambiental**, na **Política de Sistemas de Gestão** e na **Política Florestal**. A Secil desenvolveu a **Política de Sustentabilidade** e a **Política de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança**. A Triangle's incluiu o tema na sua **Política do Sistema de Gestão Integrada**, sendo igualmente importante referir o **Código de Conduta** e o **Código de Conduta para Fornecedores**, os quais contribuem indiretamente para a gestão de água. [E3.11 | ESRS 2.65a] Atualmente, a ETSA ainda não dispõe de uma política de gestão da água formalmente definida, no entanto, este é um tema em desenvolvimento, com vista à sua implementação futura. A Imedexa, apesar de não definir uma política exclusiva para a gestão de recursos hídricos e marinhos, aborda este tema na sua **Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança**.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator desenvolveu e formalizou um conjunto de políticas onde o tema da água é endereçado, incluindo a **Política Ambiental**, a **Política de Sistemas de Gestão** e a **Política Florestal**. [E3.9] O Conselho Ambiental, o Fórum de Sustentabilidade e as Comissões de Acompanhamento das Comunidades Locais, enquanto órgãos da estrutura de *Governance* de Sustentabilidade que integram *stakeholders* externos, participam na definição das políticas da Navigator, contribuindo com conhecimento científico e com as preocupações mais relevantes para as comunidades envolventes. [ESRS 2.65e]

A **Política Ambiental** da Navigator aborda as questões de utilização de recursos hídricos, incluindo o abastecimento de água, tratamento de efluentes e conceção de produtos e serviços, estabelecendo compromissos claros de investimento nas melhores tecnologias disponíveis, otimização contínua dos processos industriais e promoção da eficiência hídrica e *ecodesign* na conceção dos produtos.

A **Política de Sistemas de Gestão**, sendo uma política de carácter mais geral que suporta o Sistema de Gestão Ambiental, de acordo com a norma ISO 14001, expressa o compromisso em mitigar e minimizar os impactos ambientais associados à atividade da Navigator, promovendo, igualmente, a adoção das melhores técnicas disponíveis para a melhoria do desempenho ambiental, onde se inclui a gestão de água (e efluentes). [E3.11 | E3.12c | ESRS 2.65a]

A **Política Florestal** integra a gestão da água no modelo de gestão florestal sustentável, alinhada com a legislação e as normas FSC (FSC C010852) e PEFC. Para garantir a preservação dos recursos hídricos, foi desenvolvida uma estratégia específica focada na qualidade e disponibilidade de água, conservação de biodiversidade e proteção dos ecossistemas aquáticos. [E3.11 | ESRS 2.65a] Esta estratégia é implementada através do Sistema de Gestão Florestal e da Norma Técnica 08 – Gestão dos Recursos Hídricos, onde são definidas as boas práticas aplicadas à gestão da água na atividade florestal. O âmbito inclui as operações próprias em Portugal e Espanha.

De acordo com a *WRI Aqueduct Tool* 4.0, os complexos industriais de Aveiro, Figueira da Foz, Setúbal e Ejea (Espanha) encontram-se em bacias hidrográficas com um nível de stress hídrico igual ou superior a 40%, enquanto Vila Velha de Ródão e as cinco fábricas no Reino Unido localizam-se em bacias hidrográficas com um nível de stress hídrico inferior a 20%. [E3.13 | AR28] A Navigator assume claramente o compromisso de contribuir para o conhecimento e a manutenção dos requisitos ecológicos das bacias hidrográficas onde atua, em especial nas que apresentem stress hídrico, atuando em estreita colaboração com as autoridades e comunidades locais. [E3.11 | ESRS 2.65a | AR17 | E3.12c I ESRS 2.65b]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2, §65 a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política Ambiental: Cap. 4.1.2.2.
– Apresentação da Política de Sistemas de Gestão: Cap. 4.1.2.5.
– Apresentação da Política Florestal: Cap. 4.1.2.4.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil desenvolveu e formalizou um conjunto de políticas que enquadram a gestão da água, nomeadamente a **Política de Sustentabilidade** e as **Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança**, implementadas nas suas várias geografias. No âmbito destas políticas, foi implementado um sistema de gestão ambiental em todas as geografias onde a Secil opera, assegurando uma abordagem consistente e integrada a este recurso.

A **Política de Sustentabilidade** e as **Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança**, abordam o desenvolvimento sustentável e promovem práticas responsáveis que contribuem para a preservação dos recursos naturais, incluindo a água, promovendo a sua utilização eficiente. A Secil segue normas rigorosas, como a ISO 45001, EMAS, ISO 9001, ISO 50001 e os guias da GCCA, que garantem uma gestão ambiental responsável, assegurando a monitorização e a otimização do uso da água. [E3.11 | E3.12ai]

Através da análise das projeções da ferramenta *Aquaduct tool*, verifica-se a existência de operações da Secil em áreas de suscetibilidade elevada ao stress hídrico como é o caso das fábricas de Maceira-Liz e Cibra-Pataias, em Portugal, e da fábrica de Gabès na Tunísia. Foram também identificadas operações em áreas de suscetibilidade muito elevada ao stress hídrico, nomeadamente, a fábrica de Outão, em Portugal, e a fábrica de Sibline no Líbano. [E3.13 | AR28] Em 2025 foi desenvolvida e publicada a **Política da Água** de forma a gerir, conservar e utilizar os recursos hídricos de forma responsável em toda a organização. [E3.11 | ESRS 2.65 a] Esta política está em linha com o ODS 6 (Água Limpa e Saneamento), que visa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água para todos até 2030, e o Acordo de Paris, que apesar de estar relacionado com as alterações climáticas, impacta diretamente os recursos hídricos, devido ao aumento da temperatura global causando secas e enchentes, o que exige políticas de adaptação e mitigação. [ESRS 2.65d]

Documento [E1-24 | ESRS 2.65a]	Política da Água
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a] [E1.25]	Está alinhada com as melhores práticas globais, reforçando o compromisso da Secil com os recursos hídricos e a sustentabilidade para as futuras gerações. A política define as responsabilidades e metas da Secil para com os recursos hídricos. Os compromissos são: implementar um processo de controlo de qualidade para garantir a precisão e a fiabilidade dos dados relativos à água [E3.12a-iii]; assegurar que todas as águas residuais são devidamente tratadas antes da descarga, de forma a proteger os recursos hídricos e os ecossistemas [E3.12a-iii | E3.12aii]; implementar tecnologias eficientes no uso da água e promover a reutilização e reciclagem da água para reduzir o consumo de água doce [E3.12a-ii | E3.12a-i]; avaliar as zonas de risco hídrico e desenvolver planos de gestão da água específicos para cada instalação onde os riscos sejam mais elevados [E3.12c]; prosseguir com a redução contínua da utilização de água doce em todas as operações [E3.12a-i].
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias. Abrange todas as unidades de negócio e geografias da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção de Sustentabilidade
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental ISO 9001 - Sistema de Gestão de Qualidade EMAS - Eco-Management and Audit Scheme GCCA - Global Cement and Concrete Association Roadmap Cembureau
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada no website institucional da Secil.

Nota: Embora a Política da Água tenha sido desenvolvida em 2025, a sua aprovação final teve lugar em janeiro de 2026.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração de informação não financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Sustentabilidade: Cap.4.1.4.1.
– Apresentação da Políticas de Qualidade, Ambiente, Energia, Saúde e Segurança: Cap. 4.1.2.2.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Atualmente, a ETSA ainda não dispõe de uma política de gestão da água formalmente definida, sendo um tema em desenvolvimento, com vista à sua implementação futura. A ETSA reconhece igualmente a relevância do Título Único Ambiental (TUA) para a gestão da água.

A Participada tem vindo a investir em sistemas de monitorização dos consumos de água, assegurando a aplicação progressiva de uma política de gestão que incorpora métricas e orientações para uma utilização eficiente deste recurso. Todas as unidades operacionais da ETSA dispõem de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), assegurando o cumprimento dos valores limite de emissão estabelecidos.

Em 2025, a Barna (adquirida pela ETSA em 2025) iniciou o processo para obtenção da certificação MarinTrust, uma norma internacional reconhecida que assegura práticas responsáveis na produção de ingredientes marinhos, como farinha e óleo de peixe. Esta certificação é considerada uma referência global para garantir que os recursos marinhos são utilizados de forma sustentável, com rastreabilidade completa e respeito pelas normas sociais e ambientais.

Ao avançar com este processo, a Participada reafirma o seu compromisso com a gestão responsável dos recursos naturais, promovendo transparência em toda a cadeia de fornecimento e assegurando o cumprimento rigoroso das normas laborais e regulamentos internacionais. Trata-se de um passo estratégico que reforça a política da ETSA para a sustentabilidade, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com as melhores práticas do setor.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's tem um conjunto de políticas que refletem o seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental, das quais se destaca a **Política do Sistema de Gestão Integrada**. [E3.11] Esta política define um compromisso com a proteção ambiental, a prevenção da poluição e a redução da pegada ecológica da Triangle's. Inclui princípios como a eficiência energética, a otimização do uso de recursos, a promoção da mobilidade sustentável e a gestão adequada de resíduos. Esta política abrange toda a cadeia de valor da empresa, com atuação geográfica na Europa e na Ásia. [ESRS 2.65a/b]

Adicionalmente, o **Código de Conduta** e o **Código de Conduta de Fornecedores** também contribuem indiretamente para os compromissos da Triangle's no âmbito da proteção dos recursos hídricos e marinhos. Já o documento de **Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais** permite reconhecer todas as atividades, produtos e serviços de uma organização que interagem com o ambiente e avaliar quais dessas interações podem causar alterações relevantes no meio ambiente. [E3.14 | ESRS 2.62]

Importa ainda salientar que as operações da Triangle's não estão localizadas em regiões de elevado *stress* hídrico. [E3.13]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Sistemas de Gestão Integrada: Cap. 4.1.2.2.
– Apresentação do Código de Conduta de Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação do Código de Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais: Cap. 4.1.2.2.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa realizou uma análise dos possíveis impactos, riscos e oportunidades associados aos recursos hídricos e marinhos, avaliando os processos desenvolvidos em cada uma das suas instalações e respetiva influência no consumo de água. [E3.8a] No entanto, na sequência desta análise, não foram identificados IRO materiais. Todas as unidades utilizam exclusivamente água da rede pública e não se encontram localizadas em zonas sujeitas a stress hídrico, reduzindo significativamente a exposição a riscos relacionados com disponibilidade de água. [E3.13 | AR28]

A Participada definiu uma **Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança** que abrange diversos aspetos relacionados com o ambiente, incluindo a preservação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, o aumento da eficiência dos processos para otimizar o consumo de recursos e a minimização do impacto ambiental das atividades. [E3.11 | ESRS 2.65a | AR17 | AR18]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):
– Apresentação da Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança: Cap. 4.1.4.1.

AÇÕES RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS (E3-2, MDR-A)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator utiliza água em toda a sua cadeia de valor, especialmente nos processos industriais, onde desempenha um papel essencial na produção de vapor, transporte de materiais e arrefecimento. A captação de água ocorre predominantemente de fontes superficiais e subterrâneas, com uso pontual de água da rede pública municipal.

Desde 2017, a Participada implementa o PRUA – Programa de Redução do Uso da Água, com a meta de reduzir em 33% o consumo específico de água até 2030 (face a 2019). Em 2025, foram concluídas seis iniciativas estratégicas, representando um potencial de redução anual de 1,1 milhões de m³ de água. [ESRS 2.68 a | ESRS 2.68 e | E3.18]

Além das ações implementadas no ambiente industrial, a Naviagtor aplica também boas práticas de gestão dos recursos hídricos nas áreas florestais, através de medidas de proteção, requalificação e manutenção, assegurando a conservação dos ecossistemas e a preservação da qualidade da água nas nossas operações. [E3.18d] Até 2025, foram identificados 2 813 hectares como áreas prioritárias para proteção e gestão sustentável dos recursos hídricos em Portugal e 27 hectares em Espanha. [ESRS 2.68e]

Em Moçambique, as ações desenvolvidas focam-se na avaliação da qualidade da água nas bacias hidrográficas, através de monitorizações anuais efetuadas nas duas épocas mais relevantes (época das chuva e época seca), não tendo sido identificados quaisquer impactos negativos significativos nas micro-bacias hidrográficas analisadas. [ESRS 2.69b]

Em 2025, a Navigator manteve a sua participação no projeto *Resurgence*, financiado pelo programa *Horizon Europe*, demonstrando o compromisso da Participada com a inovação e a sustentabilidade na gestão dos recursos hídricos. No âmbito do projeto foi possível aprofundar metodologias avançadas de avaliação de riscos climáticos relacionados com a água, integrando cenários de escassez hídrica, eventos extremos e alterações regulatórias. [E3.AR 20] O projeto permitiu consolidar metodologias que integram modelos de risco a nível micro e macro, assegurando simultaneamente resiliência operacional e visão estratégica.

Em paralelo com as medidas implementadas no âmbito do PRUA, a reutilização do efluente tratado proveniente da ETAR 2 de Setúbal manteve, em 2025, resultados semelhantes aos do ano anterior. [ESRS 2.68e] Apesar do volume significativo já alcançado, esta iniciativa encontra-se ainda em fase piloto, estando prevista para 2026 a instalação definitiva do projeto, associado a um investimento estimado de 960 mil euros. [ESRS 2.69a | ESRS 2.69c]

A Participada continuará a desenvolver novas ações de otimização hídrica, especialmente nas etapas de branqueamento, secagem e transferência de pasta para as máquinas de papel. [ESRS 2.68 | ESRS 2.69] Para 2026, está projetada a instalação da deslenhificação por oxigénio em Setúbal. A iniciativa será realizada para responder à necessidade de melhorar a qualidade da pasta branqueada produzida na fábrica, garantindo simultaneamente a redução do consumo de água e da carga orgânica no efluente da fase de branqueamento, aumentando a eficiência do processo e minimizando os impactes ambientais associados à produção. [ESRS 2.69a | E3.18b | E3.18d] A introdução da etapa de deslenhificação por oxigénio permitirá reduzir o consumo de químicos no branqueamento de pasta, diminuir a carga orgânica do afluente da ETAR – e, consequentemente, do efluente final descarregado –, bem como diminuir a cor do efluente lançado no Estuário do Sado.O investimento previsto é de 25 milhões de euros, cuja fase de construção e montagens será concretizada no ano de 2026.

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68 c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
PRUA Aveiro	Realizada	Operações próprias, Aveiro	2023 - 2025	Redução do uso da água de 920 000 m^3/ano
PRUA Figueira da Foz	Realizada	Operações próprias, Figueira da Foz	2023 - 2025	Redução do uso da água de 270 000 m^3/ano
PRUA Setúbal	Realizada	Operações próprias, Setúbal	2023 - 2025	Redução do uso da água de 1 400 000 m^3/ano
Reciclagem direta de efluente da ETAR 2 de Setúbal (teste piloto)	Realizada	Operações próprias, Setúbal	2024 - 2025	Resultados alcançados: reciclagem de 250 000 m^3/ano
Deslenhificação por Oxigénio Setúbal	Planeada	Operações próprias, Setúbal	2026	Potencial de redução de 2 m^3/tAD
Instalação definitiva de reutilização do efluente da ETAR 2	Planeada	Operações próprias, Setúbal	2026	Potencial de redução de 3 500 000 m^3/ano

Nota 1: PRUA – Programa de Redução do Uso da Água.
Nota 2: As medidas reportadas foram concluídas em 2025, sendo os respetivos resultados estimados com base num ano completo de operação.
Nota 3: Medidas com CapEx executado no período de 2023 a 2025

SEGMENTO CIMENTO

Em 2025, a Secil elaborou um *roadmap* ambiental que estrutura, por geografia, as ações a implementar no âmbito da utilização de recursos hídricos. Foram definidas nove ações, especificadas na tabela. [E3.17 | E3.18b/c] Deste conjunto, oito abrangem operações localizadas em áreas caracterizadas por uma suscetibilidade elevada ou muito elevada ao *stress* hídrico. [E3.19]

O objetivo deste r*oadmap* é promover uma gestão eficiente da água, assente na identificação e no controlo dos fluxos hídricos ao longo de todo o ciclo, desde a captação e utilização até aos pontos de descarga. Esta abordagem permite não só otimizar o consumo de água, como também garantir a qualidade da água descarregada, assegurando o tratamento adequado dos efluentes e o cumprimento rigoroso dos requisitos legais aplicáveis para cada unidade. [E3.17 | E3.18b/c]

Relativamente à gestão hídrica, para além dos projetos já referidos anteriormente, foram instalados contadores em várias instalações com o objetivo de melhorar a monitorização e a eficiência no consumo de água. Exemplos dessas iniciativas incluem a instalação de sistemas de tratamento de águas e a conclusão de contadores em Portugal. [ESRS 2.68e| ESRS 2.68a]

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Plano de gestão de água	Em progresso	Portugal (Maceira)	Curto prazo	Alteração do sistema de bombagem da pedreira de marga.
Tratamento de águas residuais	Planeada	Portugal (Outão e Maceira)	Curto prazo	Instalação de separador de hidrocarbonetos na cave junto ao armazenamento de pneus no Outão. Instalação de separador de hidrocarbonetos no Parque da Sucata da
Redução do consumo de água através do aumento de água reciclada / reutilizada	Em progresso	Tunísia (Gabès), e Líbano (Beirute)	Médio prazo	Ocorreu uma redução de 63% do consumo de água, na Tunísia, desde 2020 e uma redução de 25% da captação de água, no Líbano desde 2019.
Reutilização de água	Planeada	Brasil (Adrianópolis e Pomerode)	Médio prazo	Aumentar a reutilização de água na unidade de Pomerode, assegurando a realização periódica da manutenção do sistema de reutilização. Paralelamente, avaliar a possibilidade de implementar um sistema semelhante na unidade de Adrianópolis, com base nos resultados obtidos em Pomerode.
Atualização do layout da rede de águas	Realizada	Portugal (Maceira)	Médio prazo	Atualização da planta da rede de águas, abrangendo a rede de consumo, a rede industrial, os pontos de descarga e os pontos de consumo.
Redução do consumo de água através de rede separativa das águas industriais e pluviais	Planeada	Portugal (Outão e Maceira)	Médio prazo	Implementação de rede separativa das águas industriais e pluviais.
Avaliação do potencial de reutilização das águas pluviais	Planeada	Portugal (Outão e Maceira)	Médio prazo	Potenciar o reaproveitamento das águas pluviais para sistema de arrefecimento e rega.
Alteração da rede de águas para consumo	Planeada	Portugal (Outão e Maceira)	Médio prazo	Ligação da pedreira e cais à rede pública de abastecimento de água no Outão. Ligação dos edifícios técnico/ administrativos à rede pública de abastecimento na Maceira.
Consumo de água - otimização dos equipamentos de controle de água	Planeada	Portugal (Outão)	Médio prazo	Substituição gradual de contadores por contadores com sistema de telemetria. Revisão/ Elaboração de Plantas da Rede Separativas de Águas.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Para a ETSA, a racionalização do uso da água é de extrema importância por diversos motivos, que abrangem aspetos económicos, ambientais e sociais, pois a otimização deste recurso não beneficia apenas o ambiente, mas promove também a eficiência operacional e a redução de custos. [E3.16] Foram desenvolvidas as seguintes ações:

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68 c	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Reduzir o uso da água e dos recursos marinhos	Realizada e planeada	Operações próprias, Coruche	Curto prazo	Melhor controlo do consumo de água
Reutilização e reaproveitamento da água	Planeada	Operações próprias, Loures	Longo prazo	Redução do consumo e aumento da circularidade da água

A ETSA está a concluir um ciclo de investimento nas ETAR das suas unidades fabris em Loures e Coruche, integrando medidas de eficiência hídrica, como a implementação de um sistema de gestão de água em Coruche e projetos de reutilização de águas residuais em Loures. [E3.18b/c | ESRS 2.68a/e] Estas iniciativas permitirão a monitorização em tempo real do consumo de água, promovendo uma gestão mais eficiente e reduzindo a captação de água de furos. [ESRS 2.68a]

Os principais investimentos incluem 20 mil euros de CapEx (executado entre 2023 e 2025) em Coruche e, em 2025, um investimento em manutenção de 40 mil euros. Para a ação planeada em Loures, está previsto um investimento de 20 mil euros de CapEx . [ESRS 2.69b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangles's definiu três ações prioritárias que se relacionam com o consumo de água nos processos industriais, gestão de efluentes e práticas de reutilização e reciclagem de água. Estas ações, planeadas e realizadas, encontram-se na tabela seguinte. [E3.17 | E3.18b/c]

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68 c	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Life Cycle Assessment	Realizada e planeada	Operações próprias	Curto prazo	Estudo do impacto na água e recursos hídricos durante a produção de cinco modelos de quadros (cradle to gate)
Rede separativa	Realizada e planeada	Operações próprias e a montante na cadeia de valor	Curto prazo	Implementação de rede separativa de águas de captação (para utilização na produção) e de fornecimento público (para consumo humano)
Reutilização e reaproveitamento da água	Planeada	Operações próprias	Longo prazo	Cumprimento dos Valores limite de emissão (VLE) e possibilidade de reaproveitamento da água

A renovação da Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARi) permite devolver ao sistema de esgoto municipal os efluentes cumprindo todos os VLE e, no futuro, reutilizar a água tratada, diminuindo a necessidade de consumo de água da captação ou rede municipal. Adicionalmente poderá viabilizar-se a reutilização da água tratada. [ESRS 2.68a] Para a consecução desta ação, irá ser submetida uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência. [ESRS 2 2.69a]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa tem implementado medidas específicas para reduzir o consumo de água associado às suas operações. Em linha com os princípios de gestão ambiental da Participada, o sistema de refrigeração da fábrica de galvanização na unidade de Medina del Campo (Espanha) está em processo de revisão e atualização uma vez que este sistema é o maior consumidor de água da fábrica. Esta intervenção permitirá estabilizar a temperatura de arrefecimento do processo e reduzir substancialmente o consumo hídrico, com resultados esperados ao longo de 2026. [ESRS 2.68a | E3.17 | E3.18a-d]

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68 c	Resultados [ESRS 2.68 a]
Revisão e modernização do sistema de arrefecimento no processo de galvanização	Realizada e planeada	Operações próprias em Valladolid (Espanha)	Curto prazo	Redução do consumo de água durante o processo de galvanização.

O investimento de CapEx associado de cerca de 14,2 mil euros visa a melhoria e adaptação de infraestruturas com o objetivo de otimizar processos e contribuir para a redução do consumo de água a curto prazo. [ESRS 2.69a | ESRS 2.69c]

METAS E MÉTRICAS

METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS (E3-3, MDR-T)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

O compromisso da Navigator com a gestão responsável do recurso água visa a quantidade captada, como também a qualidade da água descarregada, materializado através de três metas do Roteiro 2030. [ESRS 2.80c] Estas estão alinhadas com a Agenda 2030 e os ODS, especificamente o ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis). [ESRS 2.80f]

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada TESRS 2.75 ESRS 2.80b]	Desempenho 2023 TESRS2.80J]	Desempenho 2024 [ESRS2.80J]	Desempenho 2025 [ESRS2.80J]	Resultado a alcançar [ESRS2.80e]
Diminuir em pelo menos 33% a utilização específica de água até 2030 (abrange as operações próprias industriais em Portugal)	Valor de referência: 22,4 m^3/t Ano base: 2019	m^3 de água por tonelada de produto produzido	Diminuição de 5,1% (21,2 m^3/t)	Diminuição de 8,5% (20,5 m^3/t)	Diminuição de 8,4% (20,5 m^3/t)	Resultado a alcançar: 15,1 m^3/t Ano: 2030
Reduzir em 10% a carga orgânica nos efluentes industriais da Navigator até 2030, face a 2022 (abrange as operações próprias industriais em Portugal)	Valor de referência: 4,6 kg CQO/t Ano base: 2022	Kg CQO/ tonelada de produto produzido	Aumento de 2% (4,6 kg CQO/t)	Aumento de 12% (5,1 kg CQO/t)	Aumento de 5% (4,8 kg CQO/t)	Resultado a alcançar: 4,1 kg CQO/t Ano: 2030
Estudar o potencial de redução e consumo de água no viveiro de Espirra com diminuição de pelo menos 10%/ ano de utilização de água até 2030 (abrange as operações próprias	Valor de referência: 363 756 m^3/ano Ano base: 2022	m^3 de água/ ano	Diminuição de 15% (310 000 m^3/ano)	Diminuição de 21% (288 279 m^3/ano)	Diminuição de 18% (297 918 m^3/ano)	Resultado a alcançar: 260 000 m^3/ano Ano: 2030

As duas primeiras metas estão associadas à Política de Sistemas de Gestão, ao mitigarem e minimizarem os impactes ambientais da atividade da Participada, alinhado com as exigências do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001. Estão também associadas à Política Ambiental ao promoverem a redução da utilização de água nos processos industriais e a minimização dos impactos ambientais nos cursos naturais de água, decorrentes dos efluentes industriais, implementando sempre que possível as melhores tecnologias disponíveis (MTD), nomeadamente em processos de reutilização e fecho de circuitos, assim como remoção e tratamento de poluentes. Da mesma forma, a Meta 3 está relacionada com a Política Ambiental. [ESRS 2.80a I E3.23c]

As ações que a Navigator tem executado em matéria de utilização de recursos hídricos contribuem para que a Participada alcance a meta de redução de 33% no uso específico de água. Em 2025 registou-se, no contexto industrial em Portugal, uma utilização específica de água de 20,5 m^3/t, cerca de 8,5% abaixo do ano base de 2019 (22,4 m^3/t). Em termos absolutos, a captação total de água foi cerca de 13,4% inferior ao valor de 2019, representando cerca de 9 hm^3, o equivalente a 1,9 meses de operação das fábricas em Portugal. [ESRS 2.80j | E3.22]

A Navigator atua em regiões com pressão hídrica e implementou medidas para reduzir a carga orgânica nos seus efluentes, como a ultrafiltração MBR na ETAR de Setúbal e a deslenhificação por oxigénio nas fábricas de pasta, garantindo conformidade com os Valores Limite de Emissão (VLE). Estabelecida em 2023, teve por base uma estratégia integrada, considerando diretrizes europeias, incluindo a Diretiva de Emissões Industriais.

Considera a carga orgânica, medida em kg de carência química de oxigénio, dos efluentes tratados nas ETAR próprias dos complexos industriais da Navigator. A monitorização contínua assegura a avaliação do progresso e o ajuste das medidas conforme necessário. Para reduzir a utilização de água, adotou-se a reutilização de fluxos internos, reaproveitamento de condensados e otimização dos processos industriais, minimizando a captação em zonas de maior escassez. A identificação de investimentos estratégicos, como a instalação de sistemas de ultrafiltração nas ETAR ou a deslenhificação por oxigénio nas fábricas de pasta, permitem ambicionar a meta estabelecida, contribuindo para reduções significativas nos poluentes descarregados. [E3.23 | ESRS 2.80f]

Relativamente à meta de redução de carga orgânica nos efluentes industriais, verificou-se um aumento de 5% face ao ano base (4,8 kg CQO/t face a 4,6 kg CQO/t), impactado por problemas operacionais das fábricas de pasta e das ETAR da Figueira e Setúbal. [ESRS 2.80j]

A meta de estudar o potencial de redução e consumo de água no viveiro corresponde a um estudo que avalia o potencial de redução do consumo de água no viveiro de Espirra, com o objetivo de promover uma gestão responsável deste recurso natural numa área identificada como estando em stress hídrico, segundo a ferramenta WRI [E3.23c]. A estratégia assenta na implementação integral da rega gota-a-gota no viveiro, minimizando perdas de água e reduzindo o consumo, bem como na monitorização e controlo contínuos do sistema de rega. [ESRS 2.80f | ESRS 2.80c] Em 2025, registou-se uma diminuição de 18% face ao ano base e um aumento de 3% em comparação com 2024. Estes resultados foram influenciados pelo número de plantas produzidas em Viveiro (superior ao de 2024) e às elevadas temperaturas que se verificaram nos meses de verão. [ESRS 2.80j]

SEGMENTO CIMENTO

A Secil não desenvolveu, até ao momento, metas específicas para este tema material. No entanto, acompanha a eficácia das suas políticas e ações através do *Roadmap* Ambiental 2025, que define ações relacionadas com a gestão da água em cada geografia onde opera. [ESRS 2.81bi] Em paralelo, os progressos alcançados são monitorizados através dos seguintes KPI, utilizando o ano de 2020 como período de referência [ESRS 2.81b ii]:

– Captação de água subterrânea (métrica seguida no Líbano);

– Captação de água (métrica seguida na fábrica de Adrianópolis, no Brasil);

– Consumo de Água (métrica seguida na Tunísia).

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA não desenvolveu, até ao momento, metas específicas para este tema material, no entanto, a Participada acompanha e monitoriza todos os consumos e descargas de água em todas as unidades industriais e logísticas. [E3.22 | ESRS 2.81b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's compromete-se a reduzir o consumo de água nas operações próprias industriais em Portugal, estabelecendo uma meta concreta para otimizar o uso de recursos.

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS 2.75 ESRS 2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80J]	Desempenho 2024 [ESRS2.80J]	Desempenho 2025 [ESRS2.80J]	Resultado a alcançar [ESRS2.80e]
Quantidade de água consumida (rede e furo) por unidade produzida (Abrange as operações próprias industriais em Portugal)	Valor de referência: 0,06 m^3/unidade produzida Ano base: 2023	m^3 de água consumida/ unidade produzida	0,06 m^3/ unidade produzida	0,136 m^3/unidade produzida	0,076 m^3/ unidade produzida	Resultado a alcançar: 0,048 m^3/ unidade produzida Ano: 2030

Nota: Esta métrica está sujeita a verificação externa no âmbito do presente relato, não sendo verificada por outras entidades e não é obrigatória à luz da legislação existente. [ESRS 2.77 b | ESRS E3.25] A meta está relacionada com uma política existente de gestão de recursos. [ESRS 2.80a]
Identificou-se um erro na informação divulgada no exercício de 2024, referente à meta descrita. Foi apresentado como desempenho o valor correspondente à meta definida, quando deveria ter sido divulgado o valor relativo ao desempenho em 2024. No presente relatório procedeu-se à correção da informação relativa a 2024, passando a ser divulgado o valor correspondente ao desempenho real desse período, determinado de acordo com a metodologia de cálculo aplicável ao indicador. Esta correção não tem impacto nas metas estratégicas definidas pela Participada nem nos compromissos assumidos. [ESRS 2.14]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa encontra-se atualmente a definir metas com vista à abordagem das questões relacionadas com os recursos hídricos. Estes indicadores serão estabelecidos e objeto de monitorização ao longo do ano de 2026.

MÉTRICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS (E3-4, MDR-M)

Captação e consumo de água (m³) [E3.28a]		2025	2024
Navigator	Água captada	62 192 703	63 033 315
	Água consumida	14 049 858	12 783 425
Secil	Água captada	1 836 761	1 810 854
	Água consumida	1 589 345	1 567 026
ETSA	Água captada	218 572	119 454
	Água consumida	36 894	52 386
Triangle's	Água captada	5 185	10 065
	Água consumida	4 519	9 494
Imedexa	Água captada	9 351	—
	Água consumida	6 251	—
Semapa Holding	Água captada	448	500
	Água consumida	45	50
Grupo Semapa	**Água captada**	**64 263 020**	**64 974 188**
	Água consumida	**15 686 912**	**14 412 381**

Nota 1 Navigator: Os dados de captação, descargas e consumos de água incluem todas as geografias, com exceção da Navigator Tissue UK, uma vez que os respetivos dados não se encontravam disponíveis à data de reporte.

Nota 2 Navigator: Foram considerados os dados das atividades industriais, florestais e de escritórios, sendo que as atividades industriais representam 96% da captação total de água da Navigator. [E3.AR29 | ESRS 2.77a]

Nota 3 Navigator: Os volumes de captação de água e de descarga de efluentes nas unidades industriais são obtidos exclusivamente através de medição direta, com recurso a caudalímetros calibrados de acordo com normas de metrologia validadas, representando 100% da fonte de informação. Estes valores são igualmente reportados às autoridades competentes. [E3.28e]

Nota 4 Navigator: Nas atividades florestais em Portugal, os volumes de água captada são medidos através de caudalímetros instalados em cada furo, sendo realizada uma análise anual por furo. Em Moçambique, 99,8% dos dados resultam de medição direta, enquanto 0,2% correspondem a extrapolações, assumindo-se 2,1 regas por planta, com 5 litros de água por rega, para uma área total de 48 hectares. [E3.28e | ESRS 2.77a]

Nota 5 Navigator: Os volumes de água adquirida a terceiros para uso nos escritórios são reportados com base nos valores faturados, assumindo-se que 90% do volume utilizado é descarregado sob a forma de efluente para tratamento nas ETAR municipais. [E3.28e | ESRS 2.77a]

Nota 6 Navigator: O consumo de água corresponde à diferença entre o volume total de água captada e o volume de água descarregada. [E3.28e | ESRS 2.77a]

Nota Secil: Os dados relativos ao consumo de água resultam do cálculo da diferença entre a água captada e a água descarregada. A captação de água nas instalações de cimento e materiais são obtidos essencialmente através de medição direta (1% correspondem a estimativas). [E3.AR29] As estimativas do volume de água descartada dependem do local onde ocorre a descarga e podem ser realizadas com base em diferentes abordagens: informação da precipitação, estimativa da quantidade de água gasta num determinado procedimento, medições diretas já realizadas, sempre que existam dados históricos ou sistemas de monitorização instalados. [E3.28e]
Nota ETSA: Os dados relativos à captação de água são obtidos exclusivamente através de medição direta, representando 100% da fonte de informação. [E3.AR29] Todos os pontos de captação e descarga de água estão equipados com caudalímetros o que permite a contabilização do caudal de forma direta.

Nota Triangle's: Os dados relativos à captação de água são obtidos exclusivamente através de medição direta, representando 100% da fonte de informação. [E3.AR29] Todos os pontos de captação e descarga de água estão equipados com caudalímetros, o que permite a contabilização do caudal de água de forma direta.

Nota Semapa Holding: Os dados relativos à captação de água são obtidos exclusivamente através de medição direta, representando 100% da fonte de informação [E3.AR29] Os dados referentes a descarga de efluentes são estimados. No caso dos efluentes para tratamento por terceiros teve-se por base o valor de captação de água o qual foi afetado por um coeficiente de afluência a rede de 0,90 (proporção considerada pelas entidades gestoras municipais onde estão localizadas as instalações da organização), de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto. [E3.28e]

Consumo de água em zonas de stress hídrico (m3) [E3.28b]	2025	2024
Navigator	13 759 965	12 372 154
Secil	999 227	1 010 314
ETSA	36 894	52 386
Triangle's	0	0
Imedexa	0	0
Semapa Holding	0	0
Grupo Semapa	**14 796 085**	**13 434 854**

Nota Navigator: As áreas de elevado stress hídrico são consideradas regiões onde a percentagem de água total retirada é elevada (40-80%) ou extremamente elevada (superior a 80%) na ferramenta Aqueduct Water Risk Atlas do Instituto dos Recursos Mundiais (WRI).
Nota Secil: A identificação de instalações em zonas de stress hídrico foi realizada recorrendo à ferramenta Aquaduct tool, verificando-se que em Portugal, a fábrica do Outão situa-se num local de suscetibilidade muito elevada ao stress hídrico, e as fábricas de Maceira-Liz e Cibra-Pataias situam-se numa área de suscetibilidade elevada. A fábrica de Gabès, na Tunísia, situa-se num local de suscetibilidade elevada ao stress hídrico e a fábrica de Sibline, no Líbano, situa-se num local de suscetibilidade muito elevada ao stress hídrico.
Nota: As operações da Triangle's e da Imedexa não estão localizadas em regiões de stress hídrico.

Intensidade da água (m^3/M€)		2025	2024
Navigator	Consumo total de água (m^3)	14 049 858	12 783 425
	Volume de negócios (milhões de euros)	1 970	2 088
	Intensidade da água (m^3/M€)	**7 133**	**6 122**
Secil	Consumo total de água (m^3)	1 589 345	1 567 026
	Volume de negócios (milhões de euros)	751	702
	Intensidade da água (m^3/M€)	**2 115**	**2 233**
ETSA	Consumo total de água (m^3)	36 894	52 386
	Volume de negócios (milhões de euros)	84	45
	Intensidade da água (m^3/M€)	**441**	**1 172**
Triangle's	Consumo total de água (m^3)	4 519	9 494
	Volume de negócios (milhões de euros)	19	19
	Intensidade da água (m^3/M€)	**240**	**505**
Imedexa	Consumo total de água (m^3)	6 251	—
	Volume de negócios (milhões de euros)	43	—
	Intensidade da água (m^3/M€)	**146**	**—**
Semapa Holding	Consumo total de água (m^3)	45	50
	Volume de negócios (milhões de euros)	S.S.	S.S.
	Intensidade da água (m^3/M€)	NA	NA
Grupo Semapa	Consumo total de água (m^3)	15 686 912	14 412 381
	Volume de negócios (milhões de euros)	2 865	2 853
	Intensidade da água (m^3/M€)	**5 475**	**5 051**

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE RISCOS E OPORTUNIDADES IMPORTANTES RELACIONADOS COM A ÁGUA E OS RECURSOS MARINHOS (E3-5)

Em conformidade com a derrogação concedida pelo Regulamento Delegado (UE) 2025/1416 da Comissão, de 11 de julho de 2025, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 no que diz respeito ao adiamento da data de início da aplicação dos requisitos de divulgação para certas empresas, o Grupo Semapa optou por omitir a comunicação de informações sobre os efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades.

4.1.2.4 BIODIVERSIDADE E ECOSSISTEMAS – E4

ESTRATÉGIA

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO (ESRS 2 SBM-3)

Na tabela seguinte são descritos os impactos identificados no Grupo Semapa, sendo de ressalvar que, no caso da ETSA e da Imedexa, não foram identificados quaisquer temas materiais relacionados com a norma sobre biodiversidade e ecossistemas.

Descritivo [ESRS2.48a]	Materialidade por Empresa	Impacto, Risco ou Oportunidade [ESRS2.48a]	Horizonte temporal [ESRS2.48ciii]	Localização na cadeia de valor [ESRS2.48a]	Subtema ou sub-subtema relacionado [ESRS2.48h]
As atividades dos fornecedores de materiais e serviços na cadeia de valor podem causar perda de biodiversidade	Navigator, Secil, Triangle's	Impacto negativo	-	Montante	Dimensão da população das espécies
Promoção da preservação e restauro de habitats, em zonas de interesse de conservação, contribuindo para a proteção e recuperação da biodiversidade e para a resiliência às alterações climáticas	Navigator	Impacto positivo	-	Operações próprias	Dimensão da população das espécies
Impacto nas espécies com estatuto de ameaça devido à degradação dos ecossistemas provocada pelas atividades a montante	Navigator	Impacto negativo	-	Montante	Risco de extinção global da espécie
Impacto nas espécies com estatuto de ameaça devido à degradação dos ecossistemas provocada pelas atividades próprias	Navigator	Impacto negativo	-	Operações próprias	Risco de extinção global da espécie
A exploração e/ou má gestão de recursos naturais pela empresa pode levar a um impacto negativo nos serviços dos ecossistemas	Navigator, Secil	Impacto negativo	-	Operações próprias	Impactos e dependências dos serviços dos ecossistemas
O desenvolvimento de parcerias com a academia e/ou outras entidades no desenvolvimento de estudos científicos pode contribuir para a promoção e conservação da biodiversidade e nas metodologias de restauro	Navigator, Secil	Impacto positivo	-	Operações próprias	Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade

Nota: os impactos materiais identificados são reais, pelo que não têm associado um horizonte temporal

A diversidade genética de espécies, e as interrelações que estabelecem entre si, são elementos base para o equilíbrio dos ecossistemas. Ecossistemas saudáveis produzem um conjunto variado de serviços, que sustentam as necessidades de matérias-primas e serviços essenciais à vida e atividades humanas, influenciando, de forma positiva, o bem-estar, a saúde e a geração de riqueza para as comunidades.

O Grupo Semapa está consciente dos impactos e dependências que as suas atividades têm na biodiversidade e reconhece a necessidade de desenvolver ações que protejam os ecossistemas naturais.

Adicionalmente, as atividades de conservação da biodiversidade são um aliado importante na mitigação e na adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator gere, em Portugal continental, cerca de 111 mil hectares de espaços florestais, que incluem floresta de produção e zonas destinadas à conservação de valores naturais relevantes – Zonas com Interesse para a Conservação (ZiC). O património florestal situado em Portugal continental é certificado de acordo com o sistema FSC, desde 2007, e PEFC, desde 2009. Esta é uma atividade considerada elegível pela Taxonomia da UE. [E4.16a]

É de salientar que 34% deste património florestal interseta áreas classificadas, como a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e a Rede Natura 2000 (RN2000) – Zonas Especiais de Conservação e Zonas de Proteção Especial -, locais RAMSAR (Zonas Húmidas de Importância Internacional) e Reserva da Biosfera da UNESCO. 64,5% do espaço florestal que interseta as áreas sensíveis está afeto à produção de eucalipto. [E4.16a]

No património sob a gestão da Navigator, em Portugal continental, as ZiC são espaços geridos com objetivos de conservação, servindo de importante *habitat* para flora e fauna diversa, incluindo espécies com diferentes estatutos de conservação e proteção e endémicas. Dentro destas zonas, as Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC), conceito exclusivo da certificação FSC são as mais relevantes, em função da presença de valores ambientais, sociais e culturais de carácter excecional, que são, desta forma, salvaguardados.

Na Galiza (Espanha), a Participada gere 1 488 hectares de floresta e 39% do património encontra-se dentro de áreas sensíveis (maioritariamente em Reserva da Biosfera), sendo que 80,9% desta área está afeta à produção de eucalipto. [E4.16a] Em Moçambique, são geridos cerca de 26 932 hectares, não havendo operações em áreas sensíveis ou classificadas. [E4.16a]

A Navigator tem um Plano de Gestão Florestal (PGF) para as áreas próprias e arrendadas no âmbito da atuação em Portugal continental, o qual obedece aos requisitos transpostos do normativo técnico do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, emanado por despacho com base no DL n.º 15/2009. Nele estão incluídos os Programas de Gestão de Biodiversidade (PGB), para as propriedades florestais que se sobrepõem a áreas designadas para a conservação da natureza ou biodiversidade, no âmbito da RN2000 e da RNAP. O objetivo destes programas é garantir a compatibilidade e o contributo das intervenções propostas no PGF para a conservação de espécies e *habitats* protegidos, cujo estado de conservação favorável dependa da gestão florestal. Estes programas consideram as disposições aplicáveis contidos no Plano Sectorial da RN2000 e noutros planos e regulamentos pertinentes (ex.: planos ou regulamentos de gestão de áreas protegidas e de ordenamento do território). [E4.16a]

Em Moçambique, a Navigator tem um PGF próprio, ainda sem toda a informação do PGF de Portugal e sem enquadramento em normativos locais, dada a sua inexistência. Este documento orientador alinha-se com os *standards* de certificação florestal, caracterizando o meio físico, o ambiente socioeconómico e as ações da empresa nas áreas sob gestão. Além de estruturar a gestão dos ativos florestais, proporciona uma visão integrada da abordagem da participada, facilitando a compreensão do processo global e contribuindo para a melhoria do desempenho individual e organizacional. [E4.16a]

Na Galiza (Espanha), são elaboradas *checklists* de requisitos que são entregues aos Prestadores de Serviço, contendo as condicionantes necessárias para prevenir ou mitigar potenciais impactos negativos das operações, incluindo aqueles que afetam a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. Sempre que necessário e aplicável, são realizados estudos de impacto ambiental e consultadas as partes interessadas locais, bem como as entidades competentes. Cada projeto de exploração de área é sujeito a um processo de avaliação específico. [E4.16a]

Embora as operações da Navigator afetem algumas espécies ameaçadas, este impacto encontra-se mitigado. O sistema de Gestão Florestal Sustentável inclui matrizes detalhadas para a avaliação de impactes ambientais e sociais, preconizando medidas de mitigação integradas. [E4.16c]

SEGMENTO CIMENTO

Como indústria extrativa, a Secil compreende os impactos ambientais e sociais decorrentes das suas operações, nomeadamente no equilíbrio dos ecossistemas e na diversidade da vida vegetal e animal, elementos fundamentais para a saúde e o bem-estar humano. [ESRS 2. 48ci]

A exploração de pedreiras tem impactos reconhecidos na paisagem, na alteração do relevo, na remoção do solo e do coberto vegetal. Estes efeitos resultam em ameaças à biodiversidade local, especialmente em áreas consideradas sensíveis em termos de biodiversidade, nomeadamente através da perda e fragmentação de *habitat* e da mortalidade direta e perturbação de espécies. [E4.16b| E4.16c|ESRS 2.48 c] A Secil tem vindo a trabalhar para minimizar os impactos na biodiversidade e acelerar o processo de colonização natural das suas pedreiras. Este objetivo tem sido alcançado através de programas que promovem a recuperação da estrutura e funcionamento das comunidades florísticas e faunísticas, e dos ecossistemas originais. [E4.16b | E4.16c]

A atividade da Secil decorre, em alguns casos, em zonas ecologicamente sensíveis. Todas as áreas com explorações de pedreiras nos negócios de cimento e agregados são alvo de atenção diferenciada, especialmente aquelas localizadas em áreas destinadas à conservação. [ESRS 2. 48cii] A participada detém atualmente seis pedreiras situadas nas seguintes zonas protegidas: [E4.16a]

– Sesimbra (Parque Natural da Arrábida e Rede Natura 2000);

– Propriedade do Outão (Parque Natural da Arrábida e Rede Natura 2000);

– Madeira (Parque Natural da Madeira, parcialmente);

– Adrianópolis (Reserva da Mata Atlântica), Brasil.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

No âmbito da identificação e avaliação dos impactos, riscos, dependências e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas, a Triangle's analisou os locais onde detém controlo operacional ou financeiro, bem como a forma como as suas atividades interagem com o meio envolvente. A Participada encontra-se localizada em Portugal, na Borralha, concelho de Águeda, inserida num parque empresarial desenvolvido especificamente para o efeito. Este parque foi objeto de um estudo de biodiversidade, cujas conclusões indicam que a área não constitui uma zona sensível em termos de biodiversidade, não apresentando riscos relevantes para ecossistemas naturais nem para espécies protegidas. [E4.16a]

Consequentemente, as atividades *onsite* não afetam negativamente a biodiversidade local nem contribuem de forma significativa para a degradação de ecossistemas, mantendo-se circunscritas a uma área já artificializada e destinada a uso empresarial. [E4.16a] No entanto, no contexto da análise alargada da cadeia de valor, a Triangle's identificou a existência de impactos negativos materiais a montante, nomeadamente no que respeita à degradação das terras, desertificação ou impermeabilização dos solos. [E4.16b] Estes impactes não resultam das operações diretas da Participada, mas estão associados a atividades de fornecedores ou a fases anteriores do ciclo de vida dos produtos, sendo considerados relevantes para efeitos de avaliação de impactos ambientais.

No que diz respeito à afetação de espécies ameaçadas, a avaliação efetuada concluiu que as operações da Triangle's não têm impactos diretos ou indiretos sobre espécies classificadas como ameaçadas ou protegidas. [E4.16c]

PLANO DE TRANSIÇÃO E CONSIDERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSSISTEMAS NA ESTRATÉGIA E NO MODELO EMPRESARIAL (E4-1)

Reconhecendo a importância da biodiversidade e dos ecossistemas, as Participadas do Grupo Semapa incorporam, nas suas estratégias corporativas, compromissos e atividades relativos à preservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Uma maior responsabilidade sobre este tema está assente na Navigator, uma vez que as suas atividades impactam direta e indiretamente em áreas de território, algumas com valor ecológico relevante.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No caso da Navigator, as suas atividades diretamente ligadas à floresta têm uma relação de dependência e potencial impacto direto nesses ecossistemas. Desde 2008 que a Participada tem uma **estratégia de biodiversidade integrada no seu modelo de gestão florestal**, essencial para a resiliência do negócio. [E4.13a] Esta estratégia assenta na avaliação de valores naturais e impactos das respetivas operações, na colaboração com especialistas e comunidades locais, na monitorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, bem como na recolha de informação sobre espécies e *habitats* para cartografia e conservação. [E4.13f]

No planeamento e execução das atividades, a Navigator procura equilibrar produtividade, conservação dos recursos e bem-estar das comunidades. Para isso, identifica os recursos naturais, paisagísticos, patrimoniais e socioculturais, garantindo a sua preservação e melhoria. A avaliação prévia dos impactos ambientais e sociais e dos riscos associados às suas operações é uma prática essencial, permitindo a adoção de uma gestão mais responsável. [E4.AR1b | E4.13b]

A evolução desta estratégia responde aos desafios impostos por iniciativas internacionais, como a Estratégia de Biodiversidade da UE 2030, a COP15 e o Acordo Kunming-Montreal, bem como às exigências da Lei de Restauro da Natureza e avaliação de práticas ESG, alinhando o modelo de governação para a biodiversidade, objetivos e esforços, com as exigências regulatórias e sociais, especialmente no reporte e certificação.

Para reforçar a conservação da biodiversidade, a Navigator traçou metas até 2030 e 2050, incluindo a demonstração dos impactos positivos na biodiversidade e a criação de créditos de biodiversidade em parceria com a Academia. [E4.AR1a | E4.AR1b | E4.AR1d] Paralelamente, investiu na formação interna em biodiversidade, serviços dos ecossistemas e restauro, assegurando maior capacitação dos colaboradores. [E4.AR1d]

A avaliação de impactos diretos e indiretos, riscos e dependências da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas é uma prioridade. A Participada mantém a certificação de gestão florestal responsável e revê regularmente as suas práticas para minimizar impactos negativos, especialmente em áreas de alto valor de conservação. [E4.AR1h]

Em Moçambique, a Navigator continua a investir na sensibilização ambiental, no fortalecimento de parcerias que permitem executar ações de priorização ecológica em diversas áreas de proteção/conservação sob gestão da Participada, como é o caso de organizações como a Wildlife Conservation Society (WCS) e a Biofund. Foi implementado ainda um Plano de Ação para a Biodiversidade e um Programa de Desenvolvimento Social, focado na melhoria da segurança alimentar, no aumento do rendimento e do bem-estar comunitário, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais. Adicionalmente, os sobrantes florestais das atividades de colheita, mais acentuadas em 2025, têm sido, em parte, utilizadas pelas comunidades locais, traduzindo-se numa diminuição da necessidade de corte de espécies nativas para lenha/energia.

Com esta abordagem integrada, a Navigator reforça o seu compromisso com a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a regeneração ecológica e valorização dos ecossistemas onde opera. [E4.13]

GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ECOSSISTEMAS (E4-2, MDR-P)

A biodiversidade e a preservação dos ecossistemas são fundamentais para a sustentabilidade das operações das empresas Participadas do Grupo Semapa. As políticas e estratégias do Grupo refletem um compromisso abrangente com a sustentabilidade e a resposta à conservação da biodiversidade e ecossistemas.

As Participadas adotam e desenvolvem práticas de monitorização e mitigação de impactos, tendo como objetivo o cumprimento das exigências regulatórias aplicáveis. São ainda desenvolvidas iniciativas para restaurar ecossistemas afetados e promover soluções baseadas na natureza, reforçando a integração dos princípios da biodiversidade na estratégia de negócio.

De seguida, são apresentadas de forma detalhada as políticas relacionadas com a biodiversidade e ecossistemas para a Navigator, Secil e a Triangle's, evidenciando as diretrizes e estratégias adotadas para promover a proteção da biodiversidade. Embora este tema não seja material para a Imedexa, a Participada definiu políticas que abordam esta temática e que serão abordadas neste capítulo. [ESRS 2.65a]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

As políticas e estratégias da Navigator refletem um compromisso abrangente com a sustentabilidade e a resposta à conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. A **Política Ambiental** e as **Políticas Florestais** focam-se na promoção da gestão responsável das suas plantações e espaços agroflorestais com o objetivo de produção de bens tangíveis e intangíveis, no respeito pela conservação de valores naturais e socioculturais.

No conjunto, através do sequestro e armazenamento de carbono na floresta e nas matérias-primas e produtos dela resultantes, as plantações e espaços agroflorestais geridos pela Navigator contribuem para uma bioeconomia circular e desempenham um papel relevante na mitigação dos efeitos das alterações climáticas, em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 15, 2 e 6). Como expressão dos seus compromissos, a Navigator é um dos signatários iniciais da iniciativa act4nature Portugal, promovida pelo BCSD. [ESRS2.65a | E4.AR13]

Entre os compromissos definidos destaca-se a **Política Ambiental**, que refere a promoção da gestão sustentável da floresta, mantendo a conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas como parte integrante do modelo de gestão florestal. Esta define igualmente compromissos com as alterações climáticas e fixação de CO_2 (importante *driver* de perda de biodiversidade), gestão da água, entre outros compromissos. [ESRS2.65a| E4.23a | E4.AR4]

A **Política Florestal** salienta a consciência da importância do património gerido pela Navigator e da adoção de um modelo de gestão florestal que procura contribuir para a manutenção e melhoria contínua das funções económicas, ecológicas e sociais dos espaços florestais, quer a nível do povoamento, quer à escala da paisagem florestal, assumindo um compromisso de longo prazo. Entre os compromissos definidos, diretamente associados à conservação da biodiversidade e ecossistemas, referem-se: [ESRS2.65a | E4.23a | E4.AR4 | E4.24a/b/d]

– Contribuir ativamente para impedir a exploração florestal ilegal e para controlar a origem da madeira adquirida.

– Manter e melhorar a gestão responsável dos espaços florestais, em equilíbrio com a envolvente natural e social, desenvolvendo e promovendo ações, incluindo com terceiros, que garantam a não desflorestação, degradação e/ou conversão da floresta.

– Desenvolver e promover o conceito de plantações florestais que, pela forma como são geridas, contribuam positivamente para manter a integridade dos ecossistemas e proteger altos valores de conservação, e garantir processos eficazes de participação de partes interessadas, fomentando o crescimento económico e o emprego.

– Implementar um modelo de gestão florestal cujas boas práticas estão documentadas num Sistema de Gestão Florestal, são informadas pelo conhecimento decorrente da Investigação e Desenvolvimento, e incluem medidas mitigadoras de impactes potenciais, ambientais e sociais.

– Manter a conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas como parte integrante do modelo de gestão florestal, procurando que o planeamento e a execução das atividades florestais resultem, no mínimo, na manutenção dos valores de biodiversidade existentes no património (“*no net loss*”), ou concretizando iniciativas, como o restauro, conducentes a um ganho em biodiversidade (“*net positive gain*”).

– Promover a adoção das melhores práticas pelos fornecedores e incentivá-los a exercer a sua atividade no respeito pelos princípios orientadores de uma gestão florestal responsável, através de apoios, transferência de conhecimento, monitorização e partilha de experiências.

– Manter e promover uma atitude proativa para com outras entidades da fileira florestal, como proprietários, produtores florestais e outras partes interessadas, incluindo fornecedores de matéria-prima, desenvolvendo parcerias estratégicas e trabalhando ativamente no sentido de melhorar o desempenho e competitividade global da floresta e de fomentar iniciativas para a sua certificação, como forma de promover a gestão responsável e, assim, contrariar os fatores indutores de desflorestação, degradação florestal e/ou conversão de ecossistemas naturais.

A **Política Florestal de Moçambique** refere também o papel da Participada como agente de desenvolvimento económico e social, tendo como objetivo estabelecer plantações florestais e promover a criação de espaços agroflorestais, conciliando a produção de bens com a conservação dos recursos naturais e uma atuação responsável perante famílias e comunidades existentes nas áreas de desenvolvimento do seu projeto. [ESRS 2.65a | E4.24b]

As Políticas Ambientais e Florestais da Navigator declinam as suas orientações em documentos chave do Sistema de Gestão Florestal, em particular nas **Normas Técnicas**, nos **Manuais de Técnicas de Avaliação da Biodiversidade (MTAB)** e nos **Planos de Ação de Conservação (PAC)** da Participada.

Estas políticas estão diretamente ligadas à mitigação dos fatores de impacto que contribuem para a perda de biodiversidade e com os IRO identificados na análise de dupla materialidade, cobrindo não só os impactos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas como a dependência existente dos serviços dos ecossistemas, riscos físicos, rastreabilidade da origem da madeira proveniente da cadeia de fornecedores, entre outros [E4.23a/b/c/d/e | E4.AR4], traduzindo-se em metas e ações apresentadas nas secções seguintes.

Com a certificação florestal e apoio aos produtores, a Navigator gere o seu património florestal em Portugal continental em conformidade com os requisitos legais aplicáveis e outros regulamentos e normativos que voluntariamente subscreve, critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável de acordo com a norma portuguesa NP 4406 de Gestão Florestal Sustentável e de acordo com os Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council, com os quais as suas políticas estão alinhadas. A certificação da gestão florestal permite assegurar que a madeira utilizada nos produtos, pasta e papel, é proveniente de florestas geridas de forma responsável. [ESRS 2.65d | E4.AR12]

Através da Política Florestal assegura-se o compromisso de que a produção, o abastecimento e o consumo de matérias-primas seguem princípios de sustentabilidade e proteção da biodiversidade. Limita-se a aquisição de madeira e fibras a fornecedores que comprovem práticas responsáveis, evitando impactos negativos em áreas protegidas; exige-se conformidade com o Regulamento Europeu da Madeira (EUTR) e privilegia-se certificações FSC e PEFC, garantindo que não há conversão de florestas naturais nem violação de direitos tradicionais. [E4.23d/e]

A Navigator investe continuamente em ações de monitorização e avaliação, proteção e conservação ativa como a requalificação e restauro de *habitats* naturais e ecossistemas, beneficiando as espécies que os utilizam para realizar as suas funções ecológicas de alimentação, refúgio ou reprodução. Servem também como corredores ecológicos, favorecendo a dispersão natural das espécies e o intercâmbio genético entre populações. [E4.23e]

A Participada procura integrar a conservação da biodiversidade e os serviços dos ecossistemas na sua estratégia corporativa, alinhando-a com o conhecimento científico mais atualizado e com os compromissos voluntariamente assumidos. Para sistematizar a avaliação de impactos e dependências da biodiversidade, definir-se-á um *framework* simplificado, inspirado nos elementos-chave do Protocolo do Capital Natural, cuja abordagem será testada num projeto piloto. [E4.23e]

Adicionalmente, a Navigator reforça a formação e sensibilização dos colaboradores, internos e externos, através de ações que abordam a conservação da biodiversidade e a implementação de boas práticas empresariais, garantindo um envolvimento mais eficaz e alinhado com os princípios da sustentabilidade. [E4.23 | E4.23e]

Documento [ESRS 2.65a]	Política Florestal
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	A Política Florestal da Navigator compromete-se com uma gestão sustentável dos seus recursos florestais, promovendo práticas responsáveis que garantem a produção sustentável de bens tangíveis e intangíveis. Esta política define objetivos gerais e princípios para a atividade de gestão florestal que a empresa utiliza para a tomada de decisões.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e tem impacto a montante e a jusante da cadeia de valor, nos fornecedores e nas comunidades locais, nas operações na Península Ibérica.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Comissão Executiva.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Normas de certificação da madeira FSC® Norma portuguesa NP 4406 de Gestão Florestal Sustentável de acordo com os Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council®
Disponibilização [ESRS2.65f]	Este documento é comunicado a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através dos sites de Intranet e Internet.

Documento [ESRS 2.65a]	Política Florestal da Portucel Moçambique
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Demonstra o compromisso da Portucel com a gestão sustentável do seu negócio, de modo a garantir que as suas atividades são realizadas em conformidade com as melhores práticas ambientais, sociais e económicas.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e tem impacto a montante da cadeia de valor, no governo e nas comunidades locais. Cobre todas as geografias em que a Portucel Moçambique tem atividade em Moçambique (Manica e Zambézia).
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council® Pacto Global das Nações Unidas (UNGC)
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível através da página da Internet.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65 a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política Ambiental: Cap. 4.1.2.2.
– Apresentação do Plano de Desenvolvimento Social de Moçambique: Cap. 4.1.3.2.

SEGMENTO CIMENTO

A gestão da biodiversidade é integrada na missão da Secil, garantindo a sustentabilidade e resiliência das operações face aos desafios socioambientais. Para minimizar impactos negativos e acelerar a regeneração natural das pedreiras, foram implementados programas de reabilitação de ecossistemas e adotadas políticas relacionadas com a conservação da biodiversidade e ecossistemas, nomeadamente a **Política de Biodiversidade**, as **Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança**, implementadas nas várias geografias, e a **Política de Sustentabilidade**. [E4.23b | E4.24a | E4.AR16 b/c/]

Por meio destas políticas, a Secil procura reverter a perda da biodiversidade e promover um uso sustentável dos recursos naturais em completo alinhamento com as iniciativas: Década das Nações Unidas para a Recuperação e Ecossistemas (2021-2030), o Pacto Ecológico Europeu lançado em 2019 (*European Green Deal*), sendo um dos eixos centrais a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, a Lei do Restauro da Natureza da UE, e com o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. [ESRS 2.65d]

A tabela abaixo apresenta os principais aspetos da política da Secil para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

Documento [ESRS 2.65a]	Política de Biodiversidade
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Alinhada com as melhores práticas globais, reforça o compromisso da Secil com a biodiversidade e a sustentabilidade para as futuras gerações. A política define as responsabilidades e metas da Participada para com a biodiversidade.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e cobre todas as unidades de negócio e geografias da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção de sustentabilidade.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	ISO14001 - Sistema de Gestão Ambiental ISO 9001 - Sistema de Gestão de Qualidade Eco-Management and Audit Scheme (EMAS) Global Cement and Concrete Association (GCCA) Biodiversity Policy Roadmap Cembureau Biodiversity
Disponibilização [ESRS2.65f]	Website da Secil

A Política de Biodiversidade estabelece que o impacto líquido sobre a biodiversidade deve ser avaliado de forma transversal para a Secil, com particular atenção aos locais de alto valor para a conservação. [E4.24a] Este enquadramento permite compreender de forma aprofundada os impactos gerados, estabelecendo as bases para a implementação de medidas que promovam resultados positivos para a natureza [E4.23c | E4.23e | E4.AR16c]. Neste contexto, a abordagem da Participada para a biodiversidade assenta numa gestão informada e contextualizada dos impactos ao nível local, incluindo instalações fabris, pedreiras e áreas envolventes. Esta privilegia as operações próprias da Secil e considera as características ecológicas específicas de cada área. [E4.23e]

As Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança, e a Política de Sustentabilidade, complementam a Política de Biodiversidade. Este enquadramento visa assegurar a mitigação dos impactos negativos no ambiente, incluindo na biodiversidade e ecossistemas, não apenas nas operações próprias da Secil, mas também ao longo de toda a sua cadeia de valor, promovendo uma abordagem integrada e consistente à gestão ambiental. [E4.23d | E4.AR 16c | E4.23c]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração de informação não financeira (MDR-P, ESRS 2.65 a/b/c/d/f):
– Apresentação da Política de Sustentabilidade: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação das Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança: Cap. 4.1.2.2.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

As políticas da Triangle's são globais, incorporando temas da biodiversidade. No entanto, a Participada não possui políticas de atuação específica neste domínio, apenas políticas que contêm pontos convergentes como o **Código de Conduta de Fornecedores**, a **Política do Sistema de Gestão Integrada**, o **Código de Conduta** e a **Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais**. [E4.22]

O **Código de Conduta de Fornecedores** define orientações para todos os fornecedores, prestadores de serviços e subcontratados que operam em nome da Triangle's, assegurando que as suas práticas estejam em conformidade com os valores de sustentabilidade e responsabilidade social da Participada. [ESRS 2.65a | ESRS 2.65b]

A **Política do Sistema de Gestão Integrada** estabelece um compromisso com a preservação ambiental, a prevenção da poluição e a diminuição da pegada ecológica da Triangle's. Esta política abrange princípios como a eficiência no uso de energia, a otimização dos recursos, a promoção de alternativas de mobilidade sustentável e a gestão adequada dos resíduos. [ESRS 2.65a]

O **Código de Conduta** reflete a dedicação da Triangle's a uma atuação ética e responsável, orientando colaboradores e *stakeholders* na adoção de práticas sustentáveis. O documento enfatiza a conformidade com a legislação e as normas ambientais, promovendo a prevenção de impactos negativos e a gestão eficiente dos recursos naturais. Além disso, incentiva os trabalhadores a conhecerem os efeitos ambientais dos materiais utilizados, garantindo um manuseamento seguro e consciente. [ESRS 2.65a]

Por sua vez, a **Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais** consiste no reconhecimento de todas as atividades, produtos e serviços da Participada que interagem com o ambiente. A avaliação de aspetos ambientais serve para determinar quais dessas interações têm impactos ambientais significativos.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65 a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Conduta de Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Sistemas de Gestão Integrada: Cap. 4.1.2.2.
– Apresentação do Código de Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais: Cap. 4.1.2.2.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

Apesar da Imedexa não ter identificado impactos, riscos ou oportunidades que advém diretamente das suas atividades no âmbito da biodiversidade e ecossistemas, a Participada identifica potenciais impactos ao nível de alguns fornecedores de matérias-primas, nomeadamente na produção de zinco utilizado na galvanização. No entanto, este impacto não é significativo devido à reduzida quantidade utilizada.

Mantendo uma consciência abrangente relativamente a esta temática, a participada desenvolveu uma **Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança**, que estabelece as orientações gerais para o sistema de gestão integrado e enquadra a gestão dos aspetos ambientais, incluindo os relacionados com a biodiversidade. [E4.22; ESRS 2.65a]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65 a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança: Cap. 4.1.4.1.

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS (E4-3, MDR-A)

A Semapa e parte das suas Participadas, nomeadamente a Navigator e a Secil, implementaram ou comprometem-se a implementar um conjunto de ações relativas à preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, com o objetivo de contribuir para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos nas suas agendas e roteiros. Uma maior responsabilidade sobre este tema está principalmente assente na Navigator e na Secil, uma vez que as suas atividades, principalmente as de produção/extração de matérias-primas, impactam direta e indiretamente diferentes áreas de território, algumas com valor ecológico relevante [ESRS2.68a | E4.27].

Apesar deste tema não ser material para a Imedexa, a Participada tem uma ação implementada neste âmbito e que será apresentada neste capítulo.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Na Navigator a atuação centra-se na monitorização da biodiversidade, assim como na promoção da biodiversidade e restauro ecológico, com o objetivo de manutenção ou melhoria do estado de conservação de *habitats* naturais e seminaturais, sendo muitas destas ações a longo prazo. Esta atuação faz parte da nossa gestão integrada e sustentável da floresta. [E4.28a]

No âmbito da iniciativa act4nature Portugal, a Participada submeteu um conjunto de compromissos relativos à conservação da biodiversidade e serviços dos ecossistemas [E4.23e], que foram renovados em 2023, atualizando e estabelecendo novas metas, com o objetivo final de gerar um impacto positivo, ou um ganho líquido, na biodiversidade. Estas metas estão centradas na implementação de planos anuais de monitorização de espécies e habitats, bem como na realização de ações para a manutenção, melhoria do estado de conservação e restauro da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas (B&SE) no património florestal sob a gestão. Esta abordagem abrange as vertentes da conservação, requalificação e restauro ecológico. [E4.23e]

Principais ações	Status	Âmbito da ação	Horizonte temporal	Resultados
[ESRS 2.68a]	[ESRS 2.68a]	[ESRS 2.68b]	[ESRS 2.68c]	[ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Zambujo reCover	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal, Idanha-a-Nova	Longo prazo	Conversão de 40 hectares de eucalipto para azinheira, bem como implementação de ações de melhoria do estado de conservação do habitat de azinhal em 70 hectares, integrados no habitat 9 340 (Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia.). Em 2025 foi realizada a primeira monitorização dos valores naturais no período pós-obra.
Estudos de monitorização da biodiversidade recorrendo ao eDNA (ou DNA Ambiental)	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal, Arouca e Abrantes	Médio prazo	Nos locais em estudo foi possível identificar, através de eDNA, a presença de centenas de espécies ou géneros distintos de organismos, incluindo alguns com estatuto especial de proteção segundo a International Union for Conservation of Nature (IUCN). A interpretação dos resultados encontra-se em curso, estando a conclusão prevista para o primeiro semestre de 2026. Este projeto promove o aprofundamento do conhecimento e a expansão dos estudos sobre a biodiversidade em áreas de floresta de produção, constituindo igualmente uma oportunidade para elucidar a sociedade sobre o papel ecológico desempenhado por estas áreas multifuncionais (ver destaque “DNA Ambiental: dados para a monitorização e proteção da biodiversidade”.
Recuperação do carvalho-de-Monchique	Realizada e planeada	Operações próprias, a montante e a jusante no Sudoeste de Portugal	Longo prazo	Os estudos moleculares recorreram à ressequenciação total do genoma (WGS) de 80 indivíduos das nove populações, seguidos de análise bioinformática da estrutura das populações. Os resultados mostraram um padrão geográfico de hibridação em direção aos núcleos de Monchique com as populações periféricas dos vales do Mira e Ribeiras de Aljezur a apresentarem fortes graus de introgressão com carvalho-português. Contudo foi notória a presença de indivíduos puros, em Monchique e nos vales da ribeira do Seixe, mesmo quando em comparação com as populações do Sul de Espanha (Algeciras). Foram reconhecidos os núcleos mais importantes para a conservação in situ, identificados os indivíduos emblemáticos de elevado valor genético, avaliadas as condições ecológicas e ameaças, que permitirá delinear um plano para reforço populacional e gestão e conservação do habitat 9240 no Sudoeste Português, incluído a ZEC e ZPE de Monchique e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Por sua vez, a recolha de bolota permitiu a germinação de cerca de 1 558 plantas obtidas de Q. canariensis, Q. faginea e Q. lusitanica, de 8 proveniências distintas e com taxas de germinação que variaram entre 20,8% e 87,5%. Estas serviram para ações de restauro e de criação de metacoleções em diferentes jardins botânicos e arboreta. Adicionalmente, o processo de enxertia obteve sucesso em porta-enxertos de carvalho-alvarinho (Q. robur subsp. broteroana), e foram concluídos os processos de micropropagação de Quercus canariensis e de Ilex aquifolium. Está em curso a produção de um protocolo de propagação seminal e vegetativa destas espécies resultante destes ensaios.
Projeto ForCe – Certificação Florestal (CF) em Plantações de Eucalipto	Realizada e planeada	Operações próprias, a montante e a jusante no Centro de Portugal e no Brasil	Médio prazo	Os resultados serão apresentados numa data posterior à publicação deste relatório, por se tratar de projetos desenvolvidos em parceria.
Sementeiras para polinizadores na Herdade de Espirra	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal	Médio prazo	Num estudo, em 2023, a parcela semeada apresentou maior número de indivíduos e apresentou quase o dobro das espécies do que a parcela não semeada, o que indica que a sementeira de espécies florísticas aumentou consideravelmente a biodiversidade no local. Em 2025, deu-se continuidade às sementeiras na propriedade.
Integração na Rede de Santuários para Aves	Realizada e planeada	Operações próprias, a montante e a jusante em Portugal	Curto prazo	Foram realizados os primeiros dois censos (primavera e outono/ inverno). Os restantes resultados serão apresentados numa data posterior à publicação deste relatório.

Principais ações	Status	Âmbito da ação	Horizonte temporal	Resultados
[ESRS 2.68a]	[ESRS 2.68a]	[ESRS 2.68b]	[ESRS 2.68c]	[ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Plano anual de monitorização e avaliação de impactos antes de cada operação florestal	Realizada e planeada	Operações próprias na Península Ibérica e em Moçambique	Contínua	A monitorização faz-se com recurso a especialistas contratados e os resultados permitem ir adaptando as medidas e as estratégias de conservação a adotar durante o ano seguinte. Em 2025 foram monitorizadas (flora, fauna e vegetação) por especialistas 23 propriedades de Norte a Sul de Portugal continental e monitorizados 4 locais de nidificação de espécies ameaçadas.
Programas-piloto de restauro florestal	Realizada e planeada	Operações próprias em Moçambique	Médio prazo	Angariação de áreas apenas e só para conservação. Identificação de custos associados ao restauro. Capacidade de envolver a Comunidade no objetivo de preservação. Envolvimento e desenvolvimento de encontros com potenciais parceiros (viveiristas, aquisição de outras experiências na região, etc.).
Parceria com MONTIS - Associação para a Gestão e Conservação da Natureza	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal continental	Médio prazo	Apoiar o desenvolvimento e implementação de iniciativas específicas de interesse comum no âmbito do presente protocolo, nomeadamente para valorizar, proteger e recuperar a biodiversidade e o solo, em diversas propriedades florestais geridas pela Navigator na zona Norte. Em 2025 foi dinamizado um “Passeio no rio Mau e minas do Braçal” e foram desenvolvidos trabalhos de avaliação das propriedades para propostas de valorização e requalificação das áreas.
LIFE Serras do Porto	Realizada e planeada	Montante, operações próprias, jusante, em Portugal	Longo prazo	A Navigator Forest Portugal, SA é parceira do projeto LIFE do Parque das Serras no Porto. Neste projeto, a Empresa tem cerca de 55 ha (área total) para realizar intervenções de restauro ecológico de algumas suas áreas inseridas nesta Paisagem Protegida Regional. Em 2025, foram realizadas obras de desvitalização química de cepos, e plantação manual de sobreiros e medronheiro (adensamentos). Em adição, está a ser feita a colocação do material lenhoso cortado em forma de paliçada, assim como limpeza de matos de forma localizada. Na ribeira de Silveirinhos temos obras de corte manual e descasque/arranque de acácias. Em 2025, realizou-se novamente a monitorização dos valores naturais, bem como a análise da água e dos macroinvertebrados bentónicos, com o objetivo de avaliar o estado ecológico das galerias ripícola.
Análise Espacial Multicritério, para priorizar áreas para proteção da biodiversidade	Realizada	Operações próprias em Moçambique	Curto prazo	Mapa e priorização das áreas de conservação/ proteção sob gestão da Portucel; mapa das áreas com potencial angariação para (e só) fins de conservação; e melhorar a relação de parceria com a WCS (Wildlife Conservation Society).
Alinhamento da estratégia de biodiversidade à abordagem LEAP do TNFD	Realizada e planeada	Operações próprias (Península Ibérica)	Curto prazo	Espera-se um alinhamento da estratégia para toda a atividade florestal do Grupo à abordagem LEAP até ao final de 2026.

A Navigator afeta, anualmente, um orçamento interno para a conservação da biodiversidade, tendo em vista a concretização dos objetivos do seu programa anual de monitorização de valores naturais presentes, para desenvolvimento de parcerias em projetos no âmbito da conservação da biodiversidade, consultoria e formação. Têm ainda um orçamento dedicado às ações de manutenção e melhoria dos *habitats*, requalificação e restauro. De salientar que a recuperação do *Quercus canariensis* está no âmbito do projeto “Melhoramento genético e materiais florestais de reprodução – Projeto Agenda transForm do PRR”, de conservação genética e recuperação de ecossistemas, Quercus canariensis (carvalho-de-monchique), sendo cofinanciado por este programa. O projeto LIFE Serras do Porto é também alvo de cofinanciamento Project 101074476 — LIFE21 CCA-PT-LIFE SERRAS DO PORTO. [ESRS 2.69a]

Entre as ações em curso, é destacado: o projeto ForCe, que gerará novos conhecimentos para a ciência, promovendo a conservação de vertebrados, a sustentabilidade das plantações de eucalipto, o cumprimento dos objetivos de certificação e dos ODS 8, 12 e 15; e outros projetos como o Zambujo reCover, a rede de santuários para aves, a parceria com a MONTIS e a sementeira para insetos, que contribuem para o ODS 15, e, no caso dos insetos, a Estratégia Europeia da Biodiversidade 2030 (o declínio dos polinizadores é invertido). [ESRS 2.68a | E4.28c]

Aplica-se a hierarquia de mitigação na conservação da biodiversidade e dos ecossistemas onde a Navigator tem atividade florestal. Em Portugal, estas práticas são integradas no modelo de gestão florestal, assegurando a proteção da biodiversidade com base na avaliação de impactos, no uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e na implementação de planos de conservação e restauro ecológico. As operações são monitorizadas por auditorias internas e externas, garantindo o cumprimento dos *standards* FSC e PEFC. Em Moçambique, são implementadas medidas de prevenção, minimização e restauro, para reduzir o impacto ambiental das operações florestais. [E4.28a] Destacam-se o mapeamento de áreas sensíveis, a manutenção de corredores ecológicos, a proteção de *habitats* críticos e a limitação de intervenções durante períodos de nidificação. São ainda promovidas ações para minimizar a fragmentação dos ecossistemas, reduzir a pressão sobre os recursos naturais e restaurar áreas degradadas através da reintrodução de espécies nativas. [ESRS 2.68a]

Adota-se um planeamento sustentável que equilibra produção e conservação, seguindo princípios de precaução e mitigação de impactos. [E4.28a] As avaliações ambientais incluem a identificação de zonas de conservação prioritárias, onde são aplicadas medidas específicas para a manutenção e requalificação de *habitats*, como a criação de faixas de proteção em torno de cursos de água e a implementação de *buffers* para espécies ameaçadas. Além disso, são promovidas parcerias estratégicas com Especialistas e Comunidades locais para reforçar a monitorização ambiental e a implementação de boas práticas. [E4.AR20a | E4.AR19] Como signatária da iniciativa act4nature Portugal, a Navigator compromete-se a integrar a biodiversidade nos seus modelos de negócio e a contribuir para a proteção e recuperação dos ecossistemas até 2030. [E4.28a | E4.AR20e]

Antes de se iniciar quaisquer atividades de instalação e exploração florestal, bem como nas operações de aplicação de produtos fitofarmacêuticos, é realizada uma abrangente avaliação local, que inclui a identificação de pontos de água, massas de água, cursos de água e *habitats*. São estabelecidas faixas de proteção ao redor dos cursos de água com o objetivo de reduzir perturbações no solo, preservar galerias ribeirinhas, conservar *habitats* e melhorar a qualidade da água. [ESRS 2.68a | E4.AR19b] Neste sentido, as práticas de gestão florestal adotadas pela Navigator seguem duas vertentes- proteção/requalificação/restauro e manutenção – ambas fundamentadas no princípio da precaução. [E4.28a | E4.AR20d]

SEGMENTO CIMENTO

O objetivo da Secil é adotar práticas que minimizem os impactos na biodiversidade e acelerar o processo de colonização natural das suas pedreiras. Este objetivo tem sido alcançado através de programas de restauro que promovem a recuperação da estrutura e funcionamento das comunidades florísticas e faunísticas, e dos ecossistemas originais. Tais iniciativas enquadram-se no terceiro nível de mitigação (Restauro/Reabilitação). [E4.28a]

Estas iniciativas contribuem para mitigar as perturbações decorrentes das atividades de exploração, criar *habitats* favoráveis à fauna e flora, apoiar a recuperação de espécies ameaçadas, reduzir a erosão do solo, e promover ecossistemas mais resilientes face às alterações climáticas. Adicionalmente, em algumas localizações, a Secil procede à monitorização das populações de fauna e flora e à identificação, gestão e implementação de ações de vigilância e controlo de espécies invasoras. [E4.28a | ESRS 2.68a]

A prática de restauro tem sido implementada através da aplicação de Soluções Baseadas na Natureza[13], explorando a complementaridade entre o conhecimento local dos sistemas naturais e espécies florísticas que o compõem, com o emprego de técnicas de engenharia natural. Esta abordagem permite mitigar impactos ambientais negativos, promover a recuperação dos ecossistemas degradados e fomentar o uso sustentável dessas áreas, reforçando a sua resiliência ecológica. [E4.28c | E4.28a]

A Secil tem promovido a produção de 17 espécies florísticas nativas nos seus viveiros, posteriormente, utilizadas nos processos de reabilitação da pedreira do Outão e de outras pedreiras da Participada. O sucesso desta prática assenta no elevado nível de conhecimento técnico das suas equipas na propagação de plantas nativas ocorrentes em *habitats* naturais contíguos. Este processo inclui métodos de estacaria, e de germinação de sementes, envolvendo a recolha das mesmas a partir de frutos maduros e o seu pós-processamento através de técnicas adequadas para quebrar a dormência e favorecer o desenvolvimento das plântulas. A recuperação da pedreira é realizada de acordo com as melhores práticas de engenharia natural, recorrendo a diferentes técnicas complementares: [E4.28c | ESRS 2.68a]

– Plantação direta das espécies nativas para recuperar as áreas intervencionadas e promover a biodiversidade;
– Aplicação de técnicas de hidrossementeira[14], com vista a estabilização de taludes e prevenção a erosão;
– Criação de corredores ecológicos que promovam a conectividade entre habitats naturais e áreas recuperadas; e
– Promoção de locais de reprodução (ex.: charcos) e refúgios para a fauna em áreas restauradas.

[13] Soluções Baseadas na Natureza: soluções inspiradas e apoiadas pela natureza, que são rentáveis, fornecem simultaneamente benefícios ambientais, sociais e económicos e contribuem para reforçar a resiliência. Estas soluções introduzem mais natureza, e uma natureza mais diversificada, bem como elementos e processos naturais em cidades, paisagens e zonas marinhas, através de intervenções locais adaptadas, eficientes na utilização de recursos e de carácter sistémico

[14] A hidrossementeira é uma técnica que projeta uma mistura líquida de sementes e substratos sobre o solo para promover revegetação e controlar a erosão.

A implementação destas iniciativas conta igualmente com o apoio de Universidades, Associações e Entidades Reguladoras presentes nas diversas geografias. No caso específico do desenvolvimento de planos de reabilitação de pedreiras no Brasil, o processo contou ainda com a participação de colaboradores internos e com serviços especializados de consultoria. [ESRS 2. 68b]

No contexto da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, foram desenvolvidas as seguintes ações específicas:

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Reabilitação de pedreiras	Planeada e realizada	Todas as geografias	Longo prazo	Execução dos planos de reabilitação das pedreiras (cimento e agregados), reabilitação dessas áreas afetadas pela exploração e incentivo à produção de conhecimento científico e inovação no âmbito da conservação ativa da biodiversidade.
Monitorização da flora	Planeada e realizada	Portugal (Outão)	Médio prazo	Elaboração e início do protocolo de monitorização de flora.
Monitorização da fauna	Planeada e realizada	Portugal (Outão e Sesimbra)	Médio prazo	Cumprimento do protocolo de monitorização de fauna.
Guia interno de biodiversidade	Realizada	Todas as geografias	Médio prazo	Desenvolvimento e implementação de diretrizes internas sobre restauro/reabilitação e gestão da biodiversidade para promover o desenvolvimento de ferramentas padrão com aplicabilidade ao universo da Secil.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's pretende realizar um estudo atualizado para compreender as espécies existentes na zona onde opera e se estas são afetadas pela sua atividade de produção. Após os resultados deste estudo, tem em vista a elaboração e formalização de um plano de ação, caso se revele necessário. [ESRS 2.62]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa implementou uma ação de carácter voluntário com o objetivo de mitigar potenciais impactos e contribuir positivamente para a preservação da biodiversidade nas áreas onde as suas estruturas se encontram instaladas.

A Participada considera que pode exercer uma influência positiva na preservação da avifauna, através da adaptação do design das suas estruturas, de forma a integrar soluções que permitam a instalação de ninhos e promovam a coexistência das linhas de energia com a biodiversidade local. Nesse contexto, encontram-se atualmente em desenvolvimento elementos auxiliares para as torres, concebidos para criar locais de nidificação adequados, em particular para cegonhas, assegurando condições mais seguras para a sua reprodução. [E4.27 | ESRS 2.68]

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68 c	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Torres com sistemas de ninhos para aves	Realizada e planeada	Espanha	Curto prazo	Criar um ambiente seguro para a nidificação das aves.

As medidas implementadas contribuem para a promoção da biodiversidade e para a conservação dos ecossistemas nas áreas onde as estruturas se encontram instaladas, ao favorecer a reprodução e a sobrevivência das espécies de aves. Este investimento visa garantir condições adequadas de habitabilidade em zonas afetadas por infraestruturas metálicas, reforçando, a médio e longo prazo, os objetivos ambientais da Participada no domínio da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas. [ESRS 2.68a]

MÉTRICAS E METAS [MDR-M; MDR-T]

METAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E ECOSSISTEMAS (E4-4, MDR-M)

Consciente dos impactos das suas atividades e como reflexo da importância da conservação da biodiversidade para as suas atividades e modelo de negócio, o Grupo Semapa estabelece metas estratégicas para a conservação da biodiversidade e ecossistemas, especificamente na Navigator e na Secil. Estas metas refletem o compromisso de criar uma abordagem comum para proteger e valorizar a biodiversidade, os ecossistemas e os serviços que estes prestam.

Para cada segmento, são detalhadas as metas estabelecidas, a métrica utilizada para a sua avaliação, bem como o valor de referência, o ano base (*baseline*), os resultados alcançados em 2025 e o valor da meta definida até 2030.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No âmbito do Roteiro 2030 da Navigator, estão traçados vários objetivos/metas relacionados com a conservação da biodiversidade e ecossistemas (indicados na tabela).

As metas estão alinhadas com as metas 2, 4, 10, 11 do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, aspetos relevantes da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e outras políticas e legislação nacionais relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas. [E4.32b] Visam igualmente contribuir para alguns dos ODS, tais como o 15 e o 17. [ESRS 2.80f]

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75] [ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80j]
Criar impacto positivo (ou ganho líquido) na biodiversidade, através de ações enquadradas nos compromissos assumidos pela Navigator pela iniciativa act4nature Portugal	Valor de referência: N/A Ano base: 2020	-	Ver Relatório de Progresso na Realização dos Compromissos act4nature Portugal 2023 (ver online).	Ver capítulo 9.3. Relatório de Progresso na Realização dos Compromissos act4nature Portugal, constante do Relatório Anual de 2024 (ver online).	Resultados estão na tabela "Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas" (E4-3, MDR-A) e ver capítulo 9.3. Relatório de Progresso na Realização dos Compromissos act4nature Portugal.	Até 2026: Definir um framework simplificado, em linha com os elementos-chave de frameworks globais de referência (por ex., Protocolo do Capital Natural), para sistematizar a avaliação de impactes e dependências da B&SE, testando a abordagem num projeto-piloto Até 2030: - Realizar os planos anuais de monitorização de espécies e habitats e realizar ações de manutenção, melhoria do estado de conservação e restauro da B&SE no património florestal gerido pela Participada, nas seguintes vertentes: (i) conservação; (ii) requalificação; e (iii) restauro ecológico - Na vertente do restauro ecológico, iniciar e/ou manter ações em pelo menos 110 hectares - Manter as restantes atividades de manutenção e melhoria do estado de conservação (ações em pelo menos 30 ha/ano) - Realizar pelo menos um projeto de recuperação de uma espécie ameaçada e apoiar outro - Ações de formação com conteúdos relativos ao tema da conservação da B&SE e sensibilização sobre boas práticas empresariais, para colaboradores internos e externos

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80j]
Consolidar o projeto Biodiversidade "By The Navigator Company"	Valor de referência: N/A Ano base: 2022	-	- Disponibilização de suportes informáticos sobre as melhores práticas florestais, material genético e angariação florestal; - 100 publicações no Facebook e Instagram; e - 37 conteúdos/artigos no website - Parceria com o jornal Expresso.	- Cerca de 24 700 seguidores nas redes sociais; - 14 299 novos seguidores; - Mais de 96 000 visitantes no site; - 156 000 visitantes no site desde o lançamento; - Cerca de 210 conteúdos digitais.	- 40 120 seguidores nas redes sociais: - 19 400 novos seguidores - Mais de 46 000 visitantes no site; - 203 000 visitantes no site desde o lançamento - 328 conteúdos digitais (109 Facebook + 172 Instagram + 47 artigos)	Aumentar a visibilidade sobre a estratégia de conservação da biodiversidade da Navigator, junto de adultos urbanos e ONG nacionais.

Nota: O primeiro objetivo definido tem como âmbito geográfico Portugal continental; o segundo, tem expressão além-fronteiras, embora algumas das iniciativas associadas sejam realizadas em Portugal. [ESRS 2.80c | E4.32d] O método de cálculo das metas/métricas manteve-se inalterado face ao ano anterior. [ESRS 2.80i]

As metas estabelecidas para conservação da biodiversidade e ecossistemas estão relacionadas com as políticas identificadas e descritas anteriormente, no caso da criação de impacto positivo (ou ganho líquido) na biodiversidade, através de ações enquadradas nos compromissos.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil estabeleceu duas metas mensuráveis, relacionadas com as questões materiais de biodiversidade e ecossistemas, com o objetivo de acompanhar e avaliar os progressos alcançados. Estas metas, embora não baseadas na ciência, foram estabelecidas com o envolvimento das partes interessadas internas, e aplicam-se às operações próprias da Participada em todas as geografias onde a Participada opera. [ESRS 2.80h | ESRS 2.80g | E4.32d]

Como já referido, estas metas estão alinhadas com os principais enquadramentos internacionais e europeus relevantes neste contexto, nomeadamente: [ESRS.80 f | E4.32b]

– Década das Nações Unidas para a Recuperação e Ecossistemas (2021-2030);

– Pacto Ecológico Europeu lançado em 2019 (*European Green Deal*), sendo um dos eixos centrais a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e a Lei do Restauro da Natureza da UE; e

– Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal.

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75] [ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80j]
Todas as pedreiras com planos de recuperação	Valor de referência: 77% Ano base: 2020	Pedreiras com plano de recuperação (%)	83%	90%	100%	100%
Áreas de alto valor de Biodiversidade com Planos de gestão da biodiversidade	Valor de referência: 40% Ano base: 2020	Áreas de alto valor de biodiversidade com planos de gestão da biodiversidade (%)	33%	83%	88%	100%

Nota: O método de cálculo das metas/métricas manteve-se inalterado face ao ano anterior [ESRS 2.80i] Nas metas, apenas são consideradas pedreiras ativas e abrange as geografias de Portugal, Brasil, Tunísia e Líbano.

As metas apresentadas estão diretamente relacionadas com a Política de Biodiversidade da Secil. As metas operacionalizam esta política através de ações concretas e mensuráveis, como 1) o desenvolvimento de diretrizes internas para o restauro, reabilitação e gestão da biodiversidade, aplicáveis em todo o universo da Secil; 2) a promoção de parcerias estratégicas com comunidades locais, Organizações Não Governamentais (ONG) e o setor académico, em linha com o princípio de atuação colaborativa; 3) a exigência de que todas as pedreiras tenham um plano de reabilitação em vigor e planos de gestão da biodiversidade sempre que os locais apresentem valor ecológico elevado; e 4) o incentivo à produção de conhecimento científico e inovação, reforçando o papel da Participada na conservação ativa da biodiversidade. [ESRS 2.80a | E4.31]

A primeira meta visa assegurar que todas as pedreiras ativas da Secil disponham de um plano de recuperação devidamente definido e implementado [E4.32c | E4.32d], e enquadra-se essencialmente no nível 3 da hierarquia de mitigação (Restauro/ Reabilitação) uma vez que acompanha o progresso de ações focadas em restaurar ecossistemas afetados pela exploração [E4.32f]. Em 2025, todas as pedreiras ativas têm 100% de planos de reabilitação implementados, contribuindo para o restauro e reabilitação de *habitats* para promover a recuperação dos ecossistemas e a valorização da biodiversidade. [E4.29]

A segunda meta pretende garantir que todas as pedreiras localizadas em áreas classificadas e de alto valor de biodiversidade sob responsabilidade da Secil disponham de planos de gestão da biodiversidade, promovendo a proteção e valorização dos ecossistemas. [E4.32c] A meta enquadra-se essencialmente no nível 2 da hierarquia de mitigação (Minimização), uma vez que é pretendida a mitigação de impactos em áreas onde a empresa já se encontra em operação. [E4.32f] Em 2025, 88% das pedreiras têm planos de biodiversidade implementados. Apenas na Madeira, que é parcialmente protegida, não foi implementado um BMP (*Biodiversity Management Plan*). [ESRS 2.79c | E4.29] Esta métrica é particularmente relevante nas zonas protegidas onde a Participada opera, reforçando o compromisso com a conservação da natureza. [E4.32d]

A Secil segue o guia da GCCA *Sustainability Guidelines for Quarry Rehabilitation and Biodiversity Management* na definição das metas acima apresentadas [ESRS 2.80f].

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's ainda não adotou metas nem métricas de acompanhamento da eficácia das políticas e ações em relação à biodiversidade e ecossistemas, encontrando-se a desenvolver um estudo que o permita no futuro. [ESRS 2.81b]

MÉTRICAS DE IMPACTO RELACIONADAS COM A ALTERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSSISTEMAS (E4-5, MDR-M)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Sítios pertencentes, arrendados ou geridos dentro ou na proximidade de áreas protegidas de zonas-chave para a biodiversidade		
	2025	2024
Sítios (n.º)	400	383
Área (ha)	38 743	37 901

Em Moçambique, não existem quaisquer áreas intervencionadas dentro ou na proximidade de áreas protegidas, de zonas chave para a biodiversidade.

Adicionalmente reportam-se métricas específicas da entidade. Os dados abaixo são auditados no âmbito da auditoria anual ao cumprimento das normas de gestão florestal responsável. [ESRS 2.77b]

Nome	Desempenho	
	2025	2024
Total de hectares não pertencentes, arrendados ou geridos, restaurados ou conservados em Portugal Continental (ha)	112	123,54
Área total própria, gerida ou arrendada destinada para restauro ou conservação em Portugal Continental (%)	12 %	12 %
Área total própria, gerida ou arrendada que é voluntariamente designada para restauro e conservação em Portugal	2 %	2 %
N.º espécies de Fauna e Flora em Portugal Continental	271 espécies de fauna 1 193 espécies de flora	268 espécies de fauna 1 195 espécies de flora
N.º espécies identificadas na lista vermelha em Portugal Continental	5 estão classificadas como Criticamente em Perigo (CR), 15 Em Perigo (EN), 47 Vulnerável (VU) e 34 Quase Ameaçada (NT)	5 estão classificadas como Criticamente em Perigo (CR), 17 Em Perigo (EN), 46 Vulnerável (VU) e 30 Quase Ameaçada (NT)
Habitats protegidos ou recuperados (ha)**	Habitats protegidos: 4 647 ha Habitats recuperados: 112 ha	Habitats protegidos: 4 474 ha Habitats recuperados: 123 ha
Instalações dentro ou perto de áreas protegidas ou de alto índice de biodiversidade (ha)	Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) Hectares: 7 660 ha % face ao total do património gerido: 6,91% Sítios Classificados da Rede Natura 2000 Hectares: 27 209 ha % face ao total do património gerido: 24,5% Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000 Hectares: 20 539 ha % face ao total do património gerido: 18,5%	Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) Hectares: 7 608 ha % face ao total do património gerido: 7,0% Sítios Classificados da Rede Natura 2000 Hectares: 26 996 ha % face ao total do património gerido: 24,8% Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000 Hectares: 20 359 ha % face ao total do património gerido: 18,7%

*O indicador diz respeito à fração dessa área que excede o que seria obrigatório cumprir por via de legislação ou de compromissos voluntariamente assumidos como, por ex., na certificação florestal. No caso da certificação FSC, a organização deve gerir 10% do seu património com objetivos de conservação embora possa, voluntariamente, gerir uma área superior.
**De acordo com a classificação da União Internacional para a Conservação da Natureza.

Como notas metodológicas refira-se: [ESRS 2.77a]

– A 1.ª métrica resulta da soma dos hectares nos talhões onde ocorreram as ações para requalificação e restauro ecológico (manutenção e melhoria do estado de conservação dos *habitats*), cuja informação da execução no terreno é confirmada pelo Departamento de Produção e Exploração Florestal no Sistema de Gestão Florestal – INFLOR;

– Nas 2.ª, 3.ª, 6.ª e 7.ª métricas, as percentagens e os hectares de áreas classificadas ou protegidas são realizadas a partir da base de dados SIG que contém a área efetivamente gerida pela empresa até 31 de dezembro de 2025. Em particular, as ZiC estão catalogadas na base de dados SIG, na tabela de atributos o que permite o cálculo desta área vs a total. A certificação da gestão florestal obriga a um mínimo de 10% de ZiC.

– No caso das espécies identificadas (4.ª e 5.ª métricas), as espécies de fauna estão cartografadas em Sistemas de Informação Geográfica por propriedade onde foram identificadas por especialistas. e catalogadas de acordo com o seu estatuto de ameaça; o mesmo para a flora ameaçada. O cálculo incide sobre as espécies existentes nas propriedades que estão a ser geridas até 31 de dezembro de 2025. Refere-se apenas a fauna e flora autóctone.

SEGMENTO CIMENTO

Sítios pertencentes, arrendados ou geridos dentro ou na proximidade de áreas protegidas de zonas-chave para a biodiversidade [E4_35]	2025	2024
Sítios (n.º)	8	6
Área (ha)	1 300	500

Algumas das áreas onde a Secil opera situam-se em áreas sensíveis do ponto de vista ecológico. A Secil conta com 1 300 hectares de propriedade dentro da rede nacional das áreas protegidas, em Portugal (Parque Natural da Arrábida e Rede Natura 2000, parcialmente no Parque Natural da Madeira) e no Brasil, em reserva de Mata Atlântica. [E4.35]

O cálculo das métricas apresentadas baseia-se nos KPI definidos pelas *GCCA Sustainability Guidelines for Quarry Rehabilitation and Biodiversity Management*, que constituem indicadores-chave de desempenho utilizados para a monitorização e avaliação das práticas de reabilitação e gestão da biodiversidade. [ESRS 2.77a/b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

Este tema não foi considerado material no processo de avaliação de dupla materialidade, pelo que não será objeto de reporte detalhado. Ainda assim, a Participada não se encontra localizada em zonas protegidas nem desenvolve atividades em áreas classificadas ou ambientalmente sensíveis, conforme anteriormente mencionado.

GRUPO SEMAPA

O quadro abaixo apresenta os sítios pertencentes, arrendados ou geridos dentro ou na proximidade de áreas protegidas de zonas-chave para a biodiversidade. A informação abrange a Navigator e a Secil.

Sítios pertencentes, arrendados ou geridos dentro ou na proximidade de áreas protegidas de zonas-chave para a biodiversidade [E4_35]			
Participada	**Descrição**	**2025**	**2024**
Navigator	Sítios (n.º)	400	383
	Área (ha)	38 743	37 901
Secil	Sítios (n.º)	8	6
	Área (ha)	1 300	500
Grupo Semapa	**Total de sítios (n.º)**	**408**	**389**
	Área total (ha)	**40 043**	**38 401**

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE RISCOS E OPORTUNIDADES IMPORTANTES RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS (E4-6)

O Grupo Semapa encontra-se ainda a avaliar os efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e ecossistemas. Por este motivo e em conformidade com a derrogação concedida pelo Regulamento Delegado (UE) 2025/1416 da Comissão, de 11 de julho de 2025, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 no que diz respeito ao adiamento da data de início da aplicação dos requisitos de divulgação para certas empresas, o Grupo optou por não relatar a presente informação. [E4.45a/b/c]

4.1.2.5 ECONOMIA CIRCULAR – E5

ESTRATÉGIA

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO (SBM-3)

O quadro abaixo apresenta os quatro IRO materiais para o Grupo Semapa, incluindo três impactos positivos e uma oportunidade, detalhando os respetivos horizontes temporais, a localização na cadeia de valor e o subtema associado.

Descritivo [ESRS2.48a]	Materialidade por Empresa	Impacto, Risco ou Oportunidade [ESRS2.48a]	Horizonte temporal [ESRS2.48ciii]	Localização na cadeia de valor [ESRS2.48a]	Subtema ou sub-subtema relacionado [ESRS2.48h]
Utilização de matérias-primas provenientes de recursos renováveis	Navigator, ETSA, Triangle's	Impacto positivo	—	Operações próprias	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos
Desenvolvimento de técnicas, processos, procedimentos e produtos de forma a permitir o equilíbrio na disponibilidade de recursos e evitar a escassez dos mesmos a curto/médio e longo prazo (ex.: Navigator ecological; cimentos tipo B; combustível farinha de carne e osso)	Secil, ETSA, Triangle's	Impacto positivo	—	Operações próprias	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos
Criação de simbioses industriais no fluxo de materiais	Navigator, ETSA, Imedexa	Impacto positivo	—	Jusante	Resíduos
Reforço da posição competitiva como resposta às preferências dos clientes e do consumidor final por produtos circulares de baixo carbono com uma elevada taxa de reciclagem	Navigator, ETSA	Oportunidade	Médio prazo – Entre o ano de reporte e até 5 anos	Jusante	Saídas de recursos relacionadas com produtos e serviços

Nota: os impactos materiais identificados são reais, pelo que não têm associado um horizonte temporal

A relevância do tema da economia circular na agenda do Grupo Semapa fica patente na diversidade de projetos que as Participadas têm implementado, bem como no investimento realizado em investigação, desenvolvimento e inovação. Sendo o Grupo maioritariamente industrial, as Participadas procuram potenciar a circularidade através de novos produtos, serviços e eficiência no consumo de recursos.

GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR (E5-1, MDR-P)

O Grupo Semapa tem fomentado a partilha das melhores práticas entre as empresas, procurando também incentivar a consolidação de sinergias entre as diferentes Participadas, através, por exemplo, da incorporação dos resíduos gerados por uma empresa como matéria-prima nos processos de outra. É reflexo destas sinergias a utilização das cinzas da Navigator incorporadas no clínquer e argamassas da Secil.

O Grupo Semapa promove e acompanha as políticas das Participadas, que abordam a utilização dos recursos e a economia circular de diferentes formas. A Navigator integra este tema na sua Política Ambiental e na Política de Sistemas de Gestão. A Secil, por sua vez, dispõe de duas políticas dedicadas a esta temática: a Política de Sustentabilidade e as diversas Políticas de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança existentes nas suas geografias.

A Triangle's inclui este tema na sua Política do Sistema de Gestão Integrada, sendo igualmente relevante destacar a Política de Compras e o Código de Conduta de Fornecedores, os quais contribuem indiretamente para a utilização eficiente dos recursos e para a economia circular. Já a ETSA ainda não implementou uma política específica para a utilização dos recursos e a economia circular, dado que esta última constitui a base da sua operação, estando o compromisso plenamente integrado na sua atividade. Por outro lado, a Imedexa dispõe de uma Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança que tem como objetivo estabelecer práticas de utilização eficiente de recursos e integrar princípios de promoção da circularidade. [E5.15]

As políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular para cada segmento de negócio do Grupo Semapa são apresentadas abaixo evidenciando as diretrizes e estratégias adotadas para promover a eficiência na gestão de recursos, a valorização de resíduos e a transição para um modelo mais sustentável.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator tem várias políticas que estruturam a sua abordagem à utilização dos recursos e a economia circular, que asseguram um modelo de desenvolvimento responsável, promovendo a substituição de matérias-primas virgens por recursos renováveis e um aprovisionamento sustentável. [E5.15] Entre as mais relevantes destaca-se a **Política Ambiental** e a **Política de Sistemas de Gestão**. Estas políticas são complementadas pelos procedimentos de gestão de aspetos ambientais (PG80) e de gestão de resíduos (PG27). [E5.14]

Para assegurar o cumprimento das melhores práticas ambientais, a Participada segue normas reconhecidas, incluindo a ISO 14001, e os requisitos legais aplicáveis a nível nacional e europeu. Destaca-se ainda a conformidade com a ISO 9706, que garante que o papel mantém as suas propriedades durante 100 anos (em *display*) ou 200 anos (em *dark storage*). A Participada possui ainda licença de utilização do Rótulo Ecológico da União Europeia para papéis *tissue* e para papéis de uso gráfico. [ESRS 2.65d]

As políticas acima referidas definem os compromissos gerais da Navigator em relação às questões ambientais, estabelecendo diretrizes para a sua atuação sustentável. No âmbito da economia circular, a Participada compromete-se a: (1) promover a bioeconomia circular, valorizando resíduos e subprodutos processuais dentro de uma lógica de simbiose industrial e incorporando-os em novas aplicações e produtos; (2) utilizar o *ecodesign* tanto nos produtos como nas embalagens, selecionando materiais mais sustentáveis e garantindo a sua reciclabilidade e, sempre que possível, a sua biodegradabilidade; (3) incentivar ativamente a reciclagem dos seus produtos junto dos Consumidores, por meio de mensagens e campanhas dedicadas. [ESRS 2.65a]

A Política Ambiental, a Política de Sistemas de Gestão e a PG80 – Gestão de Aspetos Ambientais adotam uma abordagem integrada, aplicando, sempre que possível e adequado, o nível mais exigente da hierarquia de resíduos, nomeadamente, a prevenção. A Navigator promove o desenvolvimento e a implementação de processos e tecnologias que maximizam a eficiência, minimizam perdas e incentivam a recirculação de recursos, contribuindo para a redução da produção de resíduos. Esta política integra medidas de prevenção, reciclagem e valorização. O PG27 – Procedimento de Gestão de Resíduos estabelece diretrizes para a correta separação e classificação dos resíduos, garantindo que o seu destino final seja o mais adequado.

A abordagem adotada segue uma hierarquia que privilegia, em primeiro lugar, a prevenção, seguida da (preparação para) reutilização, reciclagem, outros tipos de valorização e, em última instância, a eliminação. Esta abordagem promove a extensão do ciclo de vida dos materiais, criando condições para o estabelecimento de sinergias entre a Navigator e os seus parceiros, numa lógica de economia circular. Estes documentos estabelecem como prioridade a prevenção e a redução de resíduos, antes de recorrer ao seu tratamento (incluindo a reciclagem), adotando como princípio fundamental a diminuição da geração de resíduos na origem, a utilização eficiente de matérias-primas, a minimização de desperdícios e a otimização dos processos produtivos. [E5.AR 9a/b]

Documento [ESRS 2.65a]	Política de Sistemas de Gestão
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Define os compromissos gerais da Navigator no âmbito dos seus sistemas de gestão de qualidade, ambiente, energia e segurança.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias. Tem como partes interessadas os stakeholders internos e externos (ex.: fornecedores, sinergias industriais) e cobre Portugal, Espanha e Moçambique.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Comissão Executiva.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Normas FSC e PEFC, que certificam a origem dos materiais fibrosos Normas ISO 9001, 14001, 50001
Disponibilização [ESRS2.65f]	Este documento é comunicado a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através dos sites de Intranet e Internet e afixado nos locais de trabalho.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política Ambiental: Cap. 4.1.2.2.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil adota políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular, nomeadamente a **Política de Sustentabilidade** e as **Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança** implementadas nas várias geografias. [E5.14 | ESRS 2.65a] Estas políticas promovem a circularidade, a montante, através da incorporação de matérias-primas alternativas (provenientes de resíduos, materiais secundários, subprodutos ou coprodutos) e da utilização de combustíveis alternativos, e a jusante através de uma gestão eficiente dos resíduos produzidos. [E5.15]

As suas políticas procuram assegurar uma gestão eficiente dos resíduos, através da recolha e armazenamento efetuados de forma segregada, em fluxos específicos e em locais próprios nas instalações da Secil. Sempre que possível, são privilegiadas soluções de valorização de resíduos, em conformidade com os princípios da hierarquia dos resíduos, reforçando uma abordagem responsável e integrada à gestão dos mesmos. [E5.AR9b]

A **Política de Sustentabilidade** da Secil enquadra-se no terceiro nível da hierarquia de resíduos, (reciclagem) através da utilização de matérias-primas alternativas, promovendo a circularidade e a redução de recursos naturais. [E5.AR9a]

As **Políticas de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança** enquadram-se no quarto nível da hierarquia de resíduos, correspondente a outras formas de valorização, nomeadamente através do coprocessamento de combustíveis alternativos, assegurando simultaneamente a eficiência energética e a valorização de resíduos. [E5.AR9a]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Sustentabilidade: Cap. 4.1.2.2.
– Apresentação das Políticas de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança: Cap. 4.1.2.2.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A atividade da ETSA está centrada na economia circular, promovendo a valorização integral de subprodutos de origem animal e a sua transformação em produtos reciclados de elevado valor acrescentado, como proteína para alimentação animal e gordura para a produção de biocombustíveis. Sendo a economia circular a base da operação da ETSA, este compromisso encontra-se já plenamente integrado na sua atividade, sendo por isso assegurado de forma transversal sem necessidade de uma política autónoma dedicada.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's não tem políticas que atuam diretamente no domínio da economia circular, apenas políticas que contêm pontos convergentes como a **Política de Compras,** o **Código de Conduta de Fornecedores** e a **Política do Sistema de Gestão Integrada**. Não obstante, irá desenvolver novas políticas e ações nesse âmbito.

Todas as políticas mencionadas têm aplicabilidade nas operações da empresa na Europa e Ásia [ESRS 2.65b] e estão alinhadas com os padrões ISO 9001:2015, ISO 14001:2015, ISO 45001:2018, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e a certificação ASI (*Aluminium Stewardship Initiative*). [ESRS 2.65d] Todas são disponibilizadas no **website** da Triangle's. [ESRS 2.65f]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Compras: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação do Código de Conduta de Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política do Sistema de Gestão Integrada: Cap. 4.1.2.2.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa dispõe de uma **Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança** que estabelece as orientações gerais para o Sistema de Gestão Integrado incluindo os princípios aplicáveis à utilização eficiente de recursos e à promoção da economia circular. Esta política incorpora requisitos ambientais na estratégia de compras, privilegiando a seleção de fornecedores que asseguram a utilização de matérias-primas com conteúdo reciclado, nomeadamente através de uma elevada percentagem de aço reciclado. [E5.14 | ESRS 2.65a | E5.15]

No âmbito da gestão de resíduos, a política aborda práticas de reciclagem, determinando que todos os resíduos gerados devem ser encaminhados para reciclagem ou sujeitos a tratamento adequado. [AR 9a] Paralelamente, a Imedexa promove a análise sistemática dos seus processos com o objetivo de minimizar a geração de resíduos. No caso específico do aço, são utilizados *softwares* dedicados que permitem esta redução. [AR 9b]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65 a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança: Cap. 4.1.4.1.

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR (E5-2, MDR-A)

As ações relacionadas com a utilização de recursos e a economia circular realizadas por cada segmento de negócio da Semapa são destacadas de seguida, evidenciando as iniciativas implementadas, os investimentos realizados e as estratégias adotadas para promover a eficiência no uso de materiais, a redução de desperdício e a valorização de resíduos ao longo da cadeia de valor.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A estratégia da Navigator para o uso responsável de recursos inclui as linhas de atuação: [ESRS 2.68e]:

– Desenvolvimento de bioprodutos a partir de matérias-primas de origem florestal, contribuindo para um modelo de negócio mais sustentável e inovador.

– Promoção do abastecimento de matérias-primas nacionais, encurtando as cadeias de valor. Em 2025, cerca de 73% da madeira utilizada teve origem em Portugal e 70% das restantes matérias-primas subsidiárias foram adquiridas a fornecedores portugueses.

– Implementação de medidas contínuas de eficiência. Em 2025, destaca-se a introdução de tecnologias avançadas, como o *Advanced Process Control* (APC), que têm proporcionado ganhos significativos de eficiência, nomeadamente no processo de branqueamento da fábrica de pasta de Aveiro e na utilização de precipitado de carbonato de cálcio (PCC) na máquina de papel 1 da Figueira da Foz.

– Otimização das embalagens, fomentando a redução ou substituição de materiais virgens e de origem fóssil por materiais reciclados e renováveis, exemplificando esta prática através da substituição de estrados de palete de madeira 100% virgem, por estrados de MDF, a substituição de tacos de palete de 100% madeira virgem por tacos de fibras de madeira reciclada ou incorporação de materiais reciclados nas embalagens dos produtos *tissue*.

– Reforço de parcerias com instituições académicas, centros de investigação e empresas, para criar soluções inovadoras de valorização de subprodutos industriais. A Navigator desenvolve projetos demonstrativos que promovem a utilização de resíduos na produção de novos produtos, permitindo a substituição parcial ou total de matérias-primas virgens e impulsionando a desclassificação de resíduos para subprodutos.

– Redução da produção de resíduos. Em 2025, a quantidade total de resíduos gerados representou apenas 9% da entrada de materiais. Se for considerada a inclusão de combustíveis nas matérias-primas utilizadas, os resíduos gerados representaram 8%.

– Minimização da produção de resíduos perigosos que, em 2025, representaram apenas 0,2% do total de resíduos gerados.

– Implementação das melhores práticas na gestão de resíduos nos processos internos da Navigator, em colaboração com os Operadores de Gestão de Resíduos (OGR) e outros parceiros industriais. Exemplos destas práticas incluem a minimização de poeiras na descarga de cinzas através da sua humidificação; a utilização de camiões-cisterna (em vez de galeras) para reduzir a dispersão de poeiras no transporte; e a sensibilização dos transportadores para o correto acondicionamento das cargas.

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Valorização de lamas de carbonato	Realizada e planeada	Operações próprias, parceiros externos, Portugal	Contínua	52,6 mil toneladas valorizadas em 2025
Valorização de lamas biológicas	Realizada e planeada	Operações próprias, parceiros externos, Portugal	Contínua	61,9 mil toneladas valorizadas em 2025
Valorização de areias	Realizada e planeada	Operações próprias, parceiros externos, Portugal	Contínua	34,7 mil toneladas valorizadas em 2025
Instalação de forno de cal, Figueira da Foz	Realizada	Operações próprias, parceiros externos, Portugal	Concluída	Potencial de redução de 90% da produção de lamas de carbonato Fase de testes iniciada em 2025
Alteração do sistema de descarga de cinzas para via seca, Setúbal	Realizada	Operações próprias, parceiros externos, Portugal	Concluída	Escoamento das cinzas em seco permitirá identificar novas aplicações para a valorização deste resíduo
Utilização de APC (Advance Process Control) para redução do consumo de químicos, Aveiro	Realizada	Operações próprias, Portugal	Concluída	Redução de 5% no consumo anual de químicos no branqueamento da fábrica de Pasta Arranque em 2025
Valorização de cinzas de CTB. Aveiro	Planeada	Operações próprias, parceiros externos, Portugal	Arranque 2026	Valorização potencial de 15 000 toneladas de cinzas a 5 anos Fase de testes iniciada em 2025
Nova instalação de incorporação de lamas biológicas na evaporação, Aveiro	Planeada	Operações próprias, Portugal	Arranque 2026	Fase de testes iniciada em 2025
Deslenhificação por oxigénio, Setúbal	Planeada	Operações próprias, Portugal	Arranque 2026	Redução do consumo anual de dióxido de cloro no branqueamento da fábrica de Pasta

Nota: Não foram identificados impactos materiais negativos associados a uso de recursos e economia circular, apenas impactos positivos, pelo que não se identificam ações de remediação. [ESRS 2.68d]

A instalação de sistemas de *Advanced Process Control* (APC) na fábrica de pasta de Aveiro permitiu reduzir em 5% o consumo anual de químicos no branqueamento, diminuir a variabilidade processual em 28% e melhorar a qualidade do produto final, tendo implicado um investimento de cerca de 240 mil euros. Na máquina de papel 1 da Figueira da Foz, a aplicação de APC, ainda em fase de testes, possibilitou aumentar em 1% a incorporação de PCC e reduzir a variabilidade em 15%, contribuindo para a diminuição do consumo específico de fibra. A instalação de um sistema de deslenhificação por oxigénio na fábrica de pasta de Setúbal, prevista para 2026, permitirá reduzir o consumo de químicos na fase de branqueamento, reforçando a eficiência do processo e a redução da pegada ambiental associada. O projeto, que já entrou em fase de execução em 2025, representa um investimento total de cerca de 25 milhões de euros.

O projeto do novo forno de cal a biomassa na fábrica de pasta da Figueira da Foz, enquadrado no Roteiro de Descarbonização, permitirá reduzir a geração de lamas de carbonato. Atualmente, a limitação da capacidade do processo de recuperação química implica a purga diária destas lamas, que passam a constituir um resíduo. Este material é, contudo, valorizado em colaboração com parceiros externos, sendo integrado na produção de produtos cimentícios. Complementarmente, o projeto NEW YIELD avalia a incorporação das lamas de carbonato como *filler* na produção de papel UWF (*Uncoated Woodfree Paper*), tendo sido realizados testes industriais com o objetivo de substituir parcialmente o carbonato de cálcio precipitado. Esta solução contribui para evitar a deposição em aterro e promover a circularidade de materiais.

As lamas biológicas provenientes do tratamento de efluentes são igualmente valorizadas, sendo encaminhadas para compostagem ou utilizadas como combustível na produção de argila expandida também em estreita colaboração com parceiros externos. Adicionalmente, as areias de leito fluidizado provenientes das caldeiras de biomassa são valorizadas na produção de materiais de construção, beneficiando da sua classificação como subproduto e contribuindo para uma utilização mais eficiente dos recursos.

A parceria estabelecida com a Saint-Gobain para valorização de cinzas da Central Termoelétrica a Biomassa (CTB) de Aveiro na produção de argamassas registou avanços relevantes em 2025, tendo sido executado um investimento de cerca de 560 mil euros associados a este projeto. Apesar de alguns constrangimentos operacionais na CTB, foi possível iniciar os primeiros testes com este material durante o ano, estando previstos desenvolvimentos adicionais e a consolidação desta solução ao longo de 2026.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil tem vindo a desenvolver, de forma consistente, um conjunto de medidas e iniciativas no contexto da utilização de recursos e da economia circular, principalmente no âmbito de dois grandes projetos em Portugal: o projeto *Clean Cement Line* (CCL), no Outão, e o projeto *Profuture, Clean Cement Line* na Maceira (Cap. 4.1.2.2.). [ESRS 2. 68a | E5.19]

A implementação do projeto CCL, na fábrica do Outão, tem como um dos seus principais objetivos aumentar a taxa de coprocessamento de combustíveis alternativos para valores superiores a 70%, promovendo a valorização de resíduos e contribuindo para a redução do uso de combustíveis fósseis. [E5.20c | E5.20a] Adicionalmente, o projeto integra a otimização do consumo energético através da incorporação de práticas circulares, nomeadamente a recuperação de calor residual gerado no final do processo de produção, por meio de um sistema *Waste Heat Recovery* (WHR), o qual contribui para a redução da energia proveniente de fontes primárias. [E5.20d| E5.20f]

De forma semelhante, com o projeto *Profuture Clean Cement Line* na Maceira, pretende-se atingir o marco de "zero fósseis" (90% combustíveis alternativos + 10% de hidrogénio verde), melhorando a eficiência energética (redução do consumo energético em cerca de 20,8%, em relação ao ano de referência, 2019) e contribuindo para a descarbonização (redução das emissões de GEE em cerca de 30,3%).

Na unidade de Adrianópolis, Brasil, foram realizados investimentos na ampliação da capacidade de armazenagem, criando as condições necessárias para o aumento do consumo de combustíveis alternativos durante 2024. Em 2025 o esforço manteve-se focado na identificação de novos fornecedores e no aumento da qualidade dos combustíveis alternativos, de forma a assegurar que a taxa de incorporação pretendida seja alcançada. Em paralelo, nas unidades de Gabès e Sibline, localizadas respetivamente na Tunísia e Líbano, estão previstos investimentos a médio prazo, com o objetivo de preparar as fábricas para uma maior incorporação deste tipo de combustíveis. [E5.20b | E5.20d]

Em Sibline e Gabès, com a implementação dos Projetos CapEx – Uso de Combustíveis Alternativos, pretende-se atingir uma taxa de 40% de utilização de combustíveis alternativos; e em Gabès, passar a utilizar combustíveis alternativos além do resíduo de oliveira. [ESRS 2.68a]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Projeto das argilas calcinadas	Planeada	Portugal (Outão e Maceira)	Médio prazo	Redução do consumo de clínquer e outras matérias-primas naturais. Produção de uma mistura de Argilas+Cinzas de Caldeira (35% +65%) em Pataias para consumo nas Fábricas da Maceira e do Outão
Aquisição de britador móvel para britagem de matérias-primas alternativas	Planeada	Portugal (Outão e Maceira)	Médio prazo	Aumento da incorporação de matérias-primas alternativas
Projeto Cimenticios	Planeada	Portugal (Outão e Maceira)	Curto prazo	Secagem e processamento de cimentícios, destinado a equipar as fábricas com infraestruturas adequadas para processar e secar grandes volumes de materiais cimentícios. Redução da percentagem de clínquer na produção de cimento, através do aumento da incorporação de matérias-primas alternativas.
Acompanhamento dos resultados do Projeto Clean Cement Line – otimização do processo operacional produtivo	Realizada	Portugal (Outão)	Médio prazo	Eliminar o consumo de combustíveis fósseis, alcançar uma redução de 20% na energia térmica, garantir que 30% da energia elétrica consumida seja produzida internamente através da recuperação de calor, aumentar a taxa de coprocessamento de combustíveis alternativos para valores superiores a 70%
Projeto Profuture Clean Cement Line, Maceira	Planeada	Portugal (Maceira)	Médio prazo	Eliminar o consumo de combustíveis fósseis (90% combustíveis alternativos + 10% H_2 verde) promovendo a valorização de resíduos, e reduzir o consumo global de energia em cerca de 20,8%.
Aumento do consumo de combustíveis alternativos no Líbano e Tunísia	Planeada	Líbano (Sibline) e Tunísia (Gabès)	Médio prazo	Atingir 40% de taxa de combustíveis alternativos

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

No âmbito da utilização de recursos e da economia circular, foram desenvolvidas duas ações estratégicas: a construção de uma nova unidade fabril para a produção de proteína hidrolisada e a construção de um centro logístico nos Açores.

A Unidade Fabril de Coruche [ESRS 2.68b] representa um investimento CapEx de 20 milhões de euros [ESRS 2.69b], e tem como objetivo a produção de novos produtos de maior valor acrescentado. [ESRS 2.68a] A unidade encontra-se totalmente operacional, com todos os equipamentos instalados, tendo iniciado a produção comercial no final do segundo semestre de 2025 [ESRS 2.68c | ESRS 2.68e]. Este projeto reforça a capacidade industrial e contribui para a diversificação do portefólio, alinhando-se com a estratégia de inovação e sustentabilidade do Grupo.

O Centro Logístico nos Açores [ESRS 2.68b], localizado na ilha de São Miguel, representa um investimento CapEx de 1,6 milhões de euros [ESRS 2.69b], executado em 2025 [ESRS 2.68c], com o objetivo de evitar a deposição de resíduos em aterro sanitário [ESRS 2.68a], beneficiando agentes económicos e a população. A unidade encontra-se em operação desde o início de julho de 2025, após vistoria e aprovação pelas autoridades competentes, marcando o início das atividades de receção, triagem, congelação e expedição de subprodutos animais (categoria 3) para a unidade de Loures – assegurando condições adequadas de conservação e reforçando o volume de matérias-primas da ETSA. Este projeto contribui para a eficiência logística, a redução do desperdício e a sustentabilidade do negócio [ESRS 2.68e].

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Unidade Fabril	Realizada	Coruche	Médio prazo	Produção de novos produtos de maior valor acrescentado
Centro Logístico	Realizada	Açores, Agentes económicos e População	Curto prazo	Evitar deposição de resíduos em aterro sanitário

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

No âmbito da redução do uso de plástico e da otimização de recursos, foram implementadas cinco ações específicas, alinhadas com os princípios da sustentabilidade e economia circular da Triangle's.

A primeira ação consistiu na alteração da micragem do filme estirável utilizado no embalamento de paletes, reduzindo de 0,23 µm para 0,17 µm, com impacto direto nas operações próprias e em fornecedores. [ESRS 2.68a] A segunda ação focou-se na devolução e reaproveitamento de paletes junto a um fornecedor, sendo uma iniciativa implementada a montante da cadeia de valor. [ESRS 2.68b] O resultado obtido foi a redução do desperdício e o reaproveitamento de matéria-prima. [ESRS 2.68a]

A terceira ação envolveu a realização de uma auditoria a fornecedores, resultando na sua qualificação com o objetivo de diminuir não conformidades. [ESRS 2.68a] A quarta ação relaciona-se com a implementação de um sistema para a recolha de vasilhames nas próprias operações e a montante na cadeia de valor. [ESRS 2.68b], contribuindo para a redução da produção de resíduos. [ESRS 2.68a]

Por fim, a quinta ação consistiu também na implementação de um sistema de *pooling* de ácido clorídrico nas próprias operações e a montante na cadeia de valor. [ESRS 2.68b], com o objetivo de reduzir os resíduos produzidos associados a este material. [ESRS 2.68a]

Como ações planeadas, a empresa prevê a realização de um estudo do acondicionamento dos quadros para a substituição do plástico bolha por outro produto e para a substituição dos separadores de cartão por papel *kraft*. Estes estudos irão permitir a redução do consumo de plástico e também um melhor acondicionamento dos quadros de bicicleta. Adicionalmente, está prevista a realização de um estudo para a substituição do filme por cinta plástica, contribuindo também para a redução do consumo de plástico.

Com o objetivo de reduzir a pegada de carbono associada e garantir tempos mais curtos de espera na entrega de mercadorias, a Triangle's prevê a realização de um estudo de fornecedores europeus como alternativa aos atuais fornecedores não europeus e ainda reavaliar os critérios e o método de avaliação dos fornecedores.

Para aumentar a precisão, a qualidade e, consequentemente, a eficiência do seu processo produtivo, a Triangle's prevê também a aquisição de um equipamento de controlo e medição por coordenadas, *Coordinate Measuring Machine* (CMM).

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Diminuição da micragem em filme para embalamento	Realizada	Operações próprias e a montante, colaboradores, fornecedores e comunidade envolvente	-	Redução do consumo de plástico
Pooling de paletes	Realizada e planeada para estender a novos fornecedores no curto prazo	Operações próprias, fornecedores	Curto prazo	Reaproveitamento de paletes (economia circular entre fornecedores e Triangle's)
Auditoria a Fornecedores	Realizada	Operações próprias e a montante, colaboradores, fornecedores e comunidade envolvente	-	Qualificação dos fornecedores para diminuir as não conformidades
Pooling vasilhames de resíduos	Realizada	Operações próprias e a montante, colaboradores, fornecedores e comunidade envolvente	-	Redução de resíduos
Pooling ácido clorídrico	Realizada	Operações próprias e a montante, colaboradores, fornecedores e comunidade envolvente	-	Redução de resíduos
Estudo do acondicionamento dos quadros – substituição do plástico bolha por outro produto	Planeada	Operações próprias, clientes, Portugal	Curto prazo	Redução do consumo de plástico
Estudo do acondicionamento dos quadros – substituir separadores de cartão por papel kraft	Planeada	Operações próprias, clientes, Portugal	Curto prazo	Melhoria do acondicionamento
Estudo da substituição do filme por cinta plástica	Planeada	Operações próprias, clientes, Portugal	Longo prazo	Redução do consumo de plástico
Reavaliação dos critérios e método de avaliação dos fornecedores	Planeada	Operações próprias e a jusante, fornecedores e clientes	Curto prazo	Redução da pegada de carbono
Estudo de fornecedores europeus (alternativa aos atuais não europeus)	Planeada	Operações próprias e a jusante, fornecedores, colaboradores e clientes	Longo prazo	Redução da pegada de carbono
Aquisição de um Coordinate Measuring Machine	Planeada	Operações próprias, fornecedores e clientes	Longo prazo	Aumento do controlo de qualidade dimensional

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

No âmbito das ações relacionadas com a utilização eficiente de recursos e a economia circular, a Imedexa implementou uma ação específica para a redução de resíduos de aço no processo produtivo, através da utilização de um *software* dedicado à minimização do desperdício de cantoneiras de aço. Esta ação contribui diretamente para a redução do consumo de matérias-primas e para a diminuição do impacto ambiental associado à utilização de aço. [E5.19 | ESRS 2.68a]

A redução de resíduos de matérias-primas no processo de produção constitui um elemento central da política estabelecida neste âmbito, privilegiando a prevenção e a redução de resíduos na origem em detrimento de outras medidas, como a reciclagem. [ESRS 2.68a]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Reduzir a quantidade de resíduos de aço incorporados no processo produtivo, através de software dedicado	Realizada	Cáceres e Valladolid (Espanha)	Curto prazo	Redução do consumo de aço

No que respeita aos recursos não financeiros, o investimento foi direcionado para a melhoria da eficiência dos processos, em particular ao nível do consumo de matérias-primas, promovendo uma utilização mais racional dos recursos e a redução de desperdícios. A concretização desta iniciativa pressupõe a realização de um investimento operacional (OpEx) no montante de 34,3 mil euros, refletindo o compromisso da Imedexa com a otimização contínua dos processos e com a adoção de práticas alinhadas com os princípios da eficiência de recursos e da economia circular. [ESRS 2.69a | ESRS 2.69b]

METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR (E5-3, MDR-T)

O Grupo Semapa estabelece metas estratégicas para a utilização eficiente de recursos e a promoção da economia circular nos seus diferentes segmentos de negócio. Estas metas refletem o compromisso das empresas em otimizar processos, reduzir desperdícios e valorizar resíduos, alinhando-se com os princípios da transição para uma economia circular. Para cada segmento, são detalhadas as metas estabelecidas, a métrica utilizada para a sua avaliação, o valor de referência e o ano base (*baseline*). São também apresentados os resultados em 2025.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

O Roteiro 2030 da Navigator tem duas metas definidas cujo foco são os resíduos. A meta que visa a redução da deposição de resíduos em aterro industrial está alinhada com os objetivos nacionais e europeus de gestão de resíduos. Contribui para o ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis, promovendo a valorização de materiais, e está em consonância com metas nacionais estabelecidas para a gestão de resíduos e com a Diretiva Europeia 2018/850, que impõe restrições mais rigorosas e incentiva a reciclagem e valorização energética. Além disso, segue o princípio da hierarquia dos resíduos, priorizando a redução e valorização antes da deposição final, e apoia o Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR) ao fomentar a economia circular, reduzir a pegada ambiental da indústria e incentivar tecnologias para valorização de resíduos. [ESRS 2.80f] A meta relativa ao desenvolvimento de aplicações sustentáveis, e de valor acrescentado, para os subprodutos do processo industrial, enquadra-se, na hierarquia dos resíduos, noutros tipos de valorização. [E5.25]

Ambas as metas abrangem as operações próprias da Navigator em Portugal. Não são baseadas na ciência nem foram considerados valores de limiares ecológicos. A sua definição não é uma obrigatoriedade legal, é de adoção voluntária e resultou do envolvimento de *stakeholders* internos, o Conselho Ambiental e as Comissões de Acompanhamento das Comunidades. As metas definidas estão alinhadas com a Política Ambiental e Política de Sistemas de Gestão, e respetiva documentação complementar. [E5.25 | ESRS 2.80a| ESRS 2.80g| E5.26 | E5.27]

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80b] [ESRS2.80e]
Alcançar, até 2030, uma taxa de deposição dos resíduos em aterro industrial inferior a 10%.	Valor de referência: 14% Ano base: 2021	Resíduos depositado em aterro (t) / Resíduos gerados (t)	12%	12%	16%	< 10% em 2030
Desenvolver aplicações sustentáveis, e de valor acrescentado, para os subprodutos do processo industrial (lamas, cinzas e outros resíduos inorgânicos).	N/A	N/A	4 800 t de lamas de carbonatos valorizadas na produção de PCC 35 624 t de areias (subproduto) valorizadas para o setor da construção	1 355 t de cinzas valorizadas em artefactos de betão 1 260 t de lamas de carbonatos valorizadas na produção de PCC 39 995 t de areias (subproduto) valorizadas para o setor da construção	10 746 t de cinzas valorizadas em artefactos de betão 764 t de lamas de carbonatos valorizadas na produção de PCC 32 324 t de areias (subproduto) valorizadas para o setor da construção	N/A

SEGMENTO CIMENTO

A Secil definiu duas metas mensuráveis a atingir até 2030, que, embora não sejam obrigatórias segundo a legislação vigente, são orientadas para resultados, estando calendarizadas e alinhadas com as questões materiais de sustentabilidade estabelecidas para monitorizar os progressos alcançados. [E5.27] Estas metas apresentadas no quadro abaixo permaneceram inalteradas em relação ao ano de relato anterior. [ESRS 2.80i]

As metas mensuráveis estabelecidas não são baseadas na ciência, tendo sido definidas como: combustíveis alternativos (Meta 1) e fator de clínquer (Meta 2). [ESRS 2.80g] Estas metas abrangem as operações próprias em Portugal, Brasil, Líbano e Tunísia. [ESRS 2.80c]

As metas foram definidas com base nos objetivos estratégicos da Participada, considerando a disponibilidade de combustíveis alternativos e *benchmarks* setoriais. [ESRS 2.80f] A primeira meta foca-se na substituição de combustíveis fósseis por combustíveis alternativos (e.g. combustíveis derivados de resíduos, pneus inservíveis, biomassa), promovendo a circularidade e reduzindo a necessidade de deposição de resíduos em aterro, alinhando-se com o terceiro nível da hierarquia de resíduos (reciclagem). [E5.24b | E5.24e | E5.25]

A segunda meta visa reduzir o fator de clínquer, através da substituição parcial do clínquer por matérias-primas alternativas descarbonatadas com propriedades cimentícias, enquadrando-se no primeiro nível da hierarquia dos resíduos (prevenção), ao reduzir a necessidade de matérias-primas virgens, diminuir o consumo da energia térmica e elétrica, e promover um uso mais eficiente de recursos. [E5.24b | E5.24c | E5.25]

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80b] [ESRS2.80e]
Aumentar a percentagem de Combustíveis alternativos para 49%	Valor de referência: 26,2% Ano base: 2020	Percentagem de combustíveis alternativos (%)	21,7%	25,4%	25,9%	49% Combustíveis alternativos e 5% de biomassa sustentável
Diminuir o Fator de clínquer para 65% (em Portugal) e 74% (Outras geografias)	Valor de referência: 80,2% (Portugal) e 79,3% (Outras geografias) Ano base: 2020	Percentagem de incorporação de clínquer (%)	80,4% (Portugal) 78,1% (Outras geografias)	79,04% (Portugal) 78,9% (Outras geografias)	79,4% (Portugal) 79,6% (Outras geografias)	65% (Portugal) 74% (Outras geografias)

Nota: Os resultados de desempenho foram apresentados com a mesma fronteira que o roadmap de descarbonização da Secil (Fábricas de cimento: Maceira, Outão, Sibline, Gabès, Adrianópolis e Pomerode).

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Embora a ETSA não tenha definido metas específicas para a utilização de recursos e a economia circular, a empresa monitoriza a eficácia das suas políticas e ações nesta área. Esse acompanhamento é realizado por meio da análise de indicadores operacionais (KPI), com foco na recolha de diferentes tipos, categorias e subcategorias de subprodutos de origem animal. [ESRS 2.81b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

No âmbito da definição de metas associadas à utilização de recursos e à economia circular, a Triangle's estabeleceu uma meta específica para a taxa de rejeição de produto, diretamente ligada à respetiva métrica estabelecida nas suas operações. Esta meta tem como principal finalidade a redução da taxa de rejeição de quadros não conformes, promovendo uma melhoria da qualidade do produto final. [E3.22 | ESRS 2.80]

A meta foi formalmente definida em 2025, constituindo um instrumento de monitorização contínua do desempenho operacional e de apoio à tomada de decisão, em alinhamento com os princípios da melhoria contínua, da prevenção de desperdícios e da otimização de recursos.

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75] [ESRS2.80b]	Desempenho 2025 [ESRS 2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS 2.80b] [ESRS 2.80e]
Diminuir a taxa de rejeição de produto (quadros) não conformes	Valor de referência: 13,03% Ano base: 2024	Taxa de rejeição de quadros não conformes (%)	19,97%	<10% anualmente

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

Atualmente, a Imedexa ainda não tem definidas metas específicas relativas à utilização de recursos e à economia circular. No entanto, prevê a definição e monitorização de metas neste âmbito até o final de 2026.

ENTRADAS DE RECURSOS (E5-4)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Nos seus processos industriais de pasta *kraft* de eucalipto, papel UWF, *packaging*, *tissue* e energia, a Navigator adota um modelo industrial sustentável e eficiente na utilização de recursos. A sua cadeia produtiva envolve a incorporação de matérias-primas essenciais, produtos auxiliares, embalagens utilizadas ao longo do processo e na distribuição final, bem como diversos equipamentos tecnológicos. Os materiais de embalagem incluem materiais de origem renovável, como caixas de cartão, papel de embalagem, paletes de madeira e etiquetas, mas também outros materiais, como filme estirável ou retrátil, cintas de plástico e arame para acondicionamento de fardos. [E5.30]

As matérias-primas essenciais utilizadas nos processos industriais da Navigator incluem madeira de *Eucaliptus globulus* proveniente de florestas geridas de forma sustentável, seja em matas próprias ou adquiridas a terceiros. Do total de madeira consumida, cerca de 84% é proveniente de plantações certificadas FSC e PEFC. Na produção de pasta, destacam-se químicos como hidróxido de sódio, clorato de sódio, ácido sulfúrico, oxigénio e peróxido de hidrogénio. Na produção de papel UWF, são utilizados precipitado de carbonato de cálcio, amido, agentes de colagem e agentes de branqueamento ótico. Já na produção de *tissue*, incluem-se agentes de resistência ao húmido. Além disso, a Navigator utiliza fibras adquiridas, complementando a pasta de eucalipto produzida internamente com pastas de fibra longa, fibras recicladas e fibras não branqueadas. Em termos de combustíveis, a Participada utiliza licor negro e casca de eucalipto provenientes da madeira usada na produção de pasta, bem como biomassa florestal residual para geração de energia. São também utilizados alguns combustíveis fósseis, incluindo gás natural, fuel, gasóleo e propano. [E5.30]

SEGMENTO CIMENTO

Para a Secil, a economia circular assume um papel crucial na indústria cimenteira, devido aos seus potenciais impactos positivos na redução de resíduos e na utilização eficiente de recursos. A integração de resíduos industriais e materiais alternativos, como substitutos de matérias-primas tradicionais, contribui para a diminuição da dependência de recursos naturais finitos e para reforçar a circularidade de materiais. Paralelamente, esta abordagem promove uma maior competitividade ao permitir a redução de custos operacionais, mitigar riscos associados à disponibilidade de matérias-primas e responder à crescente procura por produtos mais sustentáveis. O consumo desses recursos varia conforme a geografia, o período analisado e a escala dos projetos em desenvolvimento. [E5.30]

A Secil utiliza diversos recursos ao longo das suas operações e da cadeia de valor a jusante, garantindo a eficiência dos processos produtivos e a redução do impacto ambiental. Entre os principais recursos consumidos estão matérias-primas como calcário, marga, argila, areia, brita e gesso, essenciais para a produção de cimento, argamassas e betão. Além disso, são utilizados aditivos, como óleos lubrificantes e adjuvantes de moagem, que contribuem para a otimização dos processos industriais. [E5.30]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

No âmbito da entrada de recursos, a ETSA incorpora subprodutos de origem animal provenientes da cadeia de produção de carne e peixe. Estes materiais são recolhidos em diversas fontes, incluindo explorações agrícolas, matadouros, salas de corte, talhos, moderna distribuição e outros pontos de venda de carne e peixe. Relativamente ao consumo de água, a empresa abastece as suas unidades operacionais através de furos subterrâneos e do sistema de abastecimento público. [E5.30]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's assegura a entrada de diversos recursos essenciais para as suas operações e para a cadeia de valor a jusante. No que diz respeito aos produtos, são utilizados componentes e materiais de acondicionamento, incluindo quadros de bicicleta, plástico bolha, separadores e favos de cartão, caixas, fita adesiva de papel, filme e paletes, que garantem a proteção e o transporte adequado dos produtos.

Em termos de materiais, destacam-se os perfis e componentes de alumínio, componentes para bicicletas, tintas e vernizes, fio de solda, massas de acabamento e produtos químicos, diluentes além de ferramentas específicas para *jigs* e gabaris, lixas, vareta de soldadura, decalques e álcool. O abastecimento de água é realizado tanto através da rede pública como de furos subterrâneos, garantindo um fornecimento adequado para as necessidades operacionais.

Por fim, as instalações e equipamentos incluem uma instalação única (na Borralha), composta por *Computer Numerical Control* (CNC), tornos, dobradoras, prensas, oficinas robotizadas de pintura a líquido e a pó, prensa de hidroformagem, *robots* de soldadura, *robots* de polimento, além de tecnologias para tratamentos térmicos. Dispõe de uma unidade de prototipagem rápida, *data lake*, máquinas de corte, unidade de lavagem, e granalhadora. [E5.30]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

No âmbito das suas operações e ao longo da cadeia de valor, a Imedexa utiliza predominantemente aço carbono sob a forma de cantoneiras e chapas para o fabrico de estruturas metálicas, sendo este material maioritariamente proveniente de sucata reciclada. As ligações soldadas são realizadas com arame de aço com características semelhantes às do material base, utilizando uma mistura de gases de proteção composta por árgon e dióxido de carbono, enquanto as ligações aparafusadas recorrem a parafusos de aço. O processo de galvanização é efetuado com recurso a zinco fundido, adquirido sob a forma de zinco metálico, sendo a preparação prévia das superfícies assegurada através de banhos de ácido clorídrico, sais de cloreto de amónio e passivação com sais de crómio trivalente. Parte das estruturas é revestida com tinta aquosa isenta de solventes e de outras substâncias perigosas. Nas embalagens, são utilizados materiais recicláveis, como paletes de madeira e cintas de poliéster.

São ainda utilizados óleos recicláveis na operação e manutenção das máquinas, bem como óleos de corte biodegradáveis nos processos de corte mecânico. Alguns equipamentos de movimentação de cargas, designadamente empilhadores, funcionam a gasóleo. O processo produtivo encontra-se distribuído por três unidades industriais e recorre a equipamentos tecnologicamente adequados às diferentes fases de fabrico, incluindo máquinas de controlo numérico para maquinagem mecânica, equipamentos de corte por plasma e prensas para dobramento e sistemas de granalhagem para preparação de superfícies. As operações de soldadura são realizadas com recurso a equipamentos semiautomáticos e totalmente automáticos, permitindo a otimização da eficiência do processo, sendo a movimentação interna de materiais assegurada maioritariamente por pontes rolantes e empilhadores. [E5.30]

GRUPO SEMAPA

Os quadros abaixo apresentam as entradas de recursos em todas as Participadas da Semapa, abrangendo tanto as operações próprias como a cadeia de valor. O primeiro quadro fornece informações detalhadas sobre o peso dos produtos utilizados, incluindo o peso dos materiais biológicos e técnicos [E5.31a], bem como os componentes, produtos e materiais secundários. [E5.31c] Já o segundo quadro foca exclusivamente no peso dos materiais biológicos, permitindo uma visão mais detalhada sobre o peso de origem sustentável. [E5.31b]

Entrada de Recursos (t) [E5.31a/E5.31c]			
Subsidiária	**Descrição**	**2025**	**2024**
Navigator	Peso dos produtos utilizados	—	—
	Peso dos materiais biológicos utilizados	5 104 575	4 503 929
	Peso dos materiais técnicos utilizados	773 180	737 472
	Componentes secundários reutilizados ou reciclados, produtos intermédios secundários e materiais secundários	2 531	0
Secil	Peso dos produtos utilizados	921 386	1 217 436
	Peso dos materiais biológicos utilizados	0	0
	Peso dos materiais técnicos utilizados	18 897 622	16 461 304
	Componentes secundários reutilizados ou reciclados, produtos intermédios secundários e materiais secundários	1 422 803	811 092
ETSA	Peso dos produtos utilizados	—	—
	Peso dos materiais biológicos utilizados	221 614	145 256
	Peso dos materiais técnicos utilizados	0	0
	Componentes secundários reutilizados ou reciclados, produtos intermédios secundários e materiais secundários	4 832	8 468
Triangle's	Peso dos produtos utilizados	—	—
	Peso dos materiais biológicos utilizados	0	0
	Peso dos materiais técnicos utilizados	558	435
	Componentes secundários reutilizados ou reciclados, produtos intermédios secundários e materiais secundários	0	0
Imedexa	Peso dos produtos utilizados	—	—
	Peso dos materiais biológicos utilizados	250	—
	Peso dos materiais técnicos utilizados	16 213	—
	Componentes secundários reutilizados ou reciclados, produtos intermédios secundários e materiais secundários	0	—
Grupo Semapa	**Peso dos produtos utilizados**	**921 386**	**1 217 436**
	Peso dos materiais biológicos utilizados	**5 326 439**	**4 649 185**
	Peso dos materiais técnicos utilizados	**19 687 573**	**17 199 212**
	Componentes secundários reutilizados ou reciclados, produtos intermédios secundários e materiais secundários	**1 430 165**	**819 560**

ND: Não disponível.

NA: Não aplicável.

Nota 1 Navigator: Os dados relativos à entrada de materiais incluem todas as geografias onde a Navigator opera. [E5.32]

Nota 2 Navigator: Foram considerados os dados das atividades industriais, florestais e de escritórios, sendo que as atividades industriais representam 99% do total de entrada de materiais. [E5.32]

Nota 3 Navigator: Os dados de entrada de recursos são apurados com base em medições realizadas à entrada das fábricas, nomeadamente através de básculas devidamente calibradas para a quantificação de madeira, químicos, fibra, combustíveis e materiais de embalagem, entre outros. No caso de materiais contabilizados em unidades, como determinados materiais de embalagem, foram utilizados os respetivos pesos unitários para conversão em toneladas. [E5.32]

Nota 4 Navigator: Em 2025, a tabela de entrada de recursos foi ajustada, passando a classificar os materiais nas categorias biológicos, técnicos e secundários, em alinhamento com os requisitos da norma ESRS E5. A principais alterações metodológicas incluem a inclusão do peso da casca na madeira consumida e as matérias-primas adquiridas pela Navigator Tissue UK. [E5.32]

Nota 5 Navigator: Os materiais biológicos de origem sustentável incluem madeira, fibra e tissue adquiridos com certificação FSC e/ou PEFC, ou que cumpram os critérios de madeira controlada e os requisitos de due diligence aplicáveis. [E5.32]

Nota 6 Navigator: Os materiais secundários correspondem à quantidade de material reciclado incorporado nos produtos e/ou embalagens. [E5.32]

Nota 1 Secil: O "peso dos produtos utilizados" corresponde à soma dos produtos de cimento e dos produtos de materiais de construção, enquanto o "peso dos materiais técnicos utilizados" resulta da soma dos materiais de cimento com os materiais de construção. Importa referir que, na contabilização do peso dos produtos e dos materiais técnicos e biológicos utilizados em operações próprias, os combustíveis não foram considerados. [E5.32|ESRS 2.77a]

Nota 1 ETSA: Relativamente aos dados apresentados da ETSA, o peso dos subprodutos de origem animal recolhidos e apurado através da pesagem dos veículos de recolha, os dados são guardados no sistema ERP. [E5-4.32]

Nota 2 ETSA: Os “Componentes, produtos e materiais secundários” que representa, 3% do peso total de produtos utilizados [E5-4.31c], referem-se ao processo de monitorização e avaliação do uso da farinha produzida nas instalações de Coruche como combustível sustentável, utilizado na instalação de combustão IVEB. A ETSA acompanhou este processo por meio de medidas diretas, incluindo a quantidade de farinha utilizada e a redução das emissões, complementadas por estimativas para calcular o impacto ambiental. [E5-4.32]

Nota Triangle’s: O peso dos materiais utilizados provem de peso total de alumínio comprado. O valor e metodologia foram ajustados face a 2024.

Materiais Biológicos [E5-4.31b]					
Subsidiária	**Descrição**	**2025**		**2024**	
		(t)	**(%)**	**(t)**	**(%)**
Navigator	Peso dos materiais biológicos de origem sustentável	5 040 107	99%	4 441 366	99%
	Peso de outros materiais biológicos	64 468	1%	62 563	1%
Secil	Peso dos materiais biológicos de origem sustentável	0	0%	0	0%
	Peso de outros materiais biológicos	0	0%	0	0%
ETSA	Peso dos materiais biológicos de origem sustentável	221 614	100%	145 256	100%
	Peso de outros materiais biológicos	0	0%	0	0%
Triangle's	Peso dos materiais biológicos de origem sustentável	0	0%	0	0%
	Peso de outros materiais biológicos	0	0%	0	0%
Imedexa	Peso dos materiais biológicos de origem sustentável	0	0%	—	—%
	Peso de outros materiais biológicos	0	0%	—	—%
Grupo Semapa	**Peso dos materiais biológicos de origem sustentável**	**5 261 721**	**99%**	**4 586 622**	**99%**
	Peso de outros materiais biológicos	**64 468**	**1%**	**62 563**	**1%**

ND: Não disponível.

NA: Não aplicável.

Nota ETSA: Os subprodutos recolhidos e processados pela ETSA são 100% biológicos. [E5-4.32]

SAÍDAS DE RECURSOS (E5-5)

Cientes dos impactos das suas atividades e das oportunidades inerentes aos seus setores, as Participadas do Grupo Semapa, têm implementado estratégias empresariais focadas na circularidade, reutilização e reciclagem de materiais. Esta abordagem contribui para uma utilização mais eficiente dos recursos, resultando em benefícios económicos significativos.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator desenvolve produtos que integram princípios da economia circular, garantindo que a pasta, o papel e o *tissue* são concebidos com foco na reciclabilidade, na eficiência no uso de recursos e na recirculação no ciclo biológico. A pasta BEKP (*Bleached Eucalyptus Kraft Pulp*) é um material renovável e biodegradável, proveniente de plantações certificadas FSC e PEFC, podendo ser utilizada na produção de novos papéis ou fibras recicladas. [E5.35] O papel UWF destaca-se pela sua elevada durabilidade e qualidade ao longo de múltiplos ciclos de reciclagem. Sendo 100% reciclável, e não revestido, pode ser integralmente reintegrado no processo produtivo como fibra secundária, assegurando a sua recirculação no ciclo de vida do produto. [E5.36c]

O papel *tissue* é desenvolvido para um uso eficiente, reduzindo o desperdício por folha através de tecnologia de compactação. Alguns produtos incluem fibra reciclada, promovendo a recirculação de materiais. Além disso, são biodegradáveis, permitindo uma integração sustentável no ciclo biológico com impactos ambientais reduzidos. [E5.35]

Além dos produtos vendidos, são gerados nas unidades industriais subprodutos com possibilidade de serem integrados noutros materiais. As cinzas volantes da CTB, classificadas como subproduto em janeiro de 2025, podem ser incorporadas em argamassas específicas, substituindo parcial ou totalmente o ligante mineral. Já as areias das caldeiras de biomassa, classificadas como subproduto em outubro de 2019, podem ser utilizadas na fabricação de betão, argamassas de cimento e pavimentação, como agregados finos.

Todos os produtos produzidos pela Navigator são de origem biológica e biodegradáveis. Os volumes dos produtos e subprodutos produzidos pela Navigator são todos calculados com base em medições diretas. [E5.40]

Os resíduos gerados nas atividades da Navigator são maioritariamente não perigosos, representando, em 2025, 99,8% dos resíduos totais gerados. [E5.38]

Nas atividades industriais, os fluxos de resíduos com maior volume são as lamas de ETAR geradas no tratamento de efluentes, as cinzas das caldeiras de biomassa e as lamas de carbonato provenientes do processo de caustificação das fábricas de pasta. É utilizado o princípio de hierarquia de gestão de resíduos, aplicando o nível mais elevado sempre que possível, tal como preconizado nas políticas e procedimentos da Participada. [E5.38]

Nas atividades florestais, os fluxos de resíduos mais relevantes correspondem a embalagens, resíduos de embalagens e pneus usados. Estes últimos resultam, maioritariamente, de deposições ilegais realizadas por terceiros em áreas sob gestão da Participada. Os materiais presentes nestes fluxos incluem plásticos, resíduos químicos com propriedades perigosas e não perigosas e madeira. Em 2025, registou-se um aumento dos resíduos quantificados nas operações florestais, decorrente de uma operação de limpeza geral realizada no Viveiro de Ferreiras, que permitiu encaminhar para destino final adequado resíduos acumulados ao longo de vários anos, maioritariamente constituídos por embalagens de plástico. [E5.38]

SEGMENTO CIMENTO

Consciente dos seus impactos e do potencial do setor em que opera, a Secil tem vindo a adotar estratégias corporativas focadas na circularidade, reutilização e reciclagem de materiais promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos e a geração de valor económico. [E5.37a | E5.37b]

Os resíduos gerados nas atividades da Secil variam consoante o negócio e são maioritariamente não perigosos, representando, em 2025, 99,2% dos resíduos totais gerados. [E5.38]

No cimento os resíduos mais representativos são mistura de embalagens, madeiras e sucata. No betão os resíduos mais representativos são as lamas de betão, betão e resíduos de construção e demolição.

É utilizado o princípio de hierarquia de gestão de resíduos, aplicando o nível mais elevado sempre que possível, tal como preconizado nas políticas e procedimentos da Secil. [E5.38]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Os resíduos gerados nas atividades da ETSA são maioritariamente não perigosos, representando, em 2025, 96,1% dos resíduos totais gerados. [E5.38]

Do processo de desembalamento dos subprodutos provenientes do comércio (moderna distribuição e outros pontos de venda) resultam embalagens de plástico, vidro e metal que são encaminhados para valorização ou para deposição em aterro. [E5.38] Da combustão das proteínas da categoria 1, cujo uso na cadeia alimentar não é permitido, resultam escórias que podem ser utilizados como fertilizante e cinzas que são depositados em aterro. [E5.38]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

Em 2025, a maioria dos resíduos gerados pelas atividades da Triangle's foram classificados como não perigosos, representando 52,0% do total. [E5-5.38]

Das atividades industriais da Triangle's resultam diversos fluxos de resíduos, destacando-se as suspensões aquosas com tintas ou vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas, bem como aparas e limalhas de metais não ferrosos. [E5.38] As tintas e vernizes contendo solventes orgânicos são sujeitas a tratamento para redução de perigosidade, sendo que as lamas resultantes são encaminhadas para aterro. As restantes substâncias perigosas são encaminhadas para reciclagem, operações de recuperação, ou aterro. Já as aparas e limalhas são recicladas na totalidade.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa desenvolve estruturas metálicas para torres elétricas produzidas exclusivamente em aço 100% reutilizável e que poderá ser reciclável como sucata no final de vida. Este ciclo está alinhado com os princípios de circularidade, permitindo que o aço seja reintegrado repetidamente em fluxos produtivos sem perda significativa de propriedades. Além disso, o revestimento protetor aplicado às estruturas confere elevada durabilidade e estabilidade, mesmo em contextos altamente corrosivos, prolongando substancialmente a vida útil dos produtos. [E5.38]

GRUPO SEMAPA

O quadro apresentado, após os diferentes segmentos de negócio, apresenta as saídas de recursos, detalhando o total de resíduos gerados por tipologia e fluxo de tratamento. A informação abrange todas as Participadas da Semapa, incluindo as operações do Grupo. [E5.37a | E5.37b | E5.37c | 5.39]

Total de resíduos gerados (t) [E5.37a/E5.37b/E5.37c/E5.39]		2025	2025	2025	2024	2024	2024
Subsidiária	Descrição	Perigosos	Não perigosos	Total	Perigosos	Não perigosos	Total
Navigator	**Total de resíduos gerados**	**1 151**	**491 649**	**492 800**	**980**	**445 623**	**446 603**
	Valorizados	**743**	**266 965**	**267 708**	**621**	**300 308**	**300 929**
	Preparação para reutilização	50	0	50	93	0	93
	Reciclagem	192	115 664	115 856	137	184 852	184 989
	Outras valorizações	501	151 301	151 802	391	115 456	115 847
	Eliminação	**408**	**224 684**	**225 092**	**359**	**145 315**	**145 674**
	Incineração	0	144 077	144 077	0	88 759	88 759
	Aterro	283	80 155	80 438	113	56 335	56 448
	Outras eliminações	125	452	577	246	221	467
Secil	**Total de resíduos gerados**	**622**	**81 654**	**82 277**	**496**	**83 676**	**84 172**
	Valorizados	**446**	**81 310**	**81 756**	**328**	**82 464**	**82 792**
	Preparação para reutilização	197	0	197	87	3	91
	Reciclagem	56	72 044	72 100	50	71 463	71 514
	Outras valorizações	193	9 267	9 460	191	10 997	11 188
	Eliminação	**176**	**344**	**520**	**168**	**1 212**	**1 380**
	Incineração	0	0	0	0	0	0
	Aterro	6	202	208	2	1 137	1 139
	Outras eliminações	170	142	312	166	75	241
ETSA	**Total de resíduos gerados**	**216**	**5 306**	**5 522**	**440**	**4 997**	**5 437**
	Valorizados	**0**	**3 071**	**3 071**	**0**	**1 410**	**1 410**
	Preparação para reutilização	0	0	0	0	0	0
	Reciclagem	0	3 071	3 071	0	1 410	1 410
	Outras valorizações	0	0	0	0	0	0
	Eliminação	**216**	**2 235**	**2 451**	**440**	**3 587**	**4 027**
	Incineração	0	0	0	0	0	0
	Aterro	216	2 235	2 451	440	3 587	4 027
	Outras eliminações	0	0	0	0	0	0
Triangle's	**Total de resíduos gerados**	**190**	**206**	**396**	**237**	**160**	**398**
	Valorizados	**10**	**203**	**213**	**194**	**160**	**354**
	Preparação para reutilização	0	0	0	0	131	131
	Reciclagem	5	0,9	6	9	28	38
	Outras valorizações	5	202	207	185	0	185
	Eliminação	**180**	**3**	**183**	**43**	**0,5**	**44**
	Incineração	0	2	2	0	0,5	0,5
	Aterro	180	1,3	181	43	0	43
	Outras eliminações	0	0	0	0	0	0
Imedexa	**Total de resíduos gerados**	**603**	**2 097**	**2 701**	**—**	**—**	**—**
	Valorizados	**156**	**2 097**	**2 253**	**—**	**—**	**—**
	Preparação para reutilização	0	0	0	—	—	—
	Reciclagem	152	1 916	2 068	—	—	—
	Outras valorizações	4	181	185	—	—	—
	Eliminação	**448**	**0**	**448**	**—**	**—**	**—**
	Incineração	0	0	0	—	—	—
	Aterro	0	0	0	—	—	—
	Outras eliminações	448	0	448	—	—	—

Total de resíduos gerados (t) [E5.37a/E5.37b/E5.37c/E5.39]		2025	2025	2025	2024	2024	2024
Subsidiária	Descrição	Perigosos	Não perigosos	Total	Perigosos	Não perigosos	Total
Grupo Semapa	**Total de resíduos gerados**	**2 783**	**580 912**	**583 695**	**2 153**	**534 456**	**536 610**
	Valorizados	**1 354**	**353 646**	**355 001**	**1 143**	**384 342**	**385 485**
	Preparação para reutilização	247	0	247	180	135	315
	Reciclagem	405	192 696	193 101	197	257 754	257 951
	Outras valorizações	703	160 951	161 654	766	126 453	127 219
	Eliminação	**1 428**	**227 266**	**228 694**	**1 010**	**150 115**	**151 125**
	Incineração	0	144 079	144 079	0	88 760	88 760
	Aterro	685	82 594	83 279	598	61 059	61 657
	Outras eliminações	743	594	1 337	412	296	708

Nota 1 Navigator: Os dados relativos a resíduos incluem todas as geografias onde a Navigator opera, com exceção de Moçambique, devido à sua reduzida materialidade.

Nota 2 Navigator: Foram considerados os dados das atividades industriais e florestais, sendo que os resíduos gerados nas atividades industriais em Portugal e Espanha representam 99,9% do total.

Nota 3 Navigator: A metodologia de cálculo baseia-se em medições diretas realizadas através de básculas devidamente calibradas existentes nos complexos industriais. Todos os resíduos encaminhados para operadores de gestão de resíduos (OGR) são acompanhados de e-GAR e registados na plataforma SILIAMB. [E5.40]

Nota 4 Navigator: Em 2025, as principais alterações metodológicas incluem a inclusão dos resíduos gerados pela Navigator Tissue UK e a revisão da metodologia de cálculo das lamas de ETAR de Aveiro, passando a distinguir entre lamas primárias e lamas biológicas.

Nota 1 Secil: Para os totais apresentados no quadro, relativos às saídas de recursos, incluindo o total de resíduos perigosos e não perigosos, foram considerados os seguintes pressupostos para as operações de valorização: outras operações de valorização (fora das instalações e nas instalações), preparação para reutilização (fora das instalações e nas instalações) e reciclagem (fora das instalações e nas instalações).

Nota 2 Secil: A metodologia utilizada para o cálculo baseia-se em medições diretas realizadas em equipamentos devidamente calibrados existentes nos complexos industriais, sendo a informação registada numa plataforma eletrónica no caso de Portugal e Brasil e no caso das outras geografias através de um registo das entidades. [E5.40 | ESRS 2.77a]

Nota 1 ETSA: Em conformidade com o princípio da economia circular, as empresas da ETSA produzem gordura e proteína animal, que são integralmente reaproveitados na produção de biocombustíveis e rações para animais, garantindo que os subprodutos de origem animal processados nas unidades fabris sejam 100% reciclados. [E5-5.35]

Nota 2 ETSA: Do processo de desembalamento dos subprodutos provenientes do comercio (moderna distribuição e outros pontos de venda) resultam embalagens de plástico, vidro e metal que são encaminhados para valorização ou para deposição em aterro. Da combustão das proteínas da categoria 1, cujo uso na cadeia alimentar não é permitido, resultam escorias que podem ser utilizados como fertilizante, e cinzas que são depositados em aterro. [E5-5.3]

Nota 3 ETSA: As toneladas de resíduos produzidos são contabilizadas através de pesagem, aquando da expedição para os operadores de gestão de resíduos. [E5-5.40]

Nota 1 Triangle's: A quantificação de resíduos é realizada através de medições diretas. [E5-5.40] As tipologias de resíduos perigosos incluem, entre outros, tintas e vernizes contendo solventes (08 01 11*), lamas e bolos de filtração (11 01 09*), água com óleo proveniente dos separadores óleo/agua (13 05 07*) e embalagens contaminadas com substâncias perigosas (15 01 10*). Por sua vez, os resíduos não perigosos abrangem, entre outros, embalagens de papel e cartão (15 01 01), aparas e limalhas de metais ferrosos (12 01 01), madeira (19 12 07) e embalagens de plástico (15 01 02). [E5-5.38]

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM A ECONOMIA CIRCULAR (E5-6)

Em conformidade com a derrogação concedida pelo Regulamento Delegado (UE) 2025/1416 da Comissão, de 11 de julho de 2025 que altera o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 no que diz respeito ao adiamento da data de início da aplicação dos requisitos de divulgação para certas empresas, o Grupo Semapa optou por omitir a comunicação de informações sobre os efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades.

4.1.3 Social

4.1.3.1 MÃO DE OBRA PRÓPRIA – S1

ESTRATÉGIA

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO (SBM-3, ESRS 2)

Na tabela seguinte são descritos os impactos e oportunidade identificados no Grupo Semapa relativamente à sua força de trabalho:

Descritivo [ESRS2.48a]	Materialidade por Empresa	Impacto, Risco ou Oportunidade [ESRS2.48a]	Horizonte temporal [ESRS2.48ciii]	Localização na cadeia de valor [ESRS2.48a]	Subtema ou sub-subtema relacionado [ESRS2.48h]
Trabalho por turnos impacta na qualidade de vida e na saúde física e mental	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's	Impacto negativo	-	Operações próprias	Horário de trabalho
O pagamento de salários atrativos (benefícios monetários) e a atribuição de benefícios não monetários promove a satisfação dos colaboradores	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's	Impacto positivo	-	Operações próprias	Salários adequados
O pagamento de salários atrativos (benefícios monetários) e a atribuição de benefícios não monetários promove a satisfação dos colaboradores, potenciando a sua retenção e produtividade	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's	Oportunidade	Curto prazo - Ano de reporte	Operações próprias	Salários adequados
A promoção do diálogo social entre a gestão e os representantes dos trabalhadores facilita um maior envolvimento dos trabalhadores no que diz respeito aos interesses comuns, o que pode ter um impacto nas condições dos trabalhadores	Navigator, Secil, Triangle's	Impacto positivo	-	Operações próprias	Diálogo social
	Navigator, Secil	Impacto positivo	-	Operações próprias	Liberdade de associação, existência de conselhos de empresa e direitos de informação, consulta e participação dos trabalhadores
Maior capacidade de negociação dos trabalhadores abrangidos por contratação coletiva	Navigator, Secil	Impacto positivo	-	Operações próprias	Negociação coletiva, incluindo a taxa de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas

Descritivo [ESRS2.48a]	Materialidade por Empresa	Impacto, Risco ou Oportunidade [ESRS2.48a]	Horizonte temporal [ESRS2.48ciii]	Localização na cadeia de valor [ESRS2.48a]	Subtema ou sub-subtema relacionado [ESRS2.48h]
O equilíbrio entre vida profissional e pessoal contribui para a saúde e o bem-estar dos colaboradores	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's	Impacto positivo	-	Operações próprias	Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada
A capacitação da força de trabalho e a avaliação contínua das competências contribuem para o crescimento profissional e pessoal dos colaboradores	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa	Impacto positivo	-	Operações próprias	Formação e desenvolvimento de competências
Garantimos pagamento igual por trabalho de igual valor nas geografias onde operamos	Navigator, Secil	Impacto positivo	-	Operações próprias	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor
Na Navigator existe atualmente um programa de rejuvenescimento, o qual permite que colaboradores a partir dos 57 anos possam aderir ao mesmo, interrompendo o seu ciclo na organização. Para estes colaboradores o programa apresenta vantagem de conferir uma condição económica mais vantajosa face à sua situação atual de trabalho permitindo interromper a sua atividade profissional antes da idade legal de reforma	Navigator	Impacto positivo	-	Operações próprias	Diversidade
A falta de representatividade de género e diversidade etária cria ambientes menos inclusivos e equitativos, reduzindo a inovação e o sentimento de pertença	Navigator, Secil, ETSA	Impacto negativo	-	Operações próprias	Diversidade
Acidentes de trabalho ou doenças profissionais conduzem a fatalidades, lesões ou outras patologias	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa	Impacto negativo	-	Operações próprias	Saúde e segurança
Incumprimento das regras e procedimentos de segurança no trabalho afetam negativamente a saúde e segurança dos trabalhadores	Navigator, Secil, ETSA	Impacto negativo	-	Operações próprias	Saúde e segurança

Nota: os impactos materiais identificados são reais, pelo que não têm associado um horizonte temporal

No âmbito da análise de dupla materialidade, a Semapa e as suas Participadas identificaram impactos materiais, positivos e negativos, bem como oportunidades, associados às condições de trabalho, ao bem-estar, à saúde e segurança, à valorização profissional e às relações laborais dos seus colaboradores. Estes impactos estão intrinsecamente ligados à estratégia e ao modelo de negócio do Grupo, influenciando a sua capacidade de atrair, desenvolver, motivar e reter talento, bem como de assegurar operações eficientes, seguras e socialmente responsáveis.

Entre os impactos negativos identificados, destaca-se o trabalho por turnos, que pode afetar a qualidade de vida e a saúde física e mental dos colaboradores, bem como a ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais, resultantes, nomeadamente, do incumprimento de regras e procedimentos de segurança e saúde no trabalho. Adicionalmente, a insuficiente representatividade de género e diversidade etária pode originar ambientes de trabalho menos inclusivos e equitativos, com impactos no sentimento de pertença, na inovação e no desempenho organizacional.

Os impactos positivos e oportunidades identificadas dizem respeito ao pagamento de salários atrativos, complementados por benefícios monetários e não monetários, o que contribui para a satisfação dos colaboradores, potenciando a sua retenção, produtividade e compromisso com a organização. O equilíbrio entre vida profissional e pessoal assume igualmente um papel central na promoção da saúde e do bem-estar. A capacitação contínua da força de trabalho, através do desenvolvimento e avaliação sistemática de competências, promove o crescimento profissional e pessoal, reforçando a empregabilidade interna e futura dos colaboradores.

A Semapa assegura ainda o princípio de pagamento igual por trabalho de igual valor nas geografias onde opera e promove o diálogo social entre a gestão e os representantes dos trabalhadores, facilitando o seu envolvimento nos assuntos de interesse comum e contribuindo para a melhoria das condições de trabalho. Já a existência de mecanismos de contratação coletiva reforça a capacidade de negociação dos trabalhadores abrangidos.

A abordagem adotada é integrada e transversal, garantindo que os impactos materiais identificados sobre os trabalhadores próprios são acompanhados e geridos de forma responsável, em coerência com a estratégia, políticas e práticas de gestão de pessoas do Grupo Semapa, e devidamente refletidos nas divulgações de sustentabilidade.

No âmbito da análise de dupla materialidade, não foram identificados riscos materiais para a Semapa e as suas Participadas decorrentes dos impactos e dependências relacionadas com os trabalhadores próprios, tendo sido apenas considerados impactos (positivos e negativos) e oportunidades. [S1.13a | S1.14]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator coloca o capital humano como uma prioridade estratégica, investindo continuamente no seu desenvolvimento, evolução e satisfação. A Gestão do Talento é diretamente supervisionada pelo CEO, enquanto a área de Recursos Humanos é responsabilidade de um membro da Comissão Executiva, refletindo a importância dos colaboradores para a sustentabilidade do negócio e o impacto social e económico nas comunidades locais onde a Participada opera.

A abordagem de gestão de pessoas da Navigator assenta na estabilidade dos vínculos laborais, no reconhecimento do mérito, no crescimento profissional e na promoção de ambientes de trabalho seguros para cerca de 4 000 colaboradores. A Participada procura ser um empregador de referência, apostando na satisfação da sua mão de obra, traduzindo-se numa maior produtividade, maior capacidade de atração de talento jovem e na retenção de profissionais qualificados, influenciando positivamente sua reputação. [S1.14d | S1.13b]

A força de trabalho da Navigator é composta por colaboradores com vínculo contratual e trabalhadores não assalariados (trabalhadores temporários), sendo estes últimos divididos entre trabalhadores de agências de trabalho temporário e trabalhadores independentes. O número de trabalhadores independentes é reduzido, pelo que não foram considerados no âmbito da presente divulgação de resultados. [ESRS S1.14a] [S1.14a].

A Participada investe na segurança, saúde e bem-estar dos seus colaboradores, reconhecendo a importância dessas áreas para a qualidade de vida e produtividade. Compromete-se a criar um ambiente seguro e saudável, minimizando riscos e reduzindo acidentes de trabalho, o que também contribui para a redução de custos, mitigação de riscos para os trabalhadores, comunidades e o ambiente. [S1.13a | S1.14d]

Os impactos materiais negativos incluem impactos sistémicos como incidentes individuais. São exemplos de impactos sistémicos o trabalho por turnos, que afeta a saúde física e mental, e a falta de diversidade de género e etária, que pode prejudicar a inovação e o sentimento de pertença, com consequências para a cultura organizacional. Além disso, acidentes de trabalho causados, por exemplo, pelo não cumprimento de normas de segurança comprometem a saúde e segurança dos colaboradores [S1.14b].

Por outro lado, a Navigator adota práticas que impactam positivamente o bem-estar e o desenvolvimento dos seus colaboradores, como salários atrativos, benefícios, capacitação contínua e equilíbrio entre vida profissional e pessoal, sentido de modo particular pelos seus trabalhadores assalariados nas diversas regiões onde a Navigator opera. [S1.14c] A Participada também promove o diálogo social, a negociação coletiva e a igualdade salarial para trabalho de igual valor, reforçando o compromisso com a equidade e a inclusão. A segurança no emprego, ao transitar contratos a termo para contratos sem termo, contribui igualmente para a satisfação e estabilidade dos colaboradores.

Embora a força de trabalho da Navigator seja predominantemente masculina, devido às exigências físicas de algumas funções nas áreas florestais e industriais, a Participada compromete-se a promover uma cultura de equidade e inclusão, assegurando a igualdade de oportunidades no contexto laboral. [S1.13a | S1.14d]

Após avaliação interna, a Navigator não identificou colaboradores expostos a riscos acrescidos de danos, de acordo com os impactos e oportunidades identificados na avaliação de materialidade. [S1.15] Ainda assim, o programa de rejuvenescimento, direcionado a um grupo específico (colaboradores mais velhos), visa melhorar o bem-estar e a gestão de recursos humanos da Participada. [S1.16]

A Navigator reafirma o seu compromisso com o respeito pelos Direitos Humanos em todas as suas operações e cadeia de valor, garantindo que promovem ambientes de trabalho dignos e livres de exploração. Não foram identificados riscos materiais de trabalho forçado, obrigatório ou infantil nas suas operações. [S1.14f | S1.14g] Enquanto empresa, a Participada assume e reconhece o impacto das suas operações sobre a sociedade e a responsabilidade de promover mudanças positivas. Os impactos e a oportunidade materiais identificados abrangem todos os nossos colaboradores, podendo variar consoante o local e o país. Os impactos materiais sobre o capital humano da Navigator não decorrem de planos de transição para a redução dos impactos ambientais negativos ou para a neutralidade climática, mas sim do seu compromisso contínuo com a valorização das pessoas e a criação de condições de trabalho seguras e equitativas. [S1.14 | S1.14e]

SEGMENTO CIMENTO

A Secil sabe que a sua estratégia e modelo de negócios tem um impacto direto nos colaboradores, uma vez que as suas decisões e práticas promovem ou afetam negativamente as condições proporcionadas à sua força laboral. Por isso, prioriza o diálogo social como parte do seu compromisso com o bem-estar dos colaboradores, alinhando as práticas de gestão às necessidades e preocupações da força de trabalho. As reuniões regulares com sindicatos e representantes dos trabalhadores, para negociação de condições de trabalho e benefícios, reforçam a coesão organizacional e são uma das formas como materializa essa preocupação.

A Participada está focada em aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores, através da adoção de políticas promotoras de bem-estar que favorecem a flexibilidade, como a Política de *Flexwork*, e do apoio aos colaboradores em diferentes fases da vida. Proporciona programas de benefícios, tais como seguro de saúde e serviços de apoio médico, que vão para além da medicina no trabalho, bem como apoios à parentalidade.

Adicionalmente, aposta em melhorar a qualificação dos seus colaboradores diretos, através do investimento que faz na sua formação contínua, e em programas de desenvolvimento profissional. A visão estratégica da Secil de proporcionar um ambiente de trabalho justo e inclusivo, com garantia de equidade salarial, materializa-se na gestão anual das remunerações e na revisão periódica das estruturas salariais, para eliminar iniquidades internas. Por estar consciente de que o modelo de negócio, pela sua origem, favorece a concentração de colaboradores em áreas técnicas historicamente dominadas por homens, limitando a diversidade, a Secil estabelece parcerias com escolas técnicas para atrair colaboradoras. Reviu ainda as políticas de recrutamento para que incluíssem mais candidatos do género feminino, e impulsionou ações de sensibilização. [S1.13a | S1.13b]

Os riscos inerentes do setor e a natureza industrial nas operações implica aumento de riscos ocupacionais, nomeadamente a exigência de operações contínuas em algumas áreas, que implicam trabalho por turnos, que a Secil procura mitigar de várias formas. Este é um impacto sistémico ou generalizado, comum na indústria cimenteira. A Secil procura mitigar os impactos negativos e riscos através do diálogo social (ajuste de horários, rotação de turnos e regularidades nas pausas), mas principalmente através da Política de Saúde e Segurança, que assenta na ambição de “Zero Danos”, programas de formação em segurança e da monitorização rigorosa de condições laborais, atuam na redução significativa desses riscos. Adicionalmente, cada acidente é analisado como um evento individual para identificação de causa e prevenção de recorrências.

Em complemento, programas como “*Leading with Safety*”, capacitam colaboradores e líderes a priorizar a segurança e a implementar melhorias contínuas, no sentido de limitar eventuais desvios no cumprimento de normas e procedimentos de segurança, que poderiam resultar em incidentes, como acidentes ou situações de risco evitáveis.

A força de trabalho da Secil é composta por diferentes tipos de colaboradores diretos que podem ser materialmente impactados pelas operações da organização, nomeadamente colaboradores assalariados, com relação contratual direta com a empresa, abrangendo funções administrativas, técnicas, operacionais e de gestão. Os trabalhadores por conta própria, nomeadamente prestadores de serviços independentes que colaboram diretamente com a empresa em áreas especializadas ou projetos específicos; trabalhadores fornecidos por empresas terceiras, nomeadamente trabalhadores temporários ou cedidos por agências de emprego, geralmente alocados a funções operacionais ou administrativas de curta ou média duração, ficam abrangidos como trabalhadores da cadeia de valor [S1.14a].

A estratégia e modelo de negócios da Secil tem um impacto na sua mão de obra própria. A maioria das oportunidades e impactos materiais relacionados está integrada no pilar Social (S) do *framework* de sustentabilidade, que reflete o compromisso da Secil em garantir condições de trabalho seguras, promover o bem-estar dos colaboradores, assegurar práticas inclusivas e fortalecer as relações com os *stakeholders*. [SBM-3 | S1.13a | S1.13b]

Todos os colaboradores da mão de obra própria da Participada que possam ser materialmente afetados pelas operações ou pela cadeia de valor da Secil, estão incluídos no âmbito das divulgações, em linha com a abordagem abrangente e inclusiva na gestão e monitorização de impactos relacionados com a sua força de trabalho adotada, garantindo que tanto os colaboradores assalariados como os independentes, assim como contratados por empresas fornecedoras de mão de obra (conforme definido pelo código NACE N78), estão cobertos pelas avaliações de materialidade e pelas divulgações correspondentes. [SBM-3 | S1.14 | S1.14b; S1.14c]

A Secil compreende que determinados grupos de colaboradores podem estar mais vulneráveis a riscos específicos devido às suas características pessoais, contexto de trabalho ou natureza das suas atividades, adotando medidas para mitigar impactos negativos e garantir a segurança e o bem-estar de todos. [S1.15] Uma vez que o trabalho forçado e trabalho infantil são regulados nacionalmente em cada geografia onde opera, a Secil considera que não tem operações com um risco significativo de trabalho forçado. [S1.14e | S1.14f | S1.15]

Os riscos e oportunidades materiais identificados na Secil abrangem toda a mão de obra das operações próprias [S1.16] e os impactos materiais identificados no âmbito do tema da mão de obra própria não resultam de planos de transição para reduzir os impactos negativos no ambiente. [S1.14e | S1.14f | S1.15]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA adota uma abordagem estratégica centrada nas pessoas, reconhecendo que o capital humano é um pilar fundamental para a sustentabilidade e competitividade do seu modelo de negócios. A Participada integra de forma sistemática os impactos e oportunidade associados à sua força de trabalho nas suas políticas internas, práticas operacionais e processos de decisão. Esta integração reflete um compromisso contínuo com a responsabilidade social, a valorização dos colaboradores e a criação de valor partilhado.

Os impactos negativos, como os associados ao trabalho por turnos, à falta de diversidade ou aos riscos de acidentes laborais, são geridos através de medidas preventivas e corretivas. Estas incluem programas de saúde e bem-estar, reforço das normas de segurança no trabalho, promoção da inclusão e da diversidade, e criação de canais eficazes para que os colaboradores possam reportar preocupações de forma segura. Ao identificar e mitigar proativamente estes riscos, a ETSA protege não só os seus trabalhadores, mas também a sua resiliência operacional. [S1.13a]

Paralelamente, a ETSA aposta em oportunidades materiais que promovem a motivação, retenção e produtividade dos seus colaboradores. O pagamento de salários atrativos, a atribuição de benefícios não monetários, a aposta na capacitação contínua e a promoção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional fazem parte de uma cultura organizacional sólida e orientada para o desenvolvimento. Estes investimentos não só reforçam a competitividade da participada como posicionam a ETSA como um empregador de referência, capaz de atrair e reter talento num setor exigente. Ao alinhar estas práticas com os seus objetivos estratégicos, a ETSA assegura um crescimento sustentável, baseado no respeito pelas pessoas e na criação de ambientes de trabalho justos, inclusivos e inovadores. [S1.13b]

No universo das empresas da ETSA, a Barna e a Harinas de Andalucía destacam-se por terem os seus colaboradores organizados sob a forma de sindicatos, assegurando mecanismos formais de representação coletiva. Uma vez que estas empresas reconhecem que a sua atividade e modelo de negócio têm um impacto direto nas condições dos colaboradores, promovem reuniões regulares com representantes dos trabalhadores, para negociação de condições de trabalho e benefícios garantindo um ambiente de trabalho assente na dignidade, na igualdade e na transparência.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's reconhece que os impactos reais e potenciais sobre a sua força de trabalho são elementos determinantes na definição da sua estratégia e modelo de negócio. A empresa atua de forma proativa na identificação e gestão desses impactos, assegurando que as suas operações promovem não apenas a eficiência e o crescimento sustentável, mas também a valorização e o bem-estar dos seus colaboradores. A forma como a Triangle's organiza a sua cadeia de valor, estabelece os seus objetivos e estrutura os seus processos tem reflexos diretos nas condições laborais e na qualidade de vida dos trabalhadores. [S1.13a]

A integração dos riscos e oportunidade materiais relacionados com a mão de obra é essencial para garantir a resiliência operacional. Riscos como a falta de qualificação, condições de trabalho inadequadas ou o incumprimento de normas laborais podem comprometer a produtividade, aumentar o absentismo e originar implicações legais ou reputacionais. Em contrapartida, oportunidades como o investimento em formação, a oferta de benefícios (monetários e não monetários), e a promoção de ambientes de trabalho inclusivos contribuem para a satisfação, retenção e motivação dos colaboradores, reforçando a atratividade da Triangle's enquanto empregadora responsável. [S1.13b]

A Participada assegura que todos os trabalhadores materialmente afetados pelas suas atividades, independentemente do seu vínculo contratual, são considerados nas suas práticas e divulgações. Isto inclui trabalhadores assalariados e não assalariados, como trabalhadores subcontratados. [S1.14a]

Os impactos materiais negativos podem ser tanto generalizados como sistémicos ou relacionados com incidentes individuais. Os impactos podem estar ligados a incidentes isolados, como acidentes industriais, falhas em equipamentos de segurança ou derrames, que afetam diretamente os trabalhadores em determinadas operações. No caso da Triangle's, os impactos negativos nas operações próprias estarão relacionados com incidentes individuais. [S1.14b]

As atividades que resultam em impactos materiais positivos podem incluir programas de capacitação, incentivos à saúde e bem-estar, e a criação de um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado. Essas atividades contribuem para melhorar a qualidade de vida no trabalho, a motivação, e a retenção de talento, beneficiando tanto a Triangle's como os seus colaboradores. Os impactos positivos ocorrem onde a Participada está localizada, em Águeda, Borralha, no distrito de Aveiro. [S1.14c]

Riscos materiais para a empresa podem surgir se a força de trabalho não for devidamente qualificada ou se as condições de trabalho não forem seguidas conforme a legislação, o que pode levar a penalizações legais ou a uma redução na produtividade. Por outro lado, as oportunidades materiais incluem a retenção de talentos qualificados, a promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, e a atração de clientes e investidores que valorizam práticas empresariais responsáveis e sustentáveis. [S1.14d]

São também implementadas medidas específicas para proteger grupos mais expostos, como trabalhadores em funções de risco ou localizados em áreas com fraca proteção legal. Adicionalmente, os planos de transição ambiental da Participada consideram o impacto sobre o emprego, prevendo ações de requalificação e apoio sempre que necessário. Esta abordagem garante uma transição justa, alicerçada nos princípios da equidade, e inclusão. [S1.14e | S1.14f | S1.16]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

Os impactos reais e potenciais identificados sobre a força de trabalho da Imedexa estão diretamente ligados à sua estratégia e modelo de negócio, assentes em três pilares fundamentais: qualidade, ambiente e saúde e segurança no trabalho. As ações desenvolvidas nestas áreas visam a prevenção de acidentes e de impactos ambientais, contribuindo para a minimização das respetivas consequências económicas e sociais e reforçando a integração destes temas no núcleo da estratégia empresarial. A identificação e análise contínua dos impactos sobre a força de trabalho desempenham também um papel relevante na adaptação da estratégia e das políticas da Participada. A Imedexa procede a revisões regulares do sistema de conformidade, utilizando a informação recolhida para reajustar prioridades e reforçar os aspetos considerados mais críticos para o cumprimento dos seus objetivos estratégicos, assegurando uma melhoria contínua da sua atuação. [S1.13a]

Todas as pessoas que integram a força de trabalho da Imedexa e que possam ser materialmente impactadas pelas suas operações encontram-se abrangidas pelo âmbito das divulgações da Participada. Os compromissos da Imedexa em matéria ambiental, de saúde e segurança, de Direitos Humanos, combate à corrupção, e igualdade de oportunidades, são comunicados de forma transversal a todos os colaboradores, independentemente da sua função ou categoria profissional. A força de trabalho da Imedexa é composta por colaboradores com contrato permanente e por trabalhadores com vínculo temporário. Uma parte destes trabalhadores temporários é diretamente contratada pela Participada, enquanto outros são disponibilizados por empresas de trabalho temporário, encontrando-se todos sujeitos aos mesmos princípios e práticas em matéria de saúde, segurança e condições de trabalho. [S1.14 | S1.14a]

Os impactos negativos identificados sobre a força de trabalho não apresentam um carácter generalizado ou sistémico, estando associados sobretudo a incidentes pontuais ou a situações que afetam indivíduos ou pequenos grupos. Estes impactos incluem, por exemplo, acidentes de trabalho ou incumprimentos de regras e procedimentos de segurança e saúde ocupacional que podem comprometer o bem-estar dos trabalhadores. Em paralelo, foram identificadas oportunidades relevantes associadas ao investimento na formação dos colaboradores, bem como à avaliação e planeamento do seu desenvolvimento profissional no seio da Imedexa, potenciando o crescimento sustentável da organização. [S1.14b | S1.14d]

Atendendo à natureza das operações da Participada e ao enquadramento legal e regulamentar do país onde exerce a sua atividade (Espanha), não foram identificados riscos significativos associados ao trabalho infantil ou ao trabalho forçado. [S1.14f | S1.14g]

A Imedexa procura desenvolver um conhecimento detalhado dos riscos a que os trabalhadores com determinadas características ou que desempenham funções específicas podem estar expostos. A Participada realiza avaliações de risco individualizadas por função, cujos resultados servem de base à definição de planos de prevenção. Adicionalmente, os trabalhadores com necessidades especiais são identificados e os respetivos postos de trabalho são adaptados, garantindo condições de segurança adequadas e a continuidade do desempenho das suas funções. [S1.15]

SEGMENTO *HOLDINGS*

A Semapa adota uma abordagem estratégica orientada para a valorização do seu capital humano, reconhecendo que os colaboradores são um elemento essencial para a inovação, sustentabilidade e desempenho a longo prazo. A *Holding* integra, na sua visão corporativa, práticas que promovem o bem-estar, o desenvolvimento e a motivação dos seus trabalhadores, refletindo uma cultura organizacional centrada na responsabilidade social, na excelência e no progresso coletivo.

Entre os impactos positivos mais relevantes está o pagamento de salários atrativos, que contribuem diretamente para a satisfação e motivação dos colaboradores. Esta política representa não apenas uma medida de valorização interna, mas também uma oportunidade estratégia para aumentar a retenção e a produtividade, elementos fundamentais para a estabilidade e competitividade do negócio. Paralelamente, a Semapa aposta no equilíbrio entre vida profissional e pessoal como fator diferenciador, promovendo um ambiente saudável que favorece a saúde mental, o bem-estar e o desempenho sustentável dos seus profissionais. [S1.13a | S1.14c]

A capacitação contínua da força de trabalho é outro eixo estruturante da estratégia da Semapa. A empresa investe na formação e na avaliação regular de competências, proporcionando oportunidades de crescimento pessoal e profissional, incluindo mobilidade entre participadas do Grupo, preparando as suas equipas para os desafios do futuro. Esta aposta no desenvolvimento das pessoas garante não só a evolução individual, mas também a capacidade de adaptação e inovação da organização. Ao integrar estes impactos e oportunidades no seu modelo de negócios, a Semapa reforça o seu compromisso com uma gestão responsável, focada na criação de valor sustentável para todos os seus *stakeholders*. [S1.13a | S1.13b | S1.14c]

GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A MÃO DE OBRA PRÓPRIA (S1-1, MDR-P)

Existem políticas comuns a todas as participadas do Grupo Semapa, como a Política de Direitos Humanos e o Código de Ética e Conduta. De forma consistente, todas as Participadas adotam também diretrizes relacionadas com Diversidade, Equidade e Inclusão e com Saúde e Segurança, garantindo condições de trabalho seguras, justas e inclusivas.

Adicionalmente, os canais usados para acompanhar a aplicação das políticas são comuns a todas as Participadas, nomeadamente, o **canal de denúncias** e **estudo do clima organizacional**, com análise regular dos resultados. [S1.24d]

Existem ainda políticas ou compromissos transversais às Participadas, que visam eliminar o assédio e a discriminação, em todas as suas formas, promovendo a igualdade de oportunidades, a diversidade e a inclusão, nomeadamente através das Políticas de Direitos Humanos e de Políticas ou Compromissos para a Diversidade, Equidade e Inclusão. [S1.24 | S1.24b| S1.24a] A Semapa tem compromissos específicos relacionados com a inclusão, assim como uma ação positiva com pessoas dos grupos particularmente expostos a um risco de vulnerabilidade na sua própria mão de obra, fomentando um sentido de pertença, não discriminação, igualdade de género nos diversos níveis de liderança, liberdade de pensamento, equidade entre géneros, e necessidades particulares. [S1.24c]

Adicionalmente, todas as Participadas apresentam políticas ou compromissos relacionados com saúde e segurança, com exceção da *Holding* que apresenta uma taxa de risco reduzida quanto a acidentes de trabalho. Ainda assim, a Semapa *Holding* tem contratualizado um serviço de saúde e segurança a uma empresa externa como forma de cumprir com o compromisso estabelecido com os colaboradores. Anualmente, a *Holding* é auditada com o intuito de monitorizar o cumprimento das medidas corretivas, face ao ano anterior, implementar planos de prevenção (se aplicável), identificar novas situações de não conformidade e definir medidas corretivas, tal como verificar a ocorrência de acidentes de trabalho. [S1.23]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator assume a importância do respeito pelos Direitos Humanos e laborais, bem como o compromisso de valorizar a diversidade, a equidade de género e a inclusão como parte integrante do desenvolvimento global da sua atividade empresarial, através da adoção e implementação de vários instrumentos internos, destacando-se: o **Código de Ética e de Conduta**, a **Política de Direitos Humanos** e o **Plano para a Igualdade de Portugal e Espanha**; e a futura **Política de Remunerações**. No que diz respeito à promoção da segurança e saúde no trabalho, destaca-se a **Política de Prevenção de Acidentes Graves** (PPAG), alinhada com os objetivos estabelecidos na **Política dos Sistemas de Gestão**. A Participada procura, sempre que possível, ajustar e alinhar as suas práticas nas diferentes geografias onde opera, garantindo coerência e alinhamento com os seus princípios e objetivos estratégicos. [S1.20 | S1.23 | S1.24a | S1.24c | S1.24d]

O **Código de Ética e de Conduta** reflete os valores e compromissos que orientam a atuação da Navigator, promovendo a integridade, transparência e responsabilidade. Este Código assegura condições dignas de trabalho aos colaboradores e proíbe expressamente o trabalho infantil e forçado, em alinhamento com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. [ESRS 2.65d | S1.20 | S1.21 | S1.22] É complementado pelo **Código de Conduta para Fornecedores** e pelo **Regulamento Interno e Guias de Boas Práticas para Trabalhadores Ocasionais** e para **Prestadores de Serviços da Portucel Moçambique**. [AR13]

No âmbito da não discriminação, o **Código de Ética e de Conduta** estabelece que os colaboradores não devem atuar de forma discriminatória em relação a outros colaboradores ou a quaisquer pessoas, nomeadamente em função da raça, religião, sexo, orientação sexual, ascendência, idade, idioma, território de origem, convicções políticas ou ideológicas, situação económica, contexto social ou vínculo contratual. Fomenta o respeito pela dignidade humana como um dos princípios basilares da cultura e política seguida pela Navigator, sendo complementado pelo **Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**. [S1.24a]

A Participada compromete-se a respeitar os Direitos Humanos e laborais, implementando medidas para identificar e mitigar riscos e garantir conformidade através de processos de *due diligence*. A **Política de Direitos Humanos** define responsabilidades claras e assegura uma gestão eficiente das atividades relacionadas. Para assegurar a concretização destes compromissos, a política define uma matriz de responsabilidades associada ao seu modelo de governo, que determina as atribuições específicas de cada área, direção e comissão envolvida, e garante uma gestão clara e eficiente das atividades nela previstas. [S1.20 | S1.21 | S1.24d]

A Navigator respeita os princípios da Carta Internacional dos Direitos Humanos, das Linhas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais, das Convenções Fundamentais da OIT e dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, sendo signatária do Guia do CEO sobre Direitos Humanos do WBCSD e BCSD Portugal, em conjunto com outras empresas a nível internacional e nacional. [S1.20 | S1.21 | S1.22 | S1.24c]

A Política de Direitos Humanos, em linha com os princípios estabelecidos no Código de Ética e de Conduta, proíbe expressamente o **trabalho infantil** e o **trabalho forçado** e outras formas de *modern slavery* (onde se inclui o tráfico de seres humanos). Compromete-se, assim, a não empregar mão de obra nestas condições nem a tolerar práticas de exploração laboral. [S1.22] Nesta política é também assumido o compromisso de valorizar a **diversidade, a equidade de género e a inclusão**, como forma de garantir a igualdade de oportunidades no contexto laboral. Este compromisso estende-se a trabalhadores migrantes e a pessoas com deficiência, assegurando a proibição absoluta de qualquer conduta discriminatória na relação com colaboradores e outros trabalhadores.

Tendo como objetivo reforçar a igualdade de género nas suas diferentes dimensões e as práticas da Navigator no âmbito da Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), bem como dar continuidade ao desenvolvimento de políticas facilitadoras da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, foram implementadas várias medidas previstas no **Plano para a Igualdade 2025** e definido o Plano para a Igualdade 2026. [S1.24a]

Documento [S1-19 e ESRS	Plano para a Igualdade
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Tem como principal objetivo promover e garantir condições equitativas dentro da empresa, com o objetivo de eliminar qualquer tipo de discriminação, especialmente no que diz respeito ao género. Além disso, visa criar um ambiente inclusivo que reconheça e valorize a diversidade, proporcionando igualdade de oportunidades para todos os colaboradores.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e tem impacto nos colaboradores, em Portugal.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Comissão Executiva
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Este documento é partilhado com todos os colaboradores, através da Internet.

A Navigator Tissue Ejea tem um Plano para a Igualdade diferente do aplicável às operações em Portugal, em que se garante o cumprimento das obrigações legais de Espanha referentes às dimensões da Diversidade, Equidade e Inclusão.

A Navigator encontra-se a desenvolver a sua **Política de Remuneração**, prevendo-se a sua aprovação durante 2026. Este documento constituirá um instrumento orientador essencial para assegurar práticas remuneratórias consistentes, alinhadas com a estratégia organizacional e com a valorização das pessoas, reforçando a transparência e a coerência interna do modelo de gestão das remunerações. O enquadramento remuneratório assenta num modelo estruturado de roles e grupos organizacionais aplicável aos Quadros, bem como num Plano de Carreiras destinado aos técnicos operacionais, garantindo equidade interna, clareza no desenvolvimento profissional e coerência entre responsabilidades, competências e níveis de enquadramento. A progressão profissional baseia-se na avaliação de desempenho, na aquisição de competências e na evolução do grau de responsabilidade, promovendo a fidelização dos colaboradores e o desenvolvimento contínuo das equipas.

O Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) da Navigator rege-se pela ISO 45001 e abrange colaboradores internos e externos. Sistematiza o compromisso em proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável, que é complementado pela sua Política de Prevenção de Acidentes Graves (PPAG), que aborda a gestão de riscos associados ao manuseamento de substâncias perigosas. A interligação entre estes instrumentos fundamenta-se no compromisso de melhoria contínua, com a saúde e segurança dos colaboradores e garantindo a proteção das comunidades e ambiente. [S1.23]

Através da **Política de Sistemas de Gestão**, a Navigator compromete-se a criar valor partilhado com a sociedade, promovendo a qualidade, a sustentabilidade, a segurança e a inovação nas suas operações, e garantindo o cumprimento das obrigações legais e éticas, numa perspetiva de melhoria contínua e desenvolvimento sustentável. Enquanto compromissos assumidos e com impacto nos colaboradores, salientam-se:

– Proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e doenças relacionadas com o trabalho, seguindo os princípios de melhoria contínua;

– Assumir práticas de responsabilidade social, particularmente em favor dos colaboradores e das comunidades locais onde exercem as suas atividades industriais e florestais;

– Promover consulta e participação dos Trabalhadores, bem como o seu desenvolvimento pessoal e profissional, encorajando a iniciativa, a inovação, a produtividade e o empenho na concretização dos objetivos.

A **Política de Prevenção de Acidentes Graves** (PPAG) aborda a gestão de riscos associados ao manuseamento de substâncias perigosas, assegurando: [S1.23]

– Proteção da saúde humana e do ambiente através de sistemas robustos de controlo e gestão de perigos;

– Operacionalidade do Plano de Emergência Interno, em articulação com entidades externas, para garantir uma resposta eficaz a situações de risco;

– Revisão periódica do sistema de gestão para incorporar aprendizagens e manter a eficácia.

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Política de Prevenção de Acidentes Graves
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Destaca o compromisso com a prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, promovendo a melhoria contínua, o cumprimento de requisitos legais, a segurança das operações, a formação das partes interessadas e a proteção da saúde humana e do ambiente.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações industriais próprias, em Portugal e Espanha, e tem impacto nos colaboradores, stakeholders (essencialmente prestadores de serviços e colaboradores externos) e comunidades locais.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Comissão Executiva
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Este documento é comunicado a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através dos sites de Intranet e Internet. É também afixado nos locais de trabalho.

De referir, também, a Estratégia para a Saúde e Segurança “Missão Zero” da Navigator, no âmbito da qual foram identificadas e implementadas diversas ações. Adicionalmente está a ser desenvolvida uma **Política de Saúde e Bem-estar** [ESRS 2.62], que estabelecerá diretrizes para reforçar o bem-estar dos colaboradores.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65 a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Ética e de Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Sistemas de Gestão: Cap. 4.1.2.5.

SEGMENTO CIMENTO

Na Secil, existe um conjunto de políticas relacionadas com a mão de obra própria, das quais se revelam a **Política de Direitos Humanos**, o **Código de Conduta**, a **Política de Sustentabilidade**, a **Política de Envolvimento com *Stakeholders*** e a **Política de Saúde e Segurança**, que é aplicável de forma transversal à Participada, para todas as geografias onde opera. Existem ainda políticas específicas de dada geografia, como a Política de *Flexwork*, aplicável em Portugal. [ESRS 2.65b]

Na definição da Política de Saúde e Segurança, foram envolvidos vários *stakeholders* internos de todas as geografias. Foi também consultada a área jurídica e os técnicos em matéria de saúde e segurança. [ESRS 2.65e]

A Política de Saúde e Segurança da Secil reflete, de forma clara, o compromisso em alcançar zero danos para os seus trabalhadores, contratados e comunidades. Faz parte da estratégia da Participada de prevenção de acidentes de trabalho e dá resposta aos IRO identificados neste âmbito. [ESRS 2.23 | ESRS 2.65d]

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Política de Saúde e Segurança
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Assenta em 5 pilares: Liderança, Segurança Operacional, Sistemas de Gestão, Comunicação e Formação. Ambiciona o mais alto nível de consciência, promovendo a melhoria contínua dos seus processos, através da implementação de um sistema de gestão efetivo e de uma forte liderança. No compromisso com zero danos para os colaboradores, contratados e comunidades, todos os colaboradores são formados para desempenhar o seu trabalho da forma mais segura, em que há uma responsabilização de cada pessoa pela adoção de um comportamento seguro em todas as atividades.
Âmbito [ESRS2.65b]	Abrange toda a cadeia de valor, com impacto nos membros dos órgãos sociais, membros de comissões, colaboradores da Secil e representantes. Cobre todas as geografias e áreas de negócio.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CEO da Secil e das respetivas Geografias (Country CEO)
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Norma da Saúde e Segurança ISO 45001
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos os colaboradores, empreiteiros e subcontratados, gestores e supervisores, clientes, fornecedores, sindicatos, comunidades locais e, através da publicação no website.

A Secil fez ainda adaptações no ambiente físico alinhadas com o compromisso assumido de promover um ambiente inclusivo e seguro para todas as pessoas. [AR17d]

A Política de Direitos Humanos da Secil estabelece um compromisso sólido e claro com os Direitos Humanos, em linha com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, com a Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e com as Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais. [S1.20; S1.21]

A Secil adota uma abordagem de tolerância zero para com qualquer forma de discriminação, seja devida a origem étnica e racial, cor, sexo, orientação sexual, identidade de género, deficiência, idade, convicções políticas, nacionalidade, origem social ou outra. Orienta a sua atuação em conformidade com a legislação e regulamentação aplicável, garantindo este respeito pelos Direitos Humanos e laborais em todas as operações da Secil. [S1.24b] Compromete-se ainda a garantir igualdade de oportunidades para todos os colaboradores. [S1.24a]

Existem mecanismos específicos para garantir que a discriminação é evitada [S1.24d], detetada e corrigida, como formação regular sobre assédio no trabalho, ou ações de sensibilização sobre as temáticas em questão. Adicionalmente, a Secil compromete-se a monitorizar continuamente o impacto das suas práticas de diversidade, inclusão e combate à discriminação, garantindo que os seus princípios são respeitados. [S1.24d]

É garantida a deteção dos casos, através da disponibilização do seu **Canal de Integridade**, onde qualquer colaborador pode denunciar, de forma confidencial e segura, eventuais situações de discriminação ou assédio. A sua correção é assegurada pela investigação séria e imparcial da totalidade das denúncias, garantindo proteção à vítima e a aplicação de medidas corretivas e de remediação, sempre que necessário. [S1.24d]

Nesta política são endereçados explicitamente os temas de tráfico de seres humanos, o trabalho forçado ou obrigatório e o trabalho infantil, garantindo que essas práticas não são toleradas em nenhuma parte da sua cadeia de valor. [S1.22]

A Secil tem compromissos específicos relacionados com a inclusão e/ou uma ação positiva para pessoas de grupos particularmente expostos a um risco de vulnerabilidade na sua própria mão de obra. Destaca-se ainda a subscrição da versão portuguesa do Guia do CEO para os Direitos Humanos do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), onde é assumido o compromisso com a promoção das questões dos direitos humanos nas suas operações e cadeias de valor.

É assegurado ainda a existência de liberdade de associação e negociação coletiva, reconhecendo a importância de diálogo construtivo entre todas as partes; de diversidade e igualdade de oportunidades, com promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, seguro e saudável, tanto a nível físico como psicológico, proporcionando formação contínua e acesso a regimes de proteção social. A Participada rejeita qualquer tipo de trabalho infantil e forçado, cumprindo integralmente as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e assegura o respeito pelas comunidades dos locais onde opera, adotando medidas para minimizar impactos negativos e promover o seu desenvolvimento sustentável. [S1.24c]

A Secil expressa a importância da integridade, ética, responsabilidade e honestidade no desenrolar dos seus negócios e atividades, que engloba todas as geografias onde opera, e que se traduzem ainda num conjunto de Políticas, mecanismos e instrumentos, que visam garantir esta transparência e integridade das práticas da Secil e a internalização dos valores da ética empresarial a todos os níveis e por todos os colaboradores da Secil, como o **Código de Conduta**.

A sua Política de Envolvimento com *Stakeholders* fomenta a comunicação aberta entre as partes, para proporcionar um ambiente justo e seguro. Esta política pretende evidenciar o reconhecimento e compromisso com os respetivos *stakeholders*. A sua auscultação para a definição da forma de gestão da atividade da Secil constitui um princípio estruturante da sua atividade e permite um envolvimento crescente dos diferentes atores impactados pelas operações.

A Política de Sustentabilidade, dirigida às operações próprias e a montante, para todo o ecossistema Secil, [ESRS 2.65e], impacta empregados, empreiteiros e subcontratados, entidades reguladoras, entidades financeiras, clientes, investidores e acionistas, fornecedores, sindicatos e comunidades locais [ESRS 2.65b]. Pretende traduzir a estratégia da Secil em matéria de sustentabilidade e dar resposta a um conjunto de normas e iniciativas que a Secil se compromete a respeitar, nomeadamente: Compromissos com associações do setor, como a GCCA, a Cembureau, a ATIC, cumprimento das Normas NP EN 14001; EMAS, NP EN 18001.

A Política de *Flexwork*, aplicável apenas em Portugal, reforça o compromisso com modelos de trabalho mais equilibrados, modernos e centrados nas pessoas. Esta política estabelece um enquadramento claro e consistente para práticas de flexibilidade, promovendo uma melhor gestão do tempo, maior autonomia e um equilíbrio mais saudável entre vida pessoal e profissional. Ao institucionalizar esta abordagem, a Secil reforça a ambição de construir um ambiente de trabalho resiliente, atrativo e preparado para os desafios do futuro, onde o bem-estar e a produtividade coexistem de forma sustentável.

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Política de Flexwork
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Visa promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, inspirado na norma de bem-estar e felicidade organizacional.
Âmbito [ESRS2.65b]	Abrange os colaboradores e respetivas famílias, em Portugal.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção de Recursos Humanos
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada aos colaboradores por e-mail.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Ética e Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política Envolvimento com *Stakeholders*: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Sustentabilidade: Cap. 4.1.2.2.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA tem como objetivo a prossecução a longo prazo de um negócio rentável ao longo da sua cadeia de valor e operações próprias, de um modo ético e responsável, tendo em consideração fatores humanos e sociais.

A Participada promove uma política de compromisso com os colaboradores que inclui:

– Respeito pelos direitos laborais, nomeadamente no que concerne a rejeição de qualquer forma de trabalho forçado e trabalho infantil;
– Pleno respeito pelo direito de associação e representação;
– Promoção da prevenção, saúde e segurança de todos os colaboradores, bem como o seu bem-estar físico e psicológico;
– Programas de formação contínua que permitam a cada colaborador explorar o seu potencial;
– Acompanhamento e preparação dos colaboradores para adaptação às exigências dos postos de trabalho do futuro.

A ETSA aborda igualmente as questões de assédio no trabalho, através do seu **Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**, reforçando o compromisso com um ambiente laboral seguro e respeitador.

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Cumprimento de um dever de adoção de medidas e diretivas de prevenção, combate e reação a práticas de assédio no local de trabalho, com vista à eliminação de todo e qualquer comportamento suscetível de ser considerado como assédio.
Âmbito [ESRS2.65b]	Aplicável, integralmente, a todos os colaboradores da empresa, independentemente da categoria profissional e funções exercidas, posição hierárquica, tipo de vínculo ou qualquer outra condição. É igualmente aplicável a qualquer empresa da ETSA, em relação societária de domínio ou com estruturas organizativas comuns.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada no website da ETSA.

A ETSA respeita os Direitos Humanos universais, conforme definidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, nas suas operações e promove a sua implementação na sua esfera de influência. [S1.20 |S1.21]

À semelhança das restantes Participadas do Grupo, a ETSA assume compromissos específicos em matéria de Direitos Humanos que são essenciais para os trabalhadores da cadeia de valor. Esses compromissos incluem: rejeição do trabalho infantil e proteção de jovens trabalhadores, proibição do trabalho forçado e da escravatura moderna, combate ao assédio e à discriminação, investimento em formação e desenvolvimento, respeito pela liberdade de associação e contratação coletiva, bem como a salvaguarda da segurança e saúde no trabalho. [AR13]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Conduta para Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação dos Critérios para uma Atuação Sustentável: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's compromete-se com os direitos humanos, refletindo-se nas suas práticas empresariais, políticas internas e na relação com os seus trabalhadores. Seguindo os princípios da ONU, da OIT e da OCDE, implementa processos de monitorização e conformidade para garantir que os direitos humanos e laborais sejam respeitados. [S1.20 | S1.21]

Adicionalmente, a Participada realizou um estudo de todos os postos de trabalho para compreender não só quais os postos que podem ser exercidos por pessoas com algum tipo de limitação/deficiência, mas também como podem ser adaptados para se tornarem mais inclusivos. Nas suas novas infraestruturas e na remodelação das atuais, estão a ser tidas em conta todas as questões de saúde e segurança dos trabalhadores e visitantes (com e sem deficiência). [AR17d | AR17e]

A Triangle's assegura ainda, através das suas políticas, condições de trabalho justas, segurança e igualdade de tratamento, incluindo a não discriminação, a liberdade sindical, a igualdade salarial, o direito ao descanso e a proteção contra abusos como o trabalho forçado ou infantil. Estas políticas estão alinhadas com os instrumentos internacionais reconhecidos, incluindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. A Participada promove também uma cultura de diálogo aberto, permitindo que os trabalhadores expressem as suas preocupações de forma segura. Quando identifica impactos negativos nos Direitos Humanos, toma medidas proativas para os corrigir, oferecendo compensações ou ajustes nas suas políticas de trabalho. Além disso, disponibiliza mecanismos de denúncia confidenciais para garantir a proteção dos trabalhadores.

A Triangle's aborda também a prevenção e o combate ao assédio no trabalho, orientando-se pelo respetivo Código de Boa Conduta, que assegura padrões de respeito e segurança no local de trabalho. [S1.20 | S1.21 | S1.22 | S1.23]

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Reforço do compromisso da Participada com a prevenção e combate à prática de assédio, prevendo regras específicas com o objetivo de promover a prevenção e combate de todo e qualquer tipo de assédio no local de trabalho, sem prejuízo de outras normas de conduta aplicáveis aos mesmos.
Âmbito [ESRS2.65b]	Aplicável, integralmente, a todos os colaboradores da Triangle's.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Comissão Executiva
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada no website da Triangle's

Na definição destas políticas foram envolvidos acionistas, prestadores de serviços (advogados) e trabalhadores internos. [ESRS 2.65e]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos e Condições de Trabalho: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Privacidade: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

No âmbito do seu compromisso com os direitos humanos aplicáveis à sua força de trabalho, a Imedexa adotou uma **Política de Direitos Humanos** que estabelece princípios claros de atuação e mecanismos orientadores para garantir o respeito pelos direitos fundamentais no contexto laboral. A Participada assume como prioridade a erradicação de todas as formas de trabalho infantil, bem como a eliminação de qualquer situação de exploração ou trabalho forçado. Estes compromissos são reforçados por políticas específicas de não discriminação e igualdade, que abordam de forma transversal vários dos temas mencionados e promovem a igualdade de oportunidades no local de trabalho. [S1.20]

A abordagem da Imedexa assenta igualmente na promoção da liberdade de associação e do direito à sindicalização, bem como no reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. A Participada compromete-se a assegurar condições de trabalho seguras e saudáveis, promovendo a proteção da saúde e da segurança dos seus trabalhadores, e a garantir uma remuneração justa e equitativa que permita um nível de vida digno, em linha com os princípios do trabalho digno. [S1.20]

A Política de Direitos Humanos da Imedexa encontra-se alinhada com instrumentos internacionais amplamente reconhecidos, designadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e os respetivos Pactos Internacionais sobre os Direitos Civis e Políticos e sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, bem como com a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Este enquadramento reflete o compromisso da Participada com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e orienta a sua atuação no que respeita à prevenção de impactos negativos e à promoção de práticas laborais responsáveis. [S1.21]

O **Código de Ética** e a **Política de Direitos Humanos** abordam explicitamente a proibição do tráfico de seres humanos, do trabalho forçado ou obrigatório e do trabalho infantil, reforçando uma abordagem de tolerância zero relativamente a estas matérias. A Participada dispõe ainda de procedimentos documentados para a gestão de acidentes e incidentes de trabalho, enquadrados numa **Política de Qualidade, Ambiente, e Saúde e Segurança**, que evidencia o seu compromisso contínuo com a prevenção de acidentes e a melhoria das condições de segurança no local de trabalho. [S1.22 | S1.23]

Adicionalmente, a Imedexa desenvolveu a **Política de Não Discriminação** e a **Política de Igualdade**, ambas destinadas a eliminar a discriminação relativamente à origem racial e étnica, cor, sexo, orientação sexual, identidade de género, deficiência, idade, religião, opinião política, origem nacional ou social, ou outras formas de discriminação abrangidas pela regulamentação da União Europeia e pela legislação nacional, incluindo o assédio. A Política tem também como objetivo promover a igualdade de oportunidades e outras formas de promover a diversidade e a inclusão. [S1.24a | S1.24b]

No que diz respeito a compromissos específicos em matéria de inclusão ou de ações positivas dirigidas a grupos da força de trabalho em situação de maior vulnerabilidade, a Participada não dispõe, à data, de compromissos formais específicos nesse domínio. [S1.24c] No que se refere à implementação das políticas através de procedimentos específicos destinados a prevenir, mitigar e tratar situações de discriminação, bem como a promover a diversidade e a inclusão de forma geral, a Imedexa encontra-se ainda em fase de desenvolvimento de procedimentos dedicados para operacionalizar esses princípios. Estes procedimentos visam reforçar a aplicação efetiva da política, assegurando mecanismos adequados de prevenção e atuação, bem como a promoção progressiva de um ambiente de trabalho inclusivo. [S1.24d]

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Política de Não Discriminação
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estipula uma política de tolerância zero relativamente a qualquer situação ou ato de discriminação com base na raça, cor, religião, língua, sexo, nacionalidade, origem étnica ou social, deficiência, idade, características genéticas, opiniões políticas ou outras, pertença a um grupo minoritário, propriedade, nascimento ou orientação sexual.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias da Imedexa, nomeadamente em Espanha, afetando colaboradores.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CEO
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	A disponibilização da política encontra-se em desenvolvimento.

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Política de Igualdade
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelece a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres na Imedexa, sem qualquer discriminação direta ou indireta com base no sexo. Consagra a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres como um princípio estratégico da Participada.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias da Imedexa, nomeadamente em Espanha, afetando colaboradores.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CEO
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	A disponibilização da política encontra-se em desenvolvimento.

A definição das políticas mencionadas envolveu a consulta das várias partes interessadas, nomeadamente de colaboradores internos da Participada, de clientes e de fornecedores. [ESRS 2.65e]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Ética: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO *HOLDINGS*

A Semapa cumpre rigorosamente a legislação e regulamentação aplicável, assumindo um compromisso firme com a implementação de boas práticas de governo societário. A Participada atua de forma a respeitar integralmente os direitos humanos, incluindo os direitos laborais, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente junto dos seus trabalhadores, colaboradores, parceiros, fornecedores, clientes, demais contrapartes e comunidades locais.

A Semapa não recorre, sob qualquer forma, ao trabalho infantil ou ao trabalho forçado ou coercivo, privilegiando o respeito pela liberdade de associação dos trabalhadores e pelo direito à negociação coletiva. A empresa reconhece a importância de manter um diálogo construtivo e benéfico entre todas as partes envolvidas, promovendo a dignidade e o respeito pelo ser humano no contexto laboral. Nesse sentido, não tolera práticas discriminatórias com base na raça, religião, sexo, orientação sexual, deficiência, idade, nacionalidade, convicções políticas ou situação económica ou social. Valoriza a diversidade, a igualdade de género e a inclusão, como formas de garantir uma verdadeira igualdade de oportunidades, especialmente no que respeita às pessoas com deficiência. A Semapa rejeita também todas as formas de assédio, abuso e violência no ambiente de trabalho, adotando uma postura firme contra qualquer comportamento que tenha o objetivo ou efeito de humilhar, ameaçar ou intimidar os colaboradores.

A *Holding* compromete-se a proporcionar acesso a um emprego digno, garantindo aos seus trabalhadores um ambiente de trabalho seguro e saudável, tanto do ponto de vista físico como psicológico. Garante ainda uma remuneração justa e equitativa, o desenvolvimento pessoal e a formação contínua, o respeito pela privacidade dos dados pessoais, o cumprimento dos tempos de descanso, o acesso a regimes de proteção social aplicáveis, o respeito pelo direito à parentalidade e incentiva a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

A Semapa respeita os Direitos Humanos em todas as comunidades locais onde está presente, adotando medidas para minimizar eventuais impactos negativos das suas atividades, atendendo sempre aos valores, cultura e tradições dessas comunidades, o que se reflete na sua Política de Direitos Humanos, que abrange toda a cadeia de valor. [S1.20 | S1.21 | S1.22]

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Política de Mobilidade Interna
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	A Política de Mobilidade Interna da Semapa, que inclui mobilidade temporária e mobilidade permanente, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores, incentivando a progressão de carreira dentro do Grupo. Esta política visa reforçar a retenção de talento e potenciar a partilha de conhecimento entre diferentes áreas de negócio. Através da mobilidade interna, a Semapa procura alinhar as competências e aspirações dos colaboradores com as necessidades estratégicas das suas empresas, fomentando uma cultura de crescimento contínuo, colaboração e valorização do capital humano.
Âmbito [ESRS2.65b]	Aplica-se a montante, operações próprias e a jusante, em todas as geografias e aos trabalhadores da Semapa.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível na plataforma de mobilidade

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Compromisso para a Diversidade, Equidade e Inclusão
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Visa a inclusão de membros com habilitações académicas distintas e experiência profissional em áreas diversas, adequadas e relevantes para o exercício do cargo a desempenhar; a promoção da diversidade de género; a inclusão de membros de idades diversas, combinando experiências adquiridas com novas perspetivas; a inclusão de membros com vivencias ou origens geográficas diversas.
Âmbito [ESRS2.65b]	Aplica-se a montante, operações próprias e a jusante, em todas as geografias, mas ajustada às especificidades das mesmas e aos trabalhadores da Semapa.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Administrador-Delegado
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível na plataforma de mobilidade.

Documento [S1-19 e ESRS 2.65a]	Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Institui regras especificas com o objetivo de reforçar a prevenção e combate de todo e qualquer tipo de assédio no local de trabalho, em cumprimento da Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, que veio alterar o artigo 127.o do Código do Trabalho, o qual passou a impor como dever do empregador a adoção de códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, sempre que a empresa tenha sete ou mais trabalhadores.
Âmbito [ESRS2.65b]	Aplica-se a operações próprias, no local de trabalho (Grupo Semapa), e aos trabalhadores do Grupo Semapa.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível no site da Semapa

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Ética e Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.

PROCESSOS PARA DIALOGAR COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA E OS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES SOBRE IMPACTOS (S1-2)

No âmbito da gestão dos impactos materiais sobre a sua mão de obra própria, o Grupo Semapa tem vindo a integrar as perspetivas dos seus colaboradores nas decisões e atividades relacionadas com a melhoria do ambiente de trabalho. Em 2023, foi implementado o **Estudo de Clima Organizacional do Grupo Semapa**, com o objetivo de avaliar diversos impactos nos seus colaboradores. Este estudo, que se repetiu em 2025 e que se prevê realizar a cada dois anos, permite identificar os fatores com maior severidade e implementar processos de melhoria contínua, contribuindo assim para a gestão eficaz dos impactos materiais reais e potenciais, sobre a própria mão de obra do Grupo Semapa. Este procedimento é transversal às subsidiárias. [S1.27; S1.27b]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

O **diálogo social aberto e transparente** sempre foi uma preocupação para a Navigator e tem sido reforçado, nos últimos anos, através da promoção de uma comunicação regular com as diferentes estruturas representativas dos trabalhadores, com o objetivo de estabelecer uma maior proximidade e, consequentemente, a concretização dos objetivos preconizados por ambas as partes da relação laboral. [S1.27a] Assim, não só tem sido criada uma proximidade entre estas estruturas e as diferentes áreas operacionais e a Direção de Recursos Humanos (RH) da Navigator, como tem sido igualmente estimulado o diálogo direto com a própria Comissão Executiva, além do Administrador com o pelouro dos RH. [S1.27]

Exemplo desse tipo de iniciativas é o **Fórum Laboral**, que conta com a presença da Comissão Executiva e das **Organizações Representativas de Trabalhadores (ORT)** de todos os sites e áreas de negócio da Navigator, assim como com todos os Diretores Industriais, Direção de Recursos Humanos, Direção dos Serviços Jurídicos e de Segurança. Nesse fórum é partilhada uma perspetiva de evolução dos diferentes negócios, desafios atuais e futuros e evolução do contexto mundial. São debatidas questões ligadas aos temas laborais de interesse dos trabalhadores. Refira-se que o diálogo social tem sido evidenciado no âmbito dos processos negociais laborais, do qual decorreu um acordo plurianual, que abrangeu o período de 2022 a 2023 e a sua renegociação para 2024/2025. [S1.27] Atualmente, a Participada encontra-se em negociação com as ORT para a definição de acordos a vigorar em 2026. [S1.27]

Além da celebração de acordos negociais atípicos, foram igualmente alterados os seguintes instrumentos de regulamentação coletiva: [S1.27a]

– Acordo da Navigator celebrado com a Fetese (períodos 2022/2023 e 2024/2025);
– Acordo da Navigator celebrado com a Fiequimetal (período 2022/2023);
– Acordos coletivos da Navigator Tissue Ródão e da Navigator Tissue Aveiro, celebrados com as estruturas sindicais Fiequimetal e Fetese (período 2022/2023).

Relativamente a Espanha, após o necessário período da integração na Navigator, foi igualmente iniciado um profícuo diálogo social com os trabalhadores, o qual culminou com a celebração de um acordo de regulação das condições laborais na Navigator Tissue Ejea, respeitante ao período de 2025 a 2027.

São mantidos encontros regulares com as ORT, através de reuniões mensais ou bimensais, em todas as suas unidades fabris, promovidos pelas Direções fabris e Direção de Recursos Humanos. Nestes encontros, são abordados temas ligados à evolução dos negócios, segurança das instalações e pessoas, até às diversas temáticas de recursos humanos, como os planos de carreira, horários de trabalho, benefícios sociais, negociações laborais, entre outros. [S1.27b]

Em Moçambique, a Navigator realiza anualmente encontros com os trabalhadores e prestadores de serviços, durante os quais comunica o progresso do projeto e recolhe as opiniões dos colaboradores. Além dessas reuniões gerais, organiza também encontros com as segundas linhas de gestão, com o objetivo de discutir de forma inclusiva temas relevantes para o projeto. [S1.27a] A responsabilidade por assegurar este diálogo é do Administrador-Delegado. [S1.27c] Estes encontros mantêm-se. Porém, em 2025, não foi possível realizá-los devido à situação política do país, marcada pela contestação dos resultados das eleições autárquicas e presidenciais, que colocou Moçambique em estado de alerta e impôs limitações às deslocações, em virtude das manifestações que ocorreram em diversas regiões do território.

Relativamente às medidas específicas que a Navigator toma para conhecer as perspetivas dos trabalhadores mais vulneráveis e/ou marginalizados, é dado cumprimento ao normativo legal. [S1.28] Em particular, o tema dos trabalhadores com deficiência está a ser acompanhado no âmbito de um projeto que se encontra em desenvolvimento. [S1.28]

Em matéria de saúde e segurança no trabalho (SST), no âmbito da consulta aos trabalhadores, as respostas recolhidas são analisadas e integradas no plano de trabalho do ano seguinte. Em 2025, foi realizada um levantamento de registos de quase--acidentes, com o objetivo de compreender os motivos pelos quais estes incidentes não são reportados. As condições inseguras reportadas são acompanhadas semanalmente nos comités locais de segurança até à sua resolução, sendo a informação também consolidada mensalmente e partilhada com os responsáveis das respetivas áreas para monitorização.

A eficácia do diálogo pode ser avaliada através da taxa de *turnover* voluntária, uma das formas de evidenciar a satisfação dos colaboradores por trabalharem na Navigator. [S1.27e]

Também vigora um Canal de Denúncias, que permite comunicar todo o tipo de irregularidades e infrações, e são consultados regularmente os trabalhadores através de estudos de clima organizacional. [S1.27]

SEGMENTO CIMENTO

A Secil valoriza as perspetivas dos seus colaboradores e integra ativamente as suas contribuições nas decisões e atividades destinadas a gerir os impactos materiais reais sobre a sua força de trabalho. Este compromisso é evidenciado através de diversas práticas e políticas que promovem a comunicação bidirecional e o envolvimento dos colaboradores nos processos decisórios.

A comunicação próxima com as equipas é alcançada através de mecanismos de comunicação interna como estudos de clima, *newsletters* destinadas a líderes (InfoLeader), ecrãs informativos, *newsletters* globais e locais, e *Town Hall Meetings* trimestrais. Adicionalmente a sua Política de Sustentabilidade e envolvimento de *stakeholders* abrange outros formatos de comunicação, que visam fomentar a criação de valor nas comunidades onde atua. Embora não existam indicações de acordos-quadro de âmbito mundial, a Participada tem celebrado acordos específicos que promovem o bem-estar dos seus colaboradores e refletem a integração das perspetivas dos trabalhadores nas decisões. [S1.27a | S1.27c | S1.27d | S1.27e]

Foram implementados mecanismos para avaliar a eficácia da interação com os colaboradores, garantindo que as perspetivas da sua força de trabalho influenciam as decisões e atividades da Secil, como os planos de ação decorrentes das pesquisas de clima organizacional, o acompanhamento do *target* do eNPS (*employee Net Promoter Score*), ou o Processo de Diálogo Sistemático com *Stakeholders*. Nos compromissos para 2020-2030, a Secil tem como meta implementar um processo de diálogo sistematizado com os vários grupos de partes interessadas, incluindo os colaboradores. Este compromisso visa assegurar que as opiniões e preocupações dos trabalhadores são regularmente recolhidas e consideradas nas decisões empresariais.

Adicionalmente, é feita uma avaliação contínua e melhoria do diálogo social, que resulta do reconhecimento da importância de monitorizar e melhorar continuamente a eficácia deste diálogo e que materializa o compromisso Secil no alinhamento com as melhores práticas internacionais, que recomendam avaliações regulares do impacto das instituições de diálogo social nas decisões socioeconómicas, que refletem a abordagem proativa neste âmbito da avaliação e melhoria contínua da eficácia do diálogo com os colaboradores. [S1.27e | S1.28]

A Secil procura compreender as perspetivas dos seus colaboradores, incluindo aqueles que podem ser particularmente vulneráveis ou marginalizados. Implementa diversas medidas para assegurar que as vozes de todos os colaboradores são ouvidas e consideradas nas suas decisões e atividades, nomeadamente através da função especifica de *Human Resources Business Partners* (HRBP's), que garante proximidade com os líderes e respetivas equipas. [S1.28]

Existem outras práticas promotoras da comunicação bilateral e na integração de pontos de vista dos colaboradores, nomeadamente aqueles que se encontrem em situações de vulnerabilidade:

– Comunicação Interna e Participação Ativa – A Secil promove a comunicação interna, reconhecendo a diversidade geográfica e cultural das suas equipas. A Participada utiliza múltiplos canais para garantir que todos os colaboradores, independentemente da sua localização ou função, têm acesso à informação e oportunidades de participação. Isto inclui newsletters, ecrãs informativos, reuniões presenciais e sessões de formação. Estas iniciativas permitem que os colaboradores partilhem as suas opiniões e preocupações, contribuindo para as decisões da Participada.

– RH proximidade – Sessões explicativas e abertas a dúvidas dos colaboradores, todos os meses e nos respetivos *sites* de operações da Participada em Portugal. [S1.28]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA tem uma cultura organizacional centrada na valorização dos seus colaboradores, reconhecendo que o sucesso da empresa depende diretamente do empenho e bem-estar das suas equipas. Nesse sentido, realiza avaliações de desempenho regulares que não só permitem monitorizar o progresso individual, como também identificar oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional. Este processo é fundamental para garantir que os objetivos estratégicos da Participada estão alinhados com as competências e motivações dos seus colaboradores.

Para além da vertente avaliativa, a ETSA aposta na criação de canais de comunicação abertos e eficazes entre a gestão e os trabalhadores. Este diálogo é essencial para promover um ambiente de trabalho colaborativo, transparente e inclusivo, onde cada pessoa se sente ouvida e valorizada. [S1.27a | S1.27b]

No contexto deste compromisso, destacam-se a Barna e a Harinas de Andalucía, que são as empresas do universo ETSA com trabalhadores organizados sob a forma de sindicatos, assegurando mecanismos formais de representação coletiva. O diálogo social aberto e transparente é uma prioridade para estas empresas, sendo reforçado através da promoção de uma comunicação regular com as estruturas representativas dos trabalhadores, com o objetivo de estabelecer maior proximidade e concretizar os objetivos definidos por ambas as partes da relação laboral. [S1.27a]

Ao integrar a responsabilidade social na sua estratégia, a ETSA reforça o seu papel enquanto agente ativo no desenvolvimento dos seus colaboradores e na promoção de condições laborais justas. As avaliações de desempenho e o diálogo são reflexo desta visão, pois permitem identificar áreas de melhoria e reforçar políticas internas que respeitam os direitos, a dignidade e as aspirações dos seus colaboradores. [S1.27a | S1.27b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

Na Triangle's, o diálogo ocorre diretamente com a própria mão de obra, uma vez que não existe representante de trabalhadores ou sindicatos na Participada. As perspetivas da mão de obra própria têm um papel fundamental nas decisões e atividades da Participada, especialmente no que diz respeito à gestão dos impactos materiais sobre os seus trabalhadores. A Triangle's reconhece a importância de envolver os trabalhadores, ouvindo as suas preocupações e sugestões, para garantir que os impactos sobre a mão de obra sejam minimizados e geridos de forma eficaz.

Existem várias práticas para garantir que as perspetivas dos trabalhadores influenciam as suas decisões: [S1.27]

– Consultas e Diálogo com os Trabalhadores – A Participada mantém canais de comunicação abertos e regulares com os seus colaboradores, como reuniões periódicas, inquéritos de satisfação e fóruns de discussão. Estes mecanismos permitem que os colaboradores partilhem as suas preocupações, identifiquem potenciais riscos ou problemas e sugiram soluções para melhorar as condições de trabalho;

– Participação em Processos de Tomada de Decisão – As perspetivas dos colaboradores são integradas nos processos de tomada de decisão, especialmente em áreas relacionadas com a segurança no trabalho, bem-estar e saúde ocupacional. A Participada envolve os colaboradores, procurando que as suas opiniões e experiências possam ser consideradas na gestão dos impactos materiais (ex.: teste ao calçado de proteção e preferência de escolha entre quatro modelos);

– Avaliação de Impactos e Medidas Corretivas – A Triangle's realiza avaliações e auditorias regulares para identificar e avaliar os impactos reais e potenciais sobre a sua mão de obra, utilizando as contribuições dos próprios trabalhadores para aperfeiçoar os processos. Caso se identifiquem impactos negativos, as perspetivas dos trabalhadores são utilizadas para desenvolver medidas corretivas adequadas, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho;

– Formação e Sensibilização – A Participada oferece programas de formação contínuos aos trabalhadores, abordando questões de segurança e saúde no trabalho, ambiente, entre outros com o propósito de informar e incluir o *feedback* dos trabalhadores para ajustar o conteúdo e a abordagem desses programas. A participação ativa dos trabalhadores na formação também os capacita a ajudar na identificação e gestão de riscos.

Desta forma, a Triangle's assegura que as perspetivas da sua mão de obra não só contribuem para a melhoria das condições de trabalho, mas também influenciam diretamente as decisões estratégicas e operacionais, garantindo que os impactos materiais sejam geridos eficazmente. Este diálogo é planeado, implementado e monitorizado, incluindo reuniões presenciais e virtuais, pelo menos duas a três vezes por ano. A responsabilidade de assegurar que o diálogo com a mão de obra ocorre de forma eficaz recai principalmente sobre a Direção Executiva de Pessoas e Sustentabilidade que coordena as políticas de comunicação interna. [S1.27 | S1.27a | S1.27b | S1.27c]

A Participada possui também acordos-quadro mundiais com os representantes dos trabalhadores, que incluem compromissos com o respeito pelos direitos humanos da sua mão de obra. Estes acordos permitem à Triangle's estabelecer uma plataforma formal através da qual as perspetivas dos trabalhadores sejam regularmente partilhadas. Como exemplo, esses acordos preveem encontros anuais e fóruns de consulta com representantes dos trabalhadores, garantindo que as suas preocupações, sugestões e perspetivas em relação a questões como segurança no trabalho, igualdade de género e condições laborais sejam ouvidas e integradas nas decisões da Triangle's. [S1.27a | S1.27b | S1.27d]

A Triangle's adota várias medidas para garantir que as perspetivas dos trabalhadores vulneráveis ou marginalizados sejam ouvidas. Estas incluem: [S1.28]

– Apoio Especializado – Para trabalhadores que possam enfrentar discriminação ou marginalização (como minorias, mulheres ou trabalhadores com deficiência), a participada assegura que existem canais específicos de comunicação, como psicóloga, enfermeira do trabalho ou até apoio jurídico;

– Consultas Anónimas – Para garantir que os trabalhadores mais vulneráveis se sintam à vontade para expressar as suas preocupações, a Participada oferece mecanismos de *feedback* anónimo, como inquéritos *online*, garantindo a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos trabalhadores, em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD);

– Programas de Inclusão – A Participada organiza sessões de formação e sensibilização sobre direitos laborais e igualdade de género, abordando especificamente as necessidades e os direitos de grupos vulneráveis. Estas iniciativas são complementadas com o apoio da enfermeira do trabalho e psicóloga da Triangle's;

– Avaliações Regulares – A Participada realiza avaliações regulares das condições de trabalho desses grupos, garantindo que sejam ajustadas sempre que se identifiquem áreas de vulnerabilidade ou risco.

Consciente de potenciais barreiras ao diálogo, como diferenças linguísticas, culturais, de género ou desequilíbrios de poder, a Participada implementa ainda medidas para assegurar a participação efetiva de todos. Entre estas medidas incluem-se ações de sensibilização intercultural, utilização de tradução sempre que necessário e disponibilização de materiais de comunicação claros, compreensíveis e acessíveis. A diversidade da organização, que integra colaboradores de várias nacionalidades, bem como o compromisso com uma representação equilibrada de mulheres, reforça esta abordagem inclusiva. A política de portas abertas das chefias e do Departamento de Pessoas e Sustentabilidade fomenta um ambiente de confiança e diálogo direto. [AR25a | AR25b | AR25c]

A Triangle's pauta a sua atuação pelo respeito integral dos Direitos Humanos de todas as partes interessadas, em conformidade com os princípios das convenções internacionais e da legislação nacional aplicável. A Participada promove um ambiente de trabalho assente no respeito, na dignidade e na não discriminação, assegurando a liberdade de expressão, associação e participação dos colaboradores, tanto individualmente como através dos seus representantes. Garante igualmente a proteção da privacidade e dos dados pessoais, em conformidade com o RGPD, adotando medidas técnicas e organizacionais para assegurar a confidencialidade e a segurança da informação. Além disso, a Participada mantém canais de comunicação abertos e seguros, que permitem o diálogo transparente, o reporte de preocupações ou irregularidades e a resolução colaborativa de conflitos, sem receio de retaliação. [AR25e]

Nos períodos de relato anteriores, a Participada registou uma elevada eficácia na resolução das questões laborais comunicadas através dos canais internos. As reuniões periódicas entre a Direção Executiva e os trabalhadores têm permitido a identificação precoce de riscos e a prevenção de conflitos. Os resultados dos inquéritos de clima organizacional e das sessões de *feedback* demonstram uma melhoria contínua na satisfação dos colaboradores e na perceção de equidade nas práticas internas, evidenciando o fortalecimento dos mecanismos de comunicação, participação e envolvimento. [AR26]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa promove o diálogo aberto e a comunicação contínua entre as suas diferentes áreas, assegurando que as perspetivas da sua força de trabalho são consideradas nos processos de tomada de decisão e nas atividades destinadas a gerir impactos reais e potenciais sobre os trabalhadores. O principal fórum de envolvimento é o Conselho de Trabalhadores, no qual decorrem negociações diretas entre a gestão da Participada e os trabalhadores representados pelos seus delegados eleitos. Este órgão reúne-se, pelo menos, uma vez por ano, com vista à celebração de acordos sobre matérias definidas por ambas as partes, tendo sido realizadas várias reuniões ao longo de 2025. Paralelamente, a Participada dispõe de uma Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, que reúne representantes da empresa e dos trabalhadores para analisar questões relacionadas com a segurança e definir medidas destinadas a mitigar os seus impactos na força de trabalho. [S1.27 | S1.27b]

O envolvimento da força de trabalho ocorre, assim, de forma indireta, através dos seus representantes, sendo os acordos estabelecidos entre os representantes dos trabalhadores e a gestão da Imedexa ou os seus representantes designados. Os acordos negociados no âmbito do Conselho de Trabalhadores são revistos no mínimo anualmente, existindo uma linha de comunicação aberta entre as partes que permite a definição de acordos provisórios sempre que necessário. O âmbito destas negociações abrange todas as matérias relacionadas com questões laborais que ambas as partes acordem incluir no processo negocial. [S1.27a | S1.27b] A responsabilidade operacional pelo envolvimento da força de trabalho e pela condução das negociações e acordos é assumida pelo CEO da Imedexa, assegurando o alinhamento ao mais alto nível da estrutura organizacional. [S1.27c]

No que respeita à existência de acordos globais ou outros instrumentos formais com representantes dos trabalhadores relacionados com o respeito pelos direitos humanos, a Participada encontra-se atualmente a desenvolver este domínio, prevendo a definição de procedimentos específicos e das ações a implementar até ao final de 2026. [S1.27d]

A eficácia do envolvimento da força de trabalho é avaliada de forma contínua no âmbito do Conselho de Trabalhadores e da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, através da revisão sistemática dos pontos e ações acordados nas reuniões anteriores. Este processo permite monitorizar a implementação das decisões tomadas e assegurar a melhoria contínua das práticas de envolvimento e diálogo social. [S1.27e]

SEGMENTO *HOLDINGS*

O diálogo ocorre, direta e indiretamente, com os próprios colaboradores. No primeiro caso, a recolha de *feedback* é realizada via Estudo do Clima Organizacional (*Engagement Survey*), enquanto no segundo são ouvidos os representantes dos trabalhadores. [S1.27a] A responsabilidade de garantir esse diálogo é da Direção Executiva, com especial ênfase para a *Chief Transformation Officer*. [S1.27c]

A Semapa privilegia uma relação de proximidade com os seus colaboradores. Atendendo à pequena dimensão do seu *headcount*, tem um canal de comunicação *one to one* (Técnica de RH) que faz a ponte com os colaboradores em potenciais situações de vulnerabilidade. Por norma, reúne com os colaboradores que carecem de apoio, remetendo posteriormente a situação para a Direção Executiva para análise e definição de um plano de apoio. Sempre que necessário e dependendo do assunto em análise, pode ser garantida a confidencialidade do colaborador que reporta o tema, para evitar, por exemplo, situações de desequilíbrio de poder. [S1.AR25]

Ao nível da *Holding*, não existe, nem se prevê que venha a existir, um acordo coletivo de trabalho, que esteja relacionado com o respeito pelos direitos humanos da própria mão de obra. [S1.27d | S1.27e]

PROCESSOS PARA CORRIGIR OS IMPACTOS NEGATIVOS E CANAIS PARA A PRÓPRIA MÃO DE OBRA EXPRESSAR PREOCUPAÇÕES (S1-3)

A existência de um **canal de Comunicação de Irregularidades** é um mecanismo comum a todas as Participadas do Grupo Semapa, assim como o **Estudo do Clima**, que permite identificar preocupações e eventuais impactos negativos. É ainda fomentada uma cultura de diálogo aberto, em que os colaboradores são incentivados a dialogar e expressar preocupações. Para além destas, existem algumas particularidades para os diferentes segmentos do Grupo.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Na condução das atividades da Navigator e nas suas interações com os vários *stakeholders*, a Participada considera fundamental ter mecanismos que facilitem a identificação, comunicação e investigação de preocupações relacionadas a comportamentos ilícitos ou contrários ao Código de Ética e de Conduta ou a outros normativos internos [S1.32a | S1.32d]. O **Canal de Denúncias** e os seguintes canais complementares permitem que os colaboradores expressem preocupações ou necessidades: [S1.32b]

– **Estudo de Clima**, realizado a cada dois anos, repetido em 2025, tendo passado a incluir os colaboradores de Ejea (Espanha) e Reino Unido.

– **Projeto CRESCER**, que visa melhorar o "compromisso e o sentimento de realização" dos colaboradores, com página disponível na *Intranet* e com possibilidade de interações nos vários conteúdos, incluindo espaço para novas sugestões, *feedback* ou comentários.

– **Canais de comunicação e documentos transversais** aplicáveis em Portugal para melhoria da resposta às dúvidas e questões dos colaboradores, nomeadamente:

i. Guia do Colaborador, com a síntese das principais políticas e processos de RH vigentes, distribuído em papel a todos os colaboradores e com versão *e-book* disponível na *Intranet* (publicado em 2024);

ii. Portal RHesolve, com customização de interlocutores para as temáticas onde os colaboradores têm questões para uma resposta mais ágil e rápida, passível de monitorização dos KPI para melhoria contínua;

iii. Lançamento de *chat bot* para resposta a dúvidas de colaboradores.

Existe ainda um processo definido especificamente para as discordâncias com o resultado da Avaliação de Desempenho, em que a reclamação é efetuada no Portal RHesolve ou por email, no prazo de 15 dias após a receção da avaliação, sendo o processo analisado pela área de *Performance* e Carreiras (P&C) em parceria com o *Talent Business Partner*, a chefia e o Diretor da área abrangida. A Navigator compromete-se a dar uma resposta escrita ao colaborador e sempre que se justifique é efetuada a alteração da avaliação [S1.32c | S1.32e]. Este processo de reclamações está disponível para todos os colaboradores abrangidos pelo Modelo de Gestão de Desempenho, do qual o Reino Unido se encontra excluído. No caso da Navigator Tissue Ejea, estão apenas abrangidos os quadros. [S1.32c | S1.32e]

Em Portugal, são realizadas, anualmente, duas consultas aos trabalhadores da Navigator sobre aspetos de saúde e segurança no trabalho, onde, através de um questionário digital e anónimo, são identificados pontos fortes e necessidades de desenvolvimento na área da SST da Navigator. A primeira consulta abrange tanto trabalhadores internos como externos, enquanto a segunda se destina exclusivamente aos trabalhadores internos. [S1.32c | S1.32e]

Em Moçambique, existem caixas onde é possível colocar reclamações, distribuídas em pontos estratégicos dos seus escritórios, visando assegurar que os colaboradores possam submeter as suas queixas de maneira segura e confidencial. No caso dos trabalhadores ocasionais no campo, as reclamações podem ser encaminhadas através dos técnicos ou dos Agentes de Ligação Comunitária – através do mecanismo de gestão de reclamações para as comunidades locais, sendo os trabalhadores pessoas residentes nas comunidades locais – que, por sua vez, as direcionam para a participada por meio dos Técnicos de Comunicação, para análise e resolução. [AR30 | S1.32c]

A Navigator compreende que, para uma correta implementação destes instrumentos estruturantes, com vista à promoção de uma cultura de *compliance* baseada numa atuação ética e integra, é indispensável a capacitação dos seus colaboradores. Nesse sentido, são disponibilizadas ações de formação em matéria de *compliance*, designadamente Comunicação de Irregularidades e Políticas Internas. [S1.33]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Declaração de Sustentabilidade:

– Mais informações sobre o acompanhamento e monitorização das questões levantadas e abordadas e garantia da eficácia do Canal de Denúncias. (Cap. 4.1.4.1.).

SEGMENTO CIMENTO

A Secil adota uma abordagem proativa para corrigir impactos negativos que possam afetar a sua mão de obra própria, garantindo que os seus colaboradores dispõem de processos estruturados para mitigar e reparar impactos adversos.

A Participada estrutura a sua abordagem de mitigação e reparação de impactos adversos através de medidas preventivas e corretivas, em conformidade com a sua **Política de Direitos Humanos** e as melhores práticas internacionais. [S1.27d | S1.32a]

A Secil reconhece a importância de assegurar que os seus colaboradores estejam cientes e confiantes nos canais disponíveis para expressar preocupações ou necessidades, adotando práticas que promovem a comunicação interna eficaz e a proteção dos colaboradores, pelo que adota práticas que reforçam esta preocupação, como a Política do Canal de Integridade. O Canal de Integridade é uma plataforma confidencial acessível a todos os colaboradores, onde podem reportar situações de não conformidade, assédio, discriminação ou violações de direitos humanos, e incumprimento dos princípios e compromissos da participada, sendo garantida a investigação e eventual correção. Este Canal é regulado pela **Política do Canal de Integridade**, que abrange medidas de proteção dos denunciantes, nomeadamente a garantia de anonimato aquando requerido pelo denunciante, a confidencialidade no tratamento da denúncia e uma cláusula de proteção contra atos de retaliação. [S1.32b | S1.32e| S1.33]

Este canal reforça o compromisso da Secil em assegurar mecanismos eficazes para comunicar preocupações, incentivando também o diálogo direto com as lideranças e Recursos Humanos. [AR30 | S1.32d | S1.32c I S1.32e | S1.33].

Sempre que a Participada identifica um impacto negativo material, são avaliadas ações corretivas, como ajustes nas políticas laborais, reforço das práticas de segurança, compensações justas ou revisão de procedimentos internos. São também implementados processos de acompanhamento, como auditorias internas, recolha de *feedback* dos trabalhadores e revisões regulares das políticas laborais, para garantir a eficácia das medidas. [S1.32a]

A Secil promove uma comunicação interna eficaz e protege os seus colaboradores pelo que adota práticas que reforçam esta preocupação, como as Políticas de Proteção contra Retaliação, que garantem a proteção dos denunciantes, nomeadamente, quando recorrem ao Canal de Integridade, onde podem ser reportadas situações de não conformidade. [S1.33]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA demonstra um claro compromisso com a melhoria contínua ao implementar processos estruturados para identificar e corrigir eventuais impactos negativos, sejam ambientais, sociais ou organizacionais. Estes mecanismos, como o Canal de Denúncias, permitem à Participada agir sempre que surgem situações que possam comprometer o bem-estar dos colaboradores, a qualidade do ambiente de trabalho ou os princípios éticos que norteiam a sua atuação. A correção de falhas é encarada como uma oportunidade de crescimento, reforçando uma cultura de responsabilidade e transparência. [S1.32a | S1.32b | S1.32c]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's adota uma abordagem proativa e transparente para proporcionar reparação sempre que identifique que tenha causado ou contribuído para um impacto negativo material sobre a sua própria mão de obra. O processo inclui várias etapas, que vão desde a i**dentificação e avaliação do impacto**; à **ação corretiva**; **monitorização e acompanhamento** e, por último, à **avaliação da eficácia** das medidas corretivas. Esta é avaliada regularmente, utilizando ferramentas como inquéritos de satisfação, auditorias internas e reuniões com os representantes dos trabalhadores.

A Participada realiza também sessões de *follow-up* com os trabalhadores afetados para avaliar se a reparação foi satisfatória e se a situação foi resolvida de forma eficaz. Na etapa de identificação, a Triangle's dispõe de canais específicos que incluem o Canal de Denúncias e mecanismos internos, que permitem uma comunicação direta à gestão das preocupações. Estes canais foram criados em parceria com entidades internas, visando assegurar transparência e imparcialidade no tratamento das comunicações. [S1.32a I S1.32b]

É garantido que todos os trabalhadores, diretos e contratados externamente, independentemente da sua localização ou tipo de contrato, são informados de forma clara e contínua sobre quais os canais e como podem utilizá-los logo no primeiro dia de trabalho (*onboarding*). É ainda garantido que estes estão acessíveis para eventual reporte de preocupações e reivindicações relacionadas com impactos materiais. Esses canais incluem:

– Linhas Diretas – Onde os trabalhadores podem comunicar diretamente com a gestão sobre questões relacionadas com impactos materiais, como condições de trabalho, segurança ou quaisquer outros temas que afetem o seu bem-estar.

– Mecanismos de Reclamação Operados pela Triangle's ou Terceiros – Além dos canais internos, a Participada também disponibiliza mecanismos de reclamação que podem ser geridos por terceiros. Isto inclui, por exemplo, canais de denúncias externos (como o canal de denúncias em vigor), consultas com a psicóloga e/ou enfermeira do trabalho que garantem a confidencialidade e imparcialidade no tratamento das queixas.

A Triangle's monitoriza a eficácia desses canais para garantir que as preocupações sejam resolvidas de maneira eficiente e que todos os trabalhadores possam fazer uso desses mecanismos de forma segura e sem receio da sua confidencialidade. Existe um mecanismo de tratamento de reclamações/queixas para questões relacionadas com os trabalhadores. Este mecanismo é gerido através do canal de denúncias da entidade externa, que assegura a gestão independente e confidencial das questões reportadas pelos trabalhadores. [AR 30 I 31.32c I 31.32d]

A Participada segue um processo estruturado para registar, acompanhar e resolver as questões suscitadas pelos trabalhadores. Todas as reclamações e preocupações são formalmente registadas no sistema de gestão de incidentes, assegurando um tratamento consistente e rastreável de cada caso. Após o registo, cada situação é acompanhada desde a sua receção até à resolução final, com prazos definidos para a implementação das ações corretivas necessárias. As partes interessadas, incluindo os trabalhadores ou os seus representantes, são envolvidas ao longo de todo o processo, sendo atualizadas regularmente sobre o progresso na resolução das questões. Para garantir a eficácia das medidas adotadas, são realizadas reuniões de *follow-up* que permitem avaliar o impacto e a adequação das ações corretivas. A eficácia global dos canais é monitorizada através de indicadores de desempenho, como o tempo médio de resolução das questões, o nível de satisfação dos trabalhadores e a análise das melhorias implementadas. [S1.32e]

O nível de conhecimento e confiança dos trabalhadores em relação aos seus canais de denúncia e resolução de problemas é avaliado regularmente através de Inquéritos de Satisfação anónimos, para medir a confiança e o conhecimento dos trabalhadores sobre os canais de denúncia disponíveis, além de recolher *feedback* sobre a eficácia desses mecanismos e realizar reuniões de *feedback* com os trabalhadores, para avaliar se os canais estão a ser utilizados de forma eficaz e se estes se sentem seguros ao usá-los. Além disso, a Triangle's tem políticas rigorosas de proteção contra retaliação, que asseguram que nenhum trabalhador será prejudicado por usar os canais de denúncia. Essas políticas são comunicadas a todos os trabalhadores e garantem que qualquer ação de retaliação seja tratada com seriedade e investigação rigorosa. [S1.33]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa dispõe de um conjunto de mecanismos destinados a identificar, prevenir e remediar impactos negativos relevantes sobre a sua força de trabalho, sempre que tenha causado ou contribuído para esses impactos. Entre estes mecanismos destacam-se as auditorias internas realizadas anualmente, que incidem, nomeadamente, sobre matérias de saúde e segurança no trabalho e impactos ambientais. Estas auditorias dão origem a ações corretivas específicas, cuja implementação é acompanhada e monitorizada com o objetivo de avaliar a sua eficácia. Paralelamente, todos os trabalhadores têm acesso a um canal de reporte que lhes permite comunicar eventuais impactos negativos de que tenham sido alvo. Cada comunicação é analisada de forma individualizada, considerando as circunstâncias associadas, sendo posteriormente definidas e implementadas as medidas corretivas consideradas adequadas. [S1.32a]

No que respeita aos canais disponíveis para a apresentação de preocupações ou necessidades por parte da força de trabalho, os representantes dos trabalhadores constituem o principal meio de comunicação entre os colaboradores e a Participada. Estes representantes permitem a transmissão estruturada de preocupações individuais ou coletivas através de diferentes fóruns internos, designadamente o Conselho de Trabalhadores, a Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho e a Comissão para a Igualdade, assegurando que as questões levantadas são devidamente endereçadas pela Imedexa. [S1.32b] A Participada dispõe igualmente de um mecanismo formal de tratamento de denúncias e reclamações relacionadas com matérias laborais, concretizado através de um canal de denúncia (*whistleblowing*), implementado em conformidade com a legislação espanhola aplicável, a qual define as responsabilidades e os procedimentos necessários para o adequado tratamento destas situações. [S1.32c]

Os processos de suporte e divulgação destes canais são assegurados pelo Departamento de Recursos Humanos, que informa todos os trabalhadores sobre a existência do canal de reporte através dos meios de comunicação interna da Participada, incluindo correio eletrónico e placards informativos. Adicionalmente, os novos colaboradores recebem informação específica sobre este mecanismo no âmbito do processo de acolhimento inicial. A Imedexa disponibiliza ainda instruções detalhadas sobre a utilização do canal e incentiva ativamente os trabalhadores a recorrerem ao mesmo sempre que considerem necessário. [S1.32d]

O acompanhamento e a monitorização das questões levantadas através dos diferentes canais são assegurados pelo responsável pelo canal de reporte, em articulação com as pessoas designadas no Departamento de Recursos Humanos. Este processo inclui a análise das situações reportadas e o respetivo seguimento, envolvendo, sempre que adequado, contacto direto com as partes interessadas, garantindo em todas as fases o cumprimento rigoroso dos princípios de confidencialidade. [S1.32e]

Relativamente à avaliação do nível de conhecimento e confiança da força de trabalho nos mecanismos existentes para a apresentação de preocupações ou necessidades, a Imedexa não dispõe, à data, de um procedimento formal que permita aferir este aspeto de forma sistemática. A definição de um processo específico para este fim é identificada como uma oportunidade de melhoria futura. [S1.33]

SEGMENTO *HOLDINGS*

Ao nível da Semapa *Holding* não existem atualmente processos de reparação, pois não há nem houve necessidade até à data do presente relato. [S1.32a]

Para além das reuniões *one to one* promovidas pela Semapa, para resolver problemáticas identificadas, existe também um Canal de Comunicação de Irregularidades, disponível para os trabalhadores. Através deste, a sua própria mão de obra pode expressar as suas preocupações ou necessidades, junto da empresa, para que as veja atendidas. Este é gerido por uma entidade externa e independente, a Deloitte, em representação da Semapa, que assegura a sua disponibilidade.

O denunciante pode fazer uma denúncia através do *website* do Canal de Comunicação de Irregularidades, através do formulário disponibilizado. Independentemente do meio utilizado, todas as comunicações serão registadas e tratadas através da plataforma constante do *website*.

Os canais através dos quais é possível fazer uma denúncia estão disponíveis 24 horas por dia, com exceção da linha telefónica, que está disponível das 9h às 18h. [S1.32b | AR 29 | AR 30 | S1.32c | S1.32d]

A forma como são registadas e acompanhadas as questões suscitadas, assim como o seu tratamento eficaz, nomeadamente através da participação das partes interessadas, é detalhada na Parte C. “Organização Interna”, Capítulo II. “Comunicação de Irregularidades”, do Relatório do Governo Societário da Semapa, respeitante ao exercício findo de 2025, em especial o ponto 49 onde se encontra descrito a forma como a sociedade regista e acompanha as denúncias efetuadas. Este Regulamento de Comunicação de Irregularidades encontra-se disponível no *website* da Sociedade. [S1.32e]

A Semapa, no seu Canal de Comunicação de Irregularidades, nomeadamente no Regulamento de Comunicação de Irregularidades, prevê um princípio de não retaliação, esclarecendo que “A comunicação da irregularidade não pode implicar, a título algum, qualquer tratamento prejudicial do colaborador comunicante por parte da sociedade ou de outros colaboradores.” Este princípio garante que a sua própria mão de obra tem conhecimento e confiança nas estruturas ou processos, como forma de manifestar as suas preocupações ou necessidades e de as resolver. [S1.33]

TOMAR MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA E ABORDAGENS PARA ATENUAR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS (S1-4)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator tem um forte compromisso com a valorização e o bem-estar dos seus colaboradores, reconhecendo que a gestão responsável da própria mão de obra é essencial para garantir um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e produtivo.

Desenvolve continuamente iniciativas para fortalecer a cultura organizacional, capacitar, melhorar as condições laborais e promover a segurança e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos colaboradores. Desta forma, assegura a implementação de ações para prevenir, atenuar ou corrigir impactos materiais negativos na própria mão de obra, promovendo igualmente os impactos positivos e as oportunidades identificadas como materiais para a Navigator [S1.38a | S1.38c | S1.40b].

A Participada garante que as suas próprias práticas não causam nem contribuem para impactos materiais negativos na sua própria mão de obra, através de políticas e práticas que garantem um ambiente de trabalho saudável, seguro e inclusivo. Assegura que as condições de trabalho cumprem as normativas legais e as melhores práticas, promovendo o bem-estar dos colaboradores e prevenindo qualquer forma de exploração ou discriminação. [S1.41]

Por outro lado, a definição de metas e a análise das métricas associadas (ver secção “Metas e métricas”) permite à Navigator acompanhar a evolução do seu desempenho e eficácia das ações implementadas, possibilitando o ajuste das estratégias adotadas. [S1.38d]

Entre as principais iniciativas implementadas ao longo de 2025, destacam-se as ações desenvolvidas e em curso no âmbito do Projeto CRESCER, do Mês da Saúde e da Estratégia Missão Zero. [S1.37 | ESRS 2.68]

Como ação de destaque em Moçambique, e com especial relevância por operar em zonas geográficas significativamente distantes de unidades hospitalares, a Navigator promoveu em 2025 , uma formação de primeiros socorros dirigida a um conjunto de técnicos operacionais. A formação, dinamizada pela Cruz Vermelha Portuguesa, teve como objetivo reforçar a capacidade de resposta imediata das equipas em situações de emergência, contribuindo para a melhoria de condições de segurança no terreno. [S1.37 | ESRS 2.68]

Gestão do talento e desenvolvimento do capital humano

Alinhado com o propósito, “São as pessoas, a sua qualidade de vida e o futuro do planeta que nos inspiram e nos movem”, a Navigator criou um projeto interno, mobilizador e de transformação organizacional, transversal a todo o seu ecossistema – projeto CRESCER [ESRS 2.68a]. Sob o lema “Que todas as pessoas da Navigator liderem o futuro da Organização, comprometidas e realizadas”, o projeto CRESCER tem 3 objetivos:

– Estimular o sentido de pertença
– Melhorar as formas de trabalhar
– Preparar os atuais e futuros líderes

Do diagnóstico, resultou um *Roadmap* de iniciativas, cuja implementação se encontra a decorrer. Foi dada autonomia às equipas de trabalho para concretizarem as soluções, criando uma dinâmica de trabalho mobilizadora e que também ela aproximasse colaboradores de áreas, funções, geração e geografias distintas. [ESRS 2.68a]

Em 2025, foi realizado o Estudo de Clima Organizacional, cumprindo a recorrência de dois anos e envolvendo os colaboradores da Participada em território nacional, assim como os colaboradores dos escritórios e unidades fabris internacionais. Estes resultados encontram-se ainda em fase de análise. [S1.38b | S1.38c | S1.38d]

No âmbito do Projeto CRESCER, destacam-se várias ações implementadas para prevenir, atenuar ou corrigir impactos materiais negativos na própria mão de obra [S1.38a], como o Manual Liderar com Propósito; Guia do Colaborador, com uma compilação de políticas de RH; Programa de Referências; Ferramentas de apoio; Fórum digital, para estimular a literacia digital; Navigator *Tour* em família, para visitas aos complexos industriais; Straight to the Top – STT2.0, para recolha de ideias de melhoria e eficiência operacional.

A implementação das ações no âmbito do Projeto CRESCER e da estratégia Missão Zero exigiu a afetação de recursos financeiros significativos e de recursos humanos para a sua concretização. [ESRS 2.69a | S1.43]

Ao Projeto CRESCER, em 2025, foram alocados 514 mil euros (OpEx). A implementação do Projeto envolveu uma equipa interna e mais de 150 colaboradores, nos diversos níveis de hierarquia da Participada. [ESRS 2.69 a | S1.43]

Saúde, segurança e bem-estar

No âmbito da estratégia **Missão Zero**, definida para o triénio 2023-2026, foi estabelecido um ambicioso plano de ação – assente nos cinco pilares da estratégia – Monitorização e controlo; Excelência operacional; Liderança; Competências; e Programa comportamental – que responde aos impactos e oportunidades materiais identificados, atuando não só ao nível da mitigação dos impactos negativos, mas, e sobretudo, na sua prevenção e na promoção das oportunidades. [ESRS 2.68a | S1.38a | S1.38c | S1.40b]

As ações implementadas no âmbito da Missão Zero foram desenvolvidas com o objetivo de prever, cooperar e apoiar a disponibilização de soluções para os colaboradores diretamente impactados pelos impactos materiais identificados. Estas ações foram fundamentais para mitigar os efeitos adversos e promover a recuperação e o bem-estar dos trabalhadores lesados. Os resultados obtidos são apresentados no quadro abaixo. [ESRS 2.68d | ESRS 2.68e]

O Mês da Saúde, dedicado ao tema da Atividade Física, permitiu dar especial atenção a alguns dos impactos, riscos e oportunidades identificados como prioritários, nomeadamente o sedentarismo e atividade física, peso saudável e sustentável, e atividades de bem-estar. [ESRS 2.68a | S1.38a] No âmbito desta iniciativa, a Navigator promoveu a adoção de hábitos de vida mais ativos junto dos seus Colaboradores, incentivando ao movimento diário – seja caminhar, correr ou subir escadas – através da *app* UPNDO, que transforma atividade física em impacto social. Esta mobilização coletiva resultou na angariação de 6 250 euros, valor que foi doado às corporações de Bombeiros de proximidade.

Para o desenvolvimento das ações da Missão Zero, em 2025, foram alocados 4,01 milhões de euros referentes a despesas de capital (CapEx) e 2,27 milhões de euros associados a despesas de operação (OpEx). Para 2026, está prevista a afetação de 4,1 milhões de euros associados a CapEx e 2,19 milhões de euros de OpEx. [ESRS 2.69a | S1.43] Além dos recursos financeiros alocados, contou-se com 19 colaboradores internos e 23 colaboradores externos (incluindo as equipas de saúde), que contribuíram para a realização destas ações. [ESRS 2.69a | S1.43]

Para 2026, além de se dar continuidade às ações de 2025, destacam-se as seguintes iniciativas: [ESRS 2.68a]

– Alargar o programa de reconhecimento a iniciativas coletivas e de prestadores de serviço;
– Desenvolver uma plataforma de gestão de segurança;
– Realizar o projeto de melhoria das bobinadoras/rebobinadoras; e
– Implementar campanhas de Quase Acidentes, partilha de boas práticas e incidentes com o testemunho dos colaboradores.

Os resultados obtidos são apresentados no quadro seguinte: [ESRS 2.68d | ESRS 2.68e]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a| ESRS 2.68d | ESRS 2.68e]
DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO				
Projeto DEI	Realizada e planeada	Operações próprias, em todas as geografias	Iniciada no último trimestre de 2024, e a continuar em 2026	Foram desenvolvidos dois questionários de apoio ao Diagnóstico DEI, um dos quais para caracterização do universo a auscultar e outro para avaliação de perceções.
Implementação das medidas previstas no Plano para a Igualdade 2025	Realizada e planeada	Operações próprias, em Portugal	Anual, com medidas de diferentes horizontes temporais	A implementação do Plano para a Igualdade de 2025, conforme descrito no Plano para a Igualdade de 2026, incluiu o desenvolvimento e planeamento de medidas no âmbito da estratégia, missão e valores da Navigator, da igualdade no acesso ao emprego, da formação, igualdade nas condições de trabalho, proteção na parentalidade, conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, e da prevenção da prática de assédio no trabalho.
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS				
Formação em primeiros socorros, dinamizada pela Cruz Vermelha	Realizada	Técnicos operacionais e prestadores de serviços individuais (PSI), em Moçambique	2025	Esta formação abrangeu 35 trabalhadores de diferentes áreas operacionais. A realização desta formação permitiu aumentar significativamente a cobertura de resposta a emergências, considerando que as áreas de trabalho da empresa são geograficamente dispersas. Com esta capacitação, assegurou-se que existam colaboradores formados em vários pontos operacionais, reduzindo o tempo de resposta em emergências. Como resultado, a empresa passou a contar com trabalhadores aptos a intervir de forma imediata e segura, prestando os primeiros cuidados necessários para manter ou estabilizar o estado das vítimas, prevenir o agravamento das lesões e apoiar até à chegada a unidades de atendimento especializado. Esta iniciativa contribui diretamente para a proteção da vida, redução da gravidade de acidentes de trabalho e fortalecimento da cultura de prevenção, alinhando-se com os princípios de sustentabilidade social e responsabilidade corporativa da Navigator.
Sustainability Highlights	Realizada e planeada	Operações próprias, em Portugal	Iniciada em 2025, a continuar	Foi criada uma área na Intranet, no separador Sustainability Hub, para disponibilização periódica de documentos síntese de temas de sustentabilidade, num formato acessível. Disponibilizados sete documentos em 2025. Estes documentos visam apoiar as áreas de negócio e baseiam-se em conteúdos selecionados do Relatório Anual. O objetivo é facilitar a consulta e utilização da informação, promovendo uma comunicação mais clara sobre os principais temas de sustentabilidade da Navigator.
Formação em DEI	Realizada e planeada	Operações próprias, em Portugal	Iniciada no último trimestre de 2024, e a continuar em 2026	Iniciado o desenvolvimento dos conteúdos programáticos que irão compor os módulos formativos.

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a| ESRS 2.68d | ESRS 2.68e]
Projeto CRESCER – Atualização do Guia do Colaborador com dois novos materiais: Catálogo de Formação e Booklet dos Percursos Profissionais e Mobilidade	Realizada	Operações próprias, em Portugal	2025	Desenvolvimento de materiais que integraram o Guia do Colaborador com o objetivo de endereçar os temas de desenvolvimento e evolução. Construção do Catálogo de Formação, que ilustra a oferta formativa transversal para potenciar a qualidade dos Planos de Desenvolvimento Individuais. Divulgação do Booklet dos Percursos Profissionais e Mobilidade que clarifica como é que os colaboradores podem evoluir na Navigator, que caminhos podem seguir e qual o seu papel nesta jornada. O documento contém histórias reais que ilustram as possibilidades de crescimento.
SALÁRIOS ADEQUADOS				
Melhoria das condições retributivas dos colaboradores, através da criação de 2 programas de referenciação: - Programa de Referências (no âmbito do Projeto CRESCER); - Programa Referenciação de Terras	Realizada	Operações próprias, em Portugal, exceto, o Programa Referenciação de Terras que se aplica a todos os colaboradores	2024 e 2025	Criação do Programa de Referências, que permite aos colaboradores referenciarem pessoas externas à organização, para acelerar os processos de recrutamento em curso, potenciando as suas redes de contactos e reconhecendo-os quando existe adequabilidade à função e à organização. Criação do Programa Referenciação de Terras – Força Interior, que reconhece e premeia a iniciativa dos colaboradores na referenciação ou identificação de propriedades para a Navigator, e o seu contributo para o aumento da matéria-prima no setor florestal.
Criação do Programa Habitar – apoio financeiro	Realizada	Operações próprias, em Portugal	2024 e 2025	Criado programa que visa apoiar financeiramente parte dos encargos dos colaboradores no arrendamento permanente ou na aquisição própria de habitação, mediante regulamento próprio.
AÇÕES TRANSVERSAIS				
Projeto CRESCER - Programa de evolução da cultura organizacional	Realizada e planeada	Operações próprias, em todas as unidades, com exceção da Navigator Tissue UK	Contínuo, desde 2022	Tem vindo a contribuir para estabelecer e reforçar relações entre colaboradores. Este é considerado um fator de sucesso na retenção de colaboradores e visa fortalecer e capacitar os líderes. Contribui para estimular o sentido de pertença e de realização dos colaboradores.
Projeto CRESCER - Comunicação de novas iniciativas e consolidação das iniciativas já implementadas	Realizada e planeada	Operações próprias, em Portugal	Iniciada em 2025, a continuar	Concretizada através de ferramentas de comunicação (3 newsletters publicadas em 2025) e com ações de formação no terreno, dirigidas a colaboradores: mais de 400 Quadros e cerca de 1900 Técnicos Operacionais abrangidos. Estão em curso ações dedicadas a Líderes.

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a| ESRS 2.68d | ESRS 2.68e]
SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR				
Missão Zero - Ação 1: desenvolvimento de iniciativas, com foco nas áreas de psicologia, nutrição e fisioterapia, para fornecer ferramentas que ajudem os colaboradores abrangidos a melhorar a sua qualidade de vida e a adaptar-se aos horários do trabalho por turnos	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal (Industrial e Florestal)	Iniciada em 2022, a continuar	Apoio psicológico, nutricional e fisioterapia personalizado Resultados: Melhoria da qualidade de vida e da capacidade de adaptação às exigências laborais, com particular atenção aos colaboradores em regime de turnos. Reforço de competências para a adaptação aos desafios laborais Resultados: Redução de queixas relacionadas com fadiga e problemas musculares, melhorando a produtividade e o bem-estar. Investigação e resposta imediata a acidentes Resultados: Melhoria nos procedimentos de segurança e reforço da confiança dos colaboradores na resposta da Navigator. Envolvimento direto dos trabalhadores na identificação e resolução de problemas Resultados: Implementação de soluções alinhadas com as necessidades reais dos colaboradores, fortalecendo o sentimento de pertença e valorização. Reconhecimento e incentivo para práticas seguras Resultados: Aumento da motivação e do compromisso com as políticas de segurança, contribuindo para a criação de uma cultura organizacional mais segura. Número de colaboradores reconhecidos: 177 Redução do número de acidentes com baixa: 47 (2024) vs. 32 (2025) Capacitação para evitar futuros impactos Número de participações: 12 710 Resultado GLOBAL de todas as ações Redução significativa de incidentes ao longo do período, com um impacto direto da meta do Índice de Frequência = 2,8 Baixas evitadas: 242 | Recuperações totais: 522 | Recuperações parciais: 124
Missão Zero - Ação 2: divulgação de hobbies e ocupações para os tempos livres	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal (Industrial e Florestal)	Iniciada em 2023, a continuar	
Missão Zero - Ação 3: implementação de ações com o objetivo de reduzir a ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal (Industrial e Florestal)	Iniciada em 2022, a continuar	
Missão Zero - Ação 4: implementação de um regime de penalização e reconhecimento associado ao cumprimento das regras e procedimentos de segurança no trabalho	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal (Industrial e Florestal)	Iniciada em 2023, a continuar	
Missão Zero - Ação 5: capacitação dos trabalhadores	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal (Industrial e Florestal)	Iniciada em 2023, a continuar	
Missão Zero - Ação 6: implementação de programas e políticas para promoção de um ambiente de trabalho seguro	Realizada e planeada	Operações próprias em Portugal (Industrial e Florestal)	Iniciada em 2021, a continuar	
Extensão da implementação da Estratégia Missão Zero a todas as unidades industriais e florestais na Ibéria	Planeada	Ibéria (Industrial e Florestal)	2026	A extensão da estratégia Missão Zero visa fortalecer a saúde física e mental dos colaboradores, promovendo o seu bem-estar e segurança no ambiente de trabalho. Espera-se uma redução de acidentes e doenças profissionais, bem como um maior cumprimento das regras e procedimentos de segurança. Adicionalmente, a iniciativa contribui para a capacitação e desenvolvimento de competências, criando um ambiente de trabalho mais seguro e qualificado.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil valoriza todos os seus colaboradores, nas suas semelhanças e diferenças, estimulando a igualdade de oportunidades e a não discriminação. Adicionalmente, a implementação de um conjunto de ações na área da saúde e segurança visa endereçar os impactos materiais identificados, nomeadamente, evitar o incumprimento das regras e procedimentos de segurança no trabalho e evitar os acidentes de trabalho ou doenças profissionais para alcançar os objetivos e metas da Política de Segurança e Saúde, promovendo uma cultura de segurança estruturada, responsável e proativa. A Participada desenvolveu medidas e ações que visaram os impactos materiais identificados na mão de obra própria. Estas podem ser agrupadas nas categorias abaixo:

i. ***Framework* de Segurança;**

ii. **Formação e Desenvolvimento Contínuos em Saúde e Segurança;**

iii. **Saúde, segurança e bem-estar: *Roadmap* de Segurança;**

iv. **Retenção de Talentos e Envolvimento Organizacional;**

v. **Promoção da Equidade e Diversidade;**

vi. **Desenvolvimento Contínuo e Capacitação/ Formação e desenvolvimento.**

Dentro destas seis temáticas, relevam-se algumas ações, tomadas para atenuar ou corrigir impactos materiais negativos na própria mão de obra: [S1.38a]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68b]	Âmbito da ação [ESRS 2.68c]	Horizonte temporal [ESRS 2.68a	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR				
Avaliação externa global do Framework de Segurança	Realizada	Todas as geografias	Curto prazo	Resultados da avaliação externa da Secil: entre o 3 e 4.
Realizar formação em Liderança Operacional Visível, em Segurança, para todos os líderes	Realizada	Todas as geografias	Curto prazo	Aquisição de novos conhecimentos. Capacitação dos líderes a promover uma comunicação aberta, permitindo-lhes abordar prontamente os incidentes e apoiar as pessoas afetadas. Melhorou a capacidade de investigar as causas raiz e implementar ações corretivas de forma eficaz, minimizando a probabilidade de eventos semelhantes.
Formação técnica para a equipa de segurança.	Realizada	Todas as equipas de segurança das geografias.	Contínua	Concluída a formação técnica e comportamental de 2025. Formações contínuas para melhorar competências referentes a temas de segurança.

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68b]	Âmbito da ação [ESRS 2.68c]	Horizonte temporal [ESRS 2.68a	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
GESTÃO DO TALENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO				
Stay interviews com colaboradores de elevado potencial - employees HiPo - realizadas pela equipa HRBP - Human Resources Business Partner	Adotada	Todas as geografias	Contínua	Permitem a recolha de feedback estratégico de colaboradores com alto potencial, garantindo ajustes nas práticas internas para aumentar a retenção. Permitem alinhar estratégias de retenção e fortalecer a relação Secil-colaborador.
Secil Academy - Parceria com plataformas de cursos online: desenvolver parcerias com plataformas de cursos online de forma a dar autonomia aos colaboradores para escolherem diferentes cursos disponíveis em qualquer momento e em qualquer lugar	Realizada e Planeada	Portugal	Contínua	Disponibilizadas as seguintes plataformas: Learning Hubz, disponível para todos os colaboradores; Udemy, disponível para colaboradores que têm a necessidade de acelerar o desenvolvimento.
Formação sobre o Papel do Líder para colaboradores que assumiram posições de liderança e novos colaboradores líderes	Realizada	Brasil	Curto prazo	Ministrada a formação para colaboradores que assumiram posições de liderança e novos colaboradores líderes.
PROMOÇÃO DA EQUIDADE E DIVERSIDADE				
Criação de uma comunidade compensation & benefits de modo a partilhar indicadores respeitantes a equidade e competitividade salarial	Adotada	Todas as geografias	Contínua	Crescimento de equidade interna, diminuição de gaps salariais.
Criação do modelo de governance para contratações, assegurando o enquadramento em posicionamentos iguais dentro da respetiva banda	Realizada	Portugal	Curto prazo	Criado modelo de governance. Crescimento de equidade interna, diminuição de gaps salariais.
Programa referenciação: prémios maiores para quem referencia mulheres	Adotada	Brasil	Contínua	Aumento da percentagem de mulheres colaboradoras nas operações da Secil no Brasil.

O *Framework* de Segurança Secil, que visa avaliar e alcançar uma cultura de segurança, pretende ser o ponto de referência interno para avaliar esta cultura, com 37 elementos organizados em três fases: Desenvolvimento, Implementação, e Duração e Resultados. Cada elemento é avaliado e classificado em cinco categorias, de acordo com o seu estado de realização, permitindo identificar oportunidades de melhoria contínua e avançar para a excelência em segurança. [S1.46 | ESRS2.80f | ESRS 2.77a | ESRS 2.68e]

Em 2024 foi feita uma autoavaliação de todos os elementos do *Framework* e em 2025 essa avaliação foi feita por um consultor externo. Os elementos prioritários considerados em 2024 foram o LOTOTO (*Lock Out*, *Tag Out*, e *Try Out*) e outro elemento à escolha de cada geografia. Em 2025 os dois elementos prioritários foram o programa de liderança operacional visível em segurança e a implementação do procedimento de Inspeção do equipamento de trabalho.

Para além deste *framework*, foi ainda realizada uma aposta na realização de formação em "LOV – Liderança Operacional Visível em Segurança" para todos os líderes, capacitando-os com as competências necessárias para modelar e reforçar comportamentos seguros.

Estas ações, em conjunto, demonstram o compromisso em promover uma cultura de segurança proativa, colaborativa e orientada para a excelência em toda a organização, [S1.38a] que visa abordar os riscos de segurança, melhorar a cultura de segurança e aprimorar tanto as práticas técnicas quanto comportamentais em todos os níveis. S1.38b]

A orçamentação nas geografias é feita através da submissão anual de propostas de orçamento financeiro, pelos departamentos de segurança e equipa corporativa, para as suas iniciativas planeadas. Estas são analisadas e aprovadas pela gestão após um processo de discussão e avaliação. Contratámos linhas de financiamento sustentável gerais, que dependem de KPI de sustentabilidade, em que dois desses são o LTIR (*Lost time Injury Frequency Rate*) e a percentagem de mulheres (*women in total workforce*). Esta informação é detalhada no documento *Sustainability Linked-Financing*" que se encontra no *site*. [2.69a | 2.69b]

A Secil pretende oferecer condições de trabalho que fomentem um sentimento de pertença e compromisso, que tornem mais próximo o diálogo entre a gestão e a força de trabalho e promovam condições atrativas e promotoras da satisfação dos trabalhadores, nomeadamente em termos de equilíbrio entre vida profissional e laboral. [S1.38a | S1.38b]

O foco na criação duma cultura de equidade e inclusão, promotora da igualdade de oportunidades junto dos colaboradores e nas comunidades onde a Secil opera, motivou o objetivo macro de proporcionar oportunidades iguais e promover a diversidade nas decisões de gestão, estabelecido em 2023, alinhando-se às melhores práticas internacionais e fortalecendo a reputação corporativa. [S1.38b] Desse modo, em termos de equidade salarial e de benefícios a Secil visa reduzir lacunas de género e assegurar condições equitativas para todos, prevenindo desigualdades e reforçando a equidade no ambiente de trabalho. [S1.38b]

Também o investimento realizado em educação e formação prepara os colaboradores para os desafios futuros, aumentando a competitividade da Participada. Também a ênfase na inovação e pertença garante que a Secil permanece competitiva e sustentável. [2.68a | 2.68b | 2.68c]

No que diz respeito ao acompanhamento e avaliação da eficácia das ações e iniciativas destinadas à sua própria mão de obra, a Secil adota uma abordagem sistemática. Como, por exemplo, o Estudo de Clima Organizacional realizado a cada dois anos, em 2025 inclusive, e que envolve toda a população da Secil. Os resultados dos vários grupos de trabalho temáticos das várias geografias onde a Secil opera são reunidos para a análise de resultados, criação e implementação de planos de ação para as oportunidades de melhoria identificadas. Nos anos intercalares, em que não é realizado este estudo, implementou-se o Pulse, um questionário mais curto, distribuído a 20% da população Secil, para garantir a continuidade no acompanhamento das principais questões.

Estas formas de acompanhamento e avaliação da eficácia das ações e iniciativas acrescem às já detalhadas anteriormente neste relato, como o *Feedback* Contínuo (*Stay Interviews*); Canais de Comunicação Internos; Pesquisa de Clima; Indicadores de Desempenho; Taxa de *Turnover* Voluntário/Involuntário – Avaliação de mudanças nas taxas de retenção após ações específicas (bónus, valorização de ideias, etc.); Indicadores de Equidade; Inquéritos de Satisfação e Envolvimento; Avaliação de Impacto das Parcerias; Auditorias e Revisões Internas para garantir que as ações implementadas estão alinhadas com os objetivos estratégicos e os valores da Participada; Reconhecimento e Ajustes Contínuos nas ações com base no *feedback* recolhido e no reconhecimento de resultados positivos das iniciativas. [AR 38| AR 39 | AR 42 | S1.38d]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA reconhece que os impactos materiais sobre a sua força de trabalho têm influência direta não apenas no desempenho organizacional, mas também na qualidade de vida dos seus colaboradores. Questões como o trabalho por turnos, embora essenciais para a operação contínua da empresa, são cuidadosamente geridas devido aos seus efeitos na saúde física e mental. Para mitigar este impacto, a empresa implementa medidas de gestão de horários, acompanhamento médico regular e programas de apoio ao bem-estar. Adicionalmente, a prevenção de acidentes de trabalho e o cumprimento rigoroso das normas de segurança são prioridades absolutas, com formações regulares e inspeções no local a garantirem ambientes mais seguros e saudáveis. [S1.37 | S1.38a]

Ao mesmo tempo, a ETSA investe em medidas que reforçam os impactos positivos e criam oportunidades materiais sustentáveis para os seus colaboradores. O pagamento de salários competitivos, complementado por benefícios não monetários – como apoio à formação, seguro de saúde, programas de reconhecimento e iniciativas de equilíbrio entre vida profissional e pessoal – são estratégias fundamentais para promover a satisfação, retenção e produtividade da equipa.
A empresa entende que colaboradores satisfeitos e valorizados tendem a desenvolver um maior sentido de pertença, a contribuir com ideias inovadoras e a manter um compromisso mais sólido com os objetivos organizacionais. [S1.37 | S1.38c | S1.40b]

A ETSA também está atenta às questões de inclusão, diversidade e desenvolvimento pessoal. Paralelamente, a capacitação contínua da força de trabalho é encarada como uma oportunidade estratégica, permitindo aos colaboradores evoluírem nas suas funções e prepararem-se para novos desafios. Assim, a Participada não só atenua riscos materiais como transforma esses desafios em oportunidades de crescimento partilhado entre si e os trabalhadores. [S1.37 | S1.40b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's implementa um conjunto de ações e medidas que são projetadas para atingir os seus objetivos e metas, com especial foco na mitigação dos impactos negativos e no fortalecimento das práticas que favorecem o bem-estar da sua mão de obra e das partes interessadas. As ações adotadas são acompanhadas por métricas de desempenho que ajudam a avaliar a progressão em direção às metas estabelecidas e avaliar a sua eficácia. A Participada estabelece indicadores claros de progresso, que são regularmente monitorizados e ajustados, conforme necessário.

A execução das ações planeadas contribui para a consecução dos objetivos ao:

– Fortalecer a Gestão de Impactos – As medidas adotadas ajudam a reduzir impactos materiais negativos, como aqueles relacionados com as condições de trabalho, segurança e direitos humanos, alinhando as operações da participada com as expectativas de *stakeholders* e as regulamentações relevantes;

– Cumprir com as Normas e Expectativas Externas – As ações visam não apenas cumprir os requisitos legais, mas também alinhar-se com as metas globais e locais em matéria de sustentabilidade e direitos humanos, promovendo práticas responsáveis em todos os níveis de operação;

– Fomentar a Cultura Organizacional – A execução das ações fortalece a cultura da Triangle's em torno de direitos dos trabalhadores e responsabilidade social, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma alinhada com os princípios éticos e as expectativas da sociedade. [ESRS 2.68a]

A Triangle's divulga aos vários *stakeholders* os progressos em relação às ações e planos de ação via dados quantitativos, como KPI, e qualitativos ou testemunhos de colaboradores. [ESRS 2.68e]

Adicionalmente, e por forma a mitigar os impactos negativos, a Triangle's alocou recursos financeiros, humanos e tecnológicos substanciais ao plano de ação, tais como o investimento direto em programas de formação, segurança bem-estar dos colaboradores. [ESRS 2.69a] Estes investimentos vêm refletidos nas suas demonstrações financeiras, através das alocações dos investimentos [ESRS 2.69b]

Principais ações [MDR-A_01; ESRS 2.68a; 2.68d]	Status [ESRS 2.68b]	Âmbito da ação [ESRS 2.68c]	Horizonte Temporal [ESRS 2.68a]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
GESTÃO DO TALENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO				
Canal de denúncias e reclamações	Realizada e planeada	Operações próprias	Contínua	Estabelecimento de canais de comunicação direta com os trabalhadores para que possam reportar impactos negativos, como condições inseguras de trabalho ou discriminação, assegurando que suas preocupações sejam tratadas de forma eficaz.
Parcerias com Organizações de Direitos Humanos	Realizada	Operações próprias	-	Trabalho colaborativo com ONG e outras entidades especializadas em Direitos Humanos, oferecendo recursos e soluções para apoiar a integração e dignificação de pessoas com deficiência.
Planos de Sucessão	Realizada	Operações próprias	-	Criação de Planos de sucessão para diretores e managers para garantir a continuidade de negócio (liderança).
SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR				
Apoio e avaliação de riscos Psicossociais	Realizada e planeada	Operações próprias,	-	A Triangle's criou um programa de apoio psicológico e compensação para trabalhadores afetados por acidentes ou situações de abuso no local de trabalho. Este programa foi projetado para garantir que as vítimas sejam adequadamente compensadas e que recebam o apoio necessário para superar as dificuldades.
Formação primeiros socorros	Planeada	Operações próprias,	-	Qualificar os colaboradores para atuação em situações de emergência.

Foram planeadas ou tomadas ações para endereçar os impactos materiais negativos, nomeadamente prevenir, como programas de formação de SST, inclusão e direitos dos trabalhadores, criação de programas de apoio psicológico para trabalhadores afetados por acidentes ou riscos psicossociais. [S1.38a] A Triangle's implementou ainda medidas para solucionar impactos reais, como compensações financeiras para trabalhadores que sofreram danos em acidentes de trabalho, apoio psicológico e de reabilitação, no caso de condições de trabalho adversas ou situações de abuso e melhoria das condições de trabalho, visando maior segurança e bem-estar. [S1.38b]

Através de programas de desenvolvimento profissional, benefícios de bem-estar, e políticas de inclusão e diversidade para um ambiente mais representativo, a Triangle's pretende proporcionar melhores condições aos seus colaboradores. Oferece ainda flexibilidade laboral horária e possibilidade de teletrabalho, para fomentar maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional. A eficácia destas ações é monitorizada por meio de estudos de satisfação dos colaboradores, indicadores de desempenho (como rotatividade e produtividade), análises de desenvolvimento de carreira e auditorias internas e externas. [S1.38c | S1.38d]

A Participada está a adotar medidas para explorar oportunidades que beneficiem a organização e os colaboradores, através da implementação de novas tecnologias para aumentar a eficiência, parcerias para capacitação profissional, promoção da diversidade e inclusão, e a expansão de benefícios de saúde e bem-estar para melhorar a qualidade de vida e a produtividade. [S1.40b] Estas ações são identificadas através de monitorização contínua, consultas com representantes de trabalhadores e análise de riscos e planeamento de ações corretivas. [S1.39]

As práticas de contratação responsável, códigos de conduta e auditorias internas, assim como as políticas de proteção de dados pessoais, garantem que não são causados impactos negativos nos seus colaboradores próprios. [S1.41] Por outro lado, são alocados os recursos necessários para uma adequada gestão dos impactos materiais identificados. [S1.43]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa tem vindo a desenvolver mecanismos robustos de conformidade que visam garantir a segurança regulatória, um dos objetivos estratégicos prioritários da Participada. Neste âmbito, são implementadas medidas concretas para alcançar a meta de zero acidentes, assegurando simultaneamente condições ambientais e de segurança ótimas durante o desempenho das suas atividades laborais. [ESRS 2.68a]

Para prevenir ou mitigar impactos negativos na sua força de trabalho, a Imedexa atua em diversas áreas essenciais. Promove ativamente a saúde e segurança no trabalho, através de formação contínua e sensibilização para práticas seguras, com vista à prevenção de acidentes e de efeitos negativos na saúde dos colaboradores. Paralelamente, desenvolve programas de formação ajustados às necessidades específicas de cada departamento, assegurando a capacitação adequada dos seus trabalhadores.

A gestão da segurança e do bem-estar da força de trabalho passa também pela recolha e análise detalhada dos dados relativos a acidentes laborais, permitindo identificar as causas e eliminar as fontes de risco. Esta abordagem detalhada permite a adoção de medidas específicas para prevenir a reincidência de incidentes. No que respeita às suas práticas operacionais, a Imedexa assegura que todas as fases dos seus processos incorporam aspetos relacionados com a saúde e segurança dos trabalhadores, tendo implementado um sistema de proteção de dados com responsabilidades claras atribuídas ao Departamento de Recursos Humanos. Todos os colaboradores são regularmente informados sobre as normas e procedimentos associados a este sistema. [S1.39 | S1.41]

A Política de Igualdade é aplicada de forma transversal a todos os níveis da organização, garantindo a promoção e monitorização da igualdade de oportunidades. A Participada está a criar procedimentos que asseguram o cumprimento integral dos requisitos regulatórios em todas as suas ações. No âmbito do reforço da conformidade, a Imedexa decidiu ainda contar com o apoio de uma entidade externa qualificada, cuja experiência contribui para a elaboração das políticas, procedimentos e ações de formação necessárias para assegurar a eficácia do sistema. [ESRS S1.38a | ESRS S1.38b]

A Imedexa implementou ainda condições de teletrabalho adaptadas às necessidades individuais de cada colaborador, tendo em conta as especificidades dos diferentes departamentos. Cada situação foi analisada cuidadosamente para assegurar que as condições proporcionam um equilíbrio adequado entre a vida profissional e pessoal. As avaliações de desempenho realizadas em cada área confirmam a eficácia desta medida em termos de produtividade e satisfação laboral. [ESRS S1.38c | ESRS S1.38d]

O crescimento sustentado da Imedexa cria oportunidades que são partilhadas entre a Participada e os seus colaboradores. Para isso, está em curso um processo de avaliação individual que identifica pontos fortes e áreas de desenvolvimento, com o objetivo de potenciar as atuais estruturas da Participada e preparar o futuro. [S1.40b]

A gestão integrada dos riscos, incluindo os que afetam a força de trabalho, é realizada pelo Comité de Gestão, que define as orientações estratégicas da Participada e supervisiona as ações correspondentes. [AR 47]

Atualmente a Imedexa está a concentrar os seus esforços no reforço das áreas onde foi identificada a maior necessidade de ação, tais como a conformidade legal e regulamentar e a proteção contra condições meteorológicas adversas. Até ao final de 2026, a implementação do sistema de conformidade estará concluída e os dados dos estudos de stress térmico estarão disponíveis, permitindo a avaliação dos resultados obtidos. [2.68d]

Principais ações [MDR-A_01; ESRS 2.68a; 2.68d]	Status [ESRS 2.68b]	Âmbito da ação [ESRS 2.68c]	Horizonte temporal [ESRS 2.68a]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
GESTÃO DO TALENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO				
Desenvolvimento e implementação de um sistema de compliance	Planeada e realizada	Operações próprias, a montante e jusante da cadeira de valor, em Espanha. Afeta colaboradores, fornecedores e clientes	Curto prazo	Definição das políticas que regulam as ações em diferentes áreas e dos procedimentos para o desenvolvimento dessas políticas com a atribuição de responsabilidades para a sua correta execução.
Estudos de stress térmico	Planeada e realizada	Operações próprias em Espanha. Afeta os colaboradores	Curto prazo	Análise e avaliação das condições de temperatura nos locais de trabalho em Cáceres durante os meses de verão. Identificação das áreas críticas onde é necessária intervenção para melhorar as condições laborais em situações de calor extremo.
Atualização do Plano de Igualdade	Planeada e realizada	Operações próprias em Espanha. Afeta os colaboradores	Curto prazo	O plano existente será atualizado para um novo período de três anos, com adaptações para refletir as características e necessidades dos três centros de trabalho.

SEGMENTO *HOLDINGS*

Ao nível da Semapa *Holding*, as ações realizadas, planeadas ou em curso para prevenir, atenuar ou corrigir impactos materiais negativos na própria mão de obra da empresa estão relacionadas com recrutamentos e formação alinhadas com as necessidades e competências da Semapa, respetivamente, e uma compensação competitiva face ao mercado. [S1.38a] Adicionalmente, tomou medidas para proporcionar ou permitir soluções em relação a um impacto material real ao nível do recrutamento, desenvolvimento, formação e compensação. [S1.38b]

Para impactar positivamente a sua própria mão de obra, a Semapa adotou medidas como *surveys* salariais para assegurar a sua competitividade, assim como planos de desenvolvimento individuais para garantir as competências necessárias. [S1.38c e S1.38d]

METAS E MÉTRICAS

METAS RELACIONADAS COM A GESTÃO DOS IMPACTOS MATERIAIS NEGATIVOS, A PROMOÇÃO DE IMPACTOS POSITIVOS E A GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS (S1-5; MDR-M)

A definição de metas por parte de cada uma das Participadas visa implementar soluções para impactos negativos, promover impactos positivos e gerir riscos e oportunidades materiais que resultam da análise de materialidade do Grupo Semapa. [S1.46]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No âmbito do seu Roteiro 2030, e ciente da importância de gerir de forma responsável os impactos e oportunidades relacionados com os seus colaboradores, a Navigator estabeleceu um conjunto de compromissos estratégicos que lhe permitem guiar e acompanhar o seu percurso. Estes compromissos traduzem-se em metas específicas que reforçam a promoção de:

– Comportamentos seguros e responsáveis que contribuam para uma verdadeira cultura de segurança e bem-estar, para melhorar as condições de trabalho, reduzindo as lesões músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho (LMERT) e, consequentemente, os acidentes e doenças profissionais, garantindo um ambiente seguro e saudável para os seus colaboradores e culminando na sua ambição de atingir zero acidentes associados às suas operações. [AR49a]
  O desenvolvimento e capacitação do capital humano visa alinhar competências com as necessidades, atuais e futuras, e contribuir para a qualificação e empregabilidade dos jovens das regiões onde a Navigator opera.

De um modo geral, as metas são fixadas através de exercícios de *benchmarking*, considerando as melhores práticas do setor e, em casos específicos (como a percentagem do número de acidentes descaracterizados por incumprimento de regras e procedimentos e as intervenções nos postos de trabalho, por exemplo), considera a evolução dos resultados obtidos ao longo dos últimos três anos, face ao plano de ação estabelecido (que agrega diversas iniciativas e ações) [S1.46 | ESRS 2.80f | S1.47]. São também tidas em conta as opiniões de diferentes *stakeholders* internos e externos, através de diferentes fóruns e mecanismos estruturados de diálogo, como o Fórum de Sustentabilidade, procurando garantir transparência e alinhamento com as expectativas das comunidades, autoridades e especialistas.

No desenvolvimento das suas metas, a Navigator procura, por um lado, assegurar o foco no desenvolvimento contínuo dos seus colaboradores, em alinhamento com os seus objetivos estratégicos e, por outro, ter em consideração o contexto local das geografias onde opera, contribuindo para a empregabilidade e qualificação dos jovens nessas geografias. [S1.46 | ESRS 2.80f]

Para monitorizar o desempenho em relação às metas estabelecidas, a Participada realiza avaliações regulares, diárias, mensais ou trimestrais, conforme a especificidade de cada indicador [S1.47]. Diversas iniciativas internas, como os Momentos de Segurança, *Weekly Meetings* e reuniões trimestrais industriais, garantem uma análise integrada do desempenho. Os resultados são apresentados e discutidos em *Steering Committees* e Comités de SST locais e corporativos, onde também se definem medidas corretivas e de melhoria [S1.47]. Além disso, as lições aprendidas são amplamente divulgadas, reforçando a cultura de segurança e a aplicação de medidas de prevenção e penalização, quando necessário [S1.47].

A Meta Zero Acidentes e as intervenções ergonómicas nos postos de trabalho foram desenvolvidas em alinhamento com a política de segurança integrada nos sistemas de gestão, com o objetivo de garantir condições de trabalho seguras e saudáveis. Estas metas foram definidas com a participação das partes interessadas e incluem formação sobre regras, procedimentos e o regime de penalização em caso de incumprimento. [S1.46 | ESRS2.80a]

O Roteiro, como ferramenta de gestão corporativa, não é estático pelo que anualmente é realizada uma reflexão que poderá levar a reajustes (*fine-tuning*) de alguns dos objetivos traçados, estabelecimento ou ajuste de metas intermédias e, em alguns casos, à determinação de novas metas. [S1.46 e ESRS 2.80i]

Objetivo e meta	Âmbito [ESRS2.80c]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75 | ESRS 2.80b]	Desc [ESR
GESTÃO DO TALENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO				
Ter parcerias com instituições de ensino em todas as regiões onde operamos no território nacional (universidades e escolas técnicas) e programas de estágios, contribuindo para o desenvolvimento de competências e para a empregabilidade dos jovens	Operações próprias, Portugal	Valor de referência: - Ano base: 2020	N.º de ações em universidades e escolas técnicas N.º de programas de estágios	Parti univ apre 31 e de d 3 op final FCT 8 bo 23 v fábri 109 quai - 51 licen integ quad - 58 futur integ com Cerc está 3 tra (prog 48 e
Abranger 80% dos colaboradores com planos de desenvolvimento individuais (PDI) customizados às suas necessidades e projetos profissionais, em alinhamento com as necessidades de sucessão da Navigator, até 2030	Operações próprias, abrange todas as geografias exceto Ejea e Tissue UK	Valor de referência: - Ano base: 2020	% de colaboradores com planos de desenvolvimento customizados às suas necessidades e projetos profissionais	26% com Espe

empenho 2023 RS2.80]	Desempenho 2024 [ESRS2.80]	Desempenho 2025 [ESR52.80]	Resultados [ESRS2.80e]
icipação em 26 iniciativas em ersidades (feiras, pitchs e sentações). stágios curriculares/ projetos issertação. en sessions para alunos istas de mestrado na UC, na Nova FCT e UA. lsas de estudo atribuídas. isitas de grupos de alunos às cas Navigator (636 alunos). estágios profissionais, dos s: estágios profissionais para nciados e mestres, com gração de 27,4% destes nos dros; estágios profissionais para os Operadores, com gração de 67,2% destes o técnicos operacionais. ca de 50% de integração de gios profissionais. inees de longa duração grama de 24 meses); stágios de verão.	N.º de ações em universidades e escolas técnicas Média de execução do plano acima dos 90%: 100%, em 2024 (considerado apenas o n.º de feiras de emprego). N.º de programas de estágios Execução do plano de estágios em 2024: 80,85% 291 Estágios 172 estágios profissionais: - 47 estágios profissionais para licenciados e mestres (27%); - 125 estágios profissionais de Técnicos operacionais (73%).	N.º de ações em universidades e escolas técnicas Média de execução do plano acima dos 90%: 100%, em 2025 (considerado apenas o n.º de feiras de emprego). N.º de programas de estágios Execução do plano de estágios em 2025: 88% 178 Estágios (verão, profissionais para licenciados e mestres e curso de operadores) 134 estágios profissionais/ curso de operadores: - 67 estágios profissionais para licenciados e mestres (50%); - 67 cursos de operadores (50%).	Metas intermédias (2025): - Integrar 20% dos estágios profissionais dirigidos a quadros - Integrar 50% dos estágios profissionais de técnicos operacionais
do total de colaboradores PDI 38% dos Técnicos/ ecialistas/Gestores com PDI	31% do total de colaboradores com PDI 53% dos Técnicos/ Especialistas/Gestores com PDI	36% do total de colaboradores com PDI 66% dos Técnicos/ Especialistas/Gestores com PDI	Valor a alcançar: 80% Ano: 2030 Metas intermédias (2026): - 45% do total de colaboradores com PDI (ano base 2021) 60% dos Técnicos/ Especialistas/Gestores com PDI em 2026 (ano base 2022)

Objetivo e meta	Âmbito [ESRS2.80c]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75 | ESRS 2.80b]	Des [ESR
Criar awareness nas equipas acerca das boas práticas e compromissos de sustentabilidade ESG até 2026	Portugal	Valor de referência: - Ano base: 2023	N/A	-
Monitorizar continuamente os principais estímulos motivacionais dos colaboradores, para alcançar uma melhor adequação das práticas de gestão, políticas e processos implementados	Operações próprias em Portugal, Escritórios internacionais e Moçambique	Valor de referência: N/A Ano base: 2020	CRESCER Estudo de Clima N.º de Open Days	Prog abra indu resu 1 ide clima taxa (valo reali
SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR				
Atingir a Meta Zero Acidentes, através da melhoria contínua na segurança, com a nova Estratégia de SST 2021-2025: - Índice de frequência ≤2, em 2030 (colaboradores internos e externos)	Operações próprias, Ibéria. Engloba colaboradores internos e trabalhadores externos	Valor de referência: 6,6 Ano base: 2020	Índice de frequência	5,8
Atingir um Índice de frequência de acidentes de trabalho ≤0,3, em 2025	Operações próprias em Moçambique. Engloba colaboradores internos e trabalhadores externos	Valor de referência: 2,5 Ano base: 2022	Índice de frequência	1,6

empenho 2023 RS2.80]	Desempenho 2024 [ESRS2.80]	Desempenho 2025 [ESR52.80]	Resultados [ESRS2.80e]
	Criado o Programa S-pertise e estruturados os conteúdos programáticos da formação em Sustentabilidade e ESG a iniciar em 2025. Lançada a plataforma interna Sustainability Hub com conteúdos de sustentabilidade para os colaboradores.	Divulgação dos Sustainability Highlights e preparação dos conteúdos programáticos de formação em sustentabilidade.	Realizar ações de sensibilização periódicas e realizar formação a 80% dos colaboradores Ano: 2026
grama Straight To The Top ngeu 4 complexos striais, com os seguintes ltados: 35 ideias submetidas; eia premiada. Estudo de a organizacional obteve uma de participação de 73% or mais alto nos estudos zados na Navigator).	CRESCER - 45% de implementação do roadmap de iniciativas sugeridas pelos colaboradores. Estudo de Clima - Resultado médio dos indicadores referentes à satisfação e engagement: 65,4 (2023). A Navigator realizou 69 Open Days em 2024 - 34 no 1.º semestre e 35 no 2.º semestre.	CRESCER - 69% de implementação do roadmap de iniciativas sugeridas pelos colaboradores. Após o revamp de 2024, a Navigator realizou 43 Open Days em 2025 - 31 no 1.º semestre e 12 no 2.º semestre.	CRESCER: implementação de 100% do roadmap, em 2030. Estudo de Clima: Média >70% nos indicadores relacionados com satisfação e engagement do estudo de clima.
	4,1	2,8	Índice de frequência ≤2,0 (colaboradores internos e externos) Ano: 2030 Metas intermédias: Índice de Frequência = 2,6 em 2025 Índice de Frequência = 1,9 em 2026
	0,36	0 (Meta atingida em 2025)	Índice de Frequência: ≤0,3 Ano: 2025

Objetivo e meta	Âmbito [ESRS2.80c]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75 | ESRS 2.80b]	Desc [ESR
<10% acidentes descaracterizados por incumprimento de regras e procedimentos	Operações próprias, Ibéria. Engloba colaboradores internos e trabalhadores externos	Valor de referência: 49% Ano base: 2022	% acidentes descaracterizados por incumprimento de regras e procedimentos	-
Desenvolver o Eixo Ergonomia: 100 postos de trabalho intervencionados, até 2030	Operações próprias, Ibéria	Valor de referência: 52 Ano base: 2022	Postos de trabalho intervencionados (acumulado) - Projeto Ergonomia	72 (v
Desenvolver o programa de Saúde Ocupacional até 2030: - Índice de Capacidade para o Trabalho (ICT): 45% em 2030; - Avaliação da satisfação dos colaboradores com o programa: >95%	Operações próprias, abrange todas as geografias exceto Navigator Tissue Ejea e Navigator Tissue UK	Valor de referência: - Ano base: 2020	Índice de capacidade para o trabalho (ICT). Avaliação da satisfação dos colaboradores	Senc índic a rea 2025 Aval cola 97%

empenho 2023 RS2.80]	Desempenho 2024 [ESRS2.80]	Desempenho 2025 [ESR52.80]	Resultados [ESRS2.80e]
	19%	28%	Valor a alcançar: <10% Ano: 2030
valor acumulado)	202 (valor acumulado)	284 (valor acumulado)	Valor a alcançar: 100 postos de trabalho intervencionados Ano: 2030
do a monitorização deste ce realizada de 4 em 4 anos, avaliação do ICT ocorrerá em 5. iação da satisfação dos boradores com o programa:	Sendo a monitorização deste índice realizada de 4 em 4 anos, a reavaliação do ICT ocorrerá em 2025. Avaliação da satisfação dos colaboradores com o programa: 97%	ICT: 40,2% Avaliação da satisfação dos colaboradores com o programa: 98%	Valores a alcançar: 45% e >95% Ano: 2030

DESEMPENHO EM RELAÇÃO ÀS METAS

Saúde, segurança e bem-estar

Ao nível do desempenho em 2025, salienta-se que, através da implementação e execução do plano estratégico Missão Zero, foi, possível alcançar o menor Índice de Frequência (IF) de sempre, com o resultado de 2,8, ligeiramente acima da meta estabelecida para 2025 (IF= 2,6), demonstrando a eficácia de uma abordagem integrada e multidisciplinar. Este resultado demonstra o reforço de uma cultura de segurança centrada na proteção das pessoas, suportada por mais de 37.000 horas de formação e por metodologias inovadoras como a gamificação e os *role-play*. [S1.46 | ESRS 2.80j | S1.47] Práticas de bem--estar, procedimentos transversais para temas críticos e iniciativas como *Safety Walks*, Fórum de Supervisores e Conversas de Segurança foram determinantes para envolver todos os níveis da Participada na identificação de riscos e na implementação de soluções. [S1.46 | ESRS 2.80j | S1.47].

Neste âmbito, destaca-se também a superação antecipada da meta estabelecida para 2030, relativamente ao número de postos de trabalho intervencionados (100) para efeitos de ergonomia, tendo-se atingido, em 2025, um total acumulado de 284 postos de trabalho intervencionados. [S1.46 | ESRS 2.80j | S1.47] No que se refere a Moçambique, desde 2020, que é monitorizado o Índice de Frequência, evidenciando uma melhoria contínua na segurança, através de um investimento significativo na sensibilização das comunidades para a necessidade de operar em segurança e de educar prestadores de serviço com um histórico focado na operação e menor desenvolvimento em questões de segurança e ambiente. Em 2024, a Portucel Moçambique passou a monitorizar um indicador combinado de desempenho em Segurança e Saúde no Trabalho, integrando o Índice de Frequência (60%) e o Índice de Gravidade (40%), com o objetivo de refletir não apenas o número de acidentes com baixa médica, mas também a sua severidade. Esta abordagem permite uma avaliação mais abrangente do risco operacional e do impacto efetivo dos acidentes sobre as pessoas e a organização. Em 2025, verificou-se uma melhoria significativa, com o indicador a atingir o valor de 0, em resultado da inexistência de acidentes com baixa médica durante o período em análise.

Gestão do talento e desenvolvimento do capital humano

Em 2025, foram implementadas diversas medidas para promover e reforçar a construção de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), consolidando uma cultura de crescimento contínuo. Entre as principais iniciativas, destacam-se a priorização do acesso dos colaboradores aos PDI, a comunicação contínua por vários canais (*email*, *Intranet*, *webinars* e formações) e a articulação com o *Learning Center* para identificar novas necessidades de formação para o plano anual. As avaliações de desempenho e os programas de desenvolvimento mantiveram orientações para criação e ajuste dos planos, o *Talent Review* assegurou recomendações de desenvolvimento personalizadas e o *Performance Improvement Plan* continuou a ser aplicado no terreno com foco no crescimento.

Como as metas intermédias não foram alcançadas em 2025, a sua vigência foi estendida até 2026: [S1.46 | ESRS 2.80i]

– 45% do total de colaboradores com PDI em 2026 (ano base: 2021);
– 60% dos Técnicos/Especialistas/Gestores com PDI em 2026 (ano base: 2022).

O compromisso com o aumento da empregabilidade jovem reflete-se na realização de 134 estágios profissionais, no ano de 2025. Sempre que possível, estes realizam-se ao abrigo do programa estatal do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), contribuindo para as políticas de empregabilidade dos jovens. Em 2025, o percurso formativo dos futuros técnicos operacionais, realizado em parceria com o IEFP, passou a ter uma nova modalidade, procurando tornar o programa mais atrativo para os jovens, eliminando o estágio e alargando a componente prática. Este novo modelo designa-se Curso de Operadores.

Em 2025, a taxa de integração de técnicos operacionais pós-estágio foi de 65%, encontrando-se ainda a decorrer dois cursos de formação, pelo que a meta intermédia foi superada em 15p.p. No caso dos Quadros, a taxa de integração foi de 1%, pelo que se encontra 19p.p. abaixo da meta intermédia. No entanto, alguns dos estágios iniciados em 2025 ainda se encontram a decorrer e os já finalizados contribuem para o aumento da empregabilidade dos jovens no mercado de trabalho pelo desenvolvimento de competências, por uma experiência em contexto real de trabalho e pela reputação que a Navigator possui. [S1.46 | ESRS 2.80j]

SEGMENTO CIMENTO

As metas definidas para as operações próprias da totalidade da Secil contaram com envolvimento de *stakeholders* internos e não foram alteradas desde o período da sua definição. Visam apoiar no acompanhamento dos IRO materiais relacionados. No caso do plano de envolvimento de *stakeholders*, o impacto reflete-se em toda a cadeia de valor. [ESRS 2.80c |280g | 2.80h | 2.80i | S1.46]

Objetivo e meta	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75]	Desempenho 2023 [ESRS2.80J]	Desempenho 2024 [ESRS2.80J]	Desempenho 2025 [ESRS2.80J]	Resultados [ESRS2.80e]
SAÚDE E SEGURANÇA						
Reduzir o índice de frequência de acidentes	Valor de referência: 7,5 Ano base: 2020	Índice de frequência de acidentes	5,1	6,8	6,3	3,8 Ano: 2025
Implementação de 2 elementos prioritários do Framework de Segurança por ano	Valor de referência: N/A Ano base: 2024	% de implementação dos 2 elementos do Framework de Segurança	Framework de segurança definido	Tunísia= 64% Brasil=97% Líbano=68% Portugal=61%*	Tunísia=52,2% Brasil=61,32% Líbano=62,08% Portugal=51,42%	Ter pelo menos 65% de implementação nos dois elementos em todas as geografias. Ano: 2025
DIVERSIDADE						
Percentagem de Mulheres	Valor de referência: 12% Ano base: 2020	% mulheres	13,7%	13,5%	13,5%	14,5% Ano: 2025
GESTÃO DE TALENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO						
Formação & Desenvolvimento	Valor de referência: 650€/ FTE Ano base: 2020	Formação & Desenvolvimento (€/FTE)	357€/FTE	498,44€/FTE	502,77€/FTE	700€/FTE Ano: 2025
Rotatividade de colaboradores	Valor de referência: 12,80% Ano base: 2020	Rotatividade de trabalhadores voluntária/ involuntária (%)	10,0%	12,2%	11,2%	9,2% Ano: 2025
Satisfação dos Colaboradores (eNPS)	Valor de referência: 35 Ano base: 2021	eNPS	24	34**	40**	Entre 36 e 40 Ano: 2025

* Estes valores são o resultado da autoavaliação da implementação dos dois elementos prioritários do framework em 2024. Os elementos considerados em 2024 foram o LOTOTO (Lock Out, Tag Out, e Try Out) e outro elemento à escolha de cada geografia.

** O eNPS de 2024 e 2025 foi o resultado de uma Pulse, uma pesquisa com menos questões e com uma amostra da população que serve como pulso da satisfação dos colaboradores nos anos em que não temos pesquisas de clima. Em Março de 2025 foi obtido um resultado do eNPS, pesquisa de clima que envolveu toda a população, de 28.

A Secil compromete-se com uma gestão responsável do tema da segurança e bem-estar, que é materializada em dois objetivos e metas definidos neste âmbito. [ESRS 2.80c] No caso da taxa de frequência de acidentes (FR), este é um indicador reativo, mas que transparece o foco claro da Secil em garantir melhorias que advêm de iniciativas implementadas e dos programas de formação direcionados, bem como do apoio de consultores externos, que se materializaram na sua redução sucessiva nos últimos três anos. [S1.46 | ESRS 2.80f | ESRS 2.77a] As metas definidas para a Saúde e Segurança têm em conta o contexto mais vasto do desenvolvimento sustentável e a situação local em que se verificam os impactos da Participada.

No caso da redução da meta do índice de frequência de acidentes (FR), esta apoia um desenvolvimento sustentável ao priorizar locais de trabalho mais seguros, reduzir as interrupções relacionadas com acidentes e alinhar-se com o contexto local de promoção do bem-estar e da estabilidade económica nas comunidades impactadas pela Secil. [S1.46 | ESRS 2.80f]

Relativamente ao *Framework* de Segurança, os dois elementos implementados em 2025 foram o Programa de liderança em segurança e o programa de inspeção do equipamento de trabalho. A implementação do procedimento de inspeção do equipamento de trabalho é composto por quatro procedimentos de segurança destinados a assegurar que os ativos de betão, as estruturas metálicas, os equipamentos e a maquinaria, bem como as plataformas acessíveis a pé, são objeto de uma inspeção de primeiro nível para verificar se se encontram em condições seguras para quem as opera. Por sua vez, o programa de Programa de Liderança Operacional Visível em Segurança consiste numa iniciativa de formação de um dia completo, dirigida a líderes, com o objetivo de reforçar a sua responsabilidade pela segurança das equipas e o seu papel na promoção e liderança das práticas de segurança.

O desempenho em relação às metas de segurança é monitorizado através de uma abordagem estruturada, em que são realizadas reuniões mensais com as geografias para acompanhamento, reuniões semanais para tratar questões específicas, visitas anuais aos locais, realizadas pelo gestor de segurança, reuniões mensais para partilhar os resultados com a direção, incluindo os CEOs das geografias e reuniões trimestrais para equipas de gestão e segurança para partilhar atualizações, aprendizagens e melhorias. As três primeiras metas definidas neste tema, por serem KPIs usuais nesta área, são validadas e auditadas externamente. [ESRS 2.77b]

No âmbito dos dois elementos do *Framework* de Segurança, as avaliações de maturidade são conduzidas em conjunto por um consultor externo de segurança e pelo *Group Safety Manager*, em colaboração com as equipas operacionais. O consultor externo e o *Group Safety Manager* orientam, monitorizam e revêm os resultados das avaliações, de forma a assegurar o seu alinhamento. Com base nestas discussões, são desenvolvidas recomendações para cada geografia, com o objetivo de identificar lacunas e estabelecer um *roadmap* de cinco anos para cumprir os requisitos do *framework*. Os resultados são igualmente apresentados à Comissão Executiva da Secil para análise e aprovação. [S1.47] [S1.46 | ESRS 2.80f] As metas de Saúde e Segurança têm em conta o desenvolvimento sustentável e os impactos locais da empresa, reduzindo as interrupções relacionadas com acidentes e alinhar com o contexto local de promoção do bem-estar e estabilidade económica nas comunidades impactadas pela Participada [S1.46 | ESRS 2.80f]

O desempenho em relação às metas de segurança é monitorizado através de uma abordagem estruturada, em que são realizadas reuniões mensais com as geografias para acompanhamento, reuniões semanais para tratar questões específicas, visitas anuais aos locais, realizadas pelo gestor de segurança, reuniões mensais para partilhar os resultados com a direção, incluindo os CEOs das geografias e reuniões trimestrais para equipas de gestão e segurança para partilhar atualizações, aprendizagens e melhorias. As três primeiras metas definidas neste tema, por serem KPI usuais nesta área, são validadas e auditadas externamente. [ESRS 2.77b]

Estas metas visam acompanhar os impactos materiais relacionados com Saúde e Segurança e relacionam-se com a Política definida para alcançar zero danos à força de trabalho, contratantes e comunidades. [S1.46 I ESRS 2.80a]

No caso da rotatividade de colaboradores, o foco está na redução da rotatividade de trabalhadores voluntária/involuntária (%) acompanhada trimestralmente. Desta forma, a Secil pretende garantir que está a fomentar ambientes de trabalho atrativos e estáveis, promovendo bem-estar e segurança no emprego, assim como a satisfação dos colaboradores. Este valor é acompanhado anualmente através do eNPS. que reflete também o envolvimento dos colaboradores. Pretende-se alcançar um valor elevado, reflexo da promoção de ambientes de trabalho positivos e inclusivos, uma vez que este impacta na produtividade e na reputação da Secil como entidade empregadora. Permite ainda aferir a satisfação dos colaboradores a vários níveis. [S1.46 I ESRS 2.80f I S1.47]

A percentagem de mulheres, acompanhada trimestralmente, promove a igualdade de oportunidades para mulheres e homens. Aumentar a percentagem de mulheres na força de trabalho da Secil contribui para a diversidade, equidade e inclusão, refletindo o compromisso com práticas laborais justas e inclusivas.

Os indicadores de formação e desenvolvimento (euros/FTE) permitem que os temas relacionados com esta temática sejam acompanhados. [S1.46 I ESRS 2.80e I 2.80f] O acompanhamento trimestral desta métrica contribui para o desenvolvimento de competências, promoção da empregabilidade, da inovação e da competitividade sustentável da Secil. [S1.46 I ESRS 2.80f I S1.47]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA está determinada em prosseguir no sentido dos princípios de responsabilidade social das empresas, conformidade jurídica e melhoria contínua, sendo esses elementos fulcrais para a cultura corporativa e de gestão. Estes princípios encontram-se enraizados no seio da ETSA e da sua cultura corporativa desde a sua criação. A empresa não adotou metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais. [ESRS 2.81a]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's tem várias métricas e metas para acompanhar os IRO materiais, as quais se encontram refletidas nas tabelas que se apresentam de seguida:

Objetivo e meta	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75]	Desempenho 2023 [ESRS2.80J]	Desempenho 2024 [ESRS2.80J]	Desempenho 2025 [ESRS2.80J]	Resultados [ESRS2.80e]
SAÚDE E SEGURANÇA						
Taxa de realização de consultas de bem-estar	Valor de referência: 98% Ano base: 2024	N.º consultas realizadas no mês / N.º total de colaboradores x 100	-	98%	99%	100% Anualmente
Horas de formação SST por colaborador	Valor de referência: 5,23 horas por colaborador Ano base: 2024	Horas de formação em SST / N.º total de colaboradores ativos no mês (inclui trabalhadores temporários)	-	5,23	2,49	≥ 10h Anualmente
DIVERSIDADE						
Percentagem de mulheres	Valor de referência: 37% Ano base: 2024	N.º total de mulheres / N.º total de colaboradores	-	37%	39%	50% Ano: 2025
Quota de colaboradores com deficiência	Valor de referência: 1% Ano base: 2025	Percentagem de colaboradores com deficiência	-	-	1%	2% Anualmente
GESTÃO DE TALENTO E DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO						
Horas de formação por colaborador	Valor de referência: 40 horas por colaborador Ano base: 2024	Horas de formação / N.º total de colaboradores ativos no mês (inclui trabalhadores temporários)	-	22,52	13,31	≥40h Anualmente
Índice advocacia colaborador (eNPS)	Valor de referência: 29 Ano base: 2025	N.º promotores – N.º detratores / N.º total respostas x 100	-	-	29	>29 Ano: 2026

Nota: Identificou-se um erro na informação divulgada no exercício de 2024, referente às metas de horas de formação SST por colaborador e taxa de realização de consultas de bem-estar. No presente relatório procedeu-se à correção da informação relativa a 2024, passando a ser divulgado o valor correspondente ao valor de referência, ao ano base, e o ano de instituição da meta.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa está a definir as metas adequadas relacionadas com a sua própria força de trabalho. Estas serão estabelecidas e monitorizados até ao final de 2026.

SEGMENTO *HOLDINGS*

Em 2023, foi implementada uma meta que visa acompanhar e promover o desenvolvimento individual dos colaboradores (CP) da Semapa, bem como reforçar a cultura de crescimento contínuo Making it Better.

A meta *Commitment Plans* (CP) encontra-se definida na seguinte tabela:

Objetivo e meta	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75]	Desempenho 2023 [ESRS2.80J]	Desempenho 2024 [ESRS2.80J]	Desempenho 2025 [ESRS2.80J]	Resultados [ESRS2.80e]
Commitment Plans individuais dos colaboradores, customizando as suas necessidades e projetos profissionais	Valor de referência:100% Ano base: 2024	% de colaboradores com planos de desenvolvimento customizados às suas necessidades e projetos profissionais	-	100%	100%	100% Ano: 2025

CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS DA EMPRESA (S1-6)

O Grupo Semapa conta com mais de 8 000 colaboradores assalariados, distribuídos pelas várias empresas do Grupo. Apresentam-se abaixo as principias características destes trabalhadores.

Navigator			
		2025	2024
[S1.50a]	Género	Número de trabalhadores assalariados (número de efetivos)	
S1-6-002	Masculino	3 170	3 213
S1-6-003	Feminino	762	752
S1-6-004	Outros	—	—
S1-6-005	Não divulgado	—	—
S1-6-001	**Total trabalhadores assalariados**	**3 932**	**3 965**

Secil			
		2025	2024
[S1.50a]	Género	Número de trabalhadores assalariados (número de efetivos)	
S1-6-002	Masculino	2 499	2 226
S1-6-003	Feminino	391	347
S1-6-004	Outros	—	—
S1-6-005	Não divulgado	—	—
S1-6-001	**Total trabalhadores assalariados**	**2 890**	**2 573**

ETSA			
		2025	2024
[S1.50a]	Género	Número de trabalhadores assalariados (número de efetivos)	
S1-6-002	Masculino	382	256
S1-6-003	Feminino	93	73
S1-6-004	Outros	—	—
S1-6-005	Não divulgado	—	—
S1-6-001	**Total trabalhadores assalariados**	**475**	**329**

Triangle's			
		2025	2024
[S1.50a]	Género	Número de trabalhadores assalariados (número de efetivos)	
S1-6-002	Masculino	214	164
S1-6-003	Feminino	138	98
S1-6-004	Outros	—	—
S1-6-005	Não divulgado	—	—
S1-6-001	**Total trabalhadores assalariados**	**352**	**262**

Imedexa		
		2025
[S1.50a]	Género	Número de trabalhadores assalariados (número de efetivos)
S1-6-002	Masculino	538
S1-6-003	Feminino	35
S1-6-004	Outros	—
S1-6-005	Não divulgado	—
S1-6-001	**Total trabalhadores assalariados**	**573**

Semapa Holding			
		2025	2024
[S1.50a]	Género	Número de trabalhadores assalariados (número de efetivos)	
S1-6-002	Masculino	23	16
S1-6-003	Feminino	26	27
S1-6-004	Outros	—	—
S1-6-005	Não divulgado	—	—
S1-6-001	**Total trabalhadores assalariados**	**49**	**43**

Grupo Semapa			
		2025	2024
[S1.50a]	Género	Número de trabalhadores assalariados (número de efetivos)	
S1-6-002	Masculino	6 826	5 875
S1-6-003	Feminino	1 445	1 297
S1-6-004	Outros	—	—
S1-6-005	Não divulgado	—	—
S1-6-001	**Total trabalhadores assalariados**	**8 271**	**7 172**

[S1.50a]	Total de colaboradores por país/região Subsidiária	País	2025	2024
S1-6-006	**Navigator**	Portugal	3 208	3 180
S1-6-007		Espanha	187	176
S1-6-008		Moçambique	107	128
		Reino Unido	386	437
S1-6-009		Outros países	44	44
S1-6-001		**Total**	**3 932**	**3 965**
S1-6-006	**Secil**	Portugal	1 225	1 166
S1-6-007		Espanha	19	17
S1-6-008		Tunísia	539	269
S1-6-009		Angola	81	88
S1-6-010		Brasil	568	566
S1-6-011		Líbano	426	435
		Países Baixos	3	3
		Cabo Verde	29	29
S1-6-001		**Total**	**2 890**	**2 573**
S1-6-006	**ETSA**	Portugal	356	328
S1-6-007		Espanha	119	1
S1-6-001		**Total**	**475**	**329**
S1-6-006	**Triangle's**	Portugal	352	262
S1-6-001		**Total**	**352**	**262**
S1-6-007	**Imedexa**	Espanha	573	—
S1-6-001		**Total**	**573**	**—**
S1-6-006	**Semapa Holding**	Portugal	49	43
S1-6-001		**Total**	**49**	**43**
S1-6-006	**Grupo Semapa**	Portugal	5 190	4 979
S1-6-007		Espanha	898	194
		Reino Unido	386	437
S1-6-008		Moçambique	107	128
S1-6-009		Tunísia	539	269
S1-6-010		Angola	81	88
S1-6-011		Brasil	568	566
S1-6-012		Líbano	426	435
S1-6-013		Outros países	76	76
S1-6-001		**Total**	**8 271**	**7 172**

Nota Navigator: Não são considerados nestes valores os Estagiários/Bolseiros e órgãos sociais. Os dados são referentes ao número de trabalhadores assalariados existentes em 31 de dezembro e incluem todos os trabalhadores com vínculo contratual com a Navigator. O número total de trabalhadores assalariados inclui os membros do Conselho de Administração. [S1.50d] O número de trabalhadores assalariados permanentes e temporários de 2024 foram atualizados face ao que constava no Relatório Anual 2024.

Nota Secil: Valores comunicados por cada geografia em que a Secil opera, apurados com base nos sistemas de processamento salarial e que cruzam com os valores compilados pelas áreas de Reporting. O número total de trabalhadores assalariados inclui os 6 membros dos órgãos de governação afetos à Secil.

Nota Triangle's: Foram considerados trabalhadores a tempo completo. Os dados considerados foram o número real final de trabalhadores a 31 de dezembro. Inclui os 2 membros do Conselho de Administração. [S1.50d]

Nota ETSA: Inclui os 6 membros do Conselho de Administração. [S1.50d]

Nota Semapa Holdings: Em 2025 foram considerados todos os colaboradores assalariados da Holding (incluindo Semapa e Semapa Next), a 31 de dezembro, com contrato direto com a empresa (incluindo estagiários) e que não sejam órgãos sociais. Exclui os 8 membros do Conselho de Administração. [S1.50d]

[S1.50b; S1.52]	Número total de colaboradores, por tipo de contrato, repartidos por género				
	Subsidiária	Tipologia de Contrato	Género	2025	2024
S1-6-003, S1-6-002, S1-6-004, S1-6-005, S1-6-001	**Navigator**	**Número de colaboradores**	Masculino	3 170	3 213
			Feminino	762	752
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Total	**3 932**	**3 965**
S1-6-014, S1-6-013, S1-6-015, S1-6-016, S1-6-012		**Colaboradores permanentes (contrato sem termo)**	Masculino	2 933	3 007
			Feminino	697	694
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**3 630**	**3 701**
S1-6-021, S1-6-020, S1-6-022, S1-6-023, S1-6-019		**Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)**	Masculino	237	206
			Feminino	65	58
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**302**	**264**
S1-6-028, S1-6-027, S1-6-029, S1-6-030, S1-6-026		**Colaboradores sem garantia de carga horária**	Masculino	0	0
			Feminino	0	0
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**0**	**0**
			Total	**3 932**	**3 965**
S1-6-003, S1-6-002, S1-6-004, S1-6-005, S1-6-001	**Secil**	**Número de colaboradores**	Masculino	2 499	2 226
			Feminino	391	347
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Total	**2 890**	**2 573**
S1-6-014, S1-6-013, S1-6-015, S1-6-016, S1-6-012		**Colaboradores permanentes (contrato sem termo)**	Masculino	2 329	1 982
			Feminino	372	316
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**2 701**	**2 298**
S1-6-021, S1-6-020, S1-6-022, S1-6-023, S1-6-019		**Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)**	Masculino	142	215
			Feminino	17	31
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**159**	**246**
S1-6-028, S1-6-027, S1-6-029, S1-6-030, S1-6-026		**Colaboradores sem garantia de carga horária**	Masculino	28	29
			Feminino	2	0
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**30**	**29**
			Total	**2 890**	**2 573**

[S1.50b; S1.52]	Número total de colaboradores, por tipo de contrato, repartidos por género				
	Subsidiária	Tipologia de Contrato	Género	2025	2024
S1-6-003, S1-6-002, S1-6-004, S1-6-005, S1-6-001	**ETSA**	**Número de colaboradores**	Masculino	382	256
			Feminino	93	73
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Total	**475**	**329**
S1-6-014, S1-6-013, S1-6-015, S1-6-016, S1-6-012		**Colaboradores permanentes (contrato sem termo)**	Masculino	373	256
			Feminino	93	73
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**466**	**329**
S1-6-021, S1-6-020, S1-6-022, S1-6-023, S1-6-019		**Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)**	Masculino	9	0
			Feminino	0	0
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**9**	**0**
S1-6-028, S1-6-027, S1-6-029, S1-6-030, S1-6-026		**Colaboradores sem garantia de carga horária**	Masculino	0	0
			Feminino	0	0
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**0**	**0**
			Total	**475**	**329**
S1-6-003, S1-6-002, S1-6-004, S1-6-005, S1-6-001	**Triangle's**	**Número de colaboradores**	Masculino	214	164
			Feminino	138	98
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Total	**352**	**262**
S1-6-014, S1-6-013, S1-6-015, S1-6-016, S1-6-012		**Colaboradores permanentes (contrato sem termo)**	Masculino	214	164
			Feminino	138	98
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**352**	**262**
S1-6-021, S1-6-020, S1-6-022, S1-6-023, S1-6-019		**Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)**	Masculino	0	0
			Feminino	0	0
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**0**	**0**
S1-6-028, S1-6-027, S1-6-029, S1-6-030, S1-6-026		**Colaboradores sem garantia de carga horária**	Masculino	0	0
			Feminino	0	0
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**0**	**0**
			Total	**352**	**262**

[S1.50b; S1.52]	Número total de colaboradores, por tipo de contrato, repartidos por género				
	Subsidiária	Tipologia de Contrato	Género	2025	2024
S1-6-003, S1-6-002, S1-6-004, S1-6-005, S1-6-001	**Imedexa**	**Número de colaboradores**	Masculino	538	—
			Feminino	35	—
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Total	**573**	**—**
S1-6-014, S1-6-013, S1-6-015, S1-6-016, S1-6-012		**Colaboradores permanentes (contrato sem termo)**	Masculino	533	—
			Feminino	34	—
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**567**	**—**
S1-6-021, S1-6-020, S1-6-022, S1-6-023, S1-6-019		**Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)**	Masculino	5	—
			Feminino	1	—
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**6**	**—**
S1-6-028, S1-6-027, S1-6-029, S1-6-030, S1-6-026		**Colaboradores sem garantia de carga horária**	Masculino	0	—
			Feminino	0	—
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**0**	**—**
			Total	**573**	**0**
S1-6-003, S1-6-002, S1-6-004, S1-6-005, S1-6-001	**Semapa Holding**	**Número de colaboradores**	Masculino	23	16
			Feminino	26	27
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Total	**49**	**43**
S1-6-014, S1-6-013, S1-6-015, S1-6-016, S1-6-012		**Colaboradores permanentes (contrato sem termo)**	Masculino	18	16
			Feminino	25	27
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**43**	**43**
S1-6-021, S1-6-020, S1-6-022, S1-6-023, S1-6-019		**Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)**	Masculino	5	0
			Feminino	1	0
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	6	0
S1-6-028, S1-6-027, S1-6-029, S1-6-030, S1-6-026		**Colaboradores sem garantia de carga horária**	Masculino	0	0
			Feminino	0	0
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**0**	**0**
			Total	**49**	**43**

[S1.50b; S1.52]	Número total de colaboradores, por tipo de contrato, repartidos por género				
	Subsidiária	**Tipologia de Contrato**	**Género**	**2025**	**2024**
S1-6-003, S1-6-002, S1-6-004, S1-6-005, S1-6-001	**Grupo Semapa**	**Número de colaboradores**	Masculino	6 826	5 875
			Feminino	1 445	1 297
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Total	**8 271**	**7 172**
S1-6-014, S1-6-013, S1-6-015, S1-6-016, S1-6-012		**Colaboradores permanentes (contrato sem termo)**	Masculino	6 400	5 425
			Feminino	1 359	1 208
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**7 759**	**6 633**
S1-6-021, S1-6-020, S1-6-022, S1-6-023, S1-6-019		**Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)**	Masculino	398	421
			Feminino	84	89
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**482**	**510**
S1-6-028, S1-6-027, S1-6-029, S1-6-030, S1-6-026		**Colaboradores sem garantia de carga horária**	Masculino	28	29
			Feminino	2	0
			Outro	—	—
			Não divulgado	—	—
			Subtotal	**30**	**29**
			Total	**8 271**	**7 172**

Nota: Os dados reportados não foram estimados e são referentes ao número de colaboradores assalariados existentes a data de 31 de dezembro de 2025. [S1.50d | AR60]

Nota Navigator: Os dados de 2025 são referentes ao número de colaboradores assalariados existentes à data de 31 de dezembro e incluem todos os colaboradores com vínculo contratual com a Navigator. [S1.50d] O recrutamento de trabalhadores assalariados temporários dá-se na base de contratos explícitos com horário e local estipulados. Estes contratos são essencialmente realizados para colmatar a falta de capital humano e ou especialidades necessárias para a realização de projetos ou eventos temporários. [S1.AR56]

Nota Triangle's: Foram considerados trabalhadores a tempo completo, tendo uma parte contrato a termo incerto e outra a termo certo. Os dados considerados referem ao número real final de trabalhadores a 31 de dezembro. [S1.50d] O número de trabalhadores com contrato a termo certo deveu-se ao ajuste de recursos humanos as necessidades especificas, mantendo o equilíbrio entre eficiência e controlo de custo. Permitiu auxiliar em: (i) picos de produção e sazonalidade; (ii) substituição de colaboradores; (iii) recrutar de forma rápida, eficaz e flexível. [S1.AR56]

Nota Semapa Holdings: Dados retirados do sistema de ERP a 31 de dezembro 2025 (inclui Semapa e Semapa Next). [S1.50d | AR56]

[S1.50b; S1.51; S1.52]	Número total de colaboradores, por tipo de contrato, repartidos por região				
	Subsidiária	**Tipologia de Contrato**	**Região**	**2025**	**2024**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001	**Navigator**	**Número de colaboradores**	**Portugal**	**3 208**	**3 180**
			Fora de Portugal	**724**	**785**
			Total	**3 932**	**3 965**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores permanentes (contrato sem termo)	Portugal	2 944	2 950
			Fora de Portugal	686	751
			Subtotal	3 630	3 701
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)	Portugal	264	230
			Fora de Portugal	38	34
			Subtotal	**302**	**264**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001		Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	0	0
			Fora de Portugal	0	0
			Subtotal	**0**	**0**
			Total	**3 932**	**3 965**

[S1.50b; S1.51; S1.52]	Número total de colaboradores, por tipo de contrato, repartidos por região				
	Subsidiária	Tipologia de Contrato	Região	2025	2024
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001	**Secil**	**Número de colaboradores**	Portugal	1 225	1 166
			Fora de Portugal	1 665	1 407
			Total	**2 890**	**2 573**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores permanentes (contrato sem termo)	Portugal	1 066	959
			Fora de Portugal	1 635	1 339
			Subtotal	**2 701**	**2 298**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)	Portugal	154	201
			Fora de Portugal	5	45
			Subtotal	**159**	**246**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001		Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	5	6
			Fora de Portugal	25	23
			Subtotal	**30**	**29**
			Total	**2 890**	**2 573**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001	**ETSA**	**Número de colaboradores**	Portugal	356	328
			Fora de Portugal	119	1
			Total	**475**	**329**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores permanentes (contrato sem termo)	Portugal	356	328
			Fora de Portugal	110	1
			Subtotal	**466**	**329**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)	Portugal	0	0
			Fora de Portugal	9	0
			Subtotal	**9**	**0**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001		Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	0	0
			Fora de Portugal	0	0
			Subtotal	**0**	**0**
			Total	**475**	**329**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001	**Triangle's**	**Número de colaboradores**	Portugal	352	262
			Fora de Portugal	0	0
			Total	**352**	**262**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores permanentes (contrato sem termo)	Portugal	352	262
			Fora de Portugal	0	0
			Subtotal	**352**	**262**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)	Portugal	0	0
			Fora de Portugal	0	0
			Subtotal	**0**	**0**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001		Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	0	0
			Fora de Portugal	0	0
			Subtotal	**0**	**0**
			Total	**352**	**262**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001	**Imedexa**	**Número de colaboradores**	Portugal	0	—
			Fora de Portugal	573	—
			Total	**573**	**—**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores permanentes (contrato sem termo)	Portugal	0	—
			Fora de Portugal	567	—
			Subtotal	**567**	**—**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)	Portugal	0	—
			Fora de Portugal	6	—
			Subtotal	**6**	**—**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001		Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	0	—
			Fora de Portugal	0	—
			Subtotal	**0**	**—**
			Total	**573**	**—**

[S1.50b; S1.51; S1.52]	Número total de colaboradores, por tipo de contrato, repartidos por região				
	Subsidiária	**Tipologia de Contrato**	**Região**	**2025**	**2024**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001	**Semapa Holding**	Número de colaboradores	Portugal	49	43
			Fora de Portugal	0	0
			Total	**49**	**43**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores permanentes (contrato sem termo)	Portugal	43	43
			Fora de Portugal	0	0
			Subtotal	**43**	**43**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)	Portugal	6	0
			Fora de Portugal	0	0
			Subtotal	**6**	**0**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001		Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	0	0
			Fora de Portugal	0	0
			Subtotal	**0**	**0**
			Total	**49**	**43**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001	**Grupo Semapa**	**Número de colaboradores**	Portugal	5 190	4 979
			Fora de Portugal	3 081	2 193
			Total	**8 271**	**7 172**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores permanentes (contrato sem termo)	Portugal	4 761	4 542
			Fora de Portugal	2 998	2 091
			Subtotal	**7 759**	**6 633**
S1-6-017, S1-6-018, S1-6-012		Colaboradores temporários (termo certo ou incerto)	Portugal	424	431
			Fora de Portugal	58	79
			Subtotal	**482**	**510**
S1-6-010, S1-6-011, S1-6-001		Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	5	6
			Fora de Portugal	25	23
			Subtotal	**30**	**29**
			Total	**8 271**	**7 172**

Nota Navigator: Os dados de 2025 são referentes ao número de trabalhadores assalariados existentes em 31 de dezembro e incluem todos os trabalhadores com vínculo contratual com a Navigator. [S1.50d]

Nota Triangle's: Foram considerados trabalhadores a tempo completo, tendo uma parte contrato a termo incerto e outra a termo certo. Os dados considerados referem ao número real final de trabalhadores a 31 de dezembro. [S1.50d] O número de trabalhadores com contrato a termo certo deveu-se ao ajuste de recursos humanos as necessidades especificas, mantendo o equilíbrio entre eficiência e controlo de custo. Permitiu auxiliar em: (i) picos de produção e sazonalidade; (ii) substituição de colaboradores; (iii) recrutar de forma rápida, eficaz e flexível. [S1.AR56]

Nota Semapa Holdings: Dados retirados a 31 de dezembro (inclui Semapa e Semapa Next). [S1.50d | AR56]

[S1.50c]	Taxa de rotatividade dos trabalhadores Subsidiária		2025	2024
S1-6-047	**Navigator**	Número de trabalhadores que deixaram a empresa	437	355
		Número de colaboradores no período de relato	3 932	3 965
S1-6-048		**Rotatividade dos trabalhadores (%)**	**11%**	**9%**
S1-6-047	**Secil**	Número de trabalhadores que deixaram a empresa	325	314
		Número de colaboradores no período de relato	2 890	2 573
S1-6-048		**Rotatividade dos trabalhadores (%)**	**11%**	**12%**
S1-6-047	**ETSA**	Número de trabalhadores que deixaram a empresa	91	0
		Número de colaboradores no período de relato	475	329
S1-6-048		**Rotatividade dos trabalhadores (%)**	**19%**	**0%**
S1-6-047	**Triangle's**	Número de trabalhadores que deixaram a empresa	103	46
		Número de colaboradores no período de relato	352	262
S1-6-048		**Rotatividade dos trabalhadores (%)**	**29%**	**18%**
S1-6-047	**Imedexa**	Número de trabalhadores que deixaram a empresa	22	—
		Número de colaboradores no período de relato	573	—
S1-6-048		**Rotatividade dos trabalhadores (%)**	**4%**	**—%**
S1-6-047	**Semapa Holding**	Número de trabalhadores que deixaram a empresa	17	3
		Número de colaboradores no período de relato	49	43
S1-6-048		**Rotatividade dos trabalhadores (%)**	**35%**	**7%**
S1-6-047	**Grupo Semapa**	Número de trabalhadores que deixaram a empresa	995	718
		Número de colaboradores no período de relato	8 271	7 172
S1-6-048		**Rotatividade dos trabalhadores (%)**	**12%**	**10%**

Nota Navigator: Para 2025, foram contabilizadas todas as saídas ao longo do ano. [AR56 | AR60 | S1.50d], [AR59 | S1.50d]

Nota Secil: O denominador para o turnover foi baseado no número total de colaboradores. [AR59]

Nota ETSA: O aumento da taxa de rotatividade foi influenciado pela escassez de mão de obra no mercado, principalmente em áreas operacionais especializadas.

Nota Triangle's: A Triangle's registou saídas de colaboradores, não tendo sido consideras estimativas. [AR56| AR59]

Nota Semapa Holdings: Dados retirados a 31 de dezembro 2025 (inclui Semapa e Semapa Next). [S1.50d | AR56 |AR59]

CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES NÃO ASSALARIADOS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA DA EMPRESA (S1-7)

[S1.55c]	Número de trabalhadores não assalariados			
	Subsidiária	País	2025	2024
S1-7-001	**Navigator**	Portugal	112	124
S1-7-002		Espanha	15	17
S1-7-003		Moçambique	162	182
S1-7-004		Reino Unido	10	0
		Outros Países	0	0
		Total	**299**	**323**
	Secil	Portugal	1 242	1 085
		Angola	44	42
		Brasil	185	181
		Líbano	48	68
		Espanha	9	45
		Tunísia	60	442
		Outros Países	18	14
		Total	**1 606**	**1 877**
	ETSA	Portugal	—	—
		Espanha	—	—
		Total	**—**	**—**
	Triangle's	Portugal	13	51
		Total	**13**	**51**
	Imedexa	Espanha	172	—
		Total	172	—
	Semapa Holding	Portugal	10	—
		Total	**10**	**—**
	Grupo Semapa	Portugal	1 377	1 260
		Angola	59	59
		Brasil	185	181
		Líbano	48	68
		Moçambique	162	182
		Reino Unido	10	—
		Espanha	196	62
		Tunísia	60	442
		Outros Países	18	14
		Total	**2 115**	**2 268**

Nota 1 Navigator: Moçambique conta com Trabalhadores não assalariados, tanto em regime de prestação de serviços, como contratados através de agências de emprego. Esses Trabalhadores desempenham as suas funções de forma independente, sem vínculo direto com um empregador fixo, sendo remunerados de acordo com os serviços prestados ou com os contratos estabelecidos. [S1.55c]
O número de Trabalhadores não assalariados é comunicado em efetivos. Estes correspondem aos Trabalhadores Temporários (TT) a trabalhar a tempo inteiro no final de 2025 [S1.55b-1 | S1.55b-2], tendo sido considerados apenas Trabalhadores de agências de trabalho temporário ou independentes. [S1.55b-2]

Nota Secil: O número de trabalhadores não assalariados é comunicado em efetivos e é referente ao fim do período de relato. Não foi estimado nenhum valor. [S1.55b-1; S1.55b-2; S1.57]

COBERTURA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DIÁLOGO SOCIAL (S1-8)

[S1.55c]	Convenções coletivas de trabalho			
	Subsidiária	Cobertura das convenções coletivas de trabalho (%)	2025	2024
S1-8-002	**Navigator**	**Dentro do EEE**	**99%**	**98%**
S1-8-003		Portugal	100%	100%
		Espanha	89%	89%
S1-8-007		**Fora do EEE**	**2%**	**0%**
S1-8-008		México	0%	0%
		Moçambique	0%	0%
		EUA	0%	0%
		Reino Unido	2%	0%
		África do Sul	0%	0%
		Marrocos	0%	0%
S1-8-009		Turquia	0%	0%
S1-8-001		**Total**	**86%**	**84%**
S1-8-002	**Secil**	**Dentro do EEE**	**83%**	**83%**
S1-8-003		Portugal	83%	82%
		Fora do EEE	**93%**	**92%**
		Tunísia	100%	100%
		Angola	99%	99%
		Cabo Verde	—%	—%
		Brasil	99%	99%
S1-8-007		Líbano	81%	81%
S1-8-001		**Total**	**89%**	**87%**
	ETSA	**Dentro do EEE**	**29%**	**5%**
		Portugal	5%	5%
		Espanha	**100%**	**0%**
		Fora do EEE	**n.a.**	**n.a.**
		Total	**29%**	**5%**
	Triangle's	**Dentro do EEE**	**100%**	**100%**
		Portugal	100%	100%
		Fora do EEE	**n.a.**	**n.a.**
		Total	**100%**	**100%**
	Imedexa	**Dentro do EEE**	**100%**	**—%**
		Espanha	100%	—%
		Fora do EEE	**n.a.**	**n.a.**
		Total	**100%**	**—%**
	Semapa Holding	**Dentro do EEE**	**—%**	**—%**
		Portugal	—%	—%
		Fora do EEE	**n.a.**	**n.a.**
		Total	**—%**	**—%**
	Grupo Semapa	**Dentro do EEE**	**89%**	**88%**
		Portugal	89%	89%
		Espanha	**98%**	**89%**
		Fora do EEE	**71%**	**65%**
		Total	**85%**	**82%**

Nota Navigator e Secil: Só foram considerados os países com um número significativo de colaboradores, definido como um mínimo de 50 trabalhadores, representando pelo menos 10 % do número total de trabalhadores. Na Secil, ficam excluídos os colaboradores dos Países Baixos e Espanha.

Nota ETSA: Em Portugal, 17 trabalhadores são abrangidos (empresa Tribérica). Em Espanha, 100% dos colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho.

Nota Triangle's: A Triangle's corrigiu o valor reportado face a 2024, uma vez que os colaboradores estão abrangidos pelo contrato coletivo entre a ABIMOTA - Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e atividades complementares dos setores representados e o SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia.

Nota Semapa Holdings: Os colaboradores Semapa não estão abrangidos por convenções coletivas de trabalho.

[S1.55c]	Diálogo social Subsidiária	Diálogo social (%)	2025	2024
S1-8-010	**Navigator**	**Dentro do EEE**	**99%**	**98%**
		Portugal	100%	100%
		Espanha	89%	89%
		Total	**86%**	**84%**
	Secil	**Dentro do EEE**	**84%**	**84%**
		Portugal	84%	83%
		Total	**36%**	**55%**
	ETSA	**Dentro do EEE**	**25%**	**0%**
		Portugal	0%	0%
		Espanha	100%	0%
		Total	**25%**	**0%**
	Triangle's	**Dentro do EEE**	**0%**	**0%**
		Portugal	0%	0%
		Total	**0%**	**0%**
	Imedexa	**Dentro do EEE**	**5%**	**—%**
		Espanha	5%	—%
		Total	**5%**	**—%**
	Semapa Holding	**Dentro do EEE**	**0%**	**0%**
		Portugal	0%	0%
		Total	**0%**	**0%**
	Grupo Semapa	**Dentro do EEE**	**82%**	**83%**
		Portugal	82%	83%
		Espanha	**37%**	**89%**
		Total	**59%**	**66%**

Nota: O âmbito deste datapoint inclui apenas países do Espaço Económico Europeu (EEE) em que exista um emprego significativo (ou seja, pelo menos 50 trabalhadores, representando pelo menos 10 % do total dos seus trabalhadores).

Nota ETSA: Em Espanha, 100% dos colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho, e o diálogo social é recorrente.

[AR 70] Cobertura da negociação coletiva e o diálogo social				
		Cobertura da negociação coletiva		Diálogo social
Participada	Taxa de cobertura (%)	(para países com > 50 trabalhadores assalariados que representam > 10 % do total de trabalhadores)	(estimativa para regiões com > 50 trabalhadores assalariados que representam > 10 % do total de trabalhadores)	(para países com > 50 trabalhadores assalariados que representam > 10 % do total de trabalhadores)
Navigator	**0 - 19%**	n/a	Reino Unido e Moçambique	n/a
	20 - 39%	n/a	n/a	n/a
	40 - 59%	n/a	n/a	n/a
	60 - 79%	n/a	n/a	n/a
	80 - 100%	Portugal e Espanha	n/a	Portugal e Espanha
Secil	**0 - 19%**	n/a	n/a	n/a
	20 - 39%	n/a	n/a	n/a
	40 - 59%	n/a	n/a	n/a
	60 - 79%	n/a	n/a	n/a
	80 - 100%	Portugal	Brasil, Tunísia, Líbano	Portugal
ETSA	**0 - 19%**	Portugal	n/a	Portugal
	20 - 39%	n/a	n/a	n/a
	40 - 59%	n/a	n/a	n/a
	60 - 79%	n/a	n/a	n/a
	80 - 100%	Espanha	n/a	Espanha
Triangle's	**0 - 19%**	n/a	n/a	Portugal
	20 - 39%	n/a	n/a	n/a
	40 - 59%	n/a	n/a	n/a
	60 - 79%	n/a	n/a	n/a
	80 - 100%	Portugal	n/a	n/a
Imedexa	**0 - 19%**	n/a	n/a	Espanha
	20 - 39%	n/a	n/a	n/a
	40 - 59%	n/a	n/a	n/a
	60 - 79%	n/a	n/a	n/a
	80 - 100%	Espanha	n/a	n/a
Holdings	**0 - 19%**	n/a	n/a	n/a
	20 - 39%	n/a	n/a	n/a
	40 - 59%	n/a	n/a	n/a
	60 - 79%	n/a	n/a	n/a
	80 - 100%	n/a	n/a	n/a
Grupo Semapa	**0 - 19%**	n/a	Reino Unido e Moçambique	n/a
	20 - 39%	n/a	n/a	n/a
	40 - 59%	n/a	n/a	n/a
	60 - 79%	n/a	n/a	n/a
	80 - 100%	Portugal e Espanha	Brasil, Tunísia e Líbano	Portugal

MÉTRICAS DE DIVERSIDADE (S1-9)

	Distribuição por género a nível dos quadros superiores (número e percentagem)					
[S1.66a]	Subsidiária	Género	2025		2024	
S1-9-002	**Navigator**	Masculino	917	63%	870	62%
S1-9-003		Feminino	550	37%	535	38%
S1-9-004		Outros	—	—%	—	—%
S1-9-005		Não divulgado	—	—%	—	—%
S1-9-001		**Total**	**1 467**		**1 405**	
S1-9-002	**Secil**	Masculino	82	81%	121	82%
S1-9-003		Feminino	19	19%	26	18%
S1-9-004		Outros	—	—%	—	—%
S1-9-005		Não divulgado	—	—%	—	—%
S1-9-001		**Total**	**101**		**147**	

[S1.66a]	Distribuição por género a nível dos quadros superiores (número e percentagem) Subsidiária	Género	2025		2024	
S1-9-002	**ETSA**	Masculino	8	62%	5	83%
S1-9-003		Feminino	5	38%	1	17%
S1-9-004		Outros	—	—%	—	—%
S1-9-005		Não divulgado	—	—%	—	—%
S1-9-001		**Total**	**13**		**6**	
S1-9-002	**Triangle's**	Masculino	24	71%	16	70%
S1-9-003		Feminino	10	29%	7	30%
S1-9-004		Outros	—	—%	—	—%
S1-9-005		Não divulgado	—	—%	—	—%
S1-9-001		**Total**	**34**		**23**	
S1-9-002	**Imedexa**	Masculino	5	83%	—	—
S1-9-003		Feminino	1	17%	—	—
S1-9-004		Outros	—	—%	—	—
S1-9-005		Não divulgado	—	—%	—	—
S1-9-001		**Total**	**6**		**—**	
S1-9-002	**Semapa Holding**	Masculino	9	69%	9	53%
S1-9-003		Feminino	4	31%	8	47%
S1-9-004		Outros	—	—%	—	—%
S1-9-005		Não divulgado	—	—%	—	—%
S1-9-001		**Total**	**13**		**17**	
S1-9-002	**Grupo Semapa**	**Masculino**	**1 045**	**64%**	**1 021**	**64%**
S1-9-003		**Feminino**	**589**	**36%**	**577**	**36%**
S1-9-004		**Outros**	**—**	**—%**	**—**	**—%**
S1-9-005		**Não divulgado**	**—**	**—%**	**—**	**—%**
S1-9-001		**Total**	**1 634**		**1 598**	

Nota Navigator: Nos dados apresentados, foram considerados como quadros superiores os colaboradores em funções qualificadas, tendo-se excluído todos os técnicos operacionais e supervisores que trabalham nas áreas de chão de fábrica. [AR71]

Nota Secil: Nos dados apresentados, foram considerados como quadros superiores os colaboradores com essa designação (Senior Management) e com a designação de Dirigentes (Managers). [AR71]

Nota Triangle's: Considerou-se os dois níveis abaixo dos cargos de administração (i.e., N1, N2 e N3).

[S1.66b]	Distribuição dos trabalhadores por faixa etária (número) Subsidiária	Faixa etária	2025	2024
S1-9-010	**Navigator**	< 30 anos de idade	549	559
S1-9-011		30-50 anos de idade	2 420	2 448
S1-9-012		> 50 anos de idade	963	958
S1-9-010	**Secil**	< 30 anos de idade	330	294
S1-9-011		30-50 anos de idade	1 692	1 446
S1-9-012		> 50 anos de idade	868	833
S1-9-010	**ETSA**	< 30 anos de idade	51	37
S1-9-011		30-50 anos de idade	263	175
S1-9-012		> 50 anos de idade	161	117
S1-9-010	**Triangle's**	< 30 anos de idade	87	72
S1-9-011		30-50 anos de idade	216	148
S1-9-012		> 50 anos de idade	49	42
S1-9-010	**Imedexa**	< 30 anos de idade	70	—
S1-9-011		30-50 anos de idade	371	—
S1-9-012		> 50 anos de idade	132	—
S1-9-010	**Semapa Holding**	< 30 anos de idade	10	6
S1-9-011		30-50 anos de idade	33	29
S1-9-012		> 50 anos de idade	6	8
S1-9-010	**Grupo Semapa**	**< 30 anos de idade**	**1 097**	**968**
S1-9-011		**30-50 anos de idade**	**4 995**	**4 246**
S1-9-012		**> 50 anos de idade**	**2 179**	**1 958**

SALÁRIOS ADEQUADOS (S1-10)

A Navigator, em todos os países onde opera, assegura que os salários praticados são justos e adequados, garantindo que estão acima do salário mínimo estabelecido em cada país. [S1.69]

No caso da Secil, todos os colaboradores ganham acima do salário mínimo nacional em cada geografia. [S1.69] Esta informação não considera os trabalhadores não assalariados, uma vez que não tem controlo sobre os seus salários. No entanto, a Secil está convicta que o cumprimento legal dos seus prestadores é assegurado, nomeadamente através do respeito pelo salário mínimo nacional.

A ETSA e a Triangle's atribuem um salário superior ao salário mínimo nacional. Este é adequado às funções, formação e experiência de cada colaborador, sujeito a revisões salariais anuais.

No caso da *Holdings* todos os colaboradores assalariados recebem um salário adequado, de acordo com o *benchmark* da Mercer. [S1.69]

MÉTRICAS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS (S1-13)

	Percentagem de trabalhadores assalariados que participaram em análises regulares do desempenho e da evolução da carreira, por género (%)			
[S1.83a]	Subsidiária	Género	2025	2024
S1-13-002	**Navigator**	Masculino	98%	92%
S1-13-003		Feminino	98%	89%
S1-13-004		Outros	0%	0%
S1-13-005		Não divulgado	0%	0%
S1-13-002	**Secil**	Masculino	81%	87%
S1-13-003		Feminino	90%	94%
S1-13-004		Outros	0%	0%
S1-13-005		Não divulgado	0%	0%
S1-13-002	**ETSA**	Masculino	74%	100%
S1-13-003		Feminino	80%	100%
S1-13-004		Outros	0%	0%
S1-13-005		Não divulgado	0%	0%
S1-13-002	**Triangle's**	Masculino	100%	100%
S1-13-003		Feminino	100%	100%
S1-13-004		Outros	0%	0%
S1-13-005		Não divulgado	0%	0%
S1-13-002	**Imedexa**	Masculino	0%	—%
S1-13-003		Feminino	0%	—%
S1-13-004		Outros	0%	—%
S1-13-005		Não divulgado	0%	—%
S1-13-002	**Semapa Holding**	Masculino	70%	100%
S1-13-003		Feminino	100%	100%
S1-13-004		Outros	0%	0%
S1-13-005		Não divulgado	0%	0%
S1-13-002	**Grupo Semapa**	**Masculino**	**76%**	**83%**
S1-13-003		**Feminino**	**87%**	**84%**
S1-13-004		**Outros**	**0%**	**0%**
S1-13-005		**Não divulgado**	**0%**	**0%**

Nota Navigator: Os dados apresentados para 2025, referentes à Avaliação de Desempenho, dizem respeito a 2024, dado que o Ciclo de Gestão de Desempenho de 2025 ainda não se encontra finalizado. Foram considerados todos os colaboradores em Portugal, Moçambique, escritórios internacionais e Quadros de Ejea, não tendo sido abrangidos os técnicos operacionais de Ejea nem a unidade de tissue no Reino Unido, previstos para 2026. Os colaboradores que tiveram avaliação de desempenho em 2024 foram avaliados uma vez no ano em causa [AR77a], em conformidade com o número de revisões acordado. [AR77b]

Nota Secil: Os prémios anuais estão ancorados à avaliação de desempenho. Desta forma, todos os colaboradores elegíveis têm esta revisão. A percentagem de colaboradores que não tem avaliação é explicada pelo facto de não serem elegíveis para prémio, o que acontece pela data em que entraram na Secil ou pelo tipo de contrato celebrado. [AR77a | AR77b]

Nota Semapa Holdings: A proporção de revisões em relação ao número de revisões acordado é de duas por ano. [AR77b]

	Número médio de horas de formação por trabalhador assalariado, por género			
[S1.83b]	Subsidiária	Género	2025	2024
S1-13-049	**Navigator**	Masculino	97	100
S1-13-050		Feminino	62	64
S1-13-051		Outros	—	—
S1-13-052		Não divulgado	—	—
		Total do número médio de horas de formação por trabalhador assalariado	**90**	**93**
S1-13-049	**Secil**	Masculino	31	18
S1-13-050		Feminino	32	30
S1-13-051		Outros	—	—
S1-13-052		Não divulgado	—	—
		Total do número médio de horas de formação por trabalhador assalariado	**31**	**20**
S1-13-049	**ETSA**	Masculino	12	26
S1-13-050		Feminino	25	30
S1-13-051		Outros	—	—
S1-13-052		Não divulgado	—	—
		Total do número médio de horas de formação por trabalhador assalariado	**15**	**27**
S1-13-049	**Triangle's**	Masculino	10	19
S1-13-050		Feminino	7	12
S1-13-051		Outros	—	—
S1-13-052		Não divulgado	—	—
		Total do número médio de horas de formação por trabalhador assalariado	**9**	**16**
S1-13-049	**Imedexa**	Masculino	2	—
S1-13-050		Feminino	1	—
S1-13-051		Outros	—	—
S1-13-052		Não divulgado	—	—
		Total do número médio de horas de formação por trabalhador assalariado	**2**	**—**
S1-13-049	**Semapa Holding**	Masculino	23	49
S1-13-050		Feminino	21	44
S1-13-051		Outros	—	—
S1-13-052		Não divulgado	—	—
		Total do número médio de horas de formação por trabalhador assalariado	**22**	**46**
S1-13-049	**Grupo Semapa**	Masculino	53	57
S1-13-050		Feminino	41	45
S1-13-051		Outros	—	—
S1-13-052		Não divulgado	—	—
		Total do número médio de horas de formação por trabalhador assalariado	**51**	**55**

Nota Navigator: Os dados apresentados representam o total de horas de formação para 2025, considerando o número de efetivos no último dia do ano correspondente. Para o ano de 2025, foram considerados um total de 3 534 colaboradores, 688 do género feminino e 2 846 do género masculino, que correspondem a todos os colaboradores, exceto da unidade de tissue do Reino Unido. No caso da unidade de tissue em Ejea, apenas foi considerada a formação e-learning registada no portal do Learning Center, tendo sido excluídas as horas de formação realizadas localmente, dada a fase de transição de sistemas em que nos encontramos.

MÉTRICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA (S1-14)

[S1.88a]	Percentagem de trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão da saúde e segurança Subsidiária		2025	2024
S1-14-001	**Navigator**	**Mão de obra**	**79%**	**75%**
S1-14-002		Trabalhadores assalariados	83%	78%
S1-14-003		Trabalhadores não assalariados	26%	28%
S1-14-001	**Secil**	**Mão de obra**	**100%**	**100%**
S1-14-002		Trabalhadores assalariados	100%	100%
S1-14-003		Trabalhadores não assalariados	100%	100%
S1-14-001	**ETSA**	**Mão de obra**	**0%**	**0%**
S1-14-002		Trabalhadores assalariados	0%	0%
S1-14-003		Trabalhadores não assalariados	—	—
S1-14-001	**Triangle's**	**Mão de obra**	**96%**	**84%**
S1-14-002		Trabalhadores assalariados	100%	100%
S1-14-003		Trabalhadores não assalariados	0%	0%
S1-14-001	**Imedexa**	**Mão de obra**	**100%**	**—**
S1-14-002		Trabalhadores assalariados	100%	—
S1-14-003		Trabalhadores não assalariados	100%	—
S1-14-001	**Semapa Holding**	**Mão de obra**	**83%**	**100%**
S1-14-002		Trabalhadores assalariados	100%	100%
S1-14-003		Trabalhadores não assalariados	0%	—
S1-14-001	**Grupo Semapa**	**Mão de obra**	**79%**	**84%**
S1-14-002		**Trabalhadores assalariados**	**79%**	**83%**
S1-14-003		**Trabalhadores não assalariados**	**80%**	**87%**

Nota Navigator: Os dados apresentados referem-se ao Sistema de Gestão de SST em Portugal e Navigator Tissue Ejea, certificados de acordo com a norma ISO 45001. De referir que, na Organização, existe um conjunto de atividades, nomeadamente a Gestão Florestal, o Abastecimento de Madeira e o RAIZ, que não se encontram no âmbito desta norma. No entanto, as atividades desenvolvidas nestas áreas seguem os mesmos princípios e procedimentos. Em 2024 o indicador não incluiu as geografias de Moçambique e Reino Unido.

Nota ETSA: Não se encontra implementado um sistema de gestão da saúde e segurança na empresa, pelo que a percentagem de trabalhadores abrangida por este é 0%.

[S1.88c; AR83]	Acidentes relacionados com o trabalho Subsidiária		2025	2024
S1-14-017	**Navigator**	**Portugal e Espanha**		
S1-14-018		**Mão de obra**	**182**	**159**
S1-14-019		Trabalhadores assalariados	173	149
		Trabalhadores não assalariados	9	10
S1-14-017		**Moçambique**		
S1-14-018		**Mão de obra**	**13**	**5**
S1-14-019		Trabalhadores assalariados	2	2
		Trabalhadores não assalariados	11	3
	Secil	**Mão de obra**	**58**	**62**
		Trabalhadores assalariados	33	39
		Trabalhadores não assalariados	25	23
	ETSA	**Mão de obra**	**50**	**21**
		Trabalhadores assalariados	50	21
		Trabalhadores não assalariados	—	—
	Triangle's	**Mão de obra**	**6**	**7**
		Trabalhadores assalariados	6	7
		Trabalhadores não assalariados	—	—
	Imedexa	**Mão de obra**	**95**	**—**
		Trabalhadores assalariados	51	—
		Trabalhadores não assalariados	44	—
	Semapa Holding	**Mão de obra**	**1**	**2**
		Trabalhadores assalariados	1	2
		Trabalhadores não assalariados	0	—
	Grupo Semapa	**Mão de obra**	**405**	**256**
		Trabalhadores assalariados	**316**	**220**
		Trabalhadores não assalariados	**89**	**36**

Nota: No período em análise não houve fatalidades a registar nas operações de nenhuma das Participadas. [S1.88b]

Nota Navigator: Os valores de 2024 relativos a Moçambique foram atualizados e ajustados face ao Relatório Anual 2024.

Nota ETSA: Os valores de 2024 foram corrigidos. A Participada está a desenvolver e a implementar melhorias nos seus processos internos, com o objetivo de assegurar, em exercícios futuros, a disponibilidade de dados sobre saúde e segurança de trabalhadores não assalariados.

Nota Triangle's: A Participada está a desenvolver e a implementar melhorias nos seus processos internos, com o objetivo de assegurar, em exercícios futuros, a disponibilidade de dados sobre saúde e segurança de trabalhadores não assalariados.

[S1.88c]	Acidentes de trabalho (por 1 000 000 de horas) Subsidiária		2025	2024
S1-14-020	**Navigator**	**Portugal e Espanha**		
S1-14-021		Mão de obra	**31,10**	**28,60**
S1-14-022		Trabalhadores assalariados	30,33	27,80
		Trabalhadores não assalariados	60,73	50,20
S1-14-020		**Moçambique**		
S1-14-021		Mão de obra	**6,56**	**1,69**
S1-14-022		Trabalhadores assalariados	8,29	7,60
		Trabalhadores não assalariados	6,32	1,11
S1-14-020	**Secil**	**Mão de obra**	**6,31**	**6,84**
S1-14-021		Trabalhadores assalariados	5,98	7,96
S1-14-022		Trabalhadores não assalariados	6,80	5,52
S1-14-020	**ETSA**	**Mão de obra**	**60,61**	**35,98**
S1-14-021		Trabalhadores assalariados	60,61	35,98
S1-14-022		Trabalhadores não assalariados	—	—
S1-14-020	**Triangle's**	**Mão de obra**	**9,77**	**13,36**
S1-14-021		Trabalhadores assalariados	9,77	13,36
S1-14-022		Trabalhadores não assalariados	—	—
S1-14-020	**Imedexa**	**Mão de obra**	**194,35**	**—**
S1-14-021		Trabalhadores assalariados	140,71	—
S1-14-022		Trabalhadores não assalariados	348,2	—
S1-14-020	**Semapa Holding**	**Mão de obra**	**10,44**	**27,45**
S1-14-021		Trabalhadores assalariados	10,77	27,45
S1-14-022		Trabalhadores não assalariados	0	—
S1-14-020	**Grupo Semapa**	**Mão de obra**	**21,26**	**13,64**
S1-14-021		**Trabalhadores assalariados**	**23,66**	**18,80**
S1-14-022		**Trabalhadores não assalariados**	**15,63**	**5,09**

Nota Navigator: Os dados apresentados referem-se as atividades desenvolvidas em Portugal, Espanha e Moçambique, sendo que, nas restantes geografias, a Participada ainda se encontra em fase de integração de informação. Para Portugal e Espanha, para obter o número de horas trabalhadas referente aos trabalhadores assalariados considerou-se os registos no sistema de informação da Participada. As horas trabalhadas referentes aos trabalhadores não assalariados são estimadas a partir do número de colaboradores que entram nas portarias e cujo acesso fica registado no sistema informático, pressupondo que trabalham em média 8 horas por dia. No caso das áreas florestais existe um registo e controlo dedicado a esta recolha de informação. A Direção de Projetos tem a sua própria recolha de informação, que é contabilizada pelas equipas locais. [AR90] Em Moçambique a contabilização das horas trabalhadas foi realizada de forma desagregada para os três grupos considerados: Número de efetivos; Prestadores de Serviço Individuais (PSI) e Trabalho Ocasional. Para cada um destes grupos, a metodologia aplicada foi a seguinte: [AR90]
• Efetivos: (Número de dias úteis de cada mês x 8h) x número de efetivos - dias de ausência dos colaboradores desta categoria;
• Prestadores de Serviço Individuais: Número de horas úteis de cada mês x número de PSI;
• Folhas de jornas (dias de trabalho) recolhidas pela equipa operacional e que dão lugar a pagamento.

Nota ETSA: O número de horas efetivamente trabalhadas considera as horas potenciais trabalhadas, acrescido das horas extra e subtraindo as férias e horas não trabalhadas.

[S1.88d]	Número de doenças profissionais confirmadas Subsidiária		2025	2024
	Navigator	**Mão de obra**	**0**	**4**
S1-14-023		Trabalhadores assalariados	0	4
S1-14-024		Trabalhadores não assalariados	0	0
	Secil	**Mão de obra**	**6**	**5**
S1-14-023		Trabalhadores assalariados	6	5
S1-14-024		Trabalhadores não assalariados	0	0
	ETSA	**Mão de obra**	**0**	**1**
S1-14-023		Trabalhadores assalariados	0	1
S1-14-024		Trabalhadores não assalariados	—	—
	Triangle's	**Mão de obra**	**0**	**1**
S1-14-023		Trabalhadores assalariados	0	1
S1-14-024		Trabalhadores não assalariados	**—**	**—**
	Imedexa	**Mão de obra**	**0**	**—**
S1-14-023		Trabalhadores assalariados	0	—
S1-14-024		Trabalhadores não assalariados	0	—

[S1.88d]	Número de doenças profissionais confirmadas Subsidiária		2025	2024
	Semapa Holding	**Mão de obra**	**3**	**0**
S1-14-023		Trabalhadores assalariados	3	0
S1-14-024		Trabalhadores não assalariados	0	—
	Grupo Semapa	**Mão de obra**	**9**	**11**
S1-14-023		**Trabalhadores assalariados**	**9**	**11**
S1-14-024		**Trabalhadores não assalariados**	**0**	**0**

Nota Navigator: Os dados apresentados dizem respeito às atividades em Portugal e Moçambique.

[S1.88e]	Número de dias perdidos devido a lesões e mortes relacionadas com o trabalho devido a acidentes relacionados com o trabalho, problemas de saúde relacionados com o trabalho, e mortes por doença Subsidiária		2025	2024
	Navigator	**Portugal e Espanha**		
S1-14-025		Trabalhadores assalariados	1 286	2 187
S1-14-026		Trabalhadores não assalariados	0	0
		Moçambique		
S1-14-025		Trabalhadores assalariados	0	0
S1-14-026		Trabalhadores não assalariados	0	20
S1-14-025	**Secil**	Trabalhadores assalariados	1 899	1 990
S1-14-026		Trabalhadores não assalariados	922	880
S1-14-025	**ETSA**	Trabalhadores assalariados	1 229	489
S1-14-026		Trabalhadores não assalariados	—	—
S1-14-025	**Triangle's**	Trabalhadores assalariados	487	441
S1-14-026		Trabalhadores não assalariados	N/A	—
S1-14-025	**Imedexa**	Trabalhadores assalariados	759	—
S1-14-026		Trabalhadores não assalariados	372	—
S1-14-025	**Semapa Holding**	Trabalhadores assalariados	69	27
S1-14-026		Trabalhadores não assalariados	1	—
S1-14-025	**Grupo Semapa**	**Trabalhadores assalariados**	**5 729**	**5 134**
S1-14-026		**Trabalhadores não assalariados**	**1 295**	**900**

Nota Secil: O valor de número de dias perdidos devido a lesões e mortes relacionadas com o trabalho, devido a acidentes relacionados com o trabalho, não inclui os problemas de saúde relacionados com o trabalho, no caso dos trabalhadores assalariados e não assalariados.

Nota ETSA: Os dias perdidos são decorrentes de acidentes de trabalho.

MÉTRICAS DE EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E A VIDA PRIVADA (S1-15)

[S1.93a]	Percentagem de trabalhadores assalariados com direito a licenças para assistência à família (%) Subsidiária	2025	2024
S1-15-001	Navigator	100%	100%
S1-15-001	Secil	81%	84%
S1-15-001	ETSA	98%	100%
S1-15-001	Triangle's	100%	100%
S1-15-001	Imedexa	100%	—
S1-15-001	Semapa Holding	88%	100%
S1-15-001	**Grupo Semapa**	**93%**	**94%**

	Percentagem de trabalhadores assalariados com direito a licenças para assistência à família e a fazer uso das mesmas (%)			
[S1.93b]	Subsidiária	Género	2025	2024
S1-15-003	**Navigator**	Masculino	6%	6%
S1-15-004		Feminino	11%	9%
S1-15-005		Outros	—	—
S1-15-006		Não divulgado	—	—
S1-15-002		**Total**	**7%**	**6%**
S1-15-003	**Secil**	Masculino	3%	3%
S1-15-004		Feminino	2%	5%
S1-15-005		Outros	—%	—%
S1-15-006		Não divulgado	—%	—%
S1-15-002		**Total**	**3%**	**3%**
S1-15-003	**ETSA**	Masculino	3%	0%
S1-15-004		Feminino	3%	10%
S1-15-005		Outros	—%	—%
S1-15-006		Não divulgado	—%	—%
S1-15-002		**Total**	**3%**	**2%**
S1-15-003	**Triangle's**	Masculino	2%	3%
S1-15-004		Feminino	4%	6%
S1-15-005		Outros	—%	—%
S1-15-006		Não divulgado	—%	—%
S1-15-002		**Total**	**3%**	**4%**
S1-15-003	**Imedexa**	Masculino	27%	—
S1-15-004		Feminino	37%	—
S1-15-005		Outros	—%	—
S1-15-006		Não divulgado	—%	—
S1-15-002		**Total**	**28%**	**—**
S1-15-003	**Semapa Holding**	Masculino	0%	0%
S1-15-004		Feminino	12%	7%
S1-15-005		Outros	—%	—%
S1-15-006		Não divulgado	—%	—%
S1-15-002		**Total**	**7%**	**5%**
S1-15-003	**Grupo Semapa**	Masculino	7%	4%
S1-15-004		Feminino	8%	8%
S1-15-005		Outros	—%	—%
S1-15-006		Não divulgado	—%	—%
S1-15-002		**Total**	**7%**	**5%**

Nota Navigator: A informação apresentada abrange os colaboradores de todas as geografias. No cálculo foram consideradas licenças parentais, de paternidade, maternidade e assistência à família. 100% dos colaboradores tem direito a licenças para assistência a família. Os dados de 2024 foram ajustados face ao reportado no Relatório Anual 2024 e passaram a incluir os colaboradores do Reino Unido.

Nota Secil: A informação apresentada diz respeito aos colaboradores da Secil de todas as geografias. Foram considerados para o cálculo licenças de apoio à família com início em 2024 e 2025, respetivamente.

MÉTRICAS DE COMPENSAÇÃO (DISPARIDADE SALARIAL E COMPENSAÇÃO TOTAL) (S1-16)

[S1.97a] [S1.97a]	Disparidade salarial entre homens e mulheres (%) Subsidiária	2025	2024
S1-16-001	**Navigator**	(2%)	2%
S1-16-001	**Secil**	(57%)	29%
S1-16-001	**ETSA**	(6%)	20%
S1-16-001	**Triangle's**	23%	28%
S1-16-001	**Imedexa**	(3%)	—
S1-16-001	**Semapa Holding**	34%	67%
S1-16-001	**Grupo Semapa**	**(14%)**	**15%**

Nota: A metodologia utilizada para apurar este indicador em 2025 foi diferente da utilizada em 2024.

Nota Navigator: Para o cálculo da disparidade salarial entre homens e mulheres foram consideradas as remunerações regulares mensais à data de 31/12/2025 (que incluem remuneração base, retribuição por isenção de horário de trabalho (IHT), remunerações complementares, subsídio de turno, desempenho de funções e subsídio de alimentação), calculadas de forma anual. [S1.97c]

Nota 1 Secil: Os colaboradores dos Países Baixos, Espanha e Cabo Verde foram considerados para o cálculo do total deste indicador em 2025, no entanto, em 2024, não foram.

Nota 2 Secil: Foi considerado o montante fixo regular pago aos colaboradores em 2025.

Nota ETSA: Foram consideradas remunerações regulares mensais a 31/12/2025 (que incluem vencimento base, IHT, e subsídio de refeição).

Nota Triangle's: Foi considerado o montante fixo regular pago aos colaboradores em 2025.

INCIDENTES, QUEIXAS E GRAVES IMPACTOS E INCIDENTES DE DESRESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS (S1-17)

[S1.103a, b, c]	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos Subsidiária		2025	2024
[S1.103a] S1-17-001	**Navigator**	Número total de incidentes de discriminação relacionados com o trabalho, incluindo assédio	1	1
[S1.103b] S1-17-002		Número de queixas apresentadas pelos trabalhadores através dos canais de comunicação de preocupações	23	37
[S1.103c] S1-17-003		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes e queixas de discriminação (euros)	0	0
[S1.104a] S1-17-04		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa	0	0
[S1.104b] S1-17-05		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa (euros)	0	0
[S1.106] S1-17-06		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos em que a empresa desempenhou um papel na garantia de reparação para as pessoas afetadas	0	0
[S1.103a] S1-17-001	**Secil**	Número total de incidentes de discriminação relacionados com o trabalho, incluindo assédio	4	5
[S1.103b] S1-17-002		Número de queixas apresentadas pelos trabalhadores através dos canais de comunicação de preocupações	18	13
[S1.103c] S1-17-003		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes e queixas de discriminação (euros)	0	0
[S1.104a] S1-17-04		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa	0	0
[S1.104b] S1-17-05		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa (euros)	0	0
[S1.106] S1-17-06		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos em que a empresa desempenhou um papel na garantia de reparação para as pessoas afetadas	0	0

[S1.103a, b, c]	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos Subsidiária		2025	2024
[S1.103a] S1-17-001	**ETSA**	Número total de incidentes de discriminação relacionados com o trabalho, incluindo assédio	0	0
[S1.103b] S1-17-002		Número de queixas apresentadas pelos trabalhadores através dos canais de comunicação de preocupações	0	0
[S1.103c] S1-17-003		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes e queixas de discriminação (euros)	0	0
[S1.104a] S1-17-04		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa	0	0
[S1.104b] S1-17-05		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa (euros)	0	0
[S1.106] S1-17-06		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos em que a empresa desempenhou um papel na garantia de reparação para as pessoas afetadas	0	0
[S1.103a] S1-17-001	**Triangle's**	Número total de incidentes de discriminação relacionados com o trabalho, incluindo assédio	0	0
[S1.103b] S1-17-002		Número de queixas apresentadas pelos trabalhadores através dos canais de comunicação de preocupações	2	0
[S1.103c] S1-17-003		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes e queixas de discriminação (euros)	0	0
[S1.104a] S1-17-04		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa	0	0
[S1.104b] S1-17-05		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa (euros)	0	0
[S1.106] S1-17-06		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos em que a empresa desempenhou um papel na garantia de reparação para as pessoas afetadas	0	0
[S1.103a] S1-17-001	**Imedexa**	Número total de incidentes de discriminação relacionados com o trabalho, incluindo assédio	0	—
[S1.103b] S1-17-002		Número de queixas apresentadas pelos trabalhadores através dos canais de comunicação de preocupações	10	—
[S1.103c] S1-17-003		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes e queixas de discriminação (euros)	0	—
[S1.104a] S1-17-04		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa	0	—
[S1.104b] S1-17-05		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa (euros)	0	—
[S1.106] S1-17-06		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos em que a empresa desempenhou um papel na garantia de reparação para as pessoas afetadas	0	—
[S1.103a] S1-17-001	**Semapa Holding**	Número total de incidentes de discriminação relacionados com o trabalho, incluindo assédio	0	0
[S1.103b] S1-17-002		Número de queixas apresentadas pelos trabalhadores através dos canais de comunicação de preocupações	0	0
[S1.103c] S1-17-003		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes e queixas de discriminação (euros)	0	0
[S1.104a] S1-17-04		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa	0	0
[S1.104b] S1-17-05		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa (euros)	0	0
[S1.106] S1-17-06		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos em que a empresa desempenhou um papel na garantia de reparação para as pessoas afetadas	0	0

[S1.103a, b, c]	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos Subsidiária		2025	2024
[S1.103a] S1-17-001	**Grupo Semapa**	Número total de incidentes de discriminação relacionados com o trabalho, incluindo assédio	5	6
[S1.103b] S1-17-002		Número de queixas apresentadas pelos trabalhadores através dos canais de comunicação de preocupações	53	50
[S1.103c] S1-17-003		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes e queixas de discriminação (euros)	0	0
[S1.104a] S1-17-04		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa	0	0
[S1.104b] S1-17-05		Montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos, como resultado dos incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa (euros)	0	0
[S1.106] S1-17-06		Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos em que a empresa desempenhou um papel na garantia de reparação para as pessoas afetadas	0	0

Nota Navigator: O número total de incidentes de discriminação relacionados com o trabalho, incluindo assédio e queixas, reportados pela Ethics & Compliance, corresponde às denúncias consubstanciadas recebidas através do Canal de Denúncias (ver secção S1-3). Este canal destina-se à comunicação de irregularidades por parte de colaboradores, fornecedores, clientes, prestadores de serviços, comunidades locais ou quaisquer outros interessados, estando acessível através da página da Internet e Intranet. [S1.103d] Adicionalmente, a Portucel Moçambique dispõe de um Mecanismo de Gestão de Reclamações para a recolha e gestão das reclamações provenientes das Comunidades. [S1.103d] O número de queixas apresentadas pelos trabalhadores através dos canais de comunicação de preocupações reflete o total de denúncias recebidas pelo mesmo canal ao longo de 2025, o que inclui outras questões, além das relativas a Direitos Humanos. Não foram confirmados casos de incidentes graves em matéria de Direitos Humanos em 2025.

Nota Secil: Em 2025 foram recebidas, tratadas e fechadas 18 queixas apresentadas por trabalhadores, através do Canal de Integridade. Destas, 4 referiam incidentes de discriminação e/ou assédio relacionados com o trabalho, tendo sido implementadas medidas de acompanhamento e melhoria, incluindo escutas ativas às equipas, reforço do Código de Conduta, feedback estruturado às lideranças, ações de sensibilização e formação em comunicação e liderança, mantendo-se as situações sob monitorização.

Nota Triangle's: Foram reportadas duas queixas em 2025, que seguiram o processo descrito na Política de Ética e Proteção à Denúncia. Após investigação, ambas foram arquivadas por falta de provas de má conduta.

Nota Semapa Holdings: Do que é do nosso conhecimento, não existiram incidentes de discriminação relacionados com o trabalho, incluindo assédio, comunicados no período de relato. Do que é do nosso conhecimento, não existiram multas, penalidades e indemnizações por danos resultantes de violações relativas a discriminação e assédio relacionados com o trabalho. Do que é do nosso conhecimento, não existiram incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com a mão de obra da empresa.

4.1.3.2 TRABALHADORES NA CADEIA DE VALOR – S2

ESTRATÉGIA

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO (ESRS 2 SBM-3)

Os impactos nos trabalhadores da cadeia de valor materiais para o Grupo Semapa encontram-se identificados na tabela abaixo, sendo de ressalvar que, no caso da Imedexa, não foram identificados quaisquer temas materiais relacionados com a norma sobre trabalhadores na cadeia de valor.

Descritivo [ESRS2.48a]	Materialidade por Empresa	Impacto, Risco ou Oportunidade [ESRS2.48a]	Horizonte temporal [ESRS2.48ciii]	Localização na cadeia de valor [ESRS2.48a]	Sub-tema ou sub-sub-tema relacionado [ESRS2.48h]
Incumprimento das regras e procedimentos de segurança no trabalho podem impactar negativamente a saúde e segurança dos trabalhadores	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's	Impacto negativo	-	Operações próprias e montante	Saúde e segurança
A formação e a melhoria das competências dos trabalhadores têm um impacto positivo no seu rendimento.	Navigator, ETSA, Triangle's	Impacto positivo	-	Operações próprias, a montante e a jusante	Formação e desenvolvimento de competências
Garantir o acesso de todos os trabalhadores a condições de higiene, saneamento e água potável impacta a saúde dos trabalhadores da cadeia de valor.	Navigator	Impacto positivo	-	Operações próprias	Água e saneamento

Nota: os impactos materiais identificados são reais, pelo que não têm associado um horizonte temporal.

A natureza industrial das Participadas do Grupo Semapa acarreta riscos para a Saúde, Segurança e Bem-estar no Trabalho (SST), afetando vários tipos de trabalhadores da cadeia de valor, incluindo colaboradores diretos, trabalhadores dos fornecedores, prestadores de serviços e parceiros. [S2.11a] Conscientes desta realidade, as Participadas do Grupo investem em condições de trabalho seguras, prevenção e formação, promovendo uma cultura de segurança.

As Participadas do Grupo não atuam em geografias ou sob produtos para os quais existam riscos significativos de trabalho infantil, forçado ou obrigatório entre os trabalhadores da cadeia de valor da empresa. Ainda assim, a Triangle's realiza avaliações rigorosas e auditorias periódicas aos seus fornecedores para garantir que não contribui para esse risco. [S2.11b]

Os impactos negativos materiais identificados nas várias Participadas são, na sua maioria, de natureza generalizada ou sistémica, exceto no caso da Triangle's, em que se verificam apenas impactos generalizados. [S2.11c]

Também a Triangle's identifica diversas oportunidades para a empresa, resultantes dos impactos e dependências em relação aos trabalhadores da cadeia de valor. A curto prazo, identifica na sua mão de obra própria a oportunidade de melhorar as condições de trabalho e remuneração, através do pagamento de salários atrativos e da atribuição de benefícios não monetários. Estas medidas contribuem para a satisfação dos colaboradores, promovendo a sua retenção e aumentando a produtividade. [S2.11e]

A Secil e a Triangle's, contrariamente à Navigator, identificaram trabalhadores com características específicas ou inseridos num contexto particular que, ao desempenharem funções na cadeia de valor, enfrentam um risco acrescido de danos, conforme os impactos apurados na avaliação de materialidade [S2.12]

As Participadas, como a Navigator e a Secil, apostam na implementação e certificação de Sistemas de Gestão de SST de acordo com a norma ISO 45001, enquanto as práticas de saúde ocupacional e bem-estar são reforçadas junto das diversas Participadas. Desde 2017, a Comissão de Sustentabilidade constituiu um Grupo de Trabalho dedicado à SST, com o objetivo de acompanhar tendências, definir prioridades e alinhar práticas entre as Participadas. Este Grupo foi iniciado pelos responsáveis de Saúde e Segurança do Trabalho da Secil e da Navigator, com integração da ETSA em 2020, da UTIS em 2023 e da Triangle's em 2024. Durante 2025 este Grupo teve as suas atividades suspensas pelo que a Imedexa será incluídas em edições futuras.

Os impactos reais, identificados no quadro apresentado e que afetam os trabalhadores da cadeia de valor – sobretudo no que diz respeito à segurança –, estão intrinsecamente ligados à estratégia e ao modelo de negócios das Participadas do Grupo Semapa. Para mitigar esses riscos, as Participadas do Grupo estabelecem critérios rigorosos e políticas específicas, implementando um sistema de monitorização, disponibilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e promovendo certificações e formações em segurança. Estas medidas asseguram a identificação, gestão e mitigação de impactos, protegendo a força de trabalho, tanto dos trabalhadores diretos como dos indiretos.

GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS TRABALHADORES DA CADEIA DE VALOR (S2-1, MDR-P)

As Participadas Navigator, Secil, Triangle's e ETSA do Grupo Semapa, possuem um conjunto de políticas destinadas a garantir o bem-estar e a proteção dos trabalhadores da cadeia de valor. As principais políticas, comuns às várias Participadas, são a **Política de Direitos Humanos**, o **Código de Conduta para Fornecedores** e a **Política de Sistemas de Gestão**. [S2.16 | ESRS2.65a | S2.19]

Estas políticas asseguram o cumprimento dos princípios, direitos e deveres estabelecidos por instrumentos internacionais, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, a Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as Linhas Diretrizes da OCDE para as Multinacionais. [S2.19]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Nos últimos anos, a Navigator tem desenvolvido políticas e outros documentos orientadores que abrangem a respetiva cadeia de valor nas suas diferentes dimensões, garantindo-se assim a manutenção dos padrões de saúde, segurança e ambiente da Navigator e, em simultâneo, assegura-se o cumprimento da legislação e outras diretrizes aplicáveis.

Um dos exemplos de tais documentos é o **Manual de Gestão de Prestadores de Serviços**, no qual estão delineadas as regras de Segurança e Saúde no Trabalho e de Ambiente, no universo da Navigator. Este manual assegura a inclusão de requisitos no processo de contratação dos fornecedores de modo a dar cumprimento aos requisitos legais e outros; minimiza a exposição dos trabalhadores, instalações e ambiente ao risco de eventuais acidentes de trabalho; promove o uso de boas práticas e métodos seguros de trabalho na execução dos serviços; promove o uso de boas práticas ambientais, a cumprir por todos os prestadores de Serviço nas instalações da Navigator, com vista à proteção ambiental, mitigando quaisquer impactos resultante das suas atividades; informa os prestadores de serviço dos critérios a ter em conta na sua avaliação de desempenho.

Em linha com os princípios pelos quais se rege, a Navigator está empenhada em fomentar uma conduta responsável ao longo da sua cadeia de valor. Além do Manual de Gestão de Prestadores de Serviços, a Navigator dispõe de um conjunto de políticas que abrangem os trabalhadores da cadeia de valor: **Política de Direitos Humanos**, **Códigos de Conduta para Fornecedores**, **Política de Prevenção de Acidentes Graves**, **Política de Sistemas de Gestão e Políticas Florestais**. Estes documentos aplicam-se a todos os que desenvolvem a sua atividade ao longo da cadeia de valor. Como documento complementar, o **Guia de Boas Práticas para Prestadores de Serviço e Ocasionais** estabelece os princípios, direitos e deveres devidamente alinhados com o Padrão de Desempenho 2 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – sobre a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório, sendo especificamente dirigida aos Prestadores de Serviço Silvícolas e aos trabalhadores ocasionais recrutados nas Comunidades onde a Portucel Moçambique opera. [ESRS 2.65a | S2.16]

No desenvolvimento destas políticas, foram tidos em conta documentos intergovernamentais de referência, onde se incluem os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e as Linhas Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, além das normas ISO que sustentam a Política de Sistemas de Gestão. [ESRS 2.65d | S2.19]

A **Política de Direitos Humanos** assume compromissos específicos direcionados aos Trabalhadores da cadeia de valor, desde logo: impulsionar os diferentes níveis das cadeias de valor da Navigator a observar os Direitos Humanos e os direitos laborais, nomeadamente através de normas contratuais adequadas que incentivem a adoção das medidas preventivas e corretivas necessárias e o tratamento transparente de informação a respeito de eventuais violações de Direitos Humanos ou laborais, bem como da avaliação da respetiva conformidade nestas matérias. Este compromisso consta da matriz de responsabilidades associada ao modelo de governo da Política de Direitos Humanos.

Também o **Código de Conduta para Fornecedores** se refere aos Trabalhadores da cadeia de valor, nomeadamente [ESRS 2.65a | S2.16 | S2.17 | S2.18]: (1) cumprimento com as leis e regulamentos aplicáveis; (2) respeito e promoção dos Direitos Humanos; (3) não discriminação; (4) horário de trabalho; (5) saúde e segurança; (6) liberdade de associação e negociação coletiva; (7) práticas ambientais.

A Navigator respeita os Direitos Humanos universais nas suas operações e promove a implementação na sua esfera de influência, pelo que espera o mesmo dos seus fornecedores. O Código expressa a proibição do trabalho infantil ou forçado de qualquer tipo, o respeito pela dignidade pessoal, privacidade e pelos direitos pessoais de cada indivíduo, e refere ainda que todos os trabalhadores dos fornecedores da Navigator não devem ser sujeitos a castigos físicos nem a abuso ou assédio físico, sexual, psicológico ou verbal. [S2.17 | S2.18]

De forma a reforçar este compromisso, a Navigator tem implementado um Sistema de Verificação da Integridade de Terceiros. Passou a incluir cláusulas de *compliance* nos contratos celebrados com fornecedores, através das quais assegura a adoção de diversos critérios – nomeadamente em matérias de prevenção da corrupção e infrações conexas, prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, cumprimento de sanções internacionais e onde se inclui, entre outros, a proteção dos Direitos Humanos.

Durante 2025 não foram comunicados nos canais disponíveis, casos de incumprimento dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho ou das Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais que envolvam Trabalhadores da cadeia de valor. [S2.19]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Direitos Humanos e Código de Conduta de Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Sistemas de Gestão: Cap. 4.1.2.5.
– Apresentação da Política Prevenção de Acidentes Graves: Cap. 4.1.3.1.
– Apresentação das Políticas Florestais: Cap. 4.1.2.4.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil possui várias políticas que endereçam os trabalhadores da cadeia de valor, como o **Código de Conduta dos Fornecedores** que aborda temas como a segurança dos trabalhadores, o trabalho precário, o tráfico de seres humanos, o trabalho forçado e o trabalho infantil. [S2.16 | 2.65 | ESRS 2.65a | S2.19]

A **Política de Saúde e Segurança** adotada pela Secil foi desenvolvida para garantir o bem-estar e a proteção de todos os envolvidos. Esta Política inclui procedimentos de segurança abrangentes, diretrizes claras para a utilização de EPI, formações regulares em segurança e uma adesão rigorosa aos requisitos regulamentares. Esta política reflete, de forma clara, o compromisso em alcançar zero danos para os trabalhadores, contratados e comunidades. Faz parte da estratégia da Secil de prevenção de acidentes de trabalho e dá resposta aos IRO identificados neste âmbito. [ESRS 2.23; ESRS 2.65d]

A Participada assegura que esta Política seja acessível e compreendida por todas as partes interessadas, através de vários canais de comunicação, incluindo interações presenciais e o apoio de representantes dos trabalhadores, que facilitam a disseminação da informação. A política é também afixada, de forma destacada, em vários locais das instalações, para garantir visibilidade e fácil acesso a todos os trabalhadores. Por forma a garantir que não existem barreiras de compreensão, a política é traduzida para os idiomas relevantes, permitindo que trabalhadores de diferentes nacionalidades possam compreender eficazmente as suas implicações. [S2.AR16]

No que refere à **Política de Direitos Humanos**, esta está alinhada de diversas formas com instrumentos internacionalmente reconhecidos, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs).

Em 2025, não foram reportados casos de incumprimento na cadeia de valor, com base nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, na Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho ou nas Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais. [S2.19]

O **Código de Conduta dos Fornecedores**, que abrange os trabalhadores dos fornecedores [S2.16 | ESRS 2.65], estabelece que estes devem garantir condições e locais de trabalho seguros e saudáveis para os seus funcionários e empreiteiros, cumprindo integralmente as leis e regulamentos locais e nacionais em matéria de saúde e segurança no trabalho. Devem ainda possuir todas as autorizações, licenças e permissões exigidas pelas autoridades competentes e assegurar a implementação de medidas de segurança adequadas para proteger os trabalhadores que operam nas suas instalações. O código reforça a importância de garantir condições de trabalho justas e dignas: os trabalhadores devem receber, no mínimo, o salário mínimo estabelecido pela legislação nacional e ter acesso a regimes de segurança social em conformidade com as normas legais aplicáveis. Nos países onde não existe um salário mínimo legal, os fornecedores são incentivados a remunerar os trabalhadores considerando o nível geral de salários, o custo de vida, os benefícios da segurança social e os padrões de vida relativos. [S2.17 |S2.19]

Este código proíbe expressamente qualquer forma de trabalho forçado ou involuntário, sob ameaça de sanções, incluindo horas extraordinárias impostas, tráfico humano, servidão por dívidas, trabalho prisional forçado, escravatura ou servidão. Adicionalmente, os fornecedores não podem reter documentos de identificação de trabalhadores emigrantes e é proibida a contratação de crianças em idade escolar obrigatória, sendo que menores de 18 anos ou abaixo da idade mínima legal não são contratados. [S2.17 |S2.19]

O Código de Conduta dos Fornecedores é enviado a todos os fornecedores juntamente com os pedidos de compra e, desde 2024, a aceitação do código é requerida a todos os fornecedores críticos dentro do *scope* de *Procurement*. [S2.17]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Conduta dos Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Saúde e Segurança: Cap. 4.1.3.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos e Condições de Trabalho: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA tem como objetivo a prossecução a longo prazo de um negócio rentável ao longo da sua cadeia de valor e operações próprias, de um modo ético e responsável, tendo em consideração fatores humanos e sociais.

De igual forma, todos os fornecedores da ETSA devem cumprir os regulamentos e os *standards* aplicáveis às suas operações e observar práticas conscientes em todos os locais em que operem. Assim, a ETSA promove uma política de compromisso com os colaboradores:

– Respeito pelos direitos laborais, nomeadamente no que concerne a rejeição de qualquer forma de trabalho forçado e trabalho infantil;
– Pleno respeito pelo direito de associação e representação;
– Promoção da prevenção, saúde e segurança de todos os colaboradores, bem como o seu bem-estar físico e psicológico;
– Programas de formação contínua que permitam a cada colaborador explorar o seu potencial;
– Acompanhamento e preparação dos colaboradores para adaptação às exigências dos postos de trabalho do futuro.

A ETSA procura também promover a extensão progressiva dos direitos e princípios constantes nestes pontos à respetiva cadeia de valor e aos seus produtos e serviços. A ETSA respeita os direitos humanos universais, conforme definidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, nas suas operações e promove a sua implementação na sua esfera de influência. [S2.16 | S2.19]

Tal como as outras Participadas do Grupo, a ETSA estabelece compromissos específicos em matéria de Direitos Humanos, fundamentais para os trabalhadores da cadeia de valor. Estes incluem a rejeição do trabalho infantil e proteção de jovens trabalhadores, proibição do trabalho forçado e da escravatura moderna, combate ao assédio e à discriminação, investimento em formação e desenvolvimento, respeito pela liberdade de associação e contratação coletiva, bem como a salvaguarda da segurança e saúde no trabalho. [S2.17 | S.2.18]

No âmbito das políticas que visam proteger os trabalhadores na cadeia de valor, destaca-se a certificação MarinTrust, atualmente em processo de obtenção pela Barna (adquirida pela ETSA em 2025). Esta certificação assegura que as matérias-primas de origem marinha provêm de fontes geridas de forma sustentável, com critérios de rastreabilidade e conformidade. Para além da dimensão ambiental, a MarinTrust incorpora requisitos sociais que promovem condições de trabalho seguras e dignas, proíbem práticas laborais abusivas, como trabalho forçado ou infantil, e garantem o respeito pela liberdade de associação e negociação coletiva. Estes princípios são verificados através de auditorias regulares, funcionando como um mecanismo de mitigação de riscos sociais na cadeia de fornecimento.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação do Código de Conduta para Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação de Critérios para uma Atuação Sustentável: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's adota igualmente as políticas comuns às demais Participadas do Grupo Semapa, que abrangem todos os trabalhadores da cadeia de valor, incluindo o **Código de Conduta de Fornecedores**, o **Código de Conduta** e a **Política de Direitos Humanos** e **Condições de Trabalho**. [S2.16 | ESRS 2.65a]

Estas políticas aplicam-se a toda a cadeia de valor em que a Triangle's opera e foram desenvolvidas com a participação de diversos *stakeholders*, como acionistas, prestadores de serviço (advogados) e trabalhadores internos. [ESRS 2.65e]. As políticas encontram-se alinhadas com instrumentos internacionalmente reconhecidos, nomeadamente os Princípios Orientadores das Nações Unidas (ONU) sobre Empresas e Direitos Humanos. [S2.19]

À semelhança das restantes Participadas do Grupo, a Triangle's assume compromissos específicos em matéria de Direitos Humanos que são essenciais para os trabalhadores da cadeia de valor. Esses compromissos incluem: rejeição do trabalho infantil e proteção de jovens trabalhadores, proibição do trabalho forçado e da escravatura moderna, combate ao assédio e à discriminação, promoção da inclusão, diversidade, equidade e sentimento de pertença, garantia de salários e benefícios justos, investimento em formação e desenvolvimento, respeito pela liberdade de associação e contratação coletiva, normas da jornada de trabalho, bem como a salvaguarda da segurança e saúde no trabalho. [S2.17 | S2.18]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65 a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Conduta para Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação do Código de Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos e Condições de Trabalho: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa desenvolveu em 2025 uma **Política de Direitos Humanos** aplicável a todos trabalhadores da cadeia de valor.

A política estabelece o compromisso de erradicar o trabalho infantil, o trabalho forçado ou compulsório, bem como qualquer forma de exploração, discriminação, assédio ou violência no local de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades independentemente de raça, cor, género, orientação sexual, idade, religião, origem étnica ou social, opinião política, deficiência ou qualquer outra condição. [S2.17] Esta política encontra-se alinhada com instrumentos internacionalmente reconhecidos, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), bem como a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. [S2.19]

A política assegura ainda o respeito pela liberdade de associação, pelo direito à sindicalização e pela negociação coletiva, bem como a promoção de condições de trabalho dignas, incluindo saúde e segurança ocupacional adequadas e remuneração justa que permita um nível de vida digno. [S2.17] Em 2025, não foram reportados casos de incumprimento na cadeia de valor, com base nos princípios mencionados. [S2.19]

Adicionalmente, em 2025 foi também desenvolvido o **Código de Ética** cujo objetivo é incentivar um comportamento responsável, com base num conjunto de valores e princípios definidos. O objetivo final é procurar o benefício das partes interessadas de forma responsável, em conformidade com as leis e acordos nacionais e internacionais. [S2.16 | ESRS 2.65a | AR12]

De forma a estabelecer as diretrizes gerais para o sistema de gestão integrada nas áreas de qualidade, ambiente, e saúde e segurança, a Imedexa tem implementada a **Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança**, aplicável a todos os trabalhadores na cadeia de valor. [S2.16 | ESRS 2.65a]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política de Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação do Código de Conduta para Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação do Código de Conduta e Ética: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança: Cap. 4.1.4.1.

PROCESSOS PARA DIALOGAR COM OS TRABALHADORES DA CADEIA DE VALOR SOBRE IMPACTOS (S2-2)

Os processos de diálogo com os trabalhadores da cadeia de valor, sobre os impactos reais, são relevantes uma vez que as suas perspetivas podem contribuir para as decisões e iniciativas das Participadas na gestão desses impactos.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

O envolvimento com os trabalhadores da cadeia de valor é essencial para assegurar ações que gerem impactos positivos e mitiguem potenciais impactos negativos. Este envolvimento torna-se particularmente relevante quando os trabalhadores desempenham funções comparáveis às operações da própria Navigator, como as operações industriais e/ou em áreas florestais.

As questões de Saúde e Segurança no Trabalho são prioritárias para a Navigator. O programa interno de SST da Participada inclui o envolvimento com os trabalhadores da cadeia de valor, que devem adotar as práticas de segurança no trabalho definidas pela Navigator e cumprir as normas e regulamentos estabelecidos. Devem também participar nas ações de formação em segurança da Participada, que abordam os requisitos de segurança específicos da empresa, bem como ações de formação externas. [S2.22a]

Existe ainda um **Canal de Denúncias** e são realizadas consultas aos trabalhadores (ver secção seguinte). [S2.22a] Neste momento, a Navigator não tem quaisquer acordos-quadro mundiais ou acordos com federações sindicais mundiais relacionadas com o respeito pelos Direitos Humanos dos trabalhadores da cadeia de valor. [S2.22d]

SEGMENTO CIMENTO & SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Este tema não foi considerado material no processo de avaliação de dupla materialidade, pelo que não será objeto de reporte detalhado.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S & IMEDEXA

A Triangle's e Imedexa não dispõem de acordos-quadro mundiais nem de acordos com federações sindicais mundiais relacionados com o respeito pelos direitos humanos dos trabalhadores da cadeia de valor ou com o direito de negociação coletiva, não existindo, por esse meio, mecanismos formais para recolha estruturada das perspetivas desses trabalhadores. [S2.22d]

PROCESSOS PARA CORRIGIR OS IMPACTOS NEGATIVOS E CANAIS PARA OS TRABALHADORES DA CADEIA DE VALOR EXPRESSAREM PREOCUPAÇÕES (S2-3)

As Participadas do Grupo Semapa atuam de forma diligente na correção dos impactos negativos causados pelas mesmas, especialmente no que se refere à saúde e segurança. Esta abordagem visa não só contribuir para a remediação desses impactos, mas também disponibilizar diversos canais de comunicação para que os trabalhadores da cadeia de valor possam expressar as suas preocupações de forma eficaz.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Os impactos negativos materiais identificados para os trabalhadores da cadeia de valor estão relacionados com a saúde e segurança. A abordagem geral para proporcionar ou contribuir para a reparação desses impactos negativos materiais baseia-se num processo estruturado de responsabilização e melhoria contínua, no qual são implementados os seguintes processos: [S2.27a | S2.33a]

- **Procedimento de penalização e descaracterização de acidentes** – sempre que um prestador de serviços causa ou contribui para um impacto negativo significativo, é exigido um plano de ação corretivo, que deve ser implementado por esse prestador de serviços e acompanhado pela equipa da Navigator. [S2.33b | S2.23]

- **Monitorização e avaliação da implementação** – a equipa da Navigator monitoriza a implementação das medidas corretivas para assegurar que as causas do incidente são devidamente abordadas e não se repetem. [S2.33b | S2.23]

- **Avaliação da efetividade da medida corretiva** – caso a ação implementada não se revele eficaz, o prestador pode ser suspenso ou excluído da lista de prestadores qualificados, assegurando que apenas parceiros comprometidos com a segurança integram a cadeia de valor. [S2.33b | S2.23]

Em Moçambique, a primeira abordagem implementada é garantir que todos os trabalhadores externos, em especial os ocasionais – quer por via de contratação pelos prestadores de serviço quer contratados diretamente – têm canais de comunicação inclusivos, rápidos e eficientes para com a Navigator e vice-versa.

A Navigator tem um **mecanismo de gestão de reclamações** que permite o acompanhamento e análise individualizada de cada situação, considerando-se uma reclamação resolvida apenas quando o reclamante assina a sua concordância com a solução apresentada. No caso dos trabalhadores ocasionais no campo, as reclamações podem ser encaminhadas através dos Técnicos ou dos Agentes de Ligação Comunitária (Cap. 4.1.3.3) – através do mecanismo de gestão de reclamações para as comunidades locais, uma vez que estes trabalhadores são pessoas residentes nas comunidades locais – que as direcionam para a empresa através dos Técnicos de Comunicação, para análise e resolução a nível da Direção. Este processo assegura a remediação dos impactos negativos e a avaliação da eficácia dos processos implementados. [S2.27a | S2.23]

Em Portugal, realiza-se uma consulta anual aos trabalhadores externos sobre aspetos de SST onde, através de um questionário, digital e anónimo, são identificados pontos fortes e necessidades de desenvolvimento na área da SST da Navigator. [S2.27a | S2.22e]

Adicionalmente, a Navigator possui um **Canal de Denúncias** (Cap. 4.1.4.1.) que permite aos trabalhadores da cadeia de valor comunicar toda e qualquer questão ou preocupação. Os dados pessoais são tratados de forma confidencial e anónima, garantido a proteção contra qualquer tipo de represálias. [S2.23]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira:

– Mais informações sobre o acompanhamento e monitorização das questões levantadas e abordadas e garantia da eficácia do Canal de Denúncias (Cap. 4.1.4.1.).

SEGMENTO CIMENTO

A abordagem da Secil à saúde e segurança em casos de impacto negativo material, como um acidente envolvendo um trabalhador contratado, segue um processo estruturado que abrange o tratamento do dano e a implementação de medidas preventivas. Para cada situação, aplicam-se estratégias variadas – desde o reporte de incidentes, investigações, protocolos de resposta a emergências, autorizações de trabalho, mecanismos de reclamação, auditorias de segurança até formação contínua – garantindo ações corretivas rápidas, melhoria contínua e a redução de incidentes, com tempos de resposta mais céleres em emergências e maior envolvimento dos trabalhadores na segurança. Ao monitorizar e aperfeiçoar estes processos, a empresa reforça uma cultura sólida de segurança e assegura o bem-estar dos trabalhadores internos e externos. [S2.27a | S2.33c]

Os processos para proporcionar ou contribuir para a reparação de um impacto negativo material causado pela Participada variam, adotando diferentes abordagens conforme as situações, tais como: [S2.27a | S2.33c]

– **Primeiros socorros e atenção médica imediata** – em caso de acidente, são fornecidos primeiros socorros e atenção médica imediata ao trabalhador contratado afetado. A Secil tem protocolos estabelecidos para garantir que os serviços de emergência sejam acionados quando necessário, assegurando que os trabalhadores recebem os cuidados adequados para minimizar o impacto da lesão.

– **Investigação e análise da causa do acidente** – uma investigação detalhada é conduzida para determinar a causa do acidente. Este processo envolve a análise dos procedimentos de segurança, dos equipamentos, da formação recebida e das ações que conduziram ao incidente. Se o acidente for atribuído a falhas nas práticas ou sistemas de saúde e segurança da empresa, são implementadas ações corretivas.

– **Remediação e compensação** – dependendo da gravidade do incidente, são fornecidas compensações ou benefícios adequados, como indemnização de trabalhadores ou apoio médico, ao trabalhador contratado afetado, assegurando que recebe o apoio necessário para a sua recuperação e para qualquer perda de rendimento relacionada com o trabalho.

– **Implementação de medidas corretivas** – para prevenir incidentes futuros, são implementadas medidas corretivas, como a atualização dos protocolos de segurança, a melhoria da formação ou a manutenção dos equipamentos. Os trabalhadores contratados e os restantes trabalhadores são requalificados, se necessário, e são introduzidas medidas adicionais de segurança.

– **Comunicação com o trabalhador afetado** – mantém-se uma comunicação contínua com o trabalhador contratado afetado para garantir que as suas necessidades sejam atendidas e que recebe o apoio necessário durante o processo de recuperação. Caso não possa retornar ao trabalho de imediato, podem ser consideradas alternativas, como a reatribuição de funções ou o trabalho remoto.

– **Canal de Integridade** – gerido por uma entidade externa e independente, permite a denúncia de irregularidades ocorridas no seio da sociedade (Cap. 4.1.4.1.). As denúncias via Canal de Integridade são analisadas de forma confidencial e anónima, iniciando um processo que pode resultar em investigação e na aplicação de medidas corretivas. O denunciante é notificado da receção e, num prazo razoável, informado sobre os desenvolvimentos. Se envolver elementos dos comités de integridade, a denúncia é encaminhada para o comité competente.

A eficiência da abordagem da Secil em Saúde e Segurança é avaliada com base na estratégia geral e nos processos adotados, sendo monitorizada através das seguintes ações: [S2.27a]

– **Monitorização da recuperação e reintegração** – a Secil acompanha o progresso da recuperação do trabalhador contratado afetado e a sua reintegração no trabalho, assegurando que está física e mentalmente apto para retomar as suas funções, e o seu bem-estar é monitorizado de forma contínua durante este processo.

– **Revisão da implementação das ações corretivas** – após a implementação das ações corretivas, a Secil avalia a eficácia dessas medidas na redução do risco de incidentes semelhantes no futuro. Este processo é realizado através de auditorias regulares de segurança, *feedback* dos trabalhadores e monitorização de métricas de segurança.

– **Mecanismos de *feedback*** – trabalhadores contratados são incentivados a fornecer *feedback* sobre a eficácia das ações corretivas e quaisquer outras preocupações relacionadas com a segurança, assegurando que a remediação seja não só reativa, mas também proativa, ajudando na prevenção de reincidências.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Os impactos negativos, gerados no âmbito da segurança e saúde no trabalho, estão em foco na ETSA, nomeadamente através de mecanismos de envolvimento dos trabalhadores nas matérias de segurança e saúde no trabalho. [S2.27a]

A orientação geral que permite mitigar tais impactos está assente na implementação de diversos processos, tais como:

– **Plano de Cultura de Segurança** – prevê a realização regular de *safety talks* e *safety walks*, promovendo o envolvimento dos trabalhadores nas matérias de segurança e saúde no trabalho. Estas iniciativas reforçam a consciencialização sobre riscos e respetivas medidas de controlo, constituindo igualmente momentos formais de identificação de preocupações e oportunidades de melhoria pelos trabalhadores, posteriormente integradas no Plano de Ações de Segurança e Saúde.

– **Plano de Ações de Segurança** – integra medidas corretivas e preventivas, reforçando uma abordagem proativa na gestão dos condicionantes relacionados com a segurança e saúde no trabalho. O plano é acompanhado de forma permanente pelos diferentes níveis da ETSA, assegurando uma atuação atempada sobre os impactos negativos.

– **Análise de Causas Colaborativa (acidentes e incidentes)** – a ocorrência de um acidente ou incidente desencadeia um processo de investigação que envolve o colaborador sinistrado, diversos níveis de responsáveis e colegas associados. Este procedimento promove a partilha e a consulta das áreas de negócio relevantes, garantindo uma análise abrangente e estruturada da ocorrência.

– **Ações de Consulta** – nos mecanismos habituais de consulta aos trabalhadores é reforçada a importância da respetiva participação As situações identificadas com potencial de causarem impactos negativos são integradas e acompanhadas através do Plano de Ações de Segurança.

– **Formação e Informação Contínua** – os planos de formação contemplam não apenas necessidades operacionais, mas também conteúdos específicos em segurança e saúde no trabalho, promovendo a consciencialização dos riscos e a adoção de comportamentos seguros. As dinâmicas de *safety talks* e *safety walks* constituem igualmente espaços de partilha de boas práticas.

– **Auditorias de Segurança** – realizadas com cadência regular e com envolvimento dos trabalhadores em cada posto de trabalho, permitem identificar situações de risco e reforçar mecanismos de reporte de potenciais impactos negativos para a segurança e saúde.

– **Procedimento de Coordenação de Empresas Externas** – assegura o alinhamento entre a ETSA e os prestadores externos, com foco na divulgação das normas de segurança aplicáveis.

Estas orientações evidenciam o compromisso da ETSA na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, através de uma abordagem estruturada, preventiva e participativa na gestão dos riscos associados à segurança e saúde no trabalho.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's tem vindo a adotar uma abordagem proativa e transparente para lidar com impactos negativos materiais sobre os trabalhadores da sua cadeia de valor. Sempre que se identifica que a empresa tenha causado ou contribuído para um impacto negativo, esta segue um processo estruturado para reparar essa situação, assegurando que medidas corretivas sejam implementadas de maneira eficaz e que a eficácia dessas medidas seja continuamente avaliada. O processo estrutura-se em duas partes, a Abordagem Geral para Reparação e a Avaliação da Eficácia das Medidas Corretivas. [S2.27a]

A **Abordagem Geral para Reparação** da Triangle's segue os seguintes princípios e etapas:

– **Identificação do impacto negativo** – a Participada realiza avaliações contínuas de riscos e impactos ao longo da cadeia de valor através de auditorias, consultas com trabalhadores, parceiros e fornecedores, bem como a monitorização das condições de trabalho. A identificação de impactos negativos ocorre assim que um risco é detetado, quer seja através de relatórios internos, quer por meio de *feedback* de trabalhadores ou parceiros.

– **Avaliação e determinação da causa** – uma vez identificado um impacto negativo, a Triangle's realiza uma análise detalhada para identificar a origem ou causa desse impacto, seja ele relacionado com práticas operacionais, questões e segurança ou condições de trabalho inadequadas. Essa avaliação inclui a investigação das circunstâncias específicas, a consulta com as partes afetadas e a revisão das práticas em vigor.

– **Ação corretiva imediata** – a Participada adota medidas imediatas para minimizar ou eliminar o impacto negativo identificado. Estas ações podem incluir:

i. **Melhorias nas condições de trabalho** – modificação das condições ou ambientes de trabalho, como melhorias em ergonomia, fornecimento de equipamentos de proteção adequados, ou mudanças nas práticas operacionais.
ii. **Apoio aos trabalhadores afetados** – se os trabalhadores sofreram impactos negativos, a empresa oferece medidas de apoio, incluindo tratamento médico, apoio psicológico ou até mesmo compensação, conforme o impacto identificado.
iii. **Ajustes nos processos de produção ou segurança** – caso o impacto esteja relacionado com falhas nos processos ou sistemas de segurança, a Triangle's implementa alterações, como a introdução de novos protocolos de segurança, formações adicionais ou revisões de equipamentos.
iv. **Comunicação e Transparência** – a Participada assegura que todos os *stakeholders* relevantes, incluindo trabalhadores, fornecedores e partes interessadas, sejam informados das ações corretivas tomadas. A transparência na comunicação sobre os impactos e as ações corretivas é fundamental para garantir a confiança e o compromisso contínuo com os direitos dos trabalhadores.
v. **Formação e Sensibilização** – a Triangle's reforça a formação contínua e a sensibilização dos trabalhadores e gestores sobre a importância da saúde e segurança, práticas éticas e as responsabilidades que todos têm em garantir um ambiente de trabalho seguro.

Para garantir que as ações sejam realmente eficazes e resultem em melhorias sustentáveis, a empresa segue um processo estruturado de Avaliação da Eficácia das Medidas Corretivas:

– **Monitorização contínua** – a Triangle's mantém um sistema de monitorização contínua dos impactos e da implementação das medidas corretivas. Isso inclui a realização de auditorias periódicas, revisão de relatórios de segurança e saúde, bem como conversas com trabalhadores e fornecedores para verificar se as mudanças implementadas estão a produzir os resultados desejados.

– **Feedback dos trabalhadores** – a Participada procura ativamente o *feedback* dos trabalhadores afetados e das partes envolvidas no processo de reparação para avaliar a eficácia das medidas. Isso pode ser feito através de entrevistas, inquéritos de satisfação ou fóruns de diálogo.

– **Indicadores de desempenho** – a Triangle's desenvolve KPI para medir a eficácia das ações corretivas, tais como a redução de incidentes de segurança, melhoria nas condições de trabalho, ou aumento na satisfação e bem-estar dos trabalhadores.

– **Auditorias externas e consultoria** – em certos casos, a Triangle's recorre a auditorias externas para garantir uma avaliação imparcial da eficácia das medidas corretivas. Podem ser contratados consultores especializados em saúde, segurança e bem-estar para realizarem uma análise independente das condições de trabalho e sugerir melhorias adicionais, se necessário.

– **Ajustes adicionais** – caso a avaliação revele que as medidas corretivas não foram suficientemente eficazes, a Triangle's ajusta a abordagem, implementando novas ações ou modificando as existentes para garantir que os impactos negativos sejam devidamente resolvidos.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa dispõe de mecanismos para a prevenção, gestão e tratamento de incidentes e irregularidades, incluindo um sistema de gestão de emergências e um procedimento estruturado de investigação de acidentes, que asseguram a análise das ocorrências, a identificação das causas e a definição de medidas corretivas. [S2.27a]

O sistema de gestão de emergências define e treina os indivíduos responsáveis por responder a acidentes ou emergências, garantindo uma resposta rápida e eficaz quando os trabalhadores sofrem algum tipo de acidente no local de trabalho. Por sua vez, o procedimento detalhado de investigação de acidentes garante que todos os acidentes são investigados, as causas analisadas e propostas as medidas corretivas mais adequadas. [S2.27a]

A Participada disponibiliza ainda um canal de denúncias gerido por uma entidade independente, estando simultaneamente definidos internamente os indivíduos responsáveis pela resposta. Este canal permite que todas as irregularidades e atos criminosos sejam denunciados, protegendo o denunciante e garantindo a eficácia das ações através da sua avaliação em reuniões de acompanhamento de objetivos e indicadores, realizadas bimestralmente, onde são analisados de forma abrangente os aspetos relacionados com as diferentes áreas da Imedexa. [S2.27a]

AÇÕES RELACIONADAS COM OS TRABALHADORES DA CADEIA DE VALOR (S2-4, MDR-A)

Em 2025, os segmentos de negócio do Grupo Semapa, Navigator e Secil, implementaram diversas medidas relativas aos impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor, avaliando a eficácia das ações estratégicas adotadas. No segmento Pasta e Papel, as ações destacam-se pelas formações, divulgação de boas práticas, ações de sensibilização e inspeções. No segmento Cimento, as estratégias de segurança desempenham um papel fundamental, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos e metas da política e promovendo uma cultura de segurança estruturada, responsável e proativa.

No ano de 2025, não foram comunicados problemas graves em matéria de direitos humanos nem incidentes relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante em nenhuma das Participadas. [S2.36]

As Participadas Navigator, Secil, ETSA, e Triangle's tomaram medidas para evitar causar ou contribuir para impactos materiais negativos nos trabalhadores da cadeia de valor através das suas próprias práticas [S2.35], e no caso da Secil foram também alocados diversos recursos humanos e financeiros para a gestão dos seus impactos materiais. [S2.38] Apesar deste não ser um tema material para a Imedexa, a Participada definiu também ações relacionadas com os seus trabalhadores na cadeia de valor. De seguida, são detalhadas as ações e recursos, humanos e financeiros, relacionados com os trabalhadores da cadeia de valor em cada segmento de negócio do Grupo Semapa, evidenciando as iniciativas implementadas.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator foca a sua atuação na realização de ações de formação, na disseminação de boas práticas e na realização de inspeções de segurança (ver quadro seguinte), com o objetivo de prevenir, remediar ou corrigir os impactos materiais negativos sobre os trabalhadores da cadeia de valor. [S2.32a | S2.32b | S2.32c | S2.32d]

A formação *on-the-job* (atividade florestal) é realizada no local de trabalho para trabalhadores externos, abordando aspetos ambientais e sociais. São divulgadas as medidas mitigadoras a adotar em relação ao meio envolvente, bem como os requisitos de saúde e segurança no trabalho aplicáveis às operações em questão. [S2.31 | S2.22e | S2.35]

Relativamente às ações de divulgação de boas práticas para empresas de exploração e transporte, estas são coorganizadas com parceiros externos, incluindo organizações de produtores florestais e grupos de certificação florestal e de cadeia de responsabilidade. Estas iniciativas estão relacionadas com a segurança na execução das operações de exploração e transporte florestal, abrangendo empresas fornecedoras de madeira. [S2.31 | S2.35]

A ação de "inspeções de segurança às frentes de trabalho" consiste em visitas realizadas às diversas frentes de trabalho, com o objetivo principal de gerir o risco de Segurança. Trata-se de visitas de acompanhamento das diferentes frentes de trabalho nas operações silvícolas, para avaliar o cumprimento dos normativos e a utilização de equipamentos (de emergência e outros), culminando com sensibilizações/formações aos grupos de trabalho, maioritariamente trabalhadores das comunidades envolventes, em diversas matérias de saúde e segurança. [S2.31 | S2.33a | S2.33c | S2.22e | S2.35]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68 e ESRS 2.69]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Formação on-the-job (atividade florestal)	Realizada e planeada	Operações próprias, a montante, com impacto nos colaboradores de prestadores de serviços da atividade florestal. (Portugal e Moçambique)	Contínuo	Em Portugal, em 2025, foram abrangidos 232 trabalhadores de prestadores de serviços na atividade florestal, correspondendo a 248 horas de formação. Em Moçambique, foram abrangidos 1 128 trabalhadores de prestadores de Serviço na atividade florestal, correspondendo a 409 horas de formação.
Ações de divulgação de boas práticas SST para empresas de exploração e transporte	Realizada e planeada	Operações a jusante, com impacto nos colaboradores de fornecedoras de madeira. (Portugal)	Contínuo	Em 2025, foram abrangidos 205 trabalhadores de empresas fornecedoras de madeira, correspondendo a 820 horas de formação.
Inspeções de segurança às frentes de trabalho	Realizada e planeada	Operações a jusante, com impacto nos trabalhadores de prestadores de serviços da atividade florestal e comunidades das áreas em que a Navigator opera. (Moçambique)	Contínuo	Visitas às frentes de trabalho a fim de avaliar potenciais "não conformidades" das diversas operações silvícolas (no âmbito da Segurança). Foram realizadas 4 039 horas de formação abrangendo cerca de 2 536 pessoas entre elas trabalhadores próprios, prestadores de serviços e comunidades.
SafePro Florestal	Realizada e planeada	Operações próprias e montante, com impacto nos trabalhadores dos prestadores de serviços da produção de plantas e atividade florestal. (Portugal)	Curto prazo	A ação prevê que 100% dos trabalhadores externos sejam formados para a atividade a desenvolver na Navigator. Esta é também a ação prevista pela Navigator para a disponibilização de soluções para as pessoas lesadas pelos impactos materiais reais. [ESRS 2.68d]
Sensibilização para questões de segurança dos fornecedores e trabalhadores de logística e transporte inbound	Realizada e planeada	Operações próprias e montante, com impacto nos trabalhadores de fornecedores (Portugal)	2025, a continuar	Sensibilização a nível da utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e do cumprimento dos procedimentos de segurança nas portas de fábricas, matas e parques de madeira, abrangendo 290 trabalhadores de 95 empresas.
Indução de segurança pré paragem	Realizada e planeada	Operações a montante, com impacto nos trabalhadores externos nos sites fabris em Portugal	Contínuo	Sensibilização presencial com todos os trabalhadores externos antes de acederem aos sites para atividades nas paragens.

O desenvolvimento das ações apresentadas no quadro anterior, em 2025, não requer despesas de capital (CapEx) e despesas de operação (OpEx) significativas, à exceção da ação SafePro Florestal. Para a realização desta ação foi alocado o Orçamento da SST Corporativa e foram consideradas despesas associadas a equipamentos de combate a incêndio, estruturas e soluções de engenharia, e outras adequações na área da segurança, nomeadamente, 4,01 milhões de euros de CapEx e 2,27 milhões de euros de OpEx (atuais), estando previstos para o futuro 4,1 milhões de euros de CapEx e 2,19 milhões de euros de OpEx [ESRS 2.69b | ESRS 2.28]

Adicionalmente às ações identificadas, continua em desenvolvimento o Projeto *Advance Forest* de capacitação avançada de técnicos, produtores e proprietários, numa parceria da Biond, com a Ascendum Máquinas. [S2.32c]

Com a execução das ações adotadas, entre outras já implementadas ou a implementar no âmbito da Missão Zero, pretende-se reduzir a probabilidade da ocorrência de incidentes, com o objetivo de eliminar os acidentes de trabalho e as doenças profissionais. A eficácia das ações implementadas é avaliada através do acompanhamento da evolução de métricas específicas, como o índice de frequência, bem como das metas relacionadas com os impactos nos trabalhadores externos, cujo progresso é monitorizado regularmente. [ESRS 2.68a | S2.32d | S2.33c]

Em matéria de Direitos Humanos, a atuação da Navigator ao longo da cadeia de valor baseia-se nos compromissos definidos na Política de Direitos Humanos e no Código de Conduta para Fornecedores, através de mecanismos preventivos, contratuais e de acompanhamento. Em 2025, não foram comunicados problemas graves consubstanciados em matéria de Direitos Humanos nem incidentes relacionados com a cadeia de valor a montante e a jusante. [S2.36]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes do **Relatório e Contas da Navigator**:

– Mais informações sobre a relação entre os recursos financeiros correntes atribuídos a ações ou planos de ação e as quantias mais relevantes apresentadas nas demonstrações financeiras: Demonstração dos resultados consolidados do Relatório e Contas da Navigator. [ESRS 2.69b]

SEGMENTO CIMENTO

No que diz respeito aos trabalhadores da cadeia de valor, em 2025, a Secil implementou três ações principais no âmbito da segurança (ações 1, 2 e 3), e quatro ações (ações 4, 5, 6 e 7) através do seu departamento de *Procurement*. A Participada implementou também abordagens para gerir os riscos materiais e identificar oportunidades materiais relacionadas com estes trabalhadores e a eficácia dessas ações. [S2.27a | AR43 | S2.35]

Ação 1 – Indução de segurança obrigatória para contratados e visitantes: Ao exigir que todos os contratados externos e visitantes realizem uma indução de segurança, a Secil assegura que todas as pessoas que entram nas suas instalações estejam devidamente informadas sobre os riscos e procedimentos de segurança. Esta abordagem proativa minimiza o risco de acidentes, reduzindo a probabilidade de danos. Em caso de incidente, a indução serve como base essencial para estabelecer consciência e conformidade, apoiando ações corretivas e promovendo melhorias no comportamento de segurança.

Ação 2 – Diálogos diários de segurança (DDS): A realização de diálogos regulares sobre segurança para trabalhadores internos e externos reforça a consciencialização acerca dos perigos e das estratégias de mitigação de riscos. Estas discussões proporcionam uma oportunidade para os trabalhadores expressarem preocupações relacionadas com a segurança, relatarem quase acidentes e sugerirem melhorias. Este mecanismo promove a transparência e permite a identificação de problemas sistémicos, levando à adoção de ações corretivas que abordam impactos materiais reais na saúde e segurança dos trabalhadores. [ESRS 2.68d | S2.32a | S2.27a]

Ação 3 – Obrigatoriedade de permissão de trabalho para tarefas não rotineiras: A implementação de um sistema de autorizações de trabalho para determinadas tarefas garante que os riscos potenciais sejam avaliados antes do início da atividade. Este processo inclui a identificação de perigos, a definição de medidas de controlo e as etapas de autorização, reduzindo a probabilidade de incidentes. Caso ocorra algum dano, o processo de autorização fornece documentação que facilitam as investigações e asseguram que medidas corretivas apropriadas – como alterações nos procedimentos, requalificação ou melhorias na segurança – sejam adotadas para evitar recorrências.

Ação 4, 5 e 6 – Código de Conduta de Fornecedores: A implementação de um código de conduta de fornecedores reforça o compromisso da Secil com padrões sociais, ambientais e de saúde e segurança ao longo de toda a sua cadeia de valor. A Secil espera assim que os seus fornecedores sigam as mesmas normas e cumpram a legislação aplicável.

Ação 7 – Questionário ESG: A implementação de um questionário ESG aos fornecedores torna possível a avaliação dos fornecedores da Secil sobre o seu desempenho ambiental, social e de *governance*, promovendo maior transparência e responsabilidade. Facilita a identificação de riscos, o alinhamento com os valores da Secil e o desenvolvimento de parcerias mais sustentáveis e conscientes.

Para estas ações foram alocados diferentes recursos humanos e financeiros. O gestor de saúde e segurança da Secil, (sendo que cada geografia possui também o seu próprio gestor e equipa) e, na área de *Procurement*, o departamento de Estratégia e Transformação e o *Cost Management* de *Procurement* estão, em parte, alocados à gestão destes impactos materiais. [S2.38] Em relação aos recursos financeiros, o orçamento e o plano de investimentos são as ferramentas de gestão internas para financiar estas iniciativas onde estão delineadas as ações a serem executadas [ESRS 2.69a]. Por outro lado, foram contratadas linhas gerais de financiamento sustentável com base em KPI relacionados com a segurança, como o LTIR (*Lost Time Injury Frequency Rate*). Esta informação está disponível no *website* da Secil, no documento "*Sustainability Linked-Financing*". [ESRS 2.69a]

As ações adotadas e planeadas para a Secil implicaram recursos financeiros para gastos com o pessoal e fornecedores, justificados pelas atividades operacionais e pelos respetivos pagamentos. No caso das ações 1, 2 e 3, os recursos foram destinados a pagamentos ao pessoal, enquanto, nas ações 4, 5,6 e 7, foram direcionados para fornecimentos e serviços externos, também no âmbito das atividades operacionais e dos pagamentos a fornecedores. [ESRS 2.69b]

A implementação destas ações estratégicas de segurança contribuem diretamente para o alcance dos objetivos e metas da Política respetiva. O estabelecimento de KPI para a proficiência essencial nos principais componentes do *framework* de segurança (Cap. 4.1.3.1) assegura um progresso mensurável em direção aos padrões críticos de segurança. A formação em liderança visível em segurança capacita os líderes com as competências necessárias para modelar e reforçar comportamentos seguros, enquanto a formação técnica da equipa de segurança aprimora a sua capacidade de lidar eficazmente com os riscos operacionais. Em 2025, a Secil recorreu também à contratação de um consultor externo, de forma a permitir uma perspetiva imparcial e especializada para integrar as melhores práticas de segurança na cultura organizacional. Por fim, o desenvolvimento, a atualização regular e a monitorização do plano estratégico de segurança garantem o alinhamento contínuo com os objetivos de segurança. [ESRS 2.68a]

As ações implementadas na Secil estão alinhadas com os princípios de provisão de reparação, garantindo que os danos sejam prevenidos e mitigados, além de promover a responsabilização e a adoção de medidas corretivas sempre que ocorrem incidentes. Essas ações contribuem para a reparação de diversas formas (Cap. 4.1.3.1.). [ESRS 2.68d | S2.32a | S2.27a]

As principais ações tomadas para a saúde e segurança da mão de obra contratada (trabalhadores externos nas instalações da Secil) estão resumidas no quadro abaixo. [ESRS 2.68d]

Principais ações **[ESRS 2.68a]**	**Status** **[ESRS 2.68 e ESRS 2.69]**	**Âmbito da ação** **[ESRS 2.68b]**	**Horizonte temporal** **[ESRS 2.68c]**	**Resultados** **[ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]**
Ação 1 – Indução Todos os contratados e visitantes que entrarem nas instalações da Secil devem realizar uma indução de segurança.	Realizada	Todas as geografias	Contínua	Induções de segurança em vigor, que abrangem colaboradores, empreiteiros e visitantes.
Ação 2 – DDS Os diálogos de segurança são realizados diariamente e/ou semanalmente para todos os trabalhadores internos e externos, abordando os riscos e perigos no local de trabalho.	Realizada	Todas as geografias	Contínua	Conversas sobre segurança diárias/ semanais em vigor. Impacta nos colaboradores e empreiteiros.
Ação 3 – AT (Autorização de Trabalho) Procedimento que exige a obtenção de uma autorização de trabalho antes de iniciar tarefas especificas, independentemente de os trabalhadores envolvidos serem internos ou externos.	Realizada	Todas as geografias	Contínua	Tramitação processual, que impacta nos colaboradores e empreiteiros.

As ações tomadas no âmbito de saúde e segurança relacionadas com *procurement* estão descritas no quadro abaixo. [ESRS 2.68d]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68 e ESRS 2.69]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Ação 4 – Código Conduta Enviar o pedido de aceitação do código de conduta aos fornecedores críticos	Realizada	Todas as geografias	Contínua	Aumento da % de fornecedores Críticos em termos de ESG ligados à Secil pela Política de Compras e pelo Código de Conduta dos Fornecedores (relativo*). *Respetivo à unidade da meta 3. Ver quadro das métricas e metas
Ação 5 – Código Conduta Enviar o pedido de aceitação do código de conduta aos fornecedores em processos de cotação conduzidos através da plataforma de sourcing	Realizada	Portugal e Brasil	Contínua	Aumento da % de fornecedores em termos de ESG ligados à Secil pela Política de Compras e pelo Código de Conduta dos Fornecedores (relativo*). Impacta os fornecedores e área de Procurement. *Respetivo à unidade da meta 3. Ver quadro das métricas e metas
Ação 6 – Código Conduta O código de conduta é enviado juntamente com todos os pedidos de compra.	Realizada	Todas as geografias	Contínua	Aumento da % de fornecedores críticos em termos de ESG ligados à Secil pela Política de Compras e pelo Código de Conduta dos Fornecedores (relativo*). Impacta operações próprias e a montante, tem impacto nos fornecedores. *Respetivo à unidade da meta 3. Ver quadro das métricas e metas
Ação 7 – Questionário ESG A empresa envia questionários ESG para os fornecedores críticos, com perguntas sobre a regulamentação vigente e as políticas adotadas nos três pilares: ambiental, social e de governação.	Em progresso	Portugal	Médio prazo	Melhor avaliação acerca da conduta do fornecedor. Abrange as operações próprias, a montante da cadeia de valor, e tem impacto nos fornecedores da Área de Procurement.

Nota: As Ações 4 e 5 foram implementadas antes do prazo definido para 2025.

A implementação destas ações estratégicas relacionadas com os fornecedores e o respetivo código de conduta, contribui diretamente para o alcance dos objetivos e metas da política, promovendo uma cultura de transparência entre a Secil e os fornecedores. [ESRS 2.68a] Ao enviar o código de conduta juntamente com os pedidos de compra e ao solicitar ao fornecedor para o aceitar ativamente, a Secil garante que trabalha com fornecedores que cumprem as melhores práticas de segurança e responsabilidade social. [S2.32a]

A identificação das ações necessárias e adequadas em resposta a impactos negativos, reais ou potenciais, sobre os trabalhadores da cadeia de valor é feita através de uma análise sistemática de acidentes com e sem afastamento, quase-acidentes, observações de segurança, não conformidades e incidentes graves. [S2.33a]

As ações referidas exemplificam o compromisso da Secil em garantir a segurança de todas as pessoas externas que entram nas suas instalações. Estas iniciativas são concebidas para minimizar o risco de acidentes, tanto para colaboradores internos como externos, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro. Como tal, a empresa tem em início de implementação um processo de avaliação de fornecedores com parâmetros ESG para no futuro criarmos ações de mitigação para os fornecedores críticos (ação 7 – futura). [S2.33a]

No ano de 2025, não foram comunicados problemas graves em matéria de direitos humanos nem incidentes relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante. [S2.36]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA não implementou ações estratégicas relativas aos impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor, nem abordagens para gerir os riscos materiais e identificar oportunidades associadas a esses trabalhadores.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's ainda se encontra a projetar um plano de ação tendo em conta os impactos materiais. [S2.32a]

A Participada tem em vista a implementação de uma abordagem sistemática para identificar e agir sobre impactos negativos, reais ou potenciais, que possam afetar os trabalhadores na sua cadeia de valor, baseado no processo de *due diligence*. Este processo é estruturado em várias etapas: [S2.33a]

– **Monitorização contínua e identificação de impactos**: Avaliações periódicas, envolvimento com stakeholders e auditorias e certificações para garantir a identificação e gestão eficaz dos impactos.

– **Avaliação da Gravidade e Priorização**: Análise da gravidade e abrangência dos impactos, estabelecendo prioridades para a implementação de ações.

– **Planeamento de Ações Corretivas**: Definição de ações concretas, prazos e objetivos para mitigar os impactos negativos identificados.

– **Mitigação e Reparação**: Implementação de ações preventivas e mecanismos de reparação.

– **Acompanhamento e Avaliação**: Monitorização contínua e elaboração de relatórios regulares para avaliar a eficácia das ações implementadas.

– **Integração na Estratégia de Sustentabilidade**: Atualização de políticas e estabelecimento de critérios para seleção de novos fornecedores, garantindo a coerência com os princípios de sustentabilidade.

Tendo este processo estruturado, a Triangle's assegurará que a sua cadeia de valor está alinhada com os mais elevados padrões de responsabilidade social, protegendo os direitos dos trabalhadores e promovendo uma cultura de melhoria contínua. [S2.33a]

A Participada promove, sempre que exequível, o envolvimento dos trabalhadores da cadeia de valor e dos seus representantes na conceção e execução de iniciativas, visando melhorias nas condições de trabalho, saúde e segurança, capacitação, diversidade, inclusão e diálogo social. [AR36a | AR36b]

A Triangle's delineou ainda uma abordagem integrada e colaborativa para mitigar impactos materiais negativos específicos nos trabalhadores da sua cadeia de valor. Esta abordagem inclui a adoção de práticas de aquisição responsável, auditorias periódicas, diálogo contínuo, capacitação de fornecedores e colaboração setorial para mitigar impactos materiais negativos específicos, recorrendo a planos de ação corretiva ou à suspensão de relações comerciais em caso de não conformidade significativa. [S2.33b] As iniciativas dirigidas aos trabalhadores da cadeia de valor são concebidas de forma alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em particular o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico. [AR37]

Para evitar ou minimizar impactos adversos, a Triangle's implementa práticas de Aquisição Responsável, Monitorização e Avaliação, Capacitação e Diálogo, Promoção de Condições de Trabalho Justas e Dignas, Colaboração e Parcerias, e Monitorização Contínua de Impactos através de Sistemas de Alerta Precoce e Planos de Ação Corretiva. [S2.35]

Reconhecendo limitações de controlo direto, a Triangle's estabelece critérios de seleção de fornecedores, cláusulas contratuais, auditorias, capacitação e diálogo contínuo para promover melhorias graduais nas práticas laborais. [AR30]

Em simultâneo, a Triangle's delineou uma abordagem sistemática e abrangente para assegurar que os seus processos de previsão e reparação de impactos materiais negativos são eficazes e acessíveis. Esta abordagem inclui o estabelecimento de mecanismos de reparação, monitorização e avaliação contínuas, colaboração e diálogo, transparência e relato e compromisso com normas internacionais. [S2.33c | S2.38]

Durante o período de relato, não foram comunicados problemas graves em matéria de direitos humanos nem incidentes relacionados com os trabalhadores da cadeia de valor. [S2.36]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

Para o período de 2025-2026, a Imedexa definiu como objetivo estratégico a minimização de impactos adversos resultantes da interação entre as suas atividades e as de empresas parceiras, tendo para isso implementado as ações definidas nesta secção. A Participada prevê que outros objetivos sejam definidos no futuro. [ESRS 2.68a]

As ações adotadas visam reduzir riscos para as pessoas e infraestruturas associadas às atividades da Imedexa, encontrando-se algumas em fase de implementação ou revisão, não tendo sido registados, até à data, danos pessoais. [ESRS 2.68d]

No âmbito da coordenação das atividades da Imedexa, foi implementado um procedimento destinado a assegurar a devida articulação de medidas segurança sempre que o trabalho de uma entidade externa possa interferir com as atividades da Imedexa, nomeadamente fornecedores, serviços de manutenção, instalação de máquinas ou transportadoras. Este procedimento visa garantir que todos os trabalhadores envolvidos cumpram os requisitos estabelecidos. [S2.31 | ESRS 2.68]

Relativamente às autorizações especiais de trabalho, a Imedexa classificou determinadas atividades consideradas perigosas como “trabalho especial”. A sua execução fica limitada a pessoas que tenham recebido a formação necessária e que disponham de autorização escrita válida. Esta exigência aplica-se tanto a colaboradores internos como externos. [S2.31 | ESRS 2.68]

Por sua vez, no que respeita à preparação para situações de emergência, está prevista a atualização e ampliação dos planos de emergência, de forma a refletir o crescimento da Imedexa nos seus três centros de trabalho. Será reforçada a formação de colaboradores, assegurando a cobertura adequada em todos os turnos, com conteúdos ajustados às características específicas de cada centro. [S2.31 | ESRS 2.68]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68 e ESRS 2.69]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Coordenação de medidas de Segurança com Entidades Externas	Realizada	Cáceres e Valladolid	Curto prazo	O procedimento já está em vigor em todos os centros e irá permitir que todos os trabalhadores envolvidos cumpram os requisitos de segurança estabelecidos.
Gestão de Trabalhos Especiais	Realizada e planeada	Cáceres e Valladolid	Curto prazo	Já foi implementado em dois centros de trabalho e o processo está em andamento em Medina del Campo. Esta ação permite garantir que todos os trabalhos de risco são executados exclusivamente por pessoas devidamente formadas e formalmente autorizadas, assegurando uma redução do risco de acidentes.
Formação e atualização de planos de emergência	Realizada e planeada	Cáceres e Valladolid	Curto prazo	Um centro atualizou o plano e os outros dois têm previsão de fazê-lo em 2026. Espera-se com esta ação, assegurar que os planos de emergência sejam todos atualizados e adequados ao crescimento da Imedexa, existindo uma cobertura eficaz em todos os turnos através de trabalhadores devidamente formados para cada centro de trabalho.

O investimento previsto será direcionado para a melhoria das instalações, bem como para a formação e o desenvolvimento de competências dos trabalhadores, não se considerando necessário o recurso a financiamento externo. [ESRS 2.69a]

Neste contexto, a primeira ação apresenta um CapEx associado de 8 mil euros, enquanto a segunda e a terceira ações correspondem a OpEx no montante de 2,5 mil euros e 6 mil euros, respetivamente. [ESRS 2.69b]

A Imedexa desenvolveu iniciativas de formação para prevenir impactos negativos na segurança durante os processos após o produto sair da fábrica, tais como carregamento e transporte. Para tal, as empresas de transporte foram envolvidas no estabelecimento de requisitos para garantir o transporte e descarga seguros dos produtos. [S2.32a]

A Participada recorre a diversos mecanismos para recolher informação relevante e identificar potenciais impactos negativos, nomeadamente através da realização de reuniões com empresas que desenvolvem trabalhos nas suas instalações. [S2.33a]

METAS E MÉTRICAS

METAS RELACIONADAS COM OS TRABALHADORES DA CADEIA DE VALOR (S2-5, MDR-T, MDR-M)

As Participadas Navigator e Secil, do Grupo Semapa, definiram metas estratégicas para gerir impactos negativos, potenciar impactos positivos e abordar riscos e oportunidades materiais. Para cada segmento de negócio, são detalhadas as metas estabelecidas, os respetivos objetivos, o valor de referência, o ano base, a métrica adotada, o desempenho atual e a meta projetada para 2025 ou 2030, consoante o contexto e os objetivos da Participada.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No Roteiro 2030 de sustentabilidade, a Navigator tem definidas várias metas que visam reduzir os impactos negativos nos Trabalhadores e promover os impactos positivos identificados como materiais: [S2.39 | ESRS 2.80c]

– A **redução dos índices de frequência dos acidentes de trabalho na Ibéria e Moçambique**, com valores-alvo que abrangem os colaboradores da Navigator e trabalhadores externos;

– A **redução dos acidentes descaracterizados por incumprimento de regras e procedimentos**, com valor-alvo que abrange os colaboradores da Navigator e trabalhadores externos;

– A **realização de cursos de formação de forma contínua** em SST na atividade florestal aos Prestadores de serviços, fornecedores e agentes do setor;

Estas metas contribuem para os ODS 8 e 3, que visam promover condições de trabalho seguras e saudáveis, reforçando o bem-estar dos trabalhadores da cadeia de valor. [ESRS 2.80f]

As metas estão alinhadas com a Política de Segurança Integrada nos Sistemas de Gestão, nomeadamente com os compromissos de promover condições de trabalho seguras e saudáveis, numa perspetiva de melhoria contínua, prevenindo lesões e doenças profissionais e de fomentar a consulta e participação dos trabalhadores, proporcionando simultaneamente o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Estão igualmente alinhadas com a Política de Prevenção de Acidentes Graves, que define funções, responsabilidades e competências, assegurando a disponibilização de informação e/ ou formação aos colaboradores internos, fornecedores, prestadores de serviço e demais partes interessadas. Também estão associadas à Política Florestal no âmbito do compromisso de “assegurar a saúde e segurança dos seus Colaboradores, incluindo a dos Colaboradores das entidades terceiras que prestam serviços de atividade florestal, garantindo-lhes formação/ informação adequada para os riscos avaliados”. [ESRS 2.80a]

Os trabalhadores externos recebem formação e informação sobre as regras e procedimentos, estando igualmente abrangidos por um regime de penalização no caso de incumprimento de regras, normas e/ou procedimentos (regras cardinais).

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80 b)] [ESRS2.80e]
Realizar cursos de formação de forma contínua em SST na atividade florestal aos prestadores de serviços, fornecedores e agentes do setor, procurando realizar mais de 600 horas anuais	Valor de referência: 628 horas 457 trabalhadores Ano base: 2021	N.º de horas de formação N.º de pessoas envolvidas	698 horas 567 trabalhadores	655 trabalhadores de prestadores de serviços e fornecedores e agentes do setor, perfazendo um total de 2 434 horas de formação/sessões de divulgação de boas práticas (Portugal). 1 382 trabalhadores de prestadores de serviços e ocasionais, perfazendo um total de 89 horas de formação na área de segurança (inclui sessões em sala, sessões em campo e sensibilizações nas inspeções de segurança executada nas frentes de trabalho) (Moçambique). Total: 2 523 horas de formação 2 037 trabalhadores	904 trabalhadores de prestadores de serviços e fornecedores e agentes do setor, perfazendo um total de 3 403 horas de formação/sessões de divulgação de boas práticas (Portugal). 2 989 trabalhadores de prestadores de serviços e ocasionais, perfazendo um total de 5 049 horas de formação na área de segurança (inclui sessões em sala, sessões em campo e sensibilizações nas inspeções de segurança executada nas frentes de trabalho) (Moçambique). Total: 8 452 horas de formação 3 893 trabalhadores	600 horas/ano Ano: 2030

Na definição da meta não houve o envolvimento das partes interessadas. [ESRS 2.80h]

A monitorização da meta é efetuada com base no número de horas de formação e no número de participantes envolvidos (valores absolutos). [ESRS 2.80b] Em 2025, a forma de apuramento da métrica associada à meta manteve-se. [ESRS 2.80i]

A meta apresentada tem como âmbito a realização contínua de cursos de formação em SST na atividade florestal, dirigidos a prestadores de serviços, fornecedores e agentes do setor [ESRS 2.80c], englobando: [ESRS 2.80f]

- N.º de trabalhadores de prestadores de serviços da atividade florestal (em Portugal) e respetivas horas de formação dada na frente de trabalho;
- N.º de trabalhadores de fornecedores de madeira, das atividades de exploração e transporte florestal (em Portugal), e respetivas horas de ações de divulgação de boas práticas;
- N.º de agentes do setor (técnicos e proprietários em Portugal) e respetivas horas de ações de divulgação de boas práticas, demonstração e de inovação em floresta;
- N.º de trabalhadores de prestadores de serviços e ocasionais da atividade florestal (em Moçambique) e respetivas horas de formação dada.

Estas ações são desenvolvidas em colaboração com parceiros externos, com os conteúdos definidos pela Navigator, para assegurar a promoção e disseminação de boas práticas, alinhadas com os seus princípios e compromissos de sustentabilidade. [ESRS 2.80f]

A avaliação da eficácia da meta é realizada com base nos indicadores de gestão, com um período de base de três anos. [ESRS 2.80j] Em 2025, verificou-se um aumento significativo na participação nas ações de divulgação de boas práticas, o que resultou num acréscimo relevante no número de trabalhadores de fornecedores e agentes do setor abrangidos, bem como no total de horas de formação. Esta tendência poderá ter implicações futuras na definição de novas metas, exigindo uma análise para determinar se se trata de uma mudança permanente ou de um efeito pontual. [ESRS 2.80j]

SEGMENTO CIMENTO

A Secil estabeleceu um conjunto de metas e métricas a alcançar até 2025 em matéria de saúde e segurança, para os trabalhadores próprios e os trabalhadores contratados que trabalham nas instalações, e relacionadas com a área de *Procurement* que afetam os impactos materiais relacionados com os trabalhadores na cadeira de valor.

No quadro abaixo encontra-se a meta e métrica definida pela Secil para a saúde e segurança que abrangem a mão de obra contratada e a mão de obra própria.

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultado a alcançar [ESRS2.80e]
Meta 1 – Reduzir o índice de frequência de acidentes de trabalho (TF)	Valor de referência: 7,5 Ano base: 2020	Índice de frequência de acidentes.	6	6,8	6,3	3,8 Ano: 2025

As principais metas definidas para *Procurement* Sustentável estão descritas no quadro abaixo:

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultado a alcançar [ESRS2.80e]
Meta 2 – Aumento da percentagem de Fornecedores Críticos avaliados em termos de ESG (relativo)	Valor de referência: 0 Ano base: 2022	Percentagem de fornecedores críticos de acordo com a metodologia Secil que foram avaliados em termos de ESG Score (real ou preditivo).	0%	66%	76%	100% Ano: 2025
Meta 3 – Aumento da percentagem de Fornecedores Críticos em termos de ESG ligados à Secil pela Política de Compras e pelo Código de Conduta dos Fornecedores (relativo)	Valor de referência: 0 Ano base: 2022	Percentagem de fornecedores críticos de acordo com a metodologia Secil que aceitaram passivamente ou ativamente o código de conduta.	50% (passivamente para todas as empresas (o código seguia com os pedidos de compras), ativamente estava a 0% (código aceite pelos fornecedores ativamente))	50%	76%	100% Ano: 2025
Meta 4 – Aumento da percentagem das empresas da Secil que desenvolveram um processo para identificar Fornecedores Críticos em termos de ESG (relativo)	Valor de referência: 0 Ano base: 2022	Percentagem de empresas da Secil que desenvolveram uma metodologia para identificar os fornecedores críticos.	25%	100%	100%	100% Ano: 2025

Nenhuma das metas definidas sofreu alterações em relação ao ano de relato anterior. [ESRS 2.80i]

A Meta 1 corresponde ao índice de frequência de acidentes de trabalho e aplica-se às operações próprias, envolvendo várias partes interessadas na definição dos objetivos e abrangendo todas as geografias da Secil e inclui os trabalhadores próprios e os trabalhadores contratados que trabalham nas instalações. [ESRS 2.80c | ESRS 2.80g | ESRS 2.80h] Esta meta está alinhada com a Política de Saúde e Segurança, visando alcançar zero danos para a força de trabalho, contratados e comunidades. [ESRS 2.80a]

O objetivo é reduzir a taxa de frequência, ao priorizar locais de trabalho mais seguros, minimizar interrupções decorrentes de acidentes e garantir o alinhamento com o contexto local de promoção do bem-estar e da estabilidade económica nas comunidades impactadas pela Secil. [ESRS 2.80f]

No processo de fixação de todas as metas há um envolvimento das partes interessadas. [ESRS 2.80h] A definição e metodologia para a fixação destas metas de saúde e segurança têm sido consistentes desde 2020, permitindo uma comparação eficaz e assegurando a continuidade dos esforços ao longo do tempo. [S2.39 | AR45b] Para a Meta 1 a equipa de segurança de cada geografia colabora com as respetivas equipas operacionais na elaboração de propostas, que são posteriormente analisadas e aprovadas pela gestão de topo. Cada geografia apresenta e defende a sua proposta junto da gestão da Secil para aprovação final. [ESRS 2.80h]

A par desta Meta, foram estabelecidas mais três metas (Metas 2, 3 e 4), cujo processo de definição foi conduzido pela área de *Procurement* da Secil, em colaboração com o Departamento Financeiro. [ESRS 2.80h] As três metas aplicam-se aos fornecedores contratados no âmbito da área de *Procurement* – a montante e a jusante da cadeia de valor – bem como às operações próprias, cobrindo todas as geografias da Secil. Estas metas são expressas de forma relativa, refletindo a evolução em pontos percentuais, [ESRS 2.80c | ESRS 2.80g | ESRS 2.80h] e não estão vinculadas a nenhuma política, com exceção da Meta 3, associada ao Código de Conduta dos Fornecedores. [ESRS 2.80a]

Ao avaliar os fornecedores (Meta 2) considerando as três vertentes – ambiental, social e de *governance* – a Secil consegue avaliar de forma direta aspetos sociais, como os Direitos Humanos e a saúde e a segurança dos trabalhadores. De forma indireta, avalia a existência de mecanismos de controlo e monitorização do cumprimento desses direitos. Com base nesta avaliação e tendo em conta a relação estabelecida com cada fornecedor, no futuro será possível atribuir ações de melhoria específicas, impactando diretamente as condições dos trabalhadores ao longo da cadeia de valor. [ESRS 2.80f]

A Meta 3 visa assegurar a aceitação do Código de Conduta de Fornecedores e da Política de Compras, considerados requisitos essenciais para a promoção de condições laborais seguras e justas. Para mais detalhe sobre este código, ver a secção das políticas, do segmento de negócio Cimento, no Cap. 4.1.4.1. [ESRS2.80f]

A Meta 4 baseia-se numa metodologia de identificação e priorização de fornecedores críticos, considerando a classificação do impacto – alto ou baixo, conforme as diretrizes da GCCA – tendo em conta a categoria de fornecimento e os gastos associados a cada fornecedor, com vista à implementação de ações de mitigação quando necessário. [ESRS2.80f]

Das referidas metas, a meta 1 está alinhada com compromissos internacionalmente reconhecidos e diversas normas e políticas, como a Política de Saúde e Segurança, a Estrutura de Segurança, os regulamentos locais de SST, a Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre Segurança e Saúde Ocupacional (C155), a ISO 45001, o Pacto Global das Nações Unidas e os Códigos de Prática da Indústria. O seu principal objetivo é reforçar a consciência sobre saúde e segurança. [S2.39 | AR45c]

A Secil pretende assim reduzir lesões e fatalidades no local de trabalho, reforçar a proteção dos trabalhadores por meio de melhores práticas de formação e EPI, consolidar uma cultura de segurança e criar um ambiente de trabalho mais seguro. Em última instância, o objetivo é promover o bem-estar, aumentar a satisfação no trabalho e garantir a sustentabilidade da carreira a longo prazo. [S2.39 | AR45a]

No que diz respeito às métricas, estas resultaram de metodologias distintas com limitações próprias. [ESRS 2.77a] As métricas 1 e 3 foram calculadas com base em fórmulas precisas, sem suposições. Por sua vez, a métrica 2 teve em conta o setor de atividade do fornecedor, o país em que está sediado e o seu *turnover*. Por fim, a métrica 4 seguiu as diretrizes da GCCA, considerando os gastos por fornecedor, sem ter em consideração as ações que o fornecedor possa implementar. [ESRS 2.77a Das quatro métricas referidas, a métrica 1 foi objeto de auditoria externa pela GCCA. [ESRS 2.77b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA & TRIANGLE'S

A ETSA e a Triangle's não definiram metas estratégicas para gerir impactos negativos, potenciar impactos positivos e abordar riscos e oportunidades materiais.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa está ainda em processo de definição de metas relativas aos trabalhadores na cadeia de valor. Estas irão ser estabelecidas e monitorizadas até ao final de 2026.

4.1.3.3 COMUNIDADES AFETADAS – S3

ESTRATÉGIA

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO (ESRS 2 SBM-3)

Na sequência da análise de dupla materialidade, a Semapa e as suas Participadas identificaram um impacto material positivo nas comunidades abrangidas pelas suas operações. Esse impacto está alinhado com a estratégia do Grupo e modelo de negócio de criação de valor a longo prazo, contribuindo para a economia local, coesão territorial e fixação de populações. Concretiza-se direta e indiretamente através das diversas cadeias de valor, pela criação de empregos, melhoria das infraestruturas e benefícios gerados pelo desenvolvimento das atividades nos setores em que o Grupo está presente.

Descritiva [ESRS2.48a]	Materialidade por Empresa	Impacto, Risco ou Oportunidade [ESRS2.48a]	Horizonte temporal [ESRS2.48ciii]	Localização na cadeia de valor [ESRS2.48a]	Subtema ou sub-subtema relacionado [ESRS2.48h]
Promoção da economia local, da coesão territorial e da fixação de populações (exemplo no interior dos países) ao gerar empregos dignos, melhorar a infraestrutura, investir no bem estar social e garantir o respeito dos direitos culturais e ambientais das comunidades, contribuindo para melhores condições de vida e desenvolvimento equilibrado nas regiões.	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's, Imedexa	Impacto positivo	-	Operações próprias	Direitos económicos, sociais e culturais das Comunidades

Nota: os impactos materiais identificados são reais, pelo que não têm associado um horizonte temporal

A Semapa, alinhada com o seu propósito Making it Better, reconhece a importância dos impactos que as suas atividades podem ter nas comunidades onde opera. Essas comunidades, sendo o primeiro elo da cadeia de valor a receber os efeitos associados às diversas operações industriais, florestais, entre outras, desempenham um papel essencial na aceitação e integração das atividades da Semapa e das suas Participadas, que procuram desenvolver uma política de responsabilidade social que garanta que a sua presença tenha um saldo positivo na qualidade de vida dos seus colaboradores e das comunidades envolventes.

As Participadas adotam uma abordagem integrada e transversal, assegurando que os impactos materiais sobre estas comunidades sejam acompanhados e geridos de forma responsável e incluem nas suas divulgações todas as comunidades materialmente afetadas pelas suas operações ou pela sua cadeia de valor. [S3.9a] Essa abordagem inclui manter um diálogo transparente e de proximidade com as comunidades, fortalecendo a relação de confiança e a ligação com as mesmas.

Na análise de materialidade, não foram considerados materiais quaisquer riscos e oportunidades para a Semapa e as suas Participadas decorrentes dos impactos e dependências em relação às comunidades afetadas [S3.8b | S3.9d | S3.11], nem impactos negativos associados. [S3.9b]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator tem uma presença significativa em várias regiões, com operações industriais em Portugal, Espanha e Reino Unido e uma base florestal em Portugal, Galiza (Espanha) e Moçambique. Alinhada com o seu propósito, assume a responsabilidade de criar mecanismos eficazes de partilha de valor com os seus *stakeholders*, com especial atenção às comunidades locais. Estas desempenham um papel fundamental na interação com as empresas, pois são o primeiro elo da cadeia a vivenciar os impactos das atividades florestais e industriais.

Ao investir em infraestruturas, fomentar outras atividades económicas de base florestal e apostar na contratação e qualificação de talento oriundo das comunidades, bem como em programas de desenvolvimento, a Navigator reforça o bem-estar social e o desenvolvimento das regiões. [ESRS 2.48a | S3.8a i]

Paralelamente, a implementação de iniciativas de gestão sustentável – como a conservação das florestas, o fomento da participação ativa das comunidades, o apoio técnico gratuito e a capacitação dos produtores florestais, a contratação de prestação de serviços locais para atividade florestal, a contínua manutenção de infraestruturas (rede de caminhos florestais) e a prospeção e desenvolvimento de oportunidades de negócio de uso múltiplo da floresta – permite melhorar as práticas de gestão, aumentando a produtividade dos produtos extraídos da floresta. Estes fatores fortalecem a economia local, gerando emprego e criando condições que incentivam a fixação das populações no meio rural, enquanto se respeitam os valores culturais e ambientais locais. [ESRS 2.48a | S3.8a i]

Já as parcerias estratégicas com entidades académicas, institucionais e comunitárias promovem a transferência de conhecimento e a inovação. Estes são fatores de reforço da coesão territorial, e dinamizadores da criação de valor económico ao integrar a comunidade na cadeia de valor da bioeconomia circular, melhorando a qualidade de vida e a resiliência das populações locais. [ESRS 2.48a] [S3.8a i]

No caso das operações florestais em Moçambique, relacionadas com impactos positivos associados aos ODS 1 e 2 e ao acesso a água potável, um dos objetivos é que o desenvolvimento sustentável das comunidades acompanhe a evolução do projeto, dada a grande interação que existe, enquadrada pelo Modelo Mosaico. Neste modelo, as plantações coabitam de forma sustentada e harmoniosa com as comunidades e tudo o que a elas diz respeito, como áreas de alto valor de conservação, áreas agrícolas, habitações, lugares sociais e de culto, e todas as demais designadas pelas comunidades. Em Moçambique, tem sido implementado o Programa de Desenvolvimento Social, onde têm vindo a surgir novas linhas de ação, baseadas nos impactos e métodos de implementação das atividades, que levam a adaptar estratégias de desenvolvimento para obter maior eficiência e impacto. Um exemplo é a atividade de reparação de furos de água construídos por outras entidades, não previsto no arranque do Programa, mas que foi desenvolvido por solicitação das comunidades e que tem um grande impacto na melhoria do bem-estar (68 furos reparados e operacionais e 46 furos de água construídos de raiz). [ESRS 2.48a | S3.8a i]

A Navigator identifica e avalia os impactos nas comunidades em que opera, utilizando essa informação para ajustar a estratégia e o modelo de negócio, promovendo a criação de valor partilhado e assegurando que as suas operações estão alinhadas com as necessidades das comunidades, através de iniciativas que potenciem benefícios sociais e ambientais. [S3.8a ii]

A divulgação da presente informação está focada nas comunidades afetadas: (i) nas imediações das operações florestais na Península Ibérica – comunidades e entidades locais que beneficiam dos impactos gerados pela atividade florestal; (ii) nas imediações das operações florestais em Moçambique – comunidades locais e entidades locais que beneficiam dos impactos gerados pela atividade silvícola (emprego gerado pela necessidade de mão de obra) e pela implementação do Programa de Desenvolvimento Social, com benefícios ao nível das famílias e das comunidades, para aumentar a segurança e diversidade alimentar, potenciar a geração de rendimento e melhorar o bem-estar nas áreas da saúde e educação; (iii) nas imediações fabris – população local, Municípios, Juntas de Freguesia, entidades locais, Organizações Não Governamentais e Universidades. [S3.9a]

SEGMENTO CIMENTO

A natureza extrativa da atividade industrial da Secil prevê um espectro de ação social que abrange tanto as pessoas que colaboram ativamente com a participada, como as comunidades envolventes. Como uma das principais empresas empregadoras em muitas das regiões onde atua, a Secil tem um papel relevante no desenvolvimento económico local. O seu modelo de negócios, que abrange desde a extração de matérias-primas até à produção e comercialização de cimento, betão, argamassas e agregados, depende diretamente de uma força de trabalho qualificada, diversificada e segura, além de relações sustentáveis com fornecedores locais.

A Secil promove a contratação local, assegurando condições de trabalho justas, remuneração adequada e oportunidades de desenvolvimento profissional para os colaboradores das comunidades locais. Essa abordagem gera um impacto real e positivo nas comunidades onde atua, refletindo-se em (i) empregos de qualidade, (ii) redução de desigualdades e (iii) estímulo ao crescimento económico local.

Adicionalmente, a Secil investe na formação técnica e profissional para os colaboradores e membros das comunidades locais e na inclusão de fornecedores locais na cadeia produtiva, fortalecendo a economia das comunidades onde está presente. [S3.8a i | S3.9c] Esse investimento visa aumentar as competências e melhorar a empregabilidade nas comunidades próximas das suas operações. [S3.9c] A valorização profissional, que não só beneficia os colaboradores com diversos níveis de qualificação, também permite aproveitar o capital humano durante adaptações estratégicas ou reestruturações, o que gera *goodwill* nas comunidades locais e entre parceiros estratégicos. Isso contribui para a perceção positiva da Participada e facilita o entendimento das práticas extrativas, produtivas e comerciais. [S3.8a ii]

A Secil também implementa iniciativas de responsabilidade social, que incluem projetos sociais, culturais e ambientais em parceria com as comunidades locais. Essas iniciativas visam melhorar a qualidade de vida, sendo particularmente relevantes nas áreas mais próximas das operações da Participada. [S3.9c]

A Participada considera várias comunidades afetadas[15] materialmente pelas suas operações e pela sua cadeia de valor. Estas incluem:

– Comunidades locais nas imediações das operações, que vivem e/ou trabalham nas proximidades de pedreiras, fábricas e outras instalações da Participada. A Secil prioriza a contratação local e a criação de oportunidades económicas nestas regiões, promovendo o trabalho digno e o desenvolvimento económico;

– Comunidades estabelecidas ao longo da cadeia de valor, como fornecedores e parceiros locais integrados na cadeia de abastecimento, que beneficiam de relações comerciais sustentáveis e de longo prazo;

– Comunidades nas extremidades da cadeia de valor, que incluem os consumidores finais dos produtos da Secil e os fornecedores de matérias-primas, ambos impactados pela procura sustentável e pelas políticas de responsabilidade da Participada. [S3.9a]

Para mitigar possíveis riscos, apesar de não terem sido considerados materiais quaisquer riscos referentes às comunidades afetadas resultantes do exercício de análise de dupla materialidade, a Participada implementa medidas de controlo ambiental, realiza monitorização contínua e mantém um diálogo transparente com as comunidades, através, por exemplo das Comissões de Acompanhamento Ambiental (CAA). A primeira arrancou em 2003 na fábrica do Outão em Portugal, seguida de outras geografias. Todas têm o objetivo de informar a sociedade sobre o desempenho ambiental e social das fábricas Secil. [S3.10]

A Participada também acautela o potencial contexto socioeconómico vulnerável, nomeadamente por poder existir uma excessiva dependência económica destas comunidades, originando riscos aquando da redução ou cessação de atividades. Face a este risco, é promovida a diversificação económica local e realizado investimento em projetos de desenvolvimento comunitário, para reduzir a vulnerabilidade e fortalecer a economia das regiões onde a Participada opera.

Em 2025, a Secil desenvolveu diversas iniciativas de apoio comunitário nos territórios onde opera, nomeadamente no concelho de Setúbal através de apoio associativo ao movimento Setubalense (a Fábrica Secil-Outão apoia o Movimento Associativo do Concelho de Setúbal, financiando, anualmente, um conjunto de associações de solidariedade social, desportivas e culturais) e a contribuição para a preservação da biodiversidade no Parque Marinho Luiz Saldanha, integrado no Parque Natural da Arrábida, no âmbito do Projeto BIOMARES. No Líbano, foram realizados donativos a instituições de saúde, nomeadamente ao centro de cancro infantil e doações de cimento a municípios, associações sociais e cemitérios nas comunidades perto de Sibline. No Brasil, a Casa da Cultura Pedro Queiroz Pereira promoveu atividades gratuitas dirigidas à comunidade em Adrianópolis e foram promovidas visitas às unidades operacionais da Supremo Secil Cimentos no âmbito do Programa Portas Abertas. Na Tunísia, em Gabès, a Secil apoiou a renovação do departamento Pediátrico do Hospital Regional de Gabès e a doação de material escolar a estudantes de famílias carenciadas. [S3.10]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A sustentabilidade é um valor essencial na identidade da ETSA, que assume a sua responsabilidade social junto das comunidades onde desenvolve as suas atividades empresariais, procurando contribuir para o progresso e bem-estar das mesmas. No entanto, a Participada não desenvolveu políticas, ações ou metas pelo que este tema não será objeto de reporte detalhado.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's, focada na produção de quadros de *e-bike* de alumínio de alta tecnologia, considera a sustentabilidade um aspeto fundamental do seu desenvolvimento organizacional. Esse compromisso reflete-se em várias iniciativas, especialmente ao nível social, para promover a economia local, fortalecer a coesão territorial e apoiar a fixação das populações.

Através da contribuição para o desenvolvimento de mobilidade verde, a Triangle's contribui para a transição para meios de transporte mais sustentáveis, reduzindo as emissões de carbono e melhorando a qualidade de vida das comunidades. Ao gerar empregos locais na produção e manutenção dos seus produtos, a participada impulsiona a economia local, promovendo a fixação de populações, particularmente em regiões onde o desenvolvimento de infraestruturas pode melhorar as condições de vida e fortalecer a coesão territorial. [S3.8a i | S3.9c]

A Triangle's também investe na formação técnica e capacitação dos seus colaboradores e parceiros ao longo da cadeia de valor, promovendo o crescimento profissional e o desenvolvimento de competências, contribuindo para a inclusão social e para um desenvolvimento das comunidades. A Participada promove, ainda, programas de capacitação e apoio a projetos sociais, educacionais e culturais, criando oportunidades de desenvolvimento e assegurando que as necessidades locais das comunidades sejam atendidas. [S3.8a i | S3.9c]

[15] No contexto das operações da Secil, não foram identificadas comunidades indígenas diretamente afetadas. [S3.9]

O diálogo estabelecido com as comunidades locais possibilita identificar os efeitos das suas operações e adotar ajustes estratégicos para minimizar eventuais impactos negativos e maximizar os benefícios. Este *feedback* é integrado no planeamento estratégico e na gestão das operações. Os impactos observados nas comunidades incentivam a Triangle's a reforçar os seus compromissos com a sustentabilidade, ajustando o seu modelo de negócio para incorporar práticas mais responsáveis, como o uso de materiais reciclados, programas de capacitação local e parcerias com organizações comunitárias. A avaliação contínua do impacto não só ajuda a prevenir e mitigar riscos, como também contribui para decisões estratégicas. [S3.8a ii]

As comunidades afetadas pelas operações da Triangle's incluem[16]:

– Comunidades que vivem ou trabalham diretamente nas imediações dos locais de exploração, fábricas, instalações ou outras operações físicas da Participada ou comunidades mais remotas afetadas por atividades levadas a cabo nesses locais;

– Comunidades ao longo da cadeia de valor;

– Comunidades em ambas as extremidades da cadeia de valor. [S3.9a]

Embora não haja riscos identificados, a Triangle's adota práticas para mitigar potenciais ameaças como emissões de carbono, consumo de recursos naturais e geração de resíduos, que podem afetar as comunidades locais em termos de qualidade de vida, saúde e acesso a recursos essenciais. A Participada envolve as comunidades no desenvolvimento de soluções, como a redução de desperdícios e o uso eficiente de energia. Colabora ainda com fornecedores e parceiros locais para garantir práticas laborais justas, oportunidades de formação e condições de trabalho dignas. [S3.8b | S3.9d | S3.10] O compromisso da Triangle's fomenta iniciativas que promovem a inclusão social e o desenvolvimento económico local, ao mesmo tempo em que fortalece a sua cadeia de valor e promove a inovação.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa reconhece que os impactos reais e potenciais nas comunidades afetadas estão diretamente relacionados com a sua estratégia e modelo de negócio. Um dos objetivos estratégicos do Comité de Gestão é promover a estabilidade da força de trabalho, oferecendo condições de emprego superiores à média regional. Esta iniciativa contribui para o desenvolvimento local e regional, fortalecendo a qualidade de vida das comunidades próximas aos centros de trabalho. [S3.8a i]

Os impactos observados nas comunidades são integrados na adaptação da estratégia e do modelo de negócio da Participada. O Departamento de Recursos Humanos analisa os dados relativos às funções em que existe uma maior dificuldade de recrutamento, utilizando essa informação para orientar uma estratégia que envolve o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, nomeadamente no desenvolvimento de programas de estágio e na criação de oportunidades de acesso a funções qualificadas através de políticas de promoção interna. Este processo aplica-se atualmente à formação e contratação de soldadores na região, alinhando as necessidades de mão de obra da Imedexa com as oportunidades de desenvolvimento profissional local. [S3.8a ii]

As atividades que geram impactos positivos incluem desde tarefas técnicas de engenharia a funções de produção menos qualificadas. Estas iniciativas geram um impacto alargado nas comunidades onde se situam as instalações da Imedexa, abrangendo todos os centros de trabalho e promovendo a criação de oportunidades de emprego e o desenvolvimento de competências profissionais. [S3.9a | S3.9c]

A Imedexa inclui todas as comunidades potencialmente afetadas pelas operações ou pela cadeia de valor nas suas divulgações, sem exclusão de qualquer grupo ou região específica. [S3.9] A Participada não identificou comunidades com características ou contextos específicos que as tornem mais vulneráveis a impactos materiais decorrentes das operações. [S3.10]

SEGMENTO *HOLDINGS*

A Semapa criou, em 2024, a **Fundação Semapa Pedro Queiroz Pereira** com a missão principal de promover a Educação e a Proteção Social, pilares que apoia através do forte compromisso com a sustentabilidade e a criação de valor a longo prazo, refletido na iniciativa *"Making it Better"*. Em 2025, a Fundação Semapa Pedro Queiroz Pereira consolidou o seu papel enquanto agente promotor de impacto social positivo nas referidas áreas. [S3.8a i]

No exercício de 2025, a Fundação desenvolveu o Estudo "A Voz dos Professores", em parceria com o Centro de Economia da Educação da Universidade Nova SBE e com a Universidade do Minho.

[16] No contexto das operações da Triangle's, não foram identificadas comunidades indígenas diretamente afetadas. [S3.9]

Este estudo pioneiro, centrado na análise da profissão docente em Portugal, constitui-se como uma ferramenta essencial para compreender os desafios e oportunidades do sistema educativo nacional, abrangendo áreas como o reconhecimento da profissão, a formação inicial e ao longo da carreira, o uso de tecnologia, o tempo despendido com tarefas administrativas, a gestão escolar, entre outras. Este trabalho permitiu ainda identificar um conjunto de indicadores e recomendações estratégicas essenciais para a definição das linhas de atuação de médio prazo da Fundação.

Para o próximo ciclo estratégico de médio prazo (2026-2027), a Fundação definiu a atuação em três eixos de ação principais:

i. Informar e Influenciar – Produzir, divulgar e partilhar conhecimento científico rigoroso, através da realização ou atualização de estudos, ações de sensibilização da sociedade para temas relevantes, nomeadamente através da produção de Podcasts com figuras de relevância e criação de espaços de discussão, contribuindo para o debate público e influenciando políticas e práticas educativas e sociais. Esta dimensão tem como objetivos:

   – Promover decisões baseadas em evidência;

   – Ampliar o alcance e o reconhecimento da Fundação;

   – Reforçar o papel do conhecimento como motor de transformação educativa e social.

ii. Capacitar e Desenvolver – Investir em formação e desenvolvimento de competências transversais e ferramentas para professores, diretores de escola, crianças e jovens, organizações sociais e comunidades, com o objetivo de reforçar a qualidade da Educação e da Proteção Social em Portugal. Esta dimensão tem como objetivos:

   – Promover competências técnicas e transversais;

   – Apoiar a inovação pedagógica e a inclusão educativa;

   – Fomentar parcerias estratégicas com impacto no terreno.

iii. Reconhecer e Premiar – Valorizar boas práticas, destacar talentos e distinguir iniciativas com impacto positivo na comunidade educativa e social, nomeadamente através da criação de prémios que promovam estes projetos, que possibilitem a sua consolidação e, quando possível, a sua escalabilidade. Esta dimensão tem como objetivos:

   – Motivar e inspirar profissionais e organizações;

   – Criar modelos de referência;

   – Multiplicar iniciativas de sucesso.

Ao nível da Educação, a Fundação pretende orientar a sua ação para duas dimensões específicas:

i. Capacitação de professores do ensino básico e secundário e fortalecimento da reputação da carreira docente – diversos estudos demonstram que os professores são o fator escolar mais relevante para os resultados académicos e as perspetivas de vida dos alunos, especialmente para aqueles em contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, sendo, em muitos casos, figuras de referência para um vasto número de crianças e jovens. A profissão tem vindo a sofrer quebras relevantes de atratividade, fator que coloca enormes desafios à sustentabilidade de longo prazo de todo o sistema de ensino português. A Fundação acredita que pode desempenhar um papel mobilizador e transformador neste contexto e, por isso, concentrará esforços em:

   – Programas de capacitação e formação de professores, através do apoio a iniciativas de formação profissional inicial e ao longo da carreira docente,

   – Programas de reforço da saúde mental e socioemocional nas escolas;

   – Ativar e promover uma consciência social coletiva sobre a importância de reconhecer a profissão como elemento central do sistema educativo e do desenvolvimento de uma sociedade mais capacitada.

ii. Desenvolvimento de competências transversais e complementares em crianças e jovens dos 0-18 anos – o desenvolvimento de competências transversais, como comunicação, criatividade, pensamento crítico, inovação, resolução de problemas, literacia tecnológica e colaboração, é fundamental para o desenvolvimento cognitivo das crianças e jovens, aumentando a probabilidade de sucesso no mercado de trabalho e na vida adulta. Neste sentido, a Fundação priorizará projetos inovadores nas seguintes áreas:

   – STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática): uma abordagem educacional centrada na ciência, tecnologia, engenharia, arte e matemática;

   – Literacia para a inclusão, sustentabilidade, cidadania, entre outras.

No âmbito da Proteção Social, a Fundação também pretende orientar e desenvolver atividades para duas áreas específicas:

i. Desenvolvimento infantil e juvenil, com foco especial em crianças e jovens em risco de exclusão – a promoção de hábitos de vida saudáveis constitui-se como um fator chave para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável e resiliente. Neste contexto, a Fundação trabalhará em atividades voltadas para as seguintes áreas sociais:

   – Promoção da saúde e prevenção de doenças desde a primeira infância, através de programas e iniciativas que proporcionem, por um lado, uma consciencialização para a importância de um desenvolvimento e crescimento saudáveis e, por outro, que disponibilizem meios físicos e humanos de suporte e acompanhamento de crianças e jovens, em especial oriundos de contextos mais vulneráveis, nomeadamente através da prestação de cuidados de saúde física e de apoio à saúde mental;

   – Literacia em saúde física e mental para jovens, com o objetivo de consolidar estratégias de autoconhecimento, fortalecer a resiliência individual e promover a consciência cívica e social.

ii. Preparação para a vida autónoma de pessoas com incapacidades físicas ou cognitivas – a Fundação reconhece que há um longo caminho a percorrer em termos de inclusão, tanto na promoção de condições de integração e mobilidade para cidadãos portadores de deficiência, permitindo uma vivencia quotidiana integrada, quanto na capacitação e preparação dessas pessoas para o mercado de trabalho. Neste domínio, a Fundação dará prioridade a atividades e projetos de:

   – Capacitação de pessoas com necessidades especiais;

   – Apoio a programas que promovam a integração de crianças e jovens com necessidades especiais;

Para alcançar esses objetivos, a Fundação trabalha em estreita colaboração com outras entidades do setor corporativo e social, alinhando-se com a estratégia da Semapa de estabelecer parcerias de proximidade com as suas Participadas e outras organizações, fortalecendo assim a rede de impacto social do Grupo. [S3.8a ii]

GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

POLÍTICAS RELACIONADAS COM AS COMUNIDADES AFETADAS (S3-1, MDR-P)

A Semapa e as suas Participadas adotam um conjunto de políticas que refletem os seus compromissos com as comunidades envolvidas nas suas operações, com especial atenção aos direitos das populações locais. Entre estas políticas, destacam-se a transversalidade em todas as Participadas do Grupo, do Código de Conduta e da Política de Direitos Humanos.

Através do Código de Conduta, as Participadas comprometem-se a reconhecer a sua responsabilidade para com as comunidades onde estão presentes e com as quais se relacionam, contribuindo para o seu progresso e bem-estar. A Política de Direitos Humanos estabelece que o respeito por esses direitos constitui um princípio estruturante para o Grupo. As participadas asseguram o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis no desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente junto das comunidades locais. Quando necessário, adotam medidas para minimizar eventuais impactos negativos das suas atividades, atendendo aos seus valores, cultura e tradições.

Adicionalmente, a Navigator e a Secil, atendendo às especificidades dos seus respetivos segmentos, adotam outras políticas que complementam e reforçam o compromisso com as comunidades onde operam (cf., Segmento Pasta e Papel e Segmento Cimento).

Na definição dessas políticas, a Semapa e as suas Participadas garantiram o alinhamento com instrumentos internacionais amplamente reconhecidos, como os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, que orientam a atuação empresarial no respeito e promoção dos Direitos Humanos. As suas práticas estão em conformidade com esses princípios, implementando ações que asseguram a proteção e o respeito pelas comunidades e os seus direitos, incluindo a consulta e o envolvimento ativo das populações locais na gestão dos impactos das atividades. [S3.17-1]

Durante o ano de relato, não ocorreram alterações significativas das políticas adotadas pela Semapa e as suas Participadas. [AR9]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator adota um conjunto de políticas que refletem o seu compromisso com as comunidades, com especial atenção aos direitos das populações locais. Destas destacam-se: o **Código de Ética e de Conduta e a Política de Direitos Humanos** – de aplicação transversal à organização e extensível às contrapartes com as quais se relaciona; as **Políticas Florestais** de Portugal e Moçambique; e, no contexto da Portucel Moçambique, a **Política de Envolvimento Comunitário** e o **Programa de Desenvolvimento Social da Portucel Moçambique**.

Estas políticas estão alinhadas com instrumentos internacionais amplamente reconhecidos, como os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, que orientam a atuação empresarial no respeito e promoção dos Direitos Humanos. A Navigator garante que as suas práticas estão em conformidade com esses princípios, implementando ações que assegurem a proteção e o respeito pelas comunidades e pelos seus direitos, incluindo a consulta e o envolvimento ativo das populações locais na gestão dos impactos das suas atividades. [S3.17-1]

Com este foco, a Navigator assume a sua responsabilidade social junto das comunidades onde opera, de forma a contribuir para o progresso e bem-estar, conforme estipulado no artigo 18.º Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável, do **Código de Ética e de Conduta** (Cap. 4.1.4.1.).

A Participada tem implementada uma **Política de Direitos Humanos** (Cap. 4.1.4.1.), onde expressa o seu compromisso em: (i) promover o envolvimento das comunidades para obter *feedback* em matéria de Direitos Humanos e de direitos laborais, reconhecendo a importância da sua auscultação e do diálogo contínuo para integrar as respetivas preocupações nos processos decisórios internos; e (ii) atuar de forma a respeitar os Direitos Humanos das comunidades locais, incluindo, quando aplicável, dos povos indígenas, nomeadamente adotando medidas para minimizar impactos negativos e proteger os respetivos valores, cultura e tradições. [ESRS2.65a | S3.15]

Sendo a floresta a principal fonte de recursos, a Navigator tem também **Políticas Florestais** em Portugal e em Moçambique. Uma das prioridades definidas passa por promover o conhecimento sobre os seus benefícios e sobre a importância que o uso sustentável dos produtos de base florestal assume para a sociedade. Nestas políticas existem dois princípios que reforçam o compromisso de: (i) manter e melhorar a gestão responsável dos espaços florestais, em equilíbrio com a sua envolvente natural e social, desenvolvendo e promovendo ações, incluindo com terceiros, que garantam a não desflorestação, degradação e/ou conversão da Floresta; e, (ii) disponibilizar meios para receber e responder a questões colocadas por partes interessadas, divulgando a Política Florestal, promovendo um relacionamento de elevada responsabilidade social e ambiental com as comunidades envolventes e observando os princípios da Organização Internacional do Trabalho.

Estes compromissos são garantidos em Portugal através da aplicação dos processos DGF N8 – Aproveitamento de Terras, DGF S9 – Comunicação com Partes Interessadas e DGF S10 – Contratação de Bens e Serviços e, em Moçambique, pelo Mecanismo de Gestão de Relações e pelo Programa de Desenvolvimento Social, desenvolvidos mais adiante. Através da aplicação da Política Florestal em Portugal, a Navigator compromete-se a respeitar os requisitos da Norma Portuguesa PEFC – NP 4406 de Gestão Florestal Sustentável e os Princípios e Critérios do FSC, permitindo contribuir para a preservação de valores e ecossistemas naturais, formação de solo e o combate à erosão, proteção da floresta contra incêndios e regularização do ciclo da água. [ESRS 2.65d]

A **Política de Envolvimento Comunitário** desenvolvida para Moçambique reflete o compromisso da Navigator em cooperar, dialogar e apoiar as comunidades nas áreas próximas das áreas florestais, para construir relações inclusivas e de longa duração, baseadas na transparência e de respeito mútuo. [ESRS2.65] A relação da Portucel Moçambique com as comunidades assenta no diálogo e na implementação regular dos seguintes princípios: (i) garantir proativamente o envolvimento regular de todas as principais partes interessadas; (ii) respeitar todos os direitos, tradições e patrimónios culturais das comunidades, sempre enquadrados pela legislação nacional e pelo respeito pelos Direitos Humanos; (iii) garantir o envolvimento proativo, com vista a uma comunicação eficaz, com base em consultas informadas e participativas; (iv) criar oportunidades de desenvolvimento socioeconómico nas comunidades, através do emprego gerado nas operações florestais e das atividades do Programa de Desenvolvimento Social (PDSP); (v) respeitar a legislação laboral, assim como promover a igualdade de género no acesso a oportunidades de emprego e ao PDSP; (vi) promover uma cultura de saúde e segurança no trabalho; (vii) defender os interesses da comunidade contra quaisquer práticas de corrupção; (viii) providenciar um Mecanismo de Gestão de Relações, para que qualquer pessoa ou entidade possa ser ouvida, garantindo a sua proteção de quaisquer represálias; e, (ix) sensibilizar as comunidades para os benefícios de adotarem boas práticas ambientais.

Comprometida com o envolvimento das comunidades no desenvolvimento do seu projeto, a Portucel Moçambique desenvolveu o Programa de Desenvolvimento Social para contribuir para o desenvolvimento socioeconómico sustentando das comunidades. [ESRS2.65] O PDSP responde, em parte, aos riscos específicos para as comunidades, identificados na realização do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS), entre 2011 e 2013. O EIAS identificou um cenário base onde as cerca de 24 mil famílias presentes nas áreas de implementação do projeto apresentam elevados índices de insegurança alimentar, baixo rendimento, baixa produtividade agrícola (ex.: mandioca, milho), reduzido acesso a água potável, entre outros. O EIAS forneceu a base objetiva para estabelecer as três prioridades do PDSP que procuram minimizar esses riscos – reforço da segurança alimentar, incentivo à geração de rendimento e melhoria do bem-estar das comunidades.

Documento [51-19 e ESRS 2.65a]	**Política de Envolvimento Comunitário**
Conteúdos-chave e objetivos [ESAS2.65a]	A relação da Portucel Moçambique com as comunidades assenta no diálogo e na implementação de uma relação inclusiva e de longo prazo, baseada na transparência e no respeito mútuo entre as partes envolvidas, num contexto em que se pretende contribuir para o desenvolvimento socioeconómico sustentado.
Âmbito [ESAS2.65b]	Operações próprias e toda a cadeia de valor da Navigator, envolvendo os colaboradores, stakeholders (governo), sociedade civil e comunidades locais. Abrange a geografia Moçambique.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESAS2.65c]	Comissão Executiva da Portucel Moçambique
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESAS2.65d]	Declaração Universal dos Direitos Humanos Convenções da OIT
Disponibilização [ESAS2.65f]	Disponibilizada a todos os colaboradores e partes interessadas materialmente relevantes e em todos os processos de consulta. Disponível através das páginas da Intranet, website e Internet. Aos colaboradores é dada formação nesta matéria.

Documento [51-19 e ESRS 2.65a]	**Programa de DesenvolvimentoSocial da Portucel Moçambique**
Conteúdos-chave e objetivos [ESAS2.65a]	A Portucel Moçambique está comprometida com o envolvimento das Comunidades no desenvolvimento do seu projeto em Moçambique, num contexto em que pretende contribuir para o desenvolvimento socio-económico sustentando e inclusivo.
Âmbito [ESAS2.65b]	Operações próprias e toda a cadeia de valor da Navigator, envolvendo os colaboradores, stakeholders (governo, comunidades locais e sociedade civil). Abrange a geografia Moçambique.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESAS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESAS2.65d]	Declaração Universal dos Direitos Humanos Convenções da OIT
Disponibilização [ESAS2.65f]	Disponibilizada a todos os colaboradores e partes interessadas materialmente relevantes e em todos os processos de consulta. Disponível através das páginas da Intranet e website. Aos colaboradores é dada formação nesta matéria.

Durante o ano de relato, não existiram alterações significativas das políticas adotadas. [AR9]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Ética e de Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação das Políticas Florestais: Cap. 4.1.2.4.



SEGURANÇA ALIMENTAR

– Assistência técnica, com apoio técnico, sementes e campos de demonstração, assim como material vegetativo (hastes de mandioca e ramas de batata-doce)

AUMENTO DO RENDIMENTO

Fomento apícola:
– Fornecimento de colmeias a famílias para a produção de mel

Fomento pecuário e piscícola

MELHORAR O BEM-ESTAR

Saúde:
– Melhoria de infraestruturas de saúde, com o apoio na construção do bloco operatório no Hospital do Ile, Zambézia

Acesso a água potável:
– Abertura e reabilitação de furos de água
– Testes de qualidade da água para consumo humano
– Fornecimento de lâmpadas solares a famílias
– Melhoria de vias de acesso e de outras infraestruturas

Educação:
– Apoio à construção ou reabilitação de infraestruturas em diversas escolas

Fornecimento de lâmpadas solares e famílias

Melhoria de vias de acesso e de outras infraestruturas

SEGMENTO CIMENTO

A Secil adota um conjunto de políticas que refletem o seu compromisso com as comunidades envolvidas nas suas operações, com especial atenção aos direitos das populações locais. Entre estas políticas, destacam-se: o **Código de Conduta**, a **Política de Direitos Humanos**, a **Política de Sustentabilidade**, e a **Política de Envolvimento com *Stakeholders***. [S3.14]

Estas políticas estão alinhadas com instrumentos internacionais amplamente reconhecidos, como os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, que orientam a atuação empresarial no respeito e promoção dos Direitos Humanos. Deste modo, a Secil garante que as suas práticas estão em conformidade com esses princípios, implementando ações que asseguram a proteção e o respeito pelas comunidades e os seus direitos, incluindo a consulta e o envolvimento ativo das populações locais na gestão dos impactos das atividades. [S3.17-1]

Dentro deste contexto, a Secil, no seu **Código de Conduta**, compromete-se a reconhecer a sua responsabilidade para com as comunidades onde está presente e com as quais se relaciona, contribuindo para o seu progresso e bem-estar. A Política de Direitos Humanos estabelece que o respeito por esses direitos constitui um princípio estruturante para a Participada. É assim assegurado o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis no desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente junto das comunidades locais. São ainda adotadas medidas que minimizam eventuais impactos negativos das suas atividades, atendendo aos seus valores, cultura e tradições.

Através da **Política de Sustentabilidade**, a Secil reafirma o seu compromisso em equilibrar o desempenho económico com o respeito ambiental e social. Esta política define objetivos claros e prioriza as ações que procuram contribuir para a sustentabilidade. No âmbito da responsabilidade social, a Política de Sustentabilidade define igualmente compromissos e metas específicas para as comunidades locais.

Na vertente social, a Secil promove a criação de emprego, contratação local e envolvimento comunitário. Adicionalmente, valoriza o talento, a igualdade de oportunidades e a diversidades dos seus colaboradores, incentivando o mérito e oferecendo remunerações justas e equitativas.

Para a Participada, os *stakeholders* são uma peça chave para o desenvolvimento da atividade, integrando acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades envolventes, autoridades e parceiros. A Secil reconhece que os respetivos *stakeholders* são essenciais para a condução do negócio, fomentando por isso canais que permitem um envolvimento crescente dos diferentes atores impactados pelas suas operações, os quais deverão ser escutados e envolvidos nos processos de tomada de decisão.

A auscultação dos diferentes *stakeholders* para a definição da forma de gestão da atividade pela Secil constitui, nos termos previstos na **Política de Envolvimento com *Stakeholders***, um princípio estruturante da sua atividade e integra o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Nesta política, a Secil assume diversos compromissos no envolvimento com os *stakeholders*. No que se refere às comunidades, estabelece: (i) a promoção da intervenção e identificação contínua de eventuais impactos nas comunidades envolventes das zonas onde desenvolve a sua atividade; (ii) o enriquecimento das comunidades envolventes através da criação de emprego, contratação local e envolvimento comunitário; e, (iii) a contribuição para a melhoria do bem-estar das populações e promoção de iniciativas cujo objetivo passa por apoiar o desenvolvimento não só das comunidades, mas também dos locais onde a Secil está inserida.

Durante o ano de relato, ocorreram alterações significativas à Política de Sustentabilidade (Cap. 4.1.4.1.). [AR9]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Sustentabilidade: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Envolvimento com *Stakeholders*: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's não tem políticas que atuam diretamente no domínio das comunidades locais, apenas políticas que contêm pontos convergentes como a **Política do Sistema de Gestão Integrada**, o **Código de Conduta de Fornecedores**, o **Código de Conduta** e a **Política de Direitos Humanos** e **Condições de Trabalho**.

Estas políticas estão alinhadas com instrumentos internacionais, incluindo os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, permitindo assegurar a avaliação de impactos, a inclusão e consulta às comunidades, os mecanismos de reclamação e reparação e a monitorização. [S3.17-1]

A Triangle's garante acessibilidade e compreensão das suas políticas através de *website*, redes sociais e parcerias com associações e Organizações Não Governamentais locais. [AR11]

Durante o período de relato não houve alterações significativas às políticas mencionadas. [AR9]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação da Política do Sistema de Gestão Integrada: Cap. 4.1.2.2.
– Apresentação do Código de Conduta de Fornecedores: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação do Código de Conduta: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos e Condições de Trabalho: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa dispõe de um conjunto de políticas internas que orientam a sua atuação ética, responsável e alinhada com os princípios legais e internacionais aplicáveis. O **Código de Ética** estabelece os valores e princípios que promovem um comportamento cívico e responsável, visando o benefício das partes interessadas em conformidade com as leis e acordos nacionais e internacionais. A **Política de Direitos Humanos** define os princípios gerais para assegurar a igualdade e o respeito pelos direitos humanos de todas as pessoas associadas à Participada. [S3.14 | ESRS 2.65]

A Participada assume o compromisso de respeitar os direitos fundamentais, não tolerando o trabalho infantil, o trabalho forçado ou práticas de discriminação, assédio ou violência. [S.3.16] A Política de Direitos Humanos da Imedexa inspira-se nos principais instrumentos internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, os respetivos Pactos Internacionais (PIDCP e PIDESC), e a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. [S3.17-1]

As políticas foram estabelecidas em 2025 e encontram-se em fase de implementação, não tendo ainda sido objeto de revisão ou atualização. [AR9]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da demonstração não financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Ética: Cap. 4.1.4.1.
– Apresentação da Política de Direitos Humanos: Cap. 4.1.4.1.

SEGMENTO *HOLDING*

A *Holding* não dispõe de políticas específicas relacionadas as comunidades locais. No entanto, em 2024 foi criada a Fundação Semapa Pedro Queiroz Pereira que no ano seguinte consolidou e alargou o seu compromisso com a Educação e a Proteção Social, no âmbito do seu plano estratégico de médio prazo.

TOMAR MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NAS COMUNIDADES AFETADAS E ABORDAGENS PARA GERIR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM AS COMUNIDADES AFETADAS, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS AÇÕES (S3-4)

A Semapa e parte das suas Participadas, nomeadamente a Navigator e a Secil, implementaram e/ou comprometem-se a implementar um conjunto de ações para potenciar o diálogo e reforçar os impactos positivos nas comunidades envolvidas nas suas operações, com o objetivo de contribuir para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos. [ESRS 2.68a | S3.32c]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator comprometeu-se a implementar um conjunto de ações para potenciar o diálogo e reforçar os impactos positivos nas comunidades envolvidas nas suas operações e, deste modo, contribuir para a consecução dos objetivos e metas definidos (ver secção seguinte). [ESRS 2.68a | S3.32c]

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68 c}	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
COMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO DAS COMUNIDADES EM PORTUGAL				
Comissões de Acompanhamento das Comunidades	Realizada e planeada	Aveiro, Figueira da Foz, Vila Velha de Ródão e Setúbal, contando com a presença de representantes das forças vivas locais (ex.: entidades públicas, poder local, ONG, escolas). Tem impacto a jusante da cadeia de valor.	Contínua	Em 2025, as reuniões das Comissões de Acompanhamento das Comunidades da Navigator evoluíram favoravelmente destacando-se: - Maior envolvimento dos representantes das comunidades; - Apresentação dos resultados dos questionários realizados em 2024, com a identificação dos temas considerados mais relevantes pelas comunidades locais; - Reconhecimento, por parte dos stakeholders externos, da pertinência dos temas abordados e da forma rigorosa e transparente com que são tratados; - Introdução de temas novos: Gestão da Floresta e Incêndios, Florestas.pt, Learning Center, iniciativas de responsabilidade social (ex.: Colónia de Férias Navigator), Quinta de São Francisco e programas de biodiversidade, projetos de inovação tecnológica e de bioeconomia, entre outros; - Consolidação da Navigator como interlocutor credível e ativo junto das comunidades.
ATIVIDADE FLORESTAL EM PORTUGAL E ESPANHA				
Comunicação com Partes Interessadas	Realizada e planeada	Operações próprias, envolvendo todas as partes interessadas em Portugal e Espanha.	Contínua	Realização de contacto regular com as partes interessadas para recolha de pontos de vista relativos aos impactos (sociais e ambientais) da atividade. A análise incorporando impactos positivos e negativos encontra-se feita, sendo ainda necessário melhorar o reporte da mesma.
Aproveitamento de terras	Realizada e planeada	Jusante da cadeia de valor. Envolve entidades terceiras em Portugal e Espanha.	Contínua	Prospeção e desenvolvimento de oportunidades de negócio no âmbito do uso múltiplo da floresta, pelo aproveitamento dos espaços agroflorestais: Venda de 19 700 arrobas de cortiça (receita: 331 594 euros) Venda de pastagem para pastoreio em 13 300 ha (receita: 13 372 euros); Cedência de 15 890 ha para a atividade de cinegética (receita: 54 169 euros); Cedência de 2 000 ha para efeitos de parcelário (receita: 156 947 euros); Venda de rama de eucalipto em 400 ha (receita: 32 880 euros).
MECANISMO DE GESTÃO DE RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES EM MOÇAMBIQUE				
Reuniões de Povoado	Realizada e planeada	Operações próprias e em toda a cadeia de valor. Envolve as comunidades e entidades locais de Moçambique.	Contínua	Em 2025, foram realizadas 51 reuniões de auscultação e informação prévias às Comunidades.
Visitas "porta a porta"	Realizada e planeada	Operações próprias e em toda a cadeia de valor. Envolve as comunidades locais de Moçambique.	Contínua	Visitas de carácter familiar, de auscultação sobre as suas necessidades e avaliação do nível de satisfação. Durante o ano de 2025, foram realizadas 3 200 visitas “porta a porta” pelos Agentes de Ligação Comunitária.

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68 c}	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Visitas às frentes de trabalho	Realizada e planeada	Operações próprias e em toda a cadeia de valor. Envolve as comunidades locais e prestadores de serviço em Moçambique.	Contínua	Em 2025, foram realizadas 262 visitas por Agentes de Ligação às frentes de trabalho, com o objetivo de verificar o cumprimento das regras de contratação, boas práticas e Direitos Humanos, com base em formulários estabelecidos.
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE				
Reforço da segurança e diversidade alimentar	Realizada e planeada	Operações próprias e em toda a cadeia de valor. Envolve as comunidades locais em Moçambique.	Contínua	Incluiu a extensão agrícola, através da entrega de sementes, ramas de batata-doce e estacas de mandioca e o acompanhamento do processo produtivo, com uma equipa de técnicos que apoiou as famílias em termos individuais, assim como em campos de demonstração de resultados de várias famílias, que permitiram apreender quais as culturas que mais se adaptam e as melhores práticas. Fez-se a implementação de 14 hortas nas escolas, tanto em regime de sequeiro como de regadio, tendo em vista melhorar os conhecimentos dos jovens sobre as melhores práticas agrícolas e induzir melhorias ao nível da segurança e diversidade alimentar, assim como dos meios para incrementar o rendimento (ver secção das metas e métricas para informação sobre os resultados obtidos).
Aumento dos meios para incrementar o rendimento	Realizada e planeada	Operações próprias e em toda a cadeia de valor. Envolve as comunidades locais em Moçambique.	Contínua	Enquadra-se a apicultura, a piscicultura, o fomento caprino. Em todas estas ações, a Portucel Moçambique suportou o início da atividade, com materiais e assistência técnica, enquanto os beneficiários assumiram também algumas obrigações, no âmbito do compromisso de desenvolver a atividade respetiva de forma autónoma (ver secção das metas e métricas para informação sobre os resultados obtidos).
Melhoria do bem-estar	Realizada e planeada	Realiza-se nas operações próprias e em toda a cadeia de valor. Envolve as comunidades locais em Moçambique.	Contínua	Incluiu ações como o acesso a água potável, a energia renovável, a reabilitação de escolas (investimento de 15 mil euros), o apoio à construção de infraestruturas hospitalares, a construção e reabilitação de vias de acesso e pontes. Procedeu-se também à beneficiação/ construção de passagens hidráulicas (pontes e aquedutos) num valor total de 75 mil euros (ver secção das metas e métricas para informação sobre os resultados obtidos).
Construção de um Bloco Operatório	Realizada	Operações próprias e em toda a cadeia de valor. Envolve as comunidades locais em Moçambique.	Pontual	Em junho de 2025 foi inaugurado o Bloco Operatório do Centro de Saúde distrital de Ile, na província da Zambézia, abrangendo de forma direta 250 mil pessoas no distrito e mais 180 mil nos distritos adjacentes, segundo informação oficial. O investimento, através do PDSP, foi de cerca de 250 mil euros.
Apoio na aquisição de materiais para a construção de salas de aula	Realizada e planeada	Operações próprias e em toda a cadeia de valor. Envolve as comunidades locais em Moçambique.	Contínua	Apoio à compra de materiais de construção para 3 salas de aula na Escola Secundária de Mugulama, distrito de Ile, província da Zambézia, num montante de cerca de 15 mil euros. Investimento acumulado no apoio à construção e reabilitação de infraestruturas escolares de cerca de 80 mil euros.

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68 c}	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
PROGRAMA DE LITERACIA PARA AS COMUNIDADES				
Dá a Mão à Floresta	Realizada e planeada	Envolve a comunidade mais jovem, em Portugal.	Contínua	Em 2025, o Dá a Mão à Floresta marcou presença em vários pontos do País, através de diversas ativações: Ponte Sôr, Vieirinhos, Coimbra, Lisboa, Montijo, Costa da Caparica, Lavos, entre outros.
Floresta do Saber	Realizada e planeada	Operações próprias e em toda a cadeia de valor. Envolve as comunidades locais/ regionais, particularmente a comunidade escolar de Aveiro, mas envolve atividades com escolas e universidades de outros distritos portugueses.	Contínua	Em 2025, a Floresta do Saber impactou 12 872 pessoas (maioritariamente alunos e professores) e realizou mais de 600 atividades práticas em meio florestal e laboratorial. Atividades do Floresta do Saber presentes no Programa De Ação Educativa Do Município (PAEMA) (apenas Município de Aveiro) – 6 569 alunos e professores. Formação de Professores – cerca de 30 professores, nas 3 sessões. Formação de alunos nas escolas profissionais – 36 alunos e professores.
Navigator Tour	Realizada e planeada	Operações próprias e em toda a cadeia de valor, em Portugal.	Contínua	Foram realizadas 133 visitas em 2025, com um total de 3 724 visitantes.

Nota: Não foram identificados impactos materiais negativos associados aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da comunidade, apenas impactos positivos [S3.32c], pelo que não se identificam ações de remediação. [ESRS 2.68d]

Em 2025, as reuniões das Comissões de Acompanhamento das Comunidades (CAC) reforçaram o diálogo da Navigator com as comunidades e entidades locais, garantindo a partilha de informação atualizada e a recolha estruturada de contributos sobre temas ambientais, sociais e económicos.

A nível transversal, as reuniões das CAC da Navigator abordaram iniciativas de responsabilidade social interna, como as Bolsas de Mérito, os programas de estágios e a Colónia de Férias para os filhos dos colaboradores, que visam reforçar a ligação da Participada ao território. Foram ainda apresentadas iniciativas diversas, como o Florestas.pt, os programas de biodiversidade da Quinta de São Francisco (RAIZ) e as parcerias de formação, nomeadamente o Programa Qualifica que já permitiu a conclusão do ensino secundário a dezenas de trabalhadores. [S3.21d]

Em 2025, a Navigator manteve a promoção das relações de proximidade entre a Participada e as diferentes partes interessadas, nomeadamente através dos projetos *My Planet*, Dá a Mão à Floresta, Biodiversidade e Florestas.pt.

No âmbito do projeto Florestas.pt, a Navigator reforçou o seu compromisso com a partilha de conhecimento e a promoção da sustentabilidade, convidando especialistas nacionais de diferentes áreas e geografias a contribuírem com conteúdos para a plataforma. Esta abordagem colaborativa envolveu mais de 50 autores, incluindo professores universitários, técnicos de gabinetes florestais, especialistas, alunos finalistas do Instituto Superior de Agronomia, produtores e bombeiros, entre outros. O objetivo foi enriquecer os conteúdos e promover “comunidades de conhecimento”, integrando perspetivas diversas sobre a floresta e a sua gestão. Esta cocriação permitiu aumentar a credibilidade da plataforma e reforçar a reputação da Navigator como agente ativo na valorização da fileira florestal, com impactos positivos para o setor e para a sociedade.

No âmbito do projeto dedicado ao público mais jovem, o Dá a Mão à Floresta, a Navigator marcou presença na Feira do Livro de Lisboa, reforçando o compromisso com a educação ambiental e a valorização da floresta. Durante os fins de semana deste evento, foram dinamizadas atividades lúdico-pedagógicas especialmente pensadas para os visitantes mais jovens, proporcionando momentos de diversão enquanto aprendiam sobre a importância da floresta e da sustentabilidade.

Sobre a atividade florestal em Portugal e Espanha, a Navigator realizou um contacto regular com os *stakeholders* para recolha de pontos de vista relativos aos impactos (sociais e ambientais) e uma prospeção e desenvolvimento de oportunidades de negócio no âmbito do uso múltiplo da floresta, para aproveitamento dos espaços agroflorestais. Apenas a implementação desta ação – Aproveitamento de Terras – exigiu despesas de operação (OpEx) significativas (atuais e futuras), através do orçamento da área de Aproveitamento de Terras. [ESRS 2.68 | ESRS 2.69b]

O Programa de Desenvolvimento Social em Moçambique tem três áreas prioritárias de intervenção – (i) reforçar a segurança e diversidade alimentar, (ii) aumentar os meios para incrementar o rendimento e (iii) melhorar o bem-estar – aos quais se deu continuidade durante o ano de relato.

Merece destaque em 2025 a inauguração do Bloco Operatório do Centro de Saúde Distrital de Ile, na província da Zambézia, em Moçambique, uma infraestrutura apoiada pela Portucel Moçambique com um investimento de cerca de 250 mil euros. O Bloco Operatório irá beneficiar de forma direta 250 mil habitantes do distrito de Ile e, de forma indireta, mais 180 mil habitantes do distrito vizinho de Namarrói, sendo o apoio à maternidade muito relevante, dada a elevada taxa de natalidade do país e a correspondente necessidade de infraestruturas para melhorar a segurança na realização de partos. A Navigator financiou a construção deste Bloco Operatório no âmbito do seu Programa de Desenvolvimento Social, na vertente que visa contribuir para melhorar o bem-estar das comunidades nas áreas de projeto, nas áreas da saúde e educação, a qual inclui igualmente um trabalho crescente com escolas.

No futuro, a Navigator pretende reforçar o papel das Comissões de Acompanhamento das Comunidades, procurando que se tornem um espaço de diálogo bidirecional, onde a Participada possa partilhar as suas boas práticas e, simultaneamente, os *stakeholders* tenham oportunidade de apresentar projetos que estejam a desenvolver, expondo de igual forma a sua perspetiva. Em Moçambique as Reuniões de Povoado, visitas “porta a porta” e visitas às frentes de trabalho continuam a ser as principais iniciativas a implementar.

Quanto ao tipo de recursos financeiros e outros afetos ao plano de ação, atuais e futuros, destaca-se que a Navigator adotou medidas e iniciativas adicionais, com o objetivo principal de produzir impactos positivos para as comunidades afetadas, tais como a promoção da literacia para a floresta e biodiversidade, acompanhando estes projetos através de métricas, no seu roteiro 2030. [S3.32c | S3.32d | S3.38]

Adicionalmente, a Navigator disponibiliza múltiplos canais de comunicação, para que os *stakeholders* possam expressar as suas opiniões e preocupações, tais como o site da Navigator e o Canal de Denúncias. Nas operações florestais em Portugal, Espanha e Moçambique, o contacto pode ser realizado presencialmente, junto dos colaboradores, por e-mail ou telefone.

Em Moçambique, conta-se ainda com os Agentes de Ligação Comunitária, que desempenham um papel essencial na manutenção de uma comunicação fluida entre a comunidade e a Participada. Existe um mecanismo de gestão de relações que sistematiza todos os pedidos, informações, reclamações, dúvidas, entre outros, procurando fornecer uma avaliação e resposta em tempo útil. [ESRS3.32d]

Em 2025 não ocorreram incidentes de Direitos Humanos relacionados com as comunidades afetadas. Além disso, não operando em zonas com povos indígenas, a Navigator não registou quaisquer disputas legais relacionadas com direitos sobre a terra ou com o consentimento livre, prévio e informado dos mesmos.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil, pela sua influência nas regiões onde opera, promove a participação ativa das comunidades locais e implementa diversas iniciativas com o objetivo de apoiar o seu desenvolvimento, bem como o das localidades onde está presente. Em 2025, a Participada manteve o seu compromisso com o investimento nas comunidades, além de reforçar a parceria com fornecedores locais, priorizando as suas compras localmente. [ESRS 2.68a | S3.31]

Como atividades planeadas para o futuro, a Secil pretende continuar a investir nas mesmas ações do ano de reporte.

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Renovação do Departamento Pediátrico do Hospital Regional de Gabès	Realizada	Tunísia, comunidades locais de Gabès, e famílias beneficiárias dos serviços públicos de saúde em Gabès.	Curto prazo	Renovação completa da área pediátrica, melhorando o conforto, a segurança e a qualidade dos cuidados prestados a centenas de crianças por ano.
Doação de material escolar a estudantes de famílias carenciadas	Realizada	Tunísia, comunidade local de Gabès.	Curto prazo	Fornecimento de material escolar essencial para apoiar o sucesso académico, reduzir o encargo financeiro, e garantir igualdade no acesso à educação no início do ano letivo.
Casa da Cultura, Pedro Queiroz Pereira - Promoção de atividades em áreas como a educação, o desporto e a cultura	Realizada e planeada	Brasil, comunidade local de Adrianópolis.	Contínua	5 522 participantes, 182 atividades realizadas, em 2025. Promoção do bem-estar, da aprendizagem e da integração social. Ampliação do acesso gratuito à cultura, educação, recreação, desporto e lazer.
Programa Portas Abertas	Realizada e planeada	Brasil, Unidades operacionais da Supremo Secil Cimentos, incluindo áreas externas, instalações produtivas e áreas de mineração.	Contínua	674 visitantes recebidos e 29 visitas guiadas realizadas, em 2025. Ampliação do conhecimento sobre o processo produtivo do cimento. Ampliação da compreensão dos estudantes sobre as diversas áreas profissionais da Secil.
Doações ao centro de cancro infantil	Realizada	Líbano.	Curto prazo	Inclusão social e apoio emocional.
Doação de cimento a municípios, associações sociais e cemitérios	Realizada	Líbano, comunidades perto de Sibline.	Curto prazo	Reforço do envolvimento comunitário e do desenvolvimento local.
Protocolo Projeto BIO-MARES (CCMAR/ICNF/IPSA/SECIL)	Realizada e planeada	Portugal, Parque Natural da Arrábida.	Médio prazo	Preservação da biodiversidade do Parque Marinho Luiz Saldanha, no coração do Parque Natural da Arrábida.
Protocolos com a Comunidade Associativa Setubalense	Realizada e planeada	Portugal, Comunidade Associativa Setubalense, incluindo Associações Culturais, Desportivas e de Solidariedade Social.	Contínua	Apoio financeiro de atividades desenvolvidas pelas associações.
Contratação de fornecedores locais	Realizada e planeada	Realiza-se nas operações próprias e a montante da cadeia de valor. Envolve os fornecedores e a Secil.	Contínua	Em 2025, 70,3% das compras efetuadas foram a fornecedores locais.

Nota: Não foram identificados impactos materiais negativos associados aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da Comunidade, apenas um impacto positivo, pelo que não se identificam ações de remediação. [ESRS2.68d | S3.32b]

A execução das ações adotadas e planeadas para o futuro contribuem para o crescimento económico que é impulsionado pelo desenvolvimento das comunidades, o fortalecimento da economia local e a dinamização do mercado de trabalho. Tal consolida a posição da Secil como um agente de transformação social e económica, promovendo o desenvolvimento sustentável nas regiões onde atua. [ESRS 2.68a]

Como os impactos nos direitos económicos, sociais e culturais da comunidade são positivos, não foram tomadas ações para prever e cooperar ou apoiar a disponibilização de soluções para as pessoas lesadas pelos impactos materiais reais. [ESRS 2.68d | S3.32b] Ao longo dos últimos anos, a Participada tem vindo a cumprir o caminho traçado em 2020 com vista à duplicação do investimento nas comunidades até 2025, nomeadamente através do reforço das contrapartidas locais como o apoio ao associativismo, os donativos e os protocolos de colaboração. [ESRS 2.68e] Têm sido alocados três tipos de recursos: contribuições financeiras, voluntariado dos colaboradores e doações em espécie. [ESRS 2.69a | S3.32c] Por outro lado, as compras efetuadas a fornecedores locais têm vindo a oscilar devido a fatores como flutuações na procura, no fornecimento e nas condições do mercado. [ESRS 2.68e]

Em relação aos recursos afetos à gestão do impacto identificado, a Secil aloca verbas monetárias para a execução dos objetivos propostos. [S3.38] Os recursos financeiros atribuídos às ações estão relacionados com as quantias mais relevantes apresentadas nas demonstrações financeiras da Secil: investimento nas comunidades nos outros gastos e perdas operacionais, contratação de fornecedores locais nos fornecimento e serviços externos – atividades operacionais/pagamentos a fornecedores e, contratação de colaboradores locais nos gastos com o pessoal – atividades operacionais/pagamentos ao pessoal. [ESRS 2.69b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

Ao longo de 2025, a Triangle's promoveu diversas iniciativas, essencialmente por meio de donativos, destinadas a apoiar o desenvolvimento das comunidades onde exerce a sua atividade. [ESRS 2.68 | S3.31]

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Apoio aos Eventos Escolinhas (ciclismo de estrada)	Realizada	Operações próprias, afetando a comunidade envolvente em Portugal	Curto prazo	Apoio financeiro e cedência de espaço para concretização das atividades desenvolvidas pelas escolas com o objetivo de promoção do desporto jovem.
Criação do movimento Women in Cycling Portugal	Realizada	Operações próprias, afetando a comunidade envolvente em Portugal	Curto prazo	Criação do movimento Women in Cycling Portugal para empoderamento da mulher na indústria do ciclismo e na utilização da bicicleta.
Donativo ao Conservatório Artallis	Realizada	Operações próprias e a jusante afetando colaboradores e a comunidade envolvente em Portugal	Curto prazo	Apoio financeiro gerado através da atividade física dos colaboradores – voluntariado social no âmbito da semana "Making it Better".
Donativo à Associação dos Amigos de Perrães (AMPER)	Realizada	Operações próprias e a jusante afetando colaboradores e a comunidade envolvente em Portugal	Curto prazo	Donativo de mesas e cadeiras a uma instituição local que apoia envelhecimento ativo, jovens e pessoas com deficiência. Esta iniciativa promove também a proximidade com a comunidade local.
Donativo à Casa do Redolho	Realizada	Operações próprias e a jusante afetando colaboradores e a comunidade envolvente em Portugal	Curto prazo	Apoio através de donativos alimentares na realização de um lanche solidário a jovens órfãos e carenciados. Esta iniciativa promove também a proximidade com a comunidade local.
Donativo à Associação Abrigo para a Vida	Realizada	Operações próprias e a jusante afetando colaboradores e a comunidade envolvente em Portugal	Curto prazo	Apoio financeiro a uma associação local reforçando a proximidade com a comunidade.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Participada celebrou acordos de colaboração com instituições de ensino locais, proporcionando formação prática a alunos em áreas relacionadas com as suas atividades, incluindo prevenção de riscos laborais, soldadura e robótica. [S3.31 | ESRS 2.68]

Estas ações contribuem para o desenvolvimento económico da região, em linha com a estratégia da Imedexa de crescer e criar emprego de qualidade na sua área de influência. [ESRS 2.68a]

Este investimento que a Imedexa pretendeu desenvolver nas comunidades contribuirá para o desenvolvimento local, promovendo uma educação de qualidade e a criação de emprego. [ESRS 2.69a]

Principais ações [ESRS 2.68 a]	Status [ESRS 2.68 a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68 b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68 c}	Resultados [ESRS 2.68 a]
Protocolos de colaboração com Entidades de Ensino	Realizada e planeada	Realiza-se nas operações próprias em Cáceres, afetando a comunidade envolvente.	Curto prazo	No decorrer do ano de relato foram integrados vários aprendizes de soldadura, e em 2026 encontra-se prevista a integração de um aprendiz na área de saúde e segurança ocupacional com o objetivo de promover o desenvolvimento local através da educação.

SEGMENTO *HOLDINGS*

A Fundação Semapa Pedro Queiroz Pereira desenvolveu, em 2025, um Estudo sobre a Carreira docente em Portugal, em parceria com a Universidade Nova SBE e Universidade do Minho, com o objetivo de definir ações futuras que permitam promover um ensino de qualidade e reduzir as desigualdades educativas em Portugal. [ESRS 2.68a] A ênfase na Educação e na Proteção Social reflete a crença de que a verdadeira elevação social só se concretiza através da construção de uma sociedade mais capacitada, justa, humana e solidária. [S3.32b]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c}	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Estudo sobre o Ensino e a Carreira docente em Portugal	Realizada	Estudo realizado em parceria com a Nova SBE e Universidade do Minho, que teve por base dois inquéritos, um dirigido a professores EBS e outro a diretores de escola e envolveu 3 767 professores e 351 diretores de escolas de todo o continente e ilhas. Decorreu entre janeiro e setembro de 2025 e foi um trabalho desenvolvido por sete investigadores de elevada reputação nesta área.	Curto prazo	Estudo em setembro de 2025 e apresentado publicamente num evento que contou com a presença de um vasto número de representantes de organizações do ensino e sindicatos bem como do Secretário de Estado adjunto e da Educação.
Formação AI para professores do ensino básico e secundário	Realizada e planeada	Capacitação docente em competência de AI para apoio em sala de aula e eficiência na realização de tarefas administrativas. Este programa está a ser desenvolvido em parceria com a entidade Code for All.	Curto prazo	Atribuição de 100 bolsas de formação a 100 professores (30 ainda em 2025 e 70 em 2026). Formação de 15h, acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) e por isso contabiliza para as horas de formação obrigatória dos docentes.
Ensino de Língua Portuguesa para alunos migrantes	Realizada e planeada	Desenvolvimento de plataforma tecnológica de apoio em sala de aula (1.º e 2.º ciclos), para ensino de português a alunos migrantes. Programa que está a ser desenvolvido no âmbito de um Título de Impacto Social (TIS) em parceria com a Class of Wonders (promotor) e com a Fundação Jerónimo Martins, Trivalor e Câmara de Cascais.	Médio prazo	Este programa vai chegar a cerca de 35 000 alunos migrantes do 1.º e 2.º ciclos, em várias regiões do país, sendo uma ferramenta ímpar na inclusão destes alunos e das suas famílias no tecido escolar, social e comunitário das diferentes geografias impactadas.
Formação em ensino inclusivo para professores do ensino básico e secundário	Realizada e planeada	Capacitação docente em competência de ensino inclusivo que permita uma maior e melhor integração de crianças com necessidades especiais. Programa que está a ser desenvolvido em parceria com a Associação Salvador.	Médio prazo	Formação de 4h, que será dada no formato de webinar, 5 sessões por ano com um potencial alcance de 650 professores/ano, e que é certificada como Ação de Curta Duração (ACD) e por isso contabiliza para as horas de formação obrigatória dos docentes. Pretende capacitar professores para a adoção de um ensino inclusivo.
Junior Achievement de Voluntariado corporativo	Realizada e planeada	Voluntariado dirigido a crianças de escolas públicas do ensino básico concretizado por colaboradores do Grupo Semapa. Serão lecionados temas de cidadania, literacia financeira e sustentabilidade.	Médio prazo	Projeto em fase de inscrição de voluntários e identificação das escolas das áreas da sua preferência, com o objetivo de capacitar jovens nos temas de cidadania, literacia financeira e sustentabilidade.

Nota 1: Não foram identificados impactos materiais negativos associados aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da Comunidade, apenas um impacto positivo, pelo que não foram tomadas medidas para lidar com esses impactos. [S3.33b | S3.35] Deste modo, não tendo sido identificados quaisquer impactos negativos, riscos ou oportunidades materiais, não foram desenvolvidas ações com vista a lidar com os mesmos. [S3.32c | S3.32d | S3.33a | S3.33c | S3.34a | S3.34b | ESRS2.68d]

Nota 2: Como a primeira ação - Estudo sobre o Ensino e a Carreira docente em Portugal - é pioneira para a Fundação, não existem informações quantitativas e qualitativas sobre os progressos alcançados em períodos anteriores. [ESRS2.68e]

Em 2024 a Fundação contou com uma dotação inicial de 10 milhões de euros [ESRS 2.69a | S3.38], reconhecida nas demonstrações financeiras como donativo. Em 2025, não existiram dotações adicionais. [ESRS 2.69b]

Pela ausência de problemas graves em matéria de direitos humanos e incidentes relacionados com as comunidades afetadas, não existe necessidade de comunicar situações desta natureza. [S3.36]

METAS E MÉTRICAS

METAS RELACIONADAS COM A GESTÃO DOS IMPACTOS MATERIAIS NEGATIVOS, A PROMOÇÃO DE IMPACTOS POSITIVOS E A GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS (S3-5, MDR-M)

O compromisso com o desenvolvimento das comunidades locais tem sido uma prioridade para o Grupo Semapa, com destaque para as Participadas como a Navigator, Secil e Triangle's. Com base nas ações que definiram, têm integrado metas e métricas para promover o impacto social nas suas áreas de atuação.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Como parte do seu Roteiro 2030, a Navigator pretende realizar, anualmente, oito reuniões das Comissões de Acompanhamento das Comunidades, na envolvente das unidades industriais de Aveiro, Figueira da Foz, Setúbal e Vila Velha de Ródão. [ESRS 2.80] Esta meta está em consonância com o ODS 12 – Produção e Consumos Sustentáveis, ao se enquadrar na meta 12.8 – até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza. [AR35]

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75 ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80e]
Realizar, anualmente, 8 reuniões das Comissões de Acompanhamento das Comunidades, na envolvente das unidades industriais de Aveiro, Figueira da Foz, Setúbal e Vila Velha de Ródão.	Valor de referência: 3 Reuniões das CAC Ano base: 2022	N.º de reuniões das CAC	8 reuniões das CAC	8 reuniões das CAC	7 reuniões das CAC	8 reuniões das CAC/ano Ano da meta: 2030

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75 ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80e]
Desenvolver iniciativas de promoção da Literacia para a Floresta, junto de crianças do 1º Ciclo, de adolescentes e adultos, com o objetivo de contribuir para o melhor conhecimento da Floresta Nacional, sua importância ambiental, social e económica, através dos projetos Dá a Mão à Floresta, My Planet e Florestas.pt	Valor de referência: - Ano base: 2020	N.º de iniciativas/ ano N.º de crianças contactadas/ano N.º de adolescentes contactados/ano	5 236 crianças impactadas: 12 iniciativas presenciais 3 edições da revista, com tiragem média de 15 mil exemplares 4 824 adolescentes e adultos contactados: 7 iniciativas presenciais 2 edições da revista My Planet, com tiragem média de 16 mil exemplares 19 iniciativas presenciais: 5 edições das revistas 1 012 conteúdos digitais 11 passatempos	Mais de 6 mil crianças impactadas 4 edições da revista, com tiragem média de 15 mil exemplares 540 conteúdos digitais 12 passatempos 1 edição da revista My Planet, com tiragem de 17 500 exemplares Presença no Fórum do Eucalipto com oferta de cerca de 260 revistas Ativação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 126 conteúdos digitais 7 ações de sensibilização/ participações em iniciativas 4 novos parceiros Visita a 6 escolas em vários pontos do País Presença em 7 feiras/festivais	Mais de 6 mil crianças impactadas 3 edições da revista, com tiragem média de 21 mil exemplares 651 conteúdos digitais 47 504 visitantes no site 12 passatempos Visita a 6 escolas em vários pontos do País 8 ativações em diversas localidades 2 edições da revista My Planet, com tiragem de 20 000 exemplares 177 conteúdos digitais (74 em redes sociais + 103 artigos) 36 700 visitantes no site Florestas.pt: Envolvimento do projeto com educadores e alunos do ensino básico e secundário em formações e apresentações Participação em eventos científicos e empresariais e CAC 5 novos parceiros Visita a 4 escolas (mais de 215 alunos)	10 iniciativas/ano (digital e presencial) 20 mil crianças contactadas/ano 40 mil adolescentes contactados/ano Ano da meta: 2030

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75 ESRS2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80e]
Floresta do Saber - Educação Divulgação da Floresta Bioeconomia e Bioprodutos	Valor de referência: 0 Ano base: 2020	N.º de participantes	10 510 participantes (de 2020 até 2023: 17 652 participantes) 753 atividades em 191 eventos presenciais 7 think tanks 2 exposições	13 318 participantes (de 2020 até 2024: 31 187 participantes)	12 872 participantes (de 2020 até 2025: 43 842 participantes) 2 500 atividades	70 000 participantes (valor acumulado 2020-2030) Ano da meta: 2030

Em relação às Comissões de Acompanhamento das Comunidades, a meta abrange a cadeia de valor a jusante em Portugal [ESRS 2.80c], não estando diretamente relacionada com as políticas anteriormente descritas. [ESRS 2.80a] Foi definida tendo por base os seguintes pressupostos qualitativos: a realização de uma reunião no 2.º trimestre e outra no 4.º trimestre de cada ano, nas quatro unidades industriais da Navigator em Portugal – Aveiro, Figueira da Foz, Setúbal e Vila Velha de Ródão –, com a participação dos representantes dos principais *stakeholders* destas regiões em que a Participada desenvolve as suas operações. As reuniões são marcadas mediante a disponibilidade do Presidente da CAC, uma personalidade independente, e dos membros da Navigator. Para cada reunião, existe uma convocatória com uma agenda de temas ambientais e sociais relevantes para a Navigator e para as comunidades. O modelo e a periodicidade foram acordados entre as partes – Navigator, Presidente da Comissão e *stakeholders* envolvidos, fazendo-se o seu apuramento com base nas atas das reuniões realizadas. [ESRS 2.80f/h | ESRS 2.77a/c]

Em 2025, não foi cumprida a meta de realização de oito reuniões uma vez que a segunda reunião da CAC CIVVR só terá lugar em janeiro de 2026. Tal facto ficou a dever-se a dificuldades de agenda dos vários intervenientes (esta CAC tem um número reduzido de membros pelo que a indisponibilidade de alguns torna a reunião pouco produtiva e de baixa participação).

Relativamente à Floresta do Saber e ao Dá a mão à Floresta, a aferição das metas destes projetos foi realizada com base em critérios qualitativos ligados à ativação de marca, posicionamento e presença comunicacional. A análise considerou a consistência das mensagens, a regularidade da comunicação, a visibilidade alcançada nos diferentes canais e o contributo das iniciativas para reforçar a identidade e território da marca.

MÉTRICAS ESPECÍFICAS DA ENTIDADE

Além das métricas associadas às metas definidas, foram também definidas outras métricas específicas da entidade, relacionadas com: (i) investimento em infraestruturas e serviços para as comunidades em Portugal, incluindo investimento em euros nas comunidades; (ii) o Programa de Desenvolvimento Social em Moçambique; e (iii) Navigator Tour. [ESRS 2.77c]

	2025	2024
INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS PARA AS COMUNIDADES		
Doação em papel, em Portugal (t)	19, 6 toneladas	41,9 t
Doação de plantas de viveiro, em Portugal (n.º)	608	875
Apoios monetários, em Portugal (euros)	55 250€	37 096€
Investimento nas iniciativas para a comunidade (milhões de euros)	1,4€	1,6€
Programa de desenvolvimento social em Moçambique*	**2025**	**2024**
Famílias abrangidas (n.º)	6 700	7 000
Sementes melhoradas e distribuídas (t)	1 260	1 153
Celeiros melhorados (n.º)	2 465	2 465
Ramas de batata-doce de polpa alaranjada (kg)	116 000	111 928
Plântulas e estacas de mandioca (n.º)	1 113 928 Plântulas (96 738) e estacas (1 017 244) de mandioca	1 113 928 Plântulas (96 738) e estacas (1 017 244) de mandioca

	2025	2024
Cabritos atribuídos (n.º)	3 081	2 922
Tanques piscícolas (n.º)	65	65
Colmeias distribuídas (n.º)	1 947	1 757
Mel produzido (kg)	8 532	6 326
Furos de água construídos (n.º)	46	38
Furos de água reabilitados (n.º)	68	64
Lanternas solares entregues (n.º)	4 203	4 203
Vacinas ministradas a aves contra a doença de Newcastle (n.º)	949 201	949 201
Pessoas envolvidas em sensibilização ambiental (n.º)	19 144 (45% mulheres)	15 175 (45% mulheres)
Investimento, em dólares, nas iniciativas do Programa de Desenvolvimento Social em Moçambique (M USD)	8,9	8,2
Navigator Tour	**2025**	**2024**
Visitas escolares (incluindo ensino superior)	56 visitas, com 1 911 participantes	48 visitas, com 1 539 participantes
Visitas institucionais	68 visitas, com 1 381 participantes	56 visitas, com 760 participantes
Visitas com colaboradores	9 visitas, com 432 participantes	7 visitas, com 556 participantes

*Em 31/12/2025, valores acumulados desde o início do Programa de Desenvolvimento Social em Moçambique. Com exceção do número de famílias abrangidas, que são contempladas pelo projeto.

O Navigator *Tour* é o programa de visitas institucionais, concebido como instrumento de proximidade, transparência e partilha de conhecimento com diferentes grupos de *stakeholders*. Este programa envolve o acolhimento de escolas do ensino secundário e superior, bem como de instituições nacionais e internacionais de diversos quadrantes, promovendo o conhecimento sobre a atividade industrial, a gestão florestal responsável e a estratégia de sustentabilidade da Participada.

As visitas decorrem nas quatro unidades industriais da Navigator, nos Viveiros Aliança e no Instituto RAIZ, permitindo aos participantes um contacto direto com os processos produtivos, a inovação tecnológica e as boas práticas ambientais e sociais adotadas ao longo da cadeia de valor.

Em Portugal, a Navigator também apoiou algumas iniciativas e entidades reconhecidas, como a Câmara de Comércio Americana em Portugal e a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso. Destacam-se os apoios à realização do evento COTEC Europa 2025, à Feira do Livro 2025, à ECCE/ECAB Lisbon 2025 e à Imprensa da Universidade de Coimbra (Prémio Joaquim de Carvalho).

As plantas oriundas dos Viveiros Aliança da Navigator são outra área importante dos apoios concedidos à comunidade. Em 2025, foram doadas 608 espécies a cinco entidades: o Hospital Distrital da Figueira da Foz, a Escola Básica Mem Ramires – Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, a Escola Básica 2, 3 de Vale de Milhaços, a Associação REMAR e Associação Portuguesa de Professores de Física e Química.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil definiu uma meta relacionada com as comunidades afetadas: até 2025, pretende duplicar o valor monetário no investimento às comunidades locais. [ESRS 2.80] Este investimento é contabilizado de três formas: (i) investimento nas comunidades em dinheiro, (ii) investimento nas comunidades em bens/espécie e (iii) voluntariado realizado pelos colaboradores. Tendo em consideração o histórico dos apoios concedidos nos últimos anos, a meta foi definida no âmbito de crescimento dos apoios concedidos. [ESRS 2.80f]

Objetivo e meta [ESRS2.80]	Baseline [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS2.75	Desempenho 2023 [ESRS2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS2.80e]
Duplicar o investimento nas comunidades locais	Investimento nas comunidades locais (% receita): 0,15% Ano base: 2020	Investimento nas comunidades locais (% receita)	N.A.	0,11%	0,11%	0,20%

Nota 1: A meta e o método de cálculo da métrica foram ajustados face ao ano anterior, por forma a estarem mais alinhados com os objetivos internos, passando a estar definidos em percentagem de receita. [ESRS2.80i | AR44b]

A meta abrange a cadeia de valor a montante, a jusante e as operações próprias da Secil [ESRS 2.80c] e está diretamente relacionada com a Política de Sustentabilidade e a Política de Envolvimento de *Stakeholders* anteriormente descritas. [ESRS 2.80a] A sua definição envolveu apenas a Comissão Executiva, os Recursos Humanos e a Comunicação Institucional da Secil. [ESRS 2.80h | ESRS 2.80g]

O desempenho da Participada em relação à meta no ano de relato foi de 0,1% da receita, ficando aquém da meta de 0,2% da receita, a alcançar em 2025. A Secil continua a monitorizar e rever regularmente os seus progressos nesta temática. [ESRS 2.80j]

MÉTRICAS ESPECÍFICAS DA ENTIDADE

Para além da métrica associada à meta referida, também foi definida uma outra relacionada com as compras efetuadas a fornecedores locais. [ESRS 2.77c]

Métricas	2025	2024
Compras efetuadas a fornecedores locais (%)*	70,3%	70,2%

Nota: Esta métrica esta sujeita a verificação externa no âmbito do presente relato, não sendo verificada por outras entidades. [ESRS2.77b]

* As percentagens correspondem aos valores apresentados pelo Departamento de Procurement. [ESRS 2.77a]

Esta métrica e a que está associada à meta definida estão sujeitas a verificação externa no âmbito do presente relato. [ESRS2.77b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

Em 2025, a Triangle's estabeleceu uma meta relacionada com a promoção de impactos materiais positivos nas comunidades locais, com o objetivo de assegurar uma maior proximidade com as mesmas. [ESRS 2.80]

Esta meta abrange as operações próprias da Triangle's e a sua cadeia de valor a jusante em Portugal. [ESRS 2.80c]

Objetivo e meta [ESRS 2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS2.80d]	Métrica associada [ESRS 2.75 | ESRS 2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS2.80J]	Desempenho 2024 [ESRS2.80J]	Desempenho 2025 [ESRS2.80J]	Resultados [ESRS2.80e]
Eventos para/ com a comunidade	Valor de referência: 3 Ano base: 2023	Número de eventos anuais realizados para e com a comunidade	3	6	8	Realizar 3 eventos anuais para/com a comunidade Ano da meta: 2030

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa está a definir as metas adequadas para esta questão. Estas metas serão estabelecidas e monitorizadas até ao final de 2026.

SEGMENTO *HOLDINGS*

A Semapa *Holding*, por meio da Fundação Semapa Pedro Queiroz Pereira, no presente relato não estabeleceu metas nem métricas, uma vez que estas dependem do resultado do Estudo sobre o Ensino e a Carreira Docente em Portugal que apenas ficou concluído no presente ano de relato.

4.1.4 Governação

4.1.4.1 CONDUTA EMPRESARIAL – G1

ESTRATÉGIA

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO (SBM-3)

Na tabela seguinte são descritos os impactos e risco identificados no Grupo Semapa. No caso da Imedexa, não foram identificados quaisquer impactos, riscos ou oportunidades materiais relacionadas com conduta empresarial e, por esse motivo, não serão apresentadas ações ou metas relacionadas com o tema.

Descritivo [ESRS2.48a]	Materialidade por Empresa	Impacto, Risco ou Oportunidade [ESRS2.48a]	Horizonte temporal [ESRS2.48ciii]	Localização na cadeia de valor [ESRS2.48a]	Subtema ou sub-subtema relacionado [ESRS2.48h]
O desenvolvimento de uma cultura empresarial responsável potencia o sentimento de pertença dos colaboradores, aumentando a sua motivação e a capacidade de retenção da empresa.	Navigator, Secil, ETSA	Impacto positivo	—	Operações próprias	Cultura empresarial
Uma gestão responsável de fornecedores, estabelecendo parcerias que compartilhem valores de responsabilidade social e ambiental, pode contribuir positivamente para a comunidade e o meio ambiente.	Navigator, ETSA, Triangle's	Impacto positivo	—	Operações próprias	Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento
Práticas robustas de prevenção à corrupção contribuem para um ambiente de negócios mais justo e transparente.	Navigator, Secil, ETSA, Triangle's	Impacto positivo	—	Operações próprias	Corrupção e suborno
O uso das tecnologias de inteligência artificial, robótica, IoT, nos processos industriais (cibersegurança) pode resultar em perdas de produção.	Navigator, Secil	Risco	Curto prazo - Ano de reporte	Operações próprias	Cultura empresarial

Nota: os impactos materiais identificados são reais, pelo que não tem associado um horizonte temporal.

A Semapa reconhece que a adoção de uma conduta empresarial responsável constitui um pilar essencial da sua estratégia e do seu modelo de negócio, influenciando de forma direta a criação de valor a longo prazo, a confiança das partes interessadas e a resiliência das suas operações. A promoção de elevados padrões éticos, de transparência e de responsabilidade ao longo da cadeia de valor tem impactos significativos no desempenho organizacional, na reputação corporativa e na continuidade das atividades do Grupo.

No âmbito da análise de dupla materialidade, a Semapa identificou impactos materiais positivos e um risco, associados à cultura empresarial responsável, à gestão de fornecedores, à prevenção da corrupção e à utilização de tecnologias emergentes nos seus processos industriais. Estes temas encontram-se intrinsecamente ligados à estratégia e ao modelo de negócio do Grupo, influenciando a eficiência operacional, a estabilidade das relações com parceiros comerciais, e a capacidade de assegurar operações éticas, seguras e transparentes.

Relativamente aos impactos positivos identificados, destaca-se o desenvolvimento de uma cultura empresarial assente em valores de ética, integridade e responsabilidade, que potencia o sentimento de pertença dos colaboradores, reforçando a sua motivação, envolvimento e compromisso com a organização. Esta cultura contribui para a retenção de talento, para a estabilidade das equipas e para a melhoria do desempenho organizacional.

A gestão responsável de fornecedores constitui igualmente um impacto positivo relevante. A integração de critérios de responsabilidade social, ambiental e ética nos processos de seleção, avaliação e acompanhamento de fornecedores contribui para práticas de negócio mais responsáveis ao longo da cadeia de valor, com impactos positivos nas comunidades envolventes e na redução de efeitos adversos sobre o meio ambiente. Esta abordagem reforça a transparência, a confiança e a estabilidade das relações comerciais, mitigando potenciais impactos negativos de natureza social e ambiental.

No que respeita à prevenção da corrupção, a Semapa identificou impactos positivos associados à implementação de políticas, procedimentos e mecanismos de controlo internos robustos, que promovem um ambiente de negócios mais justo, íntegro e transparente. Foi ainda identificado um risco associado à crescente utilização de tecnologias de inteligência artificial, robótica e Internet das Coisas (IoT) nos processos industriais, nomeadamente no domínio da cibersegurança. A dependência destas tecnologias pode expor a Semapa e as suas Participadas a riscos de interrupções operacionais, falhas de sistemas ou ataques cibernéticos, com potenciais impactos negativos ao nível da produção.

A abordagem adotada pelas Participadas em matéria de conduta empresarial é integrada e transversal, assegurando que os impactos e riscos materiais identificados são acompanhados e geridos de forma responsável, em coerência com a sua estratégia, políticas internas e sistemas de controlo.

GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

POLÍTICAS DE CONDUTA EMPRESARIAL E CULTURA EMPRESARIAL (G1-1, MDR-P)

As Participadas que integram o Grupo Semapa partilham um conjunto de orientações em áreas-chave, nomeadamente **Ética e Conduta, Direitos Humanos, Prevenção da Corrupção e do Branqueamento de Capitais, *Compliance* e Integridade**. Esta convergência de políticas contribui para o reforço da identidade e coesão do Grupo, potenciando impactos positivos ao nível da consolidação da cultura organizacional e da criação de um ambiente de trabalho transparente, inclusivo e responsável.

O compromisso com uma gestão responsável da cadeia de valor é igualmente evidenciado através da implementação de instrumentos específicos dirigidos aos fornecedores, como **Códigos de Conduta para Fornecedores** e **Políticas de Compras**, que incentivam relações de parceria assentes em critérios sociais, éticos e ambientais.

A existência de mecanismos robustos de prevenção da corrupção e de combate a comportamentos anti-éticos (como as **Políticas de Prevenção da Corrupção**, os **Regulamentos de Comunicação de Irregularidades** e as **Políticas de *Compliance***) promove práticas de negócio mais equitativas e transparentes. Estas ferramentas asseguram o cumprimento das exigências legais e regulamentares, salvaguardam a reputação das Participadas e fortalecem a confiança das partes interessadas.

Num contexto de crescente digitalização dos processos, a proteção da informação assume particular relevância. Nesse sentido, algumas Participadas adotaram políticas específicas relacionadas com a gestão de ativos tecnológicos, o acesso remoto e a segurança de infraestruturas críticas, reduzindo riscos associados à cibersegurança e à continuidade operacional.

Para além da existência de um quadro comum de princípios e orientações, cada Participada complementa estas diretrizes com medidas ajustadas ao seu enquadramento operacional e regulatório, assegurando uma implementação articulada e eficaz a nível de conduta empresarial. [G1.7]

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A Navigator compromete-se a assegurar uma Conduta Empresarial Responsável, apoiada nos princípios basilares de Confiança, Integridade, Empreendedorismo, Inovação, Sustentabilidade e Excelência, refletidos num conjunto abrangente de Códigos e Políticas da Navigator, incluindo Códigos de Ética e Conduta, Política de Direitos Humanos, Políticas de *Compliance*, entre outros documentos. [G1.7]

Para implementar eficazmente estes princípios, a Navigator dispõe de um sistema de *Compliance* robusto e eficiente, garantindo clareza nas responsabilidades e promovendo uma comunicação eficaz entre as diversas partes envolvidas. Em 2025, o modelo de Governo do Sistema de *Compliance* foi revisto e atualizado, com o objetivo de reforçar o posicionamento estratégico da função da nova área *Ethics & Compliance*. Esta área é responsável por implementar as Políticas de *Compliance* que enquadram a atividade da Navigator ao longo de toda a cadeia de valor, legal e regulatória, numa lógica de transparência e

justiça, no âmbito da prevenção e combate a atos ilícitos. Este sistema está alinhado com as melhores práticas internacionais, com a sua estrutura e organização assente na atuação coordenada das unidades funcionais internas, em articulação com os órgãos de gestão e fiscalização, para suportar o processo de tomada de decisão, assegurando a transparência e a integridade ao longo de toda a cadeia de valor. [G1.9]

Adicionalmente, a Navigator dispõe de uma Comissão de Ética e Integridade, que desempenha um papel fundamental na promoção e supervisão dos princípios éticos que norteiam a sua atuação. O seu regulamento define as competências, funcionamento e responsabilidades, assegurando a aplicação efetiva das normas de ética e conduta. Através da análise e acompanhamento de questões éticas, esta comissão reforça o compromisso da Navigator com a integridade, transparência e responsabilidade. [G1.9]

Documento [G1.7 e ESRS 2.65a]	**Código de Ética e de Conduta**
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	O Código de Ética e de Conduta espelha os valores da Navigator: Confiança, Integridade, Empreendedorismo, Inovação, Sustentabilidade e Excelência. Trata ainda de tópicos centrais como: Prevenção da Corrupção e Branqueamento de Capitais; Conflitos de Interesses; Relações com Acionistas; Concorrência; Propriedade Intelectual e Industrial; Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável; Segurança e Condições de Trabalho; Desenvolvimento e Progressão Profissional; Discriminação e Proteção de Dados Pessoais, entre outros.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias. Tem impacto em todos os Stakeholders da Navigator, em particular nos colaboradores e comunidades. É transversal a todas as geografias onde a Navigator opera.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Em alinhamento com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicado a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através dos sites de Intranet e Internet. Aos colaboradores é dada formação nesta matéria.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65a]	**Política de Direitos Humanos**
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Afirma o compromisso da Navigator com os Direitos Humanos e Laborais, integrando-os no desenvolvimento da sua atividade, em conformidade com as normas internacionais de referência.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e cadeia de valor a montante e a jusante. Tem impacto em todos os stakeholders da Navigator, em particular nos Colaboradores e Comunidades. É transversal a todas as geografias onde a Navigator opera.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Carta Internacional dos Direitos Humanos Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicado a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através dos sites de Intranet e Internet. Aos colaboradores é dada formação nesta matéria.

A Navigator assume um compromisso firme com a prevenção e o combate à corrupção, reconhecendo que a integridade, a transparência e a responsabilidade são pilares essenciais para uma atuação empresarial responsável e de confiança. Neste sentido, promove uma cultura organizacional assente na tolerância zero a práticas corruptas, apoiada num conjunto abrangente de políticas internas que enquadram a sua atuação nesta matéria. Entre estas destacam-se as **Políticas de *Compliance*** – Política de Cumprimento de Sanções Internacionais, a Política de Verificação da Integridade de Terceiros, a Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, bem como a Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.

Estas políticas estabelecem princípios e procedimentos claros para mitigar riscos, reforçar a diligência devida e assegurar a conformidade com as normas legais, regulamentares e éticas aplicáveis. Através desta abordagem estruturada e preventiva, a Navigator garante que colaboradores, parceiros e demais partes interessadas atuem de forma ética e responsável, contribuindo para um ambiente de negócios justo, transparente e alinhado com as melhores práticas internacionais.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65a]	Políticas de Compliance - Política de Cumprimento de Sanções Internacionais; Política de Verificação da Integridade de Terceiros e Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Refletem os princípios gerais de atuação da Navigator nas suas relações com terceiros e as condutas que são expressamente proibidas no contexto das relações por si estabelecidas no âmbito da sua atividade. Definem as medidas para prevenir estes riscos mediante a realização de procedimentos adequados de due diligence, com vista a avaliar o risco de prática de atividades criminosas e a integridade das contrapartes da Navigator.
Âmbito [ESRS2.65b]	Todas as geografias da Navigator.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Sanções Internacionais previstas pela UE ou ONU Recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI)
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicadas a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas, através das páginas da Intranet e Internet. Aos colaboradores, é dada formação nesta matéria.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Tem como princípios estruturantes o total compromisso da Navigator na prevenção da corrupção, a proibição genérica e transversal da prática de atos de corrupção e infrações conexas e o reconhecimento e reforço da cultura ética e de integridade já instituída, quer na relação direta com terceiros, quer na relação dos seus colaboradores, no exercício das suas funções, com terceiros.
Âmbito [ESRS2.65b]	Todas as geografias da Navigator.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Sanções Internacionais previstas pela UE ou ONU Recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI)
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através da página da Intranet e Internet. Aos colaboradores, é dada formação nesta matéria.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Código de Conduta para Fornecedores
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Disponibilizado a todos os fornecedores materialmente relevantes e em todos os processos de consulta [G1.20], define os padrões éticos esperados na cadeia de abastecimento. Abrange temas como: práticas de anti-corrupção e suborno, respeito pelos Direitos Humanos, práticas laborais, saúde e segurança e práticas ambientais.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações a montante da cadeia de valor. Tem impacto em todos os stakeholders da Navigator, em particular nos colaboradores e Comunidades. É transversal a todas as geografias onde a Navigator opera.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Declaração Universal dos Direitos Humanos e Convenções da OIT OHSAS 18001 ISO 14001
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizado a todos os fornecedores materialmente relevantes e em todos os processos de consulta. Disponível através das páginas da Intranet e Internet. Aos colaboradores, é dada formação nesta matéria.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Código de Conduta para Fornecedores (Moçambique)
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Apresenta as responsabilidades dos fornecedores e prestadores de serviço, com o objetivo da prossecução a longo prazo de um negócio sustentável, assente em sólidos fundamentos éticos e responsabilidade, tendo em consideração matérias como a economia global, fatores humanos, sociais e ambientais.
Âmbito [ESRS2.65b]	Todos os fornecedores da Portucel Moçambique, incluindo fornecedores de produtos, prestadores de serviços e todos os seus respetivos subcontratados. Cobre a geografia Moçambique da Navigator.
Nível mais sénior responsável pela implementação	Administração da Portucel Moçambique e Direção Executiva
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Performance Standard do International Finance Corporation (IFC)
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizado a todos os fornecedores materialmente relevantes. Disponível na Internet. Prevê-se o esclarecimento de dúvidas, questões éticas ou de conformidade através de um endereço eletrónico específico.

Com vista à promoção de uma cultura de *compliance*, baseada numa atuação ética e integra, a Navigator investe na capacitação dos seus colaboradores. Nesse sentido, disponibiliza ações de formação contínua em matérias de *compliance*, designadamente relativas ao Código de Ética e de Conduta, Políticas Internas, Comunicação de Irregularidades, Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas. Disponíveis em formato *e-learning*, estas formações dirigem-se a todos os colaboradores, e recorrem a casos práticos para promover uma aprendizagem interativa da resposta que os instrumentos internos da Navigator oferecem em situações do quotidiano. O objetivo é dar a conhecer e reforçar a importância destes instrumentos, estimulando o entendimento dos princípios neles vertidos. Em 2025, a *Ethics & Compliance* complementou a formação já existente, através da disponibilização de nova formação em matéria de proteção de dados pessoais. [G1.9 | G1.10g]

Relativamente às funções mais expostas ao risco de corrupção e suborno, de acordo com o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Navigator, destacam-se as áreas de contratação de bens ou serviços, vendas, relações institucionais e *marketing*. [G1.10h]

CIBERSEGURANÇA

A gestão de segurança e conformidade de informação constitui um pilar estratégico para a Navigator, sustentando a transformação digital da organização e garantindo a proteção contínua dos seus ativos de informação, bem como a resiliência das operações.

A Navigator enfrenta desafios relevantes, nomeadamente:

– a necessidade de reforçar e automatizar controlos de segurança;
– o aumento da maturidade organizacional nos domínios da tecnologia, processos e competências humanas;
– cumprimento de normas e diretivas, com destaque para a NIS2;
– a promoção de uma cultura de segurança transversal a todas as áreas;
– a clarificação e consolidação das responsabilidades na gestão da segurança da informação.

Para responder a estes desafios, a Participada tem uma estratégia integrada e alinhada com normas e referenciais internacionais, incluindo o NIST *Cybersecurity Framework*, os CIS *Controls*, a ISO/IEC 27001 e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Esta abordagem assenta na definição de políticas e procedimentos corporativos, na adoção de ferramentas de controlo automatizado, e no reforço contínuo da sensibilização e formação das equipas. A resiliência operacional, a redução do risco e o cumprimento regulamentar constituem os princípios centrais desta estratégia de cibersegurança.

CANAL DE DENÚNCIAS E PROTEÇÃO DE DENUNCIANTES

A Navigator implementou e tem disponível um **Canal de Denúncias** acessível a colaboradores, fornecedores, clientes, prestadores de serviços ou quaisquer outros interessados, conforme previsto no **Regulamento de Denúncias**, permitindo a comunicação segura e anónima de irregularidades. O canal cobre um vasto leque de infrações, incluindo, entre outros, corrupção e infrações conexas, discriminação, assédio, saúde e segurança, Direitos Humanos e laborais e proteção ambiental. [G1.10a | G1.10e]

Este canal é disponibilizado através de um portal *online* e gerido por uma entidade externa, contratada pela Navigator, e permite que as denúncias de irregularidades sejam submetidas através de um sistema eficaz, célere e idóneo à sua deteção, investigação e resolução – conforme com as regras de conduta estabelecidas internamente e com os princípios de garantia do anonimato, confidencialidade, salvaguarda e não retaliação nas relações com os denunciantes, cumprindo as normas de proteção de dados e segurança da informação e os requisitos legais ao abrigo da legislação nacional que transpõe a Diretiva (EU) 2019/1937. [G1.10a | G1.10e]

O tratamento das denúncias é assegurado por uma equipa multidisciplinar – a Comissão de Denúncia de Irregularidades (CDI) –, composta pelo Diretor de *Legal e Public Affairs* (DLA), pela Diretora de Gestão de Risco (DGR) e pela *Head of Ethics & Compliance. Sempre* que uma denúncia envolva um membro da CDI, esta é encaminhada para o Conselho Fiscal, garantindo imparcialidade e independência no tratamento de cada caso. Além disso, todas as comunicações de irregularidades recebidas são reportadas ao Conselho Fiscal e, caso envolvam membros do Conselho de Administração ou do próprio Conselho Fiscal, também à Comissão de Ética. [G1.10a | G1.10e | G1.18a | G1.19]

O responsável pelo seguimento da denúncia deverá determinar se a denúncia contém os fundamentos mínimos para despoletar um processo de averiguação, assim como determinar o envolvimento de outros órgãos, direções ou colaboradores, quando verificados certos requisitos. Caso a denúncia reúna os fundamentos mínimos, é dado início ao processo de averiguação, que consiste em verificar todos os factos necessários à apreciação da alegada irregularidade. O processo de averiguação pode resultar no arquivamento da denúncia ou na proposta de medidas corretivas, encaminhadas para a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal, ou para o Conselho de Administração quando as medidas ultrapassem as competências da Comissão Executiva. Para reforçar a confiança neste mecanismo, é disponibilizada formação específica sobre comunicação de irregularidades, assegurando que todos os colaboradores compreendem o seu funcionamento e a proteção garantida aos denunciantes. [G1.9 | G1.10a | G1.10e | G1.10g]

O Regulamento de Denúncias reforça a proteção do denunciante contra qualquer forma de retaliação, conforme previsto na Lei, referindo que a denúncia de uma irregularidade não pode implicar, a título algum, qualquer tratamento prejudicial, ação de retaliação, assédio, intimação ou discriminação do Denunciante por parte da Navigator ou de outros colaboradores, devendo a mesma velar para que tal não ocorra. O Regulamento prevê, em caso de retaliação comprovada, a abertura de processo disciplinar ou aplicação de sanção contra quem praticar a retaliação, consoante se trate de colaborador interno ou fornecedor/prestador de serviços. Paralelamente, o Canal de Denúncias assegura a confidencialidade e sigilo, nomeadamente quanto à identidade do denunciante, aos factos reportados e quaisquer terceiros mencionados, com vista a prevenir riscos de exposição, represálias ou constrangimentos.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil expressa a importância da integridade, ética, responsabilidade e honestidade no desenrolar dos seus negócios e atividades, tendo definido um modelo de *governance* que engloba todas as geografias onde opera. Traduz-se ainda num conjunto de Políticas, mecanismos e instrumentos, que visam garantir a transparência e integridade das práticas da Secil e a internalização dos valores da ética empresarial a todos os níveis e por todos os colaboradores da Secil, como a **Política de Direitos Humanos**, o **Código de Conduta**, o **Código de Conduta para Fornecedores**, a **Política de Prevenção da Corrupção** e a **Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo**.

As políticas em vigor visam também garantir o cumprimento da legislação e dos compromissos assumidos com os seus *stakeholders*. São exemplo as **Políticas de Defesa da Livre Concorrência**, de **Envolvimento de *Stakeholders***, entre outras, que se apresentam adiante.

Ao nível de procedimentos de deteção e comunicação de irregularidades, a Navigator conta com protocolos definidos na **Política Antifraude** e na **Política do Canal de Integridade**.

Em 2025 foi realizada uma formação, em formato *e-learning*, sobre a Política de Direitos Humanos, o Código de Conduta, a Política de Envolvimento com *Stakeholders* e a Política Antifraude. A formação a todos os trabalhadores, independentemente da localização ou função desempenhada, foi realizada através de plataformas digitais. [G1-1.9]

A Secil define ainda os procedimentos de acesso e gestão de sistemas de informação, procurando sempre garantir a segurança interna da organização, através de orientações operacionais descritas ao longo da **Política de Acesso Remoto**, **Política de Gestão de Ativos**, **Política de Gestão de *Racks*** (armários técnicos), e da **Política de Gestão de Incidentes de Segurança**.

A **Política de Sustentabilidade** inicialmente elaborada em 2018 foi revista em 2025, para permitir o alinhamento da Política com a estratégia e o *framework* de sustentabilidade da Secil, garantindo uma maior coerência com os temas aí definidos. A Política passou a abranger também a utilização e gestão da água, reforçando a ambição da Secil associada à proteção deste recurso natural.

Documento [G1.7e ESR 2.65]	Política de Direitos Humanos
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Expressa o compromisso de promover o respeito pelos Direitos Humanos e direitos laborais e de impulsionar a sua observância.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. A montante da cadeia de valor abrange os prestadores de serviços. Cobre todas as geografias e áreas de negócio.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção de Recursos Humanos
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Carta Internacional dos Direitos Humanos Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) As oito convenções fundamentais da OIT Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos colaboradores, parceiros de negócio e restantes partes interessadas, através da publicação no website institucional da Secil. Foi prestada formação a todos os colaboradores durante 2025.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65]	Código de Conduta
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Orientar o comportamento dos colaboradores (quer membros de órgãos sociais e trabalhadores), estabelecendo a observância de elevados padrões de ética empresarial e de integridade pessoal no exercício das respetivas atividades.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. Cobre todas as geografias e áreas de negócio.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção de Recursos Humanos
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos colaboradores, parceiros de negócio e restantes partes interessadas, através da publicação no website institucional da Secil. É comunicada também através de ações de sensibilização e de formação periódicas. Foi prestada formação a todos os colaboradores durante 2025.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65a]	Código de Conduta para Fornecedores
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	O documento define que os fornecedores devem cumprir rigorosamente as leis locais e nacionais relativas à saúde e segurança no trabalho, ao ambiente e aos Direitos Humanos. Estabelece princípios alinhados com normas internacionais que abrangem temas como segurança dos trabalhadores, combate ao trabalho precário, ao tráfico de seres humanos, ao trabalho forçado ou infantil, bem como a proteção da liberdade de associação, a prevenção da retaliação e a não discriminação. Determina ainda que os fornecedores devem garantir condições de trabalho seguras, possuir todas as autorizações legais e aplicar medidas adequadas de proteção. Reforça também a necessidade de assegurar condições de trabalho justas, incluindo o pagamento de, pelo menos, o salário mínimo legal e o acesso a regimes de segurança social; quando não existe salário mínimo legal, incentiva-se uma remuneração ajustada ao custo de vida e aos padrões sociais do país.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, a montante e a jusante da cadeia de valor, e os fornecedores e Área de Procurement. Cobre a totalidade da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CPO e COO da Secil
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho
Disponibilização [ESRS2.65f]	Sharepoint interno Secil Via e-mail aquando do envio de cada Ordem de Compra Website da Secil

Documento [G1.7 e ESRS 2.65]	Política de Prevenção da Corrupção
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Na Política de Prevenção da Corrupção, são assumidos compromissos no que respeita ao combate e prevenção da corrupção, designadamente, não oferecer, prometer ou autorizar vantagens indevidas a quaisquer pessoas ou entidades, com vista à obtenção de vantagens patrimoniais ou não patrimoniais para si ou para terceiros, a não aceitar vantagens quando a respetiva aceitação possa prejudicar a sua independência e isenção, a não utilizar donativos ou patrocínios como meio de exercer uma influência ilícita para obter decisões que lhes confiram vantagens e a não realizar contribuições a favor de partidos políticos.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. A montante da cadeia de valor abrange, os prestadores de serviços. Cobre todas as geografias e áreas de negócio da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção Jurídica e de Compliance
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Carta Internacional dos Direitos Humanos Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) As oito convenções fundamentais da OIT Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos os colaboradores, parceiros de negócio e restantes partes interessadas, através da publicação no website institucional da Secil. Foi prestada formação a todos os colaboradores durante 2025.

Documento [G1.7 e ESR 2.65]	Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Constituir um referencial de atuação para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, tendo em consideração o contexto e as especificidades da respetiva atividade, com a observância da legislação e regulamentação aplicável.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. A montante da cadeia de valor abrange os prestadores de serviços. Cobre todas as geografias e áreas de negócio da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção Jurídica e de Compliance
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Carta Internacional dos Direitos Humanos Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) As oito convenções fundamentais da OIT Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos colaboradores, parceiros de negócio e restantes partes interessadas, através da publicação no website institucional da Secil. Foi prestada formação a todos os colaboradores durante 2025.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65]	Política de Defesa da Livre Concorrência
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Constituir um referencial de atuação em matéria de concorrência, elencando os compromissos assumidos nesta matéria de forma a assegurar o cumprimento das obrigações legais em matéria de direito da concorrência e impedir práticas anticoncorrenciais.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. Abrange também a cadeia de valor a jusante. Cobre todas as geografias e áreas de negócio da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção Comercial
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Carta Internacional dos Direitos Humanos Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) As oito convenções fundamentais da OIT Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos colaboradores, parceiros de negócio e restantes partes interessadas, através da publicação no website institucional da Secil. Foi prestada formação a todos os colaboradores durante 2025.

Documento [G1.7 e ESR 2.65]	Política de Envolvimento com Stakeholders
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Evidenciar o reconhecimento e compromisso com os respetivos Stakeholders. A sua auscultação para a definição da forma de gestão da atividade da Secil constitui um princípio estruturante da sua atividade e permite um envolvimento crescente dos diferentes atores impactados pelas operações da Secil.
Âmbito [ESRS2.65b]	Toda a cadeia de valor, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. Cobre todas as geografias e áreas de negócio da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção responsável pelo envolvimento do respetivo stakeholder
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Carta Internacional dos Direitos Humanos Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) As oito convenções fundamentais da OIT Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos colaboradores, parceiros de negócio e restantes partes interessadas, através da publicação no website institucional da Secil. Foi prestada formação a todos os colaboradores durante 2025.

Documento [G1.7e ESR 2.65]	Política Antifraude
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Descreve o procedimento a observar em caso de deteção de fraude e os responsáveis pela prevenção e deteção da fraude.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. Cobre todas as geografias e áreas de negócio.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção de Auditoria Interna
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível na Intranet. Foi prestada formação a todos os colaboradores durante 2025.

Documento [G1.7 e ESR 2.65]	Política de Canal de Integridade
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	O procedimento de comunicação de irregularidades vertido nesta política regula os procedimentos de receção, triagem, tratamento e arquivo de comunicações de prática de irregularidades, recebidas pela Secil nas matérias abrangidas pelo seu âmbito.
Âmbito [ESRS2.65b]	Atividades em toda a cadeia de valor, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. Cobre todas as geografias e áreas de negócio da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção Jurídica e de Compliance
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos colaboradores, parceiros de negócio e restantes partes interessadas, através da publicação no website da Secil. É comunicada também através de ações de sensibilização e de formação periódicas.

Documento [G1.7e ESR 2.65]	Política de Acesso Remoto
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelece regras de acessos remotos aos sistemas de informação da Secil para entidades externas e colaboradores para salvaguardar a segurança de acesso aos mesmos.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. Aplicável em Portugal.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção de Tecnologias de Informação / Departamento de Cibersegurança
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível em canal interno da Secil (SeSuite).

Documento [G1.7 e ESR 2.65]	Política de Gestão de Ativos
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelece as regras e normas dos ativos de sistemas de informação da Secil a nível de identificação, inventário e criticidade.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. Aplicável em Portugal.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Departamento de Cibersegurança
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível em canal interno da Secil.

Documento [G1.7e ESR 2.65]	Política de Gestão de Racks (armários técnicos)
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Assegura regras de integridade dos armários técnicos, nomeadamente a segurança de acesso e a sua organização.
Âmbito [ESRS2.65b]	Atividades a montante, operações próprias e a jusante, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. Aplicável em Portugal.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Departamento de Cibersegurança
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível em canal interno da Secil.

Documento [G1.7e ESR 2.65]	Política de Gestão de Incidentes de Segurança
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelece diretrizes, requisitos e responsabilidades para a deteção, resposta e recuperação de incidentes que possam comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Operação (TO) da organização. Visa assegurar uma abordagem estruturada e eficaz na gestão de incidentes, reduzindo os impactos operacionais, financeiros e reputacionais, bem como garantindo a conformidade com os padrões de segurança e requisitos regulatórios aplicáveis.
Âmbito [ESRS2.65b]	Aplica-se a todos colaboradores, prestadores de serviços, parceiros e terceiros. Abrange as atividades a montante, nas operações próprias e a jusante. Aplicável em Portugal.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Departamento de Cibersegurança
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponível em canal interno da Secil.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65]	Política de Sustentabilidade
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Orienta a Secil no seu compromisso com a sustentabilidade e no seu objetivo de alcançar o equilíbrio entre o desempenho económico, a proteção ambiental e a responsabilidade social. Define os objetivos e prioridades da empresa, centrando-se na integração de aspetos ambientais, sociais, de governance e económicos nas suas práticas sustentáveis.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, impactando os membros dos órgãos sociais, membros de comissões, trabalhadores da Secil e representantes. Abrange também todos os Stakeholders a montante e a jusante da cadeia de valor. Cobre todas as geografias e áreas de negócio da Secil.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Direção de Sustentabilidade
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todos colaboradores, parceiros de negócio e restantes partes interessadas, através da publicação no website da Secil.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Os princípios que definem a cultura organizacional da ETSA baseiam-se em valores como ética, transparência e responsabilidade. Estes valores estão presentes nas políticas que orientam as atividades e práticas da Participada.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65a]	Código de Conduta para Fornecedores
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	A ETSA está determinada em prosseguir no sentido de princípios de responsabilidade social das empresas, conformidade jurídica e melhoria contínua, sendo esses elementos fulcrais para a cultura corporativa e de gestão. Estes princípios encontram-se enraizados no seio da ETSA e da sua cultura corporativa desde a sua criação, e assim estes mesmos princípios são igualmente aplicáveis a todos os fornecedores.
Âmbito [ESRS2.65b]	Todos os fornecedores presentes na cadeia de valor a montante e jusante, bem como nas operações próprias.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Carta de Direitos Humanos publicada pelas Nações Unidas
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada no website da ETSA.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Código de Ética e de Conduta
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Os objetivos fundamentais prosseguidos pela ETSA assentam na criação sustentada de valor e na proteção dos interesses dos acionistas, com um adequado nível de remuneração aos investidores, suportada na oferta dos mais elevados padrões de qualidade no fornecimento de bens e serviços aos seus clientes, e ainda no recrutamento, motivação e desenvolvimento dos melhores e mais competentes profissionais.
Âmbito [ESRS2.65b]	Todos os colaboradores de todas as empresas da ETSA. As regras nele definidas devem presidir à conduta ética e profissional de todos os colaboradores, no âmbito da prossecução da sua atividade empresarial e no relacionamento com terceiros, sendo instrumento essencial da política e cultura empresariais seguidas e fomentadas pela ETSA.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Em alinhamento com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e Convenções da OIT
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizado a todos os colaboradores e promovida a sua divulgação, o seu generalizado conhecimento e a sua prática obrigatória.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65a]	Política de Direitos Humanos
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	A ETSA reconhece que o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos laborais, constitui, nos termos previstos na política, um princípio estruturante da sua atividade e integra o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.
Âmbito [ESRS2.65b]	Abrange a atuação da ETSA e das sociedades que com a mesma se encontrem em relação de domínio, no âmbito dos Direitos Humanos, incluindo direitos laborais, devendo a Sociedade adotar princípios e compromissos tendo em consideração o contexto e as especificidades da respetiva atividade e com a observância da legislação que lhe seja aplicável.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, nomeadamente a Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho, as oito convenções fundamentais da OIT Carta Internacional dos Direitos Humanos
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada no website da ETSA.

Documento [G1.7e ESR 2.65a]	Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Garantir que a ETSA e os seus colaboradores observam a legislação e regulamentação respeitante ao combate e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo; promover a adoção de procedimentos respeitantes à prevenção de práticas ilegais. A ETSA deve também promover a formação dos seus colaboradores quanto às matérias de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e incentivar a comunicação de operações suspeitas através dos procedimentos de reporte em vigor ou do Canal de Denúncias da ETSA.
Âmbito [ESRS2.65b]	Abrange a atuação da ETSA e das sociedades que com a mesma se encontrem em relação de domínio ou de grupo, no âmbito do combate e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada no website da ETSA.

Documento [G1.7e ESR 2.65a]	Critérios para uma Atuação Sustentável
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Reforçar o compromisso com os colaboradores através de matérias de direitos laborais, de associação e saúde e segurança; a exploração de todas as oportunidades de economia circular na cadeia de valor da empresa; a extensão progressiva dos direitos e princípios constantes desta Atuação Sustentável e à respetiva cadeia de valor e aos seus produtos e serviços; a inserção nas comunidades envolventes, promovendo a melhoria da sua qualidade de vida; entre outros.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e cadeia de valor.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada no website da ETSA.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho: Cap. 4.1.3.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A cultura organizacional da Triangle's é alicerçada em valores de ética, transparência e responsabilidade, refletidos em um conjunto de políticas que orientam as práticas da Empresa. A **Política Anticorrupção**, a **Política de Compras**, o **Código de Conduta**, o **Código de Conduta dos Fornecedores**, a **Política de Direitos Humanos** e **Condições de Trabalho** e o **Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho** garantem a integridade das operações, promovem práticas responsáveis e asseguram o respeito pelos direitos dos colaboradores e parceiros. Estas políticas reforçam o compromisso da Triangle's com a boa governança e a sustentabilidade, criando uma base sólida de confiança com todas as partes interessadas.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Política Anticorrupção
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelece e atualiza normas de atuação com o objetivo de prevenir condutas ilícitas que constituam a prática de atos de corrupção e acautelar potenciais situações de conflito de interesses, respondendo assim às obrigações previstas no Regime Geral de Prevenção da Corrupção, vertido no DL n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações em toda a cadeia de valor. Tem impacto em todos os Stakeholders da Triangle's. É aplicável na Europa e Ásia.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Diretora Executiva de Pessoas e Sustentabilidade.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada através do website da Triangle's e comunicada/partilhada com os trabalhadores.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65a]	Política de Compras
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Prevê as regras e procedimentos a aplicar nas relações comerciais com diversos parceiros e/ou fornecedores relativas à aquisição de materiais, produtos ou serviços e complementa as regras estabelecidas no Código de Conduta dos Fornecedores.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e a cadeia de valor a montante. Tem impacto em todos os stakeholders da Triangle's. É aplicável na Europa e Ásia.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Diretora Executiva de Pessoas & Sustentabilidade, Diretor Executivo do Produto, Diretor de Supply Chain e Diretora Financeira
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	ISO 9001:2015 Sistema de gestão da Qualidade ISO 14001:2015 Sistema de Gestão Ambiental ISO 45001:2018 Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas Aluminium Stewardship Initiative (ASI)
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada através do website da Triangle's e comunicada/partilhada com os trabalhadores e fornecedores.

Documento [E1-24 | ESRS 2.65a]	Código de Conduta
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	A Triangle's compromete-se a desenvolver as suas atividades de forma equilibrada, sustentável e ambientalmente responsável, promovendo a melhoria contínua da sociedade civil. Nesse sentido, os colaboradores e demais stakeholders devem atuar em conformidade com a legislação e normas ambientais aplicáveis, bem como com as boas práticas internas estabelecidas nesta área. A prevenção, através da identificação e gestão de riscos ambientais, e a otimização dos recursos naturais são princípios fundamentais que orientam a atuação individual e coletiva para a concretização deste compromisso. Todos os colaboradores devem possuir conhecimento adequado sobre os impactos ambientais dos produtos e materiais utilizados no exercício das suas funções. Deve ser dada especial atenção ao consumo, uso e manuseamento desses recursos, garantindo uma utilização segura e minimizando riscos para a saúde e para o ambiente.
Âmbito [ESRS2.65b]	Aplica-se a toda a cadeia de valor da Triangle's, abrangendo as unidades geográficas da Europa e da Ásia. Abrange um amplo conjunto de partes interessadas, incluindo acionistas, clientes, trabalhadores (internos e externos), entidades reguladoras, entidades certificadoras, organismos oficiais (Segurança Social, Autoridade Tributária), universidades, centros tecnológicos, centros de investigação, fornecedores, prestadores de serviços, governo, concorrência, comunidade envolvente e outras instituições.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Diretora Executiva de Pessoas e Sustentabilidade
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	ISO 14001:2015 ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas Princípios do Pacto Global da ONU
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada através do website da Triangle's e comunicada/partilhada com os trabalhadores e fornecedores.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Código de Conduta dos Fornecedores
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelece a visão, os compromissos e as exigências da Triangle's por forma a garantir a conformidade com os padrões ambientais e sociais na rede de fornecedores. Isso inclui, mas não se limita, ao respeito pelos direitos humanos e a extração sustentável de matérias-primas.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e a cadeia de valor a montante. Tem impacto em todos os Stakeholders da Triangle's. É aplicável na Europa e Ásia.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Diretora Executiva de Pessoas & Sustentabilidade, Diretor Executivo do Produto, Diretor de Supply Chain e Diretora Financeira
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	ISO 9001:2015 Sistema de gestão da Qualidade ISO 14001:2015 Sistema de Gestão Ambiental ISO 45001:2018 Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 das Nações Unidas ASI Carta de Direitos Humanos publicada pelas Nações Unidas
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada através do website da Triangle's e comunicada/partilhada com os trabalhadores e fornecedores.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Política de Direitos Humanos e Condições de Trabalho
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Tem como foco os seguintes pontos: 1. Não ao trabalho infantil e proteção a jovens trabalhadores; 2. Não ao trabalho forçado e escravatura moderna; 3. Não ao assédio e discriminação; 4. Pela inclusão, diversidade, equidade e pertença; 5. Salários e benefícios; 6. Formação e desenvolvimento; 7. Liberdade de Associação e Contratação Coletiva; 8. Jornada de trabalho; 9. Segurança e saúde no trabalho.
Âmbito [ESRS2.65b]	Toda a cadeia de valor. Tem impacto em todos os Stakeholders da Triangle's. É aplicável na Europa e Ásia.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Diretora Executiva de Pessoas & Sustentabilidade, Diretor Executivo do Produto, Diretor de Supply Chain e Diretora Financeira
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	ISO 9001:2015 Sistema de gestão da Qualidade ISO 14001:2015 Sistema de Gestão Ambiental ISO 45001:2018 Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 das Nações Unidas ASI Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho Oito convenções fundamentais da OIT Carta Internacional dos Direitos Humanos
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada através do website da Triangle's e comunicada/partilhada com os trabalhadores e fornecedores.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Política de Privacidade
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Define os princípios e procedimentos aplicáveis ao tratamento de dados pessoais pela Triangle's, assegurando o cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e da legislação nacional em vigor. Estabelece as regras relativas à recolha, utilização, conservação e partilha de dados, garantindo a sua confidencialidade, integridade e segurança. Determina ainda os direitos dos titulares dos dados – incluindo acesso, retificação, eliminação e oposição – e os canais disponíveis para o exercício desses direitos.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias. Tem impacto em todos os Stakeholders da Triangle's. É aplicável em Portugal.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Diretora Executiva de Pessoas & Sustentabilidade
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)
Disponibilização [ESRS2.65f]	Disponibilizada através do website a Triangle's e comunicada/partilhada com os trabalhadores.

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Boa Conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho: Cap. 4.1.3.1.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A cultura corporativa da Imedexa é promovida através de um sistema de *compliance*, atualmente em desenvolvimento, transversal a toda a Participada. As políticas associadas encontram-se em fase de finalização, prevendo-se que, ao longo de 2026, sejam definidos os respetivos mecanismos, responsabilidades e processos de avaliação. [G1.9]

A Participada dispõe de uma **Política de Anticorrupção** alinhada com a legislação espanhola, em particular com o Código Penal, o qual reflete os princípios da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, assegurando um enquadramento consistente em matéria de prevenção da corrupção e do suborno. [G1.10b] A identificação das funções mais expostas a riscos de corrupção e suborno está a ser desenvolvida no contexto da implementação do sistema de *compliance*, cuja plena operacionalização está prevista até ao final de 2026. [G1.10h]

Adicionalmente, com o objetivo de promover uma cultura assente na transparência e em princípios éticos bem definidos, a Imedexa estabeleceu um **Código de Ética**, uma **Política de Direitos Humanos**, uma **Política de Conflito de Interesses**, uma **Política de Brindes e Hospitalidade** e uma **Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança**.

No âmbito da conduta empresarial, a Imedexa prevê a realização de ações de formação ao longo de 2026, com o objetivo de promover o conhecimento e a aplicação das políticas e princípios éticos definidos. [G1.10g]

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Política Anticorrupção
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Baseia-se nos valores e princípios estabelecidos no Código de Ética da Participada. Tem como objetivo sensibilizar todas as pessoas associadas à Imedexa para os riscos de corrupção a que estão expostas e para as potenciais consequências.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, afetando colaboradores, fornecedores, clientes e a sociedade.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CEO
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	A disponibilização da política encontra-se em desenvolvimento.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65a]	Código de Ética
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Promover um comportamento cívico e responsável, baseado num conjunto de valores e princípios. O seu objetivo último é procurar o benefício das partes interessadas de forma responsável, em conformidade com as leis e acordos nacionais e internacionais.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, afetando colaboradores, fornecedores, clientes e a sociedade.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CEO
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	A disponibilização da política encontra-se em desenvolvimento.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65a]	Política de Direitos Humanos
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Definir os princípios gerais que devem ser respeitados para garantir a igualdade e o respeito pelos direitos humanos de todos os indivíduos no seio da Imedexa.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, afetando colaboradores, fornecedores, clientes e a sociedade.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CEO
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	A disponibilização da política encontra-se em desenvolvimento.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Política de Conflito de Interesses
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Fornecer orientações para a gestão de conflitos de interesses que possam ser reais, potenciais ou aparentes e que possam surgir no decurso das atividades dos grupos de interesse.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, afetando colaboradores.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CEO
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	A disponibilização da política encontra-se em desenvolvimento.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Política de Brindes e Hospitalidade
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelecer diretrizes para todos os colaboradores da Imedexa quando estes recebem ou oferecem presentes, ou quando prestam favores, a terceiros ou a outros colaboradores da Imedexa.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, afetando colaboradores.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CEO
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	A disponibilização da política encontra-se em desenvolvimento.

Documento [G1.7 e ESR 2.65a]	Política de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelecer orientações gerais do sistema de gestão integrado nas áreas da qualidade, ambiente e da saúde e segurança no trabalho.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias, afetando colaboradores.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	CEO
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	ISO 9001 ISO 14001 ISO 45000
Disponibilização [ESRS2.65f]	A política encontra-se disponibilizada em painéis informativos, bem como no website da Imedexa.

SEGMENTO *HOLDINGS*

A cultura empresarial da Semapa assenta em princípios de ética, transparência e responsabilidade, refletidos num conjunto estruturado de políticas que orientam a conduta das suas Participadas e reforçam o compromisso com a sustentabilidade e a boa governação. Estas políticas estabelecem diretrizes claras para a atuação da Semapa e das suas Participadas, garantindo a integridade nas relações com colaboradores, fornecedores, clientes e demais partes interessadas. [G1.9]

Documento [G1.7 e ESRS 2.65]	Código de Ética e de Conduta
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelece as regras e os princípios de natureza deontológica e vinculativa que devem orientar a conduta profissional dos colaboradores da Semapa.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e é aplicável a todos os órgãos sociais, membros de comissões, representantes, prestadores de serviços e colaboradores da Semapa.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Nos termos do Código de Ética e de Conduta o cumprimento da legislação e da regulamentação aplicável devem ser respeitados como pilares essenciais das decisões e do comportamento de todos os colaboradores da Semapa.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicado a todas as partes interessadas através do site da Internet.

Documento [G1.7 e ESR 2.65]	Política de Direitos Humanos
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelece os princípios e os compromissos da Semapa no âmbito do respeito e defesa dos direitos humanos, incluindo direitos laborais.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e a cadeia de valor a montante e a jusante. Tem impacto em qualquer stakeholder que se relacione com a sociedade. Abrange a atuação da Semapa e das sociedades que com a mesma se encontrem em relação de domínio ou de grupo, independentemente da localização das respetivas sedes e atividades, devendo essas sociedades adotar princípios e compromissos equivalentes aos estabelecidos na referida política tendo em consideração o contexto e as especificidades da respetiva atividade e com a observância da legislação que lhes seja aplicável.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Os compromissos de respeito pelos direitos humanos assumidos pela Semapa na respetiva Política de Direitos Humanos foram estabelecidos em conformidade com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, nomeadamente a Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho, as oito convenções fundamentais da OIT e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicado a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através dos sites da Internet.

Documento [G1.7 e ESR 2.65]	Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Constitui um referencial de atuação da Semapa em matéria de combate e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, através do estabelecimento de um conjunto de princípios, regras e compromissos, e que representa um princípio estruturante da sua atividade e integra o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias. Tem impacto em qualquer stakeholder que se relacione com a sociedade. Abrange a atuação da Semapa e das sociedades que com a mesma se encontrem em relação de domínio ou de grupo, independentemente da localização das respetivas sedes e atividades, devendo essas sociedades adotar princípios e compromissos equivalentes aos estabelecidos na referida política tendo em consideração o contexto e as especificidades da respetiva atividade e com a observância da legislação que lhes seja aplicável.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Os compromissos assumidos pela Semapa em matéria de combate e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo pressupõem o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor e aplicável as atividades desenvolvidas nas respetivas jurisdições.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todas as partes interessadas através do site da Internet.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65]	Política Fiscal
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Assegurar o cumprimento integral das obrigações fiscais das empresas que integram o Grupo Semapa, em todas as jurisdições nas quais desenvolvem a sua atividade, sempre no sentido de respeitar o espírito e letra da legislação aplicável.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias e a cadeia de valor a montante e a jusante. É transversal a todas as geografias onde o Grupo Semapa opera.
Nivel mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	-
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todas as partes interessadas através do site da Internet.

Documento [G1.7 e ESR 2.65]	Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Define as regras relativas a conflitos de interesses e transações com partes relacionadas, em que seja parte a Semapa, em complemento dos mecanismos internos que a sociedade tem em vigor para efeitos do cumprimento do regime legal e regulamentar aplicável e em vigor sobre esta matéria, e sem prejuízo das obrigações da Semapa e dos seus Dirigentes em matéria de Informação Privilegiada, do regime legal de negócios da sociedade com administradores e do regulamento interno relativo à Comunicação de Irregularidades e da demais legislação aplicável nesta matéria.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias. Aplicável às Transações tal como definidas no respetivo Regulamento, sendo as disposições sobre Conflito de Interesses aplicáveis aos Dirigentes da sociedade.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Alinhada com a legislação e regulamentação em vigor e aplicável, em especial, a Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto e o Código dos Valores Mobiliários.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicada a todas as partes interessadas através do site da Internet.

Documento [G1.7 e ESRS 2.65]	Regulamento de Comunicação de Irregularidades
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Tem como objeto enquadrar e regulamentar a comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, e tendo em conta a legislação e regulamentação vigente quanto a estas matérias.
Âmbito [ESRS2.65b]	Operações próprias. É aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e comissões da Semapa, acionistas, trabalhadores, candidatos em processo de recrutamento, prestadores de serviços, contratantes, subcontratantes, fornecedores, voluntários e estagiários da Semapa.
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Alinhada com a legislação e regulamentação em vigor e aplicável, em especial, a Lei de Proteção de Denunciantes – Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicado a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através do site da Internet.

Documento [G1.7 e ESR 2.65]	Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas
Conteúdos-chave e objetivos [ESRS2.65a]	Estabelece o conjunto de princípios, valores e regras de atuação em matéria de ética profissional e de prevenção da corrupção e infrações conexas, conforme previsto no Regime Geral de Prevenção da Corrupção.
Ambito [ESRS2.65b]	Operações próprias. É aplicável a todos os dirigentes e trabalhadores da Semapa (colaboradores).
Nível mais sénior responsável pela implementação [ESRS2.65c]	Conselho de Administração.
Normas ou iniciativas de terceiros que a empresa se compromete a respeitar [ESRS2.65d]	Os compromissos assumidos pela Semapa em matéria de combate e prevenção da corrupção pressupõem o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor e aplicável às atividades desenvolvidas, em especial, o Regime Geral de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas e tendo em consideração as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, nomeadamente a Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as oito convenções fundamentais da OIT e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.
Disponibilização [ESRS2.65f]	Comunicado a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através do site da Internet.

A cultura empresarial da Semapa é estabelecida, desenvolvida e promovida através da implementação de normativos internos que orientam a atuação em especial, dos órgãos sociais e dos seus colaboradores, assegurando o cumprimento dos princípios da ética, integridade e da transparência. A Semapa dispõe de um **Regulamento de Comunicação de Irregularidades**, que permite a comunicação segura de eventuais irregularidades e garante um tratamento confidencial e não prejudicial do denunciante. Este Regulamento aplica-se a um vasto conjunto de partes interessadas, incluindo trabalhadores, acionistas, fornecedores e prestadores de serviços, reforçando uma cultura de responsabilidade e conformidade. O Canal de Comunicação de Irregularidades da Semapa é gerido por uma entidade externa e independente, garantindo a imparcialidade no tratamento das denúncias e o respeito pelo anonimato dos denunciantes. [G1.9]

No âmbito dos compromissos assumidos em políticas internas, a Semapa realizou, em 2024, uma formação em "Ética e Conduta", direcionada, em especial, aos seus órgãos sociais e colaboradores. Esta formação teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o Código de Ética e de Conduta, a Política de Direitos Humanos, a Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e o Canal de Comunicação de Irregularidades. A metodologia utilizada foi baseada em *case-based learning*, recorrendo a casos reais ou fictícios para ilustrar a aplicação prática de cada código ou política analisada. [G1.9 | G1.10g]

No que respeita a luta contra a corrupção e o suborno, em 2025 a Semapa implementou, voluntariamente, um programa de cumprimento normativo com vista a prevenir, detetar e sancionar atos de Corrupção e Infrações Conexas, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro ("RGPC") tendo adotado um **Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas** que veio substituir a Política de Prevenção da Corrupção anteriormente em vigor.

A promoção da implementação deste código e dos restantes instrumentos do programa é feita através da respetiva divulgação na intranet e no sítio da internet da sociedade, da realização de um programa de formação interno ministrado a todos os trabalhadores e dirigentes, com vista a que estes conheçam e compreendam as políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados e da incorporação dos seus princípios nos procedimentos operacionais. [G1.10b | G1.10g]

As seguintes informações são inseridas por remissão a outras partes da Demonstração Não Financeira (MDR-P, ESRS 2.65a/b/c/d/f):

– Apresentação do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho: Cap. 4.1.3.1.

GESTÃO DA RELAÇÃO COM OS FORNECEDORES (G1-2, MDR-P)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A gestão da relação com os fornecedores é um eixo estratégico fundamental para a Navigator, tendo em conta o impacto significativo das suas políticas de compras na criação e distribuição de valor. Com milhares de empresas e colaboradores integrados na cadeia de fornecimento, a Navigator está empenhada em estabelecer relações de parceria e estimular uma mudança positiva, promovendo uma cadeia de abastecimento mais sustentável, resiliente e eficiente. [G1.15a | G1.15b]

A atividade da Navigator envolve o abastecimento de madeira, biomassa, químicos e outros produtos essenciais ao processo industrial, além da aquisição de energia necessária para a produção e consumo. Estes processos têm impactos ambientais e sociais, desde a extração e produção de recursos até ao seu transporte e utilização. Em 2025, a Participada expediu produtos para 117 países e aproximadamente 3 500 pontos de entrega, recorrendo a transporte marítimo, ferroviário e rodoviário, sempre com o compromisso de minimizar a pegada ambiental e otimizar a eficiência da cadeia de abastecimento. No total, a

Navigator trabalha com mais de 7 829 fornecedores, sendo os mais relevantes os de madeira e biomassa, químicos e embalagens, logística e transporte, energia e serviços especializados. [G1.15a | G1.15b]

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

As operações da Navigator refletem preocupações ambientais, sociais e económicas, apoiadas por mecanismos e processos que asseguram apoio financeiro e benefícios, sendo a componente de segurança fundamental e complementar em toda a sua atuação. A resiliência da cadeia de fornecimento e a sua capacidade de resposta são fatores essenciais para garantir a continuidade do negócio. A gestão sustentável dos fornecedores tornou-se um tema prioritário nas últimas análises de materialidade, levando à definição de compromissos e objetivos no âmbito do Roteiro 2030. De entre as principais metas estabelecidas, destacam-se o contínuo incremento de madeira certificada com implementação de sistemas de informação externos para garantir a rastreabilidade da mesma (ex.: *woodchain*), a promoção da certificação da cadeia de custódia, o reforço da avaliação dos fornecedores com base em critérios ESG, o incentivo à adoção de práticas sustentáveis e a aposta na saúde e segurança e formação de fornecedores e prestadores de serviço que operam nas áreas florestais da Navigator, em Portugal. [G1.15a | G1.15b]

A redução das emissões de CO_2 associadas à cadeia de valor também é uma prioridade, alinhada com as metas aprovadas pela *Science Based Targets initiative* (SBTi), em 2022. A Navigator assumiu o compromisso de reduzir as emissões de carbono de âmbito 3, nomeadamente as associadas à sua rede de fornecedores e parceiros logísticos. [G1.15a | G1.15b]

No que respeita ao impacto económico nacional, dos cerca de 1 900 milhões de euros de despesas em fornecimentos e prestações de serviços, cerca de 71% correspondem a fornecedores nacionais, o que evidencia o papel estruturante que a Navigator desempenha na economia portuguesa. Esta elevada incorporação nacional contribui para a dinamização do tecido industrial, para o fortalecimento das cadeias de valor locais e para a criação e manutenção de emprego.

Para apoiar os seus fornecedores, em particular os fornecedores de madeira do mercado ibérico, a Navigator consolida diversas medidas, incluindo apoios financeiros para aquisição de maquinaria, facilitação de tesouraria e soluções de pagamento via *confirming*. Através do Clube Produtores Florestais Navigator, uma iniciativa que visa reforçar a valorização do mundo rural e dos agentes da fileira florestal, a Participada promove programas de coinvestimento orientados para a dinamização da floresta, a partilha do conhecimento técnico especializado sobre práticas florestais, alavancando o RAIZ enquanto centro de Inovação e Desenvolvimento (I&D) de referência, a redução dos custos de produção para todos os intervenientes e o apoio à qualificação dos recursos humanos. [G1.15a | G1.15b]

A Navigator promove ainda um envolvimento ativo com os fornecedores através de iniciativas de colaboração e partilha de conhecimento. O *Suppliers' Day*, realizado a cada dois anos desde 2015, incluindo a sua realização em 2025, constitui uma plataforma de diálogo e melhoria contínua, abordando temas como a redução de custos, a eficiência industrial, a sustentabilidade, a descarbonização e inovação, desafiando parceiros a novas ideias de como fazer diferente e melhor, garantindo qualidade a menor custo. [G1.15a | G1.15b]

A Direção de *Materials Management* da Navigator promove, junto dos seus fornecedores, projetos com impacto ambiental e/ou económico. A cooperação estreita com os fornecedores, aliada à presença em múltiplas geografias, é utilizada pela Navigator para promover o desenvolvimento cruzado de negócios. Fornecedores portugueses passam a abastecer fábricas em Espanha e fornecedores espanhóis passam a fornecer produtos em Portugal, entre outros exemplos.

Em 2025, a Portucel Moçambique reforçou o compromisso com a segurança em toda a cadeia de valor, promovendo a adoção de práticas preventivas. Este pacto traduziu-se na intensificação de ações de acompanhamento no terreno, com foco em formações, implementação de medidas corretivas e padronização de procedimentos de segurança, abrangendo prestadores de serviços e equipas operacionais. [G1.15a | G1.15b]

No que diz respeito à eficiência logística e a redução da pegada de carbono, a Navigator tem apostado na otimização dos fluxos de transporte e na complementaridade entre os diferentes modos de transporte. Em 2025, deu continuidade à consolidação dos serviços marítimos nos portos de proximidade e desenvolveu entregas no centro e norte de França por via marítima, reduzindo significativamente as emissões de CO_2 associadas ao transporte rodoviário, resultando numa redução de emissões em cerca de 669 tCO_2. Além disso, manteve o programa de fidelização de transportadores e incentivo à renovação da frota, promovendo a adoção de veículos mais eficientes e sustentáveis. [G1.15a | G1.15b]

A contratação de energia também é uma área estratégica para a Participada, alinhada com os seus compromissos de descarbonização. Em 2025, cerca de 67% da eletricidade adquirida foi de origem renovável, destacando-se os fornecimentos através de um *Power Purchasement Agreement* 100% renovável (PPA) de 115 GWh estabelecido com a Endesa, o fornecimento de eletricidade através de PPA físicos com as centrais fotovoltaicas da Figueira da Foz e Ejea e o fornecimento de eletricidade 100% renovável à Navigator Tissue UK. [G1.15a | G1.15b]

SELEÇÃO E GESTÃO DE FORNECEDORES

No que se refere à **seleção e gestão de fornecedores**, a Navigator seguiu critérios éticos, sociais e ambientais, assegurando que a sua cadeia de abastecimento opera de acordo com padrões de integridade, ética e sustentabilidade. Documentos estruturantes como o **Código de Conduta para Fornecedores**, as **Políticas de *Compliance*** e a **Política de Direitos Humanos** (ver secção G1-1) estabelecem procedimentos de *due diligence*, promovendo a transparência e mitigação de riscos.

A Navigator implementou um **Sistema de Verificação da Integridade de Terceiros**, que permite avaliar os fornecedores segundo critérios ESG e garantir o cumprimento de normativas em matérias como prevenção da corrupção, branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proteção dos Direitos Humanos. Adicionalmente, são incluídas cláusulas de *compliance* nos contratos com fornecedores, assegurando o cumprimento dos normativos internos, bem como a adoção dos princípios e regras neles consagrados. Nestas clausulas estão incluídos temas como saúde e segurança, respeito e promoção dos Direitos Humanos, e não discriminação, bem como liberdade de associação e negociação coletiva. [G1. 9 | G1.15a | G1.1]

Na **atividade florestal**, a Navigator manteve um rigoroso controlo de qualidade das operações, avaliando a conformidade dos prestadores de serviços com referenciais técnicos, exigências legais e ambientais. Em Moçambique, estas avaliações são essenciais devido ao envolvimento significativo de trabalhadores e comunidades locais, garantindo que as práticas adotadas cumprem os mais elevados padrões de responsabilidade social e ambiental. [G1.15a | G1.15b]

A Navigator tem vindo a desenvolver **ferramentas e metodologias para acompanhar a atividade dos seus fornecedores**, promovendo a sua qualificação e melhoria contínua. A atribuição do **Rótulo Ecológico da União Europeia** aos seus produtos evidencia esta abordagem, uma vez que exige a implementação de um processo rigoroso de qualificação e avaliação de fornecedores, com base em critérios ambientais e de desempenho. O procedimento de *sourcing* e *contracting*, criado em 2023, integra critérios ESG na avaliação dos fornecedores, reforçando o compromisso com a sustentabilidade. [G1.15a | G1.15b]

As metodologias de *due diligence* **para a aquisição de madeira** da Navigator garantem o cumprimento da legislação e de normas internacionais como o *Forest Stewardship Council* (FSC) e o Programa para o Reconhecimento da Certificação Florestal (PEFC). A Navigator assegura que a madeira adquirida não está associada a práticas ilegais ou prejudiciais ao ambiente, realizando auditorias e avaliações de risco em toda a cadeia de fornecimento. [G1.15a | G1.15b]

O modelo de avaliação de fornecedores integra as dimensões de qualidade do serviço, risco financeiro e desempenho ESG. Este modelo, em permanente processo de melhoria contínua, resulta da ponderação destas três dimensões e incorpora, na componente de sustentabilidade, o rating ESG da Moody's. A avaliação é realizada anualmente, estando prevista a sua comunicação aos fornecedores numa lógica de colaboração e melhoria contínua. Nesta vertente, e de forma a complementar a avaliação ESG da Moody's, a Navigator desenvolveu um questionário próprio em 2025, enviado aos fornecedores materialmente relevantes de químicos e embalagens, com o objetivo de monitorizar de forma mais próxima os seus compromissos, desempenho e práticas em matéria de sustentabilidade. Este questionário constitui um novo passo no processo de avaliação de fornecedores, permitindo uma análise mais detalhada e o reforço do trabalho conjunto com os parceiros para a implementação de melhores práticas. [G1.15a | G1.15b]

SEGMENTO CIMENTO

O tema de seleção e gestão de fornecedores não foi considerado material no processo de avaliação de dupla materialidade da Secil, pelo que não será objeto de reporte detalhado.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA está determinada em prosseguir no sentido de princípios de responsabilidade social das empresas, conformidade jurídica e melhoria contínua, sendo esses elementos fulcrais para a cultura corporativa e de gestão. Estes princípios encontram-se enraizados no seio da ETSA e da sua cultura corporativa desde a sua criação, sendo igualmente aplicáveis a todos os fornecedores.

A gestão responsável da cadeia de fornecimento é um pilar essencial para garantir práticas sustentáveis e éticas em todas as etapas do processo produtivo. Neste contexto, a ETSA tem vindo a reforçar os mecanismos de avaliação e monitorização dos seus fornecedores, assegurando que cumprem critérios ambientais, sociais e de governação alinhados com os respetivos compromissos de sustentabilidade.

Um exemplo desta abordagem é a obtenção da certificação Marine Trust pelas empresas Barna e Harinas de Andalucía. Esta certificação garante que as matérias-primas de origem marinha são provenientes de fontes geridas de forma sustentável, com rastreabilidade rigorosa e conformidade com padrões internacionais. Para além da vertente ambiental, a Marine Trust integra requisitos sociais que asseguram condições de trabalho seguras e dignas, proíbem práticas laborais abusivas e promovem o respeito pelos Direitos Humanos na cadeia de valor. A implementação desta certificação reforça a relação de confiança com os fornecedores e contribui para mitigar riscos associados a práticas não conformes, garantindo transparência e responsabilidade em toda a cadeia de fornecimento.

A distinção atribuída à Barna na IX Edição do Prémio Pyme del Año, promovido pela Cámara de Comercio de España e pelo Banco Santander, é um reconhecimento do seu papel como agente de desenvolvimento económico e social. Este galardão, considerado uma das mais relevantes distinções para pequenas e médias empresas em Espanha, valoriza critérios como criação de emprego estável, inovação, digitalização, internacionalização e compromisso com a sustentabilidade.

Para a Barna, esta conquista reflete a integração consistente de práticas de governança robustas, assentes na transparência, ética empresarial e responsabilidade, nos processos de decisão. Ao mesmo tempo, reforça a política de dever de diligência do Grupo Semapa e a credibilidade perante investidores, parceiros e comunidades, validando o contributo da empresa para a geração de valor e para o fortalecimento do tecido empresarial, princípios que orientam a sua atuação diária.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A abordagem da Triangle's na gestão das relações com os fornecedores visa integrar a sustentabilidade, reduzir riscos e promover práticas responsáveis ao longo da cadeia de abastecimento. A Triangle's leva em consideração os impactos sociais, ambientais e económicos, garantindo a conformidade com as suas políticas internas e as melhores práticas do setor.
A empresa adota práticas estratégicas para minimizar os riscos que possam surgir na cadeia de abastecimento, incluindo riscos económicos, ambientais e sociais. [G1.15a | G1.15b]

A gestão de fornecedores está alinhada com os objetivos de sustentabilidade e estratégias de mitigação de riscos, com foco na continuidade das operações e na resiliência da cadeia de abastecimento. A Triangle's identifica potenciais interrupções como desastres naturais, mudanças regulatórias e problemas económicos e adota medidas preventivas para reduzir impactos negativos.

Os critérios sociais e ambientais são fundamentais na seleção dos fornecedores e são criteriosamente avaliados durante o processo de aquisição. Os fornecedores da Triangle's são avaliados com base em critérios sociais que garantam práticas de trabalho responsáveis e respeitem os direitos humanos, incluindo condições de trabalho adequadas, cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, respeito pelos direitos laborais, promoção da diversidade e inclusão e incentivo ao desenvolvimento profissional dos colaboradores. [G1.15a | G1.15b]

Os fornecedores são igualmente avaliados em função das suas práticas ambientais, nomeadamente a gestão de resíduos, eficiência energética, redução de emissões de carbono, uso responsável de recursos naturais e obtenção de certificações ambientais reconhecidas como a ISO 14001. A seleção dos fornecedores envolve uma análise detalhada do seu desempenho social e ambiental, bem como dos aspetos financeiros e operacionais. Para isso, a Triangle's aplica auditorias e verificações periódicas, solicita relatórios de sustentabilidade (i.e., plataforma VERSO, antiga *sustainabill*) e preenchimento de questionários específicos, dando preferência a fornecedores certificados e comprometidos com a melhoria contínua e realizamos monitorização contínua através da análise de KPI sociais e ambientais. [G1.15a | G1.15b]

A estratégia de compras da Triangle's promove a inclusão de fornecedores locais sempre que possível, apoiando o desenvolvimento económico das comunidades onde opera. Também prioriza fornecedores certificados, reforçando o compromisso com boas práticas ambientais e sociais. Estabelece metas claras para a comunicação e gestão das relações com fornecedores, com o objetivo de melhorar a transparência e fortalecer a colaboração. Mantém comunicação constante através de reuniões, visitas e auditorias e incentiva a adoção de iniciativas sustentáveis através da disseminação de conhecimento e *benchmarking*. A eficácia das suas práticas de gestão de fornecedores é avaliada regularmente com base em auditorias, inquéritos de satisfação a clientes e análise de KPI. A transparência no processo de avaliação e a implementação de ações corretivas garantem que as práticas de sustentabilidade estejam alinhadas com os seus objetivos estratégicos e com as expectativas dos *stakeholders*. [G1.15a | G1.15b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

A Imedexa comunica a toda a cadeia de fornecedores os critérios e requisitos relacionados com questões sociais, qualidade, ambiente, segurança e saúde. De forma a estarem alinhados com os princípios da Participada, os fornecedores devem cumprir a legislação nacional e internacional aplicável, bem como *standards* relevantes. A seleção dos fornecedores é orientada pela sua área de atuação, privilegiando o desenvolvimento económico local e a melhoria do desempenho ambiental. [G1.15a]

Nos processos de seleção, a Imedexa integra critérios sociais e ambientais, exigindo o cumprimento regular destes requisitos. Adicionalmente, realizam-se visitas periódicas aos fornecedores para garantir o respeito pelas normas de segurança ocupacional e outros requisitos. [G1.15b]

SEGMENTO *HOLDINGS*

A Semapa não dispõe atualmente de uma Política de Seleção de Fornecedores, Código de Conduta para Fornecedores ou um Procedimento Formal de Verificação de Integridade de Terceiros.

Como parte do seu compromisso contínuo com a integridade e a conformidade, a Semapa encontra-se a desenvolver uma Política de Avaliação Prévia de Risco de Terceiros, no âmbito da implementação voluntária do RGPC. Esta iniciativa reforça o empenho da Semapa na adoção das melhores práticas de prevenção e mitigação de riscos associados a corrupção.

PREVENÇÃO E DETEÇÃO DE CORRUPÇÃO E SUBORNO (G1-3, MDR-P)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Tendo em consideração o contexto internacional em que a Navigator atua e a crescente participação do setor privado no combate à corrupção e infrações conexas, bem como as obrigações legais a que está vinculada, a Participada adotou a **Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas** (ver secção G1-1). Para além dos que se encontram detalhados no Código de Ética e Conduta, esta Política tem como princípios estruturantes o total compromisso da Navigator na prevenção da corrupção, a proibição absoluta e transversal da prática de atos de corrupção e infrações conexas e a implementação de uma cultura ética e de integridade, quer no exercício das respetivas funções, quer no relacionamento com terceiros com quem a Navigator estabeleça qualquer relação negocial, ou outros terceiros com quem os colaboradores da Navigator se relacionem no exercício das suas funções. [G1.18a]

A Navigator definiu ainda um **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**, no qual identificou os riscos de corrupção e infrações conexas a que a empresa está exposta e onde são definidos os critérios de avaliação destes riscos, tendo em conta a probabilidade de ocorrência e o impacto da sua materialização, de acordo com uma escala qualitativa de avaliação destas duas variáveis. Atendendo à severidade do risco, é constituída uma matriz de risco, que os classifica segundo uma escala de insignificante, baixo, moderado, alto ou crítico. [G1.18a]

Dispõe ainda de mecanismos eficazes para prevenir, detetar e responder a alegações de suborno e outras infrações, por meio do **Canal de Denúncias** (ver secção G1-1). [G1.18a | G1.19] Para garantir a eficácia do sistema de comunicação de irregularidades, a responsabilidade de monitorização do Canal de Denúncias é partilhada por vários órgãos da Navigator, incluindo o Conselho Fiscal, que avalia periodicamente o sistema de controlo interno e sugere melhorias quando necessário. [G1.18c]

A Navigator comunica os mecanismos e instrumentos existentes a todos os colaboradores, parceiros de negócio e partes interessadas através das páginas da Intranet e Internet. [G1.20] Para além da publicação nos sites, os compromissos são objeto de publicação em relatórios de gestão e de clausulado contratual específico. [G1.20] Adicionalmente, é dada formação interna a todos os colaboradores em matérias de *compliance*, nomeadamente em relação à prevenção da corrupção e infrações conexas (ver secção G1-1). [G1.21c]

A formação em Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas é disponibilizada aos colaboradores em formato *e-learning*, com base em casos práticos e cenários do dia a dia, de forma a garantir que os colaboradores compreendem e aplicam corretamente os princípios éticos e as normas internas da Navigator. A formação é disponibilizada aos membros dos órgãos de Administração, de Direção e de Supervisão, e aos restantes colaboradores.

A Navigator disponibiliza ações de formação contínua sobre o Código de Ética e de Conduta, Comunicação de Irregularidades, Políticas Internas, Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, abrangendo, em 2025, 1 894 colaboradores. [G1.10g]

Os temas abordados incluem a aceitação e oferta de bens e vantagens, viagens, refeições, hospitalidade e entretenimento, patrocínios e donativos políticos, responsabilidade social e corporativa, branqueamento de capitais, sanções internacionais e KYC – *Know Your Counterparty*. O tema de Conflitos de Interesses foi reforçado nesta formação, na sequência da implementação de medidas de reforço de controlo interno. [G1.9 | G1.10g | G1.21c] Em 2025, estas formações foram novamente disponibilizadas aos colaboradores que as tinham concluído há pelo menos dois anos, com o objetivo de atualizar e consolidar os conhecimentos.

SEGMENTO CIMENTO

Em 2025, a Secil preparou a implementação do Programa de Cumprimento Normativo de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, composto pelo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), pelo Código de Conduta RGPC, pelo Programa de Formação e pelo próprio Canal de Integridade. A aprovação e implementação deste programa está planeada para 2026. O PPR identifica e classifica riscos de corrupção em todas as unidades orgânicas e define medidas preventivas e corretivas, como ações de formação, registo de ofertas, auditorias internas e externas, declarações de conflitos

de interesse e segregação de funções, enquanto o Código de Conduta estabelece princípios de ética e integridade, condutas proibidas e deveres de reporte. As denúncias podem ser efetuadas através do Canal de Integridade, disponível na intranet e no website do Grupo Secil, sendo o Responsável pelo Cumprimento Normativo o responsável por acompanhar a execução e eficácia das medidas, elaborar relatórios anuais e intercalares e propor revisões ao PPR. [G1.18a]

As comunicações recebidas através do Canal de Integridade são tratadas com total confidencialidade, podendo envolver consultores externos, e os investigadores ou comissões de inquérito designados, que estão sempre separados da cadeia de gestão envolvida, não se encontrando sob hierarquia direta das Direções objeto de denúncia, assegurando a imparcialidade do processo. Os resultados das investigações e das avaliações do PPR são reportados ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva através de relatórios anuais e intercalares preparados pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo. [G1.18b; 18c]

Em 2025, a Secil prestou formação aos colaboradores, através de um programa de formação *e-learning* imersivo sobre várias políticas, incluindo a política de Prevenção da Corrupção. Este *e-learning* integra estudos de caso, exercícios práticos e simulações de decisão, promovendo uma aprendizagem ativa e contextualizada das políticas da Secil. É assegurado que cada colaborador compreende não só o conteúdo das políticas, mas também a sua aplicação no quotidiano profissional, reforçando a cultura de integridade, segurança e responsabilidade da Secil. [G1.19; 20]

Para 2026, está previsto o início do Programa de Formação em Ética, Integridade e Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, obrigatório para todos os trabalhadores e dirigentes da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., da Secil Betão, S.A., da Secil Agregados, S.A. e da Betotrans II, Unipessoal, Lda. No final da formação, os participantes deverão ser capazes de identificar riscos de corrupção e infrações conexas, conhecer os instrumentos obrigatórios do RGPC, compreender as políticas e procedimentos implementados, reconhecer os principais crimes e respetivas consequências, adotar comportamentos éticos e íntegros e responder corretamente a pelo menos 50% das questões de um *quiz* final. [G1.19; 20; 21a; 21b]

Os membros dos órgãos de administração, direção e supervisão irão frequentar, em 2026, a mesma formação obrigatória que os restantes colaboradores, garantindo o alinhamento de princípios e práticas em toda a organização. [G1-3.08; 21c]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA não dispõe atualmente de uma política dedicada a Corrupção e Suborno. Não obstante, ao longo das suas Políticas, a ETSA interdita toda a prática de corrupção e suborno, em todas as suas formas ativas e passivas, quer através de atos e omissões, quer por via da criação e manutenção de situações de favor ou irregulares, bem como adotar comportamentos que possam criar nos interlocutores expectativas de favorecimento nas suas relações com a ETSA.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's implementa procedimentos rigorosos para prevenir, detetar e responder a alegações ou casos de corrupção e suborno, conforme delineado na sua **Política Anticorrupção**. A Participada estabelece padrões éticos claros através do seu Código de Conduta, promovendo uma cultura de integridade e transparência, e realiza programas de formação regulares para os colaboradores sobre práticas de anticorrupção e suborno, assegurando o cumprimento das políticas internas e da legislação aplicável.

Para a deteção de irregularidades, a Triangle's disponibiliza canais confidenciais para que colaboradores e terceiros possam reportar suspeitas de corrupção ou suborno e conduz auditorias periódicas para monitorizar a conformidade com as suas políticas. Em resposta a eventuais alegações, a empresa realiza investigações internas rigorosas, aplicando sanções disciplinares que podem incluir despedimento por justa causa e ações legais, conforme a gravidade da infração. Além disso, compromete-se a cooperar plenamente com as autoridades competentes em casos de corrupção, garantindo a transparência e a conformidade com as melhores práticas internacionais. [G1.18a | G1.19]

Os investigadores ou a comissão de inquérito responsáveis pela análise de casos de corrupção e suborno estão separados da cadeia de gestão envolvida nas questões em análise. [G1.18b] A Triangle's estabelece um processo estruturado para comunicar os resultados aos seus órgãos de administração e de direção, através de relatórios periódicos, reuniões, mecanismos digitais, avaliação conjunta dos dados e *feedback* contínuo, assegurando a transparência e a tomada de decisões informadas. [G1.18c]

As políticas da Participada são divulgadas no seu *website*, estão acessíveis nas instalações da Triangle's para qualquer colaborador e são enviadas aos *stakeholders* relevantes sempre que necessário. [G1.20] Atualmente, a empresa não oferece ou exige programas de formação específicos em matéria de luta contra a corrupção e o suborno. [G1.21a | G1.21c]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

Reconhecendo a importância do tema da prevenção e deteção de corrupção e suborno, a Imedexa está a desenvolver e implementar um sistema de *compliance* que inclui a prevenção, deteção e tratamento de casos de corrupção e suborno, além de definir igualmente os princípios orientadores que irão ser incorporados na estratégia da Participada. [G1.18a | G1.19]

Existem ferramentas que já se encontram implementadas, como o **Canal de Denúncias** acessível a todos os colaboradores e gerido por uma entidade externa independente, garantindo a confidencialidade e a adoção das ações adequadas perante as alegações recebidas. [G1.18a | G1.19]

SEGMENTO *HOLDINGS*

A Semapa adota uma abordagem rigorosa no combate à corrupção e suborno, refletida no seu **Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas**, onde são assumidos compromissos claros para a prevenção e deteção de práticas ilícitas neste âmbito. Este Código encontra-se disponível para consulta no *website* da Semapa, assegurando transparência e acessibilidade a todas as partes interessadas. [G1.18a]

No âmbito da implementação do RGPC a Semapa elaborou e aprovou o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), o qual, em conjunto com o Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, o programa de formação, e o Canal de Denúncias e respetivo Regulamento de Comunicação de Irregularidades, bem como o Manual de Procedimentos e Mecanismos de Controlo de Riscos de Corrupção, integram o Programa de Cumprimento Normativo de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.

O PPR identifica, analisa e classifica os riscos e as situações que podem expor a Semapa a atos de corrupção e infrações conexas, incluindo aqueles associados ao exercício de funções pelos titulares dos órgãos de administração e direção, considerando a realidade do setor e as áreas geográficas em que a Semapa atua, e identificando ainda, quando aplicável, medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados.

No âmbito do cumprimento da regulamentação vigente, a Semapa dispõe de um **Canal de Comunicação de Irregularidades**, regulamentado pelo respetivo **Regulamento de Comunicação de Irregularidades**. Este canal permite aos colaboradores reportar, de forma confidencial e/ou anónima, eventuais irregularidades ocorridas no seio da organização. A receção e seguimento destas comunicações é da responsabilidade da Direção de Governo Societário e *Compliance*, podendo a triagem e análise preliminar ser realizada por uma entidade externa. Caso existam conflitos de interesse, o processo será diretamente conduzido pelo Conselho Fiscal, garantindo imparcialidade na averiguação dos factos. [G1.18a | G1.19 | G1.18b]

A averiguação das irregularidades reportadas segue um rigoroso processo, culminando na apresentação de uma proposta de arquivamento ou na recomendação de medidas adequadas à irregularidade identificada.

A decisão final cabe à Comissão Executiva ou ao Administrador-Delegado, conforme aplicável, ou ao Conselho de Administração, no caso de irregularidades envolvendo titulares da Comissão Executiva ou o Administrador-Delegado. A decisão final é comunicada ao Conselho Fiscal e ao Presidente do Conselho de Administração, assegurando um processo transparente e devidamente supervisionado. [G1.18c]

Para reforçar a cultura de integridade e conduta ética, a Semapa lançou em novembro de 2024 uma formação interna sobre Ética e Conduta, dirigida, em especial, a todos os colaboradores e órgãos sociais. Esta formação, composta por cinco módulos e disponibilizada em formato *e-learning*, utiliza casos reais ou/e fictícios para ilustrar a aplicação dos diversos normativos internos, incluindo o Código de Ética e de Conduta, a Política de Direitos Humanos, o Regulamento de Comunicação de Irregularidades e a Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo.

Adicionalmente, e no âmbito da implementação do RGPC, a Semapa realizou no início de 2026, uma formação específica sobre prevenção da corrupção com o objetivo de reforçar a cultura de ética e integridade da Semapa, através do conhecimento das normas do Código de Conduta em Matéria de Corrupção e Infrações Conexas e demais políticas e procedimentos internamente implementados para prevenção da corrupção e infrações conexas, bem como através do conhecimento das condutas que, no dia a dia da operação, poderão consubstanciar a prática de atos de corrupção ou infrações conexas, devendo ser evitadas, prevenidas e combatidas por todos os colaboradores. [G1.20 | G1.21a | G1.21c]

GRUPO SEMAPA

[G1.AR8]	Formação em matéria de luta contra a corrupção e o suborno	2025	
		Funções em risco	AMSB (órgãos de administração, direção e supervisão)
Navigator	Número de trabalhadores assalariados	3 284	16
	Número de trabalhadores assalariados que receberam formação	1 534	0
	Trabalhadores assalariados que receberam formação (%)	47%	0%
Secil	Número de trabalhadores assalariados	162	4
	Número de trabalhadores assalariados que receberam formação	148	4
	Trabalhadores assalariados que receberam formação (%)	91%	100%
ETSA	Número de trabalhadores assalariados	—	—
	Número de trabalhadores assalariados que receberam formação	—	—
	Trabalhadores assalariados que receberam formação (%)	—%	—%
Triangle's	Número de trabalhadores assalariados	21	36
	Número de trabalhadores assalariados que receberam formação	0	0
	Trabalhadores assalariados que receberam formação (%)	0%	0%
Imedexa	Número de trabalhadores assalariados	—	—
	Número de trabalhadores assalariados que receberam formação	—	—
	Trabalhadores assalariados que receberam formação (%)	—%	—%
Semapa Holding	Número de trabalhadores assalariados	42	12
	Número de trabalhadores assalariados que receberam formação	22	4
	Trabalhadores assalariados que receberam formação (%)	52%	33%
Grupo Semapa	**Número de trabalhadores assalariados**	**3 509**	**68**
	Número de trabalhadores assalariados que receberam formação	**1 704**	**8**
	Trabalhadores assalariados que receberam formação (%)	**49%**	**12%**

Nota Navigator: Para integrar o termo "funções em risco", foram tidos em conta os colaboradores das seguintes áreas: Direção Materials Management; Direção de Abastecimento de Madeiras; Direção de Logística; Direção de Gestão Florestal; Direções Industriais (incluindo Tissue); Direção de Tecnologia Digital; Direção Financeira; Direção de Marketing; Direção de Comunicação e Marca; Direção de Ambiente e Circularidade; Direção de Energia e Transição Energética; Gabinete de Relação com Investidores; Portucel Moçambique; Direção de Public Affairs; Direção de Projetos; Direção Vendas de Papel Europa; Direção Vendas de Papel Internacional; Direção Vendas Pasta; Direção Comercial Tissue; gKraft Commercial Division e E-Commerce.Na categoria "AMSB", foram considerados os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. As formações de Compliance foram disponibilizadas em anos anteriores em formato e-learning. Desta forma, o número de conclusões registado em 2025 não reflete o total de formandos, uma vez que uma parte significativa dos colaboradores já tinha concluído a formação em anos anteriores.

Nota Secil: As funções em risco incluem as áreas de Auditoria Interna, Contabilidade e Planeamento, Financeiro, Procurement, Comércio Internacional e Departamentos Comerciais.

Nota Triangle's: As funções em risco incluem Diretores e colaboradores da área do Supply Chain, Logística e Compras.

Nota Semapa: As funções em risco incluem todos os colaboradores da Semapa (Holding). Nos AMSB estão incluídos os membros do Conselho de Administração e Fiscalização. Exclui a Semapa Next, uma vez que não está abrangida pelo RGPC. Em 2025, foi considerada a formação em matéria de Ética e Conduta, que abrange temas de combate à corrupção. Esta formação foi igualmente disponibilizada no ano anterior em formato e-learning, pelo que o número de conclusões registado em 2025 não reflete o total de formandos, uma vez que uma parte significativa dos colaboradores já tinha concluído a formação no ano de 2024. No início de 2026, foi realizada formação específica em matéria de riscos de corrupção e infrações conexas, a contabilizar no próximo ano de reporte.

AÇÕES E RECURSOS RELATIVOS AOS TEMAS MATERIAIS DE SUSTENTABILIDADE (MDR-A)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No âmbito do tópico da Conduta Empresarial Responsável, foi identificado o impacto material: "Práticas robustas de prevenção à corrupção contribuem para um ambiente de negócios mais justo e transparente". De forma a endereçar esta preocupação da Navigator, têm vindo a ser desenvolvidas e adotadas diversas ações com vista a atingir um elevado padrão de integridade, reforçar a transparência nas relações comerciais e mitigar riscos de corrupção, assegurando a conformidade com as exigências regulatórias e os princípios éticos da Participada. [ESRS 2.68 | ESRS 2.69]

Assim, as ações adotadas e planeadas enquadram-se no **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)** da Navigator, através do qual são identificados os riscos de corrupção e infrações conexas a que a Navigator está exposta, definidos os critérios para a sua avaliação e estabelecidas as medidas preventivas e corretivas destinadas a mitigar a sua probabilidade de ocorrência. Nesse contexto, as iniciativas implementadas representam a concretização dessas medidas, traduzindo-se na criação de mecanismos que reforçam a integridade e transparência da atividade empresarial, asseguram a conformidade com os princípios éticos e regulatórios aplicáveis e contribuem para um ambiente de negócios mais responsável. [ESRS 2.68a]

No âmbito das ações desenvolvidas, os recursos mobilizados incluíram essencialmente recursos internos, nomeadamente a equipa de *Ethics & Compliance*, com o suporte de outras direções. Não foram utilizados instrumentos de financiamento sustentável, como obrigações verdes, obrigações sociais ou empréstimos verdes, e a execução do plano não esteve dependente de condições prévias específicas. [ESRS 2.69a]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Elaboração de procedimentos no âmbito do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Planeada	Todas as localizações, em todas as geografias. Tem como partes interessadas afetadas os colaboradores, fornecedores, clientes, mas também os demais stakeholders	Curto prazo	Alcançar o objetivo de um ambiente de negócios mais justo e transparente.
Verificação da integridade de contrapartes	Realizada e planeada	Localizações a montante e a jusante, em todas as geografias. Tem como partes interessadas afetadas os fornecedores e clientes	Contínuo	Redução do risco através da monitorização de contrapartes.
Relatórios de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Realizada e planeada	Operações próprias, em todas as geografias. Tem como partes interessadas afetadas os colaboradores, fornecedores, clientes, mas também os demais stakeholders	Contínuo (2x por ano: Relatório Anual, em abril, e Relatório Intercalar (facultativo), em outubro)	Quantificar o grau de execução das medidas preventivas e corretivas definidas e previsão da sua plena implementação.
Formação em matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Realizada e planeada	Operações próprias, em todas as geografias. Tem como partes interessadas afetadas os colaboradores	Contínuo	Garantir a familiarização com as políticas internas e reforçar a interiorização dos valores da Navigator por parte dos colaboradores.
Mapeamento regulatório e análise de gaps nas novas geografias de operação	Em curso	Operações em geografias recentemente integradas, na sequência de processos de aquisição. Tem como partes interessadas afetadas as equipas locais, áreas de suporte corporativo e autoridades reguladoras locais	Curto prazo (início em 2025, com conclusão faseada até 2026)	Identificar o quadro normativo aplicável nas novas geografias (com foco em compliance, ética empresarial, proteção de dados, ambiente, segurança e laboral), comparando-o com os instrumentos internos preexistentes. O objetivo é avaliar a necessidade de adaptação ou reforço dos procedimentos internos da Navigator, assegurando a conformidade legal e a coerência do sistema de controlo interno em todas as jurisdições onde opera.
Public Affairs Talks	Realizada e planeada	Operações próprias, a montante e a jusante, em Portugal	Contínuo	Iniciativa dedicada à reflexão sobre temas da agenda regulatória europeia e nacional com impacto direto na atividade da Navigator. Teve a primeira edição em maio de 2025, com o tema - o EU Affordable Energy Action Plan. Foi abordado o potencial impacto na nossa empresa e no setor em geral.

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Navigating Compliance: Let's talk about...	Realizada e planeada	Operações próprias, em Portugal	Contínuo	No âmbito desta iniciativa, foram desenvolvidos e distribuídos, mensalmente, materiais de sensibilização em formato one-pager – os "Let's Talk About..." – com o intuito de abordar, de forma simples e prática, aspetos essenciais das políticas e princípios de compliance da Navigator, incentivando a reflexão e a aplicação destes princípios no contexto profissional.
Future Leaders Board	Realizada e planeada	Operações próprias, em Portugal	Contínuo	Este projeto agregador, que reúne colaboradores de várias áreas e direções, promove a inovação, a colaboração e a construção de visões renovadas para temas emergentes. O desafio do Board 6.0 consistiu em desenvolver propostas inovadoras que respondessem a um tema emergente e estratégico para a Participada, promovendo novas perspetivas e soluções com impacto transversal - "Como potenciar a utilização de IA nas operações da Navigator a nível Florestal, Industrial e Comercial?"
Formação em Proteção de Dados Pessoais	Realizada	Operações próprias	Contínuo	Capacitar os colaboradores dos conhecimentos teóricos e práticos em matéria de proteção de dados pessoais.
Suppliers' Day	Realizada e planeada	Operações a montante, em Portugal	Desde 2015, contínuo	Em 2025, sob o mote "Together For A Neutral Carbon Future", o encontro reuniu mais de 150 parceiros estratégicos das áreas de madeira e biomassa, químicos, energia, logística e serviços especializados, com o objetivo de alinhar prioridades, partilhar expectativas e consolidar o papel da cadeia de fornecimento como eixo central da transição energética, climática e industrial.
Questionário de práticas ESG a fornecedores de químicos e embalagens materialmente relevantes	Realizada e planeada	Operações a montante	Desde 2015, contínuo	25 % de taxa de resposta.
Digital Bed	Realizada e planeada	Operações próprias, cadeia de valor a montante e jusante, em Portugal	Curto prazo (junho 2026)	A Navigator Digital Bed (NDB) é uma test bed da Navigator concebida para acelerar o desenvolvimento, teste e validação de soluções digitais aplicadas às indústrias da floresta, pasta, energia e papel. Funciona como um single entry point que disponibiliza infraestruturas físicas, técnicas e tecnológicas, bem como suporte funcional e de gestão de projeto, permitindo que PME e startups criem, testem e escalem produtos com Technology Readiness Level (TRL) entre 5 e 9. Através de áreas temáticas como Internet of Things (IoT), robótica, Inteligência Artificial/Machine Learning (IA/ML), ciência de dados, realidade aumentada, computação de desempenho e sensorizações industriais, a NDB promove um ecossistema colaborativo que combina capacidades industriais reais com plataformas digitais avançadas, potenciando a inovação, o impacto económico e a modernização tecnológica do setor.

SEGMENTO CIMENTO

Por forma a melhor conhecer e gerir os impactos e risco associados à cultura empresarial, assim como influenciar os colaboradores para a adoção de práticas promotoras de uma conduta empresarial responsável e cumprir a legislação aplicável, foi definido um conjunto de ações que possam dar resposta às necessidades da Secil.

Ao longo de 2025, a Participada consolidou de forma significativa o seu sistema de gestão de sustentabilidade, reforçando a cultura de ética, integridade e responsabilidade em todas as geografias. A formação transversal nas políticas estruturantes aprovadas em 2024 contribuiu para fortalecer o alinhamento com os valores corporativos, aumentar o sentido de pertença e reduzir desvios ao cumprimento das normas internas. Destaca-se, neste contexto, a implementação da formação *This Is Us* – Código de Conduta e Políticas da Empresa, dedicada à partilha dos conteúdos essenciais do Código de Conduta e das políticas de Direitos Humanos, Fiscalidade, Prevenção da Corrupção, Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, Livre Concorrência, Envolvimento de *Stakeholders* e Anti-Fraude.

Para apoiar a operacionalização do processo de gestão de sustentabilidade, incluindo definição de metas, acompanhamento, exercícios de dupla materialidade e *reporting*, foram desenvolvidas múltiplas atividades em todas as operações, acompanhadas trimestralmente pelo comité de sustentabilidade. Paralelamente, o plano de envolvimento com *stakeholders*, também monitorizado de forma trimestral, tem permitido reforçar o diálogo e responder a temas prioritários como o diálogo social.

A comunicação regular dos temas de sustentabilidade, tanto interna como externamente, bem como a publicação do relatório anual, tem promovido uma maior transparência sobre a *performance* ambiental, social, económica e de *governance* da Secil. Em 2025 foi ainda revista a avaliação de impactos, riscos e oportunidades, resultando na identificação de um novo tópico material, “corrupção e suborno”, agora refletido no relatório.

O ano ficou igualmente marcado pelo reforço da maturidade do modelo de governação, através do lançamento do *Governance Handbook*, um referencial que sistematiza responsabilidades, processos e mecanismos de decisão, promovendo maior clareza, consistência e colaboração entre geografias e unidades de negócio. Adicionalmente, foram desenvolvidas ações específicas na área da cibersegurança, incluindo novas políticas, formações em *phishing* e exercícios de simulação, mitigando riscos associados ao uso crescente de tecnologias digitais nos processos industriais.

O ponto de situação destas ações, que se localizam nas operações próprias é fornecido abaixo: [ESRS 2.68b]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Comité de sustentabilidade	Planeada e Realizada	Todas as geografias	Contínuo	4 reuniões de comité de sustentabilidade em 2025.
This is Us - Formação nas políticas seguintes: Direitos Humanos; Código de Conduta; Prevenção da Corrupção; Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo; Defesa da Livre Concorrência; Envolvimento com Stakeholders; Antifraude	Planeada e Realizada	Todas as geografias	Curto prazo	Colaboradores da Secil formados nas políticas.
Comunicações de sustentabilidade internas e externas	Planeada e Realizada	Todas as geografias	Contínuo	Os stakeholders externos e internos terem maior conhecimento sobre a estratégia de sustentabilidade da Secil e sua concretização.
Acompanhamento da Implementação do Plano de Envolvimento com os Stakeholders	Planeada e Realizada	Todas as geografias	Contínuo	Acompanhamento do envolvimento da empresa com as suas partes interessadas, assegurando um diálogo estruturado, contínuo e alinhado com os objetivos de sustentabilidade e de negócio.

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESRS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Preparação da estratégia de Sustentabilidade para o novo ciclo estratégico	Planeada e Realizada	Todas as geografias	Médio prazo	Revisão dos resultados obtidos durante o ciclo estratégico Ambition e reflexão para o novo ciclo estratégico 2026-2030.
Lançamento do Secil Governance Handbook	Realizada	Todas as geografias	Curto prazo	Consolidação de um modelo claro e coerente de Governance da Secil.
Formação da política Prevenção da Corrupção (parte da formação This is us)	Realizada	Todas as geografias	Curto prazo	Garantida a familiarização dos colaboradores com as políticas.
Implementação do Programa de Cumprimento Normativo de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Realizada	Portugal	Médio prazo	Prevenção da corrupção e observância da lei.
Simulação de phishing	Realizada	Portugal	Curto prazo	5 377 e-mails de simulação de phishing enviados; aproximadamente 25% de nível de comprometimento (número de cliques nos e-mails).
Formação de phishing aos utilizadores	Realizada	Portugal	Curto prazo	Aproximadamente 520 pessoas assistiram à formação que incluía um questionário de phishing no final.
Formação de simulação de crise cibernética (ransomware)	Realizada	Portugal	Curto prazo	Aproximadamente 10 colaboradores assistiram à formação.
Tratamento de incidentes alinhado com a política de gestão de incidentes de segurança	Realizada	Portugal	Curto prazo	Foi implementada uma ferramenta para o tratamento de incidentes de cibersegurança, em linha com a política e já se encontra em produção. Foram tratados 17 incidentes em 2025 (o tratamento de incidentes alinhado com a política iniciou em dezembro de 2025).

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA & TRIANGLE'S

Em 2025, a ETSA e a Triangle's não executaram ou planearam ações relativamente aos seus IRO materiais. A Triangle's tem planeado trabalhar na criação dessas ações em 2026.

SEGMENTO *HOLDINGS*

A **Formação em matéria de Ética e Conduta**, realizada em 2025, teve como objetivo aprofundar os compromissos da Semapa, conforme definidos no Código de Ética e de Conduta, na Política de Direitos Humanos, na Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, e no funcionamento do Canal de Comunicação de Irregularidades, dada a sua relevância no âmbito dos compromissos assumidos nesses documentos. [ESRS 2.68a] Por sua vez, a formação ocorrida no início de 2026, no âmbito da implementação do RGPC, teve como objetivo reforçar a cultura de ética e integridade da Semapa através do conhecimento das normas do Código de Ética e de Conduta e demais políticas e procedimentos internamente implementados para prevenção da corrupção e infrações conexas. [SRS 2.62] As formações ministradas são igualmente disponibilizadas aos órgãos sociais e colaboradores da Semapa no âmbito dos respetivos processos de *onboarding*. A execução desta ação não envolveu despesas operacionais significativas. [ESRS 2.69a | ESRS 2.69b]

Principais ações [ESRS 2.68a]	Status [ESAS 2.68a]	Âmbito da ação [ESRS 2.68b]	Horizonte temporal [ESRS 2.68c]	Resultados [ESRS 2.68a | ESRS 2.68e]
Formação em matéria de Ética e Conduta	Realizada e contínua	Operações próprias, tendo como partes interessadas afetadas o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Comissão de Remunerações, o Administrador-Delegado e demais membros das Comissões internas da sociedade, bem como os colaboradores.	Curto prazo	Formação a ser realizada por todos os colaboradores atuais e futuros.
Formação em matéria de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Realizada (já no início de 2026) e contínua	Operações próprias, e tendo como partes interessadas afetadas o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Comissão de Remunerações, o Administrador-Delegado e demais membros das Comissões internas da sociedade, bem como os colaboradores.	Curto prazo (2026)	Formação a ser realizada por todos os colaboradores atuais e futuros.

METAS E MÉTRICAS

ACOMPANHAMENTO DA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS E AÇÕES ATRAVÉS DE METAS (MDR-T)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No seu Roteiro 2030, a Navigator definiu várias metas definidas que visam a cadeia de fornecedores. As metas estabelecidas pela Navigator estão alinhadas com diversos ODS, reforçando o compromisso da Participada com práticas responsáveis.

O ODS 17 (meta 17.16) é transversal às metas de promoção da avaliação financeira e de desempenho ESG de fornecedores, assim como de promoção de parcerias para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis, uma vez que todas promovem colaborações estratégicas e parcerias multissetoriais para a sustentabilidade. A avaliação financeira e ESG dos fornecedores contribui igualmente para o ODS 8 (metas 8.4 e 8.7), ao incentivar a eficiência no uso de recursos e a erradicação de práticas laborais inadequadas. Estas iniciativas também fortalecem o ODS 12 (metas 12.2 e 12.6), promovendo a adoção de práticas empresariais responsáveis e uma gestão eficiente dos recursos naturais. Adicionalmente, ao integrar critérios ESG na relação com os fornecedores, A Navigator atua em linha com o ODS 13 (metas 13.1 e 13.3), reforçando a resiliência e a capacidade de mitigação dos impactos climáticos. O ODS 16 (metas 16.5, 16.6, 16.7 e 16.b) promove práticas sustentáveis na cadeia de fornecedores, garante que as políticas de investimento e financiamento integram critérios ESG assim como na gestão de risco da Navigator. O ODS 15 (meta 15.2) é igualmente abordado, garantindo uma gestão responsável das florestas e dos recursos naturais. Por fim, a avaliação ESG dos fornecedores inclui aspetos relacionados com a eficiência na utilização da água, contribuindo para o ODS 6 (meta 6.4) ao incentivar um consumo mais sustentável deste recurso. [ESRS 2.80f]

Objetivo e meta [ESRS 2.80]	Baseline (valor de e ano base) [ESRS 2.80d]	Métrica associada [ESRS 2.75 ESRS 2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS 2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS 2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS 2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS 2.80e]
Promover a avaliação financeira de fornecedores materialmente relevantes, numa base anual, para garantir a sustentabilidade de abastecimento à Navigator	Valor de referência: - Ano base: 2023	% de fornecedores com avaliação financeira.	Objetivo definido em 2023	100% dos fornecedores materialmente relevantes avaliados.	100% dos fornecedores materialmente relevantes avaliados.	Valor a alcançar: 100% dos fornecedores materialmente relevantes. Ano: 2030

Objetivo e meta [ESRS 2.80]	Baseline (valor de e ano base) [ESRS 2.80d]	Métrica associada [ESRS 2.75 ESRS 2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS 2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS 2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS 2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS 2.80e]
Avaliação de desempenho ESG (descarbonização, gestão de água e respeito pelos direitos humanos) para fornecedores materialmente relevantes	Valor de referência: Fornecedores de químicos e embalagens: 0% Fornecedores de logística e transporte: 25% dos Fornecedores materialmente relevantes Ano base: 2023	% de fornecedores com avaliação ESG	Objetivo definido em 2023	100% dos fornecedores materialmente relevantes de químicos e embalagem avaliados; 100% dos fornecedores materialmente relevantes de logística e transporte avaliados.	100% dos fornecedores materialmente relevantes de químicos e embalagem avaliados; 100% dos fornecedores materialmente relevantes de logística e transporte avaliados.	Valor a alcançar: 100% para fornecedores de químicos e embalagem; 80% para fornecedores de logística e transporte. Ano: 2025
Contratos materialmente relevantes cobertos pelo Código de Conduta para fornecedores da Navigator	Fornecedores de logística e transporte: 0% Fornecedores de madeira: 0% Fornecedores de químicos e embalagens: 100% Ano base: 2023	% de contratos	-	100%	100% de novos contratos.	Valor a alcançar: 100% Ano: 2026
Definir um programa para apoiar o desenvolvimento de planos de descarbonização, gestão da água e respeito pelos Direitos Humanos dos fornecedores	Valor de referência: - Ano base: 2023	-	Objetivo definido em 2023	Fornecedores de logística e transporte: para 2024, não foi possível desenvolver um plano. Será uma meta para 2026. Fornecedores de madeira: Em 2024, foi elaborado um plano de descarbonização até 2033, no âmbito do scope 3 da União Europeia.	Fornecedores de logística e transporte: Será uma meta para 2027. Fornecedores de madeira: Implementação do plano de descarbonização.	Valor a alcançar: - Ano: 2026

Objetivo e meta [ESRS 2.80]	Baseline (valor de e ano base) [ESRS 2.80d]	Métrica associada [ESRS 2.75 ESRS 2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS 2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS 2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS 2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS 2.80e]
Promover parcerias para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis (próprios e dos fornecedores)	Valor de referência: - Ano base: 2023	-	Objetivo definido em 2023	Fornecedores de logística e transporte: Consolidação do serviço marítimo para o centro/ norte de França com Wec Lines, desenvolvendo as entregas por via marítima, em detrimento da rodoviária, resultando numa redução de emissões de cerca de 786 t CO2 em 2024; Fornecedores de madeira: Elaborado um plano de descarbonização da área, que contempla concretização de parcerias.	Fornecedores de logística e transporte: Consolidação do serviço marítimo para o centro/ norte de França com Wec Lines, desenvolvendo as entregas por via marítima, em detrimento da rodoviária, resultando numa redução de emissões de cerca de 600 t CO2 em 2025; Fornecedores de madeira: Implementação do plano de descarbonização.	Valor a alcançar: - Ano: 2026
Realizar, anualmente, trinta e quarenta interações com representações de grupos de stakeholders relevantes, a nível nacional e/ou europeu, até 2030 (objetivo reformulado em 2025)	Valor de referência: - Ano base: 2022	N.º de interações	Mais de 10 interações com deputados nacionais e eurodeputados	54 interações (nacionais e internacionais)	108 interações (nacionais e internacionais)	Entre 30 e 40 interações anualmente

Fornecedores materialmente relevantes de químicos e embalagens – representativos de cerca de 80% do volume total de compras (*spend*).
Fornecedores materialmente relevantes de logística e transportes – representativos de cerca de 80% do volume (em número).
Fornecedores materialmente relevantes de madeira – representativos de cerca de 80% do volume de madeira abastecida (m^3).
A avaliação, decorrente do *rating* ESG da Moody's é realizada anualmente. No entanto, a integração no modelo de avaliação de fornecedores e posterior comunicação aos parceiros é concluída até ao final do 1.º trimestre de cada ano.

A meta de promover a avaliação financeira de fornecedores materialmente relevantes numa base anual, garantindo a sustentabilidade do abastecimento, embora não esteja relacionada com nenhuma política existente da Navigator, visa assegurar uma análise regular da saúde financeira dos principais fornecedores. Para a sua definição, os fornecedores de madeira e logística *outbound* foram classificados com base no volume de madeira entregue e no número de transportes realizados, respetivamente, sendo a avaliação financeira conduzida através da ferramenta da Moody's. Esta análise abrangeu indicadores como volume de negócios, resultado líquido, EBITDA e *share of wallet* Navigator, incidindo sobre os principais fornecedores responsáveis por aproximadamente 80% do volume entregue. Os dados utilizados referem-se ao ano disponível na plataforma, correspondendo a n-1, onde n representa o ano de reporte. Não houve envolvimento de partes interessadas no seu processo de definição. [ESRS 2.80a | ESRS 2.80f | ESRS 2.80h]

A meta de avaliar o desempenho ESG dos fornecedores materialmente relevantes até 2025, através da ferramenta da Moody's, garantindo a avaliação de 100% dos fornecedores de químicos e embalagem e de 80% dos fornecedores de logística e transporte está alinhada com o Plano de Descarbonização, a Política de Direitos Humanos e a Política Ambiental da Participada, reforçando o compromisso da Navigator com práticas sustentáveis na sua cadeia de abastecimento. [ESRS 2.80a]

A meta de garantir que, até 2026, 100% dos novos contratos materialmente relevantes estejam cobertos pelo Código de Conduta para Fornecedores está diretamente alinhada com o próprio Código de Conduta para Fornecedores da Navigator. Assim, foi adotado como procedimento a inclusão do Código de Conduta para Fornecedores em todos os novos contratos estabelecidos, garantindo a adesão dos Fornecedores aos princípios definidos pela Navigator. [ESRS 2.80a | ESRS 2.80f]

A meta de definir, até 2026, um programa para apoiar os fornecedores no desenvolvimento de planos de descarbonização, gestão da água e respeito pelos Direitos Humanos está alinhada com o Plano de Descarbonização, a Política de Direitos Humanos e a Política Ambiental da Empresa, reforçando o compromisso da Navigator com práticas sustentáveis e responsáveis na sua cadeia de abastecimento. Para a definição desta meta, foi realizado um estudo sobre o Estado da Arte em 2023/2024, tendo como ano de referência 2020, no qual foram identificadas áreas de melhoria e definidos planos de ação alinhados com o processo de descarbonização. [ESRS 2.80a | ESRS 2.80f]

A meta de promover parcerias para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis, tanto próprios como dos fornecedores, até 2026, está também alinhada com o Plano de Descarbonização da Navigator, reforçando o compromisso com a redução das emissões no setor logístico. Para a definição desta meta, foi realizado um estudo sobre o Estado da Arte em 2023/2024, com o ano de referência 2020, no qual foram identificadas áreas de melhoria e estabelecidos planos de ação para o processo de descarbonização. Entre as soluções analisadas, destacam-se a possibilidade de parcerias para a adoção de biocombustíveis e a renovação de frotas e equipamentos. Além disso, foi dada continuidade aos projetos em colaboração com parceiros já existentes, nomeadamente para a criação de soluções de transporte mais sustentáveis, incluindo o recurso ao transporte marítimo de curta distância, com especial destaque para o serviço de França, que permitiu a conversão de cargas, anteriormente transportadas por via rodoviária, para o transporte marítimo. No entanto, não foram definidas metas intermédias associadas a este objetivo. [ESRS 2.80a | ESRS 2.80f]

A meta de interações com representações de grupos de *stakeholders* relevantes foi ajustada de forma a refletir a evolução natural dos objetivos da Navigator, assegurando a coerência com a realidade atual da Participada e com o contexto estratégico em que esta opera. [ESRS 2.80a | ESRS 2.80f]

MÉTRICAS ESPECÍFICAS DA ENTIDADE

Para além das métricas a reportar no âmbito das ESRS, a Navigator acompanha um conjunto adicional de métricas que suportam a análise da evolução do seu desempenho. A Participada mantém um compromisso ativo com o desenvolvimento das comunidades onde opera, priorizando a contratação de fornecedores locais sempre que possível. Esta abordagem não só fortalece a economia nacional, como também contribui para a criação de valor partilhado e para a construção de cadeias de fornecimento mais sustentáveis e resilientes. [ESRS 2.77a | ESRS 2.77c]

A métrica de “Despesas com Fornecedores Locais” permite avaliar o peso das compras realizadas a fornecedores sediados em Portugal no total das aquisições da Navigator. Esta análise inclui a proporção do orçamento de compras alocado a unidades operacionais relevantes e o número total de fornecedores contabilizados em 31 de dezembro de 2025 [ESRS 2.77a | ESRS 2.77c].

A metodologia utilizada segue o referencial GRI 204-1, considerando os gastos totais com fornecedores, expressos em milhares de euros, incluindo o valor do IVA. Estes valores estão alinhados com a demonstração dos resultados consolidados do Relatório Anual da Navigator, garantindo a coerência da informação reportada. [ESRS 2.77a | ESRS 2.77c]

Dada a importância estratégica desta métrica, a Navigator continuará a monitorizar e otimizar as suas políticas de contratação, reforçando o seu impacto positivo na economia local e na sustentabilidade do seu modelo de negócio. [ESRS 2.77a | ESRS 2.77c]

[ESRS 2.77c - Métricas específicas da entidade] Despesas com fornecedores locais	2025	2024
N.º total de fornecedores	**7 829**	**7 718**
Fornecedores locais (%)	71%	70%
Fornecedores estrangeiros (%)	29%	30%
Total de custos com fornecedores (mil euros)	**1 883 527**	**1 937 431**
Gastos com fornecedores locais (%)	69%	75%
Gastos com fornecedores estrangeiros (%)	31%	25%

SEGMENTO CIMENTO

Como forma de acompanhar o desempenho do Grupo Secil relativamente aos IRO materiais, foram definidas e acompanhadas métricas e metas, que contaram com o envolvimento das partes interessadas na sua definição. Foram realizadas reuniões/ *workshops* de preparação entre os vários *stakeholders* envolvidos e as metas foram aprovadas pela *General Management Team* (GMT), integrada pela comissão executiva, CEO das geografias e área de Recursos Humanos. O seguimento dos resultados e desvios às metas estabelecidas é feito através do comité de sustentabilidade. [ESRS 2.77c; 2.80h] Ao nível das metas estabelecidas, não foram feitas alterações a valores, ano, metodologia de cálculo, forma de recolha ou pressupostos, no período de relato. [ESRS 80i]

No caso da cultura empresarial, utilizam-se métricas que permitem fazer o acompanhamento do IRO identificado. Uma métrica está relacionada com a satisfação dos colaboradores, através do eNPS (*employee Net Promoter Score*), que visa acompanhar o impacto do desenvolvimento de uma cultura empresarial responsável que potencie o sentimento de pertença dos colaboradores, aumentando a sua motivação e a capacidade de retenção da Participada.

Objetivo e meta [ESRS 2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS 2.80d]	Métrica associada [ESRS 2.75 ESRS 2.80b]	Desempenho 2023 [ESRS 2.80j]	Desempenho 2024 [ESRS 2.80j]	Desempenho 2025 [ESRS 2.80j]	Resultados a alcançar [ESRS 2.80e]
Melhorar a satisfação dos colaboradores	Valor de referência: 35 Ano base: 2021	eNPS (Employee Net Promoter Score)	-	34 pontos	40 pontos	Entre 36 e 40 até 2025.
Ataques cibernéticos bloqueados	N/A	Número de ataques cibernéticos bloqueados.	-	63 489 Nota: Ataques bloqueados nos 3 últimos meses do ano 2024.	735 677	N/A
Comunicação da estrutura de Governance a todos os colaboradores	N/A	N/A	-	Meta cumprida.	Meta cumprida.	Informação disponível no relatório anual e no website da Secil até 2025.
Estratégia organizacional: Ter a estratégia de sustentabilidade definida e processo de avaliação de IRO implementado	N/A	N/A	-	Estratégia de sustentabilidade definida e um processo para avaliar IRO definido.	Estratégia de sustentabilidade definida e um processo para avaliar IRO definido.	Integração dos riscos resultantes do processo de avaliação dos IRO com o processo de gestão de risco implementado até 2026.
Ética e Compliance: Definição, implementação e comunicação de um conjunto de políticas que contribuem para a cultura empresarial	N/A	N/A	-	Meta cumprida.	Meta cumprida.	Ter um conjunto de políticas implementadas que contribuem para a cultura empresarial até 2025.
Ter um plano de envolvimento de stakeholders definido	N/A	N/A	-	Plano definido para Portugal, Brasil e nível corporate. A aguardar pelo resultado de Tunísia e Líbano.	Meta cumprida.	Ter um plano de envolvimento de stakeholders definido até 2025.

A satisfação dos colaboradores, medida através do eNPS, reflete o envolvimento e satisfação dos trabalhadores, promovendo ambientes de trabalho inclusivos. [ESRS 2.80f] É calculado com base na resposta à questão: "Qual a probabilidade de recomendar a empresa a familiares e amigos como um bom local para trabalhar?", variando entre -100 e 100. As respostas são recolhidas e tratadas através de uma plataforma e um organismo externo e podem variar entre 0 (nada provável) e 10 (extremamente provável). São inquiridos todos os colaboradores da Secil nas diferentes geografias [ESRS 2.77a; ESRS 2.80f] e a análise do desempenho é feita e acompanhada em cada uma delas, implicando o desenvolvimento de planos de ação direcionados às oportunidades de melhoria identificadas, que são acompanhados localmente.

Os valores do eNPS para 2024 e 2025 foram resultado de uma Pulse, uma pesquisa com menos questões e com uma amostra da população que serve como pulso da satisfação dos colaboradores nos anos em que não são realizadas pesquisas de clima. O valor da Pulse do eNPS da Secil em 2025 chegou aos 40 pontos, uma evolução positiva quando comparado com o valor da Pulse do eNPS de 2024. O valor do eNPS global, pesquisa do clima que envolveu toda a população, obtido em março de 2025, chegou aos 28 pontos. Comparativamente com a última pesquisa de Clima Organizacional que envolveu toda a população, realizada em 2023, existiu uma evolução positiva relativamente ao eNPS da empresa, passando de 24 (2023) para 28 (2025), resultado considerado bom de acordo com o *benchmark*.

As duas primeiras métricas – eNPS e ataques cibernéticos bloqueados – são expressas de forma absoluta, sendo que a sua determinação envolveu a participação de *stakeholders* internos. Já nos restantes casos, são usados indicadores qualitativos, para acompanhar as metas nestes temas. [ESRS 2.80b]

No caso do valor de ataques cibernéticos bloqueados, a contabilização é feita e retirada do sistema de *Microsoft Defender* utilizado na Secil, e refere-se ao bloqueio de tentativas de *Phishing*, *Malware* e acesso a sites maliciosos. No entanto, esta métrica começou a ser contabilizada apenas nos últimos três meses de 2024 e abrange apenas Portugal. [ESRS 2.77a]

As metas definidas consideram o contexto mais vasto do desenvolvimento sustentável em que se verificam os impactos da Secil. A comunicação da estrutura de *governance* corporativa, tem um impacto na cultura empresarial ao fomentar a integridade e boas práticas de governança. [ESRS 2.80f] A meta de estratégia organizacional tem um impacto significativo na cultura empresarial da Secil, pois reforça a integração da sustentabilidade como um pilar estratégico da empresa. A meta definida no âmbito de ética e *compliance* está relacionada com algumas das políticas da Secil, nomeadamente, a Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, a Política de Defesa da Livre Concorrência, a Política de Envolvimento com *Stakeholders*, a Política Anticorrupção, a Política de Direitos Humanos, assim como com a Política Fiscal. [ESRS 2.80a]

O plano de envolvimento de *stakeholders*, acompanhado trimestralmente, revela a prioridade dada ao seu envolvimento, de forma estruturada. Esse plano é uma ferramenta essencial para identificar e abordar os impactos da empresa nas comunidades locais e não só, promovendo diálogo e colaboração que respeitem os valores, necessidades e expectativas das partes interessadas. [S1.46; ESRS 2.80f; S1.47] Do ponto de vista deste envolvimento, nomeadamente dos colaboradores, é mantida uma relação próxima com os representantes dos trabalhadores, estabelecendo acordos que refletem o compromisso com o respeito pelos Direitos Humanos da sua força de trabalho. Embora não existam indicações de acordos-quadro de âmbito mundial, a empresa tem celebrado acordos específicos que promovem o bem-estar dos seus colaboradores e refletem a integração das perspetivas dos trabalhadores nas decisões. [S1.27d]

Para as métricas e metas definidas neste contexto não foram definidas metas intermédias [ESRS 2.80e], bem como nenhuma das métricas acima divulgadas é validada por um organismo externo que não o prestador da garantia. [ESRS 2.77b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Não foram definidos objetivos e metas no âmbito dos IRO materiais. A Participada não adotou um prazo para as mesmas.

Adicionalmente, a ETSA não acompanha a eficácia das suas políticas e ações em relação aos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a sustentabilidade.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

As metas definidas no âmbito da governança da Triangle's refletem o seu compromisso com uma gestão responsável, ética e alinhada com os impactos materiais identificados. Embora a Participada ainda não tenha definido um plano de ação, estabeleceu, no entanto, indicadores e metas que permitem monitorizar o desempenho em áreas críticas da governação, integridade e responsabilidade corporativa. Estes instrumentos de avaliação contínua asseguram que os princípios de transparência, ética empresarial e prevenção de práticas ilícitas são devidamente acompanhados ao longo do tempo, fortalecendo a capacidade da organização em antecipar riscos e promover uma conduta empresarial responsável.

No âmbito dos temas materiais definidos, as metas apresentam um alinhamento particularmente relevante com a implementação de práticas robustas de prevenção à corrupção que irão contribuir para um ambiente de negócios mais justo e transparente. Neste contexto, destaca-se a meta estabelecida para o cumprimento das obrigações fiscais, que reforça o compromisso com a integridade, cumprimento legal e regulatório e a transparência fiscal e tem como objetivo avaliar o nível de cumprimento atempado das obrigações fiscais, refletindo a integridade, responsabilidade corporativa e a solidez dos processos de governação fiscal da Triangle's.

Por outro lado, foi definida uma meta de monitorização de ações *high impact* do plano de sustentabilidade. Esta relaciona-se com a integração da sustentabilidade na tomada de decisão, manifestando responsabilidade estratégia e ética corporativa. Avalia o grau de concretização dessas ações, que são consideradas prioritárias e com elevado impacto estratégico, refletindo o compromisso da Triangle's com práticas responsáveis e integradas na governação.

As metas estabelecidas contribuem para o fortalecimento dos sistemas de controlo interno e para a consolidação de uma cultura organizacional assente na integridade.

Abaixo estão identificadas em maior detalhe as metas definidas pela Triangle's:

Objetivo e meta [ESRS 2.80]	Baseline (valor de referência e ano base) [ESRS 2.80d]	Métrica associada [ESRS 2.75 ESRS 2.80b]	Desempenho 2025 [ESRS2.80J]	Resultados [ESRS2.80e]
Cumprimento de obrigações fiscais	N/A	Taxa de Conformidade Fiscal: Percentagem de impostos pagos dentro do prazo de vencimento	100%	100%
Percentagem de ações high impact de sustentabilidade	N/A	Ações high impact sustentabilidade realizadas / total de ações high impact x 100	91%	>80%

SEGMENTO *HOLDINGS*

Não foram definidos objetivos e metas no âmbito dos IRO materiais.

INCIDENTES CONFIRMADOS DE CORRUPÇÃO OU SUBORNO (G1-4)

SEGMENTO PASTA E PAPEL

Durante 2025, não foram confirmados quaisquer casos de violação dos procedimentos e normas de combate à corrupção e ao suborno, nem coimas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno. [G1.24a]

Na sequência dos eventos ocorridos em 2020 e 2021, sustentados na investigação criminal de 2020 relativa à alegada corrupção na atividade de receção de madeira de um dos centros fabris da Navigator, que levou ao despedimento com justa causa dos trabalhadores envolvidos naquela atividade, continuam em curso processos judiciais nas jurisdições laboral e penal. Com efeito, durante 2025, a Navigator continuou a acompanhar, nos competentes juízos do trabalho, as ações de impugnação judicial da regularidade e licitude dos despedimentos de 28 trabalhadores, sendo que, até à presente data, não existiram desenvolvimentos adicionais dos ditos processos. Por outro lado, no foro penal, a Navigator, enquanto assistente, continua a acompanhar o referido processo, que prosseguiu para a fase de julgamento e já foi iniciada a respetiva produção de prova a qual se manteve durante todo o ano de 2025 [G1.24b].

SEGMENTO CIMENTO

Em 2025, não foram confirmados quaisquer casos de violação dos procedimentos e normas de combate à corrupção e ao suborno, nem coimas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno. [G1.24a]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Em 2025, não foram confirmados quaisquer casos de violação dos procedimentos e normas de combate à corrupção e ao suborno, nem coimas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno. [G1.24a]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – TRIANGLE'S

A Triangle's não registou nem teve conhecimento de quaisquer violações aos procedimentos e normas estabelecidas para o combate à corrupção e ao suborno. Consequentemente, não foi necessária a implementação de ações específicas para resolver tais violações. A empresa mantém o compromisso de monitorizar continuamente as suas práticas e de garantir que todos os colaboradores e *stakeholders* cumpram com as normas internas e regulatórias. [G1.14b]

Adicionalmente, a Triangle's recomenda aos seus colaboradores que reportem quaisquer violações ou suspeitas de violação da Política Anticorrupção ao Departamento de Pessoas e Sustentabilidade, seja por escrito ou através do canal de denúncia detalhado na Política de Ética e Proteção do Denunciante, garantindo a confidencialidade e a proteção da identidade do denunciante, bem como a proibição de retaliação. A Participa realiza anualmente formações para assegurar que os colaboradores estão informados e atualizados sobre as regras da política e os normativos legais aplicáveis. A política e as suas eventuais alterações são divulgadas a todos os colaboradores e permanecem acessíveis no *website* da Participada e nos dispositivos internos. Violações da política por parte dos colaboradores podem resultar em ações disciplinares, incluindo consequências legais e incumprimento das obrigações contratuais, podendo a Triangle's reportar tais condutas às autoridades competentes. [G1.24b]

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – IMEDEXA

No período de relato, não foram detetados casos de corrupção ou suborno na Imedexa. Para 2026, estão previstos mecanismos para divulgar a Política Anticorrupção e sensibilizar todos os colaboradores para a importância de identificar e reportar potenciais situações. [G1.24b]

SEGMENTO *HOLDINGS*

A Semapa não registou nem teve conhecimento de quaisquer violações aos procedimentos e normas estabelecidas para o combate à corrupção e ao suborno. Consequentemente, não foi necessária a implementação de ações específicas para resolver tais violações. A *Holding* mantém o compromisso de monitorizar continuamente as suas práticas e de garantir que todos os colaboradores e *stakeholders* cumpram com as normas internas e regulatórias. [G1.14b]

4.1.5 Anexos

4.1.5.1 LISTA DOS REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO INCLUÍDOS NA DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE – IRO 2

REQUISITO DE DIVULGAÇÃO	Localização
ESRS 2 – DIVULGAÇÃO GERAL	
BP-1 – Base geral para preparação das declarações de sustentabilidade	Cap. 4.1.1.1 (BP-1)
BP-2 – Divulgações relativas a circunstâncias específicas	Cap. 4.1.1.1 (BP-2)
GOV-1 – Papel dos órgãos de administração, direção e supervisão	Cap. 4.1.1.2 (GOV-1)
GOV-2 – Informação prestada em temas de sustentabilidade tratados pelos órgãos administrativos da empresa	Cap. 4.1.1.2 (GOV-2)
GOV-3 – Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	Cap. 4.1.1.2 (GOV-3)
GOV-4 – Declaração sobre o dever de diligência	Cap. 4.1.1.2 (GOV-4) Cap. 4.1.5.4
GOV-5 – Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	Cap. 4.1.1.2 (GOV-5)
SBM-1 – Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Cap. 4.1.1.3 (SBM-1)
SBM-2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Cap. 4.1.1.3 (SBM-2)
SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Cap. 4.1.1.3 (SBM-3)
IRO-1 – Processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
IRO-2 – Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pela declaração de sustentabilidade	Cap. 4.1.1.4 (IRO-2)
E1 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	
ESRS 2 GOV-3 – Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	Cap. 4.1.2.2 (GOV-3)
E1-1 – Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas	Cap. 4.1.2.2 (E1-1)
ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Cap. 4.1.2.2 (SBM-3)
ESRS 2 IRO-1 – Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima	Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
E1-2 – Políticas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Cap. 4.1.2.2 (E1-2)
E1-3 – Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	Cap. 4.1.2.2 (E1-3)
E1-4 – Metas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas	Cap. 4.1.2.2 (E1-4)
E1-5 – Consumo de energia e mix energético	Cap. 4.1.2.2 (E1-5)
E1-6 – Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	Cap. 4.1.2.2 (E1-6)
E1-9 – Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	Cap. 4.1.2.2 (E1-9)
E3 – RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS	
ESRS 2 IRO-1 – Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
E3-1 – Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	Cap. 4.1.2.3 (E3-1)
E3-2 – Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Cap. 4.1.2.3 (E3-2)
E3-3 – Metas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	Cap. 4.1.2.3 (E3-3)
E3-4 – Consumo de água	Cap. 4.1.2.3 (E3-4)
E3-5 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Cap. 4.1.2.3 (E3-5)
E4 – BIODIVERSIDADE E ECOSSISTEMAS	
E4-1 – Plano de transição e integração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo de negócios	Cap. 4.1.2.4 (E4-1)
ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Cap. 4.1.2.4 (SBM-3)
ESRS 2 IRO-1 – Descrição dos processos para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
E4-2 – Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	Cap. 4.1.2.4 (E4-2)
E4-3 – Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	Cap. 4.1.2.4 (E4-3)
E4-4 – Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	Cap. 4.1.2.4 (E4-4)
E4-5 – Métricas de impacto relacionadas com a alteração da biodiversidade e dos ecossistemas	Cap. 4.1.2.4 (E4-5)
E4-6 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	Cap. 4.1.2.4 (E4-6)

REQUISITO DE DIVULGAÇÃO	Localização
E5 – UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR	
ESRS 2 IRO-1 – Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
E5-1 – Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e economia circular	Cap. 4.1.2.5 (E5-1)
E5-2 – Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular	Cap. 4.1.2.5 (E5-2)
E5-3 – Metas relacionadas com a utilização dos recursos e economia circular	Cap. 4.1.2.5 (E5-3)
E5-4 – Entradas de recursos	Cap. 4.1.2.5 (E5-4)
E5-5 – Saídas de recursos	Cap. 4.1.2.5 (E5-5)
E5-6 – Efeitos financeiros previstos decorrentes dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	Cap. 4.1.2.5 (E5-6)
S1 – MÃO DE OBRA PRÓPRIA	
ESRS 2 SBM-2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Cap. 4.1.1.3 (SBM-2)
ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Cap. 4.1.3.1 (SBM-3)
S1-1 – Políticas relacionadas com a própria mão de obra	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)
S1-2 – Processos para envolver os próprios trabalhadores e representantes dos trabalhadores sobre os impactos	Cap. 4.1.3.1 (S1-2)
S1-3 – Processos para remediar impactos negativos e canais para a própria mão de obra expressar preocupações	Cap. 4.1.3.1 (S1-3)
S1-4 – Adoção de ações sobre impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas ações	Cap. 4.1.3.1 (S1-4)
S1-5 – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Cap. 4.1.3.1 (S1-5)
S1-6 – Características dos trabalhadores assalariados da empresa	Cap. 4.1.3.1 (S1-6)
S1-7 – Características dos não assalariados na própria mão de obra da empresa	Cap. 4.1.3.1 (S1-7)
S1-8 – Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	Cap. 4.1.3.1 (S1-8)
S1-9 – Métricas de diversidade	Cap. 4.1.3.1 (S1-9)
S1-10 – Salários adequados	Cap. 4.1.3.1 (S1-10)
S1-13 – Métricas de formação e desenvolvimento de competências	Cap. 4.1.3.1 (S1-13)
S1-14 – Métricas de saúde e segurança	Cap. 4.1.3.1 (S1-14)
S1-15 – Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal	Cap. 4.1.3.1 (S1-15)
S1-16 – Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	Cap. 4.1.3.1 (S1-16)
S1-17 – Incidentes, queixas e impactos severos de desrespeito dos direitos humanos	Cap. 4.1.3.1 (S1-17)
S2 – TRABALHADORES NA CADEIA DE VALOR	
ESRS 2 SBM-2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Cap. 4.1.1.3 (SBM-2)
ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Cap. 4.1.3.2 (SBM-3)
S2-1 – Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor	Cap. 4.1.3.2 (S2-1)
S2-2 – Processos para envolver os trabalhadores da cadeia de valor sobre os impactos	Cap. 4.1.3.2 (S2-2)
S2-3 – Processos para remediar impactos negativos e canais para os trabalhadores da cadeia de valor expressarem preocupações	Cap. 4.1.3.2 (S2-3)
S2-4 – Adoção de ações sobre os impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor, bem como a eficácia dessas ações	Cap. 4.1.3.2 (S2-4)
S2-5 – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Cap. 4.1.3.2 (S2-5)
S3 – COMUNIDADES AFETADAS	
ESRS 2 SBM-2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Cap. 4.1.1.3 (SBM-2)
ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Cap. 4.1.3.3 (SBM-3)
S3-1 – Políticas relacionadas com as comunidades afetadas	Cap. 4.1.3.3 (S3-1)
S3-4 – Adoção de ações sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas, e abordagens para gerir riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como a eficácia dessas ações	Cap. 4.1.3.3 (S3-4)
S3-5 – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Cap. 4.1.3.3 (S3-5)
G1 – CONDUTA EMPRESARIAL	
ESRS 2 GOV-1 – Papel dos órgãos de administração, direção e supervisão	Cap. 4.1.1.2 (GOV-1)
ESRS 2 IRO-1 – Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
G1-1 – Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	Cap. 4.1.4.1 (G1-1)
G1-2 – Gestão da relação com os fornecedores	Cap. 4.1.4.1 (G1-2)
G1-3 – Prevenção e deteção de corrupção e suborno	Cap. 4.1.4.1 (G1-3)
G1-4 – Incidentes de corrupção ou suborno	Cap. 4.1.4.1 (G1-4)

4.1.5.2. *DATAPOINTS* DERIVADOS DE OUTRA LEGISLAÇÃO UE APLICÁVEL – IRO 2

Requisito de divulgação	Datapoint	Descrição	Referência SFRD	Referência do Pilar 3	Referência do regulamento de referência	Referência da legislação da UE sobre clima	Localização	Materialidade
ESRS 2 GOV-1	Parágrafo 21 (d)	Diversidade de género do Conselho de Administração	X	-	X	-	Cap. 4.1.1.2 (GOV-1)	
ESRS 2 GOV-1	Parágrafo 21 (e)	Percentagem de membros independentes do Conselho de Administração	-	-	X	-	Cap. 4.1.1.2 (GOV-1)	
ESRS 2 GOV-4	Parágrafo 30	Declaração sobre a devida diligência	X	-	-	-	Cap. 4.1.1.2 (GOV-4) Cap. 4.1.5.4	
ESRS 2 SBM-1	Parágrafo 40 (d) i	Envolvimento em atividades relacionadas com combustíveis fósseis	X	X	X	-	Cap. 4.1.1.3 (SBM-1)	
ESRS 2 SBM-1	Parágrafo 40 (d) ii	Envolvimento em atividades relacionadas com a produção de produtos químicos	X	-	X	-	Cap. 4.1.1.3 (SBM-1)	
ESRS 2 SBM-1	Parágrafo 40 (d) iii	Envolvimento em atividades relacionadas com armas controversas	X	-	X	-	Cap. 4.1.1.3 (SBM-1)	
ESRS 2 SBM-1	Parágrafo 40 (d) iv	Envolvimento em atividades relacionadas com o cultivo e a produção de tabaco	-	-	X	-	Cap. 4.1.1.3 (SBM-1)	
ESRS E1-1	Parágrafo 14	Plano de transição para atingir a neutralidade climática até 2050	-	-	-	X	Cap. 4.1.2.2 (E1-1)	
ESRS E1-1	Parágrafo 16 (g)	Empresas excluídas dos objetivos de referência do Acordo de Paris	-	X	X	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-1)	
ESRS E1-4	Parágrafo 34	Objetivos de redução das emissões de GEE	X	X	X	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-4)	
ESRS E1-5	Parágrafo 38	Consumo de energia de fontes fósseis desagregado por fontes (apenas setores com elevado impacto climático)	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-5)	
ESRS E1-5	Parágrafo 37	Consumo de energia e mix energético	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-5)	
ESRS E1-5	Parágrafos 40-43	Intensidade energética associada a atividades em setores de elevado impacto climático	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-5)	
ESRS E1-6	Parágrafo 44	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e total	X	X	X	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-6)	
ESRS E1-6	Parágrafos 53-55	Intensidade bruta das emissões de GEE	X	X	X	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-6)	
ESRS E1-7	Parágrafo 56	Remoções de GEE e créditos de carbono	-	-	-	X	-	Não material
ESRS E1-9	Parágrafo 66	Exposição do portefolio de referência a riscos físicos relacionados com o clima	-	-	X	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-9)	
ESRS E1-9	Parágrafo 66 (a)	Desagregação de montantes monetários por risco físico agudo e crónico	-	X	-	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-9)	
ESRS E1-9	Parágrafo 66 (c)	Localização de ativos significativos com risco físico material	-	X	-	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-9)	
ESRS E1-9	Parágrafo 67 (c)	Repartição do valor contabilístico dos seus ativos imobiliários por classes de eficiência energética	-	X	-	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-9)	
ESRS E1-9	Parágrafo 69	Grau de exposição do portfolio a oportunidades relacionadas com o clima	-	-	X	-	Cap. 4.1.2.2 (E1-9)	
ESRS E2-4	Parágrafo 28	Quantidade de cada poluente enumerado no Anexo II do Regulamento E-PRTR emitida para o ar, a água e o solo	X	-	-	-	-	Não material
ESRS E3-1	Parágrafo 9	Recursos hídricos e marinhos	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.3 (E3-1)	
ESRS E3-1	Parágrafo 13	Política dedicada	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.3 (E3-1)	

Requisito de divulgação	Datapoint	Descrição	Referência SFRD	Referência do Pilar 3	Referência do regulamento de referência	Referência da legislação da UE sobre clima	Localização	Materialidade
ESRS E3-1	Parágrafo 14	Oceanos e mares sustentáveis	X	-	-	-	-	Não material
ESRS E3-4	Parágrafo 28 (c)	Total de água reciclada e reutilizada	X	-	-	-	-	Não material
ESRS E3-4	Parágrafo 29	Consumo total de água em m³ por rendimento líquido das operações próprias	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.3 (E3-4)	
ESRS 2 – SBM3 – E4	Parágrafo 16 (a) i	Atividades que afetam negativamente zonas sensíveis em termos de biodiversidade	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.4 (SBM-3)	
ESRS 2 – SBM3 – E4	Parágrafo 16 (b)	Impactos negativos materiais no que respeita à degradação das terras, à desertificação ou à impermeabilização dos solos	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.4 (SBM-3)	
ESRS 2 – SBM3 – E4	Parágrafo 16 (c)	Operações que afetam espécies ameaçadas	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.4 (SBM-3)	
ESRS E4-2	Parágrafo 24 (b)	Práticas ou políticas sustentáveis no domínio da terra/agricultura	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.4 (E4-2)	
ESRS E4-2	Parágrafo 24 (c)	Práticas ou políticas sustentáveis para os oceanos/mares	X	-	-	-	-	Não material
ESRS E4-2	Parágrafo 24 (d)	Políticas para fazer face à desflorestação	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.4 (E4-2)	
ESRS E5-5	Parágrafo 37 (d)	Resíduos não reciclados	X	-	-	-	-	Não material
ESRS E5-5	Parágrafo 39	Resíduos perigosos e resíduos radioativos	X	-	-	-	Cap. 4.1.2.4 (E5-5)	Resíduos radioativos não material
ESRS 2 – SBM3 – S1	Parágrafo 14 (f)	Risco de incidentes de trabalho forçado	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.1 (SBM-3)	
ESRS 2 – SBM3 – S1	Parágrafo 14 (g)	Risco de incidentes de trabalho infantil	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.1 (SBM-3)	
ESRS S1-1	Parágrafo 20	Compromissos em matéria de direitos humanos	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)	
ESRS S1-1	Parágrafo 21	Políticas de diligência devida sobre temas abordados nas convenções 1 a 8 da OIT	-	-	X	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)	
ESRS S1-1	Parágrafo 22	Processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)	
ESRS S1-1	Parágrafo 23	Política ou sistema de gestão de prevenção de acidentes no local de trabalho	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)	
ESRS S1-3	Parágrafo 32 (c)	Mecanismos de tratamento de queixas/ reclamações	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-3)	
ESRS S1-14	Parágrafo 88 (b) e (c)	Número de acidentes mortais e número e taxa de acidentes relacionados com o trabalho	X	-	X	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-14)	
ESRS S1-14	Parágrafo 88 (e)	Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, mortes ou doença	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-14)	
ESRS S1-16	Parágrafo 97 (a)	Disparidades salariais não ajustadas entre homens e mulheres	X	-	X	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-16)	
ESRS S1-16	Parágrafo 97 (b)	Rácio de remuneração excessiva dos diretores executivos	X	-	-	-	-	
ESRS S1-17	Parágrafo 103 (a)	Incidentes de discriminação	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-17)	
ESRS S1-17	Parágrafo 104 (a)	Incumprimento dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGP) e das diretrizes da OCDE	X	-	X	-	Cap. 4.1.3.1 (S1-17)	
ESRS 2 – SBM3 – S2	Parágrafo 11 (b)	Risco significativo de trabalho infantil ou trabalho forçado na cadeia de valor	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.2 (SBM-3)	
ESRS S2-1	Parágrafo 17	Compromissos da Política de Direitos Humanos	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.2 (S2-1)	

Requisito de divulgação	Datapoint	Descrição	Referência SFRD	Referência do Pilar 3	Referência do regulamento de referência	Referência da legislação da UE sobre clima	Localização	Materialidade
ESRS S2-1	Parágrafo 18	Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor	X	-	-	-	-	Não material
ESRS S2-1	Parágrafo 19	Não respeito dos UNGP sobre Empresas e Direitos Humanos e das diretrizes da OCDE	-	-	X	-	Cap. 4.1.3.2 (S2-1)	
ESRS S2-1	Parágrafo 19	Políticas de devida diligência em temas abordados pelas convenções 1 a 8 da OIT	-	-	X	-	Cap. 4.1.3.2 (S2-1)	
ESRS S2-4	Parágrafo 36	Problemas e incidentes de Direitos Humanos relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.2 (S2-4)	
ESRS S3-1	Parágrafo 16	Compromissos em matéria de política de Direitos Humanos	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.3 (S3-1)	
ESRS S3-1	Parágrafo 17	Desrespeito dos UNGP sobre Empresas e Direitos Humanos, dos princípios da OIT ou das diretrizes da OCDE	X	-	X	-	Cap. 4.1.3.3 (S3-1)	
ESRS S3-4	Parágrafo 36	Problemas e incidentes relacionados com os direitos humanos	X	-	-	-	Cap. 4.1.3.3 (S3-4)	
ESRS S4-1	Parágrafo 16	Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais	X	-	-	-	-	Não material
ESRS S4-1	Parágrafo 17	Não respeito dos UNGP sobre Empresas e Direitos Humanos e das diretrizes da OCDE	X	-	X	-	-	Não material
ESRS S4-4	Parágrafo 35	Problemas e incidentes relacionados com os Direitos Humanos	X	-	-	-	-	Não material
ESRS G1-1	Parágrafo 10 (b)	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção	X	-	-	-	Cap. 4.1.4.1 (G1-1)	
ESRS G1-1	Parágrafo 10 (d)	Proteção dos autores de denúncias	X	-	-	-	-	Não material
ESRS G1-4	Parágrafo 24 (a)	Coimas por violação da legislação anticorrupção e antisuborno	X	-	X	-	-	Não material
ESRS G1-4	Parágrafo 24 (b)	Normas anticorrupção e antisuborno	X	-	-	-	-	Não material

4.1.5.3. LISTA DOS REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO/*DATAPOINTS* INCORPORADOS POR REFERÊNCIA – BP-2

Requisito de divulgação	Código	Localização
Lista dos requisitos de divulgação /*datapoints* incorporados por referência	BP-2	
Experiência dos membros dos órgãos de administração, de direção e de supervisão relevante para os setores, produtos e localizações geográficas da empresa (ESRS 2.21c)	GOV-1	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, pontos 16 e 19 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões
Divulgação da identidade dos órgãos de administração, de direção e de supervisão e descrição dos órgãos/ comissões responsáveis pela implementação e acompanhamento do sistema de gestão de riscos (ESRS 2.22a/c)	GOV-1	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, pontos 17, 28, 29, 31 e 39 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, pontos 50 a 55 do Capítulo C. Organização Interna
Descrição das responsabilidades de cada órgão ou indivíduo em relação aos IRO e a forma como se refletem nos termos de referência da empresa, nos mandatos do conselho de administração e noutras políticas conexas (ESRS 2.22b)	GOV-1	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, ponto 15 e seguintes do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões
Informação sobre a forma como os órgãos de administração, de direção e de supervisão determinam se estão disponíveis ou se serão desenvolvidas as competências e conhecimentos especializados adequados para fiscalizar questões de sustentabilidade (ESRS 2.23)	GOV-1	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, pontos 16 e 19 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões
Informação sobre conhecimentos especializados dos órgãos em matéria de sustentabilidade (ESRS 2.23a)	GOV-1	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, ponto 16 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões
Relação entre as competências e conhecimentos especializados dos órgãos em matéria de sustentabilidade e os IRO materiais (ESRS 2.23b)	GOV-1	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, ponto 21 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões
Informação aos órgãos sobre os IRO (ESRS 2.26a/b/ AR6)	GOV-2	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular, ponto 21 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões
Regimes de incentivos e políticas de remuneração ligadas à sustentabilidade (ESRS 2.29a/b/c/e)	GOV-3	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório de Governo Societário, em particular pontos 69 e seguintes do Capítulo D. Remunerações; Anexo II Política de Remuneração do Relatório de Governo Societário
Descrição dos mercados servidos (ESRS 2.40a-ii)	SBM-1	Cap. 2.1
Isenção da divulgação das informações referidas no artigo 18.º, n.º 1, alínea a), da Diretiva 2013/34/EU (ESRS 2.41)	SBM-1	Nota 2.1 relativa aos segmentos de negócio das Demonstrações Financeiras

Requisito de divulgação	Código	Localização
Descrição dos impactos materiais resultantes da avaliação de materialidade (ESRS 2.48a)	SBM-3	Cap. 4.1.2.2 (SBM-3) Cap. 4.1.2.3 (SBM-3) Cap. 4.1.2.4 (SBM-3) Cap. 4.1.2.5 (SBM-3)
Descrição dos riscos e oportunidades materiais resultantes da avaliação de materialidade (ESRS 2.48a)	SBM-3	Cap. 4.1.3.1 (SBM-3) Cap. 4.1.3.2 (SBM-3)
Descrição dos horizontes temporais (ESRS 2.48c iii)	SBM-3	Cap. 4.1.3.3 (SBM-3)
Especificação dos impactos, riscos e oportunidades abrangidos pelos requisitos de divulgação das ESRS (ESRS 2.48h)	SBM-3	Cap. 4.1.1.4 (SBM-3)
Resiliência (climática) da estratégia e modelo de negócio da Navigator (ESRS 2.48f)	SBM-3	Cap. 4.1.2.2. (SBM-3)
Informação sobre o processo decisório, bem como dos respetivos procedimentos de controlo interno (ESRS 2.53d/e)	IRO-1	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório do Governo Societário, em particular, pontos 21 e 27 a 29 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões e pontos 50 a 55 do Capítulo C. Organização Interna
Integração do processo de identificação, avaliação e gestão dos impactos e riscos no processo global de gestão da empresa (ESRS 2.53f)	IRO-1	Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário do Relatório do Governo Societário, em particular ponto 21 do Capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões
Lista dos requisitos de divulgação incluídos na Demonstração Não Financeira	IRO-2	Cap. 4.1.5.1
Datapoints derivados de outra legislação UE aplicável	IRO-2	Cap. 4.1.5.2
Requisitos Mínimos de Aplicação para Políticas – Apresentação geral das políticas	MDR-P	*

* Considerando que o Grupo Semapa tem várias políticas que são mencionadas diversas vezes ao longo dos capítulos, para evitar a redundância da informação, fez-se a sua remissão por via de texto no final da secção das políticas. Dado o seu elevado número, não se apresentam no presente quadro.

4.1.5.4 DECLARAÇÃO SOBRE O DEVER DE DILIGÊNCIA – GOV-4

Elementos essenciais do dever de diligência	Pontos da Demonstração Não Financeira	Localização
Integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócios	ESRS 2 GOV-2	Cap. 4.1.1.2 (GOV-2)
	ESRS 2 GOV-3	Cap. 4.1.1.2 (GOV-3)
	ESRS 2 SBM-3	Cap. 4.1.1.3 (SBM-3) Cap. 4.1.2.2 (SBM-3) Cap. 4.1.2.3 (SBM-3) Cap. 4.1.2.4 (SBM-3) Cap. 4.1.2.5 (SBM-3) Cap. 4.1.3.1 (SBM-3) Cap. 4.1.3.2 (SBM-3) Cap. 4.1.3.3 (SBM-3) Cap. 4.1.1.4 (SBM-3)
Envolvimento das partes interessadas afetadas em todas as etapas essenciais do dever de diligência	ESRS 2 GOV-2	Cap. 4.1.1.2 (GOV-2)
	ESRS 2 SBM-2	Cap. 4.1.1.3 (SBM-2)
	ESRS 2 IRO-1	Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
	ESRS 2 MDR-P	Cap. 4.1.2.2 (E1-2, MDR-P) Cap. 4.1.2.3 (E3-1, MDR-P) Cap. 4.1.2.4 (E4-2, MDR-P) Cap. 4.1.2.5 (E5-1, MDR-P) Cap. 4.1.3.1 (S1-1, MDR-P) Cap. 4.1.3.2 (S2-1, MDR-P) Cap. 4.1.3.3 (S3-1, MDR-P) Cap. 4.1.4.1 (G1-1, MDR-P) Cap. 4.1.4.1 (G1-2, MDR-P) Cap. 4.1.4.1 (G1-3, MDR-P)
Identificar e avaliar os impactos negativos	ESRS 2 IRO-1	Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
	ESRS 2 SBM-3	Cap. 4.1.1.3 (SBM-3) Cap. 4.1.2.2 (SBM-3) Cap. 4.1.2.3 (SBM-3) Cap. 4.1.2.4 (SBM-3) Cap. 4.1.2.5 (SBM-3) Cap. 4.1.3.1 (SBM-3) Cap. 4.1.3.2 (SBM-3) Cap. 4.1.3.3 (SBM-3) Cap. 4.1.1.4 (SBM-3)
Tomar medidas para dar resposta a esses impactos negativos	ESRS 2 MDR-A	Cap. 4.1.2.2 (E1-3, MDR-A) Cap. 4.1.2.3 (E3-2, MDR-A) Cap. 4.1.2.4 (E4-3, MDR-A) Cap. 4.1.2.5 (E5-2, MDR-A) Cap. 4.1.3.1 (S1-4, MDR-A) Cap. 4.1.3.2 (S2-4, MDR-A) Cap. 4.1.3.3 (S3-4, MDR-A) Cap. 4.1.4.1 (MDR-A)
Acompanhar a eficácia destes esforços e comunicar	ESRS 2 MDR-M	Cap. 4.1.2.2 (E1-4, MDR-M) Cap. 4.1.2.3 (E3-4, MDR-M) Cap. 4.1.2.4 (E4-4, MDR-M) Cap. 4.1.2.4 (E4-5, MDR-M) Cap. 4.1.2.5 (E5-3, MDR-M) Cap. 4.1.3.1 (S1-5, MDR-M) Cap. 4.1.3.2 (S2-5, MDR-M) Cap. 4.1.3.3 (S3-5, MDR-M)
	ESRS 2 MDR-T	Cap. 4.1.2.2 (E1-4, MDR-T) Cap. 4.1.2.3 (E3-3, MDR-T) Cap. 4.1.2.4 (E4-4, MDR-T) Cap. 4.1.2.5 (E5-3, MDR-T) Cap. 4.1.3.1 (S1-5, MDR-T) Cap. 4.1.3.2 (S2-5, MDR-T) Cap. 4.1.3.3 (S3-5, MDR-T) Cap. 4.1.4.1 (MDR-T)

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa – Portugal
+351 210 110 000 – www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE DO AUDITOR INDEPENDENTE RELATIVO AO RELATO DE SUSTENTABILIDADE

Ao Conselho de Administração da
Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Conclusão de garantia limitada de fiabilidade

Realizámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ("Grupo") incluído na secção "Declaração de Sustentabilidade - Demonstração Não Financeira" do Relatório Anual (o "Relato de Sustentabilidade Consolidado") em 31 de dezembro de 2025 e para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

Com base nos procedimentos efetuados e prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relato de Sustentabilidade Consolidado do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025 não tenha sido preparado, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com:

- as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), incluindo que o processo realizado pelo Grupo para identificar a informação relatada no Relato de Sustentabilidade (o "Processo") está de acordo com a descrição efetuada no capítulo 4.1.1.4 – Gestão de Impactos, Riscos e Oportunidades (IRO); e,
- as divulgações previstas no Artigo 8.º do Regulamento UE 2020/852 (o "Regulamento Taxonomia"), incluídas no capítulo 4.1.2.1 – Taxonomia Europeia.

Bases para a conclusão

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica – ISAE 3000 (Revista) emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) da *International Federation of Accountants* (IFAC) e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "As nossas responsabilidades" abaixo.

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a expressão da nossa conclusão.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros – Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 – Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 – Inscrito na C.M.V.M. Nº 20161489
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Qualidade e Independência

Aplicámos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, Gestão de Qualidade para firmas que executem auditorias e revisões de demonstrações financeiras e outros trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados, emitida pelo IAASB. Esta norma requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência) emitidos pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelo Relato de Sustentabilidade

É da responsabilidade do Órgão de Gestão conceber, implementar e manter um processo para identificação da informação a apresentar no Relato de Sustentabilidade Consolidado, de acordo com as ESRS e pela divulgação desse processo no capítulo 4.1.1.4 – Gestão de Impactos, Riscos e Oportunidades (IRO) do Relato de Sustentabilidade Consolidado. Esta responsabilidade inclui:

- a compreensão do contexto em que as atividades e relações comerciais do Grupo ocorrem e de que forma as partes interessadas podem ser afetadas;
- a identificação dos impactos reais e potenciais (negativos e positivos) relacionados com questões de sustentabilidade, bem como os riscos e oportunidades que afetam, ou que se poderia razoavelmente esperar que afetem, a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento ou o custo de capital do Grupo no curto, médio ou longo prazo;
- a avaliação da materialidade dos impactos, riscos e oportunidades identificados relacionados com matérias de sustentabilidade, através da seleção e aplicação de limiares adequados; e
- a seleção e aplicação de metodologias e a definição de pressupostos que sejam razoáveis nas circunstâncias.

É ainda responsabilidade do Órgão de Gestão:

- a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com as ESRS;
- a preparação das divulgações no capítulo 4.1.2.1 – Taxonomia Europeia do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento Taxonomia;
- a conceção, implementação e manutenção de um sistema de informação e de controlo interno apropriado que permita uma preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado que esteja isenta de distorções materialmente relevantes, nomeadamente resultantes de fraude ou erro; e,
- a seleção e aplicação de métodos adequados para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado e a definição de pressupostos e estimativas sobre divulgações de sustentabilidade razoáveis nas circunstâncias.

O órgão de fiscalização é responsável por supervisionar o processo de Relato de Sustentabilidade do Grupo.

Limitações inerentes à preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao relatar informações prospetivas de acordo com as ESRS, o Órgão de Gestão é obrigado a preparar as informações prospetivas com base em pressupostos divulgados sobre eventos que podem ocorrer no futuro e possíveis ações futuras do Grupo. Frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma prevista, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos.

Na determinação das divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado, o Órgão de Gestão efetua determinadas interpretações da legislação ou de outras matérias indefinidas. Este tipo de legislação ou de outras matérias indefinidas podem ser interpretados de forma diferente, incluindo a conformidade jurídica da sua interpretação e, consequentemente, estão sujeitas a incertezas.

Responsabilidades do Auditor

Os nossos objetivos são de planear e executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relato de Sustentabilidade Consolidado está isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro, e relatar a nossa conclusão de garantia limitada de fiabilidade ao Órgão de Gestão. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base no Relato de Sustentabilidade como um todo.

Como parte de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade realizado de acordo com a ISAE 3000 (Revista), exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho.

As nossas responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado, no que diz respeito ao Processo, incluem:

- Obter uma compreensão do Processo, mas não com o propósito de expressar uma conclusão sobre a eficácia do Processo, incluindo o resultado do mesmo; e
- Conceber e executar procedimentos para avaliar se o Processo é consistente com a descrição efetuada pelo Grupo do mesmo, conforme divulgada no capítulo 4.1.1.4 – Gestão de Impactos, Riscos e Oportunidades (IRO).

As nossas outras responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado incluem:

- Obter uma compreensão do ambiente de controlo, processos e sistemas de informação relevantes para o Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não para avaliar a conceção de atividades de controlo em particular, obter evidência da sua implementação ou testar a sua eficácia operacional;
- Identificar as divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, seja devido a fraude ou erro; e
- Conceber e executar procedimentos dirigidos às divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado onde é provável que surjam distorções materiais. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

Resumo do trabalho que efetuámos para basear a nossa conclusão

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade envolve a execução de procedimentos para obter evidência sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Concebemos e executamos os nossos procedimentos para proporcionar uma base para a nossa conclusão. A natureza, oportunidade e extensão dos nossos procedimentos dependem da nossa compreensão do Relato de Sustentabilidade Consolidado e outras circunstâncias do trabalho, incluindo a identificação de divulgações onde possam ocorrer distorções materiais, devido a fraude ou a erro, no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Na realização do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Processo:

- Obtivemos uma compreensão do Processo através de:
  i. Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível corporativo e operacional, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspetos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio; e

ii. Análise da documentação interna produzida pelo Grupo sobre o Processo; e

- Avaliámos se as evidências obtidas com base nos nossos procedimentos sobre o Processo eram consistentes com a descrição do Processo, divulgada no capítulo 4.1.1.4 – Gestão de Impactos, Riscos e Oportunidades (IRO).

Na realização do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado:

- Obtivemos uma compreensão dos processos de reporte do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade através de através da compreensão do ambiente de controlo, processos e sistema de informação do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não com o objetivo de expressar uma conclusão sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliámos se a informação material identificada pelo Processo está incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- Avaliámos se a estrutura e a apresentação do Relato de Sustentabilidade Consolidado estão em conformidade com as ESRS;
- Realizámos indagações ao pessoal relevante e procedimentos analíticos sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- Realizámos procedimentos substantivos, numa base de amostragem, sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- Obtivemos evidência sobre os métodos, pressupostos e dados utilizados no desenvolvimento de estimativas materiais e em informações prospetivas e sobre como esses métodos foram aplicados;
- Obtivemos uma compreensão do processo relativo à identificação das atividades económicas elegíveis e alinhadas com a taxonomia, e as correspondentes divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

17 de abril de 2026

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Rui Filipe Dias Lopes
(ROC n.º 1715 e registado na CMVM com o n.º 20161325)

4.2 Divulgação Adicional de Sustentabilidade

4.2.1 O Nosso Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Semapa *Holding* pretende ser uma referência da gestão de investimentos em setores chave da economia nacional e internacional, incorporando na sua estratégia o desenvolvimento sustentável como um dos pilares dos seus negócios, por forma a permitir que as suas decisões sejam tomadas com uma profunda consciência social e ambiental.

Nesse sentido, a *Holding* compromete-se com a Agenda 2030 das Nações Unidas, alinhando a sua estratégia, investimentos e atuação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a dar o seu contributo para a concretização das metas associadas.

De referir que os principais contributos se encontram identificados na informação seguinte, em alinhamento com os conteúdos do presente relatório.

Mantém-se a apresentação dos ODS com os dois níveis de desagregação apresentados em anos anteriores:

– Prioritários: objetivos para os quais o Grupo está a contribuir de forma ativa e direta;

– De suporte: objetivos para os quais o Grupo contribui de um modo menos direto, embora exista um potencial contributo positivo, por meio dos compromissos e planos de atividades das empresas.

ODS PRIORITÁRIOS

ODS 8 – TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

CAP. 4.1.2.2, 4.1.2.3, 4.1.3.1, 4.1.3.2, 4.1.4.1



O Grupo Semapa, como grande empregador a nível nacional, e com expressão internacional, trabalha continuamente para garantir um local de trabalho mais justo, saudável e seguro para todos os seus Colaboradores, proporcionando emprego digno, capacitação e apoio à progressão da carreira, iniciativas que reflitam a sua cultura de diversidade, equidade e inclusão. Adicionalmente, a forma como o Grupo se relaciona com os seus *stakeholders* procura gerar valor, fortalecendo as economias locais através de geração de emprego e promovendo relações de proximidade e confiança. Investe numa utilização eficiente dos recursos, empenhado em dissociar o crescimento económico da degradação ambiental.

ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

CAP. 2.3



As empresas do Grupo atuam em cadeias de valor com um forte impacto nas economias locais e em áreas estruturantes para a sociedade. Nesse sentido, o Grupo procura dar resposta aos desafios atuais e futuros, oferecendo soluções e produtos inovadores, em resultado de uma forte aposta na Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), na melhoria das capacidades tecnológicas dos setores onde atua, no cuidado com a qualidade e segurança dos produtos e dos projetos desenvolvidos e no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de iniciativas com maior impacto.

ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

CAP. 4.1.2.2, 4.1.2.3, 4.1.2.5



Atendendo à necessidade de moldar os negócios do Grupo para corresponder à visão de longo prazo e estratégia de desenvolvimento sustentável, as empresas procuram mitigar e controlar os impactos ambientais provenientes dos seus processos produtivos, através das suas políticas e sistemas de gestão ambiental, focando-se na otimização do consumo energético, na utilização de fontes de energia alternativas, no uso eficiente dos recursos naturais e na promoção da economia circular.

ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA

CAP. 4.1.2.2, 4.1.2.5, 4.1.3.3



As empresas do Grupo Semapa estão empenhadas em contribuir para a minimização das alterações climáticas, assumindo um papel ativo na transição para uma economia de baixo carbono. Destacam-se os investimentos que o Grupo tem vindo a realizar nos últimos anos, assentes num roteiro para a neutralidade carbónica e no compromisso de descarbonização até 2050, com a promoção de iniciativas concretas ao nível da captura e armazenamento de carbono nas florestas e nos produtos florestais, da promoção do crescimento de uma bioeconomia de base florestal, circular e de baixo carbono fóssil, no lançamento de novas soluções e produtos e na promoção da reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar.

ODS DE SUPORTE

ODS 3 – SAÚDE DE QUALIDADE

CAP. 4.1.3.1, 4.1.3.2



O Grupo Semapa promove ativamente a saúde, a segurança e o bem-estar dos seus colaboradores, desenvolvendo políticas, grupos de trabalho e programas específicos em todas as geografias onde opera, com o objetivo de manter as suas pessoas motivadas, saudáveis e produtivas.

ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

CAP. 4.1.3.1, 4.1.3.2



A promoção do desenvolvimento pessoal e profissional é um compromisso de todas as empresas do Grupo. Este materializa-se através de uma aposta contínua na capacitação dos seus colaboradores e no desenvolvimento de competências técnicas e profissionais de jovens talentos, contribuindo para a sua empregabilidade, desenvolvendo programas de *upskilling* e *reskilling* para os seus colaboradores, e promovendo o trabalho digno.

ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

CAP. 4.1.2.3



Atendendo à utilização do recurso água em alguns dos processos industriais das nossas Subsidiárias, estamos empenhados em fazer uma utilização eficiente deste recurso, concebendo iniciativas que permitem a redução da quantidade de água captada,e em minimizar os potenciais impactos da sua descarga no meio recetor.

ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

CAP. 4.1.2.2



Por via dos roteiros de descarbonização das empresas do Grupo, pretende-se utilizar, sempre que possível, fontes alternativas, aumentando a utilização das energias renováveis e melhorar a eficiência energética das operações, através da otimização do consumo de eletricidade e de combustíveis, e da transição do uso de combustíveis fósseis para combustíveis *low carbon*.

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

CAP. 4.1.3.3



O Grupo Semapa contribui para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis através da indústria do cimento que, ao ter padrões de fabrico mais sustentáveis, será parte integrante de comunidades mais justas e menos prejudiciais ao meio envolvente. Através de uma gestão sustentável das florestas e do apoio dado às comunidades locais, o segmento da Pasta e Papel promove o desenvolvimento económico, social e ambiental das áreas rurais.

ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

CAP. 4.1.2.2, 4.1.2.4, 4.1.3.3



A conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços dos ecossistemas são uma das preocupações crescentes do Grupo. Através de processos de avaliação de impactos e definição de planos de recuperação, de ação e de monitorização, visa-se reduzir potenciais impactos negativos que as suas atividades possam ter neste âmbito. No caso particular do segmento da Pasta e Papel, é assegurado um modelo de gestão florestal sustentável, que integra uma estratégia de conservação, com vista à compatibilização adequada das medidas de produção com as de conservação.

ODS 17 – PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

CAP. 2.3



As empresas do Grupo Semapa interagem com múltiplas organizações, a nível nacional e internacional, procurando estabelecer parcerias que potenciem os seus contributos para os restantes ODS e apoiem na concretização das suas agendas de sustentabilidade, explorando novas oportunidades de colaboração e promovendo um melhor desempenho.

4.2.2 Informação de Suporte GRI

Dando continuidade ao relato dos anos anteriores, elaborados de acordo com as Normas GRI (Global Reporting Initiative), e reconhecendo a importância da divulgação desses indicadores a alguns utilizadores da informação de sustentabilidade, a Semapa, optou por manter a divulgação dos seguintes indicadores GRI, em adição à informação reportada na Demonstração Não Financeira: GRI 201-1, GRI 201-4, GRI 207-1, GRI 207-2, GRI 207-3 e GRI 207-4.

GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO

GRI 201-1: Valor económico direto gerado e distribuído (milhares de euros)				
Participada	**Descrição**	**2023**	**2024**	**2025**
Grupo Semapa	**Valor Económico Gerado**	**2 912 102**	**3 085 049**	**3 087 394**
	Receitas	2 912 102	3 085 049	3 087 394
	Valor Económico Distribuído	**2 395 700**	**2 446 351**	**2 622 302**
	Custos Operacionais	1 774 981	1 870 487	1 972 539
	Salários e benefícios dos colaboradores	281 973	333 087	380 484
	Pagamentos a provedores de capital	174 192	151 420	170 818
	Impostos	162 305	78 798	96 352
	Investimentos na comunidade	2 249	12 558	2 109
	Valor Económico Acumulado	**516 402**	**638 698**	**465 092**

GRI 201-4: Apoio financeiro recebido do governo (milhares de euros)				
Participada	**Descrição**	**2023**	**2024**	**2025**
Grupo Semapa	**Incentivos fiscais/crédito**	7 771	12 210	16 713
	Subsídios	13 931	12 290	21 891
	Apoios para pesquisa, desenvolvimento e investimento*	2 800	3 192	3 944

*Os valores de apoios para pesquisa, desenvolvimento e investimento dizem respeito à Navigator.

GRI 207: TRIBUTAÇÃO

GRI 207-1: ABORDAGEM FISCAL

No âmbito da atividade desenvolvida pelas empresas que integram o Grupo Semapa, estas incorrem numa multiplicidade de impostos, taxas e contribuições, constituindo o Grupo um importante contribuinte para as receitas do Estado em Portugal e, desta forma, para o cumprimento dos objetivos sociais e desenvolvimento nacional. Assim, a política fiscal tem um impacto significativo no tecido empresarial, afetando toda a cadeia de valor do Grupo.

A **Política Fiscal do Grupo Semapa** está alinhada com a estratégia empresarial de desenvolvimento do Grupo, definida de acordo com a substância económica da sua atividade. Razão pela qual o tratamento fiscal das transações do grupo é realizado em resposta à sua atividade económica, sendo que as implicações fiscais dessas mesmas transações são apenas uma de entre as múltiplas razões económicas a considerar nas decisões de gestão do Grupo Semapa.

GRI 207-2: GOVERNAÇÃO FISCAL, CONTROLO E GESTÃO DE RISCO

A **Política Fiscal do Grupo Semapa** está alinhada com a estratégia empresarial de desenvolvimento do Grupo pelo que essa política é definida de acordo com a substância económica da sua atividade. O CFO é responsável pela conformidade da Política Fiscal. Para a identificação, gestão e monitorização dos riscos fiscais é feita a interligação com a Direção responsável pela identificação de riscos gerais da empresa e a sua monitorização regular em conjunto com a Direção de Fiscalidade.

A conformidade com a estrutura de governança e controlo fiscal é avaliada regularmente junto do CFO e anualmente ao nível do Conselho de Administração. O reporte de preocupações com os comportamentos antiéticos ou ilícitos e com a integridade da organização em relação a impostos é feito através de relato direto ao CFO. A Direção de Fiscalidade prepara memorandos para análise de transações com materialidade, bem como a revisão interna das declarações periódicas de rendimentos para verificação do cumprimento da política fiscal de empresa.

GRI 207-3: ENVOLVIMENTO DOS *STAKEHOLDERS* E GESTÃO DAS QUESTÕES RELACIONADAS COM A TRIBUTAÇÃO

O Grupo Semapa apresenta uma postura de diálogo proativa com a Autoridade Tributária (AT), em particular com equipas da Unidade dos Grandes Contribuintes (quer ao nível da inspeção como justiça tributária) e através da apresentação de Pedidos de Informação Vinculativa em matérias em que existam dúvidas sobre a aplicação da legislação fiscal.

Adicionalmente, o Grupo apresenta uma participação ativa através da participação de colaboradores em organizações como o Fórum dos Grandes Contribuintes sob a égide da AT e a participações em diversas associações e respetivas secções fiscais (como a Business Roundtable Portugal, a Associação de Emitentes ou a Associação Fiscal Portuguesa), bem como participação ativa em iniciativas académicas dos colaboradores – quer como palestrantes, quer como participantes (como o IDEFF da Faculdade de Direito de Lisboa, a Católica Tax da Universidade Católica Portuguesa a nível nacional, e a WU Wien e o International Tax Center de Leiden a nível internacional). A participação ativa ao nível das associações e instituições académicas permite um contacto próximo com *stakeholders* internos e externos, nos quais a opinião e estratégia fiscal do Grupo é confrontada, discutida e desenvolvida em discussão com esses *stakeholders*.

GRI 207-4: RELATO POR PAÍS

No que respeita à distribuição geográfica pelo mundo da sua pegada tributária (*tax footprint*), ao nível do imposto sobre o rendimento de sociedades (IR), com os últimos dados agregados disponíveis em 2024 obtidos no cumprimento das obrigações declarativas do *country by country tax reporting* do Grupo, apurados numa lógica de *cash flow basis*, verifica-se que o Grupo Semapa suportou um montante total de 85 236 561 de euros, geograficamente discriminado na tabela abaixo, que inclui as duas jurisdições fiscais Portugal e Espanha, identificando o pagamento de impostos sobre o rendimento por jurisdição/país.

	Jurisdição fiscal	Imposto sobre o rendimento pago (numa base de caixa) (€) 2023	Imposto sobre o rendimento pago (numa base de caixa) (€) 2024	Imposto sobre o rendimento pago (numa base de caixa) (%) 2024
AO	Angola	0	0	0%
AT	Áustria	4 268	10 435	0%
BR	Brasil	19 901 262	11 562 684	14%
CV	Cabo Verde	152 057	251 911	0%
DE	Alemanha	65 200	0	0%
EG	Egito	887	75 338	0%
ES	Espanha	4 283 482	7 752 091	9%
FR	França	54 649	33 598	0%
GB	Reino Unido	137 493	595 468	1%
IE	Irlanda	498 941	3 171	0%
IT	Itália	36 424	28 949	0%
LB	Líbano	82 161	0	0%
MA	Marrocos	2 596	0	0%
MX	México	12 472	451 936	1%
MZ	Moçambique	1 447	4 515	0%
NL	Países Baixos	771 489	12 089	0%
PL	Polónia	4 667	0	0%
PT	Portugal	160 245 343	61 201 510	72%
TN	Tunísia	113 074	0	0%
TR	Turquia	1 857	750 826	1%
UAE	Emirados Árabes Unidos	0	0	0%
US	Estados Unidos da América	479 402	2 502 040	3%
ZA	África do Sul	0	0	0%
		190 061 379	**85 236 561**	**100%**

No contexto do cumprimento das obrigações declarativas do *country by country tax reporting* apresentado pelo Grupo, evidencia-se que, em 2024, o Grupo procedeu ao pagamento em Portugal 72%% do IRC global.

4.2.3 Índice GRI

Declaração de utilização	O Grupo Semapa reportou com referência às Normas GRI para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.
GRI 1 utilizada	GRI 1: Fundamentos 2021

CONTEÚDOS GERAIS

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS Referente à norma publicada em 2021	ESRS	Localização
A ORGANIZAÇÃO E AS SUAS PRÁTICAS DE RELATO		
2-1 Perfil organizacional	-	Cap. 2.1 Identidade Semapa
2-2 Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização	BP-1	Cap. 4.1.1.1 (BP-1)
2-3 Período do relatório, frequência e pontos de contacto	-	Cap. 4.1.1.1 (BP-1)
2-4 Reformulações de informações	BP-2	Cap. 4.1.1.1 (BP-2)
2-5 Verificação externa	-	Cap. 4.1.1.1 (BP-1)
ATIVIDADES E TRABALHADORES		
2-6 Atividades, cadeias de valor e outras relações negociais	SBM-1	Cap. 2.1 Identidade Semapa Cap. 4.1.1.3 (SBM-1)
2-7 Colaboradores	SBM-1 S1-6	Cap. 4.1.1.3 (SBM-1) Cap. 4.1.3.1 (S1-6)
2-8 Trabalhadores que não são Colaboradores	S1-7	Cap. 4.1.3.1 (S1-7)
GOVERNANÇA		
2-9 Estrutura de governança e gestão	GOV-1	Cap. 2.4 Modelo de Governo Cap. 4.1.1.2 (GOV-1)
2-10 Nomeação e seleção do órgão de governança hierarquicamente mais elevado	-	Cap. 5 Relatório de Governo Societário | PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário | B. Órgãos sociais e comissões| II. Administração e supervisão | A)Composição
2-11 Presidência do órgão de governança hierarquicamente mais elevado	-	Cap. 5 Relatório de Governo Societário | PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário | B. Órgãos sociais e comissões | II. Administração e supervisão | A) Composição
2-12 Papel do órgão de governança hierarquicamente mais elevado na supervisão da gestão de impactos	GOV-1 GOV-2 SBM-2	Cap. 4.1.1.2 (GOV-1) Cap. 4.1.1.2 (GOV-2) Cap. 4.1.1.3 (SBM-2)
2-13 Atribuição de responsabilidade da gestão de impactos	GOV-1 GOV-2	Cap. 4.1.1.2 (GOV-1) Cap. 4.1.1.2 (GOV-2)
2-14 Papel do órgão de governança hierarquicamente mais elevado no relato de sustentabilidade	GOV-1 IRO-1	Cap. 4.1.1.2 (GOV-1) Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS Referente à norma publicada em 2021	ESRS	Localização
2-15 Conflitos de interesse	-	Cap. 5 Relatório de Governo Societário | PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário | E. Transações com Partes Relacionadas. Conflitos de Interesses
2-16 Comunicação de preocupações críticas	GOV-2 G1-3	Cap. 4.1.1.2 (GOV-2) Cap. 4.1.4.1 (G-3)
2-17 Conhecimento coletivo do órgão de governança hierarquicamente mais elevado	GOV-1	Cap. 4.1.1.2 (GOV-1)
2-18 Avaliação de desempenho do órgão de governança hierarquicamente mais elevado	-	Cap. 5 Relatório de Governo Societário | PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário | B. Órgãos sociais e comissões | II. Administração e supervisão | B) Funcionamento
2-19 Políticas de remuneração	GOV-3	Cap. 4.1.1.2 (GOV-3)
2-20 Processos que determinam a remuneração	GOV-3	Cap. 4.1.1.2 (GOV-3)
2-21 Rácio de compensação anual	S1-16	-
ESTRATÉGIAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS		
2-22 Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	SBM-1	Cap. 4.1.1.3 (SBM-1)
2-23 Compromissos relacionados com políticas	GOV-4	Cap. 4.1.5.4
	E1-2	Cap. 4.1.2.2 (E1-2)
	E3-1	Cap. 4.1.2.3 (E3-1)
	E4-2	Cap. 4.1.2.4 (E4-2)
	E5-1	Cap. 4.1.2.5 (E5-1)
	S1-1	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)
	S2-1	Cap. 4.1.3.2 (S2-1)
	S3-1	Cap. 4.1.3.3 (S3-1)
	G1-1	Cap. 4.1.4.1 (G1-1)
2-24 Incorporação de compromissos	GOV-2	Cap. 4.1.1.2 (GOV-4) Cap. 4.1.5.4
	E1-3	Cap. 4.1.2.2 (E1-3)
	E3-2	Cap. 4.1.2.3 (E3-2)
	E4-3	Cap. 4.1.2.4 (E4-3)
	E5-2	Cap. 4.1.2.5 (E5-2)
	S1-4	Cap. 4.1.3.1 (S1-4)
	S2-4	Cap. 4.1.3.2 (S2-4)
	S3-4	Cap. 4.1.3.3 (S3-4)
	G1-1	Cap. 4.1.4.1 (G1-1)
2-25 Processos para remediar impactos negativos	S1-3	Cap. 4.1.3.1 (S1-3)
	S2-3	Cap. 4.1.3.2 (S2-3)
2-26 Mecanismos para procurar aconselhamento e levantar questões	S1-3	Cap. 4.1.3.1 (S1-3)
	S2-3	Cap. 4.1.3.2 (S2-3)
	G1-1	Cap. 4.1.4.1 (G1-1)
ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS		
2-29 Abordagem ao envolvimento das partes interessadas	SBM-2	Cap. 4.1.1.3 (SBM-2)
	S1-2	Cap. 4.1.3.1 (S1-2)
	S2-2	Cap. 4.1.3.2 (S2-2)
2-30 Acordos de negociação coletiva	S1-8	Cap. 4.1.3.1 (S1-8)

GRI 3: TÓPICOS MATERIAIS Referente à norma publicada em 2021	ESRS	Localização
3-1 Processo de definição da materialidade	IRO-1	Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
3-2 Lista de tópicos materiais	SBM-3	Cap. 4.1.1.3 (SBM-3)
3-3 Gestão dos tópicos materiais	SBM-3	Cap. 4.1.1.3 (SBM-3)
	E1	Cap. 4.1.2.2
	E3	Cap. 4.1.2.3
	E4	Cap. 4.1.2.4
	E5	Cap. 4.1.2.5
	S1	Cap. 4.1.3.1
	S2	Cap. 4.1.3.2
	S3	Cap. 4.1.3.3
	G1	Cap. 4.1.4.1

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

GRI 101: BIODIVERSIDADE Referente à norma publicada em 2024	ESRS	Localização
101-1 Políticas para travar e reverter a perda de biodiversidade	E4-2	Cap. 4.1.2.4 (E4-2)
101-2 Gestão de impactos na biodiversidade	E4-3	Cap. 4.1.2.4 (E4-3)
101-4 Identificação de impactos na biodiversidade	SBM-3 (E4)	Cap. 4.1.2.4 (SBM-3)
101-5 Locais com impactos na biodiversidade	E4-5	Cap. 4.1.2.4 (E4-5)
101-6 Fatores diretos de perda de biodiversidade	E4-5	Cap. 4.1.2.4 (E4-5)
101-7 Alterações ao estado da biodiversidade	E4-5	Cap. 4.1.2.4 (E4-5)

GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
201-1 Valor económico direto gerado e distribuído	-	Cap. 4.2.2
201-2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	SBM-3	Cap. 4.1.1.3 (SBM-3)
	SBM-3 (E1)	Cap. 4.1.2.2 (SBM-3)
	E1-9	Cap. 4.1.2.2 (E1-9)
201-3 Obrigações com planos de benefícios definidos e outros planos de reforma	-	Cap. 7 (Nota 7.3)
201-4 Apoios financeiros recebidos do Governo	-	Cap. 4.2.2

GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
202-1 Rácio entre o salário mais baixo por género, comparado com o salário mínimo local	S1-10	Cap. 4.1.3.1 (S1-10)

GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRAS/ABASTECIMENTO Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais	-	Cap. 4.1.4.1 (Navigator)

GRI 205: Anti-corrupção Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
205-2 Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	G1-3	Cap. 4.1.4.1 (G1-3)
205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	G1-4	Cap. 4.1.4.1 (G1-4)

GRI 207: TRIBUTAÇÃO Referente à norma publicada em 2019	ESRS	Localização
207-1 Abordagem fiscal	-	**Cap. 4.2.2**
207-2 Governação, controlo e gestão de risco	-	**Cap. 4.2.2**
207-3 Envolvimento de *stakeholders* e gestão das questões relacionadas com tributação	-	Cap. 4.2.2
207-4 Relato por país	-	Cap. 4.2.2

GRI 301: MATERIAIS Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume	E5-4	Cap. 4.1.2.5 (E5-4)
301-2 Utilização de materiais reciclados	E5-4	Cap. 4.1.2.5 (E5-4)

GRI 302: ENERGIA Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
302-1 Consumo de energia dentro da organização	E1-5	Cap. 4.1.2.2 (E1-5)
302-3 Intensidade energética	E1-5	Cap. 4.1.2.2 (E1-5)

GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES Referente à norma publicada em 2018	ESRS	Localização
303-1 Interações com a água como um recurso partilhado	SBM-3 (E3)	Cap. 4.1.2.3 (SBM-3)
	E3-1	Cap. 4.1.2.3 (E3-1)
	E3-2	Cap. 4.1.2.3 (E3-2)
	E3-3	Cap. 4.1.2.3 (E3-3)
303-3 Captação de Água	E3-4	Cap. 4.1.2.3 (E3-4)
303-4 Efluentes	E3-4	Cap. 4.1.2.3 (E3-4)
303-5 Consumo da Água	E3-4	Cap. 4.1.2.3 (E3-4)

GRI 305: EMISSÕES Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
305-1 Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)	E1-6	Cap. 4.1.2.2 (E1-6)
305-2 Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2) provenientes da aquisição de energia	E1-6	Cap. 4.1.2.2 (E1-6)
305-3 Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)	E1-6	Cap. 4.1.2.2 (E1-6)
305-4 Intensidade de emissões de GEE	E1-6	Cap. 4.1.2.2 (E1-6)

GRI 306: RESÍDUOS Referente à norma publicada em 2020	ESRS	Localização
306-1 Geração de resíduos e impactos relacionados	SBM-3 (E5)	Cap. 4.1.2.5 (SBM-3)
	E5-4	Cap. 4.1.2.5 (E5-4)
306-2 Gestão de impactos	E5-2	Cap. 4.1.2.5 (E5-2)
	E5-5	Cap. 4.1.2.5 (E5-5)
306-3 Resíduos gerados	E5-5	Cap. 4.1.2.5 (E5-5)
306-4 Resíduos não destinados a deposição final	E5-5	Cap. 4.1.2.5 (E5-5)
306-5 Resíduos destinados a deposição final	E5-5	Cap. 4.1.2.5 (E5-5)

GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	G1-2	Cap. 4.1.4.1 (G1-2)
308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	SBM-3 (G1)	Cap. 4.1.4.1 (SBM-3)

GRI 401: EMPREGO Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
401-1 Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores	S1-6	Cap. 4.1.3.1 (S1-6)
401-3 Licença parental	S1-15	Cap. 4.1.3.1 (S1-15)

GRI 403: SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO Referente à norma publicada em 2018	ESRS	Localização
403-1 Sistema de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho	S1-1	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)
403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	S1-3	Cap. 4.1.3.1 (S1-3)
403-3 Serviços de Saúde no Trabalho	S1-4	Cap. 4.1.3.1 (S1-4)
403-4 Participação, consulta e comunicação aos Colaboradores sobre Segurança e Saúde no Trabalho	S1-2	Cap. 4.1.3.1 (S1-2)
403-5 Formação dos trabalhadores em Segurança e Saúde no Trabalho	S1-4	Cap. 4.1.3.1 (S1-4
403-6 Promoção da Saúde do Colaborador	S1-4	Cap. 4.1.3.1 (S1-4)
403-7 Prevenção e mitigação de impactos na Segurança e Saúde no Trabalho diretamente relacionados com relações comerciais	S2-4	Cap. 4.1.3.2 (S2-4)
403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho	S1-14	Cap. 4.1.3.1 (S1-14)
403-9 Acidentes de trabalho	S1-14	Cap. 4.1.3.1 (S1-14)
403-10 Doenças ocupacionais	S1-14	Cap. 4.1.3.1 (S1-14)

GRI 404: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador	S1-13	Cap. 4.1.3.1 (S1-13)
404-2 Programas para desenvolvimento de competências e gestão do fim da carreira	S1-1	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)
	S1-5	Cap. 4.1.3.1 (S1-5)
404-3 Percentagem de Colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira	S1-13	Cap. 4.1.3.1 (S1-13)

GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores	GOV-1	Cap. 4.1.1.2 (GOV-1)
	S1-6	Cap. 4.1.3.1 (S1-6)
	S1-9	Cap. 4.1.3.1 (S1-9)
405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres	S1-16	Cap. 4.1.3.1 (S1-16)

GRI 406: DISCRIMINAÇÃO Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
406-1 Incidentes discriminatórios e medidas corretivas tomadas	S1-17	Cap. 4.1.3.1 (S1-17)

GRI 408: TRABALHO INFANTIL Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
408-1 Operações e fornecedores em se verifique risco significativo de incidentes com trabalho infantil	S1-1	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)
	S2-1	Cap. 4.1.3.2 (S2-1)

GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ESCRAVO Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
409-1 Operações e fornecedores em se verifique risco significativo de incidentes com trabalho escravo ou forçado	S1-1	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)
	S2-1	Cap. 4.1.3.2 (S2-1)

GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	S3-4	Cap. 4.1.3.3 (S3-4)

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES Referente à norma publicada em 2016	ESRS	Localização
414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	G1-2	Cap. 4.1.4.1 (G1-2)
414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	SBM-3 (S2)	Cap. 4.1.3.2 (SBM-3)
	S2-4	Cap. 4.1.3.2 (S2-4)
	SBM-3 (G1)	Cap. 4.1.4.1 (SBM-3)

4.2.4 Tabela de Correspondência DINF (Divulgação de Informação Não Financeira)

A presente tabela permite fazer a correspondência entre os conteúdos do Relatório Anual 2025 da Semapa e os elementos requeridos no modelo de relatório para divulgação de informação não financeira, recomendado pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). O referido modelo, aplicável às sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, resulta da convocação do regime legal aplicável.

A. INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS

Capítulos	Subcapítulos	ESRS	Localização
A. INTRODUÇÃO	1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.	SBM-1	Cap. 4.1.1.3 (SBM-1)
	2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.	BP-1	Cap. 4.1.1.1 (BP-1)
		BP-2	Cap. 4.1.1.1 (BP-2)
B. MODELO EMPRESARIAL	1. Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).	SBM-1	Cap. 4.1.1.3 (SBM-1)
C. PRINCIPAIS FATORES DE RISCO	1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.	SBM-3	Cap. 2.5 Gestão de Riscos Estratégicos Cap. 4.1.1.2 (GOV-1) Cap. 4.1.1.2 (GOV-5) Cap. 4.1.1.3 (SBM-3) Cap. 4.1.2.2 (SBM-3) Cap. 4.1.2.3 (SBM-3) Cap. 4.1.2.4 (SBM-3) Cap. 4.1.2.5 (SBM-3) Cap. 4.1.3.1 (SBM-3) Cap. 4.1.3.2 (SBM-3) Cap. 4.1.3.3 (SBM-3) Cap. 4.1.1.4 (SBM-3) Cap. 4.1.1.4 (IRO-1)
	2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.	GOV-1 GOV-5 SBM-3 IRO-1	
	3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.	GOV-1	
	4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.	SBM-3	
	5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte.	SBM-3	

Capítulos	Subcapítulos	ESRS	Localização
D. POLÍTICAS IMPLEMENTADAS			
I. Políticas ambientais	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	E1-1	Cap. 4.1.2.2 (E1-1)
		E1-2	Cap. 4.1.2.2 (E1-2)
		E1-3	Cap. 4.1.2.2 (E1-3)
		E1-4	Cap. 4.1.2.2 (E1-4)
		E2-1	Não material
		E2-2	Não material
		E2-3	Não material
		E3-1	Cap. 4.1.2.3 (E3-1)
		E3-2	Cap. 4.1.2.3 (E3-2)
		E3-3	Cap. 4.1.2.3 (E3-3)
		E4-1	Cap. 4.1.2.4 (E4-1)
		E4-2	Cap. 4.1.2.4 (E4-2)
		E4-3	Cap. 4.1.2.4 (E4-3)
		E4-4	Cap. 4.1.2.4 (E4-4)
		E5-1	Cap. 4.1.2.5 (E5-1)
		E5-2	Cap. 4.1.2.5 (E5-2)
		E5-3	Cap. 4.1.2.5 (E5-3)
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	E1-4	Cap. 4.1.2.2 (E1-4)
		E1-5	Cap. 4.1.2.2 (E1-5)
		E1-6	Cap. 4.1.2.2 (E1-6)
		E2-3	Não material
		E2-4	Não material
		E2-5	Não material
		E3-3	Cap. 4.1.2.3 (E3-3)
		E3-4	Cap. 4.1.2.3 (E3-4)
		E4-4	Cap. 4.1.2.4 (E4-4)
		E4-5	Cap. 4.1.2.4 (E4-5)
		E5-3	Cap. 4.1.2.5 (E5-3)
		E5-4	Cap. 4.1.2.5 (E5-4)
		E-5-5	Cap. 4.1.2.5 (E5-5)
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	-	-
	i. Utilização sustentável dos recursos	E3-3 E5-3	Cap. 4.1.2.3 (E3-3) Cap. 4.1.2.5 (E5-3)
	ii. Poluição e alterações climáticas	E1-4 E2-3	Cap. 4.1.2.2 (E1-4) Não material
	iii. Economia circular e gestão de resíduos	E5-3	Cap. 4.1.2.5 (E5-3)
	iv. Proteção da biodiversidade	E4-4	Cap. 4.1.2.4 (E4-4

Capítulos	Subcapítulos	ESRS	Localização
II. Políticas sociais e fiscais	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização	S2-1	Cap. 4.1.3.2 (S2-1)
		S2-4	Cap. 4.1.3.2 (S2-4)
		S2-5	Cap. 4.1.3.2 (S2-5)
		S3-1	Cap. 4.1.3.3 (S3-1)
		S3-4	Cap. 4.1.3.3 (S3-4)
		S3-5	Cap. 4.1.3.3 (S3-5)
		S4-1	Não material
		S4-4	Não material
		S4-5	Não material
		G1-2	Cap. 4.1.4.1 (G1-2)
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos	MDR-M (S2)	Cap. 4.1.3.2
		MDR-M (S3)	Cap. 4.1.3.3
		MDR-M (S4)	Não material
		MDR-M (G1)	Cap. 4.1.4.1
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	-	-
	i. Compromisso da Empresa com a comunidade	S3-5	Cap. 4.1.3.3 (S3-5)
	ii. Subcontratação e Fornecedores	S2-5 MDR-T (G1)	Cap. 4.1.3.2 (S2-5) Cap. 4.1.4.1
	iii. Consumidores	S4-5	Não material
	iv. Investimento responsável	Sem correspondência	Cap. 4.1.2.2 Cap. 4.1.3.2 Cap. 4.1.3.1 Cap. 5.7 Cap. 5.11.2
	v. Stakeholders	SBM-2 S1-2 S2-2 S4-2	Cap. 4.1.1.3 (SBM-2) Cap. 4.1.3.1 (S1-2) Cap. 4.1.3.2 (S2-2) Não material
	vi. Informação fiscal	Sem correspondência	Cap. 4.2.2
III. Trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a concretização	S1-1	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)
		S1-4	Cap. 4.1.3.1 (S1-4)
		S1-5	Cap. 4.1.3.1 (S1-5)
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos	S1-5	Cap. 4.1.3.1 (S1-5)
		S1-6	Cap. 4.1.3.1 (S1-6)
		S1-7	Cap. 4.1.3.1 (S1-7)
		S1-8	Cap. 4.1.3.1 (S1-8)
		S1-9	Cap. 4.1.3.1 (S1-9)
		S1-10	Cap. 4.1.3.1 (S1-10)
		S1-11	Não material
		S1-12	Não material
		S1-13	Cap. 4.1.3.1 (S1-13)
		S1-14	Cap. 4.1.3.1 (S1-14)
		S1-15	Cap. 4.1.3.1 (S1-15)
		S1-16	Cap. 4.1.3.1 (S1-16)
		S1-17	Cap. 4.1.3.1 (S1-17)
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	-	-
	i. Emprego	S1-5	Cap. 4.1.3.1 (S1-5)
	ii. Organização do trabalho		
	iii. Saúde e Segurança		
	iv. Relações sociais		
	v. Formação		
	vi. Igualdade		

Capítulos	Subcapítulos	ESRS	Localização
IV. Direitos humanos	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e principais ações a empreender para a sua concretização	S1-1	Cap. 4.1.3.1 (S1-1)
		S1-4	Cap. 4.1.3.1 (S1-4)
		S1-5	Cap. 4.1.3.1 (S1-5)
		S2-1	Cap. 4.1.3.2 (S2-1)
		S2-4	Cap. 4.1.3.2 (S2-4)
		S2-5	Cap. 4.1.3.2 (S2-5)
		S3-1	Cap. 4.1.3.3 (S3-1)
		S3-4	Cap. 4.1.3.3 (S3-4)
		S3-5	Cap. 4.1.3.3 (S3-5)
		S4-1	Não material
		S4-4	Não material
		S4-5	Não material
		G1-1	Cap. 4.1.4.1 (G1-1)
		MDR-A (G1)	Cap. 4.1.4.1 (MDR-A)
		MDR-T (G1)	Cap. 4.1.4.1 (MDR-T)
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos	S1-5	Cap. 4.1.3.1 (S1-5)
		S1-17	Cap. 4.1.3.1 (S1-17)
		S2-5	Cap. 4.1.3.2 (S2-5)
		MDR-M (S2)	Cap. 4.1.3.2
		S3-5	Cap. 4.1.3.3 (S3-5)
		MDR-M (S3)	Cap. 4.1.3.3
		S4-5	Não material
		MDR-M (S4)	Não material
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: i. Procedimentos de diligência devida ii. Medidas de prevenção dos riscos iii. Processos judiciais	GOV-4	Cap. 4.1.1.2 (GOV-4) Cap. 4.1.5.4
		S1-5	Cap. 4.1.3.1 (S1-5)
		S1-17	Cap. 4.1.3.1 (S1-17)
		S2-5	Cap. 4.1.3.2 (S2-5)
		S3-5	Cap. 4.1.3.3 (S3-5)
		S4-5	Não material
		G1-2	Cap. 4.1.4.1 (G1-2)
		MDR-T (G1)	Cap. 4.1.4.1 (MDR-T)
V. Combate à corrupção e às tentativas de suborno	1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de *Compliance* indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante	G1-1 G1-3 G1-4 MDR-A (G1)	Cap. 4.1.4.1 (G1-1) Cap. 4.1.4.1 (G1-3) Cap. 4.1.4.1 (G1-4) Cap. 4.1.4.1 (MDR-A) Relatório do Governo Societário
	2. Prevenção do branqueamento de capitais (para emitentes sujeitos a este regime): medidas de combate ao branqueamento de capitais; indicação do número de casos denunciados anualmente.	G1-1	Cap. 4.1.4.1 (G1-1) Relatório do Governo Societário
	3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.	G1-1	Cap. 4.1.4.1 (G1-1) Relatório do Governo Societário
	4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.	G1-1	Cap. 4.1.4.1 (G1-1)

B. INFORMAÇÃO SOBRE OS *STANDARDS* SEGUIDOS

Capítulos	Subcapítulos	ESRS	Localização
1. Identificação de standards seguidos no reporte de informação não financeira	Identificação dos standards / diretrizes seguidas na preparação da informação não financeira, incluindo as respetivas opções, bem como outros princípios considerados na atuação da Sociedade, caso aplicável. No caso de a Sociedade referir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluir identificação daqueles para cujo cumprimento a Sociedade se compromete a contribuir, com indicação das medidas tomadas, em cada ano, no sentido da prossecução dos propósitos traçados relativamente a cada um desses ODS. Ou seja, identificar ações, projetos ou investimentos concretos direcionados ao cumprimento desse ODS.	BP-1 BP-2	Cap. 4.2.1 Cap. 4.1.1.1 (BP-1) Cap. 4.1.1.1 (BP-2)
2. Identificação do âmbito e metodologia de cálculo dos indicadores	Descrição do âmbito e metodologia de cálculo (incluindo a fórmula de cálculo) dos indicadores apresentados, bem como das limitações desse reporte. Sempre que possível, apresentação de uma tabela de correspondência entre os indicadores apresentados e os princípios ou objetivos considerados, indicando o sítio onde a informação se encontra detalhada (ex., a página do relatório autónomo de reporte de informação não financeira, do relatório e contas, de outro documento ou do sítio de internet da Sociedade).	BP-2 E1-5 E1-6 E2-4 E2-5 E3-4 E4-5 E5-4 E5-5 S1-6 S1-7 S1-8 S1-9 S1-10 S1-11 S1-12 S1-13 S1-14 S1-15 S1-16 S1-17 MDR-M (S1) MDR-M (S2) MDR-M (S3) MDR-M (S4) G1-3 G1-4 MDR-M (G1)	Cap. 4.1.1.1 (BP-2) Cap. 4.1.2.2 (E1-5) Cap. 4.1.2.2 (E1-6) Não material Não material Cap. 4.1.2.3 (E3-4) Cap. 4.1.2.4 (E4-5) Cap. 4.1.2.5 (E5-4) Cap. 4.1.2.5 (E5-5) Cap. 4.1.3.1 (S1-6) Cap. 4.1.3.1 (S1-7) Cap. 4.1.3.1 (S1-8) Cap. 4.1.3.1 (S1-9) Cap. 4.1.3.1 (S1-10) Não material Não material Cap. 4.1.3.1 (S1-13) Cap. 4.1.3.1 (S1-14) Cap. 4.1.3.1 (S1-15) Cap. 4.1.3.1 (S1-16) Cap. 4.1.3.1 (S1-17) Cap. 4.1.3.1 Cap. 4.1.3.2 Cap. 4.1.3.3 Não material Cap. 4.1.4.1 (G1-3) Cap. 4.1.4.1 (G1-4) Cap. 4.1.4.1
3. Explicação em caso de não aplicação de política	Caso a Sociedade não aplique políticas em relação a uma ou mais questões, o reporte de informação não financeira apresenta uma explicação para esse facto.	-	-
4. Outras informações	Elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidos nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão, enquadramento e justificação da relevância da informação não financeira divulgada, designadamente quanto a redes/consórcios de entidades ligadas a temas de sustentabilidade e responsabilidade das organizações que integra/a que pertence, seja a nível nacional ou internacional, e compromissos de sustentabilidade que a Sociedade voluntariamente assumiu, de âmbito local ou global.	-	-

4.2.5 Tabela de Correspondência WEF

A tabela que se segue apresenta a resposta do Grupo Semapa ao WEF *framework* (*core metrics*), através do alinhamento entre as métricas estabelecidas pelo WEF, as métricas da GRI (que se encontram na génese do novo *framework*) e as Normas ESRS.

Apesar de algumas destas métricas não terem correspondência com a GRI, a Semapa responde de forma indireta através dos conteúdos relacionados com as temáticas em questão apresentados ao longo do relato de sustentabilidade.

Pilar	Tema	Métricas	Alinhamento com a GRI	Alinhamento com as ESRS
Governance	Propósito de Governance	Propósito estabelecido	GRI 2-12	GOV-1 SBM-1
	Qualidade do Órgão de Governance	Composição do Órgão de Governance	GRI 2-9 GRI 405-1	GOV-1
	Envolvimento dos Stakeholders	Tópicos materiais com impacto nos Stakeholders	GRI 2-12 GRI 2-29 GRI 3-2	SBM-2/3 IRO-1
	Comportamento ético	Anti-corrupção	GRI 205-2/3	G1-1 G1-3 G1-4
		Mecanismos de aconselhamento	GRI 2-26	S1-3 S2-3 S4-3[1] G1-1
	Riscos e Oportunidades	Integração dos riscos e oportunidades	Sem GRI associada	SBM-3 IRO-1
Planeta	Alterações Climáticas	Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE)	GRI 305-1/2/3	E1-6
		Implementação das recomendações da TCFD	Sem GRI associada	GOV-1/2/3 SBM-3 IRO-1 E1-1/2/3/4/6/9
	Perda de biodiversidade	Uso do solo e proteção ecológica focado em áreas protegidas ou de elevado valor de biodiversidade	GRI 304-1	E4-5
	Disponibilidade de água potável	Captação e consumo de água em áreas de stress hídrico	GRI 303-3/5	E3-4

Pilar	Tema	Métricas	Alinhamento com a GRI	Alinhamento com as ESRS
Pessoas	Dignidade e equidade	Diversidade e inclusão: % de colaboradores por categoria profissional, género, faixa etária e outros categorias de diversidade	GRI 405-1 e 405-2	S1-9 S1-12[1]
		Rácio salarial entre homem e mulher, minorias e maiorias étnicas, entre outros		S1-16
		Variação Salarial (%) entre salário de entrada e o salário mínimo nacional, por género	GRI 202-1	S1-10
		Variação Salarial (%) entre a remuneração total anual do CEO e a mediana da remuneração total dos restantes colaboradores, exceto CEO	GRI 2-21	Sem ESRS associada[1]
		Risco de incidentes de trabalho infantil, forçado ou escravo	GRI 408-1 e 409-1	SBM-3 S1-17
	Saúde e bem-estar	Saúde e segurança: Número e rácio de acidentes de trabalho, acidentes graves e mortes	GRI 403-9	S1-14
		Uma explicação de como a organização facilita o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, e o âmbito do acesso oferecido.	GRI 403-6	S1-4/S2-4[2] S1-11[1]
	Capacitação para o futuro	Formação (n.º) horas de formação por colaborador	GRI 404-1	S1-13
		Formação (€) investimento em formação por colaborador	Sem GRI associada	Sem ESRS associada[1]
Prosperidade	Emprego e geração de riqueza	Taxa de rotatividade (%) entre entradas e saídas de colaboradores por idade e género ou outros indicadores de diversidade	GRI 401-1	S1-6
		Contribuição económica: O valor económico direto gerado e distribuído (EVG&D) por receitas; custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo (por país) e investimentos na comunidade.	GRI 201-1	Sem ESRS associada
		Apoios financeiros recebidos do governo: Benefícios e créditos fiscais; subsídios; subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões entre outros.	GRI 201-4	Sem ESRS associada
		Contribuição financeira de investimento: Despesas totais de capital ou investimento em bens de capital (CapEx) sem amortização, suportada pela narrativa descrita pela estratégia de investimento da organização	Sem GRI associada	Sem ESRS associada[1]
		Recompra de ações e pagamentos de dividendos, apoiados pela narrativa para descrever a estratégia da empresa para o retorno de capital aos acionistas.	Sem GRI associada	Sem ESRS associada[1]
	Inovação por produtos e serviços melhores	Despesas em I&D	Sem GRI associada	Sem ESRS associada
		Custos totais associados ao desenvolvimento		
	Comunidade e vitalidade social	Impostos: O imposto global total suportado pela empresa, incluindo impostos de renda corporativos, impostos sobre propriedade, IVA não creditável e outros impostos sobre vendas, impostos sobre a folha de pagamento pagos pelo empregador e outros impostos que constituem custos para a empresa, por categoria de impostos.	GRI 201-1, 207-4	Sem ESRS associada

1. Não incluído no presente relatório (não material)
2. Em função dos temas materiais



5. Proposta de Aplicação de Resultados

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2025 apurado nas contas individuais ascendeu a 156 599 440,33 Euros, apurados segundo o normativo IFRS;

O Conselho de Administração propõe:

1. Que o resultado líquido do exercício tenha a seguinte aplicação:

Dividendos às ações em circulação (0,626 euros por ação)	49 998 227,50 Euros*
Reservas livres	101 887 212,83 Euros
Participação dos Colaboradores e Administração nos lucros do exercício até	4 714 000,00 Euros

* Excluindo as ações próprias em carteira; para o efeito foram consideradas 1 400 627 ações próprias; caso, à data de pagamento, esse montante seja alterado, o valor global de dividendos a pagar poderá ser ajustado, mantendo-se inalterado o valor a pagar por ação.

2. Que a distribuição individual da participação nos lucros seja efetuada pelo Administrador-Delegado na parte relativa aos Colaboradores e pela Comissão de Remunerações na parte relativa aos Administradores e que, caso não seja integralmente distribuído o montante afeto à participação nos lucros, o remanescente seja aplicado em Reservas Livres.

3. Que o valor relativo à participação dos Colaboradores e Administradores nos lucros do exercício que nos termos das normas contabilísticas aplicáveis foi especializado em custos com pessoal, seja revertido através do crédito do respetivo montante em Reservas Livres.

Lisboa, 14 de abril de 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

VOGAIS:

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA BAPTISTA

PAULO JOSÉ LAMEIRAS MARTINS

PEDRO SIMÕES DE ALMEIDA BISSAIA BARRETO

CARLOS FILIPE PIRES DE GOUVEIA CORREIA DE LACERDA



6. Relatório do Governo Societário

Índice

PARTE I

Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário 396

A. ESTRUTURA ACIONISTA 396
I. Estrutura de capital 396
II. Participações sociais e obrigações detidas 397

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES 398
I. Assembleia geral 398
II. Administração e Supervisão 400
III. Fiscalização 425
IV. Revisor Oficial de Contas 430
V. Auditor Externo 431

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA 432
I. Estatutos 432
II. Comunicação de irregularidades 432
III. Controlo interno e gestão de riscos 434
IV. Apoio ao Investidor 439
V. Sítio de Internet 440

D. REMUNERAÇÕES E RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES 440
I. Competência para a determinação 440
II. Comissão de Remunerações 441
III. Estrutura das remunerações 442
IV. Divulgação das remunerações 445
V. Acordos com implicações remuneratórias 448
VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (‘*stock options*’) 448

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. CONFLITOS DE INTERESSES 449
I. Mecanismos e procedimentos de controlo 449
II. Elementos relativos aos negócios 450

PARTE II

Avaliação do Governo Societário 451

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado 451
2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado 451
3. Outras Informações 457

ANEXO I

Informações a que se refere o artigo 447.º
do Código das Sociedades Comerciais 458

ANEXO II

Política de Remuneração 459

Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1
do Artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários 464

Parte I
Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (art. 245.º-A, n.º 1, al. a[1]).

A Semapa tem um capital social de 81 270 000 Euros, representado por um total de 81 270 000 ações, sem valor nominal. Todas as ações são ordinárias, têm os mesmos direitos e deveres a elas inerentes e encontram-se admitidas à negociação.

A distribuição do capital pelos acionistas, detentores de participação qualificada, é a que consta do quadro inserido no ponto 7. *infra*.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b[2]).

Não existem na Semapa restrições de qualquer natureza relativamente à transmissibilidade ou titularidade das suas ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a[3]).

A Semapa era, a 31 de dezembro de 2025, detentora de 1 400 627 ações próprias, correspondentes a 1,723% do respetivo capital social. Se os direitos de voto não se encontrassem suspensos, a percentagem de direitos de voto seria igual à percentagem de capital.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j[4]).

A Semapa não é parte em acordos significativos de financiamento, instrumentos de emissão de dívida ou outros que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Não obstante, importa esclarecer que a Semapa é parte em contratos de financiamento ou relativos a instrumentos de emissão de dívida que contêm cláusulas denominadas "*change of control*". Todavia, atendendo à sua natureza excecional e ao montante e relevância desses financiamentos, tais contratos não são considerados como significativos, nem suscetíveis de produzir efeitos que possam prejudicar o interesse económico dos acionistas ou limitar a apreciação do desempenho dos administradores.

A Semapa também não adotou quaisquer medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de mudança de controlo ou da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

[1] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários.
[2] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. b) do Código dos Valores Mobiliários.
[3] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários.
[4] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. j) do Código dos Valores Mobiliários.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem na sociedade quaisquer medidas defensivas, designadamente relativas à limitação dos direitos de voto exercíveis pelos acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g[5]).

A sociedade não tem conhecimento de, a 31 de dezembro de 2025, existirem acordos parassociais relativos a participações sociais na Semapa, que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d)[6] e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Os titulares de participações qualificadas e os demais elementos associados a essas participações, incluindo a imputação dos direitos de voto, na Semapa, a 31 de dezembro de 2025 e de acordo com a legislação em vigor, são os identificados no quadro *infra*:

Entidade	Imputação	N.º ações	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (Filipa Queiroz Pereira) Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (Mafalda Queiroz Pereira), e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (Lua Queiroz Pereira)	Em conjunto, através de sociedades por si direta e indiretamente detidas e *infra* descritas conjugado com acordo parassocial que celebraram relativamente às participações sociais que detêm nas sociedades detentoras de ações da Semapa	—	—	—
Target One Capital, S.A. (Target One)	Dominada por Filipa Queiroz Pereira; detém 21,56% do capital social da Sodim, SGPS, S.A. (Sodim)	—	—	—
Keytarget Investments – Consultoria e Investimentos, S.A. (Keytarget Investments)	Dominada por Mafalda Queiroz Pereira; detém 21,56% do capital social da Sodim	—	—	—
Premium Caeli, S.A. (Premium Caeli)	Dominada por Lua Queiroz Pereira; detém 21,56% do capital social da Sodim	—	—	—
Sodim, SGPS, S.A.	Dominada indiretamente por Filipa Queiroz Pereira, Mafalda Queiroz Pereira e Lua Queiroz Pereira; detém 100% do capital social da Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A.; titularidade direta de ações	27 508 892	33,849%	34,442%
Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Dominada indiretamente por Filipa Queiroz Pereira, Mafalda Queiroz Pereira e Lua Queiroz Pereira e diretamente pela Sodim; titularidade direta de ações	38 959 431	47,938%	48,779%
	Total:	**66 468 323**	**81,787%**	**83,221%**

[5] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. g) do Código dos Valores Mobiliários.
[6] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, als. c) e d) do Código dos Valores Mobiliários.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Esta informação é prestada no Anexo I a este relatório.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i[7]), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Os estatutos da sociedade não autorizam o Conselho de Administração a deliberar aumentos de capital.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Todas as transações ocorridas em 2025 entre a sociedade e os titulares de participação qualificada encontram-se descritas na Nota 10.4 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e na Nota 10.2 das Notas às Demonstrações Financeiras Separadas. Não ocorreram em 2025, por aplicação do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas e nos termos e condições nele previstos em cada momento, conforme descrito nos pontos 89. e seguintes do presente relatório, relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participação qualificada e a sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A) COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

11. Identificação e cargo dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelas seguintes pessoas:

PRESIDENTE:

Rui Manuel Pinto Duarte (mandato de 29/05/2025 a 31/12/2027).

SECRETÁRIO:

Luís Nuno Pessoa Ferreira Gaspar (mandato de 29/05/2025 a 31/12/2027).

B) EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f[8]).

Os estatutos da Semapa preveem que a cada ação da sociedade corresponde um voto.

Relativamente à participação dos acionistas na Assembleia Geral, os estatutos da sociedade foram objeto de revisão em 2022, tendo sido consagradas alterações conducentes a uma maior harmonização das previsões estatutárias com a lei aplicável, por um lado, e ao reforço das boas práticas do governo societário, por outro.

[7] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. i) do Código dos Valores Mobiliários.
[8] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. f) do Código dos Valores Mobiliários.

Em sequência da referida revisão, as regras estatutárias em matéria de direito de voto passaram a ser as seguintes:

i. Poderão participar na Assembleia Geral os acionistas com direito de voto, sendo que a participação na Assembleia Geral e o exercício do direito de voto depende da comprovação da qualidade de acionista com direito de voto às 00:00 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral;

ii. É permitido o exercício do direito de voto por correspondência postal ou por via eletrónica, cabendo ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a sua autenticidade e regularidade e assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, observando-se o seguinte:

   – As declarações de voto devem ser dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e recebidas na sede social até à véspera da Assembleia Geral;

   – No caso de exercício do direito de voto por via eletrónica, a mensagem de correio eletrónico dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve conter, em anexo, documento em formato PDF, assinado em conformidade com assinatura constante de documento de identificação válido do respetivo titular, de onde constem as declarações de voto relativas a cada um dos pontos da ordem de trabalhos, bem como cópia do documento de identificação do titular. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral poderá estabelecer na convocatória da assembleia em causa um regime diverso do estabelecido nesta alínea que assegure equivalente segurança e fiabilidade;

   – No caso de exercício do direito de voto por correspondência postal, o sobrescrito deve conter uma carta dirigida ao Presidente da Mesa, devidamente assinada em conformidade com assinatura constante de documento de identificação válido do respetivo titular e de onde constem as declarações de voto relativas a cada um dos pontos da ordem de trabalhos, bem como cópia do documento de identificação do titular, e

   – Os votos emitidos por estes meios serão computados em conjunto com os votos que venham a ser expressos na Assembleia Geral, valendo como votos negativos em relação às propostas apresentadas ulteriormente à sua emissão.

iii. A Assembleia Geral poderá ser efetuada por meios telemáticos, sempre que tal se revelar adequado e conveniente, desde que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral confirme que, para efeitos de realização da mesma, se encontram assegurados os respetivos meios, a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo a sociedade ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.

A Assembleia Geral Anual da sociedade de 29 de maio de 2025 foi realizada ao abrigo das regras estatutárias acima descritas, tendo a mesma decorrido de modo presencial. A decisão de realizar a Assembleia Geral Anual exclusivamente em formato presencial fundamentou-se em diversos elementos que, conjugados, demonstram a adequação e proporcionalidade da opção adotada.

Em primeiro lugar, a sociedade não recebeu qualquer solicitação para permitir a participação dos acionistas por meios telemáticos, o que demonstra que o formato presencial tem correspondido às expectativas e preferências do seu universo acionista. Valoriza-se, assim, o carácter presencial das assembleias, opção que permite igualmente evitar as assimetrias que os sistemas telemáticos introduzem, em especial quando se opta pela realização da assembleia em modo híbrido, assegurando condições de efetiva igualdade entre todos os acionistas, bem como a segurança nas comunicações e na organização dos trabalhos. Esta opção contribui, ainda, para reforçar a qualidade e a dinâmica das intervenções e privilegiar a dimensão humana, num contexto de maior transparência, espontaneidade e interação, com contacto direto com a administração e demais órgãos sociais, aspetos que a mediação tecnológica tende inevitavelmente a atenuar e dos quais, na opinião da sociedade, o fórum acionista não deveria abdicar, salvo em casos excecionais.

Por outro lado, importa considerar a estrutura de capital da Semapa e o nível de participação dos seus acionistas nas assembleias gerais, que se tem mantido estável e consistente ao longo do tempo. A este propósito, é de notar que, mesmo quando a assembleia se realizou por via exclusivamente telemática, em contexto excecional motivado pela pandemia de Covid-19, não se registou qualquer incremento assinalável na participação acionista.

Tendo em consideração o que foi previamente exposto, a sociedade procedeu a uma avaliação criteriosa da proporcionalidade entre os benefícios esperados da disponibilização de meios telemáticos e as desvantagens associadas à implementação e manutenção de um sistema de participação simultânea, concluindo que tal solução acrescentaria essencialmente complexidade a um modelo que tem funcionado de forma reconhecidamente adequada, sem que daí resultem benefícios efetivos para a sociedade ou para os seus acionistas. Acresce que a sociedade já disponibiliza mecanismos consolidados e eficazes de participação não presencial, nomeadamente representação por procuração e exercício do direito de voto por correspondência, permitindo aos acionistas impossibilitados de comparecer pessoalmente exercerem plenamente os seus direitos de voto.

Por último, importa reiterar que a Semapa orienta a sua apreciação das recomendações que lhe são dirigidas pelo princípio da proporcionalidade e da adequação ao caso concreto, não se revendo em medidas que se traduzam numa imposição generalizada e uniforme sobre as sociedades cotadas, sem atender às características e especificidades de cada uma, as quais necessariamente devem relevar na ponderação da adequação da opção recomendada e das desvantagens que a mesma comporta, juízo que assume especial relevância em matérias de natureza eminentemente organizativa como a que está em causa.

Sem prejuízo da fundamentação exposta, a sociedade mantém sob avaliação contínua a adequação dos meios de participação acionista disponibilizados, garantindo que não existem barreiras injustificadas à participação dos acionistas e que são disponibilizados todos os meios adequados e proporcionais para o exercício efetivo dos direitos sociais, em conformidade com a estrutura e características do seu universo acionista.

No âmbito da referida Assembleia Geral, alguns acionistas exerceram o seu direito de voto por correspondência eletrónica ao abrigo dos estatutos da sociedade.

Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º

Não existem regras estatutárias que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem na sociedade quóruns constitutivos e deliberativos diferentes dos legais supletivos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A) COMPOSIÇÃO

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A sociedade adota o modelo de governo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º (Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas), ambos do Código das Sociedades Comerciais.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245.º-A, n.º 1, al. h[9]). Política de diversidade.

Atualmente, não existem na Semapa quaisquer regras estatutárias especiais relativas à nomeação e substituição dos administradores, aplicando-se, nesta matéria, o regime geral supletivo que resulta do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, a competência para a designação dos administradores (bem como do órgão de fiscalização) pertence aos acionistas.

A sociedade divulga, no entanto, no **sítio**[10] da sociedade na Internet os seguintes Princípios de Diversidade, que consagram os requisitos e critérios relativamente ao perfil de novos membros dos órgãos societários:

– Inclusão de membros com habilitações académicas distintas e experiência profissional em áreas diversas, adequadas e relevantes para o exercício do cargo a desempenhar;

– Promoção da diversidade de género;

– Inclusão de membros de idades diversas, combinando experiências adquiridas com novas perspetivas, e

– Inclusão de membros com vivências ou origens geográficas diversas.

[9] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. h) do Código dos Valores Mobiliários.
[10] https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/principios-de-diversidade/

Estes Princípios de Diversidade constituem um reconhecimento formal pela sociedade dos benefícios da diversidade nos seus órgãos sociais, designadamente como forma de assegurar maior equilíbrio na sua composição, de potenciar o desempenho de cada membro e, em conjunto, de cada órgão, de melhorar a qualidade dos processos de tomada de decisão e de contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

Em conformidade e para a promoção da diversidade no seio da sociedade, esta aceitou que, para além dos atributos individuais, tais como a competência, a independência, a integridade de carácter, a disponibilidade e a experiência, são também relevantes outros requisitos e critérios de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, tais como a diversidade de género, habilitações e experiências profissionais distintas, a inclusão de membros de idades diferentes e, bem assim, com vivências ou origens geográficas diversas.

Veja-se que a análise *infra* transmite a existência de um nível bastante razoável de diversidade nas suas várias dimensões, e no que respeita a todos os membros do Conselho de Administração da Semapa em exercício de funções durante o exercício de 2025:

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

				Formação académica					Competências									
	Género	Idade	Posição	Engenharia	Economia	Gestão	Matemática	Outras formações	Administração e Gestão de Empresas	Governance	Fusões e Aquisições	Internacionalização	Empreendedorismo / Venture Capital	Académica	Gestão de Talento	Tecnologias de Informação	Sustentabilidade	Indústria / Serviços
José Fay	M	72	PCA	X					X	X	X	X			X			X
Ricardo Pires	M	49	CEO			X		X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Vítor Paranhos Pereira[11]	M	69	CFO		X				X	X	X	X			X	X	X	X
Filipa Queiroz Pereira	F	52	NE				X	X	X	X			X			X		X
Mafalda Queiroz Pereira	F	49	NE					X	X	X			X					X
Lua Queiroz Pereira	F	44	NE					X	X	X			X					X
António Viana-Baptista	M	68	NE			X		X	X	X	X	X	X		X	X		X
Paulo Lameiras Martins	M	60	NEI	X				X	X	X	X	X	X	X	X			X
Pedro Barreto	M	60	NEI			X		X	X	X	X	X			X	X		X
Carlos Lacerda	M	64	NEI	X				X	X	X	X	X			x	X		X

M – Masculino
F – Feminino
NE – Não Executivo
NEI – Não Executivo Independente

Note-se ainda que a Comissão de Talento[12] é a comissão com atribuições consultivas em matéria de nomeação dos órgãos sociais, com competências de apoio na identificação de potenciais membros dos órgãos sociais e de avaliação da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar, devendo induzir processos de seleção transparentes e que sejam propostos os candidatos que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada, incluindo entre homens e mulheres, idade e experiência profissional.

Desta forma, entende a sociedade que estão atingidos todos os objetivos resultantes da adoção formal de uma política de diversidade, o que a realidade também demonstra.

[11] O Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira cessou as funções de Administrador da sociedade em 29 de maio de 2025.
[12] As comissões constituídas no seio do Conselho de Administração encontram-se melhor identificadas nos pontos 21. e 29. deste relatório.

Diga-se, por último, e reforçando a promoção da diversidade, que a sociedade aprovou em 2025 o Plano para a Igualdade de 2026, com progressos relativamente ao Plano para a Igualdade de 2025 aprovado em 2024, e procedeu à comunicação do mesmo à CMVM, encontrando-se ainda o mesmo publicado no **sítio**[13] da Internet da Semapa.

A informação sobre o modo como o cumprimento do regime de representação mais equilibrada contribui para a promoção de igualdade entre homens e mulheres na Semapa, no que respeita aos membros de órgãos sociais e aos seus Colaboradores, encontra-se detalhada no presente Relatório Anual no respetivo Capítulo 4.1.3.1.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Os estatutos da sociedade, no n.º 1 do artigo 11.º, estipulam que o Conselho de Administração é composto por três a quinze administradores e que o mandato, na sequência da alteração estatutária aprovada em 2022, é de três anos.

Individualiza-se, em relação a cada um dos membros, a data da primeira designação e termo do mandato:

Membros do Conselho de Administração	Data da primeira designação e termo do mandato
José Antônio do Prado Fay	2018-2027
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	2014-2027
Vítor Paulo Paranhos Pereira	2014-2024
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2027
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2027
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2027
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	2010-2027
Paulo José Lameiras Martins	2022-2027
Pedro Barreto	2025-2027
Carlos Lacerda	2025-2027

Na Assembleia Geral Anual de 29 de maio de 2025, em que foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2025-2027, foram reconduzidos todos os membros do Conselho de Administração com exceção do Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira. Nessa mesma assembleia, os Senhores Dr. Pedro Barreto e Eng.º Carlos Lacerda foram designados pela primeira vez para exercerem funções como administradores da sociedade.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

O Conselho de Administração da sociedade, até à realização da Assembleia Geral Anual da sociedade de 29 de maio de 2025, foi composto por oito membros, dos quais dois membros fizeram parte da respetiva Comissão Executiva, conforme melhor identificados no ponto 28. *infra*.

No decurso de 2025, e na sequência da assembleia geral anual e eletiva, o Conselho de Administração procedeu a uma reflexão sobre o modelo de governo da administração executiva mais adequado à estrutura e necessidades da sociedade, tendo sido especialmente considerada, nessa reflexão, a experiência acumulada ao longo do último mandato, durante o qual exerceram funções, apenas, dois administradores executivos. Dessa reflexão resultou a convicção de que seria possível fazer evoluir o modelo de administração executiva, por forma a assegurar e reforçar a sua eficácia operacional e celeridade na tomada de decisões, mantendo e consolidando o foco da liderança executiva, alinhada com os objetivos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração.

Neste contexto, o Conselho de Administração deliberou, em 30 de maio de 2025, designar o Senhor Dr. Ricardo Pires como Administrador-Delegado (CEO) da sociedade, visando conferir à sociedade uma liderança executiva clara e fortalecida, a quem cabe exercer as funções executivas, com o apoio permanente e direto da Comissão de Direção Executiva[14].

[13] https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2025/09/Plano-para-a-Igualdade-Semapa_2026-Versao-Final_PB.pdf
[14] As comissões constituídas no seio do Conselho de Administração encontram-se melhor identificadas nos pontos 21. e 29. deste relatório.

Dado que, ao longo de 2025, o número de administradores não executivos representou entre 75% e 89% dos membros do Conselho de Administração, consideramos esta percentagem adequada à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, e suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas. Este juízo de adequação teve em conta, em particular, a dimensão da Comissão Executiva (no período em que exerceu funções) e a delegação de poderes que foi confiada pelo Conselho de Administração à Comissão Executiva e, a partir de 30 de maio de 2025, ao Administrador-Delegado, as atividades da sociedade e a sua natureza de sociedade *holding*, a estabilidade da estrutura acionista, bem como o conjunto de competências diversificadas e a disponibilidade dos membros não executivos para o desempenho das suas funções, que através da estreita cooperação desenvolvida com o Presidente do Conselho de Administração, asseguram uma efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos membros executivos do Conselho de Administração.

Dos membros não executivos que exerceram funções durante o exercício de 2025, podem ser qualificados como independentes, à luz dos critérios elencados no Código de Governo das Sociedades adotado, os Administradores Senhores Eng.º Paulo Martins, Dr. Pedro Barreto e Eng.º Carlos Lacerda[15], por não estarem associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontrarem em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

O Administrador Senhor Eng.º José Antônio do Prado Fay não foi qualificado como independente à luz dos referidos critérios, porquanto exerceu funções como administrador de sociedades titulares de participação qualificada na Semapa, no decurso do exercício de 2025. Por seu turno, as Administradoras, Senhoras Dr.ª Filipa Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Queiroz Pereira e D.ª Lua Queiroz Pereira não foram qualificadas como administradoras independentes em virtude de igualmente exercerem funções de administração em sociedades com participação qualificada na Semapa e por, no exercício de 2023, terem passado a deter participações qualificadas na sociedade, nos termos descritos no ponto 7. *supra*. Por fim, o Administrador Senhor Dr. António Viana-Baptista não é qualificado como administrador independente em virtude de relação comercial existente entre a sociedade e uma entidade na qual exerce funções de gestão e igualmente por ter exercido, de forma contínua, funções de administração na sociedade durante mais de doze anos.

Assim, verifica-se que a percentagem de administradores não executivos que cumpriram os requisitos formais de independência estabelecidos no Código de Governo das Sociedades adotado correspondeu a 17% até 29 de maio de 2025, tendo evoluído para 38% desde essa data e até 31 de dezembro de 2025.

A sociedade considera que ambos os níveis são plenamente adequados e consentâneos com uma atuação totalmente independente do Conselho de Administração, sendo suficientes para garantir a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão de administração. O significativo reforço da percentagem de administradores independentes reflete o compromisso contínuo da sociedade com a adoção das melhores práticas de governo societário.

Não sendo o Presidente do Conselho de Administração da sociedade independente, e atendendo à dimensão e especificidades da sociedade, nomeadamente a sua natureza familiar e concentração da respetiva estrutura de capital, e ao número total de administradores não executivos e, de entre estes, de administradores independentes, e, bem assim, às características e atual posicionamento do Presidente do Conselho de Administração, a sociedade optou por instituir um mecanismo que assegura a coordenação entre os vários membros do Conselho de Administração.

Na realidade, e como vem referido no presente relatório, existem instituídas na sociedade várias regras e procedimentos que permitem uma articulação estreita e regular entre os membros do Conselho de Administração, designadamente entre o respetivo Presidente e os demais administradores, e a existência das condições e meios necessários ao desempenho das suas funções de forma independente, informada e eficiente, garantindo a função fiscalizadora e de supervisão da atuação da gestão executiva.

Destacamos, a este respeito, os mecanismos previstos no Regulamento do Conselho de Administração e das diversas comissões internas da sociedade[16], que se mantiveram inalterados com a alteração do modelo de governo societário da sociedade verificado em 2025, nos termos dos quais:

a) Os membros do Conselho de Administração, incluindo os membros não executivos, podem ter acesso a toda a informação da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade;

b) O Presidente do Conselho de Administração deve informar os administradores da sociedade, no início de todas as reuniões do Conselho de Administração, das deliberações, decisões e atos mais relevantes praticados pela Comissão Executiva ou pelo Administrador-Delegado, conforme aplicável, desde a anterior reunião, que ainda não sejam do conhecimento dos restantes administradores;

[15] No que respeita ao Senhor Eng.º Carlos Lacerda, cumpre esclarecer que, tendo sido identificado um contrato entre subsidiária da Semapa e uma empresa na qual o referido administrador exerce funções de direção, foi efetuada a respetiva análise, da qual resultou que a contratação em causa foi realizada em condições normais de mercado e com estrita observância dos procedimentos e regras aplicáveis. Considerou-se, ainda, que, atenta a natureza do contrato, as condições acordadas, bem como o seu impacto e relevância para a contraparte, tal relação contratual não configura uma relação comercial significativa para os efeitos da presente análise, não sendo, por conseguinte, suscetível de comprometer a imparcialidade do administrador na apreciação e tomada de decisões no âmbito do desempenho das suas funções na Semapa.

[16] As comissões constituídas no seio do Conselho de Administração encontram-se melhor identificadas nos pontos 21. e 29. deste relatório.

c) De todas as reuniões da Comissão Executiva ou da Comissão de Direção Executiva, conforme aplicável, devem ser lavradas atas que ficam ao cuidado do Secretário da Sociedade e que devem ser disponibilizadas a qualquer membro do Conselho de Administração que as solicite;

d) O Presidente da Comissão Executiva ou o Administrador-Delegado, conforme aplicável, deve, na medida do possível, promover o envolvimento dos administradores não executivos em projetos e atos específicos de modo a permitir um maior acompanhamento e aproximação dos administradores não executivos à atividade da sociedade, em função das matérias em causa e das habilitações específicas e preferências de cada um;

e) Os administradores executivos devem estar disponíveis para prestar os esclarecimentos e informações que sejam solicitados pelos administradores não executivos;

f) O Presidente de cada uma das Comissões Internas da sociedade deve informar o Conselho de Administração das deliberações da comissão que integra, que, atendendo à sua relevância, devam ser do seu conhecimento. No caso da Comissão de Direção Executiva, esta atribuição cabe ao Presidente da Comissão Executiva ou ao Administrador-Delegado, conforme aplicável;

g) Todos os membros das Comissões Internas da sociedade devem estar disponíveis para prestar os esclarecimentos e informações que sejam solicitados pelos demais administradores, e

h) Os documentos de suporte relativos aos diversos pontos da ordem de trabalhos das reuniões do Conselho de Administração e das Comissões Internas da sociedade devem ser distribuídos por todos os membros com a antecedência que permita a sua análise atempada, preferencialmente com a convocatória da reunião.

Adicionalmente, o Presidente do Conselho de Administração, que recordamos ser não executivo, integra a Comissão de Governo Societário; dois administradores não executivos independentes integram a Comissão de Controlo e Riscos; e quatro administradores não executivos integram a Comissão de Talento. O facto de o Presidente do Conselho de Administração presidir igualmente à Comissão de Governo Societário e à Comissão de Talento reforça a coordenação e o desempenho dos trabalhos dos administradores com funções não executivas, no âmbito da interação e dos procedimentos definidos e implementados na sociedade.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

José Fay é licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo frequentado um curso específico de pós-graduação em Engenharia de Equipamentos na Coppe\Petrobras (Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia). Iniciou a sua atividade profissional na Copesul em 1978, onde foi gerente do setor de engenharia mecânica até 1986. De 1986 até 1988 foi chefe da Divisão de Engenharia e Manutenção da Petroquímica Triunfo, S.A. Entre 1988 e 2000 exerceu diversas funções de direção na Bunge Global, nas áreas de Engenharia e Negócios de Produtos de Consumo. Assumiu a Direção Comercial e de Marketing da Electrolux de 2000 até 2003 e, desde essa data e até 2007, assumiu a presidência da Batavo, S.A., que, em 2006, seria incorporada na Perdigão, S.A., assumindo a Presidência desta empresa em 2008. Presidiu a Brasil Foods S.A. de 2009 até 2013. Desde 2014 participa no Conselho de Administração da Camil, S.A. Exerce, desde 2020, funções como Presidente do Conselho de Administração da Semapa e da Sodim e noutras sociedades com estas relacionadas. Exerce ainda funções de administrador no Conselho de Administração da São Salvador Alimentos, S.A. e da Engecampo, S. A.

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

Ricardo Pires é licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, detém uma especialização em Corporate Finance pelo ISCTE e um MBA em Gestão de Empresas pela Universidade Nova de Lisboa. Iniciou a sua carreira na área de consultoria de gestão, entre 1999 e 2002, primeiro na BDO Binder e posteriormente na GTE Consultores. Nos anos de 2002 a 2008 exerceu funções na Direção de Corporate Finance do ES Investment, onde executou diversos projetos de M&A e mercado de capitais nos setores de Energia, Pasta e Papel e Food & Beverages. Colabora desde 2008 com a Semapa, inicialmente como Diretor de Planeamento Estratégico e Novos Negócios e depois, a partir de 2011, como Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração. Em 2014 foi designado Administrador Executivo da Semapa e, em 2022, Presidente da respetiva Comissão Executiva, cargo que exerceu até maio de 2025, tendo, nessa data, sido designado Administrador-Delegado dessa sociedade. Exerce ainda funções noutras sociedades relacionadas com a Semapa. Desde 2015, exerce cargos de administração não executiva na The Navigator Company e na Secil, tendo passado, em 2022, a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração das referidas sociedades. Em 2017 foi designado CEO da Semapa Next, tendo assumido em 2022 funções de Presidente do Conselho de Administração dessa sociedade. Entre

2020 e 2025 exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração no Grupo ETSA e, em 2023, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Triangle's. Entre 2020 e 2022 lecionou o Master in Finance, mestrado da Universidade Católica de Lisboa.

VÍTOR PAULO PARANHOS PEREIRA

Vítor Paranhos Pereira é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e frequentou a AESE (Universidade de Navarra). Iniciou a sua atividade profissional em 1982, na Empresa Gaspar Marques Campos Correia & Cª. Lda., como Diretor Financeiro até 1987. De 1987 a 1989, exerceu o cargo de Adjunto da Direção Financeira no Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP). Em 1989 ingressou no Grupo como Diretor Financeiro da Sodim, tendo sido nomeado vogal do Conselho de Administração da mesma em 2009, funções que exerceu até maio de 2018 e, depois, desde março de 2020 até ao presente. Exerce ainda funções de administração em diversas sociedades relacionadas com a Sodim, nomeadamente, desde 1998 na Hotel Ritz. Exerceu ainda, entre 2001 e 2016, funções de administração na Hotel Villa Magna. É administrador da Sonagi desde 1995, exercendo funções de Presidente do Conselho de Administração desde junho de 2020. Foi designado administrador da Refundos em 2005, exercendo funções de Presidente do Conselho de Administração dessa sociedade de 2018 até maio de 2020. De 2006 a 2015, exerceu o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) e em 2019 foi nomeado Presidente da Mesa da Assembleia Geral desta entidade. Foi, de 2007 a 2016, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP). Exerceu funções de Vogal do Conselho Fiscal da Eurovida – Companhia de Seguros, S.A. e da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. de 2009 a 2018. Em 2014, foi designado vogal do Conselho de Administração da Semapa e em 2020, Administrador Executivo dessa sociedade e de outras sociedades com esta relacionadas, funções que exerceu até maio de 2025. Exerce desde 2020, cargos de administração na The Navigator Company, e desde 2020 e até 2025, na Secil.

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Filipa Queiroz Pereira é licenciada em Matemáticas Aplicadas pela Universidade Lusíada e pós-graduada em Sistemas de Informação pela Harvard Extension School. Completou programas para executivos no INSEAD, London Business School, Harvard Business School e Singularity University e tem estado envolvida na atividade de consultoria informática e no setor imobiliário. É Administradora da Sodim desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e do Hotel Ritz.

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Mafalda Queiroz Pereira tem o Ensino Secundário em conjunto com os cursos técnicos de Entalhe e Marcenaria pela Fundação Ricardo Espírito Santo e de Arquitetura de Interiores pelo SENAI (Brasil). Completou programas para executivos no INSEAD, London Business School e Harvard Business School e tem estado envolvida no desenvolvimento de projetos no setor imobiliário. É Administradora da Sodim desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e da Sonagi, sociedade dedicada à gestão e exploração imobiliária.

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Lua Queiroz Pereira, após concluir o Ensino Secundário, frequentou várias escolas de gestão internacionais, nomeadamente o INSEAD, onde obteve o certificado em Global Management, a London Business School, Singularity University e Harvard Business School, onde completou cursos para executivos. No passado foi gestora de negócios ligados à modalidade do hipismo. É Administradora da Sodim desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e da Semapa Next, sociedade de venture capital do Grupo.

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA

António Viana-Baptista é licenciado em Economia, pós-graduado em Economia Europeia e tem um MBA (INSEAD). Entre 1984 e 1991, foi Principal Partner da McKinsey & Co. Entre 1991 e 1998 exerceu o cargo de Administrador do Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2008 desempenhou funções na Telefonica, S.A., como Presidente da Telefonica Internacional (1998-2002), Presidente da Telefonica Moviles (2002-2006) e Presidente da Telefonica España (2006-2008), tendo também desempenhado funções como Administrador da Telefonica S.A. e da Portugal Telecom, em representação da Telefonica. Entre 2011 e 2016, foi CEO do Credit Suisse AG para Espanha e Portugal. Foi Administrador Não Executivo da Jasper Inc, California, até 2016, da Abertis, S.A. entre 2017 e 2018, da Atento, S.A., entre 2018 e 2021 e da Jerónimo Martins, S.A. entre 2010 e 2025. Atualmente é Administrador Executivo da Alter Venture Partners G.P., SARL e da Alter Venture Partners II G.P., SARL e ainda Administrador Não Executivo da Azora Capital S.L. É Administrador Não Executivo da Semapa desde 2010.

PAULO JOSÉ LAMEIRAS MARTINS

Paulo Lameiras Martins é licenciado em Engenharia de Produção Industrial pela Universidade Nova, pós-graduado em Gestão e frequentou o curso do International Directors Program (INSEAD). Possui uma longa carreira em Investment Banking. Foi membro do Conselho de Administração de bancos e de várias empresas desde 2005. Trabalhou em empresas portuguesas, americanas, alemãs e chinesas, tendo adquirido uma grande experiência multicultural. Engenheiro de formação, com experiência inicial na indústria de componentes automóveis, tornou-se um executivo sénior com uma experiência ampla em várias empresas. Foi também Membro do Conselho de Administração de mais de vinte empresas, quer como Presidente executivo ou não executivo em diversos setores e em várias geografias, desde o Brasil, Portugal e Polónia. Convidado de diversos fóruns, conferências e *workshops* (na Europa, América Latina e China) em assuntos relacionados com Banca e Economia. É, desde 2022, Vogal do Conselho de Administração da Semapa.

PEDRO SIMÕES DE ALMEIDA BISSAIA BARRETO

Pedro Barreto é licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e frequentou o Programa de Formação para Executivos da Universidade de Stanford. Iniciou a sua atividade profissional durante a licenciatura, tendo, nos primeiros quatro anos trabalhado na área de sistemas informáticos da Soporcel-Sociedade Portuguesa de Celulose, atual Navigator, e o quinto e último ano no Banco BPI, instituição onde permaneceu durante quase trinta e seis anos (outubro 1988 a março 2024). Desenvolveu a sua carreira essencialmente nas áreas Comerciais e de Marketing, tendo sido nomeado Diretor Central de Marketing em 1998, função que desempenhou até março de 2004. Em março de 2004, tornou-se membro da Comissão Executiva do Banco BPI, tendo exercido, desde essa data e até à sua saída, funções de administrador em diversas áreas. Em termos não executivos, foi Vice-Presidente do BCI, líder do mercado bancário moçambicano, desde 2013, e desempenhou funções de Administrador da Unicre e da SIBS, entre 2014 e 2017, e da Allianz Portugal entre meados de 2016 e de 2017. Foi Presidente do Júri do Prémio PME Inovação COTEC-BPI, Presidente do Júri do Prémio Nacional de Agricultura, Presidente do Júri do Prémio Nacional de Turismo e Membro do Conselho Geral da COTEC. É, desde maio de 2025, Vogal do Conselho de Administração da Semapa.

CARLOS FILIPE PIRES DE GOUVEIA CORREIA DE LACERDA

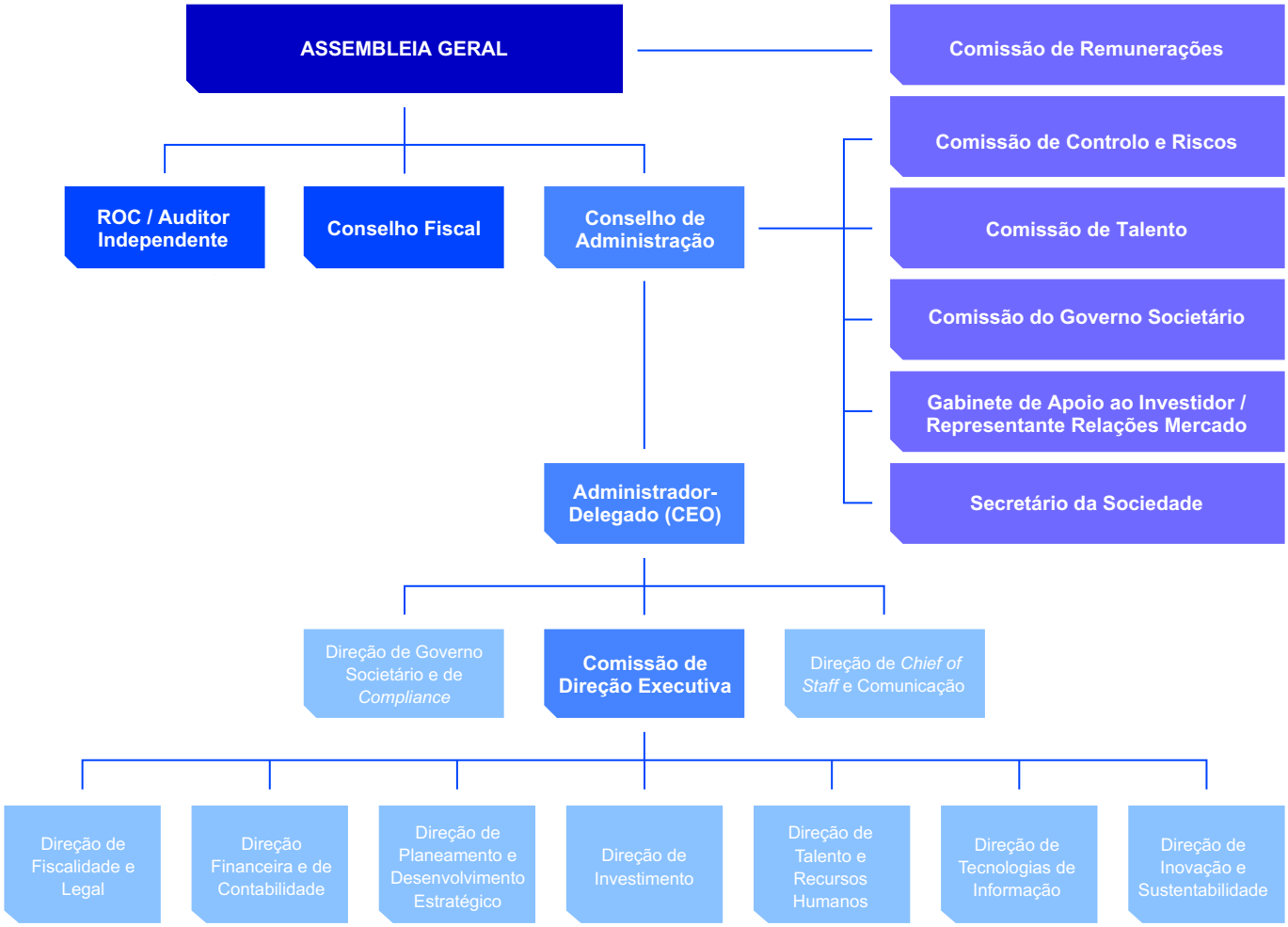
Carlos Lacerda é licenciado em Engenharia Mecânica, com especialidade em termodinâmica, pelo Instituto Superior Técnico, pós-graduado em Gestão pelo ISCTE, Programa de Alta Direção Empresarial, pela AESE/IESE e Marketing pela Kellogg School of Management, Northwest University (USA-Chicago). Entre 1992 e 2009, exerceu vários cargos executivos na Microsoft em diferentes países europeus e liderou a maior unidade de negócio da Microsoft para a Europa Ocidental. De 2009 a 2012, assumiu a função de Presidente Executivo da Farminveste, *holding* Empresarial da Associação Nacional de Farmácias, sendo responsável pela sua reestruturação e das suas participadas, sendo ainda Administrador não executivo da Glintt Global e da MR-Health Market Research. Regressou à Microsoft, integrando a equipa de gestão sénior para a Região da Ásia-Pacífico e assumindo a Direção Geral da Microsoft Malásia e integrando os conselhos de Administração, como não executivo, da Malaysian Global Innovation & Creative Center e da American Malaysian Chamber of Commerce. Em 2015 regressa a Portugal, onde assume a Direção Geral da SAP em Portugal, integrando também a equipa de liderança para a região da Europa do Sul, Médio Oriente e África. Em 2017 assume a Presidência da Comissão Executiva da ANA Aeroportos e a Presidência do Conselho de Administração da Portway. Em 2018, regressa à SAP onde assume a função de Vice-Presidente Regional para a Europa do Sul, Médio Oriente e África. Desde 2023, até ao presente, assume a liderança da SAP para a Região da Europa do Sul. É, desde maio de 2025, Vogal do Conselho de Administração da Semapa.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Para além do desempenho de funções de administração nas sociedades Target One Capital, Keytarget Investments, Premium Caeli, Sodim e Cimo, por parte de administradores da sociedade, conforme descrito no ponto 26. *infra*, e das detenções de participações qualificadas na sociedade e respetivas imputações detalhadas no ponto 7. *supra*, respeitantes às Senhoras Dr.ª Filipa Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Queiroz Pereira e D.ª Lua Queiroz Pereira, não existem outras relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração da sociedade com acionistas da Semapa titulares de participação qualificada.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organograma dos vários órgãos, comissões e direções da Semapa a 31 de dezembro de 2025[17]:



A gestão da Sociedade baseia-se na articulação entre o Conselho de Administração, destacando-se, neste âmbito, a intervenção do seu Presidente, no exercício de funções de coordenação, e o Administrador-Delegado, Senhor Dr. Ricardo Pires. Este último conta com o apoio da Comissão de Direção Executiva, cujas competências se encontram descritas no ponto 29. do presente relatório. O Administrador-Delegado toma as suas decisões com o suporte direto e contínuo da referida Comissão, ponderando sempre as suas deliberações.

Assim, a coordenação e proximidade entre a administração não executiva e executiva foram asseguradas pela estreita cooperação desenvolvida entre o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Eng.º José Fay, e o Administrador-Delegado, Senhor Dr. Ricardo Pires, que, nos termos atrás indicados, contou com o apoio direto e permanente da Comissão de Direção Executiva no exercício das suas funções, e pela respetiva disponibilidade para a transmissão regular de toda a informação relevante ou urgente, ou que seja solicitada, relativa à gestão corrente da sociedade, aos membros não executivos do Conselho de Administração, de forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões estratégicas ou consideradas especialmente relevantes, ainda que estas se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

[17] Até 29 de maio de 2025 a sociedade dispunha de uma Comissão Executiva constituída por dois administradores, Senhores Dr. Ricardo Pires, Presidente, e Dr. Vítor Paranhos Pereira, Vogal. Em 30 de maio de 2025 o Conselho de Administração procedeu à designação do Senhor Dr. Ricardo Pires como Administrador-Delegado, no contexto da alteração do modelo de administração executiva da Sociedade melhor descrito *supra*.

Também relativamente aos restantes membros dos órgãos sociais, incluindo o Secretário da Sociedade, as informações solicitadas são prestadas pelo Administrador-Delegado, com o apoio da Comissão de Direção Executiva, em tempo útil e de forma adequada.

Para assegurar uma transmissão regular de informação, a Comissão de Direção Executiva disponibiliza ainda as convocatórias e as atas dessa Comissão ao Conselho Fiscal. Também as restantes comissões e órgãos sociais da sociedade asseguram, de forma atempada, adequada e nos termos dos respetivos regulamentos de funcionamento, o fluxo interorgânico da informação necessária, nomeadamente, através da disponibilização de convocatórias e de atas, nos termos necessários e adequados ao exercício das competências legais e estatutárias por parte dos restantes órgãos e comissões, incluindo o Secretário da Sociedade.

No que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, e no que diz respeito aos poderes do **Administrador-Delegado**, estão delegados poderes de gestão amplos, na sua grande parte discriminadamente indicados no ato de delegação e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais.[18]

Estão, em concreto, delegados os seguintes atos:

a) Sem prejuízo dos limites constantes das alíneas d) a e) *infra*, negociar e celebrar por ato público ou particular qualquer contrato de natureza comercial ou civil nos termos e condições que considere mais convenientes, bem como tomar todas as decisões que considere apropriadas na execução desses contratos, até ao montante de € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros), por contrato;

b) Emitir, subscrever, sacar, aceitar, endossar, avalizar, protestar ou praticar qualquer outro ato no âmbito da utilização de títulos de crédito;

c) Decidir sobre todos os atos correntes de natureza bancária, junto de instituições financeiras portuguesas ou estrangeiras, designadamente abrindo, consultando e estabelecendo o modo de movimentação de contas bancárias por todas as formas legalmente admissíveis;

d) Negociar, contrair e alterar as condições de contratos de financiamento, junto de instituições financeiras ou outras entidades, incluindo a prestação de respetivas garantias nos casos em que tal é delegável nos termos da lei, tudo nos termos que entender mais convenientes, até ao montante acumulado de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), por ano, e desde que o rácio de "Dívida Líquida (excluindo o efeito da norma IFRS 16) / EBITDA", apurado através das contas consolidadas do exercício transato, não ultrapasse 2,5 (duas vírgula cinco) vezes; os limites previstos na parte final da presente alínea não são aplicáveis à renovação de contratos de descoberto bancário e de abertura de crédito em conta corrente até ao montante acumulado de € 10.000.000,00 (dez milhões de euros), por ano;

e) Adquirir, alienar e onerar ativos de todas as naturezas, com exceção de participações noutras sociedades, e até ao montante de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros), por operação, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer atos acessórios ou complementares que se revelem necessários na execução desses contratos;

f) Tomar todas as decisões e praticar todos os atos no âmbito do exercício pela sociedade da sua posição de acionista relativamente às sociedades em que a mesma detenha uma participação igual ou superior a 90% do capital social ou dos direitos de voto, designadamente, indicando os seus representantes nas assembleias gerais das sociedades em que participe e tomando deliberações unânimes por escrito;

g) Preparar os projetos de relatórios de atividade, balanços, demonstrações financeiras e propostas de aplicação de resultados;

h) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito das relações laborais da sociedade com os seus trabalhadores, designadamente contratar, despedir, transferir, definir condições de trabalho e de remuneração bem como as suas atualizações e alterações;

[18] Até 29 de maio de 2025 encontravam-se delegados poderes de gestão na Comissão Executiva então constituída e em exercício de funções, sem alterações relativamente à delegação reportada no exercício anterior. A distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva, muito embora não existisse uma compartimentação rígida de funções e responsabilidades, era a seguinte: (i) áreas de governo societário, *compliance*, planeamento e desenvolvimento estratégico, controlo de gestão, política de investimentos, recursos humanos, gestão de talento, tecnologias de informação e de inovação, atribuídas ao Presidente da Comissão Executiva, Senhor Dr. Ricardo Pires, e (ii) áreas financeira, contabilística, legal, fiscal e de sustentabilidade, sob a responsabilidade do Administrador Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira.

i) Decidir sobre a representação da sociedade perante qualquer Tribunal ou instituto de mediação ou arbitragem, tomando todas as decisões que se mostrem necessárias ou convenientes no âmbito de qualquer procedimento aí pendente ou a instaurar, designadamente as de desistir, confessar ou transigir;

j) Constituir procuradores da sociedade dentro dos poderes que lhe estão delegados;

k) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito da emissão de obrigações e papel comercial, já emitidos ou a emitir, incluindo a decisão de emissão, e

l) Em geral praticar todos os atos de gestão corrente da sociedade, com exceção daqueles que por lei não podem ser delegados nos termos do artigo 407.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais.

Estão vedadas ao Administrador-Delegado, conforme aplicável, as deliberações sobre:

i. Escolha do Presidente do Conselho de Administração;

ii. Cooptação de administradores;

iii. Pedido de convocação de Assembleias Gerais;

iv. Relatórios e contas anuais;

v. Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;

vi. Mudança de sede e aumentos de capital, e

vii. Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Nos termos do regulamento do Conselho de Administração, encontram-se em vigor procedimentos que sempre constituíram a prática na sociedade, de modo a garantir a intervenção do Conselho de Administração na tomada de decisões estratégicas em razão do seu montante, risco ou características especiais.

O Administrador-Delegado é ainda diretamente apoiado na execução da respetiva delegação de poderes pela Direção de Governo Societário e de *Compliance* e pela Direção de *Chief of Staff* e Comunicação, que lhe reportam diretamente, e com as competências melhor descritas *infra*.

Por sua vez, na execução da respetiva delegação de poderes, o Administrador-Delegado conta ainda com o apoio direto e permanente da Comissão de Direção Executiva, responsável pela gestão operacional de áreas específicas de atuação. Esta Comissão é composta por três Diretores Executivos, para além do Administrador-Delegado, que a preside, todos com reporte direto ao Administrador-Delegado, Senhor Dr. Ricardo Pires (*Chief Executive Officer* – CEO):

– Áreas financeira, contabilística, de planeamento e desenvolvimento estratégico, gestão de riscos e controlo financeiro e de gestão, sob a responsabilidade do Diretor Executivo, Senhor Eng.º Hugo Pinto (*Chief Financial Officer* – CFO);

– Áreas de política de investimentos, tecnologias de informação, fiscal e legal, sob a responsabilidade do Diretor Executivo, Senhor Dr. Tiago de Noronha (*Chief Investment Officer* – CIO), e

– Áreas de recursos humanos, gestão de talento, inovação e sustentabilidade, sob a responsabilidade da Diretora Executiva, Senhora Dra. Joana Machado (*Chief Transformation Officer* – CTO);

Em relação ao planeamento estratégico e política de investimentos, e sem prejuízo da área de responsabilidade a que acima se faz referência, esclarece-se que é, por natureza e pelo facto de a Semapa ser uma *holding* de investimento, uma área de maior intervenção dos membros não executivos e que contou com um significativo envolvimento por parte do Presidente do Conselho de Administração. Participam assim os administradores não executivos na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do respetivo cumprimento.

No âmbito da redefinição da sua Estratégia de Investimento – que assenta na expansão e diversificação do seu portefólio, através de investimentos em empresas que beneficiem das competências do Grupo para acelerar o seu desenvolvimento, permitindo criação de valor para os acionistas e para a sociedade – foram incorporados pela sociedade os seguintes critérios de investimento:

i. Dimensão relevante no seu mercado;

ii. Vantagens competitivas robustas que se traduzam numa rentabilidade acima da média;

iii. Potencial para ganhar escala e internacionalizar;

iv. Forte capacidade exportadora, e

v. Contributo positivo para o ambiente e para a sociedade.

A Estratégia e as principais políticas da sociedade assentam no Propósito da sociedade de criação de impacto positivo "Making it Better", concretizado nos seguintes pilares:

– Promoção do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida das populações – Cuidar do ambiente e das comunidades

– Investimento na valorização do capital humano – Cuidar das nossas pessoas

– Crescimento sólido fundado em talento, investimento e inovação – Cuidar do futuro

O Grupo Semapa tem uma abordagem de gestão que se caracteriza por uma Cultura de simplicidade, proximidade e discrição, consciência social e ambiental, orientação para a ação e melhoria contínua, assente na inovação e no empreendedorismo.

No caso do **Conselho Fiscal**, que tem as competências que resultam da lei e melhor descritas no ponto 38. deste relatório, não existem poderes delegados ou pelouros atribuídos.

A **Comissão de Direção Executiva**, e tal como descrito *supra*, tem como atribuições coadjuvar a Comissão Executiva ou o Administrador-Delegado, conforme o modelo de gestão executiva em vigor em cada momento, no âmbito da respetiva delegação de poderes e, em especial, no exercício das funções referidas no ponto 29. deste relatório, competindo-lhe igualmente, e a pedido da Comissão Executiva ou do Administrador-Delegado, conforme aplicável, emitir pareceres não vinculativos.

A **Comissão de Controlo e Riscos** tem, entre outras atribuições, como objeto a deteção, o controlo e gestão de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, tendo-lhe sido atribuídas todas as competências referidas no ponto 29. deste relatório, necessárias ao prosseguimento daquele objetivo.

A **Comissão do Governo Societário** tem por objeto a supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário e demais competências desenvolvidas no ponto 29. deste relatório.

A **Comissão de Talento** tem competências de natureza recomendatória e consultiva em matéria de nomeações e avaliações, mais desenvolvidas no ponto 29. deste relatório.

As funções do **Gabinete de Apoio ao Investidor** vêm referidas no ponto 56. deste relatório.

O **Secretário da Sociedade** é designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei.

A **Comissão de Remunerações** elabora a Política de Remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização, competindo-lhe ainda realizar todo o trabalho de análise e fixação da remuneração dos administradores, em estreita cooperação com a Comissão de Talento.

A **Direção de Governo Societário e de *Compliance*** presta assessoria em matéria de governo societário, no sentido de assegurar e promover a adoção das melhores práticas neste âmbito, concretizando os respetivos projetos, sendo ainda responsável pela implementação de projetos jurídicos e de cumprimento normativo (*compliance*).

A **Direção de *Chief of Staff* e Comunicação** apoia o CEO na definição e acompanhamento da estratégia, assegurando a coordenação de projetos transversais e o alinhamento institucional. É responsável pela comunicação externa e institucional da Semapa, garantindo a articulação com *stakeholders* relevantes.

A **Direção de Fiscalidade e Lega**l, por seu turno, presta assessoria em matéria tributária e legal, prevenindo o planeamento fiscal abusivo e assegurando o cumprimento da legislação em vigor e prestando assessoria jurídica nas oportunidades de investimento da Sociedade.

A **Direção Financeira e de Contabilidade** tem como principais competências a gestão e planeamento financeiro, assegurar a prestação de contas da sociedade e o cumprimento das suas obrigações fiscais.

A **Direção de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico** é responsável pelos processos de planeamento, orçamentação e controlo financeiro e de negócio do Grupo, sendo também responsável pelo planeamento e desenvolvimento estratégico do Grupo.

A **Direção de Investimento** promove a identificação e o estudo de oportunidades de investimento, com vista à sua concretização.

A **Direção de Talento e de Recursos Humanos** tem como principal responsabilidade propor as políticas de gestão de talento para a Semapa e assegurar a sua concretização, sendo ainda responsável por todos os processos do ciclo de vida de um Colaborador (atração, integração, desenvolvimento, mobilidade, avaliação e acompanhamento dos *alumni*).

A **Direção de Tecnologias de Informação** é responsável por assegurar a eficácia e segurança dos sistemas de informação, gerir infraestruturas e sistemas de TI, liderar projetos de transformação digital, e supervisionar o desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas no âmbito da atividade da sociedade.

Por fim, a **Direção de Inovação e Sustentabilidade** identifica, promove e gere iniciativas de inovação que possam criar valor adicional para a Semapa e para as suas Participadas, e gere a estratégia e reporte de sustentabilidade[19].

Os órgãos sociais e as comissões internas acima identificadas estão obrigadas, nos termos dos respetivos regulamentos internos de funcionamento, a disponibilizar entre si, nos termos legal e estatutariamente exigidos, toda a informação e documentação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, devendo ainda as várias direções e serviços da sociedade colaborar na produção, tratamento e divulgação da referida informação, de modo adequado, rigoroso e atempado. Nos termos dos referidos regulamentos e das demais normas aplicáveis, os mencionados órgãos sociais e as demais comissões da sociedade elaboram atas completas das respetivas reuniões.

Os regulamentos do Conselho de Administração e do órgão de fiscalização estabelecem ainda, em especial, mecanismos que garantem, dentro dos limites da legislação e da regulamentação aplicável, o acesso dos seus membros a toda a informação que seja necessária à avaliação do desempenho, situação e perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, e sem limitar, atas, documentação de suporte das deliberações tomadas, convocatórias e arquivo das reuniões do Conselho de Administração e da respetiva Comissão Executiva (se aplicável), sem prejuízo de poderem aceder a outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

A Semapa prossegue a sua atividade seguindo práticas empresariais responsáveis, norteada pelos princípios da integridade, ética e honestidade, constituindo os mesmos a base das diversas políticas, códigos e regulamentos que asseguram elevados padrões comportamentais, dos quais se destacam:

– Código de Ética e de Conduta;

– Política de Direitos Humanos;

– Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;

– Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas;

– Regulamento de Comunicação de Irregularidades;

– Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, e

– Política Fiscal.

[19] Até 31 de dezembro de 2025, a Direção de Inovação e Sustentabilidade tinha como principal atribuição a área da inovação, integrando, a partir de 2026, a área da sustentabilidade.

A existência de políticas e regulamentos robustos, conjuntamente com uma monitorização das áreas que representam maior risco, tem suportado a prevenção e combate de qualquer tipo de corrupção, bem como de outros comportamentos ilícitos, reforçando ainda o compromisso da sociedade de respeitar os Direitos Humanos e os demais princípios e regras constantes das referidas políticas e regulamentos, constituindo um referencial da sua atuação e integrando o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e uma conduta empresarial responsável. Notamos ainda que, no âmbito do Grupo, as Participadas têm vindo a adotar princípios e compromissos equivalentes aos estabelecidos nas referidas políticas, tendo em consideração o contexto e as especificidades da respetiva atividade e com a observância da legislação que lhes seja aplicável.

No âmbito dos compromissos de adoção de boas práticas de sustentabilidade na sua atividade e nos processos de decisão, bem como de uma conduta empresarial responsável, a Semapa realizou em 2024 uma formação interna em Ética e Conduta, tendo sido destinatários os Colaboradores da Semapa, designadamente, os seus órgãos sociais e os trabalhadores. Esta formação teve como objetivo aprofundar os compromissos assumidos pela Sociedade consagrados no Código de Ética e de Conduta, na Política de Direitos Humanos e na Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, e tendo ainda como propósito revisitar o funcionamento do Canal de Comunicação de Irregularidades e o respetivo Regulamento de Comunicação de Irregularidades, dada a sua relevância no âmbito daqueles documentos.

Adicionalmente, no início de 2026, a sociedade realizou uma formação específica em matéria de prevenção da corrupção e infrações conexas no âmbito da implementação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que teve como principal objetivo identificar os principais crimes e riscos de corrupção, mas também aprofundar o conhecimento sobre os instrumentos deste programa normativo, incluindo o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) e o Canal de Comunicação de Irregularidades.

Destaque-se ainda que, em 2024, o Grupo Semapa reafirmou o seu empenho com a Equidade, Diversidade e Inclusão através da assinatura de uma Carta Compromisso que se declina em sete princípios fundamentais:

1. Sentimento de Pertença: Consiste no compromisso em assegurar que cada um se sinta parte do Grupo, respeitando as suas diferenças e criando as condições para que cada um possa contribuir com o seu talento e aportar o que tem de único, singular, aos negócios que desenvolvemos;

2. Não Discriminação: É assumido o compromisso de o Grupo Semapa promover a criação de ambientes de trabalho livres de qualquer discriminação;

3. Liberdade de Pensamento: Implica que todos os Colaboradores sejam escutados e os seus contributos valorizados, criando culturas que incentivam a escuta e a partilha de pensamentos divergentes, que acrescentam valor às discussões e permitem a progressão;

4. Igualdade de Género nos diversos níveis de liderança: Criar as condições para que o género menos representado, atualmente as mulheres, possam ascender a cargos de maior responsabilidade em pé de igualdade;

5. Equidade entre Géneros: Traduz o objetivo do Grupo Semapa em trabalhar para que não exista desigualdade salarial entre géneros e que exista sempre respeito pela família e pela parentalidade, criando condições para que pais e mães possam viver fases relevantes da sua vida sem discriminação;

6. Intergeracionalidade: O Grupo Semapa favorece a relação entre Colaboradores das várias faixas etárias, encarando-a como uma alavanca para que possam ser melhores, valorizando os contributos de cada um, independentemente da idade, e

7. Atenção às necessidades individuais: Refere-se ao compromisso do Grupo em estar atento às necessidades individuais dos Colaboradores e em encontrar soluções que assegurem o pleno desempenho das suas funções sem qualquer discriminação.

No âmbito da sustentabilidade, importa referir que a Semapa, enquanto *holding* de investimento e alinhada com o seu propósito, posiciona-se como uma empresa focada no crescimento sustentado e na criação de valor com impacto positivo a longo prazo, conforme descrito no Capítulo 4.1. do Relatório Anual. Investindo em setores-chave da economia nacional e internacional, a sociedade procura ainda equilibrar as exigências de criação de valor para os acionistas com os princípios de desenvolvimento sustentável e, deste modo, criar impacto positivo para os seus diferentes *stakeholders*, nos termos mencionados no Capítulo 4.1.1.3. do Relatório Anual.

Este desígnio é concretizado, no âmbito do perímetro de consolidação da Semapa e no que às suas Participadas diz respeito, em parte, pela Navigator, e pelo roteiro para a descarbonização da Secil através, por exemplo, dos investimentos realizados no projeto CCL – *Clean Cement Line*, na fábrica de cimento do Outão, e mais recentemente no projeto *Profuture* da Maceira. Na trajetória para a descarbonização e transição energética, insere-se ainda o investimento nas empresas ETSA (incluindo a Barna, adquirida em 2025), UTIS, Triangle's, e Imedexa, cujos próprios *core business* contribuem para esta missão.

As Participadas do Grupo Semapa – Navigator, Secil, ETSA e Triangle's – definiram metas estratégicas para gerir impactos negativos, potenciar impactos positivos e abordar riscos e oportunidades materiais face às alterações climáticas. Estas metas refletem o compromisso do Grupo em promover a sustentabilidade e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono, existindo *roadmaps* de implementação, conforme descrito no Capítulo 4.1.2.2. do Relatório Anual. A nível do Grupo, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica para 2050 será revisto, de forma a melhor refletir as recentes alterações ao portefólio da Semapa.

Entre as Participadas, a Navigator e a Secil são as empresas com maior expressão e impacto, tendo cada uma desenvolvido abordagens específicas, atendendo à sua identidade, posicionamento, setor de atividade e operações. Neste âmbito, a Semapa promove um clima de autonomia e de responsabilização das suas Participadas.

A Navigator dispõe de uma Agenda de Gestão Responsável 2030 e de um Roteiro 2030 próprios, com objetivos a longo prazo, organizados em torno de dois eixos – as Pessoas e o Planeta. A Secil alinhou a sustentabilidade como parte integrante do seu ciclo estratégico *Ambition 2025* – Crescimento Sustentável, tendo definido objetivos e metas na área da sustentabilidade para 2025 e 2030, neste último caso relativos à neutralidade carbónica e à economia circular.

A Semapa e as suas Participadas estão comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a redução da sua pegada ecológica, alinhando a estratégia, os investimentos e as suas operações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contemplados na Agenda 2030 das Nações Unidas, nos termos indicados no Capítulo 4.2.1. do Relatório Anual.

Tendo em conta o impacto que as atividades do Grupo e das suas Participadas podem ter nas comunidades, uma das prioridades de atuação da Semapa é a promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações. Dando continuidade à longa tradição empresarial de filantropia e mecenato da Família Queiroz Pereira, como acionistas de referência, o Grupo desenvolve um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida das comunidades e a preservação ambiental.

Com a missão principal de promover a Educação e a Proteção Social, a Semapa instituiu em 2024 a Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira, posicionando-se na área da filantropia de impacto e responsabilidade social. Em 2025, a Fundação desenvolveu o estudo "A Voz dos Professores", em parceria com o Centro de Economia da Educação da Universidade Nova SBE e com a Universidade do Minho.

Também a Estratégia de Gestão de Talento da Semapa tem impacto na oferta de valor enquanto empregador e permite proporcionar experiências positivas aos trabalhadores, nos termos expostos no Capítulo 4.1.3.1. do Relatório Anual.

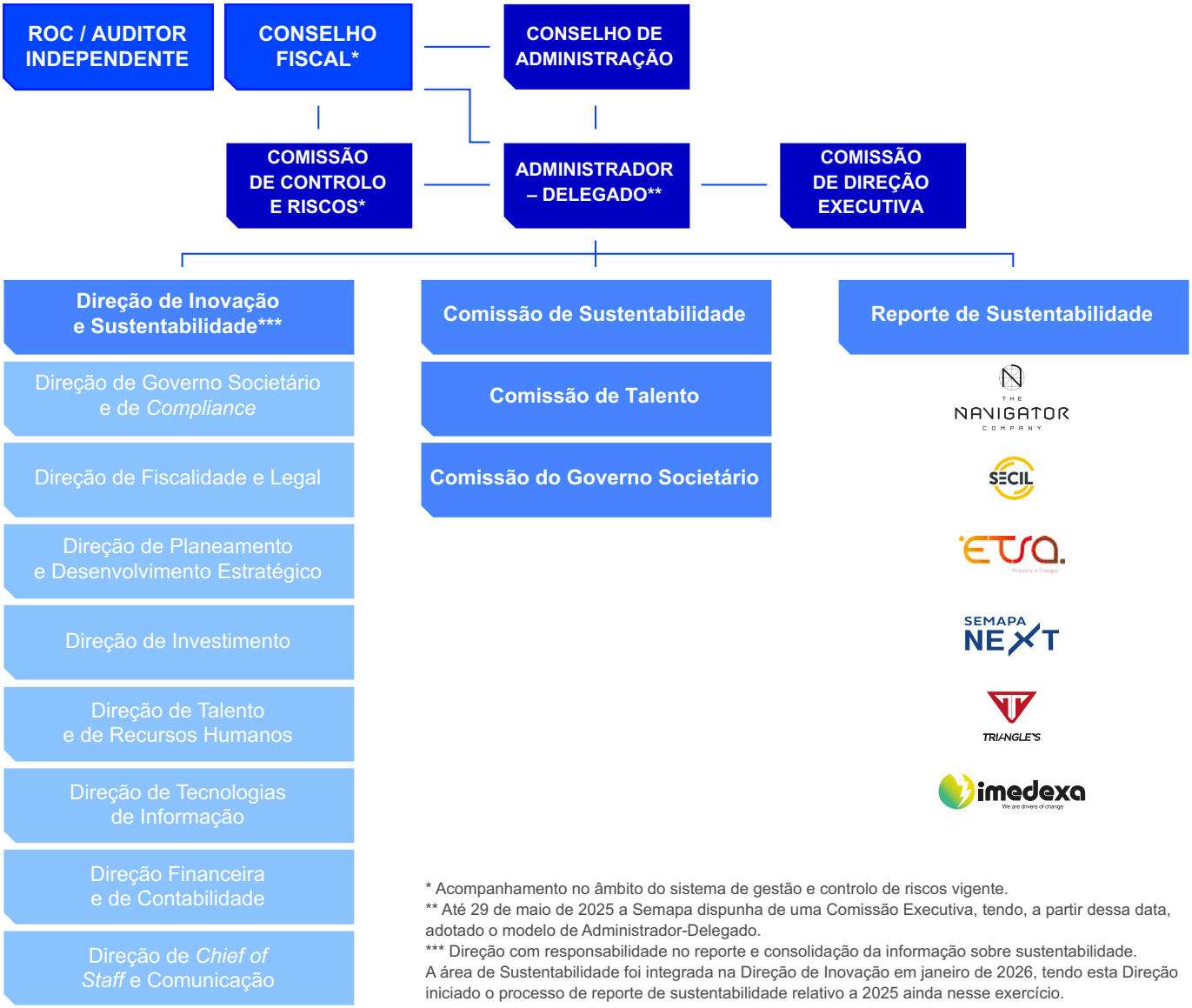
De referir ainda que, a forma como é estruturada a remuneração dos órgãos sociais e determinada a avaliação do desempenho da administração executiva e a atribuição da respetiva remuneração variável contribui para a concretização da estratégia definida pela Semapa, bem como para os interesses de longo prazo e para a sustentabilidade da sociedade, conforme melhor descrito no ponto 70. *infra*.

Para suporte à concretização dos seus objetivos e materialização da sua abordagem a cada tema material, a Semapa e cada uma das suas Participadas tem vindo a trabalhar no sentido de definir um conjunto de políticas, metas, planos de ação e métricas, nos termos melhor descritos no Capítulo 4.1. do Relatório Anual, entre outros documentos estruturantes. Os temas materiais são geridos com recurso a políticas internas, estando suportados por programas com objetivos definidos e por planos de ação e KPI.

Ao longo do relato de sustentabilidade, detalha-se a abordagem de gestão seguida, as ações empreendidas em cada ano de relato e o desempenho alcançado, quer pela *holding*, quer pelas suas Participadas, conforme exposto no Capítulo 4. e respetivos subcapítulos do Relatório Anual.

No âmbito do sistema de gestão e controlo de riscos implementado e relativamente aos riscos relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, a sociedade instituiu processos para coligir e processar dados relacionados com essas matérias, tendo em vista alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.

Neste âmbito, apresentamos, de seguida, o organograma que ilustra os principais elementos do modelo de governo societário implementado na Semapa e na sua relação com as suas Participadas e vigente no decurso do exercício de 2025, quanto às matérias relacionadas com a sustentabilidade e com os processos de recolha, tratamento e análise de dados e informação sobre sustentabilidade:



* Acompanhamento no âmbito do sistema de gestão e controlo de riscos vigente.
** Até 29 de maio de 2025 a Semapa dispunha de uma Comissão Executiva, tendo, a partir dessa data, adotado o modelo de Administrador-Delegado.
*** Direção com responsabilidade no reporte e consolidação da informação sobre sustentabilidade.
A área de Sustentabilidade foi integrada na Direção de Inovação em janeiro de 2026, tendo esta Direção iniciado o processo de reporte de sustentabilidade relativo a 2025 ainda nesse exercício.

Na Semapa, existe uma Comissão de Sustentabilidade que reúne mensalmente, da qual fazem parte a *Chief Transformation Officer* (CTO), outros Diretores da Semapa e os responsáveis de sustentabilidade das Participadas. Em 2025, a Comissão de Sustentabilidade acompanhou de perto todo o trabalho desenvolvido no âmbito da adoção de um *software* específico para relato financeiro e de sustentabilidade numa plataforma integrada que garante um ambiente seguro e *audit-ready*. A Comissão de Sustentabilidade abordou ainda temas como a inclusão de critérios Ambientais, Sociais e de *Governance* (ESG) na avaliação de processos de investimento em âmbito de *due diligence*, a conclusão da revisão anual do exercício de dupla materialidade, que abrangeu a reavaliação de áreas específicas em determinadas áreas do Grupo e inclusão do exercício da Participada Imedexa. No âmbito da atividade do ano, é de destacar a formação para membros dos Conselhos de Administração, Secretários da Sociedade, membros das Comissões Executivas e Diretores de Sustentabilidade sobre obrigações legais e tendências de temas ESG (ver capítulo 4.1. do Relatório Anual).

Tendo a Análise de Dupla Materialidade (ADM) sido realizada, em 2023/2024, ao nível do Grupo Semapa, este foi um importante exercício para assegurar o maior alinhamento possível entre Participadas e a incorporação das perspetivas das várias áreas de negócio na identificação de Impactos, Riscos e Oportunidades (IRO). Este exercício envolveu diferentes grupos de especialistas internos, num total de 116, que abordaram temas Ambientais, Sociais e de *Governance*. Atendendo ao histórico significativo de interação junto de especialistas e *stakeholders* externos relativos ao Grupo, as suas visões e perspetivas foram consideradas na revisão final dos IRO materiais que resultaram da ADM. Em 2025 foi realizada uma revisão do exercício, com o objetivo de se reanalisar os IRO e complementar a análise com informação adicional, incluindo também a análise realizada pela Imedexa.

A Comissão de Sustentabilidade tem desenvolvido a sua atividade sob a supervisão do Administrador-Delegado que, coadjuvado pela Comissão de Direção Executiva, assegura a transmissão ao Conselho de Administração da informação relacionada com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Sustentabilidade.

A Semapa dispõe também de um modelo de acompanhamento de riscos, com atribuições de competências aos diferentes intervenientes no sistema de gestão e controlo de riscos, em especial o Conselho de Administração, a quem cabe identificar os principais riscos e definir a estratégia global de risco, o Conselho Fiscal e o ROC, com competências de supervisão e fiscalização, e a Comissão de Controlo e Riscos, enquanto comissão interna responsável pela deteção, controlo e gestão de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, de entre os quais os riscos relacionados com a sustentabilidade ambiental – incluindo a análise do risco climático – e social, conforme melhor descrito nos pontos 53. e 54. *infra*.

No que respeita às Participadas da sociedade, existem diversos níveis de *governance* quanto ao tratamento de informação sobre sustentabilidade, quer ao nível da constituição de comissões e fóruns – como o Fórum de Sustentabilidade da Navigator –, ao nível dos responsáveis de sustentabilidade de cada uma das organizações, com a atribuição aos administradores executivos de pelouros próprios, com a designação de diretores de sustentabilidade com funções autónomas, com direções com competências em matéria de sustentabilidade ou mesmo com direções com funções repartidas neste âmbito, quer ao nível dos responsáveis pela gestão e acompanhamento dos riscos relacionados com a sustentabilidade ambiental e social.

O relato dos dados sobre sustentabilidade ambiental e social é feito pelas Participadas junto da sociedade, no âmbito da obrigação de consolidação de informação e do respetivo sistema de relato, sendo os referidos dados analisados na sociedade pelas direções, comissões e órgãos com competências nessas matérias, nos termos acima indicados, em especial pelo Administrador-Delegado – coadjuvado pela Comissão de Direção Executiva – em articulação com o Conselho de Administração e com o apoio da Comissão de Controlo e Riscos. Este processo beneficia da fiscalização promovida pelo Conselho Fiscal e pelo ROC, no âmbito das respetivas competências.

Para desenvolver o relato relativo a 2025 e anos seguintes, a *holding* implementou uma plataforma digital que permite a recolha e consolidação automática da sua informação de sustentabilidade e das Participadas. Este modelo permite uma maior uniformização dos critérios trazendo mais eficiência e *ownership* ao processo. Os dados ambientais, sociais e de *governance*, bem como o respetivo detalhe e notas metodológicas podem ser consultados, por tema, ao longo do Capítulo 4. do Relatório Anual.

A sociedade tem vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos, desenhado de acordo com as boas práticas e referências metodológicas, tendo integrado vários riscos relacionados com a sustentabilidade como *top risks* para a Semapa e para o Grupo, tais como as catástrofes ambientais não naturais, eventos climáticos adversos, desempenho ESG e transição climática, nos termos expostos no Capítulo 2.5. do Relatório Anual e depois, sectorialmente, para cada tema material, nos subcapítulos do Capítulo 4.

Em especial quanto às alterações climáticas e à forma como são consideradas pela sociedade, assumindo o Grupo um forte cariz industrial, a Semapa está ciente dos impactos associados às emissões de GEE geradas pelas suas atividades. Nesse âmbito, as Participadas da sociedade adotaram *roadmaps* de implementação, nos termos descritos no Capítulo 4.1.2.2. do Relatório Anual, que constituem os principais planos para contribuir, à escala possível, para a descarbonização global e transição energética.

A descarbonização dos processos industriais do Grupo Semapa assenta na implementação de medidas relacionadas com o aumento da incorporação de energia de fonte renovável e de combustíveis alternativos, bem como através da promoção da eficiência energética e de recursos, nos termos referidos no Capítulo 4.1.2.2. do Relatório Anual e implica também a implementação de projetos de I&D para o desenvolvimento de novos produtos e processos de baixo carbono, com impacto na cadeia de valor.

Através das atividades das Participadas, resulta igualmente um contributo positivo para a redução das alterações climáticas, conforme exposto no Capítulo 4.1.2. do Relatório Anual, através, por exemplo:

i. Do sequestro e armazenamento de carbono nas florestas e nos produtos florestais;

ii. Da captação de carbono nos processos produtivos e na promoção do crescimento de uma bioeconomia, de base florestal, circular e de baixo carbono fóssil, com a introdução de produtos substitutos de plástico;

iii. Dos cimentos com menor incorporação de clínquer (*low carbon clinker*) e dos betões com menos cimento;

iv. Da promoção da reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar (*rendering*);

v. Do desenvolvimento de soluções para a micromobilidade, que podem contribuir também para a melhoria da vida;

vi. Da introdução de hidrogénio em cadeias de produção reduzindo a emissão de carbono e incrementando a eficiência energética, e

vii. Do investimento por via da Semapa Next, em empresas inovadoras no domínio de *clean tech*, *construction tech* e *food tech*, entre outros, que procuram ter um impacto positivo para o meio ambiente.

Conforme referido *supra*, no âmbito dos riscos estratégicos monitorizados, reconhecem-se vários riscos associados à sustentabilidade, entre eles, a ocorrência de eventos climáticos adversos e os riscos de transição climática, conforme indicado no Capítulo 2.5. do Relatório Anual. Neste âmbito, a análise de resiliência da Navigator tem sido aprimorada para integrar os riscos e oportunidades climáticas na sua estratégia. Em 2022, a Participada publicou o seu primeiro relatório alinhado com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TCFD), e em 2023 foi realizada uma atualização da análise, incluindo uma avaliação financeira de quatro riscos e uma oportunidade. Foi também conduzida uma revisão estratégica para garantir a integração no *Enterprise Risk Management* da Navigator e o seu alinhamento com a TCFD.

Na Secil, o processo de identificação dos riscos e oportunidades climáticas de acordo com as recomendações da TCFD foi iniciado em 2024, com o objetivo de avaliar potenciais riscos físicos e de transição relacionados com o clima e desenvolver estratégias adequadas de adaptação. Em 2025, a Secil avançou para a fase de execução de um projeto piloto para quantificação do impacto dos riscos climáticos, identificados nas fases anteriores. A próxima fase será a realização de uma análise de resiliência do negócio.

Por fim, a Semapa e a Secil elaboram, desde 2017, o relato de sustentabilidade de acordo com as Normas da Global Reporting Initiative, sendo as práticas de relato da Navigator anteriores a essa data. Em 2024 e 2025, a sociedade, no âmbito da elaboração do seu relato de sustentabilidade e nos termos recomendados pela CMVM, observou, de forma voluntária, o regime previsto na Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD), considerando que esta ainda não se encontra transposta para o ordenamento jurídico nacional, conforme nota prévia indicada no Capítulo 4.1. do Relatório Anual.

B) FUNCIONAMENTO

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Existe um regulamento de funcionamento do Conselho de Administração que se encontra publicado no **sítio**[20] da sociedade na Internet, onde o mesmo pode ser consultado.

[20] https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2024/04/Regulamento-CA.pdf

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Em 2025, tiveram lugar 15 reuniões do Conselho de Administração, tendo a assiduidade de cada membro (presenças físicas ou através de meios telemáticos) sido a seguinte:

Membros do Conselho de Administração	Membros presentes (%)	Membros presentes e representados (%)
José Antônio do Prado Fay	100%	100%
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	100%	100%
Vítor Paulo Paranhos Pereira	83%	100%
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	93%	93%
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	93%	93%
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	93%	93%
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	100%	100%
Paulo José Lameiras Martins	93%	93%
Pedro Simões de Almeida Bissaia Barreto	100%	100%
Carlos Filipe Pires de Gouveia Correia Lacerda	100%	100%

No quadro *supra* foi indicada a percentagem de reuniões nas quais os administradores participaram no período em que exerceram funções.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Remunerações é o órgão da sociedade que prepara todo o enquadramento da avaliação dos administradores executivos, no âmbito da Política de Remuneração. A avaliação de desempenho de cada administrador executivo segue um processo interno estruturado, sob a responsabilidade/liderança do respetivo responsável (i.e. sob a responsabilidade da pessoa que preside à equipa, no caso do vogal da Comissão Executiva, se existente, e sob a responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, no caso do Presidente da Comissão Executiva ou do Administrador-Delegado) e no qual participam também os administradores não executivos que o responsável entenda pertinente envolver.

Neste processo está ainda envolvida a Comissão de Talento, atualmente composta por 6 membros, dos quais 4 são administradores não executivos, a quem compete acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração executiva e de atribuição de remuneração pela sociedade, bem como pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual de desempenho da administração executiva, o que torna desnecessário um envolvimento adicional do próprio Conselho de Administração na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Por fim, compete à Comissão de Remunerações confirmar, no tocante à avaliação de desempenho, os respetivos fatores de realização e garantir a coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

Assim, em 2025 e relativamente ao exercício de 2024, a Comissão de Talento reuniu e pronunciou-se sobre as propostas de avaliação de desempenho individual dos membros da Comissão Executiva, Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira, emitida pelo respetivo Presidente, e deste, Senhor Dr. Ricardo Pires, emitida pelo Presidente do Conselho de Administração, comunicando o seu parecer à Comissão de Remunerações. Estas propostas de avaliação basearam-se na aplicação dos critérios-base para a avaliação do desempenho dos administradores executivos em vigor na Semapa.

Refira-se ainda que, desde 2023, a Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais da Semapa prevê uma componente da remuneração variável, a plurianual – Incentivo de Longo Prazo (ILP) – cujo acompanhamento, cálculo dos resultados obtidos e dos montantes a pagar são assegurados por uma entidade externa independente. O ILP pode incluir uma avaliação individual do desempenho dos administradores executivos a ser assegurada pela Comissão de Remunerações, ouvidos outros intervenientes que esta Comissão entenda pertinente envolver. A referida avaliação e determinação do montante a pagar é efetuada no final de cada um dos períodos trianuais – coincidentes com o mandato em curso -, com exceção do primeiro período correspondente a 2023/2024, por corresponder aos últimos anos do mandato então em curso. Assim, em 2025, a Comissão de Remunerações, com o apoio de uma entidade externa independente, a Mercer, fixou as remunerações variáveis plurianuais referentes ao período 2023/2024 relativamente aos Senhores Dr. Ricardo Pires e Dr. Vítor Paranhos Pereira, administradores executivos em exercício de funções nesse período.

Por seu turno, e nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento da Comissão de Talento, o Conselho de Administração, com o acompanhamento da Comissão de Talento, deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da Comissão Executiva, dos administradores executivos e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento anual, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno, o contributo de cada membro para o efeito e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade. Nos termos previstos no respetivo regulamento, a Comissão de Talento procede ao acompanhamento da avaliação global do desempenho do Conselho de Administração.

A avaliação dos administradores executivos, bem como a autoavaliação do Conselho de Administração e das suas comissões, tiveram lugar no exercício de 2025 relativamente ao desempenho de 2024 e ocorrerão em 2026 relativamente ao exercício de 2025, nos termos acima descritos. O processo de avaliação contou, em 2025, ainda com o preenchimento de um questionário específico de avaliação relativamente a vários aspetos relacionados com o desempenho do Conselho de Administração, das suas comissões e dos administradores executivos, designadamente, o papel do Conselho de Administração, a dinâmica das reuniões e os processos associados às mesmas, a relação com os órgãos da sociedade, com a Comissão Executiva e demais comissões internas, bem como a qualidade do correspondente fluxo de informação.

Relativamente ao exercício de 2025, foi igualmente facultado e preenchido pelos membros do Conselho de Administração um questionário com a mesma finalidade e conteúdo, no início de 2026.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Os critérios-base para a avaliação do desempenho dos administradores executivos a vigorar em 2025-2027 são os definidos nos pontos 69. a 71. *infra.*

No que respeita à remuneração anual, estes critérios são concretizados através de um sistema de *Key Performance Indicators* (KPIs), quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade e do administrador em causa, de cariz económico, financeiro e operacional, incluindo critérios de sustentabilidade, nos termos da Política de Remuneração em vigor.

Quanto à componente plurianual, estes critérios materializam-se através de um incentivo de longo prazo, em que o montante total a distribuir pela administração executiva corresponde a uma percentagem da Criação de Valor Acionista, relacionada com o cumprimento de um conjunto de objetivos financeiros e ESG.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros do Conselho de Administração têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas, tendo as demais atividades exercidas pelos membros executivos no decurso do exercício, fora do grupo económico de que a Semapa faz parte, um carácter inexpressivo, quando comparado com o desempenho das suas funções na sociedade e restantes sociedades do mesmo grupo económico.

Para além das atividades referidas no ponto 19., os membros do Conselho de Administração desempenham os cargos sociais que se descrevem *infra*:

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades do grupo Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

CAMIL ALIMENTOS, S.A.	Administrador
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ENGECAMPO, S.A.	Administrador
FUNDAÇÃO SEMAPA – Pedro Queiroz Pereira	Presidente do Conselho de Administração
SÃO SALVADOR ALIMENTOS S.A.	Administrador
SODIM, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:

APHELION, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador[21]
ANANKE NEXUS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração[22]
QUOTIDIAN PODIUM, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEMAPA Inversiones, S.L.	Administrador
SEMAPA NEXT, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
TRIANGLE'S – Cycling Equipments, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
TRIANGLE'S 2 – Cycling Products, Unipessoal Lda.	Gerente

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
FUNDAÇÃO SEMAPA – Pedro Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
PYRUS AGRICULTURAL LLC	Administrador
PYRUS INVESTMENTS LLC	Administrador
PYRUS REAL ESTATE LLC	Administrador
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador
UPSIS, S.A.	Administrador
UPSIS – Consultoria E Investimentos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades do grupo Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

ABSTRACTREASON, LDA.	Gerente
BESTWEB, Prestação de Serviços e Consultoria Informática Lda.	Gerente
CAPITAL HOTELS – Sociedade de Investimento e Gestão S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO	Presidente do Conselho Geral
FUNDAÇÃO SEMAPA – Pedro Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
HOTEL RITZ, S.A.	Administradora
LAGUM – Sociedade Imobiliária, Lda.	Gerente
TARGET ONE CAPITAL, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
ABELAR CAPITAL, Lda.	Gerente

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades do grupo Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
FUNDAÇÃO SEMAPA – Pedro Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
KEYTARGET INVESTMENTS – Consultoria e Investimentos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
MONTE DA PRAIA RECURSOS NATURAIS, S.A.	Administradora
SOCIEDADE AGRÍCOLA da HERDADE dos FIDALGOS, Unip., Lda.	Gerente
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
SONAGI, SGPS, S.A.	Administradora

[21] Cessou funções de Presidente do Conselho de Administração em 19 de novembro de 2025, tendo, nessa data, sido designado Vogal deste órgão.
[22] Iniciou funções a partir de 17 de dezembro de 2025.

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:

SEMAPA NEXT, S.A.	Administradora

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
ECO MALHADA, Lda.	Gerente
FUNDAÇÃO SEMAPA – Pedro Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
PREMIUM CAELI, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PREMIUM PECULI, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
LUSO VIRIATO – Funerárias Portuguesas, S.A.	Administradora

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades do grupo Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

ALTER VENTURE PARTNERS G.P., SARL	Administrador
ALTER VENTURE PARTNERS II G.P., SARL	Administrador
AZORA CAPITAL S.L.	Administrador
JERÓNIMO MARTINS SGPS, S.A.	Administrador[23]

PAULO JOSÉ LAMEIRAS MARTINS

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades do grupo Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

CP INVESTMENTS, SCR, S.A.	Administrador
PARAMA, S.A.[24]	Gerente
STAK PREV (VIC Properties Holding)	Administrador
SPD – Scale Property Development, Lda.	Gerente
RATIONALDREAMS, Lda.	Gerente
Parinama Internacional, Lda.	Gerente[25]
Caetano Coatings, S.A.	Administrador[26]
Vira Frangos, Lda.	Gerente[27]
CellNex Portugal S.A.	Presidente do Conselho Fiscal[28]

PEDRO SIMÕES DE ALMEIDA BISSAIA BARRETO

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades do grupo Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

GRUPO IMPRESA	Vice Presidente não Executivo

CARLOS FILIPE PIRES DE GOUVEIA CORREIA DE LACERDA

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades do grupo Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

SAP, SE	Senior Vice-President & Director Geral para a Europa do Sul

[23] Cessou funções em 24 de abril de 2025.
[24] Anteriormente designada por PARAMA UNIPESSOAL Lda.
[25] Iniciou funções a partir de 15 de janeiro de 2026.
[26] Iniciou funções a partir de 15 de janeiro de 2026.
[27] Iniciou funções a partir de 15 de outubro de 2025.
[28] Iniciou funções a partir de 26 de agosto de 2025.

Nos termos do regulamento do Conselho de Administração, os administradores que integram a Comissão Executiva ou o Administrador-Delegado não podem desempenhar funções de administração executiva em entidades exteriores ao grupo empresarial em que se enquadra a sociedade, salvo se a atividade dessas entidades for considerada acessória ou complementar à atividade do Grupo ou não implicar um dispêndio de tempo relevante, não desempenhando os administradores executivos funções noutras sociedades que não cumpram os critérios atrás referidos.

No mesmo regulamento está previsto que os administradores não executivos podem desempenhar funções de administração (executivas ou não) em entidades exteriores ao grupo empresarial em que se enquadra a sociedade, sempre que não estejam em causa sociedades que desempenham uma atividade concorrente com a da sociedade ou das sociedades direta ou indiretamente participadas por esta, devendo informar o Presidente do Conselho de Administração previamente ao início dessas mesmas funções. Os administradores não executivos da sociedade não desempenham funções noutras sociedades que não cumpram os requisitos atrás descritos.

C) COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Na sociedade estão constituídas as seguintes comissões criadas no seio do Conselho de Administração: Comissão de Direção Executiva, Comissão de Controlo e Riscos, Comissão do Governo Societário e Comissão de Talento.

As referidas comissões dispõem de regulamentos de funcionamento, encontrando-se os mesmos publicados no **sítio**[29] da sociedade na Internet, onde podem ser consultados.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Conforme referido no ponto 21. deste relatório, o Conselho de Administração procedeu à revisão, em 2025, do respetivo modelo de administração executiva, deixando de integrar uma Comissão Executiva e passando a dispor de um Administrador-Delegado.[30]

Neste contexto, o Senhor Dr. Ricardo Pires foi designado Administrador-Delegado da sociedade, em 30 de maio de 2025, passando a exercer as funções de administrador executivo da sociedade de acordo com as competências que lhe foram confiadas pelo Conselho de Administração no âmbito da respetiva delegação de poderes e as que resultam diretamente da lei aplicável, beneficiando, ainda, do apoio direto e permanente da Comissão de Direção Executiva e dos seus membros responsáveis pela gestão operacional das respetivas áreas específicas de atuação, nos termos *supra* desenvolvidos.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

COMISSÃO DE DIREÇÃO EXECUTIVA:

À Comissão de Direção Executiva compete coadjuvar a Comissão Executiva ou o Administrador-Delegado, conforme aplicável, nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho de Administração da sociedade, quanto às matérias de seguida enunciadas:

a) Implementação das linhas estratégicas, políticas definidas e do orçamento anual;

b) Controlo financeiro, contabilístico e fiscal;

c) Política de gestão de recursos humanos;

d) Realização de investimentos ou desinvestimentos, incluindo a negociação dos mesmos e respetiva concretização;

e) Realização de operações de reorganização;

f) Acompanhamento das subsidiárias, incluindo a prestação de apoio técnico, financeiro e em matérias de governo societário;

[29] https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/
[30] Os membros da Comissão Executiva foram, até à Assembleia Geral Anual de 29 de maio de 2025 que nomeou os órgãos sociais para o mandato de 2025-2027, o Senhor Dr. Ricardo Pires, que a presidiu, e o Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira.

g) Operações financeiras, incluindo a emissão de valores mobiliários representativos de dívida;

h) Instauração e acompanhamento de ações, desistência ou negociação de acordos no âmbito de processos judiciais ou de natureza similar, e

i) Atribuição de patrocínios, donativos ou contribuições de natureza similar;

j) Elaboração de propostas a apresentar ao Conselho de Administração pela Comissão Executiva ou pelo Administrador-Delegado, conforme aplicável, incluindo linhas estratégicas ou planos de médio e longo prazo, orçamentos para o exercício seguinte, documentos de prestação de contas e resultados, relatórios de sustentabilidade, de riscos e de governo societário e propostas de aplicação de resultados;

Nos termos e para os efeitos das atribuições acima referidas, compete igualmente à Comissão de Direção Executiva emitir pareceres não vinculativos a pedido da Comissão Executiva ou do Administrador-Delegado, conforme aplicável.

A Comissão de Direção Executiva desempenhou o seu papel de acompanhamento e apoio à Comissão Executiva até 29 de maio de 2025 e, após essa data, ao Administrador-Delegado, Senhor Dr. Ricardo Pires. Com a designação deste e a consequente revisão do modelo de administração executiva promovida pelo Conselho de Administração, a Comissão de Direção Executiva passou a assumir uma posição de apoio mais permanente e de intervenção mais próxima junto do Administrador-Delegado, reforçando o seu contributo para a gestão corrente da sociedade. A Comissão de Direção Executiva reuniu com regularidade e sempre que necessário, em função dos negócios em curso e do acompanhamento da atividade da sociedade, sendo as respetivas deliberações consideradas pelo Administrador-Delegado no processo de tomada de decisão.

A Comissão de Direção Executiva reuniu trinta e três vezes durante o exercício de 2025, e em 31 de dezembro de 2025 era composta pelos Senhores Dr. Ricardo Pires, Presidente, Eng.º Hugo Pinto, Dr. Tiago de Noronha, e Dr.ª Joana Machado, Vogais, sendo o Senhor Dr. Ricardo Pires Administrador-Delegado da sociedade[31]. Para além dos membros da Comissão de Direção Executiva, estas reuniões são secretariadas pelo Secretário da Sociedade, Senhor Dr. Rui Gouveia, e incluem, sempre que as matérias assim o justifiquem, a presença de representantes de sociedades do Grupo e de elementos das várias direções da empresa.

COMISSÃO DE CONTROLO E RISCOS:

A Comissão de Controlo e Riscos (CCR) é responsável pela deteção, controlo e gestão de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos jurídicos, financeiros e relacionados com a sustentabilidade ambiental – incluindo a análise do risco climático – e social.

A Comissão de Controlo e Riscos tem, nomeadamente, as seguintes competências:

a) Acompanhar os negócios da sociedade, assegurando uma análise integrada e permanente dos riscos associados aos mesmos;

b) Propor e acompanhar a implementação de medidas concretas e procedimentos relativos ao controlo e redução dos riscos na atividade da sociedade, visando o aperfeiçoamento do sistema de controlo interno e, nomeadamente, da função de gestão de riscos;

c) Verificar a implementação dos ajustamentos ao sistema de controlo interno, nomeadamente, à função de gestão de riscos propostos pelo Conselho Fiscal;

d) Propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da deteção, controlo e gestão dos riscos inerentes à atividade da sociedade, e

e) Analisar riscos que sejam considerados emergentes ou potenciais, tais como riscos relacionados com novas tecnologias, incluindo a utilização de mecanismos de inteligência artificial.

[31] A Comissão Executiva, no período em que exerceu funções em 2025, reuniu dezoito vezes e era constituída pelos Senhores Dr. Ricardo Pires, que a presidiu, e Dr. Vítor Paranhos Pereira.

Compete ainda à Comissão de Controlo e Riscos a elaboração, para aprovação pelo Conselho de Administração, da política de risco da sociedade para cada exercício social, que deverá identificar, sem limitar:

a) Os principais riscos a que a sociedade se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade e os limites em matéria de assunção de riscos para a sociedade;

b) A probabilidade da ocorrência, e respetivo impacto, desses riscos relevantes na atividade da sociedade, e

c) Os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a mitigação dos riscos relevantes para a atividade da sociedade identificados.

Tendo em consideração os crescentes desenvolvimentos tecnológicos e a necessidade de uma abordagem proativa para identificar, avaliar e mitigar possíveis impactos adversos desta realidade, o Regulamento da CCR foi revisto no início de 2024, no sentido de passar a prever a atuação da CCR na análise de riscos emergentes ou potenciais, como os riscos decorrentes de novas tecnologias, designadamente, relacionados com a utilização de mecanismos de inteligência artificial[32].

Nesse âmbito, foi ainda autonomizada, em 2023, a área de tecnologias de informação enquanto Direção de Tecnologias de Informação, tendo sido realizadas em 2024 várias iniciativas e formações relativas à utilização da inteligência artificial e, bem assim, no âmbito da cibersegurança.

Em especial, e relativamente à inteligência artificial, a sociedade reconhece a crescente proliferação da utilização destes mecanismos de uma forma global e o impacto potencial da sua utilização nas mais diversas aplicações.

No início de 2026, o Conselho de Administração aprovou orientações de utilização de Inteligência Artificial pelos membros dos órgãos sociais e comissões da Semapa, destinadas a estabelecer princípios e regras de referência para uma utilização responsável, segura e alinhada com as melhores práticas de governo das ferramentas de inteligência artificial. Este documento define orientações gerais e específicas aplicáveis aos membros dos órgãos sociais, reforçando a proteção da informação confidencial, a necessidade de validação humana no processo de decisão e a adoção exclusiva de ferramentas devidamente licenciadas e validadas pela área de Tecnologias de Informação, contribuindo para um quadro de atuação transparente, ético e robusto no contexto da transformação tecnológica em curso.

Também neste contexto, a sociedade promoveu, no início de 2026, uma sessão de formação junto dos seus Colaboradores tendo em vista sensibilizar para os benefícios e riscos associados à utilização de ferramentas de inteligência artificial e que contou ainda com a partilha de experiências sobre o uso de IA, que permitiu o intercâmbio de boas práticas e o reforço de uma utilização consciente e responsável destas tecnologias.

No que à sociedade diz respeito, e em particular à sua gestão, os mecanismos de inteligência artificial não foram até ao momento implementados e utilizados pelos órgãos sociais como instrumentos de tomada de decisões.

No exercício das suas competências, a CCR é acompanhada de forma permanente pelo Conselho Fiscal da sociedade, conforme resulta do ponto 54. *infra*. Tendo em vista o reforço da articulação entre a CCR e o Conselho Fiscal, a revisão do Regulamento da CCR, levada a cabo no início de 2024, passou ainda a prever expressamente o dever de o Presidente da CCR informar o Conselho Fiscal das deliberações da CCR que, atendendo à sua relevância, devam ser do seu conhecimento, bem como a possibilidade de os membros do Conselho Fiscal estarem presentes em reuniões da CCR, a pedido do respetivo Presidente ou a pedido do Conselho Fiscal, em função do tema na agenda.

A Comissão de Controlo e Riscos reuniu quatro vezes durante o exercício de 2025, e, em 31 de dezembro de 2025, era composta pelos Senhores Eng.º Paulo Lameiras Martins, Presidente, Dr. Pedro Barreto, e Eng.º Hugo Pinto, Vogais, sendo os Senhores Eng.º Paulo Lameiras Martins e Dr. Pedro Barreto igualmente administradores não executivos e independentes da sociedade e o Eng.º Hugo Pinto Diretor Executivo da Sociedade.

No âmbito das suas atividades, esta comissão praticou os atos, manteve o acompanhamento e fez todas as verificações inerentes às suas competências, tendo realizado reuniões conjuntas com os membros do Conselho Fiscal, com o apoio da Direção Financeira e de Contabilidade e da Direção de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico.

COMISSÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO:

À Comissão do Governo Societário, para além da supervisão permanente do cumprimento, pela sociedade, das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, compete a análise crítica das práticas e comportamentos da sociedade no âmbito do governo societário, e a iniciativa de propor a discussão, alteração e introdução de novos

[32] Neste âmbito, adota-se a definição de "Sistema de AI" prevista no artigo 3.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (Regulamento IA).

procedimentos que visem o aperfeiçoamento da estrutura e governo societários. A Comissão do Governo Societário deve ainda avaliar anualmente o governo da sociedade e submeter ao Conselho de Administração as propostas que entenda convenientes.

A Comissão do Governo Societário reuniu seis vezes durante o exercício de 2025. Em 31 de dezembro de 2025 era composta pelos Senhores Eng.º José Fay, Presidente, e Dr. Ricardo Pires e Dr. Rui Gouveia, Vogais e, respetivamente, Presidente do Conselho de Administração, Administrador-Delegado e Secretário da Sociedade.

A Comissão do Governo Societário desenvolveu as suas atividades de supervisão e avaliação do governo societário ao longo do exercício e contribuiu ativamente para a elaboração do Relatório Anual do Governo da Sociedade, tendo tido acesso à informação necessária essencialmente através do seu membro Senhor Dr. Rui Gouveia, que é também Diretor de Governo Societário e de *Compliance* da sociedade, e do contacto permanente e da presença em reuniões de mais um membro dessa Direção.

COMISSÃO DE TALENTO:

A Comissão de Talento funciona em conformidade com o disposto no respetivo regulamento competindo-lhe, relativamente aos órgãos sociais, em especial, o seguinte:

a) Em matéria de nomeação:

i. Assistir o Conselho de Administração na identificação e avaliação da adequação dos órgãos sociais a designar, nomeadamente a nomeação por cooptação para o desempenho de funções de membro do Conselho de Administração da sociedade, e, bem assim, na escolha dos administradores que desempenharão funções executivas;

ii. Disponibilizar os seus termos de referência e promover, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres;

iii. Sempre que julgado conveniente, conhecer e acompanhar os processos de seleção de potenciais candidatos para o desempenho de funções executivas de administração em sociedades subsidiárias do Grupo, nos casos em que a sociedade pretenda apresentar a respetiva proposta eletiva;

b) Em matéria de avaliação:

i. Acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração e de atribuição de remuneração da sociedade;

ii. Pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual anual de desempenho dos vogais da Comissão Executiva, emitidas pelo respetivo Presidente, e deste, emitida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou sobre a proposta de avaliação individual anual de desempenho do Administrador-Delegado, emitida pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme aplicável;

iii. Acompanhar a avaliação global do desempenho do Conselho de Administração, enquanto órgão, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito.

Compete também à Comissão, em matéria de gestão de talento: (i) acompanhar e emitir recomendações sobre as políticas e procedimentos internos relativos à gestão de talento do Grupo, e (ii) apreciar periodicamente a necessidade e disponibilidade de talento ao nível do Grupo e recomendar as atuações adequadas para assegurar a capacidade do Grupo em responder aos desafios que se apresentem.

A Comissão de Talento reuniu quatro vezes durante o exercício de 2025. A 31 de dezembro de 2025 eram membros da Comissão de Talento os Senhores Eng.º José Fay, Presidente, Dr. Ricardo Pires, Dr.ª Filipa Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Queiroz Pereira, D.ª Lua Queiroz Pereira, e Dr.ª Joana Machado, Vogais, sendo os cinco primeiros administradores da sociedade e a última Diretora Executiva da Sociedade.

O processo de fixação de remunerações, que é acompanhado pela Comissão de Talento, cabe em especial à Comissão de Remunerações existente na sociedade, criada ao abrigo do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, com competências, nomeadamente, para a elaboração da Política de Remuneração e para a fiscalização e realização de todo o trabalho de análise e fixação da remuneração dos administradores.

III. FISCALIZAÇÃO

A) COMPOSIÇÃO

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

A fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.

Em termos estatutários, o Conselho Fiscal é composto por três a cinco membros efetivos, um dos quais será o Presidente com voto de qualidade, e por um ou dois suplentes, conforme o número de membros efetivos seja igual ou superior a três, sendo os mandatos de três anos.

Membros do Conselho de Fiscal	Data da primeira designação e termo do mandato
Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos (Presidente)	2024-2027
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira (Vogal Efetivo)	2006-2024
José Manuel Oliveira Vitorino (Vogal Efetivo)	2014-2027
Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (Vogal Efetivo)	2025-2027
Marta Isabel Guardalino da Silva Penetra (Vogal Suplente)	2024-2024
Carla Alexandra de Almeida Viana (Vogal Suplente)	2025-2027

Na Assembleia Geral Anual da sociedade de 29 de maio de 2025, foram eleitos os membros do Conselho Fiscal para o triénio 2025-2027, tendo a Senhora Dr.ª Maria da Luz Campos, anteriormente Vogal Efetiva do Conselho Fiscal, sido designada Presidente deste órgão, e passando o Senhor Dr. José Vitorino, até então Presidente, a desempenhar funções de Vogal Efetivo. Por sua vez, o Senhor Dr. Jorge Beja Neves foi designado como Vogal Efetivo e a Senhora Dr.ª Carla Viana como Vogal Suplente do Conselho Fiscal para o mandato 2025-2027.

Os Senhores Dr. Gonçalo Picão Caldeira e Dr.ª Marta Penetra cessaram, nessa mesma data, o exercício de funções de Vogal Efetivo e Vogal Suplente do Conselho Fiscal, respetivamente.

A sociedade considera existir um número de membros do Conselho Fiscal perfeitamente adequado à sua dimensão e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, assegurando com eficiência as funções que lhes estão cometidas. Este juízo de adequação teve em conta, em particular, as atividades da sociedade e a sua natureza de sociedade *holding*, a estabilidade da estrutura acionista, bem como o conjunto de competências diversificadas e a disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal para o desempenho das suas funções, nomeadamente, através da estreita colaboração com os restantes órgãos e comissões da sociedade e com o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.

Os membros do Conselho Fiscal Senhora Dr.ª Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos (Presidente) e Senhor Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (Vogal) são considerados independentes pela Semapa, à luz dos critérios previstos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, estando a primeira a cumprir o seu segundo mandato e o segundo a cumprir o seu primeiro mandato.

O Senhor Dr. José Manuel Oliveira Vitorino (Vogal) foi considerado membro independente até à sua recondução na Assembleia Geral de 29 de maio de 2025. A partir dessa data, passou a ser qualificado como membro não independente, uma vez que, com esta recondução, iniciou o seu quarto mandato consecutivo como membro do Conselho Fiscal, deixando assim de preencher o requisito de independência previsto na alínea b) do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Senhor Dr. Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira não foi igualmente considerado membro independente por, durante o período em que exerceu funções no exercício de 2025 (até 29 de maio de 2025), estar a cumprir o seu quinto mandato como Vogal do Conselho Fiscal, conforme resulta da aplicação da al. b) do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 21.

MARIA DA LUZ GONÇALVES DE ANDRADE CAMPOS

Maria da Luz Campos licenciou-se em Finanças pela Lisbon School of Economics and Management (ISEG), em 1976. Completou o programa de Alta Direção de Empresas da AESE /IESE e o programa de formação para Executivos na Universidade Católica Portuguesa. Fez a sua carreira profissional na ANA, EP posteriormente ANA, SA, onde, de 1977 a 1994, exerceu diversos cargos como técnica economista e chefia de serviços no âmbito da função Financeira, de Planeamento e Controlo de Gestão. Entre 1994 e 1995 foi Diretora de Auditoria. De 1995 a 2019, foi Diretora Financeira e Administrativa, acumulando funções, entre 2003-2004, de Diretora de Planeamento e Controlo de Gestão. Foi Administradora e Presidente do Conselho de Administração da Portway Handling de Portugal de 2002 a 2005. Participou em Organizações Internacionais ligadas à indústria da aviação civil tendo exercido funções de Presidente em diversos Comités. Foi membro do Conselho Diretivo do CEEP-Portugal e membro permanente do Comité de Investimentos da Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. É membro do Conselho Fiscal da Semapa, da The Navigator Company e da Secil desde 2024, desempenhando funções de Presidente desses órgãos de fiscalização desde maio de 2025, relativamente à Semapa e à The Navigator Company, e desde julho de 2025, relativamente à Secil.

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

José Manuel Vitorino é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa. Qualificado como Revisor Oficial de Contas, bem como no Programa de formação para executivos da Universidade Nova de Lisboa. Foi Professor Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde se manteve até 1980, tendo de seguida ingressado na PricewaterhouseCoopers e repartido a sua atividade pelas áreas de auditoria e assessoria financeira, tanto em empresas e grupos nacionais e estrangeiros, como em projetos em que integrou equipas internacionais. Desempenhava há vários anos as funções de Partner quando deixou a PricewaterhouseCoopers em 2013, por atingir o limite de idade na função. Exerceu funções de Presidente do Conselho Fiscal do Novo Banco, S.A. até 2017, e exerce funções de Vogal do Conselho Fiscal da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. É membro do Conselho Fiscal da The Navigator Company desde 2015 e da Semapa e da Secil desde 2016, tendo desempenhando funções de Presidente desses órgãos de fiscalização desde 2018 e até maio de 2025, relativamente à Semapa e à The Navigator Company, e desde 2018 e até julho de 2025, relativamente à Secil. Exerce igualmente, desde 2022, o cargo de Membro da Comissão de Controlo Interno da Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

GONÇALO NUNO PALHA GAIO PICÃO CALDEIRA

Gonçalo Picão Caldeira é licenciado em Direito e esteve inscrito na Ordem dos Advogados em 1991, após a conclusão do estágio profissional de advocacia. É pós-graduado em gestão (MBA – Universidade Nova de Lisboa) e frequentou o curso de Gestão e Avaliação Imobiliária do ISEG. Tem vindo a exercer a atividade de gestão e promoção imobiliária desde 2004. Antes disso, colaborou com o grupo BCP de 1992 a 1998 e com o grupo Sorel de outubro de 1998 a março de 2002. Foi ainda colaborador da Semapa de abril de 2002 a fevereiro de 2004. Foi membro do Conselho Fiscal da Semapa desde 2006, e da The Navigator Company desde 2007, e em ambos os casos, até maio de 2025, e tendo ainda sido membro do Conselho Fiscal da Secil desde 2013 e até julho de 2025.

JORGE MANUEL ARAÚJO DE BEJA NEVES

Jorge Manuel Araújo de Beja Neves é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (1983) e Revisor Oficial de Contas desde 1990. Iniciou a sua atividade profissional na Sociedade Portuguesa de Seguros, tendo prosseguido a mesma, a partir de 1985, na Arthur Andersen onde foi promovido a Manager em 1989 e a Partner em 1994. Após a integração da Arthur Andersen na Deloitte Portugal em 2002, liderou o escritório no Porto até 2018, data em que deixou de ser sócio daquela entidade e cessou funções na mesma. Atualmente, exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal da SPORT TV Portugal, S.A., Vogal do Conselho Fiscal da PreZero Portugal, S.A., e Gerente de pequena sociedade imobiliária, sendo igualmente membro do Conselho Fiscal da Semapa, da The Navigator Company e da Secil desde 2025.

B) FUNCIONAMENTO

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22.

Existe um regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal que se encontra publicado no **sítio**[33] da sociedade na Internet, onde o mesmo pode ser consultado.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.

No exercício de 2025, o Conselho Fiscal reuniu quarenta e quatro vezes, das quais vinte e três reuniões disseram respeito à aprovação de serviços distintos de auditoria permitidos, tendo os seus membros estado presentes em todas as reuniões (presenças físicas ou através de meios telemáticos).[34]

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.

Os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas.

Para além das atividades referidas no ponto 33., os membros do Conselho Fiscal desempenham as funções que se descrevem *infra*:

MARIA DA LUZ GONÇALVES DE ANDRADE CAMPOS

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:	
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal[35]
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal[36]
Funções exercidas noutras sociedades:	
Não exerce funções noutras sociedades.	

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:	
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal[37]
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal[38]
Funções exercidas noutras sociedades:	
ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A.	Membro da Comissão de Controlo Interno

JORGE MANUEL ARAÚJO DE BEJA NEVES

Funções exercidas noutras sociedades do grupo Semapa:	
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
Funções exercidas noutras sociedades:	
GLENASH, Lda.	Gerente
PREZERO PORTUGAL, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
SPORT TV PORTUGAL, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal

[33] https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2024/04/Regulamento-CF.pdf
[34] Relativamente ao período em que os membros do Conselho Fiscal exerceram funções.
[35] Cessou funções como Vogal do Conselho Fiscal em 28 de julho de 2025, passando a exercer o cargo de Presidente do Conselho Fiscal a partir dessa data.
[36] Cessou funções como Vogal do Conselho Fiscal em 29 de maio de 2025, passando a exercer o cargo de Presidente do Conselho Fiscal a partir dessa data.
[37] Cessou funções como Presidente do Conselho Fiscal em 28 de julho de 2025, passando a exercer o cargo de Vogal do Conselho Fiscal a partir dessa data.
[38] Cessou funções como Presidente do Conselho Fiscal em 29 de maio de 2025, passando a exercer o cargo de Vogal do Conselho Fiscal a partir dessa data.

C) COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

O Conselho Fiscal analisa os serviços distintos de auditoria e as propostas apresentadas pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas para a prestação dos mesmos, procurando salvaguardar, essencialmente, que não é afetada a independência e a isenção do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, necessárias à prestação dos serviços de auditoria, e que os serviços adicionais são prestados com elevada qualidade e autonomia. A concretização dos serviços distintos de auditoria está dependente de autorização prévia do Conselho Fiscal.

Refira-se que, nesta análise, o Conselho Fiscal aplica as regras previstas no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro, bem como no Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e segue os procedimentos internos instituídos para garantia de que as disposições legais são cumpridas.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Como referido *supra*, o Conselho Fiscal tem as funções que resultam da lei, nomeadamente as que constam do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como as que constam do Regulamento do Conselho Fiscal, nomeadamente:

a) Fiscalizar a administração da sociedade incluindo, neste âmbito, avaliar anualmente o orçamento, o funcionamento interno do Conselho de Administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre os vários órgãos e comissões da sociedade;

b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;

c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

d) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

e) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;

f) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;

g) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração;

h) Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;

i) Tomar conhecimento das linhas estratégicas e avaliar e pronunciar-se sobre a política de riscos previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração;

j) Fiscalizar e avaliar a eficácia do sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, se existentes, propondo os ajustamentos que se mostrem necessários;

k) Pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo as funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, se existentes, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários;

l) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, Colaboradores da sociedade ou outros;

m) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;

n) Fiscalizar a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo Conselho de Administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada;

o) Selecionar as sociedades de revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Geral e recomendar justificadamente a preferência por uma delas e propondo a respetiva remuneração; o respetivo processo de seleção deverá ter lugar através de convites dirigidos pela sociedade a sociedades de revisores oficiais de contas identificadas como de referência na prestação de serviços de revisão legal das contas, que, por sua vez, apresentarão as respetivas propostas, sendo as mesmas sujeitas à análise interna da sociedade, de acordo com os seguintes critérios de seleção:

i. Qualidade das propostas recebidas;

ii. Conhecimento nos setores onde o Grupo Semapa opera;

iii. Qualidade técnica e senioridade dos profissionais envolvidos nas equipas dos proponentes, e

iv. Condições financeiras apresentadas por cada entidade.

p) Propor à Assembleia Geral a destituição do Revisor Oficial de Contas ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito;

q) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;

r) Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no art.º 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários;

s) Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais e avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas e a sua adequação para o exercício das funções que lhe são atribuídas;

t) Emitir parecer prévio e vinculativo sobre o Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas a elaborar e aprovar pelo Conselho de Administração, ou, na falta deste regulamento, sobre a definição a efetuar pela administração sobre se as transações que a sociedade efetua com partes relacionadas são realizadas no âmbito da sua atividade corrente e em condições de mercado;

u) Emitir, em prazo razoável, parecer prévio sobre quaisquer negócios com partes relacionadas que não sejam realizados no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado;

v) Verificar se as transações com partes relacionadas que a sociedade efetua são realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado;

w) Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;

x) Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo de qualidade interno e de gestão do risco e, se aplicável, de auditoria interna, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação, sem violar a sua independência;

y) Acompanhar a revisão legal das contas anuais, individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução;

z) Verificar e acompanhar a independência da sociedade de revisores oficiais de contas no exercício da sua atividade de revisão legal de contas ou na prestação de outros serviços legalmente permitidos, nos termos definidos na lei e regulamentação aplicável, nomeadamente através (i) da demonstração, aquando do processo de seleção da sociedade de revisores oficiais de contas, que essa sociedade dispõe e tem implementados mecanismos internos que assegurem independência e prevenção de conflitos de interesses; (ii) da comprovação regular, por parte da sociedade de revisores oficiais de contas, que os referidos mecanismos internos se mantêm adequados e conformes à legislação e regulamentação aplicável; (iii) da obtenção anual de declaração quanto à sua independência; (iv) da comunicação anual dos serviços distintos de auditoria que tenham sido prestados; (v) da proposta fundamentada quanto à eventual prorrogação das funções da sociedade de revisores oficiais de contas, para além do período máximo legal, com a ponderação das respetivas condições de independência e das vantagens e custos associados à sua substituição; (vi) da comunicação da sociedade de revisores oficiais de contas quanto à ultrapassagem do limiar em matéria de honorários, e (vii) da análise conjunta de eventuais ameaças à sua independência e quanto à aplicação de salvaguardas para mitigar as mesmas;

aa) Verificar que as propostas relativas à prestação de serviços distintos de auditoria apresentadas pela sociedade de revisores oficiais de contas não se enquadram nos serviços distintos de auditoria não permitidos e assegurar que se verificam os requisitos para a sua prestação, incluindo a avaliação no que respeita à manutenção de independência e de prevenção de conflito de interesses e a adequação aos serviços a prestar; nos termos e para os efeitos previstos nesta alínea não podem ser prestados os serviços distintos de auditoria que como tal não sejam permitidos realizar nos termos da legislação e regulamentação aplicável nesta matéria, nomeadamente no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e no Regulamento (UE) n.° 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e

bb) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal é ainda o principal interlocutor do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, tendo acesso e conhecimento direto da atividade por este desenvolvida. A sociedade crê que é possível esta ação fiscalizadora direta do Conselho Fiscal, sem interferência do Conselho de Administração, relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, desde que não saia prejudicado o conhecimento atempado e adequado do órgão de administração, responsável último pelo que se passa na sociedade e pelas demonstrações financeiras, quanto a este mesmo trabalho. Respeitando este princípio, os relatórios do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas foram, no exercício de 2025, dirigidos ao Conselho Fiscal e discutidos em reuniões conjuntas deste órgão com o administrador executivo, Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira e, após a reconfiguração do modelo de administração executiva, com um Diretor Executivo, designadamente o Senhor Eng.º Hugo Pinto, de onde constam, designadamente, os resultados da revisão legal das contas, zelando o Conselho Fiscal para que sejam asseguradas, dentro da sociedade, as condições necessárias para a prestação dos serviços de auditoria. Cabe ainda ao Conselho Fiscal propor e acompanhar, com o apoio dos serviços internos da sociedade, a remuneração do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal discutiu o processo de preparação e de divulgação de informação, incluindo de sustentabilidade, da sociedade, em reuniões que contaram com a participação do Diretor Executivo com a área de responsabilidade relevante, Senhor Eng.º Hugo Pinto, bem como dos Diretores das Direções financeira e de contabilidade e de planeamento e desenvolvimento estratégico da sociedade.

O Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas colabora ainda com o Conselho Fiscal no sentido de prestar, de imediato e nos termos legais e regulamentares aplicáveis, informação sobre irregularidades relevantes para o desempenho das funções do Conselho Fiscal que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Nos termos do regulamento do Conselho Fiscal, o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas e a sociedade mantêm canais de comunicação permanentes e adequados, nomeadamente através da realização de reuniões regulares com a administração, com o Conselho Fiscal e com os serviços e direções com responsabilidades nas matérias em causa e com a consequente discussão e análise de toda a informação que seja pertinente, no âmbito do exercício da correspondente atividade.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo: KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representada pelo Senhor Dr. Rui Filipe Dias Lopes (ROC)[39]

Suplente: Senhor Dr. Pedro Jorge Quental e Cruz (ROC)[40]

40. Indicação do número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. exerce funções junto da sociedade desde 2018.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

A KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. prestou à sociedade, para além dos serviços de revisão legal de contas e auditoria, outros serviços permitidos.

[39] O Senhor Dr. Rui Filipe Dias Lopes foi designado representante do Revisor Oficial de Contas Efetivo da sociedade na Assembleia Geral Anual de 29 de maio de 2025, sucedendo nessa função ao Senhor Dr. Paulo Alexandre Quintas Paixão.

[40] O Senhor Dr. Pedro Jorge Quental e Cruz foi designado Revisor Oficial de Contas Suplente da sociedade na Assembleia Geral Anual de 29 de maio de 2025, sucedendo nessa função ao Senhor Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do Auditor Externo designado para os efeitos do art. 8.º e do Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Auditor Externo da sociedade e o seu representante são os referidos no ponto 39., encontrando-se a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. registada junto da CMVM com o número 20161489.

43. Indicação do número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

Desde 2018, o Auditor Externo é o Revisor Oficial de Contas KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sendo desde a Assembleia Geral Anual de 29 de maio de 2025, representada pelo sócio responsável, Senhor Dr. Rui Filipe Dias Lopes (ROC).

44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas e do seu representante é determinada pelo artigo 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, com a redação atualmente em vigor (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), que consagra o regime jurídico aplicável à rotação obrigatória dos Revisores Oficiais de Contas nas sociedades de interesse público, como a Semapa.

Em 2025, sob proposta do Conselho Fiscal que considerou reunidas as condições legais aplicáveis, a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. foi reconduzida para o novo mandato 2025-2027 como Revisor Oficial de Contas da sociedade, nos termos do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e em respeito pelos limites máximos temporais de exercício de funções de revisão legal das contas aí previstos.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

No âmbito da sua função fiscalizadora e de verificação dos documentos de prestação de contas da sociedade, o Conselho Fiscal avalia o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas de forma contínua e, em especial, no âmbito dos trabalhos preparatórios do seu Relatório e Parecer sobre as contas anuais.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os serviços prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, distintos dos de auditoria, foram sempre aprovados pelo Conselho Fiscal, obedecendo às normas legais aplicáveis e aos procedimentos internos instituídos para o efeito.

Os referidos serviços consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações legais ou contratuais permitidos, à luz do regime legal consagrado pelo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em vigor, em Portugal e no estrangeiro, os quais são aprovados pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal entendem que a contratação pontual de tais serviços é justificada pela experiência acumulada do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas nos setores onde a sociedade atua e pela qualidade do seu trabalho, para além da definição criteriosa do âmbito do trabalho solicitado, apoiando-se ainda o Conselho Fiscal na análise e pareceres internos dos serviços.

Na prestação dos serviços de consultoria fiscal e outros que não de auditoria, quando existam, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adotadas na prestação destes serviços e objeto de monitorização por parte da sociedade, em especial pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Controlo e Riscos.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

Serviços	Sociedade		Entidades que integrem o grupo (incluindo a própria Sociedade)	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Valor dos serviços de revisão de contas	106 550	64,7%	1 208 022	67,2%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	58 155	35,3%	279 405	15,5%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	—	—%	—	—%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	—	—%	310 450	17,3%
Soma:	**164 705**	**100%**	**1 797 877**	**100%**

Nota: Valores em Euros

Em 2025, os serviços distintos dos serviços de auditoria faturados à sociedade ou a entidades que com ela mantenham uma relação de domínio pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, incluindo as entidades que com ele se encontram em relação de participação ou que integram a mesma rede, representaram 33% do total dos serviços prestados.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h[41]).

Não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos, pelo que se aplica o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Na sociedade vigora, desde 2006, um Regulamento de Comunicação de Irregularidades, que tem como objeto regular a comunicação pelos órgãos sociais e pelos trabalhadores da sociedade de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, que se encontra publicado no **sítio**[42] da sociedade na Internet, onde o mesmo pode ser consultado.

O referido regulamento foi objeto de revisão em 2022, no âmbito da entrada em vigor da Lei de Proteção de Denunciantes – Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro – prevendo, entre outras, a obrigatoriedade de determinadas empresas criarem canais de denúncia internos que permitam a apresentação e o seguimento seguro de denúncias, a fim de garantir a exaustividade, integridade e conservação da denúncia, a confidencialidade da identidade ou o anonimato dos denunciantes e a confidencialidade da identidade de terceiros mencionados na denúncia, e de impedir o acesso de pessoas não autorizadas. No início de 2024 e de 2025 o Regulamento de Comunicação de Irregularidades foi novamente revisto para acomodar ligeiras atualizações.

O Regulamento de Comunicação de Irregularidades em vigor é aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e comissões da sociedade, aos acionistas, aos trabalhadores, aos candidatos em processo de recrutamento, aos prestadores de serviços, aos contratantes, aos subcontratantes, aos fornecedores, aos voluntários e aos estagiários da sociedade. Nos termos do referido Regulamento, a comunicação de irregularidades é realizada no canal de denúncias disponibilizado no sítio da Internet da sociedade, e a receção e seguimento das comunicações é feita pela Direção de Governo Societário e de *Compliance* – podendo esta socorrer-se de outras direções e comissões internas, salvo conflito de interesses, ou contratar entidades externas – seguindo-se a comunicação ao Conselho Fiscal de todas as irregularidades comunicadas e seguidas. Confere-se ainda a possibilidade de a comunicação da irregularidade ser feita de forma anónima, garantindo-se em qualquer caso o tratamento confidencial da mesma e um tratamento não prejudicial do denunciante.

[41] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. h) do Código dos Valores Mobiliários.
[42] https://chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2024/04/Regulamento-de-Comunicacao-de-Irregularidades-VF.pdf

Em caso de existência de conflito de interesses com a Direção de Governo Societário e de *Compliance*, quanto à irregularidade alegadamente praticada, o seguimento da irregularidade será feito diretamente pelo Conselho Fiscal.

O tratamento da comunicação deve obedecer a um conjunto de regras, melhor descritas no Regulamento de Comunicação de Irregularidades em vigor e que, sumariamente, preveem um processo de averiguações que inclui os atos internos adequados à verificação das irregularidades comunicadas e, quando possível, à sua cessação, bem como um conjunto de comunicações a realizar ao denunciante sobre o andamento do processo. O processo de averiguações termina com a apresentação de proposta de arquivamento ou de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa, para apreciação e decisão final da Comissão Executiva ou do Administrador-Delegado, conforme aplicável, ou do Conselho de Administração, caso esteja em causa um titular da Comissão Executiva ou o Administrador-Delegado, devendo a decisão final ser comunicada ao Conselho Fiscal e ao Presidente do Conselho de Administração, e tendo sempre presentes as regras resultantes do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas.

O Canal de Comunicação de Irregularidades da sociedade, gerido por uma entidade externa e independente, a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, que faz a triagem das denúncias apresentadas e que garante o respeito do anonimato e da confidencialidade, está disponível no **sítio**[43] da Internet da sociedade, e por linha telefónica através do número +351 210 427 838. A linha telefónica direciona o denunciante para a operação do Canal de Comunicação de Irregularidades, que registará os detalhes da denúncia.

Os regulamentos internos dos órgãos e comissões da sociedade preveem igualmente a adoção e o cumprimento do referido Regulamento de Comunicação de Irregularidades.

Refira-se ainda, a este propósito, que na sociedade vigora, desde 2002, um conjunto de Princípios Deontológicos, aprovados pelo Conselho de Administração, que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais, tendo o seu âmbito pessoal de aplicação sido alargado aos membros de comissões, representantes e prestadores de serviços, na revisão ocorrida em 2023, que passou a designar este documento de Código de Ética e de Conduta, e tendo o mesmo passado também a ser de acesso público, estando disponível no **sítio**[44] da Internet da sociedade.

São, em especial, consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflito de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação privilegiada.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de proteção de todos os acionistas, assegurando-se, assim, o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

O Código de Ética e de Conduta que, no final de 2018, tinha passado a consagrar expressamente o compromisso de respeitar e promover os direitos humanos, bem como o combate ao branqueamento de capitais e à corrupção, veio, com a revisão de 2023, reforçar o respeito pela legislação relativa à concorrência. No início de 2024 o Código de Ética e de Conduta foi também objeto de revisão, no sentido de alargar os deveres aí previstos em matéria de proteção de dados pessoais, cibersegurança e tecnologias emergentes, designadamente, inteligência artificial.

Está também em vigor na Semapa, desde 1 de outubro de 2017, um Código de Boa Conduta e Prevenção do Assédio, que consagra regras específicas com o objetivo de reforçar a prevenção e combate de todo e qualquer tipo de assédio no local de trabalho, sem prejuízo de outras normas de conduta aplicáveis, tendo este código sido revisto em 2022, de forma a acautelar as alterações decorrentes da revisão do Regulamento de Comunicação de Irregularidades.

Na sociedade vigora também, desde 2022, uma Política Fiscal que visa assegurar o cumprimento integral das obrigações fiscais da Semapa e das restantes empresas que integram o Grupo, em todas as jurisdições em que operam. Esta Política está alinhada com a estratégia empresarial de desenvolvimento do Grupo e é definida de acordo com a substância económica da sua atividade, sendo que as implicações fiscais das transações realizadas são uma de entre as múltiplas razões económicas a considerar nas decisões de gestão do Grupo.

Acresce que a sociedade procede à divulgação adequada e eficaz da sua Política Fiscal no **sítio**[45] da Internet da sociedade, procedendo à sua revisão quando se mostre adequado, e assegura tanto o estabelecimento como o cumprimento de procedimentos internos através de uma adequada e regular supervisão das suas práticas fiscais, com o envolvimento dos seus órgãos sociais, sempre com o objetivo de minimizar potenciais riscos na tomada de decisões em matéria fiscal.

[43] https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/canal-de-comunicacao-de-irregularidades/
[44] https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2024/04/Codigo-de-Etica-e-Conduta.pdf
[45] https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2023/12/Semapa-Politica-Fiscal.pdf

Para além das revisões às Políticas existentes, atrás mencionadas, o Conselho de Administração procedeu ainda, em 2023, à aprovação de um conjunto de políticas no âmbito do reforço do compromisso da sociedade com os objetivos de sustentabilidade e a garantia das salvaguardas mínimas, designadamente, a Política de Direitos Humanos, a Política de Prevenção da Corrupção e a Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, encontrando-se as referidas políticas disponíveis no **sítio**[46] da Internet da sociedade[47].

Refira-se ainda, e conforme mencionado *supra* neste relatório, que a sociedade realizou, em 2024, uma formação em Ética e Conduta que teve como principal objetivo o aprofundamento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta, na Política de Direitos Humanos, e na Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, bem como a revisão do funcionamento do Canal de Comunicação de Irregularidades e respetivo regulamento.

Importa ainda referir que, na sequência da entrada em vigor do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), e concluído o respetivo processo de implementação na Semapa em 2025, o Conselho de Administração aprovou os instrumentos internos previstos no referido regime, designadamente o Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas (que substitui a Política de Prevenção da Corrupção anteriormente em vigor) e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, os quais passaram a integrar o Programa de Cumprimento Normativo da sociedade em matéria de combate à corrupção. Estes documentos encontram-se disponíveis no **sítio**[48] da Internet da sociedade, reforçando o compromisso da Semapa com a transparência, a integridade e a prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

Já durante o início de 2026, e conforme mencionado *supra*, a sociedade realizou uma formação específica em matéria de prevenção da corrupção e infrações conexas, que incluiu igualmente uma componente dedicada ao funcionamento do Canal de Comunicação de Irregularidades.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Embora a sociedade não possua serviços estruturados de forma independente para a auditoria interna, o controlo interno – que compreende as funções de gestão de riscos e *compliance* – na sociedade é efetuado pelo Conselho de Administração e através de uma comissão interna com funções específicas nesta área – a Comissão de Controlo e Riscos – cabendo a avaliação e fiscalização do sistema de controlo interno, incluindo a verificação da eficácia do mesmo, ao Conselho Fiscal e ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, e devendo igualmente qualquer um desses órgãos, e bem assim a Comissão de Controlo e Riscos, identificar e propor as alterações que se mostrarem necessárias. O Conselho Fiscal tem conhecimento e oportunidade de se pronunciar sobre a atividade desenvolvida neste âmbito pela Comissão de Controlo e Riscos e pelas várias direções da Semapa, sobre os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, podendo propor, neste âmbito, os ajustamentos que se mostrem necessários, sendo destinatário, quando existam, dos relatórios ou pareceres realizados por estes serviços quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades e irregularidades.

Adicionalmente, o universo empresarial que representa a grande maioria dos trabalhadores do Grupo e que é relativo às principais Participadas da *holding*, The Navigator Company e Secil, está abrangido por sistemas de auditoria próprios com unidades orgânicas específicas para o efeito, pelo que considera a sociedade que os referidos sistemas de controlo interno, concretizados pelos referidos órgãos e comissões, estão estruturados em termos plenamente adequados às especificidades e dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Assim, a inexistência de serviços com funções exclusivas nesta área é uma opção que fica a dever-se à estrutura administrativa simplificada da Semapa enquanto sociedade *holding* e à forma como o controlo de riscos é feita no Grupo em que está inserida.

No decurso do exercício de 2023, foi ainda criada uma direção de Governo Societário e de *Compliance*, com as funções *supra* descritas no ponto 21.

[46] https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/
[47] A Política de Prevenção da Corrupção evoluiu para o atual Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, elaborado no âmbito da implementação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção da Semapa, em 2025 e disponível no sítio da internet da sociedade.
[48] https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

As relações de dependência funcional constam do organograma do ponto 21. deste relatório, estando as funções dos órgãos e comissões com relevância nesta matéria melhor descritas no ponto 54.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

A gestão de risco é um processo crucial na atividade do Grupo Semapa, uma vez que proporciona uma abordagem estruturada para identificar, avaliar e analisar potenciais eventos de risco que possam influenciar os objetivos do Grupo, bem como identificar medidas de mitigação, de modo a reduzir a probabilidade de ocorrência e magnitude de impacto desses eventos. O desempenho da Semapa, enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), está intrinsecamente ligado aos resultados das empresas em que detém participações sociais.

A abordagem da Semapa, que promove a autonomia e responsabilização das empresas em que detém participações, resulta na exposição a um conjunto de riscos. Esses riscos não afetam apenas cada empresa individualmente, mas também podem propagar para a própria Semapa e outras empresas do Grupo.

O Capítulo 2.5. do Relatório Anual apresenta uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza estratégica, e a Nota 11 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas apresenta uma análise desenvolvida de todos os riscos operacionais, incluindo os económicos e jurídicos, associados a cada um dos segmentos de negócio do Grupo e riscos associados ao Grupo em geral. Já os riscos de natureza financeira encontram-se identificados na Nota 8.1 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os riscos de natureza estratégica incluem o risco de portefólio, o risco de negócio, o risco de capital reputacional, o risco de tomada de decisão de investimento, o risco relativo ao talento, o risco de choque externo e o risco de transição climática.

Os riscos de natureza operacional incluem, designadamente, o risco de abastecimento de matérias-primas, o risco da disrupção de cadeias logísticas, o risco de catástrofes ambientais não naturais, o risco de cibersegurança, o risco de eventos climáticos e catástrofes naturais e o risco de novas tecnologias disruptivas e utilização de IA.

Os riscos de natureza financeira incluem o risco cambial e o risco de licenças CO_2.

Os riscos de *compliance* incluem o risco de fraude e o risco de desempenho ESG.

Os referidos riscos são monitorizados ao longo do ano e objeto de um relatório de risco aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, conforme melhor descrito no ponto 54. *infra*.

Do referido relatório de risco resulta, nomeadamente, uma efetiva identificação e caracterização dos principais riscos a que a sociedade e o Grupo se encontram sujeitos, os vários contextos de risco em que cada sociedade opera, as métricas para a avaliação de impacto e a probabilidade de ocorrência dos mesmos, os procedimentos de monitorização e acompanhamento dos riscos e, bem assim, as medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, com a aprovação de um plano de atividades e medidas concretas a implementar, respeitante ao exercício subsequente.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

No que respeita à gestão dos riscos, a Semapa tem vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos, que compreende processos que contemplam a totalidade do ciclo de vida do risco, desde a sua identificação, passando pela avaliação, monitorização, revisão, tratamento e reporte, de acordo com as boas práticas e referenciais COSO – Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission e da Norma ISO 31000, e tendo, neste âmbito, em consideração as recomendações do Código de Governo das Sociedades emitido pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

A Semapa e as suas Participadas seguem um modelo de acompanhamento anual de risco que envolve várias etapas:

– *Recolha e preenchimento de informações sobre os riscos*: são recolhidas informações detalhadas sobre cada risco. Essas informações são registadas em fichas individuais que incluem a identificação do risco e o acompanhamento das medidas de mitigação existentes, que integra um exercício de avaliação de eficácia das referidas medidas de mitigação existentes;

– *Discussão e aprovação das fichas de risco*: as fichas de risco são discutidas e revistas. A aprovação ocorre para garantir que todas as informações relevantes estejam corretas e que as estratégias de mitigação sejam adequadas;

– *Desenvolvimento de Indicadores de risco (Key Risk Indicators)*: a Semapa e as suas Participadas desenvolveram Indicadores de Risco (KRIs) para permitir a monitorização contínua dos riscos, bem como a antecipação de eventos que possam causar disrupções significativas.

Em resumo, o Grupo está comprometido em gerir os riscos de forma proativa, garantindo que as medidas de mitigação sejam eficazes e que os eventos adversos sejam identificados e tratados atempadamente.

Neste contexto, a política de assunção de riscos aprovada pelo Conselho de Administração da Semapa define qualitativamente o nível de risco que a Semapa está disposta a aceitar para alcançar os objetivos e estratégia de negócio, encontrando-se alinhada com os principais tópicos materiais para a Semapa e garantindo a consistência do sistema de gestão e controlo de riscos.

O modelo de governo definido em matéria de acompanhamento e gestão do risco encontra-se ajustado à estrutura da Semapa, definindo os focos de atuação e a atribuição de responsabilidade aos diferentes intervenientes no sistema de gestão e controlo de riscos.

A definição da estratégia global de risco é da responsabilidade do Conselho de Administração, cabendo a sua supervisão ao Conselho Fiscal. A Comissão de Controlo e Riscos – que tem as funções e competências referidas nos pontos 21. e 29. – é responsável pelo seu controlo e monitorização através do sistema *supra* mencionado, que permite promover, acompanhar e avaliar o quadro de risco e as medidas existentes e necessárias à sua mitigação.

Importa salientar que a gestão de risco assume particular relevância ao nível das maiores Participadas, atendendo às especificidades da natureza da sua atividade e ao respetivo perfil de risco.

A auditoria externa foi realizada na Semapa e nas sociedades por si controladas, com referência ao ano de 2025, pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. O Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas da sociedade verifica, designadamente, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno através dos elementos que lhe são facultados pelos órgãos sociais e respetivas comissões, em especial pela Comissão de Controlo e Riscos, e exercendo as demais competências resultantes da lei nesta matéria, incluindo as normas respeitantes ao Relatório sobre Remunerações. As conclusões das verificações efetuadas são reportadas pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas ao Conselho Fiscal, que as partilha e discute com o Conselho de Administração.

Os sistemas de controlo interno implementados, incluindo a função de gestão de risco, têm-se demonstrado eficazes, não se tendo verificado situações que não tivessem sido devidamente acauteladas ou expressamente assumidas previamente como riscos controlados. Como referido acima, o Conselho de Administração, para além das competências próprias nesta matéria, e por forma a salvaguardar a não assunção excessiva de riscos pela sociedade, criou a Comissão de Controlo e Riscos, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos.

Por seu turno, o Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar e avaliar anualmente a eficácia do próprio sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de risco e *compliance*, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifiquem, estando a Comissão de Controlo e Riscos incumbida de implementar tais ajustamentos. Por fim, importa referir que este sistema é sempre acompanhado e controlado pelo Conselho de Administração, como responsável último pelos atos praticados no âmbito da sociedade.

Neste âmbito, a sociedade procedeu à aprovação do sistema de gestão e controlo de riscos, em reunião do Conselho de Administração realizada no início de 2019. Este sistema, que se concretiza num relatório de risco anual, fixa, nomeadamente, os objetivos e limites em matéria de assunção de riscos e identifica os índices de probabilidade e impacto relativamente aos mesmos e de onde resulta a avaliação do grau de cumprimento interno e o desempenho da função de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido, assim como os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, mais prevendo os procedimentos de monitorização, tendo em vista o seu acompanhamento. Ao nível da fixação dos níveis de risco que a sociedade está disposta a aceitar, a Semapa adotou e segue uma política de assunção de riscos no desenvolvimento da sua atividade, procurando operar de acordo com o nível de risco definido.

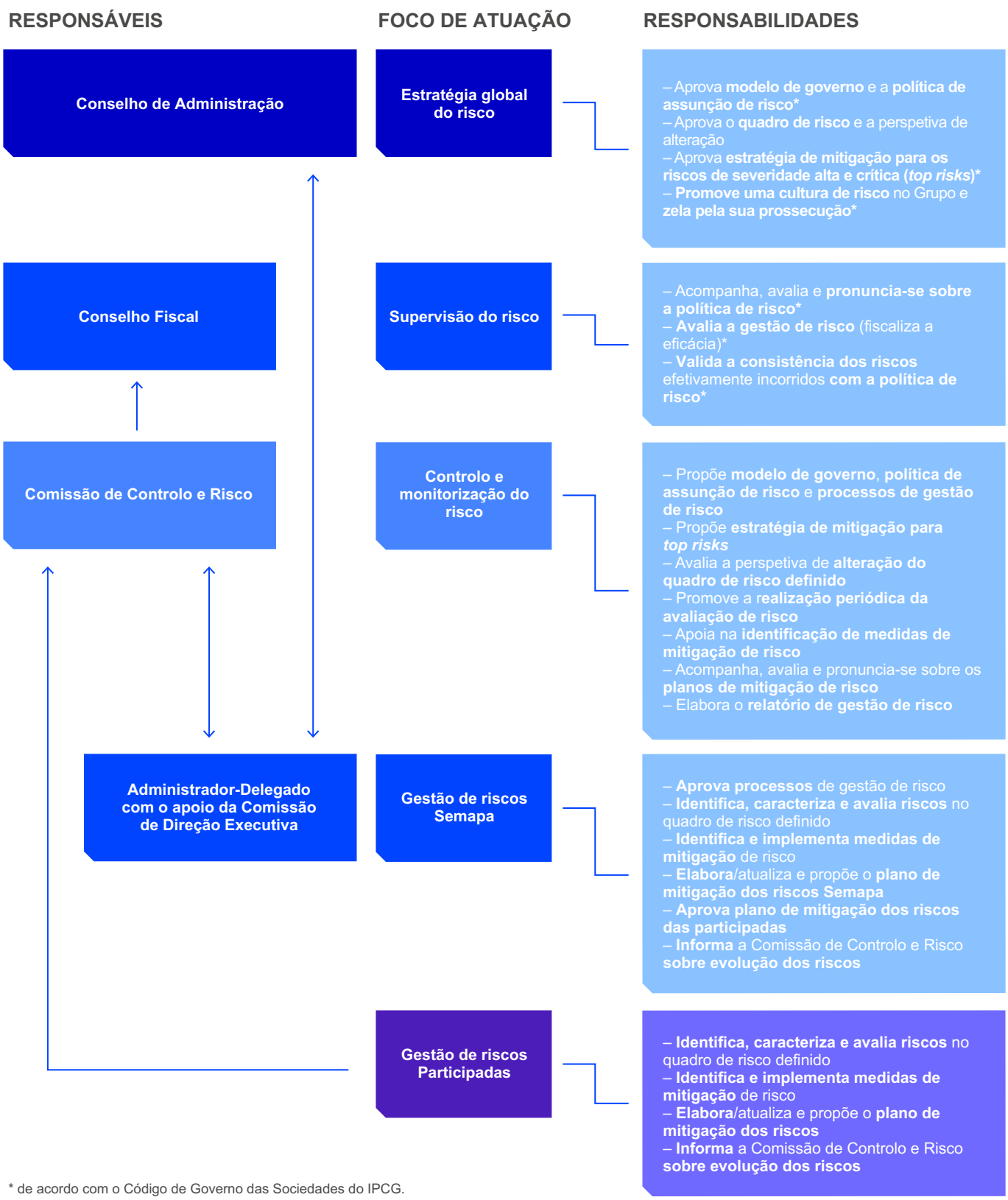
O relatório de risco anual respeitante ao ano de 2024 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em abril de 2025, devendo o relatório de risco anual respeitante ao ano de 2025 ser aprovado na data de aprovação do presente relatório, estando o respetivo conteúdo descrito no ponto 53. *supra*.

O Conselho Fiscal, que desempenha um papel especialmente preponderante nesta área, com todas as atribuições que resultam diretamente da lei e do Regulamento do Conselho Fiscal, avaliou e pronunciou-se sobre o sistema de gestão e controlo de riscos e o relatório de risco anual previamente à aprovação pelo Conselho de Administração e, bem assim, acompanhou, nomeadamente em reuniões do Conselho Fiscal com a Comissão de Controlo e Riscos e a Comissão Executiva realizadas ao longo do exercício, os trabalhos de monitorização desses riscos até à emissão do respetivo relatório de risco anual.

Relativamente às linhas estratégicas, o Conselho Fiscal tomou prévio conhecimento das linhas estratégicas aprovadas em dezembro de 2024 pelo Conselho de Administração, bem como da estratégia de investimento da Semapa aprovada em janeiro de 2023 e da sua atualização aprovada pelo Conselho de Administração em janeiro de 2025.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Comissão de Controlo e Riscos no decurso de 2025. Neste âmbito, o Conselho Fiscal, em articulação com a Comissão de Controlo e Riscos e, sempre que necessário, com as direções da sociedade, tem vindo a implementar mecanismos e procedimentos de controlo periódico, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração. Os referidos procedimentos correspondem a (i) reuniões regulares durante o exercício com os demais órgãos sociais e comissões com competências nesta matéria, em especial para apreciar os resultados e fiabilidade do modelo de acompanhamento dos riscos, para discutir e monitorizar o modelo e os *Key Risk Indicator*s e as fichas de risco, tendo algumas destas reuniões a presença da consultora externa que auxilia a Semapa neste processo, e (ii) interações com as várias partes envolvidas no sistema de gestão e controlo de riscos através da solicitação de verificações e esclarecimentos sempre que necessários e adequados.

A atribuição de responsabilidades às áreas orgânicas ou aos órgãos de Gestão do Grupo encontram-se estabelecidas e formalizadas, de acordo com o esquema seguinte:



* de acordo com o Código de Governo das Sociedades do IPCG.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m[49]).

A divulgação da informação financeira é da responsabilidade do representante para as relações com o mercado, cabendo previamente ao Conselho Fiscal e ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas avaliar a qualidade, fiabilidade e integridade da informação financeira aprovada pelo Conselho de Administração da sociedade e preparada pela Direção Financeira e de Contabilidade.

O processo de preparação da informação financeira está sujeito a um sistema de controlo interno e regras, que têm como objetivo garantir uma adequada e consistente aplicação das políticas contabilísticas adotadas pela sociedade, bem como a razoabilidade das estimativas e julgamentos utilizados na preparação dessa informação.

No que respeita aos mecanismos de controlo interno associados ao processo de divulgação da informação financeira, a sociedade tem implementadas regras que visam garantir a tempestividade das divulgações a efetuar e mitigar o risco de assimetrias nas informações disponibilizadas ao mercado.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete sob a responsabilidade da Diretora Financeira e de Contabilidade da sociedade, Senhora Dr.ª Miriam Forte, que dispõe de Colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os órgãos sociais, comissões e direções da sociedade e, quando necessário e de acordo com os procedimentos estabelecidos e os limites previstos na lei, das sociedades do Grupo, por forma a garantir, por um lado, a eficácia necessária na resposta às solicitações e, por outro, a produção, tratamento e transmissão de informação pertinente aos acionistas, investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral, de forma atempada, rigorosa, adequada e sem desigualdades, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

A Senhora Dr.ª Miriam Forte pode ser contactada através do endereço eletrónico investors@semapa.pt ou através dos contactos telefónicos gerais da sociedade (+351 21 318 47 00). Por este meio, é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no **sítio**[50] da sociedade na Internet, e respeita essencialmente a informação relativa ao Grupo Semapa, à atividade da sociedade, ao governo societário e à informação financeira.

57. Representante para as relações com o mercado.

O Representante da sociedade para as relações com o mercado é a Senhora Dr.ª Miriam Forte.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A Semapa recebe vários tipos de pedidos de informação, aos quais habitualmente responde nas 24 horas subsequentes à receção do pedido, sem prejuízo de alguns dos pedidos, pela sua amplitude, abrangência ou complexidade, necessitarem obrigatoriamente de um prazo mais alongado de resposta. Existem também períodos do ano em que a Semapa recebe maior solicitação de pedidos, designadamente nos períodos que antecedem a realização de Assembleias Gerais e o pagamento de dividendos, onde poderá ocorrer uma dilatação pontual dos prazos de resposta. Não existem pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

[49] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. l) do Código dos Valores Mobiliários.
[50] https://www.semapa.pt/

V. SÍTIO DE INTERNET

Descritivo	Endereço da página na Internet
59. Site Semapa	**https://www.semapa.pt**
60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.	**https://www.semapa.pt/contacte-nos/**
61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.	**https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/**
62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.	**https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/orgaos_sociais/ https://www.semapa.pt/contacte-nos/**
63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.	**https://www.semapa.pt/investidores/informacao-financeira/ https://www.semapa.pt/investidores/calendario-do-investidor/**
64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.	**https://www.semapa.pt/investidores/assembleias-gerais-da-semapa/**
65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.	**https://www.semapa.pt/investidores/assembleias-gerais-da-semapa/**

D. REMUNERAÇÕES E RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES

A Semapa optou, nos termos do n.º 8 do artigo 26º-G do Código dos Valores Mobiliários, por integrar neste capítulo do Relatório do Governo Societário o Relatório sobre Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização da Semapa, incluindo, assim, nos pontos pertinentes deste capítulo a informação necessária para dar cumprimento ao referido preceito legal.

O Relatório sobre Remunerações submetido a apreciação na Assembleia Geral Anual realizada em 2025, que apreciou os documentos de prestação de contas do exercício de 2024, incluindo o relatório de gestão, o balanço e contas separadas e consolidadas, o relatório do governo societário, que contém o Relatório sobre Remunerações e a demonstração não financeira consolidada (informação sobre sustentabilidade), foi aprovado por 99,969% do capital presente ou representado, não tendo sido solicitados esclarecimentos por parte dos acionistas relativamente ao mesmo, no âmbito da referida assembleia geral.

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

O órgão competente para determinar a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é a Comissão de Remunerações.

Relativamente aos dirigentes da sociedade, essa competência pertence ao Conselho de Administração.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A 31 de dezembro de 2025 a Comissão de Remunerações era composta pelo Senhor Dr. Pedro Miguel de Araújo Raposo, Presidente, e Senhores Dr. João do Passo Vicente Ribeiro e Dr.ª Carlota Infante da Câmara Albergaria Caldeira, Vogais, designados para o mandato 2025-2027 na Assembleia Geral Anual da sociedade de 29 de maio de 2025.

A sociedade considera que todos os membros da Comissão de Remunerações são independentes.

A Comissão de Remunerações não dispõe de pessoas contratadas para a auxiliar. A Comissão pode indicar livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria que se mostrem necessários ou convenientes para o exercício das suas funções, dentro dos limites orçamentais da sociedade, direito que já exerceu no passado, devendo, nesse caso, assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não são contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à própria sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da Comissão de Remunerações sem autorização expressa da mesma. A sociedade considera que a composição da Comissão de Remunerações assegura a sua independência em face à administração, porquanto todos os seus membros são independentes.

Na sociedade, a Comissão de Remunerações presta todas as informações ou esclarecimentos aos acionistas nas respetivas Assembleias Gerais Anuais ou em quaisquer outras Assembleias Gerais, se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença for requerida pelos acionistas, fazendo-o através da presença de, pelo menos, um dos seus membros. Foi o que sucedeu na Assembleia Geral Anual de 29 de maio de 2025, na qual estiveram presentes todos os seus membros em exercício de funções.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Todos os membros da Comissão de Remunerações têm conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações.

O Senhor Dr. Pedro Raposo tem uma carreira de várias décadas em funções de topo na gestão de pessoas e recursos humanos em grupos de referência nos setores da distribuição e financeiro em Portugal, incluindo Jerónimo Martins, Banco Espírito Santo / Novo Banco e Banco de Portugal. Atualmente é Diretor de Pessoas e Estratégia no Banco de Portugal e Co-Chair do Human Resources Committee do Banco Central Europeu, detendo larga experiência e conhecimento especializado em seleção, avaliação e política de remunerações.

Por sua vez, a Senhora Dr.ª Carlota Albergaria Caldeira desenvolveu durante vários anos uma sólida experiência em consultoria de recursos humanos, nomeadamente Capital Humano e Leadership Services, com maior foco na gestão de projetos de *executive search* (mercado nacional e internacional), assessments e benchmark salarial, tendo passado por empresas como a Heidrick & Struggles, Jason Associates, a Argo Talents e a Mercer. Desempenhou ainda funções na Nova School of Business & Economics como *advisor* e depois como responsável de relações corporativas com vista ao recrutamento, empresa à qual regressa anos mais tarde a desempenhar funções na área de People & Culture. Atualmente, enquanto consultora independente, desempenha projetos de recursos humanos de forma transversal.

O Senhor Dr. João Vicente Ribeiro é, desde 2019, membro da Comissão de Remunerações da Semapa e da The Navigator Company, onde tem participado ativamente no processo relativo à definição das respetivas políticas de remuneração de órgãos sociais. Adicionalmente, ao longo da sua carreira, no exercício de funções de gestão e administração em diversas instituições financeiras e empresas de referência, teve intervenção em processos relativos à avaliação, seleção e definição de políticas de remuneração de quadros de topo e órgãos sociais.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho[51].

A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização ("Política de Remuneração"), relativa ao exercício de 2025, elaborada pela Comissão de Remunerações, foi aprovada na Assembleia Geral Anual de 29 de maio de 2025, para o período de 2025 a 2027, por maioria de 99,977% do capital presente ou representado.

A Política de Remuneração em vigor corresponde ao Anexo II deste relatório, não tendo existido quaisquer afastamentos do procedimento de aplicação da Política de Remuneração aprovada ou derrogações à mesma.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A forma como foi estruturada a remuneração dos órgãos sociais e como foi baseada a avaliação do desempenho da administração executiva em 2025 respeitou o modelo e os princípios – funções desempenhadas, situação económica da sociedade e critérios de mercado – constantes da Política de Remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização da Semapa em vigor, designadamente os pontos 1. e 2.2., para os quais se remete. No ponto 24. *supra* estão descritos o processo e os órgãos que intervêm na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O sistema remuneratório em vigor na Semapa, plasmado na Política de Remuneração, assegura a sua estratégia empresarial e, bem assim, a longo prazo, o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade e a sua sustentabilidade, em especial, por (i) ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados, e por (ii) definir critérios de avaliação e indicadores definidos pela Comissão de Remunerações, alinhados com os objetivos estratégicos da sociedade, indicadores estes que, aliados à definição de uma componente de remuneração variável anual e plurianual – associando o recebimento de parte da remuneração variável à concretização de determinados objetivos no longo prazo – contribui para um desempenho dos membros dos seus órgãos sociais alinhado com os interesses de longo prazo e a sustentabilidade da sociedade.

Relativamente às componentes da remuneração: (i) a remuneração dos membros do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável 12 vezes por ano, e, para os administradores executivos, incorpora também uma componente variável, com carácter eventual e que globalmente pode corresponder a uma percentagem não superior a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior, de acordo com os estatutos da sociedade, integrando a componente variável, por sua vez, uma componente anual e uma componente plurianual; (ii) a remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo anual, pagável 12 vezes por ano, e (iii) a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral consiste apenas numa quantia fixa determinada em função das reuniões efetivamente ocorridas.

No tocante à componente variável anual da remuneração dos administradores executivos, esta tem por base um valor *target* aplicável a cada administrador e que é devido em condições de desempenho do próprio e da sociedade que correspondam às expetativas e aos objetivos previamente fixados. Este valor *target* é definido ponderando os princípios acima referidos – mercado, funções concretas, situação da sociedade –, com destaque para situações comparáveis de mercado em funções de relevância equivalente. As ponderações do desempenho efetivo face às expetativas e objetivos, que determinam a variação em relação ao *target*, têm por base um conjunto de KPIs, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade (indicadores gerais de negócio, com um peso de 70%) e do desempenho do administrador em causa (indicadores individuais, com um peso de 30%).

Dentro dos indicadores gerais de negócio existem KPIs Financeiros (com um peso de 60%) – nomeadamente, o EBITDA, com um peso de 25%, o cash flow, com um peso de 12,5%, o *Total Shareholder Return* vs. Pares, com um peso de 12,5%, e o orçamento, com um peso de 10% – e KPIs Estratégicos (com um peso de 40%), sendo estes indicados anualmente pelo Presidente do Conselho de Administração, após consulta da Comissão de Talento, devendo avaliar a atividade específica da Semapa.

Dentro dos indicadores individuais existem os objetivos específicos (com um peso de 50%), que deverão incluir indicadores ESG, como, por exemplo, o resultado do estudo anual de clima na sociedade, e os indicadores comportamentais (com um peso de 50%), sendo, neste âmbito, relevante o alinhamento de cada administrador com o modelo de liderança existente, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento das equipas, e os interesses de longo prazo da sociedade. Com este sistema, consegue-se garantir na Semapa a inexistência de remunerações variáveis discricionárias.

[51] Esta matéria encontra-se atualmente regulada nos artigos 26º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários.

Os critérios de desempenho referidos acima são aplicados de forma matemática na sua parte quantitativa – usando como referência os valores dos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração, sendo comparados, no final de cada período, estes compromissos com os resultados efetivamente obtidos – e através de apreciações valorativas no tocante à parte qualitativa.

No que diz respeito à remuneração variável plurianual, pretende-se estimular o alinhamento da atuação dos administradores executivos com os interesses sustentáveis de longo prazo da sociedade através da definição de objetivos plurianuais, diferindo uma parte da remuneração variável que fica, assim, associada ao desempenho da sociedade e ao atingimento de objetivos nesse período. Neste incentivo de longo prazo, o montante total a distribuir pela administração executiva corresponderá a uma percentagem da Criação de Valor Acionista (valor criado acima de uma taxa anual mínima determinada no início de cada mandato), relacionada com o cumprimento de um conjunto de objetivos financeiros e ESG.

Este incentivo plurianual está atualmente associado ao cumprimento do Plano Estratégico da Semapa 2023/2027 e terá em conta os indicadores *Total Shareholder Return* ≥ KPI definido, *Total Shareholder Return* ≥ Pares, Variação do EBITDA ≥ KPI definido e Emissões CO_2 ≤ KPI definido.

Destaca-se a existência de um KPI – Emissões de CO_2 – relacionado com a sustentabilidade, na vertente ambiental, e que está em linha com as preocupações de cumprimento do roteiro carbónico constantes do Plano Estratégico.

O Incentivo de Longo Prazo pode incluir uma avaliação individual do desempenho dos administradores executivos, a ser assegurada pela Comissão de Remunerações, ouvidos outros intervenientes que a Comissão entenda pertinente envolver.

Este incentivo plurianual corresponderá a períodos trianuais e coincidentes com os mandatos da administração, com exceção do primeiro período que respeitou a 2023/2024 por corresponder aos últimos anos do mandato 2022-2024.

O acompanhamento do Incentivo, o cálculo dos resultados obtidos e dos montantes a pagar serão assegurados por uma entidade externa independente.

A avaliação final e a determinação efetiva do montante a pagar serão efetuadas no final de cada período, após o apuramento das contas do último exercício incluído no período, sendo que o pagamento, em dinheiro, desta componente plurianual da remuneração variável (i) é de 75% até ao final do primeiro semestre seguinte ao fim do período de referência, e (ii) é diferido em 25% por um ano. Não haverá, no entanto, diferimento no caso de o valor a pagar ser inferior a 20% da remuneração fixa anual do período de referência.

No exercício de 2025 a sociedade procedeu ao apuramento e determinação do montante relativo à remuneração variável plurianual corresponde ao período 2023/2024, em observância do procedimento descrito *supra*, em especial, com o diferimento de 25% do montante apurado por um ano.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, existem também na sociedade mecanismos de limitação da remuneração variável: (i) a componente variável, tanto anual como plurianual, é eliminada no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração considerada relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso; (ii) o montante da remuneração variável anual atribuível tem um *cap* definido, correspondente a 1,8 vezes o *target*, e (iii) a remuneração variável plurianual não pode ser superior a 175% da componente fixa dos anos a que o Incentivo diga respeito, por forma a prevenir que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias imediatas para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro.

A determinação da remuneração anual e plurianual pode considerar ajustamentos que sejam razoáveis respeitantes a fatores exógenos e decisões económicas não previstas, conforme previamente definido pela Comissão de Remunerações.

A natureza dos indicadores, o respetivo peso na determinação da remuneração variável efetiva, o pagamento diferido de uma parte da remuneração plurianual e os limites à aplicação da remuneração variável criam um modelo remuneratório baseado no reconhecimento do mérito por referência ao desempenho efetivo da sociedade e no desincentivo da assunção excessiva de riscos, ao mesmo tempo que contribuem para a concretização da estratégia definida pela Semapa e asseguram o alinhamento dos interesses dos membros executivos do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos administradores executivos integra uma componente variável que depende da avaliação de desempenho, nos termos descritos no ponto anterior e na Política de Remuneração, em especial no ponto 2.2.2. No ponto 24. *supra* estão descritos o processo e os órgãos que intervêm na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Relativamente à avaliação de desempenho efetuada em 2025, respeitante a 2024, a componente individual e qualitativa da avaliação de desempenho teve um impacto considerável de 30% (objetivos específicos, com um peso de 50%, e indicadores comportamentais, com um peso de 50%), conforme previsto no ponto 2.2.2. da Política de Remuneração em vigor, percentagens que se aplicarão na avaliação de desempenho relativa ao exercício de 2025.

Relativamente aos administradores não executivos, refira-se que, apesar de ser apenas composta por uma parte fixa, a mesma poderá ser diferenciada em virtude da acumulação de funções e de responsabilidades acrescidas, nomeadamente através do desempenho de funções em comissões ou comités especializados.

A Política de Remuneração aprovada em 2025 prevê igualmente a possibilidade de se exigir a restituição de remuneração variável já entregue, sem prejuízo do regime legal aplicável, caso por decisão judicial irrecorrível, sejam imputadas à sociedade ou, diretamente, a administradores executivos da sociedade, responsabilidades por atos de gestão ilícitos e dolosos que impliquem a necessidade de reformulação das suas demonstrações financeiras ou o registo de diminuições patrimoniais em sentido desfavorável à sociedade. Nesse caso, a Comissão de Remunerações poderá, a seu critério e mediante deliberação, determinar a obrigação de reembolso, por parte dos administradores executivos, da remuneração variável respeitante ao período correspondente à prática dos factos ou a outro período considerado relevante, tendo em vista a compensação da sociedade pelos danos causados.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal não inclui nenhuma componente variável, sendo a remuneração do Presidente do Conselho Fiscal superior à dos demais membros do Conselho Fiscal, tendo em conta as funções especiais que desempenha.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

A Política de Remuneração aprovada em 2025 prevê uma remuneração variável plurianual para os administradores executivos, que corresponde a um incentivo de longo prazo associado ao cumprimento de objetivos trianuais que acompanham os mandatos da administração, e que contribui para o aumento do alinhamento da atuação dos administradores executivos com os interesses sustentáveis de longo prazo da sociedade e para a confirmação desse desempenho sustentável, através do diferimento de uma parte da remuneração variável que fica, assim, associada ao desempenho da sociedade e ao atingimento de objetivos nesse período.

Acresce que o pagamento desta componente plurianual da remuneração variável (i) é de 75% até ao final do primeiro semestre seguinte ao fim do período de referência e (ii) é diferido em 25% por um ano. Não haverá, no entanto, diferimento no caso de o valor a pagar ser inferior a 20% da remuneração fixa anual do período de referência.

Assim, a Política de Remuneração prevê um mecanismo de diferimento de uma parte da remuneração variável por um período de três anos que fica, assim, associada ao desempenho da sociedade e ao atingimento de objetivos nesse período, bem com um pagamento diferido dos montantes apurados relativamente a esta componente da remuneração.

Nos pontos 69. e seguintes *supra* encontra-se descrito em maior detalhe o sistema de remuneração variável existente na Semapa.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Na Semapa, a remuneração variável não tem qualquer componente em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Na Semapa, a remuneração variável não tem qualquer componente em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Os critérios que pautam a fixação dos prémios anuais são os referentes à remuneração variável descritos no ponto 2.2.2. da Política de Remuneração, e nos pontos 25. e 70., *supra*.

Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos membros dos órgãos de administração executiva, não são atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções, e de um seguro de saúde e acidentes pessoais em linha com as práticas de mercado.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.

Na sociedade não existem atualmente regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Não obstante, o Senhor Eng.º Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses recebe uma pensão mensal por ter exercido uma opção no âmbito da extinção de um regime de pensões para administradores que existia no passado.

É esta a única pensão atualmente a ser paga pela Semapa. Trata-se de uma pensão mensal vitalícia, paga 12 vezes por ano, relativamente à qual está prevista (i) a transmissibilidade de metade do seu valor ao cônjuge sobrevivo ou filhos menores ou incapazes, e (ii) a obrigatoriedade de deduzir ao valor da pensão, quer o montante de serviços remunerados que venham a ser prestados posteriormente à Semapa ou a sociedades dominadas, quer o valor das pensões que o beneficiário tenha direito a receber de um sistema público de Segurança Social e respeitem ao mesmo período de serviço. O montante da responsabilidade da Semapa com esta pensão é, em 31 de dezembro de 2025, de 366 413 Euros, conforme referido na Nota 7.3.6 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e na Nota 7.2.1 das Notas às Demonstrações Financeiras Separadas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Indica-se abaixo o montante da remuneração auferida no ano de 2025, sendo que a remuneração variável foi paga em 2025, mas diz respeito ao desempenho de 2024, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da Semapa, com distinção entre remuneração fixa e variável, e percentagens relativas, mas sem distinguir as diferentes componentes que deram origem à remuneração variável, porque a componente variável é definida como um todo, ponderando os elementos explicados na Política de Remuneração, sem identificação de componentes.

Conselho de Administração	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Montante	Percentagem relativa	Montante	Percentagem relativa
Comissão Executiva				
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	694 484,00	45,84%	820 375,00	54,16%
Vitor Paulo Paranhos Pereira	136 260,00	14,41%	809 395,00	85,59%
Subtotal	**830 744,00**	**—**	**1 629 770,00**	**—**
Administradores Não Executivos				
José Antônio do Prado Fay	400 020,48	100%	—	—%
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77 825,04	100%	—	—%
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77 825,04	100%	—	—%
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77 825,04	100%	—	—%
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	128 305,08	100%	—	—%
Paulo José Lameiras Martins	77 825,04	100%	—	—%
Pedro Simões de Almeida Bissaia Barreto	53 720,87	100%	—	—%
Carlos Filipe Pires de Gouveia Correia de Lacerda	46 046,48	100%	—	—%
Subtotal	**939 393,07**	**—**	**—**	**—**
Total	**1 770 137,07**	**—**	**1 629 770,00**	**—**

Nota: Valores em Euros

No quadro *supra* foi indicado o montante anual correspondente ao período em que os membros do Conselho de Administração exerceram funções.

Nas tabelas abaixo encontram-se discriminadas, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, as variações anuais, nos últimos cinco exercícios, da remuneração paga individualmente pela sociedade aos membros do Conselho de Administração, assim como das remunerações médias dos Colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da sociedade, bem como os indicadores de desempenho da sociedade verificados:

Conselho de Administração		2021	2022	2023	2024	2025
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Remuneração Fixa	128 305	128 305	128 305	128 305	128 305
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Carlos Eduardo Coelho Alves	Remuneração Fixa	77 825	27 500	—	—	—
	Variação em %	0,0%	-64,7%	—%	—%	—%
Carlos Filipe Pires de Gouveia Correia de Lacerda	Remuneração Fixa	—	—	—	—	46 046
	Variação em %	—%	—%	—%	—%	—%
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	77 825	77 825	77 825	77 825	77 825
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Francisco José Melo e Castro Guedes	Remuneração Fixa	77 825	47 259	—	—	—
	Variação em %	0,0%	-39,3%	—%	—%	—%
João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco	Remuneração Fixa	925 763	—	—	—	—
	Remuneração Variável	769 537	846 366	—	—	—
	Variação em %	29,6%	-50,1%	—%	—%	—%
José Antônio do Prado Fay	Remuneração Fixa	400 021	400 021	400 021	400 020	400 020
	Variação em %	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	77 825	77 825	77 825	77 825	77 825
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	77 825	77 825	77 825	77 825	77 825
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Paulo José Lameiras Martins	Remuneração Fixa	—	46 479	77 825	77 825	77 825
	Variação em %	—%	—%	67,4%	0,0%	0,0%
Pedro Simões de Almeida Bissaia Barreto	Remuneração Fixa	—	—	—	—	53 721
	Variação em %	—%	—%	—%	—%	—%
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	Remuneração Fixa	315 970	650 000	661 378	672 756	694 484
	Remuneração Variável	586 133	643 077	838 141	572 080	820 375
	Variação em %	15,9%	43,3%	16,0%	-17,0%	21,7%
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	Remuneração Fixa	77 825	27 500	—	—	—
	Variação em %	0,0%	-64,7%	—%	—%	—%
Vitor Paulo Paranhos Pereira	Remuneração Fixa	315 970	315 970	321 497	327 024	136 260
	Remuneração Variável	582 159	634 657	763 596	507 946	809 395
	Variação em %	210,3%	5,8%	14,1%	-23,1%	13,3%

Nota: Valores em Euros

Colaboradores da Sociedade		2021	2022	2023	2024	2025
Remuneração Total	Remuneração média	77 188	88 387	97 623	133 173	106 860
	Variação em %	16,5%	14,5%	10,4%	36,4%	-19,8%

Nota: Valores em Euros

Desempenho do Grupo		2021	2022	2023	2024 (reapresentado)[52]	2025[53]
EBITDA	Milhões de Euros	508,7	894,2	672,1	537,1	381,2
	Variação em %	21,3%	75,8%	-24,8%	-20,1%	-29,0%
EPS (Resultados por Ação)	Euros/ação	2,481	3,845	3,061	2,914	1,961
	Variação em %	86,1%	55,0%	-20,4%	-4,8%	-32,7%

Nota: Valores em Euros

[52] Na sequência da celebração, a 19 de dezembro de 2025, do contrato de compra e venda de ações entre a Semapa e a Cementos Molins, referente à alienação da totalidade do capital social da Secil, e nos termos previstos na IFRS 5, a totalidade dos ativos e passivos da Secil encontra-se apresentada na demonstração da posição financeira consolidada em rubricas autónomas de ativos e passivos detidos para venda. O resultado líquido da sua *performance* financeira relativa ao ano de 2025 encontra-se apresentado separadamente na demonstração dos resultados consolidados como resultado líquido de operações descontinuadas, sendo que, para este efeito e conforme preconizado na IFRS 5, a informação financeira relativa ao exercício de 2024 foi reapresentada, de forma a assegurar a comparabilidade da informação financeira apresentada.

[53] Ver nota de rodapé 52.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Importa esclarecer que os montantes a que se refere este número não dizem apenas respeito a sociedades dominadas pela Semapa. Estão igualmente compreendidos valores a que a Semapa e os seus órgãos sociais são alheios, por dizerem respeito a acionistas seus em relação de domínio.

Auferiram remunerações noutras sociedades em relação de domínio ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum, os Administradores Senhores Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70 749,96 Euros), Eng.º José Antônio do Prado Fay (99 999,96 Euros), D.ª Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70 749,96 Euros) e D.ª Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70 749,96 Euros). Esclarece-se que os membros do Conselho de Administração não auferiram remunerações noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa, tendo por base a definição de grupo na aceção da alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, de acordo com o disposto na al. d) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

O montante da remuneração paga pela Semapa sob a forma de participações nos lucros e/ou pagamento de prémios corresponde à remuneração variável constante do ponto 77. deste relatório, tendo tais montantes sido fixados com base na aplicação concreta, pela Comissão de Remunerações, dos critérios descritos no ponto 2.2.2. da Política de Remuneração.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas durante o exercício, não são devidas, nem estão previstas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos pela cessação de funções.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Montante	Percentagem relativa	Montante	Percentagem relativa
Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos	26 645,33	100%	—	—%
José Manuel Oliveira Vitorino	25 194,67	100%	—	—%
Jorge Manuel Araújo de Beja Neves	12 861,33	100%	—	—%
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	9 039,33	100%	—	—%
Total	**73 740,66**	**—%**	**—**	**—%**

No quadro *supra* foi indicado o montante anual correspondente ao período em que os membros do Conselho Fiscal exerceram funções.

Na tabela abaixo encontra-se discriminada, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual, nos últimos cinco exercícios, da remuneração paga individualmente pela sociedade aos membros do Conselho Fiscal:

Conselho Fiscal		2021	2022	2023	2024	2025
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	Remuneração Fixa	16 000	19 472	21 840	21 840	9 039
	Variação em %	0,0%	21,7%	12,2%	0,0%	-58,6%
Jorge Manuel Araújo de Beja Neves	Remuneração Fixa	—	—	—	—	12 861
	Variação em %	—%	—%	—%	—%	—%
José Manuel Oliveira Vitorino	Remuneração Fixa	22 000	26 756	30 000	30 000	25 195
	Variação em %	0,0%	21,6%	12,1%	0,0%	-16,0%
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves	Remuneração Fixa	16 000	19 472	21 840	6 188	—
	Variação em %	0,0%	21,7%	12,2%	-71,7%	—%
Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos	Remuneração Fixa	—	—	—	15 045	26 645
	Variação em %	—%	—%	—%	—%	77,1%

Nota: Valores em Euros

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2025, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração fixa no montante de 5 000 Euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe na Semapa nenhum contrato com administradores que limite ou de outra forma altere o regime legal supletivo para os casos de cessação de funções, com ou sem justa causa, prevendo-se na Política de Remuneração que, em caso de cessação de funções dos administradores, aplicar-se-á o regime legal supletivo nesta matéria.

Assim, considerando a ausência de contratos individuais com administradores neste âmbito e o previsto na Política de Remuneração, no caso de destituição que não decorra de violação grave de deveres do administrador nem de inaptidão para o exercício normal das respetivas funções, a sociedade estará obrigada a pagar uma indemnização nos termos gerais de direito, sem que a mesma possa exceder o montante das remunerações que presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito.

A cessação de funções antes do termo do mandato não origina, pois, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei.

Esclarece-se ainda que, durante o exercício de 2025, não foram pagos quaisquer montantes relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, de membros de órgãos ou comissões da sociedade.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. l[54]).

Não existem também acordos entre a sociedade e os titulares dos órgãos sociais ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (*STOCK OPTIONS*)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existem na sociedade planos de atribuição de ações nem planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caraterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Não aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Não aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e[55]).

Não existe também na Semapa qualquer mecanismo de participação dos trabalhadores no seu capital.

[54] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. k) do Código dos Valores Mobiliários.
[55] Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. e) do Código dos Valores Mobiliários.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. CONFLITOS DE INTERESSES

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24) e Conflito de Interesses.

Vigora na sociedade um Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas através do qual foram definidas as regras relativas a conflitos de interesses e transações com partes relacionadas, em que seja parte a sociedade, em complemento dos mecanismos internos que a sociedade tem em vigor para efeitos do cumprimento da norma internacional de contabilidade (IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas), e é aplicável sem prejuízo das obrigações da sociedade e dos seus Dirigentes em matéria de Informação Privilegiada, do regime legal de negócios da sociedade com administradores e regulamento interno relativo à Comunicação de Irregularidades e da demais legislação aplicável nesta matéria. Este regulamento foi alterado em 2020 em virtude das alterações decorrentes da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto e, em 2021, para acomodar exigências recomendatórias, por deliberação do Conselho de Administração de 3 de novembro de 2021, com parecer favorável e vinculativo do Conselho Fiscal, passando o mesmo a contemplar o regime legal e regulamentar aplicável em vigor sobre esta matéria. O Regulamento foi ainda alterado em 30 de maio de 2025 no sentido de refletir as alterações ao modelo de administração executiva da sociedade, conforme melhor descrito no ponto 21. *supra*.

O referido regulamento encontra-se disponível para consulta no **sítio**[56] da Internet da sociedade.

Nos termos do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, as transações entre a sociedade e partes relacionadas, qualificadas como tal pelas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, designadamente, pela norma internacional de contabilidade (IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas), estão sujeitas aos seguintes procedimentos de aprovação:

São aprovadas pela Comissão Executiva ou pelo Administrador-Delegado, conforme aplicável, as seguintes transações:

a) Empréstimos realizados à sociedade por sociedades suas acionistas, de valor igual ou inferior a cem milhões de euros;

b) Transações no âmbito do regime de tributação dos grupos de sociedades, de valor igual ou inferior a cem milhões de euros;

c) Transações realizadas com sociedades controladas que consolidem contas com a sociedade, de valor, individual ou acumulado anual, igual ou inferior a dois por cento do volume de negócios da sociedade controlada, apurado de acordo com as últimas contas anuais aprovadas;

d) Empréstimos a sociedades controladas que consolidem contas com a sociedade e, bem assim, subscrição de dívida das mesmas, (i) de prazo inferior a seis meses, (ii) valor, individual ou acumulado anual, inferior a um quinto do volume de negócios da respetiva sociedade controlada, apurado de acordo com as últimas contas anuais aprovadas, e que não exceda cem milhões de euros, e (iii) desde que a sociedade controlada assegure linhas de crédito para o reembolso da operação, e

e) Quaisquer outras transações cujo valor, individual ou acumulado anual, seja igual ou inferior a um milhão de euros.

As transações que (i) não caibam no âmbito das alíneas anteriores, ou (ii) caibam nessas alíneas, mas não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade, são aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer favorável do Conselho Fiscal.

Nos termos do referido regulamento, apenas são permitidas transações realizadas em condições de mercado e se existir justificado interesse próprio da sociedade.

[56] https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2023/12/Semapa_Regulamento_CITPR-VF.pdf

No que respeita aos procedimentos de informação, verificação e formalização das transações com partes relacionadas, dispõe o regulamento que:

i. O Conselho de Administração é informado semestralmente das deliberações relativas a transações em que não tenha participado;

ii. O Conselho Fiscal é informado das transações que a sociedade efetue para efeitos da verificação da conformidade da realização das transações com o regime descrito *supra* e com a legislação e regulamentação aplicável, sendo que as partes relacionadas não poderão participar na verificação em causa;

iii. Compete aos Dirigentes da sociedade que intervêm na formalização de transações assegurar que essas transações são previamente submetidas ao regime previsto no regulamento e na legislação e regulamentação aplicável, e

iv. A formalização e execução das deliberações relativas a transações deve ser objeto de especial acompanhamento por parte da Comissão Executiva ou do Administrador-Delegado, conforme aplicável.

A sociedade divulgará as transações que devam ser divulgadas nos termos da legislação e regulamentação aplicável, designadamente por não terem preenchido algum dos requisitos legalmente previstos e em função do valor em causa, nos termos e prazo previstos na legislação e regulamentação aplicável.

O regulamento não será aplicável às transações tratadas como isentas pela legislação e regulamentação aplicável.

No que respeita aos procedimentos aplicáveis em matéria de conflitos de interesses, o referido regulamento prevê que existe uma situação de conflito sempre que algum Dirigente se encontre numa posição que, vista de forma objetiva, é suscetível de comprometer a sua independência e de causar, no seu juízo, influência de interesses distintos dos interesses da sociedade, sejam esses interesses patrimoniais ou não, próprios ou alheios, e que, para efeitos da sua adequada prevenção, identificação e resolução, o Dirigente deve:

a) Comunicar a existência de um conflito de interesses, ainda que potencial, ao seu superior hierárquico ou, tratando-se de membro de órgão colegial, ao órgão em causa, nos termos dos respetivos regulamentos de funcionamento, e

b) Abster-se de interferir ou participar, caso esteja em causa uma situação de conflito de interesses e, caso se trate de um processo de decisão, fazer constar esse impedimento de ata ou de outro documento escrito que documente a decisão, sem prejuízo do dever de prestar as informações e os esclarecimentos que o órgão em causa e os respetivos membros lhe solicitarem.

Acresce ainda que todos os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e comissões internas consagram disposições sobre conflitos de interesses de harmonia com as regras acima descritas.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Em 2025 tiveram lugar as transações com partes relacionadas que estão identificadas na informação sobre os negócios com partes relacionadas constante da Nota 10.4 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e da Nota 10.2 das Notas às Demonstrações Financeiras Separadas e que foram analisadas e aprovadas nos termos do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas.

Em 2025, em cumprimento do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração informou o Conselho Fiscal sobre todas as transações realizadas para efeitos da verificação da conformidade da realização dessas transações com o regime previsto na cláusula quarta do mencionado Regulamento e com a legislação e regulamentação aplicável, tendo o Conselho Fiscal efetuado essa verificação.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Estes procedimentos e critérios encontram-se descritos nos anteriores pontos 89. e 90.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta da Nota 10.4 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e da Nota 10.2 das Notas às Demonstrações Financeiras Separadas.

Parte II
Avaliação do Governo Societário

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Semapa adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG, revisto em 2023, cumprindo igualmente o Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

O Código adotado é divulgado pelo IPCG e pode ser acedido através do respetivo sítio da Internet.

2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

No quadro abaixo faz-se a declaração das recomendações adotadas e não adotadas. Em relação às recomendações adotadas, indica-se apenas o local deste relatório onde a matéria se encontra desenvolvida. Em relação às recomendações não adotadas, indica-se depois do quadro a respetiva justificação de não acolhimento e eventual mecanismo alternativo adotado.

#	Adoção	Texto	Remissão
PRINCÍPIOS GERAIS			
A. O governo das sociedades promove e potencia a prossecução dos respetivos interesses de longo prazo, desempenho e desenvolvimento sustentado, e é estruturado de modo a permitir a ponderação dos interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, clientes, credores, fornecedores e demais partes interessadas, contribuindo para o reforço da confiança na qualidade, transparência e padrões éticos de atuação da administração e fiscalização, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que as sociedades se inserem e para o desenvolvimento do mercado de capitais. B. O Código é de adesão voluntária e a sua observância assenta num princípio de *comply or explain* aplicável a todas as recomendações.			
I . RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL			
Princípios: I.A. Na sua organização, no seu funcionamento e na definição da sua estratégia, as sociedades contribuem para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos no quadro da Organização das Nações Unidas, em termos que sejam ajustados à natureza da sua atividade e à respetiva dimensão. I.B. A sociedade, periodicamente, identifica, mede e procura prevenir os efeitos negativos relacionados com o impacto ambiental e social decorrente do exercício da sua atividade, em termos ajustados à respetiva natureza e à dimensão da sociedade. I.C. Nos seus processos de decisão, o órgão de administração pondera os interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, fornecedores e outras partes interessadas na atividade da sociedade.			
I.1.	Adotada	A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Parte I n.º 21
I.2.	Adotada	A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais.	Parte I n.º 21
II · COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE			
II.1. Informação			
Princípios: II.1.A. As sociedades e, em particular, os seus administradores tratam de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.			
II.1.1.	Adotada	A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.	Parte I n.º 21 e n.º 55 a n.º 65

#	Adoção	Texto	Remissão
II.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade			
Princípios: II.2.A. As sociedades são dotadas de estruturas decisórias adequadas e transparentes, assegurando a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões. II.2.B. As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de administração e fiscalização e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas. II.2.C. As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.			
II.2.1.	Adotada	As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Parte I n.º 16
II.2.2.	Adotada	Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas dispõem de regulamentos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.	Parte I n.º 21, n.º 22, n.º 27, n.º 29, n.º 34 e n.º 61
II.2.3.	Adotada	A composição e o número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da sociedade.	Parte I n.º 23, n.º 29 e n.º 35
II.2.4.	Adotada	As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que explicite as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação e um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.	Parte I n.º 49
II.2.5.	Adotada	As sociedades dispõem de comissões especializadas em matéria de governo societário, remunerações, nomeações de membros dos órgãos da sociedade e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão, se tal não for proibido por lei, de competência nas referidas matérias.	Parte I n.º 16, n.º 21, n.º 27 e n.º 29
II.3. Relação entre órgãos da sociedade			
Princípio: II.3.A. Os órgãos sociais criam as condições para que, na medida das suas responsabilidades, atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.			
II.3.1.	Adotada	Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Parte I n.º 21
I.3.2.	Adotada	Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Parte I n.º 21 e n.º 29
II.4. Conflitos de interesses			
II.4.A. Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões e a sociedade, garantindo-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.			
II.4.1.	Adotada	Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da sociedade.	Parte I n.º 89
II.4.2.	Adotada	A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.	Parte I n.º 89
II.5. Transações com partes relacionadas			
II.5.A. As transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.			
II.5.1.	Adotada	O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Parte I n.º 38 e n.º 89 a n.º 91

#	Adoção	Texto	Remissão
III. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL			
Princípios: III.A. O adequado envolvimento dos acionistas no governo das sociedades constitui um fator positivo de funcionamento eficiente da sociedade e realização do fim social. III.B. A sociedade promove a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de reflexão sobre a sociedade e de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões da sociedade. III.C. A sociedade implementa meios adequados para a participação e o voto não presenciais dos acionistas na assembleia, incluindo a possibilidade de envio antecipado de questões, pedidos de esclarecimento ou informação sobre as matérias a deliberar e respetivas propostas.			
III.1.	Adotada	A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, e informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.	Parte I n.º 12 e n.º 13
III.2.	Não Aplicável	A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.	Parte I n.º 12 e n.º 13
III.3.	Adotada	A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Parte I n.º 14
III.4.	Adotada	A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.	Parte I n.º 12
III.5.	Adotada	A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Parte I n.º 12
III.6.	Não Aplicável	Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Parte I n.º 5 e n.º 13
III.7.	Adotada	Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Parte I n.º 4
IV. ADMINISTRAÇÃO			
IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos			
Princípios: IV.1.A. A gestão corrente da sociedade compete a administradores executivos com as qualificações, competências e experiência adequadas à função, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. IV.1.B. A determinação do número de administradores executivos deve ter em conta a dimensão da sociedade, a complexidade e dispersão geográfica da sua atividade e os custos, tendo em vista a desejável agilidade de funcionamento da administração executiva.			
IV.1.1.	Adotada	O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Parte I n.º 21
IV.1.2.	Adotada	O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Parte I n.º 26 e n.º 27
IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos			
Princípios: IV.2.A. Para a plena realização do fim social, os administradores não executivos exercem, de modo efetivo e criterioso, uma função de vigilância geral e de desafio à gestão executiva, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade. IV.2.B. O número e as qualificações dos administradores não executivos devem ser adequados a proporcionar à sociedade uma equilibrada e apropriada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.			
IV.2.1.	Adotada	Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes — ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos — designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Parte I n.º 18

#	Adoção	Texto	Remissão
IV.2.2.	Adotada	O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Parte I n.º 18
IV.2.3.	Adotada	O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos.	Parte I n.º 18
IV.2.4.	Adotada	O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Parte I n.º 18
IV.2.5.	Não Aplicável	O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).	Parte I n.º 18
V. FISCALIZAÇÃO			
Princípios: V.A. O órgão de fiscalização desenvolve atividades permanentes de supervisão da administração da sociedade, incluindo, numa perspetiva também preventiva, o acompanhamento da atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para esta e para a plena realização do fim social. V.B. A composição do órgão de fiscalização proporciona à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.			
V.1.	Adotada	Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas e avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Parte I n.º 38 e n.º 54
V.2.	Adotada	O número de membros do órgão de fiscalização e da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Parte I n.º 31
VI. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES			
VI.1. Avaliação Anual de Desempenho			
Princípio: VI.1.A. A sociedade promove a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.			
VI.1.1.	Adotada	O órgão de administração — ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos — avalia anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da comissão executiva, dos administradores executivos e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Parte I n.º 24 e n.º 25

#	Adoção	Texto	Remissão
VI.2. Remunerações			
Princípio: VI.2.A. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas – tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado – e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade. VI.2.B. Tendo em consideração que o cargo de administrador é, por natureza, um cargo remunerado, os administradores recebem uma remuneração: i) que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade; ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e iii) que premeie o desempenho.			
VI.2.1.	Adotada	A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Parte I n.º 66 e n.º 67
VI.2.2.	Adotada	A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.	Parte I n.º 29, n.º 66, n.º 67 e Anexo II
VI.2.3.	Adotada	A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.	Parte I n.º 83
VI.2.4.	Adotada	A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Parte I n.º 67
VI.2.5.	Adotada	Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Parte I n.º 67
VI.2.6.	Adotada	A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência.	Parte I n.º 67
VI.2.7.	Adotada	Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão.	Parte I n.º 67
VI.2.8.	Adotada	Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Parte I n.º 70 e n.º 71
VI.2.9.	Adotada	Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho.	Parte I n.º 72 e Anexo II
VI.2.10.	Não aplicável	Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos.	Parte I n.º 73 e n.º 74
VI.2.11.	Adotada	A remuneração dos administradores não executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Parte I n.º 71
VI.3. Nomeações			
Princípio: VI.3.A. Independentemente do modo de designação, os conhecimentos, a experiência, o percurso profissional e a disponibilidade dos membros dos órgãos da sociedade e dos quadros dirigentes devem ser os adequados à função a desempenhar.			
VI.3.1.	Adotada	A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.	Parte I n.º 16
VI.3.2.	Não Adotada	A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes.	Explicação das recomendações não adotadas *infra*
VI.3.3.	Não Adotada	A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.	Explicação das recomendações não adotadas *infra*
VI.3.4.	Não aplicável	A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.	Parte I n.º 29

#	Adoção	Texto	Remissão
VII. CONTROLO INTERNO			
Princípio: VII.A. Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade institui um sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão e controlo de risco, compliance e auditoria interna, que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.			
VII.1.	Adotada	O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico e a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Parte I n.º 29 e n.º 54
VII.2.	Adotada	A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.	Parte I n.º 21, n.º 29, n.º 50 e n.º 54
VII.3.	Adotada	O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Parte I n.º 21, n.º 29, n.º 53 e n.º 54
VII.4.	Adotada	O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parte I n.º 38, n.º 50 e n.º 54
VII.5.	Adotada	A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Parte I n.º 54
VII.6.	Adotada	Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Parte I n.º 53 e n.º 54
VII.7.	Adotada	A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.	Parte I n.º 21
VII.8.	Adotada	A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático.	Parte I n.º 21
VII.9.	Adotada	A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.	Parte I n.º 29
VII.10.	Adotada	O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parte I n.º 38 e n.º 50
VII.11.	Adotada	O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Parte I n.º 50
VIII. INFORMAÇÃO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS			
VIII.1. Informação			
Princípios: VIII.1.A. O órgão de fiscalização, com independência e de forma diligente, assegura que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e adoção de critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro e de sustentabilidade, e para o controlo interno, incluindo a gestão de riscos, a *compliance* e a auditoria interna. VIII.1.B. O órgão de fiscalização promove uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.			
VIII.1.1.	Adotada	O regulamento do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Parte I n.º 38
VIII.2. Revisão legal de contas e fiscalização			
Princípio: VIII.2.A. Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.			
VIII.2.1.	Adotada	Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Parte I n.º 38

#	Adoção	Texto	Remissão
VIII.2.2.	Adotada	O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Parte I n.º 38
VIII.2.3.	Adotada	O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Parte I n.º 38

EXPLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES NÃO ADOTADAS:

RECOMENDAÇÃO VI.3.2.

Dispõe a Recomendação VI.3.2. que "A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes."

Apesar de a Comissão de Talento da Semapa ser composta por uma maioria de administradores não executivos, nenhum deles é independente. Na escolha dos membros dessa comissão privilegiou-se a diversidade de perfis (idade, género, qualificações, experiência e percurso profissionais), assegurando-se que todos possuem plena isenção de análise e de decisão e demonstrada integridade de carácter.

A sociedade considera que esta diversidade de perfis, aliada ao facto de a Comissão de Talento recorrer, sempre que necessário, a estudos de mercados e à análise de situações comparáveis dentro do Grupo, é bastante para garantir que as suas análises estão alinhadas com as melhores práticas e fortalecem a tomada de decisão independente e isenta.

RECOMENDAÇÃO VI.3.3.

Prevê a Recomendação VI.3.3. que "A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações."

Há que olhar para a Semapa a título individual, como sociedade *holding* com uma estrutura administrativa simplificada e com um número reduzido de direções e Colaboradores, e por isso reconhecer que a dimensão da sociedade não justifica que a função de acompanhamento e apoio a nomeações de cargos dirigentes seja atribuída a uma comissão.

Dada a dimensão da Semapa, esta competência pertence ao Administrador-Delegado, com o apoio da Comissão de Direção-Executiva no âmbito do exercício das suas atribuições, sem prejuízo de a Comissão de Talento poder emitir recomendações relativamente aos dirigentes do Grupo.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Anexo I

Informações a que se refere o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

(por referência ao exercício de 2025)

1. Valores mobiliários da sociedade detidos pelos titulares dos órgãos sociais, na aceção do n.º 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Não existem.

2. Valores mobiliários de sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Semapa detidos pelos titulares dos órgãos sociais na aceção dos n.ºs 1 e 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Herança indivisa de Maria Rita de Carvalhosa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, na qual são interessadas as administradoras da sociedade Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira – 1.000 ações da The Navigator Company, S.A.

3. Valores mobiliários da sociedade e de sociedades em relação de domínio ou de grupo detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A. – 38.959.431 ações da sociedade, 1.000 ações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e 8.744 ações da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.[57]

Sodim, SGPS, S.A. – 27.508.892 ações da sociedade.

Target One Capital, S.A. – 375.175 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Keytarget Investments – Consultoria e Investimentos, S.A. – 375.175 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Premium Caeli, S.A. – 375.174 ações da Sodim, SGPS, S.A.

4. Aquisição, alienação, oneração ou promessas relativas a valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 2 e 3:

Em 24 de abril de 2025, as administradoras Senhoras Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira adquiriram as seguintes ações da The Navigator Company, S.A., em virtude da partilha da Herança de D.ª Maude Queiroz Pereira:

– Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira: 88 625 ações;
– Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira: 88 626 ações, e
– Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira: 88 625 ações.

5. Transações de ações próprias:

Em 2025, a Semapa não adquiriu nem vendeu quaisquer ações representativas do seu capital social.

[57] Em virtude do aumento de capital da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A., realizado em 25 de janeiro de 2025, a Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A. passou a deter 8.744 ações dessa sociedade.

Anexo II

Política de Remuneração

"POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

DA SEMAPA

(2025 A 2027)

A elaboração da Política de Remuneração da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (a "Semapa") é da exclusiva competência da Comissão de Remunerações considerada independente face à administração, devendo a Política de Remuneração, nos termos da lei, ser aprovada pela Assembleia Geral, pelo menos de 4 em 4 anos e sempre que ocorra uma alteração relevante da mesma.

A Política de Remuneração da Semapa anteriormente em vigor, foi aprovada na Assembleia Geral Anual da Semapa de 2021, para o período 2021-2024, tendo sido revista na Assembleia Geral Anual de 2023 com o intuito de reforçar o seu alinhamento com a sustentabilidade e a preservação dos interesses de longo prazo da Semapa, em linha com as boas práticas de mercado.

Findo o prazo de vigência da Política de Remuneração anteriormente aprovada, a Comissão de Remunerações da Semapa procedeu à elaboração da Política de Remuneração dos órgãos sociais da Sociedade para o novo triénio correspondente ao período 2025 a 2027.

Na sua atuação, designadamente na determinação, revisão e aplicação da Política a Comissão de Remunerações observa a legislação aplicável e as políticas e regulamentos em vigor na Semapa, nomeadamente, o regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, que dispõe de regras de atuação tendo em vista a prevenção, identificação e resolução de conflitos de interesses entre a Sociedade e os seus dirigentes.

1. Princípios Gerais

A presente Política de Remuneração assenta nos seguintes princípios gerais a observar na fixação das remunerações dos órgãos sociais:

a) *Funções desempenhadas*

As funções desempenhadas por cada titular de órgãos sociais abrangem tanto as funções num sentido formal como as funções num sentido mais amplo do nível de responsabilidade concreto da função exercida, considerando critérios tão diversos como, por exemplo, o compromisso e o tempo de dedicação, a natureza, a dimensão, a complexidade e as competências requeridas para a função ou o valor acrescentado para a empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

Também a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas não pode ser alheia a esta ponderação pelo que significa em termos de aumento de responsabilidade e em termos de fonte cumulativa de rendimento.

b) *A situação económica da sociedade*

A dimensão da sociedade e a inevitável complexidade da gestão associada são claramente aspetos relevantes da situação económica entendida na sua forma mais lata. Estes aspetos têm implicações na necessidade de remunerar adequadamente administradores com elevadas competências de gestão, tendo em conta a dimensão e a complexidade dos modelos de negócio.

c) Critérios de mercado

É fundamental ter capacidade para atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais, o que requer que a Política de Remuneração seja competitiva e atrativa de modo a assegurar os legítimos interesses individuais, alinhados com os da Semapa e a criação de valor sustentável para os acionistas.

Pelas suas características e dimensão, os critérios e práticas de mercado a ter em conta são, no caso da Semapa, tanto os nacionais como os internacionais e, por forma a manter-se atualizada sobre estas práticas, a Semapa socorre-se regularmente de estudos de mercado e de benchmarking.

Neste âmbito, para a fixação da remuneração dos administradores, nas suas diferentes componentes, é tida em consideração, pelo menos, a remuneração dos administradores das empresas portuguesas que integram o Índice PSI, sendo ainda dada, em cada momento, relevância às condições remuneratórias estabelecidas noutras empresas com características mais semelhantes à Semapa.

O sistema remuneratório em vigor na Semapa, e em especial o plasmado na presente Política, contribui para a concretização da estratégia empresarial da Semapa e bem assim, a longo prazo, do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da Sociedade e da sua sustentabilidade, em especial pelas razões a seguir enunciadas.

Em primeiro lugar por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados, e em segundo lugar através da definição de critérios de avaliação (indicadores definidos pela Comissão de Remunerações) alinhados com os objetivos estratégicos da própria Sociedade, indicadores estes que, aliados à definição de uma componente de remuneração variável anual e plurianual – associando o recebimento de parte da remuneração variável à concretização de determinados objetivos no longo prazo – contribui ainda para um desempenho dos membros dos seus órgãos sociais alinhado com os interesses de longo prazo e a sustentabilidade da Sociedade.

O alinhamento entre a presente Política e o regime de remuneração e as condições de emprego dos trabalhadores da Semapa encontra-se assegurado dado que ambos os sistemas de remuneração têm por base os mesmos Princípios Gerais enunciados nesta Política de Remuneração, em especial as condições de mercado nos mercados de referência para as funções desempenhadas. Para além disso, é realizada uma análise da variação anual da remuneração paga individualmente pela Sociedade aos membros do Conselho de Administração bem como das remunerações médias dos Colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade.

Desta forma, esta política alinha a Semapa com as boas práticas do mercado em matéria remuneratória, bem como com as recomendações do Código de Governo do IPCG.

2. Conselho de Administração

2.1. Administradores Não Executivos

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração é constituída apenas por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável 12 vezes por ano, que poderá ser diferenciada em virtude da acumulação de funções e de responsabilidades acrescidas, por exemplo membros de comissões ou comités especializados, ou a um valor predeterminado por cada participação em reunião do Conselho de Administração.

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração não inclui qualquer componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.

2.2. Administradores Executivos

A remuneração dos Administradores Executivos é constituída por duas componentes: uma fixa e uma variável, compreendendo esta última uma remuneração variável anual e outra plurianual.

2.2.1. Remuneração Fixa

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável 12 vezes por ano.

2.2.2. Remuneração Variável

A remuneração variável dos administradores executivos tem carácter eventual e, globalmente, pode corresponder a uma percentagem não superior a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior de acordo com os estatutos da Sociedade. Integra, duas componentes:

- Remuneração variável anual e
- Remuneração variável plurianual

No tocante à **remuneração variável anual**, a fixação desta componente é da competência da Comissão de Remunerações, sendo que a avaliação de desempenho de cada administrador executivo segue um processo interno estruturado sob a responsabilidade/liderança do respetivo responsável (i.e. sob a responsabilidade da pessoa que preside à equipa, no caso dos vogais da Comissão Executiva, e sob a responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, no caso do Presidente da Comissão Executiva) e no qual participam também os administradores não executivos que o responsável entenda pertinente envolver.

Neste processo está ainda envolvida a Comissão de Talento, a quem compete acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração e de atribuição de remuneração e pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual de desempenho da administração executiva.

Por fim, compete à Comissão de Remunerações confirmar, no tocante à avaliação de desempenho, os respetivos fatores de realização e garantir a coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

A remuneração variável anual tem por base um valor *target* aplicável a cada administrador e que é pago em condições de desempenho do próprio e da Sociedade que correspondam às expetativas e aos objetivos previamente fixados. Este valor *target* é definido ponderando os princípios gerais acima referidos – mercado, funções concretas, situação da Sociedade – com destaque para situações comparáveis de mercado em funções de relevância equivalente. Um outro fator relevante na definição dos *targets* é a opção pela inexistência na Semapa de planos de ações ou opções de aquisição de ações.

As ponderações do desempenho efetivo face às expetativas e objetivos, que determinam a variação em relação ao target, têm por base um conjunto de KPIs, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da Sociedade (que correspondem aos indicadores gerais de negócio, com um peso de 70%) e com o desempenho do administrador em causa (que correspondem aos indicadores individuais , com um peso de 30%).

Os indicadores gerais de negócio e as respetivas ponderações relativas, que poderão ter anualmente um ajustamento relativo de um máximo de 5%, são os seguintes:

- KPIs financeiros (60%):
  - EBITDA, com um peso de 25%
  - Cash flow, com um peso de 12,5%
  - Total Shareholder Return vs Pares, com um peso de 12,5%, e
  - Orçamento, com um peso de 10%
- KPIs estratégicos (40%):

Indicados anualmente pelo Presidente do Conselho de Administração e após consulta da Comissão de Talento e que devem avaliar a atividade específica da Semapa.

Os indicadores individuais e as respetivas ponderações relativas, que poderão ter anualmente um ajustamento relativo de um máximo de 5%, são os seguintes:

- Objetivos específicos, com um peso de 50%, deverão incluir indicadores ESG, como por exemplo, o resultado do estudo anual de clima na Sociedade.
- Indicadores comportamentais, com um peso de 50%, relevam o alinhamento de cada administrador executivo com o modelo de liderança existente, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento das equipas e os interesses de longo prazo da Sociedade.

Os critérios de desempenho referidos acima são aplicados de forma matemática na sua parte quantitativa – usando como referência os valores dos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, sendo comparados, no final de cada período, estes compromissos com os resultados efetivamente obtidos – e através de apreciações valorativas no tocante à parte qualitativa.

Relativamente à **remuneração variável plurianual**, que se introduz nesta Política, pretende-se estimular o alinhamento da atuação dos administradores executivos com os interesses sustentáveis de longo prazo da Semapa, através da definição de objetivos plurianuais, diferindo uma parte da remuneração variável que fica, assim, associada ao desempenho da Sociedade e ao atingimento de objetivos nesse período.

Neste incentivo de longo prazo, o montante total a distribuir pela administração executiva corresponderá a uma percentagem da Criação de Valor Acionista (valor criado acima de uma taxa anual mínima determinada no início de cada mandato), relacionada com o cumprimento de um conjunto de objetivos financeiros e ESG.

Este incentivo plurianual está associado ao cumprimento do Plano Estratégico da Semapa 2023/2027 e terá em conta os seguintes objetivos e indicadores:

- Total Shareholder Return ≥ KPI definido, sendo o atingimento deste objetivo obrigatório para que se considere existir Criação de Valor Acionista
- Total Shareholder Return ≥ Pares, sendo os Pares definidos no início de cada período do incentivo
- Variação do EBITDA ≥ KPI definido
- Emissões CO_2 ≤ KPI definido

Realça-se a introdução de um KPI – Emissões de CO_2 – relacionado com a sustentabilidade, na vertente ambiental e que está em linha com as preocupações de cumprimento do roteiro carbónico constantes do Plano Estratégico.

O Incentivo de Longo Prazo pode incluir uma avaliação individual do desempenho dos administradores executivos, a ser assegurada pela Comissão de Remunerações, ouvidos outros intervenientes que a Comissão entenda pertinente envolver.

Este incentivo plurianual corresponderá a períodos trianuais e coincidentes com os mandatos da administração, com exceção do primeiro período que respeitará a 2023/2024 por corresponder aos últimos anos do mandato em curso.

O acompanhamento do Incentivo, o cálculo dos resultados obtidos e dos montantes a pagar serão assegurados por uma entidade externa independente.

A avaliação final e a determinação efetiva do montante a pagar serão efetuadas no final de cada período, após o apuramento das contas do último exercício incluído no período, sendo que o pagamento, em dinheiro, desta componente plurianual da remuneração variável (i) será de 75% até ao final do primeiro semestre seguinte ao fim do período de referência e (ii) será diferido em 25% por um ano. Não haverá, no entanto, diferimento no caso de o valor a pagar ser inferior a 20% da remuneração fixa anual do período de referência.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, existem também na Sociedade mecanismos de limitação da remuneração variável: (i) a componente variável, tanto anual como plurianual, é eliminada no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração considerada relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, (ii) o montante da remuneração variável anual atribuível tem um cap definido, correspondente a 1,8 vezes o target e (iii) a remuneração variável plurianual não pode ser superior a 175% da componente fixa dos anos a que o Incentivo diga respeito, por forma a prevenir que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias imediatas para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro.

A determinação da remuneração variável anual e plurianual pode considerar ajustamentos que sejam razoáveis respeitantes a fatores exógenos e decisões económicas não previstas, conforme previamente definido pela Comissão de Remunerações.

A natureza dos indicadores, o respetivo peso na determinação da remuneração variável efetiva, o pagamento diferido de uma parte da remuneração plurianual e os limites à aplicação da remuneração variável criam um modelo remuneratório baseado no reconhecimento do mérito por referência ao desempenho efetivo da Sociedade e no desincentivo da assunção excessiva de riscos, ao mesmo tempo que contribuem para a concretização da estratégia definida pela Semapa e asseguram o alinhamento dos interesses dos membros executivos do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

3. Outros benefícios

Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos membros dos órgãos de administração, não são atribuídos aos membros dos órgãos de administração outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções e de um seguro de saúde e acidentes pessoais em linha com as práticas de mercado.

4. Outras Condições

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação de funções de administradores. Esta circunstância resultou naturalmente dos vários casos concretos existentes na Sociedade e não de uma posição de princípio desta Comissão contra a existência de acordos desta natureza. Aplica-se, assim, somente o regime legal supletivo estabelecido no Código das Sociedades Comerciais, que regula o pagamento aos administradores de quaisquer montantes em caso de cessação de funções antes do termo do mandato.

Também não existem atualmente na Semapa regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

Quanto à obrigação de restituição de remuneração variável já entregue, e sem prejuízo do regime legal aplicável, caso, por decisão judicial irrecorrível, sejam imputadas à Semapa ou, diretamente, a membros da Comissão Executiva da Semapa, responsabilidades por atos de gestão ilícitos e dolosos que impliquem a necessidade de reformulação das suas demonstrações financeiras ou o registo de diminuições patrimoniais em sentido desfavorável à Semapa, a Comissão de Remunerações poderá, a seu critério e mediante deliberação, determinar a obrigação de reembolso, por parte dos administradores executivos, da remuneração variável respeitante ao período correspondente à prática dos factos ou a outro período considerado relevante, tendo em vista a compensação da Semapa pelos danos causados.

5. Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta apenas por uma componente fixa, que consistirá num valor fixo anual, pagável 12 vezes por ano, sendo a remuneração do Presidente do Conselho Fiscal superior à dos demais membros do Conselho Fiscal, tendo em conta as funções especiais que desempenha.

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação de funções de membros do Conselho Fiscal.

6. Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma componente fixa, que consistirá num valor predeterminado por cada reunião que efetivamente tenha lugar, sendo inferior o valor para a segunda e seguintes reuniões que tenham lugar durante o mesmo ano. A remuneração de quem preside à Mesa da Assembleia Geral será superior à de quem a secretaria, tendo em conta a maior responsabilidade das funções exercidas.

Lisboa, 5 de maio de 2025

A Comissão de Remunerações"

Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa, foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2025, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam."

Considerando que os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração equivalente no âmbito dos documentos que são da sua responsabilidade, a declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito de "responsáveis do emitente" os titulares dos órgãos sociais. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome	Funções
José Antônio do Prado Fay	Presidente do Conselho de Administração
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	Vogal do Conselho de Administração
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Vogal do Conselho de Administração
Paulo José Lameiras Martins	Vogal do Conselho de Administração
Pedro Simões de Almeida Bissaia Barreto	Vogal do Conselho de Administração
Carlos Filipe Pires de Gouveia Correia de Lacerda	Vogal do Conselho de Administração



7. Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Operações continuadas			
Réditos	2.1	2 114 924 032	2 148 769 861
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	88 810 693	104 357 057
Variação de Justo valor nos ativos biológicos	3.7	7 593 002	(1 046 522)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.1.3	(924 807 100)	(901 018 297)
Variação da produção	4.1.4	(31 671 580)	(4 314 311)
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(553 372 303)	(510 565 940)
Gastos com o pessoal	7.1	(264 544 338)	(233 008 502)
Outros gastos e perdas operacionais	2.3	(55 750 602)	(66 108 491)
Provisões líquidas	9.1	4 020 990	(32 177)
Depreciações, amortiz. e perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.6	(248 483 868)	(198 529 621)
Resultado operacional		**136 718 926**	**338 503 057**
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	3 821 121	1 701 221
Rendimentos e ganhos financeiros	5.11	58 353 313	25 183 191
Gastos e perdas financeiros	5.11	(59 838 346)	(59 843 597)
Resultado antes de impostos		**139 055 014**	**305 543 871**
Imposto sobre o rendimento	6.1	(24 272 960)	(44 806 864)
Resultado líquido do período das operações continuadas		**114 782 054**	**260 737 007**
Resultado líquido das operações descontinuadas	3.8	**88 721 117**	**49 583 157**
Resultado líquido do período		**203 503 171**	**310 320 164**
Atribuível aos detentores do capital da Semapa		156 599 440	232 735 949
Atribuível a interesses que não controlam	5.6	46 903 731	77 584 215
Resultado por ação			
Resultado básico por ação, Euro	5.3	1,961	2,914
Resultado diluído por ação, Euro	5.3	1,961	2,914

Lisboa, 14 de abril de 2026.

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Resultado líquido das operações continuadas antes de interesses que não controlam		114 782 054	260 737 007
Resultado líquido das operações descontinuadas antes de interesses que não controlam		88 721 117	49 583 157
Resultado líquido do exercício antes de interesses que não controlam		**203 503 171**	**310 320 164**
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Instrumentos financeiros derivados de cobertura			
Variações no justo valor		(11 829 915)	6 199 428
Efeito de imposto		5 462 217	(980 553)
Diferenças de conversão cambial		(7 271 461)	11 646 263
Outros rendimentos integrais		49 619	(230 053)
Itens relacionados com operações descontinuadas líquidos de imposto		(3 649 925)	(24 482 641)
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Remensuração de Benefícios pós-emprego			
Remensurações	7.3.11	8 787 204	563 776
Efeito de imposto	7.3.11	(2 245 847)	17 693
Itens relacionados com operações descontinuadas líquidos de imposto		50 918	168 137
Total de outros rendimentos integrais líquidos de imposto		**(10 647 190)**	**(7 097 950)**
Total dos rendimentos integrais		**192 855 981**	**303 222 214**
Atribuível a:			
Detentores do capital da Semapa		150 869 947	222 537 829
Interesses que não controlam		41 986 034	80 684 385
		192 855 981	**303 222 214**
Total dos rendimentos integrais atribuível a detentores do capital da Semapa			
Operações continuadas		107 733 871	277 953 562
Operações descontinuadas		85 122 110	25 268 653
		192 855 981	**303 222 214**

Lisboa, 14 de abril de 2026.

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativos não correntes			
Goodwill	3.1	368 768 723	526 679 960
Ativos intangíveis	3.2	381 709 564	599 968 983
Ativos fixos tangíveis	3.3	1 622 954 250	2 027 202 490
Ativos sob direito de uso	3.5	125 286 523	143 374 693
Ativos biológicos	3.7	120 646 643	115 250 198
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	45 185 407	44 755 540
Propriedades de investimento	3.9	669 397	400 303
Outros investimentos financeiros	8.3	136 680 502	87 878 957
Ativos relativos a benefícios definidos	7.3	9 355 504	1 347 318
Valores a receber não correntes	4.2	6 108 560	25 850 454
Ativos por impostos diferidos	6.2	76 310 932	141 411 996
		2 893 676 005	**3 714 120 892**
Ativos correntes			
Inventários	4.1	339 314 818	425 113 568
Valores a receber correntes	4.2	467 482 945	655 229 508
Imposto sobre o rendimento	6.1	41 708 316	33 024 224
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	157 424 747	501 370 635
		1 005 930 826	**1 614 737 935**
Ativos não correntes detidos para venda	3.8	1 400 807 410	1 008 000
		2 406 738 236	**1 615 745 935**
Ativo total		**5 300 414 241**	**5 329 866 827**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital social	5.1	81 270 000	81 270 000
Ações próprias	5.2	(15 946 363)	(15 946 363)
Reserva de conversão cambial	5.5	(219 966 936)	(212 153 279)
Reserva de justo valor	5.5	9 807 870	12 353 211
Reserva legal	5.5	16 695 625	16 695 625
Outras reservas	5.5	1 709 796 404	1 527 058 683
Resultados transitados	5.5	2 189 224	(2 312 172)
Resultado líquido do período		156 599 440	232 735 949
Capital Próprio atribuível aos detentores do capital da Semapa		**1 740 445 264**	**1 639 701 654**
Interesses que não controlam	5.6	357 337 194	338 434 254
Total do Capital Próprio		**2 097 782 458**	**1 978 135 908**
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos	5.7	951 099 111	1 255 437 407
Passivos de locação	5.8	123 257 743	127 706 402
Responsabilidades por benefícios definidos	7.3	366 413	936 564
Passivos por impostos diferidos	6.2	201 916 881	284 681 996
Provisões	9.1	25 534 430	71 852 279
Valores a pagar não correntes	4.3	135 617 950	189 028 288
		1 437 792 528	**1 929 642 936**
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	5.7	212 418 640	337 647 780
Passivos de locação	5.8	13 036 006	23 770 786
Valores a pagar correntes	4.3	591 391 351	993 214 138
Imposto sobre o rendimento	6.1	18 157 171	67 455 279
		835 003 168	**1 422 087 983**
Passivos não correntes detidos para venda	3.8	929 836 087	—
		1 764 839 255	**1 422 087 983**
Passivo total		**3 202 631 783**	**3 351 730 919**
Capital Próprio e passivo total		**5 300 414 241**	**5 329 866 827**

Lisboa, 14 de abril de 2026.

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Valores em Euros	Nota	Capital Social	Ações Próprias	Reserva de conversão cambial	Re
Capital próprio em 1 de janeiro de 2025		**81 270 000**	**(15 946 363)**	**(212 153 279)**	
Resultado Líquido do período		—	—	—	
Outros rendimentos integrais (líquidos de imposto)		—	—	(7 813 657)	
Total dos rendimentos integrais do exercício		**—**	**—**	**(7 813 657)**	
Aplicação do lucro do período 2024:					
- Transferência para resultados transitados		—	—	—	
- Dividendos pagos	5.4	—	—	—	
(Aquisições)/Alienações a interesses que não controlam	5.6	—	—	—	
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlam	5.6	—	—	—	
Total de transações com acionistas		**—**	**—**	**—**	
Outros movimentos		—	—	—	
Capital próprio em 31 de dezembro de 2025		**81 270 000**	**(15 946 363)**	**(219 966 936)**	

Valores em Euros	Nota	Capital Social	Ações Próprias	Reserva de conversão cambial	R
Capital próprio em 1 de janeiro de 2024		**81 270 000**	**(15 946 363)**	**(198 301 800)**	
Resultado Líquido do período		—	—	—	
Outros rendimentos integrais (líquidos de imposto)		—	—	(13 851 479)	
Total dos rendimentos integrais do exercício		**—**	**—**	**(13 851 479)**	
Aplicação do lucro do exercício 2023:					
- Transferência para resultados transitados		—	—	—	
- Dividendos pagos	5.4	—	—	—	
- Gratificações de balanço		—	—	—	
Aquisições/Alienações a interesses que não controlam	5.6	—	—	—	
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlam	5.6	—	—	—	
Total de transações com acionistas		**—**	**—**	**—**	
Outros movimentos		—	—	—	
Capital próprio em 31 de dezembro de 2024		**81 270 000**	**(15 946 363)**	**(212 153 279)**	

Lisboa, 14 de abril de 2026.

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

CONSOLIDADOS

eservas de justo valor	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam	Total
12 353 211	**16 695 625**	**1 527 058 683**	**(2 312 172)**	**232 735 949**	**1 639 701 654**	**338 434 254**	**1 978 135 908**
—	—	—	—	156 599 440	156 599 440	46 903 731	203 503 171
(2 545 341)	—	—	4 629 505	—	(5 729 493)	(4 917 697)	(10 647 190)
(2 545 341)	**—**	**—**	**4 629 505**	**156 599 440**	**150 869 947**	**41 986 034**	**192 855 981**
—	—	182 737 722	—	(182 737 722)	—	—	—
—	—	—	—	(49 998 228)	(49 998 228)	—	(49 998 228)
—	—	—	(154 224)	—	(154 224)	(359 728)	(513 952)
—	—	—	—	—	—	(22 727 111)	(22 727 111)
—	**—**	**182 737 722**	**(154 224)**	**(232 735 950)**	**(50 152 452)**	**(23 086 839)**	**(73 239 291)**
—	—	—	26 115	—	26 115	3 745	29 860
9 807 870	**16 695 625**	**1 709 796 405**	**2 189 224**	**156 599 440**	**1 740 445 264**	**357 337 194**	**2 097 782 458**

eservas de justo valor	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam	Total
9 114 768	**16 695 625**	**1 334 549 502**	**(463 433)**	**244 507 409**	**1 471 425 708**	**335 031 713**	**1 806 457 421**
—	—	—	—	232 735 949	232 735 949	77 584 215	310 320 164
3 238 443	—	—	414 916	—	(10 198 120)	3 100 170	(7 097 950)
3 238 443	**—**	**—**	**414 916**	**232 735 949**	**222 537 829**	**80 684 385**	**303 222 214**
—	—	192 509 181	—	(192 509 181)	—	—	—
—	—	—	—	(49 998 228)	(49 998 228)	—	(49 998 228)
—	—	—	2 000 000	(2 000 000)	—	—	—
—	—	—	(4 076 061)	—	(4 076 061)	(1 971 252)	(6 047 313)
—	—	—	—	—	—	(75 307 900)	(75 307 900)
—	**—**	**192 509 181**	**(2 076 061)**	**(244 507 409)**	**(54 074 289)**	**(77 279 152)**	**(131 353 441)**
—	—	—	(187 594)	—	(187 594)	(2 692)	(190 286)
12 353 211	**16 695 625**	**1 527 058 683**	**(2 312 172)**	**232 735 949**	**1 639 701 654**	**338 434 254**	**1 978 135 908**

s.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		2 231 311 969	2 227 791 060
Pagamentos a fornecedores		(1 692 957 773)	(1 582 242 250)
Pagamentos ao pessoal		(217 980 309)	(188 904 895)
Fluxos gerados pelas operações		320 373 887	456 643 915
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(69 719 636)	(61 670 854)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		100 273 853	17 450 112
		30 554 217	(44 220 742)
Fluxos de caixa das atividades operacionais das operações descontinuadas		187 402 370	139 621 563
Fluxos das atividades operacionais (1)		**538 330 474**	**552 044 736**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		333 622	3 550 106
Ativos fixos tangíveis		342 921	742 597
Subsídios ao investimento		3 622 512	5 463 527
Juros e rendimentos similares		1 367 144	1 972 640
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	1 126 772	2 509 342
		6 792 971	14 238 212
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos em subsidiárias	1.2	(177 569 200)	(150 779 060)
Outros investimentos financeiros		(48 738 049)	(32 878 884)
Ativos fixos tangíveis		(255 737 028)	(240 586 361)
Ativos intangíveis		(1 041 601)	(512 538)
		(483 085 878)	(424 756 843)
Fluxos de caixa das atividades de investimento das operações descontinuadas		(45 964 758)	(55 673 510)
Fluxos das atividades de investimento (2)		**(522 257 665)**	**(466 192 141)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5.10	235 292 374	399 620 683
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		3 744	—
Subsídios ao investimento	5.10	34 335 961	43 952 298
		269 632 079	443 572 981
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5.10	(243 241 786)	(212 481 922)
Amortização de contratos de locação financeira	3.5	(19 755 244)	(16 349 182)
Juros e gastos similares		(40 683 678)	(35 225 352)
Dividendos e Outras Reservas		(102 443 982)	(95 042 114)
Reforço de participação de capital em subsidiárias	5.6	—	(1 592 725)
Outras operações de financiamento	5.10	(7 216 435)	(7 219 439)
		(413 341 125)	(367 910 734)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento das operações descontinuadas		(123 855 215)	67 475 517
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**(267 564 261)**	**143 137 764**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1)+(2)+(3)		**(251 491 452)**	**228 990 359**
Efeito das diferenças de câmbio		(880 787)	(8 776 451)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	**5.9**	**501 370 635**	**281 156 727**
Imparidades		566	—
Efeitos dos ativos não correntes detidos para venda		(91 574 215)	—
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	**5.9**	**157 424 747**	**501 370 635**

Lisboa, 14 de abril de 2026.

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1 INTRODUÇÃO 473

1.1 APRESENTAÇÃO DO GRUPO 473
1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO 474
1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES 478
1.4 BASES DE PREPARAÇÃO 479
1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR 482
1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES 486

2 PERFORMANCE OPERACIONAL 487

2.1 RÉDITO E RELATO POR SEGMENTOS 487
2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS 493
2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS 495

3 INVESTIMENTOS 497

3.1 GOODWILL 497
3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS 501
3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 506
3.4 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO 509
3.5 ATIVOS SOB DIREITO DE USO 513
3.6 DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE 515
3.7 ATIVOS BIOLÓGICOS 515
3.8 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO 518
3.9 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO 524

4 FUNDO DE MANEIO 525

4.1 INVENTÁRIOS 525
4.2 VALORES A RECEBER 528
4.3 VALORES A PAGAR 530

5 ESTRUTURA DE CAPITAL 532

5.1 GESTÃO DE CAPITAL 532
5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS 532
5.3 RESULTADO POR AÇÃO 533
5.4 DIVIDENDOS 534
5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS 534
5.6 INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM 535
5.7 FINANCIAMENTOS OBTIDOS 537
5.8 PASSIVOS DE LOCAÇÃO 542
5.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 544
5.10 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO 545
5.11 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS 545

6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 547

6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO 547

6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS 551

7 PESSOAL 555

7.1 BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO AOS EMPREGADOS 555

7.2 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 556

7.3 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO 557

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS 565

8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO 565

8.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS 574

8.3 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS 578

8.4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS 580

9 PROVISÕES, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS 582

9.1 PROVISÕES 582

9.2 COMPROMISSOS 584

9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES 586

10 ESTRUTURA DO GRUPO 588

10.1 EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO 588

10.2 VARIAÇÕES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO 593

10.3 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS 593

10.4 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 596

11 GESTÃO DE RISCOS 598

11.1 RISCOS ESTRATÉGICOS 598

11.2 RISCOS OPERACIONAIS 598

1 Introdução

Na apresentação das Notas às demonstrações financeiras, são utilizados os seguintes símbolos:

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
Este símbolo indica a divulgação de políticas contabilísticas especificamente aplicáveis aos itens na respetiva Nota.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS
Este símbolo indica a divulgação das estimativas e/ou julgamentos realizados em relação aos itens na respetiva Nota. As estimativas e julgamentos mais significativos são indicados na Nota 1.6.

REFERÊNCIA
Este símbolo indica uma referência a outra Nota ou outra secção do Relatório e Contas onde é apresentada mais informação sobre os itens divulgados.

1.1 APRESENTAÇÃO DO GRUPO

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa), cuja designação não sofreu alteração neste exercício, e suas Subsidiárias. A Semapa, sedeada na Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10.º Piso, Lisboa, foi constituída em 21 de junho de 1991, tem como objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas e encontra-se cotada na Euronext Lisbon, desde 1995, com o ISIN PTSEM0AM0004 e código LEI 549300HNGOW85KIOH584.

Designação Social:	Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.
Sede Social:	Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10.º Piso, Lisboa | Portugal
País:	Portugal
Forma Jurídica:	Sociedade Anónima
Capital Social:	Euros 81 270 000
N.I.P.C.:	502 593 130
Empresa-mãe:	Sodim, SGPS, S.A.

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com atividades em ramos de negócio distintos, nomeadamente: pasta e papel, cimentos e derivados e outros negócios desenvolvidos, respetivamente, sob a égide das subsidiárias The Navigator Company (“Navigator” ou “Grupo Navigator”) no caso da pasta e papel, da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (“ETSA” ou “Grupo ETSA”), da Triangle’s Cycling Equipments, S.A. (Triangle’s) e Industrias Mecánicas de Extremadura, S.A. ("Imedexa"), no caso dos Outros negócios. A Semapa detém ainda uma unidade de negócio de capital de risco, atividade exercida pela sua participada Semapa Next, S.A., cujo objetivo é promover investimentos em *startups* e fundos de *venture capital* com elevado potencial de crescimento. A atividade de cimentos, atualmente exercida pela Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil” ou “Grupo Secil”), encontra-se em processo de descontinuação.

Uma descrição mais detalhada da atividade em cada ramo de negócio do Grupo encontra-se divulgada na Nota 2.1 Rédito e relato por segmentos.

A Semapa é incluída no perímetro de consolidação da Sodim – SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e a entidade controladora final.

Por seu turno, Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira detêm, por efeito da conjugação de um acordo parassocial relativo à Sodim com as respetivas participações sociais, diretas e indiretas no capital social desta sociedade, o controlo conjunto da Sodim e da Semapa, sendo imputáveis a cada uma delas e à Sodim, nos termos do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, 83,221% dos direitos de voto não suspensos inerentes a ações representativas do capital social da Semapa.

1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Nos termos da IFRS 3 (Concentrações de Atividades Empresariais), numa concentração de atividades empresariais, a adquirente deve reconhecer e mensurar nas demonstrações financeiras consolidadas os ativos adquiridos e os passivos assumidos ao justo valor à data de aquisição. A diferença entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos origina o reconhecimento de um *goodwill* ou de um ganho resultante de uma compra a preço baixo.

A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos é efetuada internamente ou com recurso a avaliadores externos independentes, utilizando como base o método de fluxos de caixa descontados, o custo de reposição a novo ou outras técnicas de determinação do justo valor, as quais assentem na utilização de pressupostos incluindo indicadores macroeconómicos, como taxas de inflação, taxas de juro, taxas de câmbio, taxas de desconto, preços de venda e compra de energia, custo de matérias-primas, estimativas de produção e projeções do negócio. Consequentemente, a determinação dos justos valores e do *goodwill* ou de ganhos resultantes de compras a baixo preço está sujeita a diversos pressupostos e julgamentos, pelo que alterações poderiam resultar em diferentes impactos nos resultados.

AQUISIÇÃO DO GRUPO BARNA

Em janeiro de 2025, a ETSA adquiriu 100% do capital do Grupo Barna, grupo que desenvolve a sua atividade na área da economia circular do setor alimentar, produzindo proteínas e óleos provenientes da recolha e da transformação de produtos de origem marinha, destinados sobretudo ao setor de alimentação animal. O Grupo Barna está também presente na produção e comercialização de hidrolisados de proteína de origem marinha, produtos com muito maior valor nutricional, algo que se integra totalmente na estratégia seguida também pela ETSA.

Esta operação proporcionará uma excelente oportunidade para o crescimento de ambos os grupos, e o Grupo espera um conjunto de sinergias no respetivo segmento, permitindo aliar forte capacidade de investimento a perspetivas de entrada em novos segmentos de mercado. O Grupo acredita que poderá potenciar o trabalho em inovação e sustentabilidade já desenvolvido pela Barna.

O Grupo Barna conta atualmente com mais de 120 trabalhadores e dispõe de duas fábricas, uma em Mundaka, no País Basco, e outra perto de Tarifa, na Andaluzia, a partir das quais são processadas mais de 50 000 toneladas de subprodutos de peixe por ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Barna contribuiu para o rédito no montante de Euros 31 596 322, para o EBITDA no montante de Euros 1 777 338 e para o resultado líquido do Grupo negativamente em Euros 705 293.

RETRIBUIÇÃO TRANSFERIDA DO GRUPO BARNA

O valor de aquisição do Grupo Barna foi de Euros 35 000 000, tendo sido transferidos de imediato Euros 33 500 000 através de caixa e equivalentes de caixa, ficando retido o montante de Euros 1 500 000 a título de retribuição diferida associada a esta aquisição, cujo justo valor à data da aquisição ascende a Euros 1 387 982.

IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS ADQUIRIDOS E *GOODWILL*

O Grupo concluiu a esta data os procedimentos necessários para o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e consequentemente o apuramento do *goodwill*, de acordo com a IFRS 3. Esta avaliação foi realizada por avaliadores externos especializados e independentes e traduziu-se no reconhecimento do justo valor da carteira de clientes, das marcas adquiridas e num incremento dos ativos fixos tangíveis, assim como dos respetivos passivos por impostos diferidos. Não é esperado que o *goodwill* decorrente desta transação seja dedutível fiscalmente.

As técnicas de avaliação utilizadas na determinação do justo valor dos ativos adquiridos foram as seguintes:

Carteira de clientes	Na determinação do justo valor da carteira de clientes foi utilizado o método *multi-period excess earnings* (MPEEM), o qual considerou o valor presente dos cash flows líquidos esperados da carteira e os ganhos económicos em excesso (*excess earnings*) com que a carteira de clientes contribuirá para o Grupo nos próximos anos. A vida útil atribuída à carteira de clientes foi de 24 anos.
Ativos fixos tangíveis	O justo valor dos terrenos foi determinado através do método *Market Approach*, mediante a análise de transações ou ofertas reais para ativos, os quais são economicamente comparáveis e estavam disponíveis na data de avaliação.
	O justo valor dos ativos fixos industriais adquiridos foi determinado de acordo com o método *replacement cost* que consistiu na identificação do valor de reposição dos ativos adquiridos ajustados pela depreciação, de acordo com a vida útil dos ativos à data da compra.
	De acordo com o estudo foi considerado como pressuposto base uma vida útil de até 39 anos.

	Grupo Barna	Alocação de valor aos ativos líquidos adquiridos	Grupo Barna ajustado
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis - Carteira de clientes	—	7 400 000	7 400 000
Outros ativos intangíveis	—	(669 203,00)	(669 203,00)
Ativos fixos tangíveis	765 139	7 690 103	8 455 242
Ativos sob direito de uso	20 837 006	—	20 837 006
Ativos por impostos diferidos	1 782 522	—	1 782 522
Outros investimentos financeiros	1 576 158	—	1 576 158
Outros ativos não correntes	150 883	—	150 883
Ativos correntes			
Inventários	3 569 934	—	3 569 934
Valores a receber correntes	6 709 076	—	6 709 076
Caixa e equivalentes de caixa	1 497 381	—	1 497 381
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos	(4 116 299)	—	(4 116 299)
Passivos de locação	(1 127 787)	—	(1 127 787)
Provisões	(478 090)	—	(478 090)
Passivos por impostos diferidos	(134 825)	(3 697 075)	(3 831 900)
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	(3 274 612)	—	(3 274 612)
Passivos de locação	(563 893)	—	(563 893)
Valores a pagar correntes	(7 305 684)	—	(7 305 684)
Imposto sobre o rendimento	(175 024)	—	(175 024)
Total dos ativos líquidos identificáveis	**19 711 885**	**10 723 825**	**30 435 710**
Goodwill	15 176 097	(10 723 825)	4 452 272
Valor total de aquisição	**34 887 982**	**—**	**34 887 982**
Retribuição transferida	33 500 000,00	—	33 500 000,00
Caixa e equivalentes de caixa	(1 497 381)	—	(1 497 381)
Efeito líquido em caixa e equivalentes de caixa	**32 002 619**	**—**	**32 002 619**

CUSTOS RELACIONADOS COM A AQUISIÇÃO

O Grupo incorreu em custos relacionados com a aquisição do Grupo Barna, no montante de Euros 532 379 relacionados com honorários incorridos com advogados e outros gastos com a due diligence. Estes gastos encontram-se registados em fornecimentos e serviços externos na Demonstração dos resultados consolidados e Demonstração do rendimento integral consolidado do exercício de 2024.

AQUISIÇÃO DA IMEDEXA

Em julho de 2025, a Semapa, através da sua subsidiária Quotidian Podium, adquiriu 100% do capital da Industrias Mecánicas de Extremadura S.A. ("Imedexa"), empresa especializada no desenho e fabrico de estruturas metálicas para infraestruturas de transmissão e distribuição de eletricidade, bem como para outras aplicações industriais.

Esta operação representa a primeira operação direta da Semapa fora de Portugal, enquadrando-se na estratégia de internacionalização e diversificação do Grupo. Esta operação reforça o posicionamento da Semapa em setores com elevado potencial de crescimento e impacto na transição energética.

Em 2024, a Imedexa registou vendas superiores a 100 milhões de euros, das quais cerca de 75% foram destinadas ao mercado de exportação. A empresa destaca-se pela sua capacidade de engenharia e execução de grandes projetos, sendo fornecedora de referência para os principais operadores de redes de transmissão e distribuição europeus. A Imedexa conta atualmente com três unidades operacionais em Cáceres e Valladolid, tendo servido mais de 250 clientes em mais de 50 países.

Nos cinco meses decorridos até 31 de dezembro de 2025, a Imedexa contribuiu para o rédito no montante de Euros 42 713 503, para o EBITDA no montante de Euros 2 819 915 e para o resultado líquido do Grupo negativamente em Euros 1 235 356.

RETRIBUIÇÃO TRANSFERIDA DA IMEDEXA

No âmbito da aquisição da Imedexa, a retribuição transferida na data ascendeu a Euros 147 781 229, acrescida de uma componente adicional, cujo justo valor à data de aquisição ascende a Euros 8 313 262, a ser paga dependente da verificação de determinadas condições.

IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS ADQUIRIDOS E *GOODWILL*

O Grupo concluiu a esta data os procedimentos necessários para o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e consequentemente o apuramento do *goodwill*, de acordo com a IFRS 3. Esta avaliação foi realizada por avaliadores externos especializados e independentes e traduziu-se no reconhecimento do justo valor da carteira de clientes, das marcas adquiridas e num incremento dos ativos fixos tangíveis, assim como dos respetivos passivos por impostos diferidos. Não é esperado que o *goodwill* decorrente desta transação seja dedutível fiscalmente.

As técnicas de avaliação utilizadas na determinação do justo valor dos ativos adquiridos foram as seguintes:

Carteira de clientes	Na determinação do justo valor da carteira de clientes foi utilizado o método *multi-period excess earnings* (MPEEM), o qual considerou o valor presente dos cash flows líquidos esperados da carteira e os ganhos económicos em excesso (*excess earnings*) com que a carteira de clientes contribuirá para o Grupo nos próximos anos. A vida útil atribuída à carteira de clientes foi de 14 anos.
Ativos fixos tangíveis	O justo valor dos terrenos foi determinado através do método *Market Approach*, mediante a análise de transações ou ofertas reais para ativos, os quais são economicamente comparáveis e estavam disponíveis na data de avaliação.
	O justo valor dos ativos fixos industriais adquiridos foi determinado de acordo com o método *replacement cost* que consistiu na identificação do valor de reposição dos ativos adquiridos ajustados pela depreciação, de acordo com a vida útil dos ativos à data da compra.
	De acordo com o estudo foi considerado como pressuposto base uma vida útil de até 28 anos.

	Industrias Mecánicas de Extremadura, S.A. (Imedexa)	Alocação de valor aos ativos líquidos adquiridos	Imedexa ajustado
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis - Carteira de clientes	—	80 000 000	80 000 000
Outros ativos intangíveis	66 767	—	66 766,60
Ativos fixos tangíveis	22 689 474	22 478 353	45 167 826
Ativos sob direito de uso	409 125	—	409 125
Outros investimentos financeiros	125 876	—	125 876
Ativos correntes			
Inventários	25 072 448	—	25 072 448
Valores a receber correntes	22 203 267	—	22 203 267
Caixa e equivalentes de caixa	2 214 648	—	2 214 648
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos	(23 884 555)	—	(23 884 555)
Passivos de locação	(294 655)	—	(294 655)
Passivos por impostos diferidos	(554 054)	(25 619 588)	(26 173 642)
Valores a pagar não correntes	(1 380 517)	—	(1 380 517)
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	(8 161 044)		(8 161 044)
Passivos de locação	(118 953)		(118 953)
Valores a pagar correntes	(18 284 950)		(18 284 950)
Imposto sobre o rendimento	(1 579 807)		(1 579 807)
Total dos ativos líquidos identificáveis	**18 523 071**	**76 858 765**	**95 381 835**
Ativos intangíveis - Marcas adquiridas			—
Goodwill	137 571 421	(76 858 765)	60 712 656
Valor total de aquisição	**156 094 491**	**—**	**156 094 491**
Retribuição transferida	147 781 229		147 781 229
Caixa e equivalentes de caixa	(2 214 648)	—	(2 214 648)
Efeito líquido em caixa e equivalentes de caixa	**145 566 581**	**—**	**145 566 581**

CUSTOS RELACIONADOS COM A AQUISIÇÃO

O Grupo incorreu em custos relacionados com a aquisição da Imedexa no montante de Euros 927 720, relacionados com honorários incorridos com advogados e outros gastos com a due diligence. Estes gastos encontram-se registados em fornecimentos e serviços externos na Demonstração dos resultados consolidados e Demonstração do rendimento integral consolidado.

ACORDO VINCULATIVO PARA ALIENAÇÃO DA SECIL

Em 19 de dezembro de 2025, a Semapa assinou um acordo vinculativo para a alienação da totalidade do capital social detido na Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. à Cementos Molins, S.A., tendo sido acordado um enterprise value de 1,4 mil milhões de euros. Àquela data, encontravam-se cumpridos os critérios previstos na IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, designadamente a existência de um plano firme de alienação, a elevada probabilidade de conclusão da transação e a expectativa de realização da venda no curto prazo.

Em consequência, a Secil foi classificada como ativo detido para venda e unidade operacional descontinuada, tendo a conclusão da operação ocorrido durante o primeiro trimestre de 2026, após o cumprimento das condições precedentes habituais neste tipo de transações, incluindo a obtenção das necessárias aprovações regulatórias. Os resultados comparativos foram reapresentados de forma a refletir a classificação da Secil como operação descontinuada, nos termos da IFRS 5..

1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES

DEPRESSÃO KRISTIN

Em resultado da passagem da depressão Kristin em Portugal, que se caracterizou por condições meteorológicas adversas e extremas, vento forte, precipitação intensa e ocorrência de cheias, com impactos relevantes em várias regiões do País, em particular região Centro, o segmento de Pasta e Papel foi afetado temporariamente nas suas operações nas fábricas da Figueira da Foz e de Vila Velha de Ródão, sobretudo devido às interrupções externas no fornecimento de energia e água.

Adicionalmente nas áreas florestais do Grupo foram igualmente registados impactos, numa área ainda em avaliação encontrando-se em curso a inventariação dos danos, processo que tem sido condicionado pela existência de múltiplas estradas e caminhos florestais bloqueados ou intransitáveis.

Apesar deste contexto excecional, não foram registados impactos materiais em equipamentos essenciais e a produção foi retomada com normalidade poucos dias depois, logo que restabelecido o fornecimento de água e/ou energia elétrica, mantendo-se as restantes unidades industriais do Grupo em funcionamento regular.

De igual modo, o Grupo está a recuperar gradualmente dos constrangimentos logísticos decorrentes das condições meteorológicas, com as equipas operacionais e de logística a implementarem medidas para assegurar uma recuperação rápida e sustentada, garantindo o cumprimento dos compromissos comerciais e a estabilidade das operações.

Com exceção do Grupo Navigator, conforme explicado supra, os efeitos associados à depressão Kristin não tiveram impacto significativo nas restantes subsidiárias da Semapa, não se considerando que os mesmos assumam materialidade suficiente para afetar de forma relevante a posição financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa do Grupo.

CONFLITO NO MÉDIO ORIENTE

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, o conflito que decorre no Médio Oriente continua a evoluir, contribuindo para um contexto acrescido de incerteza geopolítica e macroeconómica a nível global. Atendendo à diversificação geográfica e setorial das atividades do Grupo Semapa, bem como à ausência de exposições diretas relevantes a ativos, operações ou mercados localizados na referida região, não foram identificados impactos materiais diretos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Contudo, a persistência ou intensificação do conflito poderá acentuar riscos macroeconómicos, nomeadamente através de maior volatilidade dos mercados financeiros, pressões inflacionistas adicionais, flutuações nos preços da energia e das matérias-primas, bem como potenciais efeitos indiretos sobre as taxas de juro e as cadeias de abastecimento globais. O Grupo mantém um acompanhamento contínuo da evolução da situação, avaliando os seus potenciais impactos indiretos nos resultados, na posição financeira e nos fluxos de caixa futuros, caso o enquadramento macroeconómico se deteriore de forma significativa.

CONCLUSÃO DA ALIENAÇÃO DA SECIL

A Semapa concluiu, em 23 de março de 2026, a alienação da totalidade do capital social da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. à Cementos Molins, S.A., tendo recebido nessa data uma contrapartida (equity value) de Euros 1.081 milhões, mantendo-se o enterprise value anteriormente anunciado de Euros 1,4 mil milhões. Com base na informação atualmente disponível, estima-se que esta operação venha a originar, no exercício de 2026, uma mais-valia da ordem dos Euros 400 milhões, cujo montante definitivo será determinado após o encerramento das contas do período a findar em 31 de dezembro de 2026. No âmbito da operação, a Semapa manterá uma participação de 51% na Société des Ciments de Gabès, estando as partes a avaliar opções estratégicas para esta unidade.

1.4 BASES DE PREPARAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 14 de abril de 2026, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Os responsáveis do Grupo, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), em vigor em 1 de janeiro de 2024 e conforme adotadas pela União Europeia.

BASES DE MENSURAÇÃO, CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 10.1).

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram igualmente preparadas tomando por base o custo histórico, exceto para os ativos biológicos (Nota 3.7) e para os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados ou ao justo valor através de capital (Nota 8.3), nos quais se incluem os instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2). O passivo relativo a responsabilidades por benefícios definidos é reconhecido pelo seu valor presente deduzido do respetivo ativo.

COMPARABILIDADE

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os seus aspetos materialmente relevantes, com as do período anterior.

Contudo, em resultado da classificação da subsidiária Secil (Nota 1.2), a informação comparativa relativa ao ano de 2024 encontra-se reapresentada na demonstração separada dos resultados e na demonstração separada dos fluxos de caixa.

BASES DE CONSOLIDAÇÃO

SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposta a ou tem direitos sobre os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de Interesses não controlados, respetivamente, na Demonstração da posição financeira consolidada em linha própria no capital próprio e na Demonstração de resultados consolidada.

As políticas seguidas no exercício de consolidação, bem como o detalhe das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se detalhadas na Nota 10.1.

INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os empreendimentos conjuntos são todas as entidades sobre os quais o Grupo exerce controlo conjunto, usualmente mediante um acordo contratual. Os investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contabilísticas aplicáveis aos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se detalhadas na Nota 10.3.

MOEDA DE APRESENTAÇÃO E TRANSAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE APRESENTAÇÃO E ECONOMIAS HIPERINFLACIONÁRIAS

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo incluídas no perímetro de consolidação são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As presentes demonstrações financeiras consolidadas encontram-se apresentadas em Euros.

Todos os ativos e passivos do Grupo expressos em moeda diferente da moeda de apresentação foram transpostos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da Posição financeira consolidada (Nota 8.1.1). As diferenças de câmbio, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da Posição financeira consolidada, são registadas como rendimentos e gastos do período (Nota 5.11).

As rubricas de resultados das unidades operacionais estrangeiras são transpostas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores são refletidas na Reserva de conversão cambial no capital próprio (Nota 5.5). Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados consolidados como parte do ganho ou perda na venda.

Para unidades operacionais estrangeiras em economias hiperinflacionárias, as demonstrações financeiras em moeda local são reexpressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira de forma a refletir o impacto da inflação antes da transposição para a moeda de apresentação do Grupo.

A IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias requer que as quantias ainda não expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira sejam reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços, levando a um potencial ganho ou perda na posição monetária. A norma exige também que todos os itens da demonstração de fluxos de caixa sejam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data de balanço.

Quando a moeda de apresentação do Grupo não for hiperinflacionária, a IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio exige que os valores comparativos sejam aqueles que foram apresentados nas demonstrações financeiras anteriores, sendo o ganho ou perda na posição monetária líquida relacionada com alterações de preços em períodos anteriores reconhecida diretamente nos Capitais Próprios.

Adicionalmente, o Grupo avalia o valor escriturado dos ativos não correntes em conformidade com a IAS 36 – Imparidade de Ativos, pelo que a quantia reexpressa é reduzida à quantia recuperável, assegurando que o valor escriturado reflete o valor económico dos ativos.

Os resultados e a posição financeira das operações estrangeiras em economias hiperinflacionárias são transpostos à taxa de fecho na data da posição financeira. No caso do Líbano, o Grupo usa a taxa de câmbio aplicável aos dividendos e repatriamento de capital, porque é a taxa que, à data da posição financeira, o investimento na operação estrangeira será recuperado.

As taxas de câmbio utilizadas na transposição dos ativos e passivos expressos em moeda diferente do Euro, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, detalham-se como segue:

	31/12/2025	31/12/2024	Valorização/ desvalorização
TND (dinar tunisino)			
Câmbio médio do período	3,3723	3,3662	(0,18%)
Câmbio de fim do período	3,3981	3,3016	(2,92%)
LBP (libra libanesa)			
Câmbio médio do período	101 144,00	96 847,0000	(4,44%)
Câmbio de fim do período	105 162,50	92 981,6000	(13,10%)
USD (dólar americano)			
Câmbio médio do período	1,1301	1,0821	(4,44%)
Câmbio de fim do período	1,1750	1,0389	(13,10%)
GBP (libra esterlina)			
Câmbio médio do período	0,8570	0,8466	(1,23%)
Câmbio de fim do período	0,8726	0,8292	(5,24%)
PLN (zlóti polaco)			
Câmbio médio do período	4,2403	4,3058	1,52%
Câmbio de fim do período	4,2210	4,2750	1,26%
SEK (coroa sueca)			
Câmbio médio do período	11,0656	11,4325	3,21%
Câmbio de fim do período	10,8215	11,4590	5,56%
CZK (coroa checa)			
Câmbio médio do período	24,6849	25,1198	1,73%
Câmbio de fim do período	24,2370	25,1850	3,76%
CHF (franco suíço)			
Câmbio médio do período	0,9370	0,9526	1,64%
Câmbio de fim do período	0,9314	0,9412	1,04%
TRY (lira turca)			
Câmbio médio do período	44,8699	35,5734	(26,13%)
Câmbio de fim do período	50,4838	36,7372	(37,42%)
ZAR (rand sul-africano)			
Câmbio médio do período	20,1540	19,8297	(1,64%)
Câmbio de fim do período	19,4439	19,6188	0,89%
EGP (libra egípcia)			
Câmbio médio do período	55,5640	49,1213	(13,12%)
Câmbio de fim do período	56,1247	53,0349	(5,83%)
ECV (escudo cabo-verdiano)			
Câmbio médio do período	110,2650	110,2650	—%
Câmbio de fim do período	110,2650	110,2650	—%

	31/12/2025	31/12/2024	Valorização/ desvalorização
DKK (coroa dinamarquesa)			
Câmbio médio do período	7,4634	7,4589	(0,06%)
Câmbio de fim do período	7,4689	7,4578	(0,15%)
HUF (florim húngaro)			
Câmbio médio do período	397,7234	395,3039	(0,61%)
Câmbio de fim do período	385,1500	411,3500	6,37%
AUD (dólar australiano)			
Câmbio médio do período	1,7527	1,6397	(6,89%)
Câmbio de fim do período	1,7581	1,6772	(4,82%)
MZN (metical moçambicano)			
Câmbio médio do período	72,2667	69,1732	(4,47%)
Câmbio de fim do período	75,0100	66,7900	(12,31%)
BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	6,3087	5,8331	(8,15%)
Câmbio de fim do período	6,4686	6,4354	(0,52%)
MAD (dirham marroquino)			
Câmbio médio do período	10,5511	10,7549	1,89%
Câmbio de fim do período	10,7121	10,5190	(1,84%)
NOK (coroa norueguesa)			
Câmbio médio do período	11,7191	11,6290	(0,77%)
Câmbio de fim do período	11,8430	11,7950	(0,41%)
AOA (kwanza angolano)			
Câmbio médio do período	1 043,1056	952,3159	(9,53%)
Câmbio de fim do período	1 083,1849	955,1715	(13,40%)
MXN (peso mexicano)			
Câmbio médio do período	21,6737	19,8314	(9,29%)
Câmbio de fim do período	21,1180	21,5504	2,01%
AED (dirham dos Emirados Árabes Unidos)			
Câmbio médio do período	4,1499	3,9751	(4,40%)
Câmbio de fim do período	4,3152	3,8154	(13,10%)
CAD (dólar canadiano)			
Câmbio médio do período	1,5795	1,4821	(6,57%)
Câmbio de fim do período	1,6088	1,4948	(7,63%)

1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS EM 2025

	Alteração
Normas e alterações endossadas pela União Europeia	
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de Convertibilidade	Em 15 de agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu Falta de Convertibilidade (Alterações à IAS 21 – Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio) (as alterações). As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade. Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma entidade é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a entidade tem de estimar uma taxa de câmbio à vista. De acordo com as alterações, as entidades terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir: a) a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível; b) a taxa de câmbio à vista utilizada; c) o processo de estimativa; e d) os riscos para a empresa decorrentes de a moeda ser convertível. A alteração não teve um impacto significativo no Grupo.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2026

	Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Semapa optou pela não aplicação antecipada		
Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. As alterações visam resolver a diversidade na aplicação da norma, tornando os requisitos mais compreensíveis e consistentes. Estas alterações têm como objetivos: a) Clarificar a classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) e similares, uma vez que estas características em empréstimos podem afetar se os empréstimos são mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor. Para resolver qualquer potencial diversidade na aplicação prática, as alterações esclarecem como os fluxos de caixa contratuais dos empréstimos devem ser avaliados; b) Clarificar a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido quando a sua liquidação é efetuada por meio de sistemas de pagamento eletrónicos. Existe uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, no caso de certos critérios serem cumpridos; c) Melhorar a descrição do termo "sem recurso", de acordo com as alterações, um ativo financeiro possui características de sem recurso se o direito final de receber fluxos de caixa de uma entidade for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. A presença de características sem recurso não exclui necessariamente o ativo financeiro de cumprir com o SPPI, mas as suas características precisam ser cuidadosamente analisadas d) Clarificar que um instrumento contratualmente vinculado (linked instrument) deve apresentar uma estrutura de pagamento em cascata que cria uma concentração de risco de crédito ao alocar as perdas de forma desproporcional as entre diferentes tranches. A pool subjacente pode incluir instrumentos financeiros que não estão no âmbito da classificação e mensuração da IFRS 9 (por exemplo, contratos de locação financeira), mas deve ter fluxos de caixa equivalentes ao critério SPPI. O IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação referentes a investimentos em ações designados a justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros com características contingentes, por exemplo características ligadas a metas ESG. Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2026

	Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Semapa optou pela não aplicação antecipada		
Melhoramentos anuais	Em 18 de julho de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações limitadas às IFRS e respetivas orientações, decorrentes da manutenção regular efetuada às Normas. As alterações incluem clarificações, simplificações, correções e modificações efetuadas com o objetivo de melhorar a consistência de várias IFRS. O IASB alterou a: a) IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para clarificar alguns aspetos relacionados com a aplicação da contabilidade de cobertura por uma entidade que está a preparar pela primeira vez demonstrações financeiras de acordo com as IFRS; b) IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e o respetivo Guia de implementação, de forma a clarificar: - O guia de aplicação, no que se refere ao Ganho e perda no desreconhecimento; e - O guia de implementação, nomeadamente a sua Introdução, parágrafo do Justo valor (divulgações referentes à diferença entre justo valor e preço de transação) e à divulgação do Risco de crédito. c) IFRS 9 Instrumentos Financeiros para: – Exigir que as empresas mensurem inicialmente uma conta a receber sem uma componente de financiamento significativa pela quantia determinada pela aplicação da IFRS 15, e – Esclarecer que, quando um passivo de locação é desreconhecido, o desreconhecimento é contabilizado ao abrigo da IFRS 9. No entanto, quando um passivo de locação é modificado, a modificação é contabilizada ao abrigo da IFRS 16 Locações. A alteração estabelece que, quando os passivos de locação são desreconhecidos ao abrigo da IFRS 9, a diferença entre a quantia escriturada e a retribuição paga seja reconhecida nos resultados. d) IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidada, clarificação na determinação de “agente de facto”; e : e) IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa, alteração de pormenor no parágrafo relacionado com Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos; Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2026. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2026
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referentes a eletricidade dependente da natureza	Em 18 de dezembro de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações para ajudar as empresas a melhor relatar os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade cuja produção se encontra dependente da natureza, que são frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPA, na sigla inglesa). Os contratos de eletricidade dependentes da natureza ajudam as empresas a assegurar o seu abastecimento de eletricidade a partir de fontes como a energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada ao abrigo destes contratos pode variar em função de fatores não controláveis, como as condições meteorológicas. Os atuais requisitos contabilísticos podem não refletir adequadamente a forma como estes contratos afetam o desempenho de uma empresa. Para permitir que as empresas reflitam melhor estes contratos nas suas demonstrações financeiras, o IASB fez alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: a) Clarificação da aplicação dos requisitos de “uso próprio” (*own-use*); b) Permissão à contabilidade de cobertura se estes contratos forem utilizados como instrumentos de cobertura; e c) Acrescentar novos requisitos de divulgação para permitir aos investidores compreender o efeito destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa. Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2026. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2026

	Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia		
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em 9 de abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu a nova Norma, IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras. As principais mudanças introduzidas por esta Norma são: a) Promoção uma demonstração de resultado mais estruturada. Em particular, introduz um novo subtotal "lucro operacional" (bem como a respetiva definição) e o requisito que todas as receitas e despesas sejam classificadas em três novas categorias distintas com base nas principais atividades comerciais de uma empresa: Operacional, Investimento e Financiamento. b) Exigência para que as empresas analisem suas despesas operacionais diretamente na face da demonstração de resultados – seja por natureza, por função ou de forma mista. IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras c) Exigência para que algumas das medidas 'não-GAAP' que o Grupo utiliza sejam relatadas nas demonstrações financeiras. A Norma define MPMs (Medidas de Desempenho não-GAAP) como um subtotal de receitas e despesas que: - são utilizadas em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras; e - comunicam a visão da administração sobre o desempenho financeiro. Para cada MPM apresentada, as empresas precisarão explicar numa única nota nas demonstrações financeiras a razão pela qual a medida fornece informações úteis, como é calculada, e reconciliá-la com um valor determinado de acordo com as IFRS. d) Introdução de orientações aperfeiçoadas sobre como as empresas agrupam informações nas demonstrações financeiras. Inclui orientações sobre se as informações materiais estão incluídas nas demonstrações financeiras primárias ou estão mais detalhadas nas notas. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospetivamente. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em 9 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a nova Norma, IFRS 19 Subsidiárias sem Prestação de Contas Pública: Divulgações, que permite que subsidiárias elegíveis usem as IFRS com divulgações reduzidas. A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade da informação para os utilizadores das suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária pode optar por aplicar a nova Norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas, individuais ou separadas, desde que, na data de relato: a) Não tenha prestação de contas pública; b) A sua empresa-mãe prepare demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS. Uma subsidiária que aplique a IFRS 19 é obrigada a declarar claramente na sua declaração explícita e incondicional de conformidade com as IFRS que a IFRS 19 foi adotada. A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospetivamente. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2027
Alterações para conversão financeira de uma moeda não-hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária	Em 13 de novembro de 2025, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações à IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio, que clarifica como as empresas devem converter as demonstrações financeiras de uma moeda não-hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2027

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação, pelo que optou pela sua não adoção antecipada, ainda que não se espere que tais impactos sejam significativos.

1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que sejam efetuadas estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da posição financeira consolidada. Para o efeito, o Conselho de Administração baseia-se:

– na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e

– nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

Estimativas e julgamentos	Notas
Concentrações de atividades empresariais	1.2 Aquisição do Grupo Barna e da Imedexa
Recuperabilidade do *goodwil*l e marcas	3.1 Goodwill 3.2 Ativos intangíveis
Recuperabilidade, vida útil e depreciação de ativos fixos tangíveis	3.3 Ativos fixos tangíveis
Justo valor dos ativos biológicos	3.7 Ativos biológicos
Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	6.1 Imposto sobre o rendimento do período 6.2 Impostos diferidos
Pressupostos atuariais	7.3 Benefícios pós-emprego
Justo valor de ativos financeiros	8.3 Outros investimentos financeiros
Reconhecimento de provisões	9.1 Provisões

2 Performance operacional

2.1 RÉDITO E RELATO POR SEGMENTOS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RELATO POR SEGMENTOS

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);

ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e

iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A Comissão de Direção Executiva da Semapa e das diversas subsidiárias são as principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo, analisando periodicamente, e de forma consistente, os relatórios da informação financeira e operacional de cada segmento. Os relatórios são utilizados para monitorizar a *performance* operacional dos seus negócios e decidir sobre a melhor alocação de recursos ao segmento, bem como a avaliação do seu desempenho, e tomadas de decisão estratégicas.

A informação utilizada no relato por segmentos corresponde à informação financeira preparada pelo Grupo. Todos os réditos intersegmentais correspondem a preços de mercado e todos os réditos intersegmentais são eliminados na consolidação.

Durante o ano de 2023, e no seguimento das aquisições realizadas, o Grupo Semapa reorganizou os segmentos operacionais reportados com base na informação financeira preparada pelo Grupo e requisitos de divulgação da IFRS 8. No âmbito desta reorganização, a gestão definiu como segmentos relatáveis:

– Pasta e Papel: inclui atividade desenvolvida pela subsidiária Navigator;

– Cimentos: inclui atividade desenvolvida pela subsidiária Secil;

– Outros Negócios: agrega as atividades desenvolvidas pelas subsidiárias ETSA, Triangle's e Imedexa que, pela sua reduzida dimensão, não são reportados isoladamente; e

– *Holdings*: inclui as atividades de gestão do grupo;

PASTA E PAPEL

A principal atividade do Grupo Navigator consiste na produção e comercialização de papel fino de impressão e escrita (UWF) e de papel de uso doméstico (*tissue*), estando presente de forma relevante em toda a cadeia de valor, desde a investigação e desenvolvimento à produção florestal, aquisição e venda de madeiras, produção de pasta branqueada de eucalipto – pasta BEKP – e produção de energia térmica e elétrica, bem como a respetiva comercialização. No último trimestre de 2024, o Grupo Navigator iniciou também a produção de embalagens de celulose moldada no complexo industrial de Aveiro. Esta nova unidade de produção está orientada para um mercado de elevado potencial de crescimento, totalmente alinhado com os desafios da redução da utilização de plástico de uso único.

O Grupo Navigator dispõe atualmente de 10 complexos industriais – quatro em Portugal, um em Espanha e cinco no Reino Unido. Dos complexos industriais em Portugal, dois estão dedicados à produção de pasta BEKP, energia elétrica e papel UWF (Figueira da Foz e Setúbal), um encontra-se dedicado à produção de pasta BEKP, energia, embalagens de celulose moldada e papel *tissue* (Aveiro) e um quarto, em Vila Velha de Ródão, com produção de *tissue*. Em Espanha, o Grupo detém um complexo industrial em Saragoça onde produz papel tissue. Em maio de 2024, com a aquisição do Grupo Navigator Tissue UK (ex-Grupo Accrol), o Grupo Navigator passou a contar com cinco complexos de produção no Reino Unido conexos ao negócio do *tissue*: Blackburn (faciais); Leicester (rolos); Leyland (rolos); Flint (*wet wipes*) e Bridgewater (*wet wipes*).

Com o objetivo de fortalecer a posição de liderança na produção de papel *tissue* e garantir uma maior resiliência operacional, o Grupo Navigator avançou em 2025 com um plano estratégico para consolidar as suas operações de rolos *tissue* (higiénico e cozinha) no Reino Unido que ficará concluído em 2026.

Esta consolidação da operação de rolos em duas regiões estratégicas, Leyland e Leicester, permitirá otimizar o fornecimento às regiões Norte e Sul de Inglaterra, assegurando maior proximidade aos principais centros de consumo e uma melhor cobertura logística do mercado britânico. O novo modelo integra capacidade fabril e de armazenagem num sistema mais ágil e eficiente, preparado para aumentar a escala, reduzir custos fixos e melhorar a fluidez da cadeia de abastecimento.

A produção própria de madeira é efetuada em plantações florestais em terrenos próprios e arrendados situados em Portugal e Espanha, bem como em terrenos concessionados situados em Moçambique. A cortiça e a madeira de pinho produzidas são vendidas a terceiros, enquanto a madeira de eucalipto é essencialmente consumida na produção de pasta BEKP.

Na produção de UWF e de *tissue* é consumida uma parte significativa da produção própria de pasta BEKP. As vendas de pasta BEKP, UEKP, papel UWF e papel tissue – destinam-se a 112 (2024: 118) países e territórios em todo o mundo.

No que respeita à produção de energia, o Grupo Navigator possui três centrais de cogeração renovável, integradas na produção de pasta, produzindo vapor e eletricidade, sendo o primeiro consumido internamente e a segunda maioritariamente vendida à rede nacional de energia, ainda que parte seja também para autoconsumo. O Grupo detém ainda duas centrais de cogeração a gás natural integradas na produção de papel na Figueira da Foz e em Setúbal, e duas centrais independentes alimentadas a biomassa residual florestal sendo a produção vendida à rede nacional de energia.

Adicionalmente, o Grupo conta atualmente com oito centrais fotovoltaicas em funcionamento para autoconsumo: três em Setúbal – duas no complexo fabril e uma na Herdade de Espirra, duas no complexo industrial da Figueira da Foz (tendo uma delas entrado em testes de funcionamento em 2024), uma no complexo industrial de Saragoça, uma no Raiz (em Aveiro) e ainda duas centrais que entraram em testes de funcionamento no decorrer do ano de 2024, no complexo industrial de Aveiro e de Vila Velha de Ródão.

Com a conclusão da construção de novas centrais fotovoltaicas, em regime de autoconsumo, nos sites industriais da Figueira da Foz, Aveiro e Vila Velha de Ródão, a Navigator, com cerca de 38 MW de capacidade instalada de energia solar fotovoltaica, torna-se o maior produtor em autoconsumo de Portugal, em contexto industrial.

CIMENTO

O segmento Cimento é liderado pela Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. que tem uma forte presença no setor industrial cimenteiro, sendo um grupo empresarial com diversas operações em Portugal e em vários países do mundo (Grupo Secil).

O principal produto comercializado pelo Grupo Secil é o cimento, constituindo a comercialização de betão pronto, agregados, argamassas e pré-fabricados de betão, uma verticalização da fileira do cimento, que permite a obtenção de sinergias para o Grupo.

O Grupo possui três fábricas de cimento em Portugal, a Secil-Outão, Maceira-Liz e Cibra-Pataias, sendo o cimento comercializado nas suas diversas formas (a granel ou ensacado, em palete ou *big bags*) através dos diversos entrepostos comerciais detidos pelo Grupo. O Grupo detém também outras fábricas que se encontram localizadas no Brasil, Tunísia, Líbano e Angola.

Um fator relevante na comercialização do cimento é o custo de transporte, razão pela qual o Grupo mantém um cais privativo na Secil-Outão, um terminal marítimo em Espanha e um terminal marítimo na Holanda.

No que se refere aos “derivados” do cimento, o que tem maior peso no rédito do Grupo é o betão pronto, sendo detentor de vários centros de produção e comercialização em Portugal, Espanha, Tunísia, Líbano e Brasil.

O Grupo tem ainda licenciado o direito à exploração de diversas pedreiras, das quais extrai materiais para incorporação na produção do cimento ou comercialização como agregados.

No final do exercício de 2025, a Semapa assinou um acordo vinculativo para a alienação da totalidade do capital social detido na subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (Nota 1.2). Em consequência do referido acordo, os ativos e passivos deste segmento foram classificados como Ativos e Passivos Não Correntes Detidos para Venda.

OUTROS NEGÓCIOS

Outros Negócios agrega as atividades de menor dimensão do Grupo. De destacar, a atividade de produção de quadros para *e-bikes* realizada através da participada Triangle's, a prestação de serviços associados à valorização cumulativa de subprodutos de origem animal e de produtos alimentares contendo substâncias de origem animal, e a venda dos produtos resultantes desta valorização para incorporação na produção de fertilizantes, rações para animais e biodiesel desenvolvidas pelo Grupo ETSA e a atividade de compra e venda, conceção e fabricação de estruturas metálicas com revestimento de metais e respetivos componentes; centrais de energias renováveis, produção e comercialização de energia elétrica desenvolvida pela Imedexa (Industrias Mecánicas de Extremadura, S.A.).

HOLDINGS

O segmento *Holdings* refere-se às atividades de gestão do Grupo Semapa, correspondendo aos serviços prestados pela Semapa às suas subsidiárias em diversas áreas, como são disso exemplo o planeamento estratégico, assessoria jurídica, financeira, contabilística, fiscal, gestão de talentos, entre outras, incorrendo ao mesmo tempo em gastos com pessoal e com a contratação de serviços especializados.

Desde 2018, neste segmento encontra-se incluída a nova unidade de capital de risco, a qual ainda não assume expressão no global na informação financeira do Grupo.

RÉDITO

O rédito é apresentado desagregado por segmento operacional e por área geográfica, com base no país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo.

O reconhecimento de rédito em cada segmento operacional descreve-se como segue:

Pasta e papel

Os contratos comerciais com clientes referem-se essencialmente à venda de produtos como papel, pasta, *tissue* e energia, e numa extensão limitada ao transporte inerente a esses produtos, quando aplicável.

O rédito de papel refere-se às vendas efetuadas através de Lojas de retalho (B2C) ou Distribuidores comerciais (B2B), os quais incluem grandes distribuidores, grossistas ou operadores comerciais. O rédito é reconhecido num momento específico, aquando da transferência de controlo em conformidade com o *incoterm* acordado, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, deduzida de descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, que são determináveis com fiabilidade.

O rédito da pasta resulta das vendas efetuadas a produtores internacionais de papel. O rédito é reconhecido num momento específico, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, correspondendo o preço da transação a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, deduzida de descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, que são determináveis com fiabilidade. Na vertente da exportação, a transferência de controlo dos produtos ocorre na sua generalidade quando existe transferência de controlo para o cliente, conforme os *incoterms* negociados.

O rédito de *tissue* resulta das vendas de papel *tissue* produzido para a marca própria de redes de retalho moderno nacionais e internacionais. O rédito é reconhecido num momento específico, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas. O rédito é reconhecido contra a entrega do produto, data em que se considera existir a transferência do controlo sobre o produto.

O rédito de energia resulta da valorização da energia entregue na rede nacional de energia ou vendida em mercado, conforme contagem em contador, valorizada à tarifa definida no contrato para um período de 25 anos em curso no primeiro caso ou ao preço de mercado no segundo caso.

Cimento

Cimento

Parte significativa do rédito do Grupo Secil refere-se à venda de cimento cinzento, a granel ou ensacado, em palete ou pacotões. A forma de acondicionamento do cimento e ponto de entrega depende da dimensão do cliente.

Os principais clientes do Grupo Secil são empresas industriais na área do betão, pré-fabricados e construção civil, e consórcios associados à construção de obras de elevada complexidade técnica como barragens e pontes. A venda de cimento ensacado para o consumidor final é residual, sendo assegurada através de revendedores locais.

A Secil fornece os seus produtos nas suas fábricas e entrepostos e assegura o transporte até às instalações do cliente, mediante subcontratação do transporte, existindo neste caso duas obrigações de desempenho, às quais a Secil aloca o preço da transação baseado nos preços de venda.

O rédito é reconhecido num momento específico, aquando da transferência de controlo, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação resulta das tabelas de preços em vigor ajustadas por descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, atribuídos aos clientes, consoante se trate de clientes revendedores ou clientes industriais, tal como descrito nas condições gerais de venda. No que se refere aos grandes clientes e projetos específicos, os preços e condições de desconto são fixadas contrato a contrato.

Os descontos atribuídos constituem uma componente variável do preço que é considerada na determinação do rédito registado na data da entrega do produto ao cliente, que corresponde à data da transferência do controlo dos produtos.

No caso da exportação, a transferência de controlo dos produtos ocorre na sua generalidade quando os produtos passam para o controlo do cliente, conforme os *incoterms* negociados.

Materiais

A linha de negócio dos Materiais respeita aos “derivados” do cimento: betão pronto, agregados, argamassas e pré-fabricados de betão.

O rédito dos Materiais é reconhecido num momento específico, na data da entrega do produto ao cliente, mesmo que o contrato implique entregas faseadas, devido às diferentes fases da obra e quantidades a movimentar.

O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, com concessão de descontos de quantidade (*rappel*) determináveis com fiabilidade.

No que se refere às argamassas, o aluguer de equipamentos de obra, para a armazenagem, mistura e aplicação de argamassas, corresponde a uma obrigação de desempenho separada com preço de venda autónomo deduzido de eventuais descontos concedidos.

A área de pré-fabricados de betão refere-se essencialmente à comercialização de materiais pré-fabricados *standard*, não existindo produção de pré-fabricados mediante pedido específico dos clientes. Nesta área de negócio o Grupo reconhece o rédito de todos os produtos com a entrega do produto ao cliente.

O rédito deste segmento está registado na Demonstração dos resultados consolidada, na rubrica Resultado líquido das operações descontinuadas.

Outros Negócios

O rédito registado refere-se à venda de produtos e à prestação de serviços.

As vendas de produtos referem-se maioritariamente a quadros para *e-bikes*, gordura, farinha (para a indústria de rações) e óleos (para o mercado biodiesel) e compra, venda, conceção e fabrico de estruturas metálicas com revestimento metálico e respetivos componentes. O rédito é reconhecido num momento específico, com a entrega dos produtos nas instalações do cliente ou local por este designado, momento em que se considera que ocorre a transferência do controlo para o cliente.

Os serviços prestados são maioritariamente prestados pelo Grupo ETSA e referem-se a:

– recolha e tratamento de matérias de Categoria 1 e 2 de cadáveres de animais de criação e domésticos, conforme contrato com a DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária, bem como de matadouros e de outros centros convencionais de recolha; e
– acondicionamento em equipamentos refrigerados, recolha, transporte, triagem e desembalamento de matérias de Categoria 3 (cárnico e pescado) e de outros géneros alimentícios (frescos ou congelados), a granel ou embalados, junto da rede de lojas do Retalho moderno e Mercados municipais.

O reconhecimento do rédito é efetuado numa base mensal para os serviços prestados de forma regular e uniforme junto da rede de retalho moderno. Para o contrato com a DGAV, o rédito é reconhecido por cada serviço prestado, conforme apuramento efetuado numa base mensal.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

RELATO POR SEGMENTOS

Na agregação dos segmentos operacionais do Grupo, a gestão definiu como segmentos relatáveis aqueles que correspondem a cada uma das áreas de negócio desenvolvidas pelo Grupo: Pasta e Papel, Cimento, Outros Negócios e *Holdings*, consistente com a forma de monitorização e análise de desempenho pela equipa de gestão do Grupo Semapa.

As principais variações do negócio são analisadas, conforme detalhado no Capítulo 3.2 – Desempenho das Unidades de Negócio do Grupo Semapa, do presente Relatório.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTOS OPERACIONAIS EM 2025 E 2024

2025 Valores em Euros	Nota	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Holdings	Eliminações Intragrupo	Total
Rédito		1 969 765 842	—	145 158 190	21 198 881	(21 198 881)	2 114 924 032
Outros rendimentos (a)	2.2	89 868 560	—	6 333 590	274 734	(73 189)	96 403 695
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2.3	(857 760 048)	—	(67 047 052)	—	—	(924 807 100)
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(526 671 319)	—	(33 943 517)	(10 063 955)	17 306 488	(553 372 303)
Outros gastos (b)	2.3	(299 294 036)	—	(38 155 043)	(14 517 442)	—	(351 966 521)
Depreciações e amortizações	3.6	(173 231 766)	—	(22 514 025)	(312 678)	—	(196 058 469)
Perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.6	(2 899 136)	—	—	(49 526 263)	—	(52 425 399)
Provisões líquidas	9.1	3 563 656	—	457 334	—	—	4 020 990
Gastos de juros	5.10	(33 696 445)	—	(1 499 348)	(13 401 140)	251 064	(48 345 869)
Resultados de associadas/EC	10.3	—	—	—	3 821 121	—	3 821 121
Outros ganhos e perdas financeiros	5.10	1 753 375	—	(66 331)	45 424 856	(251 064)	46 860 836
Resultado Antes de Impostos		**171 398 683**	**—**	**(11 276 202)**	**(17 101 886)**	**(3 965 582)**	**139 055 013**
Imposto sobre o rendimento	6.1	(28 312 792)	—	1 545 075	2 494 757	—	(24 272 960)
Resultado Líquido do período de operações continuadas		**143 085 891**	**—**	**(9 731 127)**	**(14 607 129)**	**(3 965 582)**	**114 782 053**
Resultado Líquido do período de operações descontinuadas	3.8	**—**	**84 755 536**	**—**	**—**	**3 965 582**	**88 721 118**
Resultado Líquido do período		**143 085 891**	**84 755 536**	**(9 731 127)**	**(14 607 129)**	**—**	**203 503 171**
Atribuível aos detentores do capital		**100 250 098**	**80 763 031**	**(9 806 560)**	**(14 607 129)**	**—**	**156 599 440**
Interesses que não controlam	5.6	**42 835 793**	**3 992 505**	**75 433**	**—**	**—**	**46 903 731**
OUTRAS INFORMAÇÕES							
Total dos ativos segmentais		3 085 579 414	1 401 561 580	526 506 940	322 031 677	(35 265 370)	5 300 414 241
Goodwill	3.1	166 148 731	—	141 907 336	60 712 656	—	368 768 723
Ativos intangíveis	3.2	259 125 839	—	44 718 391	77 865 334	—	381 709 564
Ativos fixos tangíveis	3.3	1 462 499 503	—	115 287 644	45 167 103	—	1 622 954 250
Ativos biológicos	3.7	120 646 643	—	—	—	—	120 646 643
Ativos por impostos diferidos	6.2	47 635 415	—	8 027 550	22 324 239	(1 676 272)	76 310 932
Investimentos em associadas/EC	10.3	—	—	—	45 185 407	—	45 185 407
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	130 229 469	—	2 480 968	24 714 310		157 424 747
Ativos não correntes detidos para venda	3.8	—	1 401 561 580	—	—	(754 170)	1 400 807 410
Total de passivos segmentais		1 815 538 792	946 107 178	84 576 882	391 674 301	(35 265 370)	3 202 631 783
Financiamentos obtidos	5.7	833 858 339	—	20 256 852	318 402 560	(9 000 000)	1 163 517 751
Passivos de locação	5.8	132 529 668	—	2 883 616	880 465	—	136 293 749
Passivos não correntes detidos para venda	3.8	—	946 107 178	—	—	(16 271 091)	929 836 087
Aquisição de ativos fixos tangíveis (c)	3.3	209 341 940	86 308 881	48 156 947	256 550	—	344 064 318

(a) Inclui "Outros rendimentos e ganhos operacionais" e "Variação de justo valor nos ativos biológicos"

(b) Inclui "Variação da produção", "Gastos com o pessoal" e "Outros gastos e perdas operacionais"

(c) Inclui as aquisições efetuadas através de concentrações de atividades empresariais

NOTA: Os valores apresentados por segmentos operacionais poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização e de justo valor efetuados na consolidação.

2024 Valores em Euros	Nota	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Holdings	Eliminações Intragrupo	Total
Rédito		2 088 276 553	—	60 484 141	18 946 097	(18 936 930)	2 148 769 861
Outros rendimentos (a)	2,2	99 777 225	—	3 296 228	239 032	(1 950)	103 310 535
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2,3	(880 548 487)	—	(20 469 810)	—	—	(901 018 297)
Fornecimentos e serviços externos	2,3	(500 867 221)	—	(18 225 948)	(6 337 036)	14 864 265	(510 565 940)
Outros gastos (b)	2,3	(259 875 632)	—	(20 943 523)	(22 612 149)	—	(303 431 304)
Depreciações e amortizações	3,6	(175 297 702)	—	(15 117 100)	(280 508)	—	(190 695 310)
Perdas por imparidade em ativos não financeiros	3,6	(7 834 311)	—	—	—	—	(7 834 311)
Provisões líquidas	9,1	(32 177)	—	—	—	—	(32 177)
Gastos de juros	5,10	(33 861 155)	—	(721 539)	(17 014 831)	281 679	(51 315 846)
Resultados de associadas/EC	10,3	—	—	—	1 701 221	—	1 701 221
Outros ganhos e perdas financeiros	5,10	8 021 588	—	(84 042)	8 999 572	(281 679)	16 655 439
Resultado Antes de Impostos		**337 758 681**	**—**	**(11 781 593)**	**(16 358 602)**	**(4 074 615)**	**305 543 871**
Imposto sobre o rendimento	6,1	(61 846 340)	—	6 133 710	10 905 766	—	(44 806 864)
Resultado Líquido do período de operações continuadas		**275 912 341**	**—**	**(5 647 883)**	**(5 452 836)**	**(4 074 615)**	**260 737 007**
Resultado Líquido do período de operações descontinuadas	**3.8**	**—**	**49 583 157**	**—**	**—**	**—**	**49 583 157**
Resultado Líquido do exercício		**275 912 341**	**49 583 157**	**(5 647 883)**	**(5 452 836)**	**(4 074 615)**	**310 320 164**
Atribuível aos detentores do capital		193 117 953	54 754 175	(5 608 727)	(5 452 836)	(4 074 615)	232 735 949
Interesses que não controlam	5,6	82 794 388	(5 171 018)	(39 156)	—	—	77 584 215
OUTRAS INFORMAÇÕES							
Total dos ativos segmentais		3 254 843 317	1 462 212 775	370 092 393	339 207 684	(96 489 342)	5 329 866 827
Goodwill	3,1	168 195 399	171 503 235	186 981 326	—	—	526 679 960
Ativos intangíveis	3,2	271 088 687	285 930 525	42 949 771	—	—	599 968 983
Ativos fixos tangíveis	3,3	1 420 549 276	522 011 537	84 218 694	422 983	—	2 027 202 490
Ativos biológicos	3,7	115 250 198	—	—	—	—	115 250 198
Ativos por impostos diferidos	6,2	59 110 851	42 751 817	6 849 646	33 595 508	(895 826)	141 411 996
Investimentos em associadas/JV	10,3	—	3 104 569	—	41 650 971	—	44 755 540
Caixa e equivalentes de caixa	5,9	286 628 866	139 873 264	4 013 264	70 855 241	—	501 370 635
Total de passivos segmentais		2 040 019 229	1 035 112 151	83 696 363	289 392 518	(96 489 342)	3 351 730 919
Financiamentos obtidos	5,7	903 977 752	445 550 720	23 323 240	230 233 475	(10 000 000)	1 593 085 187
Passivos de locação	5,8	111 736 900	38 162 533	1 061 141	516 614	—	151 477 188
Aquisição de ativos fixos tangíveis (c)	3,3	265 971 273	68 819 041	18 251 811	123 331	—	353 165 456

(a) Inclui "Outros rendimentos e ganhos operacionais" e "Variação de justo valor nos ativos biológicos"

(b) Inclui "Variação da produção", "Gastos com o pessoal" e "Outros gastos e perdas operacionais"

(c) Inclui as aquisições efetuadas através de concentrações de atividades empresariais

NOTA: Os valores apresentados por segmentos operacionais poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização e de justo valor efetuados na consolidação.

No segmento Cimento, as rubricas da demonstração dos resultados do exercício de 2024 foram reapresentadas, em conformidade com o IFRS 5, na sequência da classificação da Secil como uma operação descontinuada (Nota 1.2), tendo a informação comparativa sido ajustada de forma consistente.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Valores em Euros	31/12/2025		31/12/2024	
Portugal	1 405 117 001	86,58%	1 595 363 758	78,70%
Resto da Europa	217 423 351	13,40%	170 862 794	8,43%
América	—	0,00%	163 505 385	8,07%
África	35 155	0,00%	62 130 926	3,06%
Ásia	378 743	0,02%	35 339 627	1,74%
	1 622 954 250	**100,00%**	**2 027 202 490**	**100,00%**

RÉDITO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO, POR ÁREAS GEOGRÁFICAS E POR PADRÃO DE RECONHECIMENTO

2025 Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Holdings	Total Valor	Total %
Portugal	259 547 618	—	29 350 679	—	288 898 297	13,66%
Resto da Europa	1 166 077 126	—	112 734 464	—	1 278 811 590	60,47%
América	199 883 163	—	1 634 127	—	201 517 290	9,53%
África	197 581 222	—	11 169	—	197 592 391	9,34%
Ásia	146 300 661	—	1 427 752	—	147 728 413	6,99%
Oceânia	376 052	—	—	—	376 052	0,02%
	1 969 765 842	**—**	**145 158 191**	**—**	**2 114 924 033**	**100,00%**
Padrão de reconhecimento						
Em determinado momento do tempo	1 969 765 842	—	145 158 191	—	2 114 924 033	100,00%

2024 Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Holdings	Total Valor	Total %
Portugal	292 016 709	388 177 148	24 519 650	9 167	704 722 674	24,73%
Resto da Europa	1 235 541 729	64 344 151	34 645 524	—	1 334 531 404	46,84%
América	183 619 926	119 055 608	—	—	302 675 534	10,62%
África	225 802 278	83 279 882	—	—	309 082 160	10,85%
Ásia	151 042 991	45 782 586	1 318 967	—	198 144 544	6,95%
Oceânia	252 920	—	—	—	252 920	0,01%
	2 088 276 553	**700 639 375**	**60 484 141**	**9 167**	**2 849 409 236**	**100,00%**
Padrão de reconhecimento						
Em determinado momento do tempo	2 088 276 553	700 639 375	60 484 141	9 167	2 849 409 236	100,00%

Os réditos apresentados nos diversos segmentos de negócio, em 2025 e 2024, correspondem a réditos gerados com clientes externos com base na região de destino dos produtos e serviços comercializados pelo Grupo, não representando nenhum deles, individualmente, 10% ou mais dos réditos totais do Grupo.

2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO E SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ATIVOS BIOLÓGICOS

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com ativos biológicos (Nota 3.7) valorizados pelo seu justo valor, conforme a IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os termos e condições de atribuição do subsídio estão satisfeitos.

No exercício de 2025 e 2024, a rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Subsídios - Licenças de emissão CO2		29 276 918	35 508 908
Subsídios à exploração		25 695 807	14 560 197
Reversão de imparidades em dívidas a receber		492 685	4 105 821
Reversão de imparidades em inventários		—	5 068 999
Ganhos na alienação de ativos não correntes		303 480	272 317
Indemnizações recebidas		1 054 988	647 388
Trabalhos para a própria empresa		4 032 278	7 533 597
Rendimentos suplementares		1 951 443	3 692 401
Ganhos em inventários		704 527	755 198
Recuperação/regularização de incobráveis		6 071 609	3 004 267
Vendas de desperdícios		12 197 622	15 208 232
Outros rendimentos operacionais		7 029 336	13 999 732
		88 810 693	**104 357 057**

O montante relevado na rubrica Subsídios – Licenças de emissão de CO_2 corresponde ao reconhecimento da atribuição gratuita de licenças de emissão, as quais são maioritariamente compensadas com o gasto reconhecido pela emissão/consumo das licenças atribuídas gratuitamente, pelo que a redução não impacta de forma significativa o resultado líquido do período do Grupo. A variação verificada no montante face ao período homólogo resulta essencialmente da diminuição verificada na atribuição e na cotação de mercado a que estas licenças são valorizadas, correspondente à cotação da data em que as mesmas são anualmente atribuídas (Nota 3.2).

Os subsídios à exploração incluem Euros 20 607 606 (2024: Euros 9 736 412) relativos à estimativa da medida de auxílio a custos indiretos a favor das instalações abrangidas pelo regime de Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), nos termos do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril, bem como os subsídios no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no montante de Euros 4 194 152 (2024: Euros 3 017 300). Esta rubrica inclui, ainda, subsídios atribuídos no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento realizados pelo instituto RAIZ.

2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

No exercício de 2025 e 2024, a rubrica Gastos e perdas operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4.1.3	**924 807 100**	**901 018 297**
Variação da produção	4.1.4	**31 671 580**	**4 314 311**
Fornecimentos e serviços externos			
Energia e fluídos		155 222 016	142 806 962
Transporte de mercadorias		162 418 034	153 712 131
Trabalhos especializados		98 979 953	95 066 921
Conservação e reparação		51 628 728	42 461 960
Rendas e alugueres		449 246	—
Honorários		7 886 213	6 890 929
Seguros		13 578 286	14 062 598
Subcontratos		6 851 542	3 800 874
Outros		56 358 285	51 763 565
		553 372 303	**510 565 940**
Gastos com o pessoal	7.1	**264 544 338**	**233 008 502**
Outros gastos e perdas operacionais			
Quotizações		1 076 715	1 003 349
Donativos		232 988	10 309 486
Gastos com emissões de CO2		35 258 749	33 434 013
Imparidades em dívidas a receber		726 834	600 533
Imparidades em inventários	4.1.5	—	5 105 957
Outras perdas em inventários		4 122 504	4 637 108
Impostos indiretos e taxas		8 263 355	7 066 374
Perdas na alienação de ativos não correntes		37 608	242
Outros gastos operacionais		6 031 849	3 951 429
		55 750 602	**66 108 491**
Provisões líquidas	9.1	**(4 020 990)**	**32 177**
Total dos gastos e perdas operacionais		**1 826 124 933**	**1 715 047 718**

O incremento dos custos com Energia e fluídos deve-se essencialmente a variações significativas nos preços de energia elétrica e gás natural, nomeadamente no gás natural com os preços a oscilarem entre os 48€/MWh no primeiro trimestre e os 32€/MWh no quarto trimestre do ano. Face a 2024 o TTF, índice que serve de referência ao mercado europeu de gás natural, registou um aumento de cerca de 12% e o preço *spot* de energia elétrica para o mercado ibérico (OMIE) registou um aumento de aproximadamente 5%. Durante o ano foram ainda observados picos de 143 €/MWh para energia elétrica e 58 €/MWh para gás natural.

Por outro lado, o aumento verificado na rubrica de Transporte de mercadorias deve-se essencialmente à integração em 2025 de 12 meses de atividade do Grupo Navigator Tissue UK, enquanto em 2024 foram apenas integrados 8 meses de atividade (a compra deste Grupo ocorreu em maio de 2024). Adicionalmente, verificou-se um incremento de Euros 1 766 411, cerca de 22% face a 2024, no custo de transporte de carga florestal.

Ainda no segmento de Pasta e Papel, o aumento da rubrica de gastos com emissões de CO_2 deve-se essencialmente ao aumento do valor de mercado das emissões face ao ano anterior. No que diz respeito às emissões atribuídas a título gratuito, o impacto na demonstração de resultados é neutro, uma vez que os gastos são compensados com outros rendimentos operacionais que resultam do reconhecimento do subsídio.

No exercício de 2025, a entrada do Grupo Barna e da Imedexa no perímetro de consolidação do Grupo Semapa originou um acréscimo na rubrica de Fornecimento e serviços externos no montante de Euros 14 milhões e na rubrica de Gastos com pessoal de Euros 13 milhões.

HONORÁRIOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA

	2025		2024 (reapresentado)	
Valores em Euros	Gastos do exercício	Honorários faturados	Gastos do exercício	Honorários faturados
KPMG (SROC) e outras entidades pertencentes à mesma rede				
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	755 642	1 208 022	771 056	942 354
Serviços de assessoria fiscal permitidos	60 904	—	—	—
Outros serviços de garantia de fiabilidade	75 355	279 405	224 980	219 725
Outros serviços	278 933	310 450	331 916	336 309
	1 170 834	1 797 877	1 327 952	1 498 388

Na sequência do acordo vinculativo celebrado para a alienação da Secil (Nota 1.2), os gastos incorridos com revisão de contas e auditoria, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram imputados ao Resultado líquido das operações descontinuadas, pelo que se encontram expurgados do quadro acima.

Os serviços indicados como “Outros serviços de garantia de fiabilidade” dizem essencialmente respeito a emissão de relatórios sobre informação financeira, certificação de despesas de I&D para efeitos de subsídios, serviços de verificação da informação de sustentabilidade e revisões limitadas relativas a informação financeira. No que diz respeito aos “Outros serviços”, referem-se essencialmente a pareceres efetuados no âmbito de operações de fusão entre sociedades do Grupo e a serviços de procedimentos acordados sobre informação financeira.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através dos processos de análise do Conselho Fiscal relativamente aos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

3 Investimentos

3.1 GOODWILL

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O *goodwill* representa a diferença entre o justo valor do custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias incluídas na consolidação na data de aquisição do controlo e é alocado a cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) ou grupo de UGC mais baixas a que pertence.

Amortização e imparidade	O *goodwill* não é amortizado. O Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados como o maior entre o valor de uso e o justo valor menos custo de venda. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não podem ser revertidas.
Alienações e perdas de controlo	Ganhos ou perdas decorrentes da venda ou perda de controlo sobre uma entidade ou negócio ao qual o *goodwill* está alocado incluem o valor do *goodwill* correspondente.
Aquisições em moeda diferente da moeda de apresentação	O *goodwill* originado na aquisição de uma entidade estrangeira encontra-se registado na moeda funcional dessa mesma entidade, sendo convertido para a moeda de relato do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial (Nota 5.5) como outro rendimento integral.
Dedutibilidade fiscal	À luz da legislação fiscal atualmente vigente em Portugal, não se espera que o *goodwill* reconhecido ou a reconhecer venha a ser dedutível em termos fiscais. Noutras geografias onde o Grupo opera, o tratamento fiscal é diferenciado.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

TESTES DE IMPARIDADE

Para efeitos de testes de imparidade às UGC, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. O valor recuperável das UGC deriva de pressupostos relativos à atividade, designadamente, volumes de vendas, preços médios de venda e custos variáveis que nos períodos de projeção resultam de uma combinação de previsões económicas para as regiões e mercados onde o Grupo opera, previsões da indústria, incluindo alterações nos mercados derivadas de alteração de capacidades instaladas para cada atividade operacional, projeções internas da Gestão e *performance* histórica.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos Planos de Médio Longo Prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

O Grupo na sua análise identifica primordialmente as unidades geradoras de caixa, que se consubstancia nos segmentos de negócio definidos. A análise do *goodwill* inclui já os resultados das análises de imparidade de ativos individuais que sejam por sua vez realizadas ao nível de cada um dos segmentos de atividade do Grupo.

Em 19 de dezembro de 2025, a Semapa assinou um acordo vinculativo para a alienação da totalidade do capital social detido na Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. à Cementos Molins, S.A.. Àquela data, encontravam-se cumpridos os critérios previstos na IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, designadamente a existência de um plano firme de alienação, a elevada probabilidade de conclusão da transação e a expectativa de realização da venda no curto prazo, pelo que o subgrupo Secil foi classificado como detido para venda.

Nos termos da IFRS 5, um ativo não corrente (ou grupo para alienação) classificado como detido para venda é mensurado pelo menor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender. Por sua vez, a IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor define o justo valor como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado à data da mensuração.

Neste contexto, e considerando que o valor da transação acordado no âmbito do acordo vinculativo representa um Enterprise Value de cerca de Euros 1 400 milhões, o Grupo procedeu à avaliação de eventuais imparidades, tendo por referência o valor da transação.

Para este efeito, foi efetuada uma repartição do Enterprise Value pelas diferentes Unidades Geradoras de Caixa (CGU) da Secil, correspondentes às geografias de Portugal, Brasil, Líbano e Angola. Nos termos do acordo estabelecido, encontram-se previstos ajustamentos ao preço acordado, os quais foram considerados para efeitos da avaliação de eventuais imparidades. Em conformidade, o goodwill do segmento dos Cimentos foi alocado às respetivas CGU.

No âmbito da mensuração nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Semapa, o Enterprise Value assim apurado foi confrontado com a quantia escriturada de cada uma das CGU, para efeitos de avaliação da necessidade de reconhecimento de imparidades.

PRESSUPOSTOS NA BASE DOS PLANOS DE NEGÓCIOS

			Outros negócios	
Pressupostos (CAGR 2026-2030)	**Pasta e Papel**	**Cimento ***	**Ambiente**	**Mobilidade**
Vendas em quantidade (kt)				
Referência	Papel UWF	Cimento e Clínquer	Gordura [3,5]	0,0
CAGR Vendas em quantidade (kt)	(0,3%)		0,4%	
Vendas em quantidade (unidades)				
Referência	—	—	—	Quadros para e-bikes
CAGR Vendas em quantidade (unidades)				32,1%
Preço Médio de Venda ML/t				
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]	—
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	(0,1%)		0,9%	
Preço Médio de Venda ML/unidades				
Referência	—	—	—	Quadros para e-bikes
CAGR Preço Médio de Venda ML/unidades				(1,5%)
Total Cash Costs ML				
CAGR Total Cash Costs ML	0,69%		1,96%	24,45%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

Pressupostos (CAGR 2025-2029)	Pasta e Papel	Cimento *	Outros negócios	
			Ambiente	Mobilidade
Vendas em quantidade (kt)				
Referência	Papel UWF	Cimento e Clínquer	Gordura [3,5]	0
CAGR Vendas em quantidade (kt)	0,1%	-1,50% a 6,37%	(3,7%)	
Vendas em quantidade (unidades)				
Referência	0	0	0	Quadros para e-bikes
CAGR Vendas em quantidade (unidades)				37,9%
Preço Médio de Venda ML/t				
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]	0
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	0,1%	0,42% a 9,93%	1,9%	
Preço Médio de Venda ML/unidades				
Referência	0	0	0	Quadros para e-bikes
CAGR Preço Médio de Venda ML/unidades				1,6%
Total Cash Costs ML				
CAGR Total Cash Costs ML	0,31%	4,0% a 9,5%	2,54%	35,95%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS

Os principais pressupostos considerados a nível macroeconómico são as projeções de taxa de crescimento do PIB e de inflação nos mercados onde o Grupo atua. As fontes das projeções são o FMI e o Banco de Portugal.

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio longo prazo para as diferentes UGC, tendo presente os pressupostos macroeconómicos.

Em conformidade com a IFRS 5, os ativos do subgrupo Secil classificados como detidos para venda foram mensurados pelo menor entre a respetiva quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender. Para este efeito, o justo valor foi determinado tendo por base o Enterprise Value acordado no contrato vinculativo de venda assinado em 19 de dezembro de 2025, o qual foi repartido pelas diferentes CGU's da Secil e confrontado com as respetivas quantias escrituradas, considerando os ajustamentos ao preço previstos no acordo.

Pressupostos financeiros	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci/º na perp. EUR	Taxa de Imposto	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci/º na perp. EUR	Taxa de Imposto
Pasta e Papel								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,70%	6,77%	0,00%	25,50%	2,73%	6,00%	0,00%	26,50%
Perpetuidade	2,70%	6,77%	0,00%	25,50%	2,73%	6,00%	0,00%	26,50%
Cimento								
Portugal								
Período de Planeamento explícito					2,73%	6,07%	0,00%	26,50%
Perpetuidade					2,73%	6,07%	1,93%	26,50%
Ambiente								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,70%	7,06%	0,00%	23,50%	2,73%	6,81%	0,00%	24,50%
Perpetuidade	2,70%	7,06%	2,00%	23,50%	2,73%	6,81%	2,00%	24,50%
Mobilidade								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,70%	5,35%	0,00%	23,50%	2,73%	6,32%	0,00%	24,50%
Perpetuidade	2,70%	5,35%	0,00%	23,50%	2,73%	6,32%	2,00%	24,50%

Nota: Nos Cimentos foram ainda consideradas taxas WACC em euros situadas entre os 6,48% e os 20,50% para o Brasil, Tunísia, Angola e Líbano

* Inclui o Country Risk Premium

TESTE DE IMPARIDADE

Em resultado dos testes de imparidade efetuados no exercício de 2025, foi identificada uma perda por imparidade no goodwill afeto ao segmento da mobilidade, nomeadamente à Triangle's, no montante de Euros 49.526.263. Nos termos da IAS 36 – Imparidade de Ativos, esta perda por imparidade não é reversível.

No exercício de 2024, os testes de imparidade realizados não identificaram qualquer perda por imparidade no goodwill..

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foi realizada uma análise de sensibilidade, aos pressupostos considerados chave (de forma independente para cada pressuposto), taxa WACC e *cash flow* livre, a qual não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada UGC.

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DA TAXA WACC:

	31/12/2025				31/12/2024			
Análise de sensibilidade à Taxa WACC	**-50bps**	**+50bps**	**(1%)**	**+1%**	**-50bps**	**+50bps**	**(1,0%)**	**+1%**
Pasta e Papel								
Período de Planeamento explícito	3%	-3%	5%	-5%	2%	-2%	5%	-5%
Perpetuidade	7%	-6%	15%	-11%	8%	-6%	17%	-12%
Planeamento explícito e Perpetuidade	10%	-8%	21%	-16%	10%	-9%	23%	-16%
Cimento								
Período de Planeamento explícito					3%	-3%	6%	-5%
Perpetuidade					12%	-10%	28%	-18%
Planeamento explícito e Perpetuidade					15%	-12%	35%	-22%
Ambiente								
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%	3%	-3%	5%	-5%
Perpetuidade	10%	-8%	22%	-15%	11%	-9%	26%	-17%
Planeamento explícito e Perpetuidade	13%	-10%	28%	-19%	14%	-11%	32%	-21%
Mobilidade								
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%	2%	-2%	5%	-5%
Perpetuidade	9%	-7%	20%	-14%	13%	-10%	30%	-19%
Planeamento explícito e Perpetuidade	12%	-10%	26%	-18%	16%	-12%	36%	-23%

VARIAÇÃO DO *EQUITY* SEMAPA POR VARIAÇÃO DO *CASH FLOW* LIVRE:

	31/12/2025				31/12/2024			
Análise de sensibilidade ao Cash Flow Livre	**-5%**	**+5%**	**-10%**	**+10%**	**-5%**	**+5%**	**-10%**	**+10%**
Pasta e Papel	-2%	11%	-8%	17%	-6%	6%	-11%	11%
Cimento					-5%	5%	-10%	10%
Ambiente	-5%	5%	-11%	11%	-6%	6%	-12%	12%
Mobilidade	-5%	5%	-10%	10%	-5%	5%	-10%	10%

GOODWILL – VALOR LÍQUIDO

O goodwill é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC) do Grupo, as quais correspondem aos segmentos operacionais identificados na Nota 2.1, conforme segue:

Valores em Euros	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Pasta e Papel	166 148 731	168 195 399
Cimento	—	171 503 235
Outros Negócios		
Ambiente	43 389 223	38 936 950
Mobilidade	98 518 113	148 044 376
Transição energética	60 712 656	—
	368 768 723	**526 679 960**

MOVIMENTOS DO PERÍODO

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Valor líquido no início do período	**526 679 960**	**492 387 904**
Aquisições	65 164 928	40 227 124
Imparidade	(49 526 263)	—
Ajustamento Cambial	(2 046 667)	(5 935 068)
Transferência para ativo não corrente detido para venda	(171 503 235)	—
Valor líquido no final do período	**368 768 723**	**526 679 960**

Em janeiro de 2025, o Grupo adquiriu a totalidade do capital social do Grupo Barna (Nota 1.2), que conta atualmente com mais de 120 trabalhadores e dispõe de duas fábricas, uma em Mundaka, no País Basco, e outra perto de Tarifa, na Andaluzia, a partir das quais são processadas mais de 50 000 toneladas de subprodutos de peixe por ano.

No âmbito desta aquisição, a retribuição transferida ascendeu a Euros 33 500 000, acrescida de um pagamento diferido no montante atual de Euros 1 387 982, tendo sido apurado um *goodwill* inicial no montante de Euros 15 176 097, ao qual foi deduzido o justo valor atribuído aos ativos fixos tangíveis e intangíveis, assim como dos passivos por impostos diferidos associados (Nota 1.2), sendo que o *goodwill* final ascendeu a Euros 4 452 272.

Em junho de 2025, o Grupo adquiriu a totalidade do capital social da Industrias Mecánicas de Extremadura, S.A. (Imedexa) (Nota 1.2), que conta atualmente com três unidades operacionais em Cáceres e Valladolid, tendo servido mais de 250 clientes em mais de 50 países.

A retribuição transferida ascendeu a Euros 147 781 229, acrescida de pagamentos diferidos no montante atual de Euros 8 313 262. O *goodwill* inicial apurado foi de Euros 137 571 421, ao qual foi deduzido o justo valor atribuído aos ativos fixos tangíveis e intangíveis, assim como dos passivos por impostos diferidos associados (Nota 1.2), tendo-se apurado um *goodwill* final no montante de Euros 60 712 656.

Adicionalmente, durante o exercício de 2025, o segmento da Mobilidade, incluído em Outros Negócios, registou uma imparidade de goodwill da Triangle's no montante de 49 526 263 euros. Relativamente a esta subsidiária, subsistia um earn-out cujo montante a pagar, em 31 de dezembro de 2025, ascendia a 45 713 831 euros, o qual, em virtude da impossibilidade de cumprimento das condições inerentes, foi desreconhecido na rubrica Outros rendimentos e ganhos financeiros (Nota 5.11). O impacto líquido negativo destas operações no resultado líquido do exercício ascendeu a 3 812 432 euros.

3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

LICENÇAS CO_2

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 8 anos, e anualmente para os direitos de emissão de CO_2.

Dada a ausência de normativo contabilístico para o reconhecimento e mensuração das licenças de CO_2, a política definida pela gestão é como segue:

Direitos de emissão de CO_2	
Reconhecimento de licenças atribuídas a título gratuito e Mensuração subsequente	As Licenças de emissão de CO_2 atribuídas ao Grupo, no âmbito do regime CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão de gases com efeito de estufa, a título gratuito dão origem a um ativo intangível correspondente às licenças atribuídas, um subsídio de igual montante e um passivo pela obrigação de entregar as licenças equivalentes aos consumos durante o período. As licenças de emissão só são registadas enquanto ativos intangíveis quando o Grupo é capaz de exercer controlo, e são mensurados pelo seu justo valor (nível 1) na data do reconhecimento inicial. Se o valor de mercado das licenças cai significativamente abaixo do valor contabilístico e a diminuição é considerada permanente, é registada uma perda por imparidade sobre as licenças que o Grupo não vai utilizar nas suas operações. O passivo associado à obrigação de devolver as licenças é reconhecido com base nas emissões efetivas reais (Nota 4.3 Valores a pagar), será liquidado com a entrega das licenças e é mensurado pelo valor contabilístico das licenças detidas, sendo eventuais emissões adicionais mensuradas pelo valor de mercado das licenças à data de relato.
Reconhecimento em resultados	Na Demonstração dos Resultados Consolidada, o Grupo reconhece como gasto (rubrica de Outros gastos e perdas) as emissões efetuadas ao justo valor à data de atribuição, exceto no que respeita a licenças adquiridas, onde o gasto é mensurado pelo custo de aquisição das licenças. Os referidos gastos irão compensar os outros rendimentos operacionais que resultam do reconhecimento do subsídio original (também ele reconhecido em resultados pelo justo valor à data de atribuição) e das libertações ou vendas de eventuais licenças em excesso. O efeito na Demonstração dos resultados consolidados será assim neutro, no que respeita aos consumos de licenças atribuídas. Qualquer efeito nos resultados resultará da compra de licenças adicionais para cobrir o excesso de emissões, a venda de eventuais licenças excessivas face aos consumos efetivos ou ainda de perdas por imparidade de licenças que não são utilizadas operacionalmente.

MARCAS

Marcas	
Reconhecimento e mensuração inicial	Sempre que numa concentração de atividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado sendo mensuradas ao justo valor na data da aquisição.
Mensuração subsequente e imparidade	Ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. As marcas não se encontram sujeitas a amortização por se considerar não terem vida útil definida. O Grupo realiza testes de imparidade às marcas anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade.

INTANGÍVEIS DESENVOLVIDOS INTERNAMENTE

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o desenvolvimento do ativo e que este está disponível para uso próprio ou comercialização. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, nomeadamente as despesas com investigação, são registados como custo quando incorrida.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

MARCAS – TESTES DE IMPARIDADE

As avaliações anuais são preparadas por entidade independente com base no *income-split method*, um modelo de fluxos de caixa pós-imposto associados à influência da marca (diferença entre a margem líquida da marca deduzida de investimentos em *marketing* e a margem líquida da marca branca associada), descontados para o momento da avaliação com base numa taxa de desconto específica, tendo em consideração as diferentes dinâmicas expectadas de mercado.

PASTA E PAPEL – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES DAS MARCAS

31/12/2025 Marca	Mercados	Taxa de Desconto	Taxa de Imposto
Navigator e Soporset	Europa	4,76%	25,50%
	EUA	6,95%	25,50%
	Resto do Mundo	6,71%	25,50%

As taxas de Desconto indicadas referem-se ao período explícito.

31/12/2024 Marca	Mercados	Taxa de Desconto	Taxa de Imposto
Navigator e Soporset	Europa	6,00%	26,50%
	EUA	6,00%	26,50%
	Resto do Mundo	6,00%	26,50%

As taxas de Desconto indicadas referem-se ao período explícito.

OUTROS NEGÓCIOS – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES DAS MARCAS

31/12/2025 Marca	Mercados	Taxa de Desconto	Taxa de Imposto
Triangle's	Europa	7,14%	23,5%

As taxas de Desconto indicadas referem-se ao período explícito.

31/12/2024 Marca	Mercados	Taxa de Desconto	Taxa de Imposto
Triangle's	Europa	6,32%	24,5%

As taxas de Desconto indicadas referem-se ao período explícito.

MARCAS – TESTE DE IMPARIDADE E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram efetuadas análises de sensibilidade aos pressupostos fundamentais considerados nas avaliações realizadas, nomeadamente: (i) uma redução do indicador EVA em 5% face ao utilizado no cenário base e (ii) um aumento de 50 pontos base na taxa WACC em euros utilizada no cenário base. Estas análises de sensibilidade foram realizadas de forma independente para cada pressuposto. Caso tivessem sido adotados estes pressupostos, a referida análise de sensibilidade não determinaria qualquer perda por imparidade adicional nas marcas avaliadas.

No final do exercício de 2025, na sequência da assinatura do acordo vinculativo para a alienação da totalidade do capital social da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (Nota 1.2), esta passou a ser classificada como ativo detido para venda e unidade operacional descontinuada, nos termos da IFRS 5.

MARCAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor líquido das marcas detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Pasta e Papel		
Navigator	107 568 000	107 568 000
Soporset	43 919 000	43 919 000
My Tissue / My Tissue Ecological +	2 400 000	2 400 000
Elegance	6 417 603	6 753 660
Magnum	8 136 603	8 562 676
Softy	4 469 402	4 703 442
Little Heroes	916 800	964 809
Cimento		
Secil Portugal	—	71 700 000
Supremo (Brasil)*	—	14 315 421
Outros negócios		
Triangle's	6 748 000	6 748 000
Outras	300	300
	180 575 708	**267 635 308**

* O valor destas marcas está sujeito a atualização cambial.

LICENÇAS DE CO_2

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas licenças de CO_2 foi como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
Valores em Euros	Toneladas	Valor	Toneladas	Valor
Saldo inicial	**2 717 130**	**202 306 538**	**2 865 192**	**228 970 689**
Licenças atribuídas gratuitamente	397 029	29 276 912	1 652 464	122 001 417
Licenças devolvidas à Entidade Coordenadora de Licenciamento	(454 624)	(33 920 144)	(1 800 526)	(148 424 705)
Regularizações	—	—	—	(95 190)
Perdas por imparidade	—	145 674	—	(145 673)
Transferência para Ativos Não Correntes Detidos para Venda	(2 200 756)	(163 973 623)	—	—
Saldo final	**458 779**	**33 835 357**	**2 717 130**	**202 306 538**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo detinha licenças de CO_2 registadas em conformidade com a política acima descrita, com o seguinte detalhe:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Licenças CO2 (ton)	458 779	2 717 130
Valor unitário médio	73,75	74,46
	33 835 357	**202 306 535**
Cotação de mercado	**85,73**	**71,57**

MOVIMENTOS EM ATIVOS INTANGÍVEIS

Valores em Euros	Marcas	Propriedade industrial e outros direitos	Licenças de Emissão de CO2	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto						
Saldo a 1 de janeiro de 2024	**277 603 385**	**246 531**	**228 970 689**	**61 925 929**	**1 696 529**	**570 443 063**
Variação de perímetro	—	8 020 452	—	2 446	509 174	8 532 072
Aquisições/Atribuições	—	34 919	122 001 417	213 459	5 202 447	127 452 242
Aquisições através de concentrações de atividades empresariais	20 451 340	—	—	53 594 169	—	74 045 509
Regularizações, transferências e abates	—	41 371	(148 519 896)	6 220 399	(6 183 739)	(148 441 865)
Ajustamento cambial	(2 178 316)	258 100	—	1 389 490	18 234	(512 492)
Saldo a 31 de dezembro de 2024	**295 876 409**	**8 601 373**	**202 452 210**	**123 345 892**	**1 242 645**	**631 518 529**
Variação de perímetro	—	—	—	2 148 728	—	2 148 728
Aquisições/Atribuições	—	—	139 647 424	356 389	658 866	140 662 679
Aquisições através de concentrações de atividades empresariais	—	—	—	87 400 000	—	87 400 000
Alienações	—	—	(12 349 323)	—	—	(12 349 323)
Regularizações, transferências e abates	—	1 599 721	(139 126 404)	(1 060 387)	(1 286 405)	(139 873 475)
Ajustamento cambial	1 028 421	(2 882 915)	—	(2 773 920)	(27 611)	(4 656 025)
Transferência para ativo não corrente detido para venda	(92 357 926)	(1 905 672)	(156 788 550)	(38 972 278)	—	(290 024 426)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**204 546 904**	**5 412 507**	**33 835 357**	**170 444 424**	**587 495**	**414 826 687**
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo a 1 de janeiro de 2024	**(28 049 339)**	**517 066**	**—**	**13 590 844**	**—**	**(13 941 429)**
Variação do perímetro	—	(4 315 193)	—	—	—	(4 315 193)
Amortizações do exercício	—	(1 543 687)	—	(8 699 264)	—	(10 242 951)
Amortizações do período das operações descontinuadas	—	(129 962)	—	(2 408 456)	—	(2 538 418)
Perdas por imparidade do exercício	—	—	(145 675)	—	—	(145 675)
Regularizações, transferências e abates	—	13 089	—	939	—	14 028
Ajustamento cambial	(191 762)	(164 935)	—	(23 211)	—	(379 908)
Saldo a 31 de dezembro de 2024	**(28 241 101)**	**(5 623 622)**	**(145 675)**	**2 460 852**	**—**	**(31 549 546)**
Variação de perímetro	—	—	—	(2 015 777)	—	(2 015 777)
Amortizações do período	—	(1 548 211)	—	(11 533 184)	—	(13 081 395)
Amortizações do período das operações descontinuadas	—	(172 298)	—	(2 721 203)	—	(2 893 501)
Perdas por imparidade do período	—	—	145 675	—	—	145 675
Regularizações, transferências e abates	—	337	—	285 283	(36 499)	249 121
Ajustamento cambial	234 878	359 197	—	(55 999)	—	538 076
Transferência para ativo não corrente detido para venda	6 415 979	1 339 484	—	7 734 762	—	15 490 224
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(21 590 244)**	**(5 645 113)**	**—**	**(5 845 266)**	**(36 499)**	**(33 117 123)**
Valor líquido a 1 de janeiro de 2024	**249 554 046**	**763 597**	**228 970 689**	**75 516 773**	**1 696 529**	**556 501 634**
Valor líquido a 31 de dezembro de 2024	**267 635 308**	**2 977 751**	**202 306 535**	**125 806 744**	**1 242 645**	**599 968 983**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2025	**182 956 660**	**(232 607)**	**33 835 357**	**164 599 157**	**550 996**	**381 709 564**

O aumento verificado, em 31 de dezembro de 2025, na rubrica de Outros ativos intangíveis corresponde ao justo valor atribuído às marcas e carteira de clientes no âmbito dos processos de compra do Grupo Barna e da Imedexa (Nota 1.2).

3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento e mensuração inicial	Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade.
Custos subsequentes	Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente até à data prevista da próxima manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.
Peças de reserva e de manutenção	As peças de reserva são consideradas estratégicas dado que estão diretamente relacionadas com os equipamentos da produção, sendo expectável que a sua utilização se venha a prolongar por mais que dois exercícios económicos. As peças de manutenção consideradas como “peças de substituição críticas” são reconhecidas no ativo não corrente, como Ativos fixos tangíveis. Respeitando esta classificação, as peças de reserva são depreciadas desde o momento em que se tornam disponíveis para uso e é-lhes atribuída uma vida útil que segue a natureza dos equipamentos onde se prevê que venham a ser integradas, não ultrapassando a vida útil remanescente destes.
Encargos financeiros com empréstimos	Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. No decurso dos exercícios apresentados, não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos fixos tangíveis.
Abates e alienações	Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações quando aplicável deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Gastos e perdas operacionais (Nota 2.3).
Depreciações e imparidade	É utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. A depreciação dos terrenos de exploração resulta da estimativa de vida útil média dos terrenos, tendo em consideração o período de extração de matéria-prima.

Vida útil estimada (em anos)	
Terrenos de exploração	14
Edifícios e outras construções	12 – 30
Equipamento básico	6 – 25
Equipamento de transporte	4 – 9
Ferramentas e utensílios	2 – 8
Equipamento administrativo	4 – 8
Taras e vasilhames	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 10

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data da Posição financeira consolidada. Se a quantia escriturada for superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.6).

RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis requer a definição de estimativas e pressupostos por parte da Gestão, nomeadamente, quando aplicável, no que diz respeito ao apuramento do valor de uso no âmbito dos testes de imparidade às unidades geradoras de caixa do Grupo.

VIDA ÚTIL E DEPRECIAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis representam a componente mais significativa do Ativo total do Grupo. Estes ativos são sujeitos a uma depreciação sistemática pelo período que se determina ser a sua vida útil económica. A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados consolidados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e a evolução das condições económicas em que o Grupo atua.

Dada a relevância desta estimativa, o Grupo recorre com alguma regularidade a técnicos externos e independentes para aferir da adequação das estimativas utilizadas.

MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Valores em Euros	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor bruto					
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**405 083 659**	**1 127 578 930**	**5 880 525 786**	**206 967 587**	**7 620 155 962**
Variação de perímetro	—	577 800	72 779 219	3 122 596	76 479 615
Aquisições	1 029 083	148 238	26 828 032	299 426 044	327 431 397
Aquisições através de concentrações de atividades empresariais	—	2 297 837	23 436 222	—	25 734 059
Alienações	(1 869 856)	(256 148)	(5 483 973)	(17 528)	(7 627 505)
Regularizações, transferências e abates	4 529 690	12 828 465	209 612 334	(238 087 381)	(11 116 892)
Ajustamento cambial	(5 986 153)	(10 315 528)	(19 699 593)	(945 551)	(36 946 825)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**402 786 423**	**1 132 859 594**	**6 187 998 027**	**270 465 767**	**7 994 109 811**
Variação de perímetro	1 925 299	33 229 774	52 439 481	1 337 676	88 932 230
Aquisições	31 877	879 704	13 266 612	299 717 670	313 895 863
Aquisições através de concentrações de atividades empresariais	4 354 023	10 176 843	15 637 589	—	30 168 455
Alienações	(888 253)	(356 498)	(18 114 236)	—	(19 358 987)
Regularizações, transferências e abates	3 230 423	17 471 244	317 476 971	(338 588 972)	(410 334)
Ajustamento cambial	(2 885 215)	(4 126 476)	(13 213 542)	(1 611 530)	(21 836 763)
Transferência para ativo não corrente detido para venda	(260 366 695)	(431 382 156)	(1 372 715 672)	(66 432 832)	(2 130 897 354)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**148 187 882**	**758 752 029**	**5 182 775 230**	**164 887 779**	**6 254 602 921**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**(94 418 437)**	**(769 768 123)**	**(4 895 537 984)**	**(740 926)**	**(5 760 465 470)**
Variação de perímetro	—	—	(7 088 063)	—	(7 088 063)
Depreciações do exercício	—	(15 347 219)	(156 095 654)	—	(171 442 873)
Depreciações do exercício das operações descontinuadas	(5 012 801)	(5 819 569)	(32 080 427)	—	(42 912 797)
Perdas por imparidade do exercício	—	—	(7 364 638)	(308 965)	(7 673 603)
Perdas por imparidade do exercício das operações descontinuadas	(2 279 818)	(2 544 989)	(2 351 212)	(27 778)	(7 203 797)
Alienações	71 859	242 927	4 886 666	—	5 201 452
Regularizações, transferências e abates	—	3 408 217	11 014 345	—	14 422 562
Ajustamento cambial	260 611	1 603 844	8 367 603	23 210	10 255 268
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(101 378 586)**	**(788 224 912)**	**(5 076 249 364)**	**(1 054 459)**	**(5 966 907 321)**
Variação de perímetro	—	(8 316 847)	(39 846 775)	—	(48 163 622)
Depreciações do exercício	—	(15 637 435)	(156 724 350)	—	(172 361 785)
Depreciações do exercício das operações descontinuadas	(4 732 469)	(5 974 701)	(35 361 344)	—	(46 068 514)
Perdas por imparidade do exercício	(1 032 716)	—	(2 178 356)	(142 965)	(3 354 037)
Perdas por imparidade do exercício das operações descontinuadas	(185 016)	31 128	774 681	—	620 793
Alienações	52 220	336 692	17 823 065	—	18 211 977
Regularizações, transferências e abates	—	3 869 244	(2 629 350)	—	1 239 894
Ajustamento cambial	1 046 203	2 504 361	6 546 236	88 104	10 184 904
Transferência para ativo não corrente detido para venda	96 613 819	345 721 465	1 131 956 365	657 391	1 574 949 040
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(9 616 545)**	**(465 691 005)**	**(4 155 889 192)**	**(451 929)**	**(4 631 648 671)**
Valor líquido em 1 de janeiro de 2024	**310 665 222**	**357 810 807**	**984 987 802**	**206 226 661**	**1 859 690 492**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	**301 407 837**	**344 634 682**	**1 111 748 663**	**269 411 308**	**2 027 202 490**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2025	**138 571 337**	**293 061 024**	**1 026 886 039**	**164 435 850**	**1 622 954 250**

Em 31 de dezembro de 2025, no segmento Pasta e Papel, a rubrica de investimentos em curso inclui investimentos associados a projetos de desenvolvimento em curso, em particular os relativos à recolha e incineração de NCGs (Non-Condensable Gases) (Euros 15 779 028), à deslignificação por Oxigénio (Euros 17 019 227), ao Rebuild PM3 (Euros 5 013 375), à adequação do processo de queima para hidrogénio em Setúbal (Euros 2 105 364), à nova unidade de cogeração do Tissue de Aveiro (Euros 16 816 441), à central fotovoltaica (Euros 3 430 599), à nova caldeira de biomassa em Vila Velha de Ródão (Euros 7 803 669), à nova central de cogeração da Figueira da Foz (Euros 7 036 475). O remanescente respeita a diversos projetos de melhoria e otimização do processo produtivo.

Do total do investimento realizado, no montante de Euros 209 341 940, o valor de Euros 60 754 207 é investimento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Em 2024, a subsidiária Navigator decidiu avançar com o projeto de pré-engenharia do *rebuild* da máquina PM3 em Setúbal, com o objetivo de converter a atual produção de produtos de altas gramagens em produção de produtos com mais qualidade e eficiência de baixas gramagens (LBW – Low Basis Weight), segmento de mercado que apresenta um maior potencial de crescimento, na substituição do plástico. Nesse sentido, foi reconhecida uma imparidade na totalidade do valor líquido contabilístico da PM3 a 31 de dezembro de 2025 no montante de Euros 5 997 205.

Adicionalmente em 31 de dezembro de 2025 em resultado da estratégia de consolidação da operação de rolos, levada a cabo pela subsidiária Navigator, no Reino Unido em duas regiões estratégicas, Leyland e Leicester, o Grupo reconheceu uma perda por imparidade nos ativos fixos do Grupo Navigator Tissue UK no montante de Euros 3 486 553.

Relativamente à subsidiária ETSA, em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de investimentos em curso integra, principalmente, a construção da nova unidade fabril ProHy, em Coruche, dedicada à tecnologia de hidrólise de subprodutos animais, bem como os respetivos equipamentos industriais, num montante total de Euros 19 062 862. Incluem-se ainda grandes reparações mecânicas e de remodelação do forno da IVEB, no valor de Euros 1 583 335, e a ampliação e requalificação da ETAR, no montante de Euros 704 964.

No exercício de 2025, as aquisições de ativos fixos tangíveis através de concentrações de atividades empresariais ascenderam a 30.168.455 euros, resultando da aquisição do Grupo Barna e da Imedexa (Nota 1.2).

No decurso dos exercícios de 2025 e 2024 não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem ativos fixos tangíveis dados como garantia real.

Os compromissos assumidos pelo Grupo para a aquisição de ativos fixos tangíveis são detalhados na Nota 9.2 – Compromissos.

3.4 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis, incluindo os atribuídos como créditos fiscais, são classificados como Rendimentos diferidos (Nota 4.3 Valores a pagar e são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada dos respetivos ativos subsidiados, sendo associado à depreciação do período (Nota 3.6), para efeitos de apresentação.

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO REEMBOLSÁVEIS

Os subsídios obtidos do Governo, sob a forma de atribuição de empréstimos reembolsáveis a taxa bonificada, são descontados na data do reconhecimento inicial com base na taxa de juro de mercado à data da atribuição, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do empréstimo ou do ativo cuja aquisição pretende financiar, consoante as atividades financiadas. Estes passivos são incluídos em Valores a pagar (Nota 4.3).

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO – DETALHE

Valores em Euros	Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Ao abrigo dos contratos AICEP			
Enerpulp, S.A.	Financeira	—	105 727
Navigator Pulp Aveiro, S.A.	Financeira/Fiscal	1 709 830	2 527 412
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Financeira/Fiscal	6 056 067	6 899 272
Navigator Parques Industriais, S.A.	Financeira	1 632 828	1 691 570
Navigator Tissue Aveiro, S.A.	Financeira/Fiscal	8 810 405	9 520 852
Triangle'S - Cycling Equipments, S.A.	Financeira	3 135 288	5 002 302
Ao abrigo do PRR			
Navigator Forest Portugal, S.A.	Financeira	40 298	36 510
Viveiros Aliança, SA	Financeira	16 578	18 161
Navigator Pulp Aveiro, S.A.	Financeira	17 994 901	17 752 757
Navigator Paper Setúbal, S.A.	Financeira	8 616 471	10 966 135
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Financeira	20 524 803	21 480 000
Navigator Tissue Ródão, S.A.	Financeira	8 462 428	8 462 427
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Financeira	16 036 506	16 408 219
Navigator Paper Figueira, S.A.	Financeira	4 613 896	4 621 122
Navigator Tissue Aveiro, S.A.	Financeira	11 882 880	11 968 393
Raiz	Financeira	2 092 721	2 048 251
SEBOL – Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Financeira	4 856 381	3 705 201
ITS – Indústria Transf. de Subprod. Animais, S.A.	Financeira	68 498	55 250
Secil | Clean Cement Line Outão	Financeira	—	5 269 128
Secil | Clean Cement Line Maceira	Financeira	—	5 881 890
Triangle's - Cycling Equipments, S.A.	Financeira	11 135 090	11 614 440
Outros			
Raiz	Financeira	962 948	949 079
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Financeira	4 195 960	4 488 046
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Financeira	142 856	—
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Financeira	—	1 484 282
Imedexa | Subvencion incentivos regionales Casar	Financeira	41 680	—
Imedexa | Subvencion regional fábrica S. del Campo	Financeira	472 974	—
Imedexa | Subv. autonómica fábrica Santiago del Campo	Financeira	315 316	—
Imedexa | Subvencion ia-17-0066-a maquinaria Santiago Campo y Casar	Financeira	11 759	—
Imedexa | Subvencion reg. cc/0663/p11 Santiago del Campo	Financeira	476 569	—
Saldo final		**134 305 931**	**152 956 426**

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO – MOVIMENTOS

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		**152 956 426**	**144 216 793**
Variação de perímetro		1 380 517	—
Atribuição		1 222 169	17 481 319
Utilização		(5 390 855)	(5 901 588)
Utilizações de operações descontinuadas		(917 213)	—
Outros		(3 227 026)	(2 840 098)
Transferência para ativos não correntes detidos para venda		(11 718 087)	—
Saldo final		**134 305 931**	**152 956 426**
De natureza financeira		*121 136 971*	*138 388 779*
De natureza fiscal		*13 168 960*	*14 567 647*

As atribuições no exercício respeitam maioritariamente aos valores atribuídos no âmbito das agendas mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e descarbonização.

O Grupo espera reconhecer os subsídios em resultados conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Até um ano	6 286 892	9 149 468
1 a 2 anos	8 939 190	5 257 296
2 a 3 anos	9 286 428	4 592 969
3 a 4 anos	16 956 047	4 561 948
4 a 5 anos	6 696 958	4 141 750
Mais de 5 anos	86 140 417	125 252 995
	134 305 932	**152 956 426**

INCENTIVO AO AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE PASTA NA FIGUEIRA DA FOZ

Em 27 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato fiscal de investimento entre a subsidiária Navigator Pulp Figueira, S.A. e a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, relativo ao investimento associado ao aumento da capacidade de produção de pasta na Figueira da Foz, o qual compreende um incentivo fiscal até ao montante máximo de Euros 17 278 657 correspondente a 19,5% do investimento realizado, mediante o cumprimento, até 31 de dezembro de 2025, de objetivos definidos contratualmente. Este subsídio, utilizado pela subsidiária em Euros 14 437 235, está a ser reconhecido em 20 anos, até 2038, na proporção da depreciação dos ativos, pese embora esteja já utilizado totalmente desde 2018, por dedução à coleta.

INCENTIVOS AO PROJETO DE EXPANSÃO DA FÁBRICA DE PASTA DE CACIA

Em 18 de junho de 2014, a subsidiária Navigator Pulp Aveiro, S.A. assinou com a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, com vigência até 2023 e 2024, respetivamente, dois contratos de incentivos de natureza financeira e fiscal, tendentes ao apoio ao investimento a promover por aquela empresa no projeto de expansão de capacidade da fábrica de pasta de Aveiro, sendo o montante total de investimento realizado de Euros 49,3 milhões.

Os incentivos aprovados são de Euros 9,753 milhões de incentivo financeiro reembolsável e de Euros 5,644 milhões de incentivo fiscal. Este montante está totalmente utilizado desde 2016 e será regularizado em resultados em 20 anos, até 2034. O contrato inclui um prémio de realização já reconhecido em balanço e recebido em abril de 2024, que corresponde à conversão de 75% do incentivo reembolsável atribuído, em incentivo não reembolsável, no montante de Euros 7 314 397, mediante o cumprimento dos objetivos definidos contratualmente.

INCENTIVO AO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA MÁQUINA DE *TISSUE* EM VILA VELHA DE RÓDÃO

Em março de 2014, a subsidiária Navigator Tissue Ródão, S.A. assinou com a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal contratos de investimento, com vigência entre 2014 e 2022, para a construção de uma segunda máquina de papel *tissue* na sua unidade de Vila Velha de Ródão, com o objetivo de comparticipar através de fundos comunitários parte do investimento mediante incentivos financeiros reembolsáveis no montante de Euros 9 647 700, convertíveis em incentivo não reembolsável, até ao limite de 50%, isto é, Euros 4 823 850. O incentivo deveria ter sido pago em duas tranches, em 31 de dezembro de 2016 e 2018, contudo foi apenas liquidado em abril 2025 (31 de dezembro de 2024: Euros 2 407 395 (Nota 4.2.)

INCENTIVO AO PROJETO DE CONVERSÃO DO FORNO DA CAL DE SETÚBAL

No âmbito do Roteiro para a Neutralidade Carbónica, o Grupo assinou um contrato de investimento de natureza financeira com a União Europeia, tendente ao apoio ao investimento a realizar pela Navigator Pulp Setúbal na conversão do forno da cal da fábrica de pasta de Setúbal, sendo o montante total de investimento previsto de Euros 7 500 000. O incentivo máximo aprovado ascende a Euros 4 488 046 e será pago através de uma tranche única não reembolsável, no máximo até ao final do terceiro ano de operação do equipamento, o qual iniciou atividade em outubro de 2025.

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O Grupo Navigator está envolvido em quatro Agendas para a Inovação Empresarial do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), através do investimento de Euros 91,8 milhões. O Grupo, através da Navigator Paper Setúbal, S.A., lidera a Agenda “From Fossil to Forest” (FF2F), a qual tem por grande propósito o desenvolvimento de uma gama de soluções para embalagem – centradas na marca gKRAFT lançada em 2021 – e a produção de celulose microfibrilada para o desenvolvimento de propriedades mecânicas e de barreiras funcionais (a gorduras e a líquidos, entre outros) nestes papéis. No total, o Grupo beneficiará de cerca de Euros 25,9 milhões de apoio desta componente do PRR (C5 – Capitalização e Inovação Empresarial).

Durante 2022, as empresas do Grupo, Navigator Paper Setúbal, S.A., Navigator Pulp Setúbal, S.A., Navigator Paper Figueira, S.A., Navigator Pulp Figueira, S.A., Navigator Pulp Aveiro, S.A. e Navigator Tissue Aveiro, S.A., apresentaram a sua candidatura ao «Apoio à Descarbonização da Indústria» do PRR. Este apoio enquadra-se num conjunto de medidas da Componente 11 (C11) do PRR, que visam contribuir para o objetivo da neutralidade carbónica, promovendo a transição energética por via da eficiência energética, do apoio às energias renováveis, com enfoque na adoção de processos e tecnologias de baixo carbono na indústria, na adoção de medidas de eficiência energética na indústria e na incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia. Mais recentemente, o mesmo foi estendido a uma segunda fase de candidatura, no âmbito da qual a Navigator Tissue Ródão S.A. apresentou, à semelhança das restantes empresas, um conjunto de iniciativas relacionadas com a sua neutralidade carbónica. Com efeito, o Grupo espera, no futuro, investir no âmbito destas iniciativas Euros 173,1 milhões, valor que espera ver financiado em Euros 75,8 milhões.

Ainda em 2022, as empresas do Grupo apresentaram a sua candidatura aos incentivos do PRR relativos à «Rede Nacional de Test Bed», esta última visando a criação de uma rede nacional para a prestação de serviços às empresas, para o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços. A candidatura, envolvendo um investimento de Euros 2,2 milhões, e foi aprovada no final do ano, tendo o IAPMEI decidido atribuir à Navigator Pulp Figueira. S.A. Euros 1,4 milhões.

A participação do Grupo no PRR só fica, no entanto, completa com a participação do RAIZ na Componente 12 do PRR, relativa à Bioeconomia, onde tem perspetivado realizar um investimento de Euros 1,7 milhões e atribuição de Euros 1,4 milhões de incentivo para acelerar, em parceria com o CITEVE e outros 52 promotores, a criação de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos, em alternativa às matérias de base fóssil, mas sem deixar de garantir e até elevando padrões de qualidade com forte potencial em diferentes segmentos de mercado.

No ano de 2025, os investimentos da subsidiária ETSA no âmbito do PRR totalizam o montante de Euros 19 milhões, na construção da unidade industrial inovadora, a qual integra atualmente uma tecnologia diferente e mais desenvolvida daquela delineada inicialmente. Esta nova unidade industrial, denominada de ETSAProHy, é agora uma plataforma tecnológica de hidrólise de proteínas provenientes de subprodutos de qualquer espécie animal e não apenas de uma monoespécie.

No âmbito da subsidiária Triangle's, o PPS de quadros de dupla suspensão para *e-bikes*, da Agenda do PRR AM2R (Agenda Mobilizadora para o Cluster das Duas Rodas) pretende consubstanciar-se em quadros de dupla suspensão compostos por tubos hydroform constituídos por ligas de alumínio singulares que, em última análise, permitirão o aumento da resistência do peso dos quadros e, bem assim, incorporar no tecido empresarial português o *know-how* associado. Para tal, de acordo com o exposto em sede de candidatura, previu-se a instalação de um novo processo produtivo, com os trabalhos a decorrerem de acordo com a calendarização definida (em concreto, iniciaram-se os trabalhos de construção em 2022 de duas novas naves produtivas que terminou em 2024, e em 2025 iniciou-se a segunda fase de ampliação de mais duas naves, estando prevista a conclusão desta fase até Junho de 2026). Em detalhe, dando seguimento aos trabalhos realizados anteriormente, no decorrer do primeiro semestre de 2025, foram adjudicadas duas novas naves que permitirão a ampliação da unidade produtiva (naves 8 e 9), ainda em processo de construção. Por último, referir que se deu continuidade à realização de encomendas de maquinaria/equipamentos de produção previstos para o projeto em curso e também de *hardware* e *software* informático. Em suma, e de acordo com o planeado, o investimento contratualizado totalizava 98% e em valor realizado de investimento na Agenda, a 31 de Dezembro de 2025, ascendeu a 20,7 milhões de euros.

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO REEMBOLSÁVEIS

Em 13 de dezembro de 2017, a subsidiária Navigator Tissue Aveiro, S.A. celebrou um contrato de investimento com a AICEP, vigente até 2026, para a construção da nova fábrica de tissue em Aveiro. Este contrato compreende um incentivo financeiro sob a forma de um incentivo reembolsável, o qual inclui um período de carência de dois anos, sem o pagamento de juros, até ao valor máximo de Euros 42 166 636, correspondente a 35% sobre o montante das despesas consideradas elegíveis, as quais se estimaram em Euros 120 476 milhões. Em 31 de dezembro de 2025 o incentivo reembolsável concedido encontra-se totalmente recebido.

Foi ainda assinado com a mesma entidade, em 20 de abril de 2018, a atribuição de um incentivo fiscal dado mediante o cumprimento de objetivos definidos contratualmente até 31 de dezembro de 2028, cujo montante máximo previsto será de Euros 11 515 870, correspondente a 10% das despesas associadas ao projeto de investimento (ver Nota 5.7). Este montante está totalmente utilizado desde 2019 e será reconhecido em resultados, em média, durante 24 anos, até 2043.

Não existem condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio governamental que tenham sido reconhecidas, estando a Navigator a cumprir com as condições de acordo com o planeado.

3.5 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na data da entrada em vigor da locação, o Grupo reconhece um ativo sob direito de uso pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de: i) quaisquer pagamentos antecipados; ii) incentivos à locação recebidos; e iii) custos diretos iniciais incorridos. Ao ativo sob direito de uso, poderá acrescer a estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa, quando exigido pelo contrato de locação.

O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de entrada em vigor até ao menor entre o final da vida útil do ativo e o termo da locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

A vida útil considerada para cada classe de ativos sob direito de uso é igual à vida útil dos ativos fixos tangíveis (Nota 3.3) na mesma classe quando existe opção de compra e o Grupo espera exercê-la.

LOCAÇÕES DE CURTA DURAÇÃO E LOCAÇÕES DE ATIVOS DE VALOR REDUZIDO

O Grupo reconhece os pagamentos de locações por períodos iguais ou inferiores a 12 meses e de locações de ativos cujo valor de aquisição individual seja inferior a Euros 5 000 diretamente como gastos operacionais do período (Nota 2.3), numa base linear.

MOVIMENTOS EM ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Valores de Euros	Propriedade industrial e outros direitos	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Total
Valor bruto					
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**1 206 958**	**89 173 799**	**10 903 099**	**67 415 745**	**168 699 601**
Variação de perímetro	—	—	930 133	42 964 951	43 895 084
Aquisições	37 329	6 929 331	2 070 384	25 825 046	34 862 090
Regularizações, transferências e abates	—	(1 520 397)	(758 825)	(5 878 774)	(8 157 996)
Ajustamento cambial	—	(20 856)	(101 691)	613 016	490 469
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1 244 287**	**94 561 877**	**13 043 100**	**130 939 984**	**239 789 248**
Variação de perímetro	—	—	364 343	2 551 478	2 915 821
Aquisições	10 757	8 931 065	1 416 679	43 022 862	53 381 363
Alienações	—	—	—	11 610 027	11 610 027
Regularizações, transferências e abates	—	(3 256 378)	(124 914)	(17 631 826)	(21 013 118)
Ajustamento cambial	—	(56 746)	(162 892)	(1 798 041)	(2 017 679)
Transferência para ativos não correntes detidos para venda	(896 312)	(21 569 686)	(7 196 563)	(61 555 431)	(91 217 992)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**358 732**	**78 610 132**	**7 339 753**	**107 139 053**	**193 447 670**
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**(512 079)**	**(21 745 801)**	**(6 560 926)**	**(36 386 259)**	**(65 205 065)**
Variação de perímetro	—	—	(681 574)	(11 335 039)	(12 016 613)
Amortizações do exercício	—	(4 219 898)	(733 667)	(8 779 240)	(13 732 805)
Amortizações do exercício de operações descontinuadas	(74 260)	(1 540 118)	(1 593 586)	(10 209 089)	(13 417 053)
Regularizações, transferências e abates	—	1 501 009	462 500	6 016 408	7 979 917
Ajustamento cambial	—	7 924	(1 289)	(29 571)	(22 936)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(586 339)**	**(25 996 884)**	**(9 108 542)**	**(60 722 790)**	**(96 414 555)**
Variação de perímetro	—	—	(39 004)	(686 018)	(725 022)
Amortizações do período	—	(4 557 229)	(702 426)	(10 746 491)	(16 006 146)
Amortizações do exercício de operações descontinuadas	(77 895)	(1 812 126)	(1 572 579)	(10 844 921)	(14 307 521)
Alienações	—	—	—	(11 610 027)	(11 610 027)
Regularizações, transferências e abates	—	2 495 737	121 660	16 802 406	19 419 803
Ajustamento cambial	—	24 331	156 509	778 612	959 452
Transferência para ativos não correntes detidos para venda	501 779	7 708 890	6 118 688	36 193 512	50 522 868
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(162 455)**	**(22 137 281)**	**(5 025 694)**	**(40 835 717)**	**(68 161 148)**
Valor líquido em 1 de janeiro de 2024	**694 879**	**67 427 998**	**4 342 173**	**31 029 486**	**103 494 536**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	**657 948**	**68 564 993**	**3 934 558**	**70 217 194**	**143 374 693**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2025	**196 277**	**56 472 851**	**2 314 059**	**66 303 336**	**125 286 523**

A rubrica Terrenos respeita, essencialmente, a direitos de utilização de terrenos para exploração florestal existentes na subsidiária Navigator no montante de cerca Euros 56 milhões, cujos contratos têm habitualmente uma duração de 24 anos, podendo ser cancelados antecipadamente caso o 2.º corte florestal ocorra antes do 24.º ano do prazo.

A rubrica Equipamentos e Outros tangíveis respeita, essencialmente, a equipamento de transporte, nos quais se destacam os empilhadores na subsidiária Navigator e as viaturas que integram a frota automóvel em uso nas diversas empresas do Grupo e cujo total de aquisições (novos contratos e renovações) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ascendeu a Euros 43 022 862 (2024: Euros 25 825 046).

Adicionalmente, o incremento verificado na rubrica de Equipamentos e outros tangíveis deve-se essencialmente à aquisição da Imedexa e do Grupo Barna (Nota 1.2).

Durante o ano de 2025, os pagamentos respeitantes a amortização de contratos de locação financeira, das operações continuadas, ascenderam a Euros 19 755 244 (2024: Euros 16 349 182).

3.6 DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

Nos exercícios de 2025 e 2024, os montantes registados em Depreciações, Amortizações e Perdas por imparidade detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Depreciações de ativos fixos tangíveis do período	3.3	172 361 785	171 442 873
Utilização de subsídios ao investimento	3.4	(5 390 855)	(4 723 322)
Depreciações de ativos fixos tangíveis, líquidos de subsídios utilizados		**166 970 930**	**166 719 551**
Imparidades em ativos fixos tangíveis - reversões		(1 476 906)	—
Imparidades em ativos fixos tangíveis - perdas		4 830 943	7 673 603
Imparidades em ativos fixos tangíveis do período	3.3	**3 354 037**	**7 673 603**
Depreciações de ativos intangíveis do período		13 081 394	10 242 953
Amortizações em ativos intangíveis do período	3.2	**13 081 394**	**10 242 953**
Imparidades em Goodwill	3.1	49 526 263	—
Imparidades em ativos intangíveis	3.2	(145 674)	145 673
Imparidades em ativos intangíveis do período		**49 380 589**	**145 673**
Amortizações de ativos de direito de uso do período	3.5	**16 006 146**	**13 732 805**
Perdas por imparidade em propriedades de investimento	3.9	(309 227)	15 035
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços incluído nas depreciações (Brasil)		(1)	1
		248 483 868	**198 529 621**

No decurso do exercício de 2024, a Navigator solicitou a avaliação externa dos seus ativos a uma entidade independente e especializada que estimou a vida útil dos ativos, considerando as atuais condições e a obsolescência funcional. O estudo efetuado considerou informação técnica dos ativos afetos aos centros produtores, onde se inclui a durabilidade técnica, física e tecnológica dos equipamentos, contudo não foram identificadas diferenças significativas nas vidas úteis estimadas e as praticadas pelo Grupo, senão as referidas na Nota 3.3.

3.7 ATIVOS BIOLÓGICOS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos biológicos do Grupo correspondem principalmente às florestas detidas para produção de madeira suscetível de incorporação no processo de fabrico de pasta BEKP ou para venda no mercado, maioritariamente o eucalipto, incluindo ainda outras espécies, como o pinho e o sobro.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos gastos estimados de venda no momento do corte.

Justo Valor (nível 3 da hierarquia do justo valor da IFRS 13)	Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, alvo de validação periódica por avaliadores externos e independentes. No modelo desenvolvido são considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, o ciclo de desenvolvimento das diferentes espécies, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira (quando existe mercado ativo) deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios, arrendados e concessionados, rechega e transporte, os custos de plantação e manutenção, do custo inerente ao arrendamento dos terrenos florestais; e a taxa de desconto. A taxa de desconto corresponde à taxa de juro de mercado, sem inflação, de forma consistente com a estrutura de projeções, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos ativos florestais, os quais se destinam a serem alienados intragrupo.
Áreas concessionadas	Os custos incorridos com a preparação de terrenos para uma primeira florestação são registados como um ativo fixo tangível, depreciado de acordo com a sua vida útil esperada, que coincide com o período de concessão.
Alteração de estimativas	As alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas enquanto variações de justo valor de ativos biológicos na demonstração dos resultados.
Corte	No momento do corte, a madeira é valorizada pelo seu justo valor deduzido dos gastos estimados desde o local de abate até ao ponto de venda ou consumo, o qual constitui o custo inicial do inventário.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

PRESSUPOSTOS

Foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente:

– Produtividade das florestas;

– Preço de venda da madeira (quando existe mercado ativo) deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios, arrendados e concessionados, rechega e transporte, os custos de plantação e manutenção, do custo inerente ao arrendamento dos terrenos florestais; o valor de tendência para 2025 agravou-se 4% face a 2024.

– Taxa de desconto, 2025: 5,06% (2024: 4,27%) para Portugal e Espanha e 21,6% (2024:21,6%) na determinação do justo valor de Moçambique. O Grupo incorpora o risco de incêndio nos *cash flows* do modelo. Caso este risco fosse incorporado na taxa de desconto, a mesma seria de 7,28% e 22,22% em Portugal e Moçambique, respetivamente.

O valor dos ativos biológicos, apurado em função da expectativa de extração das produções das diversas espécies, corresponde às seguintes expectativas de produção futura:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Eucalipto (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de madeira k m3ssc	10 059	9 909
Eucalipto (Espanha) - Potencial Futuro de extrações de madeira k m3ssc	354	244
Eucalipto (Moçambique) - Potencial Futuro de extrações de madeira k m3ssc	6 199	5 165
Resinosas (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de madeira k ton	301	282
Sobreiro (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de cortiça k @	434	458

No que diz respeito ao eucalipto, o ativo biológico com maior expressão nas demonstrações financeiras apresentadas, em 2025 foram extraídos 681 215 m^3ssc de madeira das matas detidas e exploradas pelo Grupo (31 de dezembro de 2024: 611 862 m^3ssc).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, (i) não existem quantias de ativos biológicos cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos, nem compromissos não reversíveis relativos à aquisição de ativos biológicos, e (ii) não existem subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O Grupo considera a taxa de desconto utilizada em Portugal e o preço *forward* da madeira como as variáveis mais significativas. Alterações nos pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes ativos:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
1) Agravamento em 0,5% da taxa de desconto em Portugal	5 461 664	5 868 859
Desvalorização do ativo florestal de Portugal		
2) Diminuição de 3% no preço forward	11 507 387	11 978 891
Desvalorização do ativo florestal de Portugal		
3) Agravamento em 0,5% da taxa de desconto em Moçambique	470 355	206 777
Desvalorização do ativo florestal de Moçambique		
4) Diminuição de 3% no preço forward	957 732	769 860
Desvalorização do ativo florestal de Moçambique		

DETALHE DOS ATIVOS BIOLÓGICOS

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Eucalipto (Portugal)	93 343 503	85 569 146
Eucalipto (Espanha)	2 597 809	3 081 361
Pinho (Portugal)	5 525 987	5 798 144
Sobreiro (Portugal)	(2 665 657)	1 490 017
Outras espécies (Portugal)	73 107	73 107
Eucalipto (Moçambique)	21 771 894	19 238 423
	120 646 643	**115 250 198**

O aumento do justo valor do Eucalipto em Portugal decorre, essencialmente, do aumento do preço de longo prazo e *spot* da madeira à porta da fábrica, ao aumento dos custos de corte e rechega.

O Grupo considera, de acordo com a IAS 41, ativos maduros aqueles que tenham atingido as especificações necessárias para obter o máximo rendimento em função da sua rentabilidade, das necessidades de fornecimento e o custo de oportunidade. Tipicamente a floresta em Portugal atinge a sua maturidade entre os 8 e os 12 anos, sendo que este referencial depende da espécie, das condições do solo, bem como das condições edafoclimáticas. Os dados sobre a floresta, a sua condição e o seu potencial futuro são aferidos pelo menos duas vezes ao longo do seu ciclo de crescimento. A 31 de dezembro de 2025 os ativos maduros representavam cerca de 57% (52% em 31 de dezembro de 2024) da floresta da Navigator em território nacional, estando os mesmos valorizados ao justo valor.

Em Moçambique, alterou-se no corrente ano o modelo de valorização dos ativos biológicos, nomeadamente: (i) alteração do pressuposto que todo o volume com 8 ou mais anos de idade seria colhido no ano a seguir ao exercício em curso para um pressuposto de colheitas baseadas nos volumes a serem colhidos anualmente de acordo com PMP 2026-2030 e ii) aumento do preço de venda de madeira em pé de 12,50€ m^3ssc (em 2024) para 17,00€ m^3ssc em 2025 em alinhamento com os contratos de venda de madeira para a indústria do folheado existentes e em curso.

MOVIMENTOS EM ATIVOS BIOLÓGICOS

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**115 250 198**	**115 622 249**
Variações		
Cortes efetuados	(24 607 553)	(22 305 990)
Crescimento	27 665 383	25 895 749
Novas plantações e replantações (ao custo)	4 143 545	3 091 316
Outras variações de justo valor:		
alteração do preço da madeira	28 231 694	21 818 100
alteração da taxa de custo de capital	(9 150 600)	6 890 813
impacto dos incêndios	(596 100)	(3 030 511)
custos de logística de transporte	0	(24 407 600)
custos fixos de estrutura	(2 003 400)	(3 253 000)
variação nas outras espécies	(4 427 831)	554 567
impacto da mudança do ritmo de colheita em Moçambique	(9 091 022)	—
outras alterações de expectativa	(2 571 114)	(6 299 966)
Total de variações do período	**7 593 002**	**(1 046 522)**
Ajustamento cambial	(2 196 557)	674 471
Saldo final	**120 646 643**	**115 250 198**

3.8 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Uma operação em descontinuação é classificada como detida para venda quando o respetivo valor recuperável é realizado principalmente através de uma transação de venda, em detrimento do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se encontra verificada apenas quando (i) a venda é altamente provável e a operação está disponível para venda imediata nas suas condições atuais, (ii) o Grupo assumiu um compromisso firme de alienação, e (iii) é expectável que a transação seja concretizada no prazo de 12 meses.

Os ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável principalmente através de uma transação de venda, ao invés de ser através do seu uso continuado.

Mensuração e apresentação	A partir do momento em que ativos tangíveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda, são mensurados pelo menor do valor contabilístico ou do justo valor deduzido dos custos de venda, cessando a sua depreciação. Quando o justo valor deduzido dos custos de venda é inferior ao valor contabilístico, a diferença é reconhecida em resultados.
Alienações	Os ganhos ou perdas nas alienações de ativos não correntes, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor líquido contabilístico, são reconhecidos em resultados como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Gastos e perdas operacionais (Nota 2.3).

Durante o exercício de 2025, o movimento ocorrido na rubrica Resultado líquido das operações descontinuadas foi como segue:

Valores em Euros	Nota	Secil	Transferências	2025
Operações continuadas				
Réditos	2.1	751 302 498	(751 302 498)	—
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	125 216 837	(125 216 837)	—
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.3	(218 340 937)	218 340 937	—
Variação da produção	2.3	(8 715 116)	8 715 116	—
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(236 151 787)	236 151 787	—
Gastos com o pessoal	7.1	(115 940 018)	115 940 018	—
Outros gastos e perdas operacionais	2.3	(102 363 196)	102 363 196	—
Provisões líquidas	9.1	(884 999)	884 999	—
Depreciações, amortiz. e perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.6	(60 966 739)	60 966 739	—
Resultado operacional		**133 156 541**	**(133 156 541)**	**—**
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	(266 605)	266 605	—
Rendimentos e ganhos financeiros	5.1	30 986 759	(30 986 759)	—
Gastos e perdas financeiros	5.1	(60 083 300)	60 083 300	—
Resultado antes de impostos		**103 793 395**	**(103 793 395)**	**—**
Imposto sobre o rendimento	6.1	(19 037 859)	19 037 859	—
Resultado líquido das operações continuadas		**84 755 536**	**(84 755 536)**	**—**
Operações descontinuadas				
Resultado líquido das operações descontinuadas	3.8	—	84 755 536	84 755 536
Resultado líquido do período		**84 755 536**	**—**	**84 755 536**
Atribuível aos detentores do capital da Semapa		80 764 688	—	80 764 688
Atribuível a interesses que não controlam	5.6	3 990 848		3 990 848
Resultado por ação - operações descontinuadas				
Resultado básico por ação, Euro	5.3	1,06		1,06
Resultado diluído por ação, Euro	5.3	1,06		1,06
Resultado total por ação				
Resultado básico por ação, Euro	5.3	1,06		1,06
Resultado diluído por ação, Euro	5.3	1,06		1,06

A demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reapresentada da seguinte forma:

Valores em Euros	Nota	2024 (reportado)	Secil	2024 (reapresentado)
Operações continuadas				
Réditos	2.1	2 849 409 236	(700 639 376)	2 148 769 860
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	235 639 928	(131 282 871)	104 357 057
Variação de Justo valor nos ativos biológicos	3.7	(1 046 522)	—	(1 046 522)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.3	(1 126 450 681)	225 432 384	(901 018 297)
Variação da produção	2.3	7 054 087	(11 368 398)	(4 314 311)
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(752 548 892)	241 982 952	(510 565 940)
Gastos com o pessoal	7.1	(333 087 309)	100 078 807	(233 008 502)
Outros gastos e perdas operacionais	2.3	(176 246 649)	110 138 158	(66 108 491)
Provisões líquidas	9.1	(9 983 552)	9 951 374	(32 178)
Depreciações, amortiz. e perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.6	(261 852 273)	63 322 653	(198 529 620)
Resultado operacional		**430 887 373**	**(92 384 315)**	**338 503 058**
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	1 289 849	411 371	1 701 220
Rendimentos e ganhos financeiros	5.1	41 180 427	(40 452 940)	727 487
Gastos e perdas financeiros	5.1	(104 269 413)	68 881 520	(35 387 893)
Resultado antes de impostos		**369 088 236**	**(63 544 364)**	**305 543 872**
Imposto sobre o rendimento	6.1	(58 768 072)	13 961 207	(44 806 865)
Resultado líquido das operações continuadas		**310 320 164**	**(49 583 157)**	**260 737 007**
Operações descontinuadas				
Resultado líquido das operações descontinuadas	3.8	—	49 583 157	49 583 157
Resultado líquido do período		**310 320 164**	**—**	**310 320 164**
Atribuível aos detentores do capital da Semapa		232 735 949	—	232 735 949
Atribuível a interesses que não controlam	5.6	77 584 215		77 584 215
Resultado por ação - operações continuadas				
Resultado básico por ação, Euro	5.3	2,914		2,914
Resultado diluído por ação, Euro	5.3	2,914		2,914
Resultado total por ação				
Resultado básico por ação, Euro	5.3	2,914		3,885
Resultado diluído por ação, Euro	5.3	2,914		3,885

Em 19 de dezembro de 2025, a Semapa celebrou um acordo vinculativo para a alienação da totalidade da participação detida na Secil à Cementos Molins, S.A.. A conclusão da operação ocorreu durante o primeiro trimestre de 2026, após cumprimento das condições precedentes habituais neste tipo de transações, designadamente, a obtenção das necessárias aprovações regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor escriturado após classificação como Ativos Não Correntes Detidos para Venda é o seguinte:

Valores em Euros	Nota	31/12/2025
Ativos classificados como detidos para venda		
Goodwill	3.1	171 328 293
Ativos intangíveis	3.2	274 534 202
Ativos fixos tangíveis	3.3	555 948 314
Ativos sob direito de uso	3.5	40 695 123
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	2 742 829
Propriedades de investimento	3.9	39 367
Outros investimentos financeiros	8.3	398 104
Valores a receber não correntes	4.2	2 051 500
Ativos por impostos diferidos	6.2	37 995 556
Inventários	4.1	101 593 788
Valores a receber correntes	4.2	115 318 046
Imposto sobre o rendimento	6.1	3 970 040
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	91 574 215
Ativos não correntes detidos para venda		**1 398 189 376**
Passivos classificados como detidos para venda		
Financiamentos obtidos	5.7	252 341 735
Passivos de locação	5.8	27 639 670
Responsabilidades por benefícios definidos	7.2	578 770
Passivos por impostos diferidos	6.2	84 632 666
Provisões	9.1	39 762 971
Valores a pagar não correntes	4.3	13 725 904
Financiamentos obtidos	5.7	99 227 985
Passivos de locação	5.8	10 690 375
Valores a pagar correntes	4.3	386 752 802
Imposto sobre o rendimento	6.1	14 483 208
Passivos não correntes detidos para venda		**929 836 087**

Durante o exercício de 2025, o movimento ocorrido nos fluxos de caixa das atividades relacionadas com operações descontinuadas foi o seguinte:

Valores em Euros	Nota	Secil	Transferências	2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		919 023 639	(919 023 639)	—
Pagamentos a fornecedores		(563 329 900)	563 329 900	—
Pagamentos ao pessoal		(72 611 504)	72 611 504	—
Fluxos gerados pelas operações		283 082 235	(283 082 235)	—
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(14 781 710)	14 781 710	—
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		(80 898 155)	80 898 155	—
Fluxos de caixa das atividades operacionais das operações descontinuadas		—	187 402 370	187 402 370
Fluxos das atividades operacionais (1)		**187 402 370**	**—**	**187 402 370**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		1 233 566	(1 233 566)	—
Ativos intangíveis		12 611 360	(12 611 360)	—
Juros e rendimentos similares		52 788	(52 788)	—
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos		123 546	(123 546)	—
		14 021 260	(14 021 260)	—
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(59 985 020)	59 985 020	—
Outros ativos		(998)	998	—
Fluxos de caixa das atividades de investimento das operações descontinuadas		—	(45 964 758)	(45 964 758)
Fluxos das atividades de investimento (2)		**(45 964 758)**	**—**	**(45 964 758)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	5.7	314 436 230	(314 436 230)	—
Outras operações de financiamento	5.7	9 335 181	(9 335 181)	—
		323 771 411	(323 771 411)	—
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	5.7	(399 401 237)	399 401 237	—
Amortização de contratos de locação financeira	5.7	(15 156 042)	15 156 042	—
Juros e gastos similares	5.7	(27 438 922)	27 438 922	—
Dividendos e Outras Reservas	5.4	(251 080)	251 080	—
Outras operações de financiamento	5.7	(5 379 345)	5 379 345	—
Fluxos de caixa das atividades de financiamento das operações descontinuadas		—	(123 855 215)	(123 855 215)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**(123 855 215)**	**—**	**(123 855 215)**

A demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reapresentada da seguinte forma:

Valores em Euros	Nota	2024 (reportado)	Secil	2024 (reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		3 086 511 372	(858 720 312)	2 227 791 060
Pagamentos a fornecedores		(2 177 885 202)	595 642 952	(1 582 242 250)
Pagamentos ao pessoal		(251 739 754)	62 834 859	(188 904 895)
Fluxos gerados pelas operações		656 886 416	(200 242 501)	456 643 915
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(68 919 983)	7 249 129	(61 670 854)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		(35 921 697)	53 371 809	17 450 112
Fluxos de caixa das atividades operacionais das operações		–	139 621 563	139 621 563
Fluxos das atividades operacionais (1)		**552 044 736**	**–**	**552 044 736**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros		3 550 106	–	3 550 106
Ativos fixos tangíveis		8 219 038	(7 476 441)	742 597
Subsídios ao investimento		5 463 527	–	5 463 527
Juros e rendimentos similares		2 091 570	(118 930)	1 972 640
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos		2 687 128	(177 786)	2 509 342
		22 011 369	**(7 773 157)**	**14 238 212**
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos em subsidiárias	1.2	(150 779 060)	–	(150 779 060)
Outros investimentos financeiros		(34 878 884)	2 000 000	(32 878 884)
Ativos fixos tangíveis		(302 033 028)	61 446 667	(240 586 361)
Ativos intangíveis		(512 538)	–	(512 538)
Fluxos de caixa das atividades de investimento das operações		–	(55 673 510)	(55 673 510)
Fluxos das atividades de investimento (2)		**(466 192 141)**	**–**	**(466 192 141)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	5.7	907 541 700	(507 921 017)	399 620 683
Outras operações de financiamento	5.7	48 480 946	(4 528 648)	43 952 298
		956 022 646	**(512 449 665)**	**443 572 981**
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	5.7	(617 746 010)	405 264 088	(212 481 922)
Amortização de contratos de locação financeira	5.7	(30 006 896)	13 657 714	(16 349 182)
Juros e gastos similares	5.7	(56 025 606)	20 800 254	(35 225 352)
Dividendos e Outras Reservas	5.4	(95 394 766)	352 652	(95 042 114)
Reforço de participação de capital em subsidiárias		(1 592 725)	–	(1 592 725)
Outras operações de financiamento	5.7	(12 118 879)	4 899 440	(7 219 439)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento das operações			67 475 517	67 475 517
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**143 137 764**	**–**	**143 137 764**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1)+(2)+(3)		**228 990 359**	**–**	**228 990 359**
Efeito das diferenças de câmbio		(8 776 451)	9 192 958	416 507
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	**5.9**	**281 156 727**	**–**	**281 156 727**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	**5.9**	**501 370 635**	**–**	**510 563 593**

3.9 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Grupo classifica como propriedades de investimento nas demonstrações financeiras consolidadas os imóveis detidos com o objetivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas de terceiros.

Mensuração	Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos das transações que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes com as propriedades de investimento só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

MOVIMENTOS EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		400 303	504 303
Alienações		—	(88 199)
Depreciações do exercício	3.6	(766)	(766)
Perdas por imparidade do exercício	3.6	309 227	(15 035)
Transferência para ativos não correntes detidos para venda	3.8	**(39 367)**	**—**
Saldo final		**669 397**	**400 303**

Estes ativos são compostos essencialmente por terrenos e imóveis detidos para obtenção de rendas e/ou valorizações do capital e não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado.

4 Fundo de Maneio

4.1 INVENTÁRIOS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Mercadorias e Matérias-Primas	As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.
Produtos Acabados, Intermédios e Produtos e trabalhos em curso	Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

4.1.1 INVENTÁRIOS - DETALHE POR NATUREZA

VALORES LÍQUIDOS DE PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Valores em Euros	Nota	31/12/2025			31/12/2024		
		Valor bruto	Imparidade	Valor realizável líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor realizável líquido
Matérias-primas		211 777 172	(10 154 442)	201 622 731	243 859 331	(17 516 603)	226 342 728
Mercadorias		240 634	(4 595)	236 039	14 477 028	(1 117 918)	13 359 109
		212 017 806	(10 159 037)	201 858 770	258 336 359	(18 634 521)	239 701 838
Produtos acabados e intermédios		125 922 890	(4 861 871)	121 061 020	186 817 380	(6 214 432)	180 602 948
Produtos e trabalhos em curso		10 980 746	(347 222)	10 633 524	5 494 078	(1 057 379)	4 436 699
Subprodutos e desperdícios		5 761 504	—	5 761 504	5 623 926	(5 251 843)	372 083
		142 665 141	(5 209 093)	137 456 048	197 935 385	(12 523 655)	185 411 730
Total		**354 682 947**	**(15 368 129)**	**339 314 818**	**456 271 744**	**(31 158 176)**	**425 113 568**

4.1.2 INVENTÁRIOS - DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS E POR ÁREA GEOGRÁFICA

Valores em Euros	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Pasta e Papel				
Portugal	262 372 927	85,7%	241 620 791	79,7%
Resto da Europa	23 807 278	7,8%	29 225 680	9,6%
América	15 888 811	5,2%	29 715 421	9,8%
África	4 216 526	1,4%	2 636 475	0,9%
	306 285 542	**100,0%**	**303 198 367**	**100,0%**
Cimento				
Portugal	—	—%	58 830 482	51,2%
Resto da Europa	—	—%	2 394 854	2,1%
América	—	—%	10 345 928	9,0%
África	—	—%	27 973 785	24,4%
Ásia	—	—%	15 321 767	13,3%
	—	**—%**	**114 866 816**	**100,0%**
Outros negócios				
Portugal	7 560 507	22,9%	7 048 385	100,0%
Resto da Europa	25 468 769	77,1%	—	—%
	33 029 276	**100,0%**	**7 048 385**	**100,0%**
	339 314 818		**425 113 568**	

O valor relativo a Portugal, do segmento da Pasta e Papel, inclui Euros 2 440 721 (31 de dezembro de 2024: Euros 10 358 907) relativos a inventários cujas faturas já foram emitidas, mas cujo controlo não foi transferido para os clientes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem inventários cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos.

4.1.3 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		**239 691 064**	**227 364 798**
Variação de perímetro		10 441 563	(14 152 590)
Imparidades em inventários		(2 600 320)	—
Reversão de imparidades em inventários		8 246 994	—
Compras		1 092 057 262	923 885 071
Regularizações		(1 874 522)	4 024 918
Efeito cambial		(955 234)	(412 836)
Saldo final		(201 858 770)	(239 691 064)
Transferência para resultado líquido de operações descontinuadas		(218 340 937)	—
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		**924 807 100**	**901 018 297**

4.1.4 VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		**(185 422 504)**	**(170 126 384)**
Variação de perímetro		(18 146 488)	(11 422 914)
Imparidades em inventários		1 450 129	—
Reversão de imparidades em inventários		(80 159)	—
Regularizações		6 045 630	3 180 881
Efeito cambial		2 448 034	—
Transferência para Ativos Não Correntes Detidos para Venda		24 577 731	—
Transferência para resultado líquido de operações descontinuadas		—	(11 368 398)
Saldo final		137 456 048	185 422 504
Variação da produção	**2.3**	**(31 671 580)**	**(4 314 311)**

4.1.5 MOVIMENTOS EM PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		**(31 158 176)**	**(29 424 394)**
Aumentos		(2 507 582)	(5 105 957)
Reversões		8 166 835	5 068 999
Impacto em resultados do exercício		**5 659 253**	**(36 958)**
Variação de perímetro		(314 179)	(1 192 426)
Utilizações		294 819	(23 302)
Ajustamento cambial		59 757	(35 719)
Contas a receber - Partes relacionadas		(205 837)	85 672
Transferência para Ativos Não Correntes Detidos para Venda		10 296 234	—
Transferência para resultado líquido de operações descontinuadas		—	(531 049)
Saldo final		**(15 368 129)**	**(31 158 176)**

O aumento verificado na rubrica de imparidades em inventários inclui essencialmente o reconhecimento do montante de Euros 1 032 506 relativo a *stock* de pasta moldada e Euros 578 744 de peças de reserva. Em 2024 esta rubrica inclui essencialmente o reconhecimento do montante de Euros 1 724 970 relativo a imparidade para desperdícios de papel UWF e *tissue* e Euros 1 248 818 para *slow movers*.

4.2 VALORES A RECEBER

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Classificação	Os saldos a receber de clientes resultam das atividades principais do Grupo e o modelo de negócio seguido é "deter para cobrar", embora pontualmente o segmento Cimento e Derivados utilize o *confirming*. Saldos de outros devedores são tipicamente do modelo "deter para cobrar".
Mensuração inicial	Ao justo valor
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.
Imparidade de clientes	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade. As perdas esperadas são determinadas tendo por base a experiência de perdas reais históricas ao longo de um período estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.
Imparidade de outros devedores	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo geral de perdas de crédito estimadas da IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores a receber correntes e não correntes detalham-se como segue:

		31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	Nota	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Clientes							
Segmento Pasta e Papel	8.1.4	—	292 623 488	292 623 488	—	305 042 497	305 042 497
Segmento Cimento	8.1.4	—	—	—	—	75 267 264	75 267 264
Segmento Outros Negócios	8.1.4	—	23 920 159	23 920 159	—	17 342 173	17 342 173
		—	**316 543 647**	**316 543 647**	**—**	**397 651 934**	**397 651 934**
Contas a receber - Partes relacionadas	8.1.4 e 10.4	—	3 576 426	3 576 426	—	5 705 585	5 705 585
Estado		—	38 316 811	38 316 811	—	76 610 134	76 610 134
Department of Commerce (EUA)	8.1.4	1 111 730	—	1 111 730	718 183	—	718 183
Incentivos financeiros a receber	8.1.4	4 793 554	35 414 014	40 207 568	17 237 232	59 185 244	76 422 476
Acréscimos de rendimento	8.1.4	—	23 744 252	23 744 252	—	25 460 897	25 460 897
Gastos diferidos		—	19 821 219	19 821 219	—	21 764 619	21 764 619
Instrumentos financeiros derivados	8.2	—	8 742 410	8 742 410	—	34 577 496	34 577 496
Adiantamentos a Fornecedores	8.1.4	—	17 408	17 408	—	3 782 877	3 782 877
Outros	8.1.4	203 276	21 306 758	21 510 034	7 895 039	30 490 722	38 385 761
		6 108 560	**467 482 945**	**473 591 505**	**25 850 454**	**655 229 508**	**681 079 962**

Os valores acima são apresentados líquidos de perdas de imparidade acumuladas. A análise de imparidade dos valores a receber é apresentada na Nota 8.1.4 Risco de crédito.

INCENTIVOS FINANCEIROS A RECEBER

Os incentivos financeiros respeitam essencialmente a valores a receber no âmbito do PRR, no montante de Euros 76 422 476.

DEPARTMENT OF COMMERCE (EUA)

A 31 de dezembro de 2025 o saldo corresponde ao valor a pagar ao Department of Commerce (DoC) na sequência da investigação iniciada em 2015 de alegadas práticas de *dumping* nas exportações de papel UWF para os Estados Unidos da América, por parte da subsidiária Navigator.

Durante 2024, o Department of Commerce confirmou a taxa final a aplicar relativa ao 7.º período de revisão, compreendido entre março de 2022 e fevereiro de 2023, em 1,07%, pelo que o Grupo recebeu o montante de Euros 2 095 637 pela diferença entre os depósitos efetuados e a taxa final a pagar.

Em 2025 mantêm-se em aberto os períodos de revisão subsequente (8, 9 e 10) estimando a Navigator que tenha a pagar ao DoC cerca de Euros 3 984 952 (Nota 4.3) relativamente ao 8.º e 10.º período de revisão e um valor a receber de Euros 1 111 730 referente ao 9.º período de revisão.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Estado detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	8 671 580	21 085 602
Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos	29 645 226	47 545 155
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	—	2 209 988
Crédito de PIS e COFINS sobre ativos fixos	—	5 764 535
Restantes Impostos	5	4 854
Reembolsos pendentes (processos fiscais decididos a favor do Grupo)		—
	38 316 811	**76 610 134**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de Acréscimos de rendimento e Gastos diferidos detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Acréscimos de rendimento		
Derivados	3 001 762	—
Vendas de energia	7 728 874	11 821 131
Indemnizações a receber	1 221 099	—
Juros a receber	2 208	84 049
Outros	11 790 309	13 555 717
	23 744 252	25 460 897
Gastos diferidos		
Seguros	358 960	278 825
Rendas e alugueres	12 526 355	14 428 850
Outros	6 935 904	7 056 944
	19 821 219	21 764 619
	43 565 471	**47 225 516**

4.3 VALORES A PAGAR

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida nos resultados ao longo do período da dívida em "Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado" (Nota 5.11).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores a pagar detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores c/c		318 010 890	424 772 395
Fornecedores de imobilizado c/c		41 587 472	63 459 626
Adiantamento de clientes		4 081 351	4 208 429
Estado		54 084 555	65 263 494
Instituto do Ambiente − Licenças CO2		35 946 103	138 883 537
Partes relacionadas	10.4	3 247 016	7 601 820
Dividendos a pagar a INC		—	29 969 723
Outros credores		18 003 527	27 700 134
Instrumentos financeiros derivados	8.2	7 990 119	7 159 750
Acréscimos de gastos com o pessoal		45 979 049	63 941 892
Outros acréscimos de gastos		45 254 015	78 630 670
Subsídios não reembolsáveis		16 306 987	75 054 714
Outros rendimentos diferidos		900 267	6 567 954
Valores a pagar - Corrente		**591 391 351**	**993 214 138**
Subsídios não reembolsáveis		121 716 165	144 462 392
Department of Commerce (EUA)		3 984 952	1 160 207
Outros		9 916 833	43 405 689
Valores a pagar - Não corrente		**135 617 950**	**189 028 288**
		727 009 301	**1 182 242 426**

A redução do saldo de Fornecedores de imobilizado deve-se ao menor volume de investimentos realizado em 2025, conforme evidenciado na Nota 3.3.

A redução dos valores a pagar não correntes resulta do desreconhecimento do earn-out associado à subsidiária Triangle's, em virtude da impossibilidade de ocorrência das condições contratuais subjacentes (Nota 5.11).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Estado detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Retenções de Imposto sobre o Rendimento (IRS)	3 474 771	4 830 783
Imposto sobre o Valor Acrescentado	46 117 390	25 439 898
Contribuições para a Segurança Social	4 341 505	5 643 716
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	—	943 900
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)	—	750 165
Programa Paraná Competitivo	—	26 367 685
Outros	150 889	1 287 347
	54 084 555	**65 263 494**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado.

SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS – DETALHE

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Subsídios ao investimento	12 589 766	8 494 034
Subsídios - licenças de emissão CO2	—	59 697 933
Outros subsídios	3 717 221	6 862 747
Subsídios não reembolsáveis - Corrente	**16 306 987**	**75 054 714**
Subsídios ao investimento (Nota 3.4)	121 716 165	144 462 392
Subsídios não reembolsáveis - Não corrente	**121 716 165**	**144 462 392**
	138 023 152	**219 517 106**

5 Estrutura de Capital

5.1 GESTÃO DE CAPITAL

POLÍTICA DE GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo Semapa gere o seu capital numa ótica de continuidade e criação de valor para os acionistas, consubstanciado na política de dividendos conservadora assente em princípios de solidez financeira, por um lado através da manutenção de uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e respetivas áreas de negócio e, por outro, indicadores sólidos de solvabilidade e autonomia financeira. Nesse sentido o capital considerado para efeitos da gestão de capital corresponde ao Capital Próprio, não sendo considerado nenhum passivo financeiro como parte integrante do mesmo.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o montante de dividendos a pagar aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O capital social da Semapa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo totalmente representado por ações sem valor nominal.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

AÇÕES PRÓPRIAS

Reconhecimento	Ao valor de aquisição, como uma redução do capital próprio.
Aquisições por empresa do Grupo	Quando alguma empresa do Grupo adquire ações da empresa-mãe, o pagamento, que inclui os custos incrementais diretamente associados, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.
Alienação de ações próprias	Quando as ações próprias são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa em Outras reservas (Nota 5.5).
Extinção de ações próprias	A extinção de ações próprias é refletida nas demonstrações financeiras consolidadas como uma redução do Capital social e na rubrica Ações próprias, pelo valor equivalente ao valor nominal e de aquisição, respetivamente, sendo o diferencial apurado entre os dois montantes registado em Outras reservas.

DETENTORES DE CAPITAL DA SEMAPA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os detentores do capital da Semapa detalham-se como segue:

Denominação	31/12/2025		31/12/2024	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Ações sem valor nominal				
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	38 959 431	47,94	38 959 431	47,94
Sodim, SGPS, S.A.	27 508 892	33,85	27 508 892	33,85
Ações próprias	1 400 627	1,72	1 400 627	1,72
Outros acionistas com participações inferiores a 5%	13 401 050	16,49	13 401 050	16,49
	81 270 000	**100,00**	**81 270 000**	**100,00**

AÇÕES PRÓPRIAS – MOVIMENTOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos em ações próprias detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025		31/12/2024	
	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)
Ações próprias detidas no início do período	1 400 627	15 946 363	1 400 627	15 946 363
Ações próprias no final do período	1 400 627	15 946 363	1 400 627	15 946 363

5.3 RESULTADO POR AÇÃO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital social ordinário da Semapa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Semapa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

Valores em Euros	2025	2024 (reapresentado)
Resultado atribuível aos acionistas da Semapa	**156 599 440**	**232 735 949**
Número total de ações emitidas	81 270 000	81 270 000
Número médio de ações próprias em carteira	(1 400 627)	(1 400 627)
Número médio ponderado de ações	**79 869 373**	**79 869 373**
Resultado básico por ação	**1,961**	**2,914**
Resultado diluído por ação	**1,961**	**2,914**

5.4 DIVIDENDOS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os dividendos por ação apresentados são calculados com base no número de ações em circulação na data de atribuição.

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS NO PERÍODO

Valores em Euros	Data	Montante atribuído	Dividendos por ação em circulação
Atribuições em 2025			
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2024 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	29 de maio de 2025	49 998 228	0,626
Atribuições em 2024			
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2023 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	24 de maio de 2024	49 998 228	0,626

5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

RESERVA DE JUSTO VALOR

A Reserva de justo valor corresponde à variação acumulada do justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura (Nota 8.2) e dos investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (Nota 8.3), líquida de impostos diferidos.

As variações relativas aos derivados são reclassificadas para os resultados do período (Nota 5.11) à medida que os instrumentos cobertos afetam os resultados do período. A variação de justo valor de investimentos financeiros registada nesta rubrica não é reciclada para resultados.

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo nos períodos apresentados.

OUTRAS RESERVAS

Esta rubrica corresponde a reservas constituídas através da transferência de resultados de períodos anteriores e outros movimentos. Não é distribuível a parte do saldo correspondente ao valor de aquisição das ações próprias detidas (Nota 5.2).

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL

A Reserva de conversão cambial corresponde ao montante acumulado relativo à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas que operam fora da zona Euro, essencialmente no Brasil, Tunísia, Líbano, Moçambique, Estados Unidos da América, Suíça e Reino Unido.

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Reserva de conversão cambial	**(219 966 936)**	**(212 153 279)**
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	9 807 870	12 353 211
Reserva de justo valor	**9 807 870**	**12 353 211**
Reserva legal	**16 695 625**	**16 695 625**
Outras reservas	**1 709 796 404**	**1 527 058 683**
Resultados transitados	**2 189 224**	**(2 312 172)**
Reservas e resultados transitados	**1 518 522 187**	**1 341 642 068**

O aumento da rubrica de Outras reservas deve-se essencialmente à entrada da Imedexa no perímetro de consolidação no decorrer do ano de 2025.

O impacto da variação cambial por divisa (ver Nota 8.1.1 Risco cambial) é como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**(212 153 279)**	**(198 301 800)**
Real brasileiro	(711 097)	(24 599 525)
Dinar tunisino	(1 023 064)	915 751
Libra libanesa	(1 229 981)	714 479
Dólar americano	(4 299 640)	9 848 720
Metical moçambicano	(910 558)	503 316
Libra esterlina	(1 293 334)	(140 191)
Outras divisas	1 654 017	(1 094 029)
Saldo final	**(219 966 936)**	**(212 153 279)**

5.6 INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

DETALHE DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM, POR SUBSIDIÁRIA

	%	Capitais próprios		Resultado líquido	
Valores em Euros	detida	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024 (reapresentado)
Pasta e Papel					
The Navigator Company, S.A.	29,97%	343 852 416	327 312 923	42 810 271	82 758 370
Raiz – Instituto de Investigação da Floresta e Papel	3,00%	389 845	360 347	25 522	36 018
Cimento					
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	0,00%	8 883	8 353	1 657	1 040
Société des Ciments de Gabès	1,28%	443 967	442 809	14 291	22 282
IRP - Indústria de Rebocos de Portugal, S.A.	25,00%	660 174	557 538	352 636	380 454
Ciments de Sibline, S.A.L.	48,95%	11 431 136	8 986 827	3 623 717	(5 573 291)
Outros		536 956	536 753	204	(1 503)
Outros negócios					
ETSA - Investimentos, SGPS, S.A.	0,01%	13 817	9 923	454	481
Tribérica, S.A.	—	—	218 781	74 979	(39 636)
		357 337 194	**338 434 254**	**46 903 731**	**77 584 215**

Em 2014, o Grupo assinou com o IFC – Internacional Finance Corporation acordos tendentes à entrada desta instituição no capital da subsidiária Portucel Moçambique, S.A., assegurando assim a fase de construção do projeto florestal do Grupo em Moçambique, tendo em 2015 esta empresa operado um aumento de capital de 1 000 milhões de meticais para 1 680,798 milhões de meticais, no qual o IFC subscreveu, 332 798 milhões de meticais, correspondentes a 19,98% do capital à data.

Em fevereiro de 2019, ocorreu a redução do capital subscrito, realizado e escriturado do acionista The Navigator Company, S.A. para 456 596 000 meticais, a que correspondem 90,02% do capital social da Empresa, tendo a participação do IFC sido revista para 50 620 000 meticais, a que correspondem 9,98% do capital social da Portucel Moçambique.

Em 19 de dezembro de 2023, foi efetuada uma adenda aos acordos inicialmente celebrados com o IFC – Internacional Finance Corporation estendendo-se a data de entrada desta instituição no capital da subsidiária Portucel Moçambique, S.A. de 31 de dezembro de 2023 para 31 de dezembro de 2028.

À data de relato, não existem direitos de proteção dos interesses que não controlam que restrinjam significativamente a capacidade da entidade para aceder ou usar ativos e liquidar passivos do Grupo.

MOVIMENTOS DOS INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM, POR SEGMENTO OPERACIONAL

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**319 460 534**	**15 302 589**	**268 590**	**335 031 713**
Dividendos	(75 012 880)	(294 290)	(730)	(75 307 900)
Diferença de aquisição a INC	(1 971 252)	—	—	(1 971 252)
Reserva de conversão cambial	2 555 616	695 089	—	3 250 705
Instrumentos financeiros	(255 127)	(44)	—	(255 171)
Ganhos e perdas atuariais	104 680	(42)	—	104 638
Outros movimentos nos CP's	(2 689)	(4)	(1)	(2 694)
Resultado líquido do exercício	82 794 388	(5 171 018)	(39 155)	77 584 215
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**327 673 270**	**10 532 280**	**228 704**	**338 434 254**
Dividendos	(22 475 694)	(251 080)	(337)	(22 727 111)
Diferença de aquisição a INC	(66 001)	—	(293 760)	(359 761)
Reserva de conversão cambial	(2 175 273)	(1 192 145)	—	(3 367 418)
Instrumentos financeiros	(3 509 079)	6	—	(3 509 073)
Ganhos e perdas atuariais	1 959 246	(452)	—	1 958 794
Outros movimentos nos CP's	(1)	2	3 777	3 778
Resultado líquido do período	42 835 793	3 992 505	75 433	46 903 731
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**344 242 261**	**13 081 116**	**13 817**	**357 337 194**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo adquiriu, a interesses que não controlam, os remanescentes 30% do capital social da Tribérica, S.A., pelo montante de Euros 1.



As políticas contabilísticas aplicáveis a interesses que não controlam, assim como a informação sobre as subsidiárias do Grupo com interesses que não controlam significativos, são divulgadas na Nota 10.1 Empresas incluídas na consolidação.

5.7 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Financiamentos	Os financiamentos obtidos incluem as Obrigações, o Papel Comercial, os empréstimos bancários e outros financiamentos.
Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período da dívida em "Juros suportados com outros empréstimos obtidos" na Nota 5.11 Rendimentos e gastos financeiros.
Justo valor	O valor contabilístico dos financiamentos obtidos de curto prazo ou contratados com taxas de juro variáveis aproxima-se do seu justo valor. O justo valor dos financiamentos obtidos que são remunerados a taxa fixa é divulgado na Nota 8.4 Ativos e passivos financeiros.
Apresentação	O Grupo deve classificar um passivo como corrente quando: a) espera liquidar o passivo no decurso normal do seu ciclo operacional; b) detém o passivo essencialmente para finalidades de negociação; c) a liquidação do passivo estiver prevista para um período de doze meses após o período de relato; ou d) não tiver um direito de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de relato.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

DIVULGAÇÃO POR SEGMENTO OPERACIONAL

Na medida em que a gestão de tesouraria é efetuada autonomamente por cada segmento de negócio, conforme divulgado na Nota 8.1 Gestão do risco financeiro, a informação sobre os financiamentos obtidos que é divulgada nesta Nota segue essa estrutura.

PAPEL COMERCIAL

O Grupo tem diversos programas de emissão de papel comercial negociados, de acordo com os quais é frequente a realização de emissões com maturidade contratual inferior a um ano, mas com natureza *revolving*. Nos casos em que o Grupo tem o direito de realizar o *roll over* destes financiamentos, apresenta os mesmos como passivos não correntes.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**
Empréstimos por obrigações	669 000 000	14 000 000	**683 000 000**	920 500 000	114 000 000	**1 034 500 000**
Papel Comercial	50 000 000	146 730 003	**196 730 003**	101 000 000	61 750 000	**162 750 000**
Empréstimos bancários	220 934 263	41 213 560	**262 147 823**	223 863 256	152 128 605	**375 991 861**
Encargos com emissão de empréstimos	(5 419 518)	1 325 647	**(4 093 871)**	(6 642 489)	159 084	**(6 483 405)**
Títulos de dívida e dívida bancária	**934 514 745**	**203 269 210**	**1 137 783 955**	**1 238 720 767**	**328 037 689**	**1 566 758 456**
Outras dívidas remuneradas	16 584 366	9 149 430	**25 733 796**	16 716 640	9 610 091	**26 326 731**
Outros financiamentos obtidos	**16 584 366**	**9 149 430**	**25 733 796**	**16 716 640**	**9 610 091**	**26 326 731**
Total financiamentos obtidos	**951 099 111**	**212 418 640**	**1 163 517 751**	**1 255 437 407**	**337 647 780**	**1 593 085 187**

A variação do valor de Financiamentos Obtidos, no montante de Euros 335 966 472, de deve-se à reclassificação da Secil para Ativos Não Correntes Detidos para Venda como referido na Nota 3.8 Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

A rubrica Outras dívidas remuneradas inclui essencialmente incentivos reembolsáveis da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, no âmbito de diversos projetos de investigação e desenvolvimento da subsidiária Navigator, onde se inclui o incentivo no âmbito do contrato de investimento celebrado com a subsidiária do Grupo, Navigator Tissue Aveiro, S.A., para a construção da nova fábrica de *tissue* em Aveiro. Este contrato compreende um incentivo financeiro sob a forma de um incentivo reembolsável, até ao valor máximo de Euros 42 166 636, sem o pagamento de juros, com um período de carência de dois anos, sendo a última amortização em 2027.

EMPRÉSTIMOS | TAXA FIXA E TAXA VARIÁVEL

	31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
TAXA FIXA						
Pasta e Papel						
Empréstimos obrigacionistas	50 000 000	—	50 000 000	50 000 000	—	50 000 000
Papel comercial	—	35 000 000	35 000 000	35 000 000	35 000 000	70 000 000
Empréstimos bancários	36 130 953	12 420 635	48 551 588	48 551 588	12 420 635	60 972 223
Cimento						
Empréstimos obrigacionistas	—	—	—	177 500 000	—	177 500 000
Empréstimos bancários	—	—	—	69 093	3 914 781	3 983 874
Outros Negócios						
Papel comercial	—	—	—	3 000 000	—	3 000 000
Empréstimos bancários	326 470	1 659 234	1 985 704	83 333	2 183 640	2 266 973
Total de Financiamentos taxa fixa	**86 457 423**	**49 079 869**	**135 537 292**	**314 204 014**	**53 519 056**	**367 723 070**
TAXA VARIÁVEL						
Pasta e Papel						
Empréstimos obrigacionistas	475 000 000	—	475 000 000	497 500 000	100 000 000	597 500 000
Papel comercial	50 000 000	5 730 003	55 730 003	50 000 000	—	50 000 000
Empréstimos bancários	145 920 399	10 659 997	156 580 396	32 715 195	23 108 607	55 823 802
Cimento						
Empréstimos obrigacionistas	—	—	—	37 500 000	—	37 500 000
Papel comercial	—	—	—	10 000 000	—	10 000 000
Empréstimos bancários	—	—	—	111 729 244	104 699 010	216 428 254
Outros Negócios						
Empréstimos obrigacionistas			—			—
Papel comercial			—			—
Empréstimos bancários	11 556 441	13 473 694	25 030 135	714 803	5 801 932	6 516 735
Holdings						
Empréstimos obrigacionistas	144 000 000	14 000 000	158 000 000	158 000 000	14 000 000	172 000 000
Papel comercial	—	106 000 000	106 000 000	3 000 000	26 750 000	29 750 000
Empréstimos bancários	27 000 000	3 000 000	30 000 000	30 000 000	—	30 000 000
Total de Financiamentos taxa variável	**853 476 840**	**152 863 694**	**1 006 340 534**	**931 159 242**	**274 359 549**	**1 205 518 791**
Total de Financiamentos bancários	**939 934 263**	**201 943 563**	**1 141 877 826**	**1 245 363 256**	**327 878 605**	**1 573 241 861**
% Taxa Fixa	9%	24%	12%	25%	16%	23%
% Taxa Variável	91%	76%	88%	75%	84%	77%

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

Valores em Euros	31/12/2025 Não Corrente	Corrente	Total	Maturidade	Indexante
Segmento - Pasta e Papel					
Navigator 2024-2029 SLB	50 000 000	—	50 000 000	junho 2028	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator 2024-2031 SLB	50 000 000	—	50 000 000	janeiro 2026	Fixa
Navigator 2024-2031 SLB	50 000 000	—	50 000 000	março 2025	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator 2025-2032 SLB	100 000 000	—	100 000 000	dezembro 2026	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator 2021-2026	100 000 000	—	100 000 000	abril 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2025-2032 SLB	125 000 000	—	125 000 000	agosto 2026	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator 2025-2032 SLB	50 000 000	—	50 000 000	junho 2029	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
	525 000 000	**—**	**525 000 000**		
Holdings					
Semapa 2022-2027	44 000 000	14 000 000	58 000 000	abril 2027	Indexada a Euribor
Semapa 2023-2030	100 000 000	—	100 000 000	junho 2030	Indexada a Euribor
	144 000 000	**14 000 000**	**158 000 000**		
	669 000 000	**14 000 000**	**683 000 000**		

Valores em Euros	31/12/2024 Não Corrente	Corrente	Total	Maturidade	Indexante
Segmento - Pasta e Papel					
Navigator 2022-2028 ESG	100 000 000	50 000 000	150 000 000	junho 2028	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator 2019-2026	50 000 000	—	50 000 000	janeiro 2026	Fixa
Navigator 2019-2025	—	10 000 000	10 000 000	março 2025	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator 2020-2026	37 500 000	37 500 000	75 000 000	dezembro 2026	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator 2021-2026	10 000 000	2 500 000	12 500 000	abril 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2021-2026 ESG	100 000 000	—	100 000 000	agosto 2026	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator 2024-2029	50 000 000	—	50 000 000	junho 2029	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator 2024-2031	50 000 000	—	50 000 000	junho 2031	Taxa variável indexada à Euribor, com swap para taxa fixa
Navigator SLB 2024-2031	50 000 000	—	50 000 000	outubro 2031	Indexada a Euribor
Navigator 2024-2031 SLB	100 000 000	—	100 000 000	maio 2031	Indexada a Euribor
	547 500 000	**100 000 000**	**647 500 000**		
Segmento - Cimento					
Secil 2019-2026	60 000 000	—	60 000 000	dezembro 2026	Fixa
Secil 2020-2027	50 000 000	—	50 000 000	abril 2027	Fixa
Secil 2023-2030	30 000 000	—	30 000 000	agosto 2030	Fixa
Secil 2023-2030	37 500 000	—	37 500 000	janeiro 2030	Fixa
Secil 2023-2030	37 500 000	—	37 500 000	janeiro 2030	Indexada a Euribor
	215 000 000	**—**	**215 000 000**		
Holdings					
Semapa 2022-2027	58 000 000	14 000 000	72 000 000	abril 2027	Indexada a Euribor
Semapa 2023-2030	100 000 000	—	100 000 000	junho 2030	Indexada a Euribor
	158 000 000	**14 000 000**	**172 000 000**		
	920 500 000	**114 000 000**	**1 034 500 000**		

No segmento Pasta e Papel, a evolução do financiamento em 2025 foi marcada pela contratação de um volume significativo de novas linhas de longo prazo (maturidades entre 5 e 7 anos), no montante de Euros 540 milhões, todos indexados a indicadores ESG. Desse total, Euros 325 milhões foram emitidos sob a forma de obrigações, com maturidade em 2032 (Euros 275 milhões) e 2033 (Euros 50 milhões). Foi ainda feita uma emissão de papel comercial (Euros 175 milhões), com tomada firme até 2030. Todos os empréstimos obrigacionistas e o papel comercial foram emitidos ao abrigo de Sustainability-Linked Bonds Framework. Esta operação contribuiu para a extensão da vida média da dívida do Grupo, bem como para a manutenção de um reduzido custo de financiamento da Empresa, além de ter condições ajustadas ao cumprimento de compromissos de sustentabilidade. As condições dos vários empréstimos obrigacionistas estão indexadas a três indicadores ESG já presentes na Agenda de Sustentabilidade da Empresa e, por sua vez, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Pasta e Papel - taxa fixa	36 130 953	12 420 635	48 551 588	48 551 588	12 420 635	60 972 223
Pasta e Papel - taxa variável	145 920 399	10 659 997	156 580 396	32 715 195	23 108 607	55 823 802
Cimento - taxa fixa	—	—	—	69 093	3 914 781	3 983 874
Cimento - taxa variável	—	—	—	111 729 244	104 699 010	216 428 254
Outros Negócios - taxa fixa	326 470	1 659 234	1 985 704	83 333	2 183 640	2 266 973
Outros Negócios - taxa variável	11 556 441	13 473 694	25 030 135	714 803	5 801 932	6 516 735
Holdings - taxa variável	27 000 000	3 000 000	30 000 000	30 000 000	—	30 000 000
	220 934 263	**41 213 560**	**262 147 823**	**223 863 256**	**152 128 605**	**375 991 861**

Em dezembro de 2023, a Navigator celebrou um novo contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Europeu de Investimento (BEI), pelo montante de 115 milhões de Euros e maturidade até 12 anos. O desembolso deste montante ocorrerá de forma faseada, em até 3 tranches, nos 18 meses após a assinatura do contrato. O empréstimo destina-se a apoiar o projeto de construção e operação da caldeira de recuperação de alta eficiência no Complexo Industrial de Setúbal, um passo fundamental no roteiro de descarbonização. Este empréstimo verde faz parte do Plano REPowerEU que visa impulsionar o financiamento da energia verde e apoiar a autonomia e a competitividade da União Europeia.

PAPEL COMERCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos sob a forma de Papel comercial detalham-se como segue:

Montante contratado	31/12/2025 Não Corrente	Corrente	Total	Maturidade	Indexante
Segmento - Pasta e Papel					
35 000 000	—	35 000 000	35 000 000	fevereiro 2026	Fixa
50 000 000	—	5 730 003	5 730 003	outubro 2030	Indexada a Euribor
50 000 000	50 000 000	—	50 000 000	maio 2030	
85 000 000	**50 000 000**	**40 730 003**	**90 730 003**		
Segmento - Outros negócios					
5 000 000	—		—	março 2025	Indexada a Euribor
5 000 000	**—**	**—**	**—**		
Holdings					
6 000 000	—	3 000 000	3 000 000	outubro 2026	Indexada a Euribor
50 000 000	—	43 000 000	43 000 000	novembro 2029	Indexada a Euribor
50 000 000	—	10 000 000	10 000 000	abril 2030	Indexada a Euribor
80 000 000	—	50 000 000	50 000 000	julho 2031	Indexada a Euribor
186 000 000	**—**	**106 000 000**	**106 000 000**		
276 000 000	**50 000 000**	**146 730 003**	**196 730 003**		

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos sob a forma de Papel comercial detalham-se como segue:

Montante contratado	31/12/2024 Não Corrente	Corrente	Total	Maturidade	Indexante
Segmento - Pasta e Papel					
70 000 000	35 000 000	35 000 000	70 000 000	fevereiro 2026	Fixa
50 000 000	50 000 000	—	50 000 000	dezembro 2025	Indexada a Euribor
120 000 000	**85 000 000**	**35 000 000**	**120 000 000**		
Segmento - Cimento					
50 000 000	10 000 000	—	10 000 000	novembro 2027	Indexada a Euribor
50 000 000	**10 000 000**	**—**	**10 000 000**		
Segmento - Outros negócios					
5 000 000	3 000 000		3 000 000	janeiro 2026	Indexada a Euribor
5 000 000	**3 000 000**	**—**	**3 000 000**		
Holdings					
6 500 000	3 000 000	1 750 000	4 750 000	outubro 2026	Indexada a Euribor
25 000 000	—	25 000 000	25 000 000	maio 2027	Indexada a Euribor
31 500 000	**3 000 000**	**26 750 000**	**29 750 000**		
206 500 000	**101 000 000**	**61 750 000**	**162 750 000**		

PRAZOS DE REEMBOLSO DOS EMPRÉSTIMOS SUPERIOR A UM ANO

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
1 a 2 anos	76 484 101	362 203 500
2 a 3 anos	33 924 916	125 590 934
3 a 4 anos	109 387 359	122 949 188
4 a 5 anos	149 548 636	174 570 106
Mais de 5 anos	587 173 617	476 766 168
Total	**956 518 629**	**1 262 079 896**

COVENANTS FINANCEIROS

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados. Os *covenants* existentes referem-se nomeadamente a cláusulas de Cross default, Pari Passu, Negative pledge, Ownership-clause, cláusulas relacionadas com a manutenção das atividades do Grupo, manutenção de rácios financeiros, nomeadamente de Dívida Líquida/EBITDA, bem como de cumprimento das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais), comuns nos contratos de financiamento e plenamente conhecidas no mercado mesmo considerando o impacto da adoção da IFRS 16.

5.8 PASSIVOS DE LOCAÇÃO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Mensuração inicial	Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de incentivos de locação a receber, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato. No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa uma taxa de juro incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável.
Mensuração subsequente	Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros (Nota 5.11 Rendimentos e gastos financeiros) e diminuído pelos pagamentos de locação (rendas).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos de locação detalham-se como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	**Não correntes**	**Correntes**	**Total**	**Não correntes**	**Correntes**	**Total**
Pasta e Papel	120 381 320	12 148 348	132 529 668	98 627 669	13 109 231	111 736 900
Cimento	—	—	—	28 164 005	9 998 527	38 162 532
Outros negócios	2 387 063	865 384	3 252 447	572 089	489 052	1 061 141
Holdings	489 360	22 274	511 634	342 639	173 976	516 615
	123 257 743	**13 036 006**	**136 293 749**	**127 706 402**	**23 770 786**	**151 477 188**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento dos passivos de locação detalha-se como segue:

Valores em Euros	**Nota**	**2025**	**2024**
Saldo inicial		**151 477 188**	**103 976 966**
Variação do perímetro		2 105 288	40 087 211
Amortização de contratos		(35 687 941)	(30 006 896)
Novos contratos		53 507 683	34 849 552
Custos com juros		5 932 915	4 934 644
Efeito cambial		(2 361 022)	609 566
Outras alterações		(350 317)	(2 973 855)
Transferência para passivos não correntes detidos para venda		(38 330 045)	—
Total de alterações nos passivos relacionados		(15 183 439)	47 500 222
Saldo final		**136 293 749**	**151 477 188**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades presentes dos passivos de locação detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025			31/12/2024		
	Rendas vincendas	**Juro sobre o passivo**	**Valor atual das responsabilidades**	**Rendas vincendas**	**Juro sobre o passivo**	**Valor atual das responsabilidades**
Até um ano	8 019 726	5 275 159	13 294 885	19 445 630	4 129 971	23 575 601
1 a 2 anos	6 808 668	4 864 804	11 673 472	15 726 111	3 663 989	19 390 100
2 a 3 anos	7 467 195	4 427 687	11 894 882	12 401 527	3 241 953	15 643 480
3 a 4 anos	6 590 611	3 984 280	10 574 891	8 847 610	2 901 466	11 749 076
4 a 5 anos	5 916 033	3 556 537	9 472 570	7 496 777	2 580 681	10 077 458
Mais de 5 anos	61 951 000	17 432 049	79 383 049	58 069 913	12 971 560	71 041 473
Valor atual das responsabilidades	**96 753 233**	**39 540 516**	**136 293 749**	**121 987 568**	**29 489 620**	**151 477 188**

A análise de maturidade dos passivos de locação é apresentada na Nota 8.1.3 Risco de liquidez.

5.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na Posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos (Nota 5.7).

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Numerário		3 578 277	1 828 857
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8.1.4	93 820 541	143 791 665
Outras aplicações de tesouraria	8.1.4	60 025 929	355 750 728
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa consolidada		**157 424 747**	**501 371 250**
Imparidades	8.1.4	—	(615)
Caixa e equivalentes de caixa		**157 424 747**	**501 370 635**

Em 2025 e 2024, a rubrica Outras aplicações de tesouraria corresponde a montantes aplicados em portefólios de ativos financeiros de curto prazo, elevada liquidez e emitentes com *rating* adequado.

O movimento ocorrido no exercício de 2025 na rubrica Imparidades detalha-se como segue:

Valores em Euros	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Var. cambial	Transferência para ativos não correntes detidos para venda	Saldo final
Líbano	615	—	—	—	(615)	—
	615	**—**	**—**	**—**	**(615)**	**—**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que estejam sujeitos a restrições de uso pelas empresas do Grupo.

5.10 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

MOVIMENTOS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO DO GRUPO

No exercício de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos nos passivos de atividades de financiamento detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1 de janeiro	**1 744 562 375**	**1 397 129 134**
Pagamento de empréstimos obtidos	(243 241 786)	(617 746 010)
Recebimentos de empréstimos obtidos	235 292 374	907 541 700
Pagamento de outras dívidas remuneradas	(7 216 435)	(12 118 879)
Recebimento de outras dívidas remuneradas	34 335 961	48 480 946
Amortização de contratos de locação financeira	(19 755 244)	(30 006 896)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento das operações descontinuadas	(96 165 213)	—
Variação fluxos caixa financiamento	**(96 750 343)**	**296 150 861**
Efeito cambial	**(10 575 590)**	**(1 163 058)**
Despesas com juros	(44 837 872)	(43 936 760)
Variação dos encargos com a emissão de empréstimos	2 389 534	(3 081 822)
Novos contratos de locação	53 381 363	34 862 090
Variação de Perímetro (Nota 1.2)	41 541 798	64 601 930
Outras variações	**52 474 823**	**52 445 438**
Variação da Dívida remunerada, incluindo passivos de locação	**(54 851 109)**	**347 433 241**
Transferência para Ativos Não Correntes Detidos para Venda	(389 899 766)	—
Dívida remunerada bruta e passivos de locação	**1 299 811 500**	**1 744 562 375**

5.11 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo Semapa classifica como Rendimentos financeiros, os rendimentos e ganhos que resultam da atividade de gestão de tesouraria tais como: i) os juros obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria; e ii) as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados negociados para a cobertura do risco de taxa de juro e taxa de câmbio dos financiamentos, independentemente da designação formal de cobertura.

Nos exercícios de 2025 e 2024, os Rendimentos e Gastos financeiros detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Juros suportados com títulos de dívida e dívida bancária		(32 492 291)	(40 813 354)
Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado		(5 511 131)	(2 554 771)
Comissões de empréstimos e gastos com aberturas de crédito		(5 269 302)	(3 968 689)
Juros suportados por aplicação do método do juro efetivo		**(43 272 724)**	**(47 336 814)**
Diferenças de câmbio desfavoráveis		(6 376 431)	(3 693 499)
Juros suportados com passivos de locação		(5 073 145)	(3 979 032)
Desconto financeiro de outros passivos		(1 268 524)	—
Perdas com instrumentos derivados de negociação		1 977 198	(4 309 226)
Perdas com instrumentos derivados de cobertura		(2 895 979)	—
Perdas de justo valor de Outros investimentos financeiros		(766 665)	—
Outros gastos e perdas financeiros		(2 162 076)	(525 026)
Outros Gastos e perdas financeiros		**(16 565 622)**	**(12 506 784)**
Juros obtidos de ativos financeiros ao custo amortizado		4 437 488	7 332 916
Ganhos com instrumentos derivados de cobertura		6 322 852	11 328 732
Ganhos de justo valor de Outros investimentos financeiros		—	2 071 180
Outros rendimentos e ganhos financeiros		47 592 974	4 450 363
Rendimentos e ganhos financeiros		**58 353 313**	**25 183 191**
Total de Gastos e perdas financeiros		(59 838 346)	(59 843 598)
Total de Rendimentos e ganhos financeiros		58 353 313	25 183 191
Resultados financeiros		**(1 485 033)**	**(34 660 407)**

A variação registada na rubrica Outros rendimentos e ganhos financeiros resulta, essencialmente, do desreconhecimento de um passivo financeiro mensurado ao custo amortizado, reconhecido na subsidiária Aphelion, no montante de Euros 45 713 831. Este desreconhecimento decorre da extinção da obrigação associada ao *earn-out* previsto no âmbito da aquisição da Triangle's.

No exercício de 2025 e 2024, as diferenças de câmbio detalham-se como segue:

Valores em Euros	2025	2024 (reapresentado)
Libra Esterlina	(2 693 632)	1 149 046
Dólar Americano	4 912 154	(4 233 578)
Outras moedas	(8 594 952)	(608 966)
	(6 376 431)	**(3 693 498)**

6 Imposto sobre o rendimento

6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da Posição financeira consolidada.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respetivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria coletável. Os dividendos são considerados no apuramento da matéria coletável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social.

GRUPO FISCAL

A sociedade dominante do grupo fiscal onde se integram as sociedades do grupo Semapa é a Sodim, SGPS, SA. desde 1 de janeiro 2023. As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto. As sociedades que compõem o Grupo Navigator integram um grupo fiscal do qual a The Navigator Company, S.A. é a sociedade dominante.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais dos diferentes territórios onde o Grupo desenvolve atividade. Quando o resultado destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento, no período em que tais diferenças se constatam.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais, estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos. Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua atividade estes prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025, sendo certo que já foram revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os períodos até 2020, inclusive.

POSIÇÕES FISCAIS INCERTAS

O montante dos ativos e passivos estimados registados por conta de processos fiscais decorre de uma avaliação efetuada pelo Grupo com referência à data da demonstração da posição financeira consolidada, quanto a potenciais divergências de entendimento com a Administração Tributária, tendo em conta os desenvolvimentos que vão ocorrendo nas matérias fiscais.

O Grupo, no que se refere à mensuração das posições fiscais incertas, tem em consideração o disposto na IFRIC 23 – Incerteza quanto aos impostos sobre o rendimento, nomeadamente na mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação, através da ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas.

REGRAS MODELO DO PILAR DOIS – OCDE

O Grupo está abrangido pelas regras modelo do Pilar Dois da OCDE desde 1 de janeiro de 2024 e aplicou a exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações à IAS 12.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da introdução do regime do Pilar Dois, não sendo, contudo, face à análise efetuada até ao momento, esperados impactos significativos, considerando o entendimento atual da interpretação destas novas regras.

Valores em Euros	2025	2024 (reapresentado)
Imposto corrente	(21 259 762)	(78 009 151)
Variação de posições fiscais incertas no exercício	3 602 832	11 603 585
Imposto diferido (Nota 6.2)	(6 616 030)	21 598 701
	(24 272 960)	**(44 806 865)**

IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Em 2025 e 2024, a rubrica Variação de posições fiscais incertas reflete um conjunto de reversões de provisões fiscais, em consequência do encerramento de alguns processos de inspeção fiscal e de decisões dos tribunais favoráveis ao Grupo.

TAXA DE IMPOSTO NOMINAL NAS PRINCIPAIS GEOGRAFIAS ONDE O GRUPO OPERA

Valores em Euros	2025	2024
Portugal		
Taxa nominal de imposto sobre o rendimento	20,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	21,5%	**22,5%**
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre Euros 1 500 000 Euros e Euros 7 500 000	3,0%	3,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre Euros 7 500 000 e Euros 35 000 000	5,0%	5,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis acima de Euros 35 000 000	9,0%	9,0%
Outros países		
Brasil - taxa nominal	34,0%	34,0%
Tunísia - taxa nominal	25,0%	15,0%
Líbano - taxa nominal	17,0%	17,0%
Espanha - taxa nominal	25,0%	25,0%
Angola - taxa nominal	25,0%	30,0%

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Valores em Euros	2025	2024 (reapresentado)
Resultado antes de impostos	**139 055 014**	**305 543 871**
Imposto esperado à taxa nominal (21,5%) (2024: 22,5%)	29 896 828	83 044 853
Derrama estadual	5 901 578	20 044 120
Imposto resultante da taxa aplicável	**35 798 406**	**103 088 973**
Diferenças (a)	(2 011 703)	(3 980 656)
Imposto relativo a exercícios anteriores	(5 914 739)	(14 435 200)
Prejuízos fiscais recuperáveis	(2 151 533)	(8 567 642)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	3 924 211	2 504 721
Aumento das responsabilidades adicionais de imposto	400 000	5 792 190
Reversão de responsabilidades adicionais de imposto	(3 602 832)	(10 530 869)
Efeito da reconciliação das taxas nominais dos diferentes países	(1 599 426)	3 882 342
Benefícios fiscais	(4 011 525)	(18 311 822)
Efeito das operações descontinuadas	852 600	(13 961 207)
Outros ajustamentos à coleta	2 589 501	(673 965)
	24 272 960	**44 806 865**
Taxa efetiva de imposto	**17,46%**	**14,66%**

(a) Este valor respeita essencialmente a :	2025	2024 (reapresentado)
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial (Nota 10.3)	(3 821 121)	(1 283 997)
Mais / (Menos) valias fiscais	(34 908 266)	1 936 914
(Mais) / Menos valias contabilísticas	30 553 050	(3 266 383)
Imparidades e provisões tributadas	49 592 637	1 628 653
Benefícios fiscais	(1 730 140)	(10 788 592)
Redução de imparidades e provisões tributadas	(7 560 955)	2 899 145
Benefícios pós-emprego	2 173 734	(2 172 188)
Incentivo à capitalização de empresas	(5 273 873)	(17 347 915)
Dupla tributação económica internacional	—	13 970 336
Outros	(38 381 824)	(3 267 779)
	(9 356 758)	**(17 691 806)**
Impacto fiscal (21,5%) (2024: 22,5%)	**(2 011 703)**	**(3 980 656)**

IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	12 308 509	12 402 763
Valores pendentes de reembolso (processos fiscais decididos a favor do Grupo)	29 399 807	20 621 461
	41 708 316	**33 024 224**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	412 905	35 594 045
Responsabilidades adicionais de imposto	17 744 266	31 861 234
	18 157 171	**67 455 279**

DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS – IRC (LÍQUIDO)

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre o rendimento do exercício	39 665 503	100 011 538
Ajustamento cambial	—	88
Pagamentos por conta, especiais e adicionais por conta	(58 156 556)	(73 304 675)
Retenções na fonte a recuperar	(3 577 757)	(2 233 465)
IRC de exercícios anteriores	10 173 206	(1 282 203)
	(11 895 604)	**23 191 283**

POSIÇÕES FISCAIS INCERTAS – PASSIVOS

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	**31 861 234**	**41 197 731**
Aumentos	13 891 207	9 656 216
Pagamentos/(Recebimentos)	(11 631 561)	(10 530 869)
Ajustamento cambial	(97 425)	32 525
Transferências	(2 849 567)	(6 451 126)
Reversões	(2 101 206)	(2 043 243)
Transferência para passivos não correntes detidos para venda	(11 328 416)	—
Saldo no final do exercício	**17 744 266**	**31 861 234**
Variação do período	**(3 602 832)**	**(11 603 585)**

LIQUIDAÇÕES PAGAS EM CONTENCIOSO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as liquidações adicionais de imposto que se encontram pagas e contestadas, não reconhecidas no ativo, respeitam ao Segmento Pasta e Papel e resumem-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Segmento Pasta e Papel		
IRC agregado 2006	8 150 146	8 150 146
IRC agregado 2018	—	8 014 795
IRC 2015 - Navigator Tissue Ródão, S.A.	—	1 457 205
IRC 2020 - Processo 357/2025	1 523 457	—
Derrama Estadual 2015 II	7 586 361	7 586 361
Derrama Estadual 2016	—	6 970 541
Derrama Estadual 2017	—	3 761 397
Derrama Estadual 2018	8 462 724	8 462 724
Derrama Estadual 2019	2 466 974	2 466 974
Derrama Estadual 2020	5 183 000	5 183 000
Derrama Estadual 2021	6 154 906	6 154 906
	39 527 568	**58 208 049**

6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade da Posição financeira consolidada, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica. Os incentivos fiscais atribuídos no âmbito de projetos de investimento a desenvolver pelo Grupo são reconhecidos em resultados do período na medida da existência de matéria coletável nas empresas beneficiárias que permita a sua utilização.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS EM RELAÇÃO A PREJUÍZOS FISCAIS POR UTILIZAR

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos por impostos diferidos registados em relação a prejuízos fiscais por utilizar referem-se essencialmente à Semapa e subsidiárias do Grupo em Portugal e no Reino Unido

De acordo com a legislação fiscal em Portugal, nomeadamente com as alterações introduzidas ao Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas em matéria de recuperabilidade de prejuízos fiscais, pela Lei do Orçamento de Estado de 2023 (Lei n.º 24-D/2022), deixou de estar previsto um limite temporal para dedução de prejuízos fiscais. Neste sentido, é convicção da gestão que, de acordo com o plano de negócios de médio prazo, as empresas venham a gerar lucros tributáveis que serão compensados com os prejuízos fiscais acumulados e não expirados até 31 de dezembro de 2025.

IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS EM RELAÇÃO A CRÉDITOS FISCAIS POR UTILIZAR

Os ativos por impostos diferidos registados em relação a créditos fiscais por utilizar com referência a 31 de dezembro de 2025 são referentes às subsidiárias residentes em Portugal que obtiveram créditos de imposto decorrentes de dispêndios realizados em investigação e desenvolvimento.

De acordo com o plano de negócios de médio prazo, as subsidiárias referidas geram lucros tributáveis e consequentemente coleta suficiente para utilizar os créditos de imposto disponíveis.

MOVIMENTOS EM IMPOSTOS DIFERIDOS

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2025	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados			Capital próprio	Transferências	Ativos detidos para venda	Variação de perímetro	Em 31 de dezembro de 2025
			Aumentos	Reduções	Operações descontinuadas					
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos										
Prejuízos fiscais reportáveis	291 100 328	(4 016 730)	7 534 443	(41 758 039)	(914 006)	—	(600 685)	(62 389 977)	4 925 422	193 880 756
Provisões tributadas	61 368 021	(124 852)	1 526 726	(8 125 338)	(5 850 795)	—	—	(38 856 939)	—	9 936 823
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	27 098 596	(11 553)	18 589 842	(4 301 481)	(626 395)	—	(602 466)	(6 651 173)	1 555 672	35 051 042
Pensões e outros benefícios pós-emprego	2 119 163	(8 390)	—	—	(136 578)	(30 077)	—	(1 944 117)	—	1
Instrumentos financeiros	2 748 302	(229 882)	—	—	9 123 543	(1 692 670)	(207 383)	(9 741 911)	—	(1)
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	32 242 629	4 100	—	(24 519 722)	(280 572)	—	—	(2 874 455)	—	4 571 980
Valorização das florestas em crescimento	28 116 466	—	1 339 730	(28 116 466)	—	—	—	—	—	1 339 730
Subsídios ao investimento	5 811 658	—	685 397	(2 010 712)	—	—	—	(1 408 672)	—	3 077 671
Passivos de locação relativos a ativos sob direito de uso	74 717 190	(85 333)	5 752 864	(2 953 575)	—	—	—	—	—	77 431 146
Outras diferenças temporárias	21 014 786	88 187	1 110 358	(1 184 582)	(8 616 955)	—	774 247	(10 166 172)	20 632	3 040 501
	546 337 139	**(4 384 453)**	**36 539 360**	**(112 969 915)**	**(7 301 758)**	**(1 722 747)**	**(636 287)**	**(134 033 416)**	**6 501 726**	**328 329 649**
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos										
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	(29 546 728)	138 156	—	—	599 143	—	(1)	28 809 430	—	—
Pensões e outros benefícios pós-emprego	(1 805 584)	—	33 532	1 468 266	(30 381)	(8 772 159)	—	1 168 667	—	(7 937 659)
Instrumentos financeiros	(35 801 346)	(74 927)	985 477	2 392 327	6 885 911	16 816 382	207 383	7 332 361	—	(1 256 432)
Incentivos fiscais	(2 902 778)	—	—	329 749	—	—	—	—	—	(2 573 029)
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	(377 919 146)	2 329 345	(9 048 641)	29 049 913	5 185 508	—	—	77 947 025	—	(272 455 996)
Menos-valias contabilísticas diferidas (intragrupo)	(16 703 494)	—	—	—	351	—	1	16 703 142	—	—
Valorização das florestas em crescimento	(7 849 765)	—	(1 201 640)	—	—	—	—	—	—	(9 051 405)
Justo valor dos ativos intangíveis - Marcas	(232 799 084)	14 695	—	—	—	—	—	74 548 389	—	(158 236 000)
Justo valor dos ativos fixos	(4 604 191)	—	—	4 604 191	—	—	—	—	—	—
Justo valor apurado em combinações empresariais	(227 935 475)	5 357 303	—	22 186 678	131 949	—	—	54 752 123	(117 568 454)	(263 075 876)
Economias hiperinflacionárias	(18 693 239)	1 973 023	—	—	—	—	—	16 720 216	—	—
Ativos sob direito de uso	(68 093 592)	—	(1 177 467)	2 968 204	—	—	—	—	(7 300)	(66 310 155)
Outras diferenças temporárias	(32 252 043)	7 332	(1 608 405)	70 723	3 261 034	—	97 719	28 121 269	(2 766 006)	(5 068 377)
	(1 056 906 465)	**9 744 927**	**(12 017 144)**	**63 070 051**	**16 033 515**	**8 044 223**	**305 102**	**306 102 622**	**(120 341 760)**	**(785 964 929)**
Ativos por impostos diferidos	**141 411 996**	**(1 299 360)**	**11 126 531**	**(34 218 790)**	**(4 488 060)**	**590 667**	**(392 570)**	**(37 995 556)**	**1 576 074**	**76 310 932**
Passivos por impostos diferidos	**(284 681 996)**	**2 312 754**	**(3 428 779)**	**19 905 008**	**6 306 306**	**2 625 703**	**416 999**	**84 632 666**	**(30 005 542)**	**(201 916 881)**

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2024	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados			Capital próprio	Transferências	Ativos detidos para venda	Variação de perímetro	Em 31 de dezembro de 2024
			Aumentos	Reduções	Operações descontinuadas					
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos										
Prejuízos fiscais reportáveis	234 629 368	(9 989 858)	68 901 871	(59 730 526)	—	—	792 887	—	56 496 586	291 100 328
Provisões tributadas	49 945 756	(754 046)	13 691 761	(9 712 644)	—	—	8 197 194	—	—	61 368 021
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	40 612 705	(479 600)	4 334 791	(17 369 300)	—	—	—	—	—	27 098 596
Pensões e outros benefícios pós-emprego	2 224 161	4 096	150 425	(316 959)	—	74 612	(17 172)	—	—	2 119 163
Instrumentos financeiros	8 405 075	(331 226)	239 587	—	—	1 719 273	(7 284 407)	—	—	2 748 302
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	16 053 617	(162 303)	20 967 763	(4 616 448)	—	—	—	—	—	32 242 629
Valorização das florestas em crescimento	24 904 297	—	3 212 169	—	—	—	—	—	—	28 116 466
Subsídios ao investimento	5 814 265	—	804 830	(807 437)	—	—	—	—	—	5 811 658
Justo valor apurado em combinações empresariais	61 366	—	—	—	—	—	(61 366)	—	—	—
Remuneração convencional de capital	280 000	—	—	(280 000)	—	—	—	—	—	—
Passivos de locação relativos a ativos sob direito de uso	—	—	74 127 963	—	—	—	—	—	589 227	74 717 190
Outras diferenças temporárias	4 666 203	(1 325 980)	8 906 715	(1 507 283)	—	(788 153)	11 063 284	—	—	21 014 786
	387 596 813	(13 038 917)	195 337 875	(94 340 597)	—	1 005 732	12 690 420	—	57 085 813	546 337 139
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos										
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	(36 018 220)	5 829 926	—	641 566	—	—	—	—	—	(29 546 728)
Pensões e outros benefícios pós-emprego	(1 599 042)	—	(48 015)	(31)	—	(175 669)	17 173	—	—	(1 805 584)
Instrumentos financeiros	(17 838 378)	571 496	(2 966 286)	—	—	(3 421 285)	(12 146 893)	—	—	(35 801 346)
Incentivos fiscais	(3 714 470)	—	—	424 209	—	—	387 483	—	—	(2 902 778)
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	(381 333 281)	8 470 214	(8 678 769)	38 968 214	—	—	1	—	(35 345 525)	(377 919 146)
Menos-valias contabilísticas diferidas (intragrupo)	(16 703 845)	—	—	351	—	—	—	—	—	(16 703 494)
Valorização das florestas em crescimento	(3 519 844)	—	(4 329 921)	—	—	—	—	—	—	(7 849 765)
Justo valor dos ativos intangíveis - Marcas	(233 379 749)	580 665	—	—	—	—	—	—	—	(232 799 084)
Justo valor dos ativos fixos	(19 875 741)	—	—	15 271 550	—	—	—	—	—	(4 604 191)
Justo valor apurado em combinações empresariais	(144 194 297)	(764 359)	(3 475 000)	20 277 749	—	—	—	—	(99 779 568)	(227 935 475)
Economias hiperinflacionárias	(24 591 728)	(1 217 732)	—	7 116 221	—	—	—	—	—	(18 693 239)
Ativos sob direito de uso	—	—	(68 093 592)	—	—	—	—	—	—	(68 093 592)
Outras diferenças temporárias	(29 425 891)	40 882	(5 334 392)	3 287 240	—	—	(702 346)	—	(117 536)	(32 252 043)
	(912 194 486)	13 511 092	(92 925 975)	85 987 069	—	(3 596 954)	(12 444 582)	—	(135 242 629)	(1 056 906 465)
Ativos por impostos diferidos	**101 622 122**	**(4 631 644)**	**49 530 332**	**(24 877 013)**	**—**	**354 110**	**5 142 636**	**—**	**14 271 453**	**141 411 996**
Passivos por impostos diferidos	**(249 454 910)**	**5 204 494**	**(25 627 089)**	**24 406 781**	**—**	**(355 428)**	**(5 045 188)**	**—**	**(33 810 656)**	**(284 681 996)**

PREJUÍZOS FISCAIS POR UTILIZAR SEM IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS

31 de dezembro de 2025 Valores em Euros	Total	2026	2027	2028	2029	2030	2031 e posteriores
Prejuízos fiscais sem prazo de caducidade							
Prejuízos fiscais do Grupo Fiscal (RETGS) Semapa	55 644 794	—	—	—	—	—	55 644 794
Prejuízos fiscais de empresas fora dos RETGS do Grupo							
Secil Brasil Participações, S.A. (Brasil)	5 296 384	—	—	—	—	—	5 296 384
Supremo Cimentos, SA (Brasil)	57 363 143	—	—	—	—	—	57 363 143
Semapa Inversiones SL (Espanha)	13 249 366	—	—	—	—	—	13 249 366
ALLMA, Lda.	166 551	—	—	—	—	—	166 551
Madebritas, Lda.	21 318	—	—	—	—	—	21 318
Navigator Africa	40 251	40 251	—	—	—	—	—
Navigator Green Fuels Setúbal	4 706	4 706	—	—	—	—	—
Navigator Green Fuels Figueira da Foz	4 706	4 706	—	—	—	—	—
Navigator Fiber Solutions	50 149	50 149	—	—	—	—	—
Prejuízos fiscais com prazo de caducidade							
Prejuízos fiscais de empresas fora dos RETGS do Grupo							
Secil Angola, SARL	12 775 613	1 839 963	3 831 098	969 490	1 758 922	1 886 003	2 490 137
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	605 132	605 132	—	—	—	—	—
Portucel Moçambique	47 009 819	47 009 819	—	—	—	—	—
Prejuízos Fiscais reportáveis sem Imposto Diferido	**192 231 932**	**49 554 726**	**3 831 098**	**969 490**	**1 758 922**	**1 886 003**	**134 231 693**

7 Pessoal

7.1 BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO AOS EMPREGADOS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

DIREITOS ADQUIRIDOS – FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os colaboradores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

GRATIFICAÇÕES

De acordo com o sistema de gestão de desempenho vigente, os empregados podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Estas responsabilidades são registadas no período em que os empregados adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração dos resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data da Posição financeira consolidada está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Grupo deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual o Grupo reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses após o final do período de reporte são descontados para o seu valor presente.

GASTOS COM PESSOAL RECONHECIDOS NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Remunerações dos Órgãos Sociais		13 286 260	10 323 628
Outras remunerações		190 057 779	170 521 527
Benefícios de pós-emprego	7.3.10	2 417 824	1 667 139
Outros gastos com o pessoal		58 782 475	50 496 208
Gastos com o pessoal		**264 544 338**	**233 008 502**

No global, o aumento dos gastos com pessoal fica a dever-se à aquisição do Grupo Navigator Tissue UK que integrou o Grupo em maio de 2024, com um impacto a 31 de dezembro de 2025 no montante de Euros 22 836 551, à aqusição do Grupo Barna, que integrou o Grupo desde janeiro de 2025, com um impacto a 31 de dezembro de 2025 no montante de 4 879 953 e à aquisição da Imedexa, que integrou o Grupo em julho de 2025, com um impacto a 31 de dezembro de 2025 no montante de Euros8 008 721.

OUTROS GASTOS COM PESSOAL

Valores em Euros	2025	2024 (reapresentado)
Contribuições para a Segurança Social	39 535 944	32 980 213
Seguros	8 014 197	7 214 964
Gastos de ação social	4 119 430	3 711 331
Indemnizações	3 935 840	4 157 553
Outros gastos com pessoal	3 177 064	2 432 147
	58 782 475	**50 496 208**

NÚMERO DE EMPREGADOS NO FINAL DO PERÍODO

	31/12/2025	31/12/2024	Var. 25/24
Pasta e Papel	3 919	3 951	(32)
Cimento	—	2 565	(2 565)
Outros negócios	1 556	591	965
Holdings	49	43	6
	5 524	**7 150**	**(1 626)**

O acréscimo do número de empregados nos Outros negócios deve-se às aquisições por concentrações de atividades empresariais (Nota 1.2), ocorridas durante o exercício de 2025.

7.2 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Órgãos Sociais da Semapa			
Conselho de Administração		4 205 857	2 919 432
Conselho Fiscal		73 741	75 985
Comissão de Remunerações		54 100	54 000
Mesa da Assembleia Geral		6 000	6 000
		4 339 698	**3 055 417**
Órgãos Sociais de outras empresas do Grupo		**8 946 562**	**7 268 211**
Total	**7.1**	**13 286 260**	**10 323 628**

Todos os detalhes da política de remunerações dos membros do Conselho de Administração da Semapa encontram-se descritos no relatório do Governo Societário da sociedade, Parte I – Secção D.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativamente aos membros do Conselho de Administração da Semapa, não existiam: i) quaisquer responsabilidades adicionais afetas a outros benefícios de longo prazo, ii) benefícios de cessação de emprego, iii) pagamentos com base em ações atribuídas nem iv) quaisquer saldos pendentes.

Adicionalmente, três dos atuais administradores da subsidiária Navigator são participantes de planos de pensões da Navigator Brands, S.A., na qualidade de colaboradores daquela sociedade, antes de integrarem cargos de administração.

7.3 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de benefício definido.

O Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades. Com base no método das unidades de crédito projetadas, o Grupo reconhece os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados. Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, no mínimo, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente.

A responsabilidade assim determinada é apresentada na Posição financeira consolidada, deduzida do justo valor dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais que resultam da alteração no valor das responsabilidades estimadas, como consequência de alterações aos pressupostos financeiros e demográficos utilizados e ganhos de experiência, adicionadas do diferencial entre o retorno real dos ativos do fundo e a quota-parte estimada no juro líquido, são designados por remensurações e registados diretamente na Demonstração do rendimento integral, em resultados transitados.

O juro líquido corresponde à aplicação da taxa de desconto ao valor das responsabilidades líquidas (valor das responsabilidades deduzido do justo valor dos ativos do fundo) e é reconhecido nos resultados do período, na rubrica de Gastos com o pessoal.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do período quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos relativos à contribuição para planos de contribuição definida, de uma percentagem dos vencimentos dos empregados abrangidos por esses planos, por forma a proporcionar um complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Para este efeito, foram constituídos Fundos de Pensões que visam a capitalização daquelas contribuições, para os quais os empregados podem ainda efetuar contribuições voluntárias, mas relativamente aos quais o Grupo não assume responsabilidades de contribuição adicionais ou um retorno pré-fixado. Desta forma, as contribuições efetuadas são registadas como gastos do período, no qual são reconhecidas, independentemente do momento da sua liquidação.

7.3.1 PLANOS | SUBGRUPO NAVIGATOR

Navigator – Planos de Benefício definido

Descrição

O Grupo tem responsabilidades com planos de benefício pós-emprego de Benefício Definido para um reduzido grupo de Colaboradores que optaram por manter o Plano de Benefício Definido (The Navigator Company), ou, tendo convertido o seu plano num Plano de Contribuição Definida, optaram por manter uma Cláusula de Salvaguarda (Navigator Brands).

Na prática a cláusula de salvaguarda dá a opção ao Colaborador, na data da reforma, de beneficiar do pagamento de uma pensão de acordo com o previsto no Plano de Benefício Definido. Para quem optar por acionar a Cláusula de Salvaguarda, o montante acumulado no plano de Contribuição Definida (Conta 1) será utilizado para financiar a responsabilidade do Plano de Benefício Definido.

Navigator – Planos de contribuição definida

Descrição

A 31 de dezembro de 2025 estavam em vigor três planos de Contribuição Definida, que abrangiam 3 276 Beneficiários (2024: 3 278 Beneficiários).

7.3.2 PLANOS | SUBGRUPO SECIL

Secil – Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e sobrevivência (planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades)

Descrição

A subsidiária Secil e as suas subsidiárias Secil Betão, S.A., Cimentos Madeira, Lda., Betomadeira, S.A. e Societé des Ciments de Gabès assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência e subsídio de reforma.

As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros, ou cobertas por apólices de seguro. Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projetada.

Secil – Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e sobrevivência (planos de benefícios definidos a cargo do Grupo)

Descrição

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de dezembro de 1987, são asseguradas diretamente pela Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas pela subsidiária Secil Martingança, S.A. são asseguradas diretamente pela empresa.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com atuais pensionistas e o método de crédito da unidade projetada, na avaliação das responsabilidades com ativos.

Secil – Responsabilidades por assistência na doença (plano de benefícios definidos)

Descrição

A subsidiária Cimentos Madeira, Lda. mantém com os seus reformados regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, através de um seguro de saúde contratado.

Secil – Responsabilidades por subsídios de reforma e morte (plano de benefícios definidos)

Descrição

A subsidiária do Grupo Societé des Ciments de Gabès (Tunísia) assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio de reforma por velhice e por invalidez com base no Acordo Coletivo de Trabalho, artigo 52, que representa: (i) 3 meses do último salário, se o trabalhador tem menos de 30 anos ao serviço da empresa e (ii) 4 meses do último salário, se o trabalhador tem 30 anos ou mais ao serviço da empresa.

A Secil assumiu com os seus trabalhadores admitidos até 1 de janeiro de 2011 a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio por morte do trabalhador ativo, de igual valor a 3 meses do último salário auferido ou 1 mês caso se trate de ex-colaboradores da CMP – Cimentos Maceira e Patais, S.A.

Secil – Planos de contribuição definida	
Plano Secil e CMP (Aplicável a Secil e Secil Brands)	Incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo (e que se encontravam abrangidos pelo plano de benefícios definidos em vigor nas empresas) e que tenham optado pela transição para estes Planos e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de janeiro de 2010, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração.
Plano SBI (Aplicável a Secil Betão, S.A., Secil Britas, Betomadeira, Cimentos Madeira e Brimade)	Secil Betão e Secil Britas: Incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo. No caso da Secil Betão, celebrado ao abrigo do CCT celebrado entre a APEB e a FETESE e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de janeiro de 2010, com exceção dos trabalhadores da Secil Betão que estejam abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB e a FEVICCOM, os quais continuam a beneficiar do Plano de benefício definido. O plano é aplicável aos membros dos órgãos de administração. Betomadeira: Incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2010 tinham um contrato de trabalho sem termo, celebrado ao abrigo do CCT celebrado entre a APEB e a FETESE, e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo a partir de 1 de janeiro de 2011. O plano é aplicável aos membros dos órgãos de administração. Cimentos Madeira e Brimade: Incluem todos os trabalhadores que à data de 1 de janeiro de 2012 e 1 de julho de 2012, para a Cimentos Madeira e Brimade, respetivamente, tinham um contrato de trabalho sem termo e a todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo a partir das datas anteriormente referidas. O plano é aplicável aos membros dos órgãos de administração.

Secil – Planos de contribuição definida	
Descrição	A Secil assumiu com os seus empregados a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que atingem 25 anos de antiguidade, os quais são pagos no ano em que o empregado perfaz aquele número de anos ao serviço da empresa.

7.3.3 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO ASSOCIADO A PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO

A exposição do Grupo ao risco encontra-se limitada ao número de beneficiários já existentes e terá tendência a diminuir, uma vez que não existem no Grupo planos de benefício definido abertos à adesão de novos empregados. Os riscos mais significativos a que o Grupo se encontra exposto através dos planos de benefício definido incluem:

– Risco de alteração da longevidade dos participantes;

– Risco de variação das taxas de mercado – a variação de taxas impacta a taxa utilizada para descontar as responsabilidades (taxa de juro técnica) que se baseia em curvas de rentabilidade (*yield*) de obrigações com notação *rating* elevado e com maturidades semelhantes às datas de termo das responsabilidades e a taxa fixa de rendimento dos ativos; e

– Risco de alteração da taxa de crescimento salarial e de pensões.

O nível de financiamento do fundo pode variar em função não só dos riscos enunciados, mas também da rentabilidade dos ativos financeiros do fundo. Apesar do perfil conservador do fundo (composto maioritariamente por ativos de rendimento fixo), a verificação dos riscos atrás referidos poderá levar à necessidade de contribuições adicionais para o fundo considerando a natureza de benefício definido.

O Grupo tem por objetivo manter um nível da cobertura das responsabilidades de 90%.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

7.3.4 PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Fórmula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de maio	
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90-1	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial - Segmento dos Cimentos		2,25%
Taxa de crescimento salarial - Restantes Segmentos	2,00%	2,00%
Taxa de juro técnica - Segmento dos Cimentos		3,00%
Taxa de juro técnica - Restantes Segmentos	4,22%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões - Segmento dos Cimentos		1,58%
Taxa de crescimento das pensões - Restantes Segmentos	1,5% ou 2,00%	1,5% ou 2,00%
Taxa de reversibilidade das pensões Semapa	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12

7.3.5 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O Grupo considera a taxa de juro técnica e a taxa de crescimento salarial esperada como as variáveis mais significativas no cálculo das responsabilidades referentes a planos de benefícios definidos.

Em 31 de dezembro de 2025, uma alteração em baixa de 0,5 pontos percentuais nas taxas de desconto utilizadas no cálculo das responsabilidades com pensões originaria um acréscimo de responsabilidades de cerca de Euros 9,1 milhões (31 de dezembro de 2024: uma alteração em baixa na taxa de desconto utilizada em 0,5 pontos percentuais originaria um acréscimo de responsabilidades de cerca de Euros 10 milhões).

7.3.6 RESPONSABILIDADES LÍQUIDAS COM PENSÕES

As responsabilidades líquidas refletidas na demonstração da posição financeira consolidada e o número de beneficiários dos planos de benefício definido em vigor no Grupo detalham-se como segue:

	Pasta e Papel		Cimento		Holdings		Total	
31 de dezembro de 2025	**Nº Benef.**	**Valor**	**Nº Benef.**	**Valor**	**Nº Benef.**	**Valor**	**Nº Benef.**	**Valor**
Responsabilidades com Pensões								
Ativos	277	38 156 476	—	—	—	—	277	38 156 476
Ex-colaboradores	106	14 970 532	—	—	—	—	106	14 970 532
Aposentados	678	98 705 712	—	—	—	366 413	678	99 072 125
Valor de mercado dos Fundos de pensões	—	(161 188 224)	—	—	—	—	—	(161 188 224)
Responsabilidades com pensões não cobertas	**1 061**	**(9 355 504)**	**—**	**—**	**—**	**366 413**	**1 061**	**(8 989 091)**
Outras Responsabilidades sem fundo afeto								
Total responsabilidades pós-emprego	**1 061**	**(9 355 504)**	**—**	**—**	**—**	**366 413**	**1 061**	**(8 989 091)**
Total responsabilidades líquidas	**1 061**	**(9 355 504)**	**—**	**—**	**—**	**366 413**	**1 061**	**(8 989 091)**

* Excesso de fundo na passagem a CD

	Pasta e Papel		Cimento		Holdings		Total	
31 de dezembro de 2024	**Nº Benef.**	**Valor**	**Nº Benef.**	**Valor**	**Nº Benef.**	**Valor**	**Nº Benef.**	**Valor**
Responsabilidades com Pensões								
Ativos	301	43 344 735	32	13 039	—	—	333	43 357 774
Ex-colaboradores	114	17 567 947	—	—	—	—	114	17 567 947
Aposentados	662	98 711 371	419	11 316 022	1	473 495	1 082	110 500 888
Valor de mercado dos Fundos de pensões	—	(160 971 371)	—	(10 997 017)	—	—	—	(171 968 388)
Capital seguro	—	—	50	172 157	—	—	50	172 157
Apólices de Seguro	—	—	—	(73 972)	—	—	—	(73 972)
Conta reserva*	—	—	—	(575 154)	—	—	—	(575 154)
Responsabilidades com pensões não cobertas	**1 077**	**(1 347 318)**	**501**	**(144 925)**	**1**	**473 495**	**1 579**	**(1 018 748)**
Outras Responsabilidades sem fundo afeto								
Assistência na doença	—	—	5	49 116	—	—	5	49 116
Reforma e morte	—	—	490	170 906	—	—	490	170 906
Total responsabilidades pós-emprego	**1 077**	**(1 347 318)**	**996**	**75 097**	**1**	**473 495**	**2 074**	**(798 726)**
Prémio de antiguidade	—	—	419	387 972	—	—	419	387 972
Total responsabilidades líquidas	**1 077**	**(1 347 318)**	**1 415**	**463 069**	**1**	**473 495**	**2 493**	**(410 754)**

* Excesso de fundo na passagem a CD

Em 2025, os valores das responsabilidades registaram uma redução significativa em resultado de:

a) Incremento da taxa de desconto de 3,5% para 4,22%, que originou a redução das responsabilidades em Euros 13 321 373;

b) Revisão da tábua de mortalidade de TV88/90 para TV88/90-1, resultando no aumento das responsabilidades em Euros 6 033 166.

INFORMAÇÃO HISTÓRICA – ÚLTIMOS CINCO ANOS

Valores em Euros	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Valor presente das obrigações	208 795 561	172 851 550	172 079 026	172 206 760	152 199 133
Justo valor dos ativos e conta Reserva	201 916 753	167 274 880	171 387 028	172 617 514	161 188 224
Excedente / (défice)	**6 878 808**	**5 576 670**	**691 998**	**(410 754)**	**(8 989 091)**
Remensurações	**(9 822 581)**	**2 276 241**	**1 029 116**	**2 910 271**	**8 787 204**

7.3.7 EVOLUÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A duração média esperada das responsabilidades por benefícios definidos é de 7 anos para os planos do segmento dos Cimentos e de 12 anos para os planos do segmento da Pasta e Papel.

31 de dezembro de 2025 Valores em Euros	Saldo inicial	Variação cambial	Alteração de pressupostos	Gastos e rendimentos	Desvios atuariais	Pagamentos efetuados	Saldo final
Segmento Pasta e Papel							
Pensões com fundo autónomo	159 624 053	—	—	5 475 223	(5 438 352)	(7 828 205)	151 832 719
Segmento Cimento							
Pensões a cargo do Grupo							
Pensões com fundo autónomo							
Capital de seguro							
Reforma e morte							
Assistência na doença							
Prémios de antiguidade							
Segmento Holdings							
Pensões a cargo do Grupo	473 497	—	—	23 431	—	(130 514)	366 414
	160 097 550	**—**	**—**	**5 498 654**	**(5 438 352)**	**(7 958 719)**	**152 199 133**

31 de dezembro de 2024 Valores em Euros	Saldo inicial	Variação cambial	Alteração de pressupostos	Gastos e rendimentos	Desvios atuariais	Pagamentos efetuados	Saldo final
Segmento Pasta e Papel							
Pensões com fundo autónomo	158 256 875	—	—	5 434 959	3 243 001	(7 310 782)	159 624 053
Segmento Cimento							
Pensões a cargo do Grupo	1 525 465	—	—	41 794	40 859	(251 543)	1 356 575
Pensões com fundo autónomo	10 978 979	—	—	308 557	46 035	(1 361 085)	9 972 486
Capital de seguro	168 149	4 478	—	29 282	(822)	(28 930)	172 157
Reforma e morte	148 105	1 611	—	21 379	3 172	(3 360)	170 907
Assistência na doença	43 566	—	6 657	1 242	1 861	(4 211)	49 115
Prémios de antiguidade	377 309	—	—	64 882	—	(54 221)	387 970
Holdings							
Pensões a cargo do Grupo	580 578	—	—	23 431	—	(130 512)	473 497
	172 079 026	**6 089**	**6 657**	**5 925 526**	**3 334 106**	**(9 144 644)**	**172 206 760**

7.3.8 EVOLUÇÃO DOS FUNDOS AFETOS AOS PLANOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

	31/12/2025		31/12/2024	
Valores em Euros	**Fundo autónomo**	**Capital seguro**	**Fundo autónomo**	**Capital seguro**
Valor no início	**171 968 388**	**73 972**	**170 736 095**	**82 126**
Variação cambial	—	—	—	1 992
Dotação efetuada	4 696 205	—	—	10 138
Juros	3 348 852	—	5 770 619	7 915
Retorno dos ativos dos planos	(7 828 204)	—	4 133 541	731
Pensões pagas	—	—	(8 671 867)	(28 930)
Transferência para passivo não corrente detido para venda	(10 997 017)	(73 972)		
Valor no fim do exercício	**161 188 224**	**—**	**171 968 388**	**73 972**

No decurso dos períodos de 2025 e 2024, as contribuições para os planos de benefício definido apresentadas supra como Dotações efetuadas foram integralmente realizadas pelas subsidiárias do Grupo, não se tendo verificado quaisquer contribuições por parte dos participantes dos mesmos.

FUNDOS AFETOS A PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO – CONTRIBUIÇÕES ESTIMADAS NO PRÓXIMO PERÍODO

As contribuições previstas para o próximo período de relato anual estão, entre outros fatores, dependentes da rentabilidade dos ativos dos fundos.

7.3.9 COMPOSIÇÃO DO PATRIMÓNIO DOS FUNDOS AFETOS A PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Valores em Euros	**31/12/2025**	**%**	**31/12/2024**	**%**
Títulos cotados em mercado ativo				
Obrigações	82 059 861	50,9%	101 053 773	58,8%
Ações	43 563 891	27,0%	43 463 326	25,3%
Dívida pública	28 212 948	17,5%	21 436 253	12,5%
Liquidez	1 491 603	0,9%	1 361 213	0,8%
Outras aplicações	5 859 921	3,6%	4 653 823	2,7%
	161 188 224	**100,0%**	**171 968 388**	**100,0%**

Os montantes evidenciados nas categorias Obrigações, Ações e Dívida Pública, correspondem aos justos valores destes ativos, integralmente determinados com base nas cotações observáveis em mercados líquidos ativos (regulamentados) à data de referência da Demonstração da posição financeira consolidada. Os ativos dos fundos não incluem quaisquer ativos afetos ao Grupo.

7.3.10 GASTOS SUPORTADOS COM PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Valores em Euros	2025					
	Custo serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos ativos	Outros custos	Planos CD Contribuições do exercício	Impacto no resultado líquido (Nota 7.1)
Pensões a cargo do Grupo	—	23 431	—	—	—	23 431
Pensões com fundo autónomo	21 343	757 675	—	—	—	779 018
Contribuições para planos CD	—	—	—	—	1 615 375	1 615 375
	21 343	**781 106**	**—**	**—**	**1 615 375**	**2 417 824**

Valores em Euros	2024 (reapresentado)					
	Custo serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos ativos	Outros custos	Planos CD Contribuições do exercício	Impacto no resultado líquido (Nota 7.1)
Pensões a cargo do Grupo	—	23 431	—	—	—	23 431
Pensões com fundo autónomo	20 101	(26 496)	—	—	—	(6 395)
Contribuições para planos CD	—	—	—	—	1 650 103	1 650 103
	20 101	**(3 065)**	**—**	**—**	**1 650 103**	**1 667 139**

7.3.11 REMENSURAÇÕES RECONHECIDAS DIRETAMENTE EM OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAIS

2025 Valores em Euros	Ganhos e perdas	Retorno sobre ativos dos planos	Valor bruto	Imposto diferido	Impacto nos Capitais próprios
Benefícios pós-emprego					
Pensões com fundo autónomo	—	3 348 852	8 787 204	(2 245 847)	6 541 357
	—	**3 348 852**	**8 787 204**	**(2 245 847)**	**6 541 357**

2024 (reapresentado) Valores em Euros	Ganhos e perdas	Retorno sobre ativos dos planos	Valor bruto	Imposto diferido	Impacto nos Capitais próprios
Benefícios pós-emprego					
Pensões a cargo do Grupo	(40 859)	—	(40 859)	10 827	(30 032)
Pensões com fundo autónomo	(2 512 393)	3 358 450	846 057	(58 110)	787 947
Morte e subsídios de reforma	(3 171)	—	(3 171)	1 634	(1 537)
Assistência na doença	(8 518)	—	(8 518)	1 746	(6 772)
	(2 564 941)	3 358 450	793 509	(43 903)	749 606

8 Instrumentos Financeiros

8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A Semapa, enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS), desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas Participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à *holding* dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respetivos resultados, reservas disponíveis para distribuição e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua *performance* financeira. A gestão do risco é conduzida pela direção financeira da *holding* e dos principais subgrupos de acordo com políticas aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração e acompanhada pela Comissão de Controlo e Riscos.

O Grupo tem tido uma postura ativa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de acesso a financiamento.

8.1.1 RISCO CAMBIAL

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO CAMBIAL

PASTA E PAPEL

No que respeita ao segmento da Pasta e do Papel, uma parte significativa das vendas do Grupo é denominada em moedas diferentes do Euro, pelo que a sua evolução poderá ter um impacto significativo nos fluxos de caixa obtidos com as vendas futuras do Grupo, sendo a moeda com maior impacto o USD. Também as vendas em GBP, PLN e CHF têm alguma expressão, tendo as vendas noutras moedas menor relevância.

As compras de algumas matérias-primas são efetuadas em USD, nomeadamente parte das importações de madeira e de pasta de fibra longa, pelo que variações nesta moeda poderão ter um impacto nos valores de aquisição.

Adicionalmente, e muito embora exista uma cobertura natural parcial, uma vez concretizada uma venda ou compra em moeda diferente do Euro, o Grupo incorre em risco cambial até ao recebimento ou pagamento dessa venda ou compra, caso não contrate instrumentos de cobertura deste risco. Deste modo, existe permanentemente, no seu ativo, um montante significativo de créditos a receber, assim como, embora com menor expressão, débitos a pagar, expostos a risco cambial.

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, o Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objetivo limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras, aos créditos e débitos a receber e a pagar denominados em moedas diferentes do Euro. Contudo, quando uma unidade negoceia financiamentos em moeda diferente da moeda de apresentação do Grupo ou da sua moeda funcional, é efetuada cobertura imediata.

Nos períodos apresentados, o Grupo detém instrumentos financeiros derivados destinados a cobrir o risco cambial de operações futuras em moeda diferente da moeda de apresentação (ver Nota 8.2 Instrumentos financeiros derivados).

EXPOSIÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO RISCO CAMBIAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

31 de dezembro de 2025	Dólar norte-americano	Libra esterlina	Zloti polaco	Coroa sueca	Lira turca	Franco suiço	Coroa dinamarquesa	Real brasileiro	Dólar australiano	Coroa norueguesa
Taxa de câmbio no final do período	**1,175**	**0,873**	**4,221**	**10,822**	**50,484**	**0,931**	**7,469**	**6,469**	**1,758**	**11,843**
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	13,10%	5,24%	(1,26%)	(5,56%)	37,42%	(1,04%)	0,15%	0,52%	4,82%	0,41%
Taxa de câmbio média no período	**1,130**	**0,857**	**4,240**	**11,066**	**44,870**	**0,937**	**7,463**	**6,309**	**1,753**	**11,719**
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	4,44%	1,23%	(1,52%)	(3,21%)	26,13%	(1,64%)	0,06%	8,15%	6,89%	0,77%
Valores em Divisas										
Caixa e equivalentes de caixa	2 230 994	4 831 415	1 987 114	—	1 575 354	1 844	—	—	—	—
Valores a receber	143 142 899	41 395 337	11 833 184	—	124 322	1 362 273	—	—	—	—
Outros ativos	59 414 518	13 180 880	—	—	—	—	—	—	—	—
Total de ativos financeiros	**204 788 411**	**59 407 632**	**13 820 298**	**—**	**1 699 676**	**1 364 117**	**—**	**—**	**—**	**—**
Financiamentos	—	15 105 054	—	—	—	—	—	—	—	—
Valores a pagar	9 705 264	13 286 521	24 584	—	92 938	87 448	—	—	—	—
Total de passivos financeiros	**9 705 264**	**28 391 575**	**24 584**	**—**	**92 938**	**87 448**	**—**	**—**	**—**	**—**
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	**214 493 675**	**87 799 207**	**13 844 882**	**—**	**1 792 614**	**1 451 565**	**—**	**—**	**—**	**—**
Posição financeira líquida em Euros	**182 547 809**	**100 617 931**	**3 280 000**	**—**	**35 509**	**1 558 476**	**—**	**—**	**—**	**—**
Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio	*(16 595 255)*	*(9 147 085)*	*(298 182)*	—	*(3 228)*	*(141 680)*	—	—	—	—
Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio	*20 283 090*	*11 179 770*	*364 444*	—	*3 945*	*173 164*	—	—	—	—

31 de dezembro de 2025	Metical moçambicano	Dirham marroquino	Libra libanesa	Dinar tunisino	Kwanza angolano	Rand sul-africano
Taxa de câmbio no final do período	**75,010**	**10,712**	**105 162,5**	**3,398**	**1 083,185**	**19,444**
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	12,31%	1,84%	13,10%	2,92%	13,40%	(0,89%)
Taxa de câmbio média no período	**72,267**	**10,551**	**101 144,0**	**3,372**	**1 043,106**	**20,154**
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	4,47%	(1,89%)	4,44%	0,18%	9,53%	1,64%
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	116 798 552	261 799	—	—	—	12 641 881
Valores a receber	14 793 204	—	—	—	—	15 955 552
Total de ativos financeiros	**131 591 756**	**261 799**	**—**	**—**	**—**	**28 597 433**
Valores a pagar	213 743	118 781	—	—	—	399 229
Total de passivos financeiros	**213 743**	**118 781**	**—**	**—**	**—**	**399 229**
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	**131 805 499**	**380 580**	**—**	**—**	**—**	**28 996 662**
Posição financeira líquida em Euros	**1 757 172**	**35 528**	**—**	**—**	**—**	**1 491 299**
Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio	*(159 743)*	*(3 230)*	—	—	—	*(135 573)*
Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio	*195 241*	*3 948*	—	—	—	*165 700*

31 de dezembro de 2024	Dólar norte-americano	Libra esterlina	Zloti polaco	Coroa sueca	Lira turca	Franco suiço	Coroa dinamarquesa	Real brasileiro	Dólar australiano	Coroa norueguesa
Taxa de câmbio no final do período	**1,039**	**0,829**	**4,275**	**11.459**	**36,737**	**0,941**	**7,458**	**6,435**	**1,677**	**11,795**
Valorização/ (desvalorização) face ao ano anterior	*(5,98%)*	*(4,59%)*	*(1,49%)*	*3,27%*	*12,51%*	*1,64%*	*0,07%*	*20,28%*	*3,13%*	*4,93%*
Taxa de câmbio média no período	**1,082**	**0,847**	**4,306**	**11,433**	**35,573**	**0,953**	**7,459**	**5,833**	**1,640**	**11,629**
Valorização/ (desvalorização) face ao ano anterior	*0,05%*	*(2,67%)*	*(5,20%)*	*(0,40%)*	*38,10%*	*(1,97%)*	*0,11%*	*8,00%*	*0,67%*	*1,79%*
Valores em Divisas										
Caixa e equivalentes de caixa	5 837 319	1 026 550	114 545	—	2 182 313	1 828	—	573 229 925	—	—
Valores a receber	141 720 865	46 228 701	9 733 718	—	124 322	1 846 939	—	108 052 701	—	—
Outros ativos	41 451 170	10 313 925	—	—	—	—	—	—	—	—
Total de ativos financeiros	**189 009 354**	**57 569 176**	**9 848 263**	**—**	**2 306 635**	**1 848 767**	**—**	**681 282 626**	**—**	**—**
Financiamentos	(87 563 243)	17 490 990	—	—	—	—	—	(388 381 146)	—	—
Valores a pagar	(5 837 253)	17 102 563	12 888	—	104 309	78 966	—	(298 604 353)	—	—
Total de passivos financeiros	**(93 400 496)**	**34 593 553**	**12 888**	**—**	**104 309**	**78 966**	**—**	**(686 985 499)**	**—**	**—**
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	**95 608 858**	**92 162 729**	**9 861 151**	**—**	**2 410 944**	**1 927 733**	**—**	**(5 702 873)**	**—**	**—**
Posição financeira líquida em Euros	**92 028 933**	**111 149 243**	**2 306 702**	**—**	**65 627**	**2 048 165**	**—**	**(886 172)**	**—**	**—**
Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio	*(8 366 267)*	*(10 104 477)*	*(209 700)*	*—*	*(5 966)*	*(186 197)*	*—*	*80 561*	*—*	*—*
Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio	*10 225 437*	*12 349 916*	*256 300*	*—*	*7 292*	*227 574*	*—*	*(98 464)*	*—*	*—*

31 de dezembro de 2024	Metical moçambicano	Dirham marroquino	Libra libanesa	Dinar tunisino	Kwanza angolano	Rand sul-africano
Taxa de câmbio no final do período	**66,790**	**10,519**	**92981,600**	**3,302**	**955,172**	**19,619**
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	*(5,46%)*	*(3,89%)*	*(6,19%)*	*(2,60%)*	*3,22%*	*(3,58%)*
Taxa de câmbio média no período	**69,173**	**10,755**	**96847,0**	**3,366**	**952,316**	**19,830**
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	*0,10%*	*(1,83%)*	*(2,29%)*	*0,34%*	*27,33%*	*(0,63%)*
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	47 272 452	450 239	180 057 509	4 931 079	147 812 637	8 949 781
Valores a receber	7 720 540	—	195 239 794	54 967 118	3 686 758 975	10 414 727
Outros ativos	—	—	—	15 144 548	1 680 000	—
Total de ativos financeiros	**54 992 992**	**450 239**	**375 297 303**	**75 042 745**	**3 836 251 612**	**19 364 508**
Financiamentos	—	—	—	(143 336 634)	(1 388 886 537)	—
Valores a pagar	13 405 576	135 216	(816 491 982)	(51 863 195)	(644 385 781)	3 451 095
Total de passivos financeiros	**13 405 576**	**135 216**	**(816 491 982)**	**(195 199 829)**	**(2 033 272 318)**	**3 451 095**
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	**68 398 568**	**585 455**	**(441 194 679)**	**(120 157 084)**	**1 802 979 294**	**22 815 603**
Posição financeira líquida em Euros	**1 024 084**	**55 657**	**(4 745)**	**(36 393 592)**	**1 887 597**	**1 162 946**
Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio	*(93 099)*	*(5 060)*	*431*	*3 308 508*	*(171 600)*	*(105 722)*
Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio	*113 787*	*6 184*	*(527)*	*(4 043 732)*	*209 733*	*129 216*

8.1.2 RISCO DE TAXA DE JURO

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Uma parte do custo associado à dívida financeira contraída pelo Grupo está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio e longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afetar os resultados do Grupo.

A estratégia de gestão do risco de taxa de juro é revista periodicamente pelo Grupo. Face ao nível atual das taxas de juro, o Grupo tem privilegiado a contratação de dívida a taxa fixa.

Nos casos em que a Administração considera adequado, o Grupo recorre à utilização de Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2), nomeadamente *swaps*, tendo estes instrumentos como objetivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros, considerados adequados pelas políticas de gestão de risco do Grupo.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

i) Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de Instrumentos financeiros variáveis;

ii) Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;

iii) Alterações no justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, o impacto de um incremento de 0,5% nas taxas de juro de mercado para todas as moedas às quais o Grupo tem passivos e ativos remunerados, e instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Aumento de 0.5% nas taxas de juro de mercado		
Impacto no resultado antes de imposto - aumento / (diminuição)	**(4 940 157)**	**(5 368 497)**

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Os ativos e passivos financeiros remunerados a taxa fixa (que não expõem o Grupo ao risco de taxa de juro) e remunerados a taxa variável (que expõem o Grupo ao risco de taxa de juro) detalham-se como segue:

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2025						
Ativos						
Não correntes						
Correntes						
Disponibilidades	153 846 470	—	—	—	—	153 846 470
Total de ativos financeiros	**153 846 470**	**—**	**—**	**—**	**—**	**153 846 470**
Passivos						
Não correntes						
Passivos remunerados	—	—	—	275 566 029	159 486 249	435 052 278
Outros passivos	—	—	—	2 917 430	21 201	2 938 631
Correntes						
Passivos remunerados	2 393 207	63 787 253	98 233 332	—	—	164 413 792
Outros passivos	75 155	148 706	1 680 653	—	—	1 904 514
Total de passivos financeiros	**2 468 362**	**63 935 959**	**99 913 985**	**278 483 459**	**159 507 450**	**604 309 215**
Posição financeira líquida de balanço	**151 378 108**	**(63 935 959)**	**(99 913 985)**	**(278 483 459)**	**(159 507 450)**	**(450 462 745)**

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2024						
Ativos						
Não correntes						
Correntes						
Disponibilidades	499 542 393	—	—	—	—	499 542 393
Total de ativos financeiros	**499 542 393**	**—**	**—**	**—**	**—**	**499 542 393**
Passivos						
Não correntes						
Passivos remunerados	—	—	188 632 237	231 745 269	198 830 830	619 208 336
Outros passivos	—	—	—	62 341 840	10 225 243	72 567 083
Correntes						
Passivos remunerados	46 977 578	39 556 102	97 256 527	—	—	183 790 207
Outros passivos	(1 741 009)	(2 643 569)	6 912 530	—	—	2 527 952
Total de passivos financeiros	**45 236 569**	**36 912 533**	**292 801 294**	**294 087 109**	**209 056 073**	**878 093 578**
Posição financeira líquida de balanço	**454 305 824**	**(36 912 533)**	**(292 801 294)**	**(294 087 109)**	**(209 056 073)**	**(378 551 185)**

A partir de 2024 os quadros acima apresentam os ativos e passivos com exposição a risco de taxa de juro, não incluindo ativos e passivos cujo risco de taxa de juro se encontra integralmente coberto por instrumentos financeiros derivados com maturidade e/ou refixação idêntica ao subjacente. Por forma a tornar a informação apresentada comparável, foi efetuada a devida alteração no quadro do período homólogo garantindo a consistência do critério adotado na preparação desta divulgação. Na nota de risco de liquidez 8.1.3, é apresentada a maturidade contratual da totalidade dos passivos financeiros independentemente da cobertura do risco de taxa de juro através de instrumentos financeiros derivados.

8.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias:

i) garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua atividade, e

ii) através da contratação com instituições financeiras de linhas de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada

MATURIDADE CONTRATUAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS (FLUXOS NÃO DESCONTADOS, INCLUINDO JUROS)

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2025						
Passivos						
Empréstimos por obrigações	—	1 663 986	32 196 574	263 140 626	490 618 581	787 619 767
Papel comercial	51 213 450	46 641 229	57 433 410	59 312 520	609 307	215 209 916
Empréstimos bancários	1 701 176	7 438 977	31 981 457	123 976 670	119 580 139	284 678 419
Outros financiamentos	—	742 285	8 541 612	14 277 695	111 111	23 672 703
Passivos de locação	140 179	231 838	809 055	1 023 806	—	2 204 878
Outros passivos financeiros	3 057 595	387 969	—	9 277 000	—	12 722 564
Total passivos	**56 112 400**	**57 106 284**	**130 962 108**	**471 008 317**	**610 919 138**	**1 326 108 247**
A 31 de dezembro de 2024						
Passivos						
Empréstimos por obrigações	834 594	11 350 688	123 995 414	626 351 923	383 770 976	1 146 303 595
Papel comercial	25 041 500	35 547 000	2 203 006	48 779 230	50 000 000	161 570 736
Empréstimos bancários	47 272 151	22 873 619	73 106 242	246 064 002	67 149 991	456 466 005
Outros financiamentos	1 934 995	364 020	8 111 150	16 700 862	—	27 111 027
Passivos de locação	96 974	145 444	11 759 196	21 288 269	11 386 540	44 676 423
Instrumentos financeiros derivados	(1 741 009)	(3 046 668)	(2 412 744)	1 291 935	(783 753)	(6 692 239)
Outros passivos financeiros	4 336 287	2 084 430	—	50 000 000	—	56 420 717
Total passivos	**77 775 492**	**69 318 533**	**216 762 264**	**1 010 476 221**	**511 523 754**	**1 885 856 264**

A maturidade contratual dos financiamentos obtidos apresentada pressupõe o cumprimento de *covenants* financeiros, conforme mencionados na Nota 5.7 Financiamentos obtidos.

LINHAS DE CRÉDITOS DISPONÍVEIS E NÃO UTILIZADAS

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Linhas de crédito não utilizadas		
Holdings	334 750 000	374 500 000
Pasta e Papel	282 970 711	310 163 917
Cimento	—	283 381 997
Outros Negócios	16 075 434	9 854 798
	633 796 145	**977 900 712**

8.1.4 RISCO DE CRÉDITO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

O Grupo avalia, numa base prospetiva, as perdas de crédito esperadas associadas aos seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral, de acordo com a IFRS 9, conforme o detalhe apresentado na Nota 8.4.1 Categorias De Instrumentos Financeiros Do Grupo.

Nesta base, o Grupo reconhece as perdas de crédito esperadas (expected credit losses) ao longo da respetiva duração dos instrumentos financeiros que tenham sido objeto de aumentos significativos do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliado numa base individual ou coletiva, tendo em conta todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo a informação prospetiva disponível.

Se, à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a imparidade relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas.

A IFRS 9 prevê que para o cálculo destas imparidades seja utilizado um de dois modelos: método das 3 fases ou uso de uma matriz, sendo a componente distintiva a existência ou não de uma componente significativa de financiamento. No caso dos ativos financeiros do Grupo, não sendo o mesmo uma instituição financeira e não existindo ativos que tenham uma componente significativa de financiamento, optou-se pela utilização de uma matriz.

O modelo seguido na avaliação das imparidades de acordo com a IFRS 9 é como segue:

1. Calcular o total de vendas a crédito realizadas pelo Grupo durante os últimos 12 meses, assim como o montante total de cobrança duvidosa que se lhes associa;

2. Apurar o perfil de pagamento dos clientes e outros credores de curto prazo, definindo intervalos de periodicidade de recebimento;

3. Com base em 1. supra, estimar a probabilidade de *default* (ou seja, o montante de cobrança duvidosa apurado em 1. comparado com saldo de vendas em aberto em cada intervalo calculado em 2.);

4. Ajustar as percentagens obtidas em 3. relativamente às projeções futuras;

5. Aplicar as percentagens de *default* conforme calculadas em 4. aos saldos de clientes e outros valores a pagar correntes em aberto na data de relato.

Apesar da IFRS 9 presumir 90 dias como *default,* a Semapa considerou 180 dias, pois a experiência de perdas reais antes deste prazo é reduzida, além de se encontrar alinhado com as atuais políticas de gestão de risco da entidade, nomeadamente no que diz respeito ao seguro de crédito contratado e ao facto de não existirem vendas com componentes significativas de financiamento à luz da IFRS 15. Adicionalmente, a Semapa avaliou o impacto de considerar 180 dias de *default* em detrimento de 90 dias e a *expected credit loss* não se alteraria significativamente. Além deste prazo, o modelo tem em consideração a franquia paga pela Navigator em caso de sinistro na seguradora de crédito contratada, de 5% (10% para clientes nacionais).

Além disso, o Grupo reconhece imparidades em base casuística, com base em saldos específicos e eventos passados específicos, tendo em conta a informação histórica das contrapartes, o seu perfil de risco e outros dados observáveis de forma a aferir se existem indicadores objetivos de imparidade para esses ativos financeiros. O Grupo utiliza o procedimento de anulação (*write-off*) apenas quando o crédito é considerado definitivamente incobrável, por decisão do tribunal.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O Grupo encontra-se sujeito a risco no crédito sobre os saldos a receber dos clientes e de outros devedores, tendo adotado uma política de gestão de cobertura de risco dentro de determinados níveis através de seguros de crédito com entidades independentes especializadas. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias locais pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes em saldar os seus compromissos.

O Grupo adotou uma política de seguro de crédito para a generalidade dos saldos a receber de clientes. Desta forma considera-se que a exposição efetiva do Grupo ao risco de crédito se encontra mitigada a níveis aceitáveis relativamente às vendas.

No entanto, o agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem apenas as economias a uma escala local pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes do Grupo em saldar as suas obrigações, levando a que as entidades que prestam o seguro de crédito diminuam significativamente o montante das linhas que disponibilizam para esses clientes, o que pode resultar em limitações nos montantes que se conseguem vender a alguns clientes, sem incorrer diretamente em níveis de risco de crédito enquadráveis na política de risco nesta área.

EQUIVALENTES DE CAIXA

O Grupo tem uma política rigorosa de aprovação das suas contrapartes financeiras, limitando a sua exposição de acordo com uma análise individual de risco e com *plafonds* previamente aprovados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto antes de imparidades:

				Total	
Valores em Euros	**Pasta e Papel**	**Cimento**	**Outros negócios**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
valores não vencidos	266 686 134	—	13 617 900	280 304 034	319 741 000
de 1 a 90 dias	24 760 207	—	9 004 003	33 764 210	61 593 383
de 91 a 180 dias	535 101	—	1 753 629	2 288 730	5 620 958
de 181 a 360 dias	409 772	—	1 388 369	1 798 141	2 787 301
de 361 a 540 dias	93 400	—	815 207	908 607	2 142 764
de 541 a 720 dias	138 874	—	665 914	804 788	1 063 560
a mais de 721 dias	—	—	1 272 280	1 272 280	3 543 272
	292 623 488	**—**	**28 517 302**	**321 140 790**	**396 492 238**
Em contencioso de cobrança	3 600 788	—	—	3 600 788	16 150 536
Imparidades	(3 600 788)	—	(4 597 143)	(8 197 931)	(19 199 269)
Saldo de clientes	**292 623 488**	**—**	**23 920 159**	**316 543 647**	**393 443 505**

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta, de acordo com a informação que é do conhecimento do Grupo, na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do Grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verifiquem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período.

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

Valores em Euros	31/12/2025 Valor bruto	31/12/2025 Justo Valor Garantias	31/12/2024 Valor bruto	31/12/2024 Justo Valor Garantias
Saldos devedores vencidos não considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	29 702 737	20 379 573	61 045 479	28 876 673
Vencidos há mais de 3 meses	6 066 755	841 632	13 309 421	456 347
	35 769 492	**21 221 205**	**74 354 900**	**29 333 020**
Saldos devedores considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	—	—	460 832	—
Vencidos há mais de 3 meses	8 197 931	—	18 738 437	—
	8 197 931	**—**	**19 199 269**	**—**

De referir, conforme descrito anteriormente que o Grupo adotou uma política de seguro de crédito para parte significativa de saldos a receber de clientes. Desta forma, é convicção do Grupo que a exposição efetiva ao risco de crédito se encontra em níveis aceitáveis.

A qualidade de risco de crédito do Grupo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, face a Ativos financeiros (Caixa e seus equivalentes e Instrumentos financeiros derivados) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
A+	29 348 808	194 659 046
A	54 811 295	154 352 484
A-	60 435 187	53 621 029
BBB+	3 547 920	1 390 321
BBB	414 627	46 786 388
BBB-	4 199	157 852
BB+	—	12 371 871
BB	—	23 137 650
B	—	907 653
B-	—	1 111 610
CCC	—	3 556 062
C	—	1 233 320
Outros	5 284 434	6 256 492
	153 846 470	**499 541 778**

A rubrica Outros inclui depósitos bancários em instituições financeiras em Angola e Moçambique relativamente às quais não foi possível obter a notação de *rating* com referência às datas apresentadas.

O Grupo tem uma política rigorosa de aprovação das suas contrapartes financeiras, limitando a sua exposição de acordo com uma análise individual de risco e com *plafonds* previamente aprovados.

A exposição máxima ao risco de crédito na Posição financeira consolidada, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, detalha-se como segue:

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Não Correntes			
Outros investimentos financeiros	8.3	54 954 526	31 223 705
Valores a receber não correntes	4.2	6 108 560	25 850 454
Correntes			
Valores a receber correntes	4.2	400 602 505	522 277 259
Instrumentos financeiros derivados	8.2	8 742 410	34 577 496
Depósitos bancários e aplicações de tesouraria	5.9	153 846 470	499 542 393
		624 254 471	**1 113 471 307**

IMPARIDADE DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

MOVIMENTOS EM PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

	Clientes c/c		Outros valores a receber	
Valores em Euros	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Imparidades acumuladas no início do exercício	**19 199 269**	**19 143 293**	**8 048 686**	**7 773 484**
Variações devidas a:				
Reforço	725 551	2 608 601	1 283	461 672
Reversões	(268 219)	(3 924 074)	(224 466)	(181 747)
Operações descontinuadas	217 882	—	217 882	—
Variações reconhecidas nos resultados do exercício	**675 214**	**(1 315 473)**	**(5 301)**	**279 925**
Variação de perímetro	3 146 945	40 111	—	—
Ajustamento cambial	(207 099)	(9 051)	(166 050)	3 509
Utilizações	(640 305)	(149 148)	(438 966)	(8 232)
Regularizações e transferências	(15 539)	1 489 537	544 798	—
Transferência para Ativos Não Correntes Detidas para Venda	(14 139 773)	—	(7 793 650)	—
Imparidades acumuladas no final do exercício	**8 018 712**	**19 199 269**	**189 517**	**8 048 686**
Imparidades acumuladas	8 018 712	19 199 269	189 517	8 048 686

8.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O justo valor dos Instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar (Nota 4.3), quando negativo, e na rubrica Valores a receber (Nota 4.2), quando positivo.

Conforme previsto na IFRS 9 – Instrumentos financeiros, o Grupo optou por continuar a aplicar os requisitos da contabilidade de cobertura presentes na IAS 39 – Instrumentos financeiros, até que exista uma maior visibilidade sobre o projeto de Dynamic Risk Management (*macro hedging*) atualmente em curso.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de cobertura contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio, *forwards* cambiais, etc.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos aplicáveis. Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados na Posição financeira consolidada pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Rendimentos e gastos financeiros (Nota 5.11), quando relativas a operações de financiamento, ou em Fornecimentos e Serviços Externos (Nota 2.3) ou Rédito (Nota 2.1), quando se refiram à cobertura de riscos cambiais sobre a compra de matérias-primas ou fluxos de recebimento de vendas em moeda diferente da moeda de apresentação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA

Os Instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, as condições definidas na IAS 39.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA (RISCO DE TAXA DE JURO E DE CÂMBIO)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de juro e de câmbio, realiza cobertura de fluxos de caixa.

Estas operações são registadas na Demonstração da posição financeira pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas no outro rendimento integral do período. Se as operações de cobertura se apresentarem como ineficazes, o ganho ou a perda daí decorrente é registada diretamente em resultados.

Os montantes acumulados em capital próprio são transferidos para resultados quando o item coberto afeta a Demonstração dos resultados (por exemplo, quando a venda futura coberta se materializa). O ganho ou a perda correspondente à componente eficaz dos *swaps* de taxa de juro que se encontrem a cobrir financiamentos de taxa variável é reconhecido na rubrica de Rendimentos e gastos financeiros (Nota 5.11). No entanto, quando a transação futura que se encontra coberta origina o reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, inventários ou ativos fixos tangíveis), os ganhos e perdas anteriormente diferidos no capital próprio são incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

COBERTURA DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO ESTRANGEIRO (RISCO DE TAXA DE CÂMBIO)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de câmbio, realiza cobertura da exposição cambial em investimentos em entidades no estrangeiro (*Net investment*) através da contratação de *forwards* cambiais, os quais se encontram registados ao justo valor na Demonstração da posição financeira consolidada.

As coberturas contratadas para investimentos em operações estrangeiras são registadas de forma semelhante às coberturas de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas no instrumento de cobertura relacionados com a sua componente de cobertura efetiva são reconhecidos no rendimento integral do período. Os ganhos e perdas relacionados com a componente ineficaz de cobertura são reconhecidos na Demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas acumulados no capital próprio são incluídos na Demonstração dos resultados se e quando ocorrer a alienação da operação estrangeira.

DESRECONHECIMENTO

Quando um instrumento de cobertura é vendido, ou quando deixa de cumprir os critérios exigidos para que seja reconhecido contabilisticamente como de cobertura, os ganhos e perdas acumuladas no capital próprio são reciclados para a Demonstração dos resultados, exceto quando o item coberto é uma transação futura em que os ganhos e perdas acumuladas constantes do capital próprio a essa data permaneçam no capital próprio, caso em que apenas serão reciclados para a Demonstração dos resultados quando a transação for reconhecida na Demonstração dos resultados.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

DERIVADOS CAMBIAIS DE NEGOCIAÇÃO

O Grupo tem uma exposição cambial nas vendas que fatura em divisas, com especial relevância em dólares norte-americanos (USD) e libras esterlinas (GBP). Uma vez que o Grupo apresenta as suas demonstrações financeiras em Euros, fica exposta a um risco económico na conversão destes fluxos de moedas para o euro. O Grupo tem também, embora com menor expressão, alguns pagamentos nestas mesmas divisas, que, para efeitos de exposição cambial, funcionam como uma cobertura natural. Deste modo, a cobertura tem como objetivo proteger o saldo dos valores da demonstração da posição financeira denominados em moeda diferente da moeda de apresentação contra as respetivas variações cambiais.

Os instrumentos de cobertura utilizados nesta operação são *forwards* cambiais, contratados sobre a exposição líquida às moedas diferentes da moeda de apresentação, para montantes e datas de vencimento próximas dessa exposição. A natureza do risco coberto é a variação cambial contabilística registada nas vendas e compras tituladas em moedas diferentes da moeda de apresentação. No final de cada mês é feita uma atualização cambial dos saldos de Clientes e dos Fornecedores, cujo ganho ou perda é compensado com a variação do justo valor dos *forwards* negociados.

COBERTURA DE VENDAS FUTURAS | RISCO CAMBIAL EUR/USD E EUR/GBP

O Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados com o objetivo de limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras estimadas em USD e GBP.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

O Grupo procede à cobertura dos pagamentos de juros futuros associados às emissões de papel comercial e do empréstimo obrigacionista através da contratação de *swaps* de taxa de juro, onde paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável. O referido instrumento é designado como de cobertura dos fluxos de caixa associados ao programa de papel comercial e ao empréstimo obrigacionista.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | COMMODITIES – BHKP

O Grupo usa instrumentos financeiros derivados com o objetivo de minimizar o risco de exposição associado à variação do preço da pasta, indexado ao PIX, em USD.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

MOVIMENTOS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

	31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total líquido	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total líquido
Saldo no início do período	**9 708 424**	**17 709 322**	**27 417 746**	**(11 279 316)**	**21 670 675**	**10 391 359**
Novos contratos / liquidações	2	(3 426 873)	(3 426 871)	8 951 784	(11 273 847)	(2 322 063)
Variação de justo valor em resultados (Nota 5.11)	1 977 198	3 426 873	5 404 071	10 804 156	11 328 732	22 132 888
Variação de justo valor em outro rendimento integral (Nota 5.5)	—	(15 935 709)	(15 935 709)	—	(4 016 238)	(4 016 238)
Ajustamento cambial	—	—	—	1 231 800	—	1 231 800
Transferência para ativo não corrente detido para venda	(11 339 738)	(1 367 208)	(12 706 946)	—	—	—
Saldo no final do período	**345 886**	**406 405**	**752 291**	**9 708 424**	**17 709 322**	**27 417 746**

DETALHE E MATURIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS POR NATUREZA

31 de dezembro de 2025 Valores em Euros	Nocional	Moeda	Maturidade	Positivos (Nota 4.2)	Negativos (Nota 4.3)	Líquido
De cobertura						
Forwards cambiais (vendas futuras)	163 200 000	USD	2026 / 2028	95 723	(563 525)	(467 802)
Forwards cambiais (vendas futuras)	190 140 000	GBP	2026	165 859	(241 641)	(75 782)
Coberturas cambiais de longo prazo	16 060 421	USD	2028	—	(15 449)	(15 449)
Cobertura em subsidárias	4 668 772	USD	2026	58 203	—	58 203
Swaps de taxa de juro (swaps)	425 000 000	USD	2032	7 485 306	(1 517 038)	5 968 268
Energia	24 653 150	EUR	2027	549 492	(5 610 525)	(5 061 033)
				8 354 583	**(7 948 178)**	**406 405**
De negociação						
Forwards cambiais (vendas futuras)	62 800 000	USD	2026	387 827	—	387 827
Forwards cambiais (vendas futuras)	18 200 000	GBP	2026	—	(41 941)	(41 941)
Cross currency interest rate swap	—	EUR	2025	—	—	—
Cross currency interest rate swap	—	USD	2025	—	—	—
				387 827	**(41 941)**	**345 886**
				8 742 410	**(7 990 119)**	**752 291**

31 de dezembro de 2024 Valores em Euros	Nocional	Moeda	Maturidade	Positivos (Nota 4.2)	Negativos (Nota 4.3)	Líquido
De cobertura						
Forwards cambiais (vendas futuras)	272 000 000	USD	2025	—	(1 103 142)	(1 103 142)
Forwards cambiais (vendas futuras)	130 000 000	GBP	2025	—	(262 405)	(262 405)
Cross currency interest rate swap	40 000 000	BRL	2029	—	(848 250)	(848 250)
Swaps de taxa de juro (swaps)	585 000 000	EUR	2031	10 598 974	(3 314 640)	7 284 334
Energia	24 653 150	EUR	2025	12 638 785	—	12 638 785
Pasta BHKP	—	USD	2024	—	—	—
				23 237 759	**(5 528 437)**	**17 709 322**
De negociação						
Forwards cambiais (vendas futuras)	60 500 000	USD	2025	—	(1 597 134)	(1 597 134)
Forwards cambiais (vendas futuras)	40 900 000	GBP	2025	—	(34 179)	(34 179)
Cross currency interest rate swap	33 549 434	EUR	2025	3 861 615	—	3 861 615
Cross currency interest rate swap	80 291 054	USD	2025	7 478 122	—	7 478 122
				11 339 737	**(1 631 313)**	**9 708 424**
				34 577 496	**(7 159 750)**	**27 417 746**

SEGMENTO PASTA E PAPEL

COBERTURA DE VENDAS FUTURAS | RISCO CAMBIAL EUR/USD E EUR/GBP

Durante o primeiro semestre de 2025, o Grupo concluiu a contratação dos instrumentos financeiros derivados iniciada no último trimestre de 2024, em Zero Cost Collar, garantindo a cobertura integral do valor estimado de exposição das suas vendas em moeda estrangeira em 2025, de USD 272 000 000 e GBP 210 000 000. No decurso do terceiro trimestre, o Grupo iniciou a contratação das coberturas correspondentes à exposição prevista nas vendas em moeda estrangeira para 2026, tendo assegurado no exercício coberturas para USD 149 600 000 e GBP 190 140 000 do total a cobrir.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

No decorrer do primeiro trimestre de 2025, ocorreu o vencimento de um swap com um valor nocional de Euros 10 000 000 associado a um financiamento contratado para o período 2019-2025, que foi liquidado nesse período. No terceiro trimestre de 2025, o Grupo contratou dois swaps, de Euros 62 500 000 cada, para fixação da taxa de juro associada ao empréstimo obrigacionista Navigator 2025-2032 SLB, no montante de Euros 125 000 000, ambos com início em agosto de 2025. No decorrer do terceiro trimestre de 2025, o Grupo liquidou quatro swaps de taxa de juro com um valor nocional total de Euros 175 000 000 em virtude do reembolso antecipado de duas emissões obrigacionistas com vencimento em 2026, gerando um recebimento de Euros 3 984 173.

COBERTURA DE ENERGIA

Atendendo à exposição do Grupo ao risco de preço na aquisição de eletricidade e gás natural, durante 2025 reforçou-se a estratégia de coberturas de preço, iniciada no decorrer de 2024, através da contratação de swaps para fixação dos preços, abrangendo volumes aproximados de 558.101 MWh para eletricidade e 1.121.163 MWh para gás natural. Adicionalmente, foram contratados swaps para fixação do preço de eletricidade para 2026 no volume de 319.211 MWh e de gás natural no volume de 1.206.488 MWh. Para 2027, foram igualmente contratados swaps para fixação do preço de eletricidade, correspondentes a 194.160 MWh.

8.3 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Esta Nota inclui os instrumentos de capital próprio detidos pelo Grupo relativos a entidades sobre as quais não exerce controlo nem influência significativa.

Os instrumentos de capital próprio detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados. Relativamente aos restantes instrumentos de capital próprio, o Grupo pode optar, de forma irrevogável no momento do reconhecimento inicial, por mensurar estes investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo esta opção exercida instrumento a instrumento. Quando esta opção é adotada, todas as variações subsequentes do justo valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

O justo valor corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo numa transação ordenada entre participantes do mercado à data de mensuração, em condições normais de mercado. Sempre que possível, a mensuração do justo valor baseia-se em preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos. Na ausência de preços observáveis, o Grupo recorre a técnicas de valorização apropriadas, maximizando a utilização de dados de mercado observáveis relevantes e minimizando o recurso a pressupostos não observáveis.

As técnicas de valorização utilizadas podem incluir, nomeadamente, métodos de mercado ou de rendimento, sendo os respetivos inputs classificados de acordo com a hierarquia do justo valor, em função do seu grau de observabilidade. A classificação na hierarquia do justo valor é determinada com base no input de menor nível que seja significativo para a mensuração do justo valor como um todo.

O Grupo revê periodicamente as técnicas de valorização e os pressupostos utilizados, assegurando que os mesmos refletem adequadamente as condições de mercado à data de reporte.

MOVIMENTOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Saldo inicial	**56 655 254**	**29 181 346**
Aquisições	15 574 271	23 568 787
Reembolsos/Alienações	—	(3 550 106)
Transferências	5 541 233	—
Variação cambial em outro rendimento integral	(4 259 514)	(2 811 710)
Variações de justo valor em outro rendimento integral	8 214 733	10 266 937
Saldo final	**81 725 977**	**56 655 254**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Saldo inicial	**31 223 703**	**19 419 978**
Variação de perímetro	126 116	—
Aquisições	33 285 682	8 781 238
Reembolsos/Alienações	(283 757)	(41 565)
Transferências	(6 939 339)	—
Variação cambial em resultados	(1 691 215)	992 872
Variações de justo valor em resultados	(766 665)	2 071 180
Saldo final	**54 954 525**	**31 223 703**
Total	136 680 502	87 878 957

DETALHE DOS OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS POR NATUREZA

Estes investimentos correspondem essencialmente a investimentos feitos pela subsidiária Semapa Next, S.A., unidade de negócio de capital de risco do Grupo Semapa que tem vindo a concretizar investimentos diversificados, e decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Circuit Routing Limited	6 112 668	4 136 659
Constellr GmbH	7 496 486	—
Defined.ai	10 212 761	7 212 838
Ferovinum, Ltd.	4 816 095	4 988 693
Gropyus	12 460 830	6 002 469
Kenko, Unipessoal, Lda.	6 957 091	10 222 129
Meisterwerk GmbH	3 480 986	3 200 986
Oceano Fresco, S.A.	—	2 977 444
Overstory, B.V.	19 670 482	8 461 573
Techstar Corporate Partner 2017 LLC	4 574 728	5 245 025
Outros	5 943 849	4 207 436
	81 725 976	**56 655 252**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Alter Venture Partners Fund I SCA, SICAV-RAIF	10 519 845	13 936 169
Constellr GmbH	—	5 318 082
FCR Armilar Venture Partners TechTransfer Fund	5 275 141	4 860 915
Gropyus	31 759 170	—
Outros	7 400 370	7 108 539
	54 954 526	**31 223 705**
	136 680 502	**87 878 957**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o portefólio da Semapa Next, S.A. inclui um total 13 empresas ativas:

– Investimentos Core (11) incluem: Defined.ai, Oceano Fresco, LOQR, kencko, Spoke, Overstory, Flecto, GROPYUS, Constellr, Meisterwerk e FERO; e

– Investimentos Discovery Check (2) incluem: Airly e Sonant.

Durante o ano de 2025, a Semapa Next procedeu ainda ao write-off da participação na Soverent, na sequência da venda de ativos e do encerramento da empresa.

Em 2025, a variação do justo valor refletiu ajustamentos decorrentes, principalmente, do preço pago em rondas de financiamento mais recentes, bem como da evolução do desempenho operacional das participadas e das projeções atualizadas para 2026.

A Semapa Next detém participações em diversos fundos de capital de risco internacionais, através dos quais investe indiretamente em empresas tecnológicas em fase de crescimento.

Durante o exercício de 2025, os fundos procederam a chamadas de capital no âmbito dos compromissos assumidos pela Semapa Next (Nota 9.2), tendo esta realizado os correspondentes desembolsos. No mesmo período, foram registados ajustamentos no justo valor das participações nos fundos, refletindo as atualizações de valorização efetuadas pelos respetivos fundos nos seus portfólios de investimento.

8.4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

8.4.1 CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DO GRUPO

Os instrumentos financeiros incluídos em cada rubrica da demonstração da posição financeira consolidada são classificados como segue:

Valores em Euros	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo derivados)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados	Ativos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2025								
Outros investimentos financeiros	8.3	—	54 954 526	81 725 976	—	—	—	136 680 502
Valores a receber	4.2	443 806 777	—	—	8 354 583	387 827	21 042 318	473 591 505
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	157 424 747	—	—	—	—	—	157 424 747
Total de ativos		**601 231 524**	**54 954 526**	**81 725 976**	**8 354 583**	**387 827**	**21 042 318**	**767 696 754**
31 de dezembro de 2024								
Outros investimentos financeiros	8.3	—	31 223 705	56 655 252	—	—	—	87 878 957
Valores a receber	4.2	624 737 847	—	—	23 237 759	11 339 737	21 764 619	681 079 962
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	501 370 635	—	—	—	—	—	501 370 635
Total de ativos		**1 126 108 482**	**31 223 705**	**56 655 252**	**23 237 759**	**11 339 737**	**21 764 619**	**1 270 329 554**

Valores em Euros	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados	Passivos não financeiros	Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS 9	Total
31 de dezembro de 2025							
Financiamentos obtidos	5.7	1 163 517 751	—	—	—	—	1 163 517 751
Passivos de locação	5.8	—	—	—	—	136 293 749	136 293 749
Valores a pagar	4.3	544 149 660	7 948 178	41 941	174 869 522	—	727 009 301
Total de passivos		**1 707 667 411**	**7 948 178**	**41 941**	**174 869 522**	**136 293 749**	**2 026 820 801**
31 de dezembro de 2024							
Financiamentos obtidos	8.3	1 593 085 187	—	—	—	—	1 593 085 187
Passivos de locação	4.2	—	—	—	—	151 477 188	151 477 188
Valores a pagar	4.3	810 114 079	5 528 437	1 631 313	364 968 597	—	1 182 242 426
Total de passivos		**2 403 199 266**	**5 528 437**	**1 631 313**	**364 968 597**	**151 477 188**	**2 926 804 801**

8.4.2 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O justo valor dos instrumentos financeiros é classificado de acordo com a hierarquia de justo valor da IFRS 13 Mensuração ao justo valor:

Nível 1	Baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de relato
Nível 2	Determinado com recurso a modelos de avaliação cujos principais inputs são observáveis no mercado
Nível 3	Determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

JUSTO VALOR DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS REMUNERADOS A TAXA DE JURO FIXA

O justo valor destes passivos é calculado pelo método dos fluxos de caixa descontados à data de relato, utilizando uma taxa de desconto de acordo com as características de cada financiamento, pertencendo ao nível 2 da hierarquia de justo valor da IFRS 13.

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O Grupo considera que o valor contabilístico dos financiamentos remunerados a taxa variável, assim como dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado nas restantes rubricas (Nota 8.4.1), se aproxima do seu justo valor.

9 Provisões, Compromissos e Contingências

9.1 PROVISÕES

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento e mensuração inicial	São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de fluxos e/ou recursos se torne necessária para liquidar a obrigação, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.
Capitalização de dispêndios	O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a recuperação paisagística e a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade do Grupo, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a sua vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo.
Mensuração subsequente	As provisões são revistas na data da Demonstração da posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões de recuperação paisagística são remensuradas em função do efeito temporal do dinheiro, por contrapartida da rubrica “Desconto financeiro de provisões” na Nota 5.11 Rendimentos e gastos financeiros e consumidas pelos dispêndios efetuados pelo Grupo com a recuperação, na data em que estes ocorrem.

RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA E OUTROS DISPÊNDIOS DE CARÁTER AMBIENTAL

Algumas empresas do Grupo têm como responsabilidade a recuperação ambiental e paisagística das pedreiras afetas à exploração nos termos da legislação aplicável.

Os trabalhos de reabilitação incluem essencialmente a limpeza e regularização das áreas destinadas à recuperação, modelação e preparação do terreno, transporte e espalhamento de materiais rejeitados para aterro, fertilização, execução do plano geral de revestimento com hidrossementeiras e plantações, e manutenção e conservação das zonas recuperadas após a implantação.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

PROCESSOS JUDICIAIS

Estas provisões foram constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas internamente pelo Grupo com o apoio dos seus consultores legais, baseadas na probabilidade de a decisão ser favorável ou desfavorável ao Grupo.

Os saldos de responsabilidades adicionais por posições de incerteza do Grupo relativos ao imposto sobre o rendimento são divulgados na Nota 6.1 Imposto sobre o rendimento do período.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A extensão dos trabalhos necessários e dos respetivos custos a incorrer foram determinados tendo por base os planos de lavra das pedreiras e estudos preparados por entidades independentes, sendo que a responsabilidade total foi mensurada pelo valor esperado dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente.

Juízos de valor e estimativas estão envolvidos na formação de expectativas sobre atividades futuras e no montante e período de tempo dos fluxos de caixa associados. Estas perspetivas são efetuadas com base na envolvente existente e regulamentação em vigor.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito.

Valores em Euros	Processos Judiciais	Recuperação Ambiental	Outras	Total
1 de janeiro de 2024	**10 246 294**	**9 410 751**	**41 415 642**	**61 072 687**
Aumentos	462 588	—	169 728	632 316
Reversões	(600 139)	—	—	(600 139)
Impacto em resultados do exercício	**(137 551)**	**—**	**169 728**	**32 177**
Utilizações	(962 477)	(701 858)	(397 702)	(2 062 037)
Ajustamento cambial	(245 042)	38 532	158 735	(47 775)
Descontos financeiros	—	317 603	—	317 603
Transferências e regularizações	345 255	2 101 983	141 011	2 588 249
Transferência para resultado líquido de operações descontinuadas	(282 703)	53 801	10 180 277	9 951 375
31 de dezembro de 2024	**8 963 776**	**11 220 812**	**51 667 691**	**71 852 279**
Aumentos	739 290	—	675 447	1 414 737
Reversões	(508 240)	—	(4 927 487)	(5 435 727)
Impacto em resultados do exercício	**231 050**	**—**	**(4 252 040)**	**(4 020 990)**
Variação de perímetro	—	—	478 090	478 090
Utilizações	—	—	(35 533)	(35 533)
Transferências e regularizações	453 356	—	185 535	638 891
Transferência para passivos não correntes detidos para venda	(1 246 735)	(11 220 812)	(30 910 760)	(43 378 306)
31 de dezembro de 2025	**8 401 447**	**—**	**17 132 983**	**25 534 430**

MOVIMENTOS EM PROVISÕES

PROCESSOS JUDICIAIS

O desfecho das provisões para processos judiciais depende de decisões dos tribunais laboral e civil. O saldo a 31 de dezembro de 2025 é composto, maioritariamente, por valores referentes a processos laborais e a processos com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente relativamente à taxa de recursos hídricos.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

O valor apresentado em transferências e regularizações com o montante de Euros 667 009 correspondem à revisão dos planos de pedreira e recuperação paisagística realizados no período de 2025 (2024: Euros 2 101 984), nomeadamente revisão de gastos e de taxa de juro. Desta revisão resultou igualmente o reconhecimento de um aumento dos Ativos de recuperação paisagística no mesmo montante (Nota 3.3).

OUTRAS PROVISÕES

Refere-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos de natureza diversa, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa, nomeadamente processos de reestruturação organizacional, complementos ao fundo nacional de segurança social libanês, riscos de posições contratuais assumidas em investimentos, entre outras.

Em 2025 e 2024, a rubrica de Outras provisões inclui respetivamente o montante de Euros 15 594 728 e Euros 15 500 000 relativos ao projeto de Moçambique. Pese embora o memorando de entendimento (MoU) celebrado com o governo moçambicano previsse um compromisso de "melhor esforço" para a criação das condições necessárias para avançar com o investimento até 31 de dezembro de 2018, tal não foi possível até 31 de dezembro de 2024, continuando ambas as partes a trabalhar para alcançar esse objetivo.

O reforço das Outras Provisões, no período, inclui essencialmente o montante de Euros 4 018 263 de reforço das provisões para complementos ao fundo nacional de segurança social libanês nas subsidiárias do Líbano.

9.2 COMPROMISSOS

GARANTIAS PRESTADAS A TERCEIROS

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
GARANTIAS PRESTADAS		
Segmento da Pasta e Papel		
Garantias Navigator para os financiamentos com o BEI	8 333 333	11 666 667
Ocean Network Express	2 751 947	2 751 947
AT - Autoridade Tributária e Aduaneira	12 788 455	9 288 070
Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional	677 718	354 083
Agência Portuguesa Ambiente	3 908 912	3 337 887
Simria	338 829	338 829
Outras	800 482	1 193 505
Segmento dos Cimentos		
Agência de Desenvolvimento e Coesão	—	120 660
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra	—	2 942 288
Conselho de Emprego, Indústria e Turismo	—	279 648
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional LVT	—	1 247 478
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Centro	—	751 042
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	—	668 688
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Algarve	—	678 620
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A	—	349 840
Asturianos do Principado	—	674 470
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Norte	—	1 605 382
Tribunal do Trabalho	—	217 324
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	—	209 305
Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	—	199 055
IAPMEI	—	
Consej. Econ. Emp. Ind Tur. Dir Gen Minada y Energia	—	165 900
Comercime - Comércialização de Cimentos, Lda	—	
Outras	—	516 440
Segmento de Outros negócios		
EDP	9 810	9 810
DGAV	300 000	300 000
IAPMEI	496 966	496 966
Outras	12 002 741	49 000
	42 409 193	**40 412 904**

No primeiro semestre de 2024 foi constituída uma garantia bancária a favor da Autoridade Tributária, no montante de Euros 9 288 070, em resultado de notificação recebida pela subsidiária The Navigator Company, no final de 2023, relativa à liquidação adicional de IRC de 2019 decorrente de correções em sede de inspeção tributária.

Adicionalmente, no segundo semestre de 2025 foi prestada uma nova garantia, sob a forma de Seguro Caução no montante de Euros 4 057 237 em resultado da notificação recebida pela subsidiária The Navigator Company, relativa à liquidação adicional de IRC de 2021 decorrente de correções em sede de inspeção tributária.

O Grupo decidiu impugnar estas liquidações adicionais tendo optado pelo não pagamento das mesmas e a constituição destas garantias bancárias.

No caso da Agência Portuguesa do Ambiente, foram prestadas garantias bancárias no âmbito de processos de contencioso, associados à taxa de recursos hídricos dos anos de 2017 a 2022.

COMPROMISSOS DE COMPRA

A subsidiária do Grupo, Navigator Abastecimento de Madeira, ACE, assinou um contrato com a Portline Ocean Bulk, Inc. relativo ao frete de navios para transporte de 940 000m^3, inicialmente previsto para o período 2022, 2023 e 2024, tendo o mesmo sido prolongado para 2025 e 2026 sem alteração do volume global a transportar.

Adicionalmente, o Grupo assumiu ainda compromissos com a compra de energia no montante de Euros 94 063 400.

Os compromissos de compra de carácter operacional que não se encontram refletidos na demonstração da posição financeira incluem as responsabilidades associadas a contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de matérias-primas, produtos e serviços no âmbito das atividades do Grupo. O valor dos compromissos foi estimado com base na informação disponível à data, tendo por base as condições contratuais e a melhor informação à data das quantidades e preços aplicáveis no período remanescente dos contratos.

COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO

A Semapa Next detém uma participação no fundo luxemburguês Alter Venture Capital Fund SCA – SICAV, fundo esse que tem como estratégia investir em *startups* juntamente com alguns dos fundos mais proeminentes de Silicon Valley, tendo assumido um compromisso de investimento de um montante até USD 12 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, a Semapa Next tinha investido no fundo o montante de USD 11 587 065 (2024: USD 10 987 065). Detém igualmente uma participação no fundo Português FCR Armilar Venture Partners TechTransfer Fund, cujo objetivo consiste no apoio a projetos empresariais desenvolvidos com base em alta tecnologia criada no meio académico nacional, tendo assumido um compromisso de investimento de um montante até Euros 6,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, a Semapa Next tinha investido neste fundo o montante de Euros 5 600 654 (2024: Euros 5 477 285).

OUTROS COMPROMISSOS

O Grupo Navigator assumiu um compromisso de atingir a neutralidade carbónica em 2035, com um investimento global previsto de Euros 340 milhões, dos quais Euros 318,1 milhões efetuados até 31 de dezembro de 2025 (2024: Euros 232,2 milhões).

9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas Notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 9.1.

FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (FRDP)

Nos termos do Decreto-Lei n.º 36/93 de 13 de fevereiro, as dívidas fiscais de empresas privatizadas referentes a períodos anteriores à data da privatização (25 de novembro de 2006) são da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP). Em 16 de abril de 2008, a subsidiária The Navigator Company apresentou um requerimento ao FRDP a solicitar o pagamento das dívidas fiscais até então liquidadas pela Administração Fiscal. Em 13 de dezembro de 2010 apresentou novo requerimento a solicitar o pagamento das dívidas liquidadas pela Administração Fiscal relativas aos períodos de 2006 e 2003, tendo este sido complementado, em 13 de outubro de 2011, com os montantes já pagos e não contestados relativos a essas mesmas dívidas, bem como com as despesas com elas diretamente relacionadas, nos termos do Acórdão datado de 24 de maio de 2011 (Processo n.º 0993A/ 02), que veio confirmar a posição da empresa quanto à exigibilidade dessas despesas.

Em 13 de dezembro de 2017, a subsidiária The Navigator Company, S.A. celebrou um acordo extrajudicial com o Tesouro, no qual se reconheceu a responsabilidade do FRDP pelo ressarcimento do valor de Euros 5 725 771, correspondente ao valor de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) pago indevidamente, resultante de invocada qualificação/ consideração incorreta, por parte da administração tributária, da menos valia fiscal apurada na sequência das operações realizadas pela então Soporcel, S.A. em 2003, e, bem assim, a promover a restituição à The Navigator Company da mencionada quantia.

Em janeiro de 2023, embora julgando totalmente improcedentes as exceções invocadas pelos Réus, o Tribunal emitiu uma decisão desfavorável ao Grupo, absolvendo os Réus do pedido relativo ao IRC agregado de 2006. Na sequência desta decisão, o Grupo apresentou em fevereiro de 2023 recurso para o Supremo Tribunal Administrativo.

A subsidiária The Navigator Company foi notificada em 12 de dezembro de 2024 de sentença que julgou procedente exceção formal invocada pelos Réus e absolveu os mesmos de instância do pedido relativo ao IRC agregado de 2001 a 2005. Na sequência desta decisão o Grupo apresentou em 28 de janeiro de 2025 recurso para o Tribunal Central Administrativo – Sul.

Neste contexto, será da responsabilidade do FRDP o montante total de Euros 21 853 377, detalhados como segue:

Valores em Euros	Período	Valores solicitados	Redução via pagamento ao abrigo do RERD	Processos decididos a favor do Grupo	Valores em aberto
Processos transitados em Julgado					
IRC	2002	18 923	—	—	18 923
IRC (RF)	2004	3 324	—	—	3 324
IRC	2004	766 395	—	(111 544)	654 851
Despesas		314 957	—	(314 957)	—
		1 103 599	**—**	**(426 501)**	**677 098**
Processos não transitados em julgado					
IRC	2005	11 754 680	(1 360 294)	—	10 394 386
IRC	2006	11 890 071	(1 108 178)	—	10 781 893
		23 644 751	**(2 468 472)**	**—**	**21 176 279**
		24 748 350	**(2 468 472)**	**(426 501)**	**21 853 377**

Relativamente aos processos relativos ao IRC agregado de 2005 e 2006, caso os tribunais venham a decidir em favor do Grupo, será retirado o pedido ao FRDP.

Adicionalmente, foi apresentado no Tribunal Administrativo de Almada, em 11 de outubro de 2011 nova petição, em que se solicitava o reembolso de diversos valores, totalizando Euros 136 243 949, relativos a ajustamentos efetuados nas demonstrações financeiras do Grupo após a sua privatização, por via de imparidades e ajustamentos em ativos e responsabilidades não registadas, os quais não haviam sido considerados na formulação do preço dessa privatização por não constarem do processo disponibilizado para consulta dos concorrentes ao processo.

Em 24 de maio de 2014, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada negou o pedido do Grupo para apresentação de prova testemunhal, solicitando alegações por escrito. Em 30 de junho de 2014, o Grupo apresentou a reclamação para conferência desta posição, não deixando de apresentar nesta mesma data as alegações por escrito solicitadas pelo Tribunal. O Tribunal deu razão às pretensões do Grupo a este propósito, foram nomeados peritos pelas partes, o relatório pericial foi emitido em julho de 2017, tendo sido, nessa sequência requerida, quer pela subsidiária The Navigator Company, S.A., quer pelo Ministério das Finanças, a comparência dos Peritos designados em audiência de julgamento, para prestação de esclarecimentos verbais sobre o relatório pericial.

Após reclamações apresentadas pela Navigator, em 11 de setembro de 2017 e 15 de janeiro de 2019, os peritos apresentaram Relatórios Periciais reformulados em 27 de dezembro de 2018 e 19 de março de 2019, respetivamente.

As sessões da audiência de julgamento tiveram lugar entre maio e junho de 2019, tendo as partes apresentado as alegações finais em setembro de 2019, aguardando-se a prolação da sentença desde a conclusão do processo ao juiz desde 5 de julho de 2021.

10 Estrutura do Grupo

10.1 EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ENTIDADES CONTROLADAS PELO GRUPO

A Semapa controla uma entidade (subsidiária) quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as suas atividades relevantes.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de Interesses que não controlam (Nota 5.6)

CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de atividades que constituam um negócio. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, nos casos em que se verifica aquisição de controlo, que se encontra detalhado na Nota 3.1.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando o preço de aquisição/atribuição é contingente à ocorrência de eventos específicos acordados com o vendedor/acionista (ex.: realização de justo valor de ativos adquiridos).

Quaisquer pagamentos contingentes a efetuar pelo Grupo são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Caso a obrigação assumida constitua um passivo financeiro, as alterações subsequentes do justo valor são reconhecidas em resultados. Caso a obrigação assumida constitua um instrumento de capital não há lugar a alteração do valor estimado inicialmente.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (ganho resultante de uma compra a preço baixo), a diferença é reconhecida diretamente em resultados na rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2). Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou do ganho resultante de uma compra a preço baixo.

MENSURAÇÃO INICIAL DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

CONSOLIDAÇÃO

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respetivo valor de aquisição é registado diretamente no capital próprio (Nota 5.5).

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DAS SUBSIDIÁRIAS

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo e descritas ao longo do presente relatório.

TRANSAÇÕES SUBSEQUENTES DE SUBSIDIÁRIAS

ALIENAÇÕES COM PERDA DE CONTROLO

No caso de alienações de participações das quais resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda, e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida dos resultados, assim como o ganho ou perda resultante dessa alienação.

TRANSAÇÕES SEM PERDA DE CONTROLO

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses não controlados são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

10.1.1 SUBSIDIÁRIAS DO GRUPO SEMAPA

EMPRESAS HOLDING INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

		% direta e indireta do capital detido pela Semapa			
Denominação Social	**Sede**	**Direta**	**Indireta**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Empresa-mãe:					
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Portugal				
Subsidiárias:					
Semapa Inversiones S.L.	Espanha	100,00	—	100,00	100,00
Semapa Next, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00
Aphelion, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00
Quotidian Podium, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00
Ananke Nexus, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00

EMPRESAS DO SEGMENTO CIMENTO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Secil			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2025	31/12/2024
Empresa-mãe:						
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
Subsidiárias						
BETOTRANS II - Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Cabo Verde	99,80	0,20	100,00	100,00	100,00
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Cabo Verde	75,00	25,00	100,00	100,00	100,00
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
Secil Cement, B.V.	Países Baixos	100,00	—	100,00	100,00	100,00
Société des Ciments de Gabés	Tunísia	98,77	—	98,77	98,77	98,77
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunísia	—	98,77	98,77	98,77	98,77
Zarzis Béton	Tunísia	—	98,58	98,58	98,57	98,57
Secil Angola, SARL	Angola	100,00	—	100,00	100,00	100,00
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Angola	—	100,00	100,00	100,00	100,00
Secil Betão, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
Secil – Agregados, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
SECILTEK, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	Portugal	—	75,00	75,00	75,00	75,00
SEBETAR – Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Portugal	99,53	—	99,53	99,53	99,53
Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
ALLMA - Microalgas, Lda.	Portugal	—	70,00	70,00	70,00	70,00
Secil Brasil Participações, S.A.	Brasil	—	100,00	100,00	100,00	100,00
Supremo Cimentos, S.A.	Brasil	—	100,00	100,00	100,00	100,00
Margem - Companhia de Mineração, S.A.	Brasil	—	100,00	100,00	100,00	100,00
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolvimento de Marcas, Lda.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
Ciments de Sibline, S.A.L.	Líbano	28,64	22,41	51,05	51,05	51,05
Soime, S.A.L.	Líbano	—	51,05	51,05	51,05	51,05
Trancim, S.A.L.	Líbano	—	51,05	51,05	51,05	51,05
Cimentos Madeira, Lda.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	Portugal	—	100,00	100,00	100,00	100,00
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	Portugal	—	100,00	100,00	100,00	100,00
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	Portugal	—	51,00	51,00	51,00	51,00
Cementos Secil, SLU	Espanha	100,00	—	100,00	100,00	100,00

Os ativos e passivos destas entidades encontram-se englobados na rubrica de Ativos correntes não detidos para venda (Nota 3.8).

EMPRESAS DO SEGMENTO PASTA E PAPEL INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Navigator			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2025	31/12/2024
Empresa-mãe:						
The Navigator Company, S.A.	Portugal	70,03	—	70,03	70,03	70,03
Subsidiárias:						
Navigator Brands , S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator Parques Industriais, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator Paper Figueira, S.A	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Empremédia - Corretores de Seguros, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Empremedia, DAC	Irlanda	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Empremedia RE, DAC	Irlanda	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Portugal	97,00	—	97,00	67,93	67,93
Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Ema Cacia - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Portugal	—	73,40	73,40	51,40	51,68
Ema Setúbal - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Portugal	—	80,00	80,00	56,02	56,51
Ema Figueira da Foz- Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Portugal	—	70,14	70,14	49,12	55,81
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator Pulp Aveiro, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator Fiber Solutions , S.A.	Portugal	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Tissue Aveiro, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator Tissue Ródão, S.A.	Portugal	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Tissue Iberica, S.A.	Espanha	—	—	—	—	70,03
Navigator Tissue Ejea , SL	Espanha	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator Tissue France, EURL	França	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Portucel Moçambique - Sociedade de Desenvolvimento Florestal e Industrial, Lda	Moçambique	90,02	—	90,02	63,04	63,04
Navigator Forest Portugal, S.A.	Portugal	—	—	—	—	70,03
Navigator Forest Portugal, S.A. (Ex-EucaliptusLand, S.A.)	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Gavião - Sociedade de Caça e Turismo, S.A.	Portugal	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Afocelca - Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incêndios, ACE	Portugal	—	64,80	64,80	45,38	45,38
Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, S.A.	Portugal	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Greenbloom, A.C.E.	Portugal	—	66,70	66,70	46,71	—
Bosques do Atlantico, SL	Espanha	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Africa, SRL	Itália	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Paper Setúbal , S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator North America Inc.	EUA	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Afrique du Nord	Marrocos	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator España, S.A.	Espanha	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Netherlands, BV	Holanda	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator France, EURL	França	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Paper Company UK, Ltd	Reino Unido	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Holding Tissue UK, Ltd (Ex-Accrol Group Holdings plc)	Reino Unido	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Corporate UK, ltd (Ex-Accrol UK, ltd)	Reino Unido	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Accrol Holdings, ltd	Reino Unido	—	—	—	—	70,03
Navigator Tissue UK, ltd (Ex-Accrol Papers, ltd)	Reino Unido	—	100,00	100,00	70,03	70,03
LTC Parent Ltd	Reino Unido	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Leicester Tissue Company ltd	Reino Unido	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Art Tissue ltd	Reino Unido	—	—	—	—	70,03
John Dale (Holdings) ltd	Reino Unido	—	100,00	100,00	70,03	70,03
John Dale, ltd	Reino Unido	—	100,00	100,00	70,03	70,03

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Navigator			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2025	31/12/2024
Severn Delta, ltd	Reino Unido	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Italia, SRL	Itália	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Deutschland, GmbH	Alemanha	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Paper Austria, GmbH	Austria	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Paper Poland SP Z o o	Polónia	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Eurasia	Turquia	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Paper Mexico	México	25,00	75,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Middle East Trading DMCC	Dubai	—	100,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Egypt, ELLC	Egipto	1,00	99,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Paper Southern Africa	Africa do sul	1,00	99,00	100,00	70,03	70,03
Portucel Nigeria Limited	Nigeria	1,00	99,00	100,00	70,03	70,03
Navigator Green Fuels Setúbal, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator Green Fuels Figueira da Foz, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	70,03	70,03
Navigator Abastecimento de Madeira, ACE	Portugal	97,00	3,00	100,00	70,03	70,03

EMPRESAS DO SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela ETSA			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2025	31/12/2024
Empresa-mãe:						
ETSA - Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	99,99	—	99,99	99,99	99,99
Subsidiárias:						
ETSA LOG, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	99,99	99,99
SEBOL - Comércio e Industria de Sebo, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	99,99	99,99
ITS - Industria Transformadora de Subprodutos Animais, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	99,99	99,99
ABAPOR - Comércio e Industria de Carnes, S.A.	Portugal	—	—	100,00	99,99	99,99
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda	Portugal	100,00	—	100,00	99,99	99,99
TRIBÉRICA, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	99,99	69,99
AISIB - Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Espanha	100,00	—	100,00	99,99	99,99
Barna, S.A.	Espanha	100,00	—	100,00	99,99	—
Harinhas de Andalucia, S.L.U.	Espanha	—	100,00	100,00	99,99	—
Gestorganik, S.L.	Espanha	—	100,00	100,00	99,99	—

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Aphelion			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2025	31/12/2024
Empresa-mãe:						
Triangle's - Cycling Equipments, S.A.	Portugal	100,00	—	100,00	100,00	100,00
Subsidiária:						
Triangle's 2 – Cycling Produts, Unipessoal Lda.	Portugal	—	100,00	100,00	100,00	100,00

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Quotidian Podium			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2025	31/12/2024
Subsidiária:						
Industrias Mecánicas de Extremadura S.A.	Espanha	100,00	—	100,00	100,00	—

10.2 VARIAÇÕES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o perímetro foi alterado face ao exercício precedente pelas seguintes operações de reorganização societária:

2025
Aquisição da sociedade Industrias Mecánicas de Extremadura S.A.
Aquisição da sociedade Barna, S.A.
Aquisição da sociedade Harinhas de Andalucia, S.L.U.
Aquisição da sociedade Gestorganik, S.L.

2024
Aquisição da sociedade Navigator Holding Tissue UK, Ltd (anteriormente designada Accrol Group Holdings plc)
Aquisição da sociedade Navigator Corporate UK, ltd (anteriormente designada Accrol UK, ltd)
Aquisição da sociedade Accrol Holdings, ltd
Aquisição da sociedade Navigator Tissue UK, ltd (anteriormente designada Accrol Papers, ltd)
Aquisição da sociedade LTC Parent Ltd
Aquisição da sociedade Leicester Tissue Company ltd
Aquisição da sociedade Art Tissue ltd
Aquisição da sociedade John Dale (Holdings) ltd
Aquisição da sociedade John Dale, ltd
Aquisição da sociedade Severn Delta, ltd

10.3 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Empreendimentos conjuntos são acordos que conferem ao Grupo controlo conjunto (estabelecido contratualmente) e relativamente ao quais o Grupo detém um interesse nos ativos líquidos. Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* e mantidas na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas. Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das Associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com o qual as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) e pelos dividendos recebidos.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Grupo é equivalente ou excede o valor da participação financeira nos empreendimentos conjuntos, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício dos empreendimentos conjuntos.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Grupo e os seus empreendimentos conjuntos são eliminados na proporção do interesse do Grupo nos empreendimentos conjuntos. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Grupo.

Os acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos em função dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor. Os empreendimentos conjuntos são contabilizados e mensurados através do método de equivalência patrimonial.

As operações conjuntas são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em função da quota-parte de ativos detidos e passivos assumidos conjuntamente, assim como os rendimentos do output da operação conjunta, e gastos incorridos conjuntamente. Os ativos, passivos, rendimentos e gastos devem ser contabilizados de acordo com as IFRS aplicáveis.

DETALHE DAS ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	31/12/2025		31/12/2024	
Valores em Euros	% detida	Valor contabilístico	% detida	Valor contabilístico
Associadas				
Ave - Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	—%	—	35,00%	101 748
MC - Materiaux de Construction	—%	—	49,36%	1 515
Empreendimentos conjuntos				
J.M.J. - Henriques, Lda.	—%	—	50,00%	360 889
Krear - Construção Industrializada, S.A.	—%	—	50,00%	2 640 417
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, S.A.	50,00%	45 185 407	50,00%	41 650 971
		45 185 407		**44 755 540**

MOVIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**44 755 540**	**44 175 382**
Prestações suplementares	—	2 000 000
Resultado líquido apropriado	3 550 957	1 289 849
Dividendos atribuídos	(407 250)	(2 687 128)
Ajustamento cambial	(44)	41
Transferência para Ativos Não correntes Detidos para Venda	(2 710 818)	
Outros movimentos	(2 978)	(22 604)
Saldo final	**45 185 407**	**44 755 540**

INFORMAÇÃO SOBRE ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

		31 de dezembro de 2025				
Valores em Euros		Ativos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Réditos
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, S.A.	a)	42 165 258	5 476 593	36 688 665	7 642 242	29 253 499

a) Valores referentes a 31/12/2025

		31 de dezembro de 2024				
						31 December 2024
Valores em Euros		Ativos Totais Total Assets	Passivos Totais Total Liabilities	Capital Próprio Equity	Resultado Líquido Net profit	Réditos Revenue
Ave - Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	c)	7 581 891	7 291 183	290 708	229 738	—
J.M.J. - Henriques, Lda.	b)	1 047 388	329 104	718 284	(9 075)	—
Krear - Construção Industrializada, S.A.	a)	10 939 802	5 658 968	5 280 835	(1 055 194)	—
MC - Materiaux de Construction	a)	958 991	1 202 824	(243 833)	(25 508)	—
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, S.A.	b)	46 670 889	16 875 222	29 795 667	3 402 441	13 099 540

a) Valores referentes a 30/09/2024

b) Valores referentes a 31/12/2024

c) Valores referentes a 30/11/2024

10.4 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

TRANSAÇÕES DO PERÍODO COM PARTES RELACIONADAS

	2025					2024 (reapresentado)				
Valores em Euros	Compras de serviços	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos operacionais	(Gastos)/ Rendimentos financeiros	Donativos atribuídos e Dotação inicial	Compras de serviços	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos operacionais	(Gastos)/ Rendimentos financeiros	Donativos atribuídos
Acionistas										
Sodim, SGPS, S.A.	—	—	—	—	—	—	—	4 179	—	—
	—	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**	**4 179**	**—**	**—**
Associadas e Empreendimentos conjuntos										
Ave - Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	(4 695 152)	52	538 744	—	—	(5 715 986)	36	323 872	—	—
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, S.A.	(225 170)	—	183 206	—	—	(199 617)	—	—	—	—
	(4 920 322)	**52**	**721 950**	**—**	**—**	**(5 915 603)**	**36**	**323 872**	**—**	**—**
Outras entidades relacionadas										
CLA, Sociedade de Advogados	144 000	—	—	—	—	(21 873)	—	—	—	—
Espírito Rigoroso - Unipessoal, Lda.	78 000	—	—	—	—	(90 000)	—	—	—	—
Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso	(482 515)	—	—	—	—	—	—	—	—	100 105
Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira	—	—	113	—	—	—	—	—	—	10 000 000
Hotel Ritz, S.A.	14 620	—	925	—	—	(14 916)	—	—	1 106	—
João Paulo Araújo Oliveira	301 175	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	60 000	—	—	—	—	(194 175)	—	—	—	—
Nofigal, Lda.	39 600	—	—	—	—	(60 000)	—	—	—	—
Sociedade Agrícola Herdade dos Fidalgos, Lda.	109	—	—	—	—	(39 600)	—	—	—	—
Sonagi - Imobiliária, S.A.	815 025	—	—	—	—	(980)	—	—	—	—
Sonagi, SGPS, S.A.	—	—	1 850	—	—	—	—	—	—	—
Welcome Theory Unipessoal, Lda.	59 500	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	2 000 000	—	—	(132 824)	—	—	—	—	—	—
	3 029 514	**—**	**2 888**	**(132 824)**	**—**	**(421 544)**	**—**	**—**	**1 106**	**10 100 105**
	(1 890 808)	**52**	**724 838**	**(132 824)**	**—**	**(6 337 147)**	**36**	**328 051**	**1 106**	**10 100 105**

O montante de Euros 2 000 000, registado na rubrica Compras de serviços – Outros, corresponde a valores a pagar a membros dos órgãos de gestão de uma subsidiária, associados ao cumprimento de objetivos de desempenho.

A Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira (Fundação) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cujo propósito é promover, desenvolver e apoiar iniciativas de solidariedade e interesse social. Constitui-se como parte integrante da estratégia de responsabilidade social do Grupo Semapa representando também o desejo genuíno do seu fundador, Pedro Queiroz Pereira, cuja visão e empenho foram essenciais para a criação e crescimento deste Grupo.

Os membros do Conselho de Administração da Fundação são designados pelo Conselho de Administração da Semapa.

A Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (FNSBS) é uma fundação de solidariedade social e dedica-se a fins de saúde e de desenvolvimento humano. Na prossecução dos seus fins, a FNSBS atende em especial: (i) à promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como à prevenção e controlo da doença; e (ii) à proteção e apoio a crianças e jovens, nomeadamente aqueles que, desinseridos de meio familiar normal, se encontrem ao abrigo e proteção de outras instituições de solidariedade social, bem como a famílias.

O Presidente e os vogais do Conselho Geral da FNSBS são designados pela Semapa, desde que esta tenha sido, direta ou indiretamente através de sociedades do Grupo, a principal benemérita da FNSBS nos três anos imediatamente antecedentes à designação.

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	31/12/2025				31/12/2024			
Valores em Euros	Valores a receber (Nota 4.2)	Valores a pagar (Nota 4.3)	Passivos de locação	Financiamentos obtidos (Nota 5.7)	Valores a receber (Nota 4.2)	Valores a pagar (Nota 4.3)	Passivos de locação	Financiamentos obtidos (Nota 5.7)
Acionistas								
Sodim, SGPS, S.A.	3 344 190	1 204 971	—	—	4 698 669	1 251 307	—	—
Cimo, SGPS, S.A.	—	—	—	—	—	1 160	—	—
Associadas e Empreendimentos conjuntos								
Ave - Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	—	—	—	—	626 719	621 641	—	—
Inertogrande - Central de Betão, Lda.	—	—	—	—	230 468	8 169	—	—
J.M.J. Henriques, Lda.	—	—	—	—	143 342	—	—	—
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, S.A.	227 760	—	—	—	—	61 585	—	—
Outras entidades relacionadas								
CLA, Sociedade de Advogados	—	14 760	—	—	—	—	—	—
Cotif Sicar	—	7 380	—	—	—	9 586	—	—
Espírito Rigoroso - Unipessoal, Lda.	—	—	—	—	—	—		
Fundação Semapa - Pedro Queiroz Pereira	139	—	—	—	—	—		
Hotel Ritz, S.A.	—	—	—	—	—	844	—	—
RODI - Industries, S.A.	—	8 610	—	—	—	10 678	—	—
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Lda.	—	98	—	—	—	—	—	—
Sonagi - Imobiliária, S.A.	—	2 016	—	—	—	1 501	—	—
Sonagi, SGPS, S.A.	4 337	—	—	—	—	—	—	—
Outros acionistas de subsidiárias	—	—	—	—	5 905	5 635 349	—	—
Membros dos órgãos de gestão	—	2 009 181	—	—	482	—	—	—
	3 576 426	**3 247 016**	**—**	**—**	**5 705 585**	**7 601 820**	**—**	**—**
	3 576 427	**3 247 017**	**—**	**—**	**5 705 585**	**7 601 821**	**—**	**—**

Em exercícios anteriores, foram celebrados contratos de arrendamento entre a Semapa e a Sonagi – Imobiliária, S.A., relativos ao arrendamento de vários pisos de escritório no edifício de que esta é proprietária e onde opera a sede da Semapa, SGPS, S.A., na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa.

No âmbito da identificação das partes relacionadas, para efeitos de relato financeiro, foi ainda referenciada como parte relacionada a sociedade AVE, S.A., por se tratar de uma empresa associada da subsidiária Secil à qual o Grupo adquire serviços de tratamento de resíduos e combustíveis alternativos e a UTIS, empreendimento conjunto no qual a Semapa detém uma participação de 50% e que fornece equipamentos à subsidiária Secil.

OUTRAS DIVULGAÇÕES RELATIVAS A PARTES RELACIONADAS

Conforme referido na Nota 8.3 Outros investimentos financeiros, em 2018, o Grupo, através da sua subsidiária Semapa Next, S.A., celebrou um contrato com vista à realização de um investimento de 12 milhões de dólares no Alter Venture Partners Fund 1, entidade da qual um administrador não executivo da Semapa é membro da equipa executiva. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo tinha investido 11,6 milhões de dólares no Alter Venture Partners Fund 1, correspondendo a 9,9 milhões de Euros.

A remuneração do pessoal de gestão chave do Grupo é detalhada na Nota 7.2 Remuneração dos membros dos órgãos sociais.

11 Gestão de Riscos

11.1 RISCOS ESTRATÉGICOS

Enquanto agente económico, a Semapa está exposta a riscos inerentes à sua atividade, que podem impactar de forma determinante o valor dos seus ativos. O desempenho da Semapa enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) também está intimamente ligado aos resultados das suas Participadas. Os riscos estratégicos estão descritos no capítulo 2 do Relatório de Gestão que é parte integrante do presente Relatório e Contas.

11.2 RISCOS OPERACIONAIS

O Grupo está presente nos segmentos da pasta e papel, cimento e outros negócios (ambiente e mobilidade) os quais estão sujeitos a riscos diversos, que podem ter um efeito significativo nas atividades que exerce, nos seus resultados operacionais, nos fluxos de caixa que gera e na sua posição financeira.

Os fatores de risco operacional analisados neste capítulo podem ser estruturados da seguinte forma:

– Riscos operacionais associados ao segmento da Pasta e Papel
– Riscos operacionais associados ao segmento dos Cimentos
– Riscos operacionais associados ao segmento dos Outros Negócios
– Riscos associados ao Grupo em Geral

RISCOS ASSOCIADOS AO SETOR DA PASTA E PAPEL

RISCOS ASSOCIADOS AO SETOR FLORESTAL

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo geria cerca de 112,4 milhares de hectares (2024: 109,9 milhares de hectares) distribuídos em Portugal e Espanha, em 1.442 Unidades de Gestão, em 173 municípios em Portugal e 66 Unidades de Gestão distribuídas por 2 províncias na Galiza e 1 província nas Astúrias, Espanha, de acordo com os princípios expressos na sua Política Florestal.

A composição florestal é maioritariamente constituída por eucalipto, incluindo áreas em fase de florestação com espécies do mesmo género, que representam 73% da superfície total sob gestão. O *Eucalyptus globulus,* permanece a espécie de referência, amplamente reconhecida pela qualidade da fibra utilizada na produção de papéis de elevado desempenho. Complementarmente, destacam-se as áreas de conservação, equivalentes a cerca de 11,9% da área total em Portugal, bem como as zonas ocupadas por pinheiro e sobreiro, espécies nas quais o Grupo se afirma como um dos principais produtores privados nacionais.

Tendo sido pioneira em Portugal na promoção da certificação da gestão florestal, a generalidade do seu património florestal localizado em Portugal continental está certificada pelo FSC® (Forest Stewardship Council®) (FSC®-C010852) e pelo PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes) (PEFC/13-23-001), reconhecimento de uma gestão florestal responsável, em conformidade com exigentes critérios ambientais, económicos e sociais, reconhecidos a nível internacional.

A subsidiária The Navigator Company opera em mercados internacionais particularmente exigentes, onde a procura por produtos certificados é crescente e estrutural, reforçando a relevância da certificação florestal. Sendo certo que apenas uma reduzida parte da floresta nacional está certificada, a Companhia iniciou em 2016 um programa destinado a promover a adoção de modelos de gestão florestal sustentável por parte dos produtores privados. Esta iniciativa contribuiu para melhorar práticas de gestão, aumentar a valorização da produção e reforçar a capacidade de resposta à procura global por produtos certificados. Entre 2016 e 2025, a área florestal certificada em Portugal cresceu de 370.000 ha para cerca de 679.000 ha no sistema FSC®, e de 260.000 ha para cerca de 331.000 ha no âmbito do PEFC).

Apesar deste progresso, persistem desafios estruturais, considerando que uma parte significativa da floresta portuguesa permanece não certificada. A título de exemplo, a área florestal gerida pelo Grupo em Portugal continental no final de 2025, embora represente cerca de 3% da área da floresta portuguesa, representa, todavia, 33% de toda a área certificada pelo sistema PEFC e 16% de toda a área certificada pelo sistema FSC® (2024: 33% e 17%, respetivamente).

A evolução positiva registada permite, contudo, perspetivar o futuro com confiança: em 2025, 79% da madeira adquirida nacionalmente — excluindo a proveniente das áreas próprias do Grupo — tinha origem em propriedades com gestão florestal certificada, superando os 73% registados em 2024. Registe-se também o facto de que, no âmbito desta iniciativa, o Grupo viu aumentar de forma muito significativa o número de Fornecedores de madeira com certificação da cadeia de custódia/responsabilidade, passo essencial no desenvolvimento de uma base de Fornecedores que possibilitará assegurar os desígnios definidos ao nível da madeira proveniente de fontes com gestão florestal certificada.

Como forma de fomentar a certificação da gestão florestal na floresta nacional de eucalipto, o Grupo diferencia desde 2007 e de forma ininterrupta o valor da madeira recebida nas suas unidades fabris, discriminando positivamente no preço a madeira proveniente de unidades de gestão que certificaram a sua gestão florestal sustentável. Este apoio ao sistema foi inovador a nível mundial e permitiu a estabilização da gestão florestal certificada como uma prática reconhecida no mercado e que, sendo remunerada nos produtos que incorpora, deve remunerar a respetiva cadeia de produção.

A competitividade da fileira do eucalipto enfrenta, contudo, constrangimentos relevantes, nomeadamente a baixa produtividade da floresta portuguesa, associada a níveis insuficientes de gestão ativa. Este contexto gera pressões acrescidas, incluindo maior exposição ao risco de incêndio, vulnerabilidades fitossanitárias e menores níveis de rentabilidade para os produtores. Acresce a ausência, nos últimos anos, de políticas públicas estratégicas que promovam a modernização florestal, conduzindo à necessidade crescente de importação de matéria-prima.

Face a estes desafios, a subsidiária The Navigator Company considera a gestão florestal ativa e o aumento da produtividade eixos estratégicos essenciais. O Grupo desenvolve diversas iniciativas, incluindo o fornecimento de plantas geneticamente melhoradas, apoio técnico através dos programas Premium, e-globulus, bem como a realização de ações de formação destinadas a reforçar a qualificação técnica dos produtores e operadores do setor.

Entre as iniciativas de maior destaque encontra-se o Clube Produtores Florestais Navigator, lançado em novembro de 2023. Este projeto pioneiro, dirigido a todos os profissionais cuja atividade depende da floresta, visa apoiar a implementação de modelos de gestão responsável e ativa. No final de 2025, o Clube reunia já mais de seis centenas de membros, evidenciando a necessidade de mecanismos de capacitação e reforço da competitividade na fileira.

A colaboração da Navigator com a Biond, associação representativa das bioindústrias de base florestal, reforça igualmente a intervenção do Grupo no setor. No âmbito do Programa Melhor Eucalipto, a iniciativa «Limpa & Aduba» financia a adubação de parcelas de proprietários, e, até 2025, este Programa abrangeu 88 546 ha, dos quais 17 358 ha receberam duas adubações, apoiando 11 488 produtores florestais, maioritariamente inseridos em minifúndio.

Adicionalmente, encontram-se em curso o programa de Recuperação de Áreas Ardidas, onde foram intervencionados no total 1 510 hectares, até final de 2025. Em paralelo, prossegue o Projeto Melhor Floresta, que beneficiou 1 476 hectares até 2025.

O setor enfrenta, ainda, um quadro regulatório complexo e restritivo, que tem contribuído para a redução contínua das áreas florestadas e reflorestadas em Portugal, comprometendo a sustentabilidade económica de uma vasta rede de pequenos prestadores de serviços, indispensáveis à gestão ativa do território rural.

No domínio dos incêndios rurais, a atividade da subsidiária The Navigator Company está exposta a dois impactos principais:

– perda de madeira, própria e de terceiros, atual e futura;
– acréscimo de custos operacionais, relacionados com a exploração e a preparação do solo pós-incêndio.

A mitigação destes riscos inicia-se com a gestão rigorosa das áreas sob responsabilidade do Grupo, complementada por um forte investimento em Inovação e Desenvolvimento, orientado para adaptar as práticas silvícolas às especificidades da floresta portuguesa.

Entre as medidas mais relevantes incluem-se:

– a conservação da biodiversidade,
– o planeamento das infraestruturas florestais,
– e a manutenção sistemática de caminhos e acessos, essenciais para a prevenção e resposta a incêndios.

A Navigator integra ainda, juntamente com o grupo ALTRI, a AFOCELCA, entidade de proteção florestal constituída através de um Agrupamento Complementar de Empresas. Esta estrutura assegura um dispositivo nacional de prevenção e combate a incêndios, cobrindo cerca de 200 mil hectares de património próprio e envolvente, em articulação com o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais. A AFOCELCA dispõe de um orçamento anual superior a Euros 4,5 milhões, integralmente financiado pelas empresas do agrupamento, sem recurso a fundos públicos ou comunitários.

Ao Grupo foram atribuídos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) em Moçambique, localizados nas províncias de Manica e Zambézia constituídos por cerca de 5 dezenas de parcelas não contíguas, e uma autorização de plantação de até 240 000 hectares, disponibilizados ao abrigo de Acordo de Investimento assinado com o Governo moçambicano, dos quais se encontram plantados cerca de 14 000 hectares. O projeto prevê a instalação de uma unidade industrial destinada à produção de pasta BEKP e energia elétrica naquele país.

O Governo moçambicano e a Portucel Moçambique outorgaram um Memorando de Entendimento (MoU) através do qual acordaram um conjunto de condições precedentes necessárias para a prossecução do investimento, nomeada e especialmente de natureza logística, que será implementado em duas fases. Verificado o cumprimento das condições precedentes, num primeiro momento será incrementada a base florestal até cerca de 40 000 hectares, que garantirá o abastecimento de uma unidade (a construir) de produção de estilha de madeira de eucalipto para exportação, com capacidade de cerca de 1 milhão de toneladas por ano, num investimento adicional estimado de USD 160 milhões.

Tendo em consideração os sucessivos atrasos na garantia das condições precedentes ao arranque da construção desta infraestrutura, a subsidiária Portucel Moçambique continua a avaliar a viabilidade de soluções logísticas alternativas, seja via porto de Nacala, seja via solução temporária em Macuse.

A subsidiária The Navigator Company e o Governo de Moçambique têm vindo a trabalhar nos termos do MoU assinado, nomeadamente no tema das terras e fomento, tendo avançado em 2019 o primeiro programa de Fomento Florestal em Moçambique, iniciativa governamental com financiamento do Banco Mundial. O objetivo é promover plantações florestais comerciais sustentáveis de pequena e média escala e a restauração de áreas degradadas, havendo já cerca de 4 000 hectares de plantações de eucalipto em plena produção. A Portucel Moçambique tem tido, desde o início do programa, um papel ativo na construção e implementação do Programa, contribuindo com diversos apoios, tais como na definição do modelo de silvicultura, no fornecimento de plantas clonais a preço bonificado, no acesso a insumos (fertilizantes) a preços de mercado e partilha de *know-how*.

Em 2025 foi dada continuidade às operações de colheita de madeira das plantações da Portucel Moçambique em Manica e na Zambézia, para fornecimento à indústria de folheado/laminados que se instalou nas proximidades das plantações da empresa em ambas as províncias, o que continuará a permitir, entre outros objetivos, prosseguir com os trabalhos de posicionar Moçambique no mapa mundial desta indústria de base florestal. Ao longo de 2025 foram fornecidos ao mercado cerca de 190 000 m^3 de madeira (100% para processamento no mercado nacional). Por razões de mercado não realizamos em 2025 qualquer exportação de madeira.

O Grupo conta ainda com um instituto de investigação, o RAIZ, criado em 1996 em parceria com três universidades, iniciativa pioneira em Portugal que traduz o compromisso com a inovação e a sustentabilidade.

O RAIZ tem a sua atividade focada na investigação, inovação e serviços especializados na fileira silvo-industrial do eucalipto, promovendo uma floresta mais produtiva e resiliente, processos industriais mais eficientes, e desenvolvendo bioprodutos de base florestal inovadores e sustentáveis.

Tem um quadro de 95 colaboradores, dos quais 30% doutorados e posiciona-se entre as 10 entidades com maior registo de patentes internacionais em Portugal.

A sua atividade está alinhada com o propósito do Grupo e reflete o compromisso contínuo com a criação de valor responsável, através de soluções sustentáveis, recicláveis e biodegradáveis, provenientes da floresta plantada de eucalipto.

Com um sólido investimento em I&D e inovação orientado para a sustentabilidade e a economia circular, o Grupo, através do RAIZ, pretende continuar a contribuir para que Portugal consolide e expanda a sua posição no panorama europeu da inovação em bioeconomia de base florestal.

RISCOS ASSOCIADOS À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PASTA BEKP, PAPEL UWF E PAPEL *TISSUE*

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

O autoabastecimento de madeira (madeira proveniente de património próprio e de arrendamentos) para produção de pasta BEKP representou cerca de 12% das necessidades do Grupo em 2025 (2024: 13%). Por este facto, existiu a necessidade, regular, de se recorrer à compra de madeira no mercado nacional, no mercado espanhol e nos mercados não europeus do Brasil e Uruguai, em 2024.

Por a madeira ibérica ser insuficiente para as nossas necessidades, o recurso à importação de madeira de eucalipto proveniente de fora da Europa, genericamente com consumos específicos similares à madeira adquirida em Portugal, apesar de com custos logísticos elevados pela utilização de transporte marítimo de longas distâncias, é fundamental para colmatar o diferencial existente.

Para potenciar mais madeira nacional, estando a realização de novas plantações florestais em Portugal sujeita à autorização das entidades competentes e a uma política de restrições de acréscimos de área que limitam o potencial produtivo nacional, a subsidiária The Navigator Company tem desenvolvido nos últimos anos, com os seus parceiros florestais, novas iniciativas inovadoras e diferenciadoras no mercado para aumentar a produtividade por hectare, em complemento, com o reforço do apoio técnico nas operações de replantação/manutenção de eucaliptais, certificação da gestão florestal, apoio no investimento aos produtores, apoios na aquisição de maquinaria, entre muitas outras iniciativas, para potenciar mais madeira futura e contribuir para uma floresta mais produtiva, organizada e resiliente.

Em 31 de dezembro de 2025, um agravamento de 10% no custo, à data, do m^3 de madeira de eucalipto consumida na produção de pasta BEKP teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 36 000 000 (31 de dezembro de 2024: Euros 37 800 000).

Relativamente a outras matérias-primas, nomeadamente produtos químicos, o principal risco identificado é o da escassez de disponibilidade de produtos por força da crescente procura destes produtos em mercados emergentes, nomeadamente na Ásia ou mercados que os abasteçam, que poderão criar desequilíbrios pontuais de oferta e procura.

A este respeito, o Grupo, em conjunto com o Grupo Altri, estabeleceu em 2018 um Agrupamento Complementar de Empresas – Pulp Chem, ACE – destinado à aquisição conjunta de produtos químicos, beneficiando de economias de escala e, assim, mitigar este risco.

O Grupo procura mitigar estes riscos mediante um *sourcing* proativo, que procura a identificação de fontes de abastecimento dispersas geograficamente, procurando ainda assegurar contratos de abastecimento a prazo que lhe assegurem níveis de volume, preço e qualidade compatíveis com os seus requisitos.

Em 31 de dezembro de 2025, um agravamento de 10% no preço dos produtos químicos teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 18 000 000 (31 de dezembro de 2024: Euros 17 300 000).

ÁGUA

Sendo a água um importante recurso para o processo produtivo de pasta e de papel, o Grupo assumiu uma preocupação especial na sua preservação tendo, ao longo dos últimos anos, sido realizados investimentos tendentes à redução da sua utilização. No âmbito do Programa de Redução do Uso de Água (PRUA) implementado pelo Grupo, foi possível reduzir em 8,1% a utilização específica de água nos complexos industriais em Portugal entre 2019 (ano base) e 2025, esperando-se diminuir o uso deste recurso em, pelo menos, 33% até 2030. Este é um caminho que faz parte de uma estratégia abrangente e que está a ser percorrido consistentemente, colocando o Grupo mais próximo de atingir os objetivos da sua Agenda 2030.

Além da redução da utilização de água nos processos industriais, conseguida através de importantes investimentos, nomeadamente em processos de reutilização e fecho de circuitos, a subsidiária The Navigator Company mantém um controlo efetivo sobre a qualidade dos efluentes industriais. Desta forma é assegurada a conformidade da qualidade dos seus efluentes industriais de acordo com rigorosas exigências de descarga, estabelecidas nos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH).

PREÇO DE MERCADO DA PASTA BEKP, PAPEL UWF E PAPEL *TISSUE*

Desequilíbrios na relação oferta/procura nos mercados de pasta BEKP, papel UWF e papel tissue podem ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo. Os preços de mercado da pasta BEKP e do papel UWF e *tissue* são formados no mercado mundial em regime de concorrência global e influenciam de forma determinante as receitas do Grupo e a sua rentabilidade. As variações dos preços destes produtos resultam, essencialmente, de alterações da oferta e da procura mundiais e da situação económica e financeira de cada um dos diferentes agentes intervenientes nestes mercados (Produtores, Traders, Distribuidores, Clientes finais, etc.) a nível mundial, que provocam diferentes e sucessivos níveis de preços de equilíbrio, aumentando a volatilidade do mercado global.

Os mercados de pasta BEKP e de papel são altamente competitivos, pelo que, na atual conjuntura, variações significativas na capacidade de produção instalada poderão ter um impacto expressivo nos preços praticados a nível mundial. Estes fatores têm incentivado o Grupo a prosseguir a estratégia de *marketing* e branding delineada e a realizar investimentos significativos nos anos recentes para melhorar a produtividade e produzir produtos diferenciados e de elevada qualidade.

Em 31 de dezembro de 2025, uma degradação de 10% no preço, à data, por tonelada de pasta BEKP e de 5% no preço por tonelada de papel UWF e Tissue vendidos pelo Grupo no período teria representado um impacto negativo nos seus resultados operacionais de cerca de Euros 17 600 000 e de Euros 84 200 000, respetivamente (31 de dezembro de 2024: Euros 23 900 000 e Euros 86 700 000, respetivamente).

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

Sem prejuízo do que se refere relativamente à concentração das carteiras de clientes do Grupo, uma eventual diminuição da procura de pasta BEKP, papel UWF e papel *tissue* nos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos poderá ter um impacto significativo nas vendas do Grupo. A procura de pasta BEKP produzida pelo Grupo depende também da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, dado que vários dos principais Clientes de pasta BEKP do Grupo são produtores de papel.

A procura de papel de impressão e escrita não revestido está relacionada com fatores macroeconómicos (p.e. evolução do PIB, emprego, nomeadamente em profissões *white collar*, índices de confiança), tecnológicos (p.e. penetração de tecnologias de informação e *hardware/software*, designadamente relacionados com tecnologias de impressão, no meio empresarial) e demográficos (p.e. população, nível médio de escolaridade, estrutura etária da sociedade). A evolução destes fatores influencia a procura de papel positiva ou negativamente, sendo que, grosso modo e no passado recente, a tendência de evolução do consumo de papel é negativa nos países mais desenvolvidos e positiva ou estável nos países emergentes/em desenvolvimento. Naturalmente, o desempenho do Grupo depende também da evolução da procura nos diversos mercados em que atua.

No que respeita à procura de pasta de mercado de eucalipto, esta está dependente em larga medida da evolução da produção nos produtores não-integrados de grades de papel de impressão e escrita, *tissue* e especialidades. A procura chinesa por este tipo de pasta representa mais de 1/3 da procura mundial, o que faz da China um dos mais impactantes *drivers* da procura.

Quanto ao papel *tissue*, as variáveis chave que influenciam a procura deste tipo de papel são:

– Crescimento económico futuro esperado;
– Crescimento da população e outras alterações demográficas e sociais;
– Nível de desenvolvimento do setor terciário, nomeadamente turismo;
– Níveis de penetração do produto;
– Desenvolvimentos na qualidade do papel *tissue* e especificações de produto; e
– Efeitos de substituição.

O consumo de papel *tissue* não é muito sensível a variações cíclicas da economia, muito embora o consumo deste tipo de papel tenda a crescer mais rapidamente com maior crescimento económico. Em contrapartida, uma escalada de custos produtivos e consequentemente preços de venda pode criar um efeito de *downgrading* de consumo.

A importância do crescimento económico para o consumo de tissue é mais evidente nos países em desenvolvimento. Se o nível de rendimento per capita é muito baixo, o consumo de tissue tende a ser reduzido. Há um limiar após o qual o consumo acelera. O crescimento económico permite uma maior penetração do produto, que é um dos principais drivers da procura deste tipo de papel na população com rendimentos mais baixos. O papel tissue é um produto que não enfrenta grandes ameaças de substituição por outros materiais, não se prevendo alterações a este nível.

As preferências dos Consumidores podem ter um impacto na procura global de papel ou de certos tipos em particular, tais como na procura de produtos reciclados ou produtos com fibra virgem certificada.

Relativamente a esta matéria, e no caso concreto do papel UWF e *tissue*, o Grupo crê que a estratégia de *marketing* e branding que tem vindo a seguir, associada aos investimentos significativos efetuados para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade e inovadores, lhe permitem colocar os seus produtos em segmentos de mercado menos sensíveis a variações de procura, permitindo uma menor exposição a este risco.

ENERGIA

O processo produtivo de pasta e papel é dependente do abastecimento constante de energia elétrica e vapor. O Grupo dispõe de diversas unidades de produção combinada de calor e energia elétrica em regime de cogeração, que asseguram este abastecimento, tendo sido previstas redundâncias entre as diversas unidades por forma a mitigar o risco de eventuais paragens não planeadas.

Adicionalmente o Grupo possui ainda duas centrais termoelétricas a biomassa, independentes do processo produtivo de pasta e papel, dedicadas à produção de energia elétrica renovável para injeção na rede elétrica.

Em 2025, a venda de energia elétrica das cogerações renováveis fica marcada pelo início da transição progressiva do regime de venda total à rede para o regime de autoconsumo com venda de excedentes em regime de mercado. A cogeração de Aveiro, a cogeração TG3 da Figueira da Foz e a cogeração Renovável Papel Setúbal enquadram-se atualmente no regime na venda de excedentes em mercado, enquanto as restantes cogerações renováveis vendem a totalidade de energia produzida à rede com tarifa bonificada – ao abrigo da modalidade especial do regime remuneratório instituído pelo Decreto-Lei nº 23/2010, de 25 de março, na sua redação atual. A Central de Ciclo Combinado a Gás Natural de Setúbal mantém-se enquadrada pela modalidade geral ao abrigo do mesmo diploma legal.

A The Navigator Company continuou em 2025 a prestação do serviço de Banda de Reserva de Restabelecimento de Frequência com ativação manual (Banda de mFRR), destinados a agentes consumidores nos termos do Procedimento 15 do Manual de Procedimentos de Gestão Global do Sistema (MPGGS). Este serviço, prestado por consumidores de energia elétrica habilitados para o efeito, visa contribuir para a salvaguarda da segurança de abastecimento do Sistema Elétrico Nacional.

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos aprovou a Diretiva ERSE n.º 6/2025, que fixa os preços das Tarifas de Acesso às Redes (TAR) a aplicar às instalações de consumo de energia elétrica que obtenham o Estatuto do Cliente Eletrointensivo.

Neste quadro, a partir de 24 de abril de 2025 as instalações de consumo em Alta Tensão da Navigator passam a beneficiar da redução nas TAR, diminuindo o custo de energia elétrica adquirida à rede.

Em 31 de dezembro de 2025, um agravamento de 10% no preço de mercado da eletricidade teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 8 600 000 (31 de dezembro de 2024: Euros 9 300 000).

RISCO PAÍS – PORTUGAL

O Grupo tem uma forte presença em Portugal. A sua atividade está alicerçada em ativos cuja principal localização é Portugal. Da mesma forma, aproximadamente 20% da sua matéria-prima provém de florestas portuguesas.

A relevância do Grupo para a economia portuguesa é significativa, sendo o terceiro maior exportador nacional e o maior gerador de Valor Acrescentado Nacional, representando aproximadamente 1% do PIB, cerca de 2,5% das exportações nacionais de bens e perto de 6% da carga contentorizada exportada pelos portos nacionais. Esta forte integração na economia nacional potencia benefícios de escala e proximidade, mas simultaneamente acentua a exposição ao contexto macroeconómico e institucional do país.

Apesar da sua orientação internacional e da diversificação geográfica dos mercados de destino, a dependência estrutural de Portugal em termos de fatores produtivos, enquadramento regulatório, fiscal, laboral, ambiental e energético expõe o Grupo ao índice de risco soberano de Portugal. Alterações neste enquadramento, bem como na respetiva interpretação e aplicação por parte das entidades reguladoras e governamentais, poderão ter impactos relevantes na competitividade, nos custos operacionais e na rentabilidade do negócio.

O Grupo acompanha de forma contínua a evolução do contexto económico e regulatório nacional, procurando mitigar este risco através da diversificação dos mercados de venda, da eficiência operacional, da gestão ativa da base florestal e do diálogo institucional com as entidades relevantes. Ainda assim, a concentração significativa de ativos e operações em Portugal constitui um fator estrutural de risco que exige monitorização permanente.

RISCO PAÍS – MOÇAMBIQUE

Em virtude do investimento no projeto de Moçambique, o Grupo encontra-se exposto ao risco específico deste país. Todavia, a ponderação dos investimentos, em termos de calendarização, escolha dos Fornecedores/Parceiros e localização geográfica, tem sido considerada de acordo com esse risco, acautelando o Grupo a concretização destes passos com razoável segurança de que não existirão efeitos decorrentes daquele risco. Na decorrência do ciclo eleitoral que ocorreu no quarto trimestre de 2024 e da instabilidade política e social registada após o mesmo, o Grupo encontra-se a monitorizar e a avaliar a eventual necessidade de possíveis ajustes a realizar.

Neste momento, o projeto de Moçambique é essencialmente um projeto de cariz florestal, com uma opção de desenvolvimento de um projeto industrial. O investimento previsto deverá ser concretizado em duas fases, a primeira será um projeto de produção de estilha (*woodchips*) e, numa segunda fase, a construção de uma fábrica de pasta de grande escala. O Grupo encontra-se, contudo, preparado para avançar com o plano florestal previsto, assim que as condições necessárias – cuja maioria continua em discussão com as autoridades moçambicanas – estejam reunidas.

Até 31 de dezembro de 2025 os dispêndios incorridos neste projeto ascenderam a Euros 148,8 milhões (31 de dezembro de 2024: Euros 142,2 milhões), essencialmente associados à preparação de terrenos, a atividades de plantação e manutenção silvícola, ao programa de desenvolvimento social, gestão de terras, licenciamento ambiental e social, formação e à construção do que é hoje um dos maiores viveiros florestais de África.

Considerando que o Grupo ainda se encontra a trabalhar nas condições precedentes para a Fase 1 do MoU, tal como anteriormente referido, as responsabilidades prováveis estimadas encontram-se devidamente provisionadas.

RISCO PAÍS – EUA

O mercado dos Estados Unidos da América tem uma ponderação relevante nas vendas totais de papéis UWF, o que aumenta a exposição ao risco específico deste país.

Esta exposição exige uma avaliação cuidada dos impactos decorridos, por exemplo, de alterações em regulamentações ou de natureza tributária, ou mesmo da sua aplicação e interpretação por parte das entidades governamentais e autoridade tributária.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto ao risco associado à imposição ou alteração de tarifas aduaneiras pelos Estados Unidos da América, no âmbito da sua política comercial externa. A introdução, revisão ou reforço de tarifas sobre produtos importados, incluindo papel e produtos de base florestal, pode traduzir-se em acréscimos de custos à entrada no mercado, com impacto potencial nos preços finais, nos volumes comercializados e nas margens operacionais, bem como na competitividade face a produtores locais ou de outras geografias.

No contexto do comércio internacional, e à semelhança do que tem ocorrido com produtores de outras geografias (designadamente Austrália, Brasil, China e Indonésia), o Grupo encontra-se, desde 2015, sujeito a medidas *antidumping* aplicáveis às importações de papel UWF para os EUA, determinadas pelo United States Department of Commerce. Estas medidas traduzem-se na aplicação de direitos *antidumping* sobre os produtos exportados, constituindo um fator de risco adicional, com impacto potencial na estratégia comercial, nos volumes de exportação e na rentabilidade do negócio naquele mercado.

RISCO PAÍS – REINO UNIDO

Com a compra do Grupo Navigator Tissue UK, o Grupo está mais exposto ao risco deste país assim como à exposição ao GBP.

O Reino Unido apresenta um crescimento moderado após o ciclo inflacionista recente, mantendo taxas de juro ainda relativamente restritivas definidas pelo Bank of England, o que implica maior custo de financiamento e alguma pressão sobre o consumo. Não obstante, o setor de *tissue* mantém ainda assim um perfil mais defensivo, ainda que sujeito a pressão sobre margens num contexto de maior sensibilidade ao preço por parte dos retalhistas e consumidores.

Perante estes desafios, importa salientar que o Grupo Navigator tem vindo a mitigar os riscos referenciados através de uma gestão integrada da cadeia de valor produtiva, desde a produção de pasta ao fabrico de papel *tissue* e sua transformação em produto acabado, o que permite maior controlo de custos, eficiência operacional e resiliência face à volatilidade das matérias-primas.

Paralelamente, a gestão proativa da função cambial, tirando partido de posições curtas e longas em GBP e USD, contribui para reduzir a exposição líquida ao risco de câmbio. Acrescem ainda as sinergias comerciais e de gestão e os ganhos de integração resultantes da incorporação da operação de *tissue* do Reino Unido no perímetro do Grupo, reforçando a capacidade de captura de valor e diluição de risco num enquadramento macroeconómico mais exigente.

CONCORRÊNCIA

O aumento da concorrência nos mercados da pasta e papel pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo.

Os mercados de pasta e papel são altamente competitivos, pelo que a entrada no mercado de novas unidades de produção com um aumento da capacidade de produção disponível poderá ter um impacto relevante nos preços praticados a nível mundial.

Os produtores de pasta BEKP oriundos do hemisfério sul (nomeadamente do Brasil, Chile, Uruguai e da Indonésia), com custos de produção ainda significativamente mais baixos que os do hemisfério norte, têm vindo a adquirir peso acrescido no mercado, pondo em causa o posicionamento competitivo dos produtores europeus de pasta para mercado. Nos próximos anos estão previstos aumentos de capacidade na América do Sul, reforçando a posição desses produtores no mercado global.

Estes fatores têm obrigado o Grupo a realizar investimentos significativos de modo a manter os seus custos competitivos e a produzir produtos de elevada qualidade, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro.

Destaca-se um movimento de desinvestimento no setor papeleiro nos EUA e Europa, com fechos/conversões de capacidade instalada por parte de alguns produtores de UWF, numa clara tentativa de ajustamento da oferta à evolução negativa da procura. Em sentido contrário, têm ocorrido e perspetivam-se investimentos em nova capacidade de UWF na China no curto e médio prazo.

O Grupo tem vindo a adequar a sua estratégia comercial à evolução dos padrões de consumo regionais e, apesar de a Europa continuar a ser o seu principal mercado, tem hoje uma presença relevante nos Estados Unidos da América e no Norte de África.

O volume de vendas destinado aos mercados europeus representou 62% (2024: 62%), onde atingiu quotas de mercado particularmente expressivas nos países da Europa Ocidental e quotas de mercado relevantes nos outros principais mercados europeus.

CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025, os 10 principais grupos de clientes de pasta BEKP do Grupo representavam 14% da produção de pasta BEKP do período (2024: 12%) e 60% das vendas externas de pasta BEKP (2024: 45%). Esta assimetria resulta da estratégia seguida pelo Grupo de crescente integração da pasta BEKP que produz nos papéis UWF e *tissue* que produz e comercializa. Ainda assim, o Grupo crê existir pouca exposição a riscos de concentração de clientes na comercialização de pasta BEKP.

Em 2025, o Grupo manteve a dependência dos seus 10 maiores grupos de Clientes de UWF face a 2024, os quais representaram 32% do volume de vendas do Grupo (2024: 35%).

O Grupo registou 141 (2024: 146) novos Clientes de papel com vendas em 2025. Também relativamente aos papéis UWF, o Grupo segue uma estratégia de mitigação do risco de concentração da sua carteira de Clientes. O Grupo comercializa papéis UWF para 127 países e territórios e tem perto de 1 000 clientes individualmente considerados, permitindo assim uma dispersão do risco de concentração das vendas num reduzido número de mercados e/ou clientes.

De destacar o portal de e-commerce - NVG Hub, lançado em 2021, que iniciou no final de 2024 um modelo de negócio online de venda à palete, com entregas entre 24h e 72h, direcionado para clientes de menores dimensões, em regiões selecionadas na Europa. Em 2025, o NVG Hub consolidou-se como canal estratégico, atingindo cerca de Euros 300 milhões em encomendas *online*, estando agora disponível para todas as unidades de negócio: UWF, Tissue, Celulose Moldada, Pasta. Consolidou ainda o seu compromisso com uma comunicação mais transparente e eficiente com clientes, através do lançamento de funcionalidades estratégicas, como a nova ferramenta de alarmística e acompanhamento antecipado do estado de encomendas, estando igualmente a preparar o lançamento de uma ferramenta de leilão (ou licitações *online*) para venda de gestão de *old stock*.

No Packaging, continua em curso a ampliação de oferta, com o desenvolvimento de novas gamas de produtos, que abrirão portas, a curto prazo, a outros segmentos de alto valor acrescentado, evolução apoiada na realização de testes de mercado (2025: 233, 2024: 177), em116 clientes e potenciais novos clientes (33 testes em 19 clientes regulares, e 200 testes em 97 potenciais novos clientes).

O ano 2025 foi marcado por um início relativamente moderado, ainda que a procura tenha desenvolvido níveis mais favoráveis ao longo do ano e terminado em linha com o esperado (mercado europeu de *"kraft papers"* cresceu +2,6% face a 2024), tendo a Navigator crescido +11% (vs. 2024), e confirmado um CAGR de 13%/a.

O desenvolvimento do negócio de Packaging continua a revelar sinais bastante promissores, traduzidos pela crescente base de clientes, pelo reconhecimento da qualidade dos nossos produtos à base de fibra de eucalipto globulus e, consequentemente, da marca gKraft™, que serve marcas de grande exposição, em setores tão distintos como a área da moda, retalho alimentar, e-commerce, indústria ou agricultura.

Esse reconhecimento é traduzido pela evolução da base de clientes, hoje superior a 443 clientes (com vendas), em 52 países, desde o início do negócio. Um reconhecimento que vai além do sucesso comercial: o trabalho da The Navigator Company no domínio das soluções sustentáveis de embalagem foi distinguido, em 2023, com o Prémio Nacional de Inovação. Por sua vez a Agenda mobilizadora "From Fossil to Forest - Produtos de Embalagem Sustentáveis para Substituição do Plástico Fóssil", liderada pela Navigator, foi distinguida pela Deloitte Portugal, na categoria "Transformation Award - Projetos de transformação e de inovação com impacto no mercado".

O Grupo assenta a sua oferta de papéis de embalagem em três macrossegmentos gKraft™: BAG, FLEX e BOX, que se subdividem em 10 segmentos para distintas aplicações, endereçando respetivamente os mercados de Bags (sacos de retalho, consumo e industriais) de Flexible Packaging (servindo uma enorme diversidade de embalagens flexíveis para a área alimentar e não alimentar, substratos de base para adesivos, chamados de *release liners*, multilaminados para incorporação em faces de produtos de isolamento térmico, sonoro, elétrico, etc), e de *boxes* (caixas de cartão canelado para produtos de valor acrescentado e embalagens alimentares, onde se inserem as cartolinas para produção de copos de papel, e bandejas – *food trays*). Produtos estes onde a introdução inovadora das qualidades da fibra de eucalipto tem sido determinante para a enorme aceitação já reconhecida no mercado.

O Grupo tem dado continuidade ao desenvolvimento de novas gamas de produtos, e gramagens (sobretudo as baixas gramagens), destinadas às indústrias alimentares, e a uma multiplicidade de produtos de consumo, cuja fase de testes e introdução no mercado, ainda em curso, se traduz por uma operação de larga escala de abordagem a novos clientes, apoiada na realização de testes de mercado, 233 testes, realizados em 2025. Os desenvolvimentos passaram pela criação de novas gamas de produto, com destaque para os produtos inovadores 100% Eucalipto, e com extensão a gramagens que chegam já a 35 g/m^2.

Como parte da diversificação do negócio Packaging, o projeto de produção integrada de peças de celulose moldada de eucalipto, destinadas a substituir embalagens de plástico de utilização única no mercado de *food service* e *food packaging,* continua a avançar como planeado, tendo entrado em produção no quarto trimestre de 2024, sob a marca gKraft™ Bioshield. A unidade tem capacidade de produção de cerca 2.000 toneladas por ano, sendo uma das maiores da Europa e a primeira unidade integrada no Sul da Europa, entrando num mercado de elevado potencial e crescimento. A produção arrancou com 5 produtos para aplicações de utilização única para o setor alimentar, integralmente recicláveis e/ou compostáveis: prato 22cm, prato 17cm (sobremesa), bowl 500ml, embalagem *take-away* 1 litro, tabuleiro (laminado para proteína crua – carne bovina, suína e aves.

Estes 5 produtos têm flexibilidade produtiva e escalabilidade para aproveitar as diversas oportunidades que se abrem na substituição de plásticos e alumínio de uso único. Em paralelo, têm vindo a ser desenvolvidos novos produtos, em parceria com clientes nacionais e internacionais, e prosseguem os trabalhos de investigação e desenvolvimento de novas soluções de propriedade barreira sustentáveis, bem como o ensaio de soluções comerciais.

De destacar que, para além da certificação de conformidade para contacto alimentar com a Regulamentação Europeia (EC) N.º 1935/2004 (contacto alimentar), os nossos produtos de celulose moldada, marca gKraft™ Bioshield, receberam certificação de conformidade com a recomendação alemã BfR XXXVI, principal referência internacional para embalagens alimentares em fibra celulósica. Os nossos produtos, marca gKraft™ Bioshield tornam-se assim os primeiros produtos de celulose moldada no mundo, em conformidade com a recomendação BfR XXXVIA. Este certificado foi emitido pelo prestigiado laboratório alemão ISEGA. A certificação permite a comercialização de produtos destinados ao segmento alimentar, para contato com alimentos gordurosos, húmidos e secos, aplicando-se a toda a nossa linha de tableware e *take-away.*

O volume do negócio de Packaging situou-se acima das 89 ktons em 2025 (reafirmando o ritmo de crescimento dos dois primeiros anos, o que revela a forte aceitação dos produtos gKRAFT pelo mercado e a melhoria das condições durante o ano), representando um resultado de vendas de Euros 79 milhões (2024: Euros 75 milhões).

Durante 2025, o volume de vendas de Tissue da The Navigator Company (produto acabado e bobines) atingiu 231 mil toneladas, um aumento de 5% face a 2024, com o valor das vendas a apresentar um crescimento de 6%.

Para este crescimento contribuiu a integração do negócio da Navigator Tissue UK, concretizado em maio de 2024, que, para além de potenciar a extensão da gama e o crescimento de vendas, alargou também a base de clientes e gerou sinergias de integração, possibilitando o desenvolvimento de ações de venda cruzadas, com o consequente reforço da relação comercial com clientes.

As vendas internacionais no negócio Tissue representaram 80% do volume de vendas em 2025 (vs. 54% em 2022, antes da integração da Tissue Ejea e Tissue UK), sendo os mercados mais representativos, o mercado inglês, com 34% do total de vendas, o espanhol, com 30% do total de vendas, e o francês, com peso de 14% das vendas. Nos últimos dois anos, as aquisições de novas unidades em Espanha e no Reino Unido permitiram equilibrar o nosso mix geográfico, oferecendo mais resiliência ao negócio, que se foca essencialmente em produto acabado (que representou 98%, sendo as bobinas 2% das vendas totais).

No que diz respeito à estratificação por segmento de clientes, o At Home ou Consumer (retalho) tem registado um peso crescente, representando atualmente cerca de 83% das vendas, sendo que o segmento Away from Home (grossistas – canal Horeca e escritórios) representa os restantes 17%.

RISCOS ASSOCIADOS À PRODUÇÃO DE ENERGIA

O ano 2025 manteve um quadro macroeconómico influenciado por tensões geopolíticas, nomeadamente pela guerra na Ucrânia e o conflito no Médio Oriente. Neste contexto, os preços de gás natural evidenciaram uma relativa estabilização face aos máximos históricos, decorrentes da crise energética de 2022, embora ainda acima dos valores pré-crise, o que reflete um mercado mais equilibrado, mas sensível a fatores geopolíticos. Nos preços de energia elétrica, a estrutura de mercado marginalista do MIBEL está exposta a flutuações de preço consoante os indexantes de gás natural, havendo também uma influência crescente dos ativos renováveis como solar e eólica.

A produção de energia elétrica é uma atividade com importância no Grupo, possibilitando a valorização de um recurso endógeno renovável, a biomassa gerada na produção de pasta BEKP. Os ativos de geração de energia permitem ainda aos Fornecedores de madeira do Grupo gerar um rendimento complementar com a venda de biomassa residual florestal das suas explorações, e desta forma contribuir para a redução dos riscos de incêndio no país.

O Grupo foi pioneiro e tem vindo a promover e desenvolver um mercado de comercialização de biomassa, para abastecimento das suas centrais de cogeração renováveis e centrais termoelétricas a biomassa. O desenvolvimento deste mercado numa fase anterior ao arranque das novas unidades de produção de energia permitiu-lhe assegurar uma rede de abastecimento de matéria-prima obtida de forma sustentável.

Os incentivos existentes à data em Portugal só contemplam a utilização de biomassa florestal residual (BFR) para a produção de energia elétrica, excluindo liminarmente a utilização de madeira para este efeito.

Em termos de enquadramento legal destacamos os seguintes diplomas:

– Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, que estabelece disposições em matéria de eficiência energética e cogeração e altera o Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de março e Portaria 140/2012, de 14 de maio, revista pela Portaria 325-A/2012, de 16 de outubro aplicável ao regime de PRE − Produção em Regime Especial em cogeração;

– Para as Centrais Termoelétricas a Biomassa (CTB) florestal residual em operação, dedicadas à produção de energia elétrica, o quadro legal é suportado pelo Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de fevereiro revisto pelo Decreto-Lei 225/2007, de 31 de maio que altera de 15 para 25 anos o período de remuneração garantida em PRE − Produção em Regime Especial. Para estes ativos, o quadro legal sustenta assim um enquadramento tarifário que se prevê estável no decurso dos próximos anos.

– Adicionalmente, o Decreto-Lei nº 84/2022, que transpõe para direito nacional a Diretiva das Energias Renováveis publicada em 2018 (Diretiva EU 2018/2001) e que estabelece a meta de 49% da quota de utilização de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia, até 2030. Entre outras disposições relevantes, o Decreto-Lei estabelece os critérios de sustentabilidade e de redução de emissões de gases com efeito de estufa para a utilização de combustíveis biomássicos na produção de eletricidade.

– Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro que estabelece a organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), traspondo a Diretiva (UE) 2019/944 e Diretiva (UE) 2018/2021.

A procura constante pela otimização dos custos de produção e pela eficiência das unidades geradoras, a análise de novos projetos de produção de energia a partir de fontes renováveis, uma contratação de energia a mais longo prazo e gestão de risco ativa, e a promoção de vários projetos de energia solar fotovoltaica em regime de autoconsumo são a forma pela qual o Grupo procura mitigar o risco associado à atividade.

RISCOS AMBIENTAIS

Ambiente regulatório

Nos últimos anos, a legislação da União Europeia em matéria ambiental tem vindo a tornar-se mais restritiva no que respeita ao controlo das emissões ambientais. As empresas do Grupo respeitam a legislação em vigor, em todas as vertentes dos seus licenciamentos ambientais, nomeadamente no cumprimento dos diversos parâmetros ambientais para os quais são estabelecidos Valores Limites de Emissão (VLE).

Em 2025, e no âmbito do Regime de Licenciamento Único Ambiental em conformidade com o Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, os complexos industriais do Grupo deram continuidade e cumprimento integral das suas Licenças Ambientais – Títulos Únicos Ambientais (TUA), em que se reúnem os títulos de utilização de recursos hídricos (TURH), os títulos de emissão de gases com efeitos de estufa (TEGEE), etc. Durante 2025 o Grupo preparou e instruiu os processos de atualização de alguns Títulos de Utilização Ambiental de forma a regularizar os projetos de descarbonização em implementação.

Para resposta a estes novos desafios o Grupo mantém em execução o seu Plano Estratégico Ambiental e um ambicioso Roteiro para a Neutralidade Carbónica que visa implementar, até 2035, mudanças nos seus processos produtivos por forma a minimizar a utilização de combustíveis fósseis e por consequência reduzir as suas emissões de CO_2.

Para esse efeito, o roteiro definido em 2019 inclui projetos baseados no uso de fontes renováveis de energia, designadamente biomassa e solar, com o intuito de minimizar as emissões de CO_2 resultantes da sua atividade e promover a melhoria do seu desempenho energético.

Por outro lado, cumprindo com o Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de junho, que transpôs para o normativo nacional a Diretiva 2004/35/CE, o Grupo assegura os seguros ambientais exigidos por aquele normativo, garantindo o cumprimento dos regulamentos em vigor e mitigando os riscos de natureza ambiental a que se encontra exposto.

No que respeita à evolução do regime de atribuição de comércio europeu de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), foi aprovada a Diretiva UE 2018/410, de 14 de março, que altera a Diretiva 2003/87/CE para reforçar a relação custo-eficácia das reduções de emissões e o investimento nas tecnologias hipocarbónicas. A Diretiva EU 2018/410 enquadra entre outros aspetos o novo período CELE a vigorar entre 2021-2030, no qual se vai verificar uma redução da quantidade de licenças de emissão de CO_2 atribuídas de forma gratuita.

A Diretiva UE 2023/959 introduz alterações profundas no Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE) da EU, nomeadamente para estender o mecanismo ao Transporte Marítimo e criar o CELE II, focado nos setores dos edifícios, transporte rodoviário e outros setores industriais não abrangidos anteriormente.

Esta evolução trouxe custos acrescidos para a indústria transformadora em geral e para a de pasta e papel em particular, sem que exista uma compensação pela absorção de CO_2 que, anualmente, as florestas desta indústria permitem.

Por forma a mitigar o impacto desta alteração, desde há muito que o Grupo empreendeu uma série de investimentos de natureza ambiental que, entre outras vantagens, tem permitido a redução continuada da emissão de CO2.

Já no âmbito do Regime Geral de Gestão de Resíduos estabelecido no **Decreto-Lei n.º 102-D/2020**, de 10 de dezembro, alterado pela **Declaração de Retificação n.º 3/2021** e pela **Lei n.º 52/2021**, de 10 de agosto, a subsidiária The Navigator Company continua a empreender esforços para o estabelecimento de parcerias que permitam a valorização dos resíduos produzidos nos seus estabelecimentos industriais, numa lógica de economia circular tendo, em 2025,concretizado um relevante projeto de circularidade de utilização de cinzas crivadas de uma caldeira de biomassa, para produção de argamassas.

O Grupo acompanha as iniciativas da Comissão Europeia em matéria de políticas e legislação em áreas como as estratégias florestais e de biodiversidade da UE, a Diretiva de Energias Renováveis, o Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS), a Taxonomia da UE, a Diretiva de Reporte de Informação Não Financeira sobre Sustentabilidade (CSRD) e a Diretiva sobre Due Diligence de Sustentabilidade Corporativa (CSDD).

A publicação no Jornal Oficial da União Europeia da Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD) – Diretiva (UE) 2022/2464 estabeleceu os requisitos de reporte de informação de sustentabilidade a um conjunto mais alargado de empresas, através das Normas Europeias de Reporte de Sustentabilidade (ESRS). Com base nos critérios estabelecidos neste contexto, a Navigator reportou a sua informação não financeira referente ao exercício do FY24 de acordo com as normas ESRS. Relativamente ao exercício de FY25, e, não obstante terem sido acordadas, em dezembro de 2025, simplificações nos requisitos de reporte destas normas - alinhadas com o objetivo europeu de simplificação regulatória, revisão Omnibus da CSRD –, a empresa optou por manter a estrutura e detalhe do relato.

Para o efeito, a Navigator reviu a sua análise de dupla materialidade, bem como as metodologias aplicadas a este exercício, e alinha o seu relato de informação não financeira sobre os impactos, riscos e oportunidades materialmente relevantes, de acordo com a CSRD, no capítulo das Demonstrações Não Financeiras, deste Relatório.

Visando causar um impacto positivo nas Pessoas e no Planeta, a subsidiária The Navigator Company manteve o empenho no cumprimento dos compromissos da sua Agenda 2030 de gestão responsável do negócio e na concretização dos objetivos correspondentes, integrados no Roteiro 2030 e alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Entre os objetivos do Roteiro 2030 destacam-se os que concorrem para o combate às Alterações Climáticas, contribuindo para o ODS13 (Ação Climática). Para os concretizar, o Grupo investe num plano de descarbonização que compreende, entre outras medidas, a utilização da biomassa residual florestal para produção de energia elétrica de fontes renováveis, bem como na substituição, de forma faseada, do consumo de energias fósseis por fontes de energia menos intensivas em carbono, e no investimento em energia solar fotovoltaica.

A Empresa estabeleceu três metas específicas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE): -86% de emissões de âmbito CELE (EU-ETS) até 2035, face a 2018; -63% das emissões absolutas de âmbito 1+2 até 2035, face a 2020 e -37,5% das emissões absolutas de âmbito 3 até 2035, face a 2020, tendo as duas últimas sido aprovadas pela Science Based Targets initiative (SBTi) em 2022. A meta relativa aos âmbitos 1 e 2 encontra-se alinhada com a meta de 1,5ºC estabelecida pelo Acordo de Paris. Segundo a SBTi, estas metas de redução de emissões de GEE baseadas em ciência climática são um “elemento-chave” para uma trajetória de descarbonização net-zero, tal como preconizado no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

O Grupo reporta, desde 2023, informação sobre a elegibilidade, alinhamento e indicadores financeiros das suas atividades económicas com a Taxonomia da EU, embora as atividades de produção de pasta e papel ainda não sejam elegíveis.

Como bioindústria no lado certo do futuro, assente na fileira de eucalipto e na indústria de pasta e papel, promovemos uma bioeconomia de base florestal com potenciais impactos positivos, assente na gestão sustentável das nossas florestas.

A boa gestão de riscos e oportunidades ambientais, sociais e de *governance* (ESG) levou a The Navigator Company a ser distinguida, mais uma vez, como “ESG Industry Top Rated” com base na avaliação da agência de *rating* Sustainalytics, estando classificada como “Empresa de Baixo Risco ESG” para Investidores. Também na avaliação pelo CDP – Disclosure Insight Action, a subsidiária The Navigator Company manteve a sua posição de liderança mundial no combate aos riscos climáticos e de desflorestação, salientando-se a classificação de “A” em CDP Climate, o que lhe mereceu a integração na lista exclusiva de empresas “A-List”.

Para informação mais detalhada sobre estas e outras iniciativas no âmbito da Agenda 2030 do Grupo, aconselhamos a consulta no capítulo das Demonstrações Não Financeiras, deste Relatório.

RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DO CIMENTO

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

No que se refere ao segmento do Cimento, as principais matérias-primas do processo de fabrico do cimento são os calcários e as margas ou argilas, cuja extração é efetuada em pedreiras próprias, localizadas no perímetro fabril, dispondo o Grupo de reservas que asseguram a exploração sustentada nos próximos anos em parte significativa das localizações geográficas em que opera.

PREÇO DE VENDA

Uma vez que o segmento do Cimento desenvolve a sua atividade em mercados geograficamente diversos, os preços praticados dependem, essencialmente, da conjuntura económica e da concorrência de cada país.

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

O volume de negócios do segmento do Cimento deriva do nível de atividade no setor da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O setor da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infraestruturas.

O setor da construção é sensível a fatores como as taxas de juro, e uma quebra da atividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão neste setor.

Apesar de o Grupo considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afetados por uma quebra do setor da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

CONCORRÊNCIA

As empresas do segmento do Cimento desenvolvem a sua atividade num ambiente competitivo. No caso do mercado português, o excesso de capacidade dos operadores nacionais em conjugação com importações poderão afetar a *performance* nesse segmento.

O mesmo se verifica na Tunísia e Líbano, países em recessão atualmente com excesso de capacidade instalada, o que tem impactado negativamente os preços nesses países.

CUSTOS ENERGÉTICOS

Uma parte significativa dos gastos do Grupo está dependente dos gastos energéticos. A energia é um fator de custo com peso significativo na atividade da Secil e das suas Participadas. O Grupo protege-se, em certa medida, contra o risco da subida do preço da energia através da possibilidade de algumas das suas fábricas utilizarem combustíveis alternativos e de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para algumas das necessidades energéticas. Apesar destas medidas, flutuações significativas nos custos da eletricidade e dos combustíveis podem afetar negativamente a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais.

RISCO PAÍS – BRASIL, TUNÍSIA E ANGOLA

O Grupo Secil encontra-se exposto ao risco país do Brasil, Tunísia e Angola nos quais detém investimentos em unidades produtivas.

RISCO PAÍS – LÍBANO

O Líbano enfrenta um cenário geopolítico e económico desafiador, marcado pela instabilidade política, a lenta recuperação económica e as tensões regionais. A recente eleição presidencial e formação do novo governo trouxeram esperança para a normalização das instituições, mas a governabilidade continua frágil devido à fragmentação política. No entanto, as tensões regionais, particularmente o conflito entre Israel e Hezbollah, representam um risco contínuo para a estabilidade interna e podem dificultar o progresso económico e social. A capacidade do novo governo em promover estabilidade política e reformas será determinante para o futuro do Líbano em 2026.

No que respeita à inflação, esta encetou a sua escalada desde o início de 2020, representando em julho desse ano uma inflação cumulativa superior a 100% num período de 3 anos, pelo que o país foi declarado como economia hiperinflacionária. Neste sentido, as empresas foram obrigadas a aplicar a IAS 29 “Financial Reporting in Hyperinflationary Economies” (Nota 5.11). Em 2024, a inflação anual situou-se, pela primeira vez desde 2020, abaixo dos 100%, tendência que se manteve em 2025. Não obstante, a inflação acumulada a três anos continua acima dos 100%.

Adicionalmente à inflação generalizada e escassez de divisas, a generalidade das indústrias no Líbano tem enfrentado restrições no abastecimento de energia por parte da empresa pública de produção e distribuição de eletricidade, tendo também as operações da Secil no Líbano sido negativamente afetadas por esta situação.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Em 2021 iniciou-se o 4.º período do CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissões finalizando no final deste ano o primeiro subperíodo.

Entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 2026 o novo subperíodo que vai de 2026 a 2030 não estando publicados todos os atos legislativos que permitam uma perspetiva real dos impactos no setor obrigando à melhor estimativa possível.

Este período reveste-se de particular importância pois entrará em força o Mecanismo de Ajuste Fronteiriço (CBAM) com o objetivo de equalizar os custos de CO_2 suportados pelos produtores europeus e não europeus que exportem para a Europa. É fundamental a estanquicidade deste mecanismo de modo a assegurar que os custos a suportar sejam um espelho dos custos dentro da UE pois só deste modo será garantida a competitividade dos produtores europeus e a efetiva descarbonização de acordo com os exigentes objetivos traçados pela UE.

Ao mesmo tempo iniciar-se-á o período do *phase out* das licenças gratuitas que deixarão de existir em 2034.

Será também um período de execução de medidas de redução carbónica alicerçadas em medidas baseadas em tecnologias maduras e início de execução dos primeiros projetos à escala industrial baseados nas novas tecnologias disruptivas de CCUS (Captura, Utilização e Deposição de CO_2) que permitirão o seu desenvolvimento para utilização após 2030.

Surgiram também os cimentos de baixo carbono sendo importante o incentivo das autoridades para a sua utilização prioritária nas obras públicas assegurando a sua aceitação pelo mercado e extensão às obras privadas pois de outro modo a descarbonização não acontecerá.

Iniciar-se-á em 2026 a revisão do EU ETS para o período pós 2030 e será extremamente importante pois serão definidas as regras relativas à contabilização do CO_2 resultante da utilização da tecnologia de CCUS que assegurarão a atribuição da neutralidade carbónica dos produtos e o racional económico para a sua execução.

Importante também o apoio das entidades públicas ao desenvolvimento de infraestruturas transporte de CO_2 para locais de utilização e deposição assim como os respetivos atos legislativos reguladores de modo a permitir a sua execução em tempo útil sem a qual a captura não poderá ser realizada.

RISCOS ASSOCIADOS A ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Grupo Secil encontra-se inserido num setor com elevadas emissões carbónicas no seu processo produtivo, nomeadamente na calcinação dos carbonatos de cálcio presentes nas matérias-primas principais e queima de combustíveis nos fornos. Consciente desta situação, a Secil tem vindo a desenvolver um conjunto de estratégias e investimentos para reduzir estas emissões através de ganhos de eficiência térmica e elétrica, da utilização de combustíveis alternativos e segue atentamente o desenvolvimento das novas tecnologias disruptivas para captura, armazenamento e utilização de CO_2 (CCUS) para na altura certa escolher a mais adequada, reduzindo desta forma a sua pegada total de emissões de CO_2, bem como promover a adaptação aos riscos físicos e de transição gerados pelas alterações climáticas.

As alterações no ambiente regulatório, nomeadamente o aumento do preço das licenças de emissões de CO_2, e eventos climáticos extremos com maior frequência aumentam o risco de interrupções na produção, logística e fornecimento de matérias-primas e energia. As incertezas em relação às alterações climáticas podem ainda resultar em alterações nas projeções de fluxos de caixa do grupo ou na revisão das vidas úteis dos ativos.

Neste contexto desafiante no âmbito da transição para uma economia descarbonizada, o Grupo monitoriza os potenciais impactos na sua posição financeira, na performance e nos seus fluxos de caixa decorrentes de alterações climáticas, designadamente os impactos nas estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes.

Conforme divulgado, consciente deste novo enquadramento e riscos associados, a Secil encontra-se a desenvolver um conjunto de estratégias e investimentos para redução das emissões carbónicas que permitirão ao Grupo atingir as suas metas e dar uma resposta adequada aos desafios climáticos do setor.

Assim, em 2024, a Secil definiu um Roadmap com ações específicas para todas as unidades produtivas com o objetivo de atingir um nível de redução de emissões de CO_2 em 2030, que garante um alinhamento com o objetivo de limitar o aquecimento global do planeta Terra a 1,5ºC, que evita os piores efeitos das alterações climáticas tal como definido no acordo de Paris. Os valores foram validados pela metodologia SBTi (Science Based Targets initiative).

Salientamos também o projeto de atualização tecnológica da sua unidade de produção do Outão, Projeto CCL − Clean Cement Line, que está na fase final de otimização dos processos e já com efeito na redução de emissões em 2025 e que se acentuará nos anos seguintes.

Na unidade de produção da Maceira iniciaram-se os trabalhos no terreno de execução do projeto de ProFuture − CCL Maceira perspetivando-se a sua entrada em funcionamento durante o segundo semestre de 2026 e que vai permitir uma redução de emissores de CO2 de 21% e de consumo global de energia de 20,8% relativamente ao ano de referência 2019.

Estes projetos colocarão estas unidades como referência ao nível europeu em termos de eficiência energética e ambiental.

O Grupo Secil apresenta uma boa capacidade de geração de *cash-flow* livre e uma posição financeira confortável, sendo convicção do Conselho de Administração que, face à sua situação financeira e de liquidez, não se anteveem impactos negativos relevantes decorrentes de alterações climáticas que justifiquem o reconhecimento de imparidades adicionais ou que ponham em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras.

RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DE OUTROS NEGÓCIOS

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

O abastecimento de matérias-primas do Grupo ETSA no segmento da carne, depende da disponibilidade de desmancha e de resíduos da indústria agroalimentar, nomeadamente dos matadouros e centros de abate, estando este mercado exposto à evolução económica e a mudanças nos padrões de consumo. Já no segmento do peixe, o abastecimento está associado aos subprodutos de origem marinha, utilizados pelo Grupo Barna para a produção de proteínas e óleos, cuja atividade está condicionada essencialmente pelos excedentes disponíveis gerados pela indústria conserveira.

Para a Triangle's, uma das principais matérias-primas do processo de fabrico é o alumínio, estando esta sujeita à volatilidade dos mercados internacionais, como por exemplo a China. Desta forma, o risco cambial está presente nas compras em USD (dólares americanos).

PREÇO DE VENDA

O Grupo está exposto à volatilidade das *soft commodities*, dado que alguns dos produtos da ETSA têm preços correlacionados com a evolução dos cereais e seus subprodutos nos mercados internacionais. No segmento do peixe, o Grupo Barna enfrenta igualmente a oscilação dos mercados de proteínas e óleos de origem marinha, utilizados sobretudo na alimentação animal, cujos preços variam com a disponibilidade de subprodutos de peixe e a procura global por ingredientes marinhos.

No segmento da Transição energética, os preços de venda encontram-se principalmente indexados aos custos de mão-de- obra, matérias-primas e logística. Os custos de mão-de-obra e de logística têm-se revelado historicamente estáveis, salvo situações excecionais (tais como pandemia, conflitos geopolíticos ou alterações nas políticas aduaneiras), pelo que o principal risco reside na volatilidade dos preços das matérias-primas e em eventuais variações de produtividade.

A principal medida de mitigação do risco associado às matérias-primas consiste na sua confirmação aquando da preparação da proposta comercial e na realização das compras no momento da execução da encomenda, dentro do período de validade da proposta. Adicionalmente, os contratos de longo prazo incluem fórmulas de revisão de preços indexadas a indicadores previamente acordados entre as partes, que incorporam, nomeadamente, o aço e o zinco.

Atualmente, antecipa-se uma tendência de subida dos preços em resultado de políticas de proteção aduaneira, designadamente o CBAM (Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço) e os contingentes de importação.

PROCURA DOS PRODUTOS

A procura pelos produtos do Grupo ETSA depende da evolução dos setores que os utilizam, nomeadamente as indústrias de alimentação animal – como rações, *petfood* e explorações pecuárias – e a indústria do biodiesel, afetando tanto os produtos do segmento da carne, como as proteínas e óleos de origem marinha produzidos pelo Grupo Barna para alimentação animal.

A procura de produtos da Imedexa tem demonstrado uma tendência estável de crescimento nos últimos anos, com particular relevância para o produto perfurado no Norte da Europa, nomeadamente na Alemanha, Bélgica e Países Baixos, suportada por contratos-quadro que asseguram visibilidade ao nível da produção e dos prazos de entrega.

No segmento de produto puncionado, a procura é predominantemente de curto prazo e associada a encomendas de menor dimensão. No produto de catenária, a procura apresenta um caráter mais sazonal, dependendo de investimentos pontuais em infraestruturas de transporte.

Atualmente, a política de mitigação do risco assenta na abertura de novos mercados e no alargamento da base de clientes, com enfoque particular no México, Polónia, França e Europa de Leste.

CONCORRÊNCIA

O Grupo desenvolve a sua atividade num mercado onde concorre com outras empresas que operam no setor da recolha e valorização de subprodutos de origem animal e, no segmento do peixe, com operadores que transformam subprodutos de origem marinha, bem como com outras empresas que têm como atividade a produção de bens substitutos dos produtos da ETSA e suas subsidiárias, como são exemplo as indústrias de produção de rações e de óleos alimentares. Neste enquadramento, o eventual aumento ou diminuição da concorrência não deixará de se refletir nos níveis de rentabilidade do Grupo.

Ao contrário de 2024, quando se verificou uma grande retração no mercado devido a overstocking pós pandemia, 2025 foi já um ano de franca recuperação das exportações, tendo a subsidiária Triangle's registado uma melhoria de 20% nas suas vendas em valor. O que se espera em 2026 é a continuação da recuperação do mercado, com um aumento de encomendas e crescimento gradual das vendas, sustentado na recuperação do setor a nível mundial.

Na Imedexa, atualmente, a principal concorrência no mercado da Europa Central provém da Turquia, enquanto nos mercados da Europa de Leste e da Hispano-América predominam fornecedores originários da China. O diferencial de preços situa-se entre cerca de 20% (Turquia) e 50% (China), ainda que associado a níveis de qualidade significativamente inferiores.

O principal risco consiste na perda de quota de mercado e na potencial penetração destes fornecedores nos mercados da Europa Ocidental, bem como numa eventual saturação do mercado americano. As principais medidas de mitigação assentam na elevada qualidade dos produtos e acabamentos, bem como na engenharia de otimização de designs.

Neste contexto, a Sociedade trabalha no sentido de que os prescritores de especificações técnicas (nomeadamente TSO's e DNO's) estabeleçam parâmetros de qualidade e critérios de classificação que limitem a entrada de fornecedores não especializados..

OUTROS RISCOS

A subsidiária ITS tem com o Estado Português um contrato de prestação de serviços no âmbito do SIRCA com peso na faturação consolidada do Grupo ETSA. Este contrato tem um prazo limitado e a sua continuidade depende não só de fatores concorrenciais, uma vez que é promovido por concurso público, mas também de fatores regulatórios, pois a sua existência e regime dependem de opções estratégicas do Estado Português.

RISCOS ASSOCIADOS AO GRUPO EM GERAL

SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA

As unidades fabris do Grupo estão sujeitas aos riscos de substituição tecnológica, bem como aos inerentes a qualquer atividade económica industrial, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias no processo produtivo.

Da mesma forma estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de forma a garantir os níveis de vendas ou fornecedores que possibilitassem manter a estrutura de custos.

RISCOS JURÍDICOS

Quanto aos riscos jurídicos, importa referir que resultam essencialmente de riscos fiscais e de regulação, que se encontram cobertos pela análise dos riscos de natureza operacional, e riscos específicos de responsabilidade geral ou riscos associados à negociação e celebração de instrumentos contratuais.

Estes riscos são controlados através de assessorias jurídicas instituídas quer a nível da Semapa enquanto *holding* quer a nível das suas Participadas, e através do recurso a advogados externos sempre que a especialidade da matéria, o seu valor ou outros fatores do caso concreto assim o recomendem.

Lisboa, 14 de abril de 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

VOGAIS:

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA BAPTISTA

PAULO JOSÉ LAMEIRAS MARTINS

PEDRO SIMÕES DE ALMEIDA BISSAIA BARRETO

CARLOS FILIPE PIRES DE GOUVEIA CORREIA DE LACERDA

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa – Portugal
+351 210 110 000 – www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, S.G.P.S., S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 5.300.414.241 euros e um total de capital próprio de 2.097.782.458 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores do capital de 156.599.440 euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, S.G.P.S., S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros – Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 – Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 – Inscrito na C.M.V.M. Nº 20161489
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Recuperabilidade do *Goodwill* (368.768.723 euros), Ativos intangíveis (381.709.564 euros) e Ativos fixos tangíveis (1.622.954.250 euros)	
Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e notas 3.1, 3.2 e 3.3 das Demonstrações Financeiras	
O Risco	**A nossa resposta ao risco identificado**
A recuperabilidade do *Goodwill*, Ativos intangíveis e dos Ativos fixos tangíveis é crítica devido à materialidade dos valores envolvidos e à complexidade e subjetividade associada aos testes de imparidade, nomeadamente decorrente da incerteza inerente às projeções financeiras, as quais se baseiam em expetativas do Conselho de Administração, materializadas em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura, iniciativas de descarbonização em resposta a alterações de leis e regulamentos e pressupostos não observáveis no mercado.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos: ▪ Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pelo Grupo relacionados com esta matéria e analisámos os procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam, por referência à comparação do desempenho atual com estimativas efetuadas em períodos anteriores, e a integridade do modelo de fluxos de caixa descontados; ▪ Avaliámos os pressupostos internos e externos utilizados e a razoabilidade dos mesmos, tais como as tendências atuais do negócio, o desempenho do mercado, inflação, crescimento económico projetado e taxas de desconto; ▪ Realizámos análises de sensibilidade aos pressupostos significativos utilizados pelo Grupo; ▪ Envolvemos os nossos especialistas na aferição da taxa de custo médio de capital; e, ▪ Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Justo valor dos Ativos biológicos (120.646.643 euros)	
Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e nota 3.7 das Demonstrações Financeiras	
O Risco	**A nossa resposta ao risco identificado**
A determinação do justo valor dos Ativos biológicos é efetuado através de um modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado, cujos pressupostos, nomeadamente a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, o valor das rendas dos terrenos próprios e arrendados, os custos de rechega e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto, requerem um elevado grau de estimativa e julgamento do Conselho de Administração.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos: ▪ Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pelo Grupo relacionados com esta matéria; ▪ Validámos a correção matemática e a integridade subjacente ao modelo; ▪ Analisámos os procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam; ▪ Comparámos o desempenho atual das variáveis subjacentes ao modelo com estimativas efetuadas em períodos anteriores, nas principais variáveis: a produtividade das florestas, o valor das rendas dos terrenos, os custos de estrutura, os custos de rechega e transporte, os custos de plantação e manutenção; ▪ Comparámos os pressupostos internos e externos utilizados no modelo, como o preço spot e de tendência e a taxa de desconto com os dados de mercado e considerámos a análise de sensibilidade dos mesmos; e, ▪ Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	
Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e notas 6.1 e 6.2 das Demonstrações Financeiras	
O Risco	**A nossa resposta ao risco identificado**
A aplicação da legislação fiscal às diversas transações e circunstâncias de tratamento fiscal incerto tem uma complexidade inerente e requer o exercício de julgamento na determinação e mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa, mediante a ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas. A estimativa das eventuais quantias a despender requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, o qual avalia a probabilidade de desfecho, suportado pelo parecer de assessores jurídicos e fiscais.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos: ▪ Avaliámos os processos de monitorização das posições fiscais incertas quanto ao tratamento do imposto sobre o rendimento, incluindo testes ao desenho e implementação dos principais controlos implementados e inquéritos ao Conselho de Administração e aos diretores da área fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos; ▪ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso e potenciais posições fiscais incertas, considerando o efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto relativo ao tratamento do imposto sobre o rendimento, com o apoio de especialistas fiscais e revisão da documentação existente; ▪ Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos; ▪ Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores; e, ▪ Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Concentração de atividades empresariais – aquisição da Imedexa e do Grupo Barna	
Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e nota 1.2 das Demonstrações Financeiras	
O Risco	**A nossa resposta ao risco identificado**
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Semapa concluiu a aquisição da Industrias Mecánicas de Extremadura, S.A., entidade com sede em Cáceres, Espanha, especializada no desenho e fabrico de estruturas metálicas para infraestruturas de transmissão e distribuição de eletricidade, bem como da Barna, S.A., entidade sediada em Mundaka, Espanha, que desenvolve a sua atividade na área da economia circular do setor alimentar. A retribuição transferida destas aquisições ascendeu a 156.094.491 euros e a 34.887.982 euros, respetivamente. Estas aquisições foram contabilizadas como uma concentração de atividades empresariais tendo envolvido um conjunto de julgamentos significativos por parte do Conselho de Administração, nomeadamente, na identificação e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e do *goodwill*. Assim, e atendendo à materialidade dos impactos nas demonstrações financeiras consolidadas, considerámos a aquisição como uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos: ▪ Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pelo Grupo relacionados com esta matéria; ▪ Obtivemos e analisámos a documentação de suporte à transação; ▪ Analisámos a retribuição transferida; ▪ Executámos procedimentos de análise da metodologia adotada para a avaliação dos ativos e passivos e verificámos a razoabilidade dos modelos de avaliação e dos pressupostos significativos para determinar o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, incluindo validação da sua concordância com os modelos utilizados para a negociação e a exatidão aritmética dos mesmos; ▪ Envolvemos os nossos especialistas para a validação dos modelos de avaliação e dos pressupostos significativos para determinar do justo valor dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e consequente apuramento do *Goodwill*; e, ▪ Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Acordo vinculativo para alienação da Secil	
Ver nota 1.2., 1.3 e 3.8 das Demonstrações Financeiras	
O Risco	**A nossa resposta ao risco identificado**
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo assinou um acordo vinculativo para a alienação da totalidade das ações detidas na Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., tendo a transação sido concluída no dia 23 de março de 2026. A 31 de dezembro de 2025, o Grupo classificou na demonstração da posição financeira consolidada os ativos e passivos do Grupo Secil como detidos para venda e considerou a operação como em descontinuação tendo a informação comparativa na demonstração dos resultados consolidados sido reapresentada em conformidade. Assim, e atendendo à materialidade dos impactos nas demonstrações financeiras consolidadas, considerámos a transação como uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos: ▪ Entendimento do processo de tomada de decisão, incluindo a leitura e análise de atas da Comissão de Direção Executiva e do Conselho de Administração; ▪ Obtivemos e analisámos a documentação de suporte à transação, nomeadamente o *Share Purchase Agreement*; ▪ Avaliámos a razoabilidade da tempestividade e o cumprimento dos critérios para classificação como um grupo para alienação e uma operação em descontinuação, de acordo com os critérios prescritos na IFRS 5 – Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Operações Descontinuadas; e, ▪ Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório consolidado de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre o Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Grupo pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de setembro de 2017 para um mandato compreendido entre 2018 e 2021. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2022 para um segundo mandato compreendido entre 2022 e 2024. Na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de maio de 2025 fomos nomeados para um terceiro mandato compreendido entre 2025 e 2027.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 17 de abril de 2026.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

17 de abril de 2026

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Rui Filipe Dias Lopes
(ROC n.º 1715 e registado na CMVM com o n.º 20161325)

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercício de 2025

Senhores Acionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida em 2025 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (*Empresa*), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a atividade da Empresa e das suas filiais e associadas mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Diretores. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.

3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, KPMG & Associados, SROC, S.A., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria com data de 17 de abril de 2026, que não inclui reservas ou ênfases, a qual merece o nosso acordo.

4. Acompanhámos ainda o processo do Relato de Sustentabilidade do Grupo Semapa, incluído na secção "Declaração de Sustentabilidade – Demonstração Não Financeira " do Relatório Anual , preparada de acordo com os requisitos do *European Sustainability Reporting Standards (ESRS),* que contem informações relevantes que permitem a compreensão do desempenho, da posição e do impacto das atividades e dos negócios do Grupo, referentes às questões ambientais, sociais e de *governance.*

5. Tomámos também conhecimento do Relatório de Garantia Limitada de Fiabilidade do Auditor Independente Relativo ao Relato de Sustentabilidade, com data de 17 de abril de 2026, com o objetivo de emitir uma conclusão de garantia limitada de fiabilidade, o qual não inclui quaisquer modificações.

6. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços distintos de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afetavam a independência da Sociedade de Revisores Oficias de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.

7. No âmbito das nossas funções, verificámos que:

   a) a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração da posição financeira consolidada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações nos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e as Notas às demonstrações financeiras consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

   b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;

   c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da atividade;

   d) O Relatório sobre o Governo Societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e teve em conta as recomendações do Código do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

8. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, e as conclusões constantes do Relatório de Garantia Limitada de Fiabilidade do Auditor Independente Relativo ao Relato de Sustentabilidade, somos do parecer que:

   a) seja aprovado o Relatório de Gestão;

   b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

9. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da Empresa, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, KPMG & Associados, SROC, S.A.

Lisboa, 17 de abril de 2026

A Presidente do Conselho Fiscal,

Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos

O Vogal,

José Manuel Oliveira Vitorino

O Vogal,

Jorge Manuel Araújo de Beja Neves



8. Demonstrações Financeiras Separadas

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS RESULTADOS

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Operações continuadas			
Réditos	2.1	19 572 557	17 665 366
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	247 395	238 753
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(9 442 649)	(5 944 137)
Gastos com o pessoal	7.1	(11 128 855)	(10 869 457)
Outros gastos e perdas operacionais	2.3	(324 961)	(10 543 261)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.3	(277 672)	(260 569)
Resultado operacional		**(1 354 186)**	**(9 713 306)**
Resultados de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas	10.1	82 773 563	188 903 210
Rendimentos e ganhos financeiros	5.10	1 462 838	5 737 705
Gastos e perdas financeiros	5.10	(10 122 388)	(14 492 874)
Resultado antes de impostos		**72 759 827**	**170 434 735**
Imposto sobre o rendimento	6.1.1	3 076 583	11 621 653
Resultado líquido do período das operações continuadas		**75 836 410**	**182 056 389**
Resultado líquido das operações descontinuadas	3.4	**80 763 031**	**50 679 560**
Resultado líquido do período		**156 599 440**	**232 735 949**
Resultado por ação			
Resultado básico por ação	5.3	1,961	2,914
Resultado diluído por ação	5.3	1,961	2,914

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 14 de abril de 2026

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Valores em Euros	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Resultado líquido das operações continuadas		75 836 410	182 056 389
Resultado líquido das operações descontinuadas		80 763 031	50 679 560
Resultado líquido do período		**156 599 440**	**232 735 949**
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Outros rendimentos integrais de empresas subsidiárias	5.5	(3 614 169)	10 142 212
Itens relacionados com operações descontinuadas		(2 408 167)	(21 951 906)
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Outros rendimentos integrais de empresas subsidiárias	5.5	87 249	1 443 395
Itens relacionados com operações descontinuadas		51 370	168 179
Total de outros rendimentos integrais líquidos de imposto		**(5 883 717)**	**(10 198 120)**
Total dos rendimentos integrais		**150 715 723**	**222 537 829**

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 14 de abril de 2026

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Valores em Euros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	3.1	338 761	402 525
Ativos sob direito de uso	3.2	432 193	461 591
Investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas	10.1	1 544 149 481	1 676 772 681
Outros investimentos financeiros	8.2	48 279	51 883
Valores a receber não correntes	4.1	30 204	30 204
Ativos por impostos diferidos	6.2	21 979 710	33 186 997
		1 566 978 627	**1 710 905 880**
Ativos correntes			
Valores a receber correntes	4.1	33 232 712	96 587 019
Imposto sobre o rendimento	6.1.2	314 724	7 545 645
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	6 343 502	69 434 318
		39 890 938	**173 566 982**
Ativos não correntes detidos para venda	3.4	442 373 285	—
		482 264 223	**173 566 982**
Ativo total		**2 049 242 851**	**1 884 472 862**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	5.2	81 270 000	81 270 000
Ações próprias	5.2	(15 946 363)	(15 946 363)
Reservas por aplicação do MEP	5.5	(414 161 639)	(408 304 036)
Reserva legal	5.5	16 695 625	16 695 625
Outras reservas	5.5	1 826 030 712	1 643 292 991
Resultados transitados	5.5	90 913 996	90 913 997
Outras variações no capital próprio	5.5	(956 508)	(956 508)
Resultado líquido do período		156 599 440	232 735 949
Total do Capital Próprio		**1 740 445 264**	**1 639 701 654**
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos	5.6	169 218 567	188 632 237
Passivos de locação	5.7	440 093	311 414
Responsabilidades por benefícios definidos	7.2.1	366 413	473 495
Passivos por impostos diferidos	6.2	5 021 390	3 689 802
		175 046 463	**193 106 948**
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	5.6	124 325 647	41 601 238
Passivos de locação	5.7	16 551	158 254
Valores a pagar correntes	4.2	9 008 926	9 904 768
Imposto sobre o rendimento	6.1.2	400 000	—
		133 751 124	**51 664 260**
Passivo total		**308 797 587**	**244 771 208**
Capital próprio e passivo total		**2 049 242 851**	**1 884 472 862**

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 14 de abril de 2026

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS

Valores em Euros	Nota	Capital social	Ações próprias	apli
Capital próprio em 1 de janeiro de 2025		**81 270 000**	**(15 946 363)**	
Resultado Líquido do período		—	—	
Outros rendimentos integrais (líquidos de imposto)		—	—	
Total dos rendimentos integrais do período		**—**	**—**	
Aplicação do lucro do período 2024:				
- Transferência para reservas		—	—	
- Dividendos pagos	5.4	—	—	
- Gratificações de balanço		—	—	
Total de transações com acionistas		**—**	**—**	
Outros movimentos em capitais próprios de subsidiárias	5.5	—	—	
Outros movimentos	5.5	—	—	
Total de outras operações		**—**	**—**	
Capital próprio em 31 de dezembro de 2025		**81 270 000**	**(15 946 363)**	

Valores em Euros	Nota	Capital social	Ações próprias	apli
Capital próprio em 1 de janeiro de 2024		**81 270 000**	**(15 946 363)**	
Resultado Líquido do período		—	—	
Outros rendimentos integrais (líquidos de imposto)		—	—	
Total dos rendimentos integrais do período		**—**	**—**	
Aplicação do lucro do período 2023:				
- Transferência para reservas		—	—	
- Dividendos pagos	5.4	—	—	
- Gratificações de balanço		—	—	
Total de transações com acionistas		**—**	**—**	
Outros movimentos em capitais próprios de subsidiárias	5.5	—	—	
Outros movimentos	5.5	—	—	
Total de outras operações		—	—	
Capital próprio em 31 de dezembro de 2024		**81 270 000**	**(15 946 363)**	

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 14 de abril de 2026

PRÓPRIOS

Reservas por cação do MEP	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
(408 304 036)	**16 695 625**	**1 643 292 990**	**90 913 997**	**(956 508)**	**232 735 949**	**1 639 701 654**
—	—	—	—	—	156 599 440	156 599 440
(5 883 717)	—	—	—	—	—	(5 883 717)
(5 883 717)	**—**	**—**	**—**	**—**	**156 599 440**	**150 715 723**
—	—	178 537 721	—	—	(178 537 721)	—
—	—	—	—	—	(49 998 228)	(49 998 228)
—	—	4 200 000	—	—	(4 200 000)	—
—	**—**	**182 737 721**	**—**	**—**	**(232 735 949)**	**(49 998 228)**
26 114	—	—	—	—	—	26 114
—	—	1	(1)	—	—	—
26 114	**—**	**1**	**(1)**	**—**	**—**	**26 114**
(414 161 639)	**16 695 625**	**1 826 030 712**	**90 913 996**	**(956 508)**	**156 599 440**	**1 740 445 264**

Reservas por cação do MEP	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
(394 798 767)	**16 695 625**	**1 450 783 810**	**88 913 994**	**—**	**244 507 409**	**1 471 425 708**
—	—	—	—	—	232 735 949	232 735 949
(10 198 120)	—	—	—	—	—	(10 198 120)
(10 198 120)	**—**	**—**	**—**	**—**	**232 735 949**	**222 537 829**
—	—	192 509 181	—	—	(192 509 181)	—
—	—	—	—	—	(49 998 228)	(49 998 228)
—	—	—	2 000 000	—	(2 000 000)	—
—	**—**	**192 509 181**	**2 000 000**	**—**	**(244 507 409)**	**(49 998 228)**
(3 307 149)	—	—	—	(956 508)	—	(4 263 657)
—	—	(1)	3	—	—	2
(3 307 149)	—	(1)	3	(956 508)	—	(4 263 655)
(408 304 036)	**16 695 625**	**1 643 292 990**	**90 913 997**	**(956 508)**	**232 735 949**	**1 639 701 654**

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euros	Notas	2025	2024 (reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		23 325 935	22 293 987
Pagamentos a fornecedores		(10 064 783)	(7 059 363)
Pagamentos ao pessoal		(8 065 246)	(8 560 590)
Fluxos gerados pelas operações		5 195 905	6 674 034
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		6 012 953	(271 214)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		2 465 876	(7 299 992)
Fluxos das atividades operacionais (1)		**13 674 734**	**(897 172)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	10.1	1 075 000	3 550 000
Ativos fixos tangíveis		62	—
Juros e rendimentos similares		1 295 989	1 803 517
Dividendos	10.1	125 847 156	113 992 466
Dividendos - Operações descontinuadas		52 633 303	50 683 922
		180 851 511	170 029 904
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	10.1	(261 596 826)	(32 705 500)
Ativos fixos tangíveis		(54 100)	(76 880)
		(261 650 926)	(32 782 380)
Fluxos das atividades de investimento (2)		**(80 799 416)**	**137 247 524**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5.9	109 900 000	35 400 000
Outras operações de financiamento	10.2	10 000 000	14 000 000
		119 900 000	49 400 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5.9	(47 650 000)	(76 233 578)
Amortização de contratos de locação	5.9	(170 144)	(158 634)
Juros e gastos similares	5.9	(9 047 763)	(16 307 871)
Dividendos e reservas	5.4	(49 998 227)	(49 998 228)
Reforço de participação de capital em subsidiárias	10.1	0	(1 592 725)
Outras operações de financiamento	10.2	(9 000 000)	(10 000 000)
		(115 866 134)	(154 291 035)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**4 033 866**	**(104 891 035)**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1)+(2)+(3)		**(63 090 816)**	**31 459 317**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5.8	**69 434 318**	**37 975 001**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	5.8	**6 343 502**	**69 434 318**

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 14 de abril de 2026

1 INTRODUÇÃO 635

1.1 APRESENTAÇÃO 635
1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO 636
1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES 637
1.4 BASES DE PREPARAÇÃO 638
1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR 641
1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES 645

2 PERFORMANCE OPERACIONAL 646

2.1 RÉDITO 646
2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS 646
2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS 647

3 INVESTIMENTOS 648

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 648
3.2 ATIVOS SOB DIREITO DE USO 649
3.3 DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS NÃO FINANCEIROS 650
3.4 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS 651

4 FUNDO DE MANEIO 653

4.1 VALORES A RECEBER 653
4.2 VALORES A PAGAR 654

5 ESTRUTURA DE CAPITAL 655

5.1 GESTÃO DE CAPITAL 655
5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS 655
5.3 RESULTADO POR AÇÃO 656
5.4 DIVIDENDOS 656
5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS 657
5.6 FINANCIAMENTOS OBTIDOS 659
5.7 PASSIVOS DE LOCAÇÃO 661
5.8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 661
5.9 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO 662
5.10 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS 663

6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 664

6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO 664
6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS 666

7 PESSOAL 668

7.1 GASTOS COM O PESSOAL 668

7.2 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS 669

7.3 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 670

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS 671

8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO 671

8.2 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS 675

8.3 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS 676

9 PROVISÕES, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS 677

9.1 PROVISÕES 677

9.2 COMPROMISSOS 677

9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES 677

10 ESTRUTURA DO GRUPO 678

10.1 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS 678

10.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 686

1 Introdução

Na apresentação das Notas às demonstrações financeiras, são utilizados os seguintes símbolos:

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
Este símbolo indica a divulgação de políticas contabilísticas especificamente aplicáveis aos itens na respetiva Nota.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS
Este símbolo indica a divulgação das estimativas e/ou julgamentos realizados em relação aos itens na respetiva Nota. As estimativas e julgamentos mais significativos são indicados na Nota 1.6.

REFERÊNCIA
Este símbolo indica uma referência a outra Nota ou outra secção do Relatório e Contas onde é apresentada mais informação sobre os itens divulgados.

1.1 APRESENTAÇÃO

A Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa ou Empresa), sedeada na Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10.º Piso, Lisboa, foi constituída em 21 de junho de 1991, tem como objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas e encontra-se cotada na Euronext Lisbon, desde 1995, com o ISIN PTSEM0AM0004.

A Semapa é a empresa-mãe do Grupo Semapa (Grupo), constituído pela Semapa e suas subsidiárias, conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo desenvolve atividades em ramos de negócio distintos, nomeadamente: pasta e papel e outros negócios, desenvolvidos, respetivamente, sob a égide das subsidiárias The Navigator Company (denominada no presente documento por “Navigator” ou "Grupo Navigator") e da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (“ETSA” ou “Grupo ETSA”), da Triangle’s Cycling Equipments, S.A. (Triangle’s) e da Industrias Mecánicas de Extremadura S.A. (“Imedexa”), no caso dos Outros Negócios. A Semapa detém ainda uma unidade de negócio de capital de risco, atividade exercida pela sua participada Semapa Next, S.A., cujo objetivo é promover investimentos em *startups* e fundos de venture capital com elevado potencial de crescimento. A atividade de cimentos, atualmente exercida pela Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil” ou “Grupo Secil”), encontra-se em processo de descontinuação (Nota 3.4).

Uma descrição mais detalhada da atividade desenvolvida pela Semapa no contexto da gestão das participações sociais encontra-se divulgada na Nota 2.1 Rédito.

A Semapa é incluída no perímetro de consolidação da Sodim – SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe.

Por seu turno, Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira detêm, por efeito da conjugação de um acordo parassocial relativo à Sodim com as respetivas participações sociais, diretas e indiretas no capital social desta sociedade, o controlo conjunto da Sodim e da Semapa, sendo imputáveis a cada uma delas e à Sodim, nos termos do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, 83,221% dos direitos de voto não suspensos inerentes a ações representativas do capital social da Semapa.

1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Nos termos da IFRS 3 (Concentrações de Atividades Empresariais), numa concentração de atividades empresariais, a adquirente deve reconhecer e mensurar nas demonstrações financeiras consolidadas os ativos adquiridos e os passivos assumidos ao justo valor à data de aquisição. A diferença entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos origina o reconhecimento de um *Goodwill* ou de um ganho resultante de uma compra a preço baixo.

A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos é efetuada internamente ou com recurso a avaliadores externos independentes, utilizando como base o método de fluxos de caixa descontados, o custo de reposição a novo ou outras técnicas de determinação do justo valor, que assentem na utilização de pressupostos incluindo indicadores macroeconómicos, como taxas de inflação, taxas de juro, taxas de câmbio, taxas de desconto, preços de venda e compra de energia, custo de matérias-primas, estimativas de produção e projeções do negócio. Consequentemente, a determinação dos justos valores e do *Goodwill* ou de ganhos resultantes de compras a baixo preço está sujeita a diversos pressupostos e julgamentos, pelo que alterações poderiam resultar em diferentes impactos nos resultados.

AQUISIÇÃO DO GRUPO BARNA

Em janeiro de 2025, a subsidiária ETSA adquiriu 100% do capital do Grupo Barna, grupo que desenvolve a sua atividade na área da economia circular do setor alimentar, produzindo proteínas e óleos provenientes da recolha e da transformação de produtos de origem marinha, destinados sobretudo ao setor de alimentação animal. O Grupo Barna está também presente na produção e comercialização de hidrolisados de proteína de origem marinha, produtos com muito maior valor nutricional, algo que se integra totalmente na estratégia seguida também pela ETSA.

Esta operação proporcionará uma excelente oportunidade para o crescimento de ambos os grupos, e o Grupo espera um conjunto de sinergias no respetivo segmento, permitindo aliar forte capacidade de investimento a perspetivas de entrada em novos segmentos de mercado. O Grupo acredita que poderá potenciar o trabalho em inovação e sustentabilidade já desenvolvido pela Barna.

O Grupo Barna conta atualmente com mais de 120 trabalhadores e dispõe de duas fábricas, uma em Mundaka, no País Basco, e outra perto de Tarifa, na Andaluzia, a partir das quais são processadas mais de 50 000 toneladas de subprodutos de peixe por ano.

AQUISIÇÃO DA IMEDEXA

Em julho de 2025, a Semapa, através da sua subsidiária Quotidian Podium, adquiriu 100% do capital da Industrias Mecánicas de Extremadura S.A. (“Imedexa”), empresa especializada no desenho e fabrico de estruturas metálicas para infraestruturas de transmissão e distribuição de eletricidade, bem como para outras aplicações industriais.

Esta operação representa a primeira operação direta da Semapa fora de Portugal, enquadrando-se na estratégia de internacionalização e diversificação do Grupo. Esta operação reforça o posicionamento da Semapa em setores com elevado potencial de crescimento e impacto na transição energética.

Em 2024, a Imedexa registou vendas superiores a 100 milhões de euros, das quais cerca de 75% foram destinadas ao mercado de exportação. A empresa destaca-se pela sua capacidade de engenharia e execução de grandes projetos, sendo fornecedora de referência para os principais operadores de redes de transmissão e distribuição europeus. A Imedexa conta atualmente com três unidades operacionais em Cáceres e Valladolid, tendo servido mais de 250 clientes em mais de 50 países.

RETRIBUIÇÃO TRANSFERIDA

O valor de aquisição do Grupo Barna foi de Euros 35 000 000, tendo sido transferidos de imediato Euros 33 500 000 através de caixa e equivalentes de caixa, ficando retido o montante de Euros 1 500 000 a título de retribuição contingente associada a esta aquisição, o qual tinha como valor atual à data da aquisição Euros 1 387 982.

No âmbito da aquisição da Imedexa, a retribuição transferida na data ascendeu a Euros 147 781 229, acrescida de uma componente adicional, no montante atualizado de Euros 8 313 262, a ser paga dependente da verificação de determinadas condições.

ACORDO VINCULATIVO PARA ALIENAÇÃO DA SECIL

Em 19 de dezembro de 2025, a Semapa assinou um acordo vinculativo para a alienação da totalidade do capital social detido na Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. à Cementos Molins, S.A., tendo sido acordado um enterprise value de 1,4 mil milhões de euros. Àquela data, encontravam-se cumpridos os critérios previstos na IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, designadamente a existência de um plano firme de alienação, a elevada probabilidade de conclusão da transação e a expectativa de realização da venda no curto prazo.

Em consequência, a Secil foi classificada como ativo detido para venda e unidade operacional descontinuada, tendo a conclusão da operação ocorrido durante o primeiro trimestre de 2026, após o cumprimento das condições precedentes habituais neste tipo de transações, incluindo a obtenção das necessárias aprovações regulatórias. Os resultados comparativos foram reapresentados de forma a refletir a classificação da Secil como operação descontinuada, nos termos da IFRS 5.

1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES

DEPRESSÃO KRISTIN

Em resultado da passagem da depressão Kristin em Portugal, que se caracterizou por condições meteorológicas adversas e extremas, vento forte, precipitação intensa e ocorrência de cheias, com impactos relevantes em várias regiões do País, em particular na região Centro, o Grupo Navigator foi afetado temporariamente nas suas operações nas fábricas da Figueira da Foz e de Vila Velha de Ródão, sobretudo devido às interrupções externas no fornecimento de energia e água.

Adicionalmente, nas áreas florestais do Grupo foram igualmente registados impactos, numa área ainda em avaliação, encontrando-se em curso a inventariação dos danos, processo que tem sido condicionado pela existência de múltiplas estradas e caminhos florestais bloqueados ou intransitáveis.

Apesar deste contexto excecional, não foram registados impactos materiais em equipamentos essenciais, e a produção foi retomada com normalidade poucos dias depois, logo que restabelecido o fornecimento de água e/ou energia elétrica, mantendo-se as restantes unidades industriais do Grupo em funcionamento regular.

De igual modo, o Grupo está a recuperar gradualmente dos constrangimentos logísticos decorrentes das condições meteorológicas, com as equipas operacionais e de logística a implementarem medidas para assegurar uma recuperação rápida e sustentada, garantindo o cumprimento dos compromissos comerciais e a estabilidade das operações.

CONFLITO NO MÉDIO ORIENTE

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, o conflito que decorre no Médio Oriente continua a evoluir, contribuindo para um contexto acrescido de incerteza geopolítica e macroeconómica a nível global. Atendendo à diversificação geográfica e setorial das atividades das subsidiárias da Semapa, bem como à ausência de exposições diretas relevantes a ativos, operações ou mercados localizados na referida região, não foram identificados impactos materiais diretos nas presentes demonstrações financeiras separadas. Contudo, a persistência ou intensificação do conflito poderá acentuar riscos macroeconómicos, nomeadamente através de maior volatilidade dos mercados financeiros, pressões inflacionistas adicionais, flutuações nos preços da energia e das matérias-primas, bem como potenciais efeitos indiretos sobre as taxas de juro e as cadeias de abastecimento globais. A Semapa mantém um acompanhamento contínuo da evolução da situação, avaliando os seus potenciais impactos indiretos nos resultados, na posição financeira e nos fluxos de caixa futuros, caso o enquadramento macroeconómico se deteriore de forma significativa.

CONCLUSÃO DA ALIENAÇÃO DA SECIL

A Semapa concluiu, em 23 de março de 2026, a alienação da totalidade do capital social da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. à Cementos Molins, S.A., tendo recebido nessa data uma contrapartida (equity value) de Euros 1.081 milhões, mantendo-se o enterprise value anteriormente anunciado de Euros 1,4 mil milhões. Com base na informação atualmente disponível, estima-se que esta operação venha a originar, no exercício de 2026, uma mais-valia da ordem dos Euros 400 milhões, cujo montante definitivo será determinado após a conclusão dos trabalhos de auditoria às contas do exercício. No âmbito da operação, a Semapa manterá uma participação de 51% na Société des Ciments de Gabès, estando as partes a avaliar opções estratégicas para esta unidade.

1.4 BASES DE PREPARAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 14 de abril de 2026, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Empresa.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras separadas do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), em vigor em 1 de janeiro de 2025 e conforme adotadas pela União Europeia.

BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados ou ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8.2). O passivo relativo a responsabilidades por benefícios definidos é reconhecido pelo seu valor presente deduzido do respetivo ativo.

COMPARABILIDADE

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os seus aspetos materialmente relevantes, com as do período anterior.

Contudo, em resultado da classificação da subsidiária Secil (Nota 1.2), a informação comparativa relativa ao ano de 2024 encontra-se reapresentada na demonstração separada dos resultados e na demonstração separada dos fluxos de caixa.

MOEDA DE APRESENTAÇÃO E TRANSAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE APRESENTAÇÃO E ECONOMIAS HIPERINFLACIONÁRIAS

A moeda funcional da Empresa é o Euro. As presentes demonstrações financeiras separadas encontram-se apresentadas em Euros.

Todos os ativos e passivos monetários (montantes de caixa e ativos e passivos a receber ou a pagar em quantias fixas ou determináveis de unidades de uma divisa) da Empresa expressos em moeda diferente da moeda funcional foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da Posição financeira (Nota 8.1.1).

As diferenças de câmbio, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da Posição financeira, foram registadas como rendimentos e gastos do período (Nota 5.10).

As rubricas de resultados do período e outros rendimentos integrais das subsidiárias estrangeiras (Nota 10.1) foram transpostas ao câmbio médio do período, e os saldos de ativos, passivos e *goodwill* das subsidiárias estrangeiras foram transpostos à taxa de câmbio na data da Posição financeira. As diferenças cambiais apuradas foram refletidas em Reservas por aplicação do método de equivalência patrimonial (“MEP”), no capital próprio (Nota 5.5).

Para subsidiárias em economias hiperinflacionárias, as demonstrações financeiras em moeda local são reexpressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira de forma a refletir o impacto da inflação antes da transposição para a moeda de apresentação da Empresa. A IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias requer que as quantias ainda não expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira sejam reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços, levando a um potencial ganho ou perda na posição monetária. Adicionalmente, a Empresa avalia o valor escriturado dos ativos não correntes em conformidade com a IAS 36 – Imparidade de ativos, pelo que a quantia reexpressa é reduzida à quantia recuperável, assegurando que o valor escriturado reflete o valor económico dos ativos.

Os resultados e a posição financeira das operações estrangeiras em economias hiperinflacionárias são transpostas à taxa de fecho na data da posição financeira. No caso do Líbano, a Semapa usa a taxa de câmbio aplicável aos dividendos e repatriamento de capital, porque é a taxa a que, à data da posição financeira, o investimento na subsidiária será recuperado.

As taxas de câmbio utilizadas na transposição dos ativos e passivos expressos em moeda diferente do Euro, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, detalham-se como segue:

	31/12/2025	31/12/2024	Valorização/ desvalorização
TND (dinar tunisino)			
Câmbio médio do período	3,3723	3,3662	(0,0018)
Câmbio de fim do período	3,3981	3,3016	(0,0292)
LBP (libra libanesa)			
Câmbio médio do período	101 144,00	96 847,0000	(0,0444)
Câmbio de fim do período	105 162,50	92 981,6000	(0,1310)
USD (dólar americano)			
Câmbio médio do período	1,1301	1,0821	(0,0444)
Câmbio de fim do período	1,1750	1,0389	(0,1310)
GBP (libra esterlina)			
Câmbio médio do período	0,8570	0,8466	(0,0123)
Câmbio de fim do período	0,8726	0,8292	(0,0524)
PLN (zlóti polaco)			
Câmbio médio do período	4,2403	4,3058	0,0152
Câmbio de fim do período	4,2210	4,2750	0,0126
SEK (coroa sueca)			
Câmbio médio do período	11,0656	11,4325	0,0321
Câmbio de fim do período	10,8215	11,4590	0,0556
CZK (coroa checa)			
Câmbio médio do período	24,6849	25,1198	0,0173
Câmbio de fim do período	24,2370	25,1850	0,0376
CHF (franco suíço)			
Câmbio médio do período	0,9370	0,9526	0,0164
Câmbio de fim do período	0,9314	0,9412	0,0104
TRY (lira turca)			
Câmbio médio do período	44,8699	35,5734	(0,2613)
Câmbio de fim do período	50,4838	36,7372	(0,3742)
ZAR (rand sul-africano)			
Câmbio médio do período	20,1540	19,8297	(0,0164)
Câmbio de fim do período	19,4439	19,6188	0,0089
EGP (libra egípcia)			
Câmbio médio do período	55,5640	49,1213	(0,1312)
Câmbio de fim do período	56,1247	53,0349	(0,0583)
ECV (escudo cabo-verdiano)			
Câmbio médio do período	110,2650	110,2650	—
Câmbio de fim do período	110,2650	110,2650	—

	31/12/2025	31/12/2024	Valorização/ desvalorização
DKK (coroa dinamarquesa)			
Câmbio médio do período	7,4634	7,4589	(0,0006)
Câmbio de fim do período	7,4689	7,4578	(0,0015)
HUF (florim húngaro)			
Câmbio médio do período	397,7234	395,3039	(0,0061)
Câmbio de fim do período	385,1500	411,3500	0,0637
AUD (dólar australiano)			
Câmbio médio do período	1,7527	1,6397	(0,0689)
Câmbio de fim do período	1,7581	1,6772	(0,0482)
MZN (metical moçambicano)			
Câmbio médio do período	72,2667	69,1732	(0,0447)
Câmbio de fim do período	75,0100	66,7900	(0,1231)
BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	6,3087	5,8331	(0,0815)
Câmbio de fim do período	6,4686	6,4354	(0,0052)
MAD (dirham marroquino)			
Câmbio médio do período	10,5511	10,7549	0,0189
Câmbio de fim do período	10,7121	10,5190	(0,0184)
NOK (coroa norueguesa)			
Câmbio médio do período	11,7191	11,6290	(0,0077)
Câmbio de fim do período	11,8430	11,7950	(0,0041)
AOA (kwanza angolano)			
Câmbio médio do período	1 043,1056	952,3159	(0,0953)
Câmbio de fim do período	1 083,1849	955,1715	(0,1340)
MXN (peso mexicano)			
Câmbio médio do período	21,6737	19,8314	(0,0929)
Câmbio de fim do período	21,1180	21,5504	0,0201
AED (dirham dos Emirados Árabes Unidos)			
Câmbio médio do período	4,1499	3,9751	(0,0440)
Câmbio de fim do período	4,3152	3,8154	(0,1310)
CAD (dólar canadiano)			
Câmbio médio do período	1,5795	1,4821	(0,0657)
Câmbio de fim do período	1,6088	1,4948	(0,0763)

1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS EM 2025

	Alteração
Normas e alterações endossadas pela União Europeia	
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de Convertibilidade	Em 15 de agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu Falta de Convertibilidade (Alterações à IAS 21 – Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio) (as alterações). As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade. Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma entidade é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a entidade tem estimar uma taxa de câmbio à vista. De acordo com as alterações, as entidades terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir: a) a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível; b) a taxa de câmbio à vista utilizada; c) o processo de estimativa; e d) os riscos para a empresa decorrentes de a moeda ser convertível. A alteração não teve um impacto significativo no Grupo.

As normas, alterações e interpretações acima tiveram impacto reduzido nas demonstrações financeiras.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2026

	Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Semapa optou pela aplicação antecipada		
Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. As alterações visam resolver a diversidade na aplicação da norma, tornando os requisitos mais compreensíveis e consistentes. Estas alterações têm como objetivos: a) Clarificar a classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) e similares, uma vez que estas características em empréstimos podem afetar se os empréstimos são mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor. Para resolver qualquer potencial diversidade na aplicação prática, as alterações esclarecem como os fluxos de caixa contratuais dos empréstimos devem ser avaliados; b) Clarificar a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido quando a sua liquidação é efetuada por meio de sistemas de pagamento eletrónicos. Existe uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, no caso de certos critérios serem cumpridos; c) Melhorar a descrição do termo "sem recurso", de acordo com as alterações, um ativo financeiro possui características de sem recurso se o direito final de receber fluxos de caixa de uma entidade for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. A presença de características sem recurso não exclui necessariamente o ativo financeiro de cumprir com o SPPI, mas as suas características precisam ser cuidadosamente analisadas d) Clarificar que um instrumento contratualmente vinculado (linked instrument) deve apresentar uma estrutura de pagamento em cascata que cria uma concentração de risco de crédito ao alocar as perdas de forma desproporcional as entre diferentes tranches. A pool subjacente pode incluir instrumentos financeiros que não estão no âmbito da classificação e mensuração da IFRS 9 (por exemplo, contratos de locação financeira), mas deve ter fluxos de caixa equivalentes ao critério SPPI. O IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação referentes a investimentos em ações designados a justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros com características contingentes, por exemplo características ligadas a metas ESG. Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2026

	Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Semapa optou pela não aplicação antecipada		
Melhoramentos anuais	Em 18 de julho de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações limitadas às IFRS e respetivas orientações, decorrentes da manutenção regular efetuada às Normas. As alterações incluem clarificações, simplificações, correções e modificações efetuadas com o objetivo de melhorar a consistência de várias IFRS. O IASB alterou a: a) IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para clarificar alguns aspetos relacionados com a aplicação da contabilidade de cobertura por ma entidades que está a preparar pela primeira vez demonstrações financeiras de acordo com as IFRS; b) IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e o respetivo Guia de implementação, de forma a clarificar: - O guia de aplicação, no que se refere ao Ganho e perda no desreconhecimento; e - O guia de implementação, nomeadamente a sua Introdução, parágrafo do Justo valor (divulgações referentes à diferença entre justo valor e preço de transação) e à divulgação do Risco de crédito. c) IFRS 9 Instrumentos Financeiros para: – Exigir que as empresas mensurem inicialmente uma conta a receber sem uma componente de financiamento significativa pela quantia determinada pela aplicação da IFRS 15, e – Esclarecer que, quando um passivo de locação é desreconhecido, o desreconhecimento é contabilizado ao abrigo da IFRS 9. No entanto, quando um passivo de locação é modificado, a modificação é contabilizada ao abrigo da IFRS 16 Locações. A alteração estabelece que, quando os passivos de locação são desreconhecidos ao abrigo da IFRS 9, a diferença entre a quantia escriturada e a retribuição paga seja reconhecida nos resultados. d) IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidada, clarificação na determinação de “agente de facto”; e : e) IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa, alteração de pormenor no parágrafo relacionado com Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos; Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2026. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2026
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referentes a eletricidade dependente da natureza	Em 18 de dezembro de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações para ajudar as empresas a melhor relatar os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade cuja produção se encontra dependente da natureza, que são frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPA, na sigla inglesa). Os contratos de eletricidade dependentes da natureza ajudam as empresas a assegurar o seu abastecimento de eletricidade a partir de fontes como a energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada ao abrigo destes contratos pode variar em função de fatores não controláveis, como as condições meteorológicas. Os atuais requisitos contabilísticos podem não refletir adequadamente a forma como estes contratos afetam o desempenho de uma empresa. Para permitir que as empresas reflitam melhor estes contratos nas suas demonstrações financeiras, o IASB fez alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: a) Clarificação da aplicação dos requisitos de “uso próprio” (*own-use*); b) Permissão à contabilidade de cobertura se estes contratos forem utilizados como instrumentos de cobertura; e c) Acrescentar novos requisitos de divulgação para permitir aos investidores compreender o efeito destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa. Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2026. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2026

	Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia		
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em 9 de abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu a nova Norma, IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras. As principais mudanças introduzidas por esta Norma são: a) Promoção uma demonstração de resultado mais estruturada. Em particular, introduz um novo subtotal "lucro operacional" (bem como a respetiva definição) e o requisito que todas as receitas e despesas sejam classificadas em três novas categorias distintas com base nas principais atividades comerciais de uma empresa: Operacional, Investimento e Financiamento. b) Exigência para que as empresas analisem suas despesas operacionais diretamente na face da demonstração de resultados – seja por natureza, por função ou de forma mista. IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras c) Exigência para que algumas das medidas 'não-GAAP' que o Grupo utiliza sejam relatadas nas demonstrações financeiras. A Norma define MPM (Medidas de Desempenho não-GAAP) como um subtotal de receitas e despesas que: - são utilizadas em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras; e - comunicam a visão da administração sobre o desempenho financeiro. Para cada MPM apresentada, as empresas precisarão explicar numa única nota nas demonstrações financeiras a razão pela qual a medida fornece informações úteis, como é calculada, e reconciliá-la com um valor determinado de acordo com as IFRS. d) Introdução de orientações aperfeiçoadas sobre como as empresas agrupam informações nas demonstrações financeiras. Inclui orientações sobre se as informações materiais estão incluídas nas demonstrações financeiras primárias ou estão mais detalhadas nas notas. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospetivamente. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em 9 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a nova Norma, IFRS 19 Subsidiárias sem Prestação de Contas Pública: Divulgações, que permite que subsidiárias elegíveis usem as IFRS com divulgações reduzidas. A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade da informação para os utilizadores das suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária pode optar por aplicar a nova Norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas, individuais ou separadas, desde que, na data de relato: a) Não tenha prestação de contas pública; b) A sua empresa-mãe prepare demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS. Uma subsidiária que aplique a IFRS 19 é obrigada a declarar claramente na sua declaração explícita e incondicional de conformidade com as IFRS que a IFRS 19 foi adotada. A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospetivamente. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2027
Alterações para conversão financeira de uma moeda não-hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária	Em 13 de novembro de 2025, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações à IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio, que clarifica como as empresas devem converter as demonstrações financeiras de uma moeda não-hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027. A aplicação antecipada é permitida.	1 de janeiro de 2027

Relativamente às normas apresentadas acima, cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, a Semapa não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação, pelo que optou pela sua não adoção antecipada, ainda que não se espere que tais impactos sejam significativos.

1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras exige que o Conselho de Administração efetue estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da posição financeira. Para o efeito, o Conselho de Administração baseia-se:

i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e

ii) nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

As estimativas e os pressupostos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos, no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

Estimativas e julgamentos	Notas
Valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas	10.1 Investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas
Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	6.1 Imposto sobre o rendimento do período 6.2 Impostos diferidos
Pressupostos atuariais	7.2 Benefícios aos empregados
Reconhecimento de provisões	9.1 Provisões

2 Performance operacional

2.1 RÉDITO

O rédito da Semapa resulta das atividades de gestão centralizada do Grupo, correspondendo aos serviços prestados pela Empresa às suas subsidiárias nas áreas de planeamento estratégico, assessoria jurídica, financeira, contabilística, fiscal, sistemas de informação, gestão de talentos, entre outras.
Na prestação de serviços às empresas do Grupo, a Semapa incorre essencialmente em gastos com pessoal e com a contratação de serviços especializados (Nota 2.3).
O reconhecimento do rédito é efetuado de acordo com o previsto na IFRS 15 numa base mensal para os serviços prestados de forma regular, ao longo do período contratual.
O rédito é apresentado desagregando por linhas de negócios das subsidiárias e por área geográfica, com base no país de destino dos serviços prestados pela Empresa.

RÉDITO POR LINHA DE NEGÓCIO DAS SUBSIDIÁRIAS, POR ÁREAS GEOGRÁFICAS E POR PADRÃO DE RECONHECIMENTO

2025	Pasta e papel	Cimento	Outros Negócios	Total Valor	Total %
Portugal	11 992 256	4 980 131	2 600 170	19 572 557	100%
	11 992 256	**4 980 131**	**2 600 170**	**19 572 557**	**100%**
Padrão de reconhecimento					
Ao longo do tempo	11 992 256	4 980 131	2 600 170	19 572 557	100%

2024	Pasta e papel	Cimento	Outros Negócios	Total Valor	Total %
Portugal	11 514 414	5 271 615	879 337	17 665 366	100%
	11 514 414	**5 271 615**	**879 337**	**17 665 366**	**100%**
Padrão de reconhecimento					
Ao longo do tempo	11 514 414	5 271 615	879 337	17 665 366	100%

2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

No exercício de 2025 e 2024, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos operacionais detalha-se como segue:

Valores em Euros	2025	2024
Rendimentos suplementares – empresas relacionadas (Nota 10.2)	235 394	237 511
Rendimentos suplementares	48	—
Ganhos na alienação de ativos não correntes	400	280
Outros rendimentos operacionais	11 554	962
	247 395	**238 753**

2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

No exercício de 2025 e 2024, a rubrica de Gastos e perdas operacionais detalha-se como segue:

Valores em Euros	2025	2024 (reapresentado)
Fornecimentos e serviços externos		
Serviços especializados – partes relacionadas (Nota 10.2)	2 381 900	1 842 843
Serviços especializados – outros	3 950 918	1 868 877
Deslocações, estadas e transportes	617 161	652 372
Energia e fluidos	89 590	83 564
Materiais	521 242	342 961
Gastos com imóveis - partes relacionadas (Nota 10.2)	815 025	778 699
Outros	1 066 813	374 821
	9 442 649	**5 944 137**
Gastos com o pessoal (Nota 7.1)	**11 128 855**	**10 869 457**
Outros gastos e perdas operacionais		
Impostos	176 867	275 062
Perdas na alienação de ativos não correntes	37 606	—
Donativos	—	10 152 772
Quotizações	84 350	62 990
Outros gastos	26 138	52 438
	324 961	**10 543 261**
Total dos gastos e perdas operacionais	**20 896 465**	**27 356 855**

No exercício de 2025, o montante relativo a gastos de locações de curto prazo foi de Euros 858 491 (2024: Euros 770 126) e a gastos de locações de ativos de valor reduzido ascenderam a Euros 28 427 (2024: Euros 12 618).

No exercício de 2024, a rubrica Donativos inclui o montante de Euros 10.000.000, correspondente à dotação inicial da Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira, bem como o montante de Euros 100.105 doado à Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (Nota 10.2). Durante o exercício de 2025, a Semapa não efetuou quaisquer donativos, tendo a função filantrópica passado a ser integralmente assumida pela Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira.

HONORÁRIOS FATURADOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante dos honorários faturados, bem assim como os respetivos gastos do período em serviços de revisão legal de contas e auditoria, foram como segue:

	2025		2024 (reapresentado)	
Valores em Euros	Gastos do período	Honorários faturados	Gastos do período	Honorários faturados
KPMG (SROC) e outras entidades pertencentes à mesma rede				
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	123 690	106 550	50 500	44 675
Outros serviços de garantia de fiabilidade	8 355	58 155	36 250	28 625
	132 045	**164 705**	**86 750**	**73 300**

Os serviços indicados como “Outros serviços de garantia de fiabilidade” dizem essencialmente respeito a emissão de relatórios sobre informação financeira, serviços de verificação da informação de sustentabilidade e revisão limitada relativa a informação financeira.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através dos processos de análise do Conselho Fiscal relativamente aos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

3 Investimentos

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis da Empresa incluem Edifícios e outras construções, constituídos essencialmente por obras em propriedade alheia, Equipamento administrativo, fundamentalmente mobiliário e equipamento informático e Outros ativos fixos tangíveis.

Reconhecimento e mensuração inicial	Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.		
Depreciações e imparidade	É utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.		
	Vida útil média estimada (anos):	Edifícios e outras construções	8-10
		Equipamento administrativo	3-10
		Outros ativos fixos tangíveis	8
	A Semapa não aplica valores residuais aos seus ativos. As respetivas vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data da Posição financeira. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.3).		
Custos subsequentes	Os gastos com grandes reparações são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente pelo período de vida útil estimada. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.		
Abates e alienações	Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações, quando aplicável, deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Gastos e perdas operacionais (Nota 2.3).		

MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Valores em Euros	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor bruto				
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**2 492 800**	**1 447 655**	**—**	**3 940 455**
Aquisições	20 687	49 436	34 821	104 944
Alienações	—	(6 765)	—	(6 765)
Regularizações, transferências e abates	(1 833 679)	(849 061)	(17 021)	(2 699 762)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**679 807**	**641 265**	**17 800**	**1 338 873**
Aquisições	—	35 598	7 918	43 516
Alienações	—	(16 597)	—	(16 597)
Regularizações, transferências e abates	—	1	—	1
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**679 807**	**660 267**	**25 718**	**1 365 793**
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**(2 156 496)**	**(1 386 162)**	**—**	**(3 542 658)**
Depreciações do período (Nota 3.3)	(62 821)	(37 395)	—	(100 216)
Alienações	—	6 765	—	6 765
Regularizações, transferências e abates	1 850 701	849 061	—	2 699 761
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(368 616)**	**(567 731)**	**—**	**(936 348)**
Depreciações do período (Nota 3.3)	(67 893)	(38 723)	—	(106 616)
Alienações	—	15 932	—	15 932
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(436 509)**	**(590 522)**	**—**	**(1 027 032)**
Valor líquido em 1 de janeiro de 2024	**336 304**	**61 493**	**—**	**397 797**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	**311 191**	**73 534**	**17 800**	**402 525**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2025	**243 298**	**69 745**	**25 718**	**338 761**

3.2 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Na data da entrada em vigor da locação, a Empresa reconhece um ativo sob direito de uso pelo valor do seu custo, o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de: i) quaisquer pagamentos antecipados; ii) incentivos à locação recebidos; e iii) custos diretos iniciais incorridos.
Ao ativo sob direito de uso, poderá acrescer a estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa, quando exigido pelo contrato de locação.
O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de entrada em vigor até ao menor entre o final da vida útil do ativo e o termo da locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.
A vida útil considerada para cada classe de ativos sob direito de uso é igual à vida útil dos ativos fixos tangíveis (Nota 3.1) na mesma classe quando existe opção de compra e a Empresa espera exercê-la.

LOCAÇÕES DE CURTA DURAÇÃO E LOCAÇÕES DE ATIVOS DE VALOR REDUZIDO

A Empresa reconhece os pagamentos de locações por períodos iguais ou inferiores a 12 meses e de locações de ativos cujo valor de aquisição individual seja inferior a Euros 5 000 diretamente como gastos operacionais do período (Nota 2.3), numa base linear.

MOVIMENTOS EM ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Valores de Euros	Equipamentos e outros ativos tangíveis	Total
Valor bruto		
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**715 553**	**715 553**
Aquisições	181 533	181 533
Regularizações, transferências e abates	(53 263)	(53 263)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**843 823**	**843 823**
Aquisições	178 631	178 631
Regularizações, transferências e abates	(221 000)	(221 000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**801 454**	**801 454**
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**(275 140)**	**(275 140)**
Depreciações	(160 354)	(160 354)
Regularizações, transferências e abates	53 263	53 263
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(382 232)**	**(382 232)**
Depreciações	(171 056)	(171 056)
Regularizações, transferências e abates	184 027	184 027
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(369 261)**	**(369 261)**
Valor líquido em 1 de janeiro de 2024	**440 413**	**440 413**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	**461 591**	**461 591**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2025	**432 193**	**432 193**

Os ativos sob direito de uso da empresa correspondem essencialmente a viaturas.

3.3 DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Valores em Euros	2025	2024
Depreciações de ativos fixos tangíveis do período (Nota 3.1)	106 616	100 216
Amortizações de ativos sob direito de uso do período (Nota 3.2)	171 056	160 354
	277 672	**260 570**

3.4 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os investimentos em subsidiárias são classificados como Ativos Não Correntes Detidos para Venda quando a Sociedade decide proceder à sua alienação e o respetivo valor é expectável de ser recuperado principalmente através de uma transação de venda, em vez de através da sua manutenção como investimento de longo prazo. Esta classificação é efetuada apenas quando:
(i) a venda é considerada altamente provável e o investimento se encontra disponível para venda imediata nas suas condições atuais;
(ii) a Sociedade assumiu um compromisso firme de alienação; e
(iii) é expectável que a transação seja concluída no prazo de 12 meses.
Após a classificação como Ativo Não Corrente Detido para Venda, o investimento deixa de ser mensurado pelo método da equivalência patrimonial, sendo mensurado ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender, em conformidade com a IFRS 5.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Quando o investimento em subsidiária classificado como detido para venda representa uma unidade geradora de caixa que:
(i) corresponde a uma linha de negócios relevante ou a uma área geográfica de operações distinta;
(ii) integra um plano único e coordenado de alienação dessa linha de negócios ou área geográfica; ou
(iii) foi adquirido exclusivamente com vista à revenda,
a alienação dessa subsidiária é tratada como uma operação descontinuada para efeitos de apresentação na demonstração de resultados.
Os resultados da subsidiária, anteriormente reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, passam a ser apresentados separadamente dos resultados das operações continuadas, numa linha autónoma da demonstração de resultados, conforme exigido pela IFRS 5.

A demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reapresentada da seguinte forma:

Valores em Euros	Nota	2024 (reportado)	Secil	2024
Operações continuadas				
Réditos		17 665 366	—	17 665 366
Outros rendimentos e ganhos operacionais		238 753	—	238 753
Fornecimentos e serviços externos		(5 944 137)	—	(5 944 137)
Gastos com o pessoal		(10 869 457)	—	(10 869 457)
Outros gastos e perdas operacionais		(10 543 261)	—	(10 543 261)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não financeiros		(260 569)	—	(260 569)
Resultado operacional		**(9 713 306)**	**—**	**(9 713 306)**
Resultados de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas		239 582 770	(50 679 560)	188 903 210
Rendimentos e ganhos financeiros		5 737 705	—	5 737 705
Gastos e perdas financeiros		(14 492 874)	—	(14 492 874)
Resultado antes de impostos		**221 114 295**	**(50 679 560)**	**170 434 735**
Imposto sobre o rendimento		11 621 653	—	11 621 653
Resultado líquido do período das operações continuadas		**232 735 949**	**(50 679 560)**	**182 056 389**
Resultado líquido das operações descontinuadas		**—**	**50 679 560**	**50 679 560**
Resultado líquido do período		**232 735 949**	**—**	**232 735 949**
Resultado por ação				
Resultado básico por ação, Euro		2,914	—	2,914
Resultado diluído por ação, Euro		2,914	—	2,914

Durante o exercício de 2025, o movimento ocorrido na rubrica Resultado líquido das operações descontinuadas foi como segue:

Valores em Euros	Nota	Secil	Transferências	2025
Operações continuadas				
Resultados de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas		80 763 031	(80 763 031)	—
Resultado antes de impostos		**80 763 031**	**(80 763 031)**	**—**
Resultado líquido das operações continuadas		**80 763 031**	**(80 763 031)**	**—**
Resultado líquido das operações descontinuadas		**—**	**80 763 031**	**80 763 031**
Resultado líquido do período		**80 763 031**	**—**	**80 763 031**
Resultado por ação				
Resultado básico por ação, Euro		1,011	—	1,011
Resultado diluído por ação, Euro		1,011	—	1,011

Em 19 de dezembro de 2025, a Semapa celebrou um acordo vinculativo para a alienação da totalidade da participação detida na Secil à Cementos Molins, S.A.. A conclusão da operação ocorreu durante o primeiro trimestre de 2026, após cumprimento das condições precedentes habituais neste tipo de transações, designadamente, a obtenção das necessárias aprovações regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor escriturado após classificação como Ativos Não Correntes Detidos para Venda é o seguinte:

Valores em Euros	Nota	31/12/2025
Ativos classificados como detidos para venda		
Investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas		
Participação de capital	10.1	308 207 980
Goodwill	10.1	134 165 305
Ativos não correntes detidos para venda		**442 373 285**

4 Fundo de Maneio

4.1 VALORES A RECEBER

VALORES A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS E OUTROS DEVEDORES

Classificação	Os valores a receber de partes relacionadas resultam essencialmente dos serviços prestados às subsidiárias da Empresa (Nota 2.1), dos montantes a receber das subsidiárias no âmbito da consolidação fiscal (Nota 6.1) e dos empréstimos concedidos às subsidiárias. O modelo de negócio seguido é "deter para cobrar". Saldos de outros devedores são tipicamente do modelo "deter para cobrar".
Mensuração inicial	Ao justo valor.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.
Imparidade	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo geral de perdas de crédito estimadas da IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores a receber detalham-se como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**
Contas a receber – operações correntes com empresas relacionadas (Nota 10.2)	—	8 988 519	8 988 519	—	9 316 746	9 316 746
Resultados atribuídos – empresas relacionadas (Nota 10.2)	—	—	—	—	70 029 728	70 029 728
Empréstimos concedidos – empresas relacionadas (Nota 10.2)	—	9 000 000	9 000 000	—	10 000 000	10 000 000
Consolidação fiscal – empresas relacionadas (Nota 10.2)	—	14 798 960	14 798 960	—	6 767 380	6 767 380
Estado	—	82 897	82 897	—	—	—
Acréscimo de rendimentos	—	5 242	5 242	—	184 511	184 511
Gastos diferidos	—	310 995	310 995	—	247 363	247 363
Outros	30 204	46 099	76 303	30 204	41 291	71 495
	30 204	**33 232 712**	**33 262 916**	**30 204**	**96 587 019**	**96 617 223**

Em 31 de dezembro de 2025, os Empréstimos concedidos – empresas relacionadas compreende Euros 9 000 000 de operação de tesouraria entre a Semapa e a subsidiária ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (Nota 10.2)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os Gastos diferidos nos montantes Euros 310 995 e Euros 247 363, respetivamente, referem-se a fornecimentos e serviços externos.

Os valores acima são apresentados líquidos de perdas de imparidade acumuladas. A análise de imparidade dos valores a receber é apresentada na Nota 8.1.4 Risco de crédito.

4.2 VALORES A PAGAR

PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida nos resultados ao longo do período da dívida em "Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado" (Nota 5.10).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores a pagar detalham-se como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**
Contas a pagar – operações correntes com empresas relacionadas (Nota 10.2)	—	1 259 681	1 259 681	—	1 673 142	1 673 142
Consolidação fiscal – empresas relacionadas (Nota 10.2)	—	592 279	592 279	—	1 951 688	1 951 688
Fornecedores c/c	—	538 506	538 506	—	193 649	193 649
Fornecedores de investimentos	—	408	408	—	—	—
Estado	—	448 515	448 515	—	702 119	702 119
Acréscimos de gastos	—	6 168 341	6 168 341	—	5 383 813	5 383 813
Outros credores	—	1 197	1 197	—	356	356
	—	**9 008 926**	**9 008 926**	**—**	**9 904 768**	**9 904 768**

A rubrica de Estado detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	122 860	136 009
Imposto sobre o Valor Acrescentado	199 911	439 546
Contribuições para a Segurança Social	125 744	126 564
	448 515	**702 119**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado.

A rubrica de Acréscimos de gastos detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Gastos com o pessoal	5 913 067	5 269 805
Fornecimentos e serviços externos	255 273	114 008
	6 168 341	**5 383 813**

5 Estrutura de Capital

5.1 GESTÃO DE CAPITAL

POLÍTICA DE GESTÃO DE CAPITAL

Para efeitos de gestão de capital, a Empresa define capital como incluindo os capitais próprios e a dívida líquida.

A Empresa gere a dívida corporativa do Grupo, tendo as principais *holdings* de cada linha de negócio uma gestão de Tesouraria autónoma.

Os objetivos da Empresa em relação à gestão de capital são:

– Salvaguardar a capacidade da Empresa de continuar em atividade e assim proporcionar retornos para os acionistas e benefícios para os restantes *stakeholders*;

– Manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento da atividade do Grupo; e

– Manter uma estrutura de capital ótima que lhe permita reduzir o custo do capital.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Empresa pode ajustar o montante de dividendos a pagar aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS

O capital social da Semapa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo totalmente representado por ações sem valor nominal.
Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.
Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

AÇÕES PRÓPRIAS

Reconhecimento	Ao valor de aquisição, como uma redução do capital próprio.
Alienação de ações próprias	Quando as ações próprias são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa em Outras reservas (Nota 5.5).
Extinção de ações próprias	A extinção de ações próprias é refletida nas demonstrações financeiras como uma redução do Capital social e na rubrica Ações próprias, pelo valor equivalente ao valor nominal e de aquisição, respetivamente, sendo o diferencial apurado entre os dois montantes registado em Outras reservas.

DETENTORES DE CAPITAL DA SEMAPA

Denominação	31/12/2025 Nº de ações	31/12/2025 %	31/12/2024 Nº de ações	31/12/2024 %
Ações sem valor nominal				
Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	38 959 431	48	38 959 431	47,94
Sodim, SGPS, S.A.	27 508 892	34	27 508 892	33,85
Ações próprias	1 400 627	1,72	1 400 627	1,72
Outros acionistas com participações inferiores a 5%	13 401 050	16,49	13 401 050	16,49
	81 270 000	**100,00**	**81 270 000**	**100,00**

AÇÕES PRÓPRIAS – MOVIMENTOS

	2025 Nº de ações	2025 Valor contabilístico (Euros)	2024 Nº de ações	2024 Valor contabilístico (Euros)
Ações próprias detidas no início do período	1 400 627	15 946 363	1 400 627	15 946 363
Ações próprias no final do período	**1 400 627**	**15 946 363**	**1 400 627**	**15 946 363**

5.3 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital próprio ordinário da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.
Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Empresa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

Valores em Euros	2025	2024
Resultado atribuível aos acionistas da Semapa	**156 599 440**	**232 735 949**
Número total de ações emitidas	81 270 000	81 270 000
Número médio de ações próprias em carteira	(1 400 627)	(1 400 627)
Número médio ponderado de ações	**79 869 373**	**79 869 373**
Resultado básico por ação	**1,961**	**2,914**
Resultado diluído por ação	**1,961**	**2,914**

5.4 DIVIDENDOS

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DA EMPRESA

A Empresa privilegia uma política de dividendos que minimize a volatilidade do valor anual retornado aos acionistas por ação (Política de dividendos).

Os dividendos por ação apresentados são calculados com base no número de ações em circulação na data de atribuição.

A distribuição de dividendos aos detentores de capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS NO PERÍODO

Valores em Euros	Data	Montante atribuído	Dividendos por ação
Atribuições em 2025			
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2024 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	29 de maio de 2025	49 998 228	0,626
Atribuições em 2024			
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2023 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	24 de maio de 2024	49 998 228	0,626

5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

RESERVAS POR APLICAÇÃO DO MEP

Corresponde à variação acumulada das variações de capital próprio nas subsidiárias e da entidade conjuntamente controlada da Empresa, cujo investimento é mensurado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10.1).
De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, estas reservas não são distribuíveis.

RESERVA DE JUSTO VALOR

Corresponde à variação acumulada do justo valor dos investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (Nota 8.2), líquida de impostos diferidos. A variação de justo valor de investimentos financeiros registada nesta rubrica não é reciclada para resultados.

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.
A reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo nos períodos apresentados.

OUTRAS RESERVAS

Esta rubrica corresponde a reservas constituídas através da transferência de resultados de períodos anteriores e outros movimentos. Não é distribuível a parte do saldo correspondente ao valor de aquisição das ações próprias detidas (Nota 5.2).

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Reservas por aplicação do MEP	(414 161 639)	(408 304 036)
Reserva legal	16 695 625	16 695 625
Outras reservas	1 826 030 712	1 643 292 991
Resultados transitados	90 913 996	90 913 997
Outras variações no capital próprio	(956 508)	(956 508)
Reservas e resultados transitados	**1 518 522 186**	**1 341 642 069**

RESERVA POR APLICAÇÃO DO MEP – MOVIMENTOS

Valores em Euros	2025	2024 (reapresentado)
Saldo no início do período	(408 304 036)	(394 798 767)
Outros rendimentos integrais		
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Justo valor de Instrumentos financeiros	1 791 321	3 238 443
Reserva de conversão cambial	(7 813 657)	(15 048 137)
	(6 022 336)	**(11 809 694)**
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Ganhos e perdas atuariais	4 475 281	414 916
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital próprio	(4 336 662)	1 196 658
	138 619	**1 611 574**
Transferência para resultados transitados por liquidação das subsidiárias		
Diferenças de aquisição de interesses que não controlam	—	956 508
Outros movimentos	26 114	(4 263 657)
	26 114	**(3 307 149)**
Saldo no final do período	**(414 161 639)**	**(408 304 036)**

O montante registado em Outros movimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de Euros 4 263 657, refere-se essencialmente a aquisições de participações, a interesses que não controlam, efetuadas pela Semapa e pela sua subsidiária, The Navigator Company, S.A.

RESERVA POR APLICAÇÃO DO MEP – POR SUBSIDIÁRIA E ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Subsidiárias		
Aphelion, S.A.	1 126 736	—
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	(8 933 661)	(9 227 389)
Quotidian Podium, S.A.	(296 645)	—
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(307 326 979)	(305 002 194)
Semapa Inversiones, S.L.	(36 763 555)	(36 763 555)
Semapa Next, S.A.	6 037 120	1 822 873
The Navigator Company, S.A.	(67 773 445)	(58 905 541)
Entidade conjuntamente controlada		
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	(231 210)	(228 230)
	(414 161 639)	(408 304 036)

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as Outras variações no capital próprio, no montante negativo de Euros 956 508, referem-se a diferenças de aquisição a interesses que não controlam de ações da subsidiária The Navigator Company, S.A..

5.6 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos incluem as Obrigações, o Papel Comercial, os empréstimos bancários e outros financiamentos.

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida na Demonstração separada dos resultados ao longo do período da dívida em "Juros suportados com outros empréstimos obtidos" na Nota 5.10 Rendimentos e gastos financeiros, utilizando o método da taxa de juro efetiva.
Justo valor	O valor contabilístico dos financiamentos obtidos de curto prazo ou contratados com taxas de juro variáveis aproxima-se do seu justo valor. O justo valor dos financiamentos obtidos que são remunerados a taxa fixa é divulgado na Nota 8.3 Ativos e passivos financeiros.
Apresentação	O Grupo deve classificar um passivo como corrente quando: a) espera liquidar o passivo no decurso normal do seu ciclo operacional; b) detém o passivo essencialmente para finalidades de negociação; c) a liquidação do passivo estiver prevista para um período de doze meses após o período de relato; ou d) não tiver um direito de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de relato.

PAPEL COMERCIAL

A Empresa tem diversos programas de emissão de papel comercial negociados, de acordo com os quais é frequente a realização de emissões com maturidade contratual inferior a um ano mas com natureza *revolving*. Nos casos em que a Empresa espera realizar o *roll over* destes financiamentos, apresenta os mesmos como passivos não correntes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos financiamentos obtidos é como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**
Empréstimos por obrigações	144 000 000	14 000 000	158 000 000	158 000 000	14 000 000	172 000 000
Papel Comercial	—	106 000 000	106 000 000	3 000 000	26 750 000	29 750 000
Empréstimos bancários	27 000 000	3 000 000	30 000 000	30 000 000	—	30 000 000
Encargos com empréstimos	(1 781 433)	1 325 647	(455 786)	(2 367 763)	851 238	(1 516 525)
Títulos de dívida e dívida bancária	**169 218 567**	**124 325 647**	**293 544 214**	**188 632 237**	**41 601 238**	**230 233 475**
Total financiamentos obtidos	**169 218 567**	**124 325 647**	**293 544 214**	**188 632 237**	**41 601 238**	**230 233 475**

A análise de maturidade dos financiamentos obtidos é apresentada na Nota 8.1.3 Risco de liquidez.

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

	31/12/2025				
Valores em Euros	Não Corrente	Corrente	Total	Maturidade	Indexante
Semapa 2022 / 2027	44 000 000	14 000 000	58 000 000	abril 2027	Taxa variável indexada à Euribor
Semapa 2023 / 2030	100 000 000	—	100 000 000	junho 2030	Taxa variável indexada à Euribor
	144 000 000	**14 000 000**	**158 000 000**		

	31/12/2024				
Valores em Euros	Não Corrente	Corrente	Total	Maturidade	Indexante
Semapa 2022 / 2027	58 000 000	14 000 000	72 000 000	abril 2027	Taxa variável indexada à Euribor
Semapa 2023 / 2030	100 000 000	—	100 000 000	junho 2030	Taxa variável indexada à Euribor
	158 000 000	**14 000 000**	**172 000 000**		

PAPEL COMERCIAL

	31/12/2025				
Montante contratado	Não corrente	Corrente	Total	Maturidade	Indexante
6 000 000	—	3 000 000	3 000 000	outubro 2026	Taxa variável indexada à Euribor
50 000 000	—	43 000 000	43 000 000	novembro 2029	Taxa variável indexada à Euribor
50 000 000	—	10 000 000	10 000 000	abril 2030	Taxa variável indexada à Euribor
80 000 000	—	50 000 000	50 000 000	julho 2031	Taxa variável indexada à Euribor
	—	**106 000 000**	**106 000 000**		

	31/12/2024				
Montante contratado	Não corrente	Corrente	Total	Maturidade	Indexante
6 500 000	3 000 000	1 750 000	4 750 000	outubro 2026	Taxa variável indexada à Euribor
25 000 000	—	25 000 000	25 000 000	maio 2027	Taxa variável indexada à Euribor
	3 000 000	**26 750 000**	**29 750 000**		

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Indexante	31/12/2025			31/12/2024		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Taxa variável	27 000 000	3 000 000	30 000 000	30 000 000		30 000 000
	27 000 000	**3 000 000**	**30 000 000**	**30 000 000**	**—**	**—**

COVENANTS FINANCEIROS EM VIGOR

Atendendo aos limites contratualizados, em 2025 e 2024, a Empresa encontra-se em situação de cumprimento dos covenants negociados.

5.7 PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Os financiamentos obtidos incluem as Obrigações, o Papel Comercial, os empréstimos bancários e outros financiamentos.

Mensuração inicial	Na data de início da locação, a Empresa reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de incentivos de locação a receber, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pela Empresa ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção da Empresa de rescindir o contrato. No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, a Empresa determina a taxa de juro incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável.
Mensuração subsequente	Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros (Nota 5.10 Rendimentos e gastos financeiros) e diminuído pelos pagamentos de locação (rendas).
Apresentação	No passivo corrente, exceto se a Empresa detiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data de relato.

	31/12/2025			31/12/2024		
Valores em Euros	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**	**Não Corrente**	**Corrente**	**Total**
Viaturas	440 093	16 551	456 645	311 414	158 254	469 668
	440 093	**16 551**	**456 645**	**311 414**	**158 254**	**469 668**

A análise de maturidade dos financiamentos obtidos é apresentada na Nota 8.1.3 Risco de liquidez.

5.8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.
Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na Posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos (Nota 5.6).

Valores em Euros	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Numerário	187	100
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6 343 315	69 434 218
Caixa e equivalentes de caixa	**6 343 502**	**69 434 318**

5.9 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

MOVIMENTOS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Valores em Euros	1/1/2025	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa				31/12/2025
			Reconhecimento de locações	Amortização de encargos	Especialização de juros	Outras operações	
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)							
Empréstimos por obrigações	172 000 000	(14 000 000)	—	—	—	—	158 000 000
Papel comercial	29 750 000	76 250 000	—	—	—	—	106 000 000
Empréstimos bancários	30 000 000	—	—	—	—	—	30 000 000
Encargos com empréstimos	(1 516 525)	(8 969 924)	—	2 173 414	7 857 249	—	(455 786)
Passivos de locação (Nota 5.7)	469 669	(170 144)	178 631	—	—	(21 511)	456 645
Total	**230 703 144**	**53 109 932**	**178 631**	**2 173 414**	**7 857 249**	**(21 511)**	**294 000 858**

Valores em Euros	1/1/2024	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa				31/12/2024
			Reconhecimento de locações	Amortização de encargos	Especialização de juros	Outras operações	
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)							
Empréstimos por obrigações	236 000 000	(64 000 000)	—	—	—	—	172 000 000
Papel comercial	6 500 000	23 250 000	—	—	—	—	29 750 000
Empréstimos bancários	30 000 000	—	—	—	—	—	30 000 000
Encargos com emissão de empréstimos	54 826	(16 307 871)	—	6 697 048	8 039 472	—	(1 516 525)
Outros financiamentos obtidos	83 578	(83 578)	—	—	—	—	—
Passivos de locação (Nota 5.7)	446 770	(158 634)	181 533	—	—		469 669
Total	**273 085 174**	**(57 300 082)**	**181 533**	**6 697 048**	**8 039 472**	**—**	**230 703 144**

Os fluxos de caixa associados a outras operações de financiamento correspondem a operações com partes relacionadas (Nota 10.2), não se encontrando refletidos nos quadros acima.

5.10 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

A Empresa classifica como “Rendimentos financeiros” os rendimentos e ganhos que resultam da atividade de gestão de tesouraria tais como: i) os juros obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria; e ii) as variações de justo valor de investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Durante o exercício de 2025 e 2024, os rendimentos e gastos financeiros detalham-se como segue:

Valores em Euros	2025	2024
Juros suportados com títulos de dívida e dívida bancária	(7 857 249)	(12 501 624)
Comissões de empréstimos e gastos com aberturas de crédito	(2 173 414)	(1 945 659)
Juros suportados por aplicação do método do juro efetivo	**(10 030 663)**	**(14 447 282)**
Juros suportados com passivos de locação	(11 507)	(11 412)
Gastos financeiros relativos à estrutura de capital	**(10 042 170)**	**(14 458 694)**
Desconto financeiro de provisões (Nota 9.1)		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(204)	—
Perdas de justo valor de Outros investimentos financeiros	(54 619)	(24 699)
Outros gastos e perdas financeiros	(25 396)	(9 480)
Gastos e perdas financeiros	**(10 122 388)**	**(14 492 874)**
Juros obtidos de ativos financeiros ao custo amortizado	1 390 279	1 966 809
Ganhos de justo valor de Outros investimentos financeiros	51 015	47 728
Juros indemnizatórios e compensatórios	—	922 900
Outros rendimentos e ganhos financeiros	21 543	2 800 267
Rendimentos e ganhos financeiros	**1 462 838**	**5 737 705**
Resultados financeiros	**(8 659 550)**	**(8 755 169)**

Os juros obtidos de ativos financeiros ao custo amortizado correspondem, essencialmente, a juros provenientes de aplicações financeiras.

6 Imposto sobre o rendimento

6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da Posição financeira.
De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não relevam fiscalmente, sendo deduzidos ou acrescidas, respetivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria coletável. Os dividendos são considerados no apuramento da matéria coletável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social.

GRUPO FISCAL

A sociedade dominante do grupo fiscal onde se integram a Semapa e as suas subsidiárias é a Sodim, SGPS, S.A. (Nota 1.1), desde 1 de janeiro 2023.
Os montantes que a Empresa tem a receber ou a pagar a outras empresas do Grupo fiscal relativamente às responsabilidades destas são apresentados em Valores a receber (Nota 4.1) e Valores a pagar (Nota 4.2).

A Empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de inspeções efetuadas pela Administração Tributária. Quando o resultado final destas inspeções se revelar diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento, no período em que for conhecido o resultado final.
Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais, estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período superior.
O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte da Administração Tributária não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2025, sendo certo que já foram revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os períodos até 2021, inclusive.

RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DE IMPOSTO POR POSIÇÕES FISCAIS INCERTAS

O montante dos ativos e passivos estimados registados por conta de processos fiscais decorre de uma avaliação efetuada pela Empresa com referência à data da demonstração da posição financeira, quanto a potenciais divergências de interpretação face à Administração Tributária, quanto à aplicação das regras fiscais e dos seus desenvolvimentos recentes.
A Empresa, no que se refere à mensuração das posições fiscais incertas, tem em consideração o disposto na IFRIC 23 – “Incerteza quanto aos impostos sobre o rendimento”, nomeadamente na mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação, através da ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas.

6.1.1 IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores em Euros	2025	2024
Imposto corrente	16 015 458	15 071 951
Variação das responsabilidades adicionais de imposto	(400 000)	—
Imposto diferido	(12 538 875)	(3 450 297)
	3 076 583	**11 621 653**

TAXA DE IMPOSTO NOMINAL

	2025	2024
Portugal		
Taxa nominal de imposto sobre o rendimento	20,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	21,5%	**22,5%**
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros	3,0%	3,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 7 500 000 Euros e 35 000 000 Euros	5,0%	5,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis acima de 35 000 000 Euros	9,0%	9,0%

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Valores em Euros	2025	2024
Resultado antes de impostos	**72 759 827**	**170 434 735**
Imposto esperado à taxa nominal (21.5%) (2024: 22.5%)	15 643 363	38 347 815
Derrama estadual		—
Imposto resultante da taxa aplicável	**15 643 363**	**38 347 815**
Diferenças (a)	(17 812 906)	(42 509 413)
Imposto relativo a períodos anteriores	(16 888 698)	(15 682 780)
Responsabilidades adicionais de imposto	400 000	(1 400 000)
Prejuízos fiscais não recuperáveis		
Prejuízos fiscais recuperáveis	14 708 418	9 011 895
Tributação autónoma	873 240	610 829
	(3 076 583)	**(11 621 653)**
Taxa efetiva de imposto	**-4,23%**	**-6,82%**

(a) Este valor respeita essencialmente a :	**2025**	**2024**
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 10.1)	(82 773 563)	(188 903 210)
Mais / (Menos) valias fiscais	234	280
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(234)	(280)
Benefícios aos empregados (Nota 7.2.1)	23 431	23 431
Benefícios aos empregados - pensões pagas (Nota 7.2.1)	(130 514)	(130 513)
Outros	29 922	79 569
	(82 850 724)	**(188 930 723)**
Impacto fiscal (21.5%) (2024: 22.5%)	**(17 812 906)**	**(42 509 413)**

6.1.2 IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	314 724	7 545 645
	314 724	**7 545 645**
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	400 000	—
	400 000	—

DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS – IRC (LÍQUIDO)

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Pagamentos especiais por conta	314 724	314 724
IRC de períodos anteriores	—	7 230 921
Responsabilidades adicionais de imposto	(400 000)	—
	(85 276)	**7 545 645**

RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DE IMPOSTO – PASSIVOS

Valores em Euros	2025	2024
Aumentos	400 000	—
Montante reconhecido em resultados do período (Nota 6.1.1) - (ganho) / perda	**400 000**	**—**
Saldo no final do período	**400 000**	**—**

Durante o exercício de 2025, a Semapa procedeu ao reconhecimento de responsabilidades adicionais de imposto, no montante de Euros 400 000, para fazer face a encargos potenciais decorrentes de inspeções tributárias.

6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS

O imposto diferido é calculado com base na Posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.
São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.
Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.
Impostos diferidos passivos não são reconhecidos para diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que: i) a Empresa tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS EM RELAÇÃO A PREJUÍZOS FISCAIS DE SUBSIDIÁRIAS POR UTILIZAR
A Empresa regista impostos diferidos passivos sobre prejuízos fiscais e benefícios fiscais à coleta das subsidiárias que integram o RETGS, reportáveis intragrupo, sempre que seja expectável a sua utilização futura por essas mesmas subsidiárias numa ótica individual.

MOVIMENTOS EM IMPOSTOS DIFERIDOS

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2025	Demonstração dos resultados		Transferências	Outros movimentos	Em 31 de dezembro de 2025
		Aumentos	Reduções			
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais reportáveis	165 934 984	12 461 650	(40 108 908)	—	—	138 287 726
	165 934 984	**12 461 650**	**(40 108 908)**	**—**	**—**	**138 287 726**
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais reportáveis intragrupo	(540 093)	(10 962 595)	451 219		—	(11 051 469)
Benefícios fiscais à coleta reportáveis intragrupo	(3 583 140)	(736 014)	1 262 634	—	—	(3 056 519)
	(4 123 233)	**(11 698 608)**	**1 713 853**	**—**	**—**	**(14 107 988)**
Ativos por impostos diferidos	**33 186 997**	**2 367 714**	**(8 021 782)**	**—**	**—**	**27 532 929**
Efeito da alteração de taxa de imposto	**—**	**—**	**(5 553 219)**	**—**	**—**	**(5 553 219)**
Ativos por impostos diferidos	**33 186 997**	**2 367 714**	**(13 575 001)**	**—**	**—**	**21 979 710**
Passivos por impostos diferidos	**(3 694 261)**	**(2 818 907)**	**1 352 878**	**—**	**—**	**(5 160 290)**
Efeito da alteração de taxa de imposto	4 459	—	134 441	—	—	138 900
Passivos por impostos diferidos	(3 689 802)	(2 818 907)	1 487 319	—	—	(5 021 390)

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2024	Demonstração dos resultados		Transferências	Outros movimentos	Em 31 de dezembro de 2024
		Aumentos	Reduções			
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais reportáveis	163 052 849	51 615 420	(48 733 286)	—	—	165 934 984
	163 052 849	**51 615 420**	**(48 733 286)**	**—**	**—**	**165 934 984**
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais reportáveis intragrupo	(651 111)	(93 613)	204 631		—	(540 093)
Benefícios fiscais à coleta reportáveis intragrupo	(1 156 872)	(2 814 103)	387 835	—	—	(3 583 140)
	(1 807 983)	**(2 907 716)**	**592 466**	**—**	**—**	**(4 123 233)**
Ativos por impostos diferidos	**34 241 098**	**10 323 084**	**(11 377 186)**	**—**	**1**	**33 186 997**
Passivos por impostos diferidos	**(1 293 606)**	**(2 832 825)**	**432 164**	**1**	**6**	**(3 694 261)**
Efeito da alteração de taxa de imposto	—	—	4 459	—	—	4 459
Passivos por impostos diferidos	(1 293 606)	(2 832 825)	436 623	1	6	(3 689 802)

A Semapa procedeu, à data da demonstração da posição financeira, à reavaliação da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, excluindo o contributo da Secil, em virtude da sua saída do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

No exercício de 2025, ocorreu o consumo de prejuízos fiscais no montante de Euros 40 108 908 e, adicionalmente, procedeu-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais recuperáveis em exercícios posteriores, no montante de Euros 12 461 650. Estas operações originaram uma redução de ativos por impostos diferidos sobre esses prejuízos fiscais no montante de Euros 8 021 782 e um aumento de ativos por impostos diferidos no montante de Euros 2 367 714.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos por impostos diferidos, no montante de Euros 5 021 390 (2024: Euros 3 689 802), referem-se a ajustes intragrupo derivados do reconhecimento de prejuízos e benefícios fiscais por subsidiárias incluídas no subgrupo fiscal da Semapa.

PREJUÍZOS FISCAIS POR UTILIZAR, SEM IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Conforme o disposto na Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, o reporte de prejuízos fiscais deixou de ter limitação temporal. Em 31 de dezembro de 2025, a Semapa apresenta prejuízos fiscais no montante de Euros 55.644.794, relativamente aos quais se encontram pendentes processos de contencioso com a Autoridade Tributária quanto à respetiva dedutibilidade. Em resultado da incerteza associada à recuperação destes prejuízos fiscais, não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relacionados com os mesmos.

7 Pessoal

7.1 GASTOS COM O PESSOAL

BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS DE CURTO PRAZO

DIREITOS ADQUIRIDOS – FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm anualmente direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

GRATIFICAÇÕES

De acordo com o sistema de gestão de desempenho vigente, os empregados podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que os empregados adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração dos resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data da Posição financeira está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Empresa deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a Empresa reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses após o final do período de reporte são descontados para o seu valor presente.

Valores em Euros	2025	2024
Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 7.3)	4 339 698	3 055 417
Outras remunerações	5 294 410	6 259 137
Benefícios de pós-emprego (Nota 7.2.1)	23 431	23 431
Indemnizações	30 000	97 223
Encargos sobre remunerações	1 131 140	1 045 359
Outros gastos com o pessoal	310 177	388 889
Gastos com o pessoal	**11 128 855**	**10 869 457**
Número de empregados no final do período	**42**	**37**

7.2 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A Empresa assumiu o compromisso de pagar aos seus administradores prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, tendo constituído para o efeito um plano de benefício definido.
Nos períodos apresentados, o montante do passivo refletido na demonstração da posição financeira, na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós-emprego", corresponde à responsabilidade da Semapa afeta a um único beneficiário, aposentado, que não aderiu à revogação do plano de pensões dos administradores da Empresa, ocorrida em dezembro de 2012. A Empresa não constituiu fundos relativamente a esta responsabilidade.
Os desvios atuariais que resultam da alteração no valor das responsabilidades estimadas, como consequência de alterações aos pressupostos financeiros e demográficos utilizados e ganhos de experiência, são registados diretamente na Demonstração do rendimento integral, em resultados transitados.
O juro líquido corresponde à aplicação da taxa de desconto ao valor das responsabilidades líquidas e é reconhecido nos resultados do período, na rubrica de Gastos com o pessoal.
Os ganhos e perdas gerados por uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do período quando a liquidação ocorrer.

PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos atuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os pressupostos atuariais eram como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Fórmula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de maio	
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tabela de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento das pensões	1,5% ou 2,00%	1,5% ou 2,00%
Taxa de juro técnica	3,50%	3,50%
Taxas de rendimento	2,00%	2,00%
Taxas de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de reversibilidade das pensões	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento	12	12

7.2.1 RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Valores de Euros	2025		2024	
	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor
Responsabilidades com Pensões				
Aposentados	1	366 413	1	473 495
Responsabilidades com pensões não cobertas	**1**	**366 413**	**1**	**473 495**

EVOLUÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Valores em Euros	Saldo inicial	Custo serviços correntes	Juro líquido (Nota 7.1)	Desvios atuariais (Nota 7.2.5)	Pagamentos efetuados	Saldo final
2025	473 496		23 431	—	(130 514)	366 413
2024	580 578		23 431	—	(130 513)	473 496

7.3 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo a estimativa para o prémio de gestão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

Valores em Euros	2025	2024
Conselho de Administração		
Remunerações	1 903 978	1 839 406
Prémio de gestão	2 301 879	1 080 026
Conselho Fiscal e outros órgãos sociais	133 841	135 985
Total (Nota 7.1)	**4 339 698**	**3 055 417**

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Todos os detalhes da política de remunerações dos membros do Conselho de Administração da Semapa encontram-se divulgados no relatório do Governo Societário da sociedade, Parte I – Secção D.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativamente aos membros do Conselho de Administração da Semapa, não existiam: i) quaisquer responsabilidades adicionais afetas a outros benefícios de longo prazo, ii) benefícios de cessação de emprego nem iii) pagamentos com base em ações atribuídas. Os saldos pendentes com membros do Conselho de Administração da Semapa encontram-se divulgados na Nota 10.2.

8 Instrumentos Financeiros

8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A Empresa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas subsidiárias. Deste modo, o cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa depende dos fluxos de caixa gerados pelas subsidiárias, os quais incluem a distribuição de dividendos, o pagamento de juros, o reembolso de empréstimos concedidos e o pagamento por serviços prestados pela Empresa. A capacidade de as subsidiárias da Semapa gerarem fluxos de caixa positivos e de disponibilizarem fundos à *holding* está dependente dos respetivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise na atividade e desempenho dos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua performance financeira. A gestão do risco é conduzida pela direção financeira da Empresa e dos principais subgrupos de acordo com políticas aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração e acompanhada pela Comissão de Controlo e Riscos/Comissão de Controlo Interno da Empresa.

O Grupo tem tido uma postura ativa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco cambial e o risco de taxa de juro.

No contexto das demonstrações financeiras separadas, a exposição da Empresa ao risco financeiro decorrente da atividade do Grupo encontra-se maioritariamente associada aos financiamentos obtidos externamente (Nota 5.6).

8.1.1 RISCO CAMBIAL

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO CAMBIAL

No contexto das demonstrações financeiras separadas, o risco cambial a que a Empresa se encontra diretamente exposta ao nível de ativos e passivos financeiros não é significativo.

Contudo, uma evolução desfavorável das taxas de câmbio associadas às geografias relevantes para as suas subsidiárias pode originar uma diminuição significativa no valor dos ativos e nos resultados das subsidiárias e na distribuição de dividendos à Empresa. O Grupo procura mitigar este risco através da monitorização constante da exposição a cada moeda e utilização de coberturas naturais, bem como através da contratação de instrumentos financeiros derivados de cobertura cambial, conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas.

8.1.2 RISCO DE TAXA DE JURO

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Uma parte do custo associado à dívida financeira contraída pela Empresa está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio e longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afetar os resultados da Empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais próprios de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado		
Impacto no resultado antes de imposto - aumento / (diminuição)	(1 470 000)	(1 158 750)

Os ativos e passivos financeiros remunerados a taxa fixa (que não expõem a Empresa ao risco de taxa de juro) e remunerados a taxa variável (que expõem a Empresa ao risco de taxa de juro) detalham-se como segue:

A 31 de dezembro de 2025	Taxa fixa		Taxa variável					
Valores em Euros	Valor	%	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total	%	Total remunerado
Ativos								
Não correntes								
Valores a receber (Nota 4.1)	—	0%	30 204	—	—	30 204	100%	30 204
Correntes								
Valores a receber (Nota 4.1)	33 232 712	100%	—	—	—	—	0%	33 232 712
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	6 343 502	100%	—	—	—	—	0%	6 343 502
Total de ativos financeiros	**39 576 214**	**100%**	**30 204**	**—**	**—**	**30 204**	**0%**	**39 606 418**
Passivos								
Não correntes								
Financiamentos obtidos	—	0%	—	—	171 000 000	171 000 000	100%	171 000 000
Passivos de locação (Nota 5.7)	440 093	100%	—	—	—	—	0%	440 093
Correntes								
Financiamentos obtidos	—	0%	60 000 000	63 000 000	—	123 000 000	100%	123 000 000
Passivos de locação (Nota 5.7)	16 551	100%	—	—	—	—	0%	16 551
Valores a pagar (Nota 4.2)	9 008 928	100%	—	—	—	—	0%	9 008 928
Total de passivos financeiros	**9 465 572**	**3%**	**60 000 000**	**63 000 000**	**171 000 000**	**294 000 000**	**97%**	**303 465 572**
Posição financeira líquida de balanço	**30 110 642**		**(59 969 796)**	**(63 000 000)**	**(171 000 000)**	**(293 969 796)**		**(263 859 154)**

A 31 de dezembro de 2024	Taxa fixa		Taxa variável				
Valores em Euros	Valor	%	Até 3 meses	3-12 meses	Total	%	Total remunerado
Ativos							
Não correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	—	0%	30 204	—	30 204	100%	30 204
Correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	96 587 019	100%	—	—	—	0%	96 587 019
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	69 434 318	100%	—	—	—	0%	69 434 318
Total de ativos financeiros	**166 021 337**	**100%**	**30 204**	**—**	**30 204**	**0%**	**166 051 541**
Passivos							
Não correntes							
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	—	0%	—	191 000 000	191 000 000	100%	191 000 000
Passivos de locação (Nota 5.7)	311 414	100%	—	—	—	0%	311 414
Correntes							
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	—	0%	25 000 000	15 750 000	40 750 000	100%	40 750 000
Passivos de locação (Nota 5.7)	158 254	100%	—	—	—	0%	158 254
Valores a pagar (Nota 4.2)	9 904 768	100%	—	—	—	0%	9 904 768
Total de passivos financeiros	**10 374 435**	**4%**	**25 000 000**	**206 750 000**	**231 750 000**	**96%**	**242 124 435**
Posição financeira líquida de balanço	**155 646 902**		**(24 969 796)**	**(206 750 000)**	**(231 719 796)**		**(76 072 894)**

8.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A Empresa gere o risco de liquidez por duas vias:

– garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas à atividade da Empresa enquanto *holding*, considerando as características das indústrias onde as suas subsidiárias exercem a sua atividade, e

– através da contratação com instituições financeiras de linhas de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

CRÉDITOS DISPONÍVEIS E NÃO UTILIZADOS

A Empresa tem por política manter linhas de crédito em níveis adequados para fazer face a i) potenciais aquisições de negócios e ii) necessidades de tesouraria para reembolsos programados de financiamentos conforme o orçamento de tesouraria e execução real.

MATURIDADE CONTRATUAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS (FLUXOS NÃO DESCONTADOS, INCLUINDO JUROS)

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2025						
Passivos						
Financiamentos obtidos						
Empréstimos por obrigações	—	—	19 077 214	155 242 201	—	174 319 415
Papel comercial	50 530 833	10 102 222	46 534 849	—	—	107 167 905
Empréstimos bancários	—	—	4 008 689	29 496 459	—	33 505 148
Passivos de locação	14 616	28 655	120 769	312 617	—	476 658
Total passivos	**50 545 449**	**10 130 877**	**69 741 521**	**185 051 277**	**—**	**315 469 126**
Dos quais juros (às taxas em vigor à data)	**531 774**	**104 019**	**6 627 508**	**13 749 180**		**21 012 480**

A 31 de dezembro de 2024						
Passivos						
Financiamentos obtidos						
Empréstimos por obrigações	—	—	20 634 304	109 293 215	67 841 915	197 769 434
Papel comercial	25 016 500	—	1 954 506	3 105 799	—	30 076 805
Empréstimos bancários	—	—	1 277 354	18 897 738	15 318 464	35 493 555
Passivos de locação	15 708	29 976	122 298	322 461	—	490 444
Total passivos	**25 032 208**	**29 976**	**23 988 463**	**131 619 213**	**83 160 378**	**263 830 239**
Dos quais juros (às taxas em vigor à data)	**889**	**1 767**	**6 769**	**39 540 863**	**7 025 001**	**46 575 290**

Os fluxos de caixa não descontados dos financiamentos obtidos e outros valores a pagar, incluídos acima, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Até 12 meses	**130 417 848**	**49 050 647**
1 a 2 anos	53 617 902	27 482 865
2 a 3 anos	7 918 773	54 605 963
3 a 4 anos	40 544 499	8 508 356
4 a 5 anos	82 970 103	41 022 028
1 a 5 anos	**185 051 277**	**131 619 213**
Mais de 5 anos	**0**	**83 160 378**
Total	**315 469 126**	**263 830 238**

A maturidade contratual dos financiamentos obtidos apresentada pressupõe o cumprimento de *covenants* financeiros, conforme detalhados na Nota 5.6 Financiamentos obtidos.

LINHAS DE CRÉDITOS DISPONÍVEIS E NÃO UTILIZADAS

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Linhas de crédito não utilizadas		
Papel comercial	325 000 000	364 750 000
Outras linhas de crédito	9 750 000	9 750 000
	334 750 000	**374 500 000**
Papel comercial utilizado (Nota 5.6)	106 000 000	29 750 000
Outras linhas de crédito utilizadas (Nota 5.6)	188 000 000	202 000 000
Linhas de crédito contratadas (valor nominal)	**628 750 000**	**606 250 000**

8.1.4 RISCO DE CRÉDITO

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

A Empresa avalia, numa base prospetiva, as perdas de crédito esperadas associadas aos seus ativos financeiros mensurados ao custo conforme o detalhe apresentado na Nota 8.3.1 Categorias de instrumentos financeiros da empresa.

VALORES A RECEBER DE SUBSIDIÁRIAS

Os valores a receber de subsidiárias encontram-se sujeitos ao modelo geral de imparidade da IFRS 9 (modelo das três etapas).

Uma vez que o risco de crédito das subsidiárias é considerado reduzido, devido ao reduzido risco de incobrabilidade e à capacidade destas de reembolsar *on demand*, a estimativa de imparidade corresponde à primeira etapa do modelo com a avaliação do risco de incobrabilidade dos fluxos de caixa dos próximos 12 meses.

OUTROS VALORES A RECEBER E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recebimento. A Empresa classifica um valor a receber para ser desreconhecido quando o devedor falha com os pagamentos contratuais vencidos. Após ser desreconhecido, a Empresa continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do período.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

A Empresa não possui atividade comercial significativa para além da gestão das participações financeiras do Grupo e da prestação de serviços a subsidiárias.

No contexto das demonstrações financeiras separadas, o risco de crédito relativo a ativos financeiros a que a Empresa se encontra diretamente exposta decorre principalmente dos empréstimos concedidos a subsidiárias e outros valores a receber das mesmas (Nota 4.1), e dos saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8).

VALORES A RECEBER DE SUBSIDIÁRIAS

Relativamente aos valores a receber de subsidiárias no âmbito dos serviços a elas prestados pela Empresa e dos financiamentos concedidos às mesmas, a Empresa não registou imparidades nos períodos apresentados.

OUTROS VALORES A RECEBER

Os valores a receber são inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. As perdas por imparidade são registadas em função das perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração sempre que, em cada data de relato, exista um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos valores a receber.

Considera-se *default* o pagamento após mora igual ou superior a 180 dias, decorrente da experiência de perdas reais históricas ao longo do período considerado estatisticamente relevante.

EXPOSIÇÃO MÁXIMA AO RISCO DE CRÉDITO

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Não correntes		
Outros investimentos financeiros (Nota 8.2)	48 279	51 883
Valores a receber (Nota 4.1)	30 204	30 204
Correntes		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	6 343 502	69 434 318
	6 421 986	**69 516 405**

A qualidade de crédito, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, face a Ativos financeiros (Caixa e seus equivalentes) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
A+	—	15 552 774
A	6 242 635	27 507
A-	13 409	28 729 781
BBB+	31 135	5 230
BBB	38 182	25 041 310
BBB-	—	49 415
Outros	18 142	28 302
	6 343 502	**69 434 318**

8.2 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta nota inclui os instrumentos de capital próprio detidos pela Empresa relativos a empresas sobre as quais não exerce controlo ou influência significativa. Os Outros investimentos financeiros são mensurados ao justo valor através dos resultados quando a Empresa os detém com o objetivo de negociar. A Empresa designa os restantes investimentos financeiros como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Valores em Euros	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ynvisible, SA	48 279	51 883
	48 279	**51 883**

8.3 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

8.3.1 CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DA EMPRESA

Os instrumentos financeiros incluídos em cada rubrica da demonstração da posição financeira são classificados como segue:

Valores em Euros	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros fora do âmbito da IFRS 9	Ativos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2025						
Outros investimentos financeiros	8.2	—	48 279	—	—	48 279
Valores a receber	4.1	32 916 475	30 204	5 242	310 995	33 262 916
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	6 343 502	—	—	—	6 343 502
Total de ativos		**39 259 977**	**78 483**	**5 242**	**310 995**	**39 654 697**
31 de dezembro de 2024						
Outros investimentos financeiros	8.2	—	51 883	—	—	51 883
Valores a receber	4.1	96 155 145	30 204	184 511	247 363	96 617 223
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	69 434 318	—	—	—	69 434 318
Total de ativos		**165 589 463**	**82 087**	**184 511**	**247 363**	**166 103 424**

Valores em Euros	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2025				
Financiamentos obtidos	5.6	293 544 214	—	293 544 214
Passivos de locação	5.7	456 645	—	456 645
Valores a pagar	4.2	8 560 413	448 515	9 008 928
Total de passivos		**302 561 271**	**448 515**	**303 009 786**
31 de dezembro de 2024				
Financiamentos obtidos	5.6	230 233 475	—	230 233 475
Passivos de locação	5.7	469 668	—	469 668
Valores a pagar	4.2	9 202 651	702 119	9 904 771
Total de passivos		**239 905 794**	**702 119**	**240 607 913**

8.3.2 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros é classificado de acordo com a hierarquia de justo valor da IFRS 13 – Mensuração ao justo valor:

Nível 1	Baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de relato.
Nível 2	Determinado com recurso a modelos de avaliação, os principais *inputs* dos quais são observáveis no mercado.
Nível 3	Determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A Empresa considera que o valor contabilístico dos financiamentos remunerados a taxa variável, assim como dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado nas restantes rubricas (Nota 8.3.1), se aproxima do seu justo valor.

9 Provisões, Compromissos e Contingências

9.1 PROVISÕES

Reconhecimento e mensuração inicial	São reconhecidas provisões sempre que: i) a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados; ii) seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação; e iii) possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.
Mensuração subsequente	As provisões são revistas na data da Posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

São reconhecidas provisões pelas responsabilidades que a Empresa assume por perdas em investimentos em subsidiárias (Nota 10.1), após o respetivo valor contabilístico ter sido reduzido a zero, na medida em que a Empresa possa ter incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome dessas subsidiárias.

PROCESSOS FISCAIS

Os saldos das responsabilidades adicionais de imposto por posições de incerteza da Empresa relativos ao imposto sobre o rendimento são divulgados na Nota 6.1 Imposto sobre o rendimento do período.

PROCESSOS JUDICIAIS

Estas provisões são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas internamente pela Empresa com o apoio dos seus consultores legais, baseadas na probabilidade da decisão ser favorável ou desfavorável à Empresa.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Semapa não identificou responsabilidades que justifiquem o registo de provisões.

9.2 COMPROMISSOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Semapa não tem quaisquer compromissos para além dos já divulgados acima.

9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Semapa não identificou quaisquer ativos e passivos contingentes passíveis de divulgação.

10 Estrutura do Grupo

10.1 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem controlo, o que ocorre quando a Empresa está exposta, ou tem direito, aos retornos variáveis resultantes do seu envolvimento com as entidades e tem a capacidade para afetar esse retorno através do exercício do poder sobre as entidades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Empresa detém o controlo sobre outra entidade.

ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

MENSURAÇÃO

Os investimentos em subsidiárias e em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas por contrapartida de “Resultados de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas”, pelos dividendos recebidos e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Outro rendimento integral”. Adicionalmente, as participações em subsidiárias e em entidades conjuntamente controladas poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas são ajustadas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da Empresa.

Quando a participação da Empresa nas perdas das subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, a Empresa deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas, conforme apresentado na Nota 9.1 Provisões. Se posteriormente relatarem lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

A Empresa realiza testes de imparidade aos investimentos em subsidiárias e em entidades conjuntamente controladas anualmente e em datas em que determine existirem indícios de que os investimentos possam estar em imparidade. Nas demonstrações financeiras separadas, o goodwill incluído na mensuração das participações financeiras não é apresentado separadamente, sendo que as análises de imparidade têm por referência o valor contabilístico total do investimento testado.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos Planos de Médio Longo Prazo aprovados.

Os *cash flows* são descontados às taxas *WACC – Weighted Average Cost of Capital* – calculadas de acordo com o modelo *CAPM (Capital Asset Pricing Model)* e tendo por base custos médios ponderados de dívida e de *equity*, estimados de acordo com os segmentos onde as UGC (Unidade Geradora de Caixa) se inserem. A taxa de juro sem risco considerada resulta de informação de mercado relativa à dívida soberana a médio longo prazo. O beta e a alavancagem dos setores têm por base a informação de um conjunto alargado de empresas comparáveis sujeito a uma revisão anual. Toda esta informação é recolhida junto de fontes internacionais e independentes, entre outras, através da Reuters e agências de *rating* (S&P, Moody's e Fitch).

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio longo prazo para as diferentes UGC, tendo presente os objetivos de inflação dos respetivos Bancos Centrais, estimativas de taxa de inflação futuras, as perspetivas macroeconómicas, bem como a evolução previsível dos Mercados onde o Grupo atua. As fontes das previsões macroeconómicas são o FMI e o Banco de Portugal.

Os pressupostos que estiveram na base dos planos de negócios detalham-se como segue:

PRESSUPOSTOS NA BASE DOS PLANOS DE NEGÓCIOS

			Outros negócios	
Pressupostos (CAGR 2026-2030)	**Pasta e Papel**	**Cimento ***	**Ambiente**	**Mobilidade**
Vendas em quantidade (kt)				
Referência	Papel UWF	Cimento e Clínquer	Gordura [3,5]	—
CAGR Vendas em quantidade (kt)	(0,3%)		0,4%	
Vendas em quantidade (unidades)				
Referência	—	—	—	Quadros para e-bikes
CAGR Vendas em quantidade (unidades)				32,1%
Preço Médio de Venda ML/t				
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]	—
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	(0,1%)		0,9%	
Preço Médio de Venda ML/unidades				
Referência	—	—	—	Quadros para e-bikes
CAGR Preço Médio de Venda ML/unidades				(1,5%)
Total Cash Costs ML				
CAGR Total Cash Costs ML	0,69%		1,96%	24,4%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

Pressupostos (CAGR 2025-2029)	Pasta e Papel	Cimento *	Outros negócios	
			Ambiente	Mobilidade
Vendas em quantidade (kt)				
Referência	Papel UWF	Cimento e Clínquer	Gordura [3,5]	—
CAGR Vendas em quantidade (kt)	0,1%	-1,50% a 6,37%	-3,7%	
Vendas em quantidade (unidades)				
Referência	—	—	—	Quadros para e-bikes
CAGR Vendas em quantidade (unidades)				37,9%
Preço Médio de Venda ML/t				
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]	—
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	0,1%	0,42% a 9,93%	1,9%	
Preço Médio de Venda ML/unidades				
Referência	—	—	—	Quadros para e-bikes
CAGR Preço Médio de Venda ML/unidades				1,6%
Total Cash Costs ML				
CAGR Total Cash Costs ML	0,31%	4,0% a 9,5%	2,54%	35,95%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS

Os principais pressupostos considerados a nível macroeconómico são as projeções de taxa de crescimento do PIB e de inflação nos mercados onde o Grupo atua (Portugal no caso de todas as UGC e ainda Tunísia, Líbano, Brasil e Angola no segmento Cimento). As fontes das projeções são o FMI e o Banco de Portugal.

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio longo prazo para as diferentes UGC, tendo presente os pressupostos macroeconómicos.

Pressupostos financeiros	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci/º na perp. EUR	Taxa de Imposto	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci/º na perp. EUR	Taxa de Imposto
Pasta e Papel								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,70%	6,77%	0,00%	25,50%	2,73%	6,00%	0,00%	26,50%
Perpetuidade	2,70%	6,77%	0,00%	25,50%	2,73%	6,00%	0,00%	26,50%
Cimento								
Portugal								
Período de Planeamento explícito					2,73%	6,07%	0,00%	26,50%
Perpetuidade					2,73%	6,07%	1,93%	26,50%
Ambiente								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,70%	7,06%	0,00%	23,50%	2,73%	6,81%	0,00%	24,50%
Perpetuidade	2,70%	7,06%	2,00%	23,50%	2,73%	6,81%	2,00%	24,50%
Mobilidade								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	2,70%	5,35%	0,00%	23,50%	2,73%	6,32%	0,00%	24,50%
Perpetuidade	2,70%	5,35%	0,00%	23,50%	2,73%	6,32%	2,00%	24,50%

Nota: Nos Cimentos foram ainda consideradas taxas WACC em euros situadas entre os 6,48% e os 20,50% para o Brasil, Tunísia, Angola e Líbano

* Inclui o Country Risk Premium

TESTE DE IMPARIDADE

Em resultado dos testes de imparidade efetuados nos períodos de 2025 e 2024, não foi identificada qualquer perda por imparidade no *goodwill*.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foi realizada uma análise de sensibilidade aos pressupostos considerados chave (de forma independente para cada pressuposto), taxa WACC e *cash flow* livre, a qual não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada UGC.

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DA TAXA WACC:

	31/12/2025				31/12/2024			
Análise de sensibilidade à Taxa WACC	**-50bps**	**+50bps**	**-1%**	**+1%**	**-50bps**	**+50bps**	**-1%**	**+1%**
Pasta e Papel								
Período de Planeamento explícito	3%	-3%	5%	-5%	2%	-2%	5%	-5%
Perpetuidade	7%	-6%	15%	-11%	8%	-6%	17%	-12%
Planeamento explícito e Perpetuidade	10%	-8%	21%	-16%	10%	-9%	23%	-16%
Cimento								
Período de Planeamento explícito					3%	-3%	6%	-5%
Perpetuidade					12%	-10%	28%	-18%
Planeamento explícito e Perpetuidade					15%	-12%	35%	-22%
Ambiente								
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%	3%	-3%	5%	-5%
Perpetuidade	10%	-8%	22%	-15%	11%	-9%	26%	-17%
Planeamento explícito e Perpetuidade	13%	-10%	28%	-19%	14%	-11%	32%	-21%
Mobilidade								
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%	2%	-2%	5%	-5%
Perpetuidade	9%	-7%	20%	-14%	13%	-10%	30%	-19%
Planeamento explícito e Perpetuidade	12%	-10%	26%	-18%	16%	-12%	36%	-23%

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DO CASH FLOW LIVRE:

	31/12/2025				31/12/2024			
Análise de sensibilidade ao Cash Flow Livre	**-5%**	**+5%**	**-10%**	**+10%**	**-5%**	**+5%**	**-10%**	**+10%**
Pasta e Papel	-2%	11%	-8%	17%	-6%	6%	-11%	11%
Cimento					-5%	5%	-10%	10%
Ambiente	-5%	5%	-11%	11%	-6%	6%	-12%	12%
Mobilidade	-5%	5%	-10%	10%	-5%	5%	-10%	10%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os investimentos em participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial na demonstração da posição financeira, incluindo o goodwill, tinham a seguinte composição:

		31/12/2025			31/12/2024		
Denominação social	**Sede**	**Capital próprio**	**% detida**	**Saldo***	**Capital próprio**	**% detida**	**Saldo***
Subsidiárias							
Ananke Nexus, S.A.	Portugal	49 490	100,00%	49 490			
Aphelion, S.A.	Portugal	163 056 053	100,00%	163 056 053	164 280 743	100,00%	164 280 743
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	115 179 348	99,99%	115 165 532	80 341 648	99,99%	80 331 725
Quotidian Podium, S.A.	Portugal	146 395 306	100,00%	146 395 306	49 493	100,00%	49 493
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Portugal				282 411 390	100,00%	416 568 342
Semapa Inversiones, S.L.	Espanha	116 200	100,00%	116 200	105 743	100,00%	105 743
Semapa Next, S.A.	Portugal	148 383 133	100,00%	148 383 133	86 634 847	100,00%	86 634 847
The Navigator Company, S.A.	Portugal	1 147 326 331	70,03%	925 798 361	1 092 139 293	70,03%	887 150 816
Entidades conjuntamente controladas							
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	Portugal	36 688 665	50,00%	45 185 407	29 619 794	50,00%	41 650 971
				1 544 149 481			**1 676 772 680**

* Inclui goodwill

A subsidiária The Navigator Company, S.A. é uma sociedade aberta cotada na Euronext Lisboa e que integra o índice PSI20, principal índice de referência da bolsa nacional. Em 31 de dezembro de 2025, a cotação da ação Navigator era de Euros 3,140 (Euros 3,590 em 31 de dezembro de 2024).

INFORMAÇÃO FINANCEIRA RESUMIDA DAS SUBSIDIÁRIAS E DA ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA

31 de dezembro de 2025	Ativos Correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rédito do período	Resultado líquido	Rendimento integral
Subsidiárias							
Ananke Nexus, S.A.	50 000	—	510	—	—	(510)	(510)
Aphelion, S.A.	36 557	163 021 974	2 478	—	—	(19 451 426)	(18 324 690)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	32 527 182	130 795 227	39 286 337	8 856 723	83 624 906	4 059 440	4 353 200
Quotidian Podium, S.A.	2 254 715	154 562 490	2 003 754	8 418 146	—	(148)	(148)
Semapa Inversiones, S.L.	402 235	—	286 035	—	—	10 457	10 457
Semapa Next, S.A.	12 461 096	138 291 822	572 130	1 797 656	1 626 325	(2 391 533)	1 822 715
The Navigator Company, S.A.	895 899 950	2 067 355 018	636 341 026	1 179 197 766	1 953 242 900	263 851 946	255 849 998
Entidades conjuntamente controladas							
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	33 551 599	8 613 659	5 428 807	47 786	29 253 499	7 642 242	7 636 282

31 de dezembro de 2024	Ativos Correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rédito do periodo	Resultado liquido	Rendimento integral
Subsidiárias							
Aphelion, S.A.	930 773	205 835 601	2 630	42 483 002	—	(12 737 857)	(12 737 857)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	28 941 766	88 947 548	33 027 294	4 301 591	44 732 117	4 302 557	4 302 557
Quotidian Podium, S.A.	49 573	—	80	—	—	(148)	(148)
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	388 478 644	949 041 887	523 921 464	511 190 687	701 836 376	50 680 600	50 680 600
Semapa Inversiones, S.L.	115 274	—	9 530	—	—	179	179
Semapa Next, S.A.	892 250	87 868 660	825 470	1 300 593	1 280 730	2 519 789	8 526 077
The Navigator Company, S.A.	1 107 147 314	2 025 371 556	890 765 949	1 149 253 281	1 953 242 900	263 851 946	255 849 998
Entidades conjuntamente controladas							
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	36 403 132	10 267 756	16 998 264	52 830	13 099 540	2 269 643	3 368 936

Os valores apresentados referentes a cada Participada poderão diferir dos apresentados individualmente por cada uma nas suas Demonstrações Financeiras estatutárias, na sequência de ajustamentos de harmonização e outros decorrentes da aplicação das normas contabilísticas em vigor.

RECONCILIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO DAS SUBSIDIÁRIAS MATERIAIS E DA ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA COM O SALDO DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

31 de dezembro de 2025 Valores em Euros	Ananke Nexus, S.A.	Aphelion, S.A.	ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Quotidian Podium, S.A.	Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Semapa Inversiones, S.L.	Semapa Next, S.A.	The Navigator Company, S.A.	UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.
Capital próprio	**49 490**	**163 056 053**	**115 179 348**	**146 395 306**	**—**	**116 200**	**148 383 133**	**1 147 326 331**	**36 688 665**
% detida	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	70,03%	50,00%
	49 490	**163 056 053**	**115 165 532**	**146 395 306**	**—**	**116 200**	**148 383 133**	**803 473 914**	**18 344 333**
Goodwill	—	—	—	—	—	—	—	122 324 446	26 841 074
Outros ajustamentos									
Participação financeira	**49 490**	**163 056 053**	**115 165 532**	**146 395 306**	**—**	**116 200**	**148 383 133**	**925 798 360**	**45 185 407**

31 de dezembro de 2024 Valores em Euros	Aphelion, S.A.	ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Quotidian Podium, S.A.	Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Semapa Inversiones, S.L.	Semapa Next, S.A.	The Navigator Company, S.A.	UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.
Capital próprio	**164 280 743**	**80 341 648**	**49 493**	**282 411 390**	**105 743**	**86 634 847**	**1 092 139 293**	**29 619 794**
% detida	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	70,03%	50,00%
	164 280 743	**80 331 725**	**49 493**	**282 403 039**	**105 743**	**86 634 847**	**764 826 370**	**14 809 897**
Goodwill	—	—	—	134 165 305	—	—	122 324 446	26 841 074
Outros ajustamentos								
Participação financeira	**164 280 743**	**80 331 724**	**49 493**	**416 568 344**	**105 743**	**86 634 847**	**887 150 817**	**41 650 970**

MOVIMENTOS EM INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Valores em Euros	2025	2024
Saldo inicial	**1 676 772 681**	**1 655 609 578**
Aquisições		
The Navigator Company, S.A.	—	1 592 725
Diferenças de aquisição a interesses que não controlam	—	(956 508)
Realização do capital social da Ananke Nexus, S.A.	50 000	—
Aumento do capital social da ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	33 496 256	—
Aumento do capital social da Quotidian Podium, S.A.	149 950 000	—
Prestações suplementares	—	
Aphelion, S.A.	17 100 000	—
Semapa Next, S.A.	**61 000 570**	**32 705 500**
Aquisições e aumentos de capital	**261 596 826**	**33 341 717**
Reembolso de share premium		
Reembolso de prestações suplementares		
Semapa Next, S.A.	(1 075 000)	(3 550 000)
Liquidações		
Reduções de capital, alienações e liquidações	**(1 075 000)**	**(3 550 000)**
Resultado líquido apropriado pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
Ananke Nexus, S.A.	(510)	—
Aphelion, S.A.	(19 451 426)	(12 737 857)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	4 058 986	4 302 076
Quotidian Podium, S.A.	(3 307 542)	(148)
Semapa Inversiones, S.L.	10 457	179
Semapa Next, S.A.	(2 391 533)	2 519 789
The Navigator Company, S.A.	100 034 009	193 117 951
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	3 821 121	1 701 221
Resultado líquido	**82 773 563**	**188 903 210**
Resultado líquido das operações descontinuadas, apropriado pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	80 763 031	50 679 560
Resultado líquido das operações descontinuadas	**80 763 031**	**50 679 560**
Dividendos		
The Navigator Company, S.A.	(52 518 560)	(174 982 192)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	(3 015 163)	(6 530 659)
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	(283 705)	(2 509 342)
Dividendos atribuídos	**(55 817 429)**	**(184 022 193)**
Dividendos de operações descontinuadas		
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(52 633 303)	(50 683 922)
Dividendos atribuídos	**(52 633 303)**	**(50 683 922)**
Outros rendimentos integrais	(5 883 717)	(10 198 120)
Outros movimentos	26 114	(3 307 150)
Outros movimentos de capital próprio das subsidiárias	**(5 857 603)**	**(13 505 270)**
Transferência para Ativos Não Correntes Detidos para Venda		
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (participação de capital)	(308 207 980)	—
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (goodwill)	(134 165 305)	—
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (Nota 3.4)	**(442 373 285)**	**—**
Saldo final	**1 544 149 480**	**1 676 772 681**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Semapa adquiriu em mercado, a interesses que não controlam, 425 000 ações da The Navigator Company, S.A., correspondentes a 0,06% do capital social desta subsidiária, pelo montante total de Euros 1 592 725.

Em dezembro de 2024, o Conselho de Administração da subsidiária The Navigator Company, S.A. deliberou proceder a um adiantamento sobre lucros, a ser concretizado em janeiro de 2025. Consequentemente, o montante de dividendos de operações continuadas efetivamente recebido pela Semapa, no exercício de 2025, ascendeu a Euros 125 847 156.

Durante o ano de 2025, a Semapa prosseguiu com a sua estratégia de crescimento e expansão por meio da aquisição da empresa Industrias Mecánicas de Extremadura, S.A. (Imedexa), através da subsidiária Quotidian Podium, S.A.. Como parte integrante dessa iniciativa, a Semapa procedeu a um aumento de capital social da subsidiária Quotidian Podium, S.A., no montante de Euros 149 950 000.

Em 2025, a Semapa adquiriu a totalidade do Grupo Barna através da sua subsidiária ETSA Investimentos, SGPS, S.A. No âmbito desta operação, que representa uma oportunidade relevante para o crescimento do Grupo, a Semapa realizou um aumento de capital na ETSA Investimentos, SGPS, S.A., no montante de Euros 33 496 256.

A 23 de dezembro de 2025, foi constituída a sociedade Ananke Nexus, S.A., com o objeto social de prestação de serviços de consultoria em gestão de empresas e acompanhamento e desenvolvimento de negócio, integralmente detida pela Semapa.

10.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	31/12/2025				
	Valores a receber (Nota 4.1)	Valores a receber - RETGS (Nota 4.1)	Valores a pagar (Nota 4.2)	Valores a pagar - RETGS (Nota 4.2)	Empréstimos concedidos (Nota 4.1)
Acionistas					
Sodim, SGPS, S.A.	—	3 344 190	1 204 971	—	—
	—	**3 344 190**	**1 204 971**	**—**	**—**
Subsidiárias – participações diretas (Nota 10.1)					
Aphelion, S.A.	—	—	8 047	1 736	—
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	151 638	59 445	—	—	9 000 000
Quotidian Podium, S.A.	27	—	—	13 846	—
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	4 092 758	10 082 118	13 228	—	—
Semapa Inversiones, S.L.	285 246	—	—	—	—
Semapa Next, S.A.	160 940	53 988	—	—	—
The Navigator Company, S.A.	749 720	—	—	—	—
	5 440 332	**10 195 552**	**21 275**	**15 582**	**9 000 000**
Outras subsidiárias do Grupo Semapa					
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	2 026	14 933	—	—	—
Betotrans II - Unipessoal, Lda.	—	11 468	—	—	—
Biological - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	1 248	22 197	—	—	—
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	14 924	17 917	—	—	—
Cimentos Madeira, Lda.	109 381	—	—	346 629	—
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	—	—	—	4 640	—
ETSA Log, S.A.	350	17 577	—	—	—
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	—	—	—	3 531	—
Industrias Mecánicas de Extremadura S.A.	1 604 847	—	—	—	—
ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	—	—	—	213 929	—
Sebetar - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	4 431	—	—	7 967	—
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	46 942	208 844	—	—	—
Secil Agregados, S.A. (ex-Secil - Britas, S.A.)	723 835	428 485	—	—	—
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolv. de Marcas, Lda.	229 258	93 002	—	—	—
Secil-Betão - Indústrias de Betão, S.A.	—	76 121	—	—	—
Seciltek, S.A.	412 712	313 893	—	—	—
Triangle's - Cycling Equipments, S.A	165 997	54 782	—	—	—
	3 315 952	**1 259 218**	**—**	**576 697**	**—**
Outras entidades relacionadas					
CLA – Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	—	—	14 760	—	—
Espírito Rigoroso, Unipessoal, Lda.	—	—	7 380	—	—
Fundação Semapa - Pedro Queiroz Pereira	139	—	—	—	—
João Paulo Araújo Oliveira	—	—	9 181	—	—
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Unipessoal, Lda.	—	—	98	—	—
Sonagi – Imobiliária, S.A.	—	—	2 016	—	—
Sonagi, SGPS, S.A.	4 337	—	—	—	—
UTIS – Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	227 760	—	—	—	—
	232 236	**—**	**33 435**	**—**	**—**
	8 988 519	**14 798 960**	**1 259 681**	**592 279**	**9 000 000**

Valores em Euros	31/12/2024				
	Valores a receber (Nota 4.1)	Valores a receber - RETGS (Nota 4.1)	Valores a pagar (Nota 4.2)	Valores a pagar - RETGS (Nota 4.2)	Empréstimos concedidos (Nota 4.1)
Acionistas					
Sodim, SGPS, S.A.	1 253 838	3 444 831	1 251 307	—	—
	1 253 838	**3 444 831**	**1 251 307**	**—**	**—**
Subsidiárias – participações diretas (Nota 10.1)					
Aphelion, S.A.	139	—	—	8 514	—
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	105 806	—	2 783	9 415	10 000 000
Quotidian Podium, S.A.	80	—	—	278	—
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	3 440 989	—	6 957	1 246 215	—
Semapa Next, S.A.	290 960	172 554	—	—	—
The Navigator Company, S.A.	71 185 184	—	—	—	—
	75 023 158	**172 554**	**9 740**	**1 264 422**	**10 000 000**
Outras subsidiárias do Grupo Semapa					
Abapor – Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	—	11 879	40 966	—	—
Beto Madeira – Betões e Britas da Madeira, S.A.	100	1 570	—	—	—
Betotrans II – Unipessoal, Lda.	—	21 190	—	—	—
Biological – Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	—	—	63 906	4 777	—
Brimade – Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	15 304	—	—	2 843	—
Cimentos Madeira, Lda.	8 241	—	—	43 594	—
Ciminpart – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	—	—	—	4 640	—
Empremédia – Corretores de Seguros, S.A.	—	—	27 083	—	—
ETSA Log, S.A.	—	29 164	16 974	—	—
Florimar – Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	—	—	—	3 531	—
ITS – Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	903 128	—	—	155 414	—
Sebetar – Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	5 744	—	—	1 155	—
Sebol – Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	—	—	261 666	471 312	—
Secil Agregados, S.A. (ex–Secil – Britas, S.A.)	658 140	1 541 673	—	—	—
Secil-Betão – Indústrias de Betão, S.A.	—	160 006	—	—	—
Secil Brands – Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolv. de Marcas, Lda.	177 334	726 735	—	—	—
Seciltek, S.A.	345 081	657 777	—	—	—
Triangle's – Cycling Equipments, S.A	955 923	—	—	—	—
	3 068 995	**3 149 995**	**410 594**	**687 266**	**—**
Outras entidades relacionadas					
Sonagi – Imobiliária, S.A.	—	—	1 501	—	—
Membros dos órgãos de gestão	480	—	—	—	—
	480	**—**	**1 501**	**—**	**—**
	79 346 471	**6 767 380**	**1 673 142**	**1 951 688**	**10 000 000**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias referem-se a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado, debitados trimestralmente.

TRANSAÇÕES DO PERÍODO COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	2025						
	Compras de bens e serviços	Vendas e Prestações de serviços	Redébitos	(Gastos)/ Rendimentos financeiros	Volume de empréstimos concedidos	Contribuições de capital e prestações suplementares	Donativos atribuídos e Dotação inicial
Acionistas (Nota 5.2)							
Sodim, SGPS, S.A.	—	—	612	—	—	—	—
	—	**—**	**612**	**—**	**—**	**—**	**—**
Subsidiárias – participações diretas (Nota 10.1)							
Ananke Nexus, S.A.	—	—	—	—	—	50 000	—
Aphelion, S.A.	—	—	—	—	—	17 100 000	—
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	—	665 474	2 919	251 065	9 000 000	33 496 256	—
Quotidian Podium, S.A.	—	—	—	—	—	149 950 000	—
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(6 259)	4 980 131	12 128	—	—	—	—
Semapa Next, S.A.	(1 626 325)	—	2 312	—	—	59 925 570	—
The Navigator Company, S.A.	—	11 992 256	26 554	—	—	—	—
	(1 632 584)	**17 637 861**	**43 914**	**251 065**	**9 000 000**	**260 521 826**	**—**
Outras subsidiárias do Grupo Semapa							
Empremédia - Corretores de Seguros, S.A.	(42 889)	—	—	—	—	—	—
Industrias Mecánicas de Extremadura S.A.	—	1 604 847	—	—	—	—	—
Triangle's - Cycling Equipments, S.A.	—	329 849	4 774	—	—	—	—
	(42 889)	**1 934 696**	**4 774**	**—**	**—**	**—**	**—**
Outras entidades relacionadas							
CLA - Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	(144 000)	—	—	—	—	—	—
Espírito Rigoroso, Unipessoal, Lda.	(78 000)	—	—	—	—	—	—
Fundação Semapa - Pedro Queiroz Pereira	—	—	113	—	—	—	—
Hotel Ritz, S.A.	(24 043)	—	925	—	—	—	—
João Paulo Araújo Oliveira	(301 175)	—	—	—	—	—	—
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	(60 000)	—	—	—	—	—	—
Nofigal, Lda.	(39 600)	—	—	—	—	—	—
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Lda.	(109)	—	—	—	—	—	—
Sonagi - Imobiliária, S.A.	(815 025)	—	—	—	—	—	—
Sonagi, SGPS, S.A.	—	—	1 850	—	—	—	—
Welcome Theory Unipessoal, Lda.	(59 500)	—	—	—	—	—	—
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	—	—	183 206	—	—	—	—
	(1 521 452)	**—**	**186 094**	**—**	**—**	**—**	**—**
	(3 196 925)	**19 572 557**	**235 394**	**251 065**	**9 000 000**	**260 521 826**	**—**

Valores em Euros	2024						
	Compras de bens e serviços	Vendas e Prestações de serviços	Redébitos	(Gastos)/ Rendimentos financeiros	Volume de empréstimos concedidos	Contribuições de capital e prestações suplementares	Donativos atribuídos e Dotação inicial
Acionistas (Nota 5.2)							
Sodim, SGPS, S.A.	—	—	4 179	—	—	—	—
	—	**—**	**4 179**	**—**	**—**	**—**	**—**
Subsidiárias – participações diretas (Nota 10.1)							
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	—	481 940	1 250	281 679	10 000 000	—	—
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(27 718)	5 271 615	—	—	—	—	—
Semapa Next, S.A.	(1 271 564)	—	700	—	—	29 155 500	—
The Navigator Company, S.A.	—	11 514 414	4 750	—	—	—	—
	(1 299 282)	**17 267 969**	**6 700**	**281 679**	**10 000 000**	**29 155 500**	**—**
Outras subsidiárias do Grupo Semapa							
Empremédia – Corretores de Seguros, S.A.	(42 404)	—	—	—	—	—	—
Triangle's – Cycling Equipments, S.A.	—	397 397	—	—	—	—	—
Navigator Forest Portugal, S.A.	(90)	—	—	—	—	—	—
	(42 494)	**397 397**	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**
Outras entidades relacionadas							
Bestweb, Lda.	(21 873)	—	—	—	—	—	—
CLA – Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	(90 000)	—	—	—	—	—	—
Espírito Rigoroso, Unipessoal, Lda.	(7 800)	—	—	—	—	—	—
Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso	—	—	—	—	—	—	100 105
Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira	—	—	—	—	—	—	10 000 000
Hotel Ritz, S.A.	(86 639)	—	—	—	—	—	—
João Paulo Araújo Oliveira	(194 175)	—	—	—	—	—	—
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	(60 000)	—	—	—	—	—	—
Nofigal, Lda.	(39 600)	—	—	—	—	—	—
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Lda.	(980)	—	—	—	—	—	—
Sonagi – Imobiliária, S.A.	(778 699)	—	—	—	—	—	—
UTIS – Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	—	—	237 511	—	—	—	—
	(1 279 766)	**—**	**237 511**	**—**	**—**	**—**	**10 100 105**
	(2 621 542)	**17 665 366**	**248 389**	**281 679**	**10 000 000**	**29 155 500**	**10 100 105**

A Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira (Fundação) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cujo propósito é promover, desenvolver e apoiar iniciativas de solidariedade e interesse social. Constitui-se como parte integrante da estratégia de responsabilidade social da Semapa representando também o desejo genuíno do seu fundador, Pedro Queiroz Pereira, cuja visão e empenho foram essenciais para a criação e crescimento da Empresa.

Os membros do Conselho de Administração da Fundação são designados pelo Conselho de Administração da Semapa.

No exercício de 2024, a Semapa, enquanto única instituidora, contribuiu para dotação inicial da Fundação com o montante total de Euros 10 000 000 (Nota 2.3).

A Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (FNSBS) é uma fundação de solidariedade social e dedica-se a fins de saúde e de desenvolvimento humano. Na prossecução dos seus fins, a FNSBS atende em especial: (i) à promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como à prevenção e controlo da doença; e (ii) à proteção e apoio a crianças e jovens, nomeadamente aqueles que, desinseridos de meio familiar normal, se encontrem ao abrigo e proteção de outras instituições de solidariedade social, bem como a famílias.

O Presidente e os vogais do Conselho Geral da FNSBS são designados pela Semapa, desde que esta tenha sido, direta ou indiretamente através de sociedades do Grupo, a principal benemérita da FNSBS nos três anos imediatamente antecedentes à designação.

No exercício de 2024, a Semapa atribuiu à FNSBS donativos no montante total de Euros 100 105 (Nota 2.3).

Em exercícios anteriores foram celebrados contratos de arrendamento entre a Semapa e a Sonagi – Imobiliária. S.A. relativos ao arrendamento de vários pisos de escritório no edifício de que esta é proprietária e onde opera a sede da Semapa, na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa.

No exercício de 2025, o montante de empréstimos concedidos de Euros 9 000 000 refere-se a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado, debitados mensalmente.

VALORES A RECEBER E A PAGAR – CONSOLIDAÇÃO FISCAL (RETGS)

Os saldos a receber e a pagar às subsidiárias incluídas no subgrupo fiscal da Empresa relacionados com as operações do RETGS (Nota 6.1) têm a seguinte natureza:

	31/12/2025		31/12/2024	
Valores em Euros	**A receber**	**A pagar**	**A receber**	**A pagar**
Imposto sobre o rendimento do exercício de subsidiárias	26 008 281	68 076	5 147 168	10 959 379
Recebimentos por conta de IRC	(14 054 064)	(641 645)	(3 642 552)	(10 270 920)
Retenções na fonte a recuperar	(68 502)	(18 710)	(35 363)	(181 877)
Dupla tributação internacional	(430 945)	—	—	(369 106)
IRC de exercícios anteriores	—	—	1 853 297	(2 089 165)
	11 454 769	**(592 279)**	**3 322 550**	**(1 951 688)**

	31/12/2025	31/12/2024
Valores em Euros	**A receber**	**A receber**
Imposto sobre o rendimento do exercício de subsidiárias	(4 722 254)	(2 642 257)
Recebimentos por conta de IRC	3 801 450	3 553 239
Retenções na fonte a recuperar	389 219	635 787
Dupla tributação internacional	430 945	369 106
IRC de exercícios anteriores	3 444 831	1 528 955
	3 344 190	**3 444 831**

Conforme referido na Nota 6.1, a partir de 1 de janeiro de 2023, os valores relativos a imposto sobre o rendimento estão registados em valores a receber e a pagar à empresa-mãe Sodim.

OUTRAS DIVULGAÇÕES RELATIVAS A PARTES RELACIONADAS

No período de 2018, a subsidiária Semapa Next. S.A. celebrou um contrato com vista à realização de um investimento de USD 12 milhões no Alter Venture Partners Fund 1, entidade da qual um administrador não executivo da Semapa é membro da equipa executiva. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo tinha investido 11 milhões de dólares no Alter Venture Partners Fund 1, correspondendo a 9,9 milhões de Euros.

A remuneração do pessoal de gestão chave da Empresa é detalhada na Nota 7.3 Remuneração dos membros dos órgãos sociais.

Lisboa, 14 de abril de 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

VOGAIS:

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA BAPTISTA

PAULO JOSÉ LAMEIRAS MARTINS

PEDRO SIMÕES DE ALMEIDA BISSAIA BARRETO

CARLOS FILIPE PIRES DE GOUVEIA CORREIA DE LACERDA

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa – Portugal
+351 210 110 000 – www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras separadas anexas da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, S.G.P.S., S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 2.049.242.851 euros e um total de capital próprio de 1.740.445.264 euros, incluindo um resultado líquido de 156.559.440 euros), a demonstração separada dos resultados, a demonstração separada do rendimento integral, a demonstração separada das alterações nos capitais próprios e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, S.G.P.S., S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras separadas abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras separadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras separadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros – Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 – Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 – Inscrito na C.M.V.M. Nº 20161489
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Valorização de participações financeiras (1.544.149.481 euros)	
Ver nota 1.6 das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e nota 10.1 das Demonstrações Financeiras	
O Risco	**A nossa resposta ao risco identificado**
A valorização das participações financeiras da Entidade, requer um elevado grau de estimativa e julgamento pelo Conselho de Administração, nomeadamente no que diz respeito ao apuramento do valor recuperável dos investimentos efetuados quando identificados indícios de imparidade.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos: ▪ Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pela Entidade relacionados com esta matéria, nomeadamente no que respeita aos procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam, por referência à comparação do desempenho atual com estimativas efetuadas em períodos anteriores, e a integridade do modelo de fluxos de caixa descontados; ▪ Avaliamos a existência de indícios de imparidade nas participações financeiras; ▪ Obtivemos e analisámos os testes de imparidade das participações financeiras quando apresentam indícios de imparidade, baseados em modelos de fluxos de caixa descontados, executando os seguintes procedimentos: - Verificámos a exatidão aritmética dos modelos; - Avaliámos os pressupostos significativos internos e externos utilizados e a razoabilidade dos mesmos, tais como as tendências atuais do negócio, o desempenho do mercado, inflação, crescimento económico projetado e taxas de desconto; - Executámos análises de sensibilidade aos pressupostos e previsões utilizados; e - Envolvemos os nossos especialistas na aferição da taxa de custo médio de capital; ▪ Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Acordo vinculativo para alienação da Secil	
Ver nota 1.2., 1.3 e 3.8 das Demonstrações Financeiras	
O Risco	**A nossa resposta ao risco identificado**
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade assinou um acordo vinculativo para a alienação da totalidade das ações detidas na Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., tendo a transação sido concluída no dia 23 de março de 2026. A 31 de dezembro de 2025, a Entidade classificou na demonstração separada da posição financeira os ativos do Grupo Secil como Ativos não correntes detidos para venda e considerou a operação como em descontinuação tendo a informação comparativa na demonstração separada dos resultados sido reapresentada em conformidade. Assim, e atendendo à materialidade dos impactos nas demonstrações financeiras separadas, considerámos a transação como uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos: ▪ Entendimento do processo de tomada de decisão, incluindo a leitura e análise de atas da Comissão de Direção Executiva e do Conselho de Administração; ▪ Obtivemos e analisámos a documentação de suporte à transação, nomeadamente o *Share Purchase Agreement*; ▪ Avaliámos a razoabilidade da tempestividade e o cumprimento dos critérios para classificação como um grupo para alienação e uma operação em descontinuação, de acordo com os critérios prescritos na IFRS 5 – Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Operações Descontinuadas; e, ▪ Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras separadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras separadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras separadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras separadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras separadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras separadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras separadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras separadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras separadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras separadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório de remunerações foi apresentado.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre o Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de setembro de 2017 para um mandato compreendido entre 2018 e 2021. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2022 para um segundo mandato compreendido entre 2022 e 2024. Na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de maio de 2025 fomos nomeados para um terceiro mandato compreendido entre 2025 e 2027.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras separadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras separadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 17 de abril de 2026.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

17 de abril de 2026

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Rui Filipe Dias Lopes
(ROC n.º 1715 e registado na CMVM com o n.º 20161325)

SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Demonstrações Financeiras Separadas

Exercício de 2025

Senhores Acionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida em 2024 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Separadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (*Empresa*), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a atividade da empresa, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Diretores da Empresa. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.

3. Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, KPMG & Associados, SROC, S.A., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria com data de 17 de abril de 2026, que não inclui reservas ou ênfases, a qual merece o nosso acordo.

4. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços distintos de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afetavam a independência da Sociedade de Revisores Oficias de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.

5. No exercício das nossas funções, verificámos que:

a) a Demonstração separada dos resultados, a Demonstração separada da posição financeira, a Demonstração separada do rendimento integral, a Demonstração separada das alterações nos capitais próprios, a Demonstração separada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras separadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;

c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da atividade;

d) O Relatório sobre o Governo Societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e teve em conta as recomendações do Código do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

6. Somos do parecer que a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

7. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:

a) seja aprovado o Relatório de Gestão;

b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Separadas;

c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

8. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da Empresa, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, KPMG & Associados, SROC, S.A.

Lisboa, 17 de abril de 2026

A Presidente do Conselho Fiscal,

Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos

O Vogal,

José Manuel Oliveira Vitorino

O Vogal,

Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

RELATÓRIO ANUAL 2025

SEMAPA

MAKING IT BETTER